

17906 - FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do Distrito Federal foi instituído como unidade orçamentária pela Lei nº 4.220, de 09 de outubro de 2008, cujos recursos devem ser aplicados em ações de capacitação para o trabalho e elevação do nível educacional e em atividades socioeducativas de convivência e socialização, tendo como foco principal a inclusão produtiva e a melhoria da qualidade de vida, conforme disposto no art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal.

Vinculado à antiga Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal - SEDHES, esse Fundo somente foi efetivado no âmbito do GDF, com alocação de recursos específicos, a partir de 2014.

Com a publicação do Decreto nº 36.832, de 23/10/2015, artigo 1º, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do Distrito Federal passa a integrar a Secretaria de Estado Desenvolvimento Social do Distrito Federal/SEDES.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

Para a execução das ações sob sua responsabilidade, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do Distrito Federal conta com os servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4162 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO	74765653,0	109241740,0	102176240,0	102176240,0
0007 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO-PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA TEMPORÁRIA AOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS-DISTRITO FEDERAL	50000,0	50000,0	0	0
0008 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO-FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA-DISTRITO FEDERAL	74715653,0	109191740,0	102176240,0	102176240,0
TOTAL - 6228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	74765653,00	109241740,00	102176240,00	102176240,00

TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social é responsável por coordenar e acompanhar as atividades relacionadas à política de transferência de renda no Distrito Federal e à gestão do Cadastro Único. A política de transferência de renda no DF se concretizava até Novembro de 2021 por meio dos programas Bolsa Família (PBF), Programa DF sem Miséria (DFSM) e Bolsa Alfa.

Com a entrada do novo Auxílio Brasil pelo Governo Federal, devido a impedimento legal para a manutenção do programa DF sem Miséria que era uma complementação direta ao Bolsa Família, foi criado o DF Social para melhor atender as famílias que precisam dessa ajuda do governo e buscar, assim, uma maior redução da desigualdade social no Distrito Federal. Valor do benefício: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)

Para que as famílias recebam o repasse de transferência de renda devem estar inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único).

Em 2021 foram beneficiadas 73.644 Famílias com transferência de renda, através do DF Sem Miséria até outubro.

Já pelo Programa DF Social em 2021 foram beneficiadas 33.183 Famílias com transferência de renda em Dezembro.

Ao todo, durante 2021 foram investidos R\$ 102.176.240,00 (cento e dois milhões cento e setenta e seis mil duzentos e quarenta reais) ao Programa DF Sem Miséria.

Desta forma, a política de transferência de renda do DF proporciona mais proteção a quem mais precisa, além de elevar e garantir às famílias patamar mínimo de dignidade.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Secretaria alcançou boa execução, apesar das dificuldades vivenciadas ao longo de 2021, principalmente por conta da Pandemia de Covid, contribuindo muito na Luta para o Combate e Erradicação da Pobreza no Distrito Federal.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2021, governo criou 2 auxílios financeiros para ajudar população vulnerável a enfrentar a pandemia e injetou mais de R\$ 102 milhões na economia local

Um dos significados da palavra solidariedade é "disposição em ajudar, acompanhar ou defender outra pessoa em uma determinada circunstância". Em 2021, o GDF aplicou o conceito de ser solidário à luz da sua definição por meio de políticas públicas de inclusão, assistência social e proteção à população em vulnerabilidade.

O Governo do Distrito Federal enfrenta uma séria crise econômica e financeira, em decorrência de déficit de recursos nos cofres públicos, agravado ainda mais por causa da pandemia de COVID-19 que ainda não foi superada.

Entre as medidas emergenciais para reestabelecer o equilíbrio orçamentário e financeiro do Poder Executivo do Distrito Federal, inclui-se a redução de despesas de todos os órgãos, o que dificultou a execução de algumas ações no âmbito da SEDES.

Nesse sentido, a Secretaria enfrentou, também no ano de 2021, inúmeras dificuldades para cumprimento de suas metas, especialmente em razão do reduzido número de servidores. Este problema tem se agravado, ante a dificuldade na recomposição de seu quadro de pessoal, bem como pelo crescente número de aposentadorias e afastamentos.

Assim, mesmo diante da grave crise Política, Econômica e de Saúde, que atingiu todas as unidades da Federação, além dos problemas financeiros enfrentados no âmbito do Governo do Distrito Federal, a SEDES, como agente público ativo de transformações, buscou, de forma criativa, organizar e otimizar suas estruturas para gerir as políticas públicas sob sua responsabilidade, na direção do maior alcance possível de resultados positivos para as demandas de seus usuários. Ao longo de 2021, o principal desafio enfrentado por esta SEDES foi a construção da transversalidade das políticas sob sua responsabilidade, bem como o aumento da população em situação de vulnerabilidade, principalmente em decorrência da Pandemia de Covid-19.

Os resultados apresentados neste Relatório refletem, sobretudo, a soma de esforços dos gestores, técnicos e parceiros, na correta aplicação dos recursos disponíveis e na capacidade de desenvolver um conjunto de serviços, programas, projetos e atividades de desenvolvimento social, com foco na garantia de direitos e na superação das desigualdades sociais e da extrema pobreza no Distrito Federal, reflexo de um modelo de gestão participativa, horizontal, democrática, transparente e formadora de cidadania.

Verifica-se a necessidade de desenvolver e consolidar ainda mais as ações intersetoriais, evoluir no desenvolvimento de ações integradas com os demais componentes do setor público

e contribuir para a efetivação de uma nova política de gestão estratégica e participativa do SUAS, SISA e das demais políticas, que envolve um conjunto de atividades voltadas ao aprimoramento da gestão, visando maior eficácia, eficiência e efetividade, por meio de ações que incluem o apoio ao controle social, a educação popular, a mobilização social, a busca da equidade, o monitoramento e avaliação, a manualização de fluxos e rotinas, a normatização dos esforços de melhoria dos processos; a ouvidoria e a auditoria, a avaliação de resultados e a revisão dos programas, com vistas a contemplar a melhoria da proteção social e dos serviços ofertados, a garantia dos direitos socioassistenciais e do direito humano à alimentação adequada conforme determinação governamental.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), órgão da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, responsável pelas políticas públicas educacionais e pela direção superior da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, teve sua estrutura organizada e reorganizada por meio do Decreto nº 41.557, de 3 de dezembro de 2020, alterado pelo: Decreto nº 42.687, de 29 de outubro de 2021, Decreto nº 42.089, de 13 de maio de 2021, Decreto nº 42.134, de 26 de maio de 2021, Decreto nº 42.280, de 8 de julho de 2021, Decreto nº 42.477, de 2 de setembro de 2021.

As competências das unidades organizacionais e as atribuições dos titulares dos cargos e funções comissionadas encontram-se no Regimento Interno da SEEDF, aprovado pelo Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017.

Consoante com o estabelecido no art. 1º do Regimento Interno da SEEDF, esta tem atuação e competência nas seguintes áreas:

- I - educação básica: etapas e modalidades;
- II - educação superior;
- III – apoio ao estudante;
- IV- formação e capacitação dos servidores.

O mesmo Regimento Interno (Art. 2º) atribui à SEEDF as seguintes competências:

- I – propor e executar políticas públicas educacionais no âmbito do Distrito Federal;
- II – cumprir e fazer cumprir as normas e as diretrizes da Educação nacional e distrital no âmbito do Distrito Federal;
- III – regulamentar, quando for o caso, a aplicação de normas e diretrizes emanadas dos órgãos federais e locais em sua área de atuação;
- IV – realizar pesquisas e estudos, avaliações e levantamentos de dados estatísticos, e Censo Escolar, voltados a subsidiar a formulação, a implantação, a implementação e o aperfeiçoamento das políticas públicas para a Educação no âmbito do Distrito Federal;
- V – propor alterações de normas referentes à estrutura e ao funcionamento dos órgãos de Educação no âmbito do Distrito Federal;
- VI – manter, coordenar e supervisionar as unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e fiscalizar as instituições educacionais da Rede Privada de Ensino do Distrito Federal;
- VII – criar e manter as unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- VIII – ofertar Educação Básica a crianças, adolescentes, jovens e adultos do Distrito Federal;
- IX – implantar e implementar programas e projetos para os níveis, as etapas e as modalidades da Educação;
- X – prover, no limite de suas possibilidades e em cooperação com a União, assistência aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- XI – praticar, no âmbito de sua competência, os atos de gestão relativos ao pessoal em exercício na Secretaria;
- XII – planejar, desenvolver, coordenar e avaliar programas de formação continuada e aperfeiçoamento para os profissionais da Secretaria;
- XIII – aplicar e gerir recursos públicos destinados à Educação;
- XIV – planejar, acompanhar e executar as atividades orçamentárias e financeiras, e a adequada aplicação dos recursos administrados pela Secretaria;

XV – elaborar e zelar pelo cumprimento de normas sobre a aplicação de recursos públicos e acompanhar sua execução nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino e nas instituições educacionais subordinadas, vinculadas e parceiras à Secretaria;

XVI – prover-se de recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários ao desempenho de suas atribuições;

XVII – utilizar resultados de avaliações, pesquisas, dados estatísticos e informações como elementos necessários ao planejamento e ao desenvolvimento do ensino e à elaboração e ao acompanhamento do Plano Distrital de Educação;

XVIII – celebrar contratos, convênios, parcerias, portarias conjuntas, acordos e instrumentos congêneres para a execução das políticas públicas educacionais do Distrito Federal; e

XIX – exercer outras competências compatíveis com sua área de atuação e necessárias à efetiva consecução de suas finalidades e as que lhe forem delegadas pelo Governador do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	159	236	7.034	24.305	31.734
Comissionados sem vínculo efetivo	74	0	5	0	79
Requisitados de órgãos do GDF	6	0	80	0	86
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	29	0	29
Estagiários	0	0	26	0	26
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	29	0	29
Terceirizados (FUNAP)	0	0	119	0	119
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	239	236	7.322	24.305	32.102
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	248	183	431
Total Geral	239	236	7.074	24.122	31.671

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2667 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS	5320339,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0013 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS-INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-SEE-DISTRITO FEDERAL	5320339,0	0,0	0	0
TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	5320339,00	0,00	0,00	0,00

Não houve desenvolvimento do Programa devido a alteração da programação da execução orçamentária.

6211 - DIREITOS HUMANOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRO A ENTIDADES	213358,0	0,0	0	0
0088 - Apoio a projetos por meio de transferência financeira - Educação	213358,0	0,0	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS	213358,00	0,00	0,00	0,00

Não houve desenvolvimento do Programa devido a alteração da programação da execução orçamentária.

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	1817986,0	2211847,00	2211846,31	1807339,34
8424 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SE-DISTRITO FEDERAL	1817986,0	2211847,00	2211846,31	1807339,34
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA	1817986,00	2211847,00	2211846,31	1807339,34

Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF

A FUNAP desenvolve, desde 1986, em parceria com a SEEDF, programas de inclusão na educação formal, qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho, com vistas ao aumento dos níveis de escolarização, à remissão de pena e à promoção da qualidade de vida das pessoas privadas de liberdade, bem como à reintegração social dos egressos do sistema prisional.

Entre as ações voltadas para a reintegração social das pessoas privadas de liberdade por meio do trabalho, a SEEDF e a FUNAP possuem parceria que oferta a esse público atividades nas instalações da SEEDF, em áreas como a administrativa e de serviços de manutenção predial escolar, entre outras. Em dezembro de 2021 esta Secretaria contava com a prestação de serviços de 119 pessoas da FUNAP/DF.

6221 - EDUCADF

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	266565,0	587787,00	0	0
2787 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	266565,0	587787,00	0	0
9068 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS	222019702,0	247176226,0	244795447,88	240945787,88
0001 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-SE-DISTRITO FEDERAL	125554986,0	140554986,0	139671965,88	135822305,88
0230 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS CLASSE 29 DO GAMA - PDAF- GAMA	0	50000,0	50000,0	50000,0
0234 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS NO DF-PDAF 2021	2400000,0	2400000,0	2400000,0	2400000,0
0235 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - PDAF	10000000,0	9500000,0	9500000,0	9500000,0
0236 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM PROL DE TODAS AS REGIONAIS DE ENSINO DO DF	3000000,0	2317000,0	2317000,0	2317000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0237 - PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL-PDAF	10000000,0	10133990,0	10105490,0	10105490,0
0238 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL - PDAF	2300000,0	3000000,0	3000000,0	3000000,0
0239 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL - PDAF	700000,0	150000,0	150000,0	150000,0
0240 - Descentralização de recursos financeiros para as escolas do Guará	560000,0	560000,0	560000,0	560000,0
0241 - TRANSFERENCIA RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS - PDAF	3000000,0	2030000,0	2030000,0	2030000,0
0242 - Descentralização de recursos para escolas-PDAF h OBRAS	3000000,0	4124000,0	4124000,0	4124000,0
0243 - Descentralização de recursos para escolas - PDAF h CAPITAL	200000,0	200000,0	200000,0	200000,0
0244 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-SE-DISTRITO FEDERAL	4000000,0	5499534,0	5447534,0	5447534,0
0245 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - DISTRITO FEDERAL - PDAF2021	4000000,0	3900358,0	3390000,0	3390000,0
0246 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS DO DF (EM 2021)	5200000,0	3352400,0	3352400,0	3352400,0
0247 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS NAS REG. ADM. DO DF	2000000,0	3268000,0	3268000,0	3268000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0248 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA MELHORIAS DAS ESCOLAS PÚBLICAS NO DF	3391358,0	3677500,0	3632500,0	3632500,0
0249 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO DF - PDAF	3000000,0	3000000,0	3000000,0	3000000,0
0250 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - PDAF	4500000,0	2550000,0	2550000,0	2550000,0
0251 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS NO DF - PDAF	2500000,0	3840000,0	3480000,0	3480000,0
0252 - Atender demandas do PDAF nas escolas do Distrito Federal.	5115000,0	5115000,0	5115000,0	5115000,0
0253 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL - PDAF-UNIDADES ESCOLARES DO DISTRITO FEDERAL	3000000,0	4901000,0	4901000,0	4901000,0
0254 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL - PDAF-UNIDADES ESCOLARES DO DISTRITO FEDERAL - CEI 01 E EC 03, EM ARAPOANGA-PLANALTINA-DF	1000000,0	0,0	0	0
0255 - Descentralização de Recursos Financeiros para Escolas do Distrito Federal	3100000,0	5010550,0	5010550,0	5010550,0
0256 - Descentralização de Recursos Financeiros para Escolas do Distrito Federal	3100000,0	3021050,0	2991850,0	2991850,0
0257 - PDAF - 2021	200000,0	1320000,0	1320000,0	1320000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0258 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-- PROGRAMA PDAF-DISTRITO FEDERAL	2200000,0	2200000,0	2200000,0	2200000,0
0259 - Descentralização de Recursos Financeiros para Escolas Públicas do DF - PDAF.	1000000,0	1000000,0	1000000,0	1000000,0
0260 - Descentralização de Recursos Financeiros para Escolas Públicas do DF - PDAF.	1400000,0	1820000,0	1820000,0	1820000,0
0261 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - PDAF	4000000,0	4610000,0	4460000,0	4460000,0
0262 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-- PROGRAMA PDAF-DF	500000,0	500000,0	500000,0	500000,0
0263 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL - PDAF 2021	8098358,0	8083358,0	8083358,0	8083358,0
0264 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 04 DO GAMA-PDAF- GAMA	0	50000,0	50000,0	50000,0
0265 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLA CLASSE 15 DO GAMA - PDAF- GAMA	0	50000,0	50000,0	50000,0
0266 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-CLASSE 21 DO GAMA-PDAF- GAMA	0	50000,0	50000,0	50000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0267 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-CLASSE 01 DO GAMA - PDAF- GAMA	0	50000,0	50000,0	50000,0
0269 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-Descentralização de recursos financeiros para as escolas do Núcleo Bandeirante-DISTRITO FEDERAL	0	405000,0	405000,0	405000,0
0270 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-NO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	500000,0	500000,0
0271 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO PARA AS ESCOLAS DO DF - PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	3082500,0	2759800,0	2759800,0
0272 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - PDAF - UNIDADES ESCOLARES DO DISTRITO FEDERAL - CEDAC - CENTRO-PLANALTINA	0	200000,0	200000,0	200000,0
0273 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL - PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	600000,0	600000,0	600000,0
0274 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS--DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	500000,0	500000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRO A ENTIDADES	0	345000,0	345000,0	0
0102 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES- APOIO A PROJETOS - CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM BIBLIOTECONOMIA - DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	0	345000,0	345000,0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	5902834,0	35271,00	21692,88	4950,0
2484 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO- SE-DISTRITO FEDERAL	5902834,0	35271,00	21692,88	4950,0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	665199,0	670000,0	670000,0	670000,0
0020 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- UNIDADES DE ENSINO - SE-DISTRITO FEDERAL	665199,0	670000,0	670000,0	670000,0
9080 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS	0	4700000,0	4700000,0	4700000,0
0102 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-NO DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	0	1000000,0	1000000,0	1000000,0
0103 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-NO DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	0	1700000,0	1700000,0	1700000,0
0112 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS- TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS - NO DISTRITO FEDERAL - DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	0	2000000,0	2000000,0	2000000,0
2160 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	312552,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	312552,0	0,0	0	0
2389 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	282514413,0	418066309,00	413370996,04	359733698,57
0001 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	282514413,0	418066309,00	413370996,04	359733698,57
2446 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR	31150531,0	30506944,00	30506940,00	30187305,46
0007 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR.-ENSINO FUNDAMENTAL -DISTRITO FEDERAL	17894915,0	23681599,0	23681599,00	23521964,46
0008 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR.-ENSINO MÉDIO-DISTRITO FEDERAL	4894269,0	3610881,00	3610880,0	3530880,0
0009 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR.-ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA-DISTRITO FEDERAL	3940793,0	3214461,00	3214461,0	3134461,0
0010 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR.-ENSINO INFANTIL - CRECHE - DISTRITO FEDERAL	80177,0	1,00	0	0
0011 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR.-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-DISTRITO FEDERAL	3913015,0	1,00	0	0
0012 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR.-ENSINO ESPECIAL-DISTRITO FEDERAL	427362,0	1,00	0	0
2964 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	92673744,0	120976182,00	104622454,20	90345761,61
0001 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	52843260,0	83297988,00	76536830,88	66606305,98
0004 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-ALUNOS DO ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	17910450,0	17180882,00	16152351,01	15165831,92
9316 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	8780289,0	7899489,00	3997137,89	3130658,95

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9317 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE - SE-DISTRITO FEDERAL	2628253,0	2486803,0	2163135,00	2084952,11
9314 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -SE-DISTRITO FEDERAL	8833809,0	8780895,00	5188511,67	3358012,65
9319 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO ESPECIAL - SE-DISTRITO FEDERAL	1677683,0	1330125,00	584487,75	0
3632 - SAÚDE ESCOLAR	158713,0	45509,00	45507,50	35925,50
0001 - SAÚDE ESCOLAR-ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	54362,0	34162,00	34161,63	30899,63
0002 - SAÚDE ESCOLAR-ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	36021,0	4540,00	4539,75	1083,75
0004 - SAÚDE ESCOLAR-EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	33385,0	3267,00	3266,37	3266,37
0005 - SAÚDE ESCOLAR-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - SE-DISTRITO FEDERAL	34945,0	3540,00	3539,75	675,75
4976 - TRANSPORTE DE ALUNOS	121793630,0	82129544,00	79171130,08	66460311,38
0002 - TRANSPORTE DE ALUNOS-ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	90049336,0	64969421,00	62351504,10	52723234,95
9534 - TRANSPORTE DE ALUNOS-ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	16554337,0	9812172,00	9681126,06	8440475,65
9535 - TRANSPORTE DE ALUNOS-EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	8022756,0	5518537,00	5391013,88	4346764,16
9533 - TRANSPORTE DE ALUNOS-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - SE-DISTRITO FEDERAL	3222269,0	950247,00	917004,45	717890,77
9537 - TRANSPORTE DE ALUNOS-UNIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - SE-DISTRITO FEDERAL	3944932,0	879167,00	830481,59	231945,85

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2390 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO	116514887,0	231901214,00	215348705,80	184549814,10
0001 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO-REDE PÚBLICA -SE-DISTRITO FEDERAL	116514887,0	231901214,00	215348705,80	184549814,10
2391 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	12182825,0	21453657,00	14785587,61	11962567,93
0001 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	12182825,0	21453657,00	14785587,61	11962567,93
3982 - CONSTRUCAO DE UNIDADE ESCOLAR	5826713,0	41672895,00	17007214,73	10520887,97
0002 - CONSTRUÇÃO DA UNIVERSIDADE DISTRITAL-DISTRITO FEDERAL	200000,0	0,0	0	0
0001 - CONSTRUCAO DE UNIDADE ESCOLAR-REDE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	5626713,0	41672895,00	17007214,73	10520887,97
2388 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	24290186,0	41432428,00	34237733,83	30905253,30
0008 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - REDE PÚBLICA-SE-DISTRITO FEDERAL	1636262,0	8770896,00	6131321,06	3889300,88
4380 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA - REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	22653924,0	32661532,00	28106412,77	27015952,42
2442 - BOLSA EDUCAÇÃO INFANTIL	24000000,0	24307400,00	24307332,27	20679089,55
0001 - BOLSA EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE-DISTRITO FEDERAL	24000000,0	24307400,00	24307332,27	20679089,55
3271 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	1500000,0	0,0	0	0
9370 - Construção de Unidade de Educação Infantil	1500000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9069 - TRANSFERÊNCIA PARA ENTIDADES DE ENSINO INFANTIL	190000000,0	221537085,0	221536739,59	221536739,59
0001 - TRANSFERÊNCIA PARA ENTIDADES DE ENSINO INFANTIL-CRECHE-DISTRITO FEDERAL	152000000,0	181005605,0	181005260,20	181005260,20
0002 - TRANSFERÊNCIA PARA ENTIDADES DE ENSINO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA-DISTRITO FEDERAL	38000000,0	40531480,0	40531479,39	40531479,39
2392 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10480420,0	15200102,00	14743039,62	12623882,56
0003 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	10480420,0	15200102,00	14743039,62	12623882,56
2393 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	4188747,0	6920461,00	4887034,76	4452337,63
0001 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	4188747,0	6920461,00	4887034,76	4452337,63
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	452644,0	1864673,0	1864672,71	1071266,51
0056 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-UNIDADES ESCOLARES-DISTRITO FEDERAL	452644,0	1864673,0	1864672,71	1071266,51
3985 - AMPLIACAO DE UNIDADE ESCOLAR	9567754,0	16533501,0	9865082,01	0
0001 - AMPLIACAO DE UNIDADE ESCOLAR-REDE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	9567754,0	16533501,0	9865082,01	0
3990 - RECONSTRUCAO DE UNIDADE ESCOLAR	2271295,0	27673020,0	16326323,17	10787094,72
0001 - RECONSTRUCAO DE UNIDADE ESCOLAR-REDE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	2271295,0	27673020,0	16326323,17	10787094,72
3991 - REFORMA DE UNIDADE ESCOLAR	3094584,0	1912418,0	1912417,67	1030080,71

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - REFORMA DE UNIDADE ESCOLAR-REDE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	3094584,0	1912418,0	1912417,67	1030080,71
TOTAL - 6221 - EDUCADF	1161827938,00	1557647626,00	1455071052,35	1303202754,97

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

1 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Em 2021, a SEEDF atuou em ações inovadoras para a Educação Infantil, buscando parcerias com as Coordenações Regionais de Ensino e outros órgãos governamentais que subsidiassem os programas e projetos complementares e multidisciplinares a serem desenvolvidos. São as ações:

- IX Plenarilha da Educação Infantil - Musicalidade das Infâncias: de lá, de cá, de todo lugar
Realizada ao longo do ano letivo, a Plenarilha é uma atividade pedagógica que tem por finalidade promover o protagonismo das crianças da educação infantil. Acontece em etapas local, regional e distrital e propicia a expressão e o compartilhamento de experiências, percepções, desejos, modos de brincar, imaginações e criações das crianças, oferecendo escuta às suas vozes. Acontece, desde 2013, solicitando, a cada ano, que as crianças opinem e expressem o que sabem e desejam a respeito de um determinado tema. Em 2021, o tema foi "Musicalidade das Infâncias: de lá, de cá, de todo lugar" nas Unidades Escolares Públicas e Parceiras que, de acordo com o seu planejamento e a sua organização interna, elaboraram e desenvolveram diferentes experiências e criações sonoro-musicais demonstrativas da consciência musical nas crianças, apresentando-as por meio virtual.
- Caderno Guia - Brincar: Direito dos bebês e das crianças.

O Caderno Guia "Brincar como direito dos bebês e das crianças" foi elaborado e implantado em 2021, pela Diretoria de Educação Infantil - DIINF, visando enfatizar e promover a efetivação dos eixos integradores do currículo da primeira etapa da Educação Básica: "interações e brincadeiras" e do Currículo em Movimento da Educação Infantil. O Caderno Guia entrega a educadores e suas famílias fundamentação teórica e exemplos práticos de experiências do brincar. Foi motivado pela maior relevância que tem o ato de brincar para o desenvolvimento infantil saudável, amplamente abordada em legislações e documentos nacionais e internacionais que tratam do tema, e pelos possíveis déficits de desenvolvimento decorrentes das restrições havidas da separação da criança da convivência com seus pares e o impedimento de brincar ao ar livre, durante o longo período de isolamento por ocasião da pandemia do SARS-COV2 (Covid-19), entre os anos de 2020 e parte de 2021. No mesmo sentido, a DIINF incluiu no calendário escolar a Semana do Brincar, de 24 a 28 de maio de 2021, data ensejada pelo Dia Mundial do Brincar – 28 de maio.

- Caderno Guia - Alimentação: mais que cuidar, educar, brincar e interagir

O Caderno Guia - "Alimentação na Educação Infantil: mais que cuidar, educar, brincar e interagir", tem por objetivo esclarecer e ressignificar práticas que envolvem a alimentação escolar, bem como ampliar a compreensão sobre a importância dos bons hábitos alimentares, não apenas na instituição de ensino, mas, principalmente, no contexto familiar e social das crianças. Apresenta informações e conhecimentos sobre a alimentação abordando os aspectos alimentar, nutricional e afetivo, as práticas culturais, a sustentabilidade e a ecologia humana que a permeiam, propondo ações educativas intencionalmente pensadas, que contribuem

nesse processo. O Caderno Guia foi criado em 2017, e, em 2021, foi publicada uma nova edição, apresentando, segundo os eixos integradores “cuidar e educar”, “brincar e interagir”, temáticas e saberes indissociáveis da rotina alimentar escolar dos bebês, das crianças bem pequenas e das crianças pequenas. Além do espaço da escola e fortalecer os princípios éticos, políticos e estéticos, visa alcançar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, brincar, conviver, participar, explorar, expressar e conhecer-se, bem como os campos de experiências expostos no Currículo em Movimento do Distrito Federal – Educação Infantil (2018) e conforme com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

- Trilhar

O Trilhar é uma ação que propõe o aprimoramento das práticas de ensino no âmbito da alfabetização e do letramento para garantir o direito às aprendizagens dos estudantes da Rede Pública do Ensino do Distrito Federal. A partir de 2021, por meio do Trilhar, o processo de alfabetização dos estudantes matriculados no 2º Ciclo para as Aprendizagens, Bloco I e Bloco II será subsidiado e avaliado por meio de atividades organizadas nos eixos: Acompanhamento dos Coordenadores Intermediários de Apoio e Coordenadores Intermediários com foco na Alfabetização; Formação Continuada (Vivências de Acompanhamento e momentos de orientação técnico-pedagógica); Socialização de práticas exitosas; Avaliação e Monitoramento. Além disso, cada estudante e turma serão avaliados por meio de avaliações diagnósticas, processuais, contínuas e formativas, cujos resultados devem retroalimentar o desenvolvimento do currículo de maneira diferenciada e eficaz. Em 2021, foram desenvolvidas as seguintes metas:

- divulgação e realização, por semestre letivo, de formações para 100% dos coordenadores intermediários de apoio, intermediários locais e professores dos anos iniciais do ensino fundamental;
- acompanhamento de 100% das ações pedagógicas para a alfabetização, priorizando o projeto interventivo e o reagrupamento;
- aumento do Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 50%, nas Unidades Escolares que possuem os menores resultados em 2019;
- fomento de ações de prevenção ao abandono, à reprovação, à distorção idade/ano, mediante a intensificação de ações pedagógicas de fortalecimento do processo de alfabetização; e
- realização das Vivências de acompanhamento nas 14 Coordenações Regionais de Ensino - CREs.

2 - ENSINO FUNDAMENTAL

A SEEDF, em 2021, desenvolveu programas e projetos complementares e multidisciplinares por meio das seguintes ações:

- Aprender Mais

O Aprender Mais é voltado para o fortalecimento das aprendizagens dos estudantes do 6º ao 9º ano onde foram realizadas atividades basilares para a organização do trabalho pedagógico das Unidades Escolares, em consonância com a Diretriz Pedagógica do 3º Ciclo para as aprendizagens, e que buscaram romper com processos conservadores de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar, trazendo uma perspectiva inovadora. Com o intuito de subsidiar o alcance da melhoria dos indicadores de desempenho, a redução dos índices defasagem idade-ano e ampliação da oferta de ações voltadas para a recuperação de aprendizagem, a permanência e o retorno dos estudantes às atividades pedagógicas. Durante o ano de 2021, foram realizadas as seguintes atividades:

- Vivências de Acompanhamento para troca de experiências e debates sobre fragilidades encontradas na prática do 3º ciclo para as aprendizagens, ensino remoto, - mapeamento e diagnóstico das aprendizagens do 3º Ciclo;
- orientações técnicas com os temas: organização curricular na perspectiva dos ciclos para as aprendizagens e Educação em Matemática num contexto de prática social;
- atualização e estudo do Caderno Orientações Pedagógicas: para subsidiar a organização do trabalho pedagógico da Unidade Escolar de acordo com a Diretriz Pedagógica do 3º Ciclo para as Aprendizagens, com referências práticas e experiências exitosas das Unidades Escolares (UEs);
- cursos sobre a Organização Pedagógica do 3º Ciclo e Oficinas virtuais com os temas: Concepções teóricas do 3º Ciclo, Avaliação Formativa, Reagrupamentos e Projetos Interventivos para os Coordenadores Locais das UEs.

Foi proposta ainda, a ampliação da carga horária de Língua Portuguesa e Matemática, nos anos finais do ensino fundamental, pela sua aplicação no contexto do componente curricular da "Parte Diversificada". A partir da ressignificação do tempo e espaço destinados a esses componentes, intenciona-se atender às especificidades apresentadas no contexto da retomada das aulas, após o tempo de estudos por meio remoto, favorecendo o alcance dos objetivos propostos pelo Currículo em Movimento do Distrito Federal.

- Situações das Aprendizagens Básicas dos Estudantes da Rede - Saber+

O SABER+ constitui-se em um conjunto de ações e orientações técnicas destinados aos coordenadores intermediários, gestores, secretários escolares, coordenadores locais, professores, estudantes e pais/responsáveis das 12 (doze) Unidades Escolares integrantes do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada. Com o objetivo de contribuir nas ações pedagógicas das unidades escolares ao propor momentos que atinjam todos os atores envolvidos neste cenário que serão agentes decisivos na melhoria dos resultados do SAEB 2021.

- Nova Matriz Curricular para o Ensino Fundamental

Em cumprimento ao previsto na Base Nacional Comum Curricular quanto à necessidade da adequação dos currículos em face das realidades locais, a DIEF deu início à elaboração de uma nova Matriz Curricular que compreenda e converse com as abordagens teóricas e metodológicas fundantes das práticas e dos processos de ensino no Distrito Federal. Submetida à consulta pública em outubro de 2021, a nova matriz fortalecerá a lógica da organização escolar em ciclos e seus propósitos de oferta de formação integral e de aprendizagens significativas, por meio do tratamento interdisciplinar e progressivo dos conteúdos do conhecimento e das habilidades a serem desenvolvidas.

- Projeto Piloto Escolas Inovadoras

O projeto tem por objetivo realizar um piloto de reinvenção escolar para atender às necessidades do mundo contemporâneo e ao futuro que se anuncia, promovendo a formação integral, significativa, humanista e conectada. Para tanto, estão em curso distintos projetos de cocriação (entre cada comunidade escolar e uma Organização da Sociedade Civil - OSC) com vistas à prospecção e instauração de inovações em distintos aspectos que compõem a realidade das escolas, que vão desde a infraestrutura e as tecnologias administrativas e pedagógicas, até os modelos pedagógicos e gerenciais e a cultura organizacional. Em 2021, foram iniciados os trabalhos em quatro unidades escolares: CEF 01 do Planalto, CEF 05 de Taguatinga, CEF 11 de Taguatinga e Escola Técnica de Ceilândia. Foram realizados encontros com as comunidades escolares e as OSCs com fins de orientação e esclarecimento de dúvidas referentes a cada projeto e seus respectivos planos de trabalho, tendo sido implantado um processo de avaliação e monitoramento dos pilotos pela coleta e sistematização trimestral de informações.

- Projeto Piloto Inovação em Comunidades

O Projeto Piloto Inovação em Comunidades tem o objetivo de monitorar, sistematizar e avaliar práticas educacionais consideradas inovadoras e que contribuam para a transição entre o paradigma da instrução para o paradigma da aprendizagem, por meio de uma reorganização do trabalho pedagógico que favoreça a autonomia do estudante. Destacadas a partir do prévio desenvolvimento de práticas educacionais compatíveis com a metodologia proposta, participam do projeto as seguintes unidades escolares: Jardim de Infância 21 de abril, Escola Classe 115 Norte, Escola Classe CAP do Paranoá e Centro de Ensino Fundamental 08 de Sobradinho.

As Unidades Escolares participantes desenvolvem ações para implementar 20 (vinte) dispositivos pedagógicos, ajustando o processo de acordo com a especificidade de cada realidade escolar. A implementação dos dispositivos contribui para a produção, reprodução e transformação cultural das comunidades educativas, pois ultrapassa o nível de estratégias, procedimentos e materiais, e não se limita aos aspectos cognitivos do desenvolvimento curricular.

No sentido de realizar o monitoramento das rotinas das Unidades Escolares, diante do processo de implementação dos dispositivos (estratégias metodológicas específicas), foram produzidos questionários, tendo como referência os instrumentos dos Indicadores da Qualidade da Educação, além da Avaliação do Clima Escolar. Os questionários foram aplicados em cada UE, após os conselhos de classe do 1º e 3º bimestres. Os questionários referentes ao 1º bimestre das UE (diagnósticos), encontram-se finalizados e a partir dos resultados foram gerados relatórios individuais, contendo recomendações específicas para cada escola, no sentido de contribuir com as potencialidades e fragilidades encontradas nas respostas. Os questionários do 3º bimestre contaram com o prazo limite de respostas até o dia 10 de dezembro de 2021 e encontram-se em processo de análise, elaboração dos relatórios para posterior devolutiva. O processo de monitoramento e análise de dados pretende, ainda, validar ou refutar premissas estabelecidas e evidenciar os resultados e ajustes necessários ao êxito da proposta e alcance de metas.

- Programa Startup in School

O Programa Startup In School foi um curso em formato de competição em que os estudantes do 9º ano do ensino fundamental até o último ano do ensino médio aprenderam técnicas para desenvolver uma startup com o objetivo de melhorar o dia a dia de sua cidade e região. O curso foi desenvolvido por meio de vídeo aulas no início de cada um dos 4 módulos, além de mentorias coletivas ao vivo durante a semana.

A avaliação foi feita por convidados que participaram do Demoday (evento de apresentação final das Startups desenvolvidas nas turmas do Programa Startup), data na qual os grupos finalistas selecionados foram avaliados pelos convidados na apresentação de seus projetos finais de startups.

3 - ENSINO MÉDIO

- Implementação do Novo Ensino Médio

No ano de 2021, a implementação do Novo Ensino Médio prosseguiu nas 5 escolas-piloto (1ª e 2ª Séries), e, nas outras 7 escolas-piloto, deu-se início à implementação da Formação Geral Básica e dos Itinerários Formativos nas turmas de 1ª Série, o que corresponde a 12% das Unidades Escolares de Ensino Médio da rede pública de ensino do Distrito Federal.

O Programa Itinerários Formativos promoverá a integração entre instituições de ensino superior, setor produtivo, escolas e secretarias de educação. As 58 unidades escolares elegíveis para aderirem ao eixo de apoio técnico e financeiro realizaram a adesão ao Programa e estão aptas a receberem a primeira parcela dos recursos destinados à implementação do Novo Ensino Médio, a partir de 2022.

Diante do desafio de implementar exitosamente uma nova arquitetura e um novo currículo em escolas que ofertam o Ensino Médio no Distrito Federal, fez-se necessário considerar experiências anteriores para que antigos desafios e equívocos sejam superados, a fim de aprimorarmos a capacidade da rede em termos de formação continuada dos profissionais, bem como o acompanhamento da implementação das políticas públicas. Nesse sentido, em 2021 a formação dos professores e demais profissionais da educação no Curso do Novo Ensino Médio foi organizada em três fases, oficina de trilhas de aprendizagens e o Curso Projeto de Vida: Educar para o Século XXI. Além dessas ações de formação continuada, foram realizadas quatro lives, com os temas: Novo Ensino Médio e Projeto de Vida; uma live com o tema: Perspectivas para a Orientação Educacional no Novo Ensino Médio uma live com o tema: Características e Objetivos do Ensino Médio na Educação Básica Brasileira.

Implementou-se o Catálogo em Movimento dos Itinerários Formativos, elaborado a partir das informações prestadas pelas Unidades Escolares por meio de formulário eletrônico.

COLETÂNEA EM MOVIMENTO DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS



Fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

Foram elaborados informativos para orientação da escolha do PNLD 2021 da unidade curricular de Projeto de Vida e Projetos Integradores.

A oferta dos itinerários formativos no Novo Ensino Médio possibilita a articulação de parceiros com o Estado na garantia e na efetivação de direitos e, também, estimula o desenvolvimento de uma gestão pública democrática e participativa. Nesse sentido, as parcerias se apresentam como uma forma de aproximar as políticas públicas dos cidadãos e das realidades locais, possibilitando a solução conjunta de problemas no cenário educacional. Foram realizadas tratativas com Instituições, Órgãos, Fundações e Organizações da Sociedade Civil (OSC), na perspectiva de ofertar cursos de formação continuada aos professores, disponibilizar materiais didático-pedagógicos e acompanhar o desenvolvimento das eletivas orientadas. Dentre as diversas proposições de parcerias, vale destacar aquelas que avançaram e se concretizaram em oferta de cursos de formação no 1º semestre de 2021, a saber:

- A Construção Crítica da Cidadania pela Educação em Direitos.
- Eletiva Orientada 1: Na Moral - Integridade, Ética e Cidadania.
- Educação Empreendedora para o Ensino Médio.
- Meu corpo eu Cuido - Educação Sexual em Foco;
- Ensino de Português como L2 para surdos - Itinerários para uma prática docente;
- Cidade, comunidade, território - Projeto do Coletivo: A quem pertence a cidade?;
- Criação e produção de objetos e eventos de aprendizagem para metodologias ativas,
- STEAM e baseadas em arte;
- o Método Científico e a Relação entre Ciências Naturais e Religião;

- Literatura para criatividade e intervenção;
- Escrita criativa e autoria: por uma nova metodologia da escrita;
- Gamificação: a inclusão através de jogos;
- Pensamento Computacional em processos criativos de elaboração de projetos em metodologias ativas; e
- Sputnik: construindo percursos formativos em Ciências da Natureza.

- Cidadania no Trânsito

O projeto Cidadania no Trânsito, desenvolvido pelo Detran em parceria com a SEEDF, visa à oferta de curso teórico e gratuito a estudantes da rede pública para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), promovendo ações que despertam o protagonismo do jovem no Ensino Médio, visando à formação de cidadãos conscientes. O curso possui dois módulos de 45 horas-aula, totalizando 90 horas-aulas.

O primeiro módulo foi realizado no 2º semestre de 2021, em formato presencial, para estudantes matriculados na 2ª série do Ensino Médio. Aqueles que obtiverem êxito nessa fase participarão do segundo módulo, no 1º semestre letivo de 2022, quando estarão na 3ª série do Ensino Médio. Uma vez aprovados nos dois módulos, os estudantes receberão um certificado que os dispensa das aulas teóricas destinadas à obtenção da habilitação.

Participaram do 1º módulo 6 (seis) unidades escolares: CEM Incra 8 de Brazlândia; CEM 03 do Gama; CEM 01 de Planaltina; CEM 01 de São Sebastião; CEMI Cruzeiro e CED 07 de Taguatinga. Foram contemplados neste módulo um total de 210 estudantes. O encerramento dessa primeira etapa do projeto ocorreu no dia 16 de dezembro de 2021, em uma das Unidades Escolares participantes.

- Diálogos SAEB

Realizou-se no dia 5 de maio de 2021, o evento “Diálogos SAEB” com o objetivo de fomentar a reflexão sobre a importância dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) para o Ensino Médio, a fim de mobilizar professores e equipes gestoras em favor da melhoria dos níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados.

Trata-se de uma ação que visa a perseverar na promoção do debate, na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, sobre a construção de uma cultura avaliativa e como o diagnóstico da educação básica brasileira retratado pelo SAEB pode ser utilizado para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais, bem como de práticas pedagógicas com base nas evidências.

O evento contou com a participação de 3 (três) pesquisadores da área que, em uma dinâmica de roda de conversa, promoverão um diálogo aberto sobre o SAEB, com enfoque na temática “Estratégias e Perspectivas”.

- Semana Prepara Enem

Em continuidade aos esforços da SEEDF de desenvolver estratégias diversificadas de apoio aos estudantes em sua preparação para a continuidade dos estudos após a conclusão do Ensino Médio, especialmente no atual cenário da pandemia de Covid-19, realizou-se, entre os dias 4 e 8 de janeiro de 2021, a Semana Prepara Enem.

Durante esses dias, diversos profissionais da educação ministraram, voluntariamente, aulas ao vivo. Foi um período de revisões, dicas, resoluções de questões do Enem e, ainda, orientações a respeito da preparação emocional dos estudantes para o momento de realização da prova.

Cada aula teve, em média, 1500 visualizações. Percebendo o sucesso da iniciativa, a mencionada diretoria verificou que a continuidade do projeto poderia ser de significativo interesse dos estudantes.

Diante disso, foram elaborados três cenários com propostas de ações que poderiam ser implementadas ainda em 2021, com vistas a oferecer opções de preparação aos estudantes. Entretanto, tendo em vista o retorno das aulas presenciais na rede pública e todas as adaptações necessárias para viabilizar isso, mantendo-se, ainda, a observância às normas de enfrentamento à pandemia, demandaram expressiva concentração de esforços das áreas técnicas da SEEDF, impedindo o avanço no planejamento das atividades voltadas ao Enem.

4 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

No ano de 2021, foram fomentados Projetos, Políticas Públicas, Grupos de Trabalho, parcerias e eventos que viabilizassem a concretização do Plano Plurianual (PPA) e do planejamento para 2021. Dentre as ações desenvolvidas, estão as contribuições no campo da produção de instruções normativas, portarias e Políticas Públicas, com o objetivo de fortalecer iniciativas voltadas para a modalidade de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), conforme descrito a seguir:

- estruturação e oferta de cursos de qualificação profissional, no modelo de Formação Inicial e Continuada (FIC), nas modalidades presencial e à distância;
- retomada da elaboração de um Guia de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), próprio do Distrito Federal, relacionado ao Programa Novos Caminhos do Governo Federal. O Guia tem por objetivo apresentar os cursos de FIC disponíveis no âmbito do Programa, classificados conforme eixos tecnológicos, indicados os itinerários formativos dos Cursos Técnicos de Nível Médio que compõem, e ainda, descrevendo as atividades que o curso permite exercer, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações. A elaboração do Guia foi realizada de maneira colaborativa, solicitando a participação e contribuição dos profissionais da Educação Profissional atuantes nas escolas, nas Coordenações Regionais de Ensino e na Gestão Central da SEEDF;
- revisão da regulamentação local referente aos estágios no âmbito da Educação Profissional;
- realização do Diálogo da Educação Profissional, com o tema: Novas Demandas no Mundo do Trabalho - Desafios na Educação Profissional e Tecnológica. Realizado nos dias 23 e 24 de Setembro;
- adesão à Bolsa-Formação para a oferta de Cursos Técnicos e de FIC, por meio do Programa Novos Caminhos;

criação do Banco de Planos de Cursos, uma ferramenta eletrônica que permite o acesso a mais de 150 planos de cursos, entre Técnicos de Nível Médio, de Qualificação Profissional (FIC) e de Especialização de Nível Médio, disponibilizados no site: Banco de Planos de Cursos, com a finalidade de esclarecer e orientar o público interessado na oferta de Educação Profissional.

5 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

- Caderno de Orientações Pedagógicas para o Atendimento da Política Distrital do Idoso no Contexto Educacional

Elaborado com o objetivo de atender ao disposto na Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994), no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), na Política Distrital do Idoso (Lei Distrital nº 3.822, de 08 de fevereiro de 2006) e no Plano Distrital do Idoso (Lei Distrital nº 5.499, de 14 de julho de 2015), apresenta orientações pedagógicas para o atendimento às pessoas idosas e foi construído coletivamente por todas as áreas vinculadas à Educação Básica. O lançamento deste caderno para toda a rede de ensino está previsto para a Semana Pedagógica de 2022.

- Chamadas Públicas para a EJA

Foram realizados diversos chamamentos públicos e campanhas para fomentar o retorno dos estudantes às aulas presenciais e para novas matrículas na modalidade, por meio de ações

diversificadas de busca ativa, tais como: chamamentos em rádios comunitárias do DF, em canais de televisão, em jornais impressos, além de panfletagem, fixação de cartazes em locais de grande fluxo de pessoas, produção de spots para a programação de rádios e whatsapp, entre outros, conforme imagem a ao lado.

- Formações Continuidas para os docentes que atuam na EJA e materiais para a Semana Pedagógica 2021

Durante todo o ano letivo de 2021, foram realizadas várias formações virtuais com os docentes que atuam na EJA. Essas ações vislumbraram refletir sobre a importância do acesso, da permanência e das aprendizagens dos estudantes.

15/06/21 - Roda de Conversa sobre o tema: "Paulo Freire: práxis libertadora de educação e vida";

19/08/21 - Roda de Conversa sobre o tema: "Acolher, ensinar e esperar na EJA" ;

22/09/21 - Roda de Conversa sobre o tema: "Sujeitos da EJA: diversidade de saberes";

05/10/21 - Roda de Conversa sobre o tema: "Currículo na EJA" ;

09/11/21 - Roda de Conversa sobre "Avaliação para as aprendizagens e como aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos".

- Projeto Trilhar

O projeto, desenvolvido teve como principais objetivos a oferta da formação continuada para professores, coordenadores locais e intermediários e gestores que atendam a Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, com enfoque na alfabetização, nos letramentos, no raciocínio lógico e nas competências e habilidades socioemocionais (Projeto Aprender sem Parar) e a divulgação de trabalhos e experiências exitosas das Unidades Escolares, propiciando a valorização profissional dos professores.

- Distribuição de Kit Material Escolar para a EJA

Foi realizada a aquisição de 11.609 (onze mil seiscentos e nove) kits de materiais escolares para estudantes matriculados no Ensino Médio e da EJA, em situação de vulnerabilidade. A distribuição aconteceu no dia 31 de agosto de 2021, mediante o retorno presencial dos estudantes.

- Distribuição de Livro Didático PNLD EJA de Alfabetização.

Foram distribuídas para as turmas de 1ª e 2ª etapas do 1º segmento da EJA de toda a rede de ensino, no início de cada semestre letivo de 2021, 4.455 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e cinco) livros didáticos consumíveis de alfabetização, a serem utilizados como recurso pedagógico complementar, auxiliando no processo de ensino e de aprendizagem.

- Bolsa Alfa

Distribuição aos estudantes matriculados nas 1ª e 2ª etapas do 1º segmento da EJA, da Bolsa Alfa, no valor de R\$ 30,00 (trinta reais).

- Currículo em Movimento da Educação de Jovens e Adultos

Em 2021 foi elaborada a minuta do Currículo da Educação de Jovens e Adultos à luz da Base Nacional Comum Curricular, em continuidade ao processo de revisão do Currículo, visando a execução das ações como as formações, consultas públicas e elaboração da versão final do Currículo para o ano de 2022.

Atualização, elaboração e publicação do Plano Distrital de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e do Sistema Prisional (PDEPPLESP) 2021-2024

Foram realizadas ações, internas e externas à SEEDF, de revisão, atualização e publicação do PDEPPLESP 2021-2024, resultando na publicação da Portaria Conjunta nº 05/2021-SEEDF-

SEAPE/DF, de 14 de maio de 2021, aprovando o referido Plano, no DODF nº 98, de 26 de maio de 2021.

- Oferta Educacional na Penitenciária Federal em Brasília - PFBRA

Desde 19 de outubro de 2017, houve a solicitação de inclusão da Penitenciária Federal em Brasília (PFBRA) na oferta educacional da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. A SEEDF articulou a oferta de Educação Básica na PFBRA, nos níveis fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade e custodiadas, na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos presencial, na forma de EJA Combinada para o 1º segmento, e na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos a Distância (EJA EaD) para o 2º e 3º segmentos.

Em cumprimento da Meta 9 do Plano Distrital de Educação 2015 - 2024 que requer a oferta de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, na forma integrada à Educação Profissional, têm sido promovidas ações de ampliação das vagas nesse formato. Nesse sentido, encontram-se em análise, os planos dos cursos de qualificação profissional - Formação Inicial e Continuada (FIC) de Recepcionista de Eventos e o de Cerimonial e Mestre de Cerimonial, a serem ofertados no CED Gisno, e, o de Piscicultura, no CED Taquara. Para o Sistema Prisional, foi aprovado o Plano de Curso de Qualificação Profissional (FIC) em Figurinista, e encontra-se em análise o de Auxiliar pedagógico.

6 - EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A SEEDF é responsável pela gestão de processos, projetos e políticas relacionados ao atendimento dos estudantes com Deficiências, Transtorno do Espectro Autista – TEA, Altas Habilidades/Superdotação – AH/SD, bebês e crianças de 0 a 4 anos do Programa de Educação Precoce.

A seguir, registra-se as ações desenvolvidas em 2021:

- ampliação da oferta do Programa de Educação Precoce, pela implantação do atendimento no CEF 02 da Estrutural, aumentando de 19 (dezenove) para 20 (vinte) unidades escolares de atendimento, contemplando a demanda reprimida estimada em 64 estudantes;
- regulamentação pedagógica do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez - CAS;
- realização do processo de concessão de aptidão para atuar na Educação Especial, por meio de análise documental e entrevistas de, aproximadamente, 1.000 (um mil), professores da Educação Básica;
- realização de aproximadamente 1.500 (mil e quinhentos) estudos de casos omissos em conjunto com as Coordenações Regionais de Ensino, visando à adequação dos atendimentos aos estudantes para o ano letivo 2022, com o fito de obter êxito no processo de inclusão;
- formalização do Acordo de Cooperação que tem por objeto a oferta gratuita de Equoterapia aos estudantes com Deficiência, Dificuldades de Aprendizagem, Transtorno do Espectro Autista e outros Transtornos Funcionais, sendo 80% (oitenta por cento) das vagas destinadas aos alunos regularmente matriculados na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- participação efetiva no processo de modulação para garantir o atendimento adequado dentro da perspectiva da educação inclusiva, conforme os aportes legais adotados por esta Pasta;
- apoio à implementação do Eixo Transversal “Educação para a Sustentabilidade”, desenvolvendo ações da Educação Ambiental;

- realização de parcerias com instituições da iniciativa privada, com foco em atividades de esporte, artes e cultura para até 5.032 estudantes do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais) e Ensino Médio da Rede Pública de Ensino em Tempo Integral;
- formalização do Termo de Cooperação para continuidade do Programa Forças no Esporte (PROFESP), com atendimento de 260 estudantes, sendo 160 dos Anos Iniciais e 100 do 6º Ano do Ensino Fundamental ;
- formalização do Termo de Cooperação "Lixo Zero", tratando da importância da gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados na escola, do qual participarão 620 (seiscentos e vinte) estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- formalização de Termo de Cooperação que visa ao atendimento de estudantes na rede de escolas do Programa de Educação Ambiental. Em 2021, participaram, aproximadamente 5.500 (cinco mil e quinhentos) estudantes;
- formalização de acordo de cooperação com finalidade difundir a língua e a cultura alemã em Centros Interescolares de Línguas para estudantes da Rede Pública de Ensino;
- encaminhamento de sugestões pedagógicas para o trabalho com as temáticas étnico-raciais em sala de aula para divulgação entre as unidades escolares;
- inserção da população cigana na Política de Acolhimento e Atendimento para Escolarização de Estudantes Não falantes da Língua Portuguesa na Rede Pública de Ensino no Distrito Federal;
- oferta do Curso de Formação Continuada, com carga horária de 60h, com os seguintes Temas: "Maria da Penha vai à Escolas" e "Maria da Penha Vai à Escola: Abordagem Técnica das Situações de Violência Sexual" para Gestores, Orientadores Educacionais e Partícipes;
- publicação da Portaria PMI nº 256, de 26/05/2021 que institui o Programa Mulheres Inspiradoras (PMI) como parte da Política de valorização de meninas e mulheres e de enfrentamento às violências, a partir de práticas de leitura e escrita no âmbito da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- publicação do Catálogo com Referências e Materiais Pedagógicos: Valorização das Meninas e Mulheres e Enfrentamento às Violências 2021: Reúne materiais diversos, sugestões pedagógicas e referências que podem ser utilizados ao longo de todo o ano e de acordo com a realidade de cada Unidade Escolar, apresentando um compilado de leis, políticas e diretrizes, além de livros, músicas e vídeos para uso em sala de aula, durante as coordenações pedagógicas, diálogos com toda a comunidade escolar e durante a construção e reelaboração da Proposta Pedagógica;
- realização da live "Drogas e Sociedade: reflexões necessárias, em decorrência da Semana Nacional de Políticas sobre Drogas da SEEDF;
- formalização do Acordo de Cooperação, que visa o despertar para o interesse e o entusiasmo de jovens pelas noções básicas de direito do trabalho e de direitos fundamentais e de promoção do acesso à justiça e ao exercício dos direitos, aproximando o poder judiciário da sociedade, possibilitando as próprios juízes uma convivência dinâmica com a realidade social.

- publicação do Caderno Orientador "Convivência Escolar e Cultura da Paz"

- realização do 1º Fórum Pedagógico Permanente dos CILs com foco no fortalecimento da coordenação pedagógica realizada nessas unidades, quando foram diagnosticadas as demandas de formação das equipes gestoras, docentes e de coordenadores intermediários. Como desdobramento, será realizado o II Fórum Distrital de Ensino-Aprendizagem de Línguas Estrangeiras durante a semana pedagógica do 1º semestre de 2022.

PROJETOS REFERENTES À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

- Aquisição de Livros Literários

Aquisição de livros literários a serem adotados pelos profissionais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e estudantes dos Núcleos de Ensino do Sistema Prisional do Distrito Federal. Foram adquiridas 620 obras das quais 380 estão sob guarda e responsabilidade do gestor do CED 01 de Brasília, cujos termos já foram assinados, e as outras 240 aguardam finalização dos procedimentos para liberação ao gestor.

- Projeto Ler Liberta

As atividades educacionais presenciais das unidades prisionais do DF retornaram no dia 30 de agosto de 2021 de forma presencial com atividades mediadas pelos professores, conforme cronograma específico da SEEDF. No âmbito das ações do Projeto de Remição de Pena pela Leitura "Ler Liberta - uma perspectiva de ressocialização nos estabelecimentos penais do Distrito Federal", entre os meses de março e novembro de 2021, foram emprestadas 3.694 obras aos estudantes das unidades prisionais do DF.

- Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

Das unidades escolares públicas do DF que ofertam Educação Infantil, 91,3% realizaram o registro da escolha dos livros do PNLD 2022. Considerando as unidades escolares do DF que ofertam Ensino Médio, 97,9% e 96,9% registraram suas escolhas referentes, respectivamente, ao "Objeto 1 - Projetos Integradores e Projeto de Vida" e "Objeto 2 - Obras Didáticas por Área do Conhecimento e Obras Específicas" no âmbito do PNLD do Ensino Médio 2021.

- Programa Escrevendo O Futuro – Olimpíada De Língua Portuguesa - OLP

A Olimpíada de Língua Portuguesa integra as ações do Programa Escrevendo o Futuro. A 7ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa concentrou-se no texto produzido por docentes, os quais redigiram um Relato de prática sobre o trabalho que foi desenvolvido com sua turma. Além disso, junto com os estudantes, selecionaram algumas produções textuais ou audiovisuais e registros significativos do percurso (fotografia, vídeo, áudio, etc).

A SEEDF promoveu as Trilhas de Formação e Acompanhamento dos docentes inscritos na olimpíada. Foram realizados 05 (cinco) encontros, por videoconferência, com o objetivo de oferecer subsídios aos professores para a elaboração dos seus respectivos Relatos de Prática, complementando as informações disponíveis e dirimindo dúvidas que porventura pudessem surgir. Os encontros ocorreram por gênero textual, Poema, Memórias Literárias, Crônicas, Documentário e/ou Artigo de Opinião.

O público da formação no Distrito Federal foi composto de professores regentes no 5º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, professores de Língua Portuguesa dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, Coordenadores Intermediários das Coordenações

Regionais de Ensino do DF, profissionais atuantes em Bibliotecas Escolares e outros interessados, inclusive de outros estados, em especial do Maranhão.

O Distrito Federal obteve êxito em todas as etapas do concurso e teve uma vencedora nacional na categoria Poema. Ao todo foram 107 escolas inscritas, representadas por 217 docentes inscritos em 327 categorias.

PROGRAMA ESCREVENDO O FUTURO - MATERIAL DE DIVULGAÇÃO



Fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

- Semana Nacional do Livro e da Biblioteca

A celebração da Semana Nacional do Livro e da Biblioteca (Decreto nº 84.631/1980) está prevista no Calendário Escolar da SEEDF e tem por objetivos discutir e refletir sobre o papel da leitura, das bibliotecas e dos profissionais que nelas atuam para a construção da competência leitora, para o desenvolvimento do gosto de ler, para ampliar as possibilidades de formação, bem como difundir o livro, a informação e o acesso a diferentes manifestações artísticas e culturais.

Em 2021, além da participação de autores de grande relevância e de artistas locais, preparou-se uma programação voltada para a socialização de projetos desenvolvidos pelas Bibliotecas Escolares e Escolares-Comunitárias da rede pública de ensino do Distrito Federal com a I Jornada de Boas Práticas das Bibliotecas Escolares e Escolares-comunitárias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

A Semana contou com uma programação organizada em 4 (quatro) encontros virtuais:

- Abertura Oficial (26/10) - Acolhimento artístico musical e compartilhamento de prática.
- 2º Encontro (27/10) - Acolhimento artístico literário e socialização de boas práticas com os projetos "Livros Caindo N'alma" e "Contando e Recriando Por Meio da Leitura".
- 3º Encontro (28/10) - Acolhimento artístico musical e socialização de boas práticas com os projetos "Contando e Encantando", "Amo ler" e "Escolinha de criatividade".
- 4º Encontro (29/10) - Acolhimento literário, oficina e relançamento da obra "Gabriel em Brasília, a cidade com asas", conversa com a autora e lançamento do Caderno "Modos de ver, Modos de Ler".

Participação: 553 servidores da SEEDF e 108 pessoas de público externo (outros estados, rede privada, entre outros). Até o dia 14/12/2021, às 17h30, os vídeos da Semana Nacional do Livro e da Biblioteca apresentaram 2.491 visualizações desde a publicação.

SEMANA NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA - MATERIAL DE DIVULGAÇÃO



Fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

- Curso Técnico em Biblioteconomia para os Atuantes em Bibliotecas

Oferta do Curso Técnico de Nível Médio de Técnico em Biblioteconomia, com vistas a formar profissionais para desenvolverem atividades e serviços concernentes ao funcionamento de bibliotecas e outros serviços de documentação e informação. O Curso tem carga horária de 900 (novecentas) horas e está de acordo com o que preconiza o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério de Educação - MEC (BRASIL, 2016). São 100 (cem) vagas, distribuídas em 02 (duas) turmas e o público alvo são os servidores da Carreira Magistério Público e

Assistência à Educação da SEEDF que atuam nas bibliotecas da rede pública de ensino do Distrito Federal.

- Projeto Caixa-Estante Sustentável

O Projeto Caixa-Estante Sustentável se constitui em uma atividade de extensão bibliotecária, composta de bem móvel (tambores de óleo adaptados e customizados para se tornarem estantes com rodízios) e acervo literário, com vistas a apoiar as atividades de leitura em sala de aula ou em qualquer outro espaço da escola, tornando a leitura mais acessível, na medida em que permite ao estudante o contato diário com os livros. Em 2021, 05 (cinco) novas escolas foram contempladas com o acervo.

- Publicações e Eventos

A fim de subsidiar os profissionais que atuam nas bibliotecas da Rede Pública de Ensino do DF, foram elaborados diferentes cadernos orientadores, tanto relacionadas aos protocolos sanitários, em decorrência da pandemia de Covid-19, quanto pedagógicos referentes ao livro, à leitura e às bibliotecas, os quais se encontram disponíveis, em formato digital, no sítio eletrônico da SEEDF.

PUBLICAÇÕES E EVENTOS - MATERIAL DE DIVULGAÇÃO



Fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

- Acolhimento e Articulação do Trabalho Pedagógico da Orientação Educacional

Visando ao cuidado e ao bem estar do servidor no trabalho, foram realizadas ações diversas de acolhimento e estímulo à noção de pertencimento e identidade profissional, dentre as quais se destacam:

- Live de Boas Vindas ao Ano Letivo de 2021 com 686 visualizações até o dia 23/12/2021;
- produção e divulgação do vídeo: Acolhimento aos Profissionais da Orientação Educacional na Transição do Ensino Remoto para o Ensino Híbrido com 181 visualizações até do dia 23/12/2021.

- Foram realizados 28 Encontros de Articulação Pedagógicas com os coordenadores intermediários da Orientação Educacional, de modo a fomentar o planejamento coletivo entre as Regionais de Ensino para definir metas comuns, necessidades prioritárias de apoio, estudos e ações conjuntas, gerando a realização do alinhamento pedagógico na ação dos profissionais deste segmento, atuantes nas unidades de ensino.

- A implementação dos instrumentos de Registro da Orientação Educacional, favoreceu a padronização da organização do trabalho pedagógico e acompanhamento das ações e resultados das ações pedagógicas desenvolvidas pelos profissionais da Orientação Educacional.

Ainda, em apoio a toda comunidade escolar e visando a oferecer uma referência aos profissionais da Orientação Educacional sobre ações de acolhimento em espaço virtual, foi realizado um Dia Letivo Temático, com a Live "Acolhimento: cultivando a paz em tempos de pandemia", com 59.364 visualizações até o dia 23/12/2021.

• I Jornada Pedagógica da Orientação Educacional

Foram promovidas três palestras em formato de videoconferência, cinco oficinas por aproximação digital e um estudo dirigido, com objetivo de estimular ações pedagógicas voltadas ao aprendizado emocional dos estudantes e ao desenvolvimento de respostas criativas frente às adversidades impostas pelo contexto de pandemia, bem como para os desafios de escolarização. A seguir, as respectivas temáticas:

Palestras:

- A teoria dos três elementos: 3C;

- Orientação Educacional 2021: os desafios da Idade Mídia;

- Orientador(a) Educacional como Mediador(a) da Aprendizagem e Desenvolvimento Emocional do(a) Estudante.

- Videoconferência: Orientação Educacional de Jovens e Adultos e a Aprendizagem e Desenvolvimento da Autoestima, com a participação de 123 profissionais e gravação com 247 visualizações até 23/12/2021.

Oficinas:

- Diálogo Temático: Inclusão das Diversidades e a Orientação Educacional, com a participação de 107 profissionais e gravação disponível com 229 visualizações até 23/12/2021;

- Diálogo Temático: Projeto de Vida e Orientação Educacional, com a participação de 256 profissionais e gravação disponível com 429 visualizações até 23/12/2021;

- Diálogo Temático: Educação Ambiental e Orientação Educacional, com a participação de 94 profissionais e gravação disponível com 167 visualizações até 23/12/2021;

- Diálogo Temático: Cultura de Paz e Orientação Educacional, com a participação de 272 profissionais e gravação disponível com 510 visualizações até 23/12/2021;

- Estudo Dirigido: para aprendizagens compartilhadas nas oficinas da jornada que alcançou 615 profissionais.

• Tear Pedagógico da Orientação Educacional

O Tear Pedagógico é um projeto realizado para construir e articular saberes e experiências que contribuam para a organização do trabalho pedagógico, no contexto das frentes de ações previstas no Calendário Escolar (Portaria nº 498, de 28 de dezembro de 2020) e nas pautas relacionadas ao Currículo em Movimento da Educação Básica (2018).

- Abril - Tecendo a Práxis da Orientação na Semana de Educação para a Vida, no Maio Laranja e no encerramento do bimestre, com 2.220 visualizações até 23/12/2021.

- Maio - O Brincar e o Lúdico na Práxis Educativa e na Transformação do Mundo, com 1.894 visualizações até 23/12/2021.
- Junho - Os Tempos e a Práxis da Orientação Educacional, com 2.048 visualizações até 23/12/2021.
- Agosto - Promoção de Direitos e Valorização da Vida na Práxis Educativa, com 1.497 visualizações até 23/12/2021.
- Setembro - Transição: trabalho em rede, fomentando trajetórias escolares exitosas, com 1.613 visualizações até 23/12/2021.
- Outubro - Orientação Educacional para as Relações Étnico-Raciais: promovendo a consciência e o orgulho negro, com 1.504 visualizações até 23/12/2021.

- III Ciclo de Encontro de Articulação Pedagógica por Etapa e Modalidade da Orientação Educacional

Ação formativa voltada para a promoção de troca, entre os Pedagogos-Orientadores Educacionais, de experiências obtidas durante o período de pandemia e do ensino mediado por tecnologia. Teve como objetivo, rever as diretrizes ao planejamento e ação da Orientação Educacional no contexto de atendimento remoto e prover o alinhamento do trabalho pedagógico. Foram realizadas 13 videoconferências, com 2h30 de duração cada, alcançando um público de 742 profissionais, no período de 17/05 a 22/06.

- Execução do Acordo de Cooperação Técnica "Programa Brasília Vida Segura"

Voltado para o desenvolvimento de políticas com vistas à redução do consumo nocivo de álcool por menores de idade, nas regiões de Ceilândia e Taguatinga.

O Programa Brasília Vida Segura foi composto por quatro etapas, tendo sido, as duas primeiras, realizadas em anos anteriores. Em 2021 ressaltam-se as seguintes realizações:

- Etapa 3 - Estruturação de controle de resultados de ações educativas, com os seguintes objetivos:

- * delinear e implementar rotinas e ferramentas para controlar ações e resultados;
- * definir mecanismos de colaboração para redução do consumo de álcool pelo menor de idade;
- * cocriar soluções para melhorar o ambiente escolar e os impactos atrelados ao consumo nocivo de álcool; e
- * elaborar programas e políticas educacionais voltados para a redução do consumo de álcool pelo menor de idade.

- Etapa 4 - Implementação da rotina de controle de resultados e transferência do gerenciamento da rotina de controle para o responsável por meio de oficina de formação com 56 profissionais da Orientação Educacional.

- Gestão do Projeto de Fomento e Apoio aos Grêmios Estudantis

Este projeto teve por objetivo fomentar a implantação de grêmios estudantis nas unidades escolares de anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio e fortalecer a atuação dos grêmios instituídos, incentivando seu envolvimento em ações referentes às atividades desportivas de: leitura, arte, cultura e outras de interesse da Unidade Escolar.

As ações realizadas foram:

- sensibilização junto ao grupo de gestores das Unidades Escolares a respeito da importância da formação do ponto focal para o acompanhamento dos estudantes;
- elaboração de Plano de Curso de capacitação de servidores da educação para o fomento à implantação de grêmios estudantis nas unidades escolares, com duração de 20 horas; e
- orientações, subsídios, aporte de recursos e apoio técnico e administrativo para a instituição dos grêmios estudantis nas unidades escolares; e

- oferta do curso: O Grêmio Estudantil na Gestão Escolar.

Ressalta-se que em 02/06/2021 o projeto foi sobrestado devido ao impacto da Pandemia do SARS COV-2 na Educação, que gerou modificações no calendário escolar e tornou inviável as atividades presenciais nas escolas.

- Gestão do Projeto Transição Escolar

O Projeto de Transição consiste em uma proposta voltada à promoção das aprendizagens e da cultura de paz, de forma a subsidiar o trabalho pedagógico, oferecendo as condições necessárias para o desenvolvimento integral do estudante, por meio de ações coordenadas e articuladas, envolvendo os diversos atores da comunidade escolar.

É referenciado pelo documento "Transição Escolar na Educação Básica - Trajetórias na Secretaria de Estado do Distrito Federal", que sintetiza uma série de discussões realizadas visando a assegurar a fluidez das trajetórias escolares aos estudantes. Emerge como recurso pedagógico e teve como etapas:

- editoração do documento norteador;
- live de lançamento do caderno orientador; com visualizações até 23/12/2021;
- assessorar as Coordenações Regionais de Ensino, no sentido de auxiliar na implantação do projeto;
- Monitorar a implantação do projeto pelas Unidades Escolares e Unidades Básicas de Ensino.
- O Caderno Orientador está disponível em site da SEEDF: Transição Escolar na Educação Básica - Trajetórias na Secretaria de Estado do Distrito Federal;

- Fomento à Política de Acolhimento e Atendimento para Escolarização de Estudantes não Falantes de Língua Portuguesa

Por meio da Portaria nº 228, de 18 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal de 19 de maio de 2021, página 30, que instituiu o Grupo de Trabalho para elaboração de uma Política de Acolhimento e Atendimento de Estudantes Não Falantes de Língua Portuguesa. Foram realizadas reuniões quinzenais, nas quais houve:

- levantamento da demanda por ensino de português para não falantes da língua na Rede Pública de Ensino;
- definição da melhor estratégia para executar o acolhimento e atendimento desses(as) estudantes;
- elaboração das Diretrizes da Política Pública Educacional de Atendimento e Acolhimento para a Escolarização de Estudantes Não Falantes da Língua Portuguesa, que aguarda publicação.

- XI Fórum da Orientação Educacional

Atividade anual em comemoração ao Dia do Pedagogo - Orientador Educacional, promovendo espaço formativo e celebrativo, que, em 2021, dado os cenários ocasionados pela Pandemia da Covid -19, abordou o tema: Cuidado com a Vida e Bem-viver, como forma de ofertar estímulos ao autocuidado na práxis cotidiana da Orientação Educacional e inspirar as ações pedagógicas que precisam ser desenvolvidas em 2022, a fim de educar para a resiliência e transformação das dores e lutos inerentes às perdas vivenciadas no contexto pandêmico.

Constou da programação virtual solenidade de moção honrosa à Orientação Educacional, em reconhecimento aos serviços e dedicação desses profissionais, assim como com entrevistas relacionadas ao mundo emocional, corporal, expressão musical, ecopsicologia e momentos de interlocução com os espectadores, com 2.146 acessos até dia 23/12/2021.

- Projeto Conexão Científica

O Projeto Conexão Científica - PCxC é um projeto piloto que tem por objetivo proporcionar aprendizagens significativas no ensino de Ciências da Natureza, abordado de maneira

interdisciplinar. É destinado a estudantes do Ensino Fundamental e Médio matriculados na rede de escolas públicas do Distrito Federal e realizado por meio de atividades, experimentos, debates e visitas técnicas de cunho científico, com vistas à popularização da ciência e ao fomento da iniciação científica escolar, no contexto do ensino híbrido. Oferece informação e formação acessível a estudantes, professores, coordenadores, gestores e público interessado.

Durante o ano letivo de 2021, foram realizadas inúmeras reuniões de alinhamento entre as unidades envolvidas no projeto, e também, a "I Semana De Lives Do Projeto Conexão Científica", ocorrida entre os dias 22 e 26 de março de 2021.

- PrOCien - Despertando Talentos

As Olimpíadas Científicas e Pedagógicas constituem-se em estratégias educacionais de comprovado impacto no desenvolvimento e aprendizado dos estudantes que delas participam. Existe um rol considerável de olimpíadas sendo realizadas no Brasil e no mundo; atualmente, relacionamos 28 olimpíadas, realizadas em âmbito nacional, em diversas áreas do conhecimento, por exemplo, as de Linguística, Filosofia, Astronomia, Física, Informática e Neurociências.

A maioria das olimpíadas realizadas no ano letivo de 2021 ocorreu de forma virtual em razão da pandemia da COVID-19. Dentre elas: Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA), Mostra Brasileira de Foguetes (MOBFOG), Olimpíada Brasileira de Biologia (OBB), Olimpíada Nacional de Ciências (ONC), Olimpíada Nacional de História do Brasil (ONHB), Olimpíada Brasileira de Química (OBQ), Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR), Olimpíada Brasileira de Informática (OBI), Olimpíada Brasileira de Linguística (OBL), Olimpíada de Língua Portuguesa - Escrevendo o Futuro, Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente (OBSMA), Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), Olimpíada de Matemática do Distrito Federal (OMDF), Olimpíada Canguru de Matemática (OCM), Olimpíada Brasileira de Satélites (OBSAT), Olimpíada Brasileira de Física (OBF), Olimpíada Brasileira de Física das Escolas Públicas (OBFEP), Olimpíada Brasileira de Cartografia (OBRAC), Olimpíada Brasileira da Cultura Oceânica e web série Cultura Oceânica (o2), Olimpíada Nacional de Aplicativos (ONDA), Torneio Virtual de Química (TVQ), Olimpíada Brasileira Geo-Brasil – OGB, VIII Olimpíada de Filosofia, IYPT Torneio Internacional de Jovens Físicos.

- 10º Circuito De Ciências

O Circuito de Ciências figura como um instrumento para a exposição e divulgação da produção científica, tecnológica e de inovação. Desenvolvido no âmbito da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, constitui-se como atividade pedagógica com importante potencial motivador do ensino, da aprendizagem e da compreensão da prática científica no ambiente escolar.

A Mostra de Trabalhos do Circuito de Ciências em Apresentação Pública foi realizada no dia 26 de novembro de 2021. O evento contou com a presença dos estudantes que apresentaram projetos classificados para a Etapa Distrital. Também, como parte das atividades do 10º Circuito de Ciências, foi promovida entre os dias 03 e 10 de dezembro de 2021 a visita dos estudantes na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

CIRCUITO DE CIÊNCIAS



Fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

- Termo de Cooperação

O estabelecimento do Termo de Cooperação nº 06/2021 tem por objeto fomentar a educação empreendedora em diferentes etapas e modalidades da educação básica na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, por meio de ações direcionadas aos professores e que visem desenvolver competências empreendedoras nos estudantes.

- Jogos Escolares do Distrito Federal

Os Jogos Escolares do Distrito Federal - JEDF são realizados anualmente e é um evento de caráter desportivo que contempla estudantes da rede pública e particular de ensino. Os JEDF são compostos por quatro etapas: 12 a 14 anos, 15 a 17 anos, Jogos Noturnos (Corujão), Jogos Paralímpicos.

Diante das medidas de contenção da transmissão da COVID 19, no ano de 2021 os JEDF não foram realizados de forma presencial. Sendo assim, apenas duas modalidades, que foram introduzidas em 2020, foram realizadas, Xadrez On-line e Jogos Eletrônicos.

- Xadrez on-line: O Xadrez pode ser aproveitado e desenvolvido enquanto recurso pedagógico mediado por tecnologias, já que há a possibilidade de ser inteiramente trabalhado remotamente, com perspectiva de atendimento de todos os estudantes do Distrito Federal.

Sendo assim, já com a experiência de 2020, em 2021 foi realizado o Circuito de Xadrez On Line nos meses de junho, setembro e dezembro, com 356 (trezentos e cinquenta e seis) escolas participantes, 1.397 (um mil trezentos e noventa e sete) estudantes inscritos, 304 (trezentos e quatro) estudantes participantes e 800 (oitocentas) partidas realizadas, além dos desafios de xadrez, com 406 (quatrocentas e seis) partidas realizadas, com 160 (cento e sessenta) estudantes participantes, oriundos de 122 (cento e vinte e duas) Escolas.

CIRCUITO ESCOLAR DE XADREZ ONLINE - JEDF 2021



Fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

- Jogos Eletrônicos: Os jogos eletrônicos são TDICs - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação que permitem um trabalho interdisciplinar e até transdisciplinar. Apropriando os estudantes de vocábulos da língua estrangeira moderna inglesa, aproximando os estudantes do acesso a tecnologias e auxiliando no combate ao analfabetismo digital. Ademais, os jogos eletrônicos figuram em possibilidades de construções de pontes para o ensino superior no que tange os cursos superiores de tecnologias e áreas afins, bem como da diversidade de ofertas de trabalho que permeiam o cenário dos esportes internacional e nacional.

JOGOS ESCOLARES ELETRÔNICOS - JEDF 2021



Fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

Em 2021, foram realizados os Jogos Escolares Eletrônicos do DF- JEEDF com quatro modalidades baseadas nos tipos de jogos:

I Campeonato - Realização: janeiro/2021

Estudantes de escolas públicas	165
Estudantes de escolas particulares	8
Total de estudantes participantes	173

Fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

II Campeonato - Realização: maio/2021

Estudantes de escolas públicas	287
Estudantes de escolas particulares	29
Total de estudantes participantes	316

Fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

Campeonato - Realização: julho/2021

Total de escolas participantes	147
Total de estudantes inscritos	50
Total de estudantes participantes	46
Total de equipes	8

Fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

Campeonato - Realização: outubro/2021

Total de estudantes participantes	111
Total de escolas participantes	42
Feminino	7
Masculino	104
Total de Regionais	12

Fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

Campeonato - Realização: dezembro/2021

Total de estudantes participantes	61
Total de escolas participantes	31
Feminino	7
Masculino	54
Total de Regionais	13

Fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

• **Jogos Escolares Nacionais**

O Distrito Federal participa dos Jogos Escolares Nacionais, anualmente, sendo sempre uma das maiores delegações nas competições. No ano de 2021, foram realizados dois eventos esportivos escolares nacionais, sendo que o Distrito Federal participou dos:

- Os Jogos Escolares Brasileiros – JEB's/2021, realizados na cidade do Rio de Janeiro - RJ, de 27 de outubro a 5 de novembro. Tendo em vista que, em 2021, não aconteceram os Jogos Escolares para seleção dos atletas que representariam o Distrito Federal no evento, a SEEDF apoiou a organização da delegação auxiliando na seleção dos estudantes e equipes de acordo com os resultados dos JEDF de 2019 e o ranking dos estudantes nas federações.

Ao todo, participaram 19 dirigentes e 47 técnicos entre professores da SEEDF e de outras instituições, 103 estudantes atletas de modalidades individuais e 98 estudantes atletas de modalidades coletivas, sendo estudantes de escolas públicas e particulares, somando o total de 267 integrantes da delegação do Distrito Federal. Apresentando um quadro total de 31 (trinta e uma) medalhas, sendo 13 (treze) de ouro, 10 (dez) de prata e 9 (nove) de bronze.

JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS 2021



Fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

- Paralimpíadas Escolares, organizadas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), envolvem estudantes com deficiência representantes de unidades da Federação. Participam do evento estudantes com deficiência selecionados nos jogos realizados em cada estado/Distrito Federal. Devido à não realização dos Jogos Escolares Paralímpicos do Distrito Federal, a seleção foi realizada junto com os técnicos dos estudantes participantes dos Centros de Iniciação Desportiva Paralímpico, Centros Olímpicos/ Paralímpicos e pelo ranking dos estudantes atletas em suas modalidades.

PARALIMPÍADAS ESCOLARES 2021



Fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

O evento foi realizado na cidade de São Paulo/SP, de 22 a 27 de novembro de 2021, sendo o maior evento mundial para crianças com deficiência em idade escolar.

O Distrito Federal, apesar das dificuldades impostas pela pandemia do COVID-19, participou com 66 (sessenta e seis) integrantes, considerando atletas, técnicos, oficiais, staffs, fisioterapeutas e jornalista, apresentando um quadro total de 35 (trinta e cinco) medalhas, sendo 18 (dezoito) de ouro, 8 (oito) de prata e 9 (nove) de bronze.

- Programa Educação com Movimento - PECM

O Programa visa assegurar a inserção do professor de Educação Física na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com o objetivo de ampliar as experiências corporais dos estudantes, mediante a intervenção pedagógica integrada e interdisciplinar com o professor de atividades, na perspectiva da Educação Integral, conforme preconizado no Currículo da Educação Básica do Distrito Federal.

No ano de 2021, o Programa atendeu 172 Unidades Escolares, sendo 160 Unidades Escolares de anos iniciais do Ensino Fundamental e 12 de Educação Infantil.

- Curso - Introdução aos Games e Esportes na Educação

Primeira iniciativa de formação continuada com games e esportes na educação para professores no contexto da educação do DF e do Brasil com o objetivo de conceituar games, jogos eletrônicos, esportes e esportes eletrônicos; apresentar modalidades de disputas de esportes e plataformas de relação humano-máquina; apresentar profissões específicas dos esportes e as que permeiam este universo; apresentar diferentes gerações de jogos eletrônicos e suas nuances artísticas (2D, 3D e 2.5D); apresentar o pixel art e alternativas de elaboração de campeonatos interclasses; e apresentar possíveis jogos a serem utilizados enquanto conteúdos de artes e educação física. O curso aconteceu no período de 09/09 ao dia 29/11/2021.

- Curso - Orientações para a Formação Holística do Estudante Atleta (Módulo 01)

Iniciativa de formação dos professores e gestores das escolas que estavam previstas para receber o Projeto Escola Vocacionada, com o objetivo de apresentar os pressupostos conceituais e teórico-metodológico do Programa Gestão Compartilhada com o Esporte e do Projeto Escolas Vocacionadas; compreender e refletir sobre a formação no esporte, o conceito de dupla carreira e suas possibilidades no Distrito Federal; conhecer, problematizar e compreender a história dos Jogos Escolares do Distrito Federal, seus limites e possibilidades; discutir acerca dos agentes que participam do processo de organização das escolas vocacionadas: atletas, família e escola; propiciar condições para a conciliação entre a rotina escolar e esportiva nos diferentes níveis de representação. O curso aconteceu no período de 01/03 a 17/06/2021.

- Programa Centro de Iniciação Desportiva - CID

O CID desenvolve atividades básicas de aprendizagem desportiva, inclusive iniciação e aperfeiçoamento e conhecimentos de regras, entre outras. Pela própria característica de atendimento, o CID se constitui na integração entre a educação física curricular desenvolvida nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino e as competições desportivas realizadas em nível local, regional e nacional, sendo hoje a principal via de formação e qualificação desportiva do estudante da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

CENTRO DE INICIAÇÃO DESPORTIVA - CID



Fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

O CID atende, normalmente, cerca de 10.000 (dez mil) estudantes, contudo, devido à pandemia da COVID-19, o número de participantes diminuiu para 6.153 estudantes em 2020, e em 2021 o programa finalizou com polos em 82 Unidades Escolares e 6.512 estudantes atendidos.

As aulas do programa CID foram ministradas por meio de plataformas digitais de forma a atingir o máximo de estudantes. As aulas presenciais retornaram em agosto de 2021.

- Programa Escola Comunidade Ginástica nas Quadras - PGINQ

O Programa promove práticas corporais para melhoria da qualidade de vida da comunidade escolar, prioritariamente idosos, orientando e conscientizando sobre a importância da prática de atividades físicas para a saúde, a autoestima e a socialização. Podem participar do programa pessoas da comunidade acima de 15 anos e os estudantes do Ensino Médio.

No ano de 2021, até o retorno às atividades presenciais, em agosto do presente ano, os professores realizaram aulas remotas utilizando plataformas digitais para alcançar o máximo de estudantes, inclusive alguns professores participaram do Quarta do GINQ – programa apresentado no Canal digital da SEEDF. Atualmente, o Programa possui polos em 34 Unidades Escolares e 4.612 participantes.

- Transmissão de Programas e Desafios

Ação on-line, transmite, ao vivo, nas quartas-feiras, o Programa “Quarta do GINQ”, que consiste em aulas de ginástica ministradas por professores do Programa Escola Comunidade Ginástica nas Quadras, e às sextas-feiras entrevistas com professores, atletas e personagens da educação física do Distrito Federal, sobre assuntos referentes à educação física e ao desporto educacional.

REDES SOCIAIS



Fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

No ano de 2021, por meio das redes sociais, foram realizados os desafios virtuais, de dança, com 118 (cento e dezoito) estudantes participantes, desafio funcional com 21 participantes, desafio capoeira/apresentação solo com 35 participantes.

- Programa Escola de Esporte

O Programa Escola de Esporte - finalidade é oferecer à comunidade vagas para a prática de atividades esportivas, enquanto parte da política pública desenvolvida pelo Governo do Distrito Federal, com prioridade de atendimento aos estudantes da Rede Pública de Ensino do DF. Em 2021, foi realizado o Processo Seletivo Simplificado de servidor da Carreira Magistério Público do Distrito Federal para exercício no Programa Escola de Esporte, conforme Edital nº 45, de 9 de novembro de 2021.

- Termo De Cooperação nº 09/2019

Tem como objetivo a manutenção e desenvolvimento de ações na área educacional, esportiva e do trabalho voltadas para estudantes com deficiência física, visual, auditiva, intelectual e com transtornos do espectro de autista, matriculados na modalidade regular de ensino, com idade inicial de 06 (seis) meses até a terceira idade, com padrão funcional, clínico e

comportamental compatível com as atividades oferecidas, atendendo ainda, as pessoas com deficiência cadastradas em programas sociais específicos.

As ações realizadas, acompanhadas e supervisionadas foram:

- atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência;
- avaliação funcional dos estudantes participantes, em face da realização de uma determinada tarefa, bem como a orientação quanto à utilização de recursos apropriados para o padrão funcional do estudante, como a tecnologia assistiva;
- estudo na área da pessoa com deficiência e suporte aos profissionais por meio de estudos de casos e supervisões dos estudantes com deficiência;
- contribuição para a construção do plano de visitas às Coordenações Regionais de Ensino com o intuito de promover a importância do atendimento do estudante com deficiência através do esporte;
- concessão de intérpretes de libras para programa específico da rede.

- Projeto Skate Escola

O Projeto Skate Escola é uma ação com o objetivo de democratizar o acesso às práticas corporais para crianças e adolescentes da rede pública de ensino do Distrito Federal, por meio do desenvolvimento do esporte educacional, na modalidade skate, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes. Durante todo o ano de 2021 foram realizadas tratativas com os diversos setores da SEEDF com o intuito de realizar o projeto. Atualmente, a SEEDF está aguardando análise para que possa continuar os procedimentos necessários à licitação do material esportivo necessário na prática do skate.

- Programa Escola Vocacionada Para o Esporte

A Escola Vocacionada para o Esporte é uma proposta de tipologia de escola que permite aos estudantes desenvolverem seus estudos acadêmicos orientados a partir da prática esportiva. Seu funcionamento ocorre de forma integral, em diálogo com todo o corpo docente da escola, família e amigos. Possibilita desenvolverem a prática esportiva, vislumbrando no esporte, não só uma carreira como atleta, mas também uma dupla carreira, trabalhando com atividades em áreas correlatas ao esporte. Ao longo do ano de 2021 foram realizadas diversas ações de planejamento para estruturação do projeto, tais como:

- coordenações propositivas com os professores e equipe gestora;
- reuniões internas;
- organização do primeiro módulo do curso para os professores das Escolas Vocacionadas para o Esporte;
- visita às Unidades Escolares do projeto;
- gerenciamento dos projetos;
- elaboração dos documentos norteadores do projeto.

- Escolarização na Socioeducação

O acompanhamento e a escolarização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Internação, Semiliberdade e Meio Aberto - Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) é desenvolvido por um conjunto articulado de ações intersetoriais e em rede, tendo por base o princípio da incompletude institucional, além de configurar-se em diferentes realidades e espaços. A SEEDF acompanha o atendimento a aproximadamente 3.630 adolescentes e 150 professores.

- Implementação da Portaria Conjunta nº 07, de 17 de junho de 2021

A Portaria dispõe sobre a indicação das Unidades Escolares Vinculantes dos Núcleos de Ensino das Unidades Socioeducativas de Internação Provisória; a lotação dos profissionais da

educação; a matrícula e a escrituração escolar dos estudantes desses núcleos. Destaca-se o encontro formativo on-line com professores com o intuito de planejar e organizar a abertura do Núcleo de Ensino da Unidade de Internação de Planaltina; apresentar os setores responsáveis pelo acompanhamento escolar dos adolescentes atendidos; discutir os documentos normativos para a escolarização nas circunstâncias específicas da socioeducação; apresentar e discutir a rotina/fluxo do encaminhamento para matrícula dos adolescentes; orientar quanto à recepção, ao acolhimento e ao acompanhamento dos adolescentes, bem como sobre o sigilo das informações acerca desses estudantes, conforme versa o Artigo 143 da Lei nº 8.069/90.

- Política de Escolarização de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa e Internação

Anualmente, a SEEDF realiza análise e avaliação dos relatórios de adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação, com vistas ao monitoramento e à gestão para a melhoria das políticas nessa área, com o intuito de minimizar o agravamento da trajetória infracional desses estudantes e possibilitar experiências que resultem na mudança da sua trajetória de vida. Nesse sentido, foi realizado o acompanhamento sistemático da rotina escolar nos Núcleos de Ensino das Unidades de Internação e da qualificação dos profissionais que atuam na socioeducação, atendendo, aproximadamente, 1500 estudantes e 140 professores.

- Educação a Distância na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal

A SEEDF oferta cursos de Educação a Distância nas modalidades da Educação de Jovens e Adultos - EJA e da Educação Profissional e Tecnológica - EPT. No ano letivo de 2021 foram ofertados os seguintes cursos na modalidade EaD, com as respectivas vagas:

- Técnico de Nível Médio de Técnico em Secretaria Escolar a Distância - 300 vagas;
- Formação Inicial e Continuada (FIC) de Balconista de Farmácia - 150 vagas;
- Técnico de Nível Médio de Técnico em Controle Ambiental - 150 vagas;
- Técnico de Nível Médio de Técnico em Informática - 150 vagas;
- Técnico de Nível Médio de Técnico em Informática - 150 vagas;
- Técnico de Nível Médio de Técnico em Registros e Informações em Saúde - 150 vagas;
- Técnico de Nível Médio de Técnico em Secretaria Escolar - 150 vagas;
- Técnico de Nível Médio de Técnico em Tradução e Interpretação de LIBRAS - 150 vagas;
- Formação Inicial e Continuada (FIC) de Cuidador de Idoso - 50 vagas;
- Técnico de Nível Médio Integrado à Educação de Jovens e Adultos de Técnico em Administração a Distância - 100 vagas; e
- Técnico de Nível Médio Integrado à Educação de Jovens e Adultos de Técnico em Informática a Distância - 100 vagas.

- Diretrizes Pedagógicas para a Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal

No dia 14/04/2021 foi realizado o lançamento das Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo, aprovadas pelo Parecer CEDF nº 140/2019 e instituídas pela Portaria SEEDF nº 224, de julho/2019, por meio de videoconferência com 3.933 visualizações. No segundo semestre, foi entregue a versão impressa a todas as unidades escolares e regionais que atuam com a modalidade da Educação do Campo. Nas 10 (dez) Coordenações Regionais de Ensino envolvidas foram oferecidas orientações no sentido de realizar formações sobre as Diretrizes, durante as reuniões de coordenação coletivas. Foram feitas reuniões trimestrais com os coordenadores intermediários das escolas do campo, para orientar e acompanhar a implantação das diretrizes nas práticas pedagógicas das escolas.

- Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo

Em 2021 foi realizado o acompanhamento e o apoio técnico-pedagógico ao processo de elaboração do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo, uma ação contínua, realizada por meio de diálogos e mediações, num processo coletivo e colaborativo, assegurado pela Portaria/SEEDF nº 419/2018, artigo 4º, a qual institui a política de Educação do Campo no âmbito da SEEDF, e pelas Diretrizes Pedagógicas para a Educação Básica do Campo.

- Formação Continuada Escola da Terra - 2ª Edição

O Programa Escola da Terra, que está em sua segunda edição, objetiva ampliar a oferta de formação continuada de professores que atuam na Educação do Campo, atendendo às suas necessidades específicas. Em 2021, o Programa disponibilizou 164 vagas para formação, com carga horária de 180h, em regime de Alternância Pedagógica, e que foram totalmente preenchidas.

A SEEDF articulou os atores envolvidos na viabilização da oferta do curso, os processos seletivos para o ingresso na formação continuada, a supervisão e o acompanhamento pedagógico do curso, da frequência e do desempenho dos cursistas, bem como certificação.

Foram disponibilizadas 50 vagas de Pós-Graduação - Especialização em Educação do Campo, para os egressos da 1ª Edição, as quais foram preenchidas por 38 professores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

- Dia do Campo

O Dia do Campo é uma ação que representa importante instrumento pedagógico de formação continuada no âmbito da Educação do Campo na rede pública de ensino do DF. As atividades em 2021 aconteceram de forma descentralizada, territorializada e por meio de videoconferências. O Dia do Campo da CRE do Paranoá/Itapoã foi veiculado no dia 12/05/2021 com 481 visualizações e o da CRE do Gama, no dia 16/06/2021, com 1.289 visualizações.

- Programa Projovem Campo - Saberes Da Terra

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens Projovem Campo – Saberes da Terra, tem como objetivo elevar o nível de escolaridade e promover a qualificação profissional de jovens trabalhadores da agricultura familiar, com idade entre 18 e 29 anos. Constitui-se em uma relevante estratégia político pedagógica para garantir os direitos educacionais dos povos do campo, por meio de políticas públicas dos sistemas de ensino que sejam estimuladoras da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Rural Sustentável como possibilidades de vida e trabalho.

Em 2021, foram atendidos ao todo 60 (sessenta) estudantes nas Unidades de Ensino que sediaram o programa.

SAÚDE ESCOLAR

- Atendimento Oftalmológico e Fornecimento de Óculos

Programa criado pela então Fundação Educacional, em setembro de 1989. Tem por finalidade garantir a assistência oftalmológica aos alunos da Rede Pública de Ensino do DF. Atualmente, nos termos dos incisos II, III e VIII, do Artigo 102 do Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017, cabe à SEEDF garantir a continuidade do Programa, cujo fornecimento de óculos é feito por empresa contratada.

Os atendimentos do Programa foram suspensos devido à pandemia da COVID-19 e retomados em outubro de 2021.

- Boletim Informativo de Saúde do Estudante

Produção do Boletim de Saúde do Estudante tratando de temáticas relativas à promoção da saúde para serem enviados às Coordenações Regionais de Ensino – CRE e suas unidades de ensino vinculadas. Foram produzidas 12 edições do Boletim de Saúde do Estudante em 2021.

- Projeto Ciranda do Coração

Oficinas que visam promover o desenvolvimento das competências socioemocionais e a saúde mental no território escolar em benefício dos estudantes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental da SEEDF. Também existem situações atípicas onde outros grupos de alunos podem ser beneficiados pelas oficinas do projeto.

O Projeto foi realizado em 2021 no formato on-line tendo atendido 208 estudantes, 159 professores e orientadores educacionais, 15 responsáveis por estudantes. Além disso, foi realizada a Live “Aprendendo a Estudar” que contou com 238 participantes no primeiro semestre e 510, no segundo semestre.

- Programa Saúde na Escola - PSE

O Programa Saúde na Escola - PSE, do Governo Federal, tem por objetivo prevenir doenças e promover a saúde dos estudantes da educação básica pública brasileira e é desenvolvido intersetorialmente, pela SEEDF e a Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES), por meio de ações que integram as áreas de Saúde e Educação, entre elas, as voltadas para o combate ao mosquito *Aedes aegypti*, os cuidados com a saúde bucal, a alimentação saudável, o monitoramento da vacinação, a prevenção de violências e acidentes, a promoção da saúde ocular, a prevenção do uso de álcool, tabaco e drogas, entre outras.

No Distrito Federal, há 365 escolas participando do ciclo 2021 - 2022 do programa, sendo que, em 2021, as escolas participantes realizaram 103 ações em promoção da saúde alcançando 4.587 alunos.

PROGRAMA MATERIAL ESCOLAR - LEI DISTRITAL 6.273/2019

A Lei nº 6.273/2019, institui o Programa Material Escolar objetivando garantir o previsto no inciso VII, do artigo 208, da Constituição Federal de 1988, que estabelece o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, prevendo a concessão de auxílio financeiro aos alunos cujas famílias fossem beneficiárias pelo Programa Bolsa Família no Distrito Federal, com recursos oriundos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e disponibilizados aos beneficiários por meio do Cartão Material Escolar.

O referido programa tem por objetivo distribuir o Cartão Material Escolar aos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, beneficiários do Programa Bolsa Família. No ano de 2021, houve a concessão do benefício a 96.405 (noventa e seis mil quatrocentos e cinco) estudantes do Ensino Fundamental, Ensino Médio e da Educação Infantil.

TRANSFERÊNCIA PARA ENTIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Com relação aos Termos de Colaboração, atualmente, encontram-se formalizados 125 (cento e vinte e cinco) parcerias com Organizações de Sociedade Civil para oferta de Educação Infantil. Com o seguinte quantitativo de estudantes atendidos:

QUANTITATIVO DE ESTUDANTES ATENDIDOS

1º período	2º período	berçário I	berçário II	Maternal I	Maternal II	TOTAL GERAL
3.914	1.141	890	2.091	9.210	11.530	28.776

fonte: Subsecretaria Planejamento, Acompanhamento e Avaliação (SUPLAV)/SEEDF, 2021.

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO DISTRITO FEDERAL - PAE/DF

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública, por meio de repasses de recursos financeiros, em caráter suplementar, aos estados, municípios e às escolas federais.

O Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal – PAE-DF tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo e de ações de educação alimentar e nutricional; além de contribuir para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável e da Segurança Alimentar e Nutricional dos estudantes atendidos nas instituições públicas de ensino do Distrito Federal.

A oferta de alimentação escolar no primeiro semestre do exercício de 2021 foi atípica com relação a anos anteriores. Foi efetivada pela entrega de cestas verdes (planejadas pelo quadro técnico de nutricionistas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal), às famílias dos estudantes.

Além disso, a garantia do direito à alimentação escolar também foi mantida por meio da distribuição de auxílio financeiro aos responsáveis pelos estudantes, através do Cartão Alimentação Escolar, no qual o valor per capita da refeição foi depositado no referido cartão para os responsáveis efetuarem a compra dos gêneros alimentícios.

Os dados relacionados à distribuição das cestas verdes estão discriminados nas tabela a seguir:

DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS VERDES

CRE	Nº TOTAL DE CESTAS VERDES DISTRIBUÍDAS	TOTAL DE KG DISTRIBUÍDOS
BRAZLÂNDIA	14.147	91.428
CEILÂNDIA	47.980	105.806
TAGUATINGA	17.825	115.899
GAMA	14.369	66.564
RECANTO DAS EMAS	20.645	112.549
SAMAMBAIA	27.565	39.420
SANTA MARIA	15.114	51.213
GUARÁ	10.165	49.942
NÚCLEO BANDEIRANTE	8.438	50.628
PLANO PILOTO	13.099	99.113
SOBRADINHO	14.142	96.162
PARANOÁ	15.149	71.446
PLANALTINA	26.013	121.883
SÃO SEBASTIÃO	7.747	58.102
TOTAL	258.238	1.153.024
MÉDIA DE ALUNOS POR REGIONAL	18.446	82.359

Fonte: Subsecretaria de Apoio às Políticas Educacionais (SUAPE)/SEEDF, 2021.

Em 02 de agosto de 2021, houve o retorno às aulas em regime híbrido, e, portanto, foi realizada a distribuição de gêneros alimentícios para as unidades escolares com vistas à produção das refeições destinadas aos estudantes. Em 03 de novembro de 2021, houve o retorno das aulas 100% presenciais, com a continuidade da oferta integral de alimentação escolar. Os cardápios das refeições foram elaborados pela equipe técnica de nutricionistas.

Em 2021 foram distribuídos 985.628,15 kg (novecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e vinte e oito quilos e quinze gramas) de gêneros alimentícios não perecíveis e 4.300.000 kg (quatro milhões e trezentos mil quilos) de gêneros alimentícios perecíveis.

A 4ª Distribuição de gêneros não perecíveis nas unidades escolares foi realizada no período de 19/07/2021 a 30/07/2021. Os alimentos entregues nesta distribuição foram planejados para o Período de Atendimento de 02/08/2021 a 10/09/2021. A 5ª Distribuição/2021 de gêneros não perecíveis ocorreu somente para as unidades escolares que possuíam a modalidade lanche fácil, estas receberam (biscoito, leite, açúcar e óleo) a distribuição foi realizada no período de 02/09 a 10/09/2021. Os alimentos entregues nesta distribuição foram planejados para o período de atendimento de 13/09/2021 a 15/10/2021. A 6ª Distribuição/2021 de gêneros não perecíveis ocorreu no período de 28/09 a 15/10/2021. Os alimentos entregues nesta distribuição foram planejados para o período de atendimento de 18/10 a 22/12/2021. A Distribuição EXTRA/2021 de gêneros alimentícios não perecíveis nas unidades escolares foi realizada no período de 09/11 a 25/11/2021. Os alimentos entregues nesta distribuição são planejados para o período de atendimento de 10/11 a 22/12/2021.

O quantitativo de refeições servidas presencialmente e de alunos atendidos com refeições nas unidades escolares pelo PAE-DF consta no quadro a seguir.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ESTUDANTES ATENDIDOS E REFEIÇÕES DISTRIBUÍDAS

MODALIDADE	QUANTITATIVO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Média de Estudantes	Total de Refeições
Pré Escola	Nº Alunos	0	0	0	0	0	0	0	23.540	23.879	23.879	46.936	46.936	33.034	3.631.096
	Nº Refeições	0	0	0	0	0	0	0	650.118	540.265	597.135	1.061.454	782.124		
Ensino Fundamental	Nº Alunos	0	0	0	0	0	0	0	136.532	140.488	140.488	269.372	269.372	191.250	21.985.544
	Nº Refeições	0	0	0	0	0	0	0	4.004.944	3.238.873	3.579.807	6.426.560	4.735.360		
Ensino Especial	Nº Alunos	0	0	0	0	0	0	0	2.205	2.348	2.348	4.302	4.302	3.101	286.601
	Nº Refeições	0	0	0	0	0	0	0	50.715	44.612	49.308	81.738	60.228		
Creche	Nº Alunos	0	0	0	0	0	0	0	20	31	31	65	65	42	19.225
	Nº Refeições	0	0	0	0	0	0	0	2.300	2.945	3.255	6.175	4.550		
Ensino Médio	Nº Alunos	0	0	0	0	0	0	0	39.314	40.676	40.676	76.725	76.725	54.823	5.886.140
	Nº Refeições	0	0	0	0	0	0	0	1.050.203	900.600	995.400	1.692.691	1.247.246		
Educação de Jovens e Adultos	Nº Alunos	0	0	0	0	0	0	0	14.860	15.027	15.027	32.362	32.362	21.928	2.010.806
	Nº Refeições	0	0	0	0	0	0	0	341.780	285.513	315.567	614.878	453.068		
Nº Alunos		0	0	0	0	0	0	0	216.471	222.449	222.449	429.762	429.762	33.819.412	
Nº Refeições		0	0	0	0	0	0	0	6.100.060	5.012.808	5.540.472	9.883.496	7.282.576		

Fonte: Subsecretaria de Apoio às Políticas Educacionais (SUAPE)/SEEDF, 2021.

Foram assinados 16 (dezesseis) contratos com associações/cooperativas da agricultura familiar, sendo adquiridos 32 (trinta e dois) gêneros alimentícios perecíveis hortifrutis diretamente de produtores rurais para abastecer todas as unidades escolares da Rede Pública do Distrito Federal.

BOLSA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Com a publicação do Decreto Distrital nº 40.523, de 15 de março de 2020, e posteriormente no Decreto nº 40.600, de 05 de abril de 2020, ocorreu, por meio do Cartão Material Escolar, foi assegurado o direito à alimentação escolar dos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família, mesmo durante a suspensão das aulas na rede pública de ensino do Distrito Federal, em razão da pandemia.

O direito à alimentação escolar também foi garantido pelo depósito do valor per capita da refeição no cartão Bolsa Alimentação Escolar, para os responsáveis efetuarem a compra dos gêneros alimentícios.

No exercício de 2021, mais de 82.000 mil estudantes foram beneficiados com a supracitada bolsa, ao custo de R\$ 30.672.986,24 (trinta milhões, seiscentos e setenta e dois mil novecentos e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos) custeados com a fonte de recursos do Distrito Federal.

REPASSES DO BOLSA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Janeiro	R\$ 9.008.332,00
Junho	R\$ 7.210.916,24
Julho	R\$ 4.273.564,80
Agosto	R\$ 3.605.458,12
Setembro	R\$ 3.287.357,54
Outubro	R\$ 3.287.357,54
TOTAL	R\$ 30.672.986,24
Média de estudantes beneficiados	82.596

Fonte: Subsecretaria de Apoio às Políticas Educacionais (SUAPE)/SEEDF, 2021.

PROGRAMA DE BENEFÍCIO EDUCACIONAL SOCIAL (PBES) - CARTÃO CRECHE

O Programa de Benefício Educacional-Social – PBES é um auxílio financeiro concedido aos pais e responsáveis para matriculem seus filhos em creches privadas. No mês de dezembro, foram atendidos 4.521 estudantes.

Com vistas ao desenvolvimento das atividades do referido programa, em 2021 foram realizadas as visitas técnicas de:

- 32 (trinta e duas) instituições educacionais credenciadas pela SEEDF, obtendo relatório técnico favorável da SEEDF para fins de habilitação, no programa Cartão-Creche, nos termos do Decreto nº 40.445, de 05/02/2020 (alterado pelo Decreto nº 41.950, de 26/03/2021). 16 (dezesesseis) instituições educacionais, com processo de credenciamento na SEEDF em trâmite, que obtiveram relatório técnico favorável da SEEDF para fins de "Credenciamento Provisório", por 6 (seis) meses.

- 11 (onze) instituições educacionais credenciadas pela SEEDF, obtiveram relatório técnico desfavorável da SEEDF para fins de habilitação, nos termos do Decreto nº 40.445, de 05/02/2020 (alterado pelo Decreto nº 41.950, de 26/03/2021). 07 (sete) instituições educacionais, com processo de credenciamento na SEEDF em trâmite, que obtiveram relatório técnico desfavorável da SEEDF para fins de "Credenciamento Provisório", por 6 (seis) meses, nos termos do art. 30 do Decreto nº 41.950, de 26/03/2021.

- 4 (quatro) instituições educacionais desistiram, no decurso do trâmite do processo próprio, em dar continuidade à participação no programa.

- 1 (uma) instituição educacional credenciada pela SEEDF, obtendo relatório técnico favorável do setor para fins de atendimento à ampliação de vagas.

- 4 (quatro) instituições educacionais credenciadas pela SEEDF obtendo relatório técnico desfavorável da SEEDF para fins de atendimento à ampliação de vagas.

PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - PDAF

O PDAF, normatizado pela Lei nº 6.023, de 18 de dezembro de 2017, norteador pela gestão democrática, sendo materializado pela autonomia na gestão escolar, se propõe a prover recursos às unidades escolares e regionais de ensino da rede pública de ensino do DF, visando à promoção da autonomia administrativa, financeira e pedagógica, a contribuir com a melhoria da qualidade de ensino e ao fortalecimento da gestão democrática.

Em 2021, houve a publicação de 174 Portarias com liberação de recursos financeiros oriundos de emenda parlamentar e, ainda, a liberação de recursos financeiros na ordem de:

- R\$ 14.388.000,00 do Educador Social Voluntário - ESV, referentes ao primeiro repasse de 2021 - Portaria nº 326, de 08 de julho de 2021.

- R\$ 324.000,00 para CID 2021 - Portaria nº 201, de 05 de maio de 2021

- R\$ 140.554.895,88 para PDAF ordinário 2021

Das dificuldades encontradas na execução do PDAF, ganham destaque a questão orçamentária e financeira, bem como as medidas adversas impostas pela COVID - 19.

Algumas ações promovidas por esta Pasta (tais como mulheres inspiradoras, Feira do Livro, 7 de setembro, entre outras), não foram realizadas devido ao isolamento social decorrente da pandemia e das medidas de segurança adotadas para contê-la.

Por outro lado, os recursos puderam ser descentralizados para auxiliar as CRE's e as Unidades Escolares no retorno às aulas presenciais, bem como no enfrentamento da COVID - 19.

ESTRUTURA FÍSICA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL

A SEEDF, nos últimos anos, vem investindo na expansão de sua rede física a fim de atender ao crescimento da demanda decorrente, principalmente, das novas políticas públicas educacionais preconizadas no PNE e acolhidas pelo PDE.

As atividades relacionadas à construção, reforma, reconstrução, ampliação e manutenção das instalações físicas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal são desenvolvidas, predominantemente, por profissionais da área de engenharia e arquitetura, visto que atuam desde a elaboração dos projetos de arquitetura até a construção dos equipamentos públicos destinados à educação e, por conseguinte, na manutenção das edificações a fim de manter o patrimônio público.

A manutenção dos prédios desta Secretaria, que consiste basicamente na execução de serviços de reparos nas instalações elétricas, hidráulicas, águas pluviais, recuperação de esquadrias, recomposição de revestimentos de paredes e pisos, revisão de telhados, impermeabilizações, consertos de bomba de recalque, aprofundamento de poço, substituição de vidros, forros, louças e metais sanitários, dentre outros serviços de engenharia, é realizada por empresas terceirizadas.

Desse modo, a Secretaria de Educação do DF mantém atualmente contratos que executam a manutenção predial nas instituições de ensino e demais próprios urbanos e rurais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, bem como dos imóveis que estejam sob a sua responsabilidade. Ao longo do Exercício de 2021 foram executados diversos serviços que se revelaram de suma importância para a manutenção das edificações localizadas nas diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal, conforme se pode apurar abaixo:

Construção das seguintes unidades de ensino:

- Construção de Centro de Educação da Primeira Infância – CEPI, localizado no Setor Habitacional Pôr do Sol - SHPS Entrequadras 500/700, Área Especial 2 - Ceilândia/DF;
- Construção de Centros de Educação de Primeira Infância - CEPI - SRL, Q 23, AE 06, Planaltina/DF - Previsão de entrega para agosto/2022; - EQ 01/02, Área Especial, Setor Norte, Gama/DF - Previsão de entrega para agosto/2022;
- Construção de Centros de Educação de Primeira Infância - CEPI - Quadra 109, Conjunto 07, Lote 01, no Recanto das Emas - DF - Previsão de entrega pra agosto/2022;
- Construção de Centros de Educação de Primeira Infância - CEPI - EQ 01/02, Área Especial, Setor Norte, Gama/DF - Previsão de entrega pra agosto/2022;
- Construção de Centros de Educação de Primeira Infância - CEPI - CL 201, Lote 01-A - Santa Maria/DF - Previsão de entrega para dezembro/2022;
- Construção de Centros de Educação de Primeira Infância - CEPI - EQNP 08/12, Área Especial - Ceilândia/DF - Previsão de entrega para dezembro/2022;
- Construção de Centros de Educação de Primeira Infância - CEPI - Rua Primavera, Lote 46, Vila DVO, Gama/DF - Previsão de entrega para dezembro/2022;
- Construção de Centros de Educação de Primeira Infância - CEPI - CL 201 - Lote 01-A - Santa Maria/DF - Previsão de entrega para dezembro/2022;
- Construção de Centros de Educação de Primeira Infância - CEPI - Rua 18, Vila Telebrasil, no Plano Piloto/DF - Previsão de entrega para dezembro/2022.

- Construção da Escola Técnica na Quadra 01 – Conjunto "A" – Área Especial 1 – RA VII – Paranoá/DF - Previsão de entrega para dezembro/2022;
- Construção da Escola Técnica na QR 119, Conjunto "A", Lote 01 - RA XIII - Santa Maria/DF - Previsão de entrega para dezembro/2022.

Reconstrução das seguintes unidades de ensino:

- CAIC Carlos Castello Branco, localizado na EQ 20/23, área especial do Setor Oeste, Gama/RA II-DF - Previsão de entrega para setembro/2022;
- Escola Classe 52 de Taguatinga, localizada na QNM 38, Área Especial 01, Setor Norte - Taguatinga/DF - Previsão de entrega para janeiro/2022;
- Escola Classe 59 de Ceilândia – localizada na QNN 36 – Área Especial 02 – Ceilândia – DF - Previsão de entrega para agosto/2022;
- Reconstrução de Muros do CAIC Júlia Kubitscheck de Sobradinho II, situado na AR 13, Conjunto 03, Área Especial 01 – Sobradinho II/DF e do Centro Educacional 03 de Sobradinho, situado na Quadra 05, Área Especial – Sobradinho/DF - Obras concluídas.
- Reforma do Centro de Ensino Médio 10 de Ceilândia, localizado na QNP 30 – AE 01, Ceilândia/DF - Previsão de entrega para julho/2022.

Elaborados projetos complementares para a realização de obras para as seguintes unidades de ensino:

- Construção de CEPI na Quadra 04 - Setor Taguari - Lago Norte
- Construção de CEPI na PA 04 -, Lote 02 no Jardins Mangueiral - São Sebastião;
- Adaptação (acessibilidade) na Escola Classe 04 do Paranoá;
- Salas de multiuso para diversas escolas do EMTI;
- Construção do Centro Educacional Arniqueira ;
- Reforço estrutural do Centro de Ensino Médio 10 de Ceilândia;
- Reforma do Centro de Ensino Especial 02 de Brasília;
- Adaptação para EMTI do Centro Educacional Taquara - Lago Norte;
- Sistema de Proteção Incêndio da Escola Classe 46 de Ceilândia;
- Reforma do Centro de Ensino Médio Elefante Branco - Brasília;
- Construção de CEPI na QNP 05 - Ceilândia;
- Construção de CEPI na EQ 05/11 - Gama;
- Adaptação no Centro de Ensino Médio JK - Núcleo Bandeirante;
- Construção de CEPI na Quadra 500 do Sol Nascente;
- Construção de CEPI na Quadra 104, Conjunto 10 A, lote 01 - Recanto das Emas;
- Sistema de Proteção Incêndio da Escola Classe 413 Sul - Brasília,
- Sistema de Proteção Incêndio do Centro de Ensino Fundamental 03 de Brasília;
- Adaptação para EMTI do Centro de Ensino Médio 01 de Planaltina;
- Sistema de Proteção Incêndio da Escola Parque 307/308 Sul - Brasília;
- Reforma do Centro Educacional Osório Bacchin - Planaltina;
- Construção de CEPI na Quadra 201 do Recanto das Emas;
- Construção de CEPI na Vargem Bonita - Park Way;
- Reforma da Escola Bilingue Libras e Português Escrito. - Brasília

Foi realizada a descentralização de recursos, visando à expansão de Escolas da Rede Pública de Ensino localizadas em Taguatinga, Samambaia e Águas Claras com ampliações previstas para 2022.

Foram executados serviços de manutenção predial nas edificações da Rede Pública de Ensino do DF nas seguintes localidades:

- Águas Claras - 5 Unidades Escolares;
- Brazlândia - 19 Unidades Escolares;
- Ceilândia - 59 Unidades Escolares;
- Cruzeiro - 6 Unidades Escolares;
- Fercal - 4 Unidades Escolares;
- Gama - 24 Unidades Escolares;
- Guará - 18 Unidades Escolares;
- Núcleo Bandeirante - 3 Unidades Escolares;
- Paranoá - 12 Unidades Escolares;
- Planaltina - 23 Unidades Escolares;
- Plano Piloto/Lago Sul/ Lago Norte - 54 Unidades Escolares;
- Recanto das Emas - 17 Unidades Escolares;
- Riacho Fundo - 8 Unidades Escolares;
- Samambaia - 35 Unidades Escolares;
- Santa Maria - 20 Unidades Escolares;
- São Sebastião - 19 Unidades Escolares;
- SCIA/Estrutural - 4 Unidades Escolares;
- Sobradinho - 9 Unidades Escolares;
- Taguatinga - 26 Unidades Escolares.

PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com veículos que servem ao transporte de estudantes da educação básica pública residentes em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar.

Com a suplementação financeira do PNATE, a SEEDF realiza o Programa Suplementar de Oferta do Transporte Escolar da SEEDF, que atendeu, no exercício de 2021, aproximadamente, 56.461 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e um) estudantes em todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal, incluindo o transporte de estudantes das áreas rurais.

MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em 2021, a SEEDF realizou as seguintes ações com vistas à modernização tecnológica, à manutenção da infraestrutura e dos sistemas, bem como ao armazenamento de dados e à gestão da informação:

- Instalação de 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) conjuntos de CPUs e monitores nos laboratórios de informática de 25 Unidades Escolares; 50 (cinquenta) microcomputadores para os laboratórios da Escola Técnica de Brasília - ETB. Foram realizados 118.281 (cento e

dezoito mil, duzentos e oitenta e um) atendimentos de suporte à infraestrutura, suporte e conectividade nas unidades escolares e administrativas da SEEDF.

- Implantação e entrega dos seguintes sistemas: Sistema Aptidão, Sistema Educador Social Voluntário - ESV, Entrega integral do módulo Khronos (Gestão de Pagamento dos professores temporários) para o Sistema de Gestão de Pessoas - SIGEP (incluindo funcionalidade Sábados Letivos Móveis - Gestão de Pagamento dos professores temporários).

- Implantação do acesso à internet para 304 (trezentos e quatro) unidades escolares no ano de 2021;

- Planejamento da contratação para fins de acesso à base do Código de Endereçamento Postal (CEP);

- Acompanhamento e suporte à implantação do Sistema Novo Ensino Médio.

Em virtude do momento restritivo resultado da pandemia de COVID-19, foi prestado serviço de solução de TI remoto e presencial às Unidades Escolares e Administrativas.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
36 - TAXA DE ANALFABETISMO DO DISTRITO FEDERAL	PERCENTUAL	3,20	01/12/2018	Anual	3,00	2,90	2,50	0,00	2,00	-	1,00	-	PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - CODEPLAN/ UO 18101 / OE 3
<p>Justificativa: 2020 - Verifica-se a necessidade de dar direcionamento a um plano de ação acerca do processo de alfabetização. Sabendo que a BNCC e a nova edição do Currículo em Movimento do DF trazem as possibilidades da alfabetização para o 2º ano dos Anos Iniciais, faz-se necessário refletir, buscar, propor uma definição acerca do conceito de alfabetização no DF e de estabelecer critérios objetivos e ou expectativas de aprendizagem para orientar o trabalho pedagógico, garantindo os direitos de aprendizagens dos estudantes no que tange a alfabetização e consequentemente diminuindo os índices de analfabetismo na capital federal. Destaca-se ainda, que os dados levantados podem se tratar de adultos não alfabetizados. 2021 - Dados coletados por meio da Pesquisa Distrital por amostra de domicílios (PDAD) / Codeplan a qual foi iniciada em 6 de maio de 2021. O resultado somente estará disponível em 2022.</p>													
35 - TAXA DE ABANDONO NO ENSINO MÉDIO DIURNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF	PERCENTUAL	4,64	01/12/2018	Anual	6,00	4,81	6,67	0,00	6,10	-	5,50	-	CENSO ESCOLAR DO DF/ UO 18101 / OE 3
<p>Justificativa: 2020 - A SEEDF considera que a reorganização dos tempos e espaços de aprendizagens propiciados pela organização pedagógica em semestres tem contribuído para a elevação da qualidade do Ensino Médio da rede pública e, por consequência, para a diminuição do índice de abandono escolar. 2021 - Devido às diversas dificuldades enfrentadas em decorrência da pandemia, no ano de 2021 o Movimento e Rendimento do aluno, que traz dados de aprovação, reprovação e abandonos, sofreu atraso e encontra-se em fase de correção das informações.</p>													
10554 - TAXA DE ABANDONO NO ENSINO MÉDIO NOTURNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF	PERCENTUAL	25,42	01/12/2018	Anual	-	-	23,50	0,00	21,00	-	18,00	-	CENSO ESCOLAR DF/ UO 18101 / OE 3
<p>Justificativa: 2020 - Indicador sem índice desejado para o exercício. 2021 - Devido às diversas dificuldades enfrentadas em decorrência da pandemia, no ano de 2021 o Movimento e Rendimento do aluno, que traz dados de aprovação, reprovação e abandonos, sofreu atraso e encontra-se em fase de correção das informações.</p>													
37 - TAXA DE UNIDADES ESCOLARES QUE REALIZARAM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA	PERCENTUAL	33,00	01/12/2018	Anual	53,00	43,19	73,00	53,36	93,00	-	100,00	-	SIAE/SEE/ UO 18101 / OE 3
<p>Justificativa: 2020 - Em decorrência da pandemia do coronavírus no ano de 2020, e a suspensão das aulas presenciais, foram concentrados esforços na execução de grandes serviços de manutenção, serviços esses que causariam grande impacto na rotina escolar caso estivessem em aula presencial. Isso acarretou em menor número de unidades escolares atendidas, porém com maior efetividade na resolução dos problemas de manutenção corretiva e preventiva. 2021 - Considerando a persistência da pandemia do coronavírus no ano de 2021, estratégia similar à de 2020 foi adotada: maior investimento foi realizado num menor número de escolas, garantindo que serviços de manutenção mais complexos fossem executados durante a suspensão das aulas presenciais. A escolha desses serviços foi feita de forma criteriosa pela SEEDF levando em conta a urgência e necessidade de cada unidade escolar.</p>													
31 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) NO ENSINO MÉDIO (REDE PÚBLICA)	NOTA	3,40	01/12/2017	Bianual	4,60	4,00	-	-	4,80	-	-	-	INEP/MEC/ UO 18101 / OE 2
<p>Justificativa: 2020 - Analisando a série histórica do Ideb do Distrito Federal referente ao Ensino Médio da rede pública de ensino (dados disponíveis em http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3889414), verifica-se que o Ensino Médio da rede pública de ensino do DF obteve, em 2019, não só seu melhor Ideb de toda a sua série histórica, como, também, o maior crescimento em relação à edição anterior do Índice que a unidade da federação já alcançou. Isso demonstra que, embora o DF não tenha atingido a meta estabelecida para 2019, as decisões tomadas na esfera educacional estão gerando efeitos positivos, com potencial de levar ao alcance (ou mesmo à superação) das metas previstas para as próximas edições do Ideb. 2021 - Índice bianual. Será aferido em 2022.</p>													
40 - TAXA DE ATENDIMENTO PLENO DOS ESTUDANTES DA REDE EM SISTEMA CORPORATIVO DE GESTÃO ESCOLAR	PERCENTUAL	90,00	01/05/2019	Anual	94,00	96,00	96,00	96,00	98,00	-	100,00	-	SINOVA/SEE/ UO 18101 / OE 4
<p>Justificativa: 2020 - Índice desejado alcançado. 2021 - Em virtude da Pandemia de COVID-19 e a necessidade de adequação das ferramentas e instrumentos para manutenção das atividades pedagógicas bem como necessidade de atendimento da escrituração para o Novo Ensino Médio, não houve incremento, em relação da 2020, na taxa de atendimento pleno dos estudantes da rede em sistema corporativo de gestão escolar.</p>													
32 - TAXA MÉDIA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO DIURNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL	PERCENTUAL	11,80	01/12/2018	Anual	11,93	11,96	13,00	14,95	11,00	-	9,00	-	CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/ UO 18101 / OE 2
<p>Justificativa: 2020 - É possível observar que a semestralidade contribuiu significativamente para a melhoria das taxas de aprovação e, também, de reprovação, indicando que essa organização pedagógica tem potencial de contribuir de forma significativa para o sucesso escolar. Verifica-se que, de 2017 para 2018, houve um aumento considerável nas taxas de aprovação e uma diminuição nos percentuais de reprovação. Essa constatação contribui para a consolidação do entendimento de que a semestralidade favorece o rendimento escolar. Em 2019, a taxa global de reprovação no Ensino Médio da rede pública foi de 12,56%, ligeiramente superior àquela observada em 2018 (12,53%). Seguindo a mesma tendência dos valores totais de reprovação, o diurno também apresentou percentuais ligeiramente acima do planejado (alcançou 11,96%, ao passo que era esperado 11,93%). Essa diferença pode ser explicada pela ampliação do público do Ensino Médio, era de 76.434 em 2018 e passou a ser de 78.248 em 2019, um aumento de 1814 jovens. 2021 - Considerando o atípico contexto dos anos letivos de 2020 e 2021, instaurado pelo cenário de pandemia mundial de COVID-19, percebe-se a urgente necessidade da propositura de ações pedagógicas que possam mitigar os efeitos danosos à educação no Distrito Federal. Os desafios ensejados pela suspensão das aulas presenciais levaram estudantes e unidades escolares a se adaptarem a uma nova forma de ensino que impactou de modo indesejado nas aprendizagens. Assim, depreende-se que a taxa média de reprovação no ensino médio diurno 2021 ficou acima da desejada para tal ano em decorrência dos fatores associados à realidade vivenciada pelos estudantes, sobretudo às dificuldades inerentes aos modelos de ensino adotados em tal contexto.</p>													
10555 - TAXA MÉDIA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO NOTURNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL	PERCENTUAL	21,01	01/12/2018	Anual	-	-	18,00	0,00	15,00	-	13,00	-	CENSO ESCOLAR DF/ UO 18101 / OE 2
<p>Justificativa: 2020 - Sem índice desejado para o exercício. 2021 - Devido às diversas dificuldades enfrentadas em decorrência da pandemia, no ano de 2021 o Movimento e Rendimento do aluno, que traz dados de aprovação, reprovação e abandonos, sofreu atraso e encontra-se em fase de correção das informações.</p>													

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
33 - TAXA MÉDIA DE ESTUDANTES NO ENSINO FUNDAMENTAL COM DEFASAGEM DE IDADE EM RELAÇÃO À SÉRIE CORRETA	PERCENTUAL	20,73	01/12/2018	Anual	18,00	18,48	16,00	17,21	14,00	-	12,00	-	CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/ UO 18101 / OE 2
<p>Justificativa: 2020 - Segundo os dados do Censo Escolar 2019 dos 273.676 estudantes matriculados no Ensino Fundamental, 50.589 encontravam-se em distorção idade/série, ou seja, 18,48 % o que cumpre a meta de redução estabelecida no PPA (2020-2023), que é de 18 %. Deste total destaca-se que 16.876 (11,31%) são dos Anos Iniciais e 33.713 (27,10%) são dos Anos Finais, o que revela situações distintas para as duas etapas de ensino. Considerando este panorama, endossa-se a Política de Ciclos para as Aprendizagens adotada nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O sistema de Recuperação Contínua, bem como, estratégias didáticas pedagógicas de acompanhamento dos estudantes, como Reagrupamento Intra e Interclasse e Projeto Interventivo adotado nos anos iniciais têm demonstrado alguma eficácia no que diz respeito ao alcance das metas de aprendizagem estabelecidas por esta Secretaria. 2021 - O ano de 2021 foi atravessado pela pandemia de COVID-19, que implicou na implantação do ensino remoto. Outro entrave foi a não implantação, por motivos técnicos e administrativos, do Programa Atitude - correção de fluxo escolar, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Parecer nº 264/2019, homologado pela Portaria SEEDF nº 501/2019, em substituição ao Programa para avanço das aprendizagens escolares. Diante do resultado alcançado, evidencia-se a importância de se ter programa de correção de fluxo contínuo, de forma a garantir o atendimento aos estudantes que necessitam de atenção e intervenção específica.</p>													
30 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (REDE PÚBLICA)	NOTA	4,30	01/12/2017	Bianual	5,00	4,60	-	-	5,30	-	-	-	INEP/MEC/ UO 18101 / OE 2
<p>Justificativa: 2020 - Essa Secretária planeja e implementa ações que visam garantir o alcance das aprendizagens, via Projetos e aquisições de materiais de suporte para o trabalho pedagógico do(a) professor(a). Para o ano letivo de 2020 a SEEDF aderiu ao Programa Aprova Brasil, no qual foram adquiridos materiais de apoio pedagógico associados ao desenvolvimento de competências e o aprimoramento nas avaliações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB e melhoria no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, considerando as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Plano Nacional de Educação (PNE) e na Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Ressalta-se que há a necessidade de uma continuidade das políticas públicas para garantir o alcance dos objetivos de aprendizagens. 2021 - Índice bianual. Será aferido em 2022.</p>													
38 - TAXA MÉDIA DE ABANDONO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (DIURNO E NOTURNO) DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF	PERCENTUAL	30,15	01/12/2018	Anual	28,32	0,00	24,82	0,00	21,30	-	18,82	-	CENSO ESCOLAR DF/ UO 18101 / OE 3
<p>Justificativa: 2020 - Com o objetivo de assegurar o atendimento educacional e o direito à educação dos estudantes matriculados na Rede Pública de Ensino do DF, em decorrência da pandemia da Covid-19, a SEE elaborou documentos norteadores e orientadores para a organização da oferta educacional não presencial. Desse modo, as circulares conjuntas nº 240/2020 e nº 262/2020 que estabeleceram as orientações para o encerramento dos semestres/ano letivo de 2020, destacaram que "em razão da pandemia da Covid-19 e considerando as dificuldades que o ensino remoto impõe a todos(as), nenhum estudante terá como resultado final ABANDONO (ABA)". Dessa forma, entende-se que não será possível mensurar esse (ABA)". Dessa forma, entende-se que não será possível mensurar esse (ABA)". 2021 - Devido às diversas dificuldades enfrentadas em decorrência da pandemia, no ano de 2021 o Movimento e Rendimento do aluno, que traz dados de aprovação, reprovação e abandonos, sofreu atraso e encontra-se em fase de correção das informações.</p>													
29 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (REDE PÚBLICA)	NOTA	6,00	01/12/2017	Bianual	6,30	6,10	-	-	6,50	-	-	-	INEP/MEC/ UO 18101 / OE 2
<p>Justificativa: 2020 - Observa-se que no período que foram colhidos os dados para compor a nota do referido indicador (IDEB) houve um vácuo de atendimento para estudantes que necessitavam de correção de fluxo nos Anos Iniciais. Desde 2015 os estudantes da etapa não possuem atendimento específico. Contudo a implementação, no Ensino Fundamental, da Política de Ciclos para as Aprendizagens compreendido em 2º e 3º Ciclos, sendo o que se refere aos Anos Iniciais, o 2º Ciclo para as Aprendizagens acontece por meio do Bloco Inicial de Alfabetização - BIA e 2º Bloco, veio trazendo estratégias que visam mitigar a defasagem nos próximos anos. Entretanto, ao mesmo tempo em que a rede pública se acomoda numa nova perspectiva de organização educacional, diversas políticas para a etapa são descontinuadas, principalmente nos últimos 2 anos. Entre elas temos o PNAIC - Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (BIA) e o Consolidando Saberes (5º ano), que foram descontinuados pelo governo federal em 2018. 2021 - Índice Bianual. Será aferido em 2022.</p>													

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	187303634,0	258303634,00	251123106,55	251123106,55
0006 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SE-DISTRITO FEDERAL	187303634,0	258303634,00	251123106,55	251123106,55
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	26018644,0	155636151,00	154189581,96	148436277,07
0085 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SE-DISTRITO FEDERAL	26018644,0	155636151,00	154189581,96	148436277,07
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2000,0	4400,0	4400,0	4400,0
0003 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SE-DISTRITO FEDERAL	2000,0	4400,0	4400,0	4400,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	213324278,00	413944185,00	405317088,51	399563783,62

RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E LICENÇAS PRÊMIO

O programa para Operação Especial consiste na concessão de pagamentos aos servidores da SEEDF relativo a Licenças Prêmio e Indenizações. Até dezembro de 2021, foram concedidos 86.605 (oitenta e seis mil seiscentos e cinco) pagamentos de Licença Prêmio convertida em pecúnia, para servidores aposentados, pensionistas e exonerados desta Secretaria. 165 (cento e sessenta e cinco) pagamentos de ressarcimentos e 1.472 (mil quatrocentos e setenta e dois) pagamentos relativos a indenizações diversas para os servidores desta Secretaria.

8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	48340,0	0,00	0	0
2511 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-UNIDADE ADMINISTRATIVA - SE-DISTRITO FEDERAL	48340,0	0,00	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	10301,0	0,00	0	0
0018 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SE-DISTRITO FEDERAL	10301,0	0,00	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	45499997,0	63866860,00	63460666,22	56555967,20
5293 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-UNIDADES ADMINISTRATIVAS-SE-DISTRITO FEDERAL	525190,0	2765190,00	2765190,00	1535098,69
5294 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ENSINO FUNDAMENTAL-SE-DISTRITO FEDERAL	32349618,0	42631613,0	42419435,68	39892138,16

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5295 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ENSINO MÉDIO-SE-DISTRITO FEDERAL	5677099,0	8087759,0	8023093,70	6754323,03
5296 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-SE-DISTRITO FEDERAL	169465,0	494887,0	494886,15	384576,50
5297 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE-SE-DISTRITO FEDERAL	423664,0	467454,0	467452,37	447809,30
5298 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO INFANTIL - PRE-ESCOLA-SE-DISTRITO FEDERAL	4236641,0	6118099,0	6025062,81	5083314,76
5299 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	423664,0	697202,0	690735,48	540476,37
5300 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ENSINO ESPECIAL-SE-DISTRITO FEDERAL	1694656,0	2604656,0	2574810,03	1918230,39
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	119393,0	0,00	0	0
5882 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	119393,0	0,00	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	50492,0	0,00	0	0
9806 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SE-DISTRITO FEDERAL	50492,0	0,00	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	157254,0	0,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0048 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SE-DISTRITO FEDERAL	157254,0	0,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1605440008,0	2072650794,00	2035420167,16	2031930134,44
0036 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO GERAL - SE-DISTRITO FEDERAL	143860266,0	159532759,00	155818700,68	154624184,76
0037 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ATIVIDADES ALHEIAS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - SE-DISTRITO FEDERAL	25588574,0	29851474,00	29851474,00	29851474,00
6977 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	913160038,0	1299522131,00	1266005562,48	1263710045,68
0038 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- ENSINO MÉDIO -SE-DISTRITO FEDERAL	264311951,0	295105951,00	295105951,00	295105951,00
0039 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	9206369,0	10278969,00	10278969,00	10278969,00
8842 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - SE-DISTRITO FEDERAL	10986593,0	12266793,00	12266793,00	12266793,00
8843 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	137056138,0	153024038,00	153024038,00	153024038,00
8844 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -SE-DISTRITO FEDERAL	35043604,0	39126404,00	39126404,00	39126404,00
8845 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO ESPECIAL-SE-DISTRITO FEDERAL	66226475,0	73942275,00	73942275,00	73942275,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	40984626,0	37346318,00	26569759,65	26425196,02
6980 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SE-DISTRITO FEDERAL	40984626,0	37346318,00	26569759,65	26425196,02
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	24798442,0	28669152,00	26252660,33	24105574,68
0036 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SE-DISTRITO FEDERAL	24280015,0	28283484,00	25866993,26	23719907,61
9691 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONSELHO DE EDUCAÇÃO - SE-DISTRITO FEDERAL	518427,0	385668,00	385667,07	385667,07
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	203046,0	1020600,00	1020600,0	1007000,0
2532 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-UNIDADES ADMINISTRATIVAS - SE-DISTRITO FEDERAL	203046,0	1020600,00	1020600,0	1007000,0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1884470,0	2318396,00	2318395,82	2282484,51
2576 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-UNIDADES ADMINISTRATIVAS-DISTRITO FEDERAL	1884470,0	2318396,00	2318395,82	2282484,51
TOTAL - 8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	1719196369,00	2205872120,00	2155042249,18	2142306356,85

Informa-se, inicialmente, que as atividades realizadas com recursos alocados nas ações 1471, 2557, 2396 e 3678 foram devidamente lançadas no item anterior referente ao Programa 6221 - EDUCADF, a fim de proporcionar maior clareza e entendimento acerca da execução.

ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

O ano de 2021 iniciou com a continuidade dos desafios impostos pela Pandemia de Coronavírus, demandando uma série de medidas sanitárias e de distanciamento social, além do teletrabalho nos órgãos do Governo do Distrito Federal.

A SEEDF buscou em teletrabalho garantir a qualidade dos serviços prestados para a gestão de pessoas da Pasta.

O início do ano é marcado pelas ações do Programa Carência Zero/ Educação sem Carência, em consonância com a Portaria nº 439, de 31 de dezembro de 2018, com os seguintes objetivos:

I – suprir carências de regência de classe nas unidades escolares – UEs, unidades escolares especializadas – UEEs e escolas de natureza especial – ENEs da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal no início do ano letivo;

II – garantir a continuidade da oferta da Educação Básica a crianças, adolescentes, jovens e adultos do Distrito Federal, matriculados e enturmados no âmbito da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, mediante o suprimento das carências;

III – suprir carências de regência de classe nas UEs/UEEs/ENEs da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal ao longo do ano letivo.

Embora, em 2020, a SEEDF tenha realizado o primeiro início de ano letivo em meio à Pandemia, em regime de teletrabalho, a Distribuição de Turmas/Atendimentos referentes àquele ano letivo, realizada em janeiro de 2021, propiciou um planejamento tranquilo com prazos adequados às ações. A contratação temporária de professores substitutos e a alocação de servidores efetivos sem lotação definitiva/exercício definitivo realizados em ambiente virtual proporcionou a execução do Programa com qualidade de vida no trabalho.

Foram concedidos, neste exercício, 1.681 (mil, seiscentas e oitenta e uma) aposentadorias para servidores da Pasta e 316 (trezentos e dezesseis) pensões.

No tocante à admissão de pessoal, apesar da grande necessidade de recomposição do quadro, dentre as muitas áreas afetadas pela pandemia, esteve a das finanças públicas, o que levou à edição da Lei Complementar nº 173/2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e que impôs restrições às nomeações, até 31/12/2021, excetuadas aquelas para reposição de vacâncias.

Nesse sentido, a SEEDF envidou constantes esforços para consolidar a nomeação de candidatos aprovados em concurso público vigente, em recomposição de vacâncias, resultando na nomeação de 338 (trezentos e trinta e oito) novos servidores para a Carreira Magistério Público do Distrito Federal e 803 (oitocentos e três) novos servidores para a Carreira Assistência à Educação.

Evidencia-se a nomeação de 314 (trezentos e quatorze) Professores de Educação Básica, ocorrida em 16 de novembro, com propósito de zerar o banco de aprovados para o cargo.

Dando continuidade à organização de novo concurso da Pasta, com atualização da instrução iniciada em 2019, fora publicada a Portaria nº 63, de 04 de Março de 2021. A SEEDF, então, solicitou às Unidades Administrativas Centrais e Intermediárias, informações atualizadas acerca das necessidades da SEEDF para prosseguimento do feito no ano de 2022.

Imperioso destacar que a contratação temporária de Professor Substituto obedece ao preceituado na Constituição Federal, na Lei 4.266/2008, no Decreto nº 37.983, de 01 de fevereiro de 2017 e na Portaria nº72, 18 de fevereiro de 2021.

O banco para contratação no ano de 2021 teve sua vigência prorrogada, em caráter excepcional, após publicação da LEI Nº 6.763, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020, que culminou na publicação do DECRETO Nº 41.746, DE 28 DE JANEIRO DE 2021 e da PORTARIA Nº72/2020.

Anteriormente, o banco de Professores Substitutos era válido por um ano, podendo ser prorrogável uma vez por igual período. A medida de prorrogação excepcional mostrou-se

necessária perante as incertezas trazidas pela Pandemia da COVID-19 que impossibilitaram a realização de Processo Seletivo Simplificado em tempo hábil e de forma segura.

Com o avanço da vacinação e do retorno gradual das atividades presenciais, a SEEDF retomou os preparativos para realização do certame, sendo publicado no Diário Oficial do Distrito Federal - Edição Extra nº 83-A, de 22 de setembro de 2021, o Edital nº 27/2021. As provas foram realizadas em 19 de dezembro de 2021, com resultado previsto para janeiro de 2022, possibilitando a contratação temporária de professores no biênio 2022/2023.

Em continuidade ao planejamento do ano, após contribuições dos servidores, das demais áreas da SEEDF e debates com o sindicato da categoria, fora publicada a Portaria nº 395, de 4 de agosto de 2021, com as normas para Lotação, Exercício e Remanejamento, e o Edital nº 23 para Procedimento de Remanejamento Interno e Externo 2021/2022 de servidores da Carreira Magistério Público do Distrito Federal.

Realizado anualmente, o Procedimento de Remanejamento Interno e Externo busca qualidade de vida e bem-estar, oportunizando a Professores e Orientadores Educacionais a possibilidade de mudar de local de trabalho.

Dentre as ações necessárias para a realização do Procedimento de Remanejamento está a modulação das unidades escolares, bem como a orientação quanto à montagem das grades do Sistema, a gestão das carências, a análise das turmas e do quantitativo de estudantes matriculados, dos atendimentos pedagógicos realizados e dos programas e projetos ofertados aos estudantes. Nesse sentido, a SEEDF promoveu a Modulação Integrada 2021, de 13 a 29/10, com a participação dos gestores das unidades escolares, servidores das áreas pedagógicas, tecnológicas, de gestão de pessoas e de planejamento.

Na Modulação Integrada 2021, todas as equipes, em conjunto, acolheram e orientaram os gestores em relação à modulação das unidades escolares, tendo em vista a otimização da oferta de turmas na rede pública de ensino para o próximo ano letivo e a melhor gestão dos profissionais que atuam em cada unidade, à saber:

- conferência dos Atendimentos Educacionais Especializados - Salas de Recursos, Itinerâncias, Intérpretes, Classes Especiais, CILs, Escolas Parque e Educação Integral;
- conferência das Etapas e Modalidades da Educação Básica, com destaque para o Novo Ensino Médio e para a Educação de Jovens e Adultos, Socioeducação e Sistema Prisional, bem como o acompanhamento de Projetos Pedagógicos diversos; e
- conferência de turmas e quantitativo de estudantes em consonância com a Estratégia de Matrícula.

Para viabilizar todo esse trabalho, a SEEDF utiliza uma Plataforma de inteligência que, por meio de um algoritmo, analisa as diversas bases de informação relativas à modulação das unidades escolares, buscando por inconsistências ou situações que possam ser relevantes na conferência da modulação. A plataforma permite a definição de justificativas e ações vinculadas a cada uma das críticas encontradas, bem como a adição de novas. Possibilita ainda, gerar relatórios analíticos e sintéticos, além de extratos das informações relevantes. Após verificada a imprescindibilidade de uma modulação integrada, a SEEDF reorganizou o cronograma do Procedimento de Remanejamento 2021/2022, publicando o resultado final geral no final de dezembro.

Em relação ao pagamento de pessoas, a SEEDF esforça-se para quitar dívidas trabalhistas de exercícios anteriores, com a consequente redução da judicialização do tema. Atualmente, a instrução processual gira em torno do pagamento do ano de 2006, empresas 652 e 802. O alto número de servidores a receber torna o procedimento complexo, acarretando em um trabalho árduo e minucioso da área técnica.

Objetivando a melhoria da organização dos procedimentos internos, ainda no primeiro semestre, a SEEDF foi reestruturada, criando-se a Unidade de Qualidade de Vida e Bem-Estar

no Trabalho - UQVT, que deu prosseguimento às ações relativas à qualidade de vida e bem-estar no trabalho. Importante destacar que a SEEDF é pioneira em instituir uma Política de Qualidade de Vida, Saúde e Bem-Estar para servidores públicos.

A SEEDF finalizou o mês de dezembro com a revisão das Portarias anuais que dispõem sobre o Procedimento de Distribuição de Turmas/ Carga Horária e Atribuição de Atendimentos/ Atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, inclusive dos readaptados e PCDs (Pessoas com Deficiência) com adequação expressa para não regência, em exercício nas unidades escolares, nas unidades escolares especializadas e nas escolas de natureza especial da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e nas unidades parceiras, quando for o caso, e sobre os critérios referentes à atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal nas atividades de docência e na orientação educacional, sobre a organização e atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público, inclusive dos readaptados e PCDs (Pessoas com Deficiência) com adequação expressa para não regência e do Analista de Gestão Educacional – Psicologia, da Carreira Assistência à Educação, no Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e unidades parceiras, sobre a organização dos atendimentos ofertados e sobre os critérios de modulação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público readaptados e PCDs com adequação expressa para não regência, que serão utilizadas no ano letivo de 2022.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

AÇÕES REALIZADAS POR MEIO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FEDERAIS

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal conta com o apoio da União para cumprir seu dever de assegurar o direito de todos à uma educação pública de boa qualidade. Uma dessas parcerias é por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR que está inserido no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação - SIMEC.

A SEEDF realiza o acompanhamento e monitoramento das ações, subações e iniciativas do PAR e dos Programas Federais nesta Secretaria, bem como a articulação e integração orçamentária de todas as áreas da Secretaria de Educação junto ao PAR.

O PAR é uma ferramenta de gestão para o planejamento da política de educação de médio e longo prazo que os municípios, os estados e o Distrito Federal elaboram por um período de quatro anos, favorecendo a continuidade de políticas educacionais, aprimorando o processo de investimento em educação, de modo a viabilizar transferências diretas de assistência técnica e financeira da União. Nesse sentido, dentro do módulo PAR na plataforma SIMEC, há um conjunto de ações interventivas, algumas para adesão compulsória, outras facultativas, onde tais ações podem ser propostas pela unidade da federação, estando subordinadas à aprovação do órgão em questão. É neste mesmo módulo que são inseridas as Emendas Parlamentares Federais individuais, de bancada e os recursos extraordinários.

Em quaisquer casos, para acessar os repasses de transferência direta de recursos federais, o ente federativo deve assinar um Termo de Compromisso, instrumento legal criado pela Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012 para executar transferência direta na implementação das ações pactuadas no PAR.

No ano de 2021 foram pactuados 25 (vinte e cinco) Termos de Compromisso para aquisição de aparelhos de climatização, kits de material esportivo, kits de material escolar, equipamentos e recursos tecnológicos, notebook, laptop, projetor interativo, equipamentos diversos de cozinha, equipamentos e instrumentos musicais, construção de Centros de Educação da Primeira Infância - CEPIS, de Centro de Ensino Fundamental, de Centro

Educacional e Centro de Ensino Médio e reconstrução de escola, cujo valor total empenhado pelo FNDE foi de R\$ 64.184.211,45 (sessenta e quatro milhões, cento e oitenta e quatro mil duzentos e onze reais e quarenta e cinco centavos), assegurando a melhoria da infraestrutura a ser ofertada à comunidade escolar. Além disso, foi liberado pela Autarquia o valor de R\$ 4.012.422,31 (quatro milhões, doze mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e um centavos) para a reconstrução da Escola Classe 59 da Ceilândia e do CAIC Castelo Branco.

A SEEDF acompanhou e monitorou, junto às Escolas, o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e suas ações agregadas, por meio da plataforma do PDDE Interativo. Esta plataforma é uma ferramenta de apoio à gestão escolar, desenvolvida pelo MEC e disponibilizada para todas as escolas públicas do país, com o objetivo principal de auxiliar a comunidade escolar a produzir um diagnóstico de sua realidade e a definir ações para aprimorar sua gestão e seu processo de ensino e aprendizagem.

Os programas que constituem a Plataforma do PDDE Interativo são: PDDE Básico (PDDE Básico e PDDE Desempenho); PDDE Educação Integral (PDDE Novo Mais Educação); PDDE Qualidade (Educação Conectada, Mais Alfabetização (PMALFA), Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (ProNEM), Ensino Médio Inovador (ProEMI), PDDE Novo Ensino Médio - Itinerários Formativos, Atleta na Escola, Escola Sustentável, Formação Continuada, Mais Cultura, PDDE Emergencial, PDDE Tempo de Aprender, PDDE Brasil na Escola, PDDE Educação e Família); PDDE Estrutura (Escola Acessível, PDDE Acessibilidade, Escola do Campo, Sala de Recursos, PDE Escola, Água e Esgotamento Sanitário).

No exercício de 2021, foram beneficiadas com repasse federal para o PDDE Básico, 508 escolas atendendo cerca de 356.385 alunos, com o valor de R\$ 9.851.280,00 (nove milhões, oitocentos e cinquenta e um mil duzentos e oitenta reais); para as ações do PDDE Qualidade, 637 escolas atendendo cerca de 437.717 alunos, com o valor de R\$ 7.738.592,64 (sete milhões, setecentos e trinta e oito mil quinhentos e noventa e dois reais e sessenta e quatro centavos) e para o PDDE Estrutura, 242 escolas atendendo cerca de 246.152 alunos, com o valor de R\$ 6.198.800,00 (seis milhões, cento e noventa e oito mil e oitocentos reais), totalizando o montante de R\$ 23.788.672,64 (vinte e três milhões, setecentos e oitenta e oito mil seiscentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos) repassados diretamente às unidades escolares beneficiárias do PDDE e sua Ações Agregadas.

Em 2022, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR 04, constam dez iniciativas desta Secretaria de Estado de Educação junto ao FNDE referentes ao possível repasse orçamentário para a aquisição de recursos pedagógicos e construção de infraestrutura física. Os dados foram inseridos na Plataforma do PDDE Interativo. Especificamente, essas iniciativas possuem a finalidade de adquirir material desportivo, brinquedos, material escolar, equipamentos de tecnologia, equipamentos de climatização, equipamentos de cozinha, equipamentos para práticas pedagógicas e laboratórios, mobiliários de sala de aula, mobiliários para outros ambientes escolares, construção de escola ou creche.

Autoavaliação (Avaliação Institucional Interna)

Nos dias 19 de junho e 10 de julho de 2021 foram propostas atividades de Autoavaliação das unidades escolares. Embora institucionalmente as datas de realização fossem as supracitadas, a produção de material, as formações junto aos articuladores de avaliação, CRE e unidades escolares foram anteriores a esta data, sendo disponibilizados vídeos instrucionais, sugestões de leituras e, como grande diferencial, uma proposta de questionários avaliativos, desenvolvidos pela SEEDF para gestores, professores e estudantes/responsáveis.

Além disso, toda a rede pública de ensino teve momentos bem definidos para refletir sobre a importância da autoavaliação e da participação de todos os membros da comunidade escolar.

Embora a participação e o engajamento das unidades escolares tenha sido muito positiva, algumas ações precisam ser aprimoradas para a melhor implementação da cultura de autoavaliação pelas unidades escolares:

Definição prévia das datas da autoavaliação no calendário escolar anual;

Proposição de oficinas para utilização dos dados do SAEB e Avaliação Institucional.

Avaliação Institucional

No presente ano, foi realizada a Avaliação Institucional da SEEDF, entre os dias 18 de outubro a 05 de novembro, com coleta de informações por meio de uma plataforma digital de captação de dados. Foram aplicados 3 diferentes questionários, que abrangeram respostas dos gestores, professores e demais profissionais da educação, com a participação de 26.402 profissionais, entre servidores da SEEDF e das instituições educacionais parceiras.

Apesar da participação recorde de respondentes, a atualização da plataforma de captação é imprescindível para segurança dos dados e geração de relatórios. Além disso, há a necessidade de um maior refinamento da base de respondentes para que cada profissional tenha acesso a questionários que retratam suas realidades. Neste sentido a equipe técnica responsável por esta ação tem como plano de ações futuras:

Acompanhamento da atualização da plataforma de coleta e armazenamento dos dados;

Desenvolvimento de questionários mais específicos para cada grupo a ser avaliado; e

Maior refinamento da base de respondentes para melhor divisão e classificação dos mesmos.

Implementação do SIPAEDF

A SEEDF elaborou e realizou ajustes nos processos referentes à contratação de empresa para elaboração do banco de questões e correção das provas do Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal, bem como do sistema para aferição da fluência em leitura. Dessa forma, todos os estudos técnicos-pedagógicos foram elaborados e desenvolvidos com intuito de embasar e viabilizar a implementação do SIPAEDF, em cumprimento às metas 1.7 e 7.22 do Plano Distrital de Educação, em destaque para a escrita da Matriz de Referência de Contexto e Desempenho Escolar.

Ademais, uma série de pesquisas teóricas e desenvolvimento de plataforma digital para armazenamento de dados estão entre as demandas a serem desenvolvidas para a plena implementação do SIPAEDF ao longo do ano de 2022.

Diretrizes de Avaliação

A SEEDF, por meio da Portaria nº 299 de 22 de junho de 2021, supervisionou a elaboração Diretrizes de Avaliação da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. O processo se deu por meio de videoconferência com servidores de diversos segmentos da Pasta. Assim sendo, a dinâmica dos encontros transcorreu por meio de etapas, onde a parte inicial consistiu no levantamento documental e acadêmico dentro da perspectiva da avaliação formativa. Na sequência, houve a divisão em grupos que fez e redigiu os primeiros escritos dentro dos temas selecionados. Em seguida, os encontros foram focados na apresentação e discussão dos textos preliminares. Este trabalho, ainda em andamento, está em fase de conclusão, a saber, da escrita e da revisão.

Monitoramento e Avaliação do Plano Distrital de Educação

Com vistas à execução das atividades inerentes ao PDE foi instituída a Equipe Técnica por meio da Portaria nº 594 - SEEDF, de 04 de novembro de 2021, tendo como atribuição atuar no levantamento e na sistematização de dados e informações referentes ao PDE, em conformidade com a Lei nº 5.499, de 14/07/2015.

Apesar de a Equipe Técnica ter trabalhado, no decorrer desse ano, com prazo reduzido para a realização das demandas de ordem técnica, ressalta-se que não deixou de cumprir as ações determinadas na Portaria, estando agora em fase final da conclusão do relatório de monitoramento, com data prevista para o fim de janeiro do ano de 2022.

A Equipe Técnica encontrou alguns empecilhos para desenvolver as suas atribuições perante as unidades responsáveis internas e externas. Nesse sentido, vale ressaltar que, para melhor fluidez do trabalho da Equipe Técnica, precisa haver consciência e colaboração de todos envolvidos, uma vez que existe um cronograma a ser cumprido e a evolução do trabalho da equipe depende diretamente do fornecimento de dados das instâncias competentes, conforme o previsto nos incisos II e IV da Portaria nº 594 que dispõe sobre a atuação da Equipe Técnica.

Diante das dificuldades encontradas para a efetivação do trabalho da equipe, já foram elaboradas estratégias de abordagem para o próximo ano perante as unidades da SEEDF, com a finalidade de sensibilizar e esclarecer sobre a importância de responder em tempo hábil às demandas do PDE.

SAEB 2021

A aplicação de testes e questionários em papel do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) ocorreu em novembro e dezembro de 2021.

A aplicação da avaliação ocorreu em horário regular de aula para 3.013 turmas, distribuídas entre as 14 Coordenações Regionais de Ensino do Distrito Federal. Ressaltando que a aplicação do SAEB aconteceu de forma censitária para os estudantes das escolas públicas que cursam o 5º e 9º ano do ensino fundamental. Para o ensino médio a aplicação é destinada aos estudantes das 3ª série, com testes de língua portuguesa (leitura) e matemática. As instituições privadas participaram do processo em formato amostral, sendo avaliados os mesmos anos do ensino fundamental e série do ensino médio, e sua participação é facultativa.

De forma amostral, também ocorrerão as aplicações de provas para o 2º ano do ensino fundamental nas disciplinas de língua portuguesa e matemática. Além disso, houve aplicação amostral de testes de ciências humanas e ciências da natureza para os estudantes do 9º ano do ensino fundamental. Para a Educação Infantil a amostra foi realizada através de questionários destinados à Secretaria de Estado de Educação, diretores escolares e professores.

A SEEDF realiza a divulgação e o acompanhamento da aplicação da avaliação, bem como, promove a conscientização da importância da participação dos estudantes e professores. Isto posto, foram realizadas formações específicas, em cada Regional de Ensino, onde foram tratadas as Diretrizes para o SAEB 2021, os objetivos, os eixos, os critérios para divulgação dos resultados e a importância da participação.

Considerando o contexto da Pandemia, o estabelecimento do contato direto com a equipe gestora foi primordial neste momento, pois o DF estava na fase de retorno às atividades presenciais, após um longo período de atividades remotas. Desta forma, foi possível sanar as principais dúvidas dos representantes escolares. E ainda, fomentar a discussão sobre o uso formativo dos resultados obtidos na referida avaliação.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Secretaria de Educação cumpriu adequadamente o conjunto das ações propostas no Programa 6221 – EducaDF e demais Programas complementares, em 2021. Começando pela educação infantil, foram exitosas as parcerias formalizadas por meio de Termos de Colaboração com organizações da sociedade civil, pois, permitiu continuar a ofertar essa modalidade em tempo integral, em conformidade com o currículo em movimento do Distrito Federal.

A implementação dos eixos integradores do Currículo em Movimento do Distrito Federal - Educação Infantil, elementos basilares do trabalho educativo com as crianças, quais sejam: educar e cuidar, brincar e interagir requer ainda uma atenção especial. Sendo assim, priorizou-se em seu planejamento para 2022, a continuidade do tema como premissa das formações pedagógicas em todos os encontros. A participação das famílias no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, uma parceria fundamental durante o atendimento não presencial, deve ser fortalecida no âmbito de toda a SEEDF e é pauta certa para futuras ações. A realização dos acompanhamentos in loco promoveu uma aproximação entre o setor central da SEEDF com as equipes de coordenação intermediária e comissões gestoras permitindo assim, uma avaliação a partir da realidade concreta do cotidiano da unidade escolar.

Em se tratando de dificuldades percebidas na consolidação do trabalho proposto, essas estão relacionadas à grande rotatividade de profissionais na composição das equipes, exigindo um esforço maior por parte da gestão central em formar equipes na perspectiva de promoção do conhecimento e apropriação dos documentos regulamentadores da prática educativa.

As dificuldades de consolidação dos trabalhos junto às Comissões Gestoras que acompanham as Instituições Educacionais Parceiras advêm da constante substituição dos membros que compõem essas Comissões, da falta de formação acerca do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC, do desconhecimento da legislação que disciplina a aplicação do MROSC, conforme Decreto Distrital nº 37.843/2016 e a Portaria nº 168/2019, bem como das atribuições das Comissões Gestoras designadas em DODF, no âmbito das Coordenações Regionais. Tal fato gera uma fragilidade no acompanhamento da execução do objeto. Insta salientar que é fundamental a articulação entre os setores desta SEEDF, mediante planejamento para alinhamento das ações pertinentes aos termos de colaboração.

Com relação ao Ensino Fundamental, houve importante avanço no ano de 2021, com trabalhos em consonância com a Diretriz Pedagógica do 3º Ciclo para as aprendizagens, os quais buscaram romper com processos conservadores de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar, trazendo uma perspectiva inovadora. As unidades escolares atuaram com autonomia na elaboração da proposta pedagógica, executando-a conforme suas necessidades no tocante ao monitoramento, ao acompanhamento, à avaliação e à política de formação dos profissionais e dos colegiados das instituições educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

O Ensino Médio no Distrito Federal segue em direção a uma mudança sistêmica dos processos de gestão educacional, da relação ensino-aprendizagem, da coordenação pedagógica, da participação e gestão escolar democrática, da formação de professores, do acompanhamento e avaliação para as aprendizagens dos estudantes. Porém, a pandemia do vírus COVID-19 deflagrou a necessidade de fortalecimento da coordenação, de monitoramento e de avaliação da rede para a garantia das aprendizagens.

Na Educação Profissional houve avanço, também, onde foram fomentados Projetos, Políticas Públicas, Grupos de Trabalho, parcerias e eventos que viabilizassem a concretização do Plano Plurianual (PPA) e do planejamento para 2021, dentre as ações, estão as contribuições no campo da produção de instruções normativas, portarias e Políticas Públicas com o objetivo de fortalecer a Educação pública do Distrito Federal.

A SEEDF atuou no monitoramento e análise da Oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no DF com o intuito de subsidiar as políticas públicas educacionais para este público, bem como as ações de planejamento e organização do trabalho pedagógico. Nesse sentido, em 2021, foi elaborado o Caderno de Orientações Pedagógicas para o Atendimento da Política Distrital do Idoso no Contexto Educacional, chamadas públicas para a EJA, formações continuadas para os docentes que atuam na EJA e materiais para a Semana Pedagógica 2021, entre outros projetos. Ainda, foi elaborada a minuta do Currículo da Educação de Jovens e Adultos à luz da Base Nacional Comum Curricular, em continuidade ao processo de revisitação do Currículo, visando à execução das ações como as formações, consultas públicas e elaboração da versão final do Currículo para o ano de 2022, porém com o cuidado de considerar todas as especificidades dos sujeitos atendidos pela modalidade, garantindo a todos o direito à educação, considerando a Educação Especial, a EJA nas Prisões, a EJA na Educação do Campo, a EJA a Distância e a EJA integrada à Educação Profissional.

Outra iniciativa relevante foi trabalho de acompanhamento e escolarização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Internação, Semiliberdade, Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade e ainda de adolescentes atendidos pelo Núcleo de Atendimento Integrado que é desenvolvido por um conjunto articulado de ações intersetoriais e em rede, tendo por base o princípio da incompletude institucional.

Igualmente, houve importantes ações buscando integrar escola, aluno e comunidade, tendo a escola protagonizado discussões sobre temáticas inseridas na vida de todos, realizando eventos seminários, debates e palestras abordando: racismo, bullying, injúria racial, intolerância religiosa, Lei Maria da Penha, feminicídio, defesa do direitos das crianças e adolescentes LGBTQIA+, direitos humanos e diversidade, indígenas, escolarização e acolhimento da população em situação de rua, enfrentamento às drogas nas escolas, Política de acolhimento e escolarização de estudantes em situação de refúgio, promoção da cultura da paz, projetos de Educação Ambiental. Além de ações como: a inserção da população cigana na Política de Acolhimento e Atendimento para Escolarização de Estudantes Não falantes da Língua Portuguesa e criação do Catálogo com Referências e Materiais Pedagógicos: Valorização das Meninas e Mulheres e Enfrentamento às Violências.

Verificou-se também importante avanço na educação inclusiva e integral com atendimento educacional aos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista, altas habilidades e ao Programa da Educação Precoce. Nesse contexto, a oferta da educação especial, na Rede Pública de Ensino do DF, é realizada em Classes Comuns, Classes Especiais, Centros de Ensino Especial e atendimentos especializados em Instituições parceiras.

Quanto à Saúde Escolar, foram desenvolvidas ações do Programa de Saúde na Escola - que visa contribuir para o pleno desenvolvimento dos estudantes da rede pública de ensino básico, por meio do fortalecimento de ações que integram as áreas de Saúde e Educação no enfrentamento de vulnerabilidades, na ampliação do acesso aos serviços de saúde, na melhoria da qualidade de vida e no apoio ao processo formativo dos profissionais de saúde e de educação: Projeto Ciranda do Coração - que visa promover o desenvolvimento das competências socioemocionais e da saúde mental e o Boletim Informativo de Saúde do Estudante. Quanto ao atendimento oftalmológico e ao fornecimento de óculos aos estudantes com distúrbios visuais houve consequências com toda a situação da pandemia. Somente em outubro de 2021, os atendimentos retornaram com os cuidados e normas de protocolo de segurança contra a COVID-19.

No tocante às obras nas escolas pode-se aferir que houve reconstrução de várias unidades escolares, construção de unidades do ensino fundamental e amplo serviço de reforma e manutenção das unidades abrangendo todo o Distrito Federal.

Com relação ao Programa de Alimentação Escolar, a SEEDF atua com o objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos estudantes, por meio da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo e de ações de educação alimentar e nutricional. Nesse sentido, a oferta de alimentação escolar no primeiro semestre do exercício de 2021 foi atípica e diferente da oferta dos exercícios anteriores. O ano letivo de 2021 teve seu início com o fornecimento de alimentação escolar aos estudantes das unidades escolares públicas do Distrito Federal, por meio de cestas verdes planejadas pelo quadro técnico de nutricionistas da Pasta. Além disso, a garantia do direito à alimentação escolar, também, foi mantida por meio da distribuição de auxílio financeiro aos responsáveis pelos estudantes, através do Bolsa Alimentação Escolar, beneficiando mais de 82 mil estudantes, no qual o valor per capita da refeição foi depositado para os responsáveis efetuarem a compra dos gêneros alimentícios.

Ressalta-se a importância do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF da SEEDF. Em 2021, o programa liberou recursos financeiros para Educador Social Voluntário, para Centro de Iniciação Desportiva 2021, além do repasse do PDAF ordinário para promover a autonomia administrativa, financeira e pedagógica, contribuindo com a melhoria da qualidade de ensino e o fortalecimento da gestão democrática nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do DF. Algumas ações promovidas por esta Pasta (tais como mulheres inspiradoras, Feira do Livro, 7 de setembro, entre outras), não foram realizadas devido ao isolamento social decorrente da pandemia e das medidas de segurança adotadas para contê-la. Por outro lado, os recursos puderam ser descentralizados para auxiliar as CRE's e as Unidades Escolares no retorno às aulas presenciais, bem como no enfrentamento da COVID - 19.

Observa-se a necessidade de ampliar a capacidade de direcionar, orientar, monitorar, avaliar e disseminar boas práticas das políticas educacionais, por meio de Diretrizes, Programas, Parcerias e de Governança. Observa-se que, para o próximo exercício, é importante o contínuo fortalecimento da capacidade de articulação com os diferentes níveis de gestão, além de coletar e difundir informações e conhecimentos para a prática educacional em três aspectos: gestão das políticas, gestão das estratégias e dos riscos e gestão da eficiência.

Dessa forma, por todo o conjunto baseado nas ações desenvolvidas e, ainda, sob o impacto das limitações orçamentárias existentes, infere-se que a execução das políticas públicas educacionais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal foram satisfatórias.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A origem da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (doravante FUNAB ou simplesmente Fundação), na qualidade de instituição responsável por manter e executar a política de educação superior do Distrito Federal - conforme definido em Estatuto e legislação correlata -, remonta ao ano de 1992, quando o Governo do Distrito Federal, encontrando fundamento de validade no Art. 24, inciso IX, da Constituição Federal, sancionou a Lei nº 403, de 29 de dezembro de 1992, que autorizava o Poder Executivo a implantar a Universidade Aberta do Distrito Federal - UnAB/DF. Desde então, e em face da inexistência de uma universidade pública pertencente à organização administrativa do Distrito Federal até há pouco, a legislação distrital que versa sobre o ensino superior público vinha passando por alterações graduais e incrementais no sentido de consolidar uma instituição de ensino superior autônoma, capaz de proporcionar ensino, pesquisa e extensão em várias áreas do conhecimento.

A sinalização dos primeiros esforços para o início da oferta de educação superior pública no território distrital fez com que, logo em 1993, quando da promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal, fossem apresentados os pressupostos e o alicerce institucional necessários para a consolidação e ampliação da oferta deste nível de educação no Distrito Federal. É nesse sentido que o Art. 240 da Lei Orgânica apregoa a necessidade de o poder público "[...] criar seu próprio sistema de educação superior, articulado com os demais níveis, na forma da lei" (redação do Art. atualizada de acordo com a Emenda à Lei Orgânica nº 79, de 2014), sinalizando, ainda, a importância de serem consideradas, prioritariamente, regiões densamente povoadas não atendidas por ensino público superior na instalação de unidades de educação superior (Art. 240, § 1º) e a necessidade de as instituições de ensino superior terem garantidas autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (§ 2º do mesmo Artigo).

É mister notar que, apesar da existência, desde 1993, de estrutura legal sólida que ampara tanto a oferta de educação superior pública no Distrito Federal quanto a efetiva consolidação de uma universidade pública - que se coloque como parte fundamental da política distrital de educação superior -, a materialização dessa oferta se deu somente no ano de 2001, quando a Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS, mantida pela Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - FEPECS, passou a ofertar cursos de graduação. O início da oferta *per se* de cursos de nível superior nesse período parece ter engendrado novo movimento de expansão do arcabouço legislativo distrital em torno da matéria de educação superior. Nesse sentido, a promulgação, pelo Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, da Lei nº 2.919, de 16 de março de 2002, fez com que se estabelecesse mais um mecanismo legal de autorização da criação da UnAB/DF, sob forma de fundação pública.

Foi, portanto, com amparo em esforço de constituição e ampliação de uma política de educação superior pública em nível distrital e de correção de vício de iniciativa dos termos da Lei nº 2.919/2002 - esta oriunda de Projeto vetado pelo Governador do Distrito Federal e mantido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal - que o Governo do Distrito Federal sancionou a Lei nº 5.141, de 31 de julho de 2013, que autorizou a criação da FUNAB na qualidade de **instituição mantenedora da educação superior do Distrito Federal**, vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (Art. 1º da referida Lei), **com finalidade de ministrar educação superior, desenvolver pesquisas e promover atividades de extensão universitária** (Art. 2º do mesmo dispositivo legal).

Desse modo, inicialmente prevista em 1992, a criação da FUNAB se deu com o Decreto nº 34.591, de 22 de agosto de 2013, normativa esta que prevê as principais competências da Fundação em seu Art. 3º. As premissas de uma política de educação superior pública distrital também foram definidas na Lei nº 5.141/2013 e no Decreto que criou a FUNAB, sendo arroladas como diretrizes de atuação da Fundação no Art. 4º do referido texto legal.

Responsável pela manutenção, planejamento, coordenação e supervisão das atividades de educação superior pública no Distrito Federal, com papel ativo na promoção de unidades e cursos de educação nesse nível de ensino, a FUNAB foi regida por Estatuto aprovado pelo

Decreto nº 36.114, de 10 de dezembro de 2013, **até que houvesse a determinação de sua extinção, por força da Lei Complementar nº 987, de 26 de julho de 2021**, que “autoriza a criação e define as áreas de atuação da Universidade do Distrito Federal e dá outras providências” (as condições desse processo de extinção estão detalhadas abaixo).

Integrante da Administração indireta do Distrito Federal, a Fundação desenvolveu suas atividades a partir da missão de “ofertar e manter o ensino superior público por meio da produção e difusão de conhecimentos científicos, técnicos e culturais, do desenvolvimento de pesquisas e da promoção de atividades de extensão universitária, utilizando tecnologia inovadora e contribuindo para a construção de uma sociedade inclusiva, solidária, democrática e sustentável” (redação dada pelo Art. 5º do Anexo Único do referido Decreto).

Ainda a respeito do arcabouço legal e normativo que amparou a atuação da Fundação, o que, invariavelmente, diz respeito às ações de estímulo à educação superior pública no Distrito Federal, há de se ressaltar que **o interesse público quando da constituição da FUNAB não era outro senão a constituição de uma universidade pública do Distrito Federal**, sendo a implantação institucional da universidade objeto, também, do Plano Distrital de Educação - PDE, documento formalizado pela Lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015, e que constitui a principal referência para o planejamento das políticas educacionais distritais entre 2015 e 2024. Destarte, o PDE estabeleceu a Meta 12 como eixo central de desenvolvimento das ações públicas para fomento à educação superior ao fixar o compromisso de “elevar a taxa bruta de matrícula da educação superior para 65%, ampliando a participação da oferta federal e a participação na oferta pública distrital de forma a aumentar 1% da taxa bruta ao ano até o último ano de vigência deste Plano”.

Vê-se, portanto, que a constituição da universidade pública distrital se apresenta como condição *sine qua non* para elevar a taxa bruta de matrícula no patamar exigido pelo PDE, razão pela qual, **para além da mera missão funcional de mantenedora da educação superior do Distrito Federal, a Fundação preconizou em seu Mapa Estratégico** (ver seções *Informações Complementares* e *Diagnóstico de Desenvolvimento da Unidade* para mais detalhes) **o desenvolvimento de atividades que impulsionassem a constituição legal e implantação da Universidade do Distrito Federal - UnDF**.

Tais atividades confluíram, dentre outras iniciativas, para a proposição do Projeto de Lei Complementar - PLC nº 34/2020, de autoria do Poder Executivo, enviado à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF em março de 2020. Embora a conformação de uma instituição universitária não se limite meramente à sua constituição legal, haja visto o expressivo escopo de ações necessárias ao seu funcionamento e à expansão e qualificação da oferta de educação superior pública, foi a partir do referido PLC que o Poder Executivo estabeleceu o pilar central para o desenvolvimento dessa política pública, alicerce que conta ainda com uma Lei Ordinária e uma alteração à Lei Orgânica como eixos fundamentais (ver seção *Informações Complementares* para mais detalhes).

O PLC nº 34/2020 foi apreciado pela casa legislativa ao longo de um ano e três meses e, finalmente, aprovado em votação plenária no dia 23 de julho de 2021, sendo eventualmente sancionado pelo Governador nos termos da **Lei Complementar nº 987/2021**.

A UnDF, efetivamente instituída pelo Decreto nº 42.333, de 26 de julho de 2021, denominada “Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes” (Art. 1º, parágrafo único, desse mesmo ato), tem por “finalidade ministrar educação superior pública distrital [...], desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover atividades de extensão universitária [...]” (Art. 2º, caput, da Lei Complementar nº 987/2021), com autonomia pedagógica, didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (cf. Art 1º, § 1º).

Pelo escopo das competências definidas para a instituição (cf. Art. 2º, incisos de I a IX), necessariamente sobrepostas àquelas definidas para a FUNAB, **o instrumento legal que autoriza a criação da universidade prevê, também, a extinção da Fundação mantenedora criada em 2013** (cf. Art. 15, caput), com a determinação de que “são transferidos à UnDF as competências, direitos e obrigações estabelecidas em leis gerais ou específicas, atos administrativos, contratos, convênios, acordos de cooperação ou instrumentos congêneres relativos à Funab” (Art. 15, §

1º) e de que a universidade recém-criada “[...] deve receber, em seu quadro de pessoal, os servidores públicos em exercício quando da extinção da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – Funab, nos termos dos atos de pessoal que concederam a cessão ou disposição a essas entidades” (Art. 12, § 2º).

A fim de promover a implantação da UnDF e dar continuidade aos processos de institucionalização da política de educação superior pública distrital iniciados pela FUNAB, o chefe do Poder Executivo distrital criou a Chefia Executiva de Implantação da Universidade do Distrito Federal (doravante CEIUNDF ou simplesmente Chefia Executiva) por meio do Decreto nº 42.334, de 26 de julho de 2021. Esta normativa, em conjunto com o Decreto nº 42.547, de 28 de setembro de 2021, define as competências da CEIUNDF, que se relacionam não só à implantação da UnDF, mas também à transitoriedade inerente a esta, considerando a extinção da FUNAB.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	14	0	0	14
Requisitados de órgãos do GDF	0	24	0	4	28
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	38	0	4	42
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	38	0	4	42

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
----------------	-----	--------------------	-----------	-----------

2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	5000,0	5000,00	0	0
0077 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-FUNAP - NA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DF - FUNAB-DISTRITO FEDERAL	5000,0	5000,00	0	0
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA	5000,00	5000,00	0,00	0,00

O Programa não contou com execução financeira.

6221 - EDUCADF

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	465,0	465,00	0	0
0018 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	465,0	465,00	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10000,0	60000,00	6669,56	6669,56
0062 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	10000,0	60000,00	6669,56	6669,56
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10000,0	60000,0	32584,82	32584,82

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0078 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	10000,0	60000,0	32584,82	32584,82
1813 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	10000,0	10000,0	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO-CRIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	10000,0	10000,0	0	0
0041 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	15000,0	15000,00	0	0
0002 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	15000,0	15000,00	0	0
2175 - FOMENTO À PESQUISA	10000,0	10000,00	0	0
0001 - FOMENTO À PESQUISA-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	0	0
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	10000,0	10000,00	0	0
0003 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	0	0
2618 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	10000,0	10000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
2921 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS	10000,0	10000,0	0	0
0001 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	5000,0	5000,00	0	0
0158 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	5000,0	5000,00	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	15000,0	15000,00	0	0
0003 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	15000,0	15000,00	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10000,0	10000,00	0	0
0044 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	10000,0	10000,0	0	0
0008 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	5000,0	5000,00	0	0
0178 - APOIO A EVENTOS-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	5000,0	5000,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4091 - APOIO A PROJETOS	5000,0	5000,00	0	0
0079 - APOIO A PROJETOS-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	5000,0	5000,00	0	0
5928 - IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS	10000,0	10000,0	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS-IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECA NA FUNAB-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	5000,0	5000,00	0	0
0002 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	5000,0	5000,00	0	0
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	5000,0	5000,00	0	0
0009 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	5000,0	5000,00	0	0
9108 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA	5000,0	5000,00	0	0
0002 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	5000,0	5000,00	0	0
TOTAL - 6221 - EDUCADF	170465,00	270465,00	39254,38	39254,38

No âmbito do Programa 6221 - EducaDF, apenas duas ações orçamentárias tiveram despesas efetivamente empenhadas e, posteriormente, liquidadas. A primeira delas, **Ação 1471 - Modernização de Sistema de Informação**, contou com execução financeira-orçamentária para apoiar a contratação de empresa especializada para cessão de uso (licenciamento perpétuo, definitivo) de software personalizado utilizado no gerenciamento de bibliotecas vinculadas à FUNAB. O atendimento a esse objeto teve início ainda no exercício de 2019, quando foram efetivados diversos procedimentos administrativos que culminaram com a celebração do Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2019-FUNAB entre a Fundação e a empresa Primasoft Informática Ltda (Processo SEI nº 04002-00000391/2019-11). Por consistir em importante iniciativa para o bom manejo de informação relacionada às atividades educacionais promovidas pela Fundação/Chefia Executiva, com benefício direto para as

instituições de ensino superior mantidas, a Chefia Executiva optou pela continuidade da prestação do serviço, de modo que o referido Contrato receberá Termo de Apostilamento que, dentre outros, definiu a prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses, com efeitos financeiros a contar de 16 de dezembro de 2021.

Expediente semelhante também foi utilizado na **Ação 2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação**, que contou com execução financeira-orçamentária para atender à contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de plataforma de biblioteca virtual. Também iniciada no exercício de 2019, com a celebração Contrato de Prestação de Serviços nº 001/2019-FUNAB entre a Fundação e a empresa Pearson Education, essa demanda teve despesas liquidadas ao longo do exercício de 2021, sendo adotadas providências administrativas para garantir a continuidade da prestação do serviço nos termos do Contrato e de um novo Termo Aditivo vigente (Processo SEI nº 04002-00000396/2019-35).

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10516 - PERCENTUAL DE CONCLUINTE NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	-	-	40,00	38,33	30,00	-	60,00	-	FUNAB/ UO 18202 / OE 178
Justificativa: 2020 - Formação da primeira turma do curso superior de Tecnologia em Gestão Pública será no segundo semestre de 2021. 2021 - Tínhamos a meta de 40 estudantes concluintes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (CSTGP) para o ano de 2021, porém tivemos desistências no caminho, finalizando a turma ao final de 2 anos com 23 estudantes da Escola Superior de Gestão (ESG) que fica 38% do total.													

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	20000,0	50000,0	14977,34	14977,34
9564 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-PASEP - FUNAB-DISTRITO FEDERAL	20000,0	50000,0	14977,34	14977,34
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	200000,0	200000,0	0	0
0132 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DF-DISTRITO FEDERAL	200000,0	200000,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	10000,0	10000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
7202 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5000,0	5000,00	0	0
0071 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	5000,0	5000,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	235000,00	265000,00	14977,34	14977,34

Apenas a **Ação 9033 - Formação do Patrimônio do Servidor Público** contou com execução financeira neste Programa. Voltada ao recolhimento de contribuições para o PIS/Pasep, esta ação recebeu destinação orçamentária inicial por Lei fixada em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), sendo que sua execução restou consolidada em R\$ 14.977,34 (quatorze mil, novecentos e setenta e sete reais e trinta e quatro centavos) ao término do exercício (Processo SEI nº 04002-00000031/2021-25).

8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2066829,0	2066829,00	1403417,62	1403417,62
8918 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	2066829,0	2066829,00	1403417,62	1403417,62
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	10000,0	100000,0	34409,57	34409,57
9722 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	10000,0	100000,0	34409,57	34409,57

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	40000,0	80000,0	2174,08	2174,08
0129 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	40000,0	80000,0	2174,08	2174,08
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	10000,0	40000,0	3508,40	3508,40
0038 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-FUNAB-DISTRITO FEDERAL	10000,0	40000,0	3508,40	3508,40
TOTAL - 8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	2126829,00	2286829,00	1443509,67	1443509,67

Dentre as diferentes Ações que tiveram execução orçamentária neste Programa, apenas a **Ação 8504 - Concessão de Benefícios a Servidores** teve sua liquidação acima a destinação orçamentária consignada por Lei Orçamentária Anual - LOA: enquanto a dotação orçamentária inicial foi de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), o valor efetivamente liquidado foi de R\$ 34.409,57 (trinta e quatro mil e quatrocentos e nove reais e cinquenta e sete centavos), isto é, 344% acima da destinação orçamentária consignada por Lei (Processo SEI nº 04002-00000031/2021-25).

As demais Ações relacionadas ao Programa tiveram execução orçamentária dentro do inicialmente previsto por Lei: a **Ação 8502 - Administração de Pessoal** teve sua liquidação consolidada em R\$ 1.403.417,62 (um milhão e quatrocentos e três mil e quatrocentos e dezessete reais e sessenta e dois centavos) (Processo SEI nº 04002-00000000018/2021-76); a **Ação 8517 - Manutenção de serviços administrativos gerais** teve sua liquidação consolidada em R\$ 2.174,08 (dois mil e cento e setenta e quatro reais e oito centavos), a partir da execução de despesas relativas obrigações tributárias e contributivas junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Processo SEI nº 04002-0000000313/2020-41); e a **Ação 8505 - Publicidade e Propaganda** teve sua liquidação consolidada em R\$ 3.508,40 (três mil e quinhentos e oito reais e quarenta centavos), a partir da execução de serviços publicidade institucional, de utilidade pública e legal no Diário Oficial do Distrito Federal de atos oficiais e demais matérias de interesse da Fundação (Processo SEI nº 04002-00000055/2020-01).

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O direcionamento institucional da FUNAB - e, também, da CEIUNDF, quando esta passou a conduzir os trabalhos de desenvolvimento da política de educação superior pública distrital, após a determinação de extinção da FUNAB, conforme Lei Complementar nº 987/2021 - no

exercício de 2021 empregou a mesma estratégia de duplo enfoque que havia sido empenhada nos últimos dois anos. Ao ter em vista a natureza mantenedora da Fundação (retomar seção *Histórico de criação e competências*), bem como a missão de expansão e qualificação dessa política pública por meio da UnDF, houve, em 2021, continuidade de iniciativas (detidamente descritas nesta seção) que haviam sido iniciadas em exercícios anteriores. Dessa forma, a exemplo do observado em 2019 e 2020, a gestão da FUNAB/CEIUNDF dedicou-se a iniciativas que, em **curto prazo**, permitissem a ampliação da oferta desse nível de ensino no Distrito Federal, e que, em **médio e longo prazo**, possibilitassem maior abrangência e impacto da política pública.

Conforme detalhado no Relatório de Gestão relativo a 2020, a escolha por essa linha de atuação tem forte relação com o controle de constitucionalidade aplicado ao ato legal que origina a criação da FUNAB, motivado pelas Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADI números 2013 00 2 026654-2 e 2014 00 2 002911-2, julgadas pelo Plenário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF. Com a declaração de inconstitucionalidade aos Art. 8º, 9º e 13 da Lei nº 5.141/2013, reproduzidos abaixo, **a atuação da FUNAB, pelo menos desde 2019, vinha sendo fortemente orientada aos processos e atividades que visavam à maior institucionalização da política de educação superior pública distrital**, sintetizados primordialmente na constituição formal da UnDF e na criação uma carreira específica de magistério superior público.

Art. 8º O magistério público na FUNAB é exercido por professores escolhidos em processo seletivo interno entre servidores públicos estáveis do Distrito Federal. (Artigo declarado inconstitucional: ADIs nºs 2013 00 2 026654-2 e 2014 00 2 002911-2 - TJDF, Diário de Justiça, de 16/6/2015 e de 1/2/2017.)

§ 1º O servidor selecionado, sem prejuízo da remuneração ou subsídio e dos demais direitos relativos ao cargo efetivo, fica à disposição da FUNAB por tempo integral ou parcial, na forma definida no edital de seleção.

§ 2º O tempo à disposição da FUNAB só pode ser integral, se a carga horária em sala de aula for igual ou superior à metade do regime semanal de trabalho a que está sujeito no órgão ou entidade de origem.

§ 3º Ao término do tempo à disposição da FUNAB, o servidor tem o direito de retornar à mesma lotação, com a mesma jornada de trabalho de antes do início do afastamento, desde que uma ou outra não tenha sofrido alteração normativa.

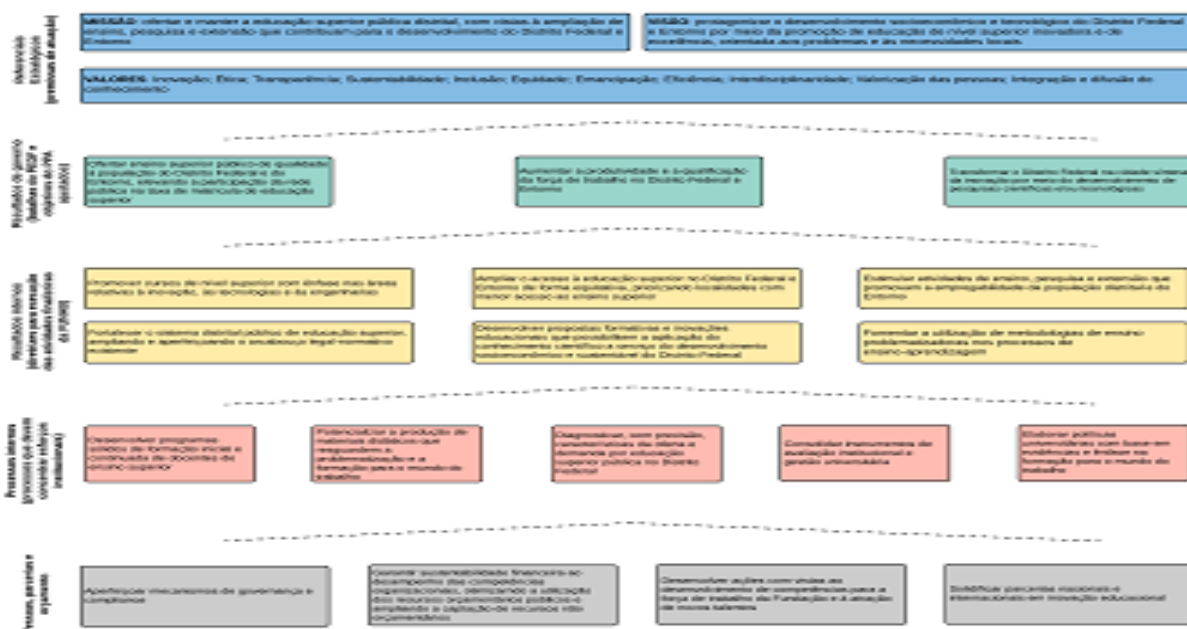
Art. 9º A estrutura administrativa da FUNAB é definida por decreto. (Artigo declarado inconstitucional: ADIs nºs 2013 00 2 026654-2 e 2014 00 2 002911-2 - TJDF, Diário de Justiça, de 16/6/2015 e de 1/2/2017.)

Parágrafo único. Para a criação da estrutura administrativa de que trata este artigo e de outros ajustes necessários na estrutura de órgãos e entidades, o Poder Executivo pode usar a autorização de que trata o art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 4.584, de 8 de julho de 2011, tomando-se por base a diferença da despesa entre o primeiro quadrimestre de 2011 e o primeiro de 2013.

Art. 13. O desenvolvimento e o funcionamento da parte administrativa da FUNAB são exercidos por servidores estáveis da carreira Assistência à Educação do Distrito Federal. (Artigo declarado inconstitucional: ADIs nºs 2013 00 2 026654-2 e 2014 00 2 002911-2 - TJDF, Diário de Justiça, de 16/6/2015 e de 1/2/2017).

Esse viés estruturante de atuação - isto é, basilar para a consolidação da política pública na forma pretendida -, que fundamenta o Mapa Estratégico da FUNAB (cujos objetivos institucionais estão dispostos na Figura 1 abaixo) e, agora, a atuação da CEIUNDF, pelo menos nesses meses iniciais, **teve seus resultados mais expressivos alcançados no exercício de 2021, com a criação da UnDF (Lei Complementar nº 987/2021 e Decreto nº 42.333/2021) e da Carreira Magistério Superior do Distrito Federal (Lei nº 6.969, de 08 de novembro de 2021) e do asseguramento legal para futura criação e manutenção do Fundo da Universidade do Distrito Federal - FunDF (Emenda à Lei Orgânica nº 123, de 17 de novembro de 2021).**

Figura 1 - Objetivos institucionais formulados a partir do Mapa Estratégico 2019-2022 da FUNAB



Pela própria natureza dessas realizações e, também, pelo caráter político inerente a elas, características que, em suma, conferem elevado grau de imprevisibilidade quanto à sua consecução (ver seção *Diagnóstico de desenvolvimento da unidade* para detalhamento desse aspecto), **parte significativa dos resultados positivos auferidos do trabalho desenvolvido pela Fundação e pela Chefia Executiva não se agrupa nos programas definidos em dotação orçamentária**. Novamente, a exemplo dos dois exercícios anteriores, boa parcela das ações relevantes realizadas pela FUNAB/CEIUNDF foram pautadas na angariação de parceiros e capacidades instituídas do próprio Governo do Distrito Federal (ver Tabelas desta seção para compreensão sobre como esse viés se traduziu em ações efetivas). Ainda assim, merece destaque o fato de que **a dotação orçamentária consignada pela LOA 2021 para a FUNAB** - eventualmente gerida e executada pela CEIUNDF, a partir do disposto no Decreto nº 42.547/2021 - **teve relevante crescimento no exercício em análise**, sobretudo em Programas relacionados ao pagamento de pessoal: o orçamento global inicialmente definido para a FUNAB passou de R\$ 1.484.841,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e quatro mil e oitocentos e quarenta e um reais) estipulado na LOA 2020 para R\$ 2.537.294,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e sete mil e duzentos e noventa e quatro reais) determinados na LOA 2021.

Assim, a atuação da FUNAB e da CEIUNDF (cf. entendimento disposto no Art 2º, inciso V, do Decreto nº 42.334/2021) pautou-se em torno dos mesmos **dois eixos de projetos** descritos no Relatório de Gestão relativo a 2020, quais sejam: o **primeiro**, de implantação da UnDF, com projetos que visam à concepção (pedagógico-acadêmica, administrativa e de gestão) da universidade distrital; e o **segundo**, de ampliação do sistema de educação superior pública distrital já existente, que compreende projetos elaborados e executados em parceria com órgãos e entidades da Administração Pública distrital e que, em diferentes estágios de desenvolvimento e graus de envolvimento da FUNAB/CEIUNDF, favorecem a ampliação e qualificação da oferta de educação superior pública.

A seguir, nas Tabelas abaixo, apresentam-se os principais projetos, com destaque para *i)* seus objetivos; *ii)* as ações desenvolvidas em seu escopo, destacando com asterisco aquelas propriamente iniciadas no exercício de 2021; *iii)* as referências dos processos SEI correlatos às ações, quando pertinente; e *iv)* os resultados obtidos com sua implementação.

Tabela 1 - Projeto de "Estruturação jurídico-administrativa e político-institucional da Universidade do Distrito Federal - UnDF"

Projeto	Objetivo	Ações	Referência SEI	Resultados
Estruturação jurídico-administrativa e político-institucional da Universidade do Distrito Federal - UnDF	Coordenar esforços institucionais entre órgãos e entidades do complexo administrativo distrital que resultem na proposição de instrumentos legais e normativos com vistas à criação e implantação da UnDF	Condução de discussões e elaboração de estudos para proposição de personalidade jurídica, competências, diretrizes de atuação, campos de atuação e estrutura administrativa da UnDF	N/A	Definição dos alicerces da política de educação superior pública distrital; Envio do PLC nº 34/2020 à CLDF;
		Consolidação, junto a órgãos da administração pública distrital, de proposta legislativa para constituir a UnDF	04002-00000052/2019-26	Constituição formal da UnDF (sanção da Lei Complementar nº 987, de 26 de julho de 2021);
		Assessoramento à Casa Civil e ao Gabinete do Governador do Distrito Federal para envio de Projeto de Lei Complementar - PLC nº 34/2020, à CLDF	04002-00000052/2019-26	Criação da Chefia Executiva de Implantação da UnDF (Decreto nº 42.334, de 26 de julho de 2021);
		Acompanhamento e assessoramento técnico à discussão legislativa do PLC nº 34/2020, com vistas à sua aprovação	04002-00000187/2020-25 04023-00003511/2020-64	Suporte técnico relativo à análise das Emendas Parlamentares propostas ao PLC nº 34/20;
		Desenho normativo de implantação da UnDF, com criação da CEIUNDF*	04002-00000271/2021-20	Participação nas audiências públicas promovidas pela Comissão de Educação, Saúde e Cultura - CESC da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
		Proposta de integração da Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS à UnDF (minuta de Decreto submetida à apreciação)	04002-00000241/2021-13	

Tabela 2 - Projeto de "Definição da política de capital humano necessária à implantação e expansão da Universidade do Distrito Federal - UnDF"

Projeto	Objetivo	Ações	Referência SEI	Resultados
Definição da política de capital humano necessária à implantação e expansão da UnDF	Coordenar esforços institucionais entre órgãos e entidades do complexo administrativo distrital para definir perfis, competências, atribuições e remuneração da estrutura de pessoal que atuará com atividades finalísticas da UnDF	Realização de discussões e elaboração de estudos para definição das premissas e condicionantes da Carreira Magistério Superior do Distrito Federal	N/A	Definição de premissas e condicionantes da Carreira Magistério Superior do Distrito Federal;
		Elaboração de proposta técnica para criação de carreira Magistério Superior do Distrito Federal por meio da consolidação, junto a órgãos da administração pública distrital, de Anteprojeto de Lei	04002-00000126/2019-24	Envio do PL nº 2058/2021; Autorização legislativa de criação da Carreira

Projeto	Objetivo	Ações	Referência SEI	Resultados
		Assessoramento à Casa Civil e ao Gabinete do Governador do Distrito Federal no envio de Projeto de Lei - PL nº 2058/2021 à CLDF*	04002-00000126/2019-24	Magistério Superior do Distrito Federal;
		Acompanhamento e assessoramento técnico à discussão legislativa do PL nº 2058/2021, com vistas à sua aprovação*	N/A	Criação da carreira Magistério Superior do Distrito Federal (Lei nº 6.969, de 08 de novembro de 2021);
		Desenvolvimento de ações junto à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC, para autorização e realização do primeiro concurso público da carreira Magistério Superior do Distrito Federal*	00010-00002380/2021-12	Modelagem da estrutura de recursos humanos necessária à expansão da UnDF em curto prazo;
				Autorização do primeiro concurso da carreira Magistério Superior do Distrito Federal (Portaria nº 324, de 06 de dezembro de 2021, da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal).

Tabela 3 - Projeto de "Modelagem institucional da Universidade do Distrito Federal - UnDF"

Projeto	Objetivo	Ações	Referência SEI	Resultados
Modelagem institucional da Universidade do Distrito Federal - UnDF	Conceber os elementos norteadores da política de educação superior e os fundamentos institucionais da UnDF	Realização de procedimentos administrativos para promover espaços de discussão da política de educação superior pública distrital	N/A	Celebração de Acordos de Cooperação Técnica com entidades de direito privado, sem fins lucrativos, e organismos internacionais para difusão e intercâmbio de conhecimentos em educação superior e ciência, tecnologia e inovação;
		Cooperação técnico-científica, intercâmbio de conhecimento, informações e experiências com vistas ao desenvolvimento institucional da UnDF	04002-00000414/2020-12	Celebração de Termo de Parceria para a realização de pesquisa e modelagem de gestão universitária (políticas de desenvolvimento e avaliação institucional, de educação a distância, de cooperação interinstitucional etc.) e para o desenvolvimento de metodologias e tecnologias inovadoras de ensino superior, incluindo a arquitetura curricular dos cursos a serem ofertados;
		Realização de um projeto inovador com vistas à modelagem de gestão acadêmica e universitária	00193-00001816/2019-12	Recebimento de produtos técnicos para subsidiar a implantação e expansão da UnDF;
		Constituição de espaços institucionais para monitoramento e avaliação das parcerias da UnDF	04002-00000294/2020-53	Garantia de recursos orçamentários para ampliar quantitativa e qualitativamente a oferta da educação superior pública distrital (Emenda à Lei Orgânica nº 123/2021);
		Proposição de modelo de governança da UnDF perante suas instituições de ensino superior vinculadas*	04002-00000272/2021-74	Definição de aspectos normativos relacionados ao funcionamento do FunDF.
		Estruturação da UnDF por meio da elaboração e aprovação interna de seus documentos institucionais*	N/A	
		Submissão do Estatuto da UnDF ao Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF*	00010-00002052/2021-16	

Projeto	Objetivo	Ações	Referência SEI	Resultados
		Assessoramento à Casa Civil, à Secretaria de Economia e ao Gabinete do Governador do Distrito Federal no envio de Projeto de Emenda à Lei Orgânica - PELO nº 36/2021 à CLDF*	N/A	
		Acompanhamento e assessoramento técnico à discussão legislativa do PELO nº 36/2021*	00010-00001189/2021-53	
		Submissão de proposta de regulamentação do FunDF (Emenda à Lei Orgânica nº 123/2021 e minuta de Decreto submetida à apreciação) e de inserção no PLOA 2022.	00010-00001189/2021-53	

Tabela 4 - Projeto de "Garantia de edificações para oferta de educação superior"

Projeto	Objetivo	Ações	Referência SEI	Resultados
Garantia de edificações para oferta de educação superior	Coordenar ações de cooperação institucional para promover a construção de edificação voltada à oferta de educação superior pública distrital e a garantia de outros espaços físicos para usufruto da UnDF	Realização de procedimentos administrativos para viabilizar a construção de edificação no Parque Tecnológico de Brasília	00193-00000308/2019-17	Definição de minuta de convênio entre cinco instituições do complexo administrativo distrital com vistas à criação de um espaço de laboratórios multiuso para desenvolvimento de pesquisas de alta tecnologia; Realinhamento da proposta de minuta do convênio junto à Secretaria de Estado de Governo, FAP/DF e SEEC, motivada pela necessidade de ajustes do objeto e do impacto financeiro-orçamentário; Obtenção de área no Lote 21, CA 02, Lago Norte para a SEEDF, com usufruto para UnDF; Realização de reforma na edificação situada no Lote 21, CA 02, Lago Norte
		Análise jurídico-institucional para coerência do Projeto	00193-00000308/2019-17	
		Realização de um projeto inovador com vistas à modelagem de gestão acadêmica e universitária	00193-00000308/2019-17	
		Definição das premissas arquitetônicas em parceria com as instituições partícipes	00193-00000308/2019-17	
		Desenvolvimento de ações de monitoramento para construção de um dos <i>campi</i> que sediará a UnDF	00193-00000308/2019-17	
		Desenvolvimento de tratativas com órgãos para cessão de uso de edifícios subutilizados pelo poder público distrital*	04002-00000304/2019-17	
		Avaliação das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias da edificação situada no CA Lago Norte, bem como realização das adequações físicas necessárias*	04002-00000371/2019-31	

Tabela 5 - Projeto de "Manutenção administrativo-pedagógica da Escola Superior de Gestão - ESG"

Projeto	Objetivo	Ações	Referência SEI	Resultados
Manutenção administrativo-pedagógica da Escola Superior de Gestão - ESG	Garantir a oferta de educação superior pela Escola Superior de Gestão - ESG, bem como sua expansão, pelo desenvolvimento de atividades administrativas e organização do trabalho pedagógico	Realização dos procedimentos formais (e.g., lançamento de Edital de ingresso de estudantes; coordenação de comissões de processo seletivo e de bancas examinadoras; realização de matrículas) para expansão da oferta de educação superior na ESG*	00040-00018698/2021-11	Expansão da oferta de vagas da ESG em 2021;
		Coordenação do trabalho pedagógico desenvolvido na instituição*	N/A	
		Coordenação da rotina administrativa da instituição frente a seus instrutores e corpo discente*	N/A	Continuidade da oferta educacional do CSTGP iniciada noutros exercícios;
		Proposição do Regimento Interno da ESG	00080-00171949/2020-57	
		Proposição de sistemas e tecnologias pedagógicas para continuidade da oferta educacional no contexto da pandemia do COVID-19	N/A	Abertura da primeira turma de pós-graduação em Educação;
		Acompanhamento e monitoramento técnico do processo de reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - CSTGP, da ESG, junto ao CEDF*	04002-00000408/2020-65	
		Abertura de primeira turma de pós-graduação em Educação (Especialização em Interdisciplinaridade em Metodologias Ativas)*	00040-00018698/2021-11 04002-00000240/2021-79	Autorização para oferta de novo curso de graduação pela ESG.
Solicitação, junto ao CEDF, da oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação - CSTGTI, vinculada à ESG*	04002-00000169/2021-24			

Tabela 6 - Projeto de "Expansão do sistema de educação superior público distrital por meio da implantação de novas instituições de ensino superior"

Projeto	Objetivo	Ações	Referência SEI	Resultados
Expansão do sistema de educação superior público distrital por meio da implantação de novas instituições de ensino superior	Assessorar órgãos e entidades do complexo administrativo na elaboração dos documentos constitutivos de instituições de ensino superior e na sua representação junto ao CEDF	Assessoramento pedagógico ao Jardim Botânico de Brasília para a produção das premissas do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental e análise normativa para submissão de processo de credenciamento da Escola Superior do Cerrado - ESC	04002-00000056/2020-48	Obtenção do credenciamento da ESPC;
		Assessoramento pedagógico à Polícia Civil do Distrito Federal para a produção das premissas do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Conflitos e análise normativa para submissão de processo de credenciamento da Escola Superior de Polícia Civil - ESPC	04002-00000453/2020-10	Ampliação da oferta educacional da ESG, com nova turma do CSTGP e início das atividades de uma pós-graduação em Educação;
				Produção de Projeto Pedagógico de Curso (Pedagogia) e Planos Pedagógico Institucional e de

Projeto	Objetivo	Ações	Referência SEI	Resultados
		Produção das premissas pedagógicas do Curso de Especialização de Interdisciplinaridade em Metodologias Ativas	04002-00000074/2020-20	Desenvolvimento Institucional da ESEM
		Definição das premissas pedagógicas e institucionais da Escola Superior de Educação e Magistério - ESEM*	N/A	
		Proposição de minuta de Acordo de Cooperação Técnica com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, com vistas ao credenciamento e à implantação da Escola Superior de Ciências do Fogo e dos Desastres - ESCFD	04002-00000171/2021-01	

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Ao encarar sua missão como entidade responsável por manter, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de educação superior pública do Distrito Federal, a FUNAB, em diferentes momentos de sua existência, assumiu protagonismo como instituição articuladora das diferentes iniciativas que visam à promoção do ensino superior público no Distrito Federal. Assim, se é verdade que há alguns anos a Fundação vinha se empenhando no sentido de preparar as bases para a ampliação e qualificação da política de educação superior pública distrital, **o exercício de 2021 é, certamente, aquele que melhor abrevia a concretização dessas entregas**, sendo marcado pela ampla consolidação do arcabouço legal-normativo que ampara a política de educação superior pública distrital.

Desse modo, revisitar o exercício de 2021, examinando as realizações efetivamente alcançadas e os desafios enfrentados pela gestão, deve ser, assim como nos anos anteriores, um esforço de reconhecimento dos diferentes "pontos de partida" aos quais a FUNAB se pautou para implantar seus principais projetos. Inicialmente, cumpre retomar alguns dos elementos dispostos na seção *Histórico de criação e competências* deste documento para destacar o fato de que **a política de educação superior pública distrital, cuja consolidação é exigida pelo menos desde a década de 1990 e reforçada noutras legislações e documentos institucionais - vide o compromisso definido no Art. 240 da Lei Orgânica de se estruturar um sistema público próprio de educação superior, a Lei nº 5.499/2015, que aprova o PDE, e o Plano Estratégico do Distrito Federal 2019-2060 -, não tinha, até o exercício em análise, as condições formais para ser efetivada no patamar ao qual o Distrito Federal se obriga legalmente a cumprir.** Sem uma instituição autônoma, apta a proporcionar ensino, pesquisa e extensão nas diferentes áreas do conhecimento, e diante da inexistência de uma carreira de magistério superior que suprisse o pessoal necessário para a ampliação da oferta de educação superior, é inconteste que, mesmo com eventual robustecimento orçamentário-financeiro e apoio da FUNAB para com suas instituições de ensino superior mantidas, a política de educação superior pública distrital não cresceria no ritmo necessário e tampouco seus impactos socioeconômicos e educacionais teriam o potencial esperado.

Considerando esse fator, bem como a intenção programática do Chefe do Poder Executivo em ampliar e promover o ensino superior público no Distrito Federal, em 2019 a FUNAB organizou sua atuação estratégica a partir da premissa de que, nesse estágio inicial de desenvolvimento da educação superior pública distrital, seria fundamental **concentrar esforços na coordenação dos diversos atores com potencial de dar envergadura à política de educação superior.** Afinal, esta é a razão

por que seus seis projetos prioritários (retomar seção *Informações complementares* para maior detalhamento), ora abarcados pela atual CEIUNDF, vêm sendo desenvolvidos com diferentes instituições do complexo administrativo distrital.

No plano das ações voltadas à ampliação da oferta pública desse nível de ensino no Distrito Federal em **curto prazo**, a FUNAB/CEIUNDF manteve-se aderente ao direcionamento estratégico definido no início da gestão, de modo que os dois projetos desse eixo (especificados nas Tabelas 5 e 6, dispostas na seção de *Informações complementares*) não somente mantiveram escopo similar em relação à sua modelagem no exercício anterior, mas também continuaram sendo executados sem que eles contassem, necessariamente, com destinação ou programação orçamentária inicial para tanto. Ao pautar-se pelo estabelecimento de sinergias com órgãos e entidades da Administração direta e indireta do Distrito Federal, foi possível continuar propondo o aproveitamento de recursos governamentais subutilizados para executar ações relacionadas ao desenvolvimento da educação superior pública distrital.

No que tange às iniciativas desempenhadas com vistas a assegurar maior abrangência e impacto da política de educação superior pública distrital em **médio e longo prazo**, foi possível alcançar desfecho para duas iniciativas que vinham sendo gestadas pela FUNAB desde 2019: a criação da UnDF (Lei Complementar nº 987/2021 e Decreto nº 42.333/2021) e da Carreira Magistério Superior do Distrito Federal (Lei nº 6.969, de 08 de novembro de 2021). Ademais, a unidade também contribuiu com a definição de um outro pilar fundamental para a política pública, qual seja, a determinação legal de futura criação e manutenção do Fundo da Universidade do Distrito Federal - FunDF (Emenda à Lei Orgânica nº 123, de 17 de novembro de 2021).

Desse modo, além da continuidade das ações que estavam sendo desenvolvidas em exercícios passados, **o exercício de 2021 foi marcado pela expansão das atividades de educação superior**, emblematizada pelo lançamento da pós-graduação em Educação ofertada pela ESG, **pelo credenciamento de uma nova instituição de ensino superior**, a ESPC, bem como **pelo encaminhamento positivo das ações de maior caráter estruturante**. Se, por um lado, o Relatório de Gestão relativo a 2020 apontava que “[...] duas das principais frentes de trabalho previamente estipuladas não caminharam conforme esperado, sejam elas: o(a) *i*) encadeamento de ações necessárias para a aprovação das propostas legislativas que têm por objeto a criação da UnDF e da carreira de magistério superior; e *ii*) ampliação do quadro profissional da FUNAB, especificamente do pessoal envolvido com atividades finalísticas”, por outro, em 2021, no curso de poucos meses, **foi alcançado um processo de institucionalização sem precedentes da política de educação superior pública distrital**.

A respeito da capacidade de execução orçamentária da FUNAB e, posteriormente, da CEIUNDF (considerando sua competência em gerir a unidade orçamentária da Fundação até sua definitiva extinção, conforme disposto no Decreto nº 42.547/2021), novamente, como já experienciado noutros exercícios, verificou-se **a persistência de um descompasso entre a expectativa nutrida pelos gestores orçamentários e o *timing* de efetivação das propostas eminentemente políticas do projeto**. À medida que a criação da UnDF só foi formalizada no segundo semestre do ano, muitas das ações orçamentárias previstas não tiveram tempo hábil para sua execução financeira, sobretudo aquelas que englobam atividades diretamente relacionadas à oferta de educação superior, concentradas primordialmente no Programa 6221 - EducaDF: é o caso das Ações 1813 - Implantação de unidade de ensino; 2083 - Desenvolvimento de cursos de graduação; 2554 - Desenvolvimento de cursos de pós-graduação; 2175 - Fomento à pesquisa; 9083 - Concessão de bolsas de estudo, dentre outras.

Ainda assim, merece pertinente destaque o fato de que, novamente, **mesmo diante da existência de condições desfavoráveis para o bom aproveitamento da execução dos recursos, os esforços dedicados pela Fundação/Chefia Executiva para aprimoramento de suas capacidades se mostraram bem sucedidos**. À semelhança do exercício de 2020, foi possível garantir importantes suplementações orçamentárias (principalmente aquelas do Programa 8221 - Educação - Gestão e Manutenção), bem como aproveitar instrumentos contratuais do exercício anterior para executar ações fundamentais para o desenvolvimento das atividades da FUNAB (retomar seção de *Realizações por programa* para mais informações).

Um outro elemento de destaque da gestão no exercício de 2021 foram **os importantes avanços no Projeto de Modelagem Institucional da UnDF**. Ao examinar as mais recentes realizações da FUNAB/CEIUNDF, é possível atestar que as expectativas depositadas pela gestão nessa seara

quando do término do exercício 2020 foram amplamente correspondidas, como sugere o cotejo entre as projeções de entregas expressadas no Relatório de Gestão relativo a 2020, conforme citação do documento disponibilizada abaixo, e as entregas detalhadas na Tabela 3 da seção Informações complementares:

[...] a FUNAB, em 2021, pretende concentrar esforços na modelagem institucional da UnDF. Assim, a expectativa é de que, quando da aprovação legislativa de ambos PL já mencionados, a futura universidade se encontre apta a ampliar o escopo de sua contribuição ao desenvolvimento socioeconômico distrital a partir de uma sólida compreensão de quais deverão ser *i)* suas principais áreas de interesse; *ii)* as diretrizes e políticas necessárias para uma gestão inovadora e comprometida com os problemas e necessidades locais; e *iii)* os fundamentos institucionais necessários para sua sustentabilidade financeira (FUNAB, Relatório de Gestão 2020, p. 9).

O desenvolvimento de atividades que corroboram o objetivo desse Projeto passou a ser priorizado desde o início do exercício e, a partir de julho de 2021, uma vez criada a CEIUNDF, recebeu ênfase ainda maior por parte da gestão da unidade. Ainda que o foco estratégico não tenha sido modificado com a extinção da FUNAB e início das atividades da CEIUNDF, **houve, evidentemente, uma considerável reorganização interna de trabalho, de modo a garantir dois princípios fundamentais:** *i)* a atuação ainda mais assertiva em atividades diretamente relacionadas à implantação da UnDF; e *ii)* a transição regular entre as atividades da FUNAB e as da CEIUNDF, de modo que os procedimentos inerentes à extinção daquela não causassem solução de continuidade de qualquer natureza, não prejudicando atividades administrativas nas searas de gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, pessoal e material ou mesmo a prestação do serviço público outrora realizada pela FUNAB e logo absorvida pela CEIUNDF.

Dessa forma, à medida que o Relatório de Gestão relativo a 2020 reforçava urgência quanto à necessidade de serem lançadas as bases para a ampliação do escopo de trabalho e da escala de impacto das atividades de educação superior pública, sob o risco de “[...] estagnação [...] das ações propostas por esta Fundação ainda no curto prazo” (FUNAB, Relatório de Gestão 2020, p. 9), o prognóstico realizado agora, a partir dos significativos avanços alcançados em termos de institucionalização dessa política pública, aponta para a priorização de desafios de outra natureza, considerando a edificação de uma universidade *per se*, e não mais a ampliação das atividades de uma instituição mantenedora do ensino superior.

Assim, as perspectivas da gestão para 2022 dizem respeito, em grande medida, ao aproveitamento do instrumental legal-normativo que atualmente ampara a política de educação superior pública distrital, a fim de propor ações/iniciativas que resultem no fortalecimento público e expansão desse nível de ensino, sobretudo a partir da *i)* composição dos quadros de servidores da UnDF, a partir da nomeação dos cargos de chefia, de direção e de assessoramento previstos na própria estrutura da instituição, conforme Lei Complementar nº 987/2021; *ii)* investidura de servidores da Carreira Magistério Superior do Distrito Federal, conforme requisitos previstos na Lei nº 6.969/2021; *iii)* realização dos procedimentos necessários à seleção e disposição de servidores da Carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental às atividades da UnDF, para desenvolvimento das atividades administrativas da UnDF; *iv)* compreensão e regulamentação, via documentos institucionais da universidade, dos modelos de gestão acadêmica e administrativa-financeira; *v)* criação, regulamentação e aproveitamento do FunDF; e *vi)* definição dos espaços e premissas arquitetônicas das edificações que sediarão a UnDF, projeto que ainda encontra bastantes pendências e depende da articulação de outros atores governamentais.

Com isso, espera-se, num ciclo de quatro anos iniciado em 2019, alcançar os objetivos definidos no Mapa Estratégico 2019-2022, firmando os principais alicerces para que a UnDF amplie a oferta de educação superior pública distrital e se coloque como espaço privilegiado para os processos de geração, difusão e transferência do conhecimento.

18903 - FUNDO MANUT. E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), órgão da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, responsável pelas políticas públicas educacionais e pela direção superior da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, teve sua estrutura organizada e reorganizada por meio do Decreto nº 41.557, de 3 de dezembro de 2020, alterado pelo: Decreto nº 42.687, de 29 de outubro de 2021, Decreto nº 42.089, de 13 de maio de 2021, Decreto nº 42.134, de 26 de maio de 2021, Decreto nº 42.280, de 8 de julho de 2021, Decreto nº 42.477, de 2 de setembro de 2021. As competências das unidades organizacionais e as atribuições dos titulares dos cargos e funções comissionadas encontram-se no Regimento Interno da SEEDF, aprovado pelo Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017.

Consoante com o estabelecido no art. 1º do Regimento Interno da SEEDF, esta tem atuação e competência nas seguintes áreas:

I - educação básica: etapas e modalidades;

II - educação superior;

III – apoio ao estudante;

IV- formação e capacitação dos servidores. O mesmo Regimento Interno (Art. 2º) atribui à SEEDF as seguintes competências:

I – propor e executar políticas públicas educacionais no âmbito do Distrito Federal;

II – cumprir e fazer cumprir as normas e as diretrizes da Educação nacional e distrital no âmbito do Distrito Federal;

III – regulamentar, quando for o caso, a aplicação de normas e diretrizes emanadas dos órgãos federais e locais em sua área de atuação;

IV – realizar pesquisas e estudos, avaliações e levantamentos de dados estatísticos, e Censo Escolar, voltados a subsidiar a formulação, a implantação, a implementação e o aperfeiçoamento das políticas públicas para a Educação no âmbito do Distrito Federal;

V – propor alterações de normas referentes à estrutura e ao funcionamento dos órgãos de Educação no âmbito do Distrito Federal;

VI – manter, coordenar e supervisionar as unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e fiscalizar as instituições educacionais da Rede Privada de Ensino do Distrito Federal;

VII – criar e manter as unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

VIII – ofertar Educação Básica a crianças, adolescentes, jovens e adultos do Distrito Federal;

IX – implantar e implementar programas e projetos para os níveis, as etapas e as modalidades da Educação;

X – prover, no limite de suas possibilidades e em cooperação com a União, assistência aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

XI – praticar, no âmbito de sua competência, os atos de gestão relativos ao pessoal em exercício na Secretaria;

XII – planejar, desenvolver, coordenar e avaliar programas de formação continuada e aperfeiçoamento para os profissionais da Secretaria;

XIII – aplicar e gerir recursos públicos destinados à Educação;

XIV – planejar, acompanhar e executar as atividades orçamentárias e financeiras, e a adequada aplicação dos recursos administrados pela Secretaria;

XV – elaborar e zelar pelo cumprimento de normas sobre a aplicação de recursos públicos e acompanhar sua execução nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino e nas instituições educacionais subordinadas, vinculadas e parceiras à Secretaria;

XVI – prover-se de recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários ao desempenho de suas atribuições;

XVII – utilizar resultados de avaliações, pesquisas, dados estatísticos e informações como elementos necessários ao planejamento e ao desenvolvimento do ensino e à elaboração e ao acompanhamento do Plano Distrital de Educação;

XVIII – celebrar contratos, convênios, parcerias, portarias conjuntas, acordos e instrumentos congêneres para a execução das políticas públicas educacionais do Distrito Federal; e

XIX – exercer outras competências compatíveis com sua área de atuação e necessárias à efetiva consecução de suas finalidades e as que lhe forem delegadas pelo Governador do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	159	236	7.034	24.305	31.734
Comissionados sem vínculo efetivo	74	0	5	0	79
Requisitados de órgãos do GDF	6	0	80	0	86
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	29	0	29
Estagiários	0	0	26	0	26
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	29	0	29

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Terceirizados (FUNAP)	0	0	119	0	119
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	239	236	7.322	24.305	32.102
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	248	183	431
Total Geral	239	236	7.074	24.122	31.671

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6221 - EDUCADF

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2389 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	82012701,0	82012701,0	82012701,00	81427298,30
0002 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL-SWAP - FUNDEB- DISTRITO FEDERAL	82012701,0	82012701,0	82012701,00	81427298,30
2390 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO	22213334,0	22213334,0	22213334,00	21370778,20
3115 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO-SWAP - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	22213334,0	22213334,0	22213334,00	21370778,20
TOTAL - 6221 - EDUCADF	104226035,00	104226035,00	104226035,00	102798076,50

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

1 - Educação Infantil

Em 2021, a SEEDF atuou em ações inovadoras para a Educação Infantil, buscando parcerias com as Coordenações Regionais de Ensino e outros órgãos governamentais que subsidiassem os programas e projetos complementares e multidisciplinares a serem desenvolvidos. São as ações:

- IX Plenarilha da Educação Infantil - Musicalidade das Infâncias: de lá, de cá, de todo lugar

Realizada ao longo do ano letivo, a Plenarilha é uma atividade pedagógica que tem por finalidade promover o protagonismo das crianças da educação infantil. Acontece em etapas local, regional e distrital e propicia a expressão e o compartilhamento de experiências, percepções, desejos, modos de brincar, imaginações e criações das crianças, oferecendo escuta às suas vozes. Acontece, desde 2013, solicitando, a cada ano, que as crianças opinem e expressem o que sabem e desejam a respeito de um determinado tema. Em 2021, o tema foi "Musicalidade das Infâncias: de lá, de cá, de todo lugar" nas Unidades Escolares Públicas e Parceiras que, de acordo com o seu planejamento e a sua organização interna, elaboraram e desenvolveram diferentes experiências e criações sonoro-musicais demonstrativas da consciência musical nas crianças, apresentando-as por meio virtual.

- Caderno Guia - Brincar: Direito dos bebês e das crianças.

O Caderno Guia "Brincar como direito dos bebês e das crianças" foi elaborado e implantado em 2021, pela Diretoria de Educação Infantil - DIINF, visando enfatizar e promover a efetivação dos eixos integradores do currículo da primeira etapa da Educação Básica: "interações e brincadeiras" e do Currículo em Movimento da Educação Infantil. O Caderno Guia entrega a educadores e suas famílias fundamentação teórica e exemplos práticos de experiências do brincar. Foi motivado pela maior relevância que tem o ato de brincar para o desenvolvimento infantil saudável, amplamente abordada em legislações e documentos nacionais e internacionais que tratam do tema, e pelos possíveis déficits de desenvolvimento decorrentes das restrições havidas da separação da criança da convivência com seus pares e o impedimento de brincar ao ar livre, durante o longo período de isolamento por ocasião da pandemia do SARS-CO V 2 (Covid-19), entre os anos de 2020 e parte de 2021. No mesmo sentido, a DIINF incluiu no calendário escolar a Semana do Brincar, de 24 a 28 de maio de 2021, data ensejada pelo Dia Mundial do Brincar – 28 de maio.

- Caderno Guia - Alimentação: mais que cuidar, educar, brincar e interagir

O Caderno Guia - "Alimentação na Educação Infantil: mais que cuidar, educar, brincar e interagir", tem por objetivo esclarecer e ressignificar práticas que envolvem a alimentação escolar, bem como ampliar a compreensão sobre a importância dos bons hábitos alimentares, não apenas na instituição de ensino, mas, principalmente, no contexto familiar e social das crianças. Apresenta informações e conhecimentos sobre a alimentação abordando os aspectos alimentar, nutricional e afetivo, as práticas culturais, a sustentabilidade e a ecologia humana que a permeiam, propondo ações educativas intencionalmente pensadas, que contribuem nesse processo. O Caderno Guia foi criado em 2017, e, em 2021, foi publicada uma nova edição, apresentando, segundo os eixos integradores "cuidar e educar", "brincar e interagir", temáticas e saberes indissociáveis da rotina alimentar escolar dos bebês, das crianças bem pequenas e das crianças pequenas. Além do espaço da escola e fortalecer os princípios éticos, políticos e estéticos, visa alcançar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, brincar, conviver, participar, explorar, expressar e conhecer-se, bem como os campos de experiências expostos no Currículo em Movimento do Distrito Federal – Educação Infantil (2018) e conforme com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

- Trilhar

O Trilhar é uma ação que propõe o aprimoramento das práticas de ensino no âmbito da alfabetização e do letramento para garantir o direito às aprendizagens dos estudantes da Rede Pública do Ensino do Distrito Federal. A partir de 2021, por meio do Trilhar, o processo de alfabetização dos estudantes matriculados no 2º Ciclo para as Aprendizagens, Bloco I e Bloco II será subsidiado e avaliado por meio de atividades organizadas nos eixos: Acompanhamento dos Coordenadores Intermediários de Apoio e Coordenadores Intermediários com foco na Alfabetização; Formação Continuada (Vivências de Acompanhamento e momentos de orientação técnico-pedagógica); Socialização de práticas exitosas; Avaliação e Monitoramento. Além disso, cada estudante e turma serão avaliados por meio de avaliações diagnósticas, processuais, contínuas e formativas, cujos resultados devem retroalimentar o desenvolvimento do currículo de maneira diferenciada e eficaz. Em 2021, foram desenvolvidas as seguintes metas:

- divulgação e realização, por semestre letivo, de formações para 100% dos coordenadores intermediários de apoio, intermediários locais e professores dos anos iniciais do ensino fundamental;
- acompanhamento de 100% das ações pedagógicas para a alfabetização, priorizando o projeto interventivo e o reagrupamento;
- aumento do Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 50%, nas Unidades Escolares que possuem os menores resultados em 2019;
- fomento de ações de prevenção ao abandono, à reprovação, à distorção idade/ano, mediante a intensificação de ações pedagógicas de fortalecimento do processo de alfabetização; e
- realização das Vivências de acompanhamento nas 14 Coordenações Regionais de Ensino - CREs.

2 - ENSINO FUNDAMENTAL

A SEEDF, em 2021, desenvolveu programas e projetos complementares e multidisciplinares por meio das seguintes ações:

- Aprender Mais

O Aprender Mais é voltado para o fortalecimento das aprendizagens dos estudantes do 6º ao 9º ano onde foram realizadas atividades basilares para a organização do trabalho pedagógico das Unidades Escolares, em consonância com a Diretriz Pedagógica do 3º Ciclo para as aprendizagens, e que buscaram romper com processos conservadores de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar, trazendo uma perspectiva inovadora. Com o intuito de subsidiar o alcance da melhoria dos indicadores de desempenho, a redução dos índices defasagem idade-ano e ampliação da oferta de ações voltadas para a recuperação de aprendizagem, a permanência e o retorno dos estudantes às atividades pedagógicas. Durante o ano de 2021, foram realizadas as seguintes atividades:

- Vivências de Acompanhamento para troca de experiências e debates sobre fragilidades encontradas na prática do 3º ciclo para as aprendizagens, ensino remoto, - mapeamento e diagnóstico das aprendizagens do 3º Ciclo;
- orientações técnicas com os temas: organização curricular na perspectiva dos ciclos para as aprendizagens e Educação em Matemática num contexto de prática social;

- atualização e estudo do Caderno Orientações Pedagógicas: para subsidiar a organização do trabalho pedagógico da Unidade Escolar de acordo com a Diretriz Pedagógica do 3º Ciclo para as Aprendizagens, com referências práticas e experiências exitosas das Unidades Escolares (UEs);

- cursos sobre a Organização Pedagógica do 3º Ciclo e Oficinas virtuais com os temas: Concepções teóricas do 3º Ciclo, Avaliação Formativa, Reagrupamentos e Projetos Interventivos para os Coordenadores Locais das UEs.

Foi proposta ainda, a ampliação da carga horária de Língua Portuguesa e Matemática, nos anos finais do ensino fundamental, pela sua aplicação no contexto do componente curricular da "Parte Diversificada". A partir da resignificação do tempo e espaço destinados a esses componentes, intenciona-se atender às especificidades apresentadas no contexto da retomada das aulas, após o tempo de estudos por meio remoto, favorecendo o alcance dos objetivos propostos pelo Currículo em Movimento do Distrito Federal.

- Situações Das Aprendizagens Básicas Dos Estudantes Da Rede - Saber+

O SABER+ constitui-se em um conjunto de ações e orientações técnicas destinados aos coordenadores intermediários, gestores, secretários escolares, coordenadores locais, professores, estudantes e pais/responsáveis das 12 (doze) Unidades Escolares integrantes do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada. Com o objetivo de contribuir nas ações pedagógicas das unidades escolares ao propor momentos que atinjam todos os atores envolvidos neste cenário que serão agentes decisivos na melhoria dos resultados do SAEB 2021.

- Nova Matriz Curricular Para O Ensino Fundamental

Em cumprimento ao previsto na Base Nacional Comum Curricular quanto à necessidade da adequação dos currículos em face das realidades locais, a DIEF deu início à elaboração de uma nova Matriz Curricular que compreenda e converse com as abordagens teóricas e metodológicas fundantes das práticas e dos processos de ensino no Distrito Federal. Submetida à consulta pública em outubro de 2021, a nova matriz fortalecerá a lógica da organização escolar em ciclos e seus propósitos de oferta de formação integral e de aprendizagens significativas, por meio do tratamento interdisciplinar e progressivo dos conteúdos do conhecimento e das habilidades a serem desenvolvidas.

- Projeto Piloto Escolas Inovadoras

O projeto tem por objetivo realizar um piloto de reinvenção escolar para atender às necessidades do mundo contemporâneo e ao futuro que se anuncia, promovendo a formação integral, significativa, humanista e conectada. Para tanto, estão em curso distintos projetos de cocriação (entre cada comunidade escolar e uma Organização da Sociedade Civil - O SC) com vistas à prospecção e instauração de inovações em distintos aspectos que compõem a realidade das escolas, que vão desde a infraestrutura e as tecnologias administrativas e pedagógicas, até os modelos pedagógicos e gerenciais e a cultura organizacional. Em 2021, foram iniciados os trabalhos em quatro unidades escolares: CEF 01 do Planalto, CEF 05 de Taguatinga, CEF 11 de Taguatinga e Escola Técnica de Ceilândia. Foram realizados encontros com as comunidades escolares e as O SCs com fins de orientação e esclarecimento de dúvidas referentes a cada projeto e seus respectivos planos de trabalho, tendo sido implantado um processo de avaliação e monitoramento dos pilotos pela coleta e sistematização trimestral de informações.

- Projeto Piloto Inovação em Comunidades

O Projeto Piloto Inovação em Comunidades tem o objetivo de monitorar, sistematizar e avaliar práticas educacionais consideradas inovadoras e que contribuam para a transição entre o paradigma da instrução para o paradigma da aprendizagem, por meio de uma reorganização do trabalho pedagógico que favoreça a autonomia do estudante. Destacadas a partir do prévio desenvolvimento de práticas educacionais compatíveis com a metodologia proposta, participam do projeto as seguintes unidades escolares: Jardim de Infância 21 de abril, Escola Classe 115 Norte, Escola Classe CAP do Paranoá e Centro de Ensino Fundamental 08 de Sobradinho.

As Unidades Escolares participantes desenvolvem ações para implementar 20 (vinte) dispositivos pedagógicos, ajustando o processo de acordo com a especificidade de cada realidade escolar. A implementação dos dispositivos contribui para a produção, reprodução e transformação cultural das comunidades educativas, pois ultrapassa o nível de estratégias, procedimentos e materiais, e não se limita aos aspectos cognitivos do desenvolvimento curricular.

No sentido de realizar o monitoramento das rotinas das Unidades Escolares, diante do processo de implementação dos dispositivos (estratégias metodológicas específicas), foram produzidos questionários, tendo como referência os instrumentos dos Indicadores da Qualidade da Educação, além da Avaliação do Clima Escolar. Os questionários foram aplicados em cada U E, após os conselhos de classe do 1º e 3º bimestres. Os questionários referentes ao 1º bimestre das U E (diagnósticos), encontram-se finalizados e a partir dos resultados foram gerados relatórios individuais, contendo recomendações específicas para cada escola, no sentido de contribuir com as potencialidades e fragilidades encontradas nas respostas. Os questionários do 3º bimestre contaram com o prazo limite de respostas até o dia 10 de dezembro de 2021 e encontram-se em processo de análise, elaboração dos relatórios para posterior devolutiva. O processo de monitoramento e análise de dados pretende, ainda, validar ou refutar premissas estabelecidas e evidenciar os resultados e ajustes necessários ao êxito da proposta e alcance de metas.

- Programa Startup in School

O programa Startup In School foi um curso em formato de competição em que os estudantes do 9º ano do ensino fundamental até o último ano do ensino médio aprenderam técnicas para desenvolver uma startup com o objetivo de melhorar o dia a dia de sua cidade e região. O curso foi desenvolvido por meio de vídeo aulas no início de cada um dos 4 módulos, além de mentorias coletivas ao vivo durante a semana.

A avaliação foi feita por convidados que participaram do Demoday (evento de apresentação final das Startups desenvolvidas nas turmas do Programa Startup), data na qual os grupos finalistas selecionados foram avaliados pelos convidados na apresentação de seus projetos finais de startups.

2 - ENSINO MÉDIO

- Implementação do Novo Ensino Médio

No ano de 2021, a implementação do Novo Ensino Médio prosseguiu nas 5 escolas-piloto (1ª e 2ª Séries), e, nas outras 7 escolas-piloto, deu-se início à implementação da Formação Geral Básica e dos Itinerários Formativos nas turmas de 1ª Série, o que corresponde a 12% das Unidades Escolares de Ensino Médio da rede pública de ensino do Distrito Federal.

O Programa Itinerários Formativos promoverá a integração entre instituições de ensino superior, setor produtivo, escolas e secretarias de educação. As 58 unidades escolares

elegíveis para aderirem ao eixo de apoio técnico e financeiro realizaram a adesão ao Programa e estão aptas a receberem a primeira parcela dos recursos destinados à implementação do Novo Ensino Médio, a partir de 2022.

Diante do desafio de implementar exitosamente uma nova arquitetura e um novo currículo em escolas que ofertam o Ensino Médio no Distrito Federal, fez-se necessário considerar experiências anteriores para que antigos desafios e equívocos sejam superados, a fim de aprimorarmos a capacidade da rede em termos de formação continuada dos profissionais, bem como o acompanhamento da implementação das políticas públicas. Nesse sentido, em 2021 a formação dos professores e demais profissionais da educação no Curso do Novo Ensino Médio foi organizada em três fases, oficina de trilhas de aprendizagens e o Curso Projeto de Vida: Educar para o Século XXI. Além dessas ações de formação continuada, foram realizadas quatro lives, com os temas: Novo Ensino Médio e Projeto de Vida; uma live com o tema: Perspectivas para a Orientação Educacional no Novo Ensino Médio uma live com o tema: Características e Objetivos do Ensino Médio na Educação Básica Brasileira.

Implementou-se o Catálogo em Movimento dos Itinerários Formativos, elaborado a partir das informações prestadas pelas Unidades Escolares por meio de formulário eletrônico.

Coletânea em Movimento dos Itinerários Formativos



fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

Foram elaborados informativos para orientação da escolha do PNL 2021 da unidade curricular de Projeto de Vida e Projetos Integradores.

A oferta dos itinerários formativos no Novo Ensino Médio possibilita a articulação de parceiros com o Estado na garantia e na efetivação de direitos e, também, estimula o desenvolvimento de uma gestão pública democrática e participativa. Nesse sentido, as parcerias se apresentam como uma forma de aproximar as políticas públicas dos cidadãos e das realidades locais, possibilitando a solução conjunta de problemas no cenário educacional. Foram realizadas tratativas com Instituições, Órgãos, Fundações e Organizações da Sociedade Civil (OSC), na perspectiva de ofertar cursos de formação continuada aos professores, disponibilizar materiais didático-pedagógicos e acompanhar o desenvolvimento das eletivas orientadas. Dentre as diversas proposições de parcerias, vale destacar aquelas que avançaram e se concretizaram em oferta de cursos de formação no 1º semestre de 2021, a saber:

- A Construção Crítica da Cidadania pela Educação em Direitos.
- Eletiva Orientada 1: Na Moral - Integridade, Ética e Cidadania.
- Educação Empreendedora para o Ensino Médio.
- Meu corpo eu Cuido - Educação Sexual em Foco;
- Ensino de Português como L2 para surdos - Itinerários para uma prática docente;
- Cidade, comunidade, território - Projeto do Coletivo: A quem pertence a cidade?;
- Criação e produção de objetos e eventos de aprendizagem para metodologias ativas,
- STEAM e baseadas em arte;
- o Método Científico e a Relação entre Ciências Naturais e Religião;
- Literatura para criatividade e intervenção;
- Escrita criativa e autoria: por uma nova metodologia da escrita;

- Gamificação: a inclusão através de jogos;
- Pensamento Computacional em processos criativos de elaboração de projetos em metodologias ativas; e
- Sputnik: construindo percursos formativos em Ciências da Natureza.

- Cidadania no Trânsito

O projeto Cidadania no Trânsito, desenvolvido pelo Detran em parceria com a SEEDF, visa à oferta de curso teórico e gratuito a estudantes da rede pública para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), promovendo ações que despertam o protagonismo do jovem no Ensino Médio, visando à formação de cidadãos conscientes. O curso possui dois módulos de 45 horas-aula, totalizando 90 horas-aulas.

O primeiro módulo foi realizado no 2º semestre de 2021, em formato presencial, para estudantes matriculados na 2ª série do Ensino Médio. Aqueles que obtiverem êxito nessa fase participarão do segundo módulo, no 1º semestre letivo de 2022, quando estarão na 3ª série do Ensino Médio. Uma vez aprovados nos dois módulos, os estudantes receberão um certificado que os dispensa das aulas teóricas destinadas à obtenção da habilitação.

Participaram do 1º módulo 6 (seis) unidades escolares: CEM Incra 8 de Brazlândia; CEM 03 do Gama; CEM 01 de Planaltina; CEM 01 de São Sebastião; CEMI Cruzeiro e CED 07 de Taguatinga. Foram contemplados neste módulo um total de 210 estudantes. O encerramento dessa primeira etapa do projeto ocorreu no dia 16 de dezembro de 2021, em uma das Unidades Escolares participantes.

- Diálogos SAEB

Realizou-se no dia 5 de maio de 2021, o evento "Diálogos SAEB" com o objetivo de fomentar a reflexão sobre a importância dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) para o Ensino Médio, a fim de mobilizar professores e equipes gestoras em favor da melhoria dos níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados.

Trata-se de uma ação que visa a perseverar na promoção do debate, na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, sobre a construção de uma cultura avaliativa e como o diagnóstico da educação básica brasileira retratado pelo SAEB pode ser utilizado para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais, bem como de práticas pedagógicas com base nas evidências.

O evento contou com a participação de 3 (três) pesquisadores da área que, em uma dinâmica de roda de conversa, promoverão um diálogo aberto sobre o SAEB, com enfoque na temática "Estratégias e Perspectivas".

- Semana Prepara Enem

Em continuidade aos esforços da SEEDF de desenvolver estratégias diversificadas de apoio aos estudantes em sua preparação para a continuidade dos estudos após a conclusão do Ensino Médio, especialmente no atual cenário da pandemia de Covid-19, realizou-se, entre os dias 4 e 8 de janeiro de 2021, a Semana Prepara Enem.

Durante esses dias, diversos profissionais da educação ministraram, voluntariamente, aulas ao vivo. Foi um período de revisões, dicas, resoluções de questões do Enem e, ainda, orientações a respeito da preparação emocional dos estudantes para o momento de realização da prova.

Cada aula teve, em média, 1500 visualizações. Percebendo o sucesso da iniciativa, a mencionada diretoria verificou que a continuidade do projeto poderia ser de significativo interesse dos estudantes.

Diante disso, foram elaborados três cenários com propostas de ações que poderiam ser implementadas ainda em 2021, com vistas a oferecer opções de preparação aos estudantes. Entretanto, tendo em vista o retorno das aulas presenciais na rede pública e todas as adaptações necessárias para viabilizar isso, mantendo-se, ainda, a observância às normas de enfrentamento à pandemia, demandaram expressiva concentração de esforços das áreas técnicas da SEEDF, impedindo o avanço no planejamento das atividades voltadas ao Enem.

PROJETOS REFERENTES À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

- Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

Das unidades escolares públicas do DF que ofertam Educação Infantil, 91,3% realizaram o registro da escolha dos livros do PNLD 2022. Considerando as unidades escolares do DF que ofertam Ensino Médio, 97,9% e 96,9% registraram suas escolhas referentes, respectivamente, ao "Objeto 1 - Projetos Integradores e Projeto de Vida" e "Objeto 2 - Obras Didáticas por Área do Conhecimento e Obras Específicas" no âmbito do PNLD do Ensino Médio 2021.

- Programa Escrevendo O Futuro – Olimpíada De Língua Portuguesa - OLP

A Olimpíada de Língua Portuguesa integra as ações do Programa Escrevendo o Futuro. A 7ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa concentrou-se no texto produzido por docentes, os quais redigiram um Relato de prática sobre o

trabalho que foi desenvolvido com sua turma. Além disso, junto com os estudantes, selecionaram algumas produções textuais ou audiovisuais e registros significativos do percurso (fotografia, vídeo, áudio, etc).

A SEEDF promoveu as Trilhas de Formação e Acompanhamento dos docentes inscritos na olimpíada. Foram realizados 05 (cinco) encontros, por videoconferência, com o objetivo de oferecer subsídios aos professores para a elaboração dos seus respectivos Relatos de Prática, complementando as informações disponíveis e dirimindo dúvidas que porventura pudessem surgir. Os encontros ocorreram por gênero textual, Poema, Memórias Literárias, Crônicas, Documentário e/ou Artigo de Opinião.

O público da formação no Distrito Federal foi composto de professores regentes no 5º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, professores de Língua Portuguesa dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, Coordenadores Intermediários das Coordenações Regionais de Ensino do DF, profissionais atuantes em Bibliotecas Escolares e outros interessados, inclusive de outros estados, em especial do Maranhão.

O Distrito Federal obteve êxito em todas as etapas do concurso e teve uma vencedora nacional na categoria Poema. Ao todo foram 107 escolas inscritas, representadas por 217 docentes inscritos em 327 categorias.

Programa Escrevendo O Futuro - Material de Divulgação



fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

- Semana Nacional do Livro e da Biblioteca

A celebração da Semana Nacional do Livro e da Biblioteca (Decreto nº 84.631/1980) está prevista no Calendário Escolar da SEEDF e tem por objetivos discutir e refletir sobre o papel da leitura, das bibliotecas e dos profissionais que nelas atuam para a construção da competência leitora, para o desenvolvimento do gosto de ler, para ampliar as possibilidades de formação, bem como difundir o livro, a informação e o acesso a diferentes manifestações artísticas e culturais.

Em 2021, além da participação de autores de grande relevância e de artistas locais, preparou-se uma programação voltada para a socialização de projetos desenvolvidos pelas Bibliotecas Escolares e Escolares-Comunitárias da rede pública de ensino do Distrito Federal com a I Jornada de Boas Práticas das Bibliotecas Escolares e Escolares-comunitárias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

A Semana contou com uma programação organizada em 4 (quatro) encontros virtuais:

- Abertura Oficial (26/10) - Acolhimento artístico musical e compartilhamento de prática.
- 2º Encontro (27/10) - Acolhimento artístico literário e socialização de boas práticas com os projetos "Livros Caindo N'alma" e "Contando e Recriando Por Meio da Leitura".
- 3º Encontro (28/10) - Acolhimento artístico musical e socialização de boas práticas com os projetos "Contando e Encantando", "Amo ler" e "Escolinha de criatividade".

- 4º Encontro (29/10) - Acolhimento literário, oficina e relançamento da obra "Gabriel em Brasília, a cidade com asas", conversa com a autora e lançamento do Caderno "Modos de ver, Modos de Ler".

Participação: 553 servidores da SEEDF e 108 pessoas de público externo (outros estados, rede privada, entre outros). Até o dia 14/12/2021, às 17h30, os vídeos da Semana Nacional do Livro e da Biblioteca apresentaram 2.491 visualizações desde a publicação.

Semana Nacional do Livro e da Leitura - Material de Divulgação



fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

- Curso Técnico em Biblioteconomia para os Atuantes em Bibliotecas

Oferta do Curso Técnico de Nível Médio de Técnico em Biblioteconomia, com vistas a formar profissionais para desenvolverem atividades e serviços concernentes ao funcionamento de bibliotecas e outros serviços de documentação e informação. O Curso tem carga horária de 900 (novecentas) horas e está de acordo com o que preconiza o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério de Educação - MEC (BRASIL, 2016). São 100 (cem) vagas, distribuídas em 02 (duas) turmas e o público alvo são os servidores da Carreira Magistério Público e Assistência à Educação da SEEDF que atuam nas bibliotecas da rede pública de ensino do Distrito Federal.

- Projeto Caixa-Estante Sustentável

O Projeto Caixa-Estante Sustentável se constitui em uma atividade de extensão bibliotecária, composta de bem móvel (tambores de óleo adaptados e customizados para se tornarem estantes com rodízios) e acervo literário, com vistas a apoiar as atividades de leitura em sala de aula ou em qualquer outro espaço da escola, tornando a leitura mais acessível, na medida em que permite ao estudante o contato diário com os livros. Em 2021, 05 (cinco) novas escolas foram contempladas com o acervo.

- Publicações e Eventos

A fim de subsidiar os profissionais que atuam nas bibliotecas da Rede Pública de Ensino do DF, foram elaborados diferentes cadernos orientadores, tanto relacionadas aos protocolos sanitários, em decorrência da pandemia de Covid-19, quanto pedagógicos referentes ao livro, à leitura e às bibliotecas, os quais se encontram disponíveis, em formato digital, no sítio eletrônico da SEEDF.



fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

- Acolhimento e Articulação do Trabalho Pedagógico da Orientação Educacional

Visando ao cuidado e ao bem estar do servidor no trabalho, foram realizadas ações diversas de acolhimento e estímulo à noção de pertencimento e identidade profissional, dentre as quais se destacam:

- Live de Boas Vindas ao Ano Letivo de 2021 com 686 visualizações até o dia 23/12/2021;
- produção e divulgação do vídeo: Acolhimento aos Profissionais da Orientação Educacional na Transição do Ensino Remoto para o Ensino Híbrido com 181 visualizações até do dia 23/12/2021.
- Foram realizados 28 Encontros de Articulação Pedagógicas com os coordenadores intermediários da Orientação Educacional, de modo a fomentar o planejamento coletivo entre as Regionais de Ensino para definir metas comuns, necessidades prioritárias de apoio, estudos e ações conjuntas, gerando a realização do alinhamento pedagógico na ação dos profissionais deste segmento, atuantes nas unidades de ensino.
- A implementação dos instrumentos de Registro da Orientação Educacional, favoreceu a padronização da organização do trabalho pedagógico e acompanhamento das ações e resultados das ações pedagógicas desenvolvidas pelos profissionais da Orientação Educacional.

Ainda, em apoio a toda comunidade escolar e visando a oferecer uma referência aos profissionais da Orientação Educacional sobre ações de acolhimento em espaço virtual, foi realizado um Dia Letivo Temático, com a Live "Acolhimento: cultivando a paz em tempos de pandemia", com

59.364 visualizações até o dia 23/12/2021.

- I Jornada Pedagógica da Orientação Educacional

Foram promovidas três palestras em formato de videoconferência, cinco oficinas por aproximação digital e um estudo dirigido, com objetivo de estimular ações pedagógicas voltadas ao aprendizado emocional dos estudantes e ao desenvolvimento de respostas criativas frente às adversidades impostas pelo contexto de pandemia, bem como para os desafios de escolarização. A seguir, as respectivas temáticas:

Palestras:

- A teoria dos três elementos: 3C;
- Orientação Educacional 2021: os desafios da Idade Mídia;
- Orientador(a) Educacional como Mediador(a) da Aprendizagem e Desenvolvimento Emocional do(a) Estudante.

- Videoconferência: Orientação Educacional de Jovens e Adultos e a Aprendizagem e Desenvolvimento da Autoestima, com a participação de 123 profissionais e gravação com 247 visualizações até 23/12/2021.

Oficinas:

- Diálogo Temático: Inclusão das Diversidades e a Orientação Educacional, com a participação de 107 profissionais e gravação disponível com 229 visualizações até 23/12/2021;

- Diálogo Temático: Projeto de Vida e Orientação Educacional, com a participação de 256 profissionais e gravação disponível com 429 visualizações até 23/12/2021;

- Diálogo Temático: Educação Ambiental e Orientação Educacional, com a participação de 94 profissionais e gravação disponível com 167 visualizações até 23/12/2021;

- Diálogo Temático: Cultura de Paz e Orientação Educacional, com a participação de 272 profissionais e gravação disponível com 510 visualizações até 23/12/2021;

- Estudo Dirigido: para aprendizagens compartilhadas nas oficinas da jornada que alcançou 615 profissionais.

- Tear Pedagógico da Orientação Educacional

O Tear Pedagógico é um projeto realizado para construir e articular saberes e experiências que contribuam para a organização do trabalho pedagógico, no contexto das frentes de ações previstas no Calendário Escolar (Portaria nº 498, de 28 de dezembro de 2020) e nas pautas relacionadas ao Currículo em Movimento da Educação Básica (2018).

- Abril - Tecendo a Práxis da Orientação na Semana de Educação para a Vida, no Maio Laranja e no encerramento do bimestre, com 2.220 visualizações até 23/12/2021.

- Maio - O Brincar e o Lúdico na Práxis Educativa e na Transformação do Mundo, com 1.894 visualizações até 23/12/2021.

- Junho - Os Tempos e a Práxis da Orientação Educacional, com 2.048 visualizações até 23/12/2021.

- Agosto - Promoção de Direitos e Valorização da Vida na Práxis Educativa, com 1.497 visualizações até 23/12/2021.

- Setembro - Transição: trabalho em rede, fomentando trajetórias escolares exitosas, com 1.613 visualizações até 23/12/2021.

- Outubro - Orientação Educacional para as Relações Étnico-Raciais: promovendo a consciência e o orgulho negro, com 1.504 visualizações até 23/12/2021.

- III Ciclo de Encontro de Articulação Pedagógica por Etapa e Modalidade da Orientação Educacional

Ação formativa voltada para a promoção de troca, entre os Pedagogos-Orientadores Educacionais, de experiências obtidas durante o período de pandemia e do ensino mediado por tecnologia. Teve como objetivo, rever as diretrizes ao planejamento e ação da Orientação Educacional no contexto de atendimento remoto e prover o alinhamento do trabalho pedagógico. Foram realizadas 13 videoconferências, com 2h30 de duração cada, alcançando um público de 742 profissionais, no período de 17/05 a 22/06.

- Execução do Acordo de Cooperação Técnica "Programa Brasília Vida Segura"

Voltado para o desenvolvimento de políticas com vistas à redução do consumo nocivo de álcool por menores de idade, nas regiões de Ceilândia e Taguatinga.

O Programa Brasília Vida Segura foi composto por quatro etapas, tendo sido, as duas primeiras, realizadas em anos anteriores. Em 2021 ressaltam-se as seguintes realizações:

- Etapa 3 - Estruturação de controle de resultados de ações educativas, com os seguintes objetivos:

- * delinear e implementar rotinas e ferramentas para controlar ações e resultados;
- * definir mecanismos de colaboração para redução do consumo de álcool pelo menor de idade;
- * cocriar soluções para melhorar o ambiente escolar e os impactos atrelados ao consumo nocivo de álcool; e
- * elaborar programas e políticas educacionais voltados para a redução do consumo de álcool pelo menor de idade.

- Etapa 4 - Implementação da rotina de controle de resultados e transferência do gerenciamento da rotina de controle para o responsável por meio de oficina de formação com 56 profissionais da Orientação Educacional.

- Gestão do Projeto de Fomento e Apoio aos Grêmios Estudantis

Este projeto teve por objetivo fomentar a implantação de grêmios estudantis nas unidades escolares de anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio e fortalecer a atuação dos grêmios instituídos, incentivando seu envolvimento em ações referentes às atividades desportivas de: leitura, arte, cultura e outras de interesse da Unidade Escolar.

As ações realizadas foram:

- sensibilização junto ao grupo de gestores das Unidades Escolares a respeito da importância da formação do ponto focal para o acompanhamento dos estudantes;
- elaboração de Plano de Curso de capacitação de servidores da educação para o fomento à implantação de grêmios estudantis nas unidades escolares, com duração de 20 horas; e
- orientações, subsídios, aporte de recursos e apoio técnico e administrativo para a instituição dos grêmios estudantis nas unidades escolares; e
- oferta do curso: O Grêmio Estudantil na Gestão Escolar.

Ressalta-se que em 02/06/2021 o projeto foi sobrestado devido ao impacto da Pandemia do SARS CO V-2 na Educação, que gerou modificações no calendário escolar e tornou inviável as atividades presenciais nas escolas.

- Gestão do Projeto Transição Escolar

O Projeto de Transição consiste em uma proposta voltada à promoção das aprendizagens e da cultura de paz, de forma a subsidiar o trabalho pedagógico, oferecendo as condições necessárias para o desenvolvimento integral do estudante, por meio de ações coordenadas e articuladas, envolvendo os diversos atores da comunidade escolar.

É referenciado pelo documento "Transição Escolar na Educação Básica - Trajetórias na Secretaria de Estado do Distrito Federal", que sintetiza uma série de discussões realizadas visando a assegurar a fluidez das trajetórias escolares aos estudantes. Emerge como recurso pedagógico e teve como etapas:

- editoração do documento norteador;

- live de lançamento do caderno orientador; com visualizações até 23/12/2021;
 - assessorar as Coordenações Regionais de Ensino, no sentido de auxiliar na implantação do projeto;
 - Monitorar a implantação do projeto pelas Unidades Escolares e Unidades Básicas de Ensino.
 - O Caderno Orientador está disponível em site da SEEDF: Transição Escolar na Educação Básica - Trajetórias na Secretaria de Estado do Distrito Federal;
- Fomento à Política de Acolhimento e Atendimento para Escolarização de Estudantes não Falantes de Língua Portuguesa

Por meio da Portaria nº 228, de 18 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal de 19 de maio de 2021, página 30, que instituiu o Grupo de Trabalho para elaboração de uma Política de Acolhimento e Atendimento de Estudantes Não Falantes de Língua Portuguesa. Foram realizadas reuniões quinzenais, nas quais houve:

- levantamento da demanda por ensino de português para não falantes da língua na Rede Pública de Ensino;
- definição da melhor estratégia para executar o acolhimento e atendimento desses(as) estudantes;
- elaboração das Diretrizes da Política Pública Educacional de Atendimento e Acolhimento para a Escolarização de Estudantes Não Falantes da Língua Portuguesa, que aguarda publicação.

- XI Fórum da Orientação Educacional

Atividade anual em comemoração ao Dia do Pedagogo - Orientador Educacional, promovendo espaço formativo e celebrativo, que, em 2021, dado os cenários ocasionados pela Pandemia da Covid -19, abordou o tema: Cuidado com a Vida e Bem-viver, como forma de ofertar estímulos ao autocuidado na práxis cotidiana da Orientação Educacional e inspirar as ações pedagógicas que precisam ser desenvolvidas em 2022, a fim de educar para a resiliência e transformação das dores e lutos inerentes às perdas vivenciadas no contexto pandêmico.

Constou da programação virtual solenidade de moção honrosa à Orientação Educacional, em reconhecimento aos serviços e dedicação desses profissionais, assim como com entrevistas relacionadas ao mundo emocional, corporal, expressão musical, ecopsicologia e momentos de interlocução com os espectadores, com 2.146 acessos até dia 23/12/2021.

- Projeto Conexão Científica

O Projeto Conexão Científica - PCxC é um projeto piloto que tem por objetivo proporcionar aprendizagens significativas no ensino de Ciências da Natureza, abordado de maneira interdisciplinar. É destinado a estudantes do Ensino Fundamental e Médio matriculados na rede de escolas públicas do Distrito Federal e realizado por meio de atividades, experimentos, debates e visitas técnicas de cunho científico, com vistas à popularização da ciência e ao fomento da iniciação científica escolar, no contexto do ensino híbrido. Oferece informação e formação acessível a estudantes, professores, coordenadores, gestores e público interessado.

Durante o ano letivo de 2021, foram realizadas inúmeras reuniões de alinhamento entre as unidades envolvidas no projeto, e também, a "I Semana De Lives Do Projeto Conexão Científica", ocorrida entre os dias 22 e 26 de março de 2021.

- ProCien - Despertando Talentos

As Olimpíadas Científicas e Pedagógicas constituem-se em estratégias educacionais de comprovado impacto no desenvolvimento e aprendizado dos estudantes que delas participam. Existe um rol considerável de olimpíadas sendo realizadas no Brasil e no mundo; atualmente, relacionamos 28 olimpíadas, realizadas em âmbito nacional, em diversas áreas do conhecimento, por exemplo, as de Linguística, Filosofia, Astronomia, Física, Informática e Neurociências.

A maioria das olimpíadas realizadas no ano letivo de 2021 ocorreu de forma virtual em razão da pandemia da COVID-19. Dentre elas: Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (O BA), Mostra Brasileira de Foguetes (MO BFO G), Olimpíada Brasileira de Biologia (O BB), Olimpíada Nacional de Ciências (O NC), Olimpíada Nacional de História do Brasil (O NHB), Olimpíada Brasileira de Química (O BQ), Olimpíada Brasileira de Robótica (O BR), Olimpíada Brasileira de Informática (O BI), Olimpíada Brasileira de Linguística (O BL), Olimpíada de Língua Portuguesa - Escrevendo o Futuro, Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente (O BSMA), Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (O BMEP), Olimpíada de Matemática do Distrito Federal (O MDF), Olimpíada Canguru de Matemática (O CM), Olimpíada Brasileira de Satélites (O BSAT), Olimpíada Brasileira de Física (O BF), Olimpíada Brasileira de Física das Escolas Públicas (O BFEP), Olimpíada Brasileira de Cartografia (O BRAC), Olimpíada Brasileira da Cultura Oceânica e web série Cultura Oceânica (o2), Olimpíada Nacional de Aplicativos (O NDA), Torneio Virtual de Química (TVQ), Olimpíada Brasileira Geo-Brasil – OGB, VIII Olimpíada de Filosofia, IYPT Torneio Internacional de Jovens Físicos.

- 10º Circuito De Ciências

O Circuito de Ciências figura como um instrumento para a exposição e divulgação da produção científica, tecnológica e de inovação. Desenvolvido no âmbito da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, constitui-se como atividade pedagógica com importante potencial motivador do ensino, da aprendizagem e da compreensão da prática científica no ambiente escolar.

A Mostra de Trabalhos do Circuito de Ciências em Apresentação Pública foi realizada no dia 26 de novembro de 2021. O evento contou com a presença dos estudantes que apresentaram projetos classificados para a Etapa Distrital. Também, como parte das atividades do 10º Circuito de Ciências, foi promovida entre os dias 03 e 10 de dezembro de 2021 a visita dos estudantes na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

Circuito de Ciências



fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.



fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

- Termo de Cooperação

O estabelecimento do Termo de Cooperação nº 06/2021 tem por objeto fomentar a educação empreendedora em diferentes etapas e modalidades da educação básica na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, por meio de ações direcionadas aos professores e que visem desenvolver competências empreendedoras nos estudantes.

- Jogos Escolares do Distrito Federal

Os Jogos Escolares do Distrito Federal - JEDF são realizados anualmente e é um evento de caráter desportivo que contempla estudantes da rede pública e particular de ensino. Os JEDF são compostos por quatro etapas: 12 a 14 anos, 15 a 17 anos, Jogos Noturnos (Corujão), Jogos Paralímpicos.

Diante das medidas de contenção da transmissão da COVID 19, no ano de 2021 os JEDF não foram realizados de forma presencial. Sendo assim, apenas duas modalidades, que foram introduzidas em 2020, foram realizadas, Xadrez On-line e Jogos Eletrônicos.

- Xadrez on-line: O Xadrez pode ser aproveitado e desenvolvido enquanto recurso pedagógico mediado por tecnologias, já que há a possibilidade de ser inteiramente trabalhado remotamente, com perspectiva de atendimento de todos os estudantes do Distrito Federal. Sendo assim, já com a experiência de 2020, em 2021 foi realizado o Circuito de Xadrez On Line nos meses de junho, setembro e dezembro, com 356 (trezentas e cinquenta e seis) escolas participantes, 1.397 (um mil trezentos e noventa e sete) estudantes inscritos, 304 (trezentos e quatro) estudantes participantes e 800 (oitocentas) partidas realizadas, além dos desafios de xadrez, com 406 (quatrocentas e seis) partidas realizadas, com 160 (cento e sessenta) estudantes participantes, oriundos de 122 (cento e vinte e duas) Escolas.

Circuito Escolar De Xadrez Online - JEDF 2021



fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

- Jogos Eletrônicos: Os jogos eletrônicos são TDICs - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação que permitem um trabalho interdisciplinar e até transdisciplinar. Apropriando os estudantes de vocábulos da língua estrangeira moderna inglesa, aproximando os estudantes do acesso a tecnologias e auxiliando no combate ao analfabetismo digital. Ademais, os jogos eletrônicos figuram em possibilidades de construções de pontes para o ensino superior no que tange os cursos superiores de tecnologias e áreas afins, bem como da diversidade de ofertas de trabalho que permeiam o cenário dos esportes internacional e nacional.

Jogos Escolares Eletrônicos - JEDF 2021



fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

Em 2021, foram realizados os Jogos Escolares Eletrônicos do DF- JEEDF com quatro modalidades baseadas nos tipos de jogos:

I Campeonato - Realização: janeiro/2021

Estudantes de escolas públicas	165
Estudantes de escolas particulares	8
Total de estudantes participantes	173

fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

II Campeonato - Realização: maio/2021

Estudantes de escolas públicas	287
Estudantes de escolas particulares	29
Total de estudantes participantes	316

fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

Campeonato - Realização: julho/2021

Total de escolas participantes	147
Total de estudantes inscritos	50
Total de estudantes participantes	46
Total de equipes	8

fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

Campeonato - Realização: outubro/2021

Total de estudantes participantes	111
Total de escolas participantes	42
Feminino	7
Masculino	104
Total de Regionais	12

fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

Campeonato - Realização: dezembro/2021

Total de estudantes participantes	61
Total de escolas participantes	31
Feminino	7
Masculino	54
Total de Regionais	13

fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

- Jogos Escolares Nacionais

O Distrito Federal participa dos Jogos Escolares Nacionais, anualmente, sendo sempre uma das maiores delegações nas competições. No ano de 2021, foram realizados dois eventos esportivos escolares nacionais, sendo que o Distrito Federal participou dos:

- Os Jogos Escolares Brasileiros – JEB's/2021, realizados na cidade do Rio de Janeiro - RJ, de 27 de outubro a 5 de novembro. Tendo em vista que, em 2021, não aconteceram os Jogos Escolares para seleção dos atletas que representariam o Distrito Federal no evento, a SEEDF apoiou a organização da delegação auxiliando na seleção dos estudantes e equipes de acordo com os resultados dos JEDF de 2019 e o ranking dos estudantes nas federações.

Ao todo, participaram 19 dirigentes e 47 técnicos entre professores da SEEDF e de outras instituições, 103 estudantes atletas de modalidades individuais e 98 estudantes atletas de modalidades coletivas, sendo estudantes de escolas públicas e particulares, somando o total de 267 integrantes da delegação do Distrito Federal. Apresentando um quadro total de 31 (trinta e uma) medalhas, sendo 13 (treze) de ouro, 10 (dez) de prata e 9 (nove) de bronze.

Jogos Escolares Brasileiros 2021



fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

- Paralímpiadas Escolares, organizadas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), envolvem estudantes com deficiência representantes de unidades da Federação. Participam do evento estudantes com deficiência selecionados nos jogos realizados em cada estado/Distrito Federal. Devido à não realização dos Jogos Escolares Paralímpicos do Distrito Federal, a seleção foi realizada junto com os técnicos dos estudantes participantes dos Centros de Iniciação Desportiva Paralímpico, Centros Olímpicos/ Paralímpicos e pelo ranking dos estudantes atletas em suas modalidades.

Paralimpíadas Escolares 2021



fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

O evento foi realizado na cidade de São Paulo/SP, de 22 a 27 de novembro de 2021, sendo o maior evento mundial para crianças com deficiência em idade escolar.

O Distrito Federal, apesar das dificuldades impostas pela pandemia do CO VID-19, participou com 66 (sessenta e seis) integrantes, considerando atletas, técnicos, oficiais, staffs, fisioterapeutas e jornalista, apresentando um quadro total de 35 (trinta e cinco) medalhas, sendo 18 (dezoito) de ouro, 8 (oito) de prata e 9 (nove) de bronze.

- Programa Educação com Movimento - PECM

O Programa visa assegurar a inserção do professor de Educação Física na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com o objetivo de ampliar as experiências corporais dos estudantes, mediante a intervenção pedagógica integrada e interdisciplinar com o professor de atividades, na perspectiva da Educação Integral, conforme preconizado no Currículo da Educação Básica do Distrito Federal.

No ano de 2021, o Programa atendeu 172 Unidades Escolares, sendo 160 Unidades Escolares de anos iniciais do Ensino Fundamental e 12 de Educação Infantil.

- Curso - Introdução aos Games e Esportes na Educação

Primeira iniciativa de formação continuada com games e esportes na educação para professores no contexto da educação do DF e do Brasil com o objetivo de conceituar games, jogos eletrônicos, esportes e esportes eletrônicos; apresentar modalidades de disputas de esportes e plataformas de relação humano-máquina; apresentar profissões específicas dos esportes e as que permeiam este universo; apresentar diferentes gerações de jogos eletrônicos e suas nuances artísticas (2D, 3D e 2.5D); apresentar o pixel art e alternativas de elaboração de campeonatos interclasses; e apresentar possíveis jogos a serem utilizados enquanto conteúdos de artes e educação física. O curso aconteceu no período de 09/09 ao dia 29/11/2021.

- Curso - Orientações para a Formação Holística do Estudante Atleta (Módulo 01)

Iniciativa de formação dos professores e gestores das escolas que estavam previstas para receber o Projeto Escola Vocacionada, com o objetivo de apresentar os pressupostos conceituais e teórico-metodológico do Programa Gestão Compartilhada com o Esporte e do Projeto Escolas Vocacionadas; compreender e refletir sobre a formação no esporte, o conceito de dupla carreira e suas possibilidades no Distrito Federal; conhecer, problematizar e compreender a história dos Jogos Escolares do Distrito Federal, seus limites e possibilidades; discutir acerca dos agentes que participam do processo de organização das escolas

vocacionadas: atletas, família e escola; propiciar condições para a conciliação entre a rotina escolar e esportiva nos diferentes níveis de representação. O curso aconteceu no período de 01/03 a 17/06/2021.

- Programa Centro de Iniciação Desportiva - CID

O CID desenvolve atividades básicas de aprendizagem desportiva, inclusive iniciação e aperfeiçoamento e conhecimentos de regras, entre outras. Pela própria característica de atendimento, o CID se constitui na integração entre a educação física curricular desenvolvida nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino e as competições desportivas realizadas em nível local, regional e nacional, sendo hoje a principal via de formação e qualificação desportiva do estudante da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Centro De Iniciação Desportiva - CID



fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

O CID atende, normalmente, cerca de 10.000 (dez mil) estudantes, contudo, devido à pandemia da COVID-19, o número de participantes diminuiu para 6.153 estudantes em 2020, e em 2021 o programa finalizou com polos em 82 Unidades Escolares e 6.512 estudantes atendidos.

As aulas do programa CID foram ministradas por meio de plataformas digitais de forma a atingir o máximo de estudantes. As aulas presenciais retornaram em agosto de 2021.

- Programa Escola Comunidade Ginástica nas Quadras - PGINQ

O Programa promove práticas corporais para melhoria da qualidade de vida da comunidade escolar, prioritariamente idosos, orientando e conscientizando sobre a importância da prática de atividades físicas para a saúde, a autoestima e a socialização. Podem participar do programa pessoas da comunidade acima de 15 anos e os estudantes do Ensino Médio.

No ano de 2021, até o retorno às atividades presenciais, em agosto do presente ano, os professores realizaram aulas remotas utilizando plataformas digitais para alcançar o máximo de estudantes, inclusive alguns professores participaram do Programa Escola Comunidade Ginástica nas Quadras - PGINQ – programa apresentado no Canal digital da SEEDF. Atualmente, o Programa possui polos em 34 Unidades Escolares e 4.612 participantes.

- Transmissão de Programas e Desafios

Ação on-line, transmite, ao vivo, nas quartas-feiras, o Programa "Quarta do GINQ", que consiste em aulas de ginástica ministradas por professores do Programa Escola Comunidade Ginástica nas Quadras, e às sextas-feiras entrevistas com professores, atletas e personagens

da educação física do Distrito Federal, sobre assuntos referentes à educação física e ao desporto educacional.

Redes Sociais



fonte: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB)/SEEDF, 2021.

No ano de 2021, por meio das redes sociais, foram realizados os desafios virtuais, de dança, com 118 (cento e dezoito) estudantes participantes, desafio funcional com 21 participantes, desafio capoeira/apresentação solo com 35 participantes.

- Programa Escola de Esporte

O Programa Escola de Esporte - finalidade é oferecer à comunidade vagas para a prática de atividades esportivas, enquanto parte da política pública desenvolvida pelo Governo do Distrito Federal, com prioridade de atendimento aos estudantes da Rede Pública de Ensino do DF. Em 2021, foi realizado o Processo Seletivo Simplificado de servidor da Carreira Magistério Público do Distrito Federal para exercício no Programa Escola de Esporte, conforme Edital nº 45, de 9 de novembro de 2021.

- Termo De Cooperação nº 09/2019

Tem como objetivo a manutenção e desenvolvimento de ações na área educacional, esportiva e do trabalho voltadas para estudantes com deficiência física, visual, auditiva, intelectual e com transtornos do espectro de autista, matriculados na modalidade regular de ensino, com idade inicial de 06 (seis) meses até a terceira idade, com padrão funcional, clínico e comportamental compatível com as atividades oferecidas, atendendo ainda, as pessoas com deficiência cadastradas em programas sociais específicos.

As ações realizadas, acompanhadas e supervisionadas foram:

- atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência;
- avaliação funcional dos estudantes participantes, em face da realização de uma determinada tarefa, bem como a orientação quanto à utilização de recursos apropriados para o padrão funcional do estudante, como a tecnologia assistiva;
- estudo na área da pessoa com deficiência e suporte aos profissionais por meio de estudos de casos e supervisões dos estudantes com deficiência;

- contribuição para a construção do plano de visitas às Coordenações Regionais de Ensino com o intuito de promover a importância do atendimento do estudante com deficiência através do esporte;
- concessão de intérpretes de libras para programa específico da rede.

- Projeto Skate Escola

O Projeto Skate Escola é uma ação com o objetivo de democratizar o acesso às práticas corporais para crianças e adolescentes da rede pública de ensino do Distrito Federal, por meio do desenvolvimento do esporte educacional, na modalidade skate, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes. Durante todo o ano de 2021 foram realizadas tratativas com os diversos setores da SEEDF com o intuito de realizar o projeto. Atualmente, a SEEDF está aguardando análise para que possa continuar os procedimentos necessários à licitação do material esportivo necessário na prática do skate.

- Programa Escola Vocacionada Para o Esporte

A Escola Vocacionada para o Esporte é uma proposta de tipologia de escola que permite aos estudantes desenvolverem seus estudos acadêmicos orientados a partir da prática esportiva. Seu funcionamento ocorre de forma integral, em diálogo com todo o corpo docente da escola, família e amigos. Possibilita desenvolverem a prática esportiva, vislumbrando no esporte, não só uma carreira como atleta, mas também uma dupla carreira, trabalhando com atividades em áreas correlatas ao esporte. Ao longo do ano de 2021 foram realizadas diversas ações de planejamento para estruturação do projeto, tais como:

- coordenações propositivas com os professores e equipe gestora;
- reuniões internas;
- organização do primeiro módulo do curso para os professores das Escolas Vocacionadas para o Esporte;
- visita às Unidades Escolares do projeto;
- gerenciamento dos projetos;
- elaboração dos documentos norteadores do projeto.

- Escolarização na Socioeducação

O acompanhamento e a escolarização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Internação, Semiliberdade e Meio Aberto - Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) é desenvolvido por um conjunto articulado de ações intersetoriais e em rede, tendo por base o princípio da incompletude institucional, além de configurar-se em diferentes realidades e espaços. A SEEDF acompanha o atendimento a aproximadamente 3.630 adolescentes e 150 professores.

- Implementação da Portaria Conjunta nº 07, de 17 de junho de 2021

A Portaria dispõe sobre a indicação das Unidades Escolares Vinculantes dos Núcleos de Ensino das Unidades Socioeducativas de Internação Provisória; a lotação dos profissionais da educação; a matrícula e a escrituração escolar dos estudantes desses núcleos. Destaca-se o encontro formativo on-line com professores com o intuito de planejar e organizar a abertura do Núcleo de Ensino da Unidade de Internação de Planaltina; apresentar os setores

responsáveis pelo acompanhamento escolar dos adolescentes atendidos; discutir os documentos normativos para a escolarização nas circunstâncias específicas da socioeducação; apresentar e discutir a rotina/fluxo do encaminhamento para matrícula dos adolescentes; orientar quanto à recepção, ao acolhimento e ao acompanhamento dos adolescentes, bem como sobre o sigilo das informações acerca desses estudantes, conforme versa o Artigo 143 da Lei nº 8.069/90.

- Política de Escolarização de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa e Internação

Anualmente, a SEEDF realiza análise e avaliação dos relatórios de adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação, com vistas ao monitoramento e à gestão para a melhoria das políticas nessa área, com o intuito de minimizar o agravamento da trajetória infracional desses estudantes e possibilitar experiências que resultem na mudança da sua trajetória de vida. Nesse sentido, foi realizado o acompanhamento sistemático da rotina escolar nos Núcleos de Ensino das Unidades de Internação e da qualificação dos profissionais que atuam na socioeducação, atendendo, aproximadamente, 1500 estudantes e 140 professores.

- Educação a Distância na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal

A SEEDF oferta cursos de Educação a Distância nas modalidades da Educação de Jovens e Adultos - EJA e da Educação Profissional e Tecnológica - EPT. No ano letivo de 2021 foram ofertados os seguintes cursos na modalidade EaD, com as respectivas vagas:

- Técnico de Nível Médio de Técnico em Secretaria Escolar a Distância - 300 vagas;
- Formação Inicial e Continuada (FIC) de Balconista de Farmácia - 150 vagas;
- Técnico de Nível Médio de Técnico em Controle Ambiental - 150 vagas;
- Técnico de Nível Médio de Técnico em Informática - 150 vagas;
- Técnico de Nível Médio de Técnico em Informática - 150 vagas;
- Técnico de Nível Médio de Técnico em Registros e Informações em Saúde - 150 vagas;
- Técnico de Nível Médio de Técnico em Secretaria Escolar - 150 vagas;
- Técnico de Nível Médio de Técnico em Tradução e Interpretação de LIBRAS - 150 vagas;
- Formação Inicial e Continuada (FIC) de Cuidador de Idoso - 50 vagas;
- Técnico de Nível Médio Integrado à Educação de Jovens e Adultos de Técnico em Administração a Distância - 100 vagas; e
- Técnico de Nível Médio Integrado à Educação de Jovens e Adultos de Técnico em Informática a Distância - 100 vagas.

- Diretrizes Pedagógicas para a Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal

No dia 14/04/2021 foi realizado o lançamento das Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo, aprovadas pelo Parecer CEDF nº 140/2019 e instituídas pela Portaria SEEDF nº 224, de julho/2019, por meio de videoconferência com 3.933 visualizações. No segundo semestre, foi entregue a versão impressa a todas as unidades escolares e regionais que atuam com a modalidade da Educação do Campo. Nas 10 (dez) Coordenações Regionais de Ensino envolvidas foram oferecidas orientações no sentido de realizar formações sobre as Diretrizes,

durante as reuniões de coordenação coletivas. Foram feitas reuniões trimestrais com os coordenadores intermediários das escolas do campo, para orientar e acompanhar a implantação das diretrizes nas práticas pedagógicas das escolas.

- Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo

Em 2021 foi realizado o acompanhamento e o apoio técnico-pedagógico ao processo de elaboração do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo, uma ação contínua, realizada por meio de diálogos e mediações, num processo coletivo e colaborativo, assegurado pela Portaria/SEEDF nº 419/2018, artigo 4º, a qual institui a política de Educação do Campo no âmbito da SEEDF, e pelas Diretrizes Pedagógicas para a Educação Básica do Campo.

- Formação Continuada Escola da Terra - 2ª Edição

O Programa Escola da Terra, que está em sua segunda edição, objetiva ampliar a oferta de formação continuada de professores que atuam na Educação do Campo, atendendo às suas necessidades específicas. Em 2021, o Programa disponibilizou 164 vagas para formação, com carga horária de 180h, em regime de Alternância Pedagógica, e que foram totalmente preenchidas.

A SEEDF articulou os atores envolvidos na viabilização da oferta do curso, os processos seletivos para o ingresso na formação continuada, a supervisão e o acompanhamento pedagógico do curso, da frequência e do desempenho dos cursistas, bem como certificação.

Foram disponibilizadas 50 vagas de Pós-Graduação - Especialização em Educação do Campo, para os egressos da 1ª Edição, as quais foram preenchidas por 38 professores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

- Dia do Campo

O Dia do Campo é uma ação que representa importante instrumento pedagógico de formação continuada no âmbito da Educação do Campo na rede pública de ensino do DF. As atividades em 2021 aconteceram de forma descentralizada, territorializada e por meio de videoconferências. O Dia do Campo da CRE do Paranoá/Itapoã foi veiculado no dia 12/05/2021 com 481 visualizações e o da CRE do Gama, no dia 16/06/2021, com 1.289 visualizações.

- Programa Projovem Campo - Saberes Da Terra

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens Projovem Campo – Saberes da Terra, tem como objetivo elevar o nível de escolaridade e promover a qualificação profissional de jovens trabalhadores da agricultura familiar, com idade entre 18 e 29 anos. Constitui-se em uma relevante estratégia político pedagógica para garantir os direitos educacionais dos povos do campo, por meio de políticas públicas dos sistemas de ensino que sejam estimuladoras da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Rural Sustentável como possibilidades de vida e trabalho.

Em 2021, foram atendidos ao todo 60 (sessenta) estudantes nas Unidades de Ensino que sediaram o programa.

8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1969998761,0	2232998761,00	2220270546,31	2220270546,31
0015 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	1258624859,0	1478137459,00	1465409244,31	1465409244,31
6978 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	359628695,0	382049995,00	382049995,00	382049995,00
6979 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	12526391,0	13276591,00	13276591,00	13276591,00
8848 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	14946878,0	15842278,00	15842278,00	15842278,00
8849 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	186481620,0	197649920,00	197649920,00	197649920,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8856 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	47681107,0	50536707,00	50536707,00	50536707,00
8857 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	90109211,0	95505811,00	95505811,00	95505811,00
TOTAL - 8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	1969998761,00	2232998761,00	2220270546,31	2220270546,31

Informa-se, inicialmente, que as atividades realizadas com recursos alocados nas ações 1471, 2557, 2396 e 3678 foram devidamente lançadas no item anterior referente ao Programa 6221 - EDUCADF, a fim de proporcionar maior clareza e entendimento acerca da execução.

Administração de Pessoal

O ano de 2021 iniciou com a continuidade dos desafios impostos pela Pandemia de Coronavírus, demandando uma série de medidas sanitárias e de distanciamento social, além do teletrabalho nos órgãos do Governo do Distrito Federal.

A SEEDF buscou em teletrabalho garantir a qualidade dos serviços prestados para a gestão de pessoas da Pasta.

O início do ano é marcado pelas ações do Programa Carência Zero/ Educação sem Carência, em consonância com a Portaria nº 439, de 31 de dezembro de 2018, com os seguintes objetivos:

I – suprir carências de regência de classe nas unidades escolares – U Es, unidades escolares especializadas – U EEs e escolas de natureza especial – ENEs da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal no início do ano letivo;

II – garantir a continuidade da oferta da Educação Básica a crianças, adolescentes, jovens e adultos do Distrito Federal, matriculados e enturmados no âmbito da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, mediante o suprimento das carências;

III – suprir carências de regência de classe nas UEs/UEEs/ENEs da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal ao longo do ano letivo.

Embora, em 2020, a SEEDF tenha realizado o primeiro início de ano letivo em meio à Pandemia, em regime de teletrabalho, a Distribuição de Turmas/Atendimentos referentes àquele ano letivo, realizada em janeiro de 2021, propiciou um planejamento tranquilo com prazos adequados às ações. A contratação temporária de professores substitutos e a alocação de servidores efetivos sem lotação definitiva/exercício definitivo realizados em ambiente virtual proporcionou a execução do Programa com qualidade de vida no trabalho.

Foram concedidos, neste exercício, 1.681 (mil, seiscentas e oitenta e uma) aposentadorias para servidores da Pasta e 316 (trezentos e dezesseis) pensões.

No tocante à admissão de pessoal, apesar da grande necessidade de recomposição do quadro, dentre as muitas áreas afetadas pela pandemia, esteve a das finanças públicas, o que levou à edição da Lei Complementar nº 173/2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e que impôs restrições às nomeações, até 31/12/2021, excetuadas aquelas para reposição de vacâncias.

Nesse sentido, a SEEDF envidou constantes esforços para consolidar a nomeação de candidatos aprovados em concurso público vigente, em recomposição de vacâncias, resultando na nomeação de 338 (trezentos e trinta e oito) novos servidores para a Carreira Magistério Público do Distrito Federal e 803 (oitocentos e três) novos servidores para a Carreira Assistência à Educação.

Evidencia-se a nomeação de 314 (trezentos e quatorze) Professores de Educação Básica, ocorrida em 16 de novembro, com propósito de zerar o banco de aprovados para o cargo.

Dando continuidade à organização de novo concurso da Pasta, com atualização da instrução iniciada em 2019, fora publicada a Portaria nº 63, de 04 de Março de 2021. A SEEDF, então, solicitou às Unidades Administrativas Centrais e Intermediárias, informações atualizadas acerca das necessidades da SEEDF para prosseguimento do feito no ano de 2022.

Imperioso destacar que a contratação temporária de Professor Substituto obedece ao preceituado na Constituição Federal, na Lei 4.266/2008, no Decreto nº 37.983, de 01 de fevereiro de 2017 e na Portaria nº72, 18 de fevereiro de 2021.

O banco para contratação no ano de 2021 teve sua vigência prorrogada, em caráter excepcional, após publicação da LEI Nº 6.763, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020, que culminou na publicação do DECRETO Nº 41.746, DE 28 DE JANEIRO DE 2021 e da PORTARIA Nº72/2020.

Anteriormente, o banco de Professores Substitutos era válido por um ano, podendo ser prorrogável uma vez por igual período. A medida de prorrogação excepcional mostrou-se necessária perante as incertezas trazidas pela Pandemia da CO VID-19 que impossibilitaram a realização de Processo Seletivo Simplificado em tempo hábil e de forma segura.

Com o avanço da vacinação e do retorno gradual das atividades presenciais, a SEEDF retomou os preparativos para realização do certame, sendo publicado no Diário Oficial do Distrito Federal - Edição Extra nº 83-A, de 22 de setembro de 2021, o Edital nº 27/2021. As provas foram realizadas em 19 de dezembro de 2021, com resultado previsto para janeiro de 2022, possibilitando a contratação temporária de professores no biênio 2022/2023.

Em continuidade ao planejamento do ano, após contribuições dos servidores, das demais áreas da SEEDF e debates com o sindicato da categoria, fora publicada a Portaria nº 395, de 4 de agosto de 2021, com as normas para Lotação, Exercício e Remanejamento, e o Edital nº 23 para Procedimento de Remanejamento Interno e Externo 2021/2022 de servidores da Carreira Magistério Público do Distrito Federal.

Realizado anualmente, o Procedimento de Remanejamento Interno e Externo busca qualidade de vida e bem-estar, oportunizando a Professores e Orientadores Educacionais a possibilidade de mudar de local de trabalho.

Dentre as ações necessárias para a realização do Procedimento de Remanejamento está a modulação das unidades escolares, bem como a orientação quanto à montagem das grades do Sistema, a gestão das carências, a análise das turmas e do quantitativo de estudantes matriculados, dos atendimentos pedagógicos realizados e dos programas e projetos ofertados aos estudantes. Nesse sentido, a SEEDF promoveu a Modulação Integrada 2021, de 13 a 29/10, com a participação dos gestores das unidades escolares, servidores das áreas pedagógicas, tecnológicas, de gestão de pessoas e de planejamento.

Na Modulação Integrada 2021, todas as equipes, em conjunto, acolheram e orientaram os gestores em relação à modulação das unidades escolares, tendo em vista a otimização da oferta de turmas na rede pública de ensino para o próximo ano letivo e a melhor gestão dos profissionais que atuam em cada unidade, à saber:

- conferência dos Atendimentos Educacionais Especializados - Salas de Recursos, Itinerâncias, Intérpretes, Classes Especiais, CILs, Escolas Parque e Educação Integral;
- conferência das Etapas e Modalidades da Educação Básica, com destaque para o Novo Ensino Médio e para a Educação de Jovens e Adultos, Socioeducação e Sistema Prisional, bem como o acompanhamento de Projetos Pedagógicos diversos; e
- conferência de turmas e quantitativo de estudantes em consonância com a Estratégia de Matrícula.

Para viabilizar todo esse trabalho, a SEEDF utiliza uma Plataforma de inteligência que, por meio de um algoritmo, analisa as diversas bases de informação relativas à modulação das unidades escolares, buscando por inconsistências ou situações que possam ser relevantes na conferência da modulação. A plataforma permite a definição de justificativas e ações vinculadas a cada uma das críticas encontradas, bem como a adição de novas. Possibilita ainda, gerar relatórios analíticos e sintéticos, além de extratos das informações relevantes. Após verificada a imprescindibilidade de uma modulação integrada, a SEEDF reorganizou o cronograma do Procedimento de Remanejamento 2021/2022, publicando o resultado final geral no final de dezembro.

Em relação ao pagamento de pessoas, a SEEDF esforça-se para quitar dívidas trabalhistas de exercícios anteriores, com a consequente redução da judicialização do tema. Atualmente, a instrução processual gira em torno do pagamento do ano de 2006, empresas 652 e 802. O alto número de servidores a receber torna o procedimento complexo, acarretando em um trabalho árduo e minucioso da área técnica.

Objetivando a melhoria da organização dos procedimentos internos, ainda no primeiro semestre, a SEEDF foi reestruturada, criando-se a Unidade de Qualidade de Vida e Bem-Estar no Trabalho - U Q VT, que deu prosseguimento às ações relativas à qualidade de vida e bem-estar no trabalho. Importante destacar que a SEEDF é pioneira em instituir uma Política de Qualidade de Vida, Saúde e Bem-Estar para servidores públicos.

A SEEDF finalizou o mês de dezembro com a revisão das Portarias anuais que dispõem sobre o Procedimento de Distribuição de Turmas/ Carga Horária e Atribuição de Atendimentos/ Atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, inclusive dos readaptados e PCDs (Pessoas com Deficiência) com adequação expressa para não regência, em exercício nas unidades escolares, nas unidades escolares especializadas e nas escolas de natureza especial da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e nas unidades parceiras, quando for o caso, e sobre os critérios referentes à atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal nas atividades de docência e na orientação educacional, sobre a organização e atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público, inclusive dos readaptados e PCDs (Pessoas com Deficiência) com adequação expressa para não regência e do Analista de Gestão Educacional – Psicologia, da Carreira Assistência à Educação, no Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e unidades parceiras, sobre a organização dos atendimentos ofertados e sobre os critérios de modulação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público readaptados e PCDs com adequação expressa para não regência, que serão utilizadas no ano letivo de 2022.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Ações Realizadas por Meio de Transferência de Recursos Federais

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal conta com o apoio da União para cumprir seu dever de assegurar o direito de todos à uma educação pública de boa qualidade. Uma dessas parcerias é por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR que está inserido no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação - SIMEC.

A SEEDF realiza o acompanhamento e monitoramento das ações, subações e iniciativas do PAR e dos Programas Federais nesta Secretaria, bem como a articulação e integração orçamentária de todas as áreas da Secretaria de Educação junto ao PAR.

O PAR é uma ferramenta de gestão para o planejamento da política de educação de médio e longo prazo que os municípios, os estados e o Distrito Federal elaboram por um período de quatro anos, favorecendo a continuidade de políticas educacionais, aprimorando o processo de investimento em educação, de modo a viabilizar transferências diretas de assistência técnica e financeira da União. Nesse sentido, dentro do módulo PAR na plataforma SIMEC, há um conjunto de ações interventivas, algumas para adesão compulsória, outras facultativas, onde tais ações podem ser propostas pela unidade da federação, estando subordinadas à aprovação do órgão em questão. É neste mesmo módulo que são inseridas as Emendas Parlamentares Federais individuais, de bancada e os recursos extraordinários.

Em quaisquer casos, para acessar os repasses de transferência direta de recursos federais, o ente federativo deve assinar um Termo de Compromisso, instrumento legal criado pela Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012 para executar transferência direta na implementação das ações pactuadas no PAR.

No ano de 2021 foram pactuados 25 (vinte e cinco) Termos de Compromisso para aquisição de aparelhos de climatização, kits de material esportivo, kits de material escolar, equipamentos e recursos tecnológicos, notebook, laptop, projetor interativo, equipamentos diversos de cozinha, equipamentos e instrumentos musicais, construção de Centros de Educação da Primeira Infância - CEPIS, de Centro de Ensino Fundamental, de Centro Educacional e Centro de Ensino Médio e reconstrução de escola, cujo valor total empenhado pelo FNDE foi de R\$ 64.184.211,45 (sessenta e quatro milhões, cento e oitenta e quatro mil duzentos e onze reais e quarenta e cinco centavos), assegurando a melhoria da infraestrutura a ser ofertada à comunidade escolar. Além disso, foi liberado pela Autarquia o valor de R\$ 4.012.422,31 (quatro milhões, doze mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e um centavos) para a reconstrução da Escola Classe 59 da Ceilândia e do CAIC Castelo Branco.

A SEEDF acompanhou e monitorou, junto às Escolas, o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e suas ações agregadas, por meio da plataforma do PDDE Interativo. Esta plataforma é uma ferramenta de apoio à gestão escolar, desenvolvida pelo MEC e disponibilizada para todas as escolas públicas do país, com o objetivo principal de auxiliar a comunidade escolar a produzir um diagnóstico de sua realidade e a definir ações para aprimorar sua gestão e seu processo de ensino e aprendizagem.

Os programas que constituem a Plataforma do PDDE Interativo são: PDDE Básico (PDDE Básico e PDDE Desempenho); PDDE Educação Integral (PDDE Novo Mais Educação); PDDE Qualidade (Educação Conectada, Mais Alfabetização (PMALFA), Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (ProNEM), Ensino Médio Inovador (ProEMI), PDDE Novo Ensino Médio - Itinerários Formativos, Atleta na Escola, Escola Sustentável, Formação Continuada, Mais Cultura, PDDE Emergencial, PDDE Tempo de Aprender, PDDE Brasil na Escola, PDDE Educação e Família); PDDE Estrutura (Escola Acessível, PDDE Acessibilidade, Escola do Campo, Sala de Recursos, PDE Escola, Água e Esgotamento Sanitário).

No exercício de 2021, foram beneficiadas com repasse federal para o PDDE Básico, 508 escolas atendendo cerca de 356.385 alunos, com o valor de R\$ 9.851.280,00 (nove milhões, oitocentos e cinquenta e um mil duzentos e oitenta reais); para as ações do PDDE Qualidade, 637 escolas atendendo cerca de 437.717 alunos, com o valor de R\$ 7.738.592,64 (sete milhões, setecentos e trinta e oito mil quinhentos e noventa e dois reais e sessenta e quatro centavos) e para o PDDE Estrutura, 242 escolas atendendo cerca de 246.152 alunos, com o valor de R\$ 6.198.800,00 (seis milhões, cento e noventa e oito mil e oitocentos reais), totalizando o montante de R\$ 23.788.672,64 (vinte e três milhões, setecentos e oitenta e oito mil seiscentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos) repassados diretamente às unidades escolares beneficiárias do PDDE e sua Ações Agregadas.

Em 2022, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR 04, constam dez iniciativas desta Secretaria de Estado de Educação junto ao FNDE referentes ao possível repasse orçamentário

para a aquisição de recursos pedagógicos e construção de infraestrutura física. Os dados foram inseridos na Plataforma do PDDE Interativo. Especificamente, essas iniciativas possuem a finalidade de adquirir material desportivo, brinquedos, material escolar, equipamentos de tecnologia, equipamentos de climatização, equipamentos de cozinha, equipamentos para práticas pedagógicas e laboratórios, mobiliários de sala de aula, mobiliários para outros ambientes escolares, construção de escola ou creche.

Autoavaliação (Avaliação Institucional Interna)

Nos dias 19 de junho e 10 de julho de 2021 foram propostas atividades de Autoavaliação das unidades escolares. Embora institucionalmente as datas de realização fossem as supracitadas, a produção de material, as formações junto aos articuladores de avaliação, CRE e unidades escolares foram anteriores a esta data, sendo disponibilizados vídeos instrucionais, sugestões de leituras e, como grande diferencial, uma proposta de questionários avaliativos, desenvolvidos pela SEEDF para gestores, professores e estudantes/responsáveis.

Além disso, toda a rede pública de ensino teve momentos bem definidos para refletir sobre a importância da autoavaliação e da participação de todos os membros da comunidade escolar.

Embora a participação e o engajamento das unidades escolares tenha sido muito positiva, algumas ações precisam ser aprimoradas para a melhor implementação da cultura de autoavaliação pelas unidades escolares:

Definição prévia das datas da autoavaliação no calendário escolar anual; Proposição de oficinas para utilização dos dados do SAEB e Avaliação Institucional.

Avaliação Institucional

No presente ano, foi realizada a Avaliação Institucional da SEEDF, entre os dias 18 de outubro a 05 de novembro, com coleta de informações por meio de uma plataforma digital de captação de dados. Foram aplicados 3 diferentes questionários, que abrangeram respostas dos gestores, professores e demais profissionais da educação, com a participação de 26.402 profissionais, entre servidores da SEEDF e das instituições educacionais parceiras.

Apesar da participação recorde de respondentes, a atualização da plataforma de captação é imprescindível para segurança dos dados e geração de relatórios. Além disso, há a necessidade de um maior refinamento da base de respondentes para que cada profissional tenha acesso a questionários que retratam suas realidades. Neste sentido a equipe técnica responsável por esta ação tem como plano de ações futuras:

Acompanhamento da atualização da plataforma de coleta e armazenamento dos dados;
Desenvolvimento de questionários mais específicos para cada grupo a ser avaliado; e

Maior refinamento da base de respondentes para melhor divisão e classificação dos mesmos.

Implementação do SIPAEDF

A SEEDF elaborou e realizou ajustes nos processos referentes à contratação de empresa para elaboração do banco de questões e correção das provas do Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal, bem como do sistema para aferição da fluência em leitura. Dessa forma, todos os estudos técnicos-pedagógicos foram elaborados e desenvolvidos com intuito de embasar e viabilizar a implementação do SIPAEDF, em cumprimento às metas 1.7 e 7.22 do Plano Distrital de Educação, em destaque para a escrita da Matriz de Referência de Contexto e Desempenho Escolar.

Ademais, uma série de pesquisas teóricas e desenvolvimento de plataforma digital para armazenamento de dados estão entre as demandas a serem desenvolvidas para a plena implementação do SIPAEDF ao longo do ano de 2022.

Diretrizes de Avaliação

A SEEDF, por meio da Portaria nº 299 de 22 de junho de 2021, supervisionou a elaboração Diretrizes de Avaliação da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. O processo se deu por meio de videoconferência com servidores de diversos segmentos da Pasta. Assim sendo, a dinâmica dos encontros transcorreu por meio de etapas, onde a parte inicial consistiu no levantamento documental e acadêmico dentro da perspectiva da avaliação formativa. Na sequência, houve a divisão em grupos que fez e redigiu os primeiros escritos dentro dos temas selecionados. Em seguida, os encontros foram focados na apresentação e discussão dos textos preliminares. Este trabalho, ainda em andamento, está em fase de conclusão, a saber, da escrita e da revisão.

Monitoramento e Avaliação do Plano Distrital de Educação

Com vistas à execução das atividades inerentes ao PDE foi instituída a Equipe Técnica por meio da Portaria nº 594 - SEEDF, de 04 de novembro de 2021, tendo como atribuição atuar no levantamento e na sistematização de dados e informações referentes ao PDE, em conformidade com a Lei nº 5.499, de 14/07/2015.

Apesar de a Equipe Técnica ter trabalhado, no decorrer desse ano, com prazo reduzido para a realização das demandas de ordem técnica, ressalta-se que não deixou de cumprir as ações determinadas na Portaria, estando agora em fase final da conclusão do relatório de monitoramento, com data prevista para o fim de janeiro do ano de 2022.

A Equipe Técnica encontrou alguns empecilhos para desenvolver as suas atribuições perante as unidades responsáveis internas e externas. Nesse sentido, vale ressaltar que, para melhor fluidez do trabalho da Equipe Técnica, precisa haver consciência e colaboração de todos envolvidos, uma vez que existe um cronograma a ser cumprido e a evolução do trabalho da equipe depende diretamente do fornecimento de dados das instâncias competentes, conforme o previsto nos incisos II e IV da Portaria nº 594 que dispõe sobre a atuação da Equipe Técnica.

Diante das dificuldades encontradas para a efetivação do trabalho da equipe, já foram elaboradas estratégias de abordagem para o próximo ano perante as unidades da SEEDF, com a finalidade de sensibilizar e esclarecer sobre a importância de responder em tempo hábil às demandas do PDE.

SAEB 2021

A aplicação de testes e questionários em papel do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) ocorreu em novembro e dezembro de 2021.

A aplicação da avaliação ocorreu em horário regular de aula para 3.013 turmas, distribuídas entre as 14 Coordenações Regionais de Ensino do Distrito Federal. Ressaltando que a aplicação do SAEB aconteceu de forma censitária para os estudantes das escolas públicas que cursam o 5º e 9º ano do ensino fundamental. Para o ensino médio a aplicação é destinada aos estudantes das 3ª série, com testes de língua portuguesa (leitura) e matemática. As instituições privadas participaram do processo em formato amostral, sendo avaliados os mesmos anos do ensino fundamental e série do ensino médio, e sua participação é facultativa.

De forma amostral, também ocorrerão as aplicações de provas para o 2º ano do ensino fundamental nas disciplinas de língua portuguesa e matemática. Além disso, houve aplicação amostral de testes de ciências humanas e ciências da natureza para os estudantes do 9º ano do ensino fundamental. Para a Educação Infantil a amostra foi realizada através de questionários destinados à Secretaria de Estado de Educação, diretores escolares e professores.

A SEEDF realiza a divulgação e o acompanhamento da aplicação da avaliação, bem como, promove a conscientização da importância da participação dos estudantes e professores. Isto posto, foram realizadas formações específicas, em cada Regional de Ensino, onde foram tratadas as Diretrizes para o SAEB 2021, os objetivos, os eixos, os critérios para divulgação dos resultados e a importância da participação.

Considerando o contexto da Pandemia, o estabelecimento do contato direto com a equipe gestora foi primordial neste momento, pois o DF estava na fase de retorno às atividades presenciais, após um longo período de atividades remotas. Desta forma, foi possível sanar as principais dúvidas dos representantes escolares. E ainda, fomentar a discussão sobre o uso formativo dos resultados obtidos na referida avaliação.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Secretaria de Educação cumpriu adequadamente o conjunto das ações propostas no Programa 6221 – EducaDF e demais Programas complementares, em 2021. Começando pela educação infantil, foram exitosas as parcerias formalizadas por meio de Termos de Colaboração com organizações da sociedade civil, pois, permitiu continuar a ofertar essa modalidade em tempo integral, em conformidade com o currículo em movimento do Distrito Federal.

A implementação dos eixos integradores do Currículo em Movimento do Distrito Federal - Educação Infantil, elementos basilares do trabalho educativo com as crianças, quais sejam: educar e cuidar, brincar e interagir requer ainda uma atenção especial. Sendo assim, priorizou-se em seu planejamento para 2022, a continuidade do tema como premissa das formações pedagógicas em todos os encontros. A participação das famílias no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, uma parceria fundamental durante o atendimento não presencial, deve ser fortalecida no âmbito de toda a SEEDF e é pauta certa para futuras ações. A realização dos acompanhamentos in loco promoveu uma aproximação entre o setor central da SEEDF com as equipes de coordenação intermediária e comissões gestoras permitindo assim, uma avaliação a partir da realidade concreta do cotidiano da unidade escolar.

Em se tratando de dificuldades percebidas na consolidação do trabalho proposto, essas estão relacionadas à grande rotatividade de profissionais na composição das equipes, exigindo um esforço maior por parte da gestão central em formar equipes na perspectiva de promoção do conhecimento e apropriação dos documentos regulamentadores da prática educativa.

As dificuldades de consolidação dos trabalhos junto às Comissões Gestoras que acompanham as Instituições Educacionais Parceiras advêm da constante substituição dos membros que compõem essas Comissões, da falta de formação acerca do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MRO SC, do desconhecimento da legislação que disciplina a aplicação do MRO SC, conforme Decreto Distrital nº 37.843/2016 e a Portaria nº 168/2019, bem como das atribuições das Comissões Gestoras designadas em DODF, no âmbito das Coordenações Regionais. Tal fato gera uma fragilidade no acompanhamento da execução do objeto. Insta salientar que é fundamental a articulação entre os setores desta SEEDF, mediante planejamento para alinhamento das ações pertinentes aos termos de colaboração.

Com relação ao Ensino Fundamental, houve importante avanço no ano de 2021, com trabalhos em consonância com a Diretriz Pedagógica do 3º Ciclo para as aprendizagens, os quais buscaram romper com processos conservadores de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar, trazendo uma perspectiva inovadora. As unidades escolares atuaram com autonomia na elaboração da proposta pedagógica, executando-a conforme suas necessidades no tocante ao monitoramento, ao acompanhamento, à avaliação e à política de formação dos profissionais e dos colegiados das instituições educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

O Ensino Médio no Distrito Federal segue em direção a uma mudança sistêmica dos processos de gestão educacional, da relação ensino- aprendizagem, da coordenação pedagógica, da participação e gestão escolar democrática, da formação de professores, do acompanhamento e avaliação para as aprendizagens dos estudantes. Porém, a pandemia do vírus COVID-19 deflagrou a necessidade de fortalecimento da coordenação, de monitoramento e de avaliação da rede para a garantia das aprendizagens.

Na Educação Profissional houve avanço, também, onde foram fomentados Projetos, Políticas Públicas, Grupos de Trabalho, parcerias e eventos que viabilizassem a concretização do Plano Plurianual (PPA) e do planejamento para 2021, dentre as ações, estão as contribuições no campo da produção de instruções normativas, portarias e Políticas Públicas com o objetivo de fortalecer a Educação pública do Distrito Federal.

A SEEDF atuou no monitoramento e análise da Oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no DF com o intuito de subsidiar as políticas públicas educacionais para este público, bem como as ações de planejamento e organização do trabalho pedagógico. Nesse sentido, em 2021, foi elaborado o Caderno de Orientações Pedagógicas para o Atendimento da Política Distrital do Idoso no Contexto Educacional, chamadas públicas para a EJA, formações continuadas para os docentes que atuam na EJA e materiais para a Semana Pedagógica 2021, entre outros projetos. Ainda, foi elaborada a minuta do Currículo da Educação de Jovens e Adultos à luz da Base Nacional Comum Curricular, em continuidade ao processo de revisitação do Currículo, visando à execução das ações como as formações, consultas públicas e elaboração da versão final do Currículo para o ano de 2022, porém com o cuidado de considerar todas as especificidades dos sujeitos atendidos pela modalidade, garantindo a todos o direito à educação, considerando a Educação Especial, a EJA nas Prisões, a EJA na Educação do Campo, a EJA a Distância e a EJA integrada à Educação Profissional.

Outra iniciativa relevante foi trabalho de acompanhamento e escolarização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Internação, Semiliberdade, Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade e ainda de adolescentes atendidos pelo Núcleo de Atendimento Integrado que é desenvolvido por um conjunto articulado de ações intersetoriais e em rede, tendo por base o princípio da incompletude institucional. Igualmente, houve importantes ações buscando integrar escola, aluno e comunidade, tendo a escola protagonizado discussões sobre temáticas inseridas na vida de todos, realizando eventos seminários, debates e palestras abordando: racismo, bullying, injúria racial, intolerância religiosa, Lei Maria da Penha, feminicídio, defesa do direitos das crianças e adolescentes LGBTQIA+, direitos humanos e diversidade, indígenas, escolarização e acolhimento da população em situação de rua, enfrentamento às drogas nas escolas, Política de acolhimento e escolarização de estudantes em situação de refúgio, promoção da cultura da paz, projetos de Educação Ambiental. Além de ações como: a inserção da população cigana na Política de Acolhimento e Atendimento para Escolarização de Estudantes Não falantes da Língua Portuguesa e criação do Catálogo com Referências e Materiais Pedagógicos: Valorização das Meninas e Mulheres e Enfrentamento às Violências.

Verificou-se também importante avanço na educação inclusiva e integral com atendimento educacional aos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista, altas habilidades e ao Programa da Educação Precoce. Nesse contexto, a oferta da educação especial, na Rede Pública de Ensino do DF, é realizada em Classes Comuns, Classes Especiais, Centros de Ensino Especial e atendimentos especializados em Instituições parceiras.

Quanto à Saúde Escolar, foram desenvolvidas ações do Programa de Saúde na Escola - que visa contribuir para o pleno desenvolvimento dos estudantes da rede pública de ensino básico, por meio do fortalecimento de ações que integram as áreas de Saúde e Educação no enfrentamento de vulnerabilidades, na ampliação do acesso aos serviços de saúde, na melhoria da qualidade de vida e no apoio ao processo formativo dos profissionais de saúde e de educação: Projeto Ciranda do Coração - que visa promover o desenvolvimento das competências socioemocionais e da saúde mental e o Boletim Informativo de Saúde do Estudante. Quanto ao atendimento oftalmológico e ao fornecimento de óculos aos estudantes com distúrbios visuais houve consequências com toda a situação da pandemia. Somente em outubro de 2021, os atendimentos retornaram com os cuidados e normas de protocolo de segurança contra a COVID-19.

No tocante às obras nas escolas pode-se aferir que houve reconstrução de várias unidades escolares, construção de unidades do ensino fundamental e amplo serviço de reforma e manutenção das unidades abrangendo todo o Distrito Federal.

Com relação ao Programa de Alimentação Escolar, a SEEDF atua com o objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos estudantes, por meio da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo e de ações de educação alimentar e nutricional. Nesse sentido, a oferta de alimentação escolar no primeiro semestre do exercício de 2021 foi atípica e diferente da oferta dos exercícios anteriores. O ano letivo de 2021 teve seu início com o fornecimento de alimentação escolar aos estudantes das unidades escolares públicas do Distrito Federal, por meio de cestas verdes planejadas pelo quadro técnico de nutricionistas da Pasta. Além disso, a garantia do direito à alimentação escolar, também, foi mantida por meio da distribuição de auxílio financeiro aos responsáveis pelos estudantes, através do Bolsa Alimentação Escolar, beneficiando mais de 82 mil estudantes, no qual o valor per capita da refeição foi depositado para os responsáveis efetuarem a compra dos gêneros alimentícios.

Ressalta-se a importância do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF da SEEDF. Em 2021, o programa liberou recursos financeiros para Educador Social Voluntário, para Centro de Iniciação Desportiva 2021, além do repasse do PDAF ordinário para promover a autonomia administrativa, financeira e pedagógica, contribuindo com a melhoria da qualidade de ensino e o fortalecimento da gestão democrática nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do DF. Algumas ações promovidas por esta Pasta (tais como mulheres inspiradoras, Feira do Livro, 7 de setembro, entre outras), não foram realizadas devido ao isolamento social decorrente da pandemia e das medidas de segurança adotadas para contê-la. Por outro lado, os recursos puderam ser descentralizados para auxiliar as CRE's e as Unidades Escolares no retorno às aulas presenciais, bem como no enfrentamento da COVID - 19.

Observa-se a necessidade de ampliar a capacidade de direcionar, orientar, monitorar, avaliar e disseminar boas práticas das políticas educacionais, por meio de Diretrizes, Programas, Parcerias e de Governança. Observa-se que, para o próximo exercício, é importante o contínuo fortalecimento da capacidade de articulação com os diferentes níveis de gestão, além de coletar e difundir informações e conhecimentos para a prática educacional em três aspectos: gestão das políticas, gestão das estratégias e dos riscos e gestão da eficiência.

Dessa forma, por todo o conjunto baseado nas ações desenvolvidas e, ainda, sob o impacto das limitações orçamentárias existentes, infere-se que a execução das políticas públicas educacionais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal foram satisfatórias.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Em 1º de janeiro de 2019, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal passa a integrar a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, e tem sua denominação alterada para Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, por meio do Decreto nº 39.610.

Em 20 de agosto de 2019, o Decreto nº 40.030, estabelece que a então Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão passa a ser chamada de Secretaria de Estado de Economia – SEEC.

Órgão central de gestão fiscal, de planejamento, de orçamento e de gestão administrativa do Governo do Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Economia normatiza assuntos relacionados à arrecadação, gasto público, orçamento, contratos corporativos, tecnologia de informação, política de gestão de pessoas do Governo do DF, além do monitoramento de políticas públicas governamentais e da gestão estratégica e de projetos. A pasta incorpora, ainda, a qualificação das organizações sociais que possam atuar no DF e também preside o Conselho de Gestão das Organizações Sociais.

Em 2021, foram criadas três Secretarias Executivas, cujos decretos foram publicados no DODF, como segue: Secretaria Executiva de Acompanhamento de Projetos Especiais – SEAPE foi criada pelo decreto nº 42.447, de 27 de agosto de 2021, publicado na edição extra nº 76-A Brasília - DF, sábado, 28 de agosto de 2021. A Secretaria Executiva de Governança e Compliance – SEGOC foi instituída pelo Decreto nº 42.560, de 29/09/2021 (DODF nº 185 de 30/09/2021). A Secretaria Executiva de Modernização Administrativa - SEMA foi instituída pelo Decreto nº 42.654, de 25/10/2021 (DODF DE 26.10.2021), combinado com o Decreto nº 42.715, de 17 de novembro de 2021 (DODF Edição Extra - 17.11.2021), e suas competências ainda estão em fase de mapeamento.

Em 17 de maio 2021 foi publicada a Portaria nº 140, que instituiu o Regimento Interno da Secretaria de Economia do DF. O documento define as atividades e competências da Secretaria e de cada unidade desta pasta.

À Secretaria de Estado Economia do Distrito Federal - SEEC, órgão de direção superior diretamente subordinado ao Governador do Distrito Federal, compete: o planejamento, a gestão e a modernização administrativa; a elaboração orçamentária; a gestão estratégica governamental e a gestão por resultados; gestão e monitoramento de programas e projetos estratégicos de Governo; a captação de recursos, bem como planejamento e estruturação das operações de crédito; o relacionamento com organismos internacionais; a gestão de pessoas; a formação e capacitação do servidor público distrital; a saúde e previdência do servidor público distrital; as compras e logística no Distrito Federal; o patrimônio do Distrito Federal; a tecnologia da informação e comunicação do Distrito Federal; a avaliação de políticas públicas; a gestão tributária, fiscal, contábil, patrimonial e financeira distrital; a supervisão, coordenação e execução da política tributária do Distrito Federal, compreendendo as atividades de arrecadação, atendimento ao contribuinte, tributação e fiscalização; a administração das dívidas públicas interna e externa do Distrito Federal; a execução das operações de crédito do Distrito Federal; a elaboração de estudos voltados para o acompanhamento da conjuntura econômico-financeira e de natureza tributária do Distrito Federal; a supervisão das atividades do Banco de Brasília S/A - BRB; a execução de outras

atividades inerentes ao seu campo de atuação e as que lhe forem delegadas pelo Governador do Distrito Federal.

A SEEC tem como vinculadas a Companhia de Planejamento do Planalto Central (Codeplan); o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev); o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal (INAS); o Conselho de Saúde e Segurança do Trabalho; o Conselho de Melhoria da Gestão Pública, o Fundo de Modernização e Reparelhamento da Administração Fazendária – Fundaf; o Fundo da Receita Tributária do DF – Pró-Receita, o Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas do DF e as empresas públicas dependentes do Tesouro do Distrito Federal em processo de liquidação ou extinção. Também cabe à SEEC a gestão do Fundo de Melhoria da Gestão Pública (Pró-Gestão).

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	290	358	338	597	1.633
Comissionados sem vínculo efetivo	254	79	0	0	333
Requisitados de órgãos do GDF	209	22	105	23	359
Requisitados de órgãos fora do GDF	6	0	0	0	6
Estagiários	0	0	123	0	123
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	120	0	120
Terceirizados (FUNAP)	0	0	27	0	27
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	759	459	763	620	2.601
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	146	0	146
Total Geral	759	459	617	620	2.455

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
----------------	-----	--------------------	-----------	-----------

9035 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE EX-EMPREGADO DE EMPRESA ESTATAL - LEI DISTRITAL Nº 701/94	28168642,0	15507322,00	15479627,37	15479627,37
0001 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE EX-EMPREGADO DE EMPRESA ESTATAL - LEI DISTRITAL Nº 701/94--DISTRITO FEDERAL	28168642,0	15507322,00	15479627,37	15479627,37
9106 - AUXÍLIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO	6820218,0	4037,00	0	0
0006 - APOIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO- DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	6820218,0	4037,00	0	0
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	9000000,0	9000000,00	7988613,96	5780171,29
0005 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS-TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS- DISTRITO FEDERAL	9000000,0	9000000,00	7988613,96	5780171,29
9117 - CONTRAPARTIDA DE CONVÊNIOS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO	12607491,0	226583,0	0	0
0001 - CONTRAPARTIDA DE CONVÊNIOS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO--DISTRITO FEDERAL	12607491,0	226583,0	0	0
9003 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL	0	26347056,0	11081998,83	11081998,83
0005 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL-- DISTRITO FEDERAL	0	26347056,0	11081998,83	11081998,83

9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	609599572,0	627635179,00	625937900,88	625937900,88
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-REFINANCIADA - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	67583678,0	105673678,00	105287386,09	105287386,09
0002 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-SERVIÇO DA DÍVIDA-DISTRITO FEDERAL	542015894,0	521961501,00	520650514,79	520650514,79
9096 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP	4713004,0	5023004,0	5005527,17	5004453,24
0010 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP-DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	4713004,0	5023004,0	5005527,17	5004453,24
9029 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - EXTERNA	193190232,0	160661863,00	160661861,86	160661861,86
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - EXTERNA-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	193190232,0	160661863,00	160661861,86	160661861,86
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	477024167,0	715686491,00	612967862,63	612582228,46
0009 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS- PRECATÓRIOS - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	384000000,0	510282324,0	488696926,74	488696926,74

0010 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	68000000,0	98000000,0	75257934,69	75222300,52
0013 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-RECOMPOSIÇÃO DO FUNDO DEPOSITO JUDICIAL-DISTRITO FEDERAL	20000000,0	100000000,0	47760000,0	47410000,0
0030 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-ANISTIADO POLÍTICO-DISTRITO FEDERAL	5004167,0	5004167,00	0	0
6174 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-OUTRAS DECISÕES - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	20000,0	2400000,0	1253001,20	1253001,20
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	203199000,0	243503000,0	231346013,74	211005144,10
6963 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-DISTRITO FEDERAL-DF ENTORNO	203199000,0	243503000,0	231346013,74	211005144,10
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	16129940,0	16629940,00	16295053,03	16295053,03
0077 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	16129940,0	16629940,00	16295053,03	16295053,03
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	22770653,0	22270653,00	19617544,82	18691944,28
0077 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- PROMOÇÃO DE PDV DOS ÓRGÃOS DA ADM. DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL-DISTRITO FEDERAL	20523557,0	16898557,00	14367538,52	14367538,52

0097 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	2247096,0	5372096,00	5250006,30	4324405,76
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	27453755,0	28915534,00	26203189,99	25098673,69
0056 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	15453755,0	14570564,00	14552456,66	13694127,12
0057 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-TRIBUTOS-DISTRITO FEDERAL	12000000,0	14344970,0	11650733,33	11404546,57
9100 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS	59368233,0	721002,00	0	0
0021 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS--DISTRITO FEDERAL	59368233,0	721002,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	1670044907,00	1872131664,00	1732585194,28	1707619057,03

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	815000,0	1141809,00	514652,47	207799,77
0003 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	815000,0	1141809,00	514652,47	207799,77
2985 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET	800341,0	800351,00	800341,20	733646,10
0001 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	800341,0	800351,00	800341,20	733646,10

3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	1500000,0	1100000,0	1053311,32	251665,28
0004 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	1500000,0	1100000,0	1053311,32	251665,28
3102 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM	11930541,0	11930541,0	0	0
0001 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM- -DISTRITO FEDERAL	11930541,0	11930541,0	0	0
3104 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAP- PROFISCO	36006789,0	52823395,00	36457670,43	36447658,80
0001 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAP-PROFISCO- DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	36006789,0	52823395,00	36457670,43	36447658,80
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	171520,0	171520,00	113393,80	0
0009 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-- DISTRITO FEDERAL	171520,0	171520,00	113393,80	0
4949 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	7675408,0	17560567,00	16337235,45	14319928,76
0002 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	7675408,0	17560567,00	16337235,45	14319928,76
6057 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	4614464,0	0,00	0	0

0004 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	4614464,0	0,00	0	0
9044 - CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL	10000,0	4000,0	0	0
0002 - CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL-REGIÃO CENTRO OESTE-REGIÃO CENTRO OESTE	10000,0	4000,0	0	0
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRO A ENTIDADES	0	2250000,0	1497407,0	1497407,0
0103 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A PROJETOS DE QUALIDADE DE VIDA-DISTRITO FEDERAL	0	1500000,0	1497407,0	1497407,0
0140 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES--DISTRITO FEDERAL	0	750000,0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	12666905,0	9070712,00	7085072,44	4668174,77
0012 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	12666905,0	9070712,00	7085072,44	4668174,77
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10540654,0	65599942,00	62077303,65	41032332,16
0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	10540654,0	65599942,00	62077303,65	41032332,16
5126 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET	20552651,0	11958334,00	11256631,00	10508429,74

0001 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET-- DISTRITO FEDERAL	20552651,0	11958334,00	11256631,00	10508429,74
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1000000,0	0,0	0	0
0173 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS--DISTRITO FEDERAL	1000000,0	0,0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	800000,0	0,0	0	0
0010 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	800000,0	0,0	0	0
6066 - AÇÃO DE INCENTIVO À ARRECAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT	61977655,0	38623956,00	37653238,16	30959299,58
0001 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT- ARRECAÇÃO DE CIP- DISTRITO FEDERAL	1000,0	6001000,00	6000000,00	5088683,21
0004 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT- PROGRAMA NOTA LEGAL - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	61976655,0	32622956,00	31653238,16	25870616,37
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	171061928,00	213035127,00	174846256,92	140626341,96

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10444 - RESULTADO NOMINAL	Bilhão(R\$)		01/01/2001	Anual	0,00	1,40	0,10	2,69	0,15	X	0,20	X	SUTES/SAF/SEEC/ UO 19101 / OE 223
Justificativa: 2020 - O resultado nominal acima da linha alcançado em 2020 foi positivo em R\$ 1.412.227.817,18, atendendo, portanto, ao valor desejado para o período. Cabe ressaltar, ainda, que o atingimento da meta para o indicador de Resultado Nominal na forma estabelecida pela área técnica é muito importante para a recuperação financeira do Distrito Federal. Fonte: Anexo 6 do RREO - publicado no DODF nº 20, 29 de janeiro de 2021. Páginas 31 e 32.													
10444 RESULTADO NOMINAL	BILHÕES DE REAIS		01/01/2001	Anual	0,00	1,40	0,10	2,69	0,15	X	0,20	X	SUTES/SAF/SEEC/ UO 19101 / OE 223
Justificativa: 2021 - Ressalta-se que o Resultado Nominal é obtido a partir de uma série de fatores que envolvem todo o Governo do Distrito Federal como arrecadação tributária, receitas provenientes das transferências da União, despesas com pessoal ativo e inativo, investimentos públicos, despesas de custeio, encargos da dívida pública e outras. Dessa forma, em que pese a Subsecretaria ter sugerido a inclusão desse indicador no PPA e ser a responsável pelo seu acompanhamento, o alcance ou não das metas estabelecidas não é de responsabilidade individual dessa unidade.													
10392 - CAPACITAÇÃO ESTRATÉGICA DA LIDERANÇA	UNIDADE		01/01/2001	Semestral	270,00	0,00	8000,00	13615,00	15000,00	X	15000,00	X	EGOV-SUGEP/SAGA/SEEC/ UO 19101 / OE 218
Justificativa: 2020 - Em razão da suspensão das atividades educacionais imposta pela pandemia COVID-19 (Decreto nº 40.539/2020) e após a edição do Decreto nº 40.939/2020, a EGOV passou a realizar, cursos/atividades, por meio de plataformas e aplicativos de transmissão de som e imagem, de modo síncrono e assíncrono, como alternativa eficiente para reunir servidores, empregados públicos da Administração Direta e Indireta. Entretanto, não foi possível realizar uma capacitação específica para chefias/lideranças, cabendo destacar que foram realizados 213 eventos de capacitação em diferentes modalidades, incluindo ensino síncrono por meio da plataforma de videoconferência. Foram atendidos um total 16.671 de servidores inscritos em variados cursos/eventos e certificando 6.938 servidores de diversos órgãos do GDF. Ressalta-se, por fim, que a SEEC realizou capacitação de 149 servidores no Programa de Liderança para Resultados da FDC, e seu conteúdo abrangeu 52% do conteúdo da capacitação prevista no indicador.													

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10544 - DISPONIBILIDADE DE INFRAESTRUTURA DE DATACENTER	PERCENTUAL		01/01/2001	Trimestral	99,70	99,80	99,70	99,60	99,97	X	99,97	X	SUTIC/SAGA/SEEC/ UO 19101 / OE 217
<p>Justificativa: 2020 - Índice estipulado para o segundo ano justifica-se pela crescente demanda de serviços tecnológicos críticos por parte dos órgãos do complexo administrativo do DF (SEI, SIGRH, Sistema de Bilhetagem Eletrônica do Metrô, Programa Nota Legal, Portal do Voluntariado do GDF, Portal da Transparência, Sistema de Gestão do Ensino Público do Distrito Federal, SICOP, Sistema E-Compras, SIGGO, SITAF, SIGEST, SISDEC, Livro Fiscal Eletrônico, Nota Fiscal Eletrônica etc), que sobrecarregou a infraestrutura do CeTIC-DF. Os serviços críticos acima citados são suportados por processos, aplicações e infraestrutura de Datacenter que precisam operar com altos índices de disponibilidade, desempenho e qualidade, razão pela qual, em 2021, por iniciativa da SUTIC, foram realizadas inúmeras contratações que permitirão ao Datacenter Corporativo do DF expandir a sua capacidade de processamento, desempenho, disponibilidade e armazenamento de dados.</p>													
10392 - DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS, HABILIDADES, CONHECIMENTO E COMPROMETIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO GDF	UNIDADE		01/01/2001	Anual	270,00	0,00	8000,00	13615,00	15000,00	X	15000,00	X	EGOV-SUGEP/SAGA/SEEC/ UO 19101 / OE 218
<p>Justificativa: 2021 - A pandemia do novo coronavírus nos conduziu a uma série de mudanças. Apesar das medidas de isolamento social adotadas os cursos/eventos oferecidos não pararam, mas foram adaptados. A Escola de Governo reestruturou toda sua metodologia de ensino. Além adequar o formato presencial para as aulas on-line, focamos nos cursos EaD e outros projetos surgiram, estabelecendo novos espaços para formação, com finalidade: entregar valor ao cidadão. Foram realizados cursos/eventos realizados, pautados nos eixos gestão de pessoas, gestão de processos e gestão de logística e de suprimentos e orientados ao aperfeiçoamento de conhecimentos, de habilidades e de atitudes dos servidores do GDF, para o enfrentamento dos principais problemas da gestão, visando ao alcance de resultados qualitativos.</p>													

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES	0	14388767,0	13647673,09	13647673,09
0146 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-PROJETO BRASÍLIA ILUMINADA - CAPITAL DA ESPERANÇA -DISTRITO FEDERAL	0	170000,0	170000,0	170000,0
0147 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-BRASÍLIA ILUMINADA - CAPITAL DA ESPERANÇA - DISTRITO FEDERAL	0	1000000,0	814726,52	814726,52
0148 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-PROJETO BRASÍLIA ILUMINADA NAS REG. ADM. DO DF - DISTRITO FEDERAL	0	600000,0	600000,0	600000,0
0149 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES- - BRASÍLIA ILUMINADA -DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	500000,0	500000,0
0151 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-BRASÍLIA ILUMINADA - CAPITAL DA ESPERANÇA - DISTRITO FEDERAL	0	700000,0	700000,0	700000,0

0152 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-PROJETO BRASÍLIA ILUMINADA - CAPITAL DA ESPERANÇA -DISTRITO FEDERAL	0	260000,0	260000,0	260000,0
0153 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-PROJETO BRASÍLIA ILUMINADA - CAPITAL DA ESPERANÇA -DISTRITO FEDERAL	0	645000,0	645000,0	645000,0
0154 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-BRASÍLIA ILUMINADA-DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	300000,0	300000,0
0155 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-BRASÍLIA ILUMINADA (EM 2021)-DISTRITO FEDERAL	0	1500000,0	1314726,52	1314726,52
0156 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-PROJETO BRASÍLIA ILUMINADA (EM 2021)-DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	500000,0	500000,0
0157 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-PROJETO BRASÍLIA ILUMINADA (EM 2021)-DISTRITO FEDERAL	0	661300,0	661300,0	661300,0
0158 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-BRASÍLIA ILUMINADA-DISTRITO FEDERAL	0	333000,0	333000,0	333000,0
0159 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-PROJETO BRASÍLIA ILUMINADA (EM 2021)-DISTRITO FEDERAL	0	970000,0	970000,0	970000,0
0160 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-Projeto Brasília Iluminada - CAPITAL DA ESPERANÇA -DISTRITO FEDERAL	0	700000,0	700000,0	700000,0
0161 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-Brasília Iluminada -DISTRITO FEDERAL	0	336667,0	336667,0	336667,0
0162 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-BRASÍLIA ILUMINADA-DISTRITO FEDERAL	0	1480000,0	1294726,52	1294726,52

0163 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-PROJETO BRASÍLIA ILUMINADA-DISTRITO FEDERAL	0	533800,0	533800,0	533800,0
0164 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-BRÁSÍLIA ILUMINADA - CAPITAL DA ESPERANÇA-DISTRITO FEDERAL	0	1760000,0	1574726,53	1574726,53
0165 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-APOIO AO PROJETO BRÁSÍLIA ILUMINADA CAPITAL DA ESPERANÇA-DISTRITO FEDERAL	0	851000,0	851000,0	851000,0
0166 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-PROJETO BRÁSÍLIA ILUMINADA CAPITAL DA ESPERANÇA-DISTRITO FEDERAL	0	588000,0	588000,0	588000,0
TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	14388767,00	13647673,09	13647673,09

6209 - INFRAESTRUTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	2702650,00	2702647,68	392042,78
0105 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	0	2702650,00	2702647,68	392042,78
8507 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	84545989,00	84545988,23	84545988,23
0040 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- REGIÕES ADMINISTRATIVAS-DISTRITO FEDERAL	0	84545989,00	84545988,23	84545988,23
TOTAL - 6209 - INFRAESTRUTURA	0,00	87248639,00	87248635,91	84938031,01

6216 - MOBILIDADE URBANA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2316 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	8000000,0	112,00	0	0
0007 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS--DISTRITO FEDERAL	8000000,0	112,00	0	0
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE URBANA	8000000,00	112,00	0,00	0,00

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	1490000,0	943518,0	942597,63	628261,21
8390 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	1490000,0	943518,0	942597,63	628261,21
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA	1490000,00	943518,00	942597,63	628261,21

6228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9071 - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0	22156030,00	8591266,74	8521870,21
0023 - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA--DISTRITO FEDERAL	0	22156030,00	8591266,74	8521870,21
TOTAL - 6228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	22156030,00	8591266,74	8521870,21

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	8000000,0	8083572,00	6803148,78	4360059,66
5331 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	8000000,0	8083572,00	6803148,78	4360059,66
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	11924769,0	9421052,00	9421049,69	7455570,39
0006 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	10924769,0	9421051,00	9421049,69	7455570,39
9652 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO SECRETARIA DE SAÚDE-DF-2021	1000000,0	1,0	0	0
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	32010000,0	37598660,0	37588660,00	35938581,61
0001 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	32010000,0	37598660,0	37588660,00	35938581,61

2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	281931581,0	451738337,00	451718507,24	422242835,01
0004 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	13940883,0	5942943,00	5923114,77	4506776,56
0006 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-VIGILÂNCIA-DISTRITO FEDERAL	173127885,0	351358832,00	351358830,47	329453524,59
0008 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-LIMPEZA-DISTRITO FEDERAL	94862813,0	94436562,00	94436562,00	88282533,86
3943 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI	1046980,0	700833,00	10137,0	10137,0
0001 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI-REVITALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO- PLANO PILOTO .	1046980,0	700833,00	10137,0	10137,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	455527470,0	523047704,00	520966505,00	518237827,55
0055 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	455527470,0	523047704,00	520966505,00	518237827,55
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	18562034,0	16292047,00	15777605,64	15229720,36
6999 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	18562034,0	16292047,00	15777605,64	15229720,36
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	30268219,0	34034967,00	31395591,59	25000901,09
0051 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	30268219,0	34034967,00	31395591,59	25000901,09
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	2500000,0	2834867,00	1419695,98	0
0032 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	2500000,0	2834867,00	1419695,98	0

TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	841771053,00	1083752039,00	1075100900,92	1028475632,67
--------------------------------------------------------------------	---------------------	----------------------	----------------------	----------------------

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Para o cumprimento de suas competências legais e a execução de suas atividades específicas, a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC é composta por nove Secretarias Executivas, a saber Secretaria Executiva de Orçamento – SEORC, Secretaria Executiva de Planejamento – SPLAN, Secretaria Executiva de Fazenda – SEF, Secretaria Executiva de Acompanhamento Econômico – SEAE, Secretaria Executiva de Gestão Administrativa – SEGEA, Secretaria Executiva de Valorização e Qualidade de Vida – SEQUALI, Secretaria Executiva de Acompanhamento de Projetos Especiais – SEAPE, Secretaria Executiva de Governança e Compliance – SEGOC e Secretaria Executiva de Modernização Administrativa – SEMA.

Para elaborar um Relatório de Atividades que traduza o funcionamento desta unidade, as principais áreas de atuação foram distribuídas nos seguintes eixos de gestão:

- (i) Gestão Fazendária, englobando as informações advindas das Secretarias Executivas de Fazenda, Acompanhamento Econômico e do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais;
- (ii) Gestão de Planejamento e Orçamento, resultado das informações das Secretarias Executivas de Planejamento e de Orçamento;
- (iii) Gestão Administrativa, cuja fonte de informações são as Secretarias Executivas de Gestão Administrativa, de Valorização e Qualidade de Vida e a Unidade de Corregedoria Fazendária;

Cada eixo de gestão, por sua vez, foi dividido em segmentos conforme a natureza da atividade desenvolvida.

Gestão Fazendária

A Secretaria Executiva da Fazenda - SEF coordena as áreas tributária, financeira e contábil

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	
Valores em R\$ Mil	
ICMS	9.893.449
ISS	2.220.525
IRRF	3.410.857
IPVA	1.285.299
IPTU	1.266.386
ITBI	649.026
ITCD	246.124
TAXAS	442.644
OUTROS IMPOSTOS (1)	12.917
TOTAL DA ARRECAÇÃO	19.427.227
Fonte: SIGGO	
Nota: (1) Multas e juros e dívida ativa de origem tributária não consideradas em itens anteriores	

no âmbito da Secretaria de Economia do Distrito Federal, com foco principal na arrecadação, que é responsável pelas ações do DF para atender às demandas da sociedade.

Segmento Tributário

Arrecadação Total

No acumulado de janeiro a dezembro de 2021, a arrecadação tributária somou R\$ 19.427,2 milhões em valores correntes, o que representou aumento nominal de 12,1% e real de 3,0% em relação a igual período de 2020.

Incentivos Fiscais

Legislação Referente

1. Decreto nº 39.753/2019, de 02/04/2019 – DODF de 03/04/2019, que dispõe sobre a adesão do Distrito Federal a benefício fiscal de Goiás (3% de crédito presumido para Atacadistas na Interestadual);
2. Decreto nº 39.803/2019, de 02/05/2019 – DODF de 03/05/2019, EMPREGADF que dispõe sobre a adesão do Distrito Federal a benefício fiscal Mato Grosso do Sul – aplicável à indústria; importação de insumos; aquisição de imobilizado, grandes atacados e distribuidores; e-commerce e outros definidos pelo Governador;
3. Decreto nº 39.828/2019, de 15/05/2019 – DODF de 06/05/2019 - que dispõe sobre a adesão do Distrito Federal a benefício fiscal de Goiás (Agronegócio);
4. Decreto nº 40.036/2019, de 22/08/19 – DODF de 23/08/19, que dispõe sobre a adesão do Distrito Federal a benefício fiscal de Goiás (segmento de recicláveis);
5. Decreto nº 40.337/2019, de 23/12/19 – DODF de 24/12/19, que dispõe sobre a adesão do Distrito Federal a benefício fiscal de Goiás (microcervejaria, a pessoa jurídica cuja produção anual de cerveja e chope artesanais).
6. Lei nº 5005, de 21/12/2012 - DODF nº 260, de 26/12/2012 – Regime diferenciado de arrecadação para Atacadistas, apostilada junto ao CONFAZ e declarada Constitucional pelo TJDF-T – agrega a possibilidade de obtenção da condição de Substituto Tributário Interno do Decreto nº 34.063/2012.

Atendimento

Atendimento ao Cidadão
A implementação e a ampliação dos serviços na plataforma digital do Portal de Serviços da SUREC/SEF/SEEC, endereço eletrônico www.receita.fazenda.df.gov.br, atingiu o objetivo de garantir a continuidade da prestação dos serviços públicos aos cidadãos do DF, respeitando as medidas restritivas dispostas no Decreto nº 41.913/2021 que suspendeu diversas atividades públicas e privadas. Além disso, facilitou a implementação do regime de teletrabalho para os servidores da SUREC/SEF/SEEC, que executaram os serviços por meio do sistema de Atendimento Virtual, também conhecido pela sigla "GAC".

Projetos relativos ao atendimento ao Cidadão
Os principais projetos relativos ao atendimento ao Cidadão concluídos no ano de 2021 foram desenvolvidos no âmbito do programa PROFISCO, e aperfeiçoaram o modelo de atendimento virtual.

O aprimoramento do novo Portal de Serviços da SUREC/SEF/SEEC;

- Disponibilização de 100% dos serviços prestados pela SUREC/SEF/SEEC por meio do atendimento virtual, inclusive o autosserviço através de aparelhos móveis;
- Conclusão do desenvolvimento do novo sistema de emissão da Nota Fiscal Avulsa;
- Aprimoramento do sistema de Agendamento Virtual (<https://agenda.df.gov.br/>), em parceria com a SUTIC/SEEC, para o atendimento presencial nas Agências da Receita a partir do ano 2020, e nos postos de atendimento nas unidades do Na Hora, à partir de 2019, e agora com a possibilidade de agendamento através da Central 156, a partir de 2021;
- Instalação da Agência da Receita Brasília na área central do Plano Piloto, no SRTVN, em local situado entre as antigas Agências das Asas Sul e Norte, para facilitar o acesso do público das diversas regiões administrativas do DF;

O atendimento remoto é realizado por meio de atendimento telefônico, na Central 156, opção 3, e na internet, no Portal de Serviços, no endereço eletrônico: www.receita.fazenda.df.gov.br.

- O atendimento remoto foi o principal meio de atendimento ao público das unidades da SUREC no ano de 2021, por meio das funcionalidades do Portal de Serviços: Atendimento Virtual”: Trata-se de protocolo eletrônico das solicitações do público através do sistema “GAC”, semelhante aos antigos processos administrativos físicos de papel;
- AGENCIANET: Área restrita com serviços para a Pessoa Jurídica;
- Serviços online: Disponibiliza serviços nas áreas pública e restrita, incluindo serviços executados no modo “Autoatendimento”, realizado pelo próprio solicitante e que dispensa o atendimento de algum servidor da Agência.

O acesso dos usuários na área livre dos “Serviços online”, do Portal de Serviços, pode ser realizado sem a exigência de senha, e a área restrita pode ser acessada por meio de certificado digital; ou de senha eletrônica disponibilizada gratuitamente pela SUREC/SEF/SEEC por meio do sistema “Nota Legal”; e também por meio da senha do sistema do governo federal “e-GOV”.

Atendimento Remoto nas unidades da SUREC: A tabela abaixo mostra a variação anual, entre os anos de 2020 e 2021, da quantidade total dos atendimentos virtuais e as ligações atendidas na Central 156, Opção 03, observando que as ligações telefônicas são atendidas por empresa terceirizada e que não foram considerados os serviços realizados por meio de autoatendimento.

ANO	CENTRAL 156	ATENDIMENTO VIRTUAL	TOTAL
2020	216.599	224.781	438.380
2021*	191.550	214.438	405.988

Fonte: AGREM, Agência de Atendimento Remoto e sistema da Central 156.

Obs.: Não foram registrados os acessos aos serviços disponibilizados na área pública do Portal de Serviços, e executados pelo contribuinte por meio de autoatendimento.

Programa Nota Legal.

No ano de 2021, foram utilizados R\$ 40.765.149,25 em créditos para abatimento de IPTU e IPVA num total de 218.606 indicações; e R\$ 17.053.254,24 em créditos para depósito em conta bancária para um total de 178.498 indicações em separado (indicações separadas de NSL e Concessão) ou 95.631 indicações consolidadas (n. real de consumidores).

Houve a realização de sorteio no primeiro semestre, com 41.414.649 bilhetes gerados e com a participação de 990.504 consumidores habilitados, sendo distribuídos 12.600 prêmios no valor total de R\$ 3.000.000,00.

Melhoria das informações disponíveis no site do PNL: Foi incluído o Estudo Econométrico que atesta a eficiência do PNL e um arquivo contendo indicadores de desempenho do Programa Nota Legal e metas para 2021/2022 (série histórica do percentual de documentos emitidos com CPF em relação ao total de documentos emitidos; série histórica do número de novos inscritos; série histórica da quantidade reclamações a cada 10.000 documentos inseridos no sistema).

ATIVIDADES RELATIVAS A CADASTROS E DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS Escrituração Fiscal Digital e Documentos Fiscais Digitais

Com foco na simplificação das obrigações acessórias para os contribuintes e, ao mesmo tempo, possibilitar ao Fisco o acompanhamento em tempo real das operações comerciais realizadas pelos contribuintes, verificou-se esforço ao longo de 2021 para consolidar a adesão do DF ao Sistema Público de escrituração Digital – SPED e massificar a utilização pelos contribuintes dos documentos fiscais eletrônicos adotados por essa Secretaria de Economia. O Distrito Federal é integrante do projeto nacional, realizando atualmente a autorização da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – NFC-e, Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e, Conhecimento de Transporte Eletrônico – Outros Serviços – CT-e OS, Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais – MDF-e e Bilhete de Passagem Eletrônico – BP-e.

A NF-e foi o primeiro documento fiscal eletrônico implantado e passando por importantes e constantes aprimoramentos, com por exemplo, a possibilidade de emissão por pessoa física e a criação de campos para controle dos benefícios fiscais. Dado o dinamismo e a constante evolução do modelo adotado, encontram-se em construção

e implementação a Nota Fiscal Fácil, aplicativo de emissão de documentos fiscais eletrônicos destinado aos pequenos contribuintes, a Nota Fiscal Eletrônica de Energia Elétrica – NF3e, a Guia de Transporte de Valores Eletrônica – GTV-e, a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços de Comunicação – NFCom e a Plataforma Eletrônica de Recebíveis – PLAC FAT-e. A título de ilustração, no ano de 2021, foram autorizadas mais de 600 milhões de Notas Fiscais de Consumidor Eletrônica – NFC-e, mais de 72 milhões de Nota Fiscal Eletrônica – NF-e e foram recebidas e processadas pelo parque computacional dessa SEEC mais 1,3 milhão Declarações SPED.

Cadastro Fiscal: Foram realizados 200.001 registros no cadastro fiscal, entre alterações cadastrais, concessão de novas inscrições e baixas de inscrições. Destaca-se, que, no ano de 2021, houve avanço na integração cadastral com a Junta Comercial de Brasília, a Receita Federal e a Secretaria de Economia, tendo como objetivo a simplificação da abertura, alteração e fechamento das empresas por parte do contribuinte, com entrada dos dados em única base – REDESIM, passando-se a ser realizadas as alterações cadastrais por meio desta base. Dentre as principais ações relacionadas ao Cadastro Fiscal do DF, destacam-se:

- Depuração Cadastral, que consiste em um conjunto de levantamentos sistêmicos para promover a alteração em massa da situação cadastral dos contribuintes, sendo realizadas, neste ano as seguintes depurações: exclusão do cadastro de todos os profissionais autônomos e produtores rurais falecidos;
- exclusão do cadastro de todas as sociedades uniprofissionais que não atendiam as condições previstas na legislação.

A gestão de Sistemas do Cadastro Fiscal alcança, também, o lançamento do Imposto Sobre Serviços - ISS devido pelos profissionais autônomos, estando os dados referentes a esta atividade discriminados a seguir. Foram lançados tributos para 7.154 profissionais autônomos, num valor total de R\$ 13.825.779,18.

Aspectos de relevância relativos ao monitoramento do ISS

- A matéria prima que alimenta o planejamento das ações de monitoramento são as NFe emitidas e as EFD-ICMS-IPI, bem como bases do SIGGO e do SIAFI. Notadamente constata-se alguns aspectos que permeiam todas as iniciativas de forma a limitar maior alcance das atividades de monitoramento: As premissas que regem a emissão da NFe de serviços (mod 55) no DF concorrem para comprometer a qualidade da base de dados fiscais;
- A ausência de programação fiscal efetiva e sistematizada compromete a mineração dos dados e consequente identificação dos indícios, bem como concorre para ofuscar a assertividade dos projetos de monitoramento implementados;
- A baixa integração e automatização dos sistemas da receita somada ao reduzido número de auditores limitam a amplitude dos projetos.

Durante o ano de 2021, 1500 contribuintes foram monitorados em processos de mineração de dados, 484 contribuintes foram atendidos diretamente e 301 contribuintes retificaram suas declarações de apuração do imposto.

FISCALIZAÇÃO DO ICMS

As atividades da fiscalização tributária do ICMS dividem-se nos principais segmentos:

i) MONITORAMENTO: Acompanhamento do comportamento tributário e identificação de eventuais inconsistências para comunicação aos contribuintes com vistas à correção espontânea. São monitorados os contribuintes de segmentos econômicos específicos considerados relevantes, principalmente em termos de potencial de arrecadação (empresas de energia elétrica, combustível, comunicação, substitutos tributários), bem como de Regimes Especiais.

Crédito	Constituído:	R\$	162.090.737,03
---------	--------------	-----	----------------

Recolhimentos devido ao monitoramento: R\$ 17.512.558,74

ii) AUDITORIAS: Realização de ações fiscais para constituição de crédito tributário em contribuintes com indícios relevantes de descumprimento de obrigações tributárias relativas ao ICMS, inclusive Simples Nacional, identificados pela programação fiscal por meio de cruzamento de dados.

Crédito Constituído: R\$ 203.421.006,88

iii) FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO: Verificação da regularidade fiscal das mercadorias destinadas e/ou comercializadas no Distrito Federal e constituição de crédito tributário relativo às infrações identificadas
Crédito Constituído: R\$ 159.957.584,12

iv) DEMANDAS DE ÓRGÃOS INTERNOS E EXTERNOS: Situações diversas a serem distribuídas aos setores da Coordenação, conforme assunto.

v) DILIGÊNCIAS: Alcance de elevado número de contribuintes em ações pontuais, cujo objetivo maior é ostentar a presença do fisco. A Fiscalização, como destinatária das informações prestadas pelos contribuintes e por terceiros vinculados ao fato gerador da obrigação tributária, tem buscado, cada vez mais, dentro de suas gestões, priorizar suas ações com foco em contribuintes que apresentam indícios de erros no cumprimento da obrigação tributária. Dentre as ações empreendidas, destacam-se as diligências:

- Próprias, originárias de ações fiscais distribuídas, com foco em auditoria e diligências especiais;
- Programadas, resultado do refinamento da seleção programada, com execução centralizada por projetos, e destinadas a incentivar a auto regularização e o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias.

vi) AÇÕES ESPECÍFICAS: Para atendimento de denúncias internas e externas, com foco em ilícitos tributários atinentes ao ICMS.

vii) GESTÃO DO ECF: Especificamente neste exercício quanto aos atos atinentes ao encerramento desses equipamentos em face do advento da NFCe.

viii) PREPARO PROCESSUAL: Procedimento afeto aos autos de infração lavrados e demais processos, conforme regimento interno.

TRIBUTAÇÃO

Julgamento do Contencioso Tributário

Como decorrência dos esforços empreendidos cite-se que no final do ano de 2020 havia um estoque de processos que somavam R\$ 328,2 milhões de créditos constituídos e que no exercício de 2021 ingressaram ao estoque 308 novos processos que vieram adicionar R\$ 348,34 milhões em crédito constituído, enquanto o estoque atual de contenciosos a julgar é de 70,8 milhões. No ano de 2021, foram julgados 243 processos, que representaram R\$ 496.659.515,00 de crédito tributário constituído.

Formulação de Normas: No que diz respeito à elaboração de normas, verificou-se em 2021 o encaminhamento de 215 proposições de atos normativos, entre propostas de Lei Complementar, de Lei Ordinária, de Decreto, Portarias, Instruções Normativas, Atos Declaratórios Interpretativos e Ordens de Serviço.

Regimes especiais e benefícios fiscais de caráter não geral: Em termos numéricos foram deferidos neste ano até a presente data um total de 371 regimes especiais. Foi elaborada, no exercício de 2021, proposta de criação de sistema de declaração de imunidades (sistema de autodeclaração e controle para entidades imunes). Trata-se de sistema a ser desenvolvido que permita a autodeclaração da condição de imune pelas entidades, o envio de documentos, a notificação ao contribuinte para cumprimento de alguma medida, o registro dos benefícios, a inserção de filtro para malha de condições que merecem, a inserção de decisão pela autoridade fiscal. Como resultado dos esforços empreendidos, durante o ano de 2021, até a presente data, foram deferidos 626 benefícios complexos. Também foi, elaborada proposta de criação de sistema de concessão eletrônica de isenção do ICMS, onde por meio de requerimento on-line o taxista, a pessoa com deficiência, dentre outros, poderá requerer benefícios fiscais e acompanhar a tramitação do processo eletronicamente, sem a necessidade de se deslocar até uma agência da Receita do Distrito Federal.

Registre-se ademais, que o citado sistema, que está em fase de desenvolvimento, deverá integrar as diversas bases de dados da SUREC (SITAF, SIGAC, SEI, SIGEST e DEC) e de dados de entidades externas de tal forma a reduzir/eliminar o trabalho manual e viabilizar a quantificação e qualificação de toda a renúncia fiscal do Distrito Federal, servindo de parâmetro para a LOA e LRF e permitindo a extração de relatórios gerenciais necessários à

administração

tributária.

Em termos numéricos foram deferidos, pelo citado Núcleo, neste ano, até a presente data, um total de 3.045 benefícios e indeferido um total de 1.459 benefícios.

COBRANÇA

TRIBUTÁRIA

Atividades relativas à cobrança tributária

1. Gestão e aperfeiçoamento dos sistemas informatizados disponibilizados para adesão e acompanhamento do REFIS/2020 - LC 976/2020 que teve vigência até 31/03/2021 contabilizando o valor total negociado de R\$ 3.125.606.752,32 de acordo com os dados públicos do portal da SEEC.
2. Implementação do "Rito Online" que consiste na conciliação dos dados declarados em EFDSPED e GIA-ST com o Sistema de Cobrança, efetuando os lançamentos de forma imediata no SITAF, confrontando os montantes devidos com os recolhidos tornando a cobrança mais transparente e ágil. Foram registrados 170.617 lançamentos no montante total de cerca R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões) dos quais foram recolhidos 92% espontaneamente;
3. Monitoramento dos devedores contumazes e contribuintes grandes devedores, cujos débitos montam R\$ 4.491.514.210,37, mediante o acompanhamento individualizado e com a aplicação de medidas de cobrança, como notificações de cobrança, protesto, bem como proposição de penalidades fiscais de natureza acessória;
4. Aperfeiçoamento do monitoramento do comércio eletrônico de débitos de ICMS - Diferencial de alíquota - EC 87/15 - interestadual e FCP incrementando a arrecadação em R\$ 900.000.000,00. Para tanto foram emitidos cerca de 30.000 comunicados e 2.000 notificações;
5. Envio para Cartórios de Notas e Protesto 70.454 dívidas totalizando o montante de R\$ 1.128.848.322,10 ocasionando recuperação das dívidas protestadas de R\$ 48.712.686,50 em pagamento à vista e R\$ 262.370.225,30 em parcelamento. O protesto de títulos é não oneroso para a Fazenda Pública e gera uma necessidade de regularização da inadimplência por ocasionar inserção de devedores em cadastros de inadimplentes.

AÇÕES DIRETAS DE COBRANÇA

AUXILIAM O CONTRIBUINTE A MANTER SEUS DÉBITOS EM DIA EVITANDO OU INTERROMPENDO A JUDICIALIZAÇÃO

- Envio de 753.822 SMS
- 100.000 contribuintes acionados em telefonemas automáticos por meio da Central 156
- 4.000.000 de emails enviados
- 75.993 ligações e envio de emails pessoais (não automáticos) acrescentando a arrecadação em R\$ 1.408.770,06.

GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA E DA ARRECADAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Arrecadação

- Processamento de 10.240.266 (Dez milhões, duzentos e quarenta mil duzentos e sessenta e seis) documentos de arrecadação processados.
- Emissão de documentos especiais de arrecadação simplificando o recolhimento de IPTU/TLP de 55.695 imóveis no valor total de R\$ 59.744.920,09, e propiciando a economia de R\$ 41.508,00 (quarenta e um mil quinhentos e oito reais) em tarifas bancárias.

Restituição: A análise de 2.541 (dois mil quinhentos e quarenta e um) pedidos de restituição, excluídos os protocolos reabertos, num montante de R\$ 21.443.207,12.

Gestão da Dívida Ativa do DF

Dívida ativa tributária	
Número de inscrições	721.177
Valor total inscrito	R\$ 2.813.119.770,91
Dívida ativa não tributária	

Número de inscrições	12.661
Valor total inscrito	R\$ 96.545.355,69

Emprega – DF - 4 projetos implantados

1. Fábrica social da empresa Montreal - reinserção social de detentas e geração de 5 empregos
2. Siqueira Campos Ataca. de Pneus - geração de 33 empregos
3. Arcanjo Com. de Alimentos (indústria e atacado) - geração de 59 empregos
4. Globalbev Atacad. de Bebidas - Indústria e atacado - geração de 60 empregos

PROGRAMA EMPREGA-DF - RESULTADOS OBTIDOS

EXERCÍCIO	ICMS NORMAL (R\$ MIL)	EMPREGOS DIRETOS PROMETIDOS	EMPREGOS INDIRETOS PROMETIDOS
2019	218.416	-	
2020	230.211	7.863	10.739
2021	242.644	9.089	10.970

SEGMENTO FINANCEIRO

Programação financeira: Para viabilizar o cumprimento das metas fiscais e efetivo controle das finanças públicas foi editado o Decreto nº 41.773, de 04/02/2021, publicado no DODF nº25, de 05/02/2021, p. 01, aprovando os limites anuais e mensais da programação financeira de 2021 para o Poder Executivo do Distrito Federal, estabelecendo cronograma para pagamento de despesas classificadas nos grupos de natureza da despesa "1 - Pessoal e Encargos Sociais", "2 - Juros e Encargos da Dívida", "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos", "5 - Inversões Financeiras", e "6 - Amortização da Dívida", constantes dos Anexos II ao VII do citado decreto. Os limites anuais e mensais da Câmara Legislativa do DF, do Tribunal de Contas do DF e da Defensoria Pública do DF foram programados no SIGGo na proporção de duodécimos das dotações orçamentárias autorizadas na LOA/2021 (Lei nº 6.778, de 6 de janeiro de 2021), em atendimento ao art. 145 da Lei Orgânica do Distrito Federal e art. 63 da LDO/2021 (Lei nº 6.664, de 03 de setembro de 2020), que estabelecem o repasse financeiro até o dia 20 (vinte) de cada mês. A Coordenação de Programação Financeira analisou o comportamento da receita, com base na arrecadação do quadriênio 2017 a 2020, independente da esfera de Poder, adotando-o como base para a distribuição dos valores da LOA/2021. Os comportamentos díspares, desarmônicos ou descontínuos foram ajustados e as fontes de recurso inéditas ou com histórico de arrecadação do quadriênio não representativo foram divididas linearmente por 12 (1/12) do valor previsto em LOA/2021. Para as fontes de convênios, operações de crédito e as demais fontes detalhadas utilizou-se a média do quadriênio dos anos de 2017 a 2020, sendo que a liberação financeira dessas fontes se procedeu após o ingresso efetivo da receita, nos termos do art. 7º, do Decreto nº 41.773/21.

Execução Financeira do Distrito Federal: A execução financeira do Estado representa o fluxo de recursos financeiros necessários à realização efetiva dos gastos dos recursos públicos para a realização dos programas de trabalho definidos. Por meio de repasses, pagamentos e recebimentos de receitas (arrecadação,

convênios, operações de crédito ou depósitos em caução) se dão as movimentações financeiras. O dispêndio de recursos (pagamentos ou repasses a outras Unidades Gestoras - UG) se dá por meio de Ordem Bancária - OB, no Sistema Integrado Governamental – SIGGo, encaminhada à rede bancária para a transferência dos recursos financeiros. O ingresso e registro de receitas, se dá no SIGGo por meio de Guia de Recebimento - GR, procedimento de conciliação bancária ou via carga automática da receita, onde há um espelhamento das movimentações do extrato bancário no razão contábil. Além disso, efetua-se o recebimento e controle de depósitos, suprimentos, cauções, fianças, seguro-garantia, guias de tributo, taxas, reposições e outros valores de interesse do Tesouro não vinculados a código de receita. A Coordenação da Gestão Financeira - COGEF tem como atribuição, além de efetuar os atos de movimentação financeira, subsidiar a SUTES no controle do fluxo financeiro de receitas e despesas para o equilíbrio financeiro do Estado, bem como efetuar a aplicação financeira dos recursos junto às Instituições Bancárias e orientações acerca da execução financeira às Unidades Gestoras.

Fundo Constitucional do Distrito Federal: O Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), tem orçamento para 2021 no valor de R\$ 15.846.179.233. Lei nº 14.144, de 22/04//2021. A partir de janeiro de 2017, em face da determinação do Acórdão nº 2334/2016-TCU-Plenário, que restabeleceu a sistemática de execução orçamentário-financeira vigente até o exercício de 2014, referidas áreas passarão executar seus orçamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). A tabela abaixo demonstra, por área, grupo de natureza de despesa e outros benefícios, o que foi orçado inicialmente e o cenário atual:

AREA	DESPESA	VALOR INICIAL	VALOR ATUAL
SEE SES	Pessoal	6.194.536.144	6.303.993.194
	Custeio	2.063.003.485	2.126.474.431
	Investimento	107.000.000	107.000.000
	SUBTOTAL	8.364.539.639	8.537.467.625
	Pessoal - Educação	3.078639.604	2.945.602.265
	Pessoal - Saúde	3.866.000.000	3.866.000.000
	Custeio - Educação	308.000.000	315.383.986
	Custeio - Saúde	229.000.000	224.562.823
	SUBTOTAL	7.481.639.604	7.351.549.074
TOTAL FCDF		15.846.179.233	15.889.016.699

Fonte: SIAFI. Dados referentes ao período de janeiro a dezembro/2021

Os montantes da coluna Valor ATUAL refletem os remanejamentos efetuados no decorrer do exercício entre a dotação inicial e a dotação atualizada até dezembro de 2021, observando-se que houve decréscimo para alguns grupos de despesas e acréscimo em outros. Os dados da tabela acima demonstram que o grupo de despesas de pessoal e custeio da Segurança Pública e o custeio da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEE) foram suplementados, ao passo que os demais grupos tiveram supressão de seus créditos.

No corrente exercício, os remanejamentos orçamentários solicitados e autorizados pelo Ministério da Economia, até o mês de dezembro/2021, somam o montante de R\$

42.837.466,00 correspondendo a uma alteração do orçamento inicial menor que 1%. A dotação final do FCDF no exercício de 2021 foi de R\$ 15.889.016.699,00.

Prestação de contas anual: O FCDF, Órgão (25915), Unidade Orçamentária (73901) e Unidade Gestora central (170392) do MF, é composto pelas seguintes Unidades Gestoras executoras (UGs): UG 170393 – PMDF; UG 170484 – Departamento de Gestão de Pessoal da PMDF; UG 170485 – Departamento de Saúde e Assistência de Pessoal da PMDF; UG 170394 – CBMDF; UG 170495 – Assistência Médica do CBMDF; UG 170395 – PCDF; UG 170397 – Secretaria de Estado de Saúde – SES e a UG 170399 – Secretaria de Estado de Educação – SEE. Em cumprimento as atribuições regimentais aprovados pelos artigos 103 a 105 do Decreto Distrital nº 35.565/2014, a Coordenação de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) orienta e monitora as Unidades Gestoras que compõem o FCDF, na execução orçamentária, financeira e na prestação de contas anuais, em cumprimento as regras editadas pelo TCU e legislação aplicável. Cabe destacar que a FCDF tem como missão principal fazer a gestão do FCDF sob as orientações do seu gestor, bem como do gestor financeiro. Foi elaborado e encaminhado para o TCU, no mês de Março/2019, o Relatório de Gestão (RG) 2018 do fundo, no qual foram prestadas informações consolidadas da UG central, UG 170392, compostas por aspectos técnicos e contábeis sobre a execução orçamentário-financeira e atendimento às recomendações dos órgãos de controle interno e externo. No referido relatório temático foram apresentados dados consolidados referente às execuções das despesas das áreas da educação e saúde custeadas com recursos do FCDF. Acrescenta-se que a partir do exercício de 2019 as informações referentes ao FCDF passaram a integrar o Relatório de Gestão do Ministério da Economia.

Dívida Pública e Ajuste Fiscal: No exercício de 2021, foram produzidos diversos relatórios gerenciais e legais, atuando na elaboração das projeções e cálculos dos juros e amortizações da dívida pública fundada, do Pasep, que subsidiaram a elaboração do anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a proposta orçamentária e o demonstrativo da situação do endividamento, exigido pela Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 149, § 7º, inciso III, além de acompanhar sistematicamente o Serviço Auxiliar para Transferências Voluntárias – CAUC, para subsidiar a captação de operações de crédito.

Evolução da Dívida Pública Fundada: As informações contidas neste item referem-se à Dívida Pública Fundada do GDF, com exceção dos Precatórios, que são administrados pela Procuradoria Geral do DF.

Projeção do Serviço da Dívida: A Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 - DOU - Imprensa Nacional, permitia a suspensão de pagamentos dos contratos de empréstimos da Dívida Pública, até dezembro de 2020, para utilização dos recursos no Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Os contratos que tiveram os pagamentos suspensos foram os seguintes:

CONTRATO	CREDOR	PERIODO DE SUSPENSÃO
003/99-STN-TP	BANCO DO BRASIL	JUN/2020 A DEZ/2020
0358.792/42	CAIXA ECONÔMICA	JUL/2020 A DEZ/2020
0478.430.02	CAIXA ECONÔMICA	JUL/2020 A DEZ/2020
0162.296-71	CAIXA ECONÔMICA	JUL/2020 A DEZ/2020
0162.305-84	CAIXA ECONÔMICA	JUL/2020 A DEZ/2020
0162.306-98	CAIXA ECONÔMICA	JUL/2020 A DEZ/2020
0175.749-25	CAIXA ECONÔMICA	JUL/2020 A DEZ/2020
0228.636-96	CAIXA ECONÔMICA	JUL/2020 A DEZ/2020
0262.225-34	CAIXA ECONÔMICA	JUL/2020 A DEZ/2020
0262.232-26	CAIXA ECONÔMICA	JUL/2020 A DEZ/2020
0262.250-51	CAIXA ECONÔMICA	JUL/2020 A DEZ/2020
0273.558-96	CAIXA ECONÔMICA	JUL/2020 A DEZ/2020
0319.129-88	CAIXA ECONÔMICA	JUL/2020 A DEZ/2020
0394.629-04	CAIXA ECONÔMICA	JUL/2020 A DEZ/2020
0399.840-83	CAIXA ECONÔMICA	JUL/2020 A DEZ/2020
0399.834-03	CAIXA ECONÔMICA	JUL/2020 A DEZ/2020
0399.836-22	CAIXA ECONÔMICA	JUL/2020 A DEZ/2020
0399.819-14	CAIXA ECONÔMICA	JUL/2020 A DEZ/2020

09.2.0418.1	BNDES	JUL/2020 A DEZ/2020
11.2.0609.1	BNDES	JUL/2020 A DEZ/2020
12.21444.1	BNDES	JUL/2020 A DEZ/2020
20/00001-4	BANCO DO BRASIL	OUT/2020 A DEZ/2020
20/00007-3	BANCO DO BRASIL	JUL/2020 A DEZ/2020
20/00010-3	BANCO DO BRASIL	JUL/2020 A DEZ/2020

*BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Assim, conforme explicitado acima, o pagamento do Serviço da Dívida Fundada foi retomado com um crescimento esperado no corrente ano, se comparado ao anterior, em função dos resíduos acumulados pelas suspensões e também pelas liberações dos empréstimos, o que alcançou, até outubro/2021 a soma de R\$ 623,57 milhões. A projeção para a liquidação total da dívida segue estendida até 2039. Dentre os empréstimos externos, dois encontram-se em fase de liberação, quais sejam: Programa de Desenvolvimento Econômico do DF – Pró-Cidades e Projeto de Desenvolvimento Fazendário - PROFISCO, contratados junto ao BID. Já os contratos de empréstimos internos em fase de liberação são:

Junto ao BNDES:

- Complementação de Fonte de Aquisição de Trens do Metrô e Construção de Terminais Rodoviários; e
- Programas de Transporte Integrado, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano – PROINVESTE.

Junto à CAIXA:

- Implantação do Sistema de Abastecimento de Águas de Águas Lindas e Adjacências;
- Implantação de Sistema de Abastecimento de esgotamento de Águas de Águas Lindas e Adjacências;
- Pró-Moradia para Infraestrutura e Saneamento do DF,
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Mestre D'armas;
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Arapoanga;
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de SolNascente/Ceilândia;
- Implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá Sul;
- Implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá Sul - Complementação;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros – Eixo Oeste;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavim. Asfáltica no Setor Arniqueira – DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Buritizinho - Sobradinho – DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Vicente Pires – DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Ribeirão - Porto Rico;
- Ampliação da DF – 047 para o acesso ao aeroporto;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Sul - Pró-Transporte.

Estoque da Dívida Interna por Credor: A Dívida Fundada Interna é composta por 27 (vinte e sete) contratos, sendo 1 (um) junto à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, referente ao refinanciamento da dívida, 20 (vinte) com a Caixa Econômica Federal, 3 (três) contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e 3 (três) junto ao Banco do Brasil – BB. Além da Dívida Interna, referente a operações de crédito, o GDF possuía, até 2021, três parcelamentos de dívidas junto à Receita Federal do Brasil. Trata-se do parcelamento da extinta Fundação Hospitalar do Distrito Federal, com um saldo devedor de R\$ 23,8 milhões, outro relativo ao

auto de infração para o PASEP, exercício de 2014, com um saldo de devedor de R\$ 4,3 milhões. Por fim, em 2021, houve a liquidação do parcelamento da Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB, assumida pelo DF, através da Lei 5.565, de 09/12/2015, que transferiu para o GDF os direitos e obrigações. Por último, importante dizer que, caso o DF não assumisse estas dívidas, ficaria impedido de renovar a Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. Por fim, há uma dívida parcelada pela NOVACAP. A STN é credora de 28,58%, BNDES de 8,20%, BB de 30,12%, CAIXA de 32,56% e Receita Federal do Brasil de 0,53%.

R\$ milhões

CREDOR	2020	2021
STN	1.172,30	1.115,25
BNDES	349,50	320,04
BB	1.262,10	1.175,34
CAIXA	1.246,30	1.270,46
RFB	25,10	20,70
TOTAL	4.055,30	3.901,78

Em valores correntes

Estoque da Dívida Externa por Credor A Dívida Fundada Externa refere-se a seis contratos, sendo quatro contraídos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e dois junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Houve um acréscimo da dívida em virtude das liberações ocorridas no período, bem como a variação cambial.

R\$ milhões

CREDOR	2020	2021
BID	1.133,60	1.097,55
BIRD	110,60	88,13
CAF	0	0
TOTAL	1.244,20	1.185,67

Em valores correntes

Serviço da Dívida Interna: Em 2021, as despesas com serviço da Dívida Interna do Distrito Federal foram de R\$ 314,04 milhões com amortização e R\$ 174,84 milhões com juros e encargos, perfazendo um total de R\$ 488,88 milhões.

R\$ milhões

PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA - 2021		
CREDOR	A	E
STN	60,32	26,44
BNDES	34,79	16,58
CAIXA	95,03	79,50
BB	120,36	51,34
Parcel. RFB	3,54	0,98
TOTAL	314,04	174,84

A – Amortização; E – Encargos. Em valores correntes

Serviço da Dívida Externa: As despesas com o serviço da Dívida Externa do Distrito Federal foram de: R\$ 118,81 milhões com amortização e R\$ 15,86 milhões com juros e encargos, perfazendo um total de R\$ 151,3 milhões.

R\$ Milhões

PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA

ANO	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOTAL
2021	118,81	15,86	134,67

Em valores correntes

Liberações de Operações de Crédito: Em 2021, foram liberados R\$ 106,31 milhões em operações de crédito, para os seguintes contratos:

CAIXA

- Implantação do Sistema de Abastecimento de água de Águas Lindas e Adjacências - R\$ 1.270.475,01;
- Pró-moradia Infraestrutura, Urbanização, Assentamento Sol Nascente - Ceilândia/DF - R\$ 3.842.302,48;
- Implantação de Sistema Produtor de Água do Corumbá do Sul - R\$ 447.970,18;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Oeste - R\$ 61.916.740,14;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Arniqueira - R\$ 821.663,21;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Vicente Pires - R\$ 16.201.100,86;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Porto Rico - R\$ 617.409,63 e
- Ampliação da DF 047 - R\$ 6.692.726,80.

BNDES

- Complemento. Fonte Aquisição Trens, Metrô e Const. Terminais Rodoviários - R\$ 1.089.024,94
- Programa de Transporte Integrado, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano - Proinveste - R\$ 2.587.274,60.

Nos contratos da dívida externa as liberações ocorreram da seguinte forma:

BID

- Projeto de Desenvolvimento Fazendário – PROFISCO - R\$ 10.824.042,43.

O quadro a seguir demonstra a evolução das liberações nos últimos 5 anos:

LIBERAÇÕES OCORRIDAS					
Exercícios	2017	2018	2019	2020	2021
DÍVIDA INTERNA	493,30	483,40	273,30	81,00	95,49
DÍVIDA EXTERNA	23,90	78,20	74,40	120,50	10,82
TOTAL	517,20	561,60	347,70	201,50	106,31

Capacidade de Endividamento: Com relação à aprovação de novas operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização submetem-se aos ditames da Resolução 40 e 43 do Senado Federal de 2001. Os dados apurados da Capacidade de Endividamento são publicados quadrimestralmente no Relatório de Gestão Fiscal - RGF do Distrito Federal, conforme demonstrado na tabela a seguir, relativo a ao 2º Quadrimestre de 2021.

LIMITES DE ENDIVIDAMENTO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

(1) RECEITA CORRENTE LIQUIDA (em R\$ milhões)					26.226,00	
(A) Parâmetros das Resoluções do Senado Federal nºs 40/01 e 43/01			(B) Valores apurados para o DF		(C) Margem de comprometimento (A-B)	
DESCRIÇÃO	LIMITE		Resultados obtidos		Saldo do limite	
	Parâmetro em percentual	R\$ milhões	Em %	Em R\$ milhões	Em %	Em R\$ milhões

(2) Limite de Dispêndio com Op. de Crédito ou Média do Comprometimento Anual (Art. 7º, Inciso II da Res. SF nº 43/2001)	11,5% da RCL média	2.981	4,55	1.180	6,95	1.801
(3) Limite do Fluxo das Op. de Crédito ou Montante Global de Operações de Crédito (Art. 7º, Inciso I da Res. SF nº 43/2001)	16% da RCL	4.196	0,27	71	15,73	4.125
(4) Limite das Garantias ou Saldo das Garantias (Art. 9º da Res. SF nº 43/2001)	22% da RCL	5.770	2,75	721	19,25	5.049
(5) Limite do Estoque das Op. de Crédito ou Estoque da Dívida Consolidada Líquida (Art.3º, Res. SF nº 40/2001)	200% ou 2 x RCL (2021)	52.452	11.840,80	6.210.737	-11.640,80	-6.158.285
(6) Regra de Ouro (exercício anterior) - O montante das Operações de Crédito não podem ultrapassar às Despesas de Capital (Art. 6º, § 1º, inciso I da Res. SF nº 43/2001)	100% da Despesa de Capital Realizada exercício anterior (2020)	1.123	19,41	218	80,59	905
	100% da Despesa de Capital Realizada exercício atual (2021)	1.216	5,84	71	94,18	1.145
(7) Regra de Ouro (exercício corrente) - O montante das Operações de Crédito não podem ultrapassar às Despesas de Capital (Art. 6º, § 1º, inciso II da Res. SF nº 43/2001)	100% da Despesa de Capital constante da LOA 2021 e alteração	3.004	13,08	393	86,92	2.611
(8) Limite do Estoque de Op. por ARO - Antecipação de Receita Orçamentária (Art. 10º da Res. SF nº 43/2001)	7% da RCL	1.836	---	---	7	1.836

Receita Corrente Líquida R\$26.226 milhões, período de apuração: setembro 2020 a agosto de 2021.

O comprometimento anual com as amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, será feito pela média anual, de todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida até 31/12/2027, da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada ano a ano e não deverá exceder o limite máximo de 11,5% e limite prudencial de 10% da RCL (Art. 7º, inciso II, § 4º e § 5º da Res. 43/2001). Foi apurada a média anual de R\$ 1.180 milhões, comprometendo apenas 4,55% da RCL para um limite máximo de 11,5% com o Serviço Total da Dívida.

O montante global das operações de crédito realizados em um exercício não poderá ser superior a 16% da Receita Corrente Líquida - RCL (Inciso I do art.7º Res. 43/2001). Em 2021, foi utilizado 0,27% da RCL para um limite máximo de 16% com operações de crédito. O saldo total das garantias concedidas não poderá exceder a 22% da RCL (art.9º, Res. 43/2001). Em 2019, com garantias concedidas foi utilizado 2,75% daquele limite, restando a margem de 19,25% da RCL. A dívida consolidada líquida não excede o valor equivalente a 2 vezes a RCL (Art. 3º, Resolução 40/2001).

Na apuração acima o Distrito Federal apresenta um estoque da dívida líquida de R\$6.210.737 milhões, que equivale a 11840,8% do limite de duas vezes a RCL. As operações de crédito anual não poderão exceder o montante anual das despesas de capital (Art. 6º, Inciso I, Resolução 43/2001). Nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, as despesas de capital executadas foram de R\$1.123 milhões e R\$1.216 milhões respectivamente,

enquanto as receitas de operações de crédito realizadas nos mesmos exercícios alcançaram R\$218 milhões e R\$71 milhões. O Distrito Federal tem cumprido o limite estabelecido na Resolução.

As operações de crédito anual não poderão exceder o montante anual das despesas de capital (Art. 6º, Inciso II, Resolução 43/2001). A Lei Orçamentária (com alterações) para o exercício de 2021 previu um total de R\$3.004 milhões para as despesas de capital, enquanto para as receitas de operação de crédito um total de R\$393 milhões, cumprindo assim o previsto na Resolução.

O Saldo Devedor das Operações de Crédito por antecipação de receita orçamentária não poderá exceder, no exercício em que estiver sendo apurado, a 7% da Receita Corrente Líquida. Até Agosto/2021, o Distrito Federal não contratou operação de crédito a título de Antecipação de Receita Orçamentária (Ar. 10º da Rec. 43/2001).

Observações:

- 1 - Estão incluídas as previsões de liberação das operações de crédito contratadas e as novas operações de crédito previstas no Programa de Ajuste Fiscal do DF, assinado em 29/07/1999, revisado em 26/10/2019 (PNAFM - Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros e PROFISCO - Programa de Modernização da Administração Financeira da Secretaria de Fazenda).
- 2 - O Distrito Federal não possui Dívida Pública Mobiliária.

Contribuição ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP: O PASEP foi instituído pela Lei Complementar nº 8, de 03/12/70, com a finalidade de constituir um fundo para prover o servidor público de um abono anual e saque dos depósitos em seu nome, por motivo de casamento, aquisição de casa própria, aposentadoria ou morte. Posteriormente, por força do art. 239 da Constituição Federal, o PASEP passou a financiar, também, programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES e o programa de seguro-desemprego. A Lei nº 9.715, de, 25/11/98 estabeleceu que as pessoas jurídicas de direito público interno, passariam a contribuir para o PIS/PASEP com base no valor mensal das suas receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas, deduzidas as transferências feitas a outras entidades públicas.

Em R\$ milhões

ANO	2021
Valores pagos	226,30

Em valores corrente

Acompanhamento da Gestão Fiscal: No exercício de 2021, a COEST atuou na produção de diversos relatórios gerenciais e legais, relacionados à situação fiscal e financeira do Distrito Federal, destacando-se o monitoramento e a apuração dos limites de aplicação mínima de recursos em saúde e educação. Também coordenou os trabalhos referentes ao relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais, apresentado quadrimestralmente em audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal, e apreciou diversos projetos de lei sob a ótica dos aportes de recursos do Tesouro

do Distrito Federal.

Por fim, realizou o acompanhamento do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal – PAF/DF, firmado com a União em razão do refinanciamento de sua dívida interna, ao amparo da Lei nº 9.496/97, bem como do espaço fiscal e da capacidade de pagamento do DF - CAPAG.

Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal: No que diz respeito ao PAF, cumpre ressaltar que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) avalia, anualmente, a execução do programa relativo ao ano anterior.

Para o exercício de 2021, o Distrito Federal projetou os seguintes resultados:

- a) Meta n.º 1: não ultrapassar o percentual de 52,11% na relação entre Dívida Consolidada e Receita Corrente Líquida;
- b) Meta n.º 2: apresentar resultado primário igual ou superior a R\$ 321 milhões;
- c) Meta n.º 3: limitar a despesa com pessoal a 57% da Receita Corrente Líquida;
- d) Meta n.º 4: alcançar receita de arrecadação própria no valor mínimo de R\$ 16.357 milhões;
- e) Meta n.º 5: meta estabelecida na forma de compromissos, especialmente o envio do Relatório sobre a Execução do Programa relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas

para o triênio seguinte, contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso;

f) Meta n.º 6: alcançar disponibilidade de caixa bruta de recursos não-vinculados do Poder Executivo maior ou igual às obrigações financeiras não-vinculadas.

Capacidade de Pagamento: Em relação à capacidade de pagamento, a classificação do Distrito Federal em 2021 melhorou de "C" para "B", conforme o desempenho dos indicadores apurados pela STN relativos ao exercício de 2020. Deste modo, o DF voltou a ter elegibilidade para contratar operações de crédito com garantia da União.

SEGMENTO CONTÁBIL

O Lançamento de dados contidos nos demonstrativos da LRF junto ao SICONFI/STN: destaca-se que os dados dos demonstrativos elaborados rotineiramente são inseridos no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI, gerenciado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a fim de compor as Contas Nacionais.

Lançamento dos dados Contábeis Consolidados de 2021 do DF no SICONFI/STN:

No início de exercício de 2021 foi efetuado o lançamento das contas anuais na forma do §1º do art. 51 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, referentes ao exercício de 2020, no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI mediante o preenchimento do QDCC- Quadro de Dados Contábeis Consolidados.

Periodicamente são efetuadas atualizações dos Demonstrativos da LRF no sítio desta Secretaria de Estado na Rede Mundial de Computadores.

A Prestação de Contas Anual do Governador tem sido elaborada anualmente, para dar cumprimento ao inciso XVII do artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal e encaminhada à Câmara Legislativa do DF, no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

Realizou-se também a organização do Processo de Prestação de Contas Anual do Governador, composta pelo conjunto de documentos relacionados na Instrução Normativa nº 1/2016 - do Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme determina a Resolução nº 296/2016 – TCDF. Foi também elaborado o Balanço Geral do GDF, exercício 2020, carecendo de diversos documentos fornecidos pelos órgãos do GDF, assim como de outros documentos previstos na Instrução Normativa nº 1/2016 – TCDF, para análise prévia, preparação dos respectivos encaminhamentos, com vistas à Câmara Legislativa no prazo previsto.

O Balanço Geral elaborado anualmente para integrar a Prestação de Contas Anual do Governador, demonstrou sinteticamente as informações da execução orçamentária e financeira do GDF, e traz em si a conjugação dos dados do SIAC/SIGGo (Balanço Geral) com os dados das empresas independentes que estão no Orçamento de Investimento e Dispendio (Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista);

Foram efetuadas ainda a análise qualitativa e quantitativa de contas e acompanhamento quanto aos fechamentos para fins de consolidação dos demonstrativos contábeis em vários níveis: por Unidade Gestora, Unidade Orçamentária, Tipos de Administração e Consolidação;

Houve o acompanhamento das atualizações das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, principalmente no que se refere à elaboração dos Balanços na estrutura definida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, com a finalidade de propor e implementar atualizações de procedimentos junto ao SIGGO, que impactam nas demonstrações contábeis, a exemplo da funcionalidade Notas Explicativas, atualmente em desenvolvimento em conjunto com outras Coordenações/SUCON.

Organização e controle da realização das tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesa, agentes recebedores e pagadores dos órgãos da administração direta e dos fundos especiais, referentes ao exercício de 2020, as quais foram encaminhadas à Controladoria Geral do DF, pelo Sistema e-Contas/TCDF, nos prazos legais fixados nas legislações e normativos vigentes

Monitoramento e controle do cadastro dos ordenadores de despesas e dos responsáveis por bens, valores e dinheiros públicos da administração direta, relativo ao exercício de 2020, fazendo contas das tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesa, agentes recebedores e pagadores da administração direta e dos fundos especiais;

Acompanhamento e controle e inspeção do cumprimento da legalidade de atos e o cumprimento das disposições legais, referentes à prestação de contas de transferências

voluntárias e auxílios para investimentos, aos quais estão sujeitos os órgãos, quanto aos seus aspectos financeiros, contábeis e patrimoniais;

Coordenou-se o exame e foram controlados os pedidos de concessão e análise das prestações de contas de suprimentos de fundos das unidades gestoras da administração direta.

A Subsecretaria de Contabilidade também foi responsável por orientar e subsidiar os gestores quanto à correta aplicação dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, na prestação de informações contábeis consistentes, coerentes e tempestivas. Para realizar tais competências foram promovidas, tempestivamente, as seguintes atividades:

- Alterações do Balanço Financeiro, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP - 8º Edição (Válido a partir do exercício de 2019), e de acordo com a Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro (Versão publicada em: 23/12/2014);
- Ressalte-se que foi de extrema relevância o papel da SUCON na disseminação do Manual MCASP, de observância obrigatória para todos os entes da Federação, por estar alinhado às diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T SP e das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – IPSAS, de acordo com a legislação que dá embasamento à contabilidade patrimonial no setor público e à normatização da Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- Gerenciamento e atualização do Plano de Contas e da Tabela de Eventos inserida no SAI

C/SIGGO, de uso obrigatório por todos os órgãos e entidades que executam seu orçamento no mencionado sistema;

- Gerenciamento e a operacionalização dos sistemas utilizados para a administração orçamentária, financeira e patrimonial do GDF;
- Concessão, habilitação, cadastro, monitoramento e desabilitação de usuários no SIAC/SIGGO;
- Atualização das classificações orçamentárias da receita para atender ao novo ementário da receita, obrigatório pela Portaria nº 388/2018 - STN, que dispõe sobre o desdobramento da classificação por natureza da receita orçamentária para aplicação no âmbito dos Estados Membros, Distrito Federal e Municípios;
- Migração para o ambiente WEB dos vários módulos do SIAC/SIGGO de forma gradativa, fato que permitiu os ajustes necessários e uma melhor adaptação pelos usuários.

Foram elaborados e atualizados normativos com o objetivo de uniformizar os registros e procedimentos contábeis a serem realizados pelas mais de 80 unidades gestoras do Governo do Distrito Federal, para que o fechamento do Balanço Financeiro seja realizado de modo a demonstrar, fidedignamente, as informações devidamente atualizadas e exatas de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio das entidades governamentais, dando ao gestor importante subsídio à tomada de decisões, ao mesmo tempo em que o incentiva ao cumprimento da legislação, auxiliando, dessa forma, no controle social.

Quanto aos aspectos relacionados ao controle patrimonial houve a realização, acompanhamento dos registros patrimoniais, além de diversos procedimentos voltados ao controle dos bens móveis, imóveis e semoventes do GDF.

Foram intensificados o acompanhamento da despesa, análise da documentação e registro de bens móveis de propriedade do GDF, adquiridos com recursos orçamentários (Tesouro/Fundo Constitucional do DF) e extra orçamentários (restos a pagar, doação, reposição, apreensão, produção, nascimento e captura), realizando as incorporações, transferências entre unidades administrativas e baixas decorrentes de alienações/baixados.

Ações da AECJ no âmbito do CEJUSC Fiscal: Dessa forma, a equipe lotada no CEJUSC Fiscal, realizou as audiências judiciais, de forma simplificada e dinâmica, por teleconferência impulsionando a produtividade e a adoção de um paradigma inovador de trabalho digital a distância e com segurança.

DATA	AUDIÊNCIAS DESIGNADAS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	ACORDOS	VALOR DO ACORDO (R\$)
-------------	------------------------------	------------------------------	----------------	------------------------------

janeiro	124	17	6	24.649,00
fevereiro	452	52	24	69.816,00
março	1262	716	45	974.984,40
abril	1179	286	5	1.917.234,00
maio	2167	150	42	556.889,84
junho	1832	236	55	939.360,59
julho	1304	177	44	694.369,93
agosto	1791	203	59	1.072.751,14
setembro	1026	109	16	332.932,16
outubro	1099	147	39	609.625,13
novembro				
dezembro				
TOTAL				7.192.612,19

Ações da AECJ no âmbito da PGDF: Historicamente o GDF tinham um percentual de recuperação de 0,3%. A meta é igualar p percentual de São Paulo: 1%. O trabalho em conjunto com a PGFAZ, em um ano de pandemia e retração econômica, elevou a 1,56% de recuperação abstraindo o REFIS (com o REFIS se aproxima de 4%), totalizando uma arrecadação de aproximadamente de R\$ 532.132.055,00, o que nos faz os melhores do Brasil. Em 2021, até dia 30/11/2021 foram analisados e elaboradas petições em 10.416 execuções fiscais e realizadas 13.186 pesquisas para instrução processual, além da elaboração de Ofício/Memorando numa ordem de 3.772 atividades.

A Assessoria de Cobrança Judicial atuou também nos processos de compensação de precatórios do Distrito Federal para atender as necessidades criadas com a publicação da Lei Complementar 938/17, realizando os diversos cálculos para pagamentos de RPV's, pagamentos de Precatórios e realização de acordos diretos. No primeiro Acordo Direto desse ano foram 1252 adesões e nesse último 1844.

SEGMENTO ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO

1. Previsões de Receita e Estudos Econômicos: A partir da organização e tratamento de banco de dados baseado nas notas fiscais eletrônicas, e da utilização de ferramentas econométricas, a SEAE elabora previsões de receita e estudos econômicos de subsídio à atuação da SEEC do DF.

2. Representação em Fóruns Econômicos: A SEAE subsidia e/ou representa a SEEC em diversos fóruns externos de discussão de cunho econômico, como por exemplo, no Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados e do DF - COMSEFAZ e nas Assembleias da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABRASF. Participa de reuniões do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, além de subsidiar a votação de convênios, protocolos e ajustes apresentados nesse colegiado, e também diversas propostas de convênio de interesse do DF.

3. Representação Fazendária: Compete à SEAE a representação do Distrito Federal nas entidades representativas de Estados e de Municípios, atuando no assessoramento ao Secretário de Economia do DF e ao Secretário Executivo de Fazenda, o que inclui análise das diversas Propostas de Convênios e recomendações de votos.

No âmbito dos Estados, a representação fazendária da Secretaria de Economia do DF atua junto à Comissão Técnica Permanente - COTEPE na organização e participação dos representantes do DF nos diversos grupos de trabalho, além de ser responsável pela redação das propostas de Convênio do DF a serem apresentadas no Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.

A Representação Fazendária assessora ainda o Secretário de Economia do Distrito Federal ou o seu representante no Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda - COMSEFAZ, fórum dos Estados.

Na esfera municipal, a Representação Fazendária do DF, no âmbito desta SEAE, representa o Distrito Federal na Câmara Técnica do Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Finanças,

Receitas ou Tributação dos Estados e Distrito Federal - ABRASF, bem como assessora a participação do Secretário de Economia ou da Secretária Executiva no plenário do Comitê..

Durante o ano de 2021, a atuação do Distrito Federal ganhou respeitabilidade nas instituições onde representa o DF, sendo que foram aprovados diversos projetos de interesse distrital, a exemplo do REFIS - Programa de Regularização de Débitos do Distrito Federal.

No ano de 2021, a Representação Fazendária teve sua participação em:

- 145 reuniões de Grupos de trabalho relacionados ao CONFAZ; 8 reuniões extraordinárias da COTEPE; 4 reuniões ordinárias da COTEPE; 12 reuniões extraordinárias do CONFAZ; 4 reuniões ordinárias do CONFAZ; 4 reuniões extraordinárias do COMSEFAZ; 4 reuniões ordinárias do COMSEFAZ; 2 reuniões ordinárias da ABRASF e 28 reuniões de Grupos de trabalho relacionados a ABRASF.

Em 2021, foram aprovados, nessas reuniões, no âmbito do CONFAZ, o total de 272 atos normativos sendo: 198 Convênios ICMS, 24 Ajustes SINIEF e 50 Protocolos ICMS. Cabe ressaltar que nem todos os atos normativos são aplicáveis ao Distrito Federal.

Análises Econômicas: A SEAE preencheu uma lacuna existente na elaboração de análises e estudos de impacto econômico para implantação das novas políticas públicas distritais de incentivos tributários, bem como de projetos que transmitam no Congresso Nacional, em subsídio à Secretaria de Estado de Relações Institucionais do DF - SERINS, e no Conselho Nacional de Política Tributária - CONFAZ.

I. ARRECADAÇÃO TOTAL: No acumulado de janeiro a dezembro de 2021, a arrecadação tributária somou R\$ 19.427,2 milhões em valores correntes, o que representou aumento nominal de 12,1% e real de 3,0% em relação a igual período de 2020.

DISTRITO FEDERAL - ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA - VALORES EM R\$ MIL									
ITEM	2021 (até dezembro)	2020 (até dezembro)	2021 pelo INPC/IBGE	2020 pelo INPC/IBGE	Variação nominal		Variação real		Composição da arrecadação em 2021
	(a)	(b)	(c)	(d)	(a)-b)	(a) / (b)	(c) -(d)	(c) / (d)	
ICMS	9.839.449	8.651.619	10.377.854	9.887.847	+1.241.830	+14,40%	+490.007	+5,00%	50,82%
ISS	2.220.525	1.914.638	2.328.893	2.187.096	+305.887	+16,00%	+141.796	+6,50%	11,40%
IRRF	3.410.857	3.290.952	3.578.641	3.763.616	+119.905	+3,6%	-184.975	-4,90%	17,52%
IPVA	1.285.299	1.239.704	1.378.341	1.428.310	+45.596	+3,70%	-49.969	-3,50%	6,75%
IPTU	1.266.386	1.148.576	1.336.695	1.322.494	+117.810	+10,30%	+14.201	+1,10%	6,55%
ITBI	649.026	528.668	638.244	602.922	+120.358	+22,80%	+80.322	+13,30%	3,35%
ITCD	246.124	156.236	257.600	178.210	+89.888	+57,50%	+79.390	+44,50%	1,26%
TAXAS	442.644	390.749	466.043	449.451	+51.895	+13,30%	+16.592	+3,70%	2,28%
OUTROS IMPOSTOS (1)	12.917	3.203	13.346	3.655	+9.714	+303,30%	+9.692	+265,20%	0,07%
Total da arrecadação	19.427.227	17.324.345	20.420.657	19.823.599	+2.102.882	+12,10%	+597.058	+3,00%	100,00%

Fonte: SIGGO, em 20/01/2021

Nota: (1) multas e juros e dívida ativa de origem tributária não consideradas no item anterior

Destaques do período de janeiro a dezembro de 2021

Aumentos reais no ICMS (+R\$ 490 milhões), ISS (+R\$ 141,8 milhões) e ITBI (+80,3 milhões).

Decréscimo real no IRRF (-R\$ 185 milhões).

ARRECADAÇÃO X PREVISÃO: Na comparação da receita realizada com a prevista para LOA, programação financeira e previsão mensal de curto prazo, esta última elaborada para subsidiar o cronograma de desembolsos financeiros, apresentam-se os seguintes destaques para o período de janeiro a dezembro de 2021:

Previsão mensal: Receita realizada abaixo da prevista em R\$ 47,7 milhões (-2,8%), decorrente principalmente dos desvios negativos do IRRF (-R\$ 35,2 milhões), ITBI (-R\$ 27,1 milhões) e do IPTU (-R\$ 25,5 milhões).

LOA: Receita realizada acima da prevista, em R\$ 187,9 milhões (+12,6%), sobretudo em função dos desvios positivos do ICMS (+R\$ 206,5 milhões) e do IPTU (+R\$ 21,7 milhões).

Programação financeira: Realização acima da previsão em R\$ 369,2 milhões (+28,3%), sendo os principais desvios positivos observados para o ICMS (+R\$ 193,5 milhões) e IRRF (+R\$ 117,8 milhões).

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DF - PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO - 2021- VALORES EM R\$ MIL							
ESPECIFICAÇÃO	LOA	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	PREVISÃO MENSAL	RECEITA REALIZADA	(D - A)	(D - B)	(D - C)
	(A)	(B)	(C)	(D)			
ICMS	8.000.562	8.391.096	9.083.500	9.893.449	1.892.887	1.502.353	809.949
ISS	1.969.812	2.052.345	2.131.609	2.220.525	250.713	168.180	88.916
IRRF	3.270.048	3.355.300	3.623.072	3.410.857	140.809	55.557	(212.215)
IPVA	1.259.469	1.058.734	1.068.120	1.285.299	25.830	226.565	217.179
IPTU	1.165.535	1.385.962	1.187.808	1.266.386	100.851	(119.576)	78.578
ITBI	400.623	443.756	601.043	649.026	248.403	205.271	47.984
ITCD	153.717	163.013	187.102	246.124	92.407	83.111	59.022
TAXAS	404.177	439.693	307.889	442.644	38.467	2.951	134.755
OUTROS IMPOSTOS (1)	3.339	3.406	6.244	12.917	9.579	9.511	6.673
Total da arrecadação	16.627.282	17.293.304	18.196.387	19.427.227	2.799.946	2.133.923	1.230.841

Fonte: SIGGO (receita atualizada) Lei 6.778/2021 (LOA)
Coordenação de Previsão e Análise Fiscal
Nota: (1) multas e juros e dívida ativa de origem tributária não consideradas no item anterior

II. ARRECADAÇÃO DO ICMS: Tendo em vista reclassificação contábil das contas de receita, a receita do ICMS por modalidade de recolhimento deixou de ser obtida desde 2019 por meio de consulta no SIGGO e passou a ter como fonte o sistema SIGEST. Com isso, o total da arrecadação adiante apresentado diverge daquele constante nos quadros iniciais deste relatório, cuja fonte foi o SIGGO.

1. ICMS por modalidade de recolhimento: Em dezembro de 2021, a maior participação no total da receita do imposto advém do regime normal de tributação, com 48,1%, seguida da substituição tributária fora e dentro do DF, com 25,1% e 12% respectivamente, perfazendo no conjunto 85,2% da receita total do imposto. Vale destacar os desempenhos do ICMS Normal e do ICMS e-commerce, os quais obtiveram significativas ampliações nas suas participações em relação aos relatórios precedentes, com ganhos próximo a um ponto percentual para ambos os itens.

ICMS - ARRECADAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO							
ITEM	Valores reais (em R\$ mil)				Variação real (%)		Composição da arrecadação (dez/21)
	dez/21	2021	dez/20	2020	dez/ 21 / dez/20	2021/2020	
Normal	459.863	4.891.560	393.792	4.869.160	16,80%	0,50%	48,10%
ST fora do DF	240.456	2.640.455	225.025	2.195.745	6,90%	20,30%	25,10%
ST no DF	114.409	1.234.969	111.756	1.202.712	2,40%	2,70%	12,00%
Consumidor final - Op. entre UF	59.933	598.071	56.662	695.413	5,80%	-14,00%	6,30%
Simplex	27.254	273.000	24.599	243.482	10,80%	12,10%	2,90%
Importação	7.240	73.501	5.258	54.217	37,70%	35,60%	0,80%
Antecipado	11.411	110.118	11.407	108.792	0,00%	1,20%	1,20%
FCP (2)	8.491	110.828	7.730	78.013	9,80%	42,10%	0,90%
Dívida ativa e multas e juros	15.179	280.399	57.259	201.902	-73,50%	38,90%	1,60%
Outros	11.871	181.939	133.884	279.067	-91,10%	-34,80%	1,20%
Total da arrecadação	956.107	10.394.841	1.027.372	9.928.505	-6,90%	4,70%	100,00%

Fonte: Dados SIGEST contabilizado para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais.
Notas: 1. Atualização monetária com base no INPC/IBGE.
2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.
3. Outros - auto de infração, LC 52/97, parcelamento, FUNDAF, incentivado, energia elétrica, transporte e comunicação.

Destaques do período de janeiro a dezembro de 2021

- Substituição Tributária fora do DF: crescimento real de 20,3% (+R\$ 444,7 milhões).

- Dívida Ativa e Multa e Juros: aumento real de 38,9% (+R\$ 78,5 milhões), impactado pelo programa de regularização fiscal REFIS-DF 2020
- Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FCP): acréscimo real de 42,1% (+R\$ 32,8 milhões).
- Consumidor Final – Operações Interestaduais: decréscimo real de 14,0% (-R\$ 97,3 milhões).
- Outros: perda real de 34,8% (-R\$ 97,1 milhões), impactado pelo programa de regularização fiscal REFIS-DF 2020, sobretudo no item auto de infração de dezembro de 2020.

1. ICMS por atividade econômica: No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas, os setores mais representativos em dezembro de 2021 foram comércio atacadista (23,7%); combustíveis (21,5%); comércio varejista (15,2%) e indústria (12,6%). Na sequência, energia elétrica (9,6%) e comunicação (8,1%).

ICMS - arrecadação por atividade econômica							
ITEM	Valores reais (em R\$ mil)				Variação real (em %) ¹		Composição da arrecadação (dez/2021)
	dez/21	2021	dez/20	2020	dez/21/ dez/20	2021/2020	
Combustíveis	186.726	1.865.964	128.196	1.415.226	45,70%	31,80%	21,50%
Comércio atacadista	205.811	2.370.644	188.433	2.001.502	9,20%	18,40%	23,70%
Comércio varejista	131.969	1.344.639	135.063	1.415.330	-2,30%	-5,00%	15,20%
Comunicação	70.103	857.408	76.120	971.770	-7,90%	-11,80%	8,01%
Energia elétrica	83.444	840.734	68.105	1.112.631	22,50%	-24,50%	9,60%
Indústria	109.595	1.208.790	124.482	1.286.045	-12,00%	-6,00%	12,60%
Veículos	69.755	675.264	51.117	515.700	36,50%	30,90%	8,00%
Demais atividades	9.882	120.862	9.214	102.669	7,20%	17,70%	1,10%
Total da arrecadação	867.285	9.284.303	780.729	8.820.874	11,10%	5,30%	100,00%
Fonte: SITAF							
Nota: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.							

Destaques de janeiro a dezembro de 2021

- Combustíveis: acréscimo real de 31,8% (+R\$ 450,7 milhões).
- Comércio Atacadista: ganho real de 18,4% (+R\$ 369,4 milhões), destacando-se os segmentos medicamentos e bebidas, com acréscimos reais de 56,9% e 21,1%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2020.
- Veículos: incremento real de 30,9% (+R\$ 159,6 milhões).
- Energia Elétrica: queda real de 24,4% (-R\$ 271,9 milhões), influenciada pela elevada base comparativa de 2020 devido a recolhimentos de fatos geradores de 2019.
- Comunicação: queda real de 11,8% (-R\$ 114,4 milhões).

ICMS Brasil: A arrecadação acumulada no período de janeiro a outubro de 2021 do ICMS em nível nacional, corrigida pelo INPC/IBGE, incluindo dívida ativa, multas e juros e Simples Nacional, apresentou acréscimo real de 15,29% frente ao mesmo período do ano anterior. A tabela a seguir apresenta o desempenho da arrecadação do ICMS por Unidade Federada.

ICMS BRASIL - janeiro a novembro 2021 - valores em R\$ milhões - (INPC/IBGE)				
Unidade da Federação		2020	2021	Variação (em %)
GO	Goiás	18.614	22.432	20,51%
RO	Rondônia	4.521	5.430	20,10%
MG	Minas Gerais	54.188	64.759	19,51%
AP	Amapá	1.044	1.231	17,97%
RS	Rio Grande do Sul	37.361	43.732	17,05%
ES	Espírito Santo	12.525	14.562	16,26%
SP	São Paulo	154.416	178.981	15,91%
AL	Alagoas	4.418	5.119	15,86%
BA	Bahia	25.776	29.856	15,83%
RR	Roraima	1.284	1.485	15,65%

SC	Santa Catarina	24.639	28.425	15,37%
MS	Mato Grosso do Sul	11.526	13.247	14,93%
TO	Tocantins	3.401	3.907	14,88%
PB	Paraíba	6.263	7.147	14,11%
PR	Paraná	32.771	37.315	13,87%
AC	Acre	1.412	1.608	13,83%
CE	Ceará	13.484	15.307	13,51%
RJ	Rio de Janeiro	40.094	45.415	13,27%
PI	Piauí	4.846	5.476	12,99%
PE	Pernambuco	18.270	20.602	12,77%
PA	Pará	14.346	16.161	12,65%
SE	Sergipe	3.624	4.078	12,53%
MA	Maranhão	8.466	9.461	11,76%
MT	Mato Grosso	15.981	17.740	11,00%
AM	Amazonas	11.240	12.470	10,95%
RN	Rio Grande do Norte	5.932	6.553	10,47%
DF	Distrito Federal	9.029	9.439	4,54%
	BRASIL	539.472	621.938	15,29%

Fonte: SEAE/SEEC-DF e COTEPE/CONFAZ/MF

III. ARRECAÇÃO DO ISS: A receita por modalidade de recolhimento do ISS deixou de ser obtida por meio de consulta no SIGGO devido a reclassificação das contas de receita pela contabilidade pública. Para obter o perfil da arrecadação do imposto por modalidade de recolhimento, a fonte utilizada foi o SIGEST. Com isso, o total da arrecadação adiante apresentado diverge daquele constante nos quadros iniciais deste relatório, cuja fonte foi o SIGGO. Vale mencionar que a fonte SIGEST não contempla a modalidade ISS por retenção via SIGGO.

1. ISS por modalidade de recolhimento: No mês de dezembro de 2021 a maior participação no total da receita do imposto é a do regime Normal de tributação com 49,6%, seguida do recolhimento efetuado por terceiros sob responsabilidade do setor privado (Retenção e Substituição Tributária) com 22,8%, do ISS Simples Nacional (13,2%), da Retenção via SIAFI (10,5%), das Multas e Juros e Dívida Ativa (2,8%) e de Outros (1,2%).

ARRECAÇÃO DO ISS POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO (1) E (2)							
ITEM	Valores reais (em R\$ mil)				Variação real (%)		Composição da arrecadação (dez/21)
	dez/20	jan-dez/20	dez/21	jan-dez/21	dez/ 21 / dez/20	jan-dez/21	
						jan-dez/20	
Normal	78.646	905.935	93.212	1.024.199	18,50%	13,10%	49,60%
Retenção + ST	40.723	499.286	42.920	501.842	5,40%	0,50%	22,80%
Retenção via SIAFI	33.498	218.249	19.650	184.166	-41,30%	- 15,60%	10,50%
ISS - Simples Nacional	21.018	213.496	24.822	261.144	18,10%	22,3%	13,20%
Multas e juros e Dívida ativa	72.207	118.963	5.204	71.923	-92,80%	- 39,50%	2,80%
Outros (3)	2.165	30.891	2.175	33.699	0,50%	9,10%	1,20%
Total da arrecadação	248.257	1.986.819	187.984	2.076.973	-24,30%	4,50%	100,00%

Fonte SIGEST

Nota: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.
2. Exceto Retenção via SIGGO
3. Outros - sociedade de profissionais, importação, autônomo, parcelamento e auto de infração

Destaques do período de janeiro a dezembro de 2021

Quanto ao comparativo do período acumulado de janeiro a dezembro de 2021 com o correspondente período de 2020 observou-se um aumento real de 4,5%. Ocorreram aumentos em todas as modalidades de recolhimento, à exceção da modalidade Multas e Juros e Dívida Ativa (+R\$ 47,0 milhões) e da Retenção Via SIAFI (-R\$ 34,1 milhões). Apresentaram aumento a modalidade Normal (+R\$ 118,3 milhões), o Simples Nacional (+R\$ 47,6 milhões), Outros (+R\$ 2,8 milhões) e o regime de retenção privada (+R\$ 2,6 milhões).

- ISS por atividade econômica: A maior participação na arrecadação do imposto é do segmento de Instituições Financeiras e de Seguro (39,6%), acompanhada pelos segmentos de Saúde e Veterinária (11,6%) e Ensino (4,0%). Contudo, quando agrupados os vários segmentos de baixa representatividade na arrecadação (inferior a 2,0%), a participação global desses segmentos atinge 20,0%.

ARRECAÇÃO DO ISS POR ATIVIDADE ECONÔMICA (1) E (2)

ATIVIDADE	Valores em R\$ mil a preços de dezembro de 2020		Variação real (em %)	Composição da arrecadação (dezembro/2021)
	2020	2021	2021/2020	
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DE SEGURO	716.070	762.937	6,5%	39,6%
SAÚDE E VETERINÁRIA	180.507	223.720	23,9%	11,6%
INFORMÁTICA	128.520	119.574	-7,0%	6,2%
ENSINO	69.842	77.966	11,6%	4,0%
CONSTRUÇÃO CIVIL	60.583	64.778	6,9%	3,4%
SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	71.470	63.523	-11,1%	3,3%
MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	45.905	52.159	13,6%	2,7%
ADVOCACIA	39.129	50.377	28,7%	2,6%
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES E ASSOCIAÇÕES	41.124	46.356	12,7%	2,4%
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS PRESTADAS INCLUSIVE A EMPRESAS	31.732	41.401	30,5%	2,1%
CONSULTORIA E CONTABILIDADE	36.399	39.830	9,4%	2,1%
DEMAIS ATIVIDADES	375.029	384.747	2,6%	20,0%
TOTAL	1.796.309	1.927.367	7,3%	100,0%

Destaques do período de Janeiro a Dezembro de 2021

Quanto ao comparativo do período acumulado de janeiro a dezembro de 2021 com o correspondente período de 2020 observou-se um aumento real de 4,5%. Ocorreram aumentos em todas as modalidades de recolhimento, à exceção da modalidade Multas e Juros e Dívida Ativa (+R\$ 47,0 milhões) e da Retenção Via SIAFI (-R\$ 34,1 milhões). Apresentaram aumento a modalidade Normal (+R\$ 118,3 milhões), o Simples Nacional (+R\$ 47,6 milhões), Outros (+R\$ 2,8 milhões) e o regime de retenção privada (+R\$ 2,6 milhões).

TARF - Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais: Os julgamentos de segunda instância tiveram os resultados a seguir:

RECURSOS REGISTRADOS	2021	%
Recurso Voluntário	112	22
Reexame Necessário	27	5
Recurso Extraordinário	143	28
Reexame Necessário ao Pleno	17	3
Recurso Contra a Decisão do Presidente	1	0
Embargos de Declaração	90	18
Recurso de Jurisdição Voluntária	115	23
TOTAL	505	100

RECURSOS RECEBIDOS POR ESPÉCIE	2021	%
Recurso Voluntário	115	25
Reexame Necessário	27	6
Recurso Extraordinário	109	24
Reexame Necessário ao Pleno	17	4
Recurso Contra a Decisão do Presidente	1	0
Embargos de Declaração	71	16
Recurso de Jurisdição Voluntária	115	25
TOTAL	452	100

RECURSO JULGADO	2021	%
1ª Câmara	91	16

2ª Câmara	91	16
PLENO (ORDINÁRIA)	395	68
TOTAL	577	100

ACORDÃOS APROVADOS	2021	%
1ª Câmara	114	18
2ª Câmara	115	18
PLENO	411	64
TOTAL	640	100

SESSÕES REALIZADAS	2021	%
1ª Câmara	37	21
2ª Câmara	37	21
PLENO (ORDINÁRIA)	95	54
PLENO (ADMINISTRATIVA)	8	5
TOTAL	177	100

GESTÃO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

SEGMENTO PLANEJAMENTO

A Secretaria Executiva de Planejamento, no exercício de seu alcance regimental, com o consórcio de suas Subsecretarias, executou ações de planejamento, captação de recursos, desenvolvimento e manutenção de sistemas de informática, gestão de compras e contratações, execução e monitoramento de projetos da SEEC e governamentais, entre outras atribuições.

Em relação ao monitoramento de iniciativas estratégicas do PEDF, são 884 projetos ou ações estratégicas monitoradas mensalmente, divididos em oito eixos temáticos, oriundas das pactuações realizadas no âmbito do Plano Estratégico do Distrito Federal 2019 - 2060 (PEDF).

O sistema conta com quatro módulos já implementados: 1) Consulta a processos oriundos do TCDF; 2) Painel de Gestão Distrital Covid-19; 3) Cronogramas gerenciais para apoiar o monitoramento da Ação Coordenada SEF e SPLAN e 4) Painéis com a composição da força de trabalho do GDF. Outros dois módulos estão em desenvolvimento: 1) Monitoramento de Recursos para Obras; 2) Ferramenta para gerenciamento de tarefas e processos em apoio aos trabalhos do Gabinete/SEEC. O painel, atualizado diariamente, engloba dados dos recursos disponibilizados no enfrentamento à pandemia, bem como nomeações e contratação de pessoal em razão da Covid, aquisição de equipamentos e insumos, disponibilização de leitos e de infraestrutura hospitalar, além da gestão das doações realizadas no âmbito do Comitê de Emergência COVID-19.

Destacam-se as seguintes ações realizadas ao longo de 2021:

- Relatório detalhado atendendo a questionamentos apresentados pela CPI Covid-19;
- Revista com as ações empreendidas pela SEEC no enfrentamento à pandemia da Covid-19 no DF;
- Revista com as ações realizadas pela SEEC em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social;
- Revista com dados dos principais programas sociais do Distrito Federal;
- Apoio na confecção de briefing para lançamento do Programa Pró-Economia II.

Acompanhamento da gestão do Programa Mobilidade Cidadã, colaborando com a interlocução entre os responsáveis, com a checagem de dados de beneficiários e com a elaboração de relatórios gerenciais. Em agosto de 2021 foi formada nova comissão para acompanhamento do benefício destinado ao setor de Turismo. O Programa ofertou auxílio mensal no valor de R\$ 600,00, em três parcelas, beneficiando 2.811 taxistas, 1.475 proprietários de vans escolares e 204 proprietários de veículos destinados ao transporte de turismo

A SEEC colaborou com a Secretaria da Mulher na Elaboração do II Plano Distrital de Políticas para Mulheres, a partir de projetos e ações monitorados no âmbito do PEDF, além de ofertar

aporte metodológico para o processo de monitoramento das ações previstas no Plano. O PDPM tem o propósito de orientar políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e a valorização das diversidades no Distrito Federal. O documento está alinhado com os parâmetros internacionais, nacionais e distritais, destacando-se os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e o Plano Estratégico do Distrito Federal.

A SEEC atuou no apoio à elaboração do Caderno de Sugestões de Emendas Distritais 2022, com a interlocução da Rede de Gestão Estratégica e com pontos focais das Administrações Regionais para alinhamento de prazos e procedimentos necessários à confecção do Caderno, bem como a compilação das sugestões de emendas distritais formuladas por órgãos e entidades.

Em parceria com a Codeplan, a SEEC coordenou os trabalhos para aplicação do questionário de Competividade dos Municípios no Distrito Federal (ICM). O Projeto é desenvolvido pelo Ministério da Economia, com o objetivo avaliar o ambiente de negócios dos municípios. Foram compiladas respostas aos 453 quesitos apresentados, a partir de articulação com a Rede de Gestão Estratégica. Em fase de confecção, caderno técnico com os resultados apresentados.

Quanto às atividades relacionadas à execução e ao monitoramento de projetos estratégicos para a SEEC, em 2021, aconteceu a revisão do seu Planejamento Estratégico Institucional (PEI) atualizando a carteira da SEEC de 87 para 132 iniciativas estratégicas. Além destas 132 do PEI, a SEEC monitora com a ferramenta de gestão chamada GestãoDF, mais 19 iniciativas que constam do PEDF 2019-2060.

Ao longo de 2021, a SEEC prosseguiu com o desdobramento da estratégia governamental, por meio do apoio técnico e metodológico aos demais órgãos governamentais na elaboração e na revisão dos seus planejamentos estratégicos institucionais. Órgãos que solicitaram parceria da SEEC na implementação deste trabalho:

- SEJUS – Secretaria de Justiça do Distrito Federal;
- SMDF – Secretaria da Mulher do Distrito Federal;
- SEAPE – Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal;
- Administração Regional de São Sebastião;
- SEDUH – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - Revisão;
- EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão rural do Distrito Federal - Revisão;
- PGDF - Procuradoria Geral do Distrito Federal - Revisão;
- SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Revisão;
- SECID - Secretaria Executiva de Cidades - Revisão;
- SPP - Secretaria Executiva de Políticas Públicas - Revisão;

Em continuidade às ações estratégicas, a SEEC desenvolveu e promoveu a manutenção do Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do Distrito Federal – GESTÃO-DF, onde se destacam as seguintes atividades em 2021:

- Desenvolvimento do Painel de Monitoramento das Ações Governamentais de Enfretamento ao COVID-19;
- Implementação do Módulo de Planejamento Estratégico Institucional - PEI;
- Customização do Módulo de Planejamento Estratégico Institucional da SEEC para fins de monitoramento pelo Escritório de Projetos Institucionais e Inovação.
- Finalmente, por meio da assessoria de gestão estratégica, foi dada assessoria à Comissão Distrital para implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no âmbito do Governo do Distrito Federal, auxiliando na divulgação e implementação da Agenda 2030 nos órgãos governamentais.

Em 28 de junho de 2021 foi encerrado o PROFISCO I, empréstimo internacional que financiou a execução da Carteira de Projetos do PRODEFAZ para fortalecimento da Gestão Fiscal do Distrito Federal, no valor contratado de U\$ 31.997.000, dos quais foram executados 97,14%. O GDF tinha obrigação contratual de apresentar U\$ 4.743.000,00 e foram oferecidos U\$ 4.920.420, perfazendo o total de 103% do contratado para contrapartida. Foram

executados ao longo de 5 anos, 22 grandes projetos. São eles Gestão por Resultados, Metodologia de Aferição do Potencial de Arrecadação, Programa de Intercâmbio, Modernização da Fiscalização do Trânsito, Modernização da Fiscalização Tributária em Estabelecimentos – Malha Fiscal, Otimização das Ações da Inteligência Fiscal, Aperfeiçoamento da Gestão da Cobrança Administrativa, Novo Site Nota Legal, Reestruturação do Modelo de Atendimento ao Contribuinte, Módulos Integrados ao Sistema da Administração Tributária – SITAF, Programa de Educação Fiscal, Sistemática de Julgamento de Processos – TARF, Melhoria da Gestão Financeira - Plataforma WEB, Modernização do Controle Interno do GDF, Sistemas de Planejamento e Orçamento, Metodologia de Gestão de Compras Governamentais, Sistema de Rastreamento, Plano de Comunicação Institucional Portal SEEC/DF, Sistemas de Planejamento e Orçamento, Modernização da Gestão Documental, Plano de Capacitação e Educação Continuada, Modernização do Controle Interno do GDF.

Na tabela abaixo estão demonstradas as principais entregas do PROFISCO I:

INDICADOR	UN	VALOR	ANO BASE	PLANEJADO	RESULTADO ALCANÇADO NO FIM DO PROJETO	%ATINGIDO
INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS						
Valor de arrecadação do ICMS	R\$	6.481.462.214	2015	7.194.423.000	8.906.325.000	103
REDUÇÃO DO PRAZO DE CONCESSÃO E ALTERAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO REGISTRO FISCAL DE CONTRIBUINTE DO DF						
Prazo de concessão e alteração de inscrição	DIAS	12	2016	5	5	100
REDUÇÃO NO PRAZO DE TRAMITAÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVOS						
Prazo de tramitação de recursos	MESES	10	2016	8	7 MESES E 28 DIAS	100
REDUÇÃO DO CUSTO ANUAL DE CUSTEIO COM IMPRESSÃO (PAPEL E TONNER)						
Valor total anual recuperado pela Cobrança Administrativa	R\$	1.017.780	2015	814.224	205.841	395
INCREMENTO DO VALOR TOTAL ANUAL RECUPERADO PELA COBRANÇA						
Valor total anual recuperado pela Cobrança Administrativa	R\$	317.335.277	2015	380.802.333	1.104.287.527	289

Com o objetivo de contribuir para a integração dos fiscos e para a modernização da gestão, administrativa, fiscal, financeira e patrimonial dos municípios brasileiros, está em processo de contratação o PNFM III, que poderá contar com o aporte de R\$ 49.000.000,00, para o qual deverá apresentar a contrapartida de R\$ 5.444.444,44. As categorias de investimento a serem contempladas são a Administração Integrada ao Controle Espacial, que contará com o aporte de R\$ 23.099.944,44; a Melhoria da Eficiência e Eficácia da Administração Tributária, com R\$ 7.960.000,00; Aperfeiçoamento dos Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, com R\$ 20.270.000,00 e Aperfeiçoamento da Gestão de Recursos Humanos, com R\$ 3.114.500,00. Em 06/12/2021, o endividamento foi deferido pela STN/ME, sendo este o status atual do processo de contratação.

Em abril de 2021, foi executada a aplicação da Metodologia para Avaliação da Maturidade Fiscal – MD-GEFIS, que produziu o diagnóstico da maturidade dos processos de trabalho, pela identificação de pontos fortes e oportunidades de melhoria na Gestão Fiscal. Aplicada nas diversas áreas da Secretaria, coordenado pelo Escritório de Projetos Institucionais e Inovação, com a colaboração de Consultoria. O resultado da aplicação da Metodologia foi a identificação da possibilidade de melhoria pela perspectiva de execução de 18 “entregáveis”, que poderão ser distribuídos em três componentes: Gestão Fazendária e Transparência Fiscal, Administração Tributária e Contencioso Fiscal e Administração Financeira e Gasto Público.

Os achados do MDGEFIS juntamente com as expectativas e demandas apontadas pelas unidades setoriais que compõem a SEEC, identificadas em um ciclo de reuniões ocorrido ao longo de 2021. A partir das demandas aí identificadas, sob coordenação do ESPII e com a colaboração de um consultor, foi elaborada Carta-consulta, extenso documento necessário para dar prosseguimento à negociação e contratação do PROFISCO II.

As ações previstas na Carta-consulta deverão repercutir no conjunto da sociedade do Distrito Federal, elevando sua capacidade em prover os serviços públicos por meio do incremento do

nível da receita própria e da melhoria da qualidade dos gastos públicos em bases sustentáveis.

Para população, os resultados positivos estarão relacionados com melhorias na arrecadação, redução dos gastos e transparência fiscal, contribuindo para uma melhoria na qualidade de vida tanto dos contribuintes quanto da sociedade em geral. O projeto beneficiará distintos órgãos da Administração Pública Distrital tais como: Secretaria de Economia, Procuradoria Geral; e Controladoria. O valor proposto pela Carta importa em U\$ 72.730.000, com valor de US\$ 7.270.000,00 a ser oferecido como contrapartida pelo DF.

Sistema e-ContratosDF: No ano de 2021, foram implementadas diversas melhorias no módulo administrativo do sistema, frutos da cooperação entre as equipes técnica da SPLAN e da CESB.

Foi implantado o mecanismo que condiciona o pagamento de notas fiscais no Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGo), ao prévio cadastramento do contrato no Sistema de Gestão de Contratos (e-ContratosDF), contribuindo assim para um processo mais seguro, ágil e integrado para as atividades relacionadas às contratações do Governo do Distrito Federal.

Outra iniciativa realizada em 2021, foi a capacitação do e-ContratosDF em parceria com a Escola de Governo (EGOV), onde aproximadamente 450 servidores aprofundaram seus conhecimentos sobre a operação do sistema e sobre os fluxos de gestão contratual executados no GDF. Além disso, realizou-se também uma turma em caráter experimental para a capacitação exclusiva de gestores e fiscais de contratos da Secretaria de Economia, reunindo 70 servidores para discutir algumas funções específicas que estes desempenham no sistema.

O módulo administrativo conta atualmente com 7.330 contratos cadastrados, um aumento de 54% em relação ao ano anterior (2020), tendo a adesão de mais de 88% dos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal.

Sistema e-ComprasDF: Atualmente, foram iniciadas tratativas para que a plataforma atendesse e realizasse as licitações e planejamento de compras das estatais e empresas públicas, de maneira que o sistema está em corrente adaptação para atendimento da Lei nº 13.303/2016 que disciplina o regime licitatório das empresas públicas, sociedades de economia mista e subsidiárias, e dispõe sobre seu estatuto jurídico).

Ademais, também foram iniciadas as tratativas para adaptação do e-Compras para adequação da nova lei de Licitações (Lei 14.133/2021) com prazo para adaptação em até 2 anos.

Cadernos Técnicos: Com o auxílio de consultoria especializada contratada (processo SEI Nº 00410-00018084/2017-71), está em andamento o projeto "Construção de Cadernos Técnicos GDF". Esse projeto visa ao aprimoramento do modelo de gestão dos serviços terceirizados e à construção/customização de cadernos técnicos de serviços mais recorrentes no mercado e que impactam significativamente no orçamento das compras públicas.

O projeto busca atender o eixo estratégico 'Metodologia' do Programa de Gestão de Compras Governamentais do Distrito Federal (COMPRASDF), instituído pelo Decreto nº 37.729, de 26 de outubro de 2016.

Em 2021, foram entregues 22 Cadernos Técnicos de Contratação de Serviços Terceirizados, que são manuais com objetivo de padronizar, modernizar e agregar inteligência aos modelos de contratações adotados em âmbito Distrital. O projeto baseou-se no CadTerc da Bolsa Eletrônica de Compras de SP, com adaptações ao GDF. Os Cadernos estão divididos por temas e serão publicados na Internet para livre consulta pela Administração Pública, a fim de servir como guia para contratações, uma vez que englobam orientações desde o planejamento até a execução da contratação. O projeto conta com a participação de mais de 60 profissionais técnicos especializados, resultando em mais de 4000 páginas de conteúdo técnico.

Programa Cartão Gás: Instituído pela Lei nº 6.938/21 e regulamentada pelo Decreto nº 42.376/21, o Programa Cartão Gás é uma iniciativa do GDF para enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19. A execução ficou por conta da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), o cadastramento e fiscalização

dos estabelecimentos ficou com a Secretaria de Economia (SEEC) e o agente financeiro foi o Banco de Brasília (BRB).

Desde o início até o momento, a Comissão Técnica, composta por colaboradores da SCG, já cadastrou 194 empresas revendedoras, com base nos critérios da Portaria-SEEC nº 211/2021. Além disso, é responsável por verificar e fiscalizar o cumprimento das obrigações acordadas com as empresas. O GDF prevê a movimentação de mais de R\$24 milhões na economia local com a revenda do produto até o fim desse ano.

Licitações Regulares: No ano de 2021, houve 138 (cento e trinta e oito) procedimentos licitatórios. Desses, 59 (cinquenta e nove) resultaram em Registro de Preços, 51 (cinquenta e um) com dotação orçamentária para contratação imediata foram finalizados e 37 (trinta e sete) deles serão finalizados no ano em curso.

Abaixo, tabela demonstrativa dos valores estimados e os valores homologados dos procedimentos licitatórios:

Em R\$

PROCESSOS LICITATÓRIOS INICIADOS	138
Valor estimado	558.208.887,74
Valor homologado	183.203.298,52
PROCESSO HOMOLOGADO NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)	59
Valor estimado	511.931.927,83
Valor homologado	162.068.605,14
PROCESSO HOMOLOGADO COM DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	51
Valor estimado	46.276.959,91
Valor homologado	21.134.693,38
PROCESSOS A SEREM FINALIZADOS NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)	21
Valor estimado	276.367.368,36
PROCESSO A SEREM FINALIZADOS COM DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	16
Valor estimado	21.797.200,50

Em 13 de abril do ano corrente, por meio do Decreto nº 41.983/2021, foi criada na estrutura da Coordenação de Análise de Compras (COAC), a Diretoria de Projetos Especiais (DIPRE/COAC), com a atribuição de verificar a conformidade legal das instruções processuais voltadas à contratação de Tecnologia da Informação e Comunicação. Nesta Unidade, foram tratados 21 processos.

Planos de Suprimentos - PLS: Foram gerados 103 planos, contemplando um total de 1.922.

GRUPO DE CONTRATAÇÃO	QUANTIDADE DE ITENS EM PLS
Material de consumo	1236
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	426
Equipamentos e material permanente	208
Serviço de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	32
Locação de mão-de-obra	11
Passagens e despesas com locomoção	5
SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	4
TOTAL	1922

Atas de Registro de Preço: A fim de atender aos diversos Órgãos que compõem a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal, no decorrer do ano de 2021, estiveram vigentes 216 Atas de Registro de Preços, resultado de 1.383 itens licitados e 1.062 itens registrados, cujo valor licitado foi de R\$ 186.990.538,69.

Autorizações de compras emitidas para utilização das Atas de Registro de Preços: Foram emitidas 4.942 autorizações de compras, para um total de 80 Órgãos. O valor total autorizado foi na ordem de R\$ 96.563.805,34.

Adesões às Atas de Registro de Preços: Foram autorizadas 74 adesões, contemplando o total de R\$ 32.149.955,22.

Contratos e instrumentos congêneres firmados pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal: Realizou-se a gestão administrativa de 133 contratos e 38 termos congêneres, totalizando 171 instrumentos vigentes no âmbito desta Pasta.

No período compreendido entre 1º de janeiro e 25 de novembro de 2021, foram firmados 41 novos contratos e 16 instrumentos congêneres. Até 25 de novembro de 2021, foram formalizados o total de 70 Termos Aditivos e 46 apostilamentos aos contratos firmados no âmbito desta Secretaria.

Repactuações, revisões, reajustes, acréscimos e supressões contratuais: De 1º de janeiro a 25 de novembro de 2021, foram repactuados 23 contratos com dedicação exclusiva de mão de obra. Quanto ao reajuste em sentido estrito, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foram formalizados 28 instrumentos. No mesmo período, foram celebrados 31 acréscimos contratuais, correspondendo a uma majoração total de R\$ 329.700.236,39 e uma supressão contratual, correspondendo a uma redução de R\$ 21.750,72.

Acompanhamento e Controle dos Instrumentos sob Gestão da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal: Foram confeccionados 135 extratos para dar publicidade às novas contratações e aos termos aditivos celebrados, foram efetuados os respectivos registros no Sistema de Gestão de Contratos (e-ContratosDF) e no Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGo) e realizado o controle periódico de suas garantias contratuais, totalizando o quantitativo de 104 garantias efetivadas. Procedeu-se ao encerramento de 78 processos de contratação.

Almoxarifado Virtual: Ainda relacionado à gestão de compras, o Almoxarifado Virtual é uma estratégia que visa à contratação de empresa especializada na operação logística do processo tradicional de compra e armazenamento de materiais de consumo administrativo (recebimento, armazenagem, separação, expedição, distribuição, guarda, inventário e conservação), por meio de ferramenta informatizada. Esta solução diminui custos administrativos, desburocratiza, reduz o espaço físico ocupado com estoque ao mesmo tempo que é fácil e prática ao usuário. Além disso, o Almoxarifado Virtual Nacional tem por benefícios:

1. diminuição do número de processos licitatórios para aquisição de materiais de consumo;
2. aumento da transparência;
3. simplificação dos processos de logística;
4. economia de escala;
5. racionalização do consumo;
6. redução de custos com controle;
7. utilização de sistema dedicado; e
8. redução de espaços físicos e do número de servidores dedicados à atividade de almoxarifado.

A Secretaria de Estado de Economia está em fase final de contratação da solução, no valor total de R\$ 2.078.106,9870, com objetivo de modernizar os 84almoxarifados dos órgãos integrantes do Sistema Integrado de Gestão de Material.

A SEEC, através da área de TIC, dá apoio estratégico e técnico às áreas de negócio, além de ampliar a sua atuação como provedora de serviços tecnológicos ao complexo administrativo distrital e aos cidadãos do Distrito Federal.

Desenvolveu sistemas e deu suporte às principais soluções de gestão da informação, em especial aquelas que, pela natureza do negócio, possuem características corporativas para atender o Cidadão, o Servidor e a Gestão Administrativa.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

ENTREGA	QUEM UTILIZA	PÚBLICO-ALVO
Sustentação de 422 serviços (Carta de serviços), dos quais: 44 serviços via Portal Agenci@Net 27 serviços via Portal Nota Legal 148 serviços via Atendimento Virtual	GDF	POPULAÇÃO
Contratação e implementação de tecnologia Big Data para o processamento massivo em alta performance de documentos fiscais eletrônicos e dados governamentais	SEEC	POPULAÇÃO GDF
Contratação e distribuição a todo o GDF de licenças de plataforma de videoconferência	GDF	GDF
Contratação de empresa para modernização e expansão da plataforma de Business Intelligence - Qlik	SEEC	SEEC
Ampliação da solução tecnológica existente para permitir a integração dos 3 Datacenters responsáveis pela oferta de serviços de TIC aos órgãos e entidades do GDF, utilizando solução com recurso de balanceamento global entre sites (GSLB), que permite o aumento da disponibilidade e desempenho, distribuindo a carga de acesso entre eles	GDF	POPULAÇÃO ÓRGÃOS SERVIDORES GDF
Novo Portal de Serviços do GDF com Assistente Virtual (serviços.df.gov.br)	GDF	POPULAÇÃO
INAS - Cadastramento de Plano de Saúde	GDF	ÓRGÃOS E SERVIDORES DO GDF
Implementação de webservices para SISPE, SPP e SISCONEP	GDF	ÓRGÃOS E SERVIDORES DO GDF
Sistema de Clube de Desconto	GDF	POPULAÇÃO

Sistema E-compras	GDF	ÓRGÃOS E SERVIDORES DO GDF
Sistema SFCC: implementação de gestão de frotas	GDF	ÓRGÃOS E SERVIDORES DO GDF
Sistema Agenda DF: inclusão Secretaria de Saúde, Hemocentro, Secretaria da Mulher, IPREV, PGDF, HVEP	GDF	POPULAÇÃO, ÓRGÃOS E SERVIDORES DO GDF
Sistema de Peticionamento Eletrônico do SEI (SISPE): melhoria Multi-órgão	GDF	POPULAÇÃO, ÓRGÃOS E SERVIDORES DO GDF
Sislanca: webservice	GDFSislanca: webservice	POPULAÇÃO, ÓRGÃOS E SERVIDORES DO GDF

Foram implementados o projeto WI-FI SOCIAL - GDF ONLINE, com 73 pontos instalados com internet gratuita.

EVOLUÇÃO REDE GDFNET NO SEGMENTO FIBRA ÓTICA		
Até Dez/2020	Até Nov/2021	TOTAL
751km de fibra	+200km de fibra própria	951km de fibra própria

Quanto à coordenação das estatais e órgãos colegiados, em 2021, foi fortalecida a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade da coisa pública.

Em parceria com a áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, foi desenvolvido o Projeto de acesso à informação das Estatais, qualificado como, Sistema Integrado de Governança das Estatais do Distrito Federal - SIGE, que contemplará um sistema de coleta de dados e de painel de governança corporativa das Empresas Estatais do Governo do Distrito Federal – GDF.

Fortaleceu-se, ainda, a transparência no âmbito do governo do Distrito Federal, implementando o gerenciamento contínuo dos órgãos colegiados, contemplando as informações da composição das referidas e demais dados inerentes a missão de cada órgão.

Os referidos projetos otimizaram o valor econômico das organizações, facilitaram o acesso a recursos, contribuíram para a qualidade da gestão, alavancaram sua longevidade e o bem comum, como também fortaleceram as decisões governamentais

Quanto às relações estabelecidas com o terceiro setor, ao longo de 2021, cujo objetivo principal é a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social – OS ou como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, a SEEC buscou atender às demandas do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT em decorrência do interesse do Governo de Brasília em firmar contratos de gestão, mais especificamente, na área de Saúde; coordenar atividades do Conselho de Gestão das Organizações Sociais – CGOS, O Conselho tem como Presidente, estabelecido pela Lei de OS, o Secretário de Estado de Economia do Distrito Federal. A competência precípua do CGOS é analisar e propor a qualificação e a desqualificação de entidades civis sem fins lucrativos como Organizações Sociais ao Governador do Distrito Federal, monitorar os contratos de gestão firmados e avaliar os resultados alcançados. O CGOS aprovou a publicação do Aviso de Chamamento Público 01/2021 no DODF.

Foram analisados 25 processos de entidades sem fins lucrativos para qualificação como Organização Social ou como OSCIP no âmbito do Governo do Distrito Federal, conforme tabelas abaixo:

PROCESSOS OS	QUANTIDADE
SITUAÇÃO	2021
Em análise (URTS/SES)	10
Qualificados/renovação	2
Indeferidos	9
Suspensos	0
Cassados/perdas	0
Anulados	0
TOTAL	21

PROCESSOS OSCIP	QUANTIDADE
SITUAÇÃO	2021

Em análise (URTS/SES)	0
Qualificados/renovação	3
Indeferidos	1
Suspensos	0
Cassados/perdas	0
Anulados	0
TOTAL	4

Também ocorreu a criação ou disponibilização da plataforma eletrônica para o processamento das parcerias feitas entre o Governo do Distrito Federal e as Organizações da Sociedade Civil, conforme Lei nº 13.019/2014 e pelo Decreto Distrital nº 37.843/2016.

SEGMENTO ORÇAMENTO

Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO Coordenação do processo de elaboração do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 (PLDO/2022), a qual estabelece as metas e prioridades para o ano de 2022. Teve início em março de 2021, passando pelas fases de planejamento, elaboração de cronograma de responsabilidades e prazos, realização de audiência pública, recebimento de propostas da sociedade, compilação das informações de diversos órgãos e atores que participam do processo, elaboração do anteprojeto de lei, incluindo demonstrativos e anexos, envio do projeto de lei a CLDF, discussão sobre a viabilidade técnica das emendas parlamentares e proposições de vetos. Ao final do processo foi sancionada a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022, Lei nº 6.934, de 05 de agosto de 2021, publicada em 5 de agosto de 2021, com a consequente revisão dos demonstrativos e anexos.

Link para acesso ao documento na íntegra:

<https://www.economia.df.gov.br/ldo-2022-lei-n-6-934-2021-versao-original>

Lei Orçamentária Anual – LOA: Coordenação do processo de elaboração do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022 por meio do envolvimento das diversas unidades orçamentárias pertencentes aos órgãos e entidades do Distrito Federal, teve início em maio de 2021, passando pelas etapas de planejamento, elaboração do cronograma de responsabilidades e prazos, análise quanto à compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, a partir de demandas de unidades orçamentárias, e de proposições de emendas parlamentares, realização de audiência pública, recebimento de sugestão de cidadãos e das propostas orçamentárias das unidades.

Todas as etapas supracitadas foram desenvolvidas na plataforma SIOP/WEB que está na fase de teste e implantação. Encerrada todas essas etapas houve a compilação das informações e a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2022 (PLOA/2022), incluindo demonstrativos e anexos, que foram encaminhados à Câmara Legislativa do Distrito Federal para apreciação e votação.

Link para acesso ao documento na íntegra:

<https://www.economia.df.gov.br/projeto-de-lei-de-diretrizes-orcamentarias-pldo-2022>

Decreto de limitação inicial de empenho: Edição do Decreto nº 41.700, de 08 de janeiro de 2021, que regulamenta o lapso temporal entre a publicação da Lei Orçamentária Anual para 2020 – LOA/2021 e a efetivação do Decreto de Programação Financeira, propondo-se a assegurar o equilíbrio das contas públicas para uma adequação das despesas governamentais e efetiva arrecadação das receitas estatais. Decreto de encerramento do exercício financeiro de 2021. Edição do Decreto nº 42.614, de 13 de outubro de 2021, que dispõe sobre prazos e procedimentos para encerramento do exercício financeiro de 2021. Estabelece que até a data de 31 de dezembro de 2021 as unidades gestoras devem realizar os ajustes orçamentários, financeiros, patrimoniais e contábeis com vistas ao encerramento do exercício financeiro de 2021.

Emendas Parlamentares Distritais: Edição do Decreto nº 41.919, de 19 de março de 2021, que regulamenta a execução obrigatória de emendas parlamentares distritais, para os subtítulos destinados a investimentos, manutenção e desenvolvimento do ensino, saúde, infraestrutura urbana e assistência social à criança e ao adolescente.

Gerenciamento dos bloqueios e desbloqueios orçamentários, no sistema SISCOF, para resguardar a execução das emendas individuais, em conformidade com a Lei de Diretrizes

Orçamentárias e a Lei Orgânica do Distrito Federal, conforme Decreto nº 38.968, de 03 de abril de 2018, Portaria Conjunta nº 47, de 27 de julho de 2018, Ato da CEOF nº 01, de 27 de novembro de 2018 e o Decreto nº 41.919, de 19 de março de 2021. Em 2021 foram gerenciadas R\$ 473,5 milhões em autorizações parlamentares, num total de 1.012 (um mil e doze) emendas.

Coordenação do Caderno de Sugestões de Emendas Parlamentares Distritais, no sistema SISCAEP, que é um catálogo com sugestões apresentadas aos membros da CLDF, com o propósito de auxiliar na proposição de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício seguinte.

Avaliação do PPA 2020-2023: O Plano Plurianual – PPA consiste em um Instrumento de planejamento governamental institucionalizado (conforme estabelecem os arts. 165 da Constituição Federal e 149, inciso I e §§ 1º e 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal), que define diretrizes, programas, ações, objetivos, metas e indicadores do governo para o período de quatro anos, com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas.

Elaborado no primeiro ano de cada mandato do Governador, o PPA orienta a elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e das Leis Orçamentárias Anuais (LOA), devendo ser compatível com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), e inclui obrigatoriamente os investimentos e despesas de caráter continuado que serão efetuadas no período de sua vigência. A Lei nº 6.490, de 29 de janeiro de 2020, dispõe sobre o PPA 2020-2023, e apresenta, entre outros dispositivos, possibilidades de revisão do plano plurianual para o quadriênio 2020-2023.

Até 2021 a lei foi revisada pelos seguintes normativos: Lei nºs 6.624, de 06 de julho de 2020; 6.772, de 30 de dezembro de 2020 e 6.939, de 16 de agosto de 2021 e Decretos nºs 41.667, de 30 de dezembro de 2020 e 42.602, de 08 de outubro de 2021 e ainda, em tramitação na Câmara Legislativa, o projeto de Lei nº 2.257/2021, que dispõe sobre a revisão do plano plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 6.490, de 29 de janeiro de 2020, e suas alterações. Tais revisões referem-se à alteração dos Anexos I e II da Lei nº 6.490/2020, em face, também, dos reflexos decorrentes da pandemia do novo coronavírus – COVID-19. Destaca-se, em 2021, a continuidade dos trabalhos realizados visando o desenvolvimento e o aprimoramento do Sistema PPA/WEB nos módulos elaboração, revisão, monitoramento e avaliação do PPA.

Publicação da Portaria nº 70, de 15 de março de 2021, contendo o cronograma de responsabilidades e prazos dos órgãos e entidades do Distrito Federal para elaboração, acompanhamento, avaliação e revisão dos instrumentos de planejamento governamental – Plano Plurianual 2020-2023, Relatório de Gestão do Governo do Distrito Federal, Demonstrativo dos Indicadores de Desempenho por programas de governo e Relatório de Desempenho Físico-Financeiro das ações governamentais para o exercício de 2021.

Acompanhamento das ações de governo: O acompanhamento físico-financeiro das ações de governo que visa subsidiar a elaboração do Relatório de Desempenho Físico - Financeiro em cumprimento ao que dispõe o art. 153, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, que determina ao poder executivo publicar, até o trigésimo dia após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

O acompanhamento e controle das etapas das ações, realizado por meio do SAG – Sistema de Acompanhamento Governamental, tem como principal objetivo permitir o conhecimento do conjunto de ações do governo em seus aspectos quantitativos, qualitativos, espacial e temporal, além de detectar possíveis distorções ou desvios entre o planejado e o executado.

Nesse sentido, o Relatório de Desempenho Físico-Financeiro é um importante instrumento de planejamento que possibilita aos gestores demonstrar aos órgãos de controle, às unidades orçamentárias do governo e à sociedade os resultados alcançados durante o exercício e auxilia, ainda, na identificação, ao final do exercício, do cumprimento de metas previstas no Plano Plurianual - PPA e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Os relatórios de desempenho físico-financeiro foram disponibilizados no sítio da SEEC, além daquele referente ao 6º bimestre de 2020, os relatórios do 1º ao 5º bimestres de 2021.

Link para acesso ao documento na íntegra:

<https://www.economia.df.gov.br/acompanhamento-governamental-sag>

GESTÃO ADMINISTRATIVA

SEGMENTO ADMINISTRAÇÃO

DOCUMENTAL

No âmbito da gestão documental, foi finalizada a nova versão do Manual de Comunicação Oficial do Governo do Distrito Federal e encaminhada à Assessoria de Comunicação - ASCOM para diagramação e revisão. Foram elaborados documentos de boas práticas sobre a conversão de processos físicos em eletrônicos, sobre o uso do SINJ-DF para consultas e a revisão do texto elaborado pela Unidade Central do Processo Eletrônico e Inovação UGPEL, conforme proposta de alteração da Portaria nº 459/2016, que define os parâmetros para uso e gestão do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF), no âmbito dos órgãos e entidades do Distrito Federal.

Com a criação do Serviço de Protocolo Central, objetivando atender a todos os órgãos do GDF, foram realizados diversos atendimentos, como recebimento de processos físicos (quantidade - 230), postagem ECT (quantidade - 4.309), malote - correspondência e processos (quantidade - 177), distribuição interna - correspondência e processos (quantidade - 4.187), distribuição aos órgãos do GDF instalados no Buriti (quantidade - 1.240), cadastro interno de documentos físicos no SEI (quantidade - 3.723), cadastro externo de documentos físicos no SEI (quantidade - 620) e habilitação de usuário-externo (quantidade - 1.313).

No que se refere a serviços de arquivo, foram realizados 3.660 arquivamentos, 199 desarquivamentos, 24 reproduções físicas de documentos (papéis impressos), 1.912 digitalizações de processos, 610.646 imagens geradas, 156 pesquisas em microfimes, 125 pesquisas em fichas financeiras, 2.701 identificações e revisões de processos não cadastrados no SICOP, 4.126 cadastramentos de processos no SICOP, 43 orientações técnicas, 6.418 transferências de caixas com processos físicos e 23.127 digitalizações de folhas de frequência de servidores.

Em relação à gestão e atualização de normas do Poder Executivo no Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal (SINJ-DF), foram realizados 308 cadastros de diários oficiais, 3.106 cadastros de atos normativos, 45.178 edições de atos normativos, 8.015 vídeos cadastrados ou editados, 10.302 formatações e uploads de textos para base de pesquisa, 34.582 pesquisas gerais, 180 atendimentos por e-mail a usuários e 585.878 pesquisas registradas, realizadas diretamente pelos usuários.

FINANCEIRO

No que concerne à gestão financeira, o Plano de Pagamento de Precatório de 2021 foi homologado no valor de R\$ 382.167.643,79 (trezentos e oitenta e dois milhões, cento e sessenta e sete mil seiscentos e quarenta e três reais e setenta e nove centavos), sendo depositado mensalmente o montante de 1,5% (um e meio por cento) da Receita Corrente Líquida - RCL. Desta forma, foram empenhados, liquidados e pagos o montante de R\$ 253.784.090,05 (duzentos e cinquenta e três milhões, setecentos e oitenta e quatro mil noventa reais e cinco centavos), referente aos repasses feitos a partir do mês de março de 2021.

Com referência aos valores repassados nos meses de janeiro, fevereiro e uma parte do repasse efetuado em março/2021 foram para cumprir o Plano de Pagamento de Precatórios de 2020, no montante de R\$ 106.529.282,95 (cento e seis milhões, quinhentos e vinte e nove mil duzentos e oitenta e dois reais e noventa e cinco centavos). Do saldo remanescente, no total de R\$ 128.383.553,74 (cento e vinte e oito milhões, trezentos e oitenta e três mil quinhentos e cinquenta e três reais e setenta e quatro centavos), parte deverá ser paga com 1,5% da RCL referente aos meses de novembro e dezembro, e o restante, conforme prevê o acordo, deverá vir de receita de imposto de renda retido e do acordo direto.

Quanto ao pagamento das Requisições de Pequeno Valor – RPV's, estão sendo realizados diretamente por esta SEEC após término do convênio 02/2012 TJDFT/GDF. Foram empenhados R\$ 70.267.362,76 (setenta milhões, duzentos e sessenta e sete mil trezentos e sessenta e dois reais e setenta e seis centavos), liquidados e pagos R\$ 69.627.025,74 (sessenta e nove milhões, seiscentos e vinte e sete mil vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos). Esta SEEC realiza o pagamento de outras sentenças judiciais que não são RPV's,

e foram empenhados, liquidados e pagos um montante de R\$ 156.962,91 (cento e cinquenta e seis mil novecentos e sessenta e dois reais e noventa e um centavos) para este fim.

Com referência ao Programa Nota Legal, foram realizados pagamentos a 101.149 (cento e um mil, cento e quarenta e nove) beneficiários, sendo 5.518 (cinco mil, quinhentos e dezoito) contemplados nos sorteios e 95.631 (noventa e cinco mil, seiscentos e trinta e um) que fizeram a indicação de recebimento dos valores acumulados em dinheiro. O total empenhado foi de R\$ 19.466.254,24 (dezenove milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos)

No tocante à Execução de Sentenças Judiciais - Recomposição do Fundo de Depósito Judicial, destinada a recompor os saldos dos depósitos judiciais junto ao Banco do Brasil e ao Banco de Brasília quando as contas estiverem abaixo do limite estabelecido por lei para manutenção do saldo do fundo garantidor. Assim sendo, o valor do repasse ao Banco do Brasil foi de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), referente ao contrato nº 44/2020 e R\$ 1.960.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta mil reais) referente ao contrato nº 043499. O repasse para o Banco de Brasília foi no montante de R\$19.000.000,00 (dezenove milhões de reais).

No que se refere às tarifas e encargos financeiros/taxa de administração de depósitos judiciais para controle das movimentações das contas judiciais (EC 99/17 e LC 151/2015), foram pagos R\$ 5.481.553,02 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e um mil quinhentos e cinquenta e três reais e dois centavos) ao BRB e ao Banco do Brasil no período de janeiro a outubro de 2021.

Quanto aos ressarcimentos, indenizações e restituições de tributos, foram atendidas solicitações realizadas por meio do Atendimento Virtual da Secretaria de Economia, para restituição dos tributos que se encontravam pendentes de pagamento desde 2017, cuja soma totalizou em R\$ 10.275.437,98 (dez milhões duzentos e setenta e cinco mil quatrocentos e trinta e sete reais e noventa e oito centavos).

Com referência à participação acionária em empresas do Distrito Federal, foi efetivado um aumento de capital em favor da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB no valor de R\$ 8.215.397,45 (oito milhões, duzentos e quinze mil trezentos e noventa e sete reais e quarenta e cinco centavos), sendo este aumento de capital à CAESB realizado por meio de financiamento junto à Caixa Econômica Federal - CEF.

Com referência à gestão interna, foram priorizadas ações para a redução de despesas no decorrer de 2021. No que diz respeito ao patrimônio imobiliário, verificou-se a regularidade dos imóveis funcionais ocupados, desocupados, bem como dos gastos com próprios sob a responsabilidade da SEEC, sendo realizadas 60 (sessenta) vistorias e emitidas 360 (trezentos e sessenta) certidões de ônus e de débitos. Com referência aos 13 (treze) imóveis da SAB, foram formalizados processos destacando as condições físicas, ocupação irregular, sugestões, notificações, ações judiciais, débitos, procedimentos de desocupação e possibilidade de utilização.

Quanto à carga patrimonial, são 02 (dois) imóveis vagos, 15 (quinze) residenciais funcionais, 138 (cento e trinta e oito) imóveis em situação de promessa de compra e venda, 3 (três) equipamentos públicos/EP-EPC, 13 (treze) Imóveis oriundos da SAB (terrenos e edificados), 15 (quinze) institucionais, 03 (três) de herança jacente, totalizando 186 (cento e oitenta e seis) imóveis sob carga patrimonial desta Secretária. Foram transferidos 17 (dezesete) imóveis para o IPREV.

Existem pendências de transferência de 9 (nove) imóveis, sendo 8 (oito) ocupados com pendência judicial e 1 (um) imóvel desocupado. Com referência à ocupação do Centro de Logística/DT, são 6 (seis) ocupantes com regularização em andamento e 2 (dois) ocupantes com prazo de desocupação (DETRAN e SSP) e quanto ao Edifício CODEPLAN, o processo está em análise com termo de cessão aguardando assinatura.

Em março de 2021 foram leiloados 85.186 (oitenta e cinco mil e cento e oitenta e seis) bens, com valor de R\$3.207.729,33 (três milhões, duzentos e sete mil, setecentos e vinte e nove reais e trinta e três centavos). De junho a novembro de 2021 foram recolhidos 75.238 (setenta e cinco mil e duzentos e trinta e oito) bens inservíveis e de recuperação econômica de todos os órgãos da Administração Direta, que serão destinados a leilão.

Foram incorporados ao patrimônio do Distrito Federal 2.629 (dois mil e seiscentos e vinte e nove) bens no valor total de R\$ 51.348.742,93 (cinquenta e um milhões, trezentos e quarenta e oito mil, setecentos e quarenta e dois reais e noventa e três centavos), e incorporados 356 (trezentos e cinquenta e seis) bens no Programa de Trabalho: 04.122.6203.3104.0001 – Programa de Desenvolvimento Fazendário do DF – PRODEFAZ/PROFISCO – DISTRITO FEDERAL. Quanto à carga patrimonial, a SEEC possui 42.323 (quarenta e dois mil e trezentos e vinte e três) bens, distribuídos aos usuários finais nos termos do Decreto 16.109/94.

Em relação aos suprimentos, foram padronizados os procedimentos para a solicitação dos materiais pelos usuários do sistema SIGMANET com a modernização do novo sistema. Com relação as compras, destacam-se os valores contratados para material de consumo, no valor de R\$ 703.806,93 (setecentos e três mil, oitocentos e seis reais e noventa e três centavos), de material permanente no valor de R\$ 22.657.575,64 (vinte e dois milhões seiscentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e setenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), e de serviços: R\$ 39.940.605,04 (trinta e nove milhões, novecentos e quarenta mil, seiscentos e cinco reais e quatro centavos).

PRÓPRIOS

No âmbito da gestão de próprios, foram desenvolvidas atividades de elaboração de projetos, artefatos de planejamento de licitações, acompanhamento, fiscalização e supervisão das obras e serviços, no interesse da SEEC. Nesta seara foram realizados serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais e mobiliários nos diversos próprios da SEEC.

Foram atendidos diversos chamados para serviços de administração predial decorrentes de abertura de ordem de serviço no sistema Helpdesk a partir das demandas dos usuários dos Próprios da SEEC. Entre os serviços de manutenção predial realizados foram: elétrica - serviços de manutenção (atendimento - 432); forro de teto - serviços de manutenção (atendimento - 33); marcenaria - serviços de manutenção (atendimento - 88); layout - adequação (atendimento - 52); mudança de mobiliário (atendimento - 14); ar condicionado - serviços de manutenção (atendimento - 172); pintura - serviços de manutenção (atendimento - 28); alvenaria - serviços de manutenção (atendimento - 74); lajes de cobertura - impermeabilização (atendimento - 5); hidráulica - serviços de manutenção (atendimento - 290); cabeamento de rede e telefonia - serviços de manutenção (atendimento - 92); serralheria - serviços de manutenção (atendimento - 28); vidraçaria - serviços de manutenção (atendimento - 31); paisagismo e jardinagem - manutenção (atendimento - 24); revitalização (atendimento - 2).

Foi implementada a coleta seletiva solidária no âmbito do complexo do Palácio do Buriti e seu Edifício Anexo, bem como a implantação de boas práticas no uso consciente da água, tais como utilização de baldes de água na lavagem do hall e vidraças da edificação. Foi realizado treinamento contínuo dos colaboradores da limpeza e conservação para separação do lixo e identificação de vazamentos, aumentando assim a resposta na manutenção e correção de problemas hidráulicos.

Dentre as atividades realizadas também cabe destacar a administração do uso adequado da garagem no anexo do buriti, o controle de acesso ao edifício, a gestão das salas de reunião e o acompanhamento dos serviços de vigilância, de brigada de incêndio, de copa e distribuição e água mineral, de limpeza e conservação, de recargas de extintores e de dedetização e desratização.

Realizou-se ainda levantamento e verificação da carga de bens patrimoniais, vistorias nas agências e postos de fiscalização para verificação de patrimônio, extintores e quantitativos de ramais e linhas telefônicas.

PESSOAS

No âmbito da gestão de pessoas, foram mapeadas as competências técnicas da Subsecretaria da Receita, sendo levantadas 43 competências, de modo que para cada competência foi elaborada uma trilha de aprendizagem de autoconsumo. Após o mapeamento, as áreas foram avaliadas e receberam feedback quanto aos gaps de competências.

Foram abertos 02 (dois) editais com disponibilidade de vagas para o Programa de Incentivo à Pós-Graduação - PIPG, conforme Portaria nº 264, de 17 de julho de 2020, sendo que preenchemos, no edital 01/2021, 10 (dez) vagas, assim distribuídas, 05 (cinco) vagas de

mestrado com recursos do Pró-receita e 05 (cinco) vagas com recursos do FUNDAF. No edital 02/2021 foram preenchidas 03 vagas sendo 01(uma) vaga de doutorado, com recursos do pró-receita e 02(duas) vagas de mestrado com recursos oriundos do FUNDAF. Atualmente, 32 (trinta e dois) servidores se beneficiam do PIPG.

Foi executada a Trilha de Capacitação, como parte do Plano de Capacitação e Educação Continuada - PCEC, conforme Portaria nº 213, de 13 de outubro de 2017, em parceria com a empresa Deloitte Touche Tohmatsu Limited - Deloitte Brasil - contemplando 11 cursos. Foram agraciados com essa ação de capacitação e desenvolvimento o total de 224 (duzentos e vinte e quatro) servidores, usufruindo de um total de 1.160 (Hum mil cento e sessenta horas) de capacitação nos mais diversos cursos.

GESTÃO DE PESSOAS DO DISTRITO FEDERAL

CONCURSOS PÚBLICOS E CARREIRAS

No exercício 2021, até o dia 17/11, destaca-se a contribuição do órgão central de gestão de pessoas na análise e instrução de processos que resultaram na nomeação efetiva de 1.993 servidores, mesmo diante das restrições impostas pela Lei Complementar nº 173/2020, sendo:

- 755 nomeações na área de saúde;
- 35 nomeações na área de segurança;
- 800 nomeações na área de educação e;
- 403 nomeações em áreas diversas

Importante salientar que ainda estão previstas um grande volume de nomeações antes do fim do presente exercício, principalmente na área de segurança pública; portanto, os números indicados acima deverão crescer substancialmente.

EMPRESAS PÚBLICAS: Ao que se refere às demandas de Empresas Públicas, especialmente aquelas dependentes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Distrito Federal, citamos os seguintes processos objeto de análise pelo órgão central de gestão de pessoas no ano de 2021:

SEGMENTO VALORIZAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA

A SEEC tem papel fundamental na construção e ampliação de políticas voltadas às relações socioprofissionais de trabalho, promovendo o bem-estar individual e coletivo, a valorização e o desenvolvimento pessoal dos servidores.

Pretendendo ajudar o servidor a lidar com as próprias emoções, as relações de trabalho, os relacionamentos sociais e saúde mental, além de criar um espaço de conhecimento e reflexão, a Secretaria lançou a ação "Tempo de Refletir", ação realizada, ao vivo, em transmissão on-line, com um convidado diferente para falar sobre reflexões de temas diversos, sempre relacionados aos desafios do atual momento. No total, foram 20 lives transmitidas pelo canal da Secretaria de Economia do DF no YouTube, com mais de 7 mil acessos.

E também para trazer conteúdos que fomentem a paz, a tranquilidade, a harmonia, a pacificação de conflitos e crises, a Secretaria começou a transmitir o "Momento de Paz", ação on-line, em prol da paz, harmonia e pacificação de conflitos da pandemia, criando um espaço de reflexão e espiritualidade para melhorar a saúde espiritual dos servidores. No total, foram 27 lives transmitidas pelo canal da Secretaria de Economia do DF no YouTube, com mais de 18 mil acessos.

Durante o ano de 2021, com intuito de auxiliar o servidor a abandonar o sedentarismo, melhorar as condições físicas, o estado emocional e a autoestima, foi inaugurado o novo espaço da Academia Buriti, com aulas presenciais nas seguintes modalidades (Defesa Pessoal, Taekwondo, Tai-chi-, Treino Funcional, Arnis Kali, Boxe, Kickboxing, Clube de Corrida). Atualmente com 150 alunos matriculados, são 23 aulas por semana, todas com alunos presenciais e 15 aulas com transmissão ao vivo pelo canal da Secretaria de Economia no YouTube. As aulas transmitidas pelo canal da SEEC DF perfazem um total de 652 aulas com aproximadamente 43.184 visualizações.

Como forma de incentivar a solidariedade, importante fator de qualidade de vida, foi realizada mobilização entre os servidores da SEEC para doações nas campanhas de arrecadação promovidas pelo GDF: "Agasalho Solidário" - cobertores, agasalhos, luvas e meias; "Vem Brincar Comigo 2021" - brinquedos e livros infantis para crianças em situação de vulnerabilidade.

Também foram realizadas ações de conscientização, webnários e palestras nas Campanhas "Janeiro Branco" (Importância da Saúde Mental), Abril Verde (Prevenção de acidentes do trabalho), "Setembro Amarelo" (Prevenção ao Suicídio), "Outubro Rosa" (Prevenção e Conscientização do Câncer de Mama), "Dia do Servidor" (Cuidando do Bem-estar do Servidor) e "Novembro Azul" (Combate ao Câncer de próstata).

Em maio de 2021 ocorreu a inauguração da Sala de Descompressão, que tem a finalidade de disponibilizar ambiente favorável para o relaxamento, durante a pausa nas atividades do trabalho, visando a aliviar as tensões e o estresse, além de restabelecer o vigor, promovendo, assim, conceitos defendidos pela QVT. A sala traz em seu escopo a estruturação de ambiente que propicie aos servidores espaço adequado para a descompressão, com cadeiras ergonômicas, cadeiras de massagens, sofás, decoração descontraída, jogos, livros, pufes e mesas.

Em junho deste ano, foi lançado o Programa de Atenção Materno Infantil para Servidores do Distrito Federal (PROAMIS/DF). Este é um programa que tem por finalidade precípua promoção de Qualidade de Vida especialmente no atendimento e orientação às servidoras da Administração Pública Direta do Distrito Federal gestantes e posteriormente acolhendo seus dependentes com idade entre 6 (seis) meses e 24 (vinte e quatro) meses incompletos em Berçário Institucional, assim como promoção da melhoria no desempenho profissional.

No momento, encontra-se em reforma a estrutura do Berçário institucional que irá acolher e atender de até 60 (sessenta) bebês, dependentes das servidoras inscritas no PROAMIS/DF, com previsão de inauguração em janeiro de 2022. Os dependentes das servidoras serão atendidos em jornada de tempo integral de 10 horas diárias, com oferta de 05 refeições completas, cuidados de higiene, serviço de lactário, material didático-Pedagógico, brinquedos, mobiliário e utensílios próprios para o atendimento à infância

Além do Berçário, o PROAMIS/DF oferta várias outras atividades desenvolvidas por outras unidades da Secretaria Executiva de Valorização e Qualidade de Vida, tendo em vista o apoio à servidora gestante, incentivo ao aleitamento materno e proteção aos direitos da criança na infância, por meio das seguintes ações:

1. Palestras realizadas pela SUBSAÚDE:
 - a. Alterações fisiológicas na gravidez - 10 participantes;
 - b. Importância do Pré Natal - 03 participantes;
 - c. Saúde Mental Materna - 08 participantes;
 - d. Alimentação da Gestante e Lactante - 04 participantes;
 - e. Preparação para o parto, nascimento e o papel do acompanhante e doulas - 08 participantes;
 - f. Hora de ouro do bebê - 11 participantes;
 - g. Puerpério - 5 participantes;
 - h. Cuidados do recém-nascido - 18 participantes;
 - i. Amamentação -20 participantes;
 - j. Papel do BLH e doação de leite materno -14 participantes;
 - k. Práticas Integrativas para gestação, Puerpério e Infância;
 - l. Proteção à Infância -11 participantes;
 - m. Prevenção ao Câncer de Mama e Colo do Útero - 11 participantes;
 - n. Importância do acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança- 19 participantes.
2. Foram realizadas 03 (três) edições do Curso "A importância da Primeira Infância" ofertado pela Escola de Governo (EGOV) com A certificação para 49 servidoras participantes, com as seguintes abordagens:

- a. A História da infância no Brasil e o Marco Legal da Primeira Infância;
- b. A chegada da criança na família;
- c. O exercício da parentalidade;
- d. A escuta da criança e a participação infantil;
- e. A importância do brincar;
- f. Oficina: Carta à nossa criança, passado e futuro.

Em setembro de 2021 foi lançado o projeto "Caravana Qualidade de Vida", que tem como objetivo promover a qualidade de vida ao servidor, por meio de ações transversais, nas quais todos os órgãos do GDF devem ser envolvidos, com o foco em promoção de políticas de melhoria nas condições de trabalho, buscando alinhamento entre bem-estar e produtividade, além de propiciar a valorização do servidor, reconhecendo suas iniciativas e as tarefas executadas. Enfim, este projeto é uma ação itinerante que leva a cada órgão do Distrito Federal programas e projetos sobre qualidade de vida e apresenta a carteira de serviços e debates para a implementação da Política de Valorização e Qualidade de Vida no Trabalho.

Dentre as ações do projeto, tem-se a parceria da Carreta DF Servidor Saudável, que consiste na prestação de serviços de promoção de saúde física e mental, capacitação e ações de valorização em prol dos cidadãos e servidores públicos do Distrito Federal, oferecendo atividades físicas e culturais e atendimentos clínicos de maneira itinerante, em todas as regiões administrativas do Distrito Federal, com estrutura móvel e equipe qualificada. Importante destacar que serão oferecidos atendimentos de enfermagem, clínica oftalmológica, odontológica, auditiva, nutricional, ginecológica, entre outros.

Este projeto está sendo executado por meio do Termo de Fomento (MROSC) N.º 21053/2021 entre a SEEC e a Organização da Sociedade Civil Instituto Brasileiro de Empreendedorismo, Tecnologia e Inovação (IBETI).

No início de outubro de 2021, ocorreu a publicação de Edital de Chamamento Público de servidores efetivos oriundos das carreiras que possuam mobilidade para redistribuição, nos termos do inciso I, do § 1º. do art. 43, da Lei Complementar nº 840/2011, ou para disposição, nos termos do art. 157, inciso I, da Lei Complementar nº 840/2011 e Decreto Nº 39.009, de 26 de abril de 2018 à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.

Em outubro de 2021, foi lançado o projeto Desapega DF, parceria interinstitucional entre a SEEC/DF e a FEDF tem como objetivo promover campanha de arrecadação de doações com bazar beneficente do projeto denominado "Desapega DF", integrante do "Programa de Qualidade de Vida no Trabalho", inserido no Plano Estratégico do Distrito Federal 2019-2060 e no Plano Estratégico Institucional da SEEC 2019-2023. Os objetivos específicos do projeto são:

I - Realizar campanha de sensibilização do servidor público do GDF para a prática do desapego e doação de itens de vestuário, acessórios, cama, mesa e banho, destinando-os para um bazar beneficente;

II - Promover a venda dos itens arrecadados por meio de bazar em loja física no endereço QMSW5, LOTE 05 e em site específico para o bazar Desapega DF;

III - Destinar os valores arrecadados com o bazar Desapega DF para beneficiar famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social por meio de aquisição e distribuição de cestas básicas e itens sanitizantes. Secundariamente, promover benfeitorias em instituições da sociedade civil organizada definidas pela FEDF.

A SEQUALI propôs o "Espaço Qualidade de Vida", com o objetivo de criar um espaço que otimize o ambiente de trabalho, considerando as necessidades dos servidores, com configurações específicas que ajudassem a tornar o dia a dia mais agradável, além de propiciar novas experiências das pessoas que o utilizarão. Na prática, trata-se de um ambiente que causará bons impactos nas carreiras, no clima organizacional e em diversos setores do Complexo administrativo do Buriti.

O "Espaço Qualidade de Vida" ficará localizado no 16º andar, no Edifício Anexo do Palácio do Buriti, contando com espaços para lanchonete/cafeteria, refeitório, sala de desconpressão/sala de jogos, sala de leitura, sala de música, sala de meditação, espaço de acolhimento, salão de beleza, barbearia, sala multiuso e consultório médico. A ideia é criar

uma área de convivência com a capacidade de tornar o ambiente de trabalho dos servidores mais agradável e favorecer o bom clima organizacional.

Os espaços propostos serão projetados visando oferecer um ambiente agradável, com estrutura adequada, limpeza e boa logística. A disponibilidade de uma área de convivência no próprio local de trabalho, com garantia de qualidade, conforto e praticidade, trará ganho de tempo, com reflexos positivos na rotina de trabalho, segurança, resultando em otimização do seu tempo, economia e qualidade de vida.

No início de outubro foi publicado o DECRETO Nº 42.573, que altera o disposto no Decreto nº 38.555, de 16 de outubro de 2017, que regulamentou a Lei nº 4.257, de 2 de dezembro de 2008, que estabelece critérios de utilização de áreas públicas do Distrito Federal por mobiliários urbanos do tipo quiosque e trailer para o exercício de atividades econômicas e dá outras providências. Por meio deste Decreto, a transferência, implantação e/ou extinção dos quiosques localizados no estacionamento norte do Edifício Anexo do Palácio do Buriti - SAM da Região Administrativa do Plano Piloto - RA - PP, ficaram a cargo da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal. E também ficou remanejada a gestão do estacionamento norte do Anexo do Palácio do Buriti da Administração Regional do Plano Piloto - RA-PP para a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.

Em continuidade ao Projeto de Mapeamento de Competências e Trilhas de Aprendizagem iniciado através da contratação de Consultoria da Elo Group que, em 2020, realizou o trabalho em 7 áreas da Secretaria de Estado de Economia (SUGEP, SCG, SUAG, SUOP, SUTES, SUPLAN e EGOV), no ano vigente foi finalizado na Subsecretaria da Receita (SUREC), concluindo, assim, o trabalho da consultoria e tendo como entregas:

- Guia de Desenvolvimento da SEEC;
- Guia de Desenvolvimento de Lideranças do GDF;
- Guia de Desenvolvimento dos Servidores do GDF;
- 9 vídeos que compõem o guia de desenvolvimento das lideranças do GDF;
- Minuta de portaria para normatização da gestão por competências no âmbito da SEEC.

Foi realizado ainda, o Dimensionamento da força de trabalho com mapeamento de competências e elaboração de trilhas de aprendizagem, totalizando 482 servidores envolvidos, que resultou na apresentação da minuta de decreto que visa estabelecer as diretrizes para o dimensionamento da força de trabalho da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, pela empresa contratada. Posteriormente foi elaborada minuta de Decreto e encaminhada à Subsecretaria de Gestão de Pessoas desta Pasta, pela pertinência do tema, tendo em vista a competência delegada pela Portaria nº 140, de 17 de maio de 2021, como órgão central do Sistema de Gestão de Pessoas do Distrito Federal, por meio do processo 00040-00040323/2021-20, para apreciação e possíveis adequações às peculiaridades do Distrito Federal.

Em 2020 foi realizada uma pesquisa para identificar as competências prioritárias para embasar a capacitação de líderes do GDF nos termos do Plano Estratégico do Governo e PPA 2019-2023, tendo como resultado a competência apontada como prioritária "Gestão Participativa". Para sanar esta lacuna no desenvolvimento dos servidores líderes, foi lançado o Programa de Capacitação Estratégica das Lideranças. Até o momento foram realizadas pela Escola de Governo - EGOV, 7 (sete) turmas capacitando 161 servidores no curso "Liderança e gestão participativa".

O Programa DF Superior, instituído por meio do Decreto nº 41.451, de 11 de novembro de 2020, voltado ao credenciamento de instituições privadas de ensino superior, graduação e tecnólogo, que tenham interesse em firmar acordo de cooperação com a administração pública do Distrito Federal para oferta de descontos em matrículas e mensalidades aos servidores e empregados públicos, inclusive seus dependentes. Foram cadastradas 08 instituições a saber: Faculdade FAEL, IESB, Faculdade JK CCI, Faculdade Unyleya, Faculdade Horizonte UniProjeção, CEUB e Universidade Católica. As informações encontram-se atualizadas no site da SEEC: <https://www.economia.df.gov.br/df-superior/>.

Está em fase de realização de pesquisa para o Mestrado em Gestão Pública para servidores e empregados do DF. Propostas recebidas das instituições: IDP, FGV e Unialfa, aguardando no momento, a proposta da UnB.

Foi realizado o Diagnóstico de QVT, com rigor científico, para gerar subsídios fundamentais para a concepção de uma Política e de um Programa de Qualidade de Vida no Trabalho - PPQVT, com base nas expectativas e necessidades dos servidores, no âmbito da SEEC, por meio de contratação de consultor individual com expertise na temática Qualidade de Vida no Trabalho. Até o final de 2020, ocorreu a sensibilização dos dirigentes para importância da implantação da QVT, e também a aplicação do questionário da pesquisa de avaliação de qualidade de vida no trabalho, junto aos servidores. Em 2021 foi entregue o relatório final da Consultoria.

Em comemoração ao 61º aniversário de Brasília, a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal por meio da Subsecretaria de Valorização do Servidor/SEQUALI promoveu a 1ª Exposição Fotográfica para Servidores Públicos do Governo do Distrito Federal- "Brasília em Foto" aberta para participação de servidores efetivos, comissionados, aposentados e empregados públicos dos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal. Foram selecionadas 21 fotografias disponibilizadas para votação popular, mediante "curtidas" no Instagram @sequalidf, e as 07 fotografias mais votadas foram publicadas no site da SEEC e nos Instagrams @sequalidf e @economiadf.

A aquisição de equipamentos e móveis para atendimento das demandas de adequação do ambiente organizacional, visando a instalação de duas Salas de Inovação, sendo uma na Escola de Governo do Distrito Federal e outra no 2º andar do Ed. Vale do Rio Doce; um Mini Estúdio na Escola de Governo do Distrito Federal; uma Sala de Reunião e Treinamento no Anexo do Palácio do Buriti, 9º andar; e uma Sala de Descompressão no Anexo do Palácio do Buriti, 7º andar, um espaço agradável e relaxante para os servidores se desconectarem por alguns instantes das pressões e tensões do trabalho e se revigorarem, promovendo o sentimento de bem-estar e a recuperação de sua capacidade cognitiva. Todos os espaços foram inaugurados e estão em pleno funcionamento.

Na esteira da política de valorização e qualidade de vida do servidor, foi criado o Programa Clube de Desconto do Servidor, instituído pelo Decreto nº 41.450, de 11 de novembro de 2020, que tem como objetivo permitir aos servidores do GDF e seus dependentes, que empresas privadas, parceiras do programa, ofereçam bens e serviços com descontos nos preços e/ou condições especiais. Até o momento, constam 87 empresas cadastradas e 79 em processo de cadastramento, além de 1809 contatos com empresas potenciais para adesão ao programa.

Ainda em relação aos Programas e Ações de QVT realizados por esta Subsecretaria, está em desenvolvimento o APP QVT.

Nos dias 15 e 16 de setembro do corrente foi realizada a 2ª Oficina de Qualidade de Vida no Trabalho destinada aos Agentes de QVT de todos os órgãos da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, com finalidade de apresentar o Decreto nº 42.375, de 09 de agosto de 2021, que instituiu os princípios e as diretrizes gerais para concepção, implantação e promoção da política e programas de qualidade de vida no trabalho, traçar diretrizes para sua implementação, apresentar os projetos e ações de QVT desenvolvidos pela SEQUALI, bem como a constituição do Comitê Distrital de QVT.

Em comemoração ao Dia do Servidor Público, com foco na sua valorização e por meio do incentivo à criatividade e à expressão musical dos servidores, foi firmada parceria entre a Secretaria de Economia juntamente com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa e o IBETI- Instituto Brasileiro de Empreendedorismo, Tecnologia e Inovação para promover o 2º Festival DF Musical. O evento final ocorreu no Drive Show, localizado no estacionamento do Estádio Nacional, com apresentação dos 16 finalistas, selecionados segundo o critério de afinação, ritmo, criatividade e interpretação, contando com premiação dos 3 primeiros colocados. As apresentações foram transmitidas ao vivo, por meio do canal Youtube da SEEC.

Com a edição do Decreto nº 42.160, de 02 de junho de 2021, foi criada a Medalha Mérito GDF-Economia com o objetivo de homenagear servidores da administração pública distrital, empresários e cidadãos que tenham contribuído significativamente para o desenvolvimento e/ou fortalecimento da economia do Distrito Federal. Para este ano serão entregues 250 medalhas.

Outorga da Medalha do Mérito Buriti, instituída pelo Decreto nº 1.488, de 28 de outubro de 1970 destinada a agraciar agentes públicos e membros da sociedade civil, que não tenham sofrido sanção administrativa ou penal. Neste ano de 2021, foram agraciados mais de 450 servidores.

Com o objetivo de valorizar os servidores por meio do incentivo à criatividade e à produção artística dos seus filhos e enteados, em setembro de 2021 foram abertas as inscrições para o Concurso de desenho com o tema "Eu Amo a Minha Escola". O concurso foi realizado no âmbito de todo o GDF e no total foram inscritos 144 desenhos. A Cerimônia de premiação ocorreu no dia 26/11, premiando os 12 desenhos vencedores, os quais serão utilizados para confecção do Calendário do GDF para o ano de 2022.

De forma a promover adequações nas diretrizes estabelecidas para a formulação da política e dos programas de QVT, estabelecidas por meio do Decreto nº 39.587/2018, descontos nos preços e/ou condições especiais, em consonância com os propósitos definidos por essa Secretaria Executiva de Valorização e Qualidade de Vida, foi publicado o Decreto nº 42.375, de 09 de agosto de 2021 que instituiu os princípios e as diretrizes gerais para concepção, implantação e promoção de Política e Programas de Qualidade de Vida no Trabalho para os servidores da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal. O referido decreto contempla as seguintes medidas:

- Instituição do Selo Qualivida, que tem por finalidade reconhecer os órgãos empenhados com a implementação da política de QVT, por meio de programas, projetos e ações voltados para o bem-estar dos servidores;
- Instituição do Comitê Gestor de QVT, responsável pela avaliação e seleção dos órgãos e entidades que serão certificados com o Selo QualiVida, bem como, o assessoramento para implementação das ações, atuando de forma colaborativa e direta com as unidades de qualidade de vida no trabalho;
- Instituição dos Eixos temáticos, que servirão como norteadores na formulação das ações de QVT a serem implementadas nos diversos órgãos;
- Previsão de unidade administrativa responsável pela condução da qualidade de vida no trabalho no âmbito de cada órgão distrital;
- Alterações no Decreto nº 37.648, de 22 de setembro de 2016, que trata da Política de Valorização de Servidores distritais, com a finalidade de estimular a implementação de ações de solidariedade e de preservação do meio ambiente na administração pública distrital.
- Previsão de um Plano Distrital de Qualidade de Vida no Trabalho, a ser regulamentado no prazo de 90 dias.

Em continuidade ao Decreto citado anteriormente que instituiu o Selo Qualivida como uma certificação que atesta que o órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal desenvolve boas práticas de governança em relação à qualidade de vida no trabalho e valorização do servidor foi publicada a Portaria nº 253, de 20 de setembro de 2021, que aprova o Regulamento para a concessão do "Selo QualiVida".

Visando dar continuidade à parceria firmada entre o Distrito Federal e o Serviço Social da Indústria – Departamento Regional Do Distrito Federal (SESI) que tem por objeto a promoção do bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, os servidores ativos e aposentados e os pensionistas da administração Direta, indireta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, bem como seus dependentes, promovendo atendimento médico, odontológico e laboratorial, e pela disponibilização de espaços destinados ao esporte, à cultura e ao lazer, além da oferta de atividades na área de educação, foi elaborada Minuta do Acordo de Cooperação encaminhado à Subsecretaria de Compras Governamentais para celebração do instrumento pretendido.

Em parceria com o Hemocentro, foi realizada a 3ª Campanha de doação de sangue "Sangue é Vida", no período de 25 de outubro a 26 de novembro. A campanha tem o objetivo de sensibilizar o servidor quanto à importância da doação, bem como adotar medidas eficazes para repor o estoque do banco de sangue da Fundação Hemocentro de Brasília.

De acordo com o disposto no art. 11 do Decreto nº 42.375, de 09 de agosto de 2021, foi instituído o Comitê Distrital de Qualidade de Vida no Trabalho, composto por representantes

dos órgãos e entidades da Administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, tendo como competência a avaliação e a seleção dos órgãos e entidades que serão certificados com o Selo QualiVida, bem como, o assessoramento para implementação das medidas constantes deste Decreto, atuando de forma colaborativa e direta com as unidades de qualidade de vida no trabalho. A atividade inicial do Comitê de Qualidade de Vida será a elaboração do Plano Distrital de Qualidade de Vida no Trabalho, ação pioneira no intuito de fomentar a implantação de planos, programas e projetos relativos às ações de melhoria da qualidade de vida no trabalho, valorização do servidor, promoção e prevenção à saúde nos diversos órgãos integrantes da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, buscando contribuir para a melhoria dos resultados da gestão, medidas que vão ao encontro dos interesses públicos. Em 18/11/2021 foi publicada a Portaria nº 291, de 03 de novembro de 2021 que designa os membros do Comitê.

Publicada a Portaria nº 292 de 04 de novembro de 2021 que instituiu a Política de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) no âmbito da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC/DF), constituída de valores, princípios e diretrizes, com o objetivo de priorizar ações que promovam o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, o bem-estar no trabalho e o efetivo cumprimento da missão institucional da organização.

Segurança e Saúde no Trabalho: A SEEC realizou aquisição dos testes de avaliação psicológica, dos servidores estatutários ativos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, de suma importância para subsidiar decisões judiciais e da perícia médica oficial em casos de acometimento por transtornos mentais.

Publicação do Decreto 41.747, de 28/01/2021, o qual institui o Programa de Atenção ao Dependente Químico (PADQ) no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, e dá outras providências, regulamentando o serviço que já era oferecido, como política de Estado, para o fortalecimento das ações desenvolvidas.

Contratação direta de empresa para modernização do acervo documental da Secretaria de Estado de Economia, a qual abarca os prontuários físicos da Subsaúde, em especial dos servidores inativos da Secretaria de Estado de Educação e de Saúde.

Nomeação de 24 médicos peritos/biometria em 08/06/21, para recomposição da força de trabalho, em virtude de aposentadorias, licenças sem vencimento e pedidos de exoneração, dos quais tomaram posse e entraram em efetivo exercício 17 deles. Tal ação propiciou a manutenção da celeridade das avaliações médico-periciais e realocação de médicos do trabalho para a promoção da saúde dos servidores.

Aquisição de equipamentos permanentes de informática (totens de autoatendimento para emissão de senhas), os quais propiciaram a celeridade do atendimento pericial na recepção da Subsaúde, através da automação.

Realização de "Curso de Técnicas de Avaliação e Gestão de Riscos em Higiene Ocupacional" na modalidade à distância síncrono (online/EAD) de todos os servidores lotados na Gerência de Segurança do Trabalho, no intuito de atualização das normas técnicas vigentes.

Elaboração de atos administrativos, portarias e ordens de serviço, em especial voltadas à perícia médica documental, com a prorrogação até 31/12/2021, propiciando maior segurança para todos os servidores do governo do DF, em virtude da pandemia.

Com o advento da pandemia pela COVID-19, a Subsaúde inovou o atendimento médico-pericial, com a utilização do Sistema Eletrônico de Informação e do Sistema de Atendimento de Perícia Médica, o que possibilitou a realização de perícias médicas e odontológicas em formato on-line. No total, até 30 de setembro de 2021, foram realizadas 91.982 perícias de atestados médicos e odontológicos, com a perspectiva de 123.000 perícias no ano de 2021.

Foram realizadas também concessão de benefícios, avaliações de aposentadorias, processos de readaptação funcional, assistências técnicas judiciais, Juntas Recursais de Primeira e Segunda Instância. No total, foram desenvolvidas 35.519 ações até 30/09/21, com a perspectiva de realização de 48.000 até 31/12/21.

Conclusão do relatório do GT para atualização do Decreto 34.023/12, que trata dos procedimentos periciais, o qual está sob análise da assessoria jurídico-legislativa, para posterior encaminhamento à publicação.

Na área de promoção da saúde e segurança dos servidores do DF, ocorreu o alcance das ações preventivas e de promoção à saúde através de plataformas on-line, em complementação aos atendimentos presenciais. Foram desenvolvidas aproximadamente 40.000 ações até 30/09/21 através do projeto "CUIDANDO DE QUEM CUIDA":

A Subsaúde subsidiou a tomada de decisões concernente ao retorno do teletrabalho, do ponto de vista técnico médico-pericial, com a avaliação de 5.100 processos até o momento.

Participação da Gerência de Segurança do Trabalho em conjunto com o IPREV no GT que trata da regulamentação da concessão das aposentadorias especiais.

Elaboração de Portaria Conjunta Nº 48, de 27/10/21, em parceria com a Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência, que trata da concessão de gratuidade no transporte público coletivo, no transporte público alternativo e no metrô.

Foi apresentado à gestão de pessoas de todo o DF o projeto de Bem-Estar, Saúde e Segurança no trabalho, o qual trata de um novo modelo biopsicossocial para a realização dos exames periódicos. Este modelo também tem sido apresentado no decorrer das palestras itinerantes da Caravana de Qualidade de Vida.

Em relação à produção de relatórios e boletins epidemiológicos dos órgãos do GDF, foram confeccionados 55 relatórios epidemiológicos, até setembro/21 e o lançamento de todos os afastamentos neste período.

No âmbito dos avanços tecnológicos, foi possível a concessão de certificações digitais aos peritos médicos da Subsaúde, em parceria com a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, assim como o avanço da modelagem do Sistema de Atendimento de Perícias Médicas (SIAPMED).

No que diz respeito à guarda do acervo documental e logística do atendimento dos servidores do DF na Subsaúde, assim como a gestão documental, de contratos, patrimonial e de atendimento da Subsaúde, totalizam 131.6819 ações até 30/09/21.

A adequação do espaço físico e a preservação das medidas de biossegurança possibilitaram que aqueles servidores que necessitaram ser atendidos de forma presencial pudessem ser acolhidos, como foi o caso dos admissionais e das juntas médicas oficiais.

Foi produzido o Relatório Comparativo 2018/2019/2020 de todos os órgãos do DF, o qual tem o intuito de propor ações de promoção à saúde, que impactarão não só aos servidores, mas à toda a população aqui residente. Assim como, foi realizado levantamento dos óbitos dos servidores em 2021 e a inferência dos causados pela COVID-19, assim como o Comparativo do Absenteísmo 2008 a 2018 da Secretaria de Estado de Educação.

Com a adaptação da perícia médica on-line, gestão de processos, edição de atos normativos, gestão do acervo documental, produção de relatórios epidemiológicos e ações de promoção da saúde, todas as ações desta Subsecretaria totalizaram 408.502 ações até 30/09/21, com a expectativa de aproximadamente 545.000 ações no ano de 2021.

A SUBSAUDE tem envidado esforços em busca da diminuição do absenteísmo, mesmo em tempo de pandemia, assim como da melhoria do bem-estar dos servidores do GDF, em especial da Secretaria de Estado de Educação e dos demais órgãos da Administração direta, autárquica e fundacional. Parcerias institucionais e consultas de boas práticas de órgãos do DF e de outros entes federados, como por exemplo, ANAC, ADASA, MFMDH, e a Secretaria da Fazenda de São Paulo que solicitou orientações sobre nosso POA. Implantação da tabela de instrução pericial que consolida todos os eventos periciais do servidor em documento, de elevada importância para agilizar e embasar a tomada de decisões periciais pela Junta Médica Oficial nos vários tipos de objeto pericial.

Governo do Distrito Federal. Escola de Governo – Capacitação e Desenvolvimento dos servidores do Governo do Distrito Federal

Ações de capacitação Ações de capacitação respaldam iniciativas de melhoria dos serviços entregues à sociedade, visando contribuir para o desenvolvimento permanente do servidor público. Foram realizadas 269 ações de capacitação entre Cursos, Palestras, Fóruns e Seminários. Entre elas, 121 na modalidade EAD, 92 por meio de Videoconferência e 56 de forma presencial. É priorizado o desenvolvimento de competências comportamentais dos servidores para a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados

aos cidadãos. Essas ações têm temas fundamentais ao desempenho e com qualidade no trabalho do servidor e na vida.

Foram certificados 8.984 servidores, sendo 5441 em EaD, 2862 em cursos por meio de videoconferência e 681 em cursos presenciais.

Órgãos atendidos: A EGOV tem realizado um conjunto de ações de capacitação em atendimento a Política de Capacitação e de Desenvolvimento para os servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal. No total, foram 106 órgãos atendidos.

Programa de Concessão de Bolsas de estudo, junto ao Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal (UDF)

Processo seletivo 1º semestre de 2021: As bolsas destinadas aos servidores públicos efetivos e aos empregados públicos do Distrito Federal e, também, à sociedade civil. Para este último grupo, é necessário ter cursado os três anos de Ensino Médio na rede pública de ensino do Distrito Federal; ter realizado a última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), ano de 2019; ter obtido média mínima de 500 (quinhentos) pontos no exame e nota mínima de 500 (quinhentos) pontos na redação; e ter comprovada hipossuficiência de renda.

Foram oferecidas 135* vagas, conforme disposto no Edital nº1/2021 1º semestre de 2021, sendo 27 para sociedade civil e 89 para servidores públicos efetivos e aos empregados públicos do Distrito Federal. Importante informar que 39 vagas não foram preenchidas

Processo seletivo 2º semestre de 2021: Bolsas são destinadas aos servidores públicos efetivos e aos empregados públicos do Distrito Federal e, também, à sociedade civil. Para este último grupo, é necessário ter cursado os três anos de Ensino Médio na rede pública de ensino do Distrito Federal; ter realizado a última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), ano de 2020; ter obtido média mínima de 500 (quinhentos) pontos no exame e nota mínima de 500 (quinhentos) pontos na redação; e ter comprovada hipossuficiência de renda.

Foram oferecidas 72 vagas, conforme disposto no Edital nº 1/2021 2º semestre de 2021, sendo 35 para sociedade civil e 37 para servidores públicos efetivos e aos empregados públicos do Distrito Federal.

Sala de Inovação e Estúdio EGOV: Instalada na Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV), a Sala de Inovação foi pensada para ser um laboratório de inovação do Governo do Distrito Federal (GDF). Surgiu da parceria firmada entre o Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil (PROFISCO) e o GDF para a criação de espaço voltado ao desenvolvimento de soluções com menos burocracia e mais eficiência para os serviços públicos, transformando o modo como o Estado se relaciona com a sociedade, recolocando o foco nas pessoas, em suas necessidades e nas resoluções de problemas.

Estúdio de gravação audiovisual para incremento das ações de capacitação por meio de gravação de videoaulas, visando complementar os cursos de ensino a distância produzidos pela Escola de Governo. As videoaulas são produzidas com o objetivo de ilustrar, reforçar e complementar o conteúdo do curso, tornando a videoaula um recurso didático para auxiliar na fixação de conteúdos.

Os conteúdos são produzidos são vídeos, com instrutores/servidores do próprio GDF, que tem expertise nas temáticas dos cursos, tornando-os mais proveitosos, sendo tratados assuntos, conceitos elementares de economia, de orçamento, de fiscalização e regulamentação entre outros normativos que otimizam a dinâmica de funcionamento, bem como a eficiência das atividades dos servidores da SEEC, prioritariamente, bem como de outros servidores do GDF.

Além disso, os vídeos produzidos no miniestúdio de gravação audiovisual são fonte de consulta e estão disponíveis aos servidores, para acesso contínuo em qualquer horário e local, bem como são usados para gravação de mensagens corporativas e qualquer outro tipo de produção institucional.

CONTROLE INTERNO

Para garantir que as informações para a tomada de decisão sejam confiáveis, e que auxiliem o controle dos processos para que o objetivo de alcançar as metas estabelecidas seja atingido, resguardando os interesses da organização, colaborando na definição de suas responsabilidades, fornecendo análises, apreciações, recomendações, pareceres e acima de tudo, informações relativas às atividades examinadas, foi estabelecido o controle interno. Sua

participação nos processos de trabalho da Secretaria se dá principalmente por solicitação do Gabinete, visando subsidiar as manifestações da Pasta às demandas dos órgãos de controle. Nesse contexto, a unidade costuma demandar subsídios das áreas técnicas e, após isso, cotejar as informações prestadas face às deliberações dos Tribunais de Contas, federal ou distrital, ou da Controladoria-Geral do Distrito Federal, visando apontar eventuais fragilidades ou falhas que possam ser tempestivamente superadas para o cumprimento daquelas determinações ou recomendações. Importa evidenciar que, em 2021, foram trabalhados mais de 600 novos processos recebidos no mesmo ano, não fazendo parte dessa contabilização os processos remanescentes de anos anteriores que ainda demandam a atuação da Unidade.

A assessoria de controle da SEEC manifesta-se também nos casos de obrigações legais de manifestação em diversas matérias, como nos processos relativos a Despesas de Exercícios Anteriores (Decreto nº 32.598/2021), pagamentos de dívidas (Decreto nº 41.652/2020), análises prévias de contratações e de pagamentos (Decreto nº 39.620/2019) e adesões a atas (Portaria SEPLAG nº 265/2018). Sobre esses objetos, destaca-se, em 2021, a análise de 14 processos de contratação que juntos somaram o valor estimado de aproximadamente R\$ 300 milhões e, também, a apreciação e manifestação da área em 52 processos de pagamentos que somaram pouco mais de R\$ 165 milhões.

Vale a pena ressaltar também a atuação da UCI/SEEC na execução do Plano de Melhorias para a SEEC/SEEC, elaborado pela Controladoria-Geral do Distrito Federal, o qual visa, com base nos achados de auditorias da CGDF e em consultas ao Portal do Controle, o aconselhamento e orientação para implantação de ações visando aperfeiçoar a gestão da Secretaria.

O plano está pautado em 3 eixos e permanece em constante acompanhamento e adoção de diligências pela UCI: 1) Monitoramento do atendimento de recomendações e da resolutividade de falhas identificadas em ações de controle (gestão de pessoas, licitações, contratos corporativos, gestão financeira, gestão fiscal, gestão patrimonial e gestão de TI); 2) Alertas de Controles Automatizados de Gestão Administrativa (Ouvidoria, sócios-servidores, contratos, benefícios sociais e pagamentos indenizatórios); e, 3) Planejamento de Estratégias de Gestão Administrativa.

Também destaca-se a elaboração de formulários de controle pela unidade, em decorrência do Decreto n.º 39.620, de 07 de janeiro de 2019, e da Portaria CGDF n.º 29, de 02 de março de 2021, que definiram competir à Unidade de Controle Interno – UCI/SEEC a análise dos contratos a serem firmados pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal e, igualmente, o exame dos pagamentos a serem realizados pela Pasta, com observância do valor de alçada de R\$ 10 milhões e R\$ 1,25 milhão, respectivamente, após a instrução do processo pelas áreas responsáveis, com a juntada do formulário aplicável a cada caso concreto. Esses formulários foram elaborados com a contribuição das áreas técnicas envolvidas e visam fomentar a melhoria do processo decisório dos gestores da pasta em relação às contratações e aos pagamentos, com a definição de procedimentos de controle padronizados.

A UCI tem participado ativamente também com a Secretaria Executiva de Planejamento e ASSESP/GAB no desenvolvimento de um sistema de gestão de tarefas que visa aumentar a qualidade dos controles sobre processos tramitados no Gabinete.

Todas essas ações visam a fomentar a proteção ao patrimônio público; a promoção da eficiência e da eficácia operacional; o estímulo à aderência às políticas da Administração; a racionalização dos procedimentos; a otimização da alocação dos recursos humanos, materiais e financeiros; a supressão de controles e demais ritos administrativos que se evidenciem como meramente formais, como duplicação e superposição de esforços e, por fim; a mitigação dos riscos inerentes à gestão. Assim, não obstante estarem voltadas à atividades-meio da Administração Pública, tendem a aumentar a qualidade do gasto público, mesmo que indiretamente, o que inevitavelmente resulta em benefícios à sociedade.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC/DF), ao longo do ano de 2021, implementou e ampliou os serviços para melhorar a qualidade de vida do cidadão, a qualidade dos serviços prestados, a qualidade de trabalho para o servidor, observando-se, por princípio, a transparência dos atos da Administração Pública e a legislação em vigor.

No âmbito do atendimento ao cidadão, foram implementados e ampliados os serviços na plataforma digital do Portal de Serviços no endereço eletrônico www.receita.fazenda.df.gov.br, que atingiu o objetivo de garantir a continuidade da prestação dos serviços públicos aos cidadãos do Distrito Federal, respeitando as medidas restritivas dispostas no Decreto nº 41.913/2021, que suspendeu diversas atividades públicas e privadas.

Os principais projetos relativos ao atendimento ao cidadão concluídos no ano de 2021 foram desenvolvidos no âmbito do programa PROFISCO, e aperfeiçoado o modelo de atendimento virtual. O Sistema de Agendamento Virtual (<https://agenda.df.gov.br/>) foi aprimorado com a possibilidade de agendamento através da Central 156, a partir de 2021.

Houve melhoria das informações disponíveis no site do Programa Nota Legal, com a inclusão do Estudo Econométrico que atesta sua eficiência e um arquivo contendo indicadores de desempenho do Programa e metas para 2021/2022.

A NF-e foi o primeiro documento fiscal eletrônico implantado e passa por importantes e constantes aprimoramentos. Dado o dinamismo e a constante evolução do modelo adotado, encontram-se em construção e implementação a Nota Fiscal Fácil, a Nota Fiscal Eletrônica de Energia Elétrica – NF3e, a Guia de Transporte de Valores Eletrônica – GTV-e, a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços de Comunicação – NFCom e a Plataforma Eletrônica de Recebíveis – PLAC FAT-e.

Dentre as principais ações relacionadas ao Cadastro Fiscal do Distrito Federal, no ano de 2021, com o avanço na integração cadastral com a Junta Comercial de Brasília, a Receita Federal e a Secretaria de Estado de Economia, tendo como objetivo a simplificação da abertura, alteração e fechamento das empresas por parte do contribuinte, com entrada dos dados em única base – REDESIM, proporcionou a realização de alterações cadastrais por meio desta base.

Foi elaborada, no exercício de 2021, proposta de criação de sistema de declaração de imunidades (sistema de autodeclaração e controle para entidades imunes). Trata-se de sistema a ser desenvolvido para permitir a autodeclaração da condição de imune pelas entidades.

Também foi elaborada proposta de criação de sistema de concessão eletrônica de isenção do ICMS, em fase de desenvolvimento, onde por meio de requerimento on-line o taxista, a pessoa com deficiência, dentre outros, poderá requerer benefícios fiscais e acompanhar a tramitação do processo eletronicamente, sem a necessidade de deslocamento até uma agência da Receita do Distrito Federal.

Dentre os empréstimos externos, dois encontram-se em fase de liberação, quais sejam: Programa de Desenvolvimento Econômico do DF – Pró-Cidades e Projeto de Desenvolvimento Fazendário - PROFISCO, contratados junto ao BID. E os contratados juntos ao BNDES são complementação de Fonte de Aquisição de Trens do Metrô e Construção de Terminais Rodoviários; e Programas de Transporte Integrado, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano – PROINVESTE.

Foi desenvolvido o Projeto de acesso à informação das Estatais, qualificado como Sistema Integrado de Governança das Estatais do Distrito Federal - SIGE, que contemplará um sistema de coleta de dados e painel de governança corporativa das Empresas Estatais do Governo do Distrito Federal – GDF.

Fortaleceu-se, ainda, a transparência no âmbito do governo do Distrito Federal, implementando o gerenciamento contínuo dos órgãos colegiados, contemplando as informações da composição das referidas e demais dados inerentes à missão de cada órgão.

Referente aos Programas e Ações de Qualidade de Vida, foi proposto o "Espaço Qualidade de Vida", com o objetivo de criar um espaço que otimize o ambiente de trabalho, considerando as necessidades dos servidores, com configurações específicas que ajudassem a tornar o dia a dia mais aprazível, além de propiciar novas experiências às pessoas que o utilizarão. Na prática, trata-se de um ambiente que causará bons impactos nas carreiras, no clima organizacional e em diversos setores do Complexo Administrativo do GDF.

Foi criado o Programa Clube de Desconto do Servidor, instituído pelo Decreto nº 41.450, de 11 de novembro de 2020, que tem como objetivo permitir aos servidores do GDF e seus dependentes, que empresas privadas, parceiras do programa, ofereçam bens e serviços com descontos nos preços e/ou condições especiais.

Com o objetivo de valorizar os servidores por meio do incentivo à criatividade e à produção artística dos seus filhos e enteados, em setembro de 2021, foram abertas as inscrições para o Concurso de desenho com o tema "Eu Amo a Minha Escola"

Ademais, informa-se que está em fase de elaboração a minuta de acordo visando dar continuidade à parceria firmada entre o Distrito Federal e o Serviço Social da Indústria – Departamento Regional do Distrito Federal (SESI), que tem por objeto a promoção do bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, os servidores ativos e aposentados e os pensionistas da Administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, bem como seus dependentes, promovendo atendimento médico, odontológico e laboratorial, e pela disponibilização de espaços destinados ao esporte, à cultura e ao lazer, além da oferta de atividades na área de educação.

Foi publicada a Portaria nº 292, de 4 de novembro de 2021, que instituiu a Política de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) no âmbito da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, constituída de valores, princípios e diretrizes, com o objetivo de priorizar ações que promovam o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, o bem-estar no trabalho e o efetivo cumprimento da missão institucional da organização.

Com o advento da pandemia pela COVID-19, a Subsaúde inovou o atendimento médico-pericial, com a utilização do Sistema Eletrônico de Informação e do Sistema de Atendimento de Perícia Médica, o que possibilitou a realização de perícias médicas e odontológicas em formato on-line.

Foi publicada a Portaria Conjunta Nº 48, de 27 de outubro de 2021, em parceria com a Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência, que trata da concessão de gratuidade no transporte público coletivo, no transporte público alternativo e no metrô.

Foi priorizado o desenvolvimento de competências comportamentais dos servidores para a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos. Essas ações têm temas fundamentais ao desempenho e com qualidade no trabalho do servidor e na vida

Busca-se o desenvolvimento de um sistema de gestão de tarefas que visa aumentar a qualidade dos controles sobre processos tramitados no Gabinete. Todas essas ações visam a fomentar a proteção ao patrimônio público; a promoção da eficiência e da eficácia operacional; o estímulo à aderência às políticas da Administração; a racionalização dos procedimentos; a otimização da alocação dos recursos humanos, materiais e financeiros; a supressão de controles e demais ritos administrativos que se evidenciem como meramente formais, como duplicação e superposição de esforços e, por fim, a mitigação dos riscos inerentes à gestão. Assim, não obstante estarem voltadas à atividades-meio da Administração Pública, tendem a aumentar a qualidade do gasto público, mesmo que indiretamente, o que inevitavelmente resulta em benefícios à sociedade.

Tendo em vista as perspectivas para o ano de 2022, a SEEC busca implementar ações e programas que garantirão o desenvolvimento do DF.

Nessa esteira, cita-se que, visando garantir Sustentabilidade Fiscal de longo prazo no DF, será executada uma política de resultados financeiros positivos de forma a restabelecer o equilíbrio das finanças públicas e permitir a retomada do investimento do Estado; promoção do aumento da receita tributária em R\$800 milhões, por ano, em relação à previsão do PPA.

Tendo em vista o combate à corrupção e na promoção da integridade pública, pretende-se aumentar de 33% para 50% a efetiva melhora na prestação dos serviços públicos demandados por meio da Ouvidoria da SEEC com base na resolutividade das solicitações e reclamações avaliadas pelos cidadãos: Projeto Ouvidoria Itinerante e Projeto Ouvidoria Presente.

Busca-se a promoção da plataforma governamental de serviços digitais ao cidadão, objetivando aproximar o Estado do cidadão, com implantação de Sistema de Avaliação de Atendimento; Remodelagem da Central de atendimento ao cidadão do Distrito Federal - CENTRAL 156; bem como redesenho e remodelagem do Portal da Agênci@net.

Além disso, pretende-se implementar iniciativas de gestão estratégica de pessoas, tendo em vista aumentar a produtividade e a qualificação da força de trabalho, com elaboração de normas para o dimensionamento da força de trabalho no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal; revisão de todas as receitas vinculadas, relativas aos fundos, fundações e autarquias, utilizando o enfoque custo-benefício.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Banco de Brasília S.A. – BRB é uma Sociedade de Economia Mista, de capital aberto, criada conforme autorização contida na Lei Federal nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, pelo Estatuto Social e demais disposições legais aplicáveis.

O Banco tem por objeto o exercício de quaisquer operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades autorizadas aos integrantes do Sistema Financeiro Nacional, inclusive operações de câmbio, das quais resultem a promoção do desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, da Região Centro-Oeste e das demais áreas de sua influência.

Dentre as competências do BRB, na qualidade de agente financeiro do Distrito Federal, destacam-se:

I. Receber, a crédito do Tesouro do Distrito Federal, as importâncias provenientes de arrecadação de tributos, subvenções, auxílios e quaisquer outras rendas;

II. Realizar os pagamentos necessários à execução orçamentária do Distrito Federal, consubstanciada no Orçamento aprovado e em créditos abertos, de acordo com as autorizações que lhe forem transmitidas pelo Secretário de Estado da Fazenda;

III. Receber, na qualidade de executor de serviços bancários do Distrito Federal, as disponibilidades de quaisquer órgãos ou entidades vinculadas ao Distrito Federal;

IV. O BRB poderá ainda, na forma da lei, financiar empresas que realizam obras públicas do Distrito Federal, de caráter produtivo ou de relevante interesse social, observadas, sempre, a viabilidade técnica do projeto e a segurança de retorno dos créditos concedidos, conforme normas legais e regulamentares.

O BRB estimulará a pesquisa científica, tecnológica, econômica e social, e apoiará atividades socioambientais e culturais, diretamente e/ou em parceria com outras entidades.

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1.060	635	920	529	3.144
Comissionados sem vínculo efetivo	12	0	0	0	12
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	129	0	159	288
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	72	0	114	186
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	1.072	836	920	802	3.630
(-) Cedidos para outros órgãos	20	9	0	0	29
Total Geral	1.052	827	920	802	3.601

PERFIL DO QUADRO DE EMPREGADOS DO BRB

O BRB tem se destacado no mercado financeiro, como um Banco ágil e que tem se reinventado para atender às necessidades do cliente. Um de seus valores e pilares de evolução é a valorização de seus empregados.

O comprometimento com a Instituição é uma das principais características dos empregados do BRB, que somam 3.195, com uma média 41 anos de idade e 13 anos de vínculo de trabalho. Nosso quadro é composto por 39,7% de mulheres, que ocupam 40,6% dos cargos gerenciais, fruto das ações afirmativas de igualdade de gênero presentes no BRB.

Em 2021, o BRB realizou um Plano de Desligamento Voluntário para o qual aderiram 100 pessoas. Houve também, no exercício, a admissão de novos empregados concursados, no total de 349 pessoas, para dar sustentação ao plano de expansão dos negócios da Instituição.

O Banco conta ainda com equipe de estagiários e aprendizes, gerando oportunidades de desenvolvimento aos jovens, cuja média de idade é de aproximadamente de 20 anos.

Com relação aos nossos empregados, mais de 50% do quadro de pessoal está distribuído nas áreas fim, ou seja, na Rede Atendimento.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	655079783,0	0	655079783,0	655079783,0
0007 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS-- DISTRITO FEDERAL	655079783,0	0	655079783,0	655079783,0
9057 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS	275664980,0	0	275664980,0	261499536,0
0001 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS-- DISTRITO FEDERAL	275664980,0	0	275664980,0	261499536,0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	930744763,00	0,00	930744763,00	916579319,00

Os valores da tabela tem como referência data-base 30/11/2021. Os dados estão atualizados até o mês de novembro/2021, em decorrência do prazo estabelecido no Decreto N. 42.614 de 13/10/2021, art. 25, inciso I - atualizar a execução da estatal Integra – PSAC040 NO SIAC/SIGGO até o dia 04 de janeiro de 2022.

9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS

0007 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS-DISTRITO FEDERAL

Neste programa, considerando a atividade fim do banco, o destaque é a despesa de captação (custo associado ao *funding* do BRB), que foi diretamente afetada pela elevação da taxa básica de juros, taxa Selic, que saiu de 2% em dezembro de 2020 e finalizou o ano em 9,25%, levando ao aumento de 132% no custo de captação frente a 2020.

A principal fonte de captação do BRB deriva dos depósitos a prazo (CDBs), que representam 84% do saldo total das captações, e que cresceram 13,6% em 2021. Os depósitos de poupança são a principal fonte de recurso para aplicação em crédito imobiliário e representam 11,1% das captações totais. Seu crescimento foi de 11,2% em 2021. Para complementar a fonte de recursos direcionados, houve captação de Letras de Crédito Imobiliárias, que já representam 12% do total captado, atingindo R\$ 3 bilhões em 2021 ante R\$ 681 milhões em dezembro de 2020.

As demais captações são oriundas de Depósitos Judiciais, Letras Financeiras e repasses, além de captações diretas com outras instituições financeiras.

9057 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS

0001 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS - DISTRITO FEDERAL

Na qualidade de contribuinte, o BRB recolhe mensalmente para o Governo do Distrito Federal o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), que incide sobre a receita de prestação de serviços bancários.

O Banco também atua na condição de substituto tributário. O regime de Substituição e/ou Responsabilidade Tributária para o ISS foi criado pela Lei 294/1992 e ampliado às empresas pela Lei 1.355/1996 e suas alterações, e consiste na atribuição da responsabilidade pelo recolhimento do imposto a terceiros vinculados ao fato gerador na condição de contratante, fonte pagadora ou intermediário de serviços, realizados no Distrito Federal.¹

Além disso, todos os estabelecimentos do BRB situados no Distrito Federal pagam a Taxa de Funcionamento de Estabelecimento – TFE. A taxa tem como fato gerador o poder de polícia (atos administrativos de licenciamento, prevenção, orientação ou fiscalização) regularmente exercido pelo GDF, por meio do cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo, da higiene sanitária e saúde, da ordem e tranquilidade públicas e da proteção ao meio ambiente, visando disciplinar os estabelecimentos situados no Distrito Federal. O referido fato gerador ocorre na data do pedido de alvará, quando do início das atividades e em 1º de janeiro de cada exercício, para os anos subsequentes.

Nesse programa de trabalho é registrado a soma das despesas com ISS, COFINS, PIS/PASEP, IR e CSLL. O acumulado até o mês de novembro, cerca de R\$ 261,4 milhões, representa 94,86% do total orçado para o ano, que é R\$ 275,6 milhões. Em dezembro de 2021, houve reversão de IR e CSLL que refletiu na execução orçamentária do ano, atingindo R\$ 18,9 milhões em 2021 o que representa 6,88% do orçado.

¹ Fonte: Manual do Substituto/Responsável Tributário do Imposto sobre Serviços – ISS elaborado pelo Núcleo de Monitoramento do ISS-ST e IRRF. Governo do Distrito Federal Secretaria de Estado de Economia – Subsecretaria da Receita Coordenação do ISS.” (adaptado).

TRIBUTOS RECOLHIDOS AO FISCO DO DF INFORMADOS PELO REGIME DE COMPETÊNCIA

DATA	ISS/DF	ISS retido pelo Banco como Subst. Trib.	Taxas-DF
31/01/2021	719.165,69	682.804,76	5.357,40
28/02/2021	675.025,78	847.005,63	6.230,83
31/03/2021	709.067,39	1.260.901,86	7.410,51
31/04/2021	664.386,77	902.736,14	5.903,47
31/05/2021	639.197,33	816.324,32	9.918,33
30/06/2021	809.138,75	1.000.679,15	6.688,43
31/07/2021	679.679,08	799.613,68	6.688,43
31/08/2021	672.359,77	1.113.450,98	25.903,53
30/09/2021	683.649,83	854.710,35	6.688,43
31/10/2021	779.949,95	828.245,33	6.688,43
30/11/2021	699.459,60	1.013.953,54	6.688,43
31/12/2021*	812.262,81	960.477,04	5.449,10
TOTAL	8.543.342,75	11.080.902,78	99.615,32

*Valores de ISS relativos ao mês de dezembro/2021 serão recolhidos em janeiro/2022.

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	183621018,0	0	183621018,0	70894773,0
0019 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA BRB-DISTRITO FEDERAL	183621018,0	0	183621018,0	70894773,0
3501 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO	191069460,0	0	191069460,0	2022023,0
0022 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	191069460,0	0	191069460,0	2022023,0
3936 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	28200000,0	0	28200000,0	4061549,0
0004 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV-- PLANO PILOTO .	28200000,0	0	28200000,0	4061549,0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	256013367,0	0	256013367,0	146409900,0
2592 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	256013367,0	0	256013367,0	146409900,0
TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	658903845,00	0,00	658903845,00	223388245,00

Os valores da tabela tem como referência data-base 30/11/2021. Os dados estão atualizados até o mês de novembro/2021, em decorrência do prazo estabelecido no Decreto N. 42.614 de 13/10/2021, art. 25, inciso I - atualizar a execução da estatal Integra – PSAC040 NO SIAC/SIGGO até o dia 04 de janeiro de 2022.

1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO

0019 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA BRB-DISTRITO FEDERAL

Os investimentos em Tecnologia realizados pelo BRB em 2021 totalizaram R\$ 173,8 milhões, sendo 28,4% superiores ao valor investido em 2020, que foi de R\$ 135,4 milhões. Em relação ao orçado, o total investido ficou abaixo do previsto, representando 94,67%. Os principais investimentos ocorreram na modernização dos ativos de infraestrutura tecnológica, um dos mais relevantes viabilizadores para a expansão e reposicionamento no mercado e para ampliação da capacidade de desenvolvimento de novas soluções de mobilidade e de *analytics*, visando atender às necessidades prementes do mercado financeiro para digitalização e

inovações tecnológicas. O Banco atuou com foco na melhoria da experiência do cliente que, cada vez mais, demanda por soluções, produtos e atendimentos digitais e personalizados.

Dentre os investimentos realizados no exercício, destacam-se:

- Evolução e expansão do ambiente de virtualização, como uma das premissas para a otimização de performance e melhoria na disponibilidade dos sistemas e recursos aos usuários internos, objetivando, principalmente, eficiência operacional.
- Contratações dos equipamentos, softwares e serviços de apoio necessários para internalização e gestão do parque de autoatendimento (ATM).
- Desenvolvimento de aplicativos *mobile* para *smartphones*, *tablets*, *smartwatches*, *smartTVs*, *desktops* e aparelhos/sensores Internet Das Coisas (IoT), objetivando a transformação digital dos serviços bancários.
- Aquisição de novas estações de negócio, visando a atualização tecnológica, a melhoria no desempenho dos equipamentos e compatibilidade com a estratégia de implantação da Solução VDI (*Virtual Desktop Infrastructure*) nas agências do BRB.
- Aquisição de licenciamento de soluções de alta plataforma mainframe para IBM Mz15, última geração do equipamento IBM, garantindo ao Banco suporte para o aumento da base de clientes pessoa física e jurídica.
- Aquisição de licenças, infraestrutura e suporte de solução *Big Data Hadoop Cloudera*, visando a implantação de ambiente analítico integrado, que viabiliza tanto o armazenamento, quanto a exploração de dados.

3501 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO

0022 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO-BANCO DE BRASÍLIA S/A - DISTRITO FEDERAL

O cronograma de reforma dos pontos de atendimento foi retomado em 2021, ainda de forma gradual e adotando-se todos os protocolos de segurança, devido à persistência da pandemia em patamar maior que o esperado inicialmente. Alinhados ao novo modelo de atendimento do BRB, foram reformadas e modernizadas as agências Terraço Shopping, Corporate, Escritório de Negócios CNC e as Plataformas Digital Sul, Centro, Norte e Externa, Governo, Imobiliária, Atacado e Rural. Além disso, o Escritório de Negócios Supremo Tribunal Federal - STF foi entregue com as benfeitorias, e será inaugurado no primeiro trimestre de 2022. No entanto, há perspectiva de que o cronograma seja retomado normalmente ao longo de 2022.

Em 2021 o investimento foi de R\$ 2,4 milhões. No ano anterior o cenário de pandemia inviabilizou a realização do investimento devido à dificuldade quanto à atuação dos fornecedores, dadas as medidas de distanciamento social.

3936 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV

0004 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV - PLANO PILOTO

Após parceria do BRB com o Governo do Distrito Federal, por meio do Acordo de Cooperação Técnica Nº 02/19, foi transferido a gestão do Complexo Urbanístico da Torre de TV de Brasília para o Banco, a fim de desenvolver o projeto de revitalização do Complexo e criar o Corredor Cultural BRB.

O Complexo da Torre de TV é composto pela Feira de Artesanato, a Torre de TV, a Fonte Luminosa e todo o Jardim Burle Marx da zona central de Brasília.

Desde que recebeu a gestão do espaço, o Banco tem realizado diversas ações de melhoria no local como: intervenção de melhoria primária, na área da Feira de Artesanato com a realização de pintura externa; ajuste em telhas danificadas; reparos nos banheiros; melhoria na sinalização interna e a restauração das mesas da praça de alimentação.

Para garantir acessibilidade no pátio da Torre de TV, foram reativados os elevadores panorâmicos e as escadas rolantes, além da reconstrução das grelhas para escoamento de

água. O pátio também tem recebido intervenções de ocupação, como a Mega Pista de Patinação Torre 360 BRB.

O Mirante da Torre foi reaberto para visitação e conta com o atendimento inicial de uma equipe de recepção que realiza o cadastramento de visitantes e ordena a entrada dos grupos no elevador principal da Torre, afim de garantir monitoramento e controle de acesso, principalmente durante a pandemia.

No mezanino da estrutura foi instalado um gastrobar e galeria que tem funcionamento diário. Para essas intervenções houve a restaura o dos pontos e quadros de energia, reparo do sistema de água e esgoto, reforma dos banheiros e instala o de sistema de climatiza o do mezanino.

Foi elaborado um novo projeto de ilumina o para a Torre de TV, prevendo sua visibilidade do térreo ao topo durante a noite. A primeira licita o para execu o desse projeto foi fracassada devido   oscila o do dólar que altera o valor dos itens cotados, contudo o novo edital já teve seu orçamento atualizado.

Além disso, a Fonte Luminosa da Torre de TV já teve mais da metade de suas bombas renovadas e está em funcionamento diário, com ilumina o especial e projeções de vídeos em tela aquática. Para a área do Jardim Burle Marx houve atualiza o do projeto de irriga o dos canteiros da primeira etapa do jardim, o edital para licita o desse serviç o está em vias de ser publicado.

Os valores investidos em 2021 foram de R\$ 4,2 milhões. A execu o foi inferior ao inicialmente orçado também sob impacto da persistência da pandemia.

2557 - GESTÃO DA INFORMA O E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMA O

2592 - GESTÃO DA INFORMA O E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMA O - BANCO DE BRASÍLIA S/A - DISTRITO FEDERAL

As despesas com a gestão de sistemas de TI encerram o ano em R\$ 160,3 milhões, representando 62,62% do total orçado para o período. Essas despesas visam garantir o alto nível de disponibilidade de acesso aos serviç os, pelos clientes, nos canais de atendimento, além de produ o de *software*, suporte e manuten o, dos quais destacam-se:

- Contratos de Fábrica de *software*, de teste e serviç os especializados de suporte técnico de 1 , 2  e 3  níveis, fundamentais para entrega e manuten o dos sistemas e soluções tecnológicas;
- Contratos de Conectividades e Internet que visam atender todas as dependências do Banco, como Agências, Correspondentes e Instalações da Direção e Administrativas;
- Data Centers primário e secundário, na modalidade *colocation*;
- Suporte Técnico e manuten o dos ativos de infraestrutura tecnológica;
- Atualiza o da infraestrutura, serviç os e suporte técnico da soluço de alta plataforma mainframe para IBMz15;
- Serviç os de Autoatendimento (ATMs) e Rede 24h.

As despesas e investimentos previstos no orçamento tiveram como objetivo dar sustenta o às estratégias e prioridades para melhoria da experiência dos seus clientes no consumo dos diversos serviç os disponibilizados. Nesse cenário, foram realizadas a es de evolu o nos canais de atendimento, incluindo o BRB Nação Fla, que buscam, principalmente, melhorar a usabilidade, com a inclusão de novas funcionalidades e transa es nos canais, de forma a permitir a intera o dos clientes com os produtos do Banco.

Considerando as parcerias realizadas pelo Banco, foram desenvolvidas soluções voltadas para a viabiliza o da integra o junto às empresas Genial Investimentos e Stock Car, permitindo o acesso dos clientes   plataforma de produtos desses parceiros com a mesma conta utilizada nos canais do Banco.

Nesse mesmo contexto, foi desenvolvido um conjunto de novos serviç os (API's) que realizam o fluxo de comunica o de averba o INSS com a Dataprev, simplificando a comunica o e otimizando os processos com automatiza o da etapa de averba o e adequa o do envio de dados das opera es de crédito consignado. Além disso, foi desenvolvendo soluço

tecnológica para utilização dos serviços do aplicativo de prova e vida no INSS, possibilitando ao servidor público aposentado vinculado ao IPREV realizar sua prova de vida via aplicativo, além da integração com a empresa que realiza a gestão eletrônica da margem consignável desses servidores.

Outra ação de grande importância foi o desenvolvimento da solução de Depósitos Judiciais para atendimento ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), com a inserção do serviço de PIX Judicial nos canais digitais do Banco, que permite o pagamento de alvarás judiciais através de PIX. Além disso, foi desenvolvido o Portal e o Aplicativo para controle de fretes, em parceria com o Ministério da Infraestrutura, cujas entregas fazem parte do Projeto DTe – Documento de Transporte Eletrônico.

Com objetivo de aumentar a produtividade e a eficiência das entregas de TI, foram implementadas salas de desenvolvimento ágil, que envolveram sistemas dos segmentos de crédito, cadastro, automação bancária, dentre outros, de forma a priorizar o atendimento tempestivo, por meio de entregas contínuas de software com valor agregado ao cliente final.

8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1146174046,0	0	1146174046,0	747242418,0
6997 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	1146174046,0	0	1146174046,0	747242418,0
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	143166454,0	0	143166454,0	99168770,0
6992 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	143166454,0	0	143166454,0	99168770,0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	751603916,0	0	751603916,0	615678305,0
6996 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	751603916,0	0	751603916,0	615678305,0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	60000000,0	0	60000000,0	43101982,0
6974 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	60000000,0	0	60000000,0	43101982,0
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	2100944416,00	0,00	2100944416,00	1505191475,00

Os valores da tabela tem como referência data-base 30/11/2021. Os dados estão atualizados até o mês de novembro/2021, em decorrência do prazo estabelecido no Decreto N. 42.614 de 13/10/2021, art. 25, inciso I - atualizar a execução da estatal Integra – PSIAC040 NO SIAC/SIGGO até o dia 04 de janeiro de 2022.

8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

6997 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - BANCO DE BRASÍLIA S/A - DISTRITO FEDERAL

O total realizado em 2021, nesse programa, foi de R\$ 819,2 milhões, 28,52% inferior ao total orçado, devido ao esforço da Instituição em manter seus resultados em um cenário de elevação de custos, Selic próxima a dois dígitos e inflação pressionando as despesas.

Um dos Eixos de Gestão do BRB é o de Pessoas. Assim, estamos atuando continuamente na valorização e no desenvolvimento das competências de nossos empregados.

Como pilar de valor do BRB, nossas pessoas fazem a diferença. Respeitamos as nossas equipes, valorizamos a diversidade e estimulamos a criação de um ambiente saudável e colaborativo, em que cada um produza o seu melhor.

As nossas lideranças adotam modelo de gestão que promove um ambiente de trabalho saudável e colaborativo, capaz de motivar, comprometer e engajar as pessoas. Os nossos empregados atuam com foco em resultados, inovação, ética e qualidade no atendimento.

No atual contexto de pandemia da COVID-19, o BRB manteve o pioneirismo nas ações para proteger as pessoas, com a manutenção do teletrabalho para as empregadas gestantes e lactantes, de empregados lotados em unidades com casos suspeitos ou diagnosticados e que tiveram contato direto com pessoas diagnosticadas. Manteve, ainda, a testagem de todos os empregados de unidade com registro de contaminação e fez o acompanhamento de vacinações e retorno ao trabalho presencial.

ESTRATÉGIA E GESTÃO DE TALENTOS

Concursos Públicos

Com o grande salto na evolução tecnológica, o crescente aumento do uso de smartphones e da internet móvel, a tecnologia vem se tornando um elemento indispensável no relacionamento dos clientes com o serviço bancário, isso porque o consumidor não está apenas em busca de um determinado produto, mas de um suporte para alcançar seus objetivos de forma prática, personalizada, segura e com o menor custo possível.

No último concurso para o cargo de Analista de TI, CP-30, a qualidade das avaliações realizadas permitiu a admissão de profissionais com currículos bem estruturados, nas diversas especializações em tecnologia da informação, o que viabilizou imediato aproveitamento dos analistas em projetos importantes e desenvolvimento de soluções implementadas pelas áreas.

Como exemplos, citamos novos analistas com capacitações em Desenvolvimento e Gestão de Sistemas de Informação, Governança de TI, Gestão de Projetos, Gestão de Tecnologia da Informação, Banco de Dados, Testes de qualidades, entre outros. Considerando que houve a convocação de todos os aprovados para o cargo de nível superior de analista de TI do CP - 30, e tendo como objetivo a manutenção de um quadro funcional de TI robusto para atender aos novos cenários tecnológicos, fez-se necessária a abertura de novo concurso público para esse cargo.

Em abril de 2021, foi publicado edital de abertura do CP -32, com cem vagas para provimento imediato e outras cem vagas para cadastro reserva. Este concurso contemplou as cotas para Pessoas com Deficiência – PCD (20%), Pessoas Negras ou Pardas (20%) e Hipossuficientes (10%). Em novembro do mesmo ano, foi feita a convocação da primeira turma, composta por sessenta classificados, na qual todos os cotistas, entre os cem primeiros classificados, foram chamados.

Além da convocação do CP-32, foram convocados escriturários do CP -29, bem como analistas de TI e um médico do trabalho, do CP-30. No decorrer de todo o ano de 2021, foram

convocados trezentos e cinquenta e três candidatos aprovados, tendo sido admitidas trezentos e quarenta e nove pessoas.

Processos de Seleção Interna

O objetivo dos processos de seleção interna do BRB é identificar empregados com as competências necessárias ao exercício de Atividade ou Função Gratificada, visando compor e manter equipes qualificadas, valorizar empregados e, sobretudo, alocar a pessoa mais capacitada para o exercício de atividades específicas.

No exercício de 2021, foram realizados quinze processos de seleção interna, para funções Gerenciais e Técnicas.

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Jornada de novos empregados – Onboarding

A jornada de Onboarding para os novos empregados possui alinhamento com o Planejamento Estratégico do Banco e é composta por duas semanas de ciclos de palestras e apresentações das mais diversas áreas e Diretorias, a fim de apresentar o Banco em sua totalidade. Tal jornada é um grande processo de aprendizado e de aculturação para os novos empregados, de forma a incluí-los no contexto de crescimento e de novas tecnologias em que o BRB está inserido.

Devido à pandemia, o processo de Onboarding permaneceu com uma metodologia 100% digital, na qual os novos empregados das carreiras de escriturário, analista de TI e médico do trabalho puderam desfrutar de uma experiência totalmente online, porém, sem perder o objetivo principal de um processo de boas-vindas, que está pautado em acolhimento e integração dos novos colegas. Cabe ressaltar que participaram dessa jornada trezentos e quarenta e nove empregados.

Programa Trainee

No último bimestre de 2021, foram iniciadas mais duas turmas do Programa Trainee BRB. A 1ª edição foi bastante positiva e possibilitou o desenvolvimento e aceleração de carreira de quinze empregados. Diante do sucesso, a 2ª edição conta com a participação de cinquenta trainees que já estão participando de pós-graduação realizada por instituição reconhecida em mercado, job rotations em áreas estratégicas do Banco e mentoria. Essencialmente, o Programa trouxe um planejamento voltado para a identificação e preparação de talentos internos em áreas com temáticas estratégicas, com o propósito de valorizar e desenvolver os empregados e permitir o melhor aproveitamento daquele que é o mais importante ativo do Banco: as pessoas. A 2ª edição do Programa terminará no segundo trimestre de 2022 e, a partir de então, os participantes assumirão novas responsabilidades e terão a oportunidade de implantar os projetos desenvolvidos no decorrer da formação.

Universidade Corporativa

A Universidade Corporativa foi estruturada e a sua implantação está prevista para o próximo exercício. O projeto tem o propósito de engajar as pessoas para os desafios e crescimento do Banco, além de promover a manutenção da qualificação e potencialização dos talentos, visando garantir a sustentabilidade e a perenidade do Banco em um cenário dinâmico e com constantes transformações. A Universidade será, ainda, um meio para a criação de oportunidades de desenvolvimento, com foco em competências, com uma nova perspectiva de aprendizagem para acelerar o crescimento profissional e pessoal.

Programa de Liderança

Nos últimos meses, o BRB passou por uma profunda transformação, multiplicou o seu valor de mercado e entrou no negócio digital com sucesso. Além disso, houve a expansão da nossa atuação para outros Estados, evolução de nosso portfólio de produtos e serviços e atuação em diversas frentes internas de eficiência e modernização das operações. O Banco tem trabalhado no aprimoramento de seus profissionais ao longo deste período e hoje conta com um quadro que tem capacidade para buscar resultados, mas que necessita de suporte para o salto de qualidade necessário para o desenvolvimento do novo BRB.

Diante desse contexto e com o objetivo de impulsionar a performance dos executivos, torna-se fundamental aprimorar e desenvolver habilidades de liderança e preparar os líderes para gestão de mudanças, pessoas, conflitos e resultados.

Assim, em julho de 2021, foi contratada empresa especializada, que realizou escutas ativas com os líderes do Banco para a realização de um programa personalizado com foco em competências essenciais ao Líder BRB. Como resultado, foi criada a Academia de Liderança U-LEAD BRB que prevê a qualificação em cinco etapas.

- U *Understand*: identificação de potencialidades e oportunidades de desenvolvimento, incluindo Assessment Mentoria;
- L *Listen*: disponibilização de conteúdos estratégicos que trarão uma conexão com o mercado para ampliar a visão para além dos limites do BRB, abordando temas relevantes da atualidade, com enfoque provocador e incentivador;
- E *Empower*: os líderes terão uma imersão nos conteúdos de liderança de equipes de alto impacto.
- A *Apply*: os líderes serão incentivados a atuar como fomentadores e patrocinadores por meio da aplicação das habilidades;
- D *Drive*: proposição de projetos aplicativos, para resolução de problemas estratégicos, favorecendo projetos transversais (diferentes áreas) e formado por times heterogêneos.

Formação de Gerente de Redes

No segundo semestre do exercício foi iniciado o Programa de Formação de Gerentes de Rede, que busca o equilíbrio entre o conhecimento técnico e a habilidade comportamental, quesitos essenciais para a atuação dos profissionais que ocupam as funções de Gerente Geral e de Gerente de Negócios no BRB. O programa foi construído com base no mapeamento das competências técnicas e comportamentais, por meio de assessments realizados com o público-alvo, para identificação não só dos gaps, como também dos potenciais talentos. Com esse resultado, modelou-se a formação pensada para profissionais que atuam em um mundo dinâmico e desafiador, com o objetivo de formar líderes com propósito e com foco em resultados. Mais de seiscentos profissionais da Rede participarão de quatro etapas que vão elevar o nível técnico e comportamental.

A Formação abordará a construção de experiências incríveis para o cliente; como ser protagonista do seu desenvolvimento; como entender o papel e fazer a diferença no BRB e como aplicar os conhecimentos no dia a dia. Os participantes vivenciarão o conteúdo por meio de gamificação, mentorias e imersão. A iniciativa é mais um exemplo do investimento do Banco em suas pessoas, proporcionando aos empregados, cada vez mais, meios para que sejam protagonistas de seu crescimento profissional. O programa será encerrado em abril de 2022.

Formação no Exterior

O programa de Formação no Exterior do BRB foi aprovado em dezembro de 2021 e apresenta duas modalidades: Formação Executiva no exterior e Pós-Graduação no exterior. A Formação Executiva engloba cursos de curta duração direcionados a temas estratégicos para alavancagem de projetos, desenho de novos produtos e parcerias, e a Pós-Graduação abrange cursos com maior duração e temas para aprofundamento de conhecimentos relevantes para o Banco.

Para a 1ª edição do programa, os participantes poderão escolher cursos nas modalidades online ou semipresencial. Sugere-se que os cursos constem nas melhores classificações dos rankings internacionais das Escola de Negócios (Forbes, Financial Times e The Economist) para garantir a qualidade de ensino. A seleção será realizada por meio de critérios objetivos como atingimento das metas; participação em projetos estratégicos; interesse pelo autodesenvolvimento; e atuação em funções estratégicas. A expectativa com relação ao novo programa é de trazer inovação e melhores práticas para a instituição, mantendo o BRB no rol das melhores empresas para se trabalhar e, mais uma vez, reconhecendo o mérito das pessoas. Cabe ressaltar que o programa foi publicado em janeiro de 2022.

Treinamentos Internos

Oferecemos cento e quarenta e quatro cursos, sendo oito na modalidade presencial, cento e sete na modalidade online e vinte e nove webnares. Com isso, seiscentos e oitenta e um empregados participaram de um ou mais cursos presenciais, três mil duzentos e vinte e um participaram de um ou mais cursos e certificações internas disponibilizados na plataforma do

EaD BRB e mil cento e sessenta e dois empregados participaram de um ou mais webnares. O BRB emitiu no exercício de 2021 mais de quarenta e sete mil certificados de participação em treinamentos internos.

PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO E INDENIZADO – PDVI

A implantação do Programa de Desligamento Voluntário e Indenizado - PDVI, buscou a renovação da força de trabalho, o aumento a eficiência e a eficácia, a modernização e otimização de processos e da prestação de serviços. Por meio do engajamento dos novos empregados nas ações e projetos de diversas unidades da Instituição, foi possível a adequação das despesas de pessoal correlatas, gerando economia. Para os empregados, o Programa teve foco na valorização dos que desejam vivenciar uma nova etapa de suas vidas, após sua contribuição para a construção de um novo BRB forte, sólido e reconhecido pelo mercado.

O PDVI teve vigência até 31/12/2021, com 01 (um) período para adesão, de 15 a 16/07/2021. Durante esse período, os empregados que atendessem aos requisitos mínimos, puderam se inscrever no Programa, que teve como público-alvo seiscentos e trinta e três empregados, que preenchiem, ao menos um dos requisitos exigidos.

A indenização do Programa destinou-se à compensação do empregado pela perda do salário mensal e pela extinção do vínculo contratual trabalhista. Os incentivos ao desligamento foram os seguintes:

- a) dez salários-base da remuneração paga ao empregado em maio de 2021, excluindo-se as remunerações de caráter temporário e especial;
- b) pagamento de R\$ 1.000,00, para cada ano de serviço prestado, pelo empregado, ao Banco, limitado a 10 anos, a título de quitação de horas extraordinárias, a exceção dos empregados que recebem hora extra habitual e/ou trabalham em jornadas acima de 6 horas diárias, no momento do desligamento;
- c) dispensa de ressarcir eventuais custos pendentes de treinamentos, com carga horária inferior a 360 horas, se ainda não cumprido o período obrigatório de permanência no Banco, exigido após a sua conclusão;
- d) dispensa de ressarcir eventuais créditos do auxílio alimentação, relativos ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, recebidos no mês do desligamento.

O orçamento final definido para o PDVI foi de R\$ 18.168.735,29 (dezoito milhões, cento e sessenta e oito mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte e nove centavos).

No total, houve cento e trinta e oito adesões, das quais registram-se sete desistências, oito desclassificados, vinte e três na lista de cadastro de reserva e cem desligamentos ocorridos entre os meses de julho e novembro de 2021.

O Programa de Desligamento implementado foi fundamental para, mais uma vez, renovar a força de trabalho, necessária à oxigenação da empresa e conter custos com a folha de pagamento, vez que os profissionais enquadrados no Programa percebiam remunerações mais elevadas.

PROGRAMA DE INCENTIVO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO

A gestão do PCMSO se baseia no planejamento, execução e monitoramento para proteção da saúde dos empregados e da sua integridade física, considerando os riscos ocupacionais ligados às suas atividades e ao seu ambiente de trabalho determinados pelo Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA. Dentre as ações de gestão do Programa, destacamos as seguintes:

Exame Médico Periódico

O exame médico periódico visa à prevenção, o rastreamento e o diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho. Os exames permaneceram suspensos no exercício, considerando o cenário de pandemia.

Exame Médico Admissional

O exame admissional tem por objetivo assegurar que as capacidades, necessidades e limitações fisiológicas e psicológicas do candidato sejam compatíveis com o esforço físico e

mental exigido pelo cargo. Foram realizados trezentos e quarenta e oito exames admissionais durante o exercício.

Campanha de Vacinação Influenza + H1N1

O objetivo da Campanha é prevenir doenças do aparelho respiratório e proporcionar aos empregados do Conglomerado BRB e seus dependentes uma melhor qualidade de vida. Desde 2010, a vacina administrada durante a Campanha tem efeito conjugado: Influenza (gripe sazonal) + H1N1. Das 5.199 doses aplicadas, 2.257 foram destinadas aos empregados ativos do Conglomerado BRB.

Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT

A Norma Regulamentadora N R 4 – Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho – SE SMT prevê que as empresas devem, obrigatoriamente, manter os SE SMT com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho.

Assim sendo, seguem as principais ações desenvolvidas:

a) segurança do trabalho: com o objetivo de atender à Norma Regulamentadora – N R 17 – Ergonomia, e possibilitar uma postura mais adequada para os empregados, foram realizadas 141 análises ergonômicas de postos de trabalho e distribuídos 659 materiais ergonômicos aos empregados. Conforme a Norma Regulamentadora - N R 9 - o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPR As é parte integrante do conjunto mais amplo das iniciativas do BRB – Banco de Brasília no campo da preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores. Para tanto, foram realizadas 128 avaliações nas unidades do Banco e respectiva emissão de relatórios de segurança do trabalho.

b) absenteísmo: em 2021, o absenteísmo foi de 2,68%, ou seja, considerando o número de empregados e o número de dias trabalhados no ano, tivemos esse percentual de faltas. Lembramos que nessas faltas estão incluídas as faltas por licença maternidade, visto que são originadas de um atestado médico.

Protocolos de Segurança contra a Covid-19

O BRB foi um dos primeiros Bancos do país a assumir protocolo de segurança para proteger seus empregados contra os riscos provocados pela pandemia da Covid-19. Desde o início, estabeleceu uma série de medidas, como:

a) isolamento profilático (Licença Saúde) para: casos suspeitos e prováveis, empregados com diagnóstico confirmado, empregados com histórico de viagem internacional nos últimos 14 dias;

b) isolamento, com atuação em teletrabalho, dos empregados do grupo de risco: gestantes, lactantes, com idade a partir de 60 anos, pacientes crônicos, que residam com pessoas que estejam em comprovado isolamento e que mantiveram contato próximo com pessoas que realizaram viagem para países com surto de COVID-19;

c) suspensão temporária de cursos e treinamentos internos e externos, viagens a serviço e aulas de ginástica laboral;

d) realização de reuniões por meio de encontros remotos com utilização de tecnologias disponíveis;

e) fixação de cartazes em todas as unidades e correspondentes contendo informações relevantes sobre a doença, bem como reforçando a importância do distanciamento social, da etiqueta respiratória e da higienização das mãos;

f) criação de Hotsite dedicado ao tema, disponibilizado na intranet e internet, para orientações e esclarecimentos relacionados ao tema;

g) distribuição de álcool em gel e reforço na limpeza dos ambientes de trabalho;

h) suspensão temporária da exigência de registro do ponto pela biometria;

i) suspensão de visitas presenciais a clientes;

j) realização da higienização das máquinas de autoatendimento a cada uma hora, bem como das estações de trabalho compartilhadas;

k) realização da medição preventiva de temperatura em todas as unidades;

l) implantação de teletrabalho para 70% dos empregados das unidades administrativas;

- m) monitoramento da saúde física e mental dos casos de afastamento profilático, em isolamento ou em atestado médico, por meio de questionário eletrônico;
- n) uso de máscaras pelos empregados e terceirizados;
- o) testagem preventiva nas unidades onde foram registrados casos de Covid-19;
- p) testagem de todos os casos suspeitos, com acompanhamento da Clínica Saúde BRB;
- q) aquisição e instalação de 1.240 acrílicos em todas as agências do BRB, visando criar uma barreira antiviral entre o atendente e o cliente.

Além disso, no âmbito das Agências, foram tomadas medidas de restrição de acesso, como controle do fluxo de entrada, exigência de uso de máscara, reforço de higienização, instalação de barreiras protetoras de acrílico e sinalização do ambiente para que o distanciamento fosse respeitado.

Inspeções de Medidas de prevenção da Covid-19

- a) para evitar a disseminação da Covid-19, foram realizadas inspeções pela equipe do SESMT em cento e oitenta e seis unidades do Banco;
- b) mantido o monitoramento de recebimento das Tabelas de medições de temperatura corporal e dos Termos de inspeção mensais das condições ambientais em relação à Covid-19;
- c) teste sorológico da Covid-19 para fins preventivos e para evitar a disseminação do Coronavírus no Banco, realiza-se testagem sorológica de Covid-19 nos empregados que estão trabalhando presencialmente, em unidades que são identificados casos positivos de Covid-19, realizando 4.589 testes.

Ações de Qualidade de vida - Programa Vida Ativa

O Programa Vida Ativa tem como objetivo integrar ações para a qualidade de vida e saúde (bem-estar físico, mental e social) dos empregados do BRB, proporcionando maior resistência ao estresse, estabilidade emocional, eficiência no trabalho, entre outros benefícios que qualificam o bem-estar dentro e fora do ambiente laboral. Ocorre por meio de ações culturais, incentivo à prática esportiva, campanhas de vacinação e doação de sangue, incentivo de hábitos e comportamentos saudáveis, etc.

Devido à pandemia de Covid-19 alguns projetos do Programa Vida Ativa permanecem suspensos, como Ginástica Laboral, Corredores de Rua e Projeto Bem Gestar. Relacionam-se a seguir as principais atividades:

- a) Projeto check saúde: consiste em encontros regulares da área de saúde com as unidades do BRB, abordando temas atuais e relevantes sobre saúde, segurança ocupacional, qualidade de vida, respondendo a dúvidas e demandas pontuais e mapear as principais necessidades e sugestões do grupo. O projeto iniciou em outubro de 2021, atendendo 12 unidades, totalizando cento e cinquenta e oito participantes.
- b) Ressarcimento de Medicamentos: DORT/Transtornos Psiquiátricos e Doenças Crônicas: O Banco ressarcir 80% (oitenta por cento) do valor das despesas com medicamentos em tratamento extra internação, ao empregado acometido de AIDS e Doenças Crônicas especificadas no Regulamento do Plano "A-1" da SA Ú D E B R B – Caixa de Assistência até o valor aprovado no acordo coletivo vigente. A Saúde B R B arca com 20% (vinte por cento) do valor das despesas especificadas, de forma que 100% (cem por cento) do valor dos medicamentos são ressarcidos. Além disso, o Banco ressarcir os medicamentos para tratamento de Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho – DORT e doenças psiquiátricas, até o teto de R\$ 428,09 (quatrocentos e vinte e oito reais e nove centavos) por mês. O investimento com o benefício nas duas categorias em 2021, foi de R\$ R\$ 362.636,67 (trezentos e sessenta e dois mil, seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e sete reais).
- c) Projeto Vida Ativa Academia: tem o objetivo incentivar a prática de atividade física, visando promover a redução de estresse, a integração dos empregados e a melhora do sono. O programa consiste em financiar até 100% da mensalidade em academias de ginástica, e o teto, atualmente, está limitado ao valor de R\$ 133,69 (cento e trinta e três reais e sessenta e nove centavos) reajustado na data-base de setembro/2021, concedido em contracheque, mediante a comprovação de frequência e pagamento. O valor investido em 2021 foi de R\$ 273.901,32 (duzentos e setenta e três mil, novecentos e um reais e trinta e dois reais).

Campanhas de Mobilização para o Bem Estar e Saúde

Setembro Amarelo

Realizamos no mês de conscientização e prevenção ao suicídio uma live para tratar do tema Setembro Amarelo. O evento aconteceu no perfil dos empregados no Instagram com participação da médica do Banco e de psiquiatra e conselheira do CRM. O objetivo principal foi tratar do assunto de maneira desmistificada e conscientizar o público participante.

Outubro Rosa

No mês de referência, conscientização e prevenção ao câncer de mama também foi realizada uma live com o tema Outubro Rosa. Entre os tópicos abordados, as médicas falaram sobre hábitos saudáveis para prevenir o câncer de mama, os fatores de risco, a influência da questão genética, o câncer de mama em homens e formas de tratamento, como: cirurgia, quimioterapia e radioterapia. Aproveitando o tema, conversaram também sobre a prevenção ao câncer de colo de útero.

Novembro Azul

Em novembro ocorreu uma live com o tema Novembro Azul, em referência ao mês de prevenção e conscientização ao câncer de próstata. Foram abordados os fatores em potencial para o risco de câncer de próstata, como a obesidade e o tabagismo. O especialista ressaltou que os exames preventivos são essenciais para a detecção precoce de algum tumor. A prevenção é feita a partir dos 50 anos em pacientes em geral e a partir dos 45 anos em homens que tenham familiares com diagnóstico de câncer de próstata.

8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES

6992 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES – BANCO DE BRASÍLIA S/A - DISTRITO FEDERAL

O total realizado em 2021, nesse programa, foi de R\$ 110,0 milhões, 23,15% inferior ao total orçado, reflexo da pandemia, que limitou a realização de eventos externos e a concessão de auxílio academia, além do crescimento das formações por meio *online*, modalidade de capacitação com custo inferior aos treinamentos realizados de forma presencial.

BENEFÍCIOS

O BRB tem como um de seus diferenciais de empregabilidade a oferta, aos seus empregados, de benefícios, além dos obrigatórios, que buscam a retenção, a valorização e a satisfação de seu quadro de pessoal.

Auxílios-Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação

Destinado à alimentação do empregado e de sua família, este benefício, faz parte do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, no qual o Banco recebe incentivo fiscal. O benefício é operacionalizado por meio de empresa contratada que permite a realização do crédito em cartões eletrônicos específicos e seu uso em restaurantes e/ou supermercados e similares. O valor individual mensal pago ao empregado é de R\$ 1.917,30 (Um mil novecentos e dezessete reais e trinta centavos), reajustados anualmente na negociação salarial.

No exercício, o desembolso com o benefício foi de R\$63.178.477,33 (Sessenta e três milhões, cento e setenta e oito mil, quatrocentos e setenta e sete reais e trinta e três centavos).

Auxílio-Creche

Destinado aos empregados que tenham filhos, inclusive adotivos e enteados (que detenham guarda legal), até sete anos de idade completos e, também, para pais que tenham filhos com necessidades especiais para os quais, o auxílio é permanente. O Auxílio segue a média do mercado bancário, com valor mensal de R\$ 493,58 (quatrocentos e noventa e três reais e cinquenta e oito) e o Auxílio-Creche Especial no valor de R\$ 902,35 (novecentos e dois reais e trinta e cinco centavos).

Em 2021, foram pagos em média oitocentos e dezenove auxílios, por mês, totalizando o montante de R\$ 5.799.245,18 (cinco milhões, setecentos e noventa e nove mil, duzentos e quarenta e cinco reais e dezoito centavos).

Auxílio-Natalidade

Concedido aos empregados, em pagamento único, por ocasião do nascimento de filho/a no valor unitário de R\$ 1.565,53 (um mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e três centavos).

reais). Em 2021 foram pagos cento e doze auxílios, totalizando R\$ 168.914,56 (cento e sessenta e oito, novecentos e quatorze reais e cinquenta e seis reais).

Vale-Transporte

Em 2021 esse benefício foi concedido à 199 empregados e totalizou a despesa de R\$ 146.329,59 (cento e quarenta seis mil, trezentos e vinte nove reais e cinquenta e nove centavos).

Benefícios Educacionais

Os benefícios educacionais são um grande instrumento de incentivo, valorização, desenvolvimento e qualificação dos empregados do BRB.

São concedidos aos empregados do quadro permanente, para formação acadêmico-profissional nos níveis de graduação, pós-graduação ou especialização (lato sensu) nas seguintes áreas: Administração, Direito, Ciências Contábeis, Comunicação e Marketing, Estatística, Economia, Finanças, Tecnologia e Inovação. Muitos empregados aderem ao benefício.

Durante o ano de 2021 foram em torno de 424 (quatrocentos e vinte quatro) empregados matriculados nas diversas modalidades de formações/benefícios educacionais disponibilizadas pelo BRB. Desse total, 301 (trezentos e um) beneficiários em pós-graduação (lato sensu); 110 (cento e dez) em cursos de graduação: Gestão Pública, Gestão Financeira, Contabilidade, Engenharia, Gastronomia, Psicologia, Direito; e outros 13 (treze) optaram pela concessão de pós-graduação, stricto sensu, que compreende programas de mestrado e doutorado, nas áreas de Finanças e Economia, Ciências Contábeis, Governança, tecnologia e inovação.

Por fim, o BRB investiu, no exercício de 2021, o montante de R\$ 2.820.246,25 (dois milhões, oitocentos e vinte mil, duzentos e quarenta e seis reais e vinte cinco reais) na formação acadêmica de seu quadro de pessoal.

Auxílio-Idioma

Destina-se ao incentivo do estudo de línguas estrangeiras (inglês ou espanhol), permitindo que o BRB tenha empregados capacitados para atuar em ações e processos internacionais, de tecnologia e outros.

O Auxílio mensal é de até R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), estando ativos cento e quarenta e três empregados. No exercício, o investimento com esse benefício foi de R\$ 451.744,81 (quatrocentos e cinquenta e um mil, setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e um centavos).

Seguro de Vida em Grupo

É um planejamento financeiro feito pelo empregado para garantir renda, para o empregado e sua família, nos momentos mais delicados da vida, como doenças, acidentes e até falecimento. Nesse Seguro, o Banco arca com parte da despesa.

São integrantes da apólice de seguro de vida em grupo mil novecentos e quarenta e dois empregados, com garantia de indenização por morte e invalidez, para o titular e dependentes. O custo patronal do exercício foi de R\$ 475.052,26 (quatrocentos e setenta e cinco mil, cinquenta e dois reais e vinte e seis centavos).

Auxílio-Funeral

O benefício está fixado em até R\$ 10.473,25 (dez mil quatrocentos e setenta e três reais e vinte cinco centavos). Em 2021, foram pagos oito auxílios, com valor total de R\$ 48.435,82 (quarenta e oito mil quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos), que objetivam custear as despesas com decessos dando apoio ao empregado ou seu familiar em momento de fragilidade.

Auxílio-Academia

Concedido aos empregados para realizarem atividades físicas em academia de ginástica, contribuindo para melhoria da saúde do corpo funcional. Atualmente, o valor é de até R\$ 133,69 (cento e trinta e três reais e sessenta e nove centavos). No exercício, foi investido o total de R\$ 273.901,32 (duzentos e setenta e três mil, novecentos e um reais e trinta e dois reais).

Ressarcimento medicamentos

O benefício é fornecido em duas modalidades: Doenças Crônicas/AIDS e DORT/Transtornos Psíquicos. O BRB ressarcе 80% das despesas com medicamentos utilizados para tratamento de doenças crônicas. O rol das doenças é taxativo e consta no Manual de Saúde e Segurança do Trabalho.

No caso de tratamento de DORT/Transtornos Psíquicos, o BRB ressarcе até o teto de R\$ 428,09 (quatrocentos e vinte e oito reais e nove centavos) por mês. Em 2021, o investimento nessa modalidade de benefício foi de R\$ 362.636,67 (trezentos e sessenta e dois mil, seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e sete reais).

Benefícios por Transferência

Transferência é a alteração efetiva da lotação do empregado, a qual implica, necessariamente, em sua mudança de domicílio de trabalho. Aos empregados do BRB transferidos, são concedidos os seguintes benefícios e vantagens: abono por transferência, ajuda de custo mudança, auxílio-moradia, ajuda de custo deslocamento e incentivo por transferência.

No ano, trinta empregados foram transferidos e o investimento foi de R\$ 1.094.548,70 (um milhão, noventa e quatro mil, quinhentos e quarenta e oito reais e setenta centavos).

8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

6996 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - BANCO DE BRASÍLIA S/A - DISTRITO FEDERAL

O programa se refere aos serviços que não são atividade fim do Banco, mas que são necessários para sua manutenção, realizados, na maior parte, por contratos de terceirização. A soma das despesas que compõem esse programa totalizou R\$ 711,2 milhões, o que representa 94,63% do orçado, esse valor é 32,48% superior ao executado em 2020, reflexo do crescimento do Banco, cuja carteira de crédito apresentou incremento superior a 33,5% no exercício de 2021. Destaca-se que tais gastos estão ligados ao crescimento da receita, levando o BRB a um resultado, trimestre a trimestre, superior ao mesmo período de 2020.

8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA

6974 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA - BANCO DE BRASÍLIA S/A - DISTRITO FEDERAL

Ações de Publicidade e Propaganda

No referido programa é contabilizado todas as despesas com Publicidade e Propaganda. Na execução orçamentária até novembro o percentual atingido em relação ao orçado foi de 71,84% (R\$ 60,0 milhões orçados x R\$ 43,1 milhões realizados). Considerando a execução realizada em dezembro de 2021, o total executado foi de R\$ 51,2 milhões, ou seja, 85,37% total previsto para 2021.

Com diversas medidas sanitárias adotadas pelo Governo de Brasília e pela Sociedade como um todo, mas com um cenário um pouco mais controlado, devido ao início das vacinações, ao longo do exercício, o BRB trabalhou com o intuito de reforçar sua marca e seu posicionamento.

Por meio das campanhas, o Banco esteve presente no dia a dia da população, fortaleceu o relacionamento com os clientes e posicionou-se de uma maneira mais competitiva no mercado.

Foram diversas campanhas de Publicidade e Propaganda com ampla divulgação nos principais meios de comunicação como: televisão, mídias impressas, internet, mídia exterior, mídia eletrônica, mídia Indoor e rádio, além de hot site exclusivo com todas as informações da campanha. Exemplo disso foi a campanha de crédito imobiliário, que consolidou o Banco como líder na concessão de financiamento para a casa própria, realizando o sonho de diversas famílias. Foram mais de R\$2.486 milhões de crédito originado e crescimento de mais de 128% da carteira.

Além disso, o BRB manteve apoio às famílias e às empresas impactadas pela pandemia, por meio do ACREDITA-DF, Programa criado para pessoas físicas e jurídicas. Juntamente com o Programa SUPERA-DF, o ACREDITA-DF movimentou mais de R\$ 8,2 bilhões por meio de novas

operações, prorrogação e renegociações de crédito, atendeu mais de 155 mil clientes e abriu mais de 53.000 contas. Para esses Programas foi realizada ampla e massiva campanha de divulgação através dos meios de comunicação: televisão, rádio, internet, mídias impressas, DOOH (Digital Out of Home), OOH (Out of Home), além de hotsite exclusivo.

Além disso, o BRB manteve apoio às famílias e às empresas impactadas pela pandemia, por meio do ACREDITA-DF, Programa criado para pessoas físicas e jurídicas. Juntamente com o Programa SUPERA-DF, o ACREDITA-DF movimentou mais de R\$ 8,2 bilhões por meio de novas operações, prorrogação e renegociações de crédito, atendeu mais de 155 mil clientes e abriu mais de 53.000 contas. Para esses Programas foi realizada ampla e massiva campanha de divulgação através dos meios de comunicação: televisão, rádio, internet, mídias impressas, DOOH (Digital Out of Home), OOH (Out of Home), além de hotsite exclusivo.

Em setembro, foi veiculada a Campanha Institucional em comemoração aos 55 anos do BRB, cujo desdobramento trouxe benefícios para os clientes, por meio da oferta de diversos produtos, como: CDB; recuperação de crédito; Crédito Consignado e Pessoal; renegociação de dívida; além de produtos de seguros e de cartões. A campanha de divulgação foi ampla e massiva em diversos meios de comunicação: televisão, rádio, internet, mídias impressas, DOOH, OOH, além de hotsite exclusivo com as todas as informações da campanha.

Ainda em setembro, o Banco completou um ano da assinatura do contrato com o time de futebol Flamengo para a criação de Banco Digital. Além disso, durante todo o ano, foram realizadas diversas campanhas para impactar o público rubro-negro, as quais foram divulgadas em quase todo o País, por meio televisivo, rádio, mídia exterior, e ostensivamente na internet. Tais campanhas tiveram como foco a abertura de conta para captação de clientes, a bancarização dos clientes e a consolidação da imagem do BRB fora do DF.

Em outubro, o Banco lançou a esperada campanha para os servidores públicos, oferecendo condições especiais para o Crédito Imobiliário, Crédito Consignado e Pessoal Público, Crédito para Reforma, aplicação em Letras de Crédito Agrícolas, antecipação de férias e 13º, além de uma série de benefícios para usuários do BRB Card. A campanha teve ampla divulgação, com rádio, internet e redes sociais, mídias impressas, mídias externas, além de hotsite exclusivo com as todas as informações da campanha.

Para os clientes Pessoa Jurídica foi realizada campanha de Crédito PJ, visando o fortalecimento do compromisso com esse segmento e a ampliação dos negócios em produtos como o Capital de Giro, Investimentos e Conta Garantida. A campanha se estendeu até o início de dezembro e teve ampla divulgação na TV aberta e fechada, rádio, internet e redes sociais e mídias exteriores (DOOH e OOH).

Em novembro, a campanha BRB Black Friday destacou os descontos especiais típicos da data e mostrou a identidade de um Banco completo, por meio da oferta de diversos produtos e serviços. Destaque para o crédito consignado e o credreforma na aquisição de soluções sustentáveis, reforçando o nosso compromisso em relação a oferecer produtos que preservem o meio ambiente. A campanha foi curta, mas de alto impacto, com prorrogação e ampla divulgação nas redes sociais e internet.

Já em dezembro, uma grande conquista chegou ao BRB. Seguindo as diretrizes do planejamento estratégico, deu-se força e robustez ao processo de expansão ao assumir a gestão dos depósitos judiciais no Estado da Bahia. O Banco abrirá 49 novas agências e serão instalados mais de 430 correspondentes bancários nos 417 municípios baianos. Nossa chegada à cidade gerou a necessidade de uma ampla campanha, para que começássemos a nos apresentar a população da Bahia. A divulgação ocorreu em mídia online, como redes sociais e programática, e em mídias exteriores, como OOH e DOOH.

No fim do ano, o BRB comemorou com uma campanha institucional, cujos objetivos eram a criação de um vínculo emocional entre o Banco e a população, consolidando a marca e a imagem institucional do Banco, zelando pela imagem positiva perante a sociedade. Houve ampla divulgação em T V aberta e fechada, rádio, mídia online, como redes sociais e programática, e em mídias exteriores, como OOH e DOOH.

As campanhas estiveram sempre alinhadas ao planejamento estratégico do Banco, contribuindo também para as ações negociais. Além disso, a interação com o cliente esteve sempre ativa, por meio de publicações orgânicas, de custo zero, em terminais de autoatendimento, redes sociais do Banco (Facebook, Instagram, Twitter e LinkedIn), além de

publicidades no Banknet e outros canais próprios do BRB. Por fim, durante o exercício de 2021, o valor investido em veiculações publicitárias foi em torno de R\$ 26 milhões.

Ações promocionais e de relações públicas

O BRB, inserido em um mercado altamente competitivo, mergulhou num panorama de incertezas que permeou as organizações financeiras com a pandemia. Diante disso, se fez necessário um posicionamento estratégico diferenciado, proativo, profissional e estratégico.

Por intermédio do marketing de relacionamento, o BRB trabalha aspectos estratégicos de uma campanha de comunicação do Banco. Consideram-se serviços de promoção qualquer forma remunerada de difusão de ideias, eventos, criação e produção de estratégias, audiovisuais, digitais e especializada nos métodos, na arte e na técnica, estudo, concepção, execução e distribuição de brindes com intuito de engajar e fidelizar, promover a venda de mercadorias, produtos, serviços e imagem, além do endomarketing.

Um dos pilares que permeiam as estratégias do BRB é o forte relacionamento com clientes e empregados. Diante disso, foram proporcionadas experiências únicas e especiais por intermédio de camarotes em jogos do Flamengo no Rio de Janeiro, Brasília e Montevideo; em corridas da Stock Car; nos jogos da Liga Nacional de Basquete e jogos de Beach Tennis. Essas ações permitiram que o BRB proporcionasse aos clientes e empregados momentos únicos, podendo associar a marca a sentimentos positivos e inesquecíveis.

Investir na cultura, esporte e lazer são marcos fortes do nosso Banco. Monumentos que são a marca de Brasília como a Torre de TV, Arena BRB Nilson Nelson e Mané Garrincha foram revitalizados para reviver a memória dos brasilienses e visitantes da cidade. Essas mudanças foram de extrema importância para Brasília, mostrando que o Banco se importa e cuida da nossa cidade.

Com as inovações da Torre de TV, proporcionou-se ao fundador do *Web Summit* - maior evento de tecnologia e inovação do mundo - Patrick Cosgrave, uma experiência cultural, moderna e única, apresentando todo o potencial do BRB para trazer a edição do evento para Brasília.

Já com o foco no fortalecimento do engajamento interno, o Dia das Mães e dos Pais foi marcado por ações de relacionamento significativas, onde simultaneamente as mães e os pais do BRB receberam brindes lembrando da importância do indivíduo no trabalho coletivo. Além disso, foram promovidas ações de comunicação e distribuição de pins no Outubro Rosa e Novembro Azul, alertando aos empregados sobre a importância de cuidar da saúde por meio da prevenção.

Marketing de Incentivo é ferramenta utilizada para motivar colaboradores, clientes internos e externos a atingirem objetivos e metas definidos pelo Banco, oferecendo premiação e reconhecimento para as melhores performances. Normalmente, se desenvolve com foco em aumento de produtividade, vendas, interação, para alavancar ou lançar produtos, mudança na cultura, geração de ideias, qualidade, entre outros objetivos. Por isso, o BRB manteve sua campanha de incentivo ao longo do ano, reconhecendo empregados e unidades que alcançaram suas metas.

Dentro da prática do Reconhecimento e Valorização das pessoas e equipes, como parte da inovadora Cultura Organizacional, a primeira turma de Trainee foi um marco na história da Instituição. A turma proporcionou aos empregados uma perspectiva de crescimento e valorização do empregado na Instituição.

Ademais, foi realizada confraternização presencial entre os empregados do Conglomerado BRB, seguindo devidamente o protocolo de saúde contra a COVID-19, visando o reconhecimento do nosso cliente interno enquanto principal agente do crescimento e buscando transmitir a eles o senso de pertencimento e orgulho pela Instituição, bem como a sensação de alcance do sucesso após um ano de muito trabalho.

O valor investido em promoção em 2021 foi em torno de R\$ 11 milhões.

Ações de Patrocínio

Buscando atender à expectativa dos diversos perfis de clientes atuais e potenciais, patrocinamos projetos de diversos segmentos. Assim, contribuímos com o fortalecimento de uma identidade entre a imagem do BRB e o fomento ao esporte, ao negócio, à cultura, ao entretenimento e às causas sociais no Distrito Federal.

De acordo com o plano de expansão do BRB, o Banco buscou, ainda, apoiar projetos que garantissem à marca repercussão nacional.

No ano de 2021, marcado pelo gradual relaxamento das restrições sanitárias vigentes desde o ano anterior, foi mantido o apoio a projetos de esporte coletivos que, além de garantirem a exposição nacional da logomarca BRB, tais como as equipes de basquete masculino e de futebol feminino do Flamengo, garantiram a manutenção e participação das equipes brasilienses nas principais competições nacionais: As Minas (futebol feminino), Cerrado Basquete e Brasília Basquete (ambos masculinos), Brasília Vôlei (masculino e feminino) e Brasília Futsal (masculino).

Por meio do patrocínio, a Arena BRB Nilson Nelson foi apresentada como a nova casa do Brasília Basquete. O local passou alguns anos impossibilitado de receber jogos e eventos, voltando a ser aberto ao público e a receber novamente grandes eventos.

No automobilismo, o Banco manteve o apoio aos pilotos brasilienses Pedro Cardoso e Lucas Foresti, ambos disputando a principal categoria automobilística do país: a Stock Car Pro Series. A própria categoria passou a ser apoiada pelo BRB, tornando-se o Banco Oficial. Este patrocínio possibilitou, ainda, o lançamento do cartão de crédito da Stock Car.

Brasília foi sede do campeonato Sul-Americano de Vôlei Feminino, com a equipe brasiliense patrocinada pelo BRB conquistando o terceiro lugar. As transmissões dos jogos ao vivo foram por meio do Youtube do Banco, possibilitando ampla divulgação da marca nacionalmente.

No mesmo sentido, a visibilidade internacional foi percebida com a manutenção do patrocínio ao tênis brasileiro por meio da Confederação Brasileira de Tênis - CBT. O apoio à seleção brasileira, garantiu, não apenas a participação de nossos atletas em campeonatos de porte mundial, como também a conquista da histórica medalha olímpica de bronze para o país, na categoria de duplas com as atletas Laura Pigossi e Luiza Stefani.

Reforçando o incentivo à economia local, estivemos presente em projetos que incentivaram a retomada do crescimento do Distrito Federal, tais como a Semana do Imóveis ADEMIBRB e o Programa Collections Brasília: Spring Collections e Uniforms Collections, promovidos respectivamente pela Ademi e Sindinvest, incentivaram a indústria da construção civil e do vestiário local.

Outros projetos de destaque na retomada econômica são o Capital Summit On-line e Brasília Capital Fitness, eventos que buscaram capacitar empresários e empreendedores no momento de retomada da economia com cursos on-line, na área da saúde.

No campo social, manteve-se o patrocínio ao projeto Vela Adaptada, que possibilita a crianças portadoras de necessidades especiais o acesso gratuito às aulas de vela no Lago Paranoá.

Com o início da flexibilização dos eventos, o Banco apoiou o Vibrar, primeiro projeto com presença de público realizado no DF e o Maaya, complexo gastronômico de sucesso na orla do lago.

Por fim, foi entregue à cidade a revitalização e ocupação da Torre de TV. A nova atração trouxe para a cidade o maior parque de infláveis do país, mega pista de gelo e a instalação de restaurante com vista panorâmica no Mezanino do local.

Concluindo o ano, a tradicional iluminação de Natal da Torre de T V foi instalada com o patrocínio do Banco, reforçando os votos do BRB de esperança para toda a cidade.

Ações de Patrimônio Cultural

Em março, o BRB e a TERRACAP firmaram Termo de Compromisso para, em regime de colaboração mútua, avaliar a viabilidade técnica e financeira da requalificação do Autódromo Internacional de Brasília, inoperante desde 2013, com o intuito de reposicioná-lo como equipamento credenciado a receber grandes eventos que acontecem no cenário do automobilismo nacional e internacional, devolvendo à sociedade mais uma opção de lazer e entretenimento.

O Autódromo Internacional de Brasília foi inaugurado em 1974 e está localizado no Centro Esportivo de Brasília, Setor de Recreação Pública Norte (SRPN), próximo aos setores hoteleiro e comercial. A área possui um total de aproximadamente 670 mil m² e sua pista de competição tem dois traçados diferentes, sendo o maior com extensão de 5.475,58 metros e doze curvas e o segundo com 2.919,48 metros de extensão e quatro curvas. A maior reta da pista possui 750 metros e a largura da pista é de 14 metros. Por estar localizado em um

terreno plano, é possível avistar o circuito de qualquer local da arquibancada. As quatro arquibancadas, juntamente com os taludes que circundam o anel externo da pista, dão ao Autódromo a capacidade de receber 100.000 pessoas durante um evento.

O Autódromo foi inaugurado com uma prova extracampeonato de Fórmula 1, vencida pelo piloto brasileiro Emerson Fittipaldi e, ao longo dos anos, foi palco de inúmeras provas de automobilismo, como Fórmula 3 Sul-Americana, Fórmula Truck, Stock Car, entre outras categorias. Contudo, por falta de manutenções na pista e de outras adequações necessárias para a recepção de corridas de âmbito nacional e internacional, o equipamento acabou sendo desativado.

Em maio foi contratada uma renomada empresa de engenharia, especializada em autódromos, cujo engenheiro-chefe é responsável pelo GP Brasil de Fórmula 1 e membro da Confederação Brasileira de Automobilismo, para elaborar os projetos de engenharia para requalificação da pista de competição do Autódromo e prestar serviços de assessoria e consultoria durante os processos licitatórios e execução das obras. Em outubro, foi formalizado um Protocolo de Intenções entre BRB, TERRACAP e DER-DF, com o objetivo de inclusão deste último como partícipe dos esforços de requalificação do autódromo.

O BRB e a TERRACAP finalizaram, em novembro, o Plano de Ocupação e Exploração do Autódromo, de modo a apresentar as diretrizes do projeto e plano financeiro, que indica o valor de investimento para viabilizar o projeto e se este é compatível as necessidades de reforma do espaço. O resultado mostrou a viabilidade do projeto com um investimento de aproximadamente R\$ 61 milhões, que será capaz de efetuar a reforma da pista de competição, a troca de defensas metálicas e barreiras de pneus, o retrofit das arquibancadas e a reconstrução das áreas de boxes e paddock.

O projeto do BRB para o Autódromo vai além do âmbito desportivo, ele avança como transformação do espaço em arena multiuso, com locais para realização de shows e eventos, provas de ciclismo e corrida de rua, além da construção de um novo kartódromo, de pista de skate e parede de escalada, de pista de motocross e de circuito off-road. Além disso, haverá espaços que podem ser explorados por concessionárias de veículos e parceiros vinculados ao esporte e automobilismo, tudo isso com a manutenção do Cine Drive-In, único ainda em funcionamento na América Latina e patrimônio cultural do DF.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

CONQUISTAS NO ANO DE 2021

Em 2021, a atuação do BRB seguiu em conformidade com sua Identidade e Objetivos Estratégicos consolidados no Planejamento Estratégico do quinquênio 2021-2025, transformando a vida das pessoas e promovendo o desenvolvimento econômico, social e humano por meio de soluções financeiras, de meios de pagamento e de seguridade simples, inovadoras e digitais, com uma experiência única e completa.

Mesmo em meio ao contexto econômico ocasionado pela pandemia do Covid-19, o BRB seguiu comprometido com seus acionistas e com o desenvolvimento e suporte à sociedade do Distrito Federal, instituindo e ampliando os programas Supera-DF e Acredita-DF para ajudar pessoas físicas e jurídicas a superarem as dificuldades exigidas pelo momento e mantendo em patamares de mercado seus índices de retorno e eficiência.

Ao longo do ano, destacam-se as ações que impulsionaram esse resultado e contribuíram para o reposicionamento de mercado do BRB, tais como:

PARCERIAS

O BRB e a Wiz Soluções (WIZS3) assinaram contrato para a oferta de produtos de seguridade do banco. Juntas, criam uma companhia para a comercialização de seguros, consórcios, títulos de capitalização e previdência privada.

A operação será realizada nos canais de distribuição do BRB, por correspondentes bancários, agentes da rede de parceiros, atuação remota e digital. A empresa criada utilizará a estrutura existente e os colaboradores que hoje atuam na Corretora de Seguros do BRB, e receberá do banco uma outorga de exclusividade de 20 anos.

Lançamento de plataforma digital de investimentos com a disponibilização do aplicativo nas principais plataformas de celulares. Fruto de parceria com a Genial, a BRB Investimentos possibilita acesso a mais de 600 produtos, além do home broker, que permite operar diretamente no mercado de ações.

A operação entre o BRB e a Genial é com base em profit sharing, com a possibilidade de constituição de joint venture, a depender do atingimento de determinadas metas, incluindo número de clientes e ativos sob gestão. O acordo também envolve a transferência, para a Genial, de fundos que eram administrados pelo BRB, além da distribuição de produtos de research e treinamento dos funcionários do Banco.

REDE DE ATENDIMENTO E CANAIS DIGITAIS

No último ano, o BRB inaugurou, no Terraço Shopping, a primeira agência com o novo modelo de atendimento. O espaço foi concebido sob a ótica da experiência do cliente e representa o Novo BRB. Sua inauguração dá início à modernização de toda a rede de agências.

O modelo de atendimento de Varejo do Banco, em fase de implementação, é baseado em eixos e contempla não só a reformulação de espaços físicos como também a melhoria dos processos e nova segmentação de clientes.

Ainda em 2021, o Banco aumentou a sua capilaridade e atingiu mais um nicho no mercado, mediante a distribuição de produtos de investimentos em plataformas digitais para investimentos. Com isso, o BRB passou a estar presente em aplicativos de cinco parceiros, que juntos possuem mais de 5 milhões de clientes. O volume de captação por esse meio cresceu de forma exponencial no 3º trimestre, com destaque para os produtos de LCI e LCA.

EXPANSÃO

Após processo licitatório, o BRB se tornou o agente financeiro exclusivo do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) a partir de 2022, visto que, com o vencimento do certame, passou a ser a instituição bancária exclusiva para a prestação de serviços de captação e administração dos depósitos judiciais, administrativos e fianças, bem como dos recursos destinados ao pagamento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV).

O BRB prepara a abertura de diversas unidades no estado, além de ampliar a rede de correspondentes bancários. Esse movimento está alinhado à estratégia de expansão física do Banco no Centro-Norte brasileiro, iniciada em 2019, com abertura de unidade de atendimento no estado do Piauí.

Frente ao objetivo de expansão da base de clientes, o BRB continua com um crescimento exponencial, impulsionado pelo banco digital Nação BRB FLA, lançado em parceria inédita e estratégica com o Flamengo, que atingiu em setembro a marca de mais de 2,6 milhões clientes, sendo essa conquista construída em apenas 13 meses após o início da operação.

Atualmente, o Banco está presente em mais de 5.000 municípios, alcançando 39 países e todos os continentes, o que demonstra nossa capacidade de competição no mundo digital e o forte alicerce que estamos construindo para o futuro, com foco em nossa perenidade.

Ainda em sua estratégia de crescimento, expansão e diversificação de novos negócios, o BRB concluiu o processo de seleção de assessores financeiros para realizar oferta pública de ações do Banco (Follow-on). A estratégia de emissão de ações ao mercado considera a manutenção do controle pelo GDF e objetiva fortalecer a estrutura de capital, para subsidiar os projetos de expansão e investimentos representativos em TI. Isso permitirá a sustentação do crescimento da carteira de crédito, além da expansão de outros negócios, inclusive, a constituição de novas parcerias (joint venture) e eventual aquisição de outras instituições financeiras. Contudo, em razão das condições de mercado, o Banco e os coordenadores da oferta decidiram postergar a realização da oferta pública inicial de ações de emissão do Banco até surgirem condições mais favoráveis para a realização da Oferta.

CRÉDITO

Nossa carteira de crédito do BRB avançou 34,4% em 2021, atingindo R\$ 21,8 bilhões, com destaque para o crédito habitacional, que evoluiu 81,9%, atingindo R\$ 4,5 bilhões, já representando 20,8% do total de crédito do BRB, propiciando diversificação das receitas. Destaca-se também seu papel ao estabelecer relacionamento de longo prazo com os clientes. O crédito habitacional também tem importante papel de fomento na economia do Distrito Federal, ao aquecer o setor da construção civil.

O fomento à economia também é evidenciado pelo crescimento de nossa carteira de crédito pessoa jurídica, 51,6%, atingindo R\$ 1,9 bilhão, e já representando 12% do total da carteira. A carteira de crédito empresarial do BRB opera com recursos próprios e com repasses do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO e do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR. O financiamento dos setores privados e públicos têm o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região, participando da execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

Dessa forma, o Banco contribui para a geração de empregos diretos e indiretos, além de possibilitar o aumento da renda no Distrito Federal e Região de Influência.

No crédito consignado houve crescimento de 22,5%, cuja carteira atingiu R\$ 10,05 bilhões, linha de crédito com as mais baixas taxas dentre os produtos destinados a pessoas físicas e fundamental para a reestruturação das dívidas dos clientes, no BRB e no Sistema Financeiro como um todo.

CARTEIRA DE HABITAÇÃO

Especificamente, a Habitação financia a aquisição de unidades residenciais e comerciais a clientes pessoas físicas e jurídicas, além de realizar o financiamento da produção de unidades residenciais e comerciais a pessoas jurídicas. O produto de maior destaque é o financiamento destinado a imóveis enquadrados no Sistema de Financiamento Habitacional – SFH, com participação de 60,78%.

O BRB se posicionou como o Banco líder do mercado de crédito imobiliário no Distrito Federal, e detém, atualmente, participação de 44,30% na modalidade concedida com recursos oriundos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos – SBPE, apresentando o maior volume e a maior quantidade de financiamentos concedidos. Com esses números, o BRB se mantém como principal agente de crédito habitacional do DF, auxiliando na redução do déficit habitacional e apoiando clientes na concretização do sonho da casa própria e na manutenção de empregos da cadeia da construção civil. Em volume de carteira, o crédito habitacional alcançou o patamar de R\$ 4,37 bilhões, em dezembro/21, refletindo um crescimento de 39,84% nos últimos 12 meses.

A Carteira Habitacional do BRB também detém a liderança na concessão de financiamento da produção, por meio do produto Plano Empresário, com uma participação de mercado de 42,68% no DF, conforme aponta o relatório da Abecip, que auxilia o setor produtivo na geração de empregos diretos e indiretos e renda no Distrito Federal e regiões de atuação.

O nosso financiamento habitacional é desburocratizado, possui uma média de contratação de 15 dias, com a avaliação do imóvel em até 2 dias úteis, podendo ser contratado nas agências ou nos Correspondentes Imobiliários. Além disso, os clientes BRB possuem maior facilidade, tendo crédito pré-aprovado para realizar a operação.

CARTEIRA DE AGRONEGÓCIO

Nossa carteira Agro concedeu mais de R\$ 441 milhões em crédito rural, no exercício de 2021. O destaque é para o produto custeio agropecuário destinado ao financiamento das despesas dos ciclos produtivos de lavouras e à atividade pecuária, com cerca de R\$ 206,5 milhões concedidos. Por meio do crédito de custeio agropecuário do BRB, foram implantados mais de 44 mil hectares de lavouras. Os produtores de soja e milho foram os que mais acessaram o crédito em 2021, com um total de R\$ 129,8 milhões, cultivados em 26.799 e 8.040 hectares, respectivamente.

O Agronegócio BRB também financiou investimentos e melhorias na atividade produtiva por meio do produto investimento agropecuário que atingiu R\$ 101,2 milhões em crédito concedido, sendo que, do total liberado, R\$ 60,2 milhões se referem a operações com recursos do Fundo Constitucional do Centro - Oeste (FCO). Além disso, contribuiu para a comercialização da produção em melhores condições de mercado, concedendo R\$ 54,2 milhões em operações de comercialização agropecuária, bem como incentivou o produtor rural e suas cooperativas a agregar valor à produção, por meio da linha de industrialização agropecuária, com R\$ 79,7 milhões em operações contratadas em 2021.

Nos consolidamos como referência no incentivo à agricultura familiar e aos médios produtores no Distrito Federal (DF). Mantivemos a liderança alcançada no exercício de 2020 para concessão de crédito no âmbito do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar) e do Pronamp (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor), com mais de R\$ 1,1 milhão e R\$ 3,5 milhões concedidos, respectivamente, reforçando nosso papel de agente de fomento da economia do DF e participando do desenvolvimento do setor agropecuário da região.

A carteira de Agronegócio apresentou, em dezembro de 2021, saldo superior a R\$ 540 milhões, com crescimento de 23% em relação a 2020.

CARTEIRA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em maio de 2021, foi realizado o credenciamento do BRB ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT, o que possibilitou a captação de novos depósitos judiciais, gerando um crescimento de 29% dessa carteira, nos últimos 12 meses.

O projeto entre BRB e o TJDFT evoluiu de forma bastante eficiente, aumentando substancialmente a quantidade de cumprimento de ordens bancárias eletrônicas. O projeto entre as Instituições alcançou seu ápice em 1º de julho de 2021, quando houve envio e cumprimento do 1º alvará eletrônico via PIX do Brasil, por meio de Ordem expedida pela 23ª Vara cível de Brasília e executada em 1,5 segundos. Esse fato se tornou um divisor de águas no tratamento de alvarás judiciais, criando um marco para ambas as instituições e um ganho para a sociedade.

Ainda em julho, vencemos o certame para gestão e controle da totalidade dos depósitos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – TJBA, no volume de aproximadamente R\$ 8 bilhões. Para realizarmos a melhor gestão dos recursos de depósitos judiciais do TJBA, atendendo de forma eficaz todo o estado da Bahia no cumprimento de Ordem Bancária Judicial, faz-se necessária a abertura de Pontos de atendimento em 47 municípios baianos e a contratação de Correspondentes no País (CNP). Cabe destacar que a abertura desses canais de atendimento também estará focada na expansão dos negócios do BRB para toda a região.

Fruto da capacidade tecnológica do BRB, foi desenvolvido o sistema BRBJUS, o qual permite que o tribunal tenha acesso aos saldos e extratos de contas judiciais e emitam Ordens bancárias de forma eletrônica ao BRB. O sistema foi disponibilizado e implantado no TJBA no início de dezembro, já permitindo o envio dos primeiros PIX judiciais.

Para atendimento à população baiana, no que tange o levantamento de alvarás em espécie, o BRB largou na frente novamente, desenvolvendo metodologia de saque mediante reconhecimento facial, que será utilizada pelos Correspondentes, o que torna o processo mais seguro e mitiga a ocorrência de fraudes. Com a captação dos recursos do TJBA, a previsão é de que o BRB alcance mais de R\$ 12 bilhões em depósitos judiciais em 2022.

Ao final do projeto, o BRB terá disponível uma ferramenta moderna que estará à disposição de outros tribunais dentro e fora do DF, tornando possível o crescimento da carteira, por meio de recursos de outras esferas do judiciário, além de promover a divulgação da marca do Banco em todo o país.

GOVERNO

FUNDOS PÚBLICOS

O BRB atua como agente financeiro do Governo de Brasília na operacionalização dos fundos públicos do Governo do Distrito Federal, destinados à concessão de empréstimos ou financiamentos para a atividade produtiva de micros e pequenos empreendedores ou para a agricultura familiar.

Fundo para a Geração de Emprego e Renda - FUNGER

É o programa de microcrédito instituído com recursos do Fundo para a Geração de Emprego e Renda do DF, administrado pela Secretaria de Estado de Trabalho (SETRAB), destinado a propiciar crédito a microempreendedores urbanos e rurais, pessoa física ou pessoa jurídica. Tem como público alvo pequenos empreendedores do setor formal e informal da economia (feirantes, artesãos, trabalhadores autônomos, empreendedores individuais), sejam eles rurais ou urbanos.

O relacionamento com os empreendedores é feito diretamente pela Secretaria de Trabalho, com profissionais aptos a identificar as suas reais necessidades financeiras, além de prestar orientação na aplicação do recurso recebido, objetivando o desenvolvimento do empreendimento.

O relacionamento da Secretaria de Trabalho com o empreendedor é mantido durante todo o período de contrato, para garantir o crescimento sustentável da atividade econômica.

Os créditos são liberados em valores progressivos, de acordo com a capacidade de pagamento do tomador e garantias são apresentadas, para evitar o endividamento. No exercício, foram aprovadas 444 operações, que somaram um total concedido de R\$ 6.752.788,92 (seis milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, setecentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos).

Fundo Distrital de Desenvolvimento Rural - FDR

O instrumento financeiro é gerido pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI/DF, com vistas a promover o desenvolvimento rural do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF, por meio de ações que permitam o aumento da produção e da produtividade agropecuária, da renda, da segurança alimentar e a permanência do homem no espaço rural. É ofertado na modalidade crédito e financia projetos de investimentos e custeio agropecuários, com prazos de até 10 anos.

O acesso aos recursos do Fundo é vinculado à apresentação de um projeto, que pode ser elaborado com apoio da Emater-DF. Além disso, é preciso apresentar documentação da terra, Cadastro Ambiental Rural (CAR), documentos pessoais, certidões negativas, consulta Serasa e requerimento.

Em 2021, foram aprovadas 20 operações, totalizando a concessão de R\$ 2.591.830,92 (dois milhões, quinhentos e noventa e um mil, oitocentos e trinta reais e noventa e dois centavos).

CARTÃO PDAF - PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRO

No desempenho do papel de organismo de fomento regional, o Banco de Brasília celebrou com o GDF, em novembro, por meio da Secretaria do Estado de Educação, o contrato de prestação de serviços número 067/2021, a fim de operacionalizar o Cartão PDAF, o qual possibilita a movimentação dos recursos do Programa de Descentralização administrativa e financeira e sua transferência aos agentes executores, de forma eficiente, transparente e célere, nos termos do Decreto 42.403/2021 do GDF, como mecanismo destinado a prover recursos às Unidades Escolares e Regionais de Ensino da Rede Pública.

Além disso, permite a autonomia na gestão dos recursos para o desenvolvimento de iniciativas que contribuam com a melhoria da qualidade do processo educativo e com o fortalecimento da gestão democrática na rede pública do Distrito Federal, bem como possibilita a segurança e a fiscalização do uso dos recursos públicos.

O Programa destina recursos à aquisição pelos gestores escolares de bens e serviços em rede credenciada, com a disponibilização das máquinas de débito aos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte para a operacionalização/recebimento dos recursos.

Com sua operacionalização, o BRB intermediará recursos que movimentarão a economia local, cumprindo, mais uma vez, o seu mister como instrumento de desenvolvimento regional.

NA HORA

Em consonância com o papel desempenhado pelo Banco, no tocante ao desenvolvimento regional e prestação de serviços de qualidade, foi celebrado entre o BRB e a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal o contrato de prestação de serviços n.º 16/2021.

O escopo da prestação de serviços é o de fornecimento de soluções de meios de pagamento e outros serviços bancários e a realização de intervenções necessárias à operacionalização das Unidades do Na Hora, tais como, melhoria dos espaços físicos das unidades de atendimento, reformulação dos layouts e remodelagem da identidade visual das unidades, fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado, mobiliário e divisórias.

A partir de 2021, o Banco teve sua marca presente na prestação de serviços de qualidade ofertada à população do Distrito Federal, exercendo melhor gestão e experiência aos usuários dos serviços públicos. A gestão do Na Hora possui papel fundamental na melhoria dos serviços prestados ao cidadão, tornando-os mais céleres e menos burocráticos e mais modernos, ao passo que desenvolve aproximação, gerando prospecção e relacionamento.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - INAS

Por meio do contrato celebrado entre o BRB e o INAS para a organização, implantação e funcionamento do Plano de Assistência Suplementar à Saúde GDF - SAÚDE-DF, o Banco está cada vez mais próximo à população do DF, em especial dos servidores do GDF.

O plano é uma realidade na vida de mais de 36.000 beneficiários e o BRB faz parte dessa história, prestando serviços de regulação, assessoria, auditoria médica, central telefônica de atendimento, processamento de contas médicas, perícias, disponibilização e hospedagem de sistema informatizado de plano de saúde para auxiliar a estruturação, operação e a gestão do plano de assistência à saúde dos servidores do Governo do Distrito Federal.

Assim, o Banco de Brasília cumpre em sua prestação de serviços o propósito de transformar a vida das pessoas e promover o desenvolvimento econômico, social e humano.

PROGRAMAS SOCIAIS

Por meio dos Programas sociais, o GDF desenvolve ações voltadas à erradicação da pobreza e da marginalização, assim como a redução das desigualdades sociais e regionais. O BRB, como agente financeiro do Governo de Brasília e como parceiro na execução de políticas sociais, efetua a operacionalização desses Programas vinculados às Secretarias do Distrito Federal.

Durante o exercício de 2021, o BRB operacionalizou o pagamento dos seguintes Programas Sociais, que somaram o montante de R\$ 270,1 milhões:

Prato Cheio

Destinado a famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, o programa oferece R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais e proporciona autonomia para que os beneficiários possam escolher onde e quais alimentos comprar, dentre estabelecimentos do ramo alimentício.

- Beneficiários: 93.520
- Investimento: R\$ 122.647.250,00

Cartão Gás

O Programa Cartão Gás tem por objetivo o enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19. Está atendendo 70 mil famílias em situação de vulnerabilidade social. A cada dois meses, os beneficiados recebem auxílio no valor de R\$ 100,00 (cem reais) para a aquisição de botijão de cozinha.

- Beneficiários: 70.353
- Investimento: R\$ 13.999.800,00

DF Social

Benefício de transferência direta de renda, destinado às famílias de baixa renda residentes no DF, que consiste na concessão de auxílio financeiro em parcelas sucessivas mensais, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), sendo creditadas em nome do responsável familiar definido no Cadastro Único.

- Beneficiários: 33.182
- Investimento: R\$ 4.978.439,00

Cartão Material Escolar

Tem por objetivo complementar o valor despendido na aquisição do material escolar, oportunizar ao beneficiário poder de escolha quanto à qualidade do material a ser adquirido e descentralizar a aquisição como forma de fomentar o comércio de diferentes estabelecimentos especializados na comercialização do material escolar. O valor do benefício é de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) para o ensino médio e de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) para o ensino fundamental.

- Beneficiários: 54.210
- Investimento: R\$ 29.666.880,00

Bolsa Alimentação Escolar

O Programa contempla os alunos da Rede Pública de Ensino, cadastrados e beneficiados no bolsa família, pelo período de suspensão das aulas em razão da pandemia do Covid-19, para que continuem tendo direito à alimentação escolar. O valor do benefício é de R\$ 3,98 (três reais e noventa e oito centavos) por dia.

- Beneficiários: 47.033
- Investimento: R\$ 21.664.654,00

Bolsa Alimentação Creche

Assegura a alimentação das crianças de 0 a 5 anos de idade, regularmente matriculadas em instituições educacionais parceiras e creches da Rede Pública de Ensino do DF, no período de suspensão das aulas. O valor do benefício é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) ao mês.

- Beneficiários: 21.754
- Investimento: R\$ 3.477.690,00

Renova DF

Permite a qualificação profissional por meio da Secretaria de Trabalho, que propicia a revitalização de espaços e equipamentos públicos. Os beneficiários recebem ajuda de custo no valor de um salário mínimo, além de auxílio transporte e seguro contra acidentes pessoais.

- Beneficiários: 5.607
- Investimento: R\$ 8.989.622,00

Cartão Creche

O Programa apoia a promoção do desenvolvimento infantil de crianças de 0 a 3 anos de idade, bem como a sua inclusão educacional-social. O valor do benefício é de R\$ 803,57 (oitocentos e três reais e cinquenta e sete centavos) ao mês.

- Beneficiários: 4.940
- Investimento: R\$ 20.358.968,00

PROGRAMAS SOCIAIS EVENTUAIS

Famílias Acolhedoras

Acolhimento, em residências de famílias previamente cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva.

- Beneficiários: 211
- Investimento: R\$ 133.755,00

Auxílio por Morte

O auxílio por morte é constituído de prestação temporária em pecúnia ou em bens de consumo e é concedido em parcela única, com o objetivo de reduzir vulnerabilidades provocadas por morte de membro da família.

- Beneficiários: 405
- Investimento: R\$ 178.271,00

Auxílio Excepcional

O auxílio é concedido em razão do desabrigo temporário e prestação excepcional no âmbito da assistência social, subsidiária à Política de Habitação, decorrente da existência de situações de vulnerabilidade temporária ocasionadas pela falta ou pela inadequação da moradia, sendo destinado, exclusivamente, ao pagamento de aluguel de imóvel residencial.

- Beneficiários: 2.515
- Investimento: R\$ 4.520.840,00

Auxílio Vulnerabilidade

O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária é constituído de prestação destinada a auxiliar a família ou o indivíduo, visando minimizar situações de riscos, perdas e danos e decorrentes de contingências sociais, e deve integrar-se a serviços buscando o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção comunitária.

- Beneficiários: 23.081

- Investimento: R\$ 13.425.544,00

Bolsa Atleta

O programa garante condições mínimas para que os atletas e paratletas se dediquem, com exclusividade e tranquilidade, ao treinamento e competições locais, sul-americanas, panamericanas, mundiais, olímpicas e paraolímpicas.

- Beneficiários: 253
- Investimento: R\$ 2.448.164,00

Caminhos da Cidadania

Destinado a adolescentes integrantes de famílias do Programa Bolsa-Família com idade entre 15 e 17 anos, vinculados às unidades da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, em situação de vulnerabilidade e risco social. O programa busca proporcionar convivência social e formação em geral.

- Beneficiários: 3.545
- Investimento: R\$ 674.880,00

Fábrica Social

Centro de formação criado para capacitar profissionalmente cidadãos em situação de vulnerabilidade social, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

- Beneficiários: 591
- Investimento: R\$ 189.117,00

Auxílio-natalidade

O auxílio-natalidade é concedido em pecúnia ou em bens de consumo e é constituído de prestação temporária da assistência social destinada a auxiliar nas despesas decorrentes do nascimento de criança em situação de vulnerabilidade social.

- Beneficiários: 8.843
- Investimento: R\$ 1.790.600,00

Auxílio Calamidade

O auxílio em situação de desastre ou calamidade pública é provisão suplementar e provisória de assistência social prestada para suprir a família e o indivíduo dos meios necessários à sobrevivência, durante as situações calamitosas, com o objetivo de assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia familiar e pessoal.

- Beneficiários: 21.736
- Investimento: R\$ 10.874.832,00

Mobilidade Cidadã

Benefício emergencial no valor de R\$ 600,00 destinado aos proprietários de veículos que prestam serviço mediante concessão ou permissão do poder público e se encontravam devidamente cadastrados.

- Beneficiários: 5.290
- Investimento: R\$ 10.119.800,00

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO INSTITUTO BRB

Hospital Modular de Samambaia

O Instituto BRB coordenou a construção do Hospital Modular de Samambaia, projeto que uniu os esforços do BRB, do Instituto BRB, da Secretaria de Saúde, do Comitê Todos Contra o Covid e, também, contou com campanha de arrecadação de recursos, junto ao empresariado, pessoas físicas e associações de classe.

Sucesso de planejamento, o hospital Modular de Samambaia ficou pronto em apenas 34 dias, com uma construção inovadora e soluções ágeis que possibilita menor desperdício e maior controle de qualidade. O empreendimento foi entregue para a população em maio, e conta com 102 leitos (98 de enfermaria de 4 de isolamento) para pacientes acometidos pela Covid-19.

Findada a pandemia, o hospital Modular será uma unidade permanente que atenderá à comunidade em geral.

- Área de Atuação – Social: Hospital Modular de Samambaia
- Projeto – Coordenação da construção do Hospital Modular de Samambaia
- Parceria - BRB, Secretaria de Saúde, Comitê Todos Contra o Covid, empresariado, pessoas físicas e associações de classe
- Recursos Aplicados - R\$ 7.331.502,53
- Público Atingido - População do DF
- Resultado Alcançado - 102 leitos (98 de enfermaria e 4 de isolamento) para pacientes acometidos pela Covid.

Ajuda Humanitária

Para apoiar o combate à crise gerada pela pandemia do Coronavírus, o Instituto BRB promoveu a seleção de Organizações Sociais que estavam atuando com distribuição de cestas básicas, e entregou 11 toneladas de alimentos que foram distribuídas para pessoas em situação de vulnerabilidade social, impactando aproximadamente 2.500 (duas mil e quinhentas) pessoas.

Por meio da atuação em rede, o Instituto em parceria com os Institutos Bancorbrás e Sabin, promoveu a distribuição de 8 toneladas de alimentos, que beneficiaram mais de 3.500 pessoas. Os beneficiários foram mulheres vítimas de violência e pessoas em tratamento de câncer, que estão em situação de vulnerabilidade social devido à pandemia do coronavírus.

- Área de Atuação – Social: Ajuda Humanitária
- Projeto – Distribuição de cestas básicas
- Parceria - Institutos Bancorbrás e Sabin
- Recursos Aplicados - R\$ 51.645,00
- Público Atingido - População do DF
- Resultado Alcançado – arrecadação de 19 toneladas de alimentos distribuídas a 6 mil pessoas.

Programa de Aceleração de Impacto Social

Com vistas a exercer o seu papel social e a fortalecer a capacidade institucional das Organizações da Sociedade Civil (OSC), por meio da produção de conhecimento que ampliem as condições para sustentabilidade das OSCs, o Instituto concebeu de forma colaborativa, programa de capacitação, denominado “Programa de Aceleração de Impacto Social – PAIS”.

O Programa contou com a inscrição de 404 Organizações Sociais, em 25 estados e 190 cidades diferentes. As instituições selecionadas receberam capacitação de forma online, com o objetivo central de contribuir para a formação de gestores e equipes técnicas, a melhoria de governança e a ampliação de impacto social, tendo a temática da sustentabilidade econômica como tema gerador.

- Área de Atuação - Social
- Projeto Programa PAIS
- Objetivo do Projeto - Contribuir para a formação de gestores e equipes técnicas, a melhoria de governança e a ampliação de impacto social, tendo a temática da sustentabilidade econômica como tema gerador
- Parceria – Instituto Sabin, Instituto Bancorbrás e outros
- Recursos Aplicados - R\$ 35.680,02
- Público Atingido - 404 Organizações Sociais, em 25 estados e 190 cidades diferentes.

Comunidade que Sustenta a Agricultura - CSA

Coordenado pelo Instituto BRB, o Programa CSA - Comunidade que Sustenta a Agricultura consiste em um grupo fixo de consumidores que se comprometem, durante um período determinado, a contribuir mensalmente com o orçamento semestral de uma produção agrícola. Em contrapartida, o consumidor recebe semanalmente seus alimentos produzidos nesse local, em manejo biodinâmico, livre de agrotóxicos. Dessa forma, o agricultor deixa de

vender seus produtos a intermediários e conta com a participação das pessoas, que se tornam coagricultores, e passam a financiar o escoamento da sua produção.

Durante o exercício, foram promovidos 3 pontos de convivência, que mantiveram o sustento de 6 famílias de produtores agrícolas, alcançando em torno de 161 pessoas (adultos, crianças e idosos).

- Área de Atuação - Ambiental
- Projeto - CSA - Comunidade que Sustenta a Agricultura
- Objetivo do Projeto - O projeto consiste em um grupo fixo de consumidores que se comprometem, durante um período determinado, a contribuir mensalmente com o orçamento semestral de uma produção agrícola. Em contrapartida, o consumidor recebe semanalmente seus alimentos produzidos nesse local, em manejo biodinâmico, livre de agrotóxicos
- Parceria - Agricultores locais
- Recursos Aplicados - N/A
- Público Atingido - Agricultores
- Resultado Alcançado - 161 pessoas impactadas pelo projeto.

Projeto Mão na Massa

Resultado de acordo de cooperação entre a Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SMDF) e o Instituto BRB, o projeto Mão na Massa oferece cursos na área de gastronomia (bolos caseiros /bombons e trufas/pizzas e esfirras /técnicas de confeitaria/cozinheiro básico) para mulheres em situação de vulnerabilidade. Além dos cursos profissionalizantes, o projeto oferece atividades transversais, como palestras sobre precificação de produtos, embalagens, empoderamento feminino e violência doméstica. A iniciativa visa a promover o empreendedorismo e a autonomia econômica das mulheres.

Para subsidiar as ações voltadas ao público feminino, o programa contou com o apoio da BRBCard, que doou parte dos recursos gerados pela comercialização do Cartão Mulher.

Todos os cursos de capacitação profissional são promovidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Além dos treinamentos, as participantes também recebem conhecimento sobre empreendedorismo, inovação e atuação profissional. E a expectativa é contemplar pelo menos 300 participantes até 2022.

- Área de Atuação - Social
- Projeto - Mão na Massa
- Objetivo do Projeto - Promover o empreendedorismo e a autonomia econômica das mulheres Parceria - Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SMDF)
- Recursos Aplicados - R\$ 120.960,00
- Público Atingido - mulheres em situação de vulnerabilidade
- Resultado Alcançado - 120 pessoas impactadas pelo projeto no ano de 2021.

Economia Criativa - Capacitação

O Instituto BRB, em parceria com o SEBRAE/DF, promoveu a 2ª edição do seminário Conexão Artesanato e Design na Economia Criativa, que teve por objetivo preparar artesãos e designers para retomar suas atividades pós-pandemia. O evento aconteceu de forma híbrida (presencial e online) e contou com 650 inscritos, das áreas de artesanato e Design, para demonstrar como se inserir no mercado de forma mais estratégica visto a reabertura das atividades comerciais pós-pandemia, despertando a criatividade para criação de produtos autorais e com o olhar atualizado sobre as tendências de mercado.

Foram abordados temas relativos a marketing e vendas, como: as principais tendências de mercado pelo olhar de grandes lojistas especializados em vendas de artesanato e design, o desenvolvimento da criatividade e uma oficina prática de visual merchandising para que o público possa organizar da melhor forma possível os produtos em feiras e eventos.

- Área de Atuação - Educação
- Projeto - Economia Criativa - Capacitação

- Objetivo do Projeto - Preparar artesãos e designers para retomar suas atividades pós-pandemia
- Parceria - SEBRAE/DF
- Recursos Aplicados – R\$ 24.494,81
- Público Atingido - Artesãos e designers
- Resultado Alcançado – 650 artesãos e *designers*.

VOLUNTARIADO EMPRESARIAL

Campanha do Dia da Criança

A campanha Dia das Crianças 2021, do BRB Solidário, foi lançada em setembro, com o objetivo de arrecadar alimentos não perecíveis junto aos empregados do Conglomerado BRB, para serem entregues a Organizações Sociais que atuam com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Como resultado da campanha, foram arrecadados 4 toneladas de alimentos, que beneficiaram 8 (oito) instituições sociais, impactando a vida de mais de 3.200 pessoas.

- Área de Atuação – Social - Campanha Dia da Criança
- Objetivo do Projeto – Arrecadar e distribuir alimentos não perecíveis
- Parceria - Organizações Sociais
- Recursos Aplicados – R\$ 5.410,00
- Público Atingido - crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social
- Resultado Alcançado – 3.200 pessoas.

Campanha Vem Brincar Comigo do GDF

O Instituto BRB participou do Dia Solidário da Campanha, com o objetivo de celebrar o Dia das Crianças. Por meio de doações dos empregados do Conglomerado BRB, o Instituto BRB arrecadou brinquedos para crianças em situação de vulnerabilidade social, que foram distribuídos pelo Governo do Distrito Federal.

- Área de Atuação – Social - Campanha Vem Brincar Comigo
- Objetivo do Projeto – Arrecadar brinquedos para crianças
- Parceria - Governo do Distrito Federal
- Recursos Aplicados – Não se aplica
- Público Atingido - Crianças em situação de vulnerabilidade social
- Resultado Alcançado – 80 brinquedos arrecadados.

Campanha de Natal

A Campanha de Natal 2021 – Adote um sorriso e doe esperança é a ação de voluntariado empresarial, que consiste na escolha de uma criança, jovem ou adulto, da Instituição Social Maria Teixeira, que atua com educação inclusiva, para envio de um kit de presente de produtos novos, contendo roupa, calçado e um brinquedo, para crianças até 10 anos.

- Área de Atuação – Social
- Projeto - Campanha de Natal do BRB Solidário
- Objetivo do Projeto – Arrecadar kits de presente de produtos novos
- Parceria - Instituição Social Maria Teixeira
- Público Atingido - crianças, jovens e adultos
- Resultado Alcançado – 287 kits arrecadados.

Diálogo de Impacto

Trata-se de um projeto que tem como objetivo inspirar pessoas, ao trazer entrevistados que lutam por temas que podem contribuir para a transformação do mundo. A entrevista de outubro de 2021 foi com Vitor Belota, empreendedor social, fundador da ONG Litro de Luz Brasil, Head de impacto e sustentabilidade do Grupo SPLICE e 2 vezes palestrante do TEDx.

Foram abordados temas referentes ao Terceiro Setor; ESG; Soluções de Impacto; Responsabilidades Individuais e Empresariais; Cases de Sucesso e Planejamento Estratégico.

- Área de Atuação – Social
- Projeto - Diálogo de Impacto
- Objetivo do Projeto – Abordar temas que contribuem para a transformação do mundo
- Parceria - ONG Litro de Luz Brasil
- Recursos Aplicados – R\$ 5.000,00
- Público Atingido – População geral.

Mutirão Microcrédito Mulher

O Instituto BRB, em parceria com a área de Microcrédito do BRB e com a Secretaria das Mulheres, promoveu o Mutirão Microcrédito Mulher, em dezembro, na Casa da Mulher Brasileira, em Ceilândia.

Voltada exclusivamente para o público feminino em situação de vulnerabilidade econômica e social, a iniciativa ofereceu palestras sobre o produto, além de dicas sobre educação financeira. O objetivo foi permitir que mulheres empreendedoras solucionassem dúvidas e tivessem oportunidade de iniciar atividades geradoras de renda ou incrementar negócios já existentes.

- Área de Atuação – Social
 - Projeto - Mutirão Microcrédito Mulher
 - Objetivo do Projeto – Ampliar o contato com produtos e serviços bancários e oferecimento de crédito
 - Parceria – BRB - Área de Microcrédito
 - Público Atingido - público feminino em situação de vulnerabilidade econômica e social.
- Área Projetos 2022 DIPREV** Disponibilizar versão Digital para Prova de vida realizada pelo RPPS/DF Definir rotina de trabalho para execução do processo de Compensação Previdenciária entre os Regimes Próprios de Previdência - Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019.

Área	Projetos 2022
DIRIN	Manualizar o processo de credenciamento de instituições financeiras – Padrão Pró-Gestão Nível II
	Manualizar o processo de autorização para aplicação e resgate – Padrão Pró-Gestão Nível II
	Mapear e Manualizar o processo de elaboração e aprovação da política de investimentos – Padrão Pró-Gestão Nível II
	Implementar o Plano de Gestão de Imóveis – Plano de ação 2022

Área	Projetos 2022
DIAFI	Definir diretrizes para a implementação do projeto de incentivo a Pós Graduação do servidor conforme Portaria N.º 36 de 11/03/2019 - Bloco II
	Mapear o dimensionamento ideal da força de trabalho do Instituto – 1º bloco
	Atualizar o Plano de Habilidades e Competências Gerenciais – CHA
	Atualizar o Plano de Aquisições Estruturantes – 2022 e 2023
	Manualizar a área de compras – com fluxograma dos macroprocessos
	Estudar formas para melhor controle da arrecadação de pessoal cedido, licenças para tratar de interesse particular e acompanhar cônjuge com contribuição voluntária

Área	Projetos 2022
DIJUR	Revisar Normativos internos - 2º Bloco
	Elaborar modelo de relatório de avaliação do passivo judicial – Padrão Pró-Gestão

Área	Projetos 2022
DIGOV	Manualizar os processos de Tecnologia da Informação – TI (procedimentos de contingência que determinem a existência de cópias de segurança dos sistemas informatizados e dos bancos de dados, o controle de acesso - físico e lógico)
	Modernização e integração do Módulo de Atendimento do Instituto, de forma digital
	Desenhar o fluxo de monitoramento e tratamento da Política LGPD do âmbito do Iprev/DF – Padrão Pró-Gestão Nível II
	Implementar Plano de Integridade
	Coordenar ações para a realização da auditoria de Certificação do Pró-Gestão do Iprev/DF

Área	Projetos 2022
UAT	Realizar a Avaliação Atuarial – exercício 2021
	Elaborar Relatório de Gestão Atuarial
	Desenvolver Testes de Aderência do Iprev/DF

Área	Projetos 2022
UCS	Desenvolver pesquisa de satisfação interna e propor melhoria
	Desenvolver pesquisa de satisfação aos usuários do Iprev/DF com foco em aperfeiçoamento

Área	Projetos 2022
CONTROLADORIA	Elaborar PAAAI – 2023
	Elaborar Relatório Anual de Atividades de Controle Interno e Auditoria - 2021
	Acompanhar os critérios do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP
	Ajustar relatório de Controle Interno – Padrão Pró-Gestão Nível II
	Elaborar Manual de Gestão de Risco e Controle Interno

Área	Projetos 2022
OUIDORIA	Implementar o Projeto IPREV no seu órgão – Bloco II
	Desenhar o fluxo de operações de denúncias – Portaria N.º 25, de 24/06/2021
	Mapear o processo de investigação

Área	Projetos 2022
PRESI	Buscar parceria com o Ministério da Saúde, visando acesso ao SIM - Datasus
	Prospectar formas de recebimento do Resumo de despesa da folha ao Iprev/DF – Bloco II
	Realizar audiência Pública da prestação de contas anual
	Desenvolver e implantar o Alinhamento Interno - Reuniões de Ponto de Controle com as áreas técnicas do Instituto

Área	Projetos 2022
COMITÊ DE GESTÃO E RISCO	Desenvolver a Política de Riscos - Comitê de Gestão de Risco – Portaria nº 51/2021

Área	Projetos 2022
COMISSÃO DE ÉTICA	Atualizar o Código de Ética e Conduta do Iprev/DF – Comissão de Ética
	Elaborar Plano de Ação Anual com cronograma de ações e reuniões - Comissão de Ética

19204 - BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BRB - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A., doravante denominado Financeira BRB, é uma sociedade anônima de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, subsidiária integral do BRB Banco de Brasília S.A., denominado BRB, sendo regida pelo seu Estatuto Social, pelas Leis nº 6.404/1976, nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, e demais disposições aplicáveis. A Financeira BRB tem por objetivo a realização de todas as operações e serviços facultados às sociedades de crédito, financiamento e investimentos, obedecidos os preceitos e as limitações da legislação em vigor.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

Para a execução de suas atividades, a Financeira BRB conta com quadro de pessoal composto por empregados do quadro permanente do BRB, ingressados por meio de concurso público, por estagiários, jovens aprendizes e terceirizados também contratados pelo BRB, e pelo seu quadro estatutário. Os números da força de trabalho da Financeira BRB estão contidos nas informações do Banco de Brasília S.A., unidade orçamentária 19.202.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	30000000,0	0	30000000,0	19479221,0
7023 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-BRB CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	30000000,0	0	30000000,0	19479221,0
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	97615202,0	0	97615202,0	67923257,0
0008 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS--DISTRITO FEDERAL	97615202,0	0	97615202,0	67923257,0
9057 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS	92614644,0	0	92614644,0	51018464,0
0002 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS--DISTRITO FEDERAL	92614644,0	0	92614644,0	51018464,0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	220229846,00	0,00	220229846,00	138420942,00

O item 9050 está relacionado com o contrato de ressarcimento celebrado entre a Financeira BRB e o BRB Banco de Brasília, Acionista Controlador, cujo objeto é o ressarcimento de despesas de pessoal e utilização de estruturas administrativas. O contrato visa minimizar custos para o conglomerado evitando a duplicação de estrutura e criando uma atuação com maior sinergia para ambas as instituições.

Já a ação 9055 relaciona-se principalmente com os custos de captação de funding para concessão dos empréstimos. Aqui, o aumento da taxa Selic durante 2021, assim como uma maior produção de crédito, foram responsáveis pelo montante. Atualmente, a Financeira BRB capta 100% das suas necessidades de recursos junto ao controlador BRB.

*Os dados estão atualizados até o mês de novembro/21 em decorrência do Período de Silêncio em cumprimento ao art. 12 da Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes, assim como o atendimento às melhores práticas de Governança Corporativa e ao Pronunciamento de Orientação N.º 07, de 22 de setembro de 2009 do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado.

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3501 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO	100000,0	0	100000,0	0
0001 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO--DISTRITO FEDERAL	100000,0	0	100000,0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	15000000,0	0	15000000,0	0
0015 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	15000000,0	0	15000000,0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	17655000,0	0	17655000,0	9159294,0
2593 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	17655000,0	0	17655000,0	9159294,0
TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	32755000,00	0,00	32755000,00	9159294,00

A Financeira BRB demonstrou um crescimento expressivo da carteira de crédito durante o exercício de 2021, tendo como destaque o crédito Consignado Público, principal produto comercializado por esta instituição financeira. As principais despesas da rubrica "Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação" estão relacionados aos custos com os sistemas de averbações e plataformas de marketplace para utilização pelos correspondentes da Financeira BRB. Tais custos estão correlacionados com o aumento da carteira de crédito consignado, logo aumentam na mesma proporção.

Dessa forma, percebe-se que a maior parcela desse custo refere-se ao gasto com o marketplace. Tal fato está em sintonia com o processo de transformação digital que a Financeira BRB se encontra.

No tocante aos sistemas de averbação, mantidos por órgãos públicos para viabilizar o controle dos empréstimos consignados, os governos contratam empresas especializadas para a operacionalização do processamento da averbação das consignações e gestão da margem consignável dos servidores. Dos valores executados até 30/11/2021, parte dos custos de Processamento de Dados são relacionados ao pagamento dessas empresas e órgãos federais, estaduais, distritais e municipais.

*Os dados estão atualizados até o mês de novembro/21 em decorrência do Período de Silêncio em cumprimento ao art. 12 da Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes, assim como o atendimento às melhores práticas de Governança Corporativa e ao Pronunciamento de Orientação N.º 07, de 22 de setembro de 2009 do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado.

8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2790000,0	0	2790000,0	2088162,0
0014 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	2790000,0	0	2790000,0	2088162,0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	104745600,0	0	104745600,0	53719712,0
8679 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	104745600,0	0	104745600,0	53719712,0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	6016950,0	0	6016950,0	330000,0
6975 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	6016950,0	0	6016950,0	330000,0
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	113552550,00	0,00	113552550,00	56137874,00

Devido a característica operacional da Financeira BRB, a contabilização como custo de pessoal na empresa é decorrente apenas da Diretoria e do Conselho Fiscal. O maior custo de pessoal, cerca de R\$ 1,5 milhão/mês, é contabilizado como ressarcimento (9050) devido a cessão de empregados realizados pelo controlador à Financeira BRB. Logo, na ação 8502 temos os custos da Diretoria e Conselho Fiscal da Financeira BRB.

Os gastos de R\$ 330.000,00 (8505) referem-se aos patrocínios listados abaixo:

Patrocínio - SINDIVESTE

A Financeira BRB realizou o patrocínio ao Sindicato das Indústrias do Vestuário do Distrito Federal - Programa Collections Brasilia: Spring Collections E Uniforms Collections. O Programa COLLECTIONS BRASÍLIA, evento pioneiro no ramo dentro do Distrito Federal, tem por principal intuito promover e elevar a produção local em torno de áreas de atuação designadas pelo setor produtivo e criativo ligado à moda, cultura, turismo e entretenimento. O viés que conduz o projeto é o de acelerar o desenvolvimento e melhoria do desempenho de criação e produção das marcas originalmente brasilienses e que agreguem valor ao setor produtivo local e, conseqüentemente, a imagem do DF.

Patrocínio - CNDL

A Financeira BRB realizou o patrocínio V Fórum Nacional do Comércio. A Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas é uma instituição que representa institucionalmente as Federações de Câmaras de Dirigentes Lojistas nos estados (FCDLs), as Câmaras de Dirigentes Lojistas nos municípios (CDLs), a CDL Jovem e o SPC Brasil.

Patrocínio – Corrida Portal do Parque Guará

A Financeira BRB realizou o patrocínio à empresa Bruno do Nascimento Eventos, Viagens e Turismo para a realização da Corrida Portal do Parque Guará.

Patrocínio – Campeonato Sulamericano de Voleibol Feminino

A Financeira BRB realizou o patrocínio à Confederação Sul-Americana de Vôlei para a realização do Campeonato Sulamericano de Voleibol Feminino de Clubes 2021.

Relativo à ação 8517, as despesas enquadradas nos Subtítulos "Manutenção de Serviços Administrativos Gerais" são vinculados às despesas operacionais, principalmente, aos custos relacionados diretamente com a remuneração dos correspondentes. A Financeira BRB não possui rede de atendimento própria para comercializar seus produtos e se utiliza prioritariamente de correspondentes. Demais custos da rubrica relaciona-se com o Ressarcimento de Custo Operacional (RCO) referente às despesas pagas para outras Instituições Financeiras. Tratam-se de valores pagos pelas portabilidades realizadas no período, e serviços de terceiros não prestados pelo BRB. Pode-se citar como exemplo as despesas de Serviços de Terceiros não prestados pelo próprio BRB, mas necessários para a sua atividade fim, como cobranças extrajudiciais, honorários advocatícios, certificados digitais, emolumentos judiciais e cartorários, contribuições à associações, consultoria/auditoria externa entre outras.

*Os dados estão atualizados até o mês de novembro/21 em decorrência do Período de Silêncio em cumprimento ao art. 12 da Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes, assim como o atendimento às melhores práticas de Governança Corporativa e ao Pronunciamento de Orientação N.º 07, de 22 de setembro de 2009 do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O Planejamento Estratégico da Financeira BRB 2021-2025 fortaleceu efetivamente a continuidade do crescimento de uma financeira direcionada a evolução, a expansão e a resultados perenes.

Ponto de destaque, o Planejamento Estratégico 2021-2025 consolidou importante ajuste em nossos objetivos estratégicos, de forma a evidenciar a importância da transformação digital para a continuidade dos negócios, além de promover o engajamento e a cultura orientada a resultados, a clientes, a eficiência e a inovação.

Alinhado ao planejamento estratégico de expansão, a Financeira BRB celebrou 12 novos convênios, principalmente no âmbito da Justiça do Trabalho, totalizando 45 convênios em seu portfólio. Firmou parceria com 3 novos correspondentes digitais, que permitiu a criação de novos produtos como Home Equity, Antecipação de Saque-Aniversário do FGTS e a integração com a Dataprev para oferta do produto de crédito consignado para os beneficiários do INSS (maior convênio do país). Além disso, migrou todos seus convênios para jornadas digitais de formalização contratual.

A estratégia de expansão foi acompanhada pela melhoria no monitoramento e controle suportados por *business intelligence* (BI), que permitiu o crescimento da carteira com a manutenção dos índices de inadimplência, a qual apresentou aumento de apenas 0,32 pontos percentuais ao se comparar 2020 com 2021.

A Financeira BRB avança mais um ano com grandes destaques e impulsionado por resultados sólidos, alinhados a um planejamento estratégico moderno e que acima de tudo, reserva o papel de transformar a vida das pessoas.

A Financeira BRB passou a integrar, no final de 2020, o ranking das Melhores Empresas para se Trabalhar no Centro-Oeste, com obtenção do selo Great Place to Work – GPTW. Além disso foi premiada no Ranking Melhores Empresas para Trabalhar GPTW Instituições Financeiras 2021.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Nosso lucro líquido alcançou R\$ 53,41 milhões, até o terceiro trimestre de 2021, com crescimento de 5,49% das Receitas de Intermediação Financeira e de 122,18% nas Receitas de Prestação de Serviços, quando comparado ao terceiro trimestre de 2020, impulsionado pela ampliação da carteira de crédito, apesar de o ritmo de crescimento das margens ter sido impactado por *spreads* menores devido ao aumento do custo de captação, influenciado pelo movimento da Selic de 2,00% a.a. no final de 2020 para 9,25% a.a. ao fim de 2021.

A Financeira BRB fechou o 3º trimestre de 2021 com um saldo de carteira de crédito de R\$ 2.291.178.918,13 (crescimento de 17,44% comparado ao mesmo período do ano de 2020, e de 3,97% comparado ao 2º trimestre de 2021).

Mesmo com cenário econômico inesperado e adverso, ocasionado pelos impactos negativos da pandemia de Covid-19 em 2020 e 2021, a Financeira BRB tem se posicionado no mercado e assumido posição competitiva.

O direcionamento estratégico adequado é essencial para o aumento da eficiência operacional e da produtividade, entrega de resultados, estímulo à inovação, ampliação de novos negócios e melhor experiência do cliente.

*Valores com data-base de 30/09/2021. Os dados estão atualizados até o mês de setembro/21 em decorrência do Período de Silêncio em cumprimento ao art. 12 da Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes, assim como o atendimento às melhores práticas de Governança Corporativa e ao Pronunciamento de Orientação N.º 07, de 22 de setembro de 2009 do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado.

19205 - BRB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BRB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A é uma Sociedade Anônima de capital fechado, subsidiária integral do BRB - Banco de Brasília S/A criada conforme autorização contida na Lei 6.385/76 e na Resolução CMN 1.120/86, regida pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76), por Estatuto e demais disposições legais aplicáveis. Possui como atividades principais a administração e gestão de fundos de investimentos e carteiras administradas, serviços de liquidação e custódia de valores mobiliários, intermediação de títulos e papéis públicos e privados, estruturação de operações e captação de recursos junto a clientes institucionais, especialmente Fundos de Pensão, Seguradoras e Regimes Próprios de Previdência Social.

A BRB DTVM é membro da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Anbima e aderente ao Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento e ao Código de Melhores Práticas Serviços Qualificados. É detentora do Selo Anbima, que atesta o compromisso da Instituição em zelar pela transparência e pela confiabilidade no exercício de suas atividades. A empresa é aderente ao Foreign Account Tax Compliance Act – FATCA, acordo de cooperação intergovernamental assinado entre Brasil e Estados Unidos em 23 de setembro de 2014 que visa melhorar a observância de preceitos tributários internacionais. O acordo prevê assistência mútua em assuntos tributários com base em uma infraestrutura eficaz para troca automática de informações.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

Na Empresa, todos os empregados possuem vínculo empregatício com o BRB - Banco de Brasília, Controlador, sendo o ingresso por meio de concurso público e/ou programa de

estágio 3º grau. Portanto, não há registro de quadro na BRB DTVM, que efetua o ressarcimento de sua força de trabalho ao Banco, por meio de contrato intercompany.

FONTE: BRB DTVM

Data base: 12/21

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2280782,0	0	2280782,0	1065590,0
5166 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	2280782,0	0	2280782,0	1065590,0
TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	2280782,00	0,00	2280782,00	1065590,00

No ano de 2021, a BRB DTVM implementou melhorias em seus sistemas, processos e plataformas internas de tecnologia e informação, em consonância com o parque tecnológico do seu controlador. Desta forma, a dotação inicial da BRB DTVM, no programa 2557 - Gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação, contemplava, além das despesas de tecnologia recorrentes, a implantação da terceira fase da contratação de solução tecnológica para controladoria de ativos, passivos, compliance, custódia, gestão de carteiras, contabilidade e pricing, isto é, o Sistema de Administração de Fundos de Investimentos, cujo objetivo era a integração, digitalização, internalização e melhoria dos serviços prestados aos fundos de investimento da Instituição. Todavia, a terceira fase não foi implementada, motivo pelo qual o valor executado ficou abaixo da despesa autorizada.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	19825729,0	0	19825729,0	10030882,0
7024 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	19825729,0	0	19825729,0	10030882,0
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	74257,0	0	74257,0	44059,0
0009 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS--DISTRITO FEDERAL	74257,0	0	74257,0	44059,0
9057 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS	5581684,0	0	5581684,0	4456528,93

0003 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS--DISTRITO FEDERAL	5581684,0	0	5581684,0	4456528,93
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	25481670,00	0,00	25481670,00	14531469,93

Os empregados lotados na BRB DTVM são funcionários do quadro de pessoal do BRB - Banco de Brasília S.A, sendo que esse custo é ressarcido pela BRB DTVM, mensalmente, após as evidências devidamente comprovadas das despesas.

A BRB DTVM e o BRB – Banco de Brasília possuem contrato intercompany, cujo objeto é o compartilhamento de infraestrutura, com o consequente ressarcimento pelos custos e despesas decorrentes das atividades operacionais, de distribuição, da utilização da marca BRB, da infraestrutura física, tecnológica, financeira e de serviços do BRB, da mão de obra, da criação e gestão de produtos de investimentos para compor a carteira de produtos, desenvolvidas em regime de cooperação entre as empresas.

O programa 9050 - Ressarcimento, indenizações e restituições de pessoal é mais sensivelmente afetado justamente por esse contrato, fazendo com que o executado frente a sua dotação no ano de 2021 ficasse abaixo do previsto. O maior impactante deve-se ao fato de que a BRB DTVM passou por um processo de reestruturação organizacional, o que otimizou sua estrutura física e operacional e o não preenchimento completo do quadro de empregados aprovado.

O programa 9057 - Pagamento de impostos e tributos - corresponde a impostos e tributos arrecadados de valores da prestação de serviços prestados e calculados considerando a perspectiva de crescimento do resultado da empresa no exercício 2021, devido a diminuição da atividade econômica e diante de um cenário de pandemia esse programa sofreu um impacto fiscal.

8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	4559616,0	0	4559616,0	3055505,0
0013 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	4559616,0	0	4559616,0	3055505,0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	5868780,0	0	5868780,0	1081440,0
8682 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	5868780,0	0	5868780,0	1081440,0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	575113,0	0	575113,0	1,0
6976 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--DISTRITO FEDERAL	575113,0	0	575113,0	1,0
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	11003509,00	0,00	11003509,00	4136946,00

O programa 8502 - Administração de Pessoal da BRB DTVM está relacionado aos honorários dos Diretores e ao Conselho Fiscal da instituição. Sua dotação inicial foi alinhada ao quadro estatutário aprovado, 5 Diretores, e sua execução representou o custo do quadro efetivo durante o ano de 2021.

Quanto ao programa 8517 - Manutenção de serviços administrativos gerais, sua dotação inicial contemplou despesas de promoções e relações públicas; de serviço do Sistema Financeiro; de serviços de terceiros, como honorários advocatícios; de serviços técnicos especializados, voltados para auditoria independente e consultoria técnica; e demais despesas administrativas. Apesar de previstas, algumas delas não foram realizadas em sua totalidade e outras reduzidas, como honorários advocatícios.

O programa 8505 – Publicidade e Propaganda, as despesas sofreram redução, pois além da economicidade, seus custos foram postergados, devido às mudanças advindas com parceria BRB e Genial.

FONTE: BRB DTVM

Data base: 12/21

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Em 2021, mesmo diante de um cenário de retração da atividade econômica e de um cenário de pandemia, a Companhia manteve-se alinhada com sua missão e visão estratégica. Sua gestão integrada conseguiu superar esse cenário, gerando a manutenção sustentável e perene do negócio.

Adicionalmente, destacam-se as melhorias na governança corporativa da empresa implementadas ainda em 2021, como alterações na estrutura física (open space), novas parcerias e fortalecimento da administração e distribuição de fundos de investimentos.

Na frente de centralidade no cliente e digitalização, destaca-se o forte crescimento da abertura de novos relacionamentos por meio digital, visando igualar-se ao mercado e suas tendências. A BRB DTVM lançou a plataforma digital BRB investimentos (Azul e Nação BRB Fla) com a Parceria da Genial Investimentos, que também firmou contrato de parceria estratégica na oferta de produtos de investimentos no balcão do BRB. A expansão da plataforma de investimentos para todas as operações do Banco (BRB e Nação BRB FLA) resultou em um crescimento da base de clientes de mais de 10 mil contas. A plataforma do BRB, lançada em setembro de 2021, já tinha superado uma captação de R\$ 10 milhões.

Na mesma direção, o patrimônio administrado de fundos de investimentos atingiu R\$ 2,08 bilhões, maior volume desde de abril de 2019.

Em setembro, a BIOTIC e o BRB lançaram o FII BIOTIC para desenvolvimento do novo Distrito de Inovação e Tecnologia em Brasília. A BRB DTVM, reforçando o seu papel como agente de investimentos do BRB e contribuindo para desenvolvimento econômico do DF, é responsável pela administração do Fundo que visa captar até R\$ 6 bilhões de reais.

A BRB DTVM tem investido na capacitação de sua equipe, por isso criou sua própria Certificação Interna em Mercado de Capitais, aprimorando a qualificação de seus colaboradores.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2021, observamos um choque simultâneo de oferta, por meio da quebra de cadeias globais de produção, e de demanda, com as famílias parando de consumir ou comprando menos e consequentemente investindo menos, quer seja por queda da renda ou por medo de recessão. Diante deste cenário desafiador, respondemos rapidamente para nos adaptarmos ao contexto gerado pela Covid-19, priorizando a saúde e a integridade dos nossos colaboradores e a continuidade dos nossos negócios, apoiando fornecedores e clientes, cumprindo assim a responsabilidade que acreditamos ter perante a sociedade.

A BRB DTVM visando a consecução do Planejamento Estratégico para o próximo quinquênio, reestruturada, com a qualidade e a segurança necessárias, com alto nível de capacitação e orientação técnica para seus negócios, produtos e serviços, vem, cada vez mais, buscando melhorias, visando transformá-la em uma empresa completa, moderna e inovadora.

19206 - CARTÃO BRB S/A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Cartão BRB S.A. é uma sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado, de capital fechado, regida por Estatuto e pelas disposições legais e aplicáveis. Constituída em 23 de julho de 1997, é integrante do conglomerado BRB, cujo controlador é o Banco de Brasília S.A. e tem como objeto social exercer ou participar em sociedades que exerçam as seguintes atividades:

- Administração e de processamento de transações de pagamento, aporte, transferência e saque de recursos de contas de pagamento, pré ou pós-pagas, em moeda nacional ou estrangeira, realizadas mediante a utilização de instrumentos de pagamento;
- Gestão de contas de pagamento pré ou pós-pagas;
- Emissão de instrumentos de pagamento;
- Execução de remessa de fundos;
- Conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa, credenciar a sua aceitação e gerir o uso de moeda eletrônica;
- Credenciamento de recebedores para a aceitação dos instrumentos de pagamento;
- Administração dos pagamentos e recebimentos da rede de credenciados por meio da captura, transmissão, processamento de dados, autorização e liquidação das transações oriundas do uso dos instrumentos de pagamento, bem como a manutenção dos agendamentos de tais valores em sistemas eletrônicos;
- Fornecimento, aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos ou outras soluções adequadas para a captura, transmissão e processamento de dados referentes às transações correntes do uso dos instrumentos de pagamento;
- Modalidade de contact center, SAC, central de atendimento e ouvidoria, através de atendimento e teleatendimento ativo e receptivo, nas formas humana e eletrônica com integrações CTI, Computer Telephony Integration;
- Distribuição de produtos financeiros, securitários, seguro saúde e previdência complementar aos usuários finais de serviços de pagamento; e
- Gerenciamento e/ou disponibilização de programas de benefícios ou recompensas aos usuários finais de serviços de pagamento.
- A representação de franquias nacionais e internacionais de meios manuais e eletrônicos de pagamento.
- A administração e execução de serviço de infraestrutura tecnológica, de informática, processamento de dados, de assessoria e consultoria técnica, de gerência de projetos, de desenvolvimento e manutenção de sistemas, de tecnologia e segurança da informação, para viabilizar a execução das demais atividades da Companhia;
- A participação, majoritária ou minoritariamente, do capital de outras sociedades ou associações, sediadas no País ou no exterior, seja na qualidade de sócia, acionista ou associada na forma da regulamentação em vigor, desde que necessária à realização dos objetivos descritos nos incisos anteriores ou para utilizar-se de incentivos fiscais; e
- A instituição e administração de arranjo de pagamento de qualquer natureza, especialmente relativos às atividades de refeição-convênio, alimentação-convênio, frota, vale transporte e outros.

Além disso, a Cartão BRB S.A está presente também no segmento de Adquirência, por intermédio da *Joint Venture* formalizada com a Global Payments South América Serviços de Pagamentos Ltda.

Atualmente, a Cartão BRB S.A conta com 233 funcionários em seu quadro de colaboradores, sendo 6 cedidos pelo BRB, 6 estagiários, 6 menores aprendizes e 215 contratados via Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	6	0	0	6
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	6	0	6
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	6	0	6
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	215	0	215
Subtotal	0	6	227	0	233
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	6	227	0	233

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	12480959,0	14500000,0	26980959,0	26526016,0
5163 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	12480959,0	14500000,0	26980959,0	26526016,0
TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12480959,00	14500000,00	26980959,00	26526016,00

Para o programa "Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação", ficou em linha com a despesa autorizada após a suplementação realizada em abril, pois seguiram as diretrizes de crescimento de base e novos projetos e produtos.

8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	261334,0	0	261334,0	24990,0
5304 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	261334,0	0	261334,0	24990,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	30449115,0	4100000,0	34549115,0	31478994,0
8867 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	30449115,0	4100000,0	34549115,0	31478994,0
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	11360422,0	1400000,0	12760422,0	11599646,0
9674 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	11360422,0	1400000,0	12760422,0	11599646,0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	11336093,0	2000000,0	13336093,0	12623680,0
9748 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	11336093,0	2000000,0	13336093,0	12623680,0
4237 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	1754347,0	6000000,0	7754347,0	7754345,0
0001 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING--DISTRITO FEDERAL	1754347,0	6000000,0	7754347,0	7754345,0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	3868444,0	2400000,0	6268444,0	986341,0
8725 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--DISTRITO FEDERAL	3868444,0	2400000,0	6268444,0	986341,0
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	59029755,00	15900000,00	74929755,00	64467996,00

No programa "**Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas**" a realização se deu bem abaixo do previsto, pois em julho/2020 houve a troca de Sede, e com isso, para 2021 só teve a despesa com desmembramento de energia elétrica do Ed. Athenas.

No programa "**Administração de Pessoal**", ficou abaixo do esperado, devido a redução nas despesas inerentes ao quadro da Diretoria da empresa.

No programa "**Concessão de Benefícios a Servidores**" a realização ficou abaixo da proposta orçamentária para o período, devido aos mesmos fatores citados acima no programa de trabalho administração de pessoal.

No programa "**Serviços Administrativos Gerais**", a realização se deu abaixo do previsto, visto que o fechamento da contábil da CARTÃO BRB S.A aconteceu no dia 19/01/2022, 9 dias após o fechamento do Sistema Integrado de Administração Contábil-SIAC. Sendo assim, ficou pendente de envio o valor de R\$ 4,7 milhões, o que iria extrapolar o valor da despesa autorizada para o ano em R\$ 4,0 milhões.

No programa "**Atividades de Comunicação e Marketing**", a realização se deu em linha com o previsto, visto que o fechamento da contábil da CARTÃO BRB S.A aconteceu no dia 19/01/2022, 9 dias após o fechamento do Sistema Integrado de Administração Contábil-SIAC. Sendo assim, ficou pendente de envio o valor de R\$ 2,4 milhões, o que iria extrapolar o valor da despesa autorizada para o ano em R\$ 2,4 milhões.

Em relação ao programa "**Publicidade e Propaganda**", a realização se deu bem abaixo do previsto, apesar da flexibilização em relação a pandemia, a demanda para a realização de materiais foi bem menor do que o esperado.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Ao longo de 2021, a Cartão BRB S.A apresentou um faturamento de R\$ 5,213 bilhões, sendo R\$ 5,0 bilhões com cartões pós-pagos e R\$ 211 milhões com cartões pré-pagos, atingindo um crescimento de faturamento 44% superior ao mesmo período do ano anterior.

Ainda no que se refere ao faturamento, destacam-se a receita de intercâmbio, que alcançou R\$ 77,1 milhões, resultado 42% acima do ano anterior. A elevação da receita de intercâmbio é diretamente proporcional ao aumento do faturamento, ou seja, consumo dos clientes.

Novas Parcerias Comerciais e Estratégicas:

Trata-se de parcerias comerciais e estratégicas realizadas com os objetivos de fortalecer a imagem do BRB, de agregar valor à marca posicionada no mercado de meio eletrônico de pagamentos e diversificar o portfólio de produto da CARTÃO BRB S.A, além de alavancar a base de clientes do conglomerado BRB, buscando o aumento do faturamento e, respectivamente, das receitas advindas sobre a comercialização de produtos com as marcas parceiras.

Stock Car: Parceria do tipo *co-branded* entre o BRB S.A. e a Vicar Promoções Desportivas S.A, o produto surge com a perspectiva de conquistar um público-alvo específico, neste caso, os apaixonados pela principal categoria de automobilismo do Brasil e da América do Sul.

Americanet: Parceria do tipo *co-branded* entre o BRB S.A. e a Americanet, baseada em exploração recíproca das marcas e contrapartidas mútuas, regendo-se por um plano de negócios, composto por soluções bancárias, de investimentos, de seguridade, meios de pagamento e relacionamento, além de *marketplace* digital de produtos e serviços, direcionados aos clientes Americanet.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Com uma Instituição Financeira como controladora e com mais de 20 anos no mercado, a Cartão BRB emprega em suas soluções diferenciais que asseguram sua perenidade e contínuo crescimento no segmento que atua.

A companhia tem como seu principal foco de serviços a emissão de cartões pré-pagos e pós-pagos e o credenciamento de estabelecimentos.

Para Empresa

A Cartão BRB desenvolveu novos produtos em 2021, tais como:

Cartão Material Escolar 2021: Benefício disponibilizado pelo GDF para aquisição de material escolar, lançado no dia 08/03/2021. Foram 80.240 cartões carregados, e valor de carga realizada de R\$ 29.962.012,40.

Cartões Gás: Em 29/09/2021, foi lançado o maior Programa Social lançado pelo GDF em número de beneficiários.

O Cartão Gás é um auxílio financeiro com limite pré-definido para contribuir no custeio da aquisição de Gás de cozinha. O produto foi instituído diante da sanção da Lei nº 6.938, de 10 de agosto de 2021, como mais um benefício social para medida de enfrentamento os efeitos sociais e econômicos decorrentes da pandemia COVID – 19, com duração de 18 meses.

Público-alvo

- Potencial de até 130.504 beneficiários
- Crédito: R\$ 100,00
- Lançamentos bimestrais
- Compras apenas na rede credenciada
- Valor disponibilizado: R\$ 13.999.800,00

Cartão Bolsa Alimentação: Lançado em 2020, o GDF decidiu pela manutenção do Bolsa com o objetivo de assegurar o direito à alimentação para alunos matriculadas na rede pública. Em 2021 foram disponibilizados o valor total disponibilizado de R\$ 30.673.373,36.

Cartão Prato Cheio: Benefício concedido pelo GDF às famílias de baixa renda para compra de alimentação básica, para garantia da segurança alimentar. Em 2021 foi disponibilizado o valor total de R\$ 114.117.439,39.

Cartão Mobilidade Cidadã: Auxílio financeiro concedido pelo GDF aos proprietários de veículos destinados ao transporte coletivo, escolar e de turismo, em razão do enfrentamento a pandemia Covid-19. Em 2021 foi disponibilizado o valor total de R\$ 3.795.600,00.

Cartão Renova DF: Auxílio financeiro concedido pelo GDF destinado a qualificação profissional integrados às atividades de conservação do patrimônio público, durante e pós medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo COVID-19. Em 2021 foi disponibilizado o valor total de R\$ 17.931.950,37.

Cartão Creche: O Programa Social Creche é destinado às famílias com crianças na faixa etária de 0 a 3 anos de idade e que não estejam matriculadas em creches da rede pública de ensino, todas selecionadas pelo Governo. Em 2021 foi disponibilizado o valor total de R\$ 20.393.985,54.

Cartão BRB DUX: Considerado o melhor cartão de crédito 2021 pelo site Melhores Destinos, o cartão DUX foi lançado no dia 26/02/2021 com o objetivo de atingir o público de altíssima renda. O produto oferece uma experiência exclusiva aos seus usuários, como serviço de concierge especializado, serviços de consultoria, planejamento de viagens, reservas de passeios e atividades de lazer no exterior, acesso aos menus diferenciados em restaurantes, uso de sala VIP no aeroporto de Brasília e entrada em milhares de salas no Brasil e no exterior, por meio do programa *Loungekey*, com acessos ilimitados.

Cartão Virtual: Em aderência ao mercado, a CARTÃO BRB S.A lançou em 2021 o Cartão Virtual com a finalidade de permitir a realização de transações e-commerce e transações MO/TO – *Mail Order/Telephone Order*, facilitando a vida do cliente para compras on-line e em aplicativos de compras não presenciais. Essa opção de meio de pagamento eletrônico está cada vez mais popular, principalmente no atual cenário mundial afetado pela pandemia de Covid-19.

Cartão Stock Car: Cartão *co-branded* Mastercard em parceria com a Vicar Promoções Desportivas S.A emitido nas variantes: Internacional, Gold, Platinum e Black.

Cartão Pré-emitido Flamengo: Cartão do tipo Pré-Pago na versão pré-emitido onde ficarão disponibilizados nas lojas comerciais. A oferta e a comercialização desse produto foram iniciadas com um teste de conceito em lojas do Flamengo localizadas em Brasília, podendo se estender para as lojas de outros Estados e, também, a correspondentes bancários.

BRBPAY: Utilizando a perspectiva estratégica, surgiu a oportunidade de ampliação dos negócios da Companhia mediante ingresso no mercado de adquirência pelo credenciamento como subadquirente da CIELO. Visando potencializar o serviço de domicílio bancário agregando o modelo de negócio "Adquirência", a CARTÃO BRB S.A buscou no mercado parceiros que pudessem oferecer soluções modernas e aplicações de sistemas aderentes aos melhores serviços oferecidos atualmente, considerando variáveis que iam desde as máquinas

mais modernas até a oferta da maior diversidade de produtos que podem ser embarcados por esses equipamentos. O programa piloto iniciou com 3 estabelecimentos e no final do 4º Trimestre de 2021, já estava com 82 estabelecimentos ativos com o volume total de pagamentos (TPV) de R\$ 2,04 milhões.

Programa de Fidelidade: Em 2021 a CARTÃO BRB S.A firmou contrato com o *marketplace* da GO POINTS, com mais de 400.000 produtos para resgate nos principais players de varejo do Brasil, além da possibilidade de resgate de acesso a Sala VIP BRB, produtos de previdência Regius e produtos oficiais da Loja do Flamengo.

Parceiros de Desconto: Ao longo do ano a CARTÃO BRB S.A fechou com 164 parceiros de desconto cadastrados, localizados nas principais capitais do Brasil, em sua maioria, com atendimento nacional e descontos que variam de 10% a 60%.

No 4º trimestre de 2021, foi integrado aos programas de relacionamento do banco, uma plataforma com mais de 300 parceiros oferecendo *cashback*. Além disso, foi feito o lançamento do clube Curta+, onde o cliente assina um plano e ganha pontos extra todo mês.

19207 - BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S/A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. é uma empresa do Conglomerado BRB que atua desde 1988 no mercado securitário do Distrito Federal e demais regiões atendidas pelo BRB, tendo como objetivo a administração e/ou corretagem de seguros de todos os ramos, títulos de capitalização, planos de previdência complementar aberta, planos privados de assistência à saúde, planos odontológicos, consórcios, títulos/planos de viagem e outros produtos coletivos.

O presente Relatório tem como objetivo principal evidenciar o cumprimento das metas e ações previstas para o exercício de 2021, com vistas a atender aos princípios da transparência e da prestação de contas (accountability).

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	2	0	0	2
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	10	1	0	11
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	3	3	0	6
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	95	159	0	254
Subtotal	0	110	163	0	273
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	110	163	0	273

Além dos colaboradores citados acima, esta UO possui também 10 Conselheiros, os quais não tem vínculo empregatício com a BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. No entanto, o pagamento da remuneração destes Conselheiros é de responsabilidade desta UO.

As relações de trabalho entre a Corretora e seus empregados obedecem às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, contando, em 31/12/2021, com uma equipe de 283 colaboradores, conforme detalhado no quadro a acima.

Observação:

a) Os 02 (dois) “efetivos do GDF” são empregados do BRB Banco de Brasília S.A., cuja remuneração é de responsabilidade desta UO.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4495355,0	0	4495355,0	3337172,82
5164 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	4495355,0	0	4495355,0	3337172,82
TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	4495355,00	0,00	4495355,00	3337172,82

Neste programa são realizadas ações voltadas à Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação.

No exercício de 2021, foram executados neste programa o valor total de R\$ 3.631.745,35, destinadas à diversas ações de suporte e manutenção de sistemas, tais como: licença de softwares, serviços de transmissão de dados, relacionamento service desk, manutenção de equipamentos, locação de equipamentos de TI e contratação de consultoria de TI. Destacam-se, neste exercício, os contratos de prestação de serviços com transmissão de dados via Modem/ADSL que resultou na execução de R\$ 571.107,10; locação de impressoras com execução no valor de R\$ 374.832,30; serviço de consultoria de TI com execução no valor de R\$ 74.050,80; manutenção de sistemas RM-TOTVS com valor de execução na ordem de R\$ 108.294,70, aprimorar a estrutura de segurança de rede com o valor de R\$ 105.752,94; e serviços com Central de Relacionamento Service Desk que executou o valor de R\$ 361.713,52

8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	30904905,0	0	30904905,0	24244760,15
8865 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	30904905,0	0	30904905,0	24244760,15
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	13222353,0	0	13222353,0	9983589,94
9671 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	13222353,0	0	13222353,0	9983589,94
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	17689522,0	0	17689522,0	14303053,72
9749 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	17689522,0	0	17689522,0	14303053,72

4237 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	4134885,0	0	4134885,0	2401209,70
0003 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING--DISTRITO FEDERAL	4134885,0	0	4134885,0	2401209,70
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	2710400,0	0	2710400,0	276465,40
8726 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--DISTRITO FEDERAL	2710400,0	0	2710400,0	276465,40
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	68662065,00	0,00	68662065,00	51209078,91

Neste programa são realizadas ações voltadas à Administração de Pessoal, Concessões de Benefícios a Servidores, Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, Realizações de Atividades de Comunicação e Marketing e Publicidade e Propaganda.

No corrente exercício, foram executados na ação Administração de Pessoal gastos com salários, pró-labore, honorários dos conselheiros, férias, bonificação de produção, gratificações, horas extras, 13º salário, dentre outros, totalizando o montante de R\$ 26.533.367,16.

Na ação Concessão de Benefícios a Servidores foram executados, no corrente exercício, gastos com auxílios alimentação, educação, natalidade e creche, assistência médica, vale transporte, previdência privada e seguro de vida em grupo, totalizando o montante de R\$ 11.385.982,64 e 9.905 benefícios concedidos.

Quanto a ação Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, foram executados, em 2021, o valor total de R\$ 16.599.905,18; destinados ao custeio dos gastos operacionais necessários ao funcionamento da Companhia. Destacam-se neste período os serviços com telefonia que resultou na execução de R\$ 369.884,52; contratos de aluguéis com valor de execução na ordem de R\$ 1.602.753,63; taxas condominiais com execução total de R\$ 900.663,46; fornecimento de água e energia com execução total de R\$ 6.834,20; realização de manutenções de bens e instalações no montante de R\$ 50.451,64; prestação de serviços com site da Central de Relacionamento no valor de R\$ 1.933.285,86; serviços advocatícios no valor de R\$ 131.556,20; serviços de conservação e limpeza no valor de R\$ 200.155,52 e serviços de motoboy com execução total de R\$ 115.849,32.

Com relação a ação Realização de Atividades de Comunicação e Marketing foram realizadas, neste exercício, ações de relacionamento, promoção de vendas, impressos e materiais gráficos, endomarketing, confecção de brindes institucionais e de responsabilidade socioambiental, totalizando o montante de R\$ 3.391.728,43. Destacam-se no exercício de 2021, "Aquisição de Brindes Institucionais" no valor de R\$ 125.465,00, "Ação de Relacionamento" no valor de R\$ 374.240,25, "Publicidade Legal" no valor de R\$ 187.745,76, "Promoção de Vendas" no valor de R\$ 1.037.900,64 e apoio aos projetos do "Instituto BRB" no valor de R\$ 1.608.965,00.

Na ação Publicidade e Propaganda, foram realizadas, neste exercício, ações de patrocínios e publicidade que totalizaram o montante de R\$ 2.785.042,22. Destacam-se, neste exercício, a realização dos seguintes patrocínios: "Aberto da República de Tênis" no valor de R\$ 850.000,00, "Torre 360 BRB" no valor de R\$ 652.099,50, "29º Casa Cor Brasília" no valor de R\$ 200.000,00 e "Festival Porão do Rock 2021" no valor de R\$ 100.000,00.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

No final de 2020 o BRB – Banco de Brasília S.A., controlador indireto da Corretora Seguros BRB, abriu processo competitivo para realização de parceria estratégica com o objetivo de potencializar seus negócios no ramo de corretagem de seguros. O processo competitivo foi concluído em abril de 2021 com a seleção da empresa Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. como parceiro estratégico para a comercialização de produtos de seguridade por meio dos canais de distribuição do BRB.

A transação está alinhada ao Planejamento Estratégico do BRB que definiu como um de seus objetivos a realização de fusões, aquisições e parcerias estratégicas para acelerar a expansão, modernização e potencializar os negócios do Conglomerado BRB.

No âmbito de negócios e estratégias digitais, em 2021, a Corretora Seguros BRB implementou ações visando atrair novos clientes e promover maior engajamento digital, com a promoção dos produtos da Corretora nos canais e com a implementação de uma régua de comunicação e de campanhas segmentadas.

As ações de engajamento englobaram várias frentes, como a entrega de um novo site Nação BRB FLA, com revitalização da página de seguros, tornando-a mais moderna e intuitiva com objetivo de facilitar a navegabilidade do cliente; e o envio de push para os clientes do Nação BRB FLA, o que contribuiu para o incremento das vendas.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A dotação aprovada para a BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. no exercício de 2021, para todos os Planos de Trabalho, foi de R\$ 73.157.420 e o valor executado foi de R\$ 64.327.770,98, ou seja, realizou R\$ 8.829.649,02 a menor.

Em decorrência de problemas operacionais, não foi possível apurar as informações de execução orçamentária referente a dezembro/2021, a tempo de cumprir o prazo pré-estabelecido para inserção dos dados no sistema SIGGO-SIAC.

Em dezembro/2021, os valores executados nos programas "Administração de Pessoal", "Concessão de Benefícios a Servidores", "Manutenção de serviços Administrativos Gerais", "Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação", "Realização de Atividades de Comunicação e Marketing" e "Publicidade e Propaganda" foram respectivamente os seguintes R\$ 2.288.607,01; R\$ 1.402.392,70; R\$ 2.296.851,46; R\$ 294.572,53; R\$ 990.518,73 e R\$ 2.508.576,82.

Na ação Publicidade e Propaganda os dispêndios executados no exercício de 2021, foram superiores à dotação inicial aprovada. O montante realizado a maior foi de R\$ 74.642,22. Houve solicitação de remanejamento, no dia 13/01/2022, entre os planos de trabalhos, no entanto, foi negado sob alegação de ter ocorrido fora do prazo recursal.

Para o próximo quinquênio (2022-2026), a estratégia da Companhia tem como foco principal potencializar os negócios de corretagem de seguros por meio da parceria firmada com a Wiz Soluções, que consiste na modernização tecnológica, ampliação da atuação no ambiente digital, fortalecimento da relação com os clientes, investimento na estrutura de dados, fortalecimento da segurança de informação e privacidade, exploração da base de clientes da parceria com o Flamengo e desenvolvimento de competências organizacionais. A concretização desses objetivos estratégicos propiciará à Corretora a geração de maiores resultados, o aumento da eficiência operacional e o fortalecimento da Marca BRB.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BRB Serviços S/A é uma sociedade de capital fechado, integrante do Conglomerado BRB, com sede em Brasília, constituída em 16/11/2010, e tem como objeto social a prestação de serviços a empresas e órgãos da Administração Pública e/ou a empresas privadas do País ou do exterior tais como:

- Serviços de administração, cobrança e recuperação de títulos, operações de crédito e similares, multas e dívidas em geral;
- Serviços de recuperação, retomada, avaliação e leilão de bens;
- Prestação de telesserviços incluindo serviços de atendimento a clientes – SAC, teleatendimento, atendimento presencial, telecobrança, telemarketing, contact center e outros serviços relacionados;
- Prestação de serviços de gestão, automação e execução das atividades referente às rotinas de negócios (“back office”) como: gestão administrativa e financeira, conciliação, contas a pagar, gestão de recursos humanos, folha de pagamento, gestão orçamentária, gestão contábil, gestão de cadastro de clientes e fornecedores e outras rotinas de negócios;
- Prestação de serviços de gestão de processos de negócios, tais como: sistema tecnológico e logístico de transporte, meios de pagamento, gestão de força de venda, automação de sistema de contratação de crédito, tratamento e higienização de cadastros, sistemas anti-fraude, oferta de crédito e microcrédito por meio de canais analógicos, digitais e agentes de crédito e outros processos;
- Prestação de serviços de suporte e orientação ao cliente, gerenciamento de venda e demais serviços personalizados ao consumidor por meio de infraestrutura tecnológica, inteligência artificial (chat bot) plataformas digitais, e-mail, SMS (short Mensagem Service), redes sociais e telesserviços;
- Desenvolvimento, licenciamento para outorga de direito de uso, integrar, instalar, produtos de informática, inteligência artificial, automação, inclusive equipamentos, terminais de autoatendimento bancário, partes e peças, projetos de propriedade intelectual, envolvendo toda a cadeia de serviços;
- Prestação de serviços de: sustentação e manutenção de ambiente operacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); gestão, análise, programação, codificação, manutenção, implantação e operação de sistemas de informação, inclusive gerenciamento e integração de sistemas e banco de dados; gerenciamento, monitoração e tratamento de dados e de ambientes lógicos e físicos, inclusive com hospedagem, recepção, processamento, suporte e monitoração dos dados em centro de processamento de dados; inteligência de análise de dados e intercâmbio eletrônico de informações com implementação e gestão de rede de valor agregado; manuseio, guarda e gestão por meio físico e/ou eletrônico de documentos, recepção, tratamento e digitação de dados; suporte e operação de serviços de suprimento, transporte multimodal de itens afetos ao objeto da Companhia; apoio logístico, gestão e execução de atividades inerentes aos serviços de operação bancária e de outros segmentos; consultoria em gestão, treinamento, recrutamento e seleção e prestação de serviços que requeiram suporte de Tecnologia da Informação, não previstos anteriormente; e
- Cessão de mão-de-obra.

A BRB Serviços possui uma extensa lista de terceirização de processos – BPO, conforme as atividades apresentadas, além disso, a Companhia poderá firmar convênios, contratos administrativos ou outros instrumentos jurídicos congêneres com entes públicos e privados de atividades, podendo ainda participar em outras sociedades, ou associações, desde que necessário ao atingimento de seu objeto social.

O presente Relatório tem como objetivo principal evidenciar o cumprimento das metas e ações previstas para o exercício de 2021, com vistas a atender aos princípios da transparência e da prestação de contas (accountability).

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	1	0	1
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	1	0	1
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	1	28	29
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	67	1.026	1.093
Subtotal	0	0	70	1.054	1.124
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	70	1.054	1.124

As relações de trabalho entre a BRB Serviços e seus empregados obedecem às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, contando, em 31/12/2021, com uma equipe de 1.124 colaboradores, conforme detalhado no quadro a acima.

Além dos colaboradores citados acima, esta UO possui também 6 Conselheiros, os quais não têm vínculo empregatício com a BRB Serviços S.A., porém compõe o quadro acima já que o pagamento da remuneração deles é de responsabilidade desta UO.

Observação:

a) 01 (um) “efetivo do GDF” é empregado do BRB - Banco de Brasília S.A., cuja remuneração é de responsabilidade desta UO.

b) 01 (um) “requisitado de órgãos fora do GDF” é servidor do Ministério da Economia – ME, cuja remuneração é de responsabilidades desta UO.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO**

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	39963691,0	-2000000,0	37963691,0	34345085,47
0103 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	39963691,0	-2000000,0	37963691,0	34345085,47
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	13793910,0	0	13793910,0	13614762,11

0088 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	13793910,0	0	13793910,0	13614762,11
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	19397371,0	8600000,0	27997371,0	25460352,13
0143 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	19397371,0	8600000,0	27997371,0	25460352,13
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3840766,0	-2100000,0	1740766,0	1541431,30
0096 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	3840766,0	-2100000,0	1740766,0	1541431,30
4237 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	53900,0	0	53900,0	42899,20
0004 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING--DISTRITO FEDERAL	53900,0	0	53900,0	42899,20
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	77049638,00	4500000,00	81549638,00	75004530,21

A BRB serviços contava com uma dotação inicial de R\$ 77.049.638,00 para o exercício de 2021, no entanto, para manter as medidas necessárias a prevenção do vírus da COVID-19 foram necessários gastos extra, além disso, a unidade apresentou evolução nos contratos vigentes com aumento de pessoal e despesas de manutenção dos mesmos, ressalta-se ainda que a unidade firmou um novo contrato em 2021 que aumentou a quantidade de gastos com manutenções, surgindo assim, a necessidade de suplementação do orçamento de 2021 para atender essas demandas extras sem previsão anterior.

Com a revisão orçamentaria, a dotação total para o ano passou a ser R\$ 81.549.638, ou seja, um acréscimo de 6% no orçamento, além disso, ocorreram cancelamentos e remanejamentos de créditos orçamentários previstos para o ano. A BRB Serviços realizou 92% da despesa autorizada para o ano de 2021, ou seja, um valor total de R\$ 75.004.530,21, que foram utilizados nos programas cadastrados no orçamento de dispêndios para o exercício.

O programa de trabalho Administração de Pessoal, com maior peso orçamentário para companhia, engloba as ações voltadas à área de pessoal, incluindo: salários, férias, comissões, horas-extras, 13º salário, encargos sociais e treinamentos realizados. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2021, foram executados o total de R\$ 34.345.085,47, resultado de pagamentos realizados para 1.124 colaboradores.

Evidencia-se, ainda, o programa de trabalho Concessão de Benefícios que é composto pelos auxílios alimentação e creche, assistência médica e odontológica, vale-transporte, previdência privada e seguro de vida em grupo. A BRB Serviços disponibilizou um total de 30.797 benefícios, no período de janeiro a dezembro de 2021, a seus colaboradores que resultou na execução de R\$ 13.614.762,11.

Além dos programas que tem relação direta com a gestão de pessoas, cabe destacar o programa de trabalho Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais, basicamente, este compreende os serviços, compras e contratações essenciais para a continuidade dos serviços

prestados pela unidade, no qual foram executados um montante de R\$ 25.460.352,13, entre os meses de janeiro a dezembro de 2021. Entre esses dispêndios ocorridos no exercício de 2021, destacam-se os contratos de aluguéis e taxas condominiais que realizaram um valor de R\$ 1.253.467,06; o fornecimento de água e energia elétrica, com execução total de R\$ 649.168,94; os gastos com telefone tiveram o montante de R\$ 8.124.847,58, destes foram reembolsados a importância de 6.786.654 através de instrumento de compartilhamento de custos firmado com uma das empresas do conglomerado econômico; os serviços de vigilância nos postos do Sistema de Bilhetagem Automática - SBA, realizaram R\$ 1.765.375,83; os serviços de brigadista executaram no ano o total de R\$ 288.173,40; os serviços de separação, transporte e entregas de medicamentos para atender o contrato Farmácia de Alto Custo da Secretaria de Saúde – SES com o montante total de R\$ 4.980.654,16; os serviços de locação de posições de atendimento (PA), que realizaram um total de R\$ 705.513,54; aquisições de materiais de limpeza, e de manutenção predial com execução total de R\$ 208.849,28, perdas no recebimento de créditos, com um total de R\$ 3.427.415,23, que se referem aos serviços prestados em 2020 e não recebimento até o fechamento do exercício de 2021 para Secretaria de Saúde, bem como glosas realizadas aos serviços também prestados a Secretaria de Saúde no contrato Farmácia de Alto Custo, e por fim, foram registrados os provisionamentos de penalidades do contrato com a Central de Relacionamento do BRB no valor total de R\$ 803.735,81.

Com relação ao programa de trabalho Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação, foram realizados suporte, manutenção de sistemas e de licenças de software, serviços de transmissão de dados e aquisição de materiais de consumo de TI. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2021, foi executado o total de R\$ 1.541.431,30. Destaca-se, no exercício de 2021, as despesas com Link de Dados realizando um total de R\$ 525.129,92 e com Licenciamento e Manutenção de Software no valor de R\$ 896.867,86.

Para o grupo de Realização de Atividades de Comunicação e Marketing, foi realizada a publicação das demonstrações contábeis do exercício de 2021 e no decorrer do ano foram realizadas publicações referentes a contratos firmados e extratos de processos licitatórios, tais gastos totalizam um valor de R\$ 42.899,20, entre os meses de janeiro a dezembro de 2021.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Gestão de Pessoas

A BRB Serviços S/A está comprometida com o aprimoramento do capital humano, estimulando seus colaboradores a participarem de diversas ações de desenvolvimento e conscientização em variados temas. Estas ações são focadas no bem-estar e qualidade de vida dos colaboradores, o que, conseqüentemente, melhora a produção e o desenvolvimento das equipes.

A Gestão de Pessoas da BRB Serviços tem por finalidade propor soluções inovadoras e preciosas relacionadas ao capital humano, que é o maior patrimônio da Companhia. As ações promovidas tiveram um papel crescente e fundamental no desenvolvimento e na renovação da cultura da Companhia, influenciando diretamente nas boas práticas de gestão com pessoas para o atingimento das metas.

Com isso, foram realizadas diversas atividades, dentre as principais, totalizando 532 novas admissões, 01 Palestra, 02 avaliações de desempenho institucional aplicadas de forma semestral – Com aderência de 89% dos colaboradores no 1º semestre e 81% no 2º Semestre, atingindo 92% do quadro ativo da BRB Serviços, criação de 01 área institucional, criação de 01 subárea na Coordenação de Gestão de Pessoas, e normatização e revisão de 03 novos processos da área.

A BRB Serviços atua para a melhor integração entre os gestores, diretores e Conglomerado porque acredita que o sucesso no relacionamento é determinante para que se obtenha o melhor desempenho no atingimento das metas individuais.

As atividades rotineiras relacionadas a área, tais como: o recrutamento, a seleção, o treinamento, a remuneração, os benefícios e o reconhecimento são fundamentais para o bom

desempenho da Companhia. Entretanto, a qualidade de vida no trabalho, a satisfação do colaborador e o desenvolvimento individual são preocupações constantes no planejamento tático da nossa Organização. Por essa razão é que foram trabalhadas, desde que a nova gestão assumiu, políticas, projetos e programas para garantir maior qualificação do quadro funcional, a fim de se buscar um maior comprometimento dos colaboradores no desempenho das suas atividades. Como resultado dessa preocupação, deu-se o início a implementação de um projeto de apoio psicológico aos colaboradores e do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, nas fases de Enquadramento e Reenquadramento dos colaboradores, conforme aderência ao PCCR, Tabela Salarial e Organograma Funcional as melhores práticas de mercado.

Com o objetivo de garantir o melhor desempenho na gestão institucional, em 2021, a BRB Serviços, teve seu foco nos processos de gente & gestão onde foram realizados 532 processos de recrutamento, seleção e integração à BRB Serviços. Pela primeira vez na história da Companhia, uma importante certificação do selo Great Place do Work – GPTW, foi concedida em reconhecimento como uma boa empresa para se trabalhar, trazendo melhores resultados por meio de uma cultura de confiança, alto desempenho e inovação.

No que diz respeito a qualidade de vida no trabalho, dentre as principais atividades tivemos 03 ações de promoção a saúde psicológica, 58 atendimentos psicológicos, 01 Pesquisa Psicossocial com colaboradores PCD's e 290 atividades laborais com os colaboradores.

A BRB Serviços está em constante desenvolvimento e o principal desafio para o Departamento de Pessoal foi fazer as rotinas administrativas dos colaboradores, dado o aumento do quadro de pessoal, de forma eficaz e acolhedora para garantir a excelência em todos os processos, em conformidade com as normas legais.

O Departamento de Pessoal no ano de 2021 realizou a implementação do aplicativo "Meu RH – RM Totvs" para novos contratos e para os gestores, em aderência aos processos da administração de pessoal, com o objetivo de dar mais agilidade nos processos, menos burocracia, mais autonomia aos empregados e gestores, celeridade na gestão e redução no fluxo de papeis, entrando em consonância com a missão, visão e valores da BRB Serviços.

Não se pode falar de Gestão de Pessoas sem mencionar o que foi realizado pela área de Treinamento e Desenvolvimento (T&D) da BRB Serviços, criada para propor soluções inovadoras, especializada em processos de aprendizagem e gestão de pessoas, com foco estratégico e qualidade em atendimento, visando otimizar o desempenho e o atingimento das metas individuais para que Companhia obtenha os melhores resultados.

A BRB Serviços está em constante crescimento e o principal desafio para T&D foi o de expandir os treinamentos para todos os colaboradores em menor tempo hábil. Por isso a parametrização da plataforma EAD, a fim de otimizar e dar vazão aos treinamentos propostos.

Por se tratar de uma Companhia com funcionamento de 24 horas por dia e 07 dias por semana, a implantação da plataforma EAD potencializou os treinamentos aos colaboradores permitindo que se cumprisse o cronograma anual de treinamentos previstos em contrato para 2021, além dos diversos treinamentos de desenvolvimento e comportamentais.

Com isso, foram realizadas diversas atividades, totalizando 19.190 certificações emitidas - em cursos presenciais e EAD, integração de 532 novos colaboradores. Entre as principais atividades, destacam-se:

15 Campanhas Motivacionais:

Janeiro Branco; Carnaval, Dia da Mulher, Páscoa, Dia das Mães, Semana Sipat, Dia do Operador, agosto Lilás, Dia dos Pais, Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Halloween, Dia do Supervisor, novembro Azul e dezembro Vermelho.

79 treinamentos EAD:

Código de Conduta ética e Integridade - Setor de Cobrança Extrajudicial; Absenteísmo; Bom uso do e-mail Corporativo; Manual de Orientações e Boas Práticas Contra o Covid -19; Postura no ambiente de trabalho; Dicas de Português - Módulo I e II; Integração Operador de Teletendimento; BRBFla + Mengão; BRBFla - Pré Pago; Novo Briefing Sala Vip BRB Card; Central de Apoio Negocial - CAN Módulo I, II, III, IV, V e VI; Técnicas de negociação; Qualidade no atendimento; Controles Internos - BRB Serviços; Sigilo e Segurança CRBRB; FCR (First Call Resolution); Portal CRBRB – Navegabilidade; Qualidade no atendimento -

Módulo I; Omnichannel – Multicanal; Técnicas de Vendas - BRB Card; Técnicas de negociação – BRB CARD; Empatia; Dicas de Home Office Produtivo; Doenças Ocupacionais e Acidentes de Trabalho; Excel 2010; Citrus; Língua Portuguesa I e II; Chat Humano; Sala Vip BRB Card; Serviços Essenciais; Reciclagem Central de Vendas; Portal CRBRB – Navegabilidade; SAV SUPORTE CRBRB; Código de Ética BRB/2021; Código de Conduta de Fornecedores do BRB/2021; Controles Internos BRB/2021; Gerenciamento de Riscos e Capital BRB/2021; Segurança da Informação BRB/2021; Governança Corporativa BRB/2021; Código de Conduta BRB/2021; Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) BRB/2021; Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) BRB/2021; Certificação Programa de Integridade BRB/2021; Excelência no Atendimento - NA HORA; Feedback Organizacional - NA HORA; Gestor Líder - Comunicação na Equipe - NA HORA; Administração Pública Brasileira - NA HORA; Scrum: O dobro dos resultados na metade do tempo - NA HORA; Cenário de Valores na Prestação de Serviços - NA HORA; Atendimento ao Público - NA HORA; Comunicação Não Violenta - NA HORA; Doenças Ocupacionais e Acidentes de Trabalho - NA HORA; Empatia - NA HORA; Manual Rápido de Boas Práticas para envio de E-mail Corporativo - NA HORA; NR10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; NR17 – Ergonomia; Postura no ambiente de trabalho - NA HORA; Qualidade no Atendimento - NA HORA; Trabalho em Equipe - NA HORA; Higiene Pessoal - NA HORA; Conceito que Fundamenta o NA HORA; CRBRBFLA(2); CRBRB(2).

17 treinamentos presenciais:

FCR (First Call Resolution); Pesquisa de Satisfação; Integração Operador de Teleatendimento; Treinamento - Sigilo e Segurança + avaliação(2); Treinamento - Qualidade no Atendimento / Pesquisa de Satisfação / FCR(2); Treinamento - Navegabilidade do Portal CRBRB + Simulador + BRBFLA(2); Treinamento - BRBFLA + Tira dúvidas + avaliação; Acompanhamento dos novos colaboradores na operação; Escuta ativa; Treinamento - BRBFLA + Tira dúvidas + avaliação; Feedback com os operadores e supervisores(2); Cipa; BRB FLA CRBRB e BRBFLA BRB Card.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Áreas de atuação

Atualmente, a BRB Serviços conta com a **Operação de Bilhetagem** (BRB Mobilidade), o **agendamento e distribuição de medicamentos da farmácia de alto custo** em casa (SES) e a operacionalização do **Na Hora/DF**. Além disso, a BRB Serviços operacionaliza os serviços de **Contact Center** e **Cobrança**, tendo em suas principais frentes a **Central de Relacionamento BRB e Nação BRB Fla, Cobrança BRBCard, Cobrança BRB, Central de Relacionamento Corretora Seguros BRB e Service Desk**, descritas abaixo:

Sistema de Bilhetagem Automática – SBA chegou à BRB Serviços S.A. por meio de acordo entre o Governo do Distrito Federal – GDF e o Banco de Brasília – BRB, e consiste em fornecer tecnologia e facilidade para o usuário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF sempre foco na melhoria e modernização da estrutura das unidades de atendimento, qualidade de trabalho à equipe e qualidade para o usuário. Todo esse conceito é dividido em unidades de atendimento distribuídas no Distrito Federal, onde contamos atualmente com 13 pontos de atendimento divididos em 11 locais diferentes, com 219 colaboradores, de forma a garantir que usuário do STPC/DF tenha sua demanda solucionada de imediato.

Agendamento e Entrega de Medicamentos da Farmácia de Alto Custo em Domicílio a pandemia ocasionada pelo Coronavírus que tem assolado o mundo nos últimos dois anos trouxe a urgência de que os cidadãos fossem atendidos com maior cuidado, dignidade e com o mínimo de deslocamento. O projeto tem a finalidade de findar com as filas pela busca de medicamentos de alto custo, minimizar a possibilidade de contaminação do beneficiário do programa em relação à Covid 19 e proporcionar qualidade de vida aos usuários. Atualmente, o contrato possui 58 colaboradores sendo, 3 auxiliares de logística, 1 coordenador de operação, 50 operadores de teleatendimento, 2 supervisores de atendimento e 2 supervisores

de logística. Essa equipe é responsável pelo agendamento e dispensação, embalagem e entrega dos medicamentos. Existem três unidades de atendimento, e em caso de necessidade, as farmácias de alto custo também realizam o atendimento presencial.

Na Hora/DF o serviço tem o intuito de fornecer ao cidadão atendimento digno, rápido e qualificado em unidades modernas de atendimento. Das 8 oito unidades do Na Hora, 2 já passaram por revitalização completa de sua estrutura, de equipamentos e instalações, e 6 já tiveram todo o seu parque de tecnologia trocado. A BRB Serviços conta com equipe de 146 colaboradores para atender a população do Distrito Federal com alta eficiência. Importante destacar que como medida de inclusão social no atendimento, contamos com intérpretes de libras e atendentes bilíngues. São ações visando o desenvolvimento da atividade e aperfeiçoamento da capacidade de fornecer serviços públicos de qualidade.

Central de Relacionamento do BRB e Nação BRB FLA consiste no oferecimento de estrutura de Contact Center para a interação com os clientes e o banco, por meio de contato ativo, receptivo e multimeios com uma plataforma de gestão moderna e integrada apoiado por uma equipe especializada, também composta pelo SAC (Serviço de Atendimento ao Cidadão). Além do atendimento aos clientes BRB, os clientes do Banco Nação BRB FLA tem uma central exclusiva para suporte ao APP, a abertura de contas e investimento, além de esclarecimento de dúvidas e demais atendimentos.

BRB CARD tem o objetivo de realizar cobrança administrativa de forma amigável de valores inadimplidos pelos clientes da Cartão BRB S.A.; realizar telemarketing ativo e/ou receptivo aos portadores de moeda eletrônica e/ou de instrumento de pagamento, pós e pré-pagos, emitidos pela BRBCARD; e cartões sociais Governo DF (Cartão Merenda Escolar, Cesta Alimentação, Prato Cheio, Renda Emergencial, Renova DF, Vale Gás).

Cobrança BRB compreende a prestação de serviços ao BRB – Banco de Brasília S.A. suas Controladas e/ou Coligadas, relativos à cobrança extrajudicial de créditos, de acordo com as necessidades, composto da prática de todos os atos e procedimentos pertinentes à esfera administrativa.

Corretora Seguros BRB são dois contratos vigentes, o primeiro trata de contratação de um site de central de relacionamento para execução dos serviços de central de televendas incluindo instalações físicas, infraestrutura de rede local e de longa distância, estações de trabalho, equipamentos e recursos humanos necessários para execução dos serviços propostos com manutenção e suporte e o segundo é o atendimento ao SAC da Corretora BRB, com a disponibilização de todos os instrumentos necessários para o atendimento além de equipe.

Service Desk compreende a prestação de serviços de suporte ao BRB - Banco de Brasília S.A., possuindo um time de suporte remoto e presencial, com o intuito de garantir atendimento breve e com qualidade para os mais de 3.000 colaboradores do BRB.

Novos Negócios

Em abril de 2021, a BRB Serviços firmou junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do DF – Iprev/DF o contrato de fornecimento do **Sistema ConsigServ**, com exclusividade no fornecimento do sistema de gestão de margem consignável dos servidores vinculados ao Iprev/DF, compelindo as empresas consignatárias interessadas a efetuar descontos nas folhas de pagamentos de tais servidores, a aderir ao nosso sistema.

Por consequência, foram celebrados até dezembro de 2021, 9 contratos para utilização da Solução de Margem Consignável, a seguir: BRB - Banco de Brasília S.A., Sicoob Executiva, Grêmio Beneficente - GBOEX, Previmil Vida e Previdência S.A., CBSPP-Caixa Beneficente dos servidores públicos e privados, American Life, EQ Seguros S.A., Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A., e com a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal - SICOOB CREDSEF.

Ainda em abril a BRB Serviços firmou Contrato de Prestação de Serviços de atendimento físico ou digital à clientes e usuários do BRB, na condição de **Correspondente Bancário**, podendo contemplar serviços de recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas, realização de recebimentos, pagamentos e outras atividades decorrentes da execução do referido contrato.

Em 2021, foi celebrado o contrato de Prestação de Serviços junto à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania -Sejus para fornecimento de mão de obra para operacionalização e equipamentos às diversas unidades do **Na Hora** existentes no DF.

Governança

A BRB Serviços está alinhada às melhores práticas de governança, por meio da gestão transparente de suas atividades e do seu sistema de governança corporativa.

Em 2021, o sistema de governança da Companhia foi fortalecido com a criação da Gerência de Governança Corporativa com a responsabilidade de dar suporte à governança e funcionar como elo entre os colegiados, com a promoção de ações integradas para o aprimoramento das práticas de governança e acompanhamento da conformidade dos documentos com a regulação e a legislação aplicáveis.

Também, foi lançado o novo site da BRB Serviços S.A. mais moderno, amigável e 100% adequado aos requisitos de governança e transparência previstos em Lei.

A BRB Serviços priorizou ainda a evolução da governança por meio do mapeamento e da transformação de seus processos; do tratamento de riscos; e da estruturação do seu sistema normativo interno.

No decorrer de 2021 foi apresentada a proposta de Avaliação de Desempenho do Conselho de Administração e Diretoria Colegiada da BRB Serviços com finalidade aferir o desempenho dos administradores frente às suas responsabilidades, referente ao exercício de 2021.

Em dezembro de 2021, foi elaborado pela Consultoria da Diretoria o Plano de Melhoria dos processos da organização, com a criação da Cadeia de Valor da empresa, levantamento, identificação e priorização do mapeamento dos processos da BRB Serviços.

Controles Internos

Com a estrutura de Controles Internos, a BRB Serviços garante que o negócio seja conduzido de forma ordenada e eficiente, recursos e ativos sejam salvaguardados, erros, fraudes e roubos sejam detectados, dados contábeis sejam mantidos com precisão e integridade, e informações financeiras e econômicas (DFC, DRE, balanço patrimonial) sejam confiáveis.

A unidade de Controles Internos em cumprimento ao planejamento de suas atividades, fechou 2021 com os seguintes resultados:

Realizou treinamento de Controles Internos na plataforma EAD para 268 participantes.

Promoveu acultramento aos colaboradores sobre ambiente de Controles Internos por meio de 24 e-mails marketing e Quiz.

Mapeou e desenhou o fluxograma de 189 processos

Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos na BRB Serviços é compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e serviços oferecidos e com as atividades e os processos da Companhia. É proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, controles e aos aspectos legais e regulamentares a que a BRB Serviços está sujeita.

A Coordenação de Controles Internos - Cocin, o Comitê de Riscos e Integridade - Comri e a Gerência de Controladoria – Gecon, realiza a gestão do risco operacional de forma segregada das atividades de negócios com o monitoramento e suporte à 1º linha de maneira consultiva, com adoção de boas práticas do mercado, sempre respeitando as normas e diretrizes internas e do BRB – Banco de Brasília S.A.

Seguindo o cronograma de atividades para 2021, a Unidade de Controles Internos acompanhou junto às unidades o mapeamento dos processos/riscos classificados com alta, média e baixa criticidades, com o preenchimento da matriz de risco e controle, para validação.

Conformidade

Considerando que conformidade diz respeito ao dever de cumprir, de estar em harmonia e executar as normas internas e externas impostas às atividades da companhia. Logo, com o objetivo de manter as normas internas atualizadas, alinhadas aos processos, atividades e rotinas, com observância às normas externas, a Gerência de Governança Corporativa em conjunto com a unidade de Controles Internos, acompanharam os normativos da BRB Serviços.

No decorrer de 2021, atualizamos o conjunto normativo da Companhia, com a aprovação e revisão de 16 normas estratégicas, 11 executivas e 14 operacionais, em aderência às diretrizes adotadas pelo BRB, à legislação, e à evolução das principais atividades da Companhia.

Gestão da Ética e Integridade

O Programa de Integridade é composto por políticas e normas internas que contextualizam o colaborador dentro da cultura da BRB Serviços, alicerçada pelo Código de Ética e Código de Conduta e Integridade.

Com a finalidade de fortalecer o compromisso da BRB Serviços com o Programa de Integridade, adotando conduta ética em suas relações diárias e no desenvolvimento dos seus trabalhos, a cultura da Ética e Integridade é patrocinada pela Alta Administração da BRB Serviços e disseminada transversalmente aos colaboradores, buscando o engajamento de todos.

Sendo assim, com base no comprometimento da Alta Administração, na validação das diretrizes pelo corpo técnico, na gestão dos riscos associados à integridade e no monitoramento contínuo das atividades do Programa de Integridade, a BRB Serviços demonstra seu compromisso público de buscar no âmbito do cumprimento de seu propósito institucional, a inspiração de seus colaboradores e parceiros à adoção de comportamentos íntegros exemplares, comprometendo-se a:

Observar os valores institucionais relativos à ética e à transparência.

Desenvolver serviços de forma a inibir sua utilização para práticas ilícitas ligadas à corrupção.

Efetuar controles internos que assegurem a pronta elaboração e a confiabilidade dos relatórios e demonstrações financeiras.

Disseminar uma cultura sobre integridade e ética aos empregados para que estejam sempre conscientes da relevância e importância da integridade em suas atividades.

Aplicar medidas disciplinares em caso de descumprimento do Programa de Integridade.

Conforme ações recorrentes de promoção à Ética e Integridade, ao longo de 2021, os normativos relacionados à Ética e Integridade foram revisados para atender recomendações da Controladoria Geral do Distrito Federal - CGDF, como: Código de Ética, Código de Conduta e Integridade, Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, Política de Controles Internos e Conformidade, e Política de Gerenciamento de Risco.

Por isso, visando assegurar que todos os colaboradores da BRB Serviços conheçam suas responsabilidades, fortaleçam e desenvolvam a Cultura Ética e Íntegra, disponibilizamos, na plataforma interna de ensino a distância, a Certificação de Integridade, composta por 11 módulos de treinamento abordando os temas:

Prevenção e Combate à Corrupção;

Código de Ética;

Código de Conduta de Fornecedores;

Controles Internos;

Gerenciamento de Riscos e Capital;

Segurança da Informação;

Governança Corporativa;

Código de Conduta;

Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;

Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo – PLD/FT; e

Certificação Programa de Integridade BRB.

Transformação e Inovação Tecnológica

Em 2021, foi elaborado e aprovado o Plano Diretor de Tecnologia e Comunicação – PDTIC da BRB Serviços, em consonância com as melhores práticas de elaboração de planos diretores de tecnologia, conforme Guia de Elaboração de PDTI – Secretaria de Tecnologia da Informação

do Ministério da Economia e Modelo COBIT (Control Objectives for Information and Related Technologies) e ajustado quanto as melhores práticas de mercado.

Houve aquisição e substituição de estações de trabalho para atendimento das áreas de negócio e administrativas da empresa, com melhoria da performance dos equipamentos e consequente melhoria de performance dos colaboradores. Foram realizados, ainda, ajustes e evolução na atual plataforma de CRM para melhoria das operações de cobrança, que gerou melhoria na gestão da informação e do relacionamento com os clientes.

No mês de dezembro, ocorreu a aquisição, implantação e configuração de nova ferramenta de Business Intelligence - BI para melhoria da gestão da informação e tomada de decisão, por meio de dashboards de Business Intelligence. Aquisição de nova ferramenta de Gerenciamento Eletrônico de Documentos para o avanço da gestão documental da empresa. Compras de novos ativos de rede, como switch Core e switches de borda e Robô de Backup para a melhoria da performance da rede para as aplicações de negócio e garantia de backup seguro para os dados de toda a empresa. Atualização do pacote MS Office de produtividade visando a incremento da performance dos colaboradores com o uso das ferramentas de produtividade.

Implementamos, com o auxílio de consultoria especializada, o uso dos módulos dos processos padrões do sistema ERP RM TOTVS, conforme melhores práticas difundidas pelos órgãos de controle do Distrito Federal (TCDF) e União (CGU e TCU). Os módulos implantados foram:

Gestão de Compras;

Estoque;

Faturamento;

Gestão Fiscal;

Gestão Financeira; Gestão Patrimonial;

Folha de Pagamento; Automação de Ponto; Gestão Contábil; e

Gestão de Pessoas e Saúde e Segurança do Trabalho.

Houve também um esforço para análise de eventuais lacunas para a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados pessoais – LGPD, onde foram verificados os requisitos para a implementação, o que já foi concluído, o que está em execução, o que ainda resta para a conclusão total e a conformidade com a nova legislação. Parecer elaborado com a identificação das ações que ainda restavam ser implementadas e sugestões da CODIR para a complementação das ações.

Por último, no exercício, a BRB Serviços adquiriu e implantou novo firewall para a atualização da infraestrutura de segurança da informação na empresa, que trouxe aumento da segurança e robustez das defesas contra cyber ataques e melhoria na proteção contra vazamentos de informações.

Otimização dos Canais Digitais e de Relacionamento

A BRB Serviços, visando agilidade do atendimento do cidadão nos postos, redução do tempo de espera dos chamados e redução do tempo de indisponibilidade de equipamentos, implantou nas unidades de atendimento do Na Hora software de gerenciamento de filas, de pesquisa de satisfação e de abertura e acompanhamento de chamados de suporte.

Com respeito a conectividade entre BRB Serviços e a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania –Sejus/DF, efetuou-se aquisição e instalação de links de comunicação entre a BRB Serviços e a Sejus visando a melhoria da performance na troca de informações e de uso dos sistemas compartilhados.

Em setembro, com a contratação e implantação de nova plataforma de Multicanalidade, mais robusta, amigável e com todos os recursos de Omnichannel, a BRB Serviços ampliou as formas de atendimento e melhorou o gerenciamento dos canais de relacionamento com o cliente, por meio da disponibilização de atendimento integrado de whatsapp, web chat, telegram, facebook messenger, dentre outras.

Ainda em 2021, foi lançado o novo site da BRB Serviços S.A. mais moderno, amigável e que possibilita a interação direta com alguns clientes para acesso a informações sobre produtos, serviços e negociação de dívidas, além de estar 100% adequado aos requisitos de governança

e transparência previstos em Lei. Registrou-se até o 3º trimestre/2021, o total de 55.704 visitas no site.

Gestão Administrativa e Financeira

A BRB Serviços acredita que um mercado competitivo exige um posicionamento assertivo na gestão administrativa e financeira e que é fundamental que a Companhia consiga transmitir confiança para todos os clientes e colaboradores, através de um trabalho focado na metodologia e na excelência.

Em 2021, ganhou maior relevância a melhoria no acompanhamento da viabilidade financeira dos contratos vigentes e a prospecção de novos negócios. Para poder atender aos novos projetos foi fundamental pensar e realizar o ajustamento no processo financeiro, considerando uma nova realidade projetada e a otimização da nova necessidade interna. E foi pensando em uma boa gestão administrativa-financeira, que causasse grandes impactos na rotina e com o objetivo de atender as estruturas dos novos negócios, que a BRB Serviços pautou suas estratégias de gestão.

As principais atividades financeiras do ano foram focadas em garantir a saúde das finanças, com o melhoramento do controle de gastos, renegociação de contratos administrativos, tais como: locação do imóvel da sede, locação dos computadores e negociação Plano de Saúde (possível após negociação e assinatura de ACT), redução de desperdícios e principalmente garantir o equilíbrio das finanças, diminuindo a quantidade de planilhas e otimizando os trabalhos através de um sistema confiável, concentrando os esforços em atividades táticas e na diminuição do trabalho operacional, com o propósito de facilitar o gerenciamento do fluxo de caixa.

Na infraestrutura foi realizada a readequação física da área Geroc, com o objetivo de aumentar a equipe técnica para dar suporte aos projetos prospectados. Para garantir o melhor ambiente de trabalho para os colaboradores, foram realizados: 939 atendimentos de reparos e adequações da infraestrutura Predial da sede e dos postos de atendimento da BRB Serviços; Atendimento imediato da infraestrutura predial com a queda da árvore no prédio sede (25 vidros substituídos, retirada da árvore, reparo no portão da garagem e conserto das grades de proteção do prédio); 150 m² de paredes revitalizadas das áreas comuns do edifício sede; 60.000 unidades de itens distribuídos, entre materiais de escritório, material de limpeza, alimentícios e de manutenção; 30% de ampliação da capacidade do ambiente de teleatendimento com a redistribuição dos mobiliários e aproveitamento do espaço; 1 renovação contratual (contrato de aluguel da sede) fazendo a previsão de substituição de 48 equipamentos de ar condicionado sem custo direto para a BRB Serviços; 180 lâmpadas fluorescentes substituídas por lâmpadas de LED visando eficiência energética e redução de custos; 8 postos atendidos através de apoio administrativo, técnico e operacional na implantação do projeto Na Hora; 1 contratação de arquiteto para realizar a readequação física do primeiro andar do edifício sede; 1 Manual de Gestão Patrimônio; 6.000 itens de patrimônio inventariados e etiquetados em todas as unidades da BRB serviços; 40 m² de vidros substituídos em função de vendaval que ocasionou queda de arvore no edifício sede; 1 Termo de Referência de registro de preços para insumos de infraestrutura predial; 1 Termo de Referência registro de preços para serviços de manutenção predial, o que ajudou a diminuir custos recorrentes relacionados a desperdícios.

Também merece destaque a readequação e criação de espaço físico para novos negócios de 2021 (NA HORA e CRBRB FLA), a reestruturação de postos e o apoio logístico administrativo complementar de novos contratos. Além de ações de sanitização diária para controle e atendimento ao protocolo da Covid 19.

Na área de aquisições e contratos foi primordial em 2021, o foco foi na redução de custos, na otimização das compras, nas tomadas de decisões estratégicas e na segurança jurídica. Com 248 processos, sendo 196 processos de dispensa, 25 processos de pregão, 03 processos por meio de inexigibilidade, 02 processos emergenciais, 13 processos de aditivo/renovação, 01 processo de contratação emergencial e 10 processos de contratação direta.

O ano de 2021, além ter sido o ano da retomada do crescimento da BRB Serviços, foi o ano da expansão tecnológica, da reestruturação dos eixos de negócios, da motivação e capacitação profissional dos colaboradores e, especialmente, da melhoria nos resultados que foram conquistados de forma sustentável, tendo como principais pilares: o trabalho em

equipe, a meritocracia e o desenvolvimento profissional. O engajamento e motivação da equipe ficaram nítidos durante todo o exercício.

Para o exercício de 2022, a BRB Serviços S/A implementará ações estratégicas com o objetivo de criar e aprimorar processos, visando a maior eficiência e eficácia, transparência, segurança e mitigação de riscos.

Ademais, a empresa busca resultados ainda mais expressivos para 2022, modernizando, dentro de suas limitações, a área de tecnologia para concorrer no mercado com as demais empresas do segmento, além de proceder com as políticas adotadas e demandadas pelo conglomerado BRB.

Futuro

Para os próximos anos, foi estabelecido para a BRB Serviços novos eixos de negócios, ampliando seu leque de atividades e atuação no mercado, a fim de ampliar o foco em telesserviços, cobrança, serviços de tecnologia e fábrica de softwares e soluções, terceirização de processos – BPO, gestão de sistemas logísticos, recuperação e leilão de bens e oferta de Gestão de Margem de Consignado.

Elaboramos o Planejamento Estratégico para o período de 2022/2026, observando dados históricos, expectativas de mercado, novos negócios e ampliação da atuação do Banco BRB, bem como todas as Orientações Gerais do Negócio – OGN descritas no Planejamento Estratégico do banco.

Por fim, o esforço conjunto aliado à dedicação de todos, seguramente contribuirá para a concretude do futuro planejado, alicerçado em aspectos como eficiência de processos, eficácia de resultados e efetividade de execução de ações planejadas.

19209 - BSB PARTICIPAÇÕES S/A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BSB Participações S/A - BSB PAR é uma sociedade por ações, de capital fechado, com personalidade jurídica de direito privado, controlada pela Cartão BRB S/A, cujo objeto é a participação em sociedades mercantis, em qualquer segmento de negócios, mediante subscrição de ações e/ou quotas.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cédidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

Observação: Quadro não aplicável a BSB Participações S/A

A BSB Participações S/A utiliza os recursos humanos e de infraestrutura da controladora - Cartão BRB S/A, conforme convênio firmado entre as partes.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

Realizações por Programa

Não há programas de trabalho para a BSB Participações S.A.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A reorganização societária levada a termo pelo acionista controlador da Cartão BRB S/A, em maio de 2009, pressupunha diversos movimentos empresariais a serem adotados

paulatinamente, nos termos da Lei nº 61, de 05 de dezembro de 1989, DODF de 06.12.1989, que autorizou o BRB - Banco de Brasília S/A a constituir subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social.

Conforme previsto em lei e adotado pelos grandes grupos financeiros concorrentes, os negócios poderão ocorrer por meio de incorporação societária, incorporação de ações, aquisição e alienação de controle acionário ou qualquer outra forma prevista em lei.

A empresa BSB Participações S/A foi criada com a missão de ampliar a participação da Cartão BRB S/A e do próprio BRB na intermediação de recursos e negócios financeiros, via participações acionárias em empresas sediadas no Brasil, com o objetivo de promover a melhoria contínua da qualidade de vida da sociedade.

A BSB Participações S/A tem três objetivos principais:

- a) Ampliar e diversificar as participações acionárias da Cartão BRB S/A e do BRB, em segmentos estratégicos, especialmente o financeiro, para conferir maior sustentabilidade e rentabilidade aos seus negócios;
- b) Reforçar a capacidade de atuação da Cartão BRB S/A e do BRB, como instrumento de implementação das políticas governamentais distritais, especialmente a econômica e de desenvolvimento; e
- c) Instituir normas de governança, que permitam a realização de negócios, de acordo com os padrões de risco e transparência, recomendados ao BRB pela legislação em vigor e, aplicáveis igualmente à gestão e ao controle da carteira de participações.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A BSB Participações S/A, para cumprimento dos seus objetivos estratégicos, aguarda a conclusão do novo estudo técnico que trata da sua reorganização societária.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A DF - Gestão de Ativos S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, regendo-se pelo seu Estatuto Social, pelas Leis Federais nº 6.404, de 5 de dezembro de 1976 e 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 37.967, de 20 de janeiro de 2017.

A "Companhia" tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Governo do Distrito Federal, originários de créditos tributários e não tributários, decorrentes de parcelamentos administrativos ou judiciais, que serão objeto da realização de operações de emissão de valores mobiliários tais como debêntures, de caráter público ou privado, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, tudo na forma da Lei Complementar 897, de 18 de junho de 2015.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	11	11
Subtotal	0	0	0	11	11
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	11	11

A "Companhia" não se encontra com sua estrutura implantada, não possuindo, quadro de pessoal, com tabela de cargos e salários. Atualmente é administrada pelo Conselho de Administração composto de 5 membros e Diretoria (Presidência, Administrativo Financeira e Contábil e de Governança Corporativa e de Relações com Investidores) composta de 3 membros. Conta ainda, em sua organização corporativa com um Conselho Fiscal composto de 3 membros.

Os cargos de Direção e dos Conselhos possuem remuneração individual fixada pela Assembleia Geral Extraordinária de 18 de abril de 2016, em observância as disposições previstas nos Arts 152 e 162, § 3º da Lei 6.404/76.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
4029 - CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA	478100,0	0	478100,0	0
0001 - CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA--DISTRITO FEDERAL	478100,0	0	478100,0	0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	851800,0	0	851800,0	0
0021 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FUNCIONAMENTO DA DF GESTÃO DE ATIVOS-DISTRITO FEDERAL	851800,0	0	851800,0	0
TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	1329900,00	0,00	1329900,00	0,00

Os valores mencionados no quadro acima, nos campos "DOTAÇÃO INICIAL" e "DESPESA AUTORIZADA" no Orçamento de Dispêndios 2021 não foram objeto de integralização no ano de 2021. Foram executadas despesas no ano de 2021 com recursos remanescentes no caixa da "Companhia" oriundos da integralização de capital realizada em 2019 pelos acionistas Distrito Federal e BRB - Banco de Brasília S.A e apenas na Ação: 8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS, conforme mencionadas abaixo no campo "EXECUTADO".

EXECUÇÃO DE DESPESAS NO ANO DE 2021 COM RECURSOS PRÓPRIOS:

AÇÃO/SUBTÍTULO EXECUTADO

0001-CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA - DISTRITO FEDERAL: 0,00

8517-MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS 366.989,31

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Sem informação.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

ANÁLISE

A Administração da "Companhia" buscou para os exercícios de 2019, 2020 e 2021 concretizar a realização do processo de securitização dos créditos tributários e não tributários a serem cedidos pelo Governo do Distrito Federal. Entretanto, como não ocorreu a aprovação do PLP 459/2017, que tramita no legislativo federal e que permitirá aos entes da federação, mediante autorização legislativa, ceder direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais, inscritos ou não em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado, o Distrito Federal não operacionalizou o processo

de securitização. Isso porque, sem à aprovação da norma em referência, as cessões de direitos creditórios dos entes federados não estarão devidamente regulamentadas e amparadas por uma maior segurança jurídica, com delimitação dos limites e contornos das operações a serem realizadas, afastando das mesmas a possível caracterização como operação de crédito para fins de aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Em razão do exposto, a "Companhia" não pode desenvolver qualquer atividade ligada ao seu objeto social.

PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO (2022)

A Administração da "Companhia" aguarda decisão da Assembleia de Acionistas para programar ações para o exercício de 2022, considerando que o Excelentíssimo Senhor Governador encaminhou a Mensagem nº 0540/2021-GAG, que submete minuta de Projeto de Lei Complementar à apreciação da Câmara Legislativa do Distrito Federal no sentido de extinguir, mediante liquidação, a DF Gestão de Ativos S.A com a incorporação de ativos decorrentes da liquidação a ser concluída até 31 de março de 2022.

19211 - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN - empresa pública de direito privado, instituída pela Lei no 4.545, de 10/12/1964, é constituída sob a forma de Sociedade por Ações. Integra a Administração Indireta do GDF e vincula-se à Secretaria de Estado de Economia - SEEC. Tem por finalidade estatutária: • realizar e promover pesquisas e estudos econômicos, sociais, demográficos, cartográficos, georreferenciados, urbanos e ambientais para subsidiar o Governo do Distrito Federal na formulação de políticas públicas, do planejamento governamental de programas para o desenvolvimento do Distrito Federal, da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e de outras áreas de influência do território distrital; disseminar o conhecimento e as informações resultantes das pesquisas e estudos realizados, atinentes à área de competência da Companhia; • analisar as políticas públicas implementadas pelo Governo do Distrito Federal a fim de subsidiar os processos decisórios governamentais; fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas e para a preparação de planos e programas de governo; • analisar e identificar e diagnosticar os problemas estruturais, econômicos, sociais, urbanos e ambientais do Distrito Federal, da RIDE e de outras áreas de influência do território distrital, fornecendo elementos técnicos visando à elaboração de medidas saneadoras pelos órgãos competentes; • articular e promover a cooperação técnica, visando o intercâmbio de informações e conhecimentos com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais; • produzir e organizar as informações sociais e econômicas relativos ao território do Distrito Federal; • participar do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - SISPLAN e oferecer subsídios e apoio ao Sistema de Informação Territorial e Urbano do Distrito Federal - SITURB; • prestar consultoria técnica a outros órgãos e entidades da administração do Distrito Federal e da iniciativa privada e contratar com órgãos e entidades públicas ou privadas serviços e estudos, bem como realizar concursos, respeitada a legislação pertinente.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	40	96	34	119	289
Comissionados sem vínculo efetivo	26	0	23	0	49
Requisitados de órgãos do GDF	2	0	1	0	3
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	8	0	20	28
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	68	104	58	139	369
(-) Cedidos para outros órgãos	0	53	0	48	101
Total Geral	68	51	58	91	268

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1505001,0	6905001,00	6208071,63	6208071,63
0019 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1505001,0	6905001,00	6208071,63	6208071,63
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	6100000,0	11300000,0	11102210,34	11102210,34
0045 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	6100000,0	11300000,0	11102210,34	11102210,34
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5001,0	5001,00	0	0
0017 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	5001,0	5001,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	7610002,00	18210002,00	17310281,97	17310281,97

9001 - Execução de Sentenças Judiciais

OBJETIVO: Executar Sentenças Judiciais da Codeplan

AÇÃO DESENVOLVIDA: Foram executadas 16 (dezesesseis) ações judiciais em desfavor da Codeplan, durante o exercício de 2021.

9050 - RESSARCIMENTO, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL

OBJETIVO: Pagar ressarcimentos, indenizações e restituições

AÇÃO DESENVOLVIDA: Foram pagos 712 (setecentos e doze) ressarcimento, indenizações e restituições

9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

OBJETIVO: Pagar outros ressarcimento, indenizações e restituições

AÇÃO DESENVOLVIDA: Não Iniciada

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2912 - Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais	948002,0	5847202,00	4044271,45	3471126,70
0001 - Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais--DF ENTORNO	10002,0	5227202,00	3589846,45	3136546,71
0005 - REALIZAÇÃO DE PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS NO DF	100000,0	200000,0	62100,00	35879,99
0006 - REALIZAÇÃO DE PESQUISAS SÓCIOECONOMICAS, URBANAS E AMBIENTAIS DO DISTRITO FEDERAL	438000,0	220000,0	192325,00	98700,00
0007 - Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais - DF e Entorno	200000,0	200000,0	200000,0	200000,0
0008 - ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS, URBANAS E AMBIENTAIS - DF E ENTORNO	200000,0	0,0	0	0
3069 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS - SIEDF	1,0	1,00	0	0
0003 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS - SIEDF-- DISTRITO FEDERAL	1,0	1,00	0	0
4105 - Estudos, Análises, Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas Estratégicas	3,0	3,00	0	0
0001 - Estudos, Análises, Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas Estratégicas--DF ENTORNO	3,0	3,00	0	0
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRO A ENTIDADES	0	200000,0	200000,0	200000,0
0098 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-APOIO A ENTIDADES PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS SÓCIOECONOMICAS, URBANAS E AMBIENTAIS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	200000,0	200000,0

TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	948006,00	6047206,00	4244271,45	3671126,70
----------------------------------------------	------------------	-------------------	-------------------	-------------------

PROGRAMA 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

2912 - Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais SOCIOECONÔMICOS

1. BOLETINS CODEPLAN COVID -19

OBJETIVO: Monitorar a propagação do Coronavírus no Distrito Federal.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Construção de boletins semanais, e seus materiais relacionados (edições extraordinárias, briefings e relatórios pontuais), com acompanhamento das principais informações relacionadas à propagação da doença no Distrito Federal, fornecendo subsídio periódico de dados e análises aos gestores, à população e à imprensa sobre a evolução da pandemia nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, bem como sua comparação com as demais Unidades Federativas. Entre eles, dados de casos, óbitos, testes, mortalidade, letalidade, mobilidade, estado de saúde, faixa etária dos infectados, projeções, proporção de curados, evolução mensal, exercícios comparativos segundo data de extração e critério de sintomas ou notificações, etc (Material em fase de conclusão).

2. PESQUISA "HÁBITOS DE CIRCULAÇÃO DAS PESSOAS

OBJETIVO: Avaliar o impacto da pandemia nos hábitos de circulação dos moradores do DF.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Pesquisa por telefone, realizada por meio da Central 156, buscando identificar se houve mudança na frequência de visitas às localidades selecionadas;

3. PROJEÇÃO COVID 19 - TÉCNICA SIRD

OBJETIVO: Projeção do Covid-19 para auxílio no acompanhamento da pandemia.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Elaboração da projeção do Covid-19, para auxílio no acompanhamento da pandemia, com a utilização da técnica SIRD.

4. PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO – PED/DF

OBJETIVO: Produzir e oferecer dados, análises e informações para o acompanhamento da dinâmica e conhecimento da realidade do mercado de trabalho do Distrito Federal.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Foram realizadas pesquisas mensais de campo (coleta de dados) em todos os meses do ano;

5. PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO – PED METROPOLITANA

OBJETIVO: Produzir e oferecer dados, análises e informações para o acompanhamento da dinâmica e conhecimento da realidade do mercado de trabalho da Periferia Metropolitana de Brasília.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Foram realizadas pesquisas mensais de campo (coleta de dados) em todos os meses do ano;

6. ANUÁRIO ESTATÍSTICO 2019

OBJETIVO: Atualização de indicadores do Anuário Estatístico que envolvem as PDADs.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Realizada análise de dados para geração de indicadores inseridos no Anuário Estatístico, como renda e população, total, por faixa etária e outros;

7. INFORMES ECONÔMICOS MENSAIS

OBJETIVO: Análise dos indicadores de atividade econômica, preços e mercado de trabalho do Distrito Federal.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Foram desenvolvidos, em média, 8 (oito) informes a cada mês, totalizando 96 (noventa e seis) análises de acompanhamento dos indicadores de interesse;

8. PRODUTO INTERNO BRUTO DO DISTRITO FEDERAL 2019

OBJETIVO: Construção do PIB anual do DF em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

AÇÃO DESENVOLVIDA: Ao longo do ano, a Codeplan colaborou com o IBGE para a construção do PIB anual do Distrito Federal por meio do envio de informações, participação das reuniões de alinhamento, revisão e conferência dos dados. As informações são relevantes para a determinação do percentual de participação da economia do DF na produção bruta brasileira;

9. BOLETIM DE CONJUNTURA DO DISTRITO FEDERAL

OBJETIVO: Estudo dos principais fatores conjunturais que afetaram a performance da economia do Distrito Federal ao longo dos trimestres e seu efeito sobre o desempenho da atividade econômica.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Após a divulgação dos indicadores trimestrais pelos órgãos competentes, a Codeplan realiza análise das informações e divulga, em até 15 dias, após a disponibilização dos dados, o seu relatório de avaliação do comportamento da economia local. Durante o exercício, foram publicados 4 (quatro) Boletins de Conjuntura com informações relevantes sobre o desempenho trimestral da economia do Distrito Federal que conferem informações mais tempestivas e podem ser utilizadas para o aperfeiçoamento e otimização das ações do Governo do Distrito Federal;

10. INDICE DE DESEMPENHO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL - IDECON

OBJETIVO: No Distrito Federal, a estimativa do PIB possui periodicidade anual e tem uma defasagem de dois anos entre o ano do PIB estimado e o resultado de sua estimativa. Dessa forma, faz-se necessário tentar antecipar os movimentos da economia distrital para desenvolver e aperfeiçoar as políticas públicas.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Após a divulgação dos indicadores trimestrais pelos órgãos competentes, a Codeplan realiza a análise das informações e divulga, em até 15 dias após a disponibilização dos dados, o cálculo do Idecon. No decorrer do exercício, foram publicados 4 (quatro) relatórios relativos ao comportamento do Idecon, bem como tabelas de acompanhamento dos dados históricos do indicador e análises pontuais sobre os setores econômicos da capital federal;

11. BOLETIM DE ACOMPANHAMENTO DO IPCA E DO INPC DO DISTRITO FEDERAL

OBJETIVOS: Realizar o acompanhamento da evolução dos preços no Distrito Federal, destacando os fatores conjunturais que colaboraram para as variações mensais observadas e os itens que tiveram as maiores oscilações positivas e negativa;

AÇÃO DESENVOLVIDA: Com base nos dados divulgados pelo IBGE, a Codeplan elabora, no mesmo dia da disponibilização da informação, o Boletim IPCA, uma nota para a imprensa e uma apresentação que é transmitida no canal do youtube oficial da instituição. No decorrer do exercício, foram publicados 12 (doze) boletins relativos ao comportamento do IPCA e do INPC, bem como 12 (doze) informes para imprensa, detalhando os principais fatores que contribuíram para a inflação do período, 12 (doze) divulgações do IPCA por faixa de renda e 12 (doze) apresentações transmitidas pelo canal do youtube oficial da Codeplan;

12. BOLETIM DO PIB DA RIDE - DF 2019

OBJETIVO: Elaborar análise da evolução do Produto Interno Bruto da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE - DF) de 2019, disponibilizando dados para o comportamento dos setores econômicos.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Elaboração de Boletim informativo sobre o desempenho econômico da RIDE - DF em 2019;

13. CONSTRUÇÃO DO PIB TRIMESTRAL DO DF

OBJETIVO: Elaborar metodologia para o cálculo do PIB trimestral do Distrito Federal, uma estatística nova que permitirá um acompanhamento mais sincronizado do desempenho da economia local de forma a suprir a defasagem de dois anos desse indicador produtivo.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Desenvolvimento da metodologia de cálculo para posterior cálculo da série histórica e divulgação dos dados pertinentes;

14. PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - DF 2019

OBJETIVO: Atualizar, acompanhar, radiografar e monitorar a situação socioeconômica, demográfica e de moradia da população urbana residente nas 33 (trinta e três) Regiões Administrativas do Distrito Federal, no que se refere ao seu perfil, dinâmica

populacional, características do domicílio, trabalho e rendimento, entre outras informações, disponibilizando importantes subsídios para o planejamento governamental, especialmente para a tomada de decisões e elaboração de políticas públicas. A pesquisa visa obter a consolidação de um banco de dados consistente e representativo, segundo os padrões técnicos definidos para a PDAD, de forma a oferecer dados e informações estratégicos para o planejamento governamental, em nível de Regiões Administrativas.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Coleta de dados para a PDAD/DF, realizada. Análise da coleta de dados em andamento;

15. PESQUISA METROPOLITANA POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - PMAD/DF

OBJETIVO: Produzir e oferecer dados, análises e informações para o acompanhamento da dinâmica social, econômica e urbana do Distrito Federal, subsidiando o planejamento governamental.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Produção e divulgação das análises de resultados da PMAD 2019/20. A pesquisa visa atualizar, acompanhar, radiografar e monitorar a situação socioeconômica, demográfica e de moradia da população urbana residente na Periferia Metropolitana do Distrito Federal, no que se refere ao seu perfil, dinâmica populacional, características do domicílio, trabalho e rendimento, entre outras informações, disponibilizando importantes subsídios para o planejamento governamental, especialmente para a tomada de decisões e elaboração de políticas públicas;

16. PESQUISAS 156

OBJETIVOS: Coletar e oferecer dados relacionados à opinião pública e à percepção dos serviços públicos prestados pelo GDF por meio de pesquisa telefônica.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Realização de pesquisas telefônicas com a população, sob demanda dos demais órgãos públicos. Pesquisas realizadas em 2021:

- a. Serviços de coleta de resíduos;
- b. Pesquisa de hábitos de circulação das pessoas;
- c. Avaliação do Programa de Habitação da Codhab;
- d. Pesquisa para auxiliar no planejamento estratégico da CLDF;

ESTUDOS URBANOS EM AMBIENTAIS

17. DIAGNÓSTICO SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

OBJETIVO - Subsidiar a Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB e da Defensoria Pública do Distrito Federal, com dados, informações, estudos e análises atualizadas sobre a situação da regularização fundiária em Áreas de Regularização de Interesse Social - Aris e Áreas de Regularização de Interesse Específico - Arine;

AÇÃO DESENVOLVIDA: Levantamento de dados sobre os processos de regularização pelo Portal da regularização e Pesquisas Qualitativas com síndicos de condomínios;

18. OBSERVATÓRIO CRULS: BOAS PRÁTICAS URBANAS E AMBIENTAIS

OBJETIVO: Identificar e dar visibilidade às experiências exitosas, buscando construir um conhecimento que possibilite dar subsídio às políticas públicas que impactem positivamente na melhoria dos seguintes aspectos: planejamento territorial, regularização fundiária, déficit habitacional, mobilidade, infraestrutura, saneamento básico, conservação e qualidade ambiental, licenciamento ambiental, gestão da água e energia limpa.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Revisão bibliográfica, identificação dos principais problemas e definição dos temas, prospecção de informação, avaliação das boas práticas e identificação de parcerias;

19. ATLAS INFANTIL

OBJETIVO: Proporcionar a disseminação de conhecimentos sobre o meio ambiente e território do Distrito Federal, para que desde cedo as crianças aprendam o valor de ter um meio ambiente saudável e valorizar seu espaço de vivência;

AÇÃO DESENVOLVIDA: Elaboração do conteúdo de dois volumes de atlas de colorir, voltado para o público infantil, abordando as temáticas ambiental e territorial; elaboração de termo

de referência para contratação de serviços de diagramação, ilustração e impressão de 2 livretos;

20. ENFRENTAMENTO À COVID 19

OBJETIVO: Gerar dados e informações que subsidiem à tomada de decisão a respeito das medidas para o enfrentamento da pandemia e no cenário pós-covid19.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Geração de dados, qualificação de informações, relatórios, estudos, debates e artigos sobre a Covid-19 e aspectos urbanos e ambientais relacionados;

21. REDE DE GOVERNANÇA METROPOLITANA

OBJETIVO: Elaborar Relatórios com os dados da Pesquisa Metropolitana de Amostra de Domicílios - PMAD da Codeplan, além de relatórios sobre os arranjos institucionais, fundos para investimentos e fase de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI, referentes ao Distrito Federal e à Área Metropolitana de Brasília, para subsidiar publicação do IPEA sobre Governança Metropolitana no Brasil.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Publicação de relatórios e artigo em livro, pelo IPEA, referentes a RIDE/D;. publicação de relatórios da PMAD 2019-2020 – Resultados para a Periferia Metropolitana de Brasília – PMB

22. GAME DO CIRCUITO TURÍSTICO DO DISTRITO FEDERAL

OBJETIVO: Desenvolvimento de um aplicativo mobile que utiliza base de dados georreferenciados de pontos de interesse do DF e proporciona ao usuário uma forma gamificada e interativa de experienciar o passeio turístico, denominado de Game do Circuito Turístico do DF.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Prova de conceito concluída, desenvolvimento de 5 (cinco) protótipos, início de desenvolvimento de plataforma administrativa.

23. SANEAMENTO AMBIENTAL E SUSTENTÁVEL:

OBJETIVO: Desenvolver estudos e pesquisas sobre saneamento ambiental, conservação e preservação ambiental, desenvolvimento sustentável integrado, soluções baseadas na natureza, monitoramento da qualidade ambiental e dos impactos ambientais no âmbito do Distrito Federal.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Elaboração de estudos técnicos sobre sustentabilidade e a situação do saneamento básico no Distrito Federal, abordando os desafios e conquistas realizadas.

24. PESQUISAS PRIMÁRIAS

OBJETIVO: Atender às demandas de realização de pesquisas, realizadas por Secretarias e autarquias do GDF, sobre políticas públicas nas temáticas urbana e ambiental.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Relatório da pesquisa de avaliação da W3 aberta aos domingos e feriados e relatório da avaliação da qualidade do serviço de limpeza urbana no DF.

25. PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS NA ÁREA RURAL DO DISTRITO FEDERAL

OBJETIVO: Realizar a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) na área rural do DF

AÇÃO DESENVOLVIDA: Concluídas as discussões sobre a área amostral da pesquisa, que envolveu o Grupo de Trabalho "Ruralidades", composto para os trabalhos de atualização do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e a EMATER DF. Foi realizado um levantamento de informações sobre as comunidades rurais do DF por meio de pesquisa junto aos técnicos da Emater. Também foi realizada a listagem de endereços em áreas específicas por necessidade de complementação da base de endereços da amostra.

26. PLANEJAMENTO TERRITORIAL)

OBJETIVO: Elaborar estudos técnicos que subsidiem o Governo do Distrito Federal na elaboração e revisão das políticas públicas de ordenamento territorial e desenvolvimento local. Compreender as diferentes realidades socioterritoriais do Distrito Federal, por meio de um projeto piloto em uma RA de alta vulnerabilidade a ser escolhida, buscando a construção de estratégias conjuntas com a população para a promoção de territórios saudáveis e sustentáveis.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Acompanhamento de reuniões da revisão do PDOT e elaboração do PDRS. Elaboração de estudos técnicos para subsidiar a tomada de decisão voltada ao planejamento territorial;

27. MOBILIDADE URBANA

OBJETIVO: Realizar estudos, pesquisas e ações no âmbito do transporte público, com vistas à melhoria na mobilidade da população do DF, da AMB e RIDE/DF.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Elaboração de estudos e análises sobre mobilidade, transporte interestadual semiurbano de passageiros, infraestrutura e perspectivas para o transporte urbano. Realização de Pesquisa de campo: Passagens subterrâneas do Eixo Rodoviário;

28. MAPA DO EMPREGO VERDE

OBJETIVO: Realizar o mapeamento das empresas que atuam com infraestrutura verde, energias renováveis e demais negócios que atuam no desenvolvimento sustentável do DF.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Contratação de Bolsistas para realização do estudo em conjunto com a equipe técnica da CODEPLAN;

3069 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS - INFODF/SIEDF

29. SISTEMA DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS DO DISTRITO FEDERAL - INFODF/SIEDF.

OBJETIVO: Reunir, organizar e centralizar os principais dados dos órgãos e parceiros do Distrito Federal, de forma a colaborar para a formulação, a implementação e acesso a dados e conteúdos provenientes de todos os órgãos e parceiros do governo, o que promoverá, ainda, maior agilidade e otimização na tomada de decisões. Foram realizadas atividades voltadas à atualização e Evolução das Plataformas.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Atualização e Evolução das Plataformas

4105 - ESTUDOS, ANÁLISES, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ESTRATÉGICAS

30. GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NO DISTRITO FEDERAL - UMA ANÁLISE DE 2000 A 2016

OBJETIVO: Estudo que discute aspectos do fenômeno da gravidez na adolescência no Distrito Federal. Mais especificamente, analisa o perfil demográfico dessas jovens mães e as características epidemiológicas do nascimento de seus filhos e filhas.

AÇÃO REALIZADA: Análises realizadas à partir de dados do Sistema de Informação de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde e da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) do ano de 2018;

31. CONSULTA PÚBLICA SOBRE O II PDPM

OBJETIVO: A consulta pública teve o objetivo de coletar opiniões da sociedade civil sobre as ações detalhadas em cada eixo temático. Buscou-se, com isso, elementos que indicassem as necessidades e prioridades da população, na trilha da promoção da equidade de gênero.

AÇÃO REALIZADA: Elaborado a partir de demanda da Secretaria da Mulher do Distrito Federal o documento apresenta, de forma sistematizada, o resultado da consulta pública virtual ao II Plano Distrital de Políticas para Mulheres (PDPM) realizada entre os dias 10 de março e 21 de abril de 2021.

32. PANORAMA DAS NOTIFICAÇÕES DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS ENTRE JOVENS NO DF

OBJETIVO: Analisar as infecções sexualmente transmissíveis entre jovens no DF.

AÇÃO REALIZADA: Realizadas análises sobre o perfil sociodemográfico dos jovens que notificaram Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) no Distrito Federal - a análise também contempla comportamentos sexuais dos jovens do DF;

33. PERFIL DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DF

OBJETIVO: Analisar o perfil dos profissionais do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal

AÇÃO DESENVOLVIDA: O estudo integra um conjunto de três relatórios da pesquisa "Perfil, Atribuições e Percepções dos Profissionais do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal". A

pesquisa, buscou compreender quem são os profissionais que atuam no sistema socioeducativo do Distrito Federal, algumas de suas percepções e práticas de trabalho. Os objetivos da pesquisa foram: I) traçar perfil dos profissionais que compõem o sistema socioeducativo do DF; II) captar elementos sobre a relação dos profissionais com as suas atribuições práticas e legais; III) captar percepções deles sobre o sistema do DF; e IV) captar suas percepções em relação às condições, cotidiano e ambiente de trabalho. A pesquisa e a análise contaram com a coleta de dados por meio de questionário estruturado online. O questionário foi respondido por 534 profissionais do sistema socioeducativo, sendo 398 respondentes da medida de internação;

34. TRABALHO INFANTIL NO DF - ANÁLISE PARA O PERÍODO ENTRE 2016 A 2019

OBJETIVO: Analisar o trabalho infantil no Distrito Federal entre 2016 e 2019

AÇÃO DESENVOLVIDA: Este estudo analisa a situação do trabalho infantil no Distrito Federal (DF) a partir do suplemento anual de trabalho infantil da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C) para o período entre 2016 e 2019. Um modelo não linear de probabilidade foi estimado para entender os fatores associados ao trabalho infantil. O estudo apresenta os dados do Distrito Federal comparados ao Brasil, as características individuais de crianças e adolescentes de cinco a 17 anos em situação de trabalho infantil e as características da pessoa declarada como chefe da família;

35. DIAGNÓSTICO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO DF

OBJETIVO: Produzir um diagnóstico atualizado da situação da violência sexual contra crianças e adolescentes no Distrito Federal.

AÇÃO DESENVOLVIDA: O 18 de maio é o Dia Nacional de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes e, anualmente, são realizadas inúmeras atividades em todo o país para informar e mobilizar todos os atores para a ação integrada de proteção das crianças e adolescentes. Este estudo foi elaborado pela Codeplan e integra o conjunto de ações para pautar o tema e informar à gestão e à sociedade sobre o assunto;

36. DEMANDA POR CRECHE

OBJETIVO: Levantar a demanda por creches no DF

AÇÃO REALIZADA: O estudo levantou a demanda por vagas em creches no Distrito Federal a partir da projeção de demanda nas diferentes regiões administrativas do Distrito Federal;

37. EGC – ESCOLAS DE GESTÃO COMPARTILHADA NO DISTRITO FEDERAL: PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS, DOCENTES E INFRAESTRUTURA ESCOLAR

OBJETIVO: Conhecer o perfil socioeconômico dos alunos, docentes e infraestrutura das escolas de gestão compartilhada no DF

AÇÃO DESENVOLVIDA: O estudo apresentou o perfil socioeconômico dos alunos matriculados nas Escolas de Gestão Compartilhada (EGC) do DF, informações de perfil dos docentes e características de infraestrutura escolar dessas escolas. Para sua elaboração, foram utilizadas duas bases de dados da Educação, o Censo Escolar 2019 e os registros de matrículas da rede pública no DF, e duas bases de dados da Assistência Social, o Cadastro Único (CadÚnico) e a folha de pagamento do Programa Bolsa Família;

38. DIFERENÇAS NO USO DO TEMPO ENTRE AS MULHERES E HOMENS NO DISTRITO FEDERAL. RESULTADOS PRELIMINARES DA PESQUISA USO DO TEMPO EM TRABALHOS NÃO REMUNERADOS

OBJETIVO: Entender a alocação do tempo da população do Distrito Federal, principalmente feminina em comparação à masculina, em tarefas que compõem o leque das atividades compreendidas como trabalho reprodutivo e não remunerado.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Estudo realizado;

39. ESTUDO SOBRE SÍNDROME DE DOWN, EPILEPSIA E SÍNDROMES EPILÉPTICAS IDIOPÁTICAS

OBJETIVO: O objetivo do estudo é dimensionar o número de pessoas com síndrome de down, epilepsia e síndromes epiléticas idiopáticas residentes no Distrito Federal e identificar características sociodemográficas desses dois grupos, além de traçar algumas das suas necessidades para o desenvolvimento de suas habilidades, potencialidades e autonomia

AÇÃO DESENVOLVIDA: Estudo realizado

40. DIAGNÓSTICO DA REDE DE ATENDIMENTO À PESSOAS COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA

OBJETIVO: O objetivo do estudo é identificar, localizar e caracterizar todos os serviços públicos, oferecidos diretamente pelo Estado ou por meio de parcerias com entes privados, que atendem pessoas com espectro autista no Distrito Federal. Ao final, é esperado que sejam identificadas quais as lacunas na rede de atendimento às pessoas com TEA no Distrito Federal para que sejam detalhados em cartilhas, mapas e demais documentos oferecidos à população.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Estudo em desenvolvimento;

41. PERFIL DOS SOCIOEDUCANDOS DA SEMILIBERDADE, MEIO ABERTO E SUAS TRAJETÓRIAS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO DF

OBJETIVO: A pesquisa busca identificar o perfil dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na semiliberdade e meio aberto no DF e compreender as diferentes trajetórias dos adolescentes no sistema socioeducativo.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Executada, em parte, por empresa vencedora de processo licitatório, segue agora com a colaboração de pesquisadores bolsistas da Codeplan;

42. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD) E MERCADO DE TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL

OBJETIVO: O estudo analisa o perfil sociodemográfico, a situação de saúde e a caracterização do subgrupo de pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho no Distrito Federal.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Para as análises foram utilizados os dados do Censo Demográfico de 2010, Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 (PNS), Relação Anual de Informações Sociais entre 2010 e 2018 (RAIS), Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) de 2018 e da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2018 (PDAD). Para avaliar os resultados foram selecionadas variáveis como: número de pessoas com deficiência (PcD) por sexo, grupos de idades, raça/cor, nível de escolaridade, renda e ocupação. Também foi utilizado um modelo não linear de probabilidade para entender quais são as chances de uma pessoa com deficiência se inserir no mercado de trabalho formal;

43. POLÍTICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS NO GDF(REALIZADO EM PARCERIA COM O IPEA)

OBJETIVO: Elaboração de estudo sobre o panorama do uso de evidências nos órgãos e secretarias do Governo do Distrito Federal.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Elaborado estudo sobre o panorama do uso de evidências nos órgãos e secretarias do GDF.

9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES

OBJETIVO: Transferências financeiras à entidades para realização de pesquisas socioeconômicas, urbanas e ambientais do DF

AÇÃO DESENVOLVIDA: Celebrado o convênio PD&I para criação de uma rede de inteligência cooperativa, voltada para o monitoramento e avaliação de vulnerabilidades sociais e territoriais, relacionadas direta e indiretamente à Covid 19.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10461 - PERCENTUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS AVALIADAS E PUBLICADAS	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	X	100,00	X	DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS - DIPOS, DA CODEPLAN
Justificativa: 2020 - Das demandas solicitadas para CODEPLAN todas as análise foram realizadas e dentro do prazo esperado. 2021 - TOTAL = 25 Demandas.DIEPS5 - Demandas- Impacto da COVID-19 na Economia do DF- O Papel da CLDF no DFDIPOS20 - Demandas9 - Estudos demandados por órgão do GDF- Gravidez na adolescência no Distrito Federal- Panorama das Notificações de Infecções Sexualmente Transmissíveis entre Jovens no DF- Perfil dos Profissionais do Sistema Socioeducativo do DF- Demanda por creche1 - Estudo solicitado por representantes do legislativo.- Estudo sobre Síndrome de Down, epilepsia e síndromes epilépticas idiopáticas1 - Estudo realizados com órgãos de pesquisa parceiros (IPEA)- Políticas baseadas em Evidências no GDF9 - Estudos, estatísticas ou pesquisas sobre DF e RIDE-DF- Gravidez na adolescência no Distrito Federal- Migração Interna no DF- Panorama das Notificações de Infecções Sexualmente Transmissíveis entre Jovens no DF													

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10451 - QUANTIDADE DE ESTUDOS E PESQUISAS PRODUZIDOS E PUBLICADOS	UNIDADE	69,00	01/12/2018	Anual	69,00	148,00	138,00	219,00	207,00	X	276,00	X	CODEPLAN/DIRETORIAS FINALÍSTICAS (DIEPS, DEURA E DIPOS)
Justificativa: 2020 - Apesar da pandemia o índice desejado foi superado em 114,50% , especialmente os dados do COVID-19. 2021 - Foram publicados 219 estudos e pesquisas, sendo 51 Boletins do COVID-19													

INDICADOR 10461 - PERCENTUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS AVALIADAS E PUBLICADAS

OBJETIVO: Avaliar o percentual de políticas públicas demandadas e atendidas pela Codeplan em 2021

AÇÃO DESENVOLVIDA: Foram atendidas 100% das demandas realizadas

INDICADOR 10451 - QUANTIDADE DE ESTUDOS E PESQUISAS PRODUZIDOS E PUBLICADOS

OBJETIVO: Quantificar os estudos e pesquisas produzidos e publicados pela Codeplan em 2021

AÇÃO DESENVOLVIDA: O quantitativo desejado para 2021 somou 138 estudos e pesquisas produzidos e publicados. Já o quantitativo alcançado, produzido e publicados somou 219 estudos e pesquisas

6211 - DIREITOS HUMANOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	680000,0	320000,0	252000,0	252000,0
6203 - PRODUÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	360000,0	0,0	0	0
6204 - REALIZAÇÃO DE PESQUISAS SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	320000,0	320000,0	252000,0	252000,0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS	680000,00	320000,00	252000,00	252000,00

3711 - Realização de Estudos e Pesquisas

REALIZAÇÃO DE PESQUISAS SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA/2021

44. PESQUISA SOBRE O PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO DISTRITO FEDERAL

OBJETIVO: Busca identificar informações do perfil da população em situação de rua no DF.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Definido o conceito específico para a identificação do público, feita revisão de literatura sobre o tema, minuta de questionários, contratação de empresa para coleta de dados e planejamento das atividades de campo;

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1000,0	801000,0	25673,0	25673,0

0044 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1000,0	801000,0	25673,0	25673,0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	150000,0	250000,0	130434,25	126184,25
0033 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-PLANO PILOTO .	150000,0	250000,0	130434,25	126184,25
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	300001,0	330001,00	330001,00	284338,06
0007 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-PLANO PILOTO .	300001,0	330001,00	330001,00	284338,06
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10001,0	300001,00	299998,44	299998,44
0043 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	10001,0	300001,00	299998,44	299998,44
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1,0	1,00	0	0
0035 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-PLANO PILOTO .	1,0	1,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	99627609,0	88627609,00	88325788,82	88325788,82
0042 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	99627609,0	88627609,00	88325788,82	88325788,82
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	9125788,0	10082788,00	9980009,75	9535683,34

0039 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES- COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	9125788,0	10082788,00	9980009,75	9535683,34
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	3636457,0	3725400,00	3549511,62	3188727,55
0104 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	3636457,0	3725400,00	3549511,62	3188727,55
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	1,0	1,00	0	0
0033 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	1,0	1,00	0	0
6057 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	0	2700000,0	0	0
0006 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-- DISTRITO FEDERAL	0	2700000,0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	30000,0	30000,00	19741,44	14788,96
0029 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- INSTITUCIONAL - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	30000,0	30000,00	19741,44	14788,96
TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	112880858,00	106846801,00	102661158,32	101801182,42

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

1471 - Modernização de Sistemas de Informação 2021 - Foram adquiridos 77 (setenta e sete) webcam modelo C270 HD 720 P e 80 (oitenta) fones de ouvido headset;

2396 - Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas 2021 - Contratação de serviços de manutenção de elevadores, 76 (setenta e seis) aparelhos de ar condicionado;

2422 - Concessão de Bolsa Estágio 2021- Concessão de 33 (trinta e tres) bolsas em media ao mês, durante o exercício de 2021;

2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação 2021 - Ação implementada por meio da aquisição de 2.557 (dois mil e quinhentos e cinquenta e sete) officeproplus - pacote completo de suite de produtividade do office coreal draw e windows, share point da Microsoft;

3903 - Reforma de Prédios e Próprios 2021 - Ação não iniciada;
8502 - Administração de Pessoal 2021 - Remunerados 373 (trezentos e setenta e tres) empregados/mês, em média;
8504 - Concessão de Benefícios a Servidores 2021 - Concedidos 943 (novecentos e quarenta e três) Benefícios/mês aos servidores, em média;
8517 - Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais 2021 - Empresa mantida com a contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação diária, recepção, portaria, copeiragem e, garçonaria, material de consumo e equipamentos, agenciamento e viagens e passagens;
4088 - Capacitação de Servidores 2021 - Ação não iniciada;
6057 - Realização de Atividades de Comunicação Social - Não Iniciada
8505 - Publicidade e Propaganda 2021 - Foram editadas 16 (dezesesseis) publicações durante o exercício.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

1. TEXTO PARA DISCUSSÃO - ANÁLISE DO IMPACTO COVID - 19 NA ECONOMIA DO DF

OBJETIVO: Avaliar o impacto da COVID-19 sobre a economia do Distrito Federal.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Elaboração de texto para discussão.

2. PLANO DE TRABALHO PARA PROJEÇÃO DA ARRECAÇÃO DOS TRIBUTOS ISS E ICMS NO DISTRITO FEDERAL

OBJETIVO: ELABORAR METODOLOGIA PARA PROJEÇÃO DOS VALORES ARRECADADOS A TÍTULO DE ISS E ICMS

AÇÃO DESENVOLVIDA: Elaborado, parcialmente, em conjunto com a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC) a metodologia para projeção dos valores a serem arrecadados a título de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) a fim de orientar a construção do orçamento público com base em indicadores locais de modo a adequar o processo de construção do orçamento público do Distrito Federal às instruções normativas do Ministério Público do Distrito Federal de elaborar a projeção de receitas com base em indicadores econômicos locais.

3. PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DE TRABALHO SDE

OBJETIVO: Avaliar o trabalho desenvolvido pela consultoria contratada pela SDE.

AÇÃO DESENVOLVIDA; Parecer/análise em andamento;

4. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DO DF

OBJETIVO: Oferecer um diagnóstico da capacitação dos trabalhadores no DF

AÇÃO DESENVOLVIDA: Pesquisa em andamento, visando traçar um panorama dos cursos de capacitação e treinamento do Distrito Federal (DF), atualizar o Monitor do Mercado de Trabalho (MMT) e analisar a oferta e a demanda de cursos, identificando gargalos na oferta de cursos e possíveis saturações de algumas formações (Trabalho em andamento);

5. PESQUISA SOBRE AS PASSAGENS SUBTERRÂNEAS DO EIXO RODOVIÁRIO

OBJETIVO: Caracterizar os pedestres que atravessam o eixo rodoviário de Brasília.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Coleta de dados quantitativos e qualitativos a respeito dos pedestres que atravessam o Eixo Rodoviário de Brasília. Digitação de questionários. A coleta de dados foi realizada, o projeto está em fase de digitação das informações;

6. JORNADA SOCIOEDUCATIVA

OBJETIVO: Desenvolver aplicação para acompanhamento de adolescentes acolhidos pelo Sistema Socioeducativo do Distrito Federal.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Definição da arquitetura e desenvolvimento do frontend e realização de treinamento do framework Angular; (Trabalho em andamento);

7. MIGRAÇÃO INTERNA NO DF - ANÁLISE DO PERÍODO DE 2015 A 2018

OBJETIVO: Esta Nota Técnica apresenta as movimentações internas por data fixa no Distrito Federal, no período 2015-2018 e alguns aspectos do perfil socioeconômico dos imigrantes por Região Administrativa (RA), como: sexo, idade, educação, renda e a situação do domicílio. As análises utilizaram dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2018, e seus resultados são estatisticamente representativos por RA. Foi considerado como população migrante de data fixa aquele indivíduo com três anos ou mais de idade, que, em 1º de julho de 2015, residia em uma Região Administrativa diferente da que morava quando foi entrevistado pelos pesquisadores da PDAD 2018.

AÇÃO DESENVOLVIDA: Nota técnica concluída;

8. NUPCIALIDADE NO DISTRITO FEDERAL - REGISTRO CIVIL E PDAD 2018

OBJETIVO: Esta Nota Técnica tem o objetivo de caracterizar o perfil da população do DF com 15 anos e mais de idade que estão em uniões conjugais. Sendo assim, o estudo integra à análise perfil sociodemográfico dos casais, a partir de variáveis como ocupação (se chefe ou cônjuge), estrutura etária, escolaridade, entre outras;

AÇÃO DESENVOLVIDA: Nota Técnica concluída.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O ano de 2021 foi marcado na CODEPLAN pelas mudanças na dinâmica de trabalho em reação a crise sanitária causada pela COVID19 e o fortalecimento institucional com um volume expressivo de entregas e o aprimoramento das rotinas internas.

A CODEPLAN conseguiu se adaptar às modificações sanitárias necessárias para salvaguardar a segurança dos empregados, por meio das Resoluções 171 e 172, que regraram o teletrabalho na empresa e depois organizaram o retorno das atividades presenciais. Com o recrudescimento da pandemia em 2021, a CODEPLAN perdeu empregados para a doença e viu o impacto disso sobre a saúde mental de seu quadro. Por conta disso, foi criado o Programa de Acompanhamento em Saúde Mental dos Empregados da CODEPLAN. Nesse primeiro ano, o programa focará as consequências da COVID-19, as formas possíveis de luto, tanto na empresa quanto na vida pessoal, os cuidados pessoais, e atuará por meio de oficinas terapêuticas e orientações individuais.

As mudanças nas dinâmicas de trabalho tiveram resultado positivo. O ano de 2021, mesmo com as imensas dificuldades impostas pela pandemia de coronavírus em sua segunda onda, foi de grandes feitos pela a CODEPLAN: realização da Pesquisa Distrital de Amostra de Domicílios 2021; divulgação dos resultados da Pesquisa Municipal de Amostra de Domicílios 2020; preparação para realização da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Rural, inédita até o momento; realização mensal da Pesquisa de Emprego e Desemprego; preparação para o campo da pesquisa Perfil da População em Situação de Rua do DF, também inédita; realização de amplos estudos sobre pessoas com deficiência, seu acesso a direitos e sua inclusão econômica; manutenção de uma agenda arrojada de apresentação de estudos do cenário econômico do Distrito Federal, por meio de múltiplos indicadores; a análise do impacto da COVID-19 na vida dos cidadãos do Distrito Federal; a realização de uma série de pesquisas sobre os territórios urbanos e rurais do DF, envolvendo planejamento, regularização fundiária, déficit habitacional, mobilidade, infraestrutura, saneamento básico, conservação e qualidade ambiental, licenciamento ambiental, gestão da água e energia limpa.

Além disso, a posição da CODEPLAN na rede de instituições de pesquisa também se fortaleceu por meio de aproximações institucionais importantes: assinatura de convênio com a Fundação

Oswaldo Cruz - Fiocruz para realização de monitoramento territorial de indicadores de saúde; assinatura de convenio com a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO para realização de estudos sobre a área metropolitana; parceria com o Fundo de Populações das Nações Unidas – UNFPA para realização de pesquisa de sobre a gravidez na adolescência no Distrito Federal; parceria com o IBGE para o cálculo do PIB do Distrito Federal; parceria com o Ministério do Trabalho e da Previdência para acesso aos dados de mercado de trabalho formal.

O ano de 2021, para além do extraordinário volume de entregas, também foi marcado pelo fortalecimento institucional da CODEPLAN. O prédio onde a empresa está instalada finalmente foi cedido formalmente à CODEPLAN e sua identidade visual foi renovada assim como o projeto de reforma do prédio foi finalizado, com recursos já captados. Os veículos da empresa passaram a ser identificados, dando maior segurança aos empregados que precisam utilizá-los nas pesquisas de campo. Outro destaque importante é a manualização de procedimentos que reduziu etapas burocráticas de processos internos, e, por consequência, o tempo dispendido nesses processos. Cada uma dessas ações deu maior segurança ao corpo de empregados na execução de suas tarefas.

Destaca-se também, nesse ínterim, a criação do Programa de Bolsas CODEPLAN que, não previsto no Plano de Negócios 2021, alterou a dinâmica de realização de estudos ao possibilitar a ágil seleção de pesquisadores para auxiliar em grandes projetos, sob a coordenação das equipes técnicas das diretorias. Apenas em 2021, foram realizadas nove seleções de pesquisadores de excelência em suas áreas.

Tais mudanças estiveram em sintonia com a execução orçamentária da CODEPLAN nesse ano. Ao se fazer a análise dos dados financeiros da empresa, ao longo dos anos 2018, 2019, 2020 e 2021, foi possível perceber que a CODEPLAN não apenas aumentou sua execução orçamentária como também recebeu mais aportes orçamentários, seja do orçamento próprio do Governo do Distrito Federal, seja da Câmara Legislativa do Distrito Federal, por meio das emendas dos deputados distritais.

O aumento da execução orçamentária com pesquisa, estudos e estatísticas foi de R\$ 1.215.465,92, em 2018, para R\$ 6.257.202,00, em 2021, num aumento de 514%. Em 2020, a CODEPLAN recebeu emendas parlamentares para realização de pesquisa, um feito inédito na história da empresa. No primeiro ano, o valor total das emendas destinadas foi de R\$ 351.000,00; no ano seguinte, de R\$ 1.140.000,00, representando um salto de 324%.

Para além disso, em 2021, foi encerrado o Plano de Desligamento Voluntário, com adesão de 87 empregados, o que resultará na economia de R\$ 65.641.881,21 ao longo do período de 5 anos. Em dezembro de 2020, a CODEPLAN contava com um quadro funcional de 470 pessoas; um ano depois, o quadro foi reduzido para 377 pessoas, dispostas nos seguintes cargos: um presidente, quatro diretoras; 289 empregados na tabela permanente, 52 empregados em cargos de comissão e 31 estagiários. Das 289 pessoas da Tabela de Emprego Permanente, 148 já estão aposentadas mas continuam exercendo suas atividades, à exceção de 20 empregados que foram aposentados por invalidez. 102 estão cedidas para outros órgãos. 157 empregados foram admitidos na CODEPLAN com ensino básico completo; 73, com ensino médio completo; e 39, com ensino superior completo. A média de idade desses empregados é de 60,93 anos.

Um ciclo virtuoso se apresenta aqui como oportunidade: maior a quantidade de estudos técnicos e pesquisas apresentadas, mantendo a qualidade dos produtos finais, maior a demanda que a CODEPLAN recebe de parceiros institucionais – secretarias de estado de governo, deputados distritais, institutos de ciência e tecnologia, órgãos federais, organismos internacionais – para a realização de novas pesquisas, sobre novos temas, aumentando seu campo de atuação, e fortalecendo a CODEPLAN como principal empresa pública de produção de informações sobre o Distrito Federal e RIDE-DF.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Instituto de Assistência a Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS - UO: 19.212, é uma Autarquia em regime especial, criada pela Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006, com sede e foro na Capital, dotado de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio próprio, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculado e sob o exercício de supervisão de suas atividades a Secretaria de Estado de Economia - SEEC, tendo as seguintes legislações relacionadas a sua gestão:

1. Lei nº 3.831, de 14/03/2006: Cria o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS e dá outras providências.
2. Decreto nº 26.805 de 16/05/2006: Dispõe sobre a indicação dos representantes dos servidores para integrarem ao conselho de administração do GDF-Saúde-DF.
3. Decreto nº 27.036 de 31/07/2006: Designa membros para a composição do conselho de administração do INAS-DF (alterado pelo Decreto nº 27.114 de 28/08/2006).
4. Decreto nº 27.037 de 31/07/2006: Designa membros para a composição do conselho fiscal do INASDF.
5. Decreto nº 27.038 de 31/07/2006: Dispõe sobre a estrutura organizacional do Instituto de INAS-DF.
6. Decreto nº 27.114 de 24/08/2006: Altera dispositivos do Decreto nº 27.036, de 31 de julho de 2006, que designa membros para a composição do conselho de administração do INAS-DF.
7. Decreto nº 27.115 de 24/08/2006: Aprova o regimento interno do conselho fiscal do INAS-DF.
8. Decreto nº 27.116 de 24/08/2006: Aprova o regimento interno do conselho administrativo INAS-DF.
9. Resolução nº 1 de 06/09/2006: Aprova o regulamento do plano de assistência suplementar à saúde, GDF-Saúde-DF, instituído pela Lei nº 3.381 de 14/03/2006.
10. Resolução nº 2 de 06/09/2006: Aprova os valores de contribuição mensal, mínimos e máximos, dos beneficiários do plano de assistência suplementar à saúde, GDF-Saúde-DF.
11. Decreto nº 27.231 de 11/09/2006: Aprova o regulamento do plano de assistência suplementar à saúde do Distrito Federal, GDF-Saúde-DF.
12. Decreto nº 27.232 de 11/09/2006: Fixa os valores de contribuição mensal, mínimos e máximos do plano de assistência suplementar à saúde, GDF-Saúde-DF.
13. Resolução nº 3 de 11/10/2006: Estabelece os critérios de contribuição dos beneficiários optantes pelo plano de assistência suplementar à saúde – GDF-Saúde-DF, instituído pela Lei nº 3.831, de 14/03/2006, com mais de um vínculo empregatício.
14. Decreto nº 27.360 de 30/10/2006: Dispõe sobre a estrutura organizacional do INAS-DF. e dá outras providências.
15. Portaria nº 262 de 09/11/2006: Aprova o regimento interno INAS-DF.
16. Resolução nº 4 de 15/12/2006: Estabelece diretrizes básicas da rede credenciada do plano de assistência suplementar à saúde – GDF-Saúde-DF, instituído pela Lei nº 3.831, de 14/03/2006.
17. Decreto nº 27.624 de 11/01/2007: Dispõe sobre a reestruturação do INAS-DF. e dá outras providências. (alterado pelo Decreto nº 27.870 de 11/04/2007).
18. Decreto nº 27.870 de 11/04/2007: Prorroga o prazo fixado no Decreto nº 27.624 de 11/01/2007, que dispõe sobre a reestruturação do INAS-DF.
19. Plano de 03/10/2007: Plano anual de comunicação do INAS-DF.

20. Decreto nº 28.340 de 09/10/2007: Delega competência INAS-DF, prorroga o prazo que especifica, e dá outras providências.
21. Lei nº 4.330 de 08/06/2009: Autoriza o Distrito Federal a implementar o Plano Privado de Assistência à Saúde dos Servidores do Poder Executivo do Distrito Federal na forma de pré-pagamento administrado, e dá outras providências. (alterado pelos Decretos nº 30.447/2009, nº 30.782/2009 e nº 30.806/2009).
22. Decreto nº 30.447 de 08/06/2009: Designa membros da comissão paritária instituída pela Lei nº 4.330 de 08/06/2009 e dá outras providências. (alterado pelo Decreto nº 30.782/2009).
23. Decreto nº 30.782 de 04/09/2009: Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 4.330, de 08 de junho de 2009, que autoriza o Distrito Federal a implementar plano privado de assistência à saúde do poder executivo do Distrito Federal, na forma de pré-pagamento administrativo, e dá outras providências.
24. Decreto nº 30.806 de 15/09/2009: Altera dispositivo que especifica no Decreto nº 30.782, de 04 de setembro de 2009, que dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 4.330, de 08 de junho de 2009, que autoriza o Distrito Federal a implementar plano privado de assistência à saúde do poder executivo do Distrito Federal, na forma de pré-pagamento administrativo, e dá outras providências.
25. Decreto nº 32.187 de 10/09/2010: Altera a composição do Conselho Fiscal do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS/DF, criado pela Lei nº 3.831, de 14/03/2006.
26. Decreto nº 32.188 de 10/09/2010: Altera a composição do Conselho de Administração do INAS/DF, criado pela Lei nº 3.831, de 14/03/2006.
27. Decreto nº 32.795 de 10/05/2011: Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração Pública, do INAS/DF, do IPREV/DF, e dá outras providências. (alterado pelo Decreto nº 33.925 de 26/09/2012).
28. Decreto nº 33.925 de 26/09/2012: Dispõe sobre a estrutura administrativa do INAS/DF, criado pela Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006 e dá outras providências.
29. Decreto nº 36.394 de 10/03/2015: Atribui ao Secretariado Adjunto da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização, as atribuições e responsabilidades do cargo de Presidente do INAS/DF.
30. Decreto nº 36.825 de 22/10/2015: Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal. Art. 4º. São vinculados à SEPLAG: (...) IV – O INAS/DF
31. Decreto nº 39.637, de 25/01/2019: Altera a estrutura administrativa do INAS-DF, que especifica e dá outras providências.
32. Decreto nº 41.583, de 10/10/2020: Dispõe sobre a estrutura administrativa do INAS-DF e dá outras providências.
33. Portaria nº 06, de 27/10/2020: Fixa os valores de contribuição mensal, mínimos e máximos, do Plano de Assistência Suplementar à Saúde do Distrito Federal, GDF-SAÚDE-DF.
34. Portaria nº 07, de 21/12/2020: Dispõe sobre os prazos especiais de carências e a cobrança de coparticipação no Plano de Assistência Suplementar à Saúde dos Servidores do Distrito Federal, GDFSAÚDE-DF.
35. PORTARIA Nº 08, DE 11 DE JANEIRO DE 2021: Dispõe sobre a necessidade de criação de Comissão para encontrar imóvel para instalação da sede do INAS/DF.
36. PORTARIA CONJUNTA Nº 11, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021: Instituir Grupo de Trabalho, visando a implantação do Programa de Educação Postural dos Servidores Públicos do Governo do Distrito Federal – PEP/GDF.
37. PORTARIA Nº 15, DE 21 DE JULHO DE 2021 Dispõe sobre o Manual de Identidade Visual e Uso da Marca do GDF Saúde, gerido pelo INAS/DF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	3	1	0	0	4
Comissionados sem vínculo efetivo	19	2	0	0	21
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	22	3	0	0	25
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	22	3	0	0	25

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	15988,0	315988,00	0	0
0095 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-- DISTRITO FEDERAL	15988,0	315988,00	0	0
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1840,0	1840,00	0	0
0051 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	1840,0	1840,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	17828,00	317828,00	0,00	0,00

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1840,0	1840,00	0	0
0081 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	1840,0	1840,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1840,0	1840,00	0	0
0092 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	1840,0	1840,00	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	1840,0	30741398,00	18912915,32	18550704,44
0008 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS--DISTRITO FEDERAL	1840,0	30741398,00	18912915,32	18550704,44
6195 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES	1204,0	391581204,00	137024769,66	79711776,56
0007 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	1204,0	391581204,00	137024769,66	79711776,56
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1840,0	621840,00	0	0
0040 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--DISTRITO FEDERAL	1840,0	621840,00	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	8564,00	422948122,00	155937684,98	98262481,00

Programa - 6203 - Ação 3983 - Contratação de Consultoria - Empresa de consultoria, especializada em saúde suplementar, para realização de consultoria/auditoria em plano de saúde para o GDF-Saúde, no Exercício de 2021.

Os serviços de consultoria contratado englobam, Disponibilização e hospedagem de sistema de gestão de plano de saúde, central de atendimento aos Beneficiários e prestadores, cadastro de beneficiários, Relatórios gerenciais, Credenciamento e gestão da rede credenciada, Regulação e autorizações médicas, Auditoria médica, Processamento de contas médicas, Disponibilização do reembolso, Cobrança de mensalidades e coparticipações e gestão da inadimplência, Apoio à Gestão do INAS, Assessoria, planejamento e controle dos custos assistenciais, Consultoria prevenção e promoção à saúde com rastreamento de doenças crônicas e Infraestrutura de Call Center e Regulação Médica.

Programa - 6203 - Ação 6195 - Concessão de Plano de saúde aos servidores do GDF (Ativos, Inativos e Pensionistas) - Conceder plano de saúde aos servidores do Governo do Distrito Federal, Plano de saúde concedido aos servidores do GDF, no Exercício de 2021.

No dia 02 de novembro de 2020, o plano de saúde deu-se início as adesões por servidores públicos integrantes do Governo do Distrito Federal conforme a Lei nº 3.831/2006, Ao longo do ano de 2021 o Instituto de Assistência a Saúde dos Servidores do Distrito Federal- INAS-DF, proporcionou um total de 29.083 (vinte e nove mil e oitenta e três) adesões ao GDF-Saúde, totalizando em 31/12/2021 36.911 (trinta e seis mil, novecentos e onze) servidores Ativos junto ao Plano de saúde GDF-Saúde. Dessa forma, o INAS-DF, atingiu a expectativa estimada de adesões previstas para o ano de 2021.

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1233800,0	5033800,00	2046770,94	2046770,94
0034 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERV. DO DF-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1233800,0	5033800,00	2046770,94	2046770,94
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	58000,0	258000,0	93645,39	93645,39
0029 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERV. DO DF-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	58000,0	258000,0	93645,39	93645,39
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	4000,0	3504000,00	0	0
0056 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERV. DO DF-PLANO PILOTO .- PLANO PILOTO .	4000,0	3504000,00	0	0
TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	1295800,00	8795800,00	2140416,33	2140416,33

Programa 8203 - Ação 8502 - Administração de Pessoal - Remunerar servidores ativos do INAS-DF, no Exercício de 2021.

Recurso utilizado para cobrir despesas (salários) com a estrutura do INAS-DF.

Programa 8203 - Ação 8504 - Concessão de Benefícios aos Servidores Ativos do INAS-DF, no Exercício de 2021.

Recurso utilizado para cobrir despesas (benefícios) com a estrutura do INAS-DF.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Em vista da necessidade de atender a demanda de saúde e assistência existente desde o ano de 2006, quando da criação do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS, através da Lei Nº 3.831, de 14/03/2006, foi definido promover aos servidores ativos, inativos e pensionistas do Distrito Federal, acesso a um Plano Suplementar de Saúde que ofereça benefícios permanentes a saúde de todos os servidores e se apresente como uma alternativa real aos planos de saúde comerciais.

Até dia 31/12/2021, o INAS obteve um total de 407 credenciamentos efetivados, dentre os credenciados contemplam hospitais renomados, entre eles, hospital Home, Rede Santa Marta, Santa Lucia, Sirio Libanês, Rede Impar, entre outros, para os atendimentos de urgência e emergência que se iniciaram em 01/12/2020.

Projetos Complementares

1) Plano de Comunicação

Com o objetivo de regular as atividades e ações de comunicação institucional e promocional do INAS em relação ao plano de saúde e outras atividades inerentes ao instituto, foi desenvolvido um plano de comunicação, o qual está em plena execução. Neste documento estão estabelecidas as responsabilidades pertinentes à comunicação institucional, bem como os meios utilizados nas comunicações internas e externas e está definido regramentos para o relacionamento com os públicos de interesse.

2) Alteração da logomarca GDF Saúde

Com o objetivo de melhorar a identificação e associação das atividades desenvolvidas pelo plano de saúde, GDF Saúde, foram feitos ajustes na logomarca para torná-la mais próxima da logomarca do GDF. Esta ação visou criar a associação do plano de saúde com as entregas do governo, GDF.

3) Atualização Site

O site do Instituto passou por atualização de layout e disposição de informações visando facilitar a navegação do público-alvo do GDF Saúde. Nestas ações os conteúdos e informações importantes foram dispostos de maneira clara e objetiva. As mudanças também levaram em consideração as plataformas que mais acessam o site, que são os celulares.

4) Redes Sociais

Ao longo de 2021, foi implementado também o Plano de Redes Sociais estabelecendo mais canais de interação com os usuários e interessados do plano de saúde. O Instituto está presente nas plataformas do Facebook, Instagram, Twitter e Youtube.

5) Pesquisa de Satisfação dos Beneficiários GDF Saúde

Tendo a finalidade de entender o grau de satisfação dos servidores do Distrito Federal com o GDF Saúde e melhorar a entrega de produtos e serviços, o instituto, através de sua área de comunicação, desenvolveu uma pesquisa de satisfação que foi disponibilizada aos beneficiários. A pesquisa teve ótima adesão com quase 20 mil respostas que foram devidamente analisadas e pautadas para ações gerenciais do INAS.

6) Desenvolvimento de aplicativo móvel (APP) do GDF Saúde

Com o objetivo de sempre melhorar as entregas e o atendimento ao público-alvo do GDF Saúde, foi desenvolvido o aplicativo móvel (APP), GDF Saúde, que está em fase final de testes e será disponibilizado nas lojas PlayStore e Apple Store em breve. A plataforma dos celulares facilita a interação, divulgação e comunicação com os usuários que passam a ter acesso às informações atualizadas a qualquer momento e em qualquer lugar. Isto evita deslocamentos desnecessários e sobrecarga nas equipes de atendimento também.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A implementação do plano de saúde dos servidores lançado com o acordo de cooperação técnica entre o INAS/DF, a Secretaria de Economia e o Banco de Brasília (BRB), no dia 28 de outubro de 2020, cresceu e se estabeleceu ao longo de 2021 como um dos maiores planos de saúde do Distrito Federal.

Atualmente o GDF Saúde possui mais de 40 mil vidas, de todas as áreas do serviço público distrital, sendo beneficiadas diariamente.

São:

- 85 mil consultas realizadas.
- Mais de 1200 cirurgias realizadas.
- Mais de 3.000 internações e 800 mil exames.
- 27 Hospitais Credenciados.
- Mais de 2.200 clínicas prestadoras de serviços credenciadas.
- Tem 78 órgãos filiados

COVID-19

- Mais de 400 internações por COVID.
- 80 em UTI.
- Quase 8.000 exames RT-PCR realizados.

Em 2021, devido ao agravamento da Pandemia e do incremento no número de casos de COVID-19 tivemos um ano atípico, mas o instituto de forma organizada e coordenada conseguiu através do teleatendimento e dos canais digitais manter o atendimento satisfatoriamente, o que foi constatado em nossa Pesquisa de Satisfação.

Estamos em um momento de expansão. Os desafios para se atender um número tão expressivo de beneficiários cresceram e deverão ser refletidos no aumento da estrutura de atendimento pois o quadro de pessoal está defasado e a estrutura física é inadequada.

Perspectivas para o próximo exercício

Gerir o Plano de saúde, avançar nas auditorias, trabalhar com as possibilidades de convênio permitidas na lei, ampliação das redes credenciadas, qualidade na rede credenciada, crescimento do equilíbrio econômico-financeiro, inovações tecnológicas na área da saúde, inovações em tecnologias digitais; o impulso para dados interoperáveis e uso de análise de dados; objetivando perpassar aos beneficiários valores acessíveis, fortalecimento corporativo multiorganizacional, alianças estratégicas, trabalho em rede integrada, cooperação e parcerias efetivas, ampliação da rede de atendimento para atendimento em rede Nacional.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Após a Sanção da Lei complementar nº 769/2008, de 30 de junho de 2008, a qual normatizou os preceitos das Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005 no ordenamento jurídico do Distrito Federal e reorganizou o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF.

Diante da citada Lei foi instituído o Órgão Gestor Único do Regime Próprio de Previdência sob a denominação de Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV-DF, Autarquia de Regime Especial, composta de Conselho de Administração, uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal, órgãos internos que determinam de maneira geral a administração, sujeitos à fiscalização e supervisão de órgãos reguladores. O Iprev/DF é o órgão gestor único, conforme determina a Constituição Federal (art. 40).

Em 2017, foi publicada no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF nº 43, de 03/10/2017, a Lei Complementar nº 932, de 03 de outubro de 2017, que estabeleceu as diretrizes de reorganização e unificação do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF.

A referida lei reorganizou a Previdência do Distrito Federal transformando os dois Fundos (Financeiro e Capitalizado) em um único Fundo Financeiro, e criou um novo Fundo Capitalizado para os novos servidores que ingressaram no GDF a partir 03/2019 e que obedecem a regras distintas dos servidores antigos. o cenário anterior a LC 932/2017, na prática, era de dois fundos que possuíam como critério de diferenciação apenas a data de entrada do servidor público, mas ambos obedeciam as mesmas regras, e agora no novo cenário temos como distinção entre os fundos as regras previdenciárias de fato diferentes.

A Reforma da Previdência instituída pela Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019, exigiu adequações significativas para os arcabouços legais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS com intuito de proteção e manutenção sustentável dos sistemas previdenciários.

Foi necessário a criação da Lei Complementar nº 970/2020, de 08 de julho de 2020, estabelecendo a elevação das alíquotas de contribuição tanto para o servidor quanto a contribuição Patronal para atender o quesito de que a alíquota não pode ser inferior às alíquotas aplicáveis pelo RPPS da União. Com isso, houve um impacto na redução do déficit atuarial de cerca de 13%, isso é demonstrado no déficit total do sistema quando comparamos a avaliação atuarial de 2020 de R\$ 350.648.662.513,68 para a avaliação atuarial de 2021 de R\$ 310.259.774.991,10.

Base Legal

Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências;

Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003. Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, e dá outras providências;

Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005. Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências;

Lei Federal nº 9.717, de 27/11/1998. Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências;

Lei Complementar nº 769, de 30/06/2008. Reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF e dá outras providências;

Lei Complementar nº 790, de 05/12/2008. Altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências;

Lei Complementar nº 818, de 12/11/2009. Altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências;

Lei Complementar nº 840, de 23/12/2011. Dispõe sobre o regime jurídicos dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais;

Lei Complementar nº 899, de 30/09/2015. Modifica, temporariamente, a contribuição patronal para o Fundo Previdenciário do Distrito Federal e dá outras providências;

Lei Complementar nº 932, de 03/10/2017. Institui o regime de previdência complementar do Distrito Federal, reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, previsto no art. 40, §§ 14 a 16, da Constituição Federal, e altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF e dá outras providências;

Lei Complementar nº 970, de 08/07/2020. Estabelece regras do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, de acordo com a Emenda Constitucional nº 103 de 2019.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	8	0	0	9
Comissionados sem vínculo efetivo	45	15	0	0	60
Requisitados de órgãos do GDF	22	24	1	0	47
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0	0	1
Estagiários	0	0	7	8	15
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	4	6	10
Terceirizados (FUNAP)	0	0	3	0	3
Outros - especificar	0	0	0	2	2
Subtotal	69	47	15	16	147
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	69	47	15	16	147

A força de trabalho enquadrada com "Outros - especificar" refere-se a convênio firmado entre Iprev/DF e CODEPLAN.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1300000,0	1300000,0	875870,15	875870,15
0014 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-FUNDO FINANCEIRO - EXECUTIVO-DISTRITO FEDERAL	800000,0	900000,0	848375,37	848375,37
0015 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DO FUNDO FINANCEIRO CLDF-DISTRITO FEDERAL	50000,0	50000,0	0	0
0016 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DO FUNDO FINANCEIRO TCDF-DISTRITO FEDERAL	50000,0	50000,0	9958,38	9958,38
0017 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DA SECRETARIA DE SAÚDE DO FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	200000,0	200000,0	11885,91	11885,91
0018 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	200000,0	100000,0	5650,49	5650,49
9004 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL	4570945512,0	4782705182,83	4414143286,36	4412332980,05
0001 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL--FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	1961500000,0	1975060166,83	1888985378,42	1887486366,66
0002 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA CÂMARA LEGISLATIVA - FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	104780508,0	127905917,00	122162905,18	122162905,18

0003 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL- PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS - FUNDO FINANCEIRO- DISTRITO FEDERAL	199064933,0	217372319,00	197329234,83	197329234,83
0004 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL- FUNDO FINANCEIRO SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	752000000,0	1352991680,00	1201264063,23	1201124063,23
0005 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL- FUNDO FINANCEIRO EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	1513121071,0	1065782972,00	968824691,14	968653396,59
0007 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL- PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA DEFENSORIA PÚBLICA - FUNDO FINANCEIRO- DISTRITO FEDERAL	40000000,0	43113128,0	35428644,20	35428644,20
0008 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL- INATIVOS E PENSIONISTAS DO NOVO FUNDO CAPITALIZADO- DISTRITO FEDERAL	479000,0	479000,0	148369,36	148369,36
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	127999,0	13988999,0	13923058,28	13923058,28
0005 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO- FUNDO GARANTIDOR - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF- DISTRITO FEDERAL	27999,0	27999,0	0	0
0006 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF- DISTRITO FEDERAL	100000,0	13961000,0	13923058,28	13923058,28
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	318000,0	118000,0	110839,31	110839,31
0122 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	318000,0	118000,0	110839,31	110839,31

9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	830000,0	930000,0	294053,47	294053,47
0032 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-DO FUNDO FINANCEIRO CLDF-DISTRITO FEDERAL	50000,0	50000,0	0	0
0033 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-DO FUNDO FINANCEIRO TCDF-DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	16302,33	16302,33
0034 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-DA SECRETARIA DE SAÚDE DO FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	66848,96	66848,96
0036 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	19561,97	19561,97
0037 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	480000,0	580000,0	191340,21	191340,21
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	455674018,0	455674018,00	0	0
0004 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA--DISTRITO FEDERAL	455674018,0	455674018,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	5029195529,00	5254716199,83	4429347107,57	4427536801,26

Ação 9004 - Encargos Previdenciários do DF, compreende a execução de pagamento dos benefícios previdenciários do Fundo Financeiro - 320203 e Capitalizado - 320206 - da Folha de Pagamento de Inativos e Pensionistas do Poder Executivo, Secretarias de Saúde e Educação, Defensoria Pública e o poder Legislativo do DF (TCDF e CLDF), incluídos benefícios concedidos por lei específica ou por sentenças judiciais; Total empenhado R\$ 4.414.143.286,36 (quatro bilhões, quatrocentos e quatorze milhões, cento e quarenta e três mil e duzentos e oitenta e seis reais e trinta e seis centavos);

Ação 9001 - Execução de Sentenças Judiciais, compreende cumprimento de decisões judiciais transitada em julgado. Foram pagos 174 processos, proveniente de revisão de aposentadoria e recálculo de diferença do índice de reajuste da pensão civil, RPV (Requisição de Pequeno Valor) e outros, no montante empenhado de R\$ 875.870,15 (oitocentos e setenta e cinco mil e oitocentos e setenta reais e quinze centavos);

Ação 9033 - Formação do Patrimônio do Servidor Público, compreende o pagamento do PASEP no percentual de 1% incidente sobre a arrecadação, no montante de R\$ 13.923.058,28 (treze milhões e novecentos e vinte e três mil e cinquenta e oito reais e vinte e oito centavos), tendo como base de cálculo em cima da Folha de ativos do IPREV . Em ATENDIMENTO a Decisão Tribunal Regional Federal da 1º Região , PROCESSO: 1001158-10.2020.4.01.0000 PROCESSO REFERÊNCIA: 1027217-54.2019.4.01.3400, onde suspende até o julgamento final, por deixarem de recolher o PASEP sobre receitas advindas de contribuições previdenciárias, sejam patronais ou de servidores, aposentados e pensionistas, bem como pela dedução de transferências e repasses efetuados para o IPREV, ou quaisquer outras verbas destinadas ao custeio do RPPS do ente federado"; Sendo que R\$ 10.000.000,00 foram executados referente a despesas de 2019, não lançadas a época conforme processo 00413-00005551/2021-03.

Ação 9050 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições, compreende os gastos com pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições, doações e indenizações, ressarcimentos, proventos de inativos, pagamento de sentenças judiciais, amortizações e encargos de dívidas, aquisição de títulos ou integralização de cotas de fundos de participação, participações acionárias, compensações financeiras, contribuição a organismos nacionais e internacionais, dentre outras. Foram pagos 46 processos, no montante total de R\$ 294.053,47 (duzentos e noventa e quatro mil e cinquenta e três reais e quarenta e sete centavos).

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	120000,0	120000,00	77275,40	77275,40
0023 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SERVIDORES DO DF - IPREV- DISTRITO FEDERAL	120000,0	120000,00	77275,40	77275,40
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA	120000,00	120000,00	77275,40	77275,40

Contratação de mão de obra não especializada de sentenciados dos regimes aberto, semiaberto e sujeitos a medidas de segurança, por meio da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP. SEI Nº 00413-00001804/2020-81.

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1498000,0	598000,0	226615,47	0

0039 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	1498000,0	598000,0	226615,47	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	10000,0	10000,0	0	0
0027 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	2000,0	2000,00	0	0
0026 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF--DISTRITO FEDERAL	2000,0	2000,00	0	0
6057 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	0	203109,0	0	0
0005 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL--DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	0	203109,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	7074380,0	7688380,0	7464216,31	7464216,31
0032 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF--DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	7074380,0	7688380,0	7464216,31	7464216,31
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	2701855,0	10487855,0	8338518,54	8338518,54
0026 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF--DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	1248400,0	534400,0	352557,90	352557,90
0027 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES-LC 840/2011--DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	1453455,0	9953455,0	7985960,64	7985960,64
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	6176473,0	5496751,00	3882106,28	3849690,48

0053 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF- DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	5016473,0	4983973,00	3490184,47	3457768,67
0137 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-BENS E IMÓVEIS DO FUNDO GARANTIDOR- DISTRITO FEDERAL	1160000,0	512778,0	391921,81	391921,81
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10000,0	10000,0	0	0
0037 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF- DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	553984,0	420597,00	369108,42	324904,84
0028 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-- INSTITUTO PREVIDÊNCIA SERVIDORES DF-DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	553984,0	420597,00	369108,42	324904,84
TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	18026692,00	24916692,00	20280565,02	19977330,17

AÇÃO 8502 - Administração de Pessoal, compreende gastos com remuneração do pessoal ativo e encargos sociais. A Folha de Pagamento dos servidores é elaborada, mensalmente, por meio do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, incluindo os grupos de RPPS e RGPS totalizando o exercício com 119 servidores, empenhado o montante de R\$ 7.464.216,31 (sete milhões e quatrocentos e sessenta e quatro mil e duzentos e dezesseis reais e trinta e um centavos);

AÇÃO 8504 - Concessão de Benefícios a Servidores Ativos do IPREVDF

Subtítulo 0026: Auxílio Transporte, Auxílio Alimentação, Creche, dentre outros, pagos a Servidores Ativos do IPREVDF, no montante de R\$ 352.557,90 (trezentos e cinquenta e dois mil e quinhentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos);

Subtítulo 0027: Auxílio Funeral, conforme preceitua o artigo 97 da Lei Complementar Nº840/2011, foram pagos o montante de R\$7.985.960,64 (sete milhões, novecentos e oitenta e cinco mil e novecentos e sessenta reais e sessenta e quatro centavos), equivalente a 1063 auxílios concedidos às famílias dos servidores aposentados. Ressalto que teve um aumento considerável na quantidade paga, devida a Pandemia do COVID 19;

AÇÃO 8517 - Subtítulo 0053 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, compreende despesas administrativas para Manutenção do Instituto, tais como: contratos de aluguel de imóvel, condomínio, telefonia fixa e móvel, taxas e impostos, custeio de diárias de viagem a serviço, serviços prestados por terceiros Pessoa Física e Jurídica, aquisição de material de consumo e permanente, foram empenhados o montante de R\$ 3.490.184,47 (três milhões, quatrocentos e noventa mil cento e oitenta e quatro reais e quarenta e sete centavos);

Subtítulo 0137 - Manutenção de Bens e Imóveis do Fundo Solidário Garantidor - compreende a manutenção dos Imóveis de propriedade do Fundo Solidário Garantidor do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, tais como: despesas condominiais, (taxas ordinárias e extras), Limpeza dentre outros, foram empenhados o montante de R\$ 391.921,81 (trezentos e noventa e um mil e novecentos e vinte e um reais e oitenta e um centavo);

AÇÃO 8505 - Publicidade e Propaganda PUBLICIDADE E PROPAGANDA - compreende as despesas com prestação de serviços de publicidades institucionais e matérias oficiais em Diário Oficial do Distrito Federal, junto à Subsecretaria de Atos Oficiais da Casa Civil do Distrito Federal, foram empenhados o montante de R\$ 369.108,42 (trezentos e sessenta e nove mil e cento e oito reais e quarenta e dois centavos);

AÇÃO 9041 - Conversão Licença Prêmio Pecúnia - Compreende as despesas com pagamento de indenização de Licença-Prêmio por Assiduidade pago a Servidores Aposentados do IPREVDF, Processo 00413-00003958/2020-15, o montante de R\$ 110.839,31 (cento e dez mil e oitocentos e trinta e nove reais e trinta e um centavos).

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O ano de 2021 foi repleto de desafios, as ações tomadas com os servidores comprometidos deste Instituto, produziram melhoria nos processos, citando a assunção da concessão de benefícios da Secretaria de Saúde – SES, as capacitações do âmbito de educação previdenciária e o conjunto das ações que vislumbram o processo de certificação de gestão previdenciária – Pro-gestão, destacando as seguintes ações;

Assunção da concessão de Benefícios da Secretaria de Saúde – SES;

Elaboração e ajustes dos manuais conforme os critérios pró-gestão Revisão de Aposentadorias; Concessão de Pensão, Revisão de Pensão, Gestão da Folha de Pagamento de Benefícios e todos os tipos de aposentadoria – (Aposentadoria Compulsória, Aposentadoria Especial Local Insalubre, Aposentadoria por Invalidez, Aposentadoria Voluntária);

Coordenação das ações para a assunção da concessão de Benefícios da Secretaria de Estado de Educação – SEE;

Padronização dos fluxos das ações de cruzamento de dados no SIGRH x SIPREV;

Implementação o Plano de Gestão de Imóveis – Plano de ação 2021;

Elaboração do mapeamento dos Macros processos da área de Investimento (relação entre fluxograma X detalhamento);

Ações para capacitação dos Conselheiros do Iprev/DF;

Desenvolvimento do programa de Qualidade de Vida;

Manualização a área de compras – com fluxograma dos Macroprocessos;

Implementação do aperfeiçoamento/qualificação dos executores de contratos;

Revisão dos normativos internos - 1º Bloco;

Normatização dos critérios para ingresso ao Conselho do Iprev/DF – Decreto nº 37.131, de 19 de fevereiro de 2016;

Desenvolvimento do Plano de Segurança da Informação do Instituto;

Ações para o desenvolvimento do aplicativo - MEU IPREV/DF;

Ações do processo de pré-auditoria para Pró-Gestão para certificação do Instituto;

Desenvolvimento do Plano para o Programa de Educação Previdenciária;

Atualização e implementação o Plano de Integridade do Iprev;

Implementação do Plano de Compliance;

Construção e fomento do banco de dados para estudos atuariais;

Execução da Avaliação Atuarial – exercício 2020;

Elaboração do Plano Anual de Comunicação;
 Implementação da ferramenta de comunicação com o aposentado e pensionista;
 Estabelecimento do cronograma de atualização dos meios de comunicação do IPREV/DF;
 Elaboração do PAAAI -2022 – (Padrão pró-gestão);
 Execução do Relatório Anual de Atividades de Controle Interno e Auditoria – 2020;
 Acompanhamento dos critérios do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP;
 Reestruturação o Comitê de Ética no Instituto;
 Planejamento e Implementação do projeto "IPREV NO SEU ÓRGÃO";
 Redefinição do fluxo para apuração de denúncia e proposta de legislação de regramento;
 Realização da gestão junto à SEEC para migração dos dados SIG- RPPS
 Prospeção das formas de recebimento do resumo de despesa da folha ao IPREV/DF.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Mesmo num ano turbulento ainda a nível mundial o Instituto conseguiu desenvolver várias realizações, como o exposto em Realizações Extraordinárias, no item 3.3 - Informações Complementares. Essas dificuldades foram afastamento de servidores, falta de servidores efetivos e insumos tecnológicos insuficientes para o aprimoramento das atividades cotidianas. Para o ano de 2022, a proposta de Projetos Estratégicos Institucionais é menor que em 2021, no entanto é de extrema importância e imprescindível para o cumprimento da missão institucional do Iprev/DF. Seguem os 39 projetos para 2022.

Área	Projetos 2022
DIPREV	Disponibilizar versão Digital para Prova de vida realizada pelo RPPS/DF
	Definir rotina de trabalho para execução do processo de Compensação Previdenciária entre os Regimes Próprios de Previdência - Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019

Área	Projetos 2022
DIRIN	Manualizar o processo de credenciamento de instituições financeiras – Padrão Pró-Gestão Nível II
	Manualizar o processo de autorização para aplicação e resgate – Padrão Pró-Gestão Nível II
	Mapear e Manualizar o processo de elaboração e aprovação da política de investimentos – Padrão Pró-Gestão Nível II
	Implementar o Plano de Gestão de Imóveis – Plano de ação 2022

Área	Projetos 2022
DIAFI	Definir diretrizes para a implementação do projeto de incentivo a Pós Graduação do servidor conforme Portaria N.º 36 de 11/03/2019 - Bloco II
	Mapear o dimensionamento ideal da força de trabalho do Instituto – 1º bloco
	Atualizar o Plano de Habilidades e Competências Gerenciais – CHA
	Atualizar o Plano de Aquisições Estruturantes – 2022 e 2023

	Manualizar a área de compras – com fluxograma dos macroprocessos
	Estudar formas para melhor controle da arrecadação de pessoal cedido, licenças para tratar de interesse particular e acompanhar cônjuge com contribuição voluntária

Área	Projetos 2022
DIJUR	Revisar Normativos internos - 2º Bloco
	Elaborar modelo de relatório de avaliação do passivo judicial – Padrão Pró-Gestão

Área	Projetos 2022
DIGOV	Manualizar os processos de Tecnologia da Informação – TI (procedimentos de contingência que determinem a existência de cópias de segurança dos sistemas informatizados e dos bancos de dados, o controle de acesso - físico e lógico)
	Modernização e integração do Módulo de Atendimento do Instituto, de forma digital
	Desenhar o fluxo de monitoramento e tratamento da Política LGPD do âmbito do Iprev/DF – Padrão Pró-Gestão Nível II
	Implementar Plano de Integridade
	Coordenar ações para a realização da auditoria de Certificação do Pró-Gestão do Iprev/DF

Área	Projetos 2022
UAT	Realizar a Avaliação Atuarial – exercício 2021
	Elaborar Relatório de Gestão Atuarial
	Desenvolver Testes de Aderência do Iprev/DF

Área	Projetos 2022
UCS	Desenvolver pesquisa de satisfação interna e propor melhoria
	Desenvolver pesquisa de satisfação aos usuários do Iprev/DF com foco em aperfeiçoamento

Área	Projetos 2022
CONTROLADORIA	Elaborar PAAAI – 2023
	Elaborar Relatório Anual de Atividades de Controle Interno e Auditoria - 2021
	Acompanhar os critérios do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP
	Ajustar relatório de Controle Interno – Padrão Pró-Gestão Nível II
	Elaborar Manual de Gestão de Risco e Controle Interno

Área	Projetos 2022
OUVIDORIA	Implementar o Projeto IPREV no seu órgão – Bloco II
	Desenhar o fluxo de operações de denúncias – Portaria N.º 25, de 24/06/2021
	Mapear o processo de investigação

Área	Projetos 2022
PRESI	Buscar parceria com o Ministério da Saúde, visando acesso ao SIM - Datasus
	Prospectar formas de recebimento do Resumo de despesa da folha ao Iprev/DF – Bloco II
	Realizar audiência Pública da prestação de contas anual
	Desenvolver e implantar o Alinhamento Interno - Reuniões de Ponto de Controle com as áreas técnicas do Instituto

Área	Projetos 2022
COMITÊ DE GESTÃO E RISCO	Desenvolver a Política de Riscos - Comitê de Gestão de Risco – Portaria nº 51/2021

Área	Projetos 2022
COMISSÃO DE ÉTICA	Atualizar o Código de Ética e Conduta do Iprev/DF – Comissão de Ética
	Elaborar Plano de Ação Anual com cronograma de ações e reuniões - Comissão de Ética

19214 - SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A - SAB foi criada em 1962, pela Prefeitura do Distrito Federal, como empresa pública. Em 1966, foi transformada em Sociedade Anônima de Direito Privado, sendo assim, regida pelas Leis nº 4.545/64 e 6.404/76.

De acordo com o seu Estatuto Social, a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A - SAB tem a finalidade de participar da execução de políticas de abastecimento, apoiar o desenvolvimento agropecuário e agro-industrial, do Distrito Federal e sua região geoeconômica, prestar serviços e fornecer gêneros alimentícios e outros produtos de sua linha de comercialização a pessoas jurídicas de direito público interno, e tem por objeto:

I - a comercialização de gêneros alimentícios e de outros produtos e materiais determinados por demanda de mercado e/ou finalidade social;

II - a prestação de serviços, dentro da sua área de atuação, coordenando e/ou executando programas;

III - a industrialização de gêneros e produtos destinados à consecução de seus objetivos;

IV - agir como instrumento regulador de mercado, no que tange a demanda e a oferta de produtos essenciais ou em carência, assim como servir supletivamente áreas desprovidas de abastecimento ou insuficientemente atendidas pela iniciativa privada;

V - executar Programas, individualmente ou em parceria, estimulando, apoiando e/ou executando projetos que viabilizem a auto-sustentação dos pequenos produtores, buscando a melhoria da qualidade de vida no meio rural;

VI - prestar assessoramento técnico ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, com referência aos assuntos voltados para o abastecimento.

Em 1998, por determinação do Governo do Distrito Federal, a Empresa iniciou o processo de paralização de suas atividades comerciais. Todavia, somente em 10/10/2000, a Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas deliberou pela liquidação da Empresa, que passou a ser denominada Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A-SAB - Em Liquidação. Inicialmente, foram adotadas as medidas previstas nos Artigos 210 e 219 da Lei 6.404, de 15/12/1976.

Em 2002, por intermédio da Lei nº 2.891, de 23/01/2002, a Câmara Legislativa autorizou o Governo do Distrito Federal a proceder à liquidação da SAB, processo que se prolongou sem êxito por 10 anos.

A Lei previa a destinação dos imóveis da Empresa, por processo de transferência para patrimônio do Distrito Federal (doação aos órgãos ocupantes) e por alienação/licitação, a ser realizada pela TERRACAP com taxa de administração de 10%, revertendo o apurado ao Tesouro do Distrito Federal, após a liquidação do passivo da SAB.

De igual modo, previa a destinação dos empregados da Empresa, oferecendo duas alternativas, a saber:

- Serem aproveitados na forma da Lei nº 2.681/2001;

- Adesão ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV, na forma da Lei nº 2.522/2000 e do Decreto nº 21.299/2000.

Diante das dificuldades encontradas, foi editada a Lei nº 3.863, de 30/05/2006, que autorizava o Governo de Distrito Federal a incorporar a SAB - Em Liquidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA-DF), também em Liquidação.

Em 13/09/2010, a Direção da SAB e da CEASA chegaram a assinar protocolo de incorporação da primeira empresa pela segunda, o que não ocorreu, em especial por falta de interesse da CEASA em concretizar tal operação, bem como por orientação da equipe de transição do Governo à época.

Assim, decorridos mais de 12 anos da paralização das atividades comerciais, o processo de liquidação não avançou, o que comprometeu as finanças da Empresa gerando um ciclo de endividamento cada vez maior, ameaçando consideravelmente seu patrimônio.

Em novembro de 2012, o Governo do GDF realizou nova mudança na gestão da Empresa, com a nomeação de novo Liquidante e de novos integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, com o propósito de retomar o Plano de Liquidação da Empresa.

Com a aprovação do novo marco legal para o processo de liquidação, Lei 5.137/13, foi estabelecida, de forma precisa, a destinação dos imóveis, os procedimentos para licitação e doação, a situação funcional dos empregados da SAB dentre outros preceitos.

De igual sorte, a SAB passou a integrar o Orçamento Fiscal Seguridade de GDF, com recursos destinados ao pagamento dos salários dos Empregados (cedidos a diversos órgãos das Administrações Direta e Indireta), assim como para o pagamento das obrigações Fiscais, Previdenciárias e demais despesas para manutenção da Empresa, cessando o ciclo de endividamento constatado até então.

Em julho de 2015, foi nomeado novo liquidante para levar o processo de liquidação a termo. Desde então, foram tomadas diversas medidas, com alguns resultados efetivos. A mais importante delas foi a Lei nº 5.565, de 09/12/2015, publicada no DODF nº 236, de 10/12/2015, págs. nºs 1 e 2. Tal Lei autoriza, principalmente:

- A doação dos imóveis constantes no Anexo Único da Lei ao Distrito Federal, que implica a respectiva assunção das dívidas fiscais federais de responsabilidade desta Empresa pelo GDF;
- A extinção do passivo tributário com a Fazenda do DF com a dação em pagamento de qualquer dos imóveis constantes no Anexo Único da Lei - até o limite do débito tributário, sendo qualquer saldo remanescente revertido em favor do Distrito Federal;
- Que a PGDF proceda a substituição processual da SAB nas causas judiciais em que a empresa seja autora, ré, assistente, oponente ou terceira interessada;

Em fevereiro de 2016, o passivo previdenciário desta SAB foi assumido pelo DF.

Em 01/11/2016, foi publicado o Programa de Desligamento Voluntário e Incentivado (PDVI), no suplemento do DODF nº 206 de, págs. nºs 1 e 2:

Em 13/03/2019, ocorreu a publicação do Decreto nº 38.928, o qual regulamenta a incorporação da SAB junto ao Metrô/DF, com disposições a cumprir, sem que chegassem a termo.

Vinculação:

De janeiro de 2015 a outubro de 2015, a SAB ficou vinculada a Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF, conforme Decreto nº 36.236, de 1º/01/2015, publicado no DODF nº 1, de 01/01/2015, págs. nºs 1, 5 e 6.

Em outubro, vincula-se a SAB a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF, por meio do Decreto nº 36.825, de 22/10/2015, publicado no DODF nº 205, de 23/10/2015, pág. nº 09.

Em janeiro de 2019, conforme Decreto 39.610 de 01/01/2019, prevalece a vinculação da SAB à Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do DF.

De acordo com o Decreto nº 40.030 de 20/08/2019 a Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do DF passou a denomina-se Secretaria de Estado de Economia do DF.

FORÇA DE TRABALHO					
Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	10	0	98	0	108
Comissionados sem vínculo efetivo	25	0	0	0	25
Requisitados de órgãos do GDF	1	0	0	0	1
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	36	0	98	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	97	0	97
Total Geral	36	0	1	0	37

Observação: Referente aos empregados cedidos para Órgãos ou Entidades do GDF, não temos informação de que os mesmos possuem ou não cargo em comissão.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	240000,0	240000,0	15081,91	15081,91
0020 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-- DISTRITO FEDERAL	240000,0	240000,0	15081,91	15081,91
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	100000,0	100000,0	0	0
0048 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-- DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	0	0
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	25000,0	25000,00	17556,0	17556,0
0044 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-- DISTRITO FEDERAL	25000,0	25000,00	17556,0	17556,0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	365000,00	365000,00	32637,91	32637,91

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	20000,0	20000,0	0	0
0037 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	20000,0	20000,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	17173805,0	20373805,00	19581499,20	19581499,20
0051 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	17173805,0	20373805,00	19581499,20	19581499,20
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	2930697,0	2933625,00	2795142,91	2795142,91
0042 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	2930697,0	2933625,00	2795142,91	2795142,91
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	28000,0	28000,00	11995,52	10995,52
0030 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-SAB- SIA	28000,0	28000,00	11995,52	10995,52
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	665000,0	662072,00	299574,51	192402,35
0078 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-- SIA	665000,0	662072,00	299574,51	192402,35
TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	20817502,00	24017502,00	22688212,14	22580039,98

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Foi realizado a devolução de saldo de superávit financeiro, do exercício 2020, no valor de R\$ 90.547,43 (noventa mil quinhentos e quarenta e sete reais e quarenta e três centavos).

Em decorrência do Decreto nº 40.333, de 03 de fevereiro de 2020, que estabeleceu diretrizes para o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, no âmbito das Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e suas subsidiárias, foi aprovado o PDV desta empresa pela Secretaria de Economia do Distrito Federal, que teve o total de 40 (quarenta) adesões efetivadas no exercício de 2021.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Foram cumpridas todas as demandas da SAB sem qualquer dificuldade.

Quanto às perspectivas para o próximo exercício, a SAB segue conduzindo na forma indicada pelo governo.

19902 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O FUNDAF instituído pela Lei nº. 3.311, de 21/01/2004, alterada pelas Leis nºs 3.809, de 08/02/2006; 3.982, de 25/04/2007; 5.099, de 29/04/2013; e regulamentado pelo Decreto nº 26.246, de 29/09/2005, alterado pelo Decreto nº 34.867, de 21/11/2013, tem por finalidade promover a modernização e o reaparelhamento da Administração Fazendária, além de propiciar a realização e o acompanhamento de projetos e programas de natureza intelectual que promovam a melhoria das condições necessárias ao exercício das atribuições fazendárias.

São objetivos do FUNDAF:

- I – modernização e reaparelhamento das instalações da Secretaria de Estado de Fazenda;
- II – implementação de programas de educação fiscal;
- III – qualificação profissional dos servidores da SEF;
- IV – execução das ações previstas no Programa de Incentivo à Arrecadação e Educação Tributária – PINAT;
- V – desenvolvimento de ações integradas objetivando a eficiência na cobrança administrativa de débitos fiscais;
- VI – Aperfeiçoamento e manutenção das atividades de arrecadação, fiscalização, tributação, atendimento ao contribuinte, administração financeira, contabilidade, patrimônio, licitação e compras;
- VII – Realização de outras atividades que contribuam par o aumento da eficiência, efetividade, economicidade e eficácia da administração fazendária.

Constitui recursos do FUNDAF:

- I – 20% (vinte por cento) do produto total das multas tributárias aplicadas no âmbito da competência da Subsecretaria da Receita da Secretaria de Estado de Fazenda;
- II – 60% (sessenta por cento) da contrapartida mensal instituída pelo art. 6º, parágrafo único, III, b, da Lei n.º 3.152, de 6 de maio de 2003, devida pelos optantes pelo regime de tributação previsto na Lei n.º 3.152, de 6 de maio de 2003;”
- III – aqueles resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios ou outros ajustes;
- IV – doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas, ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais;
- V – receita advinda da aplicação dos recursos do FUNDAF;
- VII – receita advinda de licitação de bens apreendidos pela fiscalização tributária, exceto a relativa a impostos;
- VIII – outras contribuições financeiras destinadas ao programa de que trata a Lei nº 2.594, de 21 de setembro de 2000, devidas por optantes por regimes tributários especiais ou sujeitos a benefícios ou incentivos fiscais;
- IX - outras receitas que lhe forem atribuídas pela legislação.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	0	0	0	1
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	1	0	0	0	1

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	300000,0	300000,0	200000,0	200000,0
0003 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-FUNDAF-DISTRITO FEDERAL	300000,0	300000,0	200000,0	200000,0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	20000,0	20000,0	0	0
0022 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS--DISTRITO FEDERAL	20000,0	20000,0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	200000,0	200000,0	0	0

5832 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SEF-DISTRITO FEDERAL	200000,0	200000,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	9550000,0	9550000,00	7715249,96	6011359,72
5216 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	9550000,0	9550000,00	7715249,96	6011359,72
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	350000,0	350000,00	156660,51	143790,51
2415 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	350000,0	350000,00	156660,51	143790,51
3667 - EDUCAÇÃO FISCAL	68771,0	68771,00	0	0
0002 - EDUCAÇÃO FISCAL--DISTRITO FEDERAL	68771,0	68771,00	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	10488771,00	10488771,00	8071910,47	6355150,23

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

AÇÃO 3046 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA – FUNDAF – DISTRITO FEDERAL

Esta ação foi inserida no orçamento do fundo para atender as possíveis aquisições de bens para melhoria da estrutura da Secretaria de Estado de Economia sendo que o previsto em lei com as alterações no decorrer do ano foi de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo que deste valor foi autorizado R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e empenhado R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para o pagamento da anuidade 2020 do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal – COMSEFAZ (Processo SEI nº 00040-00017283/2020-31).

AÇÃO 4220 – GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS

A ação Gestão de Recursos de Fundos foi prevista para fazer frente ao conjunto de despesas relacionadas ao apoio, à gestão e à manutenção do fundo sendo que o previsto em lei é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Não houve despesas com esta gestão, portanto os recursos não tiveram necessidade de serem utilizados.

AÇÃO 1471 – MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Esta ação existe para a modernização dos sistemas de informação da SEEC sendo que o previsto em lei no ano foi de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sendo que deste valor foi autorizado R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Não houve despesas que utilizassem este programa, portanto os recursos não tiveram necessidade de serem utilizados.

AÇÃO 2557 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O orçamento inicial desta ação mais as alterações no decorrer do ano foi R\$ 9.550.000,00 (nove milhões quinhentos e cinquenta mil reais) sendo que deste valor foi empenhado R\$ 7.715.249,96 (sete milhões setecentos e quinze mil, duzentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos) com os seguintes contratos:

Despesa com a contratação de empresa para a prestação de serviço técnicos especializados; referente ao Contrato nº 014/2018 com a empresa CAST INFORMÁTICA S/A. (Processo Sei nº 00040-00058335/2017-24).

Despesa referente ao convênio de cooperação técnica - SEFAZ VIRTUAL; (Processos SEI nº 00040-0000001328/2016-00);

Despesa com a prestação de serviço - IDFAZ; (Processos SEI nº 00000-0400002499/2014-00);

Despesa para atender despesa como Convênio de Cooperação nº 01/2019. (Processos SEI nº 00040-0000066997/2018-59);

Despesa para atender contrato com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência referente à despesa com a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de acesso para leitura como membro Observador Básico e infraestrutura tecnológica de alto desempenho, capacidade e disponibilidade voltada para compartilhamento e atualização de dados da base do Cadastro de Pessoa Física – CPF em meio seguro utilizando a tecnologia blockchain em conformidade com Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal em 11 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 220, de 12 de novembro de 2013, Seção 3, pág. 114. (Processos SEI nº 00040-0000032210/2019-36);

AÇÃO 4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Tínhamos aprovados nesta ação com as alterações no decorrer do ano o valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais) e foram utilizados R\$ 156.660,51 (cento e cinquenta e seis mil, seiscentos e sessenta reais e cinquenta e um centavos) com cursos de mestrado para os servidores da Secretaria de Economia.

AÇÃO 3667 – EDUCAÇÃO FISCAL

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada com as alterações no decorrer do ano foi de R\$ 2.628,00 (dois mil seiscentos e vinte oito reais). Não houve projetos para esta área, portanto a maior parte do recurso original previsto em lei foi remanejado para outra ação tendo em vista que não seria utilizado.

Comportamento da execução orçamentária do Fundo (em reais):

Orçamento Inicial	10.488.771,00
Recursos contingenciados	0,00
Despesa Autorizada	10.488.771,00
Empenhado	8.071.910,47
Valor liquidado	6.355.150,23

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

As ações e projetos realizados com recursos do FUNDAF contribuíram com a melhoria de diversas unidades da Secretaria de Estado de Economia no decorrer do ano de 2021, principalmente no que diz respeito a área de informática, proporcionando uma maior agilidade dos sistemas e conseqüentemente na prestação de serviço ao cidadão.

A Secretaria de Estado de Economia tem feito bom uso dos recursos alocados nos programas de trabalhos do FUNDAF e com isso se modernizando e melhorando seus sistemas de informação, proporcionando a prestação de serviços mais rápido e eficiente.

19905 - FUNDO DE MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA - PRÓ-GESTÃO

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Melhoria da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO, instituído pela Lei nº 2.958, de 26 de abril de 2002, alterado pela Lei nº 6.745, de 10 de dezembro de 2020, e regulamentado pelo Decreto nº 38.014, de 16 de fevereiro de 2017, tem por finalidade a melhoria da gestão pública e o acompanhamento de projetos, programas e ações de desenvolvimento e de capacitação de agentes públicos, dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, das carreiras civis ou militares do governo do Distrito Federal. Compreendendo as seguintes ações:

I - qualificação profissional dos agentes públicos dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Distrito Federal, das carreiras civis ou militares, por meio de treinamento, especialização ou formação específica;

II - desenvolvimento de programas e/ou projetos firmados com entidades públicas ou particulares de âmbito nacional ou internacional, com vistas à busca de novas tecnologias e metodologias, voltadas para a modernização administrativa;

III - prestar suporte didático-pedagógico de estudos, na elaboração e implantação dos programas e ações de desenvolvimento institucional e de pessoas, com vistas à permanente melhoria da prestação dos serviços e profissionalização da gestão pública;

IV - implantação de programas voltados para a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão e das condições de vida e do trabalho dos servidores;

V - modernização administrativa;

VI - programas de desburocratização administrativa e de aperfeiçoamento tecnológico;

VII - aparelhamento das unidades voltadas para a gestão pública;

VIII - custeio de implementação de projetos-piloto de fomento ao desenvolvimento da administração pública, centros de pesquisas e de inovações tecnológicas e centro de excelência em administração pública;

IX - custeio de concursos, com fins intelectuais, técnicos e científicos, que visem à estimulação de ideias, projetos e boas práticas para modernizar a gestão administrativa;

X - realização de outras atividades relacionadas à gestão pública.

§ 1º Os cursos ofertados diretamente pela Escola de Governo do Distrito Federal, mediante a utilização de recursos do PRÓ-GESTÃO, são gratuitos para os servidores, militares e empregados da administração pública direta e indireta do Distrito Federal.

§ 2º Os cursos referidos no § 1º podem ter seu acesso franqueado também aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário do Distrito Federal, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, assim como aos servidores dos órgãos da administração pública federal alocados no Distrito Federal, desde que devidamente justificado o interesse público, para o Distrito Federal, na participação daqueles servidores nos referidos cursos e mediante autorização do secretário de Estado de economia do Distrito Federal.

Constituem recursos financeiros do Fundo PRÓ-GESTÃO o produto de arrecadação das seguintes receitas:

I - transferência do saldo orçamentário do FUNDO-IDR, nos termos do Decreto nº 21.598, de 5 de outubro de 2000; II - recursos consignados no orçamento do Distrito Federal e destinados ao Fundo PRÓ- GESTÃO; III - doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas ou

de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais; IV- recursos provenientes da celebração de convênios, contratos, acordos ou ajustes; V – provenientes de cobrança de consignações facultativas em folha de pagamento da administração direta e indireta integrantes do orçamento do Distrito Federal, subsidiadas ou não com recursos do tesouro distrital, quando for o caso; VI – provenientes de no mínimo 20% da arrecadação global de taxas de inscrição para realização de concursos públicos da administração direta e indireta do Distrito Federal; VII – decorrentes de outros recursos que lhe sejam destinados; VIII - receitas provenientes de cobrança de taxas de inscrição em cursos realizados pelo Governo do Distrito Federal, na forma da Lei nº 8.666/93; IX - os valores advindos da aplicação dos recursos do fundo; X - outros recursos eventuais.

De acordo com a Lei nº 6.745/2020, o Conselho de Administração do Fundo Pró-Gestão é composto dos seguintes membros:

I – o Secretário de Estado de Economia;

II – o Secretário Executivo de Gestão Administrativa;

III – o Secretário Adjunto de Orçamento;

IV – o Secretário Executivo da Fazenda;

V – o Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento;

VI – o Secretário Executivo de Assuntos Econômicos;

VII – o Diretor da Escola de Governo;

VIII – o art. 6º é acrescido dos seguintes incisos VIII e IX:

VIII – o Subsecretário de Gestão de Pessoas;

IX – 1 representante dos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

§ 1º A presidência do Conselho de que trata o caput cabe ao titular da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.

O Conselho de Administração do Fundo PRÓ-GESTÃO compreende: Plenário; Secretaria-Executiva. E, seu Regimento Interno, é estabelecido por meio do Decreto nº 38.014/2017.

Compete ao Conselho de Administração do Fundo PRÓ-GESTÃO:

I - definir as normas operacionais do Fundo;

II - estabelecer critérios e prioridades de aplicação de recursos;

III - aprovar proposta anual de orçamento do PRÓ-GESTÃO;

IV - alocar os recursos em projetos e programas, observando a viabilidade econômico-financeira e os recursos disponíveis;

V - acompanhar, avaliar e fiscalizar as ações do PRÓ-GESTÃO, sem prejuízo do controle interno e externo pelos órgãos competentes;

VI - dirigir a administração do Fundo, visando à continuidade das ações e programas que, iniciados em um governo, tenham a garantia de seu prosseguimento no governo subsequente;

VII - manter atualizados e organizados os demonstrativos de contabilidade e de escrituração fiscal;

VIII - manter arquivo, com informações claras e específicas, de ações, programas e projetos desenvolvidos, conservando em boa guarda os documentos correspondentes;

IX - elaborar o regimento interno.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	1	0	0	1
Comissionados sem vínculo efetivo	0	1	0	0	1
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	2	0	0	2

No exercício de 2021, o Fundo Pró-Gestão na intenção de garantir o cumprimento das legislações que norteiam o funcionamento do Fundo e a regularização formal dos atos praticados pelo Ordenador de Despesas, solicitou a recomposição da equipe técnica, pois a reduzida estrutura administrativa e a pouca quantidade de servidores existentes prejudicam a missão institucional.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	515113,0	515113,0	0	0
0006 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-- DISTRITO FEDERAL	515113,0	515113,0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	3782581,0	3782581,00	1406681,38	1406681,38
0025 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-- QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PESSOAS-PRO GESTÃO- DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	3782581,0	3782581,00	1406681,38	1406681,38

TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	4297694,00	4297694,00	1406681,38	1406681,38
----------------------------------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------

PROGRAMA 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

AÇÃO 3046 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA – DISTRITO FEDERAL

Esta ação foi inserida no orçamento do Fundo visando promover investimentos para equipar, reaparelhar e modernizar as instalações das unidades administrativas do Governo do Distrito Federal.

O valor previsto em Lei foi no montante de R\$ 515.113,00 (quinhentos e quinze mil, cento e treze reais), contudo as unidades do complexo administrativo do Governo Distrital não submeteram Projetos ao Fundo, portanto, não houve execução no Programa de Trabalho: 04.122.6203.3046.0006 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA – DISTRITO FEDERAL.

AÇÃO 4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Esta ação reflete à política de Capacitação do Servidor, onde se busca desenvolver as competências técnicas e gerenciais, considerando os desafios e as perspectivas da Administração Pública Distrital. Esses cursos têm o objetivo de aperfeiçoar os serviços prestados à sociedade e possibilitar que os servidores públicos atuem como agentes de mudança e aprimoramento da gestão pública.

As capacitações são tratadas como internas, aquelas oferecidas pela Escola de Governo do Distrito Federal e Escola Superior de Gestão – ESG, da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal/FUNAB, mediante o pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso/GEEC. E, as externas àquelas contratadas no mercado, pela Lei nº 8.666/93, tais como Mestrado da Universidade de Brasília/UNB, Congressos, Cursos Abertos.

O valor previsto em Lei/ Autorizado foi no montante de R\$3.782.581,00 (três milhões, setecentos e oitenta dois mil quinhentos e oitenta um reais), e empenhado/ liquidado R\$ 1.406.681,38 (um milhão, quatrocentos e seis mil, seiscentos e oitenta e um reais e trinta e oito centavos).

A execução orçamentária no Programa de Trabalho – 04.128.6203.4088.0025 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES – QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS – PRÓ-GESTÃO – DISTRITO FEDERAL, ficou assim distribuído:

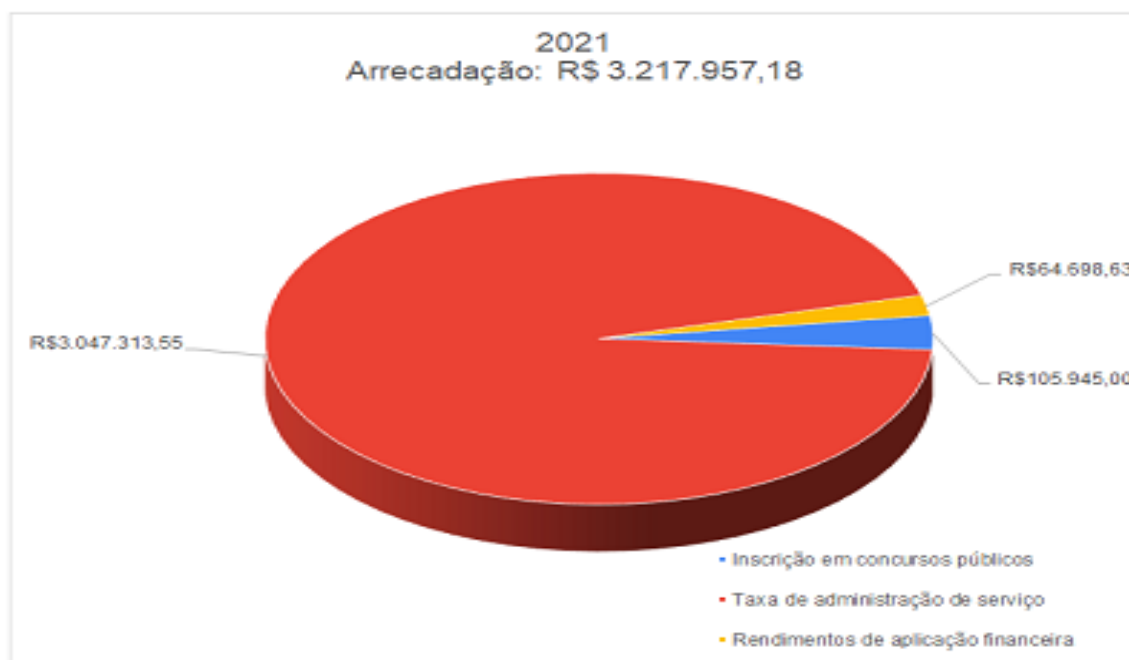
Programa de Trabalho 04.128.6203.4088.0025 - Capacitação de Servidores

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	SERVIDORES	VALOR (R\$)
Instrutoria interna	2.613	R\$ 951.467,78
Instrutoria externa	394	R\$ 455.213,60
Total	3.007	R\$ 1.406.681,38

Baseando-se nos dados acima citados, observa-se por oportuno que o valor investido no exercício de 2021 circunda o montante aproximado de R\$ 467,80 (quatrocentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos), por servidor capacitado. Essa estratégia visa desenvolver formuladores de políticas públicas, de forma a contribuir para a melhoria dos serviços prestados, sendo, sem dúvida, um compromisso desta gestão.

ARRECADAÇÃO EXERCÍCIO 2021

No exercício de 2021, foram arrecadados R\$ 3.217.957,18 (três milhões, duzentos e dezessete mil novecentos e cinquenta e sete reais e dezoito centavos), sendo R\$ 3.047.313,55 (três milhões, quarenta e sete mil, trezentos e treze reais e cinquenta e cinco centavos), com Serviços Administrativos, R\$ 105.945,00 (cento e cinco mil, novecentos e quarenta e cinco reais) com Tarifas Inscrição em Concursos e Processos Seletivos e por fim R\$ 64.698,63 (sessenta e quatro mil, seiscentos e noventa e oito reais e sessenta e três centavos) com Remuneração de Depósitos Bancários.



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Como realização extraordinária, podemos citar a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – CSTGP, da Escola Superior de Gestão – ESG, fruto do Acordo de Cooperação Técnica – SEPLAG-DF/EGOV-DF/FUNAB-DF nº 01/2018, com a extinta Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB, hoje Universidade do Distrito Federal Jorge Amaury (UnDF), sendo a ESG uma entidade pública vinculada à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC.

Durante o ano de 2021, foram capacitados 50 (cinquenta) servidores do GDF, da Escola Superior de Gestão – ESG, com três turmas do curso de Tecnólogo em Gestão Pública, sendo que destes, 24 (vinte e quatro) servidores, foram concluintes e obtiveram o grau de Tecnólogo em Gestão Pública, tendo sido a primeira turma formada do referido curso.

O curso aberto de Mestrado Profissional em Economia – área de concentração: Gestão econômica e finanças públicas, na modalidade presencial, promovido pela Universidade de Brasília (UnB), foi concluído no exercício de 2021, sendo que dos 40 (quarenta) servidores contemplados 36 (trinta e seis) obtiveram o título de Mestre em Economia.

Os recursos do Fundo viabilizaram também por meio da Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV), a oferta de 90 (noventa) vagas para turmas de capacitação no curso de Língua Brasileira de Sinais (libras), Projeto de Curso: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) – MÓDULO BÁSICO I e MODULO BÁSICO II, sendo que desta oferta foram 57 (cinquenta e sete) servidores certificados, em cumprimento ao Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), bem como a Portaria Conjunta nº 31, de 10 de maio de 2018, que estabelece termos e condições gerais de colaboração entre as partes (SEE/DF, por meio da EAPE, e SEPLAG/DF, atual SEEC, por meio da EGOV/DF).

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Como dito anteriormente, o Fundo de Melhoria da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO, criado pela Lei nº 2.958, de 26 de abril de 2002, e alterado pela Lei nº 6.745, de 10 de dezembro de 2020, é coordenado pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, tem por finalidade a melhoria da gestão pública e o acompanhamento de projetos, programas e ações de desenvolvimento e de capacitação de agentes públicos.

Em relação a Legislação do Fundo, tendo em vista a competência do Conselho de Administração Art. 7º, inciso IX, e deliberações realizadas pelo Conselho, este Fundo autuou o processo: 00410-00012121/2018-19, visando alterar o Regimento Interno do Conselho de Administração do Fundo de Melhoria da Gestão Pública PRÓ-GESTÃO.

Em razão da emergência em saúde pública gerada pela pandemia do novo coronavírus, a EGOV passou a realizar, também, cursos/atividades, por meio de plataformas e aplicativos de transmissão de som e imagem, de modo síncrono ou assíncrono, como alternativa eficiente para reunir servidores, empregados públicos da Administração Direta e Indireta, Autárquica e Fundacional e das carreiras civis e dos militares do GDF de diferentes áreas em cursos/atividades de capacitação.

Em 2021, em análise as atividades desenvolvidas podemos ressaltar a realização de 8 (oito) reuniões do Conselho de Administração do Fundo Pró-Gestão, a fim de deliberar e estabelecer critérios e prioridades de aplicação de recursos, referente aos processos de capacitação.

As ações e Projetos realizados com recursos do Fundo Pró-Gestão contribuíram com a melhoria de capacitação de diversos servidores no decorrer de 2021, proporcionando uma melhoria na prestação de serviço ao cidadão. Como perspectiva para o próximo exercício espera-se aumentar em 15% o número total de servidores capacitados com os recursos do Fundo.

Quanto as dificuldades encontradas, podemos citar:

a) no que tange à execução orçamentária de recursos, a Unidade do Fundo Pró-Gestão conta hoje, com 1 (um) servidor de carreira, 1(um) servidor comissionado sem vínculo, com atribuição de gerir os recursos provenientes do repasse de valores previstos nas hipóteses definidas pelos incisos elencados no art. 3º da Lei nº 2.958/2002 e alterado pela LEI nº 6.745, de 10 de dezembro de 2020.

b) a necessidade de criação de uma estrutura prática de planejamento, aquisição, execução e prestação de contas e cobrança, contando com mais servidores para poder acelerar os procedimentos e burocracias normativas.

19911 - FUNDO DA RECEITA TRIBUTÁRIA DO DF - PRÓ-RECEITA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O PRÓ-RECEITA foi instituído pela Lei nº. 5.594, de 28/12/2015 alterada pela Lei Complementar nº 959, de 26/12/2019 tem por finalidade o aparelhamento, a modernização, o incentivo e o gerenciamento das atividades de fiscalização, lançamento e cobrança administrativa.

São objetivos do PRÓ-RECEITA

I - aperfeiçoamento, desenvolvimento e manutenção da infraestrutura física e tecnológica de uso da Subsecretaria da Receita - SUREC;

II - aquisição de bens e serviços;

III - qualificação profissional dos servidores da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal;

IV - aperfeiçoamento dos processos de trabalho e da gestão dos recursos físicos e humanos;

V - realização de outras atividades relacionadas aos objetivos do Fundo.

VI - pagamento de incentivos financeiros, na forma de parcela remuneratória, condicionada ao atingimento de metas institucionais definidas em ato do secretário de estado de economia do Distrito Federal, aos servidores ativos, aposentados e pensionistas da carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal, podendo, em relação aos ativos, ser fixadas metas individuais.

Constitui recursos do PRÓ-RECEITA:

I - os encargos de que trata o § 1º, em relação aos créditos cobrados de acordo com os incisos I e II do caput, observado disposto no § 2º, todos do art. 42 da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994;

II - as contribuições, as subvenções e os auxílios da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;

III - as doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos ou privados nacionais ou internacionais, além de outros recursos;

IV - os recursos resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios ou outros ajustes;

V - os valores advindos da aplicação dos recursos do fundo, além do saldo apurado nos exercícios anteriores;

VI - as contribuições, as subvenções e outros valores destinados a propiciar o aperfeiçoamento da administração tributária;

VII - os recursos de que trata o art. 2º da Lei nº 2.594, de 21 de setembro de 2000, após a dedução do recurso constante no art. 3º, I, da Lei nº 3.311, de 21 de janeiro de 2004;

VIII - os recursos de que trata o art. 2º, § 3º, da Lei Complementar nº 833, de 27 de maio de 2011;

IX - outros recursos resultantes de dotações orçamentárias consignadas em lei.

Parágrafo único. Para fins do disposto no art. 2º, VI, são utilizados 80% das receitas de que tratam os incisos I, V, VII, VIII e IX, incluindo outras fontes de receita que venham a ser instituídas para essa finalidade.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	0	0	0	1

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	1	0	0	0	1

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	100000,0	100000,0	0	0
0003 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS-- DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	100000,00	100000,00	0,00	0,00

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	2421485,0	674578,00	0	0
0001 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-- DISTRITO FEDERAL	2421485,0	674578,00	0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	100000,0	93814,0	0	0

0001 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-- DISTRITO FEDERAL	100000,0	93814,0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	2421485,0	674578,00	0	0
0004 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	2421485,0	674578,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2421480,0	5921480,00	238700,00	6200,0
0003 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	2421480,0	5921480,00	238700,00	6200,0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	2421485,0	2421485,00	1108427,04	943510,84
0001 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	2421485,0	2421485,00	1108427,04	943510,84
2895 - INCENTIVO ÀS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMINISTRATIVA	39543739,0	41725703,00	41725702,88	40527642,65
0001 - INCENTIVO AS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMINISTRATIVA-- DISTRITO FEDERAL	39543739,0	41725703,00	41725702,88	40527642,65
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	49329674,00	51511638,00	43072829,92	41477353,49

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

AÇÃO 3046 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA – FUNDAF – DISTRITO FEDERAL

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada juntamente com as alterações autorizadas foi de R\$ 674.578,00 (seiscentos e setenta e quatro mil, quinhentos e setenta e oitenta reais). Não houve projetos disponíveis nesta área, portanto o recurso não foi utilizado.

AÇÃO 4220 – GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS

A ação Gestão de Recursos de Fundos foi prevista para fazer frente ao conjunto de despesas relacionadas ao apoio, à gestão e à manutenção do fundo. O orçamento previsto para este programa juntamente com as alterações foi de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Não houve necessidade de utilização dos recursos.

AÇÃO 1471 – MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada juntamente com as alterações autorizadas foi de R\$ 674.578,00 (seiscentos e setenta e quatro mil, quinhentos e setenta e oitenta reais). Não houve projetos disponíveis nesta área, portanto o recurso não foi utilizado.

AÇÃO 2557 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada juntamente com as alterações autorizadas foi de R\$ 5.921.480,00 (Cinco milhões novecentos e vinte um mil quatrocentos e oitenta reais). O conselho de Administração do Fundo aprovou as seguintes decisões com inclusão de despesas neste programa de trabalho:

Decisão 09. Sistema de Cobrança Tributária – SICOB conforme Processo SEI nº 00040-00001879/2020-10 - R\$ 4.120.000,00 (quatro milhões e cento e vinte mil reais), sendo R\$ 1.373.333,33 (um milhão, trezentos e setenta e três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) para o ano de 2021.

Decisão 10. Sistema de fiscalização, monitoramento e gestão do ISS conforme Processo SEI nº 00040-00007022/2021-94 - R\$ R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), sendo R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) para o ano de 2021.

Decisão 11. Sistema de gestão, fiscalização e monitoramento do ICMS conforme Processo SEI nº 00040-00006238/2020-51 - R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), sendo R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil de reais) para ano de 2021.

Alguns destes projetos ainda estão em fase de implementação e caso sejam operacionalizados em 2021, o conselho autorizou remanejar recursos de outros programas para cobrir os gastos.

AÇÃO 4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada juntamente com as alterações autorizadas foi de R\$ 2.421.485,00 (dois milhões quatrocentos de vinte um mil quatrocentos e oitenta e cinco reais).

O Conselho de Administração do Fundo aprovou as seguintes decisões com inclusão de despesas neste programa de trabalho:

Decisão 06. Inclusão no plano de gastos de 2021, 2022, 2023 e 2024 do PRÓ-RECEITA de despesa com financiamento de 20 (vinte) bolsas de estudo, sendo 10 (dez) para curso de Mestrado e 10 (dez) para o curso de doutorado, destinadas aos servidores integrantes da Carreira Auditoria Tributária. (Processo SEI nº: 00040-0003336/2021-18).

Decisão 19. Inclusão no plano de gastos de 2021 do fundo PRÓ-RECEITA de curso de extensão em Contabilidade para o Terceiro Setor promovido pela FIPECAFI – Cultura Contábil, Atuarial e Financeira no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para 30 (trinta) servidores da Carreira Auditoria Tributária conforme PROCESSO SEI Nº: 00040-00018095/2021-10.

Alguns destes cursos e bolsas ainda estão em fase de implementação e caso sejam operacionalizados em 2021 o conselho autorizou remanejar recursos de outros programas para cobrir os gastos.

AÇÃO 9055 – TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS – DISTRITO FEDERAL

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada foi de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Não ocorreram encargos e comissões bancárias decorrentes das contratações autorizadas pela lei 5.708/2016 para pagamento.

AÇÃO 2895 – INCENTIVO AS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMINISTRATIVA – DISTRITO FEDERAL.

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada juntamente com as alterações autorizadas foi de R\$ 41.725.703,00 (quarenta e um milhões setecentos e vinte seis mil setecentos e três reais).

Diante do atingimento das metas institucionais e individuais dos por parte dos servidores, foi possível executar quase todo valor disponível neste programa de trabalho.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Com a alteração da LEI 5594/2015 através da Lei Complementar 959 de 26/12/2020 e regulamentação através da Portaria 168 de 11/05/2020 foi possível ter uma execução acima de 80% (oitenta por cento) em relação aos recursos totais do fundo.

Os servidores da carreira auditoria tributária tiveram oportunidades para se capacitar, tendo em vista a aprovação por parte do conselho de bolsas para cursos de extensão, mestrado e doutorado.

A aprovação de ações e projetos no programa Gestão da Informação irão provocar diversas melhorias nas unidades da Subsecretaria da Receita, principalmente no que diz respeito a área de informática, proporcionando uma maior agilidade dos sistemas para as fiscalizações, lançamento e cobrança administrativa,

Para 2022 a perspectiva é que seja ampliado o orçamento para a realização de cursos para os servidores da Carreira Auditoria Tributária trazendo mais conhecimento e capacitação e também para o aplicação em ferramentas que tragam mais eficiência nas atividades dos servidores, o que se reverte em benefícios para a sociedade.

20101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (SDE-DF), órgão da Administração Pública Direta do Distrito Federal, reestruturada pelo Decreto Nº 42.517, de 16 de setembro de 2021, que altera as estruturas administrativas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e da Secretaria de Estado de Empreendedorismo do Distrito Federal (SEMP) e, conforme o Decreto Nº 42.517, de 16 de setembro de 2021, Art. 1º Fica extinta a Secretaria de Estado de Empreendedorismo do Distrito Federal e § 2º Ficam transferidas da Secretaria de Estado de Empreendedorismo do Distrito Federal para a Secretaria de Estado Desenvolvimento Econômico, as competências de representação do Distrito Federal e de coordenação dos Acordos de Cooperação firmados, até a presente data, pelo Governo do Distrito Federal.

O Decreto nº 39.041, de 10 de maio de 2018, que aprovou o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia, encontra-se defasado considerando a reestrutura administrativa que segregou a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECTI) nos termos do Decreto 40716, de 9 de maio de 2020, e a Secretaria de Estado do Empreendedorismo (SEMP) de acordo com o Decreto nº 40.767, de 13 de maio de 2020, distribuindo competências até então conjuntas.

Considerando a atual estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal que encontra-se prevista no Anexo III, do art. 3º, do Decreto nº 39.718, de 19 de março de 2019, alterado pelo Decreto no 40.767, de 13 maio de 2020 alterada pelo Decreto Nº 42.517, de 16 de setembro de 2021, que criou uma nova subssecretaria totalizando cinco subsecretarias (Subsecretaria de Administração Geral, Subsecretaria de Fomento ao Empreendedorismo, Subsecretaria de Micro e Pequenas Empresas, Subsecretaria de Programas E Incentivos Econômicos e Subsecretaria de Apoio as Áreas De Desenvolvimento Econômico), bem como alterou a vinculação da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal - JUCIS/DF.

Neste sentido, apresenta-se as competências legais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico SDE:

I formular políticas de desenvolvimento econômico com foco na melhoria do ambiente de negócios, na inovação e na atração de investimentos no âmbito do Distrito Federal e de sua Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno - RIDE; II- promover e Incentivar ações integradas voltadas para criação, Implantação e consolidação das Áreas de

Desenvolvimento Econômico; III-identificar, promover e apoiar iniciativas voltadas para atração e manutenção das empresas beneficiadas por programas vinculados à Secretaria; IV- promover e divulgar ações direcionadas a expansão da atividade econômica no Distrito Federal e na sua RIDE;

V estabelecer parcerias estratégicas com órgãos e entidades públicas, privadas e internacionais, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico no Distrito Federal;

VI - apoiar a implementação de programas e iniciativas voltadas à promoção e expansão do comércio do exterior; VII - incentivar e estimular a dinamização das empresas e agentes de produção, Instalados ou que venham a se instalar no Distrito Federal; e

VIII estabelecer parcerias com órgãos do Governo Federal, especialmente com o Ministério do Desenvolvimento Regional e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste para viabilizar projetos que promovam melhorias na infraestrutura, geração de empregos e renda no Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	6	0	25	31
Comissionados sem vínculo efetivo	0	108	0	0	108
Requisitados de órgãos do GDF	0	17	0	3	20
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	20	20
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	7	7
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	1	1
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	131	0	56	187
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	9	9
Total Geral	0	131	0	47	178

Em 2021, houve a fusão entre as Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (SDE-DF) e Secretaria de Estado de Empreendedorismo do Distrito Federal (SEMP-DF). Informa-se que todos os servidores da SEMP receberem seus respectivos proventos.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	500000,0	500000,0	451321,30	445427,30
0016 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	500000,0	500000,0	451321,30	445427,30
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	418000,0	655663,45	254010,58	254010,58

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0043 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	418000,0	655663,45	254010,58	254010,58
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	48000,0	2000,00	0	0
0033 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-- DISTRITO FEDERAL	48000,0	2000,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	966000,00	1157663,45	705331,88	699437,88

9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA

Referente a folha de pagamento dos servidores desta Secretaria, versão 17, que trata de Licença Prêmio em Pecúnia - LPA, são 36 (trinta e seis) parcelas no total.

9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL

Referente a folha de pagamento dos servidores que foram exonerados e receberam seus direitos.

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	0	50000,0	0	0
0025 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	50000,0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	0	50000,0	0	0
0194 - APOIO A EVENTOS-APOIO A EVENTOS-REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	50000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRO A ENTIDADES	800000,0	9230000,0	9071159,20	9071159,20
0136 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-Capacitação do Futuro-DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	299936,23	299936,23
0137 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-EXECUÇÃO DO PROJETO EMPREENDER-INCLUI-DISTRITO FEDERAL	0	150000,0	149893,52	149893,52
0085 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - EMPREENDEDORISMO-DISTRITO FEDERAL	800000,0	0,0	0	0
0138 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - EMPREENDEDORISMO-DISTRITO FEDERAL	0	720000,0	604955,17	604955,17
0139 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-APOIO À ENTIDADES EM PROJETOS DE EMPREENDEDORISMO NO-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	199382,0	199382,0
0145 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES--DISTRITO FEDERAL	0	2210000,0	2176647,98	2176647,98
0167 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-EMPREENDEDORISMO NO-DISTRITO FEDERAL	0	1100000,0	1093543,10	1093543,10
0171 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES--DISTRITO FEDERAL	0	4000000,0	3999859,90	3999859,90
0144 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-O DF QUE A GENTE QUER?-DISTRITO FEDERAL	0	550000,0	546941,30	546941,30

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9120 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS DE CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO E EMPREENDEDORISMO (EP)	0	1150000,00	1149800,0	1149800,0
0011 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS DE CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO E EMPREENDEDORISMO-CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA-DISTRITO FEDERAL	0	150000,0	149800,0	149800,0
0012 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS DE CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO E EMPREENDEDORISMO-CAPACITAÇÃO PARA TRABALHO E EMPREENDEDORISMO-DISTRITO FEDERAL	0	1000000,0	1000000,0	1000000,0
9122 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS DE CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO E EMPREENDEDORISMO (EP)	2350000,0	1820000,00	1818267,47	1818267,47
0004 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS DE CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO E EMPREENDEDORISMO-REALIZAÇÃO DE PROJETOS DE CAPACITAÇÃO EM PROL DE EMPREENDEDORES E TRABALHADORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	2350000,0	0,0	0	0
0008 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS DE CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO E EMPREENDEDORISMO-REALIZAÇÃO DE PROJETOS DE CAPACITAÇÃO EM PROL DE EMPREENDEDORES E TRABALHADORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	1820000,00	1818267,47	1818267,47
2782 - DESENVOLVIMENTO, INCLUSÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	100000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0003 - DESENVOLVIMENTO, INCLUSÃO E PROMOÇÃO SOCIAL--DF ENTORNO	100000,0	0,0	0	0
5021 - MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DF - PROCIDADES	35879882,0	112021271,00	55353678,31	34672649,63
0001 - MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DF - PROCIDADES- SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DF ENTORNO	35879882,0	112021271,00	55353678,31	34672649,63
2575 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	0	50000,0	0	0
0003 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS--DF ENTORNO-DF ENTORNO	0	50000,0	0	0
9085 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS TURÍSTICOS	0	194490,03	194490,03	194490,03
0044 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS TURÍSTICOS-APOIO A PROJETOS-DISTRITO FEDERAL	0	194490,03	194490,03	194490,03
TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	39129882,00	124565761,03	67587395,01	46906366,33

0137 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-EXECUÇÃO DO PROJETO EMPREENDER-INCLUI-DISTRITO FEDERAL

PROJETO: Empreender Inclui

O PROJETO Empreender Inclui por intermédio de termo de fomento a ser celebrado em parceria entre esta OSC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, tem como objetivo qualificar jovens e adultos, com prioridade de atendimento às pessoas com

deficiência, em novas técnicas para o empreendedorismo do século 21, na modalidade de oficina presencial com uma estrutura montada ao lado da Administração de Brazlândia, iniciando dia 17 a 29 de janeiro de 2022, conferindo a eles ganhos expressivos na melhoria das condições de vida, de trabalho e de renda, promovendo a inclusão social e profissional e viabilizado por meio de emenda parlamentar, no valor de R\$ 149.893,52 (cento e quarenta e nove mil, oitocentos e noventa e três reais e cinquenta e dois centavos).

0138 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - EMPREENDEDORISMO-DISTRITO FEDERAL

PROJETO: Empreender para a Vida

O PROJETO Empreender para a Vida por intermédio de termo de fomento a ser celebrado em parceria entre esta OSC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF tem como objetivo promover o empreendedorismo, que visa desenvolver a autonomia, resgatar a autoestima e despertar propósitos em adolescentes que estejam em instituição de acolhimento. Para isso, o projeto criou a trilha de aprendizado empreendedor, por meio de realização de oficinas, na qual são desenvolvidas competências estratégicas por meio de uma metodologia pedagógica gamificada e baseada em projetos com métodos de tecnologias ativas (robótica) dentro do conceito Laboratório Maker, promovendo a inclusão social e profissional e viabilizado por meio de emenda parlamentar, no valor R\$ 86.516,00 (oitenta e seis mil, quinhentos e dezesseis reais).

O PROJETO: PROJETO LICITEIRO.COM

O PROJETO LICITEIRO.COM por intermédio de termo de fomento a ser celebrado em parceria entre esta OSC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, tem como objetivo de capacitar micro e pequenos empresários do Distrito Federal, conjuntamente com a disponibilização customizada da plataforma Liciteiro.com, que permitirá o acompanhamento de oportunidades de licitação divulgadas em todo Brasil, bem como a gestão completa de documentos e certidões acerca do universo das Compras Públicas. A proposta é ampliar a democratização dos recursos oriundos das compras públicas realizadas no DF, assim como permitir que empresários locais consigam concorrer em contratos de licitação em outras regiões do país, além de fomentar o desenvolvimento econômico local, a geração de emprego e renda, o aumento da competitividade e redução tanto da possibilidade de corrupção nos processos, uma vez que o conluio se torna mais difícil, quanto dos valores executados nos contratos, promovendo a inclusão social e profissional e viabilizado por meio de emenda parlamentar, no valor R\$ 154.996,28 (cento e cinquenta e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos).

O PROJETO: CAPACITAMPE

O PROJETO CAPACITAMPE por intermédio de termo de fomento a ser celebrado em parceria entre esta OSC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, cujo o tema central é realizar 10 visitas técnicas em locais como: escolas públicas, escolas técnicas e associações.

O objetivo é ensinar estudantes de ensino médio e técnico, de escolas públicas (estudantes acima de 16 anos de idade) a planejar e começar um pequeno negócio, dentro dos segmentos da economia que atraem este público e Microempreendedores Individuais, futuros empreendedores e 2 Micro e Pequenos Empresários. Em cada visita serão realizados workshops e palestras com temas sobre gestão de pequenos negócios e empreendedorismo e o reforço na capacitação virá da liberação para todos os alunos que participarem das palestras o acesso gratuito a plataforma EAD CapacitaMPE, que hoje é uma das mais completas plataforma 100% online do Brasil, com metodologia exclusiva, desenvolvida por consultores e instrutores especializados em gestão de pequenos negócios e empreendedorismo existente no mercado brasileiro, contando com mais de 200 videoaulas, 30 temas sobre gestão e mais de 80 hs de duração no total.

Vale ressaltar ainda que a plataforma por seu modelo de Capacitação em EAD, atende a pessoas com deficiências auditivas com a tradução de todas as aulas para LIBRAS, além de pessoas com dificuldade de deslocamentos, grupo de deficientes TEA - Transtorno Espectro Autista, TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, dentre outros que já se utilizam do uso de tecnologia e internet, atendo a lei distrital de atendimento de 10% em cumprimento a lei: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 Art. 34, § 5º, a saber: "§ 5º É garantida aos trabalhadores com deficiência acessibilidade em cursos de formação e de

capacitação”. Promovendo a inclusão social e profissional e viabilizado por meio de emenda parlamentar, no valor R\$ 148.447,50 (cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

PROJETO: Qualifica DF

O Projeto Qualifica DF por intermédio de termo de fomento a ser celebrado em parceria entre esta OSC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, cujo o tema central é a Capacitação Profissional, Desenvolvimento Socioeconômico e Empreendedorismo, são os principais pilares do Projeto Qualifica DF, que têm como objetivo oferecer de forma gratuita cursos profissionalizantes, para 227 pessoas da comunidade, respeitando o limite de distanciamento e outras determinações do decreto vigente referente ao COVID-19, de forma a integrar a oferta de aprendizagem às necessidades do mercado de trabalho será dado 1 (um) kit para cada aluno que concluir o curso. A primeira etapa de 2021 do Projeto será realizada na cidade do Recanto das Emas, no Recanto Social Club, Qr. 300/400 Núcleo Rural Monjolo - Recanto das Emas, Brasília - DF, CEP: 72600-000. Cada curso terá carga horária entre 20 a 40 horas aula. Será dado 1 (um) kit para cada aluno que concluir o curso. Promovendo a inclusão social e profissional e viabilizado por meio de emenda parlamentar, no valor R\$ 99.995,39 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais e trinta e nove centavos).

Projeto: Hair Brasília and Beauty 2021

O Projeto Hair Brasília and Beauty 2021 por intermédio de termo de fomento a ser celebrado em parceria entre esta OSC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, cujo o objetivo é a Feira de negócios, produtos e serviços voltados para profissionais da área da beleza e seu público-alvo, formado por profissionais de cabelo, barbeiros, manicure/pedicure, podólogos, depiladoras, maquiadores, esteticistas, massoterapeutas, empresários, estudantes do segmento, futuros empreendedores e o público feminino. Será realizada dos dias 31/10/2021, 01/11/2021 e 02/11/2021, no Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha. Este evento é de grande sugestão a futuros empreendedores em geral, de todos os Estados da Federação, tendo em vista ser um evento com diversos atrativos e oportunidades de empreendimento, realização de cursos e o aprendizado de novas técnicas, bem como o que há de mais moderno e inovador no mercado mundial. Promovendo a inclusão profissional e viabilizado por meio de emenda parlamentar, no valor R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais).

0139 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-APOIO À ENTIDADES EM PROJETOS DE EMPREENDEDORISMO NO-DISTRITO FEDERAL

PROJETO: Plástico Social – Tecnologia Social Inovadora no Jardins Mangueiral

O projeto Plástico Social – Tecnologia Social Inovadora no Jardins Mangueiral por intermédio de termo de fomento a ser celebrado em parceria entre esta OSC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, cujo o objetivo é uma campanha de coleta porta-a-porta diferenciada do plástico em um dia específico da semana em um território determinado. Tem como objetivo incentivar a correta separação dos resíduos recicláveis plásticos gerados nas residências, garantindo que seja reciclado e gerando emprego, renda para os catadores de materiais recicláveis ou entidades envolvidas e impostos para o Estado.

O projeto será aplicado no Condomínio Jardins das Tinguis– Quadra 04 - Bairro Jardins Mangueiral – São Sebastião DF, que está inserido na RA-XIV, em São Sebastião, surgiu em 1993, a décima quarta região do Distrito Federal teve a sua criação oficializada em 25 junho de 1993 pela Lei 467. Promovendo a inclusão social e profissional e viabilizado por meio de emenda parlamentar, no valor R\$ 199.382,00 (cento e noventa e nove mil trezentos e oitenta e dois reais).

0145 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES--DISTRITO FEDERAL

PROJETO: JORNADA DA MULHER EMPREENDEDORA – TAGUATINGA, SAMAMBAIA e RECANTO DAS EMAS

O projeto JORNADA DA MULHER EMPREENDEDORA – TAGUATINGA, SAMAMBAIA e RECANTO DAS EMAS por intermédio de termo de fomento a ser celebrado em parceria entre esta OSC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, cujo objetivo é Instrução, capacitação e Profissionalização de 1.080 mulheres”, nas Regiões Administrativas de Taguatinga, Samambaia e Recanto das Emas, voltado à instrução e capacitação de 1.080 (mil e oitenta)

mulheres maiores de 16 anos, nas três Regiões Administrativas, sendo 360 por cidade. Em cada Região serão oferecidos 06 (seis) cursos livres e 2 (duas) palestras com um tema por cidade. Cada curso terá carga horária de 80 horas por turno (divididos em turmas pela manhã e tarde). Os cursos serão: 1. Maquiagem 2. Cabeleireira 3. Design de Sobrancelhas 4. Alongamento de Unhas 5. Manicure e Pedicure 6. Secretariado Administrativo. Promovendo a inclusão social e profissional e viabilizado por meio de emenda parlamentar, no valor R\$ 1.000.000,00 (um milhão).

Projeto: Economias Transformadoras: Arranjos Produtivos do Distrito Federal

O Projeto Economias Transformadoras Arranjos Produtivos do Distrito Federal por intermédio de termo de fomento a ser celebrado em parceria entre esta OSC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, cujo objetivo a identificação e o mapeamento de atores de três setores produtivos específicos: as indústrias do vestuário – malharia, o turismo náutico e o de produtos de cultivo de valor agregado voltados ao mercado gourmet, os três compõem as 33 Regiões Administrativas do Distrito Federal, exceto o turismo náutico que compreende os arredores do Lago Paranoá. Sua finalidade é modelar uma pesquisa para encontrar estes atores, seus mecanismos de governança em uma aglomeração econômica, mesmo quando não explícitos em uma estrutura organizada. Nessa medida, a parceria possibilitará o conhecimento organizacional dos setores eleitos e suas capacidades, com subsídios que potencializem as linhas de atuação do conjunto de empreendimentos mapeados, bem como, contribuir para a formulação e aperfeiçoamento de políticas de apoio que venham a ser implementadas. Promovendo a inclusão social e profissional e viabilizado por meio de emenda parlamentar, no valor R\$ 177.858,52(cento e setenta e sete mil oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e dois).

PROJETO: JORNADA DA MULHER EMPREENDEDORA – SANTA MARIA E GAMA

O projeto JORNADA DA MULHER EMPREENDEDORA – SANTA MARIA E GAMA por intermédio de termo de fomento a ser celebrado em parceria entre esta OSC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, cujo objetivo é a Instrução, capacitação e Profissionalização de 720 mulheres das Regiões Administrativas de Santa Maria e Gama, maiores de 16 anos.

Em cada Cidade serão oferecidos 06 (seis) cursos livres e 2 (duas) palestras que ocorrerão durante o período dos cursos. Cada curso terá carga horária de 80 horas por turno (divididos em turmas pela manhã e tarde) e 2 (duas) palestras com um tema por cidade. Cada curso terá carga horária de 80 horas por turno (divididos em turmas pela manhã e tarde). Os cursos serão: 1. Maquiagem 2. Cabeleireira 3. Design de Sobrancelhas 4. Alongamento de Unhas 5. Manicure e Pedicure 6. Secretariado Administrativo. Promovendo a inclusão social e profissional e viabilizado por meio de emenda parlamentar, no valor R\$ 998.789,46 (novecentos e noventa e oito mil, setecentos e oitenta e nove reais e quarenta e seis centavos).

0167 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES- EMPREENDEDORISMO NO-DISTRITO FEDERAL

PROJETO: JORNADA DA MULHER EMPREENDEDORA – TAGUATINGA, SAMAMBAIA e RECANTO DAS EMAS

O projeto JORNADA DA MULHER EMPREENDEDORA – TAGUATINGA, SAMAMBAIA e RECANTO DAS EMAS por intermédio de termo de fomento a ser celebrado em parceria entre esta OSC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, cujo objetivo é Instrução, capacitação e Profissionalização de 1.080 mulheres ", nas Regiões Administrativas de Taguatinga, Samambaia e Recanto das Emas, voltado à instrução e capacitação de 1.080 (mil e oitenta) mulheres maiores de 16 anos, nas três Regiões Administrativas, sendo 360 por cidade. Em cada Região serão oferecidos 06 (seis) cursos livres e 2 (duas) palestras com um tema por cidade. Cada curso terá carga horária de 80 horas por turno (divididos em turmas pela manhã e tarde). Os cursos serão: 1. Maquiagem 2. Cabeleireira 3. Design de Sobrancelhas 4. Alongamento de Unhas 5. Manicure e Pedicure 6. Secretariado Administrativo. Promovendo a inclusão social e profissional e viabilizado por meio de emenda parlamentar, no valor R\$ 493.684,60 quatrocentos e noventa e três reais e sessenta centavos).

PROJETO: INOVA DF

O projeto INOVA DF por intermédio de termo de fomento a ser celebrado em parceria entre esta OSC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, cujo objetivo é um evento dedicado a inovação, criatividade, tecnologia e sustentabilidade Acontecerá entre os dias 5 a 8 de maio de 2022 na Praça das Fontes no Parque da Cidade de Brasília, com uma vasta programação que tem o objetivo de conectar ideias, provocar a busca por novos caminhos e inspirar atitudes. O evento reunirá diversos profissionais, acadêmicos, estudantes, empreendedores e pesquisadores na busca por inovação, criatividade associadas a tecnologia e a sustentabilidade, na busca de espaços que estimulem diálogos provocativos sobre cultura, engajamento e novos negócios. Com entrada gratuita, estima-se um total de público de 10 mil pessoas e é destinado para aqueles que querem uma economia com negócios transparentes, ambientalmente saudáveis e socialmente justos. Será ofertada doses concentradas de conhecimento, ideias e exemplos para a carreira, negócios e organizações. Inovar é criar algo, é introduzir novidades, renovar, recriar. A inovação é sempre tida como sinônimo de mudanças e/ou melhorias de algo já existente. Promovendo a inclusão social e profissional e viabilizado por meio de emenda parlamentar, no valor R\$ 599.858,50 (um milhão quinhentos e noventa e nove mil oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos).

0171 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES--DISTRITO FEDERAL

Projeto: Economias Transformadoras: Arranjos Produtivos do Distrito Federal

O Projeto Economias Transformadoras Arranjos Produtivos do Distrito Federal por intermédio de termo de fomento a ser celebrado em parceria entre esta OSC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, cujo objetivo a identificação e o mapeamento de atores de três setores produtivos específicos: as indústrias do vestuário – malharia, o turismo náutico e o de produtos de cultivo de valor agregado voltados ao mercado gourmet, os três compõem as 33 Regiões Administrativas do Distrito Federal, exceto o turismo náutico que compreende os arredores do Lago Paranoá. Sua finalidade é modelar uma pesquisa para encontrar estes atores, seus mecanismos de governança em uma aglomeração econômica, mesmo quando não explícitos em uma estrutura organizada. Nessa medida, a parceria possibilitará o conhecimento organizacional dos setores elegidos e suas capacidades, com subsídios que potencializem as linhas de atuação do conjunto de empreendimentos mapeados, bem como, contribuir para a formulação e aperfeiçoamento de políticas de apoio que venham a ser implementadas. Promovendo a inclusão social e profissional e viabilizado por meio de emenda parlamentar, no valor R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

PROJETO: Caravana do Empreendedor

O projeto Caravana do Empreendedor por intermédio de termo de fomento a ser celebrado em parceria entre esta OSC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, consiste em evento itinerante destinado as empresas da Região Administrativa do Recanto das Emas, Sobradinho, Gama, Santa Maria e Planaltina, com objetivo de levar informações para as empresas sobre os programas de incentivo econômico. O projeto será executado pelo período de 28 de dezembro de 2021 a 28 de julho de 2022.

Dessa maneira, o projeto Caravana do Empreendedor visitará in loco os empresários participantes e beneficiários dos antigos programas de incentivos, para que de uma vez por todas seja possível resolver esses processos, e de agora em diante, que o GDF possa focar em um modelo que melhor ajude quem queira investir, gerar emprego e renda. Promovendo a inclusão social e profissional e viabilizado por meio de emenda parlamentar, no valor R\$ 2.499.859,90 (dois milhões quatrocentos e noventa e nove mil oitocentos e cinquenta e nove reais e noventa centavos).

0144 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-O DF QUE A GENTE QUER?-DISTRITO FEDERAL

Projeto: "O DF QUE A GENTE QUER

O Projeto "O DF QUE A GENTE QUER por intermédio de termo de fomento a ser celebrado em parceria entre esta OSC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, consiste em gerar uma segunda versão da Agenda "O DF QUE A GENTE QUER", tendo em vista o ciclo político de 2022. A nova versão deve incorporar aprendizados do processo pioneiro, aprimoramentos metodológicos, envolvimento da sociedade civil presente nas 33 regiões administrativas, e as mudanças ocorridas no ambiente de negócios e na sociedade (pós

covid). Objetivos Específicos 1. Influenciar os rumos do desenvolvimento de longo prazo da cidade; 2. Contribuir com a implementação das políticas públicas coerentes com os rumos traçados; e 3. Definir estratégias para monitorar a execução e resultados alcançados por meio da participação, transparência e do controle social. Promovendo a inclusão social e profissional e viabilizado por meio de emenda parlamentar, no valor R\$ 546.941,30 (quinhentos e quarenta e seis mil e novecentos e quarenta e um reais e trinta centavos).

0011 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS DE CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO E EMPREENDEDORISMO-CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA-DISTRITO FEDERAL

PROJETO: CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O projeto CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA por intermédio de termo de fomento a ser celebrado em parceria entre esta OSC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, consiste em realizar gravação e edição da tradução para libras de 200 (duzentas) videoaulas sobre empreendedorismo já existentes na plataforma CapacitaMPE e disponibilizá-las para a sociedade através de 250 acessos gratuitos, tendo como público principal pessoas com algum tipo de impedimento de longo prazo, com ênfase para deficientes auditivos. Promovendo a inclusão social e profissional e viabilizado por meio de emenda parlamentar, no valor R\$ 149.800,00 (cento e quarenta e nove mil e oitocentos reais).

0012 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS DE CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO E EMPREENDEDORISMO-CAPACITAÇÃO PARA TRABALHO E EMPREENDEDORISMO-DISTRITO FEDERAL

PROJETO: INOVA DF

O projeto INOVA DF por intermédio de termo de fomento a ser celebrado em parceria entre esta OSC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, cujo objetivo é um evento dedicado a inovação, criatividade, tecnologia e sustentabilidade acontecerá entre os dias 5 a 8 de maio de 2022 na Praça das Fontes no Parque da Cidade de Brasília, com uma vasta programação que tem o objetivo de conectar ideias, provocar a busca por novos caminhos e inspirar atitudes. O evento reunirá diversos profissionais, acadêmicos, estudantes, empreendedores e pesquisadores na busca por inovação, criatividade associadas a tecnologia e a sustentabilidade, na busca de espaços que estimulem diálogos provocativos sobre cultura, engajamento e novos negócios. Com entrada gratuita, estima-se um total de público de 10 mil pessoas e é destinado para aqueles que querem uma economia com negócios transparentes, ambientalmente saudáveis e socialmente justos. Será ofertada doses concentradas de conhecimento, ideias e exemplos para a carreira, negócios e organizações. Inovar é criar algo, é introduzir novidades, renovar, recriar. A inovação é sempre tida como sinônimo de mudanças e/ou melhorias de algo já existente. Promovendo a inclusão social e profissional e viabilizado por meio de emenda parlamentar, no valor R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

008 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS DE CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO E EMPREENDEDORISMO-REALIZAÇÃO DE PROJETOS DE CAPACITAÇÃO EM PROL DE EMPREENDEDORES E TRABALHADORES DO DF-DISTRITO FEDERAL

PROJETO: Tenda do Empreendedor

O projeto Tenda do Empreendedor por intermédio de termo de fomento a ser celebrado em parceria entre esta OSC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, consiste na realização do projeto "Tenda do Empreendedor", com início no dia 02 de dezembro de 2021 e término 14 de maio de 2022, com o objetivo de capacitar de empreendedores, comerciantes, feirantes e vendedores ambulantes, com informações claras e objetivas sobre as atividades comerciais, instruindo-os a aperfeiçoar o esforço empregado nas vendas e otimizar as relações com os clientes e funcionários, realizando uma feira itinerante na cidade do Recanto das Emas. O evento consiste em atender 200 inscritos, divididos em 4 turmas de 50 pessoas. Será totalmente gratuito, com a finalidade de dar suporte aos dos participantes de aprimorarem seus negócios ou de até mesmo saber como gerir um negócio, uma vez que para a maioria das pessoas, a falta de informação e/ou o conhecimento técnico que fazem parte do funcionamento de um comércio são as principais dificuldades para dar início a abertura do seu próprio negócio ou de mantê-las. Além disso, a realização do projeto irá gerar

renda e receita ao GDF visto a movimentação econômica-tributária que a mesma desencadeará e a geração de empregos. Promovendo a inclusão social e profissional e viabilizado por meio de emenda parlamentar, no valor R\$ 399.204,90 (trezentos e noventa e nove reais, duzentos e quatro reais e noventa centavos). **PROJETO: Empreender Criativo**

O projeto Empreender Criativo por intermédio de termo de fomento a ser celebrado em parceria entre esta OSC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, consiste em evento de capacitação itinerante destinado preferencialmente ao público empresarial e aos jovens a partir de 16 anos, possíveis novos empreendedores, da Região Administrativa do Gama e será realizado no período de 22 de novembro de 2021 a 04 de fevereiro de 2022 aonde capacitar a comunidade do Gama-DF, que participar do evento, por meio de oficinas profissionalizantes com foco no despertar do público para o empreendedorismo e incentivar a abertura de MEI's (Microempresas Individuais). Promovendo a inclusão social e profissional e viabilizado por meio de emenda parlamentar, no valor R\$ 419.491,13 (quatrocentos e dezenove mil, quatrocentos e noventa e um reais e treze centavos).

PROJETO: PROJETO JORNADA DA MULHER EMPREENDEDORA – RECANTO DAS EMAS (ÁGUA QUENTE) e SAMAMBAIA

O projeto JORNADA DA MULHER EMPREENDEDORA – RECANTO DAS EMAS (ÁGUA QUENTE) e SAMAMBAIA por intermédio de termo de fomento a ser celebrado em parceria entre esta OSC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, cujo o objetivo é a Instrução e capacitação de 720 mulheres nas Regiões Administrativas do RECANTO DAS EMAS (ÁGUA QUENTE) e SAMAMBAIA, maiores de 16 anos, nas duas cidades. Em cada Cidade serão oferecidos 06 (seis) cursos livres e 2 (duas) palestras que ocorrerão durante o período dos cursos. Cada curso terá carga horária de 80 horas por turno (divididos em turmas pela manhã e à tarde) o fundamental como nível de instrução. Serão disponibilizados 06 (seis) cursos, sendo: 1. Maquiagem Profissional 2. Cabeleireira Profissional 3. Designer de Sobrancelhas 4. Extensão de Unhas 5. Manicure e Pedicure 6. Secretariado Administrativo. Promovendo a inclusão social e profissional e viabilizado por meio de emenda parlamentar, no valor R\$ 999.571,44 (novecentos e noventa e nove mil, quinhentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos).

5021 - MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DF - PROCIDADES

Em 10 de setembro de 2014 o Governo do Distrito (GDF) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) assinaram o contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR para cooperação na execução do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (PROCIDADES/DF) que entrou em fase de execução a partir de sua assinatura. O programa teve um custo total de US\$ 71.430.000,00 (setenta e um milhões quatrocentos e trinta mil dólares), dos quais, US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares) estão sendo financiados com recursos do BID e US\$ 21.430.000,00 (vinte e um milhões quatrocentos e trinta mil dólares) representam a contrapartida constituída com recursos do GDF.

Ficou estabelecido que a execução do contrato consistiria em ações pelos participantes, visando o cumprimento das atividades e das condições contratadas junto ao BID por um prazo de execução de 5 (cinco) anos, contados a partir da sua assinatura.

Em outubro de 2021, na reunião de revisão de Carteira do Contrato de Empréstimo BID nº 2957/OC-BR foi concedido a prorrogação de prazo por mais 12 meses do contrato de empréstimo, tendo em vista que as ações previstas no programa ultrapassavam o prazo vigente do contrato. O novo aditivo contratual, contempla a prorrogação do contrato até o prazo de setembro de 2022.

O Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito federal (PROCIDADES/DF) tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico descentralizado do Distrito Federal por meio de melhorias no ambiente de negócios e da promoção de investimentos, do fomento ao desenvolvimento empresarial e da melhoria da infraestrutura urbana em Áreas de Desenvolvimento Econômico- ADES, São contempladas pelo Programa as seguintes ADES: Setor de Materiais de Construção, Setor de Indústrias e ADE Centro Norte em Ceilândia, a Área de Múltiplas Atividades do Gama e o Polo JK em Santa Maria.

O programa busca promover a consolidação e estimular a ocupação dessas áreas. A promoção das atividades econômicas previstas está diretamente relacionada com a dotação de uma

infraestrutura urbana funcional, assim como a adequação do desenho e dos serviços urbanos, de acordo com a sua vocação econômica, e que permita a sua plena operação e funcionalidade.

O Programa PROCIDADES é constituído de 4 Componentes:

Componente I: Desenvolvimento institucional estratégico, este componente busca fortalecer a Secretaria, ou outra que vier sucedê-la, com as mesmas atribuições, estrutura e competências legais, com o propósito de melhorar o ambiente de negócios e fomentar a competitividade econômica no DF. Este componente tem por objetivo financiar os serviços de consultoria para a modernização dos programas da Secretaria, em aspectos referentes à otimização de processos e à simplificação de trâmites de autorizações para realizar os empreendimentos nas ADES. Também será financiada a implantação de um sistema de monitoramento e gestão do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (PRO-DF II), de forma a gerenciar os programas de incentivo econômico.

Execução: BIM Foi contratada empresa especializada para implementação da solução BIM (Building Information Modeling) da Secretaria de Estado de Obras -SO/DF, compreendendo a aquisição de servidor, switches e estações de trabalho (workstation), novos e em primeiro uso, além de solução de software de ferramenta BIM, transferência de conhecimento e consultoria. Implementação do Sistema de Gestão e Controle do PRO-DF: Foi contratado empresa para implementação do Sistema de Gestão e Controle PRO-DF, no valor R\$ 1.889.225 (hum milhão, oitocentos e oitenta e nove mil, duzentos e vinte e cinco reais) e o contrato encontra-se em execução. Encontram-se em fase de elaborações das especificações técnicas para início do processo licitatório a capacitação da equipe técnica da SDE. Já os processos de aquisição de notebooks, equipamentos de Impressão, telas de projeção, solução de procedimento e armazenamento hiper convergente e ativos de rede (servidores), têm-se seus processos licitatórios em andamento. Foram contratadas Licenças de Softwares de edição de texto e licenças de Antivírus e firewall.

Componente II: Programa de atração de investimentos esse componente tem como objetivo principal contribuir para a atração de investimentos e a diversificação de atividades econômicas em todo o DF, por meio da estruturação de um programa de promoção de Investimentos denominado PDAI-Plano Distrital de Atração de Investimento (substitui o Brasília Negócios). Constitui-se de diretrizes que norteará ações, projeto e programas governamentais que tenham fundamento na geração de emprego, renda e sustentabilidade no desenvolvimento econômico do Distrito Federal. Será elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, em consonância com o Plano Estratégico Governamental, com a legislação vigente, com estudos técnicos e as recomendações de órgãos e entidades públicas, privadas nacionais e internacionais voltados ao estudo do desenvolvimento econômico.

Componente III: Desenvolvimento empresarial nas ADES Esse componente buscar contribuir para o desenvolvimento das empresas localizadas nas ADEs priorizadas. Financiará a contratação de serviços de consultoria e assistência técnica, tais como a CNI, SENAI, o Banco do Brasil e o SEBRAE. Ações voltadas à programas capacitação empresarial e de trabalhadores,

Execução: Elaboração de 3.000 diagnósticos e capacitações em temas de gestão empresarial nas ADES: Contrato finalizado. Contratação Direta do SENAI para capacitação de trabalhadores nas ADES: Processo Licitatório em Andamento. Contratação de programa de capacitação da modernização tecnologia, inovação e certificação das empresas das ADES: Execução em Andamento.

Componente IV: Urbanismo e infraestrutura nas ADES Esse componente busca melhorar as condições urbanas e de infraestrutura nas ADES prioritárias, com a finalidade de potencializar seu desenvolvimento socioeconômico. Para tanto, financiará obras de esgotamento sanitário, drenagem urbana, pavimentação, urbanismo e ampliação do fornecimento de energia elétrica. Para melhoria do ambiente urbano serão executadas as obras de drenagem pluvial, pavimentação, praças, paisagismo urbano, iluminação pública, calçadas e ciclovias nas ADES, permitindo aos trabalhadores e empresários das ADES e para a população do entorno se beneficiar destas benfeitorias.

9085 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS TURÍSTICOS

Projeto: Hair Brasília and Beauty 2021

O Projeto Hair Brasília and Beauty 2021 por intermédio de termo de fomento a ser celebrado em parceria entre esta OSC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, cujo o objetivo é a Feira de negócios, produtos e serviços voltados para profissionais da área da beleza e seu público-alvo, formado por profissionais de cabelo, barbeiros, manicure/pedicure, podólogos, depiladoras, maquiadores, esteticistas, massoterapeutas, empresários, estudantes do segmento, futuros empreendedores e o público feminino. Será realizada dos dias 31/10/2021, 01/11/2021 e 02/11/2021, no Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha. Este evento é de grande sugestão a futuros empreendedores em geral, de todos os Estados da Federação, tendo em vista ser um evento com diversos atrativos e oportunidades de empreendimento, realização de cursos e o aprendizado de novas técnicas, bem como o que há de mais moderno e inovador no mercado mundial. Promovendo a inclusão profissional e viabilizado por meio de emenda parlamentar, no valor R\$ 194.490,03 (cento e noventa e quatro mil, quatrocentos e noventa reais e três centavos).

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10518 - RENDA DOMICILIAR PER CAPITA DO GAMA	REAL	1597,10	01/12/2018	Anual	1629,00	0,00	1662,00	0,00	X	X	1679,00	X	CODEPLAN/ UO 20101 / OE 168
Justificativa: 2020 - O último dado coletado é referente ao PDAD do ano de 2018 elaborado pela CODEPLAN. RENDA DOMICILIAR PER CAPITA DO GAMA/2018: R\$ 1.597,05. Vale informar que o PDAD possui uma periodicidade irregular, sendo os estudos lançados nos anos de 2004, 2011, 2013, 2015 e 2018.													
10518 - RENDA DOMICILIAR PER CAPITA DO GAMA	REAL	1597,10	01/12/2018	Bianual	1629,00	0,00	1662,00	0,00	X	X	1679,00	X	CODEPLAN/ UO 20101 / OE 168
Justificativa: 2021 - Atributo não apurados devido a falta de dados fornecidos.													
10512 - PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NO PIB DF	PROPORÇÃO	0,07	01/12/2016	Anual	0,08	0,00	0,09	0,00	0,10	X	0,11	X	CODEPLAN/ UO 20101 / OE 74
Justificativa: 2020 - O último dado coletado é referente ao PIB/DF do ano de 2018 elaborado pela CODEPLAN. PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NO PIB DF: 0,042. 2021 - Atributo não apurados devido a falta de dados fornecidos.													
10517 - RENDA DOMICILIAR PER CAPITA DA CEILÂNDIA	REAL	1120,00	01/12/2018	Anual	1143,00	0,00	1166,00	0,00	X	X	1189,00	X	CODEPLAN/ UO 20101 / OE 168
Justificativa: 2020 - O último dado coletado é referente ao PDAD do ano de 2018 elaborado pela CODEPLAN. RENDA DOMICILIAR PER CAPITA DA CEILÂNDIA/2018: R\$ 1.120,02. Vale informar que o PDAD possui uma periodicidade irregular, sendo os estudos lançados nos anos de 2004, 2011, 2013, 2015 e 2018.													
10517 - RENDA DOMICILIAR PER CAPITA DA CEILÂNDIA	REAL	1120,00	01/12/2018	Bianual	1143,00	0,00	1166,00	0,00	X	X	1189,00	X	CODEPLAN/ UO 20101 / OE 168
Justificativa: 2021 - Atributo não apurados devido a falta de dados fornecidos.													
10519 - RENDA DOMICILIAR PER CAPITA DE SANTA MARIA	REAL	977,00	01/12/2018	Anual	997,00	0,00	1017,00	0,00	X	X	1042,00	X	CODEPLAN/ UO 20101 / OE 168
Justificativa: 2020 - O último dado coletado é referente ao PDAD do ano de 2018 elaborado pela CODEPLAN. RENDA DOMICILIAR PER CAPITA DE SANTA MARIA/2018: R\$ 979,18. Vale informar que o PDAD possui uma periodicidade irregular, sendo os estudos lançados nos anos de 2004, 2011, 2013, 2015 e 2018.													
10519 - RENDA DOMICILIAR PER CAPITA DE SANTA MARIA	REAL	977,00	01/12/2018	Bianual	997,00	0,00	1017,00	0,00	X	X	1042,00	X	CODEPLAN/ UO 20101 / OE 168
Justificativa: 2021 - Atributo não apurados devido a falta de dados fornecidos.													
10520 - TAXA DE EMPREGOS INFORMAIS NO DISTRITO FEDERAL	PERCENTUAL	22,30	01/06/2019	Mensal	22,00	0,00	21,70	24,60	21,50	X	21,20	X	DIEESE/ UO 20101 / OE 77
Justificativa: 2020 - Esse dado não foi produzido pelo DIEESE no ano de 2020. 2021 - Devido a pandemia, o número de empregados informais e autônomos aumentaram. Diante disso o número de trabalhadores foi maior que o esperado. Apuração do Índice de Referência 12/2021.													
10556 - PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NA ARRECADAÇÃO DO ICMS	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	14,57	X	15,26	12,95	15,95	X	16,64	X	SECRETARIA DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL/ UO 20101 / OE 74
Justificativa: 2021 - Indicador = 12,95, menor que o esperado.													
10366 - POSIÇÃO NO RANKING DO ÍNDICE DE CIDADES EMPREENDEDORAS (ICE)	RANKING	17,00	01/12/2017	Anual	16,00	0,00	15,00	5,00	14,00	X	13,00	X	ENDEAVOR/ UO 20101 / OE 75
Justificativa: 2020 - O último dado produzido é referente ao ICE do ano de 2017 elaborado pela Endeavor Brasil. A partir do ano de 2017 não foram publicados mais estudos com a mesma metodologia pela empresa. O indicador será revisto. POSIÇÃO NO RANKING DO ÍNDICE DE CIDADES EMPREENDEDORAS (ICE): 17ª. 2021 - A meta do indicador será cumprida até 2023.													

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	76408,0	76408,00	37460,52	30931,87

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8482 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	76408,0	76408,00	37460,52	30931,87
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA	76408,00	76408,00	37460,52	30931,87

8482 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL

Visa o amparo e assistência dos presos. Nesse sentido, a SDE efetivou convênio com a FUNAP/DF para fornecimento de mão de obra de 2 reeducandos. Entretanto houve o desligamento de 1 reeducando, permanecendo apenas com 1 um até o dezembro de 2021.

8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	7752315,0	14904813,14	11724232,04	11177377,96
0067 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	7752315,0	14904813,14	11724232,04	11177377,96
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	533313,0	768946,49	529241,37	518641,37
0058 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	533313,0	768946,49	529241,37	518641,37
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	3570137,0	3682236,24	3325026,26	2428081,87
0062 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	3570137,0	3670137,00	3325026,26	2428081,87

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0194 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	12099,24	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	260000,0	0,0	0	0
0024 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	260000,0	0,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	121767,0	50767,00	0	0
2605 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	121767,0	50767,00	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	35000,0	15000,00	0	0
0057 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	35000,0	15000,00	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	10000,0	0,0	0	0
5374 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	12282532,00	19421762,87	15578499,67	14124101,20

8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Refere-se a folha de pagamento dos servidores da Secretaria.

8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES

Corresponde a valores destinados a auxílio creche, alimentação e transporte.

8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

Refere-se à manutenção das unidades da SDE. Foram quitados todos débitos da SEMP como por exemplo a manutenção do Simplifica PJ.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

SIMPLIFICA PJ

O programa Simplifica PJ, Instituído pelo Decreto no 38.022/2017, constituiu unidade de atendimento sob a coordenação da SDE, foi inaugurado em outubro de 2017, sediada na QI 19, Lojas 28 a 32, no Setor Industrial de Taguatinga e representa o espaço integrado e totalmente dedicado ao empreendedor, que tem por objetivo simplificar e desburocratizar o atendimento às empresas, fomentar o empreendedorismo e melhorar o ambiente de negócios no Distrito Federal. Trabalhou-se na criação de espaços integrados nas Regiões Administrativas para atendimento e orientação exclusiva aos empreendedores do DF num total de 10.945 atendimentos.

O programa é resultado da integração do setor empresarial e Industrial do DF e sua implementação é resultado de um contrato de comodato, sem custo, com a Federação das Indústrias de Brasília - FIBRA além da reforma e da cessão do mobiliário realizada pelo SEBRAE. O ambiente dispõe de salas para curso de capacitação e um amplo auditório.

Atualmente, integra no projeto 15 órgãos e entidades de apoio ao empreendedor sendo eles: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SDE), Secretaria de Estado de Agricultura (SEAGRI), Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística (DF LEGAL), Secretaria Executiva das Cidades/SECID, Administração de Taguatinga (RA III), Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social (SS), Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil (SUSDEC), secretaria de Estado do Trabalho (SETRAB), Diretoria de Vigilância Sanitária (DIVISA/SVS), corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal (JUCIS), Banco de Brasília (BRB), Receita Federal do Distrito Federal (RF-DF), Banco do Brasil (BB), Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal (CRC/DF), e mais uma unidade móvel de atendimento do BRB, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro Pequenas Empresas (Sebrae/DF) e o Sistema Fibra.

DESENVOLVE-DF

A Lei distrital nº 6.468, de 2019 foi responsável pela completa reformulação do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – PRÓ-DF II e pela criação de um novo sistema de concessão de benefício econômico: o da Concessão de Direito Real de Uso – CDRU (sem opção de compra) pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Distrito Federal – Desenvolve-DF.

Apesar das modificações, o objetivo do Programa continua o mesmo: ampliar a capacidade da economia local na produção de bens e serviços e na efetiva geração de emprego, renda, receita tributária, além de promover o desenvolvimento econômico social, sustentável e integrado do Distrito Federal.

NOVAS POSSIBILIDADES – LEI Nº 6.468/2019

Para aquelas empresas que já participaram ou que ainda participam do Pró-DF II ou de programas anteriores, a Lei distrital nº 6.468/2019 trouxe algumas possibilidades, dentre as quais (clique nos links em verde para mais informações e seus respectivos requerimentos)

MIGRAÇÃO DE PROGRAMAS ANTERIORES

É a possibilidade de regularização dos empreendimentos beneficiados pelos programas de desenvolvimento econômico PROIN-DF, PRODECON-DF, PADES-DF e PRÓ-DF pelo benefício econômico previsto no Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – PRÓ-DF II, desde que a beneficiária tenha assinado o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra – CDRU-C no âmbito de qualquer dos programas anteriores.

O prazo para solicitação de Migração para o PRÓ-DF II será até 04/02/2022, em todas as hipóteses (pedido de migração isolado ou concomitante com qualquer outro).

CONVALIDAÇÃO DO BENEFÍCIO ECONÔMICO

Permite que as empresas enquadradas nas situações previstas nos arts. 1º ou 9º da Lei distrital nº 6.251/2018 assinem Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra – CDRU-C no âmbito do PRÓ-DF II.

REVOGAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CANCELAMENTO

(Arts. 8º e 9º da Lei nº 6.468/2019 e Arts. 23 a 27 do Decreto nº 41.015/2020)

A empresa que tenha tido seu benefício econômico cancelado poderá requerer a revogação administrativa do cancelamento, desde que esteja em funcionamento no endereço incentivado e gerando, no mínimo, 70% dos empregos previstos, observados os demais requisitos da legislação.

O pedido será objeto de análise técnica pela Secretaria de Empreendedorismo e, posteriormente, submetido ao Conselho de Gestão do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo – COPEP.

TRANSFERÊNCIA DE INCENTIVO

(Art. 7º da Lei nº 6.468/2019 e Arts. 16 a 22 do Decreto nº 41.015/2020)

É a possibilidade de a empresa inicialmente incentivada transferir a titularidade do benefício econômico para outra empresa, desde que tenha decorrido, pelo menos, 5 anos da concessão originária, ou seja, a aprovação do PVTEF (para incentivos anteriores e Pró-DF II) ou do PVS (para o novo sistema).

A empresa que receberá o incentivo assumirá todos os direitos e obrigações do benefício econômico concedido àquela que o transferirá. Assim, se não houver mais direito ao desconto no momento do exercício da opção de compra, por exemplo, a beneficiária que recebeu a transferência somente terá direito ao desconto de 10% previsto no art. 29 da Lei distrital nº 6.468, de 2019.

ADESÃO AO DESENVOLVE-DF

As empresas beneficiárias de programas anteriores ao PRÓ-DF II poderão optar pela adesão direta ao Desenvolve-DF até 04/02/2022, dispensado o procedimento licitatório.

Para as empresas beneficiárias do PRÓ-DF II, a opção poderá ser realizada a qualquer momento.

CARTÃO MATERIAL ESCOLAR

E uma ação de Políticas Públicas do Governo do Distrito Federal visando complementar o valor despendido na aquisição do material escolar; oportunizar ao beneficiário o poder de escolha do material escolar; descentralizar a aquisição como forma de fomentar o comércio de diferentes estabelecimentos especializados na comercialização do material escolar, além de proporcionar a geração de emprego e renda nas regiões administrativas.

Público alvo - empresas enquadradas na comercialização varejista do ramo de papelaria, em sua atividade primária, conforme especificação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas CNAE, sediadas e registradas no Cadastro Fiscal do Distrito Federal (CF/DF), com mais de seis meses de Cadastro Fiscal de Pessoa Jurídica (CNP).

É uma ação conjunta com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Compete a SDE/DF o credenciamento dos estabelecimentos comerciais, mediante critérios definidos na Chamada pública que deverá ser publicada no DODF e divulgada em jornais de grandes circulações e canais de publicidade governamentais.

CARTÃO CRECHE

Credenciamento de instituições educacionais da rede privada de ensino que tenham como atividade a educação infantil – creche, exceto as instituições educacionais da rede privada sem fins lucrativos que já têm parceria com a Secretaria de Estado de Educação, conforme Classificação Nacional de Atividade Econômica CNAE 85112/00, sediadas no Distrito Federal, para atendimento de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos que não estejam matriculadas na rede pública de ensino do Distrito Federal e/ou a esta vinculada, contempladas pelo Programa de Benefício Educacional Social - PBES Cartão Creche, de acordo com o artigo 17 do Decreto 40.445, de 05 de fevereiro de 2020, em cumprimento ao disposto na Lei 5.499, de 14 de julho de 2015 - Plano Distrital de Educação - PDE.

EMPREGA DF

O Programa EMPREGA-DF consiste na adesão, por meio do Decreto Distrital nº 39.803, de 02 de maio de 2019, do Distrito Federal aos benefícios fiscais previstos nas seguintes Leis do Estado do Mato Grosso do Sul: Lei Complementar nº 93, de 05/11/2001; e Lei nº 4.049, de 30/11/2011. O Programa prevê a possibilidade de concessão de benefícios ou incentivos fiscais, financeirofiscais e extrafiscais que possam ser utilizados como instrumento de política fiscal ou de fomento à industrialização do Distrito Federal e incentivo ao incremento na circulação de bens e serviços em seu território. A Portaria Conjunta SDE/SEEC nº 3, de 4 de junho de 2019, regulamenta os procedimentos relativos à fruição dos incentivos e benefícios fiscais no âmbito dos Programas instituídos pelo Decreto nº 39.803, de 2 de maio de 2019.

Os principais objetivos do EMPREGA-DF são:

- I – instalação de novas empresas e ampliação, modernização, reativação ou realocação das existentes;
- II – transformação de produtos primários em produtos industrializados;
- III – diversificação das bases produtivas e circulatória de bens e serviços;
- IV – melhoria aferível das condições de trabalho dos operários;
- V – ampliação ou, no mínimo, manutenção dos postos de trabalho;
- VI – estímulo à parceria ou à troca de informações entre empresas e universidades;
- VII – fornecimento dos meios ao seu alcance para que as empresas locais tornem-se competitivas no mercado, possibilitando a concorrência com outras Unidades da Federação;
- VIII – estímulo e fomento à instalação e ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas instaladas no DF; e
- IX – inovação tecnológica.

Os empreendimentos que podem beneficiados no âmbito do Programa são os seguintes:

1. Empreendimento econômico produtivo industrial;
2. Empreendimento comercial de bens em grande escala (atacado);
3. Empreendimentos importadores de bens desembaraçados no território do DF; e
4. Outros empreendimentos, definidos em ato do Governador.

Para fixação do percentual de incentivo a ser concedido, são priorizados os empreendimentos que atendam aos seguintes critérios:

1. Que se localizem em regiões administrativas de relevante interesse social para a geração local de emprego e renda;
2. Que se localizem em Áreas de Desenvolvimento Econômico que necessitem de revitalização e de maior dinamismo;
3. Que se integrem como elos da cadeia da nascente indústria químicofarmacêutica do DF;
4. Que se integrem como fornecedores ou demandantes de produtos industriais de alto valor agregado e inovadores destinados ou oriundos do Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC;
5. Que sejam instalados com observância dos impactos para o trânsito e qualidade de vida das populações circunvizinhas.
6. O instrumento administrativo utilizado para formalização da adesão ao EMPREGA-DF e ao PROIMP - DF é o Termo de Acordo de Regime Especial de Apuração do ICMS - TARE, lastreado em parecer técnico, firmado perante o titular da pasta da SDE-DF e em seguida ratificado pelo titular da SEFP-DF para que surta os efeitos tributários próprios.

Visando assegurar que o EMPREGA-DF atinja seus objetivos econômicos e sociais, os benefícios são objeto de acompanhamento anual para verificar o cumprimento dos compromissos e das metas fixados no Termo de Acordo. Além disso, os empreendimentos beneficiados são vistoriados por técnicos da SDE/DF e, quando se julgar necessário, acompanhados por técnicos indicados pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF.

Atualmente, o Programa EMPREGA-DF conta com a participação de 23 (vinte e três) empreendimentos beneficiados.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Com o objetivo de dar visibilidade às principais realizações desta Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE, no ano de 2021, bem como das propostas prioritárias para o próximo exercício, 2022, levantamos alguns pontos:

Como medidas de segurança para enfrentar a pandemia, a SDE apresentou ações destinadas a melhoria das Áreas de Desenvolvimento Econômico- ADES, a execução o Programa PROCIDADES que tem como objetivo o desenvolvimento econômico descentralizado do Distrito Federal por meio de melhorias no ambiente de negócios e de Investimentos, do fomento ao desenvolvimento empresarial e da melhoria da Infraestrutura urbana em Áreas de Desenvolvimento Econômico - ADES.

Neste sentido, pode-se evidenciar a retomada das atividades que estão sendo viabilizadas devido à prorrogação para 2022 da vigência do contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, negociação articulada pelo Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SDE.

A Obra de implantação de subestação de energia para estabilizar o fornecimento do Insumo às Indústrias no Polo JK, em Santa Maria, é um desses projetos de infraestrutura. Somente nesta obra, para fornecer energia estável o investimento é de R\$ 25 milhões. Foi assinado o contrato com empresa responsável pela implantação da linha de alimentação no valor de 10 milhões, com prazo de entrega prevista para 2022.

Estão previstas as entregas das obras das praças na ADE Ceilândia, com custo estimado de R\$ 3,5 milhões e as obras de complementação da urbanização e mobilidade urbana da ADE Materiais de Construção e execução de pavimentação, rede de drenagem de águas pluviais e complementação de urbanização e mobilidade urbana da ADE Setor de Indústria de Ceilândia, ambas entregas previstas para 2022.

Outro ponto que merece destaque são as apreciações do Comitê de Financiamento à Atividade Produtiva do Distrito Federal COFAP/DF. O citado Comitê, que analisa e aprova propostas de financiamento com recursos do Fundo Constitucional do Centro Oeste - FCO, aprovou em

2020 o total de 338 (trezentos e trinta e oito) cartas consulta que somam R\$ 778.904.043,48 (Setecentos setenta e oito milhões, novecentos e quatro mil, quarenta e três reais e quarenta e oito centavos).

No que tange os resultados do Programa Emprega DF, mesmo em um contexto de pandemia, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico em conjunto com a com a Secretaria de Economia, alcançou resultados expressivos.

Para o ano que se inicia, a manutenção do programa tem o potencial de atrair outras empresas, com destaque para os Centros de Distribuição que se encontram em negociação.

20201 - COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap, empresa pública de direito privado, foi criada pela Lei Federal nº 5.861 de 12 de dezembro de 1972, tem como finalidade executar as atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal, por meio de utilização, aquisição, administração, aluguéis, concessão de direito real de uso, concessão de uso oneroso, parcelamento do solo, cessão de uso, disposição, incorporação, oneração ou alienação de bens, mediante contraprestação do serviço assim como realizar, diretamente, obras e serviços de infraestrutura, de urbanização, edificação, viárias e outras atividades correlatas no Distrito Federal, ou indiretamente, mediante convênios, contratos ou outros instrumentos.

É regida pela supracitada Lei, pela Lei Distrital nº 4.586, de 13 de julho de 2011, pela Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, pela Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, e subsidiariamente pela legislação aplicável às sociedades por ações, e seu capital social é dividido entre o Distrito Federal, detentor de 51%, e a União, com 49%.

Sem prejuízo das atribuições da Lei que a criou, a Lei Distrital nº 4.586 de 13 de julho de 2011 definiu novas atribuições para a Empresa, que passou a ter também, a função de Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, por intermédio de proposição, operacionalização e implementação de programas e projetos de desenvolvimento econômico e social de interesse do Distrito Federal.

Na qualidade de Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, compete a Terracap operacionalizar atividades imobiliárias, de modo a gerar recursos para o investimento em infraestrutura econômica e social, além de assegurar a sustentabilidade de longo prazo de suas receitas; realizar a promoção direta ou indireta, inclusive por meio de subvenção econômica, de investimentos em parcelamentos do solo, regularização, infraestrutura e edificações, nas áreas de programas e projetos de: expansão urbana e habitacional; desenvolvimento econômico, social, industrial e rural; desenvolvimento do setor de serviços; desenvolvimento tecnológico e de estímulo à inovação; construção, manutenção e adequação básica e operacional de bens imóveis destinados à prestação de serviços públicos; estabelecer Parcerias Público-Privadas (PPP), constituir Sociedades de Propósito Específico (SPE), Subsidiárias Integrais e promover operações urbanas consorciadas para implantação e desenvolvimento de empreendimentos considerados estratégicos; promover estudos e pesquisas, além de realizar levantamento, consolidação e divulgação de dados, com periodicidade regular, relacionados ao ordenamento urbano, o provimento habitacional e o mercado imobiliário no Distrito Federal; e, quando a Terracap atuar como Agência de Desenvolvimento em programas e projetos de desenvolvimento econômico e social de interesse do Distrito Federal, para atuação em áreas públicas e bens imóveis destinados à prestação de serviços públicos, será oferecida à Novacap a preferência conferida pelo Art. 1º, Inc. II, alínea "e" da Lei Distrital Nº 4.586/2011, com a redação dada pela Lei nº 5.538, de 08 de setembro de 2015.

Assim, além de ser uma das executoras da política de ordenamento territorial do Governo, a Terracap é também uma das executoras das políticas de desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, atuando não apenas no financiamento de investimentos para parcelamento do solo, mas, também, na expansão urbana e habitacional, no desenvolvimento econômico, social, industrial e agrícola, no desenvolvimento do setor de serviços e da área de tecnologia e no estímulo à inovação.

Em 2018, a Lei Distrital nº 6.140, de 03 de maio de 2018, determinou à Terracap a administração, a implantação, o desenvolvimento e a operação do Parque Tecnológico de Brasília. Desta forma, foi criada a BIOTIC S/A, subsidiária integral da Terracap, para exercer este importante papel que tem o objetivo de realizar a gestão, controle e estruturação do empreendimento. A viabilização deste novo negócio envolve desde operações financeiras e

imobiliárias de ocupação do espaço à realização de prospecção de novos negócios que sejam condizentes com a finalidade do desenvolvimento sustentável do Distrito Federal.

Comprometida a trabalhar em coerência com os objetivos estratégicos e observância dos princípios do Governo do Distrito Federal, a Terracap consolidou a sua participação nas políticas de desenvolvimento econômico e social, fundiária, habitacional e de implantação de infraestrutura básica local.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	75	61	156	140	432
Comissionados sem vínculo efetivo	47	77	0	0	124
Requisitados de órgãos do GDF	8	23	0	0	31
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	7	0	0	8
Estagiários	0	0	43	49	92
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	273	23	296
Outros - especificar	0	0	10	3	13
Subtotal	131	168	482	215	996
(-) Cedidos para outros órgãos	2	0	0	0	2
Total Geral	129	168	482	215	994

* Terceirizados, esse item é composto por: brigadistas, vigilantes, copeiras, agentes de portaria, empregados dos serviços gerais, da manutenção predial e da fiscalização.

** Outros - especificar: empregados especiais da Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial (CETEFE).

Obs.: O contrato dos Jovens Aprendizes ficou suspenso durante o ano de 2021.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	16000000,0	14500000,0	30500000,0	28508287,73
6191 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	16000000,0	14500000,0	30500000,0	28508287,73

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	13332600,0	-2346974,0	10985626,0	10973625,19
0003 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	13332600,0	-2346974,0	10985626,0	10973625,19
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	54483493,0	-42138000,0	12345493,0	11188913,88
7163 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	54483493,0	-42138000,0	12345493,0	11188913,88
9090 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	8940000,0	-4720000,0	4220000,0	3066331,41
0001 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA--DISTRITO FEDERAL	8940000,0	-4720000,0	4220000,0	3066331,41
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30160000,0	-26154679,0	4005321,0	2940768,79
0073 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	30160000,0	-26154679,0	4005321,0	2940768,79
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	122916093,00	-60859653,00	62056440,00	56677927,00

Inerente a qualquer atividade empresarial, seja pública ou privada, a TERRACAP está sujeita aos riscos provenientes de sentenças judiciais em caso de sucumbência. Assim, em 2021, as execuções quanto às sentenças cíveis em desfavor da TERRACAP somaram 97 (noventa e sete) enquanto as trabalhistas somaram 39 (trinta e nove), totalizando uma execução de R\$ 28,5 milhões.

Foram realizados pagamentos no total de R\$ 10,9 milhões relativos à ação de amortização e encargos da dívida pública contratada interna. A ação refere-se ao pagamento parcelado da operação de crédito realizada junto ao banco em 2018 no valor total de R\$ 19,6 milhões, tendo sido efetuada sua liquidação antecipada no ano de 2021, e não efetuando novas operações desta natureza no citado exercício.

No âmbito da Ação de Ressarcimentos, Indenizações e Restituições Pessoal estão enquadradas despesas de servidores requisitados, do Programa de Desligamento Incentivado (PDI); das rescisões contratuais e acertos de contas. Assim, os valores executados nesta ação correspondem ao ressarcimento de 29 empregados requisitados (em média) que mantiveram vínculo ao longo de 2021, ao pagamento de indenização média a 20 empregados (em média) que aderiram ao PDI, bem como 22 rescisões contratuais e ou acerto de contas ocorridos no exercício, totalizando R\$ 11,1 milhões.

Quanto a Participação Acionária, foram gastos R\$ 3 milhões aproximadamente com a quitação de obrigações contratuais da subsidiária integral, visando o aumento de capital social da controladora TERRACAP frente a BIOTIC.

Dentro da Ação Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições foram pagas despesas referentes às devoluções administrativas decorrentes de contratos, pagamentos em duplicidade ou indevidos totalizando R\$ 2,9 milhões.

6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3144 - REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO RURAL	1500000,0	0	1500000,0	34314,55
0001 - REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO RURAL- TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	1500000,0	0	1500000,0	34314,55
TOTAL - 6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL	1500000,00	0,00	1500000,00	34314,55

Em relação a ação de realização de parcelamento rural, teve-se duas ações fáticas relacionadas.

Uma vinculada à contratação de estudo ambiental PCA – Plano de Controle Ambiental e RCA – Relatório de Controle Ambiental das Fazendas Cava de Baixo e Santo Antônio dos Guimarães, que teve já concluído a entrega do Plano de Trabalho para tais estudos.

A outra está vinculada com a entrega total concluída do estudo ambiental PCA – Plano de Controle Ambiental e RCA – Relatório de Controle Ambiental da Fazenda Sítio Novo.

6206 - ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	15000000,0	0	15000000,0	0
9584 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS- REFORMA DO AUTÓDROMO - TERRACAP- PLANO PILOTO .	15000000,0	0	15000000,0	0
1079 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	68640,0	103000,0	171640,0	135719,82
0010 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-- SANTA MARIA	68640,0	103000,0	171640,0	135719,82
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	2311443,0	0	2311443,0	383788,72
9494 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	2311443,0	0	2311443,0	383788,72
4091 - APOIO A PROJETOS	100000,0	-100000,0	0,0	0
5826 - APOIO A PROJETOS- ESPORTIVOS - TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	100000,0	-100000,0	0,0	0

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
TOTAL - 6206 - ESPORTE E LAZER	17480083,00	3000,00	17483083,00	519508,54

Na cidade satélite de SANTA MARIA foi construída quadra de esporte com infraestrutura adjacente, com metragem final de 350 m².

O PARQUE SUL – ÁGUAS CLARAS está em obras, já foram executados no período os serviços de limpeza, escavação, 1308,78 m² de piso intertravado; 1950 m² de calçadas.

Quanto à REFORMA DO AUTÓDROMO, a TERRACAP, o BRB e o DER assinaram um protocolo de intenções para as obras de reconstrução da pista. O objetivo é uma colaboração mútua para viabilizar a retomada das atividades do autódromo.

Com as atividades reduzidas ainda em função da pandemia, não houve APOIO A PROJETOS ESPORTIVOS.

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	1400000,0	0	1400000,0	10000,0
6189 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS- TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	1400000,0	0	1400000,0	10000,0
TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	1400000,00	0,00	1400000,00	10000,00

No Programa DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, investiu-se na contratação de consultoria especializada para realização de estudos e assessoria técnica no desenvolvimento de empreendimento comercial em terreno de propriedade da TERRACAP no Setor Noroeste de Brasília, com entrega 1.2.4. Elaboração de documentação demonstrativa (caderno de encargos, formato de propostas etc) para compor anexos de eventual edital de licitação.

6208 - TERRITÓRIO, CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3163 - REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO REMOTO DO TERRITÓRIO DO DF	600000,0	0	600000,0	279000,0
0003 - REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO REMOTO DO TERRITÓRIO DO DF- TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	600000,0	0	600000,0	279000,0
1823 - IMPLANTAÇÃO DE RESERVA INDÍGENA	6000000,0	0	6000000,0	3246796,91
0001 - IMPLANTAÇÃO DE RESERVA INDÍGENA-- DISTRITO FEDERAL	6000000,0	0	6000000,0	3246796,91
1085 - AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS	34250850,0	30764235,0	65015085,0	49634863,57

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
0005 - AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	34250850,0	30764235,0	65015085,0	49634863,57
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO, CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	40850850,00	30764235,00	71615085,00	53160660,48

Na Ação Realização do Mapeamento Remoto do Território do DF, investiu-se na Aquisição de Imagens do Território do DF vinculado ao Contrato n.º 54/2021, o qual forneceu assinatura premium da plataforma Secure Watch que discriminou os serviços de: aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

Na Ação Implantação de Reserva Indígena, investiu-se em: 1) Construção de 2 edificações até o telhado, 3 edificações até o reboco das paredes, 5 edificações até a alvenaria, 1 edificação até o piso e 4 edificações até as vigas baldrames, todas para atendimento à comunidade indígena kariri- Xocó e Tuxá, com previsão de conclusão das respectivas moradias no exercício fiscal 2022; 2) Execução de 3.848 metros de cercamento da reserva indígena situada no Setor Noroeste; e, 3) Execução de 351 metros de rede de esgotamento sanitário e 224 metros de rede de abastecimento de água no Setor Noroeste.

Ainda, na Ação Aquisição e Recuperação de Imóveis, a TERRACAP retornou ao seu estoque 90 (noventa) imóveis após a rescisão de contratos de compra e venda; e, desapropriou 6 (seis) imóveis com a finalidade de desobstrução para fins de comercialização.

6209 - INFRAESTRUTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	8197496,0	2030000,0	10227496,0	7057761,84
9883 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	8197496,0	2030000,0	10227496,0	7057761,84
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	5217251,0	500000,0	5717251,0	1160346,26
3194 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	5217251,0	500000,0	5717251,0	1160346,26
3160 - REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS	38590764,0	3217395,0	41808159,0	11227291,48
0003 - REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	38590764,0	3217395,0	41808159,0	11227291,48
5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	129529289,0	-4602925,0	124926364,0	23017518,27
2917 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	129529289,0	-4602925,0	124926364,0	23017518,27
TOTAL - 6209 - INFRAESTRUTURA	181534800,00	1144470,00	182679270,00	42462917,85

PROGRAMA INFRAESTRUTURA, foram executados obras e projetos. Destacam-se:

1) QUANTO À URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA

No SETOR NOROESTE foram construídos ESTACIONAMENTOS PÚBLICOS nas quadras SQNW 102, projeções G e H, totalizando 2000 m²; SQNW 102-E e 103-B (2.646,63 m² de pátio de estacionamento com piso intertravado e acessos em pavimento asfáltico); SQNW 106 projeção I, SQNW 102 projeção L (área de 1.826 m² e respectivos acessos de 1.012 m²).

Também foi realizada a pavimentação da AVENIDA W9 (12.600 m²) e da via entre a CLNW 06/07 e as quadras SQNW 106 E 306 (1.986,86 m³ de base de BGS e 5.385,31 m² de pavimento intertravado). Foram instalados também 399 postes de iluminação pública ao longo da Avenida W9.

Complementação da infraestrutura de energia elétrica nas quadras SQNW 102, SQNW 103, SQNW 106, SQNW 109, SQNW 111, SQNW 303, SQNW 306, CLNW 08/09 e CRENW. Também foi realizado o plantio de 66.199,51 m² de grama e a instalação de 148 lixeiras subterrâneas.

Na AVENIDA W3 SUL foram instalados 12.286,70 m de meios-fios; 33.041,88 m² de calçadas; 13.779,45 m² de piso intertravado e 8.288,63 m² de pavimento asfáltico.

No SETOR HABITACIONAL JARDIM BOTÂNICO foram executados os serviços de locação e nivelamento da rede de esgoto e 521,45 m de rede de água na 3ª Etapa, Quadra 1 e 18,45 m² de calçada e o plantio de 8.636,02 m² de grama.

No Trecho denominado ROTA DE FUGA DO SETOR DE INFLAMÁVEIS foram executados 4.091,51 m de rede de drenagem, 32.337,62 m² pavimento asfáltico, 19.107,95 m² de calçada e ciclovia, 7.865,87 m de meios-fios e 692 m de remanejamento de rede de distribuição de energia elétrica que interferiam com o traçado da via.

No RIACHO FUNDO II foram executados 82 m de rede aérea de distribuição de energia elétrica na QN 9B, conjunto 1 e 2.

Em SAMAMBAIA, na quadra 201 e na QN 317 foram executados respectivamente 1.147 m e 317 m de rede de distribuição de energia elétrica.

Em TAGUATINGA, na QNM 34 conjunto H-2 e I-2 foram remanejados 83 metros de rede de energia elétrica.

Nas regiões Noroeste, Samambaia e no Trecho Rota de Fuga foram executados 195 m de remanejamento de rede de água e 4,20 m² de calçadas.

2) QUANTO À REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS

Foram regularizados lotes nos Setores Habitacionais respectivamente: JARDIM BOTÂNICO (121 lotes), VICENTE PIRES (278 lotes) e ARNIQUEIRAS (777 lotes).

No SETOR HABITACIONAL VICENTE PIRES foram concluídos os serviços de remanejamento de infraestrutura de energia elétrica: retirada de 4 postes na Rua 6, substituição de 1 poste na Rua 8, remanejamento de 1 transformador, retirada de 1 poste na Rua 4. Foram realizadas também obras de pavimentação, meios-fios e bocas de lobo na rua 8, entre as ruas 3 e 7.

Em relação à complementação da pavimentação, drenagem, meios-fios e obras de arte especiais, foram realizados 14.615m² de pavimentação, 1.802,40 m de meios-fios, 5.208,57m² de calçadas e 119,32m de galeria de águas pluviais.

Foi paga a Taxa de licença de Instalação do Setor Habitacional Vicente Pires Trecho I (Gleba 3).

No SETOR HABITACIONAL BERNARDO SAYÃO, foram executados 41.158,05m² de pavimentação e 5234 metros de rede de drenagem.

Para o SETOR HABITACIONAL ARNIQUEIRAS, foram elaborados Plano de Controle Ambiental e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PCA/PRAD, as Sondagens, os Ensaios e Laudos Geológico-Geotécnicos e Estudo de Capacidade de Suporte do Córrego e Afluentes; Estudo de Bacias de Detenção e Sistemas de Lançamento, Estudo de Desenvolvimento e Detalhamento do Projeto Executivo de Drenagem.

Já para o SETOR HABITACIONAL SÃO BARTOLOMEU - trecho 1 (Ville de Montagne), foram entregues os produtos Caderno de Projetos, Relatório de Planejamento de Atividades, Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD, Relatório de Planejamento de Atividades relativo ao projeto de drenagem.

Também foram realizadas 35 sondagens geotécnicas a percussão; 103 a trado e 6 mistas no SETOR INDUSTRIAL BERNARDO SAYÃO.

3) QUANTO A ELABORAÇÃO DE PROJETOS

Foram concluídos:

Projetos executivos de drenagem e pavimentação - CNN2, QNN 12 e QNN 14 CEILÂNDIA.

Projetos de pavimentação e de drenagem para o SETOR de MANSÕES DOM BOSCO conjunto 28.

Projetos de drenagem pluvial e pavimentação asfáltica para o CENTRO COMUNAL, SRIA, QU 31/33.

Projetos de drenagem pluvial e pavimentação asfáltica para a QE 60, conjuntos "A" a "R" no GUARÁ.

Elaboração de laudos de sondagem, para verificar o NA (nível d'água), com o objetivo de delinear a presença dos solos hidromórficos no terreno relativo ao imóvel 058045 - MSPW/S TRECHO 02.

Projetos básico e executivo de pavimentação e drenagem para execução das obras do sistema viário para os conjuntos H-2 e I-2 da QNM 34 em TAGUATINGA.

Projetos executivos para complementação da drenagem e pavimentação no SETOR HABITACIONAL TAQUARI Trecho 1.

Projetos Executivos de drenagem e pavimentação para SETOR HABITACIONAL NOROESTE.

Projetos Executivos de drenagem e de pavimentação - RESIDENCIAL TAMANDUÁ.

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3006 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	18521640,0	-7815000,0	10706640,0	1832775,08
0003 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX- TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	18521640,0	-7815000,0	10706640,0	1832775,08
3159 - REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO	27924523,0	-8217395,0	19707128,0	7217558,26
0003 - REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO- TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	27924523,0	-8217395,0	19707128,0	7217558,26
4146 - REALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS	3773264,0	-1136000,0	2637264,0	1339594,68
0002 - REALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS- TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	3773264,0	-1136000,0	2637264,0	1339594,68
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	50219427,00	-17168395,00	33051032,00	10389928,02

No PROGRAMA MEIO AMBIENTE, destacam-se:

1) IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX

Foi feita a revisão do PLANO DE MANEJO, serviços de escavação (1.428,64m³), compactação (2.527,70 m³) e concretagem de lajes e vigas (51,74 m³), e a terraplanagem da ilha oeste com área de 14.416 m².

2) COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS e FLORESTAIS

Foram cumpridos diversos compromissos:

Parque Santa Maria: implantação de equipamentos públicos, contemplando: Parque Infantil; Ponto de Encontro Comunitário (PEC); Quadra de Areia; Quadra Poliesportiva; Pergolados; Pista de Cooper; Mobiliários Urbanos, execução de aterros, a pintura dos alambrados, a execução de passeios para interligação dos equipamentos públicos e o plantio de gramas nas áreas dos taludes.

Urbanização e paisagismo das Praças da Vila Telebrasília - 1632,27 m² de grama, 1 pista de skate, 6 mesas de xadrez, 15 bancos em concreto, 847m² de calçada e plantio de 199 árvores ornamentais.

Revitalização de praças no Polo de Modas do Guará. Foram instalados 651,27 metros de meio-fio, 9910,04 m² de calçadas, 6154 m² de grama, 46,49m de piso podotátil.

Pagamento de Compensação ambiental do Empreendimento Polo JK 1ª e 2ª Etapas ao ICMBio e pagamento relativo ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental 100.08/2020.

Compensação Florestal BIOTIC Lote 1 TED ao FUNAM. Compensação Florestal BIOTIC Lote 1 TED ao IBRAM. Compensação Florestal do Polo JK 1ª e 2ª.

3) ESTUDOS AMBIENTAIS:

Também foram elaborados os seguintes estudos:

2º Relatório do Monitoramento de Água Subterrânea.

Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD do CA 11-Lago Norte.

Monitoramento da Qualidade do Solo e da Água da QE 48. Audiência pública da QE 60.

Plano de Controle Ambiental - PCA da atualização dos estudos do SHTQ TRECHO II, PRAD para as erosões do Córrego Gatumé.

Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD do Riacho Fundo.

Monitoramento da Qualidade do Solo e da Água QE48/Monitoramento da drenagem BIOTIC - Etapa 1 - Lançamento no Ribeirão do Torto - 4ª Campanha Relatório Ambiental RAS para Área Comercial do Paranoá Parque /Monit.Qualid.Água Lago Paranoá -Faixas 1 e 2.

Em relação à execução do PRAD para o Clube primavera foi entregue o plano de trabalho; foram feitos a preparação do solo, o plantio e a sementeira.

Foram realizados os inventários florestais: da linha de distribuição do Polo JK - Santa Maria; da rede de esgoto da Q10 da URB 001; do parque Burle Marx Projeto Campo e do Riacho Fundo II 3ª Etapa.

Foi realizado o Relatório Final do Estudo de Fauna do Pólo Logístico do Recanto da Emas.

Dentro de suas atribuições legais de fiscalização de patrimônio público, a Terracap realizou 8291 fiscalizações em imóveis rurais e urbanos de sua propriedade, valendo para tanto, de seu corpo funcional, ferramentas de tecnologia e do auxílio de 23 empregados terceirizados.

6216 - MOBILIDADE URBANA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	15000000,0	-10058000,0	4942000,0	644852,06

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
7785 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	15000000,0	-10058000,0	4942000,0	644852,06
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE URBANA	15000000,00	-10058000,00	4942000,00	644852,06

Foi construído um viaduto na DF-003 - EPIA com três faixas de rodagem e acostamentos.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
4091 - APOIO A PROJETOS	100000,0	-70000,0	30000,0	0
5825 - APOIO A PROJETOS-CULTURAIS - TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	100000,0	-70000,0	30000,0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	100000,00	-70000,00	30000,00	0,00

Não houve patrocínio cultural no ano de 2021.

6221 - EDUCADF

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
5924 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	16027254,0	0	16027254,0	2643165,66
9330 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF	16027254,0	0	16027254,0	2643165,66
TOTAL - 6221 - EDUCADF	16027254,00	0,00	16027254,00	2643165,66

Foi realizada a concretagem das vigas e lajes e construção da estrutura metálica em execução da escola do Itapoã (escola e guarita).

8208 - DESENVOLVIMENTO URBANO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	9875836,0	-524235,0	9351601,0	4686389,75
5897 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	9875836,0	-524235,0	9351601,0	4686389,75
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	12500000,0	0	12500000,0	7787,67

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9778 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	12500000,0	0	12500000,0	7787,67
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1492632,0	0	1492632,0	230404,98
9578 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	1492632,0	0	1492632,0	230404,98
2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	15584497,0	-40000,0	15544497,0	11805082,71
3873 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	15584497,0	-40000,0	15544497,0	11805082,71
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	151323688,0	74660829,0	225984517,0	201227519,02
8881 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	151323688,0	74660829,0	225984517,0	201227519,02
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	45667491,0	0	45667491,0	36065436,93
9687 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	45667491,0	0	45667491,0	36065436,93
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	209172553,0	267343324,0	476515877,0	376463701,99
9763 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	209172553,0	267343324,0	476515877,0	376463701,99
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3055970,0	3548000,0	6603970,0	3926826,00
5183 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	3055970,0	3548000,0	6603970,0	3926826,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	12785000,0	0,0	12785000,0	9340461,29
8740 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	12285000,0	500000,0	12785000,0	9340461,29
8741 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	500000,0	-500000,0	0,0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	150000,0	-108000,0	42000,0	0

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
0017 - APOIO A PROJETOS-DIVERSOS - TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	150000,0	-108000,0	42000,0	0
4237 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	415000,0	-30000,0	385000,0	174353,32
0002 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	415000,0	-30000,0	385000,0	174353,32
TOTAL - 8208 - DESENVOLVIMENTO URBANO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	462022667,00	344849918,00	806872585,00	643927963,66

Programa de Desenvolvimento Urbano – Gestão e Manutenção, constante no PPA 2020/2023, é um programa comum a todas as unidades orçamentárias do governo do Distrito Federal, portanto, não possui um objetivo específico. Esse programa agrega todas as ações realizadas de forma contínua e necessária à manutenção da unidade administrativa, realização das atividades meio, fim e operações especiais.

Em 2021, a Terracap executou 11 ações neste Programa, com um total de R\$ 643,9 milhões de reais. Dentre as despesas com atividades de custeio, destacam-se Administração de Pessoal com R\$ 201,2 milhões; Manutenção de Serviços Administrativos gerais com R\$ 376,4 milhões (64,95% do total dispendido com Manutenção de Serviços Administrativos Gerais foram gastos com IPTU/ITBI/ITCD/TLP/CIP que corresponde R\$ 205,5 milhões de reais; Concessão de Benefícios com R\$ 36 milhões; e, Publicidade e Propaganda com R\$ 9,3 milhões.

Dentro das ações que compõe o programa de trabalho, a maioria manteve a execução inferior ou dentro do esperado. As ações de Administração de Pessoal, Manutenção de Serviços Administrativos Gerais e Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação, necessitaram de suplementação.

Nas atividades de Comunicação e Marketing, Publicidade e Propaganda e Modernização de Sistema da Informação tiveram execução menor do que o esperado. Além disso, em Modernização de Sistema da Informação, foram utilizados 1.537,65 pontos de função em serviços especializados em fábrica de software na evolução ou desenvolvimento de sistemas informatizados. Com relação a ação de Reforma de Prédio e Próprios foram realizadas despesas no valor de R\$ 7,7 mil, relativos a obras de reforma de imóvel da Terracap localizado na CR/Sul Quadra 508 Bloco C – Térreo Lojas 5 e 6. Quanto a ação Aquisição de Equipamentos, foram gastos aproximadamente R\$ 230 mil na aquisição de equipamentos para uso em atividades do cotidiano das áreas meio e fim da empresa como: máquina de protocolo - Carimbo Datador Numerador; 07 Fragmentadoras de Papel e 03 equipamentos topográficos do tipo: Receptores GNSS RTK utilizados em demarcações de imóveis.

Em relação a ação Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação a realização da despesa se concentrou na manutenção de sistemas, onde foram utilizados 1.160,42 pontos de função em serviços especializados em manutenção de sistemas corretiva ou preventiva, suporte e revisão dos sistemas informatizados da empresa. Além disso, houve atendimento a ocorrências relativas a infraestrutura de redes de dados, banco de dados, segurança da informação e suporte ao usuário. Destaque importante foi a retomada do processo de aquisição de um Sistema de Gestão Integrado - ERP para a empresa, que havia sido interrompido no ano de 2020 devido as dificuldades decorrentes da pandemia do COVID-19, agora com custeio de natureza de dispêndio, em razão da opção por sistema em nuvem, tendo sido realizado o Pregão nº 22/2021, em 19/11/2021.

A Terracap realizou a manutenção de seus 141 imóveis próprios, incluindo também a Torre de TV Digital, valendo-se de seu corpo funcional e do auxílio de 273 empregados

terceirizados, sendo eles 6 brigadistas, 98 vigilantes e 21 destinados a serviços de limpeza, recepção, copa, portaria e manutenção predial. Também realizou a manutenção de sua sede e anexos por meio da ação de Manutenção dos Serviços administrativos, valendo-se de seu corpo funcional e do auxílio de 26 vigilantes, 12 brigadistas e 110 destinados a serviços de limpeza, recepção, copa, portaria e manutenção predial.

A empresa também realizou despesas relativas à Administração de Pessoal, remunerando seus 639 empregados (média), além de conceder benefícios aos mesmos por meio de ação específica de Concessão de Benefícios.

Quanto a ação Publicidade e Propaganda, na esfera Institucional foram efetuados pagamentos referentes a campanhas institucionais, de editais de vendas de imóveis no total de 13, de regularização, de venda direta, de Renegociação de Dívidas - TerraMais e do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo - Desenvolve DF, bem como despesas relativas a publicação de matéria legal no DOU e no DODF, enquanto na esfera relativa a Utilidade Pública não foram efetuados gastos. Em 2021 também não foram realizados dispêndios com relação a ação Apoio a Projetos Diversos.

Por fim, em 2021 com relação à atividade de Comunicação e Marketing, a empresa promoveu os eventos de transmissão e suporte on-line das licitações de venda de imóveis, Desenvolve - DF e Audiência Pública.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

CENTRO COMERCIAL NOROESTE

A TERRACAP publicou em 2021 edital para selecionar proposta de parceria societária visando à implantação, gestão e exploração do Centro Comercial Noroeste.

O terreno de 61,8 mil m², localizado às margens da via W7, tem potencial para ofertar à população um empreendimento multiuso, podendo conter edifícios de lajes corporativas e salas comerciais, hotelaria e até hotel-residência.

O edital de chamamento público de oportunidade de negócio n.º 002/2021 foi publicado no DODF em 2021, sendo uma série de estudos contratados pela TERRACAP, que incluíram a análise da vocação imobiliária do imóvel situado na Área Especial 1 – AENW 1, Lote A, do Setor Habitacional Noroeste, bem como os aspectos arquitetônicos preliminares e de viabilidade econômico – financeira.

O modelo de negócio estabelece à TERRACAP como responsável pelo aporte do terreno na sociedade empresarial e o parceiro privado como responsável pelo desenvolvimento dos projetos e pela construção e operação.

FUNDO BIOTIC

Em 2021, o fundo imobiliário para o desenvolvimento do novo Distrito de Inovação e Tecnologia – BIOTIC foi lançado oficialmente, sendo localizado na Granja do Torto em Brasília. A cerimônia ocorreu em São Paulo e contou com a presença do governador Ibaneis Rocha. O FII Biotic é o maior fundo imobiliário ASG (Ambiental, Social e Governança) do país.

A estimativa é abrigar 794 empresas e mais de 2 mil estações de coworking (trabalho colaborativo), com geração de 7,6 mil postos de trabalho e 9,5 mil moradores no local, que será uma smart city onde pessoas possam viver, estudar e trabalhar no mesmo local. A primeira fase de captação de recursos vai buscar R\$ 1,1 bilhão, de um total previsto de R\$ 6 bilhões.

REGULARIZAÇÃO DE TERRENO OCUPADO PELA PARÓQUIA MÃE DA DIVINA MISERICÓRDIA

A TERRACAP entregou escritura pública de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) do terreno de 6,8 mil m² localizado na Asa Norte à Paróquia Mãe da Divina Misericórdia, ação do Programa Igreja Legal, que viabiliza a regularização fundiária dos templos ou entidades de

assistência social, instalados até 22 de dezembro de 2016 e que continuem desenvolvendo atividade no imóvel.

São três as possibilidades: aquisição direta por escritura de compra e venda, com parcelamento sem juros; concessão de direito real de uso, pagando 0,15% ao mês, com direito de compra a qualquer momento; ou concessão de direito real de uso com pagamento em moeda social, com direito de compra a qualquer momento.

Desde o lançamento do Programa Igreja Legal, mais de 200 templos religiosos e entidades de assistência social tiveram seus terrenos regularizados.

VENDA DA ÁREA 28-A (VENDA MAIS CARA DA HISTÓRIA DA TERRACAP)

O segmento imobiliário de Brasília tem muito o que comemorar nesta reta final de 2021, com resultados históricos de vendas e um cenário otimista e sustentável de oportunidades e de excelentes negócios para os próximos anos. E, para ratificar esse bom momento e ampliar ainda mais essa expectativa de crescimento, não apenas no setor da construção civil, mas em toda a economia do Distrito Federal, a TERRACAP, em 2021, promoveu a venda da área de maior valor já licitada em sua história, situada às margens da Estrada Parque Indústria e Abastecimento (Epia), ao lado do Park Shopping, tendo a Incorporadora Emplavi como vencedora do certame, com uma oferta no valor total de R\$ 406,67 milhões.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2021 a Pandemia do COVID – 19 ainda foi fator preponderante para as projeções econômicas no país e no Distrito Federal, porém, com a vacinação substancial da população, bem como a flexibilização das medidas restritivas, a economia local apresentou sinais de melhora, e a Terracap como principal agente do mercado imobiliário do DF, acompanhou esta tendência, o que pode se verificar no aumento das vendas de terrenos em relação ao ano de 2020.

Os recursos das vendas de terrenos são utilizados para prover a manutenção administrativa e operacional da Empresa, desenvolver e implantar projetos de parcelamentos, incluindo as obras de infraestrutura exigidas pela Lei n.º 9.785 de 29 de janeiro de 1999 (Lei do Loteador), assim como investir em obras urbanas e viárias de interesse do Governo, em conformidade com a Lei n.º 4.586, de 13 de julho de 2011.

Destaca-se ainda a realização de nova edição do Programa TerraMais, em decorrência da grande procura dos clientes, após o prazo de sua realização no ano de 2020, pelos benefícios propostos para renegociação de dívidas, captação e fidelização de clientes. O programa foi apresentado com as mesmas condições de ofertas de até 100% de descontos sobre multas e juros de mora para as renegociações de débitos em atraso; migração dos juros de 1% ao mês ou 0,8% a.m. dos contratos antigos para os atuais 0,5% a.m.; e prêmio de até 7,5% em carta de crédito do valor pago antecipado pela amortização de no mínimo 50% ou quitação do saldo devedor.

No campo de novos negócios destacam-se a publicação da licitação de outorga para exploração e operação do Aeroporto Planalto Central, sob as condições de que o vencedor reforme, modernize e mantenha o referido equipamento e pague à TERRACAP o valor pela outorga, bem como a assinatura do protocolo de intenções entre a Terracap, BRB e DER para retomar a reforma do Autódromo de Brasília o transformando em uma arena multiuso.

Na gestão interna, em 2021 a Terracap lançou o novo Programa de Desligamento Incentivado – PDI. Com o regulamento novo aprovado pela DIRET em outubro/2021, e período de adesão previsto para 02/01/2022 a 28/02/2022, o novo programa tem como objetivo oferecer benefícios aos empregados da Terracap para incentivá-los a desligarem-se voluntariamente da empresa.

Além destes pontos, em 2021 mais uma vez as grandes dificuldades na execução das ações da TERRACAP estiveram ligadas às obrigações relativas a pagamento de IPTU/ITBI/ITCD/TLP/CIP e nos valores pagos a título de condenações judiciais.

Como gestora do patrimônio imobiliário do Distrito Federal, a Terracap continuou encontrando dificuldades decorrentes das despesas do pagamento de IPTU/ITBI/ITCD/TLP/CIP dos imóveis de sua carteira imobiliária. Por um lado, a Terracap contribuiu exercendo sua atividade de fomentadora do desenvolvimento do Distrito Federal com o pagamento do imposto, por outro, os gastos com o pagamento do tributo sobre os imóveis de sua propriedade totalizaram 64,95% do dispendido com manutenção de serviços administrativos totalizando R\$ 205,5 milhões de reais, impactando significativamente a execução de suas ações no exercício.

Outro entrave recorrente para a execução das ações da empresa são os elevados valores pagos a título de condenações judiciais na esfera civil e trabalhista.

No ano de 2021 os valores desta natureza somaram o montante de R\$ 78,1 milhões com a seguinte composição de valores pagos:

R\$ 49,6 milhões pagos na esfera de Investimento relativos às Execuções Cíveis referente à Aquisição e Recuperação de Imóveis (com contrapartida patrimonial à Terracap);

R\$ 27,5 milhões pagos na esfera de Dispendio relativos às Execuções Cíveis diversas (sem contrapartida patrimonial à Terracap);

R\$ 968 mil pagos na esfera de Dispendio referentes às Condenações Trabalhistas.

Assim, existe a perspectiva de que no exercício de 2022, com a continuação das medidas adotadas para combate da pandemia do COVID-19, tendo em vista a disseminação da variante omicron, o ritmo de melhora econômica no Distrito Federal se sustente, e os bons resultados nas vendas de terrenos pela empresa se mantenham, possibilitando assim a continuação de grandes investimentos para benefício do Distrito Federal. Espera-se também que em 2022, junto com o Governo do Distrito Federal, seja possível viabilizar soluções a curto prazo para uma possível isenção tributária da Terracap com relação ao pagamento do Imposto Territorial Urbano IPTU relativo aos imóveis de sua carteira imobiliária, bem como a diminuição dos valores dispendidos com condenações judiciais não comprometendo assim a execução das atividades da empresa visando o retorno de valores em investimentos para a população do Distrito Federal.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A integração que o Distrito Federal proporciona entre as três esferas nacionais de governo, universidades, empresas e representações diplomáticas, fazem com que as ações de políticas públicas para desenvolvimento de um ecossistema de inovação transformem o Distrito Federal em um ambiente qualificado para desenvolver empreendimentos inovadores que possibilitam iniciativas promissoras em um contexto nacional e internacional. O Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC atua como promotor de oportunidades para empresas que visam o desenvolvimento tecnológico, inclusive com circunstâncias imprevisíveis, como no combate ao coronavírus e suas repercussões, além de investir em outras empresas com potencial tecnológico e inovador, universidades e laboratórios avançados que possam alavancar a matriz socioeconômica da região.

Localizado na interseção entre o Plano Piloto, Patrimônio Mundial da UNESCO, e o Parque Nacional de Brasília, o Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC visa criar uma área urbana dinâmica e imersa na natureza, promovendo o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, ambiental e social. A viabilização do Parque Tecnológico de Brasília envolve desde operações financeiras e imobiliárias de ocupação do espaço à realização de prospecção de novos negócios condizentes com a finalidade do desenvolvimento sustentável do Distrito Federal. Para tanto, o BIOTIC foi projetado para estabelecer um bairro vibrante - com escritórios, universidades, comércios, residências, praças e parques harmonizados com a riqueza da paisagem circundante e o meio ambiente.

A BIOTIC S.A é uma subsidiária integral da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - TERRACAP, criada para cuidar da gestão, controle e estruturação do Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC, que tem a finalidade de promover mudanças na estrutura econômica do Distrito Federal, com desenvolvimento de atividades econômicas de alta qualificação e fomento à política de inovação tecnológica nacional. A criação e a atuação no desenvolvimento do Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC, se baseia na Lei Complementar Distrital nº 679, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Distrital nº 923, de 10 janeiro de 2017, que cria a área para instalação do Parque, em zona urbana de uso controlado. Com mais de 121 hectares e mais de 10.000 m² de construção já concluída, conta, atualmente, com mais de 20 empresas residentes em suas instalações.

Além disso, a área destinada ao Parque Tecnológico BIOTIC é considerada zona urbana controlada e, também, ao mesmo tempo que é a 25 minutos do aeroporto de Brasília, fica em uma área fora do tráfego intenso da cidade urbana, tornando-se um ambiente propício para testes, como de carros autônomos, uso de iluminação pública integrada inteligente, monitoramento climático, proporcionando ao BIOTIC a oportunidade de se tornar uma espécie de Vitrine Viva de Negócios, onde os interessados poderão testar e conhecer as tecnologias e soluções desenvolvidas no âmbito do Parque, promovendo a marca do BIOTIC nacionalmente como internacionalmente.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	3	2	4	0	9
Comissionados sem vínculo efetivo	9	2	1	0	12
Requisitados de órgãos do GDF	2	0	0	0	2

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	2	2	0	4
Estagiários	0	0	2	0	2
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	5	0	5
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	14	6	14	0	34
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	14	6	14	0	34

A BIOTIC S.A. conta atualmente com uma força de trabalho de 34 colaboradores, dentre Diretores, Conselheiros, Comissionados sem vínculo, Requisitados de outros órgãos, Empregados Efetivos da Terracap, Terceirizados, Estagiários, 2 (dois) Diretores da área meio (Diretor-Presidente e Diretor de Administração e Finanças) e 1 (um) Diretor da área fim (Diretor de Negócios, Ciência, Tecnologia e Inovação) além de 4 (quatro) Conselheiros Fiscais. Importante frisar que a BIOTIC conta ainda com o Conselho de Administração, composto por 5 (cinco) membros, no entanto tais cargos não incorrem em custos, por esse motivo não foram relacionados no quadro da força de trabalho.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	288000,0	46461,0	334461,0	334460,79
0072 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-- PLANO PILOTO .	288000,0	46461,0	334461,0	334460,79
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	288000,00	46461,00	334461,00	334460,79

Esse Programa contempla ressarcimentos de despesas administrativas (água, esgoto, energia) realizadas pela FAP-DF para manutenção do Edifício de Governança do Parque Tecnológico de Brasília. O ressarcimento foi realizado em 2 etapas, um primeiro pagamento realizado em 31/08/2021, na proporção de 58,7%, referente ao período de janeiro a julho 2021, num valor aproximado de R\$ 192 mil, e um segundo pagamento realizado em 29/12/2021 referente ao período de agosto a novembro de 2021, em aproximadamente R\$ 142 mil, totalizando a execução de R\$ 334 mil ressarcidos. Importante salientar que a BIOTIC S.A. efetua os ressarcimentos com a arrecadação de condomínio dos residentes sob sua gestão, na fração ideal atual de 58,7% do Edifício de Governança, acordado junto à FAP/DF que assume os 41,3% restantes.

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
5832 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL	3240000,0	0	3240000,0	30780,0
0002 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO - BIOTIC-- PLANO PILOTO .	3240000,0	0	3240000,0	30780,0
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRO A ENTIDADES	1159000,0	0	1159000,0	0
0065 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-- DISTRITO FEDERAL	1159000,0	0	1159000,0	0
TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	4399000,00	0,00	4399000,00	30780,00

A ação "Implantação do Parque Tecnológico - BIOTIC" é a atividade fim da BIOTIC S.A. Dessa forma, diversos projetos e atividades foram desenvolvidos para implantação do Parque Tecnológico, maiores detalhamentos na seção 3 "Informações Complementares". Em relação à execução da ação de aproximadamente R\$ 31 mil, trata da confecção e instalação de base de concreto e letras caixa para o Edifício de Governança do Parque Tecnológico de Brasília. A ação "Transferência Financeira a Entidades" não teve execução por estar vinculada ao Projeto Centelha, que de acordo com o cronograma atualizado, ocorrerá em 2022.

Fundo de Investimento Imobiliário - FII BIOTIC

Denominado de Distrito de Inovação BIOTIC, o Parque amplia os seus usos para se tornar um bairro multifuncional no conceito de "smart cities", mais integrado à malha urbana e à natureza ao seu redor, com o objetivo de se criar um ambiente de inovação de padrão internacional. Além disso, servirá de referência para o desenvolvimento do Distrito Federal nos moldes de Cidades Humanas Inteligentes Sustentáveis e Criativas – CHISC, de acordo com o disposto na Lei nº 6.620, de 10 de Junho de 2020. O masterplan desenvolvido estabeleceu um bairro vibrante, no conceito "work, live and play", conectado à natureza, com residências, escritórios, praças e parques, trazendo a herança modernista da cidade, mas de maneira mais centrada no ser humano. Para a concepção desse empreendimento ousado, foi selecionado pela EY o renomado arquiteto italiano Carlo Ratti, que é professor do Massachusetts Institute of Technology – MIT, onde dirige o Senseable City Lab, e é sócio fundador do escritório internacional de design e inovação, o Carlo Ratti Associati – CRA.

A estratégia de financiamento do Distrito de Inovação BIOTIC consiste na utilização da modalidade de estruturação financeira de Project Finance, associada ao uso de fundo de investimento imobiliário (FII) e de fundo de investimento em participações (FIP) como fontes de recursos para o empreendimento. Essa estratégia está respaldada no Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, na legislação brasileira de mercado de capitais e na Lei das Estatais. Em 2021, a BIOTIC S.A. em conjunto com INTEGRAL BREI, BRB e TERRACAP realizaram grandes avanços no detalhamento do projeto, no atendimento de exigências urbanísticas e ambientais, no fortalecimento do ecossistema de inovação e na estruturação do principal veículo de investimento, o Fundo de Investimento Imobiliário – FII BIOTIC.

Conectado com o futuro do mercado, o FII BIOTIC foi criado seguindo princípios internacionais de responsabilidade ambiental, social e de governança (ASG), estruturado por grupo multidisciplinar de renome internacional. A adoção de políticas ASG é um atrativo importante e necessário para a captação de recursos no mercado financeiro internacional. O FII BIOTIC possui o potencial de se tornar o maior fundo ASG imobiliário do País. O Fundo tem por objetivo o desenvolvimento do Distrito de Inovação BIOTIC, com o aporte, desenvolvimento imobiliário e rentabilização do Lote 1 do Parque Tecnológico de Brasília, de 1 milhão de metros quadrados, avaliado em R\$ 990 milhões, com a captação de investidores

para as 5 fases do projeto. O fundo captará R\$ 1,1 bilhão na primeira fase, de um total previsto para o projeto de mais de R\$ 6 Bilhões.

Essa operação não se trata de uma alienação pura de imóvel. Aproxima-se a uma permuta de bens (imóveis) por valores mobiliários (cotas do FII), com exata equivalência de valor monetário. Assim sendo, não há desfazimento de patrimônio público, com entrega do equivalente em pecúnia, mas sim, alteração de sua natureza, com a alocação de parte do patrimônio imobiliário no FII, em troca de cotas representativas dos bens aportados. É importante salientar a preocupação constante na estruturação do FII BIOTIC em garantir a preservação do interesse público de implantação do Parque Tecnológico de Brasília, instrumento da política de CT&I, sem criar condições estranhas ao mercado financeiro, o que prejudicaria a captação de investimentos e, conseqüentemente, o sucesso do empreendimento público-privado.

O FII BIOTIC foi registrado na CVM em setembro de 2021, quando ocorreu o seu lançamento oficial em São Paulo no dia 22 do mesmo mês. Conforme exigência da CVM, o Fundo encontra-se em período de silêncio e na preparação de sua primeira Oferta, com vistas à integralização de cotas por parte da BIOTIC S.A. com o aporte do Lote 1 em janeiro de 2022. Ao longo de 2022, o FII BIOTIC iniciará de fato a etapa de roadshow para captação de recursos no mercado financeiro e de prospecção comercial de parceiros imobiliários e potenciais ocupantes dos empreendimentos da primeira fase, com chamadas de capitais para investidores restritos (Oferta 476). No mesmo ano serão desenvolvidos os projetos de infraestrutura, bem como a obtenção de licenças e contratações necessárias para se iniciar as obras de implantação da primeira fase do Distrito de Inovação BIOTIC.

Por fim, pretende-se em 2022 avançar com a criação da política de atração e desenvolvimento de empresas de base tecnológica para o BIOTIC. Será desenvolvida uma proposta de benefícios fiscais e creditícios aos seus ocupantes, alinhada com os demais ambientes de inovação do Brasil e do Mundo. Além disso, será estruturado o fundo de investimento em participações dedicado ao empreendimento (FIP BIOTIC de Inovação), com o objetivo de promover a atração de empresas para o BIOTIC, o fortalecimento do ecossistema de inovação e o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal.

8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2850000,0	0	2850000,0	2496408,69
0025 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-- PLANO PILOTO .	2850000,0	0	2850000,0	2496408,69
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	368000,0	-46461,0	321539,0	0
0019 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-- PLANO PILOTO .	368000,0	-46461,0	321539,0	0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	4151000,0	0	4151000,0	1131508,41
0043 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-- PLANO PILOTO .	4151000,0	0	4151000,0	1131508,41
4237 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	1800000,0	0	1800000,0	427312,99
0005 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING-- PLANO PILOTO .	1800000,0	0	1800000,0	427312,99

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	9169000,00	-46461,00	9122539,00	4055230,09

Por ser uma empresa subsidiária integral da Terracap, a BIOTIC S.A. conta com o apoio orçamentário e financeiro de sua controladora no que diz respeito a realização de algumas despesas da Empresa. No programa de gestão, manutenção e serviços, a Terracap possui importante participação auxiliando sua controlada em seus primeiros anos de vida.

Por força do Contrato nº 53/2020, a BIOTIC registrou, em seu próprio orçamento, as despesas diretamente efetuadas pela Terracap quer seja no Programa "manutenção dos serviços administrativos gerais" quer seja no programa "administração de pessoal" devendo a controladora registrar tais despesas em seu Programa de Trabalho "Participação Acionária", a fim de evitar a duplicidade de informações.

No entanto, a BIOTIC S.A. aumentou em 2021 a sua participação nessas despesas, de forma direta e por meio de convênios firmados com outros órgãos. A exemplo da ação "manutenção dos serviços administrativos gerais" que registrou uma execução de R\$1,1 milhão, sendo que a BIOTIC S.A. com seus recursos próprios e com o convênio de "Facilities" com a FAP/DF executou por volta de R\$ 386 mil desse montante, ou seja, mais de 1/3 da despesa total.

Já na ação de "realização de atividades de comunicação e marketing" a despesa deve-se sobretudo à BIOTIC S.A. que investiu 94% da execução registrada, isto é aproximadamente R\$ 402,5 mil, sendo apenas 6% efetuado diretamente pela Terracap.

Animação do Ecossistema BIOTIC

Eventos, hackathons, workshops e congressos são indispensáveis para a animação do ecossistema. São os ambientes perfeitos para o networking, trocas de conhecimentos, inspirações que geram insights para ser aplicado no seu próprio negócio e com certeza proporcionam uma grande experiência.

Além de novos conhecimentos, os eventos tendem a causar um entusiasmo em todos que participam, motiva e inspira para que seja aplicado na prática e assim contribuir para o crescimento do ecossistema local, com boas ideias, qualidade e inovação, gerando uma grande visibilidade para o Distrito Federal.

Ao longo de 2021, o Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, realizou diversos eventos com este objetivo, que são eles:

Impacto Digital

Realizado em parceria com o Metrôpoles, a BIOTIC S/A realizou no dia 10 de novembro, no Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, o evento Tech Talk Impacto Digital – Conectividade para Transformar Realidades, Negócios e Cidadãos. Que também foi transmitido ao vivo nas páginas do Metrôpoles no Facebook e YouTube.

O evento contou com a participação presencial e online de grandes nomes para comandar o Tech Talk e abordou seis eixos temáticos: Educação, negócios, ESG, comunicação, saúde e governo.

Com um público presencial de mais de 100 pessoas, o evento contou com a participação de grandes nomes referências na área de tecnologia, além da participação do keynote speaker Marcos Piangers.

O evento teve um alcance online de mais de 882.728 mil visualizações nas redes sociais, com uma média de 168.544 mil pessoas alcançadas pelo conteúdo.

Conferência de Inovações Israelenses em Agricultura e Água

Em parceria com a Embaixada de Israel e a BIOTIC S/A, o evento foi realizado junto com a BIOTIC S/A, o evento foi realizado no dia 24 de novembro de 2022 no Parque Tecnológico de Brasília, com o objetivo de compartilhar e divulgar a tecnologia e o conhecimento israelense nessas áreas e impactar o nosso futuro com melhorias.

Durante toda a programação, 13 empresas israelenses apresentaram seus modelos inovadores de empreendedorismo e cases de sucesso em áreas como, agricultura sustentável, tratamento e purificação da água, irrigação inteligente, energia limpa e tecnologia para a saúde animal e contou com um público presencial de aproximadamente 230 pessoas ao longo do dia.

Lançamento do Programa Centelha DF

Realizado no dia 21 de outubro de 2021, no Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, o evento contou com a presença de várias autoridades – essas, o ministro substituto de Ciência, Tecnologia e Inovação e o vice-governador do Distrito Federal, , representando, respectivamente, o ministro da Ciência e Tecnologia e o governador do Distrito Federal.

O intuito do Centelha DF é estimular a criação de empreendimentos inovadores e disseminar a cultura empreendedora na capital federal. Nesta edição, estão previstos investimentos de R\$ 1,6 milhão. Os projetos aprovados serão contemplados com até R\$ 60 mil em subvenção econômica, além dos demais benefícios.

Lançamento do Fundo de Investimento Imobiliário – FII BIOTIC

Realizado no dia 22 de setembro de 2021, em São Paulo, o evento foi organizado pela INTEGRAL BREI REAL ESTATE, contratada pela BIOTIC S/A para estruturação do veículo de investimento, e contou com a participação do Governador do Distrito Federal, de representantes das instituições intervenientes, a saber, a Companhia Imobiliária de Brasília TERRACAP, o Banco de Brasília BRB, a Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários BRB DTVM e a própria BIOTIC S/A, de dirigentes de entidades de representação empresarial, empresários e representantes de investidores institucionais.

Inauguração BRBlab, Centro de Inovação DETRAN e Escritório de Negócios Huawei com equipamentos 5G

Realizado no dia 06 de maio de 2021, o evento contou com a presença do Governador do Distrito Federal, além de autoridades locais e representantes de empresas de tecnologia do DF.

Sala de reuniões 5G

Sala de reunião para videoconferências, com cobertura de rede móvel 5G da Huawei – trata-se da primeira sala de reuniões 5G da empresa chinesa no Brasil. Na ocasião, o Governador do Distrito Federal realizou a primeira videoconferência do país com a tecnologia 5G. O encontro virtual ocorreu com o diretor regulatório especialista do 5G da Huawei, Carlos Lauria.

BRB Lab

No Parque, o Banco de Brasília instalou o BRB Centro de Inovação Tecnológico (BRB Lab). O objetivo é estimular o ecossistema de empreendedorismo e inovação local, além de buscar novas tecnologias e soluções voltadas para o sistema financeiro, governo e cidadãos.

Centro de Inovação Tecnológica – CITDetran

Espaço de inovação do Detran que abrigará uma parte da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Dirtec), que terá como prioridade construir uma agenda de desenvolvimento tecnológico voltada, exclusivamente, para pensar o trânsito da capital para as próximas décadas.

Aceleração DF

No dia 17 de junho, ocorreu o Aceleração DF que foi um evento da Cotidiano com o apoio e participação da BIOTIC S/A. Onde foi convidado grandes nomes da área de smart cities e arquitetura e urbanismo para debater durante a programação do evento, sobre os conceitos do que é uma cidade inteligente, como o Distrito de Inovação BIOTIC pode se tornar um ambiente de inovação integrado com vida urbana e natureza ao seu redor e qual papel o dos empreendedores para uma Brasília do futuro.

O evento foi uma oportunidade para empreendedores, startups, investidores, estudantes e apaixonados por empreendedorismo e inovação navegarem em uma cidade virtual, com a oportunidade de acesso à conteúdos fantásticos, fazer e cultivar network e aprender a compartilhar muito mais sobre empreendedorismo e inovação no ecossistema do Distrito Federal.

Connected Smart Cities and Mobility

A sétima edição do evento Connected Smart Cities e a terceira edição do Connected Smart Mobility foi realizado em São Paulo, no dia 01 a 03 de setembro em formato online e presencial.

Junto com grandes nomes de outros estados, houve a participação do Leonardo Reisman Diretor de Negócios, Ciência, Tecnologia e Inovação da BIOTIC S/A, com uma palestra das iniciativas do Distrito de Inovação BIOTIC, apresentando as características de espaços urbanos focados em inovação (work, live and play) e sobre a utilização do mercado de capitais como instrumento de desenvolvimento do empreendimento, como o fundo e investimento ESG.

Innovation Week

O Innovation Week é uma iniciativa da FAPDF e executado pela Brasil Startups, através do programa Brasília Startup 2030, para oferecer conhecimento e conexões para todos os empreendedores do ecossistema de inovação e startups, além de oportunidades de negócios. Foram 3 edições realizadas nesse ano no Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, entre os dias 27 e 30 de outubro, 17 a 20 de novembro e 7 a 11 de dezembro.

Um dos objetivos do evento é proporcionar preparações para que os empreendedores sejam qualificados para desenvolver novos negócios e ampliar o ecossistema de tecnologia, empreendedorismo e inovação atraindo novos interessados e parceiros e dando mais visibilidade nessas áreas em Brasília.

Hackathon de cidades inteligentes

Nos dias 19 e 20 de novembro, foi realizado no Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC no SebraeLAB, o Hackathon SebraeLab Cidade Inteligente. Era um desafio para transformar Brasília em uma cidade inteligente utilizando o distrito de inovação BIOTIC como uma vitrine de negócios e inovações. Os participantes tiveram acesso à mentorias exclusivas e especializadas, local e alimentação para a disputa (SebraeLab), diversos benefícios, incluindo o prêmio de 5 mil para o primeiro colocado, acesso a possibilidade de investimento e a possibilidade de ver a solução ganhar escala em toda a nossa cidade.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Ecossistemas de inovação são ambientes que promovem articulações entre diferentes atores que enxergam a inovação como força motriz para o desenvolvimento social e econômico. São polos que reúnem infraestrutura, capital humano e financeiro para favorecer ambientes de pesquisa e desenvolvimento que buscam solucionar dores latentes de mercado, criando novos produtos, serviços e projetos que atendam a tais necessidades. No Distrito Federal, nos últimos 6 anos o número de startups subiu mais de 30%, com aproximadamente 543 startups atualmente em operação, sendo que 228 se destacam no segmento em que atuam, além disso, o DF ficou no top 10 da terceira edição do Índice FIEC de Inovação dos Estados 2021, na sétima colocação.

Este cenário promissor para empreendimentos inovadores se relaciona com a evolução do ecossistema do Distrito Federal, envolvendo ambientes de inovação, conhecimento tecnológico das universidades e instituições de tecnologia, negócios inovadores, investimentos públicos e privados, bem como políticas e programas de fomento governamentais, constituindo o ecossistema de inovação do Distrito Federal. Além disso, Brasília está no páreo para sediar a maior e mais importante conferência de tecnologia, inovação e empreendedorismo no mundo, a Web Summit. Detentora do Parque Tecnológico de Brasília (Biotic), a capital do país disputa com o Rio de Janeiro e Porto Alegre a quarta sede mundial da conferência, que já passou por Toronto, no Canadá, e Hong Kong, na China e Lisboa. Após o encontro com o governo do DF em Lisboa, os diretores do evento vieram à cidade para conhecer as possíveis instalações para realização do evento, como o SebraeLab/Biotic, Arena BRB/Ginásio Nilson Nelson e o Pavilhão do Parque da Cidade.

Ações como estas que ocorreram na Capital Federal ao longo de 2021 podem fomentar a economia local, além de aumentar o reconhecimento do Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC como um hub de inovação e vitrine de negócios nacional e internacional. No decorrer do ano de 2021, o Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC ganhou uma grande visibilidade em canais de comunicação com alcance local, nacional e internacional, sendo mencionado em mais de 160 veículos de comunicação distintos, sendo 5 veículos internacionais. Favorecendo para que cada vez mais pessoas obtenha conhecimento e interesse pelo ecossistema do BIOTIC.

Gestão Administrativa

No âmbito administrativo diversas ações foram realizadas durante o exercício de 2021. Em relação à gestão dos contratos firmados com os residentes do Parque Tecnológico ocorreram algumas dificuldades relacionadas a distratos e renegociações, muito em decorrência da pandemia da COVID-19, mas nenhuma nova inadimplência que resultasse em retomada de espaços cedidos. Novas Instituições consolidadas integraram o Parque e as poucas vacâncias existentes são sempre muito procuradas.

A Auditoria externa que ocorre na Empresa, até o presente momento, aprovou os demonstrativos financeiros da BIOTIC S.A. sem ressalvas. O Orçamento de Investimento tem tido uma execução maior que em exercícios anteriores, e obtivemos uma redução significativa das despesas correntes, fruto do Contrato 53/2020 realizando junto à controladora Terracap.

Governança

Como parâmetro de melhor prática de governança a BIOTIC S.A. adota como princípios básicos de governança corporativa àqueles considerados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, conforme abaixo transcritos:

- Transparência;
- Equidade;
- Prestação de contas (accountability);
- Responsabilidade corporativa.

Desse modo a BIOTIC S.A., entende que os princípios acima geram valor de longo prazo e, preocupada com as melhores práticas de governança, encontra-se desde o início de sua criação em busca de estruturar a governança, o compliance e a gestão de riscos, para ser uma referência em seu ambiente negocial e perpetuar suas atividades, sempre.

Assim, em 2021 a BIOTIC S.A. atualizou o seu Estatuto Social objetivando a adequação às melhores práticas no que se refere à Lei nº 13.303/2016, aprovou a sua Carta Anual de Governança referente ao ano de 2021. Buscando a implementação de Melhores Práticas no BIOTIC, a BIOTIC S.A., por meio da atualização de seu Estatuto Social, reforçou a autonomia dos órgãos colegiados da BIOTIC S.A., bem como adequou a forma de reunião dos órgãos colegiados, colocando a possibilidade de que ocorra remotamente. Nesse sentido, também estão sendo identificadas e desenvolvidas as rotinas e processos que compreendem as atividades cotidianas no âmbito da BIOTIC S.A., visando estabelecer os padrões para as principais atividades, para a estruturação de um Mapa Geral de Processos. A fim de garantir o cumprimento das metas estabelecidas para o ano de 2021, a Governança acompanhou o desenvolvimento das metas e incentivou os colaboradores, pois compreende que profissionais engajados e qualificados são a base para que haja o crescimento e desenvolvimento de uma empresa. Desse modo, foi desenvolvido programa de satisfação, objetivando mensurar a taxa de satisfação dos funcionários de modo geral. O mencionado programa foi composto por estudos multifatores envolvendo remuneração, benefícios trabalhistas, ambiente de trabalho, entre outros.

Por fim, cumpre desatacar que a qualidade da condução dos trabalhos, o alcance dos resultados levantados, a avaliação e o monitoramento fazem parte da governança conjunta das atividades de todos os colaboradores da BIOTIC S.A., que seguem princípios de trabalho multi, inter e transdisciplinar[1]. Ou seja, a Governança não é uma atividade individual, simples e com prazo determinado. A Governança é feita com o acompanhamento e suporte efetivo às equipes na execução das funções de planejar, gerir, monitorar, avaliar e aprimorar, para que a BIOTIC S.A. atinja os objetivos, a missão e a visão definidos por sua alta gestão,

sempre em observância dos valores da empresa e dos sistemas normativos que a Companhia se subsume.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

Ecosistemas de inovação são um processo complexo e o sucesso desta progressão depende de vários fatores, como o estímulo da cultura local que permeia o empreendedorismo, a assunção de riscos e a vontade de abraçar a mudança. Para alcançar esse objetivo, o BIOTIC desenvolve diversas ações que contribuam para a formação de um ecossistema sólido de inovação no Distrito Federal, através de editais, programas de apoio ao empreendedorismo, eventos e laboratórios, tais como:

Centelha

O Programa Nacional de Apoio à Geração de Empreendimentos Inovadores - Centelha no Distrito Federal visa o estímulo, orientação e promoção da criação de empresas de base tecnológica inovadoras e de alto crescimento em todo o território nacional, incluindo subvenção econômica a estas empresas. Além disso, pretende:

- Estimular a criação de empreendimentos inovadores, a partir da geração de novas ideias;
- Disseminar a cultura do empreendedorismo inovador em todo território nacional, incentivando a mobilização e a articulação institucional dos atores nos ecossistemas locais, estaduais e regionais de inovação do país;
- Contribuir para ampliação da quantidade e melhoria da qualidade das propostas de empreendimentos de base tecnológica submetidas aos ambientes promotores de inovação existentes no País.

A BIOTIC S.A atua como proponente e executora para a realização do Programa no Distrito Federal, a FAPDF é a responsável pela contrapartida financeira de responsabilidade do governo do Distrito Federal e contamos com a parceria e apoio do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB), do Instituto Federal de Brasília (IFB), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), do Instituto Brasília de Tecnologia e Inovação (IBTI), do Centro de Tecnologia de Software de Brasília (Tecsoft) e da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI).

O lançamento do Edital foi no dia 27/10/21 no Espaço Sebraelab contando com as presenças do Vice-Governador do DF, o Diretor Presidente da BIOTIC S/A, do Diretor Presidente da FAPDF, do Ministro Substituto do MCTI, além de diversas outras autoridades do GDF.

Já foram mais de 150 ideias estão cadastradas no sistema e no final serão escolhidos até 28 projetos de inovação e cada um receberá até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) de subvenção econômica para iniciar ou melhorar sua empresa inovadora.

Núcleo de Inteligência Artificial com a Justiça Federal

A BIOTIC S/A, em parceria com a Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal e com o apoio da FAPDF, abriu uma Chamada Pública para o desenvolvimento de um Núcleo de Inteligência Artificial (IA) com foco no poder Judiciário e os atores a este relacionados. Esse Núcleo deve garantir, além da inegável melhoria na eficiência do Poder Judiciário Brasileiro, a promoção de uma transformação disruptiva de exercício do direito no Brasil que seja pautada pela ética, inovação e sustentabilidade, entre outros fatores.

A Chamada Pública nº 004/2020 – Projeto “Plataforma de Inteligência Artificial para o Judiciário: Aplicação na Justiça Federal” foi publicada no DODF no dia 03/05/2021 no qual foram submetidas um total de 6 propostas. Atualmente a proposta selecionada está na fase de assinatura do termo de outorga.

Mapeamento do ecossistema

O projeto “Sistema de tomada de decisão sobre geração de startups e empreendimento atuantes nas áreas de interesse do Parque Tecnológico de Brasília” visa pesquisar e

desenvolver um segmento de inteligência acadêmica, científica e tecnológica para ser internalizado junto à BIOTIC S/A, com o objetivo de aprimorar a tomada de decisão sobre geração de startups e empreendimento nacionais e internacionais atuantes nas áreas de interesse do Parque Tecnológico de Brasília.

Em parceria com a FAPDF, a Chamada Pública n.º 002/2020 foi publicada no DODF no dia 17/08/2021 no qual tiveram 3 propostas submetidas e a proposta selecionada já passou pelos trâmites internos da FAPDF e está aguardando para desenvolvimento do projeto.

Jornada ASG

Em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, o programa Jornada ASG terá como objetivo implementar e manter uma cultura ESG integrada às metas estratégicas e ao modelo de negócios do setor produtivo, identificando as melhores práticas para contribuir com a geração e ampliação de impactos socioambientais positivos, impulsionando o movimento global ESG.

Através de ações para reforçar as práticas ESG e, desempenhando atividades com impacto significativo nas três vertentes da ESG, social, ambiental e governança corporativa, iremos mapear, identificar e classificar desafios em soluções tecnológicas que estejam a serviço de gerar impacto positivo dentro dos critérios ESG.

A adoção de práticas de ESG exige adaptação das empresas a processos mais sustentáveis e práticas tradicionalmente ligadas à economia circular, o que pode ser uma boa forma de atrair o público crescente interessado no consumo consciente.

Atualmente o programa está em fase de desenvolvimento, com a elaboração do plano de trabalho entre a BIOTIC S/A e a ABDI e o termo aditivo no Acordo de Cooperação, com previsão do início das ações do projeto no começo de 2022.

Plataforma Da Inovação Da Tecnologia E Inovação

O projeto visa implementar um conjunto de ações que promovam a convergência entre os objetivos das empresas inovadoras e o processo de implantação e desenvolvimento do Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, através de ações que contribuam para a implantação de uma atmosfera de interação e articulação no BIOTIC, tais como:

- INOVAÇÃO EM 5G: viabilizar o acesso das empresas locais ao Laboratório Huawei localizado no Edifício de Governança do BIOTIC;
- DATALAB DF: implantar ambiente de aceleração de projetos de bigdata/analytics propostos por empresas inovadoras;
- CROSS INOVATION: atrair empresas de outros segmentos econômicos para o desenvolvimento conjunto de soluções inovadoras baseadas em TI;
- TECH TRENDS INNOVATION: apoiar a aceleração de projetos inovadores de empresas nas áreas de blockchain, IA, machine learning e IoT atrair empresas de outros segmentos econômicos para o desenvolvimento conjunto de soluções inovadoras baseadas em TI;
- SOCIAL INNOVATION: apoiar o desenvolvimento de projetos inovadores com impacto social, baseados em TI, desenvolvidos por empresas em geral;
- CAPACITAR PARA INOVAR: objetivo de capacitar representantes de 200 empresas em temas pertinentes à melhoria da capacidade inovativa, tais como inovação aberta, gestão da inovação em empresas em geral;
- PROMOÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO BIOTIC: dar visibilidade ao Parque Tecnológico de Brasília promovendo a articulação entre empresas conectadas ao Parque com empresas localizadas em outros parques para desenvolvimento de projetos comuns.
- AGENDA ESTRATÉGICA DA INOVAÇÃO NO PARQUE TECNOLÓGICO DE BRASÍLIA – BIOTIC: realizar planejamento que balize as atividades voltadas ao aumento da capacidade inovativa das empresas, com ações de melhoria da capacidade.

Atualmente o projeto está em fase de desenvolvimento do plano de trabalho e instrumento jurídico para firmar parceria entre a BIOTIC e o SINFOR e a previsão que as ações tenham início no segundo bimestre de 2022.

Datacenter

Atendendo uma demanda identificada para o Parque Tecnológico, a BIOTIC lançou o chamamento público 01/2020, objetivando a construção e gestão imobiliária, na modalidade societária ou contratual, de Data Center de alta disponibilidade no padrão mínimo Tier 3. A proposta selecionada consiste na constituição de joint venture societária entre GCE S/A e BIOTIC S/A, denominada DCBRAS S/A. A sociedade será formada, por ocasião da subscrição de suas ações, pela integralização do Lote 2 por parte da BIOTIC S/A, estimado em R\$ 31 milhões, e por aporte de ativos financeiros por parte da GCE S/A, de forma que a composição acionária seja no mínimo de 51% à GCE S/A e no máximo 49% à BIOTIC S/A.

A DCBRAS S/A será criada em duas etapas. A primeira para a constituição de sua personalidade jurídica com Capital Social de R\$ 100 mil, sendo 95% desse capital aportado pela GCE e o restante pela BIOTIC. Em um segundo momento, após uma prospecção inicial de mercado e pré-contrato já assinado com potencial cliente, o imóvel será integralizado à DCBRAS S/A bem como a contraparte da GCE para perfazer as proporções supracitadas.

As minutas contratuais passaram pela análise da equipe técnica jurídica da Terracap e, no momento, os autos estão para ciência e providências subsequentes julgadas necessárias no âmbito da Presidência da Controladora Terracap. No que se refere às demais tratativas para a constituição da parceria societária, a BIOTIC S.A., visando maior clareza e segurança, solicitou à empresa GCE a apresentação da minuta do Plano de Negócios. Esse documento descreve o empreendimento, projeta sua implantação e operação, prevê seus resultados, riscos associados e estrutura financeira do negócio. A solicitação do referido documento, além ser complementação e detalhamento das informações apresentadas na Proposta Preliminar, demonstrativos financeiros e diretrizes das minutas dos atos constitutivos, é um requisito exigido pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Assim, no momento a BIOTIC S.A. está aguardando a manifestação da Terracap e a apresentação da minuta do Plano de Negócios por parte da empresa GCE.

Laboratório de Blockchain

O objetivo é desenvolver um laboratório de excelência em blockchain com o foco em democratizar e desmistificar a tecnologia, tanto para o ambiente academia, empresas, startups e comunidade local. Atualmente o projeto está em fase de desenvolvimento de escopo e definição do instrumento jurídico para formalizar a parceria entre a BIOTIC S/A e o Banco do Brasil. A previsão do início das atividades é para o segundo semestre de 2022.

Licenciamento Ambiental

As atividades a serem implantadas no Lote nº1 devem ser obrigatoriamente licenciadas pelo órgão ambiental competente – no caso do DF, o Brasília Ambiental, procedimento administrativo obrigatório pelo qual o órgão ambiental licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

Adicionalmente a área em que será implantado o Distrito de Inovação BIOTIC, do ponto de vista ambiental, está inserida na Faixa de Proteção do Parque Nacional de Brasília, e, segundo a Resolução CONAMA no 13, de 06 de dezembro de 1990, deve-se levar em consideração uma série de restrições de ocupação, com vistas à conservação da biota.

Ante o exposto, ao longo do ano foram desenvolvidas diversas documentações técnicas referentes ao desenvolvimento do Distrito de Inovação BIOTIC, além de participação de reuniões técnicas e produção de estudos técnicos do Parque BIOTIC em diversos processos relacionados ao licenciamento Ambiental.

Building Information Model

Foi iniciado o desenvolvimento de um Building Information Model – BIM – Modelo de Informação da Construção para o edifício de Governança localizado no Parque tecnológico de Brasília – BIOTIC.

Foram desenvolvidos os Plano de Execução BIM para nortear as atividades técnicas que são necessárias para atingimento da meta, descrevendo e detalhando as atividades, os dados a serem modelados dentre outras informações, além de serem escolhidas as bibliotecas de componentes necessárias para a implementação do BIM, o modelo base BIM (arquitetura), e o sistema hidro sanitário.

Participação do Programa Mobiliza.DF

O Mobiliza.DF – Acelerando Políticas de Inovação no DF – é um programa realizado pela Wylinka, com o apoio da FAPDF, para promover a animação e o fortalecimento do ecossistema de inovação do Distrito Federal e tem como objetivo central o empoderamento e a formação do agente público do DF para que sejam capazes de aplicar novas abordagens e metodologias na criação de projetos e políticas públicas.

Com duração de 7 meses foram realizados 6 workshops, de 16h cada e várias mentorias online onde foram trabalhadas soluções para desafios reais do cenário de elaboração e implementação de políticas públicas para inovação no DF, utilizando metodologias e ferramentas amplamente utilizadas por organizações públicas e privadas no mundo inteiro, tais como design thinking, scrum, gestão de projetos ágil, técnicas para prototipação e validação e etc.

A participação da BIOTIC nesta ação reverte ao Parque Tecnológico de Brasília – BIOTICC pessoal capacitado a aprofundar o entendimento dos problemas do ecossistema de inovação e especificidades locais, bem como habilidades de empreendedorismo e liderança, além da submissão de proposta para a implementação da plataforma RideINNOVA com o objetivo de integrar os agentes do ecossistema de inovação local.

ORÇAMENTO 2022

A previsão orçamentária de Aumento Futuro de Capital Social (AFAC) da Terracap com a BIOTIC para 2021 é de R\$ 7 milhões (uma diminuição da dependência da controladora em 22% em relação a 2021). No geral, em 2022 há uma fixação de despesas praticamente igual a 2021, no entanto com maiores captações via convênios.

Tipo de Receita 2022	ORÇAMENTO
Receita com Preço Público	315.000,00
Receita Taxa Condominial	680.000,00
Receita Garagens	16.000,00
Convênio Facilities	1.795.000,00
Convênio Eventos	930.000,00
Convênio Centelha	1.159.000,00
Convênio ABDI	2.500.000,00
AFAC - Terracap	6.961.000,00
TOTAL	14.356.000,00

A BIOTIC S.A., independentemente de sua controladora, tem a previsão de arrecadar com os preços públicos, taxas condominiais e cessões de garagem, por volta de R\$ 1 milhão. O convênio de "Facilities", que prevê a gestão dos serviços e instalações prediais do Complexo de Governança do Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, possui uma expectativa de entrada de R\$ 1,8 milhão. O convênio de "Eventos" prevê conferências, plenárias, cursos, feiras, palestras e outros, com objetivo de fortalecer o ecossistema de ciência, tecnologia e inovação, possui uma expectativa de entrada de R\$ 930 mil. Têm-se a perspectiva do convênio que trata da Programa Nacional de Apoio à Geração de Empreendimentos Inovadores - Centelha que objetiva o estímulo, orientação e promoção, na criação de empresas de base tecnológica inovadoras e de alto crescimento em todo o território nacional, incluindo subvenção econômica a estas empresas, possui como expectativa a entrada de recursos na ordem de R\$ 1,2 milhão. Por fim, R\$ 2,5 milhões com um convênio com a ABDI

- Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial para desenvolvimento e implementação de programa de capacitação ESG.

Do total da receita estimada, serão repartidos R\$ 11,1 milhões para despesas com Folha Salarial, Benefícios, Terceirizados, Serviços de Manutenção, Atividades de Comunicação e Marketing, Ressarcimentos e Indenizações e R\$ 3,2 milhões para os investimentos da BIOTIC em 2022, como recursos para aceleradoras, equipamentos e materiais permanentes, envelopamento do edifício de governança, formatação do fundo de participações, licenciamento ambiental e urbanístico e outros.

CONCLUSÃO

Nesse ano, foram muitas as dificuldades enfrentadas pelos diferentes segmentos da sociedade, gerando desafios fora de qualquer perspectiva e praticamente imprevisíveis. Mesmo com algumas alterações e/ou suspensão de alguns projetos em decorrência da mudança repentina do cenário mundial e a suspensão de convenções e outros eventos sociais significativos nos setores inovadores, os avanços no que diz respeito aos objetivos finais do Parque tecnológico foram promissores.

Os aumentos dos custos operacionais de empresas, diminuição de ofertas de crédito e adaptação às novas formas de trabalho geram obstáculos significativos no crescimento de alguns setores, enquanto geraram buscas por soluções tecnológicas impulsionando as empresas de outros, principalmente na área de tecnologia e saúde. Ao mesmo tempo, a captação de recursos para startups sofreu impactos negativos, demonstrando as inconsistências do setor e reforçando o papel do BIOTIC para o apoio de tais instituições.

Apesar das condições adversas, a equipe da BIOTIC S/A permanece empenhada para desenvolver suas aspirações, focando-se em estabelecimentos de parcerias, organização de processos internos, instalações de ambientes inovadores e estimulação do desenvolvimento tecnológico e inovador. Essas ações contribuem para otimizar aspectos de riscos dos negócios, agilidade, transparência, sustentabilidade e reforçar o papel social do BIOTIC.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

1.1. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal — JUCIS/DF, entidade autárquica com personalidade jurídica de direito público, foi criada por meio da Lei nº 6.315, de 27 de junho de 2019, tendo suas finalidades e competências definidas nos arts. 3º e 4º desta Lei, observado, quanto a sua organização e funcionamento, o que dispõe a Lei federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 1.800, de 18 de novembro de 1994.

1.1.2 A JUCIS/DF, vinculada à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, por conta do Decreto nº 40.767, de 13 de maio de 2020, é administrativamente independente, financeiramente autônoma e tecnicamente subordinada ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DRE, com funções e estrutura organizacional regidas por Lei nº 6.315/2019 e pelo seu regimento interno, que encontra-se em construção.

1.1.3 O Art. 3º da Lei nº 6.315/2019 atribuiu à JUCIS/DF a missão de executar e administrar, no Distrito Federal, os serviços próprios do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, segundo o disposto na Lei federal nº 8.934, de 1994, bem como fomentar, facilitar, simplificar e integrar o registro de empresas e negócios, em consonância com as políticas de desenvolvimento social e econômico, visando a geração de riqueza e trabalho no Distrito Federal.

1.1.4. As principais competências da Jucis-DF, previstas no art. 4º da Lei nº 6.315/2019, são:

A) Executar os serviços de registro de empresário individual, empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, sociedade empresária e sociedade cooperativa, neles compreendidos:

I. o arquivamento dos atos relativos a empresário individual e a constituição, alteração, dissolução e extinção de sociedade empresária e de sociedade cooperativa, das declarações de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como dos atos relativos a consórcios e grupo de sociedades de que trata a Lei federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações);

II. o arquivamento dos atos concernentes a sociedades empresárias estrangeiras autorizadas a funcionar no País;

III. o arquivamento de atos ou documentos que, por determinação legal, seja atribuído ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e daqueles que possam interessar ao empresário individual, à EIRELI, à sociedade empresária ou à sociedade cooperativa;

IV. a autenticação dos instrumentos de escrituração dos empresários individuais, da EIRELI, das sociedades empresárias ou das sociedades cooperativas registradas e dos agentes auxiliares do comércio, nos termos de lei específica;

V. a emissão de certidões dos documentos arquivados;

B) processar, em relação aos agentes auxiliares do comércio, de acordo com a legislação aplicável:

I. à habilitação, nomeação, matrícula e seu cancelamento de tradutores públicos e intérpretes comerciais;

II. à matrícula e seu cancelamento de leiloeiros, trapicheiros e administradores de armazéns-gerais;

C) Proceder ao assentamento dos usos e práticas mercantis;

D) Organizar, formar, atualizar e auditar, observadas as instruções normativas do DREI, o Cadastro Estadual de Empresas Mercantis - CEE, integrante do Cadastro Nacional de Empresas Mercantis - CNE;

E) Atuar como Integrador Estadual da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM;

F) Simplificar e desburocratizar os processos de registro e legalização de pessoas jurídicas e negócios no Distrito Federal, sobretudo por intermédio de processos eletrônicos;

G) Integrar os processos de registro e legalização de pessoas jurídicas e negócios entre os órgãos e entes envolvidos, por meio de sistema informatizado, que garanta o sequenciamento de etapas da consulta prévia de nome empresarial, da viabilidade de localização, do registro empresarial, das inscrições fiscais e do licenciamento de atividades;

H) O Plenário, pertence a estrutura organizacional da JUCIS-DF, órgão deliberativo superior, previsto no inciso III do art. 8º da Lei 6.315/2019, tem como unidade gerencial de execução setorial a Gerência de Unidades Colegiadas – GUC, que é diretamente subordinada à Presidência – PRESI da JUCIS-DF. O Plenário têm como principal atribuição a análise de processos de competência colegiada relativos a constituição/alteração/extinção e processos de decisão simples e cooperativas.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	18	66	0	0	84
Requisitados de órgãos do GDF	5	2	0	0	7
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	23	68	0	0	91
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	23	68	0	0	91

1.2. Força de Trabalho

1.2.1. A estrutura administrativa básica da JUCI S-D F, é composta pelo Presidente; Vice-Presidente; Secretário-Geral; Chefe de gabinete; Chefe de assessoria jurídico-legislativa; Chefe de auditoria; Ouvidor; Diretores; Gerentes; Coordenador de unidades; Assessores especiais; e Assessores, conforme A nexa Único da Lei nº 6.315, de 27 de junho de 2019, que contempla 94 cargos em comissão, embora, de fato, tenham sido retirados 03 cargos, restando apenas 91. Atualmente a Força de Trabalho da JUCIS-D F é composta de 07(sete) servidores efetivos (cedidos) e 84 (oitenta e quatro) servidores sem vínculo, perfazendo estes 92,3% do contingente.

I. A JUCIS-DF tem como atribuição principal, a execução dos serviços de registro de empresário individual, empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, sociedade empresária e sociedade cooperativa, a gestão do integrador e de prestar auxílio direto às 30 RA's e 08 órgãos licenciadores do DF. Percebe-se pelas atividades desenvolvidas nas áreas meio e fim desta Junta Comercial, que o contingente de servidores é muito baixo para as realizações dos serviços demandados, além do mais o enfrentamento da escassez de

servidores pelos Diretores e Gerentes, a falta de qualificação técnica de alguns servidores, a grande rotatividade de servidores impactaram nos resultados de produtividade do ano de 2021, principalmente no que diz respeito às áreas finalísticas, que têm a missão de ofertar bens e serviços à população do Distrito Federal.

II. Para resolver a dificuldade de falta de servidores, e o cumprimento ao previsto no § 3º do art. 10 na Lei nº 6.315/2019, a JUCIS-DF vem mantendo tratativas com a Secretaria de Estado de Economia - SEEC para realização de concurso público na carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental para provimento de 80 (oitenta) vagas para os cargos de Analista e Gestor, conforme processo SE1 Nº 0401900000593/2020- 63.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3501 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO	250000,0	9000,0	0	0
0004 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO-- JUCIS - DISTRIO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	250000,0	9000,0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	110000,0	11000,0	0	0
0176 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-- JUCIS - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	110000,0	11000,0	0	0
2551 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS	0	3000000,0	0	0
0003 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS- ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS-DISTRITO FEDERAL	0	3000000,0	0	0
2668 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPREENDEDORISMO	0	3226228,0	0	0
0008 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPREENDEDORISMO- DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPREENDEDORISMO- DISTRITO FEDERAL	0	3226228,0	0	0
2952 - SERVIÇOS DE REGISTRO E LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS	0	3000000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0004 - SERVIÇOS DE REGISTRO E LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS-SERVIÇOS DE REGISTRO E LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS-DISTRITO FEDERAL	0	3000000,0	0	0
TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	360000,00	9246228,00	0,00	0,00

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	100000,0	100000,0	0	0
0068 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-- JUCIS - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	0	0
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA	100000,00	100000,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	20000,0	70000,0	17938,49	17938,49
0034 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-- DISTRITO FEDERAL	20000,0	70000,0	17938,49	17938,49
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	200000,0	200000,0	91850,00	76807,71
0021 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO--DISTRITO FEDERAL	200000,0	200000,0	91850,00	76807,71
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	100000,0	142000,0	127314,05	122314,05
0100 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-- DISTRITO FEDERAL	100000,0	142000,0	127314,05	122314,05
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	100000,0	100000,0	3845,0	3845,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0079 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-- JUCIS - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	3845,0	3845,0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	420000,00	512000,00	240947,54	220905,25

8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	3211214,0	1041214,0	836869,0	836869,0
0090 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-- DISTRITO FEDERAL	2611214,0	441214,0	285318,0	285318,0
0098 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-EMPREENDEDOR DIGITAL- DISTRITO FEDERAL	600000,0	600000,0	551551,0	551551,0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	400000,0	10000,0	0	0
0078 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- DISTRITO FEDERAL	400000,0	10000,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	410000,0	290000,0	0	0
0102 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-- JUCIS- DISTRITO FEDERAL	410000,0	290000,0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	30000,0	30000,0	0	0
0084 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-- JUCIS - DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	30000,0	30000,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	4163203,0	7141203,0	6694321,99	6647821,99
0106 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	4163203,0	7141203,0	6694321,99	6647821,99

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	441840,0	441840,0	397927,75	394427,75
0091 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-- JUCIS - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	441840,0	441840,0	397927,75	394427,75
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2785881,0	2735881,0	635729,06	601238,57
0146 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-- DISTRITO FEDERAL	2785881,0	2735881,0	635729,06	601238,57
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	11442138,00	11690138,00	8564847,80	8480357,31

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL – JUCIS-DF iniciou o exercício financeiro de 2021 com dotação orçamentária fixada na Lei Orçamentária Anual - LOA 2021, na importância de R\$ 12.322.138,00, prevista na Lei nº 6.778, de 06 de janeiro de 2021, que tratou do orçamento fiscal, seguridade social e investimento para o exercício de 2021 do Governo do Distrito Federal, o qual estimou receitas e fixou despesas para as Unidades Orçamentárias do Distrito Federal.

Nesse contexto, a Lei nº 6.490, de 29 de janeiro de 2020 que trata do PPA 2020/2023, apresenta a estrutura dos programas de governo, que serve como instrumento de organização de ação governamental e de diretriz para elaboração da LOA, e compreende os tipos de programas classificados em Programas Temáticos; Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado; Programa para Operações Especiais, que o Órgão Central de planejamento governamental aplica a partir no processo de planejamento estratégico de governo para definir objetivos, metas, indicadores e ações que são estabelecidos em conjunto com cada unidade orçamentária, a fim de atingir os resultados esperados das políticas públicas.

A viabilização de realização das despesas orçamentárias, sob o ponto de vistas dos programas, depende da execução das ações orçamentárias como instrumentos de programação do órgão, com propósito de atender ao objetivo do programa de governo para as unidade orçamentária. Além disso, as ações não orçamentárias não estão inseridas na LOA, mas fazem parte das diretrizes estratégicas que o órgão deverá construir para alcançar aos objetivos estratégicos de governo. Nesse sentido tanto as ações orçamentárias como as ações não orçamentárias são definidas como base nas realizações físicas e financeiras de cada unidade, em conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA e dos outros instrumentos de planejamento governamental.

À vista disso, a JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL é um órgão há pouco tempo criado na estrutura orgânica do Distrito Federal, encontra-se em fase de amadurecimento de seus processos internos e construção de seus métodos e processos organizacionais, no entanto nesta fase de construção de seus instrumentos de planejamentos optou nesta fase início e preparação de seus processos internos por aderir as ações orçamentárias existentes no Plano Plurianual - PPA 2020/2023.

No que diz respeito à ARRECADAÇÃO da JUCIS, ela é própria, decorrente de receitas oriundas de preços públicos cobrados de usuários/contribuintes, que desejam utilizar-se de alguns serviços ofertados pela Junta contantes de sua tabela de preço de atos mercantis como: arquivamento, matrículas, autenticação, e outros de registro mercantis. As receitas são classificadas por meio do Código de Receita 4044, Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal, Fonte 220 - Diretamente Arrecadados.

Destaca-se que os registros oficiais das receitas de arrecadação são gerados pela Subsecretária do Tesouro - SUTES/SEEC, contudo o controle gerencial das receitas é realizado pela própria JUCIS-DF, por meio do SRM (SISTEMA DE REGISTRO MERCANTIL). O SRM é o sistema responsável por gerir as informações das empresas registradas, alteradas e extintas pela JUCIS-DF, além do mais, o sistema é responsável pelas ferramentas de ações das atividades/tarefas de funcionamento da ATIVIDADE FIM da Junta Comercial.

No que tange à gestão orçamentária da Diretoria de Registro Empresarial - DRE, unidade responsável pela gestão finalística da JUCIS-DF, entende-se que houve um avanço no aspecto do planejamento orçamentário, pois esta área cuida diretamente do registro público de empresas; arquivamento dos atos registrados e autenticação dos livros contábeis e efetivação, matrícula, fiscalização e cancelamento de registro dos agentes auxiliares do comércio, que do ponto de vista orçamentário encontra-se responsável pelos dois programas temáticos atribuídos, por meio de crédito especial adicional aberto por excesso de arrecadação e incorporado a LOA 2021, são eles as ações orçamentárias 2952 - SERVIÇOS DE REGISTRO E LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS e 2551 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS.

2.1.2. REALIZAÇÃO DE DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

O valor da dotação orçamentária da JUCIS-DF no exercício financeiro de 2021 foi de R\$ 12.322.138,00, o orçamento foi distribuído nas Categorias de Gastos: Despesas Correntes e Despesas de Capital, de modo a atender a programação orçamentária do exercício 2021. Assim, as dotações foram distribuídas de acordo com os gastos previstos para os grupos de despesas: Pessoal e Encargos Sociais valor fixado no orçamento na importância de R\$ R\$ 4.273.203,00; Outras Despesas Correntes no valor fixado de R\$ 5.291.214,00; e Investimentos no valor de R\$ 2.757.721,00.

A ARRECADAÇÃO do ANO de 2021 da JUCIS-DF em comparação ao ano de 2020 foi marcado pelo incremento de arrecadação, fechou-se o ano com uma arrecadação acumulada, segundo informes da Subsecretaria do Tesouro arrecadou-se receitas no valor de R\$ 21.773.500,16, contra uma receita apurada em 2020 de R\$ 18.068.592,26, portanto, constata-se um crescimento de arrecadação de cerca de 17% em relação ao ano anterior, o que por sua vez gerou um excesso um de arrecadação no exercício financeiro de 2021 de cerca de R\$ 9.451.362,16

Depreende-se da LOA 2021 que a previsão de receita da JUCIS foi estimada na importância de R\$ 12.322.138,00, entretanto o excesso de arrecadação apurado gerou a abertura de um crédito especial adicional de R\$ 9.226.228,00. O crédito especial adicional gerado deverá ser utilizado na programação orçamentária de 2022, uma vez que segundo as normas orçamentárias o crédito especial apurado nos últimos dois meses do final do exercício pode ser reaberto no exercício seguinte e incorporado a LOA. Logo, a consequência orçamentária na LOA 2021, por conta da publicação do Crédito Especial DODF em 23/12/2021, foi o acréscimo de previsão receita, que saltou do valor de arrecadação estimada na LOA de 12.322.138,00 para R\$ 21.548.366,00, um incremento de dotação orçamentária de 74,88% em relação a dotação inicial.

Assim, os recursos dos créditos especiais foram incorporados ao orçamento da JUCIS-DF e alocados em três ações orçamentárias com destaque a duas ações de Programa Temático e uma ação de programa de gestão e manutenção:

- a) Ação Orçamentária 2551 - Atualização e Modernização do Acervo e Documentos - Valor do aporte - R\$ 3.000.000,00 (Programa Temático)
- b) Ação Orçamentária 2952 - Serviços de Registro e Legalização de Empresas- Valor do aporte - R\$ 3.000.000,00 (Programa Temático)

c) Ação Orçamentária 2668 – Desenvolvimento de Ações para os Segmentos do Empreendedorismo - Valor do Aporte R\$ 3.226.228,00 – (Programa de Gestão e Manutenção)

2.1.3. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

As verbas orçamentárias destinadas ao Grupo de Despesa Pessoal e Encargos Sociais do orçamento do exercício financeiro de 2021 foram insuficientes para cobrir as despesas e saldar os compromissos financeiros com a folha de pagamento da JUCIS. Consta-se no demonstrativo abaixo de execução orçamentária da despesa que o déficit apurado foi de R\$ 2.548.433,04. A desconformidade orçamentária apresentada na dotação inicial foi consequência das médias subestimadas de gastos de pessoal dos anos de 2019 e 2020 projetada pela Coordenação Geral do Processo Orçamentário – COGER/SEORC/SEEC para a proposta orçamentária da JUCIS-DF do exercício de 2021.

Assim, a JUCIS-DF para sanar a situação de falta de verba orçamentária de pessoal e encargos sociais no decorrer do exercício de 2021 e operacionalizar o pagamento da folha de pagamentos a partir do mês de agosto, indicou como fonte de recursos de suplementação o cancelamento de dotação orçamentária da área fim da JUCIS-DF das ações orçamentárias 3501, 3678, 1471, 2396 e 2557, conforme os processos de abertura de créditos suplementar aberto por este órgão sob nº 04019-00000960/2021-18 e 04019-00003231/2021-13.

Desta forma, constata-se da análise do demonstrativo financeiro abaixo que a categoria de gastos pessoal e encargos sociais demonstra o percentual de despesas realizadas de pessoal que alcançou a realização de 93,96% em relação a dotação orçamentária final desta rubrica orçamentárias, o que atingiu uma despesa total anual no exercício de 2021 de R\$ 6.821.636,04 (seis milhões, oitocentos e vinte e um mil, seiscentos e trinta e seis reais e quatro centavos).

2.1.4. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

O grupo de despesas OUTRAS DESPESAS CORRENTES utilizada nas ações que contribuem para operacionalização e manutenção da JUCIS-DF admitem despesas como aquisição de material de consumo, outros serv. Terceiros – pessoa jurídica, serviços de TI e Comunicações e outras despesas correntes. A programação orçamentária iniciou o exercício com dotação orçamentária de R\$ 5.291.214,00. No decorrer do exercício financeiro de 2021, por conta do excesso de arrecadação foi aberto crédito especial na importância de R\$ 9.226.228,00. Por conta deste crédito a dotação final alcançou o valor de R\$ 13.554.442,00

Registra-se que o crédito especial foi incorporado ao orçamento da Jucis-DF. O incremento de dotação orçamentária em outras despesas corrente alcançou 156,17% de dotação orçamentária final. As realizações das despesas orçamentárias atingiram gastos anuais de R\$ 1.984.159,30 (um milhão, novecentos e oitenta e quatro milhões, cento e cinquenta e nove mil e trinta centavos), que em percentual, conforme demonstrativo abaixo, alcançou o percentual de 14,75% da dotação orçamentária final da JUCIS-DF

2.1.5. INVESTIMENTO

A categoria de gastos denominada de Despesas de Capital incorpora o grupo de despesa Investimentos, a LOA 2021 fixou dotação orçamentária inicial de R\$ 2.757.721,00. As verbas foram distribuídas nos grupos de despesas: Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica, Obras e Instalações e Equipamentos e Material Permanente.

A análise do demonstrativo financeiro abaixo da categoria de gastos INVESTIMENTOS demonstra que não houve durante o exercício movimento de verbas para aquisições e contratações nesta rubrica orçamentária. A dotação final ficou em 25,5%, abaixo do valor previsto inicial na LOA 2021. Isso se deve ao fato do remanejamento orçamentário desta rubrica no valor de R\$ 2.067.000,00 para custeio de dotação do grupo de despesa pessoal e encargos sociais para cobrir insuficiência de saldo para pagamento da folha de pagamento da JUCIS-DF

2.2. CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 11/2020

PROGRAMA 6207 – DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO

REALIZAÇÕES DAS DESPESAS NAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - 0090 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL e 0098 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-EMPREENDEDOR DIGITAL-DISTRITO FEDERAL

PARTICIPES: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 11/2020 ENTRE O SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE) E AS JUNTAS COMERCIAIS DOS ESTADOS DO CEARA, AMAZONAS, ACRE, AMAPA, DISTRITO FEDERAL, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, RIO GRANDE DO SUL E RORAIMA

As ações orçamentárias 0090 e 0098 refere-se a execução orçamentária financeira do Acordo de Cooperação Técnica e Financeira nº 11/2020 entre o Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e as Juntas Comerciais dos Estados do Ceara, Amazonas, Acre, Amapa, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Roraima, com o objetivo de realizar o projeto intitulado EMPREENDEDOR DIGITAL – TRANSFORMANDO O REGISTRO DE EMPRESAS PELO DIGITAL, que tem por objeto implantar, desenvolver e operacionalizar todas as ferramentas necessárias para integração do registro digital (SRM – Sistema de Registro Mercantil e Integrar – Integrador Estadual da REDESIM), para fins de padronização, linearidade e uniformidade dos atos de registro e legalização empresarial nos nove estados citados da Federação Brasileira. A vigência do convênio foi previsto para 24 meses finalizando no dia 26/04/2022.

O valor do instrumento é de R\$19.780.723,00 (dezenove milhões, setecentos e oitenta mil setecentos e vinte e três reais), sendo R\$ 11.709.113,00 (onze milhões, setecentos e nove mil cento e treze reais) alocados pelo SEBRAE e R\$ 8.071.610,00 (oito milhões, setenta e um mil seiscentos e dez reais) pelas Juntas Comerciais

A JUCIS/DF assumiu duas contrapartidas financeiras de R\$ 551.551,00 (quinhentos e cinquenta e um mil quinhentos e cinquenta e um reais) cada, ambas empenhadas, liquidadas e pagas, uma parcela paga no exercício financeiro de 2020 e outra paga no exercício financeiro de 2021, o que totalizou R\$ 1.103.102,00 (um milhão, cento e três mil cento e dois reais).

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO

DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA N. 11/2020

O convênio foi aditivado para inclusão de duas novas ações, ou seja ação 07 - Desenvolvimento do módulo de viabilidade automática para o "desenvolvimento de uma solução de análise automática de viabilidade de endereços, para Pessoas Jurídicas, cartórios, OAB e viabilidade de Eventos e ação 08 Adequação da solução pública e Juntas Comerciais à Lei Geral de Proteção de dados (LGPD) manutenções evolutivas na Solução Pública, com vista a atender à Lei Geral de Proteção de dados.

2.3. CONCLUSÃO

Dessa forma, conclui-se que a execução orçamentária do grupo de despesas OUTRAS DESPESAS CORRENTES e INVESTIMENTOS ficaram prejudicadas pelo baixo percentual de realizações de ações orçamentárias realizadas, o que é justificado em decorrência da JUCIS-DF encontrar-se em fase de amadurecimento de seus processos internos e em construção de seus métodos e processos organizacionais.

No entanto, diante de tudo que foi exposto, de um modo geral a execução financeira orçamentária da JUCIS-DF tende a melhorar a operacionalização, a medida que os programas orçamentários da JUCIS-DF vão se aprimorando as ações aos objetivos estratégicos de sua atividade finalística, em que a curto prazo vislumbra-se alcançar a implementação das seguintes ações estruturantes: a reestruturação administrativa da Junta, a melhoria dos processos internos, a capacitação de seus colaboradores, a implantação de gestão baseada em resultados com vistas à melhoria da gestão.

ADMINISTRAÇÃO FEDERAL DO BRASIL										
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA										
DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL										
EXERCÍCIO 2017										
Modalidade de Despesa	Categoria Econômica e Funcional	Empenho (R\$)	Saldo Especial (R\$)	Empenho (R\$)	% Emp.	Emp. Liquidado (R\$)	Emp. Pago (R\$)	Emp. Anulado (R\$)	Emp. Cancelado (R\$)	Emp. Pago (R\$)
4499	Outros Serviços	1.944.912,44	1.124.228,00	1.944.912,44	100,0%	1.722.242,24	88,6%	0,00	0,00	1.722.242,24
449901	Personal e Encargos Sociais	4.270.200,00	1.368.220,00	1.368.220,00	32,0%	1.370.220,00	100,0%	0,00	0,00	1.370.220,00
449902	Arquitetura e Cartagens Fiscais - Pessoal Civil	1.500.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	93,3%	1.378.620,71	98,5%	0,00	0,00	1.378.620,71
449903	Obrigações Fiscais	900.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	111,1%	1.220.520,10	133,3%	0,00	0,00	1.220.520,10
449904	Outros Serviços Terceiros - Pessoal Civil	374.712,44	126.008,00	374.712,44	100,0%	373.501,43	99,7%	0,00	0,00	373.501,43
449905	Despesas de Serviços Terceiros	30.000,00	30.000,00	30.000,00	100,0%	30,00	0,1%	0,00	0,00	30,00
449906	Obrigações Fiscais	20.000,00	20.000,00	20.000,00	100,0%	20,00	0,1%	0,00	0,00	20,00
449907	Serviços Jurídicos	10.000,00	10.000,00	10.000,00	100,0%	10,00	0,1%	0,00	0,00	10,00
449908	Indenizações Restituições e Restituições	300.000,00	140.000,00	140.000,00	46,7%	132.840,70	94,9%	0,00	0,00	132.840,70
449909	Outros Serviços Terceiros	1.280.192,44	818.228,00	1.280.192,44	100,0%	1.290.120,53	100,8%	0,00	0,00	1.290.120,53
449910	Material de Consumo	470.200,00	290.140,00	290.140,00	61,7%	290,00	0,1%	0,00	0,00	290,00
449911	Serviços de Consultoria	0,00	4.000.000,00	4.000.000,00	100,0%	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
449912	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	1.012.124,00	1.010.080,00	1.010.080,00	100,0%	200.222,41	19,8%	0,00	0,00	200.222,41
449913	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	1.120.120,00	1.120.120,00	100,0%	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
449914	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100,0%	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
449915	Liquidação de Dívidas	10.000,00	10.000,00	10.000,00	100,0%	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
449916	Serviços de Ter. Especialização	0,00	891.110,00	891.110,00	100,0%	890.880,00	99,9%	0,00	0,00	890.880,00
449917	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	100.000,00	240.000,00	240.000,00	240,0%	237.070,62	98,8%	0,00	0,00	237.070,62
449918	Outros Benefícios Assistenciais	10.000,00	10.000,00	10.000,00	100,0%	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
449919	Auxílio-Alimentação	422.040,00	422.040,00	422.040,00	100,0%	398.420,00	94,4%	0,00	0,00	398.420,00
449920	Auxílio-Chefe	20.000,00	20.000,00	20.000,00	100,0%	20,00	0,1%	0,00	0,00	20,00
449921	Viagens - Pessoal Civil	10.000,00	10.000,00	10.000,00	100,0%	30.420,02	304,2%	0,00	0,00	30.420,02
449922	Passagens e Despesas com Locomoção	10.000,00	10.000,00	10.000,00	100,0%	20.040,00	200,4%	0,00	0,00	20.040,00
449923	Obrigações Tributárias e Contributivas	200.000,00	200.000,00	200.000,00	100,0%	130.300,00	65,2%	0,00	0,00	130.300,00
449924	Serviços Jurídicos	10.000,00	10.000,00	10.000,00	100,0%	17.000,00	170,0%	0,00	0,00	17.000,00
449925	Indenizações Restituições e Restituições	200.000,00	100.000,00	100.000,00	50,0%	1.000,00	0,5%	0,00	0,00	1.000,00
449926	RECURSOS DE CAPITAL	1.707.712,44	891.110,00	891.110,00	52,2%	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
449927	Investimentos	1.707.712,44	891.110,00	891.110,00	52,2%	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
449928	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	900.000,00	900.000,00	900.000,00	100,0%	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
449929	Outros Investimentos	807.712,44	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
449930	Equipamentos e Móveis Permanentes	1.000.000,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00
TOTAL - R\$		12.322.000,00	5.220.228,00	2.548.940,00	20,6%	2.791.262,24	22,6%	0,00	0,00	2.791.262,24

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A Diretoria de Registro Empresarial é a unidade responsável pela atividade finalística da JUCIS-DF, qual seja, o registro público de empresas; o arquivamento dos atos registrados; e a autenticação dos livros contábeis e efetivação, matrícula, fiscalização e cancelamento de registro dos agentes auxiliares do comércio.

Estão vinculadas à Diretoria de Registro Empresarial:

- I. A Gerência de Viabilidade e Pré análise
 - II. A Gerência de Registro Empresarial;
 - III. A Gerência de Cadastro, Arquivo e Digitalização;
- I. Compete à Gerência de Viabilidade e Pré análise:

Gerenciar, acompanhar e executar os serviços referentes à análise da viabilidade de nome empresarial e referentes à pré análise dos processos de constituição, alteração, extinção e outras solicitações de EMPRESÁRIO INDIVIDUAL, EIRELI e LTDA.

Realizar a análise de viabilidade de nome empresarial, obedecendo os critérios legais e as instruções normativas.

Realizar a pré análise, compreendendo a verificação da solicitação constante do pedido de arquivamento na capa do processo/FCN e o confronto entre os atos e eventos da FCN com os eventos constantes do DBE (quando for o caso), e destes com o documento principal, sendo essencial que todos os dados constantes do documento principal estejam de acordo com a FCN e com o DBE (quando necessário para o ato). Dentre os dados a serem verificados estão: quem serão os sócios, a qualificação dos sócios; qualificação da empresa – nome, atividade,

endereço, nome fantasia, quem serão os administradores e se houver evento de enquadramento, verificar a cláusula de enquadramento do porte solicitado ou se há declaração em anexo. Também deverá ser verificado se os sócios e administradores ou representantes legais estão identificados no fecho e se há procuração, autorização, escritura pública de emancipação e se esses documentos preenchem os requisitos legais; o objeto e o nome deverão estar de acordo com as regras e instruções normativas. O documento principal deverá estar em formato digital PDF-A. O capital social e a participação dos sócios indicadas no ato devem estar conforme a FCN.

Solicitar à gerência de cadastro, atualização cadastral quando necessária para aprovação de processos.

Auxiliar e dar suporte nas dúvidas e questionamentos enviados por e-mail ou pelo CHAT online.

Relatar eventuais falhas, erros e lentidão do sistema.

Emitir relatórios de produtividade e tempo de análise atendendo às solicitações da Diretoria de Registro Empresarial, da Secretaria Geral e da Presidência.

Elaborar relatórios mensais de todas as atividades realizadas pela gerência.

Exercer outras atividades correlatas que lhe forem delegadas.

II. Compete à Gerência de Registro Empresarial:

Gerenciar, acompanhar e executar os serviços realizados pelos assessores técnicos referentes à análise e arquivamento dos processos de constituição, alteração, extinção e outras solicitações de EMPRESÁRIO INDIVIDUAL, EIRELI e LTDA.

Realizar a análise dos aspectos técnicos e legais dos pedidos de arquivamento e registro de documentos, informando, já na primeira análise, todas as pendências contidas nos atos, devidamente fundamentadas, ou aprová-los, quando revestidos das formalidades legais.

Emitir parecer sobre as decisões de deferimento ou indeferimento dos processos analisados, quando solicitado.

Solicitar à gerência de cadastro, atualização cadastral quando necessária para aprovação de processos.

Auxiliar e dar suporte nas dúvidas e questionamentos enviados por e-mail ou pelo CHAT online.

Relatar eventuais falhas, erros e lentidão do sistema.

Emitir relatórios de produtividade e tempo de análise atendendo às solicitações da Diretoria de Registro Empresarial, da Secretaria Geral e da Presidência.

Elaborar relatórios mensais de todas as atividades realizadas pela gerência.

Exercer outras atividades correlatas que lhe forem delegadas.

III. Compete à Gerência de Cadastro, Arquivo e Digitalização:

Gerenciar, acompanhar e executar os serviços realizados pela área de cadastro, arquivo e digitalização dos documentos registrados na JUCIS-DF, mantendo atualizados os dados cadastrais das empresas.

Gerenciar, acompanhar e executar as atividades de cadastramento, preparação e digitalização dos documentos, sempre que necessário.

Gerenciar, acompanhar e executar as atividades de expedição de certidões simplificadas, específicas e de inteiro teor para os usuários.

Executar a inclusão de ofícios ou documentos provenientes de determinações judiciais e extrajudiciais no Cadastro Distrital de Empresas - CDE da JUCIS-DF.

Realizar a conferência de todos os processos aprovados na JUCIS-DF.

Atender a todos os pedidos de informações relacionados com a Gerência e executar todos os atos e determinações da Presidência, da Secretaria Geral e da Diretoria, cumprindo e fazendo cumprir as suas determinações.

Realizar o recadastramento de todas as empresas da forma determinada pela Diretoria, Presidência e Secretaria Geral.

Auxiliar e dar suporte nas dúvidas e solicitações enviados por e-mail ou pelo CHAT online, realizando quando for o caso, atualização cadastral.

Elaborar relatórios mensais de todas as atividades realizadas pela gerência.

Proceder a guarda e conservação de todos os documentos de Registro Mercantil e Atividades Afins.

Conferir, relacionar e classificar os documentos conforme a sua natureza.

Organizar e manter atualizados os cadastros e prontuários, utilizando-se de meios necessários, observadas as normas vigentes.

Controlar a saída de processos e documentos.

Efetuar buscas, prestar informações e apresentar documentos arquivados, quando solicitados pelas partes interessadas.

Exercer outras atividades correlatas que lhe forem delegadas.

IV. Compete à Gerência de Agentes Auxiliares do Comércio e Autenticação de Livros e Instrumentos Contábeis

Gerenciar, acompanhar e executar o recebimento da documentação e a análise dos processos para efetivação e o cancelamento da matrícula dos agentes auxiliares do comércio.

Gerenciar, acompanhar e executar a expedição da carteira de exercício profissional dos agentes auxiliares do comércio.

Gerenciar, acompanhar e executar o recebimento e a análise dos livros e instrumentos contábeis para autenticação.

Analisar os atos de arquivamento de armazém geral.

Exercer a fiscalização da atividade dos agentes auxiliares do comércio, conforme a legislação aplicável.

Autorizar a publicação digital dos leilões no sítio eletrônico da JUCIS-DF, após a remessa dos editais e a verificação da regularidade das informações prestadas pelo Leiloeiro Público Oficial.

Realizar processo de recadastramento de tradutores e leiloeiros.

Elaborar Portarias referentes à nomeação de tradutores ad hoc e à concessão de matrícula de leiloeiro.

Emitir certidões específicas dos agentes auxiliares do comércio, certificando a matrícula e aptidão para exercer o cargo.

Auxiliar e dar suporte nas dúvidas e questionamentos enviados por e-mail ou pelo CHAT online.

Emitir relatórios de produtividade e tempo de análise atendendo às solicitações da Diretoria de Registro Empresarial, da Secretaria Geral e da Presidência.

Elaborar relatórios mensais de todas as atividades realizadas pela gerência.

Exercer outras atividades correlatas que lhe forem delegadas.

V. Compete à Gerência de Atendimento ao Usuário:

Planejar, coordenar e supervisionar o atendimento ao CHAT online, que é um canal de atendimento personalizado para o usuário. A função do CHAT é orientar os usuários quanto aos serviços prestados pela JUCIS-DF, bem como seus procedimentos; e quanto aos serviços geridos pelo sistema INTEGRAR, que integra a Receita Federal, a Secretaria de Economia, as Administrações Regionais e os órgãos licenciadores. O CHAT está disponível para o usuário externo no sítio da JUCIS-DF: www.jucis.df.gov.br no botão que fica do lado inferior direito da tela, de segunda a sexta-feira, das 8:30h às 16:30h.

Gerenciar, acompanhar e executar os atendimentos presenciais agendados que tem por finalidade sanar as dúvidas dos usuários. (O atendimento presencial se encontra suspenso devido às Portarias nº 19 e nº 123, que dispõem sobre o teletrabalho).

Gerenciar, acompanhar, reencaminhar e responder as solicitações enviadas para o e-mail jucis-df@jucis.df.gov.br.

Manter atualizada a FAQ, de acordo com as alterações legislativas e normativas introduzidas para o Registro Público de Empresas.

Manter o contato com todos os outros setores da JUCIS-DF, afim de ser o elo entre estes e os usuários, levando suas demandas aos setores responsáveis pela execução dos serviços e mantendo os usuários informados do status de suas demandas.

Elaborar relatórios mensais de todas as atividades realizadas pela gerência.

Dar andamento aos processos de restituição de DAR já instaurados antes da alteração do procedimento para restituição, que passou a ser de competência da Diretoria Administrativa e Financeira.

Executar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação, via instrumentos regulamentares internos.

No ano de 2021 foram mapeados e elaborados Manuais de Procedimentos de todas as gerências, representando um avanço significativo para a obtenção de melhores resultados.

Também foram criadas as Tabelas de Complexidade de todas as Unidades da Diretoria de Registro Empresarial, descrevendo todas as atividades desempenhadas em cada Unidade e classificando-as pelo grau de complexidade.

Em conformidade com as Portarias nº 19 e nº 123 foram estabelecidas metas diárias para os servidores. As metas calculadas com parâmetros diários, semanais e mensais, uniformizaram a distribuição do trabalho, trazendo melhoria nos indicadores do tempo de análise do registro digital e da realização de todas as atividades.

I. Gerência de Viabilidade e Pré análise

No ano de 2021 foram analisadas 72.637 consultas de viabilidade.

Foram pré analisados 134.596 processos.

II. Gerência de Registro Empresarial:

No ano de 2021 foram analisados 127.418 processos, conforme tabela abaixo:

Período	Número de Processos analisados	Média de Tempo
01/01/2021 00:00 a 31/01/2021 23:59	9.610	3d 30h 41m
01/02/2021 00:00 a 28/02/2021 23:59	10.163	3d 2h 50m
01/03/2021 00:00 a 31/03/2021 23:59	10.321	3d 7h 52m
01/04/2021 00:00 a 30/04/2021 23:59	11.695	3d 19h 25m
01/05/2021 00:00 a 29/05/2021 23:59	12.133	3h 45m
01/06/2021 00:00 a 30/06/2021 23:59	11.409	3h 27m
01/07/2021 00:00 a 31/07/2021 23:59	11.534	2h 31m
01/08/2021 00:00 a 31/08/2021 23:59	11.538	2h 19m
01/09/2021 00:00 a 30/09/2021 23:59	10.265	3h 42m
01/10/2021 00:00 a 30/10/2021 23:59	9.531	4h 45m
01/11/2021 00:00 a 30/11/2021 23:59	9.566	5h 14m
01/12/2021 00:00 a 31/12/2021 23:59	9.863	5h 8m
TOTAL	127.418	13h 58m

III. Gerência de Cadastro, Arquivo e Digitalização:

De acordo com dados extraídos do Sistema de Registro Mercantil e dos relatórios de produtividade apresentados pelos servidores, no ano de 2021 foram realizadas as seguintes atividades:

Descrição da Atividade	Total de Atividades
Pendências - Inconsistências SRM	7.144
Processos Digitalizados – Rotina Diária	5.414
Processos Digitalizados – Conferência	13.781
Certidões Simplificada e Especifica Web	2.842
Consultas a documentos no SRM	31.055
Atualizações de Cadastro via CHAT	6.100
Processos conferidos após a aprovação (Singular e Colegiado)	73.739
Exportação de Dados para Convênio (Boa Vista)	58.518
Exportação de Dados para Convênio (Serasa)	56.266
Ofícios recebidos via SEI	1.883
E-mails	683
Ouvidoria	3
Total Geral	257.428

Cumpra esclarecer que o sistema não emite de forma precisa todos os relatórios das atividades realizadas no setor de Cadastro, arquivo e digitalização.

IV. Gerência de Agentes Auxiliares do Comércio e Autenticação de Livros e Instrumentos Contábeis:

De acordo com dados extraídos do SRM e dos relatórios gerenciais, no ano de 2021 foram realizadas as seguintes atividades:

Atividades desenvolvidas em 2021	Número
Livros analisados e deferidos	2.378
Certidão Especifica de Leloeiro	92
Certidão Especifica de Armazém Geral	3
Elaboração de Portarias	61
Processos SEI - respondidos e finalizados	500
Orientação aos servidores do Setor de Atendimento (chat)	523
Processos administrativos referentes ao cancelamento de matrícula de leiloeiro	24
Matrículas de leiloeiros canceladas	3
Despachos elaborados pela Unidade	246
Ofícios elaborados pela Unidade	44
Processos de leiloeiros analisados e digitalizados deixados pela gestão anterior	
Matrículas regulares	32
Processos de tradutores digitalizados, deixados pela gestão anterior	49
Matrículas de leiloeiros públicos realizadas	29
E-mails recebidos e respondidos	478
Processos de Armazém Geral	6
Processos de Tradutor Ad hoc	26
Recadastramento de leiloeiros	42
Recadastramento de Tradutores	40
Carteiras de leiloeiros confeccionadas	46

IV. Gerência de Informações

Com a suspensão do atendimento presencial pela Portaria nº 19 e depois pela Portaria nº 123, o atendimento da JUCIS-DF foi realizado através do CHAT online.

Esta Unidade conta com 14 servidores, sendo um gerente e a demanda diária gira em torno de 350 a 500 chamadas diárias.

O volume de chamadas no ano de 2021 foi de 103.415, das quais 13.365 não foram atendidas, totalizando 93.050 chamadas efetivamente atendidas.

Segue o gráfico demonstrativo do total de chamadas recebidas:



As chamadas não atendidas ocorrem, na maioria das vezes, quando o sistema apresenta instabilidades, ou quando uma melhoria é implementada no sistema:



As metas calculadas com parâmetros diários, semanais e mensais, uniformizaram a distribuição do trabalho, trazendo melhoria no tempo de atendimento e na produtividade, inclusive reduzindo o número de chamadas perdidas.

5. EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO AO USUÁRIO:

No dia 24 de fevereiro de 2021 foi implantado o acesso ao Portal de Serviços pelo Gov.br e a utilização das assinaturas avançadas com selo de confiabilidade e código de segurança.

As assinaturas avançadas realizadas pelo login do Gov.br trouxeram mais segurança, economia e facilidade para o empresário, que foi dispensado da obrigatoriedade de possuir um certificado digital e-CPF A1 ou A3.

Todos os atos de registro de empresas e autenticação de livros foram realizados através do REGISTRO DIGITAL, com assinaturas avançadas, o que significou um grande avanço para o setor produtivo, trazendo celeridade e economia.

O tempo de abertura de empresas também reduziu muito com a implementação do registro automático, que permite a constituição de uma empresa em questão de segundos.

O tempo de análise dos processos para aprovação também diminuiu.

O CHAT online facilitou o acesso à informação, uma vez que o usuário pode tirar suas dúvidas através do atendimento online que funciona diariamente, de segundas a sextas-feiras, das 8:30h às 16:30h.

No dia 20 de dezembro foi implantado o AGILIZA EMPRESA EM MINUTOS, que permite que uma empresa EMPRESÁRIO INDIVIDUAL ou SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA seja constituída em ato único, de forma automática, recebendo no ato da aprovação o cadastro na Receita Federal e na Secretaria de Economia, e o certificado de licenciamento, sem o pagamento de preço público.

6. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

I. Gerência de Viabilidade e Pré análise

As atribuições da Gerência de Viabilidade e Pré análise começam pela análise de viabilidade. Os servidores que exercem essa função analisam as consultas de viabilidade de nome empresarial que são realizadas via sistema pelo usuário. Para realizar a análise, baseiam-se em regras que foram estabelecidas conforme a legislação em vigor (Manual de Regras para composição do nome empresarial).

Quando os processos são enviados para a JUCIS-DF através do REGISTRO DIGITAL, eles são distribuídos para os servidores da pré análise, que fazem a primeira conferência. Nesse primeiro momento é feita a verificação da solicitação constante do pedido de arquivamento na capa do processo/FCN e o confronto entre os atos e eventos da FCN com os eventos constantes do DBE (quando for o caso), e destes com o documento principal, sendo essencial que todos os dados constantes do documento principal estejam de acordo com a FCN e com o DBE (quando necessário para o ato). Dentre os dados a serem verificados estão: quem serão os sócios, a qualificação dos sócios; qualificação da empresa – nome, atividade, endereço, nome fantasia, quem serão os administradores e se houver evento de enquadramento, verificar a cláusula de enquadramento do porte solicitado ou se há declaração em anexo. Também deverá ser verificado se os sócios e administradores ou representantes legais estão identificados no fecho e se há procuração, autorização, escritura pública de emancipação; o objeto e o nome deverão estar de acordo com as regras e instruções normativas. O documento principal deverá estar em formato digital PDF-A. O capital social e a participação dos sócios indicadas no ato devem estar conforme a FCN.

Os analistas de viabilidade e os pré analistas têm o dever de solicitar à gerência de cadastro, atualização cadastral quando necessária para aprovação de processos e auxiliar nas dúvidas e questionamentos enviados por e-mail ou pelo CHAT online a respeito de exigências lançadas nos processos.

II. Gerência de Registro Empresarial

Após a primeira conferência realizada na pré análise, os processos vão para a assessoria técnica, onde é feita a análise dos aspectos legais dos atos de constituição, alteração, extinção e outras solicitações de empresário individual, EIRELI e LTDA. Quando o ato está revestido de todas as formalidades legais, ele é APROVADO. Quando há qualquer pendência, o processo é colocado em exigência e o usuário tem o prazo de 30 dias para cumprir e reenviar o processo para a Junta.

A assessoria técnica é responsável pela aprovação dos atos, por isso também deve emitir parecer sobre as decisões de deferimento ou indeferimento dos processos analisados, quando solicitado.

Os analistas têm o dever de solicitar à gerência de cadastro, atualização cadastral quando necessária para aprovação de processos e auxiliar nas dúvidas e questionamentos enviados por e-mail ou pelo CHAT online a respeito de exigências lançadas nos processos.

III. Gerência de Cadastro, Arquivo e Digitalização:

Os servidores lotados nesta Unidade desempenham as seguintes atividades:

Tratamento de Inconsistências SRM - conferindo atos e atualizando dados cadastrais;

Localização de documentos físicos em pastas do arquivo e Digitalização dos Documentos;

Conferência de Processos Digitalizados;
Liberação de Certidão Simplificada e de Inteiro Teor e elaboração de Certidão Específica;
Conferência de Processos Aprovados;
Resposta à Ofícios recebidos;
Acompanhamento de perícia documental;
Resposta a e-mails relacionados aos assuntos do Cadastro, Arquivo e Digitalização.

IV. Gerência de Agentes Auxiliares do Comércio e Autenticação de Livros e Instrumentos Contábeis

Esta gerência é responsável pela análise e autenticação de livros contábeis, emissão de certidão específica dos agentes auxiliares do comércio, elaboração de despachos, ofícios e portarias, análise de processos de armazém geral, organização das pastas de leiloeiros e tradutores, análise de concessão de matrícula, de transferência de agentes auxiliares, recadastramento e fiscalização de agentes auxiliares do comércio, entrega de documentos e respostas a questionamentos enviados através do chat online e de e-mails relacionados às atividades do setor.

V. Gerência de Atendimento ao Usuário

Os servidores desta gerência têm como atribuição primordial realizar atendimento aos usuários através do CHAT online e fazer uma ponte entre os usuários e os outros setores da Junta buscando solucionar eventuais problemas apresentados.

Os questionamentos devem ser respondidos de forma impessoal, clara e padronizada, sempre de acordo com a FAQ. Também é atribuição do servidor, manter a FAQ atualizada e direcionar o usuário aos links disponíveis para consulta no sítio da JUCIS-DF.

As informações solicitadas por e-mail também devem ser respondidas pelos servidores desta gerência.

6. DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

De forma geral, os principais problemas para o desenvolvimento das atividades são: a escassez de servidores, a falta de qualificação técnica de alguns servidores e a grande rotatividade de servidores.

A Diretora de Registro Empresarial dedica 80% de seu tempo de maneira operacional, ministrando treinamentos, ensinando os servidores como realizar suas atividades, atuando diretamente junto às gerências, respondendo e-mails e solicitações da ouvidoria, auxiliando e executando as atividades diárias, o que muitas vezes dificulta a busca por melhorias ou inovações que poderiam ser disponibilizadas aos usuários.

Cada Gerência também enfrenta problemas específicos.

I. Gerência de Viabilidade e Pré análise

Esta gerência passou meses com uma gerente que não executava suas atribuições diárias. Depois que foi exonerada, outra gerente tomou posse e só compareceu para o treinamento por dois dias. Durante quase três meses que estava no cargo, apresentou diversos atestados médicos e não realizou suas atividades.

Além dos problemas com as gerentes, esta Unidade conta com alguns servidores pouco qualificados, o que gera erros, retrabalho e muita reclamação.

II. Gerência de Registro Empresarial

Esta gerência conta com 11 servidores e com uma gerente. Dos 11, 4 servidores estão em fase de treinamento e com isso as metas não puderam ser niveladas, causando assim um desgaste maior aos servidores antigos que precisam ter a meta maior para suprir a demanda.

Quando o sistema apresenta erro ou instabilidade, reflete automaticamente no aumento do tempo de análise e do volume de processos parados.

Outro problema relativo ao sistema é que, na análise de processo, não ficam gravadas as versões enviadas, impossibilitando a verificação se o processo foi analisado por completo ou se a exigência foi sanada.

III. Gerência de Cadastro, Arquivo e Digitalização:

A Gerência de Cadastro, Arquivo e Digitalização também passou por sucessivas mudanças no quadro de servidores e isso influenciou muito no tempo de realização das atividades. Inclusive, no mês de dezembro houve alteração da gerente.

Além das dificuldades com o quadro de servidores, as sucessivas mudanças nos sistemas operacionais utilizados, assim como problemas de má gestão criaram uma base de dados cheia de erros e falhas, com cadastros duplicados, incompletos e incorretos.

No corrente ano, o cadastro enfrentou a difícil tarefa de analisar, higienizar e recadastrar processos, buscar novas instalações para o arquivo e lidar com a escassez de colaboradores para desempenhar as atividades fins da Junta.

Não houve tempo hábil para um efetivo treinamento, pois os colaboradores com mais expertise não poderiam sair das atividades diárias para assistirem treinamento, e os demais tem claras limitações técnicas e de interesse.

A antiga Gerente não conseguiu sanar as irregularidades do arquivo por ter que se dedicar às atividades diárias do cadastro.

Com relação ao sistema utilizado pela JUCIS-DF- SRM - é sabido que ele não funciona sem o preenchimento de informações cruciais, quais sejam: NIRE e CNPJ da empresa, e a informação do NIRE deixou de ser obrigatória para o usuário, trazendo mais uma tarefa para o cadastro, que é complementar o preenchimento dos dados da FCN.

Além desses, ainda existem os problemas físicos e estruturais, equipamentos muito antigos e que vivem com defeito também atrasam a execução dos serviços de digitalização.

As pastas dos Arquivos de Empresas encontram-se no subsolo na Ala Norte, local em que os servidores do Setor de Cadastro, Arquivo e Digitalização desempenham suas atividades presenciais duas vezes por semana. Esse serviço é necessário para sanar as inconsistências do cadastro de empresas, quais sejam: recadastramento e Correção Cadastral e por vezes é necessária a consulta dos documentos constantes das pastas do arquivo, bem como redigitalização ou até digitalização de documentos que não foram digitalizados.

O arquivo conta com mais ou menos 10.784 caixas, cada uma com 150 a 250 processos alocados em uma sala com diversas estantes sequenciadas, organizados por numeração específica e ordem cronológica.

Em outubro de 2021, em razão das fortes chuvas, houve alagamento de uma sala e em consequência, foi necessário realizar a secagem manual, identificação e guarda de 49 caixas de documentos que molharam. Pelo o que passou, constatou-se que não houve perda de informação. A medida de mitigação para evitar a ocorrência de eventos semelhantes será a transferência do arquivo e da sede administrativa da JUCIS-DF para o prédio da Secretária de Desenvolvimento Econômico - SDE, com previsão de mudança para o primeiro semestre do ano de 2022.

No ano de 2020 a Junta foi comunicada da necessidade de se retirar do prédio que ocupa e ainda não há definição do novo lugar para onde o arquivo será transferido.

IV. Gerência de Agentes Auxiliares do Comércio e Autenticação de Livros e Instrumentos Contábeis

Atualmente, o que representa um problema para o desenvolvimento das atividades desta gerência é o fato de não haver no sistema SRM campo apropriado para o registro dos atos de agentes auxiliares do comércio.

V. Gerência de Atendimento ao Usuário

A gerência de Informações vem enfrentando uma série de problemas, desde sistêmicos, de efetivo, de conhecimento técnico e de equipamentos.

O chat online foi implantado com uma ferramenta gratuita e não tem acesso a evolutivas que atendam às necessidades da Junta Comercial. Não possui nenhuma forma de atendimento com inteligência artificial, nem limitador de chamadas por tempo e nem mesmo um contador de tempo de espera que oriente o usuário o quanto será necessário aguardar para o atendimento.

Além disso, ocorrem instabilidades frequentes na ferramenta, comprometendo o envio das mensagens e, por conseguinte, o atendimento, que fica travado, impossibilitando a abertura de novas chamadas.

A ferramenta do CHAT também não permite um controle efetivo da frequência e assiduidade dos servidores e, principalmente não dá acesso a relatórios gerenciais, dificultando o planejamento, acompanhamento e controle da atividade.

O volume de chamadas é alto.

Cumpra ressaltar que o servidor do CHAT precisa ter conhecimento de todos os serviços e procedimentos executados pela Junta Comercial, pois é o responsável por fazer a triagem da demanda do usuário e solucionar ou encaminhar ao setor competente para providências. Para isso, o servidor precisa receber treinamento.

Durante o ano de 2021, as mudanças na equipe ocasionaram a necessidade de novos treinamentos e com isso o processo de atendimento sofre onerações, já que deve-se destacar um ou mais servidores, para acompanhar os treinamentos.

Acrescenta-se ainda, como problema o fato da equipe ser muito heterogênea, nas suas atividades ou formação o que dificulta a aprendizagem e o desenvolvimento mais célere, para efetivamente iniciar os atendimentos, como também, há aqueles que têm muita dificuldade com o manuseio das ferramentas tecnológicas, o que gera muito prejuízo para os trabalhos fluírem com eficiência.

Por outro lado, por mais que tenham havido inúmeros treinamentos, alguns servidores demonstraram que possuem limitações técnicas e de interesse. O treinamento do servidor lotado CHAT não é apenas sobre sistema e operações, e sim sobre um conhecimento muito amplo de serviços prestados não somente pela JUCIS-DF, mas também pela Receita Federal, Administrações Regionais, Secretaria de Economia, entre outros.

O trabalho em home office dificulta o treinamento e o controle e acompanhamento da equipe, além da questão dos equipamentos, porque, trabalhando em casa, cada servidor utiliza o equipamento que tem disponível (computador), que nem sempre é adequando à necessidade do trabalho, e ficam sujeitos à qualidade de Internet, falta de energia elétrica e à falta de ambiente de trabalho adequado.

7. CONCLUSÃO – SUGESTÕES PARA MELHORIA DO TRABALHO E PERSPECTIVAS PARA 2022

A Diretoria de Registro Empresarial tem trabalho com afinco para garantir a prestação de um serviço ágil, transparente e com qualidade, mas para que as metas sejam alcançadas no ano de 2022 é necessário, em primeiro lugar, aumentar o quadro de servidores, selecionar servidores qualificados, com capacidade técnica para o trabalho a ser desenvolvido, investir em treinamento e aperfeiçoamento para os servidores e evitar a rotatividade de servidores.

É crucial que os servidores de cada setor consigam atender e cumprir as demandas do setor, para que o gerente possa se dedicar à gestão e a buscar inovações para sua gerência.

Com relação ao Cadastro, deverá ser realizado o recadastramento das empresas registradas na JUCIS-DF, possibilitando a atualização e complementação dos dados cadastrais e, após o recadastramento, fazer a higienização do cadastro. Para essa tarefa, seria necessária a criação de um Núcleo vinculado à Gerência de Cadastro, Arquivo e Digitalização, composto por 1 Coordenador de Unidade e 5 colaboradores Assessores, que ficariam responsáveis pela guarda, conferência, digitalização e correção dos documentos digitalizados, bem como dos cadastros das empresas.

A contratação de empresa especializada em tratamento e digitalização de documentos e/ou empréstimo de servidores de outros órgãos do GDF, para o tratamento e higienização do acervo do cadastro também seria uma forma de corrigir os problemas do arquivo, ao mesmo tempo que poderiam providenciar a transferência e mudança do acervo para o novo destino.

Nesse sentido, deve ser analisada a possibilidade de contratação de estagiários com formação em Arquivologia para compor a equipe do Cadastro, visando contribuir no processo de tratamento do Acervo Documental da JUCIS-DF.

Também deverão ser adquiridos equipamentos novos, que funcionem com agilidade para a execução das digitalizações dos documentos do arquivo.

Será necessário republicar a Portaria de composição da CSAD, com a substituição da antiga Gerente, Juliana Dato, pela Gerente, Edna Vilas Boa Silva como Presidente da CSAD da JUCIS-DF, para que possa dar continuidade as ações de Gestão Documental, bem como plano de

ação para elaboração do PCTT - FIM da JUCIS -DF- processo 04019-00000004/2021-28 documento 66944114.

Outra sugestão é providenciar capacitação continuada aos Sistemas SRM, SEI, e outros que forem necessários aos servidores, tendo em vista o grau de complexidade das atividades e rotatividades dos servidores.

Visando melhorar a qualidade do serviço em teletrabalho, caso essa modalidade seja mantida, deveriam ser fornecidos aos servidores equipamentos adequados para o trabalho diário (computador, tela auxiliar, teclado, mouse, mesa, cadeira).

Na Gerência de Agentes Auxiliares do Comércio, para melhorar e agilizar os serviços prestados, deverá ser criado no sistema um campo próprio para o arquivamento dos atos de agentes auxiliares do comércio.

Para a Gerência de Atendimento ao Usuário deverá haver investimento em uma nova ferramenta de CHAT, que possua inteligência artificial e contemple todas as necessidades do setor. Além disso, o servidor designado para este setor deverá ter conhecimento e experiência em todos os serviços realizados na JUCIS-DF e sua qualidade técnica, emocional e aptidão para lidar com atendimento ao público deverão ser avaliadas antes de ser lotado no setor.

Na gerência de registro deverá ocorrer uma evolutiva no sistema que permita gravar todas as versões dos documentos enviados pelos usuários, resguardando a qualidade das análises e exigências lançadas nos processos, assim como deverão ser corrigidos os erros constantes do sistema, que atrasam e dificultam a análise dos processos.

Com a implementação de todas essas mudanças será possível trazer a JUCIS-DF novamente para o primeiro lugar no ranking do tempo de abertura de empresas, posição que ocupou no primeiro quadrimestre do ano de 2020 e no primeiro quadrimestre de 2021.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

1. Cenário do ano 2021

A JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL – JUCIS-DF iniciou o exercício financeiro de 2021 com dotação orçamentária fixada na Lei Orçamentária Anual - LOA 2021, na importância de R\$ 12.322.138,00, prevista na Lei nº 6.778, de 06 de janeiro de 2021, que tratou do orçamento fiscal, seguridade social e investimento para o exercício de 2021 do Governo do Distrito Federal, o qual estimou receitas e fixou despesas para as Unidades Orçamentárias do Distrito Federal.

Salienta-se que a JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL é um órgão há pouco tempo criado na estrutura orgânica do Distrito Federal, encontra-se em fase de amadurecimento de seus processos internos e construção de seus métodos e processos organizacionais, no entanto, nesta fase de construção de seus instrumentos de planejamentos, optou por aderir às ações orçamentárias existentes no Plano Plurianual - PPA 2020/2023.

No que diz respeito à ARRECADAÇÃO da JUCIS, ela é própria, decorrente de receitas oriundas de preços públicos cobrados de usuários/contribuintes, que desejam utilizar-se de alguns serviços ofertados pela Junta constantes de sua tabela de preço de atos mercantis como: arquivamento, matrículas, autenticação, e outros de registro mercantis.

As receitas são classificadas por meio do Código de Receita 4044, Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal, Fonte 220 – Diretamente Arrecadados. Destaca-se que os registros oficiais das receitas de arrecadação são gerados pela Subsecretária do Tesouro - SUTES/SEEC, contudo o controle gerencial das receitas é realizado pela própria JUCIS-DF, por meio do SRM (SISTEMA DE REGISTRO MERCANTIL).

O SRM é o sistema responsável por gerir as informações das empresas registradas, alteradas e extintas pela JUCIS-DF, além do mais, o sistema é responsável pelas ferramentas de ações das atividades/tarefas de funcionamento da ATIVIDADE FIM da Junta Comercial.

2. Análise das Realizações

No que tange à gestão orçamentária da Diretoria de Registro Empresarial – DRE, unidade responsável pela gestão finalística da JUCIS-DF, entende-se que houve um avanço no aspecto do planejamento orçamentário, pois esta área cuida diretamente do registro público de empresas; arquivamento dos atos registrados e autenticação dos livros contábeis e efetivação, matrícula, fiscalização e cancelamento de registro dos agentes auxiliares do comércio, que do ponto de vista orçamentário encontra-se responsável pelos dois programas temáticos atribuídos, por meio de crédito especial adicional aberto por excesso de arrecadação e incorporado a LOA 2021, são eles as ações orçamentárias:

- a. 2952 - SERVIÇOS DE REGISTRO E LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS;
- b. 2551 - ATUALIZAÇÃO E MODE1.3. Pelo lado das realizações, o ano de 2020

Ainda, se tratando do orçamento, o valor da dotação orçamentária da JUCIS-DF no exercício financeiro de 2021 foi de R\$ 12.322.138,00, o orçamento foi distribuído nas Categorias de Gastos: Despesas Correntes e Despesas de Capital, de modo a atender a programação orçamentária do exercício 2021.

Assim, as dotações foram distribuídas de acordo com os gastos previstos para os grupos de despesas: Pessoal e Encargos Sociais valor fixado no orçamento na importância de R\$ R\$ 4.273.203,00; Outras Despesas Correntes no valor fixado de R\$ 5.291.214,00; e Investimentos no valor de R\$ 2.757.721,00.

A ARRECADAÇÃO do ANO de 2021 da JUCIS-DF em comparação ao ano de 2020 foi marcado pelo incremento de arrecadação, fechou-se o ano com uma arrecadação acumulada.

Segundo informes da Subsecretaria do Tesouro arrecadou-se receitas no valor de R\$ 21.773.500,16, contra uma receita apurada em 2020 de R\$ 18.068.592,26, portanto, constata-se um crescimento de arrecadação de cerca de 17% em relação ao ano anterior, o que por sua vez gerou um excesso de arrecadação no exercício financeiro de 2021 de cerca de R\$ 9.451.362,16.

Depreende-se da LOA 2021 que a previsão de receita da JUCIS foi estimada na importância de R\$ 12.322.138,00, entretanto o excesso de arrecadação apurado gerou a abertura de um crédito especial adicional de R\$ 9.226.228,00.

O crédito especial adicional gerado deverá ser utilizado na programação orçamentária de 2022, uma vez, que segundo as normas orçamentárias, o crédito especial apurado nos últimos dois meses do final do exercício pode ser reaberto no exercício seguinte e incorporado a LOA.

Logo, a consequência orçamentária na LOA 2021, por conta da publicação do Crédito Especial DODF em 23/12/2021, foi o acréscimo de previsão receita, que saltou do valor de arrecadação estimada na LOA de 12.322.138,00 para R\$ 21.548.366,00, um incremento de dotação orçamentária de 74,88% em relação a dotação inicial.

Assim, os recursos dos créditos especiais foram incorporados ao orçamento da JUCIS-DF e alocados em três ações orçamentárias com destaque a duas ações de Programa Temático e uma ação de programa de gestão e manutenção:

- a) Ação Orçamentária 2551 - Atualização e Modernização do Acervo e Documentos – Valor do aporte – R\$ 3.000.000,00 (Programa Temático);
- b) Ação Orçamentária 2952 - Serviços de Registro e Legalização de Empresas- Valor do aporte – R\$ 3.000.000,00 (Programa Temático);
- c) Ação Orçamentária 2668 – Desenvolvimento de Ações para os Segmentos do Empreendedorismo - Valor do Aporte R\$ 3.226.228,00 – (Programa de Gestão e Manutenção).

No que tange à atividade finalística de registro público de empresas e atividades afins, 2021 foi um ano de grandes avanços, destacando-se:

- a. Redução do Prazo de Registro:

Redução do prazo para registro na JUCIS-DF para minutos. A JUCIS-DF está sempre nas primeiras colocações do Mapa de Empresas com o menor tempo para se registrar um documento na Junta Comercial

- b. Implantação das Assinaturas Avançadas:

A JUCIS/DF, atualmente, utiliza solução rápida e gratuita desenvolvida pelo Projeto Empreendedor Digital, para o acesso do portal de serviços e assinatura digital de documentos perante a JUCIS/DF, visando facilitar a assinatura de documentos, simplificando e reduzindo os custos de formalização de negócios no país, pois dispensa a utilização de certificados digitais.

O uso das “assinaturas avançadas” encontra-se previsto na Lei n.º 14.063/20 e foi implementado por meio da integração dos sistemas do Governo Federal e da JUCIS/DF, que passou a utilizar os selos de confiabilidade do GOV.BR para comprovar a autoria e a integridade dos documentos eletrônicos levados a registro.

Esta é uma forma de unificar o processo e trazer mais segurança para o cidadão no momento de registrar seu documento eletronicamente. A integração é fruto de uma ação do Projeto Empreendedor Digital em conjunto com o Departamento Nacional de Registro e Integração – DREI e a Secretaria de Governo Digital – SGD.

Dentre as Juntas envolvidas no projeto, a do Distrito Federal foi a pioneira ao adotar o uso do Selo de Confiabilidade, e está operando com a assinatura avançada desde 23 de fevereiro de 2021.

Para facilitar o entendimento dos empreendedores frente às mudanças, as Juntas Comerciais parceiras e o Sebrae realizaram diversas ações de comunicação, lives e capacitações com empresários e profissionais contábeis para orientar e tirar as dúvidas sobre uso das assinaturas avançadas e formas de obtenção dos selos de confiabilidade.

É a JUCIS-DF universalizando o acesso ao Registro Público de Empresas Mercantis, sempre com o objetivo de fomentar o ambiente de negócios, gerando renda e empregos para o Distrito Federal.

c. Implantação do Novo Gerador de Documentos:

A implantação do sistema possibilitou a geração de documentos para registro na JUCIS-DF, simplificando o registro empresarial e diminuindo ainda mais o tempo para constituir uma empresa, vez que viabiliza o registro automático de empresas.

d. Implantação da Viabilidade Automática

e. Implantação de Ferramentas de LGPD

f. Implantação do Balcão Único:

A JUCIS-DF trabalhou ativamente em 2021 para executar o projeto de implantação do Balcão Único no Distrito Federal.

O Balcão Único é responsável pela criação de alternativas que viabilizam a emissão de inscrição estadual automática, a unificação no CNPJ das inscrições Federal e Estadual e demais providências.

Em uma breve síntese, o Balcão único consiste em um sistema que permite a qualquer cidadão abrir uma empresa de forma simples e automática, reduzindo o tempo e os custos de abertura, através da integração de dados entre os órgãos de cada esfera de Governo, por meio de sistema disponibilizado pelas Juntas Comerciais.

O processo de abertura através do Balcão Único poderá ser realizado integralmente de forma online, com o acesso via GOV.BR (já em utilização na JUCIS/DF) e de forma gratuita, e, conforme estudos que foram elaborados no âmbito desta autarquia, não acarretará perda de receita.

Visando alcançar esse objetivo, a JUCIS-DF, em parceria com o SEBRAE-DF, implantou o AGILIZA EMPRESAS EM MINUTOS (balcão único), em meados de dezembro.

A implantação do sistema, que tem como premissa a coleta única (one stop shop), trouxe os seguintes avanços: 1. Procedimento totalmente on-line e automático; 2. Viabilidade de nome e endereço automática; 3. Alternativa ao uso do certificado digital (GOV.BR); 4. Realização de toda a coleta no Integrador Estadual – JUCIS-DF; 5. Validação automática dos dados pela RFB (extinção do DBE); 6. Registro automático; 7. Resposta automática dos órgãos (WS) – SEFAZ-DF; 8. Dispensa do licenciamento (Resolução nº 57); 9. Isenção de taxas de licenciamento e ou inscrições no momento da formalização da empresa; 10. Unificação no CNPJ das inscrições Federal e Estadual.

A JUCIS-DF busca, a partir da utilização de um sistema on stop shop, modernizar o ambiente de negócios e, conseqüentemente, atrair investimentos e fomentar o crescimento do número de empresas no Distrito Federal.

3. Enfrentamento aos desafios ano 2021

Para a execução das atividades no ano de 2021, as dificuldades enfrentadas estão relacionadas principalmente à falta de estrutura adequada de pessoal. Nota-se, em especial, que o quadro de pessoal, possui um número reduzido de técnicos, e tem se mostrado inadequado pela vasta gama de atribuições e responsabilidades institucionais.

Em razão da grande demanda da área finalística, a grande maioria dos servidores da instituição encontram-se concentrados nas gerências da Diretoria de Registro Empresarial - DRE.

Como consequência, há escassez de força de trabalho nas outras áreas administrativas da instituição, gerando sobrecarga aos servidores nelas lotados.

Ressalta-se que ainda que os servidores prioritariamente sejam lotados na DRE, há grandes dificuldades em relação à força de trabalho, especialmente, em decorrência de falta de qualificação técnica para o exercício da atividade fim.

4. Resultados Alcançados em 2021

O ano de 2021 foi um ano de grandes realizações para a JUCIS-DF, dentre elas podemos destacar:

- a. crescimento de arrecadação de cerca de 17% em relação ao ano anterior, que resultou um excesso em de arrecadação no exercício financeiro de 2021 de cerca de R\$ 9.451.362,16;
- b. melhorias e modernização do Registro Empresarial (Redução do Prazo de Registro; Implantação da Viabilidade Automática, Implantação das Ferramentas de LGPD, Implantação de Assinaturas Avançadas, Implantação do Novo Gerador de Documentos; Implantação do Balcão Único);
- c. melhorias nas políticas de teletrabalho, com a edição de nova portaria regulamentadora do referido regime, que aumentou a eficiência da instituição, a partir do alinhamento de metas;
- d. elaboração de manuais que facilitaram o desempenho das atividades desempenhadas pelos servidores, haja vista a rotatividade de nomeações na JUCIS-DF;
- e. início do procedimento de doação dos bens da União à JUCIS-DF;
- f. início das tratativas para a transferência da sede da JUCIS-DF para o imóvel da SDE;
- g. melhorias no índice de transparência ativa, ensejando, inclusive premiação para a instituição.

5. Perspectivas para o ano de 2022

A JUCIS-DF pretende em 2022:

I. Aprimorar a gestão administrativa da JUCIS/DF, por meio:

- a) da realização do dimensionamento da força de trabalho;
- b) da elaboração de planos de cargo, carreira e salários;
- c) da elaboração de modelagem organizacional da JUCIS/DF;
- d) da realização de mapeamento e redesenho dos processos de trabalho; e) da criação de indicadores de gestão;
- f) da automatização dos processos de trabalho;
- g) do desenvolvimento de uma política de capacitação;

II. Modernizar ainda mais o serviço de Registro e Legalização de empresas, por meio da implantação de:

- a) Implantação de novo atendimento virtual: solução de chat mais moderna, com integração entre o site eletrônico da JUCIS-DF e Whatsapp;
 - b) Business Intelligence: solução que gera informações em tempo real e dinâmicas sobre a formalização de empresas no DF;
 - c) Novo Sistema de Licenciamento para Empresas: sistema será desenvolvido através de parceria da JUCIS-DF, GDF e SEBRAE-DF, para simplificar ainda mais o licenciamento de empresas no Distrito Federal.
- III. Produção de vídeo-aulas disponíveis para o público-alvo da JUCIS-DF, a fim de facilitar a compreensão do uso dos sistemas, bem como da matéria de registro público;
- IV. Atualização e modernização do acervo e documentos, através da digitalização e higienização do arquivo da JUCIS-DF;
- V. Finalização da incorporação dos bens móveis doados pelo ME e finalização da transferência da sede da JUCIS-DF para o imóvel da Secretaria de Estado de Desenvolvimento.

20902 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDEFE

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Não informado pela Unidade

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9061 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS	5247802,0	5247802,00	0	0
0018 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS-FINANCIAMENTO ESPECIAL PARA PROMOÇÃO INDUSTRIAL - IDEAS INDUSTRIAL-DISTRITO FEDERAL	5247802,0	5247802,00	0	0

9062 - EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO	5287122,0	5287122,00	0	0
0002 - EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO-FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	5287122,0	5287122,00	0	0
TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10534924,00	10534924,00	0,00	0,00

Não informado pela Unidade

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Não informado pela Unidade

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Não informado pela Unidade

21101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal foi criada por meio do decreto 39.610 (artigos 8º e 33), de 1º de janeiro de 2019, que dispõe sobre a organização da estrutura da Administração Pública do Distrito Federal.

O Artigo 33 do referido Decreto determina à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, SEMA-DF, as seguintes competências:

- proteção, conservação e preservação do meio ambiente urbano e rural e promoção do desenvolvimento sustentável;
- conservação, recuperação e o uso sustentável do cerrado, da fauna e dos recursos hídricos;
- gestão e proteção dos parques e das unidades de conservação;
- enfrentamento das mudanças climáticas;
- mobilização e conscientização para o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente.

A SEMA-DF tem como missão precípua definir políticas públicas, planejar, organizar, fazer a gestão, o gerenciamento, a governança e o controle da execução de planos, programas e ações nas áreas de gestão integrada de resíduos sólidos, gestão de recursos hídricos, educação ambiental transversal entre as subsecretarias e o GDF, gestão das áreas especialmente protegidas, objetivando desenvolvimento ecológico, econômico e social do Distrito Federal em bases sustentáveis. Sua atuação afirma o compromisso do Governo do Distrito Federal com o meio ambiente ecologicamente equilibrado para toda a sociedade da Capital Federal.

Integram a estrutura da administração direta da SEMA-DF:

- Gabinete do Secretário;
- Secretaria Executiva;
- Subsecretaria de Administração Geral;
- Subsecretaria de Gestão Ambiental e Territorial;
- Subsecretaria de Gestão das Águas e Resíduos Sólidos;
- Subsecretaria de Assuntos Estratégicos.

São vinculados à SEMA-DF os seguintes órgãos da administração indireta:

- Jardim Botânico de Brasília – JBB;
 - Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA;
 - Fundação Jardim Zoológico de Brasília – Zoo;
 - Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental.
- São vinculados à SEMA-DF os seguintes órgãos colegiados:
- Conselhos Gestores dos Parques;
 - Conselho Gestor da APA do Paranoá;
 - Conselhos Gestores das APAs das bacias do Gama e Cabeça de Veado;
 - Conselhos das APAS, das ARIES e das Unidades de Conservação;
 - Conselho do Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM;
 - Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH-DF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	6	3	9	2	20
Comissionados sem vínculo efetivo	36	20	0	0	56
Requisitados de órgãos do GDF	8	5	0	0	13
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	4	6	10
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	7	7
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	50	28	13	15	106
(-) Cedidos para outros órgãos	12	0	1	0	13
Total Geral	38	28	12	15	93

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	408000,0	513000,0	509571,75	509571,75
0017 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SEMA-DISTRITO FEDERAL	408000,0	513000,0	509571,75	509571,75
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	64000,0	120500,0	110033,92	110033,92
7206 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	64000,0	120500,0	110033,92	110033,92
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	472000,00	633500,00	619605,67	619605,67

Decreto nº 40.208 de 30/10/2019 que regulamenta a Lei Complementar nº 952 de 16/07/2019, que tratou por sua vez, de alterar a Lei Complementar nº 840 de 23/12/2011, no que concerne à substituição da Licença-Prêmio por Assiduidade (LPA) pela Licença Servidor. Os lançamentos inseridos na folha de pagamento a partir do mês de novembro/2019 - versão 17 (50-ATIVO-RPPS FINANCEIRO), foram calculados de acordo com a Decisão nº 5590/2015 do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), itens VI, "D" e VII, "B". Destacamos que os lançamentos estão de acordo com o art. 7º do Decreto nº 40.208/2019 e, ainda, que foram confirmados por meio da soma da incidência de base de cálculo 1 das rubricas ID 1 e ID 4, constantes na tela PAGMAN35 no SIGRH, na referência equivalente ao

último mês de exercício do servidor e também os aposentados que recebiam abono de permanência, tiveram a alínea incluída na base de cálculo.

6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9109 - APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	450000,0	0,0	0	0
0008 - Formação de Agentes de Agroecologia nos assentamentos de Reforma Agrária	450000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL	450000,00	0,00	0,00	0,00

A SEMA-DF, por meio do Projeto CITinova - "Promovendo Cidades Sustentáveis no Brasil através de planejamento urbano integrado e de investimentos em tecnologias inovadoras", está desenvolvendo ações de boas práticas e inovação no campo, a fim de manter a segurança hídrica das bacias hidrográficas estratégicas para abastecimento público da população do DF. As ações realizadas em 2021 foram:

- Sete oficinas com o tema "Gênero e Pertencimento à Bacia":
Realização de seis oficinas virtuais e uma presencial, com o tema "Gênero e Pertencimento à Bacia", para empoderamento das mulheres na gestão das águas das bacias-alvo; publicação com os resultados dos dois experimentos em escala piloto com utilização de água estruturada para irrigação, conduzidos na bacia do Paranoá e do Descoberto;
- Sistemas Agroflorestais Mecanizados:
Foram monitorados 20 hectares de Sistemas Agroflorestais (SAFs) mecanizados em propriedades rurais das bacias hidrográficas do Descoberto e do Paranoá. Elaboração de documento, em andamento, com conteúdo para publicação, contendo o resultado da manutenção e a sistematização final das experiências de implantação dos 20 hectares de agrofloresta mecanizada.
- Pesquisa em Água Estruturada para Irrigação:
Também no âmbito do Contrato 001/2010 - CGEE/CIRAT, foi implantado na Bacia do Paranoá experimento em escala piloto com utilização de água estruturada para irrigação, em estufa na Fazenda Água Limpa da UnB, a fim de observar os resultados dos estudos sem interferências externas. Foi instalado sistema de irrigação com três diferentes magnetizadores que estão sendo testados no experimento, em plantios de milho, rabanete e alface. Os resultados estão previstos para o início de 2022. Pretende-se averiguar a eventual redução do volume de água utilizado para a irrigação, bem como os efeitos da água estruturada, na produtividade das culturas testadas.
- Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA):
O contrato de Comunidades que Sustentam a Agricultura - CSA visa ampliar a capacidade de ação do Governo do Distrito Federal e do entorno, de forma a promover a proteção dos recursos naturais com vistas a uma maior produção de água, associada ao processo de diversificação produtiva na região, por meio de estudo e implementação de duas CSAs no DF, com foco nas Bacias dos Rios Descoberto e Paranoá. Em 2021, foi realizada a contratação da consultoria para criação dessas CSAs, aprovação do plano de trabalho e reuniões para alinhamento quanto ao andamento do contrato, que será executado no primeiro semestre de 2022.

Além das ações no âmbito do Projeto CITInova, a SEMA-DF também está em processo de execução de duas emendas parlamentares que estão relacionadas a esse Programa, sendo elas:

· **Emenda Parlamentar - Sistemas Agroflorestais (SAF) mecanizados:**

Implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF) mecanizados nas Bacias do Descoberto e do Paranoá, cujo objetivo será contribuir com a promoção da segurança hídrica e alimentar no Distrito Federal, com a implantação de cerca de 3 hectares de tais Sistemas, como iniciativa de boas práticas agrícolas para a promoção de segurança hídrica do Distrito Federal e a sustentabilidade desses ambientes. No ano de 2021, foi realizada a análise da proposta de projeto; elaboração de nota técnica solicitando os devidos ajustes; reavaliação da proposta com sua devida aprovação; levantamento de cotações de preços, para validação dos orçamentos apresentados; e assinatura do termo de fomento. O início da implantação está previsto para janeiro de 2022.

· **Emenda Parlamentar - Valor Fercal Comunidade Produtiva:**

O Projeto "Valor Fercal Comunidade Produtiva" tem como objetivo principal estimular a compreensão da importância de gerar e proteger, de forma sustentável, o valor da Fercal, enquanto comunidade estratégica rural inserida no DF, executando de forma informativa e educativa soluções ambientais para os habitantes rurais. Além disso, visa promover uma cadeia socioprodutiva sustentável, para melhorar desde a produção dos alimentos até a comercialização dos produtos. No ano de 2021, foi realizada a análise da proposta de projeto; elaboração de nota técnica solicitando os devidos ajustes; reavaliação da proposta com sua devida aprovação; pesquisa de preços; e assinatura do termo de fomento. O início das ações está previsto para janeiro de 2022.

Além dessas ações, A SEMA-DF participou do grupo de trabalho, coordenado pela SEAGRI, que elaborou o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável - 20 anos.

A articulação de trabalhos entre a SEMA-DF e a SEAGRI tem proporcionado diversos ganhos ambientais para a área rural, entre eles a publicação de Portaria Conjunta nº 02, de 23 de junho de 2021, que regulamenta o artigo 17 do Decreto nº 21.500, de 11 de setembro de 2000, permitindo que os beneficiários do Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (Pró-Rural) que comprovarem ações de preservação ou recuperação do meio ambiente possam obter redução de até 80% nas taxas do licenciamento ambiental.

Nesse contexto, em todas as oportunidades, a SEMA-DF vem trabalhando para fortalecer as boas práticas e inovações no campo, com o objetivo de contribuir para tornar a agricultura distrital mais sustentável e compatível com a conservação dos recursos naturais e serviços ambientais. Atualmente, a SEMA-DF, em conjunto com o IBRAM, com apoio do MAPA, vem preparando as ferramentas necessárias para a implantação do Programa de Regularização Ambiental da Propriedade Rural, a partir das informações do Cadastro Ambiental Rural, o que permitirá a recuperação das Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais destas propriedades, conforme determina o Novo Código Florestal, permitindo a conservação de nascentes, cursos d'água e suas áreas de recarga. Além disso, a SEMA-DF vem trabalhando junto à SEAGRI para a rearticulação do Programa ABC no DF, permitindo a inserção de tecnologias que possam neutralizar as emissões de CO2 da agricultura, contribuindo para a implantação da Política Distrital de Enfrentamento às Mudanças do Clima.

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3210 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL	151000,0	151000,00	0	0
0001 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL-INDICADORES AMBIENTAIS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS - DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3896 - INDICADORES AMBIENTAIS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS	150000,0	150000,0	0	0
2535 - GESTÃO DA FAUNA	1000,0	1000,00	0	0
0002 - GESTÃO DA FAUNA-- DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
2699 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES	1000,0	1000,00	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
2701 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.	1000,0	1000,00	0	0
0001 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.-E MANUTENÇÃO DE SEUS REMANECENTES-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
2717 - GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS	1000,0	1000,00	0	0
0001 - GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
2930 - COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA	1000,0	1000,00	0	0
0001 - COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	1000,0	11000,00	0	0
0004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS-DISTRITO FEDERAL-SIA	1000,0	11000,00	0	0
3076 - REALIZAÇÃO DO PROJETO SEMANA DO CERRADO	1000,0	1000,00	0	0
0001 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO-DISTRITO FEDERAL - PARQUES-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
3216 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO	1000,0	1000,00	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3220 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL	1000,0	1000,00	0	0
0003 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
3221 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1000,0	3801000,00	0,0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-DISTRITO FEDERAL	1000,0	3801000,00	0,0	0
3266 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF	1000,0	1000,00	0	0
0002 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF--DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
3489 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	181000,0	1000,00	0	0
0001 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS--DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
3446 - RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA DO CERRADO	180000,0	0,0	0	0
3720 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR	1000,0	1000,00	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
3860 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA REÚSO DE ÁGUA	1000,0	1000,00	0	0
0001 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA REÚSO DE ÁGUA--DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
3870 - IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PÚBLICAS	1000,0	1000,00	0	0
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
3891 - REABILITAÇÃO AMBIENTAL	1000,0	1000,00	0	0
0001 - REABILITAÇÃO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
3895 - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PARA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA RURAL	1000,0	1000,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PARA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA RURAL-- DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	1000,0	1000,00	0	0
0007 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
4037 - RECUPERAÇÃO DE NASCENTES, APPS E ÁREAS DE RECARGA DE AQUÍFEROS	1000,0	1000,00	0	0
0001 - RECUPERAÇÃO DE NASCENTES, APPS E ÁREAS DE RECARGA DE AQUÍFEROS-- DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
4040 - DESENVOLVER A GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA DE ÁREAS PRIORITÁRIAS	1000,0	1000,00	0	0
0001 - DESENVOLVER A GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA DE ÁREAS PRIORITÁRIAS--DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	1000,0	1000,00	0	0
2257 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
4116 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL	1000,0	1000,00	0	0
0002 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRO A ENTIDADES	0	150000,0	0	0
0101 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-COMUNIDADE, ÁGUAS E AGROFLORESTA -DISTRITO FEDERAL	0	150000,0	0	0
9121 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS AMBIENTAIS (EP)	410000,0	310000,0	310000,0	310000,0
0004 - APOIO À PROJETOS AMBIENTAIS NO DISTRITO FEDERAL	410000,0	310000,0	310000,0	310000,0
1994 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	1000,0	1000,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0003 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL-- DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	764000,00	4444000,00	310000,00	310000,00

I. ZONEAMENTO ECOLÓGICO E ECONÔMICO E SISTEMA DISTRITAL DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

A SEMA-DF entende que a execução da Política Ambiental do Distrito Federal passa pela implementação da Lei Distrital nº 6.269, de 29 de janeiro de 2019, que instituiu o Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF) e o Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA). Esse conjunto de instrumentos possibilita as condições para a construção do Painel de Indicadores Ambientais do DF. Soma-se a esses instrumentos o que determina a Lei Distrital nº 3.944/2007, que "Dispõe sobre os indicadores do SISDIA e cria o Atlas Ambiental do DF". Essa Lei, em seu artigo 5º, determina que os indicadores ambientais do SISDIA devem ser consolidados em meio cartográfico e georreferenciados em meio digital.

Nesse contexto, a SEMA-DF é responsável pela execução do Objetivo 0158 do Programa 6210. Esse objetivo está concentrado na Lei Distrital nº 6.269, de 29 de janeiro de 2019, que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal – ZEE-DF, o qual tem por finalidade orientar as políticas públicas distritais voltadas ao desenvolvimento socioeconômico sustentável e à melhoria da qualidade de vida da população. Para a execução desse objetivo, a SEMA-DF conta com os seguintes recursos financeiros:

- Não orçamentários provenientes do Fundo Global para o Meio Ambiente – Fundo GEF, no âmbito do Projeto CITInova. Foram alocados e executados, para a aquisição de licenças do software ArcGIS, valores da ordem de R\$ 540.727,55, além dos recursos que possibilitaram a atualização das licenças, no montante de R\$ 264.385,47. Para o desenvolvimento do Sistema Distrital de Informações Ambientais – SISDIA, foram alocados e executados recursos na ordem de R\$ 994.464,00. Para o desenvolvimento do portal SISDIA, foram alocados e executados recursos no montante de R\$ 302.490,00. Para a implementação dos seus 3 Módulos Especialistas, estão alocados recursos na ordem de R\$ 978.810,00 que foram executados parcialmente em 2021 e o restante será executado em 2022.

- Orçamentários: provenientes de emenda parlamentar distrital para a aquisição de 07 (sete) computadores mais robustos, para atender às necessidades técnicas e operacionais do SISDIA, no valor de R\$ 294.000,00 executados em 2021. Esse novo maquinário irá suprir o aumento no volume de acessos aos bancos de dados do SISDIA e ZEE-DF.

Com relação à implementação do ZEE-DF, com a instituição da Comissão Distrital do ZEE-DF – CDZEE-DF, por intermédio do Decreto nº 39.948, de 15 de julho de 2019, em cumprimento à regulamentação do art. 44 da Lei nº 6.269/2019, foram realizadas entre os anos de 2019 a 2021 06 (seis) reuniões ordinárias e uma extraordinária, resultando na aprovação do seu regimento interno por intermédio de Portaria da SEMA-DF Nº 52 de 09 de dezembro de 2020, entre outras realizações.

A SEMA-DF realizou o lançamento do Portal do SISDIA ao público, no mês de abril de 2021, inclusive com o Atlas Ambiental digital interativo, na forma de "story maps". Essa ação atende à regulamentação do art. 43 da Lei nº 6.269/2019, e ao cumprimento da Meta 746 do PPA, que corresponde ao Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal. No tocante à implantação dos 3 Módulos Especializados do SISDIA, já se encontram em fase de execução desde outubro de 2021, com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente – Fundo GEF, no âmbito do Projeto CITInova. O Painel de Indicadores do SISDIA está em fase inicial de contratação, também com recursos do Fundo GEF e previsão de entrega no 2º semestre de 2022.



II. REALIZAÇÕES EM PROL DO MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DA FAUNA DO CERRADO

A SEMA-DF, em julho de 2021, deu início ao Projeto de Identificação e Monitoramento das Capivaras na Orla do Lago Paranoá. Esse projeto é financiado com recursos do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal (Funam). Foi aprovado no âmbito do Conselho de Administração do Funam em 2020, e teve o termo de fomento assinado em junho de 2021. O valor dos investimentos é de R\$ 251.904,00 (duzentos e cinquenta e um mil novecentos e quatro reais), com o repasse de 50% do valor efetuado em julho de 2021 e previsão de repasse do valor restante em janeiro de 2022. O projeto tem duração de 12 meses e é executado pela Universidade Católica de Brasília. A parceria entre a Sema-DF e a Universidade Católica de Brasília – UCB irá estudar a população de capivaras na orla do Lago Paranoá, com vistas a quantificar a qualificar a população de capivaras, visando subsidiar uma política de manejo e monitoramento, e educação ambiental em relação à espécie no Distrito Federal. Objetivamente, o projeto em execução desenvolve pesquisa científica de monitoramento da população de capivaras, visando determinar a distribuição e o índice de abundância de capivaras e carrapatos na orla do Lago Paranoá, para subsidiar a realização de políticas públicas de educação ambiental para proteção da fauna e redução de conflitos entre a população de capivaras e os usuários da orla do lago.



Além dessa ação, a SEMA-DF está desenvolvendo o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves do Cerrado e Pantanal. Esse Plano tem como objetivo mitigar a perda, iniciar a recuperação de habitats e produzir conhecimento sobre as espécies dos dois biomas. A ação teve início em 2014 (1º Ciclo 2014-2019) e se encontra em seu segundo período (2020-2025). Está prevista a realização de oficinas para a elaboração de documento norteador para a execução do 2º Ciclo do Plano, que é coordenado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

III. REALIZAÇÕES EM PROL DA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FLORA DO CERRADO E DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Em 2021, a SEMA apresentou um novo Mapa da Cobertura Vegetal e Uso do Solo, com densidade de informações espaciais compatíveis com a escala 1:25.000, baseado em imagens de satélite de alta resolução do ano de 2020 e anteriores. As classificações do uso do solo têm por base o Manual Técnico de Uso da Terra (IBGE, 2013) e a vegetação segue a classificação utilizada pelo Inventário Florestal Nacional no Distrito Federal, realizado pelo Serviço Florestal Brasileiro (2016). O mapa mostra todos os tipos ou fitofisionomias da vegetação nativa do bioma Cerrado, além de apontar os diferentes usos em áreas urbanas e agrícolas do DF. O mapa deverá ser atualizado periodicamente, permitindo monitorar e avaliar quantitativa e qualitativamente as áreas de vegetação natural, estabelecendo indicadores que mostrem a evolução da recuperação e manutenção da flora do Cerrado, e a situação das áreas urbanas e rurais. Os dados obtidos, resumidamente, foram:

Tipologia	Área (hectares)	%
Água	6.052	1,0%
Antropicas Agrícolas	208.671	36,1%
Antropicas Não Agrícolas	86.413	15,0%
Vegetação Natural	276.161	47,8%

Além disso, a SEMA-DF vem trabalhando junto ao IBRAM na regulamentação da Lei 6.364, de 26 de agosto de 2019, Lei de utilização e proteção do Cerrado, permitindo estabelecer os instrumentos legais necessários à plena implementação das ações de conservação do bioma no Distrito Federal. Complementarmente, a Câmara Técnica de Compensação Florestal e Conservação do Cerrado, junto ao Conselho de Meio Ambiente do DF – CONAM, vem estabelecendo as normas suplementares necessárias à plena implementação desta ação.

Por meio da parceria firmada pelo Acordo de Cooperação assinado entre Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Fundação Banco do Brasil (FBB), Instituto Brasília Ambiental e Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), a FBB lançou o edital Recupera Cerrado em 2020, selecionando o Instituto Espinhaço para executar ações de recuperação em 40 hectares ao longo das APPs da orla Norte do Lago Paranoá e suas áreas de influência. Sob a coordenação do Brasília Ambiental, com a participação da Sema e do FBB no acompanhamento da execução, o Projeto tem investimentos da ordem de R\$ 1,4 milhão, e dá continuidade ao projeto de recuperação de danos nas APPs iniciado na orla Sul do Lago Paranoá. Em 2021, foi feita a indicação das áreas a serem selecionadas para o plantio, com base no Diagnóstico da Orla Norte fornecido pela Secretaria de Meio Ambiente – desenvolvido na parceria entre Funam e o Instituto Rede Terra. Os projetos de recuperação na Orla do Lago Paraná atendem parte da demanda do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) de recuperar Áreas de Proteção Permanente (APP) ocupadas ilegalmente ao longo da orla que foram desobstruídas, com a retirada de cercas e muros – por meio da Ação Civil Pública iniciada em 2015.

Ainda em 2021, a SEMA-DF, com financiamento do Funam – Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal, deu continuidade na execução do projeto de “Recuperação de Danos nas APPs da Orla do Lago Paranoá”, com o objetivo de promover ações de recuperação de áreas desmatadas por meio da recomposição da vegetação nativa, visando evitar processos erosivos, sinalizar áreas estratégicas conforme uso adequado da orla, além de promover o monitoramento das ações de recuperação e da integridade física de unidades de conservação e parques inseridos na orla (ainda que parcialmente).

Em parceria com o Instituto Rede Terra (Organização da Sociedade Civil – OSC), o projeto contou inicialmente com recursos do Funam no valor de R\$ 2.009.000,00 (dois milhões e nove mil reais) para ações de recuperação em 65 hectares ao longo da orla Sul e braço do Riacho Fundo. Em 2020, recebeu aditivo financeiro no valor de R\$ 452.710,00 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, setecentos e dez reais), com acréscimo de novas metas, dentre elas o incremento de mais 10 hectares a serem plantados – totalizando o investimento em R\$ 2.461.710,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, setecentos e dez reais). Em fevereiro de 2021, houve a entrega do Diagnóstico Ambiental da Orla Norte. Em dezembro de 2021, foi concluído o plantio das áreas selecionadas, totalizando 75 hectares de áreas plantadas em 19 polígonos, com uso estimado de 46 mil mudas. No período, as áreas também receberam placas educativas e placas de obras, foram monitoradas e receberam manutenção

(controle biológico, tratos culturais, coroamento, limpeza, reposição de mudas, estacas, tutores e irrigação). Em novembro de 2021, a Comissão de Gestão da Parceria homologou termo de apostilamento aceitando as propostas de alteração do Plano de Trabalho e prorrogando o término da parceria até fevereiro de 2022.



Todas as áreas receberam placas de educação ambiental. Fonte: Rede Terra.



Plantio de mudas do cerrado com uso de hidrogel. Fonte: Rede Terra.



Plantio na QL 28. Fonte: Rede Terra.

IV. AÇÕES

PARA O ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Em 2021, a SEMA-DF concluiu a validação do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa 2005-2012 do DF e a avaliação preliminar usando a metodologia do 1º Inventário do DF para o período 2013-2018. Além da validação do Inventário de Emissões por fontes e remoções por sumidouros de Gases de Efeito Estufa (GEE)/2005-2012, de acordo com metodologia reconhecida internacionalmente, e do processo de revisão, houve também um período de consulta pública e também de apreciação pela Câmara Técnica do Clima do CONAM. Com a conclusão do inventário, o GDF passa a contar com uma base de dados atualizada para fomentar a transição para uma economia com menores índices de emissão de Gases de Efeito Estufa, GEE, podendo desenvolver planos específicos para cada setor analisado, com base em seus padrões de emissões. Além disso, o inventário também possibilitou a construção dos Planos de Mitigação e de Adaptação às mudanças climáticas.

Nesse contexto, a SEMA-DF, elaborou o Plano de Mitigação para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa das Principais Fontes Emissoras no Território do Distrito Federal e o Plano de Enfrentamento dos Impactos Adversos da Mudança Global do Clima para Reduzir as Vulnerabilidades e Ampliar a Adaptação no Distrito Federal com Foco Especial nos Eventos Climáticos Extremos Referentes a Recursos Hídricos e Extremos de Temperatura. O Plano de Mitigação visa apontar uma série de processos, atividades e mecanismos que reduzam as emissões e removam gases de efeito estufa. Por exemplo: acreditar no papel das florestas na mitigação da mudança climática; promover investimento em energia limpa; e incentivar o desenvolvimento e a implementação de tecnologias avançadas nos setores de transportes,

resíduos e indústrias. Além disso, o documento sugere formas de implementação da parte de mitigação da “Contribuição Distritalmente Determinada - CDD”, que representa a contribuição distrital para o enfrentamento da mudança global do clima no âmbito do Acordo de Paris. O Plano de Adaptação, por sua vez, tem o objetivo, a partir de um melhor conhecimento da variabilidade climática, reduzir os impactos para a sociedade em função da ocorrência de eventos extremos, ora com chuvas abundantes e de curta duração, ora com longos períodos secos.

Por intermédio do Projeto GEF/CITInova, apoiado pela equipe do INPE/CPTEC, a SEMA-DF, analisou os cenários de regionalização para a área do Distrito Federal e entorno, usando os dados de modelos climáticos globais e de cenários de emissão de gases de efeito estufa produzidos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, IPCC. Entre os principais resultados encontrados, ressaltou-se as implicações dos impactos adversos para os recursos hídricos: menos chuva durante as quatro estações do ano e aumento de dias de estiagem, resultando em menor disponibilidade de água para os reservatórios, menor disponibilidade de energia hidroelétrica e aumento de chuvas fortes. Impactos na mobilidade e multiplicação dos pontos de alagamentos são alguns dos efeitos negativos desse aumento pluviométrico.

Para dar consecução à estratégia de uso da energia solar no Distrito Federal, a SEMA-DF realizou a contratação de empresa de consultoria para a execução de serviços técnicos especializados voltados à concepção, planejamento e elaboração de projeto básico, que subsidiará a posterior contratação do projeto executivo, e realizar a supervisão técnica da instalação de sistema solar fotovoltaico de minigeração em áreas de órgãos públicos vinculados à SEMA-DF, visando melhorar a eficiência energética e promover economia de recursos públicos por parte do Governo do Distrito Federal. Já foram entregues os projetos básicos para cada uma das áreas escolhidas para receber a infraestrutura, sendo elas: Parque de Águas Claras, Parque Dom Bosco, Parque Ezequias Heringer e Hospital Veterinário Público. Ademais, será elaborado pela consultoria um guia prático de orientações com diagnóstico para instalação de sistema solar fotovoltaico em prédios públicos. Esse guia busca fornecer informações práticas para os gestores públicos terem melhores subsídios à tomada de decisão no momento em que forem conduzir o processo de implantação de sistemas de energia solar fotovoltaica nos órgãos públicos sob sua gestão.

V. IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DISTRITAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO DISTRITO FEDERAL E DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA

A SEMA tem realizado várias ações visando à implementação da Política de Resíduos sólidos e do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Distrito Federal. Com a inauguração do Complexo Integrado de Reciclagem – CIR, em novembro de 2020, e com sua operação iniciada na data da inauguração, o Complexo já atua com 5 cooperativas contratadas pelo SLU-DF para prestação de serviços de coleta seletiva e triagem de resíduos, e conta com 438 catadores trabalhando diariamente, representando 87,6% dos postos de trabalho ocupados nos Centros de Triagem e Reciclagem – CTRs 1 e 2, atuando em 2 turnos de 6 horas cada. Em 2021, foram triadas aproximadamente 2000 toneladas da coleta seletiva e recuperadas (recicladas) 1000 toneladas de resíduos.

A SEMA assinou convênio com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, registrado na Plataforma + Brasil, em 29/12/2020, no valor de R\$ 3.877.551,02, para a aquisição de maquinários e materiais permanentes para equipar os CTR e a Central de Comercialização – CC no período de 2021 a 2022. Esse investimento permitirá que as Cooperativas de Catadores que atuam no CIR tenham condições operacionais para agregar valor aos produtos e aumentar os ativos, de forma a manter o Complexo em funcionamento de forma independente. Além disso, a SEMA-DF elaborou projeto para adquirir máquinas e equipamentos fundamentais para o processo de implantação das Centrais de Triagem de Resíduos Sólidos (CTR) e para a Central de Comercialização (CC), por meio de emenda parlamentar no valor de R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais). Esses equipamentos serão utilizados para a linha de beneficiamento dos resíduos plásticos e vítreos, aumentando o valor da comercialização dos resíduos. A proposta visa adquirir os equipamentos e materiais permanentes para equipar os CTR e a CC no período de 2021 a 2022, permitindo, assim, que as Cooperativas de Catadores que assumirão os CTRs tenham condições operacionais de manter estes Centros em funcionamento. Outros recursos ainda serão aportados pelo BNDES, para compra de

equipamentos necessários para o funcionamento do Complexo, no valor de R\$ 3.000.000,00, bem como recursos para assistência técnica, no valor de R\$ 3.268.000,00, e capacitação dos catadores com R\$ 1.300.000,00, em 2022.

No que concerne à implantação da Política Distrital de Resíduos Sólidos, a SEMA-DF viabilizou as seguintes ações:

- Assinatura de Termo de Cooperação para a Logística Reversa de Eletroeletrônicos e Eletrodomésticos, com a implantação do sistema de coleta em pontos de entrega voluntária e coleta domiciliar gratuita mediante agendamento.
- Articulação para o estabelecimento de Termo de Compromisso para a Logística Reversa de Embalagens em geral.
- Comitê Brasília Recicla: publicação do Decreto 41.715, de 13 de janeiro de 2021, que passa a atribuição de designação dos membros do Comitê para a SEMA-DF; publicação da Portaria nº 23/2021, com a designação dos membros e início dos trabalhos do Comitê.
- Grupo de Trabalho de Compostagem: publicação da Portaria Conjunta nº 03/2021, formando o grupo de trabalho para regulamentar a Lei nº 6.518, de 12 de março de 2020, e propor projetos de incentivo à compostagem; início das reuniões do GT; benchmarking de experiências em projetos de compostagem de outras cidades e países.
- Revisão do Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PDGIRS): participação na comissão responsável pelo processo de revisão.
- Apoio técnico e provimento de recursos físicos, humanos e financeiros para o Comitê Gestor de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do Distrito Federal (CORC/DF).
- Execução do Contrato de Colaboração Financeira Não Reembolsável celebrado entre o GDF e a SEMA, que promove a inclusão de 500 catadores de materiais recicláveis no Complexo Integrado de Reciclagem.
- Execução de emendas parlamentares federais que visam a inclusão de catadores de materiais recicláveis, geração de trabalho e renda, redução dos índices de aterramento, aumento dos índices de reciclagem e redução da pressão no Aterro Sanitário de Brasília, garantindo, assim, a ampliação da destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos gerados no Distrito Federal.

Objetivando a implantação de políticas públicas para a logística reversa, a SEMA-DF realizou tratativas com as entidades gestoras, empresas e órgãos envolvidos nas cadeias de logística reversa de eletroeletrônicos, agrotóxicos, lâmpadas fluorescentes, pneus, filtros automotivos, óleos lubrificantes usados ou contaminados (OLUC) e embalagens de óleos lubrificantes. Alguns termos de compromisso estão sendo analisados e em discussão, especificamente das cadeias de pneus, OLUC, embalagens de óleos lubrificantes, filtros automotivos e lâmpadas. A SEMA-DF está em tratativas, também, com uma empresa atuante em crédito de reciclagem para embalagens em geral (plástico, papel, alumínio e vidro). Além disso, foi celebrado acordo de cooperação entre a SEMA e a ABREE para a regulamentação e implementação da logística reversa de eletroeletrônicos e eletrodomésticos no Distrito Federal. Observa-se que uma das etapas do processo de implementação da logística reversa no Distrito Federal é a instalação e operação dos pontos de entrega voluntária (PEV). No ano de 2021, ocorreu o aumento desses PEVs, principalmente na cadeia de eletroeletrônicos. Foi lançado o programa RECICLOTECH, desenvolvido em parceria com a ONG Programando o Futuro, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), e a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (SECTI), cujo objetivo é contribuir para a criação de um projeto inovador de logística reversa, acondicionamento e reciclagem de equipamentos eletrônicos, com polos de economia circular (PEC) e formação de jovens e adultos em tecnologia da informação. Foram instalados, até o momento, 60 PEVs.

A SEMA assinou convênio com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, registrado na Plataforma + Brasil, em 29/12/2020, no valor de R\$ 3.877.551,02, para a aquisição de maquinários e materiais permanentes para equipar os CTR e a Central de Comercialização – CC no período de 2021 a 2022. Esse investimento permitirá que as Cooperativas de Catadores que atuam no CIR tenham condições operacionais para agregar valor aos produtos e aumentar os ativos, de forma a manter o Complexo em funcionamento de forma independente. Além disso, a SEMA-DF elaborou projeto para adquirir máquinas e equipamentos fundamentais para o processo de implantação das Centrais de Triagem de Resíduos Sólidos (CTR) e para a Central

de Comercialização (CC), por meio de emenda parlamentar no valor de R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais). Esses equipamentos serão utilizados para a linha de beneficiamento dos resíduos plásticos e vítreos, aumentando o valor da comercialização dos resíduos. A proposta visa adquirir os equipamentos e materiais permanentes para equipar os CTR e a CC no período de 2021 a 2022, permitindo, assim, que as Cooperativas de Catadores que assumirão os CTRs tenham condições operacionais de manter estes Centros em funcionamento. Outros recursos ainda serão aportados pelo BNDES, para compra de equipamentos necessários para o funcionamento do Complexo, no valor de R\$ 3.000.000,00, bem como recursos para assistência técnica, no valor de R\$ 3.268.000,00, e capacitação dos catadores com R\$ 1.300.000,00, em 2022.

No que concerne à implantação da Política Distrital de Resíduos Sólidos, a SEMA-DF viabilizou as seguintes ações:

- Assinatura de Termo de Cooperação para a Logística Reversa de Eletroeletrônicos e Eletrodomésticos, com a implantação do sistema de coleta em pontos de entrega voluntária e coleta domiciliar gratuita mediante agendamento.
- Articulação para o estabelecimento de Termo de Compromisso para a Logística Reversa de Embalagens em geral.
- Comitê Brasília Recicla: publicação do Decreto 41.715, de 13 de janeiro de 2021, que passa a atribuição de designação dos membros do Comitê para a SEMA-DF; publicação da Portaria nº 23/2021, com a designação dos membros e início dos trabalhos do Comitê.
- Grupo de Trabalho de Compostagem: publicação da Portaria Conjunta nº 03/2021, formando o grupo de trabalho para regulamentar a Lei nº 6.518, de 12 de março de 2020, e propor projetos de incentivo à compostagem; início das reuniões do GT; benchmarking de experiências em projetos de compostagem de outras cidades e países.
- Revisão do Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PDGIRS): participação na comissão responsável pelo processo de revisão.
- Apoio técnico e provimento de recursos físicos, humanos e financeiros para o Comitê Gestor de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do Distrito Federal (CORC/DF).
- Execução do Contrato de Colaboração Financeira Não Reembolsável celebrado entre o GDF e a SEMA, que promove a inclusão de 500 catadores de materiais recicláveis no Complexo Integrado de Reciclagem.
- Execução de emendas parlamentares federais que visam a inclusão de catadores de materiais recicláveis, geração de trabalho e renda, redução dos índices de aterramento, aumento dos índices de reciclagem e redução da pressão no Aterro Sanitário de Brasília, garantindo, assim, a ampliação da destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos gerados no Distrito Federal.

Objetivando a implantação de políticas públicas para a logística reversa, a SEMA-DF realizou tratativas com as entidades gestoras, empresas e órgãos envolvidos nas cadeias de logística reversa de eletroeletrônicos, agrotóxicos, lâmpadas fluorescentes, pneus, filtros automotivos, óleos lubrificantes usados ou contaminados (OLUC) e embalagens de óleos lubrificantes. Alguns termos de compromisso estão sendo analisados e em discussão, especificamente das cadeias de pneus, OLUC, embalagens de óleos lubrificantes, filtros automotivos e lâmpadas. A SEMA-DF está em tratativas, também, com uma empresa atuante em crédito de reciclagem para embalagens em geral (plástico, papel, alumínio e vidro). Além disso, foi celebrado acordo de cooperação entre a SEMA e a ABREE para a regulamentação e implementação da logística reversa de eletroeletrônicos e eletrodomésticos no Distrito Federal. Observa-se que uma das etapas do processo de implementação da logística reversa no Distrito Federal é a instalação e operação dos pontos de entrega voluntária (PEV). No ano de 2021, ocorreu o aumento desses PEVs, principalmente na cadeia de eletroeletrônicos. Foi lançado o programa RECICLOTECH, desenvolvido em parceria com a ONG Programando o Futuro, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), e a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (SECTI), cujo objetivo é contribuir para a criação de um projeto inovador de logística reversa, acondicionamento e reciclagem de equipamentos eletrônicos, com polos de economia circular (PEC) e formação de jovens e adultos em tecnologia da informação. Foram instalados, até o momento, 60 PEVs.

VI. FORTALECIMENTO DA GESTÃO E GOVERNANÇA DOS RECURSOS HÍDRICOS E OS CUIDADOS COM A SEGURANÇA HÍDRICA DO DISTRITO FEDERAL

A SEMA-DF entende que o bioma Cerrado é rico em sua biodiversidade e em recursos hídricos, porém encontra-se em uma região hidrográfica que sofre um constante estresse hídrico. As ações da SEMA têm sido para fortalecer a gestão e a governança dos recursos hídricos, e a implementação da Política Distrital de Recursos Hídricos.

No que concerne à governança dos recursos hídricos, a SEMA-DF, no âmbito do Projeto CITInova, deu início, em 2021, ao estudo de governança que contratou o serviço da "Consultoria para aprimoramento da governança hídrica no Distrito Federal", visando avanços institucionais para a segurança hídrica do território e melhor gestão da água no DF. Esta ação faz parte do contrato do Projeto CITInova e está sendo executada pela empresa Arns & Yoshida Consultoria, Planejamento e Projetos Ltda – Prismati Consultoria, Planejamento e Projetos. O Contrato entrou em vigência em 1º de setembro de 2021, sendo que a entrega do primeiro produto está prevista para o início de 2022.

Para melhor gestão e segurança hídrica no Distrito Federal, a SEMA, através do Programa Produtor de Água, criado pela Agência Nacional de Águas – ANA, vem incentivando os produtores rurais a investir em ações que ajudem a preservar a água. O Programa usa o conceito de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que estimula os produtores a investirem no cuidado do trato com as águas, recebendo apoio técnico e financeiro para implementação de práticas conservacionistas. Já foram implantados os seguintes programas:

Programa Produtor de Água no Pípiripau:

Ações realizadas:

- Representação da SEMA na Unidade de Gestão do Projeto – UGP do Programa Produtor de Água do Pípiripau, coordenada pela ADASA, que reúne 18 instituições (governo e sociedade civil);
- Participação da SEMA no Grupo de Trabalho 3 (GT3) – Pagamento por Serviço Ambiental - elaboração de 44 relatórios (laudos de vistoria) de produtores rurais participantes do Programa, para aprovação de pagamento aos produtores;
- Participação nas reuniões ordinárias e extraordinárias da UGP, bem como nas reuniões do GT3.

Programa Produtor de Água no Descoberto:

Ações realizadas:

- Representação da SEMA na Unidade de Gestão do Projeto – UGP do Programa Produtor de Água no Descoberto, coordenada pela ADASA;
- Participação nas reuniões ordinárias e extraordinárias da UGP;

Participação da SEMA nos grupos de trabalhos (GTs), incluindo suas reuniões, para atividades desenvolvidas em 2021:

- GT de Comunicação;
- GT de Mecanismos Financeiros;
- GT de Mobilização Social;
- GT de Articulação e Acompanhamento.

Comitê de Gestão e Monitoramento das Áreas de Proteção de Mananciais – APMs:

As APMs foram criadas para assegurar a disponibilidade hídrica, em quantidade e qualidade, para o abastecimento público, mantendo-se nas suas áreas o equilíbrio ecossistêmico a partir de ações de conservação e promoção do uso sustentável, sem prejuízo das atividades inerentes à competência da concessionária de serviço público, autorizada a captar e distribuir água.

A criação do Comitê de Gestão e Monitoramento das Áreas de Proteção de Mananciais – APMs (Portaria Conjunta nº 04/2020) tem por objetivo subsidiar os trabalhos da SEMA e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH nos termos do art. 99 do PDOT/DF. O Comitê, ao longo de 2021, realizou reuniões, elaborou pareceres e demais encaminhamentos às demandas apresentadas em processos, sendo responsável, ainda, pela realização de estudos e diagnósticos e a coordenação de ações

integradas entre os órgãos, entidades e as instituições que cooperam com o tema. Além disso, iniciou as vistorias às APM priorizadas para a elaboração do Programa Anual de Gestão e Monitoramento das APM. A SEMA-DF responde pela Secretaria Executiva do Comitê e presta apoio técnico às demandas.

Índice de Sustentabilidade de Bacias Hidrográficas - ISB:

A SEMA-DF atuou no desenvolvimento do Índice de Sustentabilidade de Bacia Hidrográfica – ISB, que foi aplicado nas Bacias do Descoberto e Paranoá; e em uma microbacia-alvo do Descoberto (Rodeador) foi aplicado modelo computacional de avaliação de risco utilizando o Índice. O ISB, juntamente com o modelo de risco após aplicação, constitui importante ferramenta de gestão ambiental e territorial, visando sobretudo a segurança hídrica. O estudo relacionado ao ISB foi elaborado no âmbito de Contrato entre o CGEE e o Centro Internacional de Água e Transdisciplinariedade – Cirat, do Projeto CITInova. Após a homologação do produto, a SEMA ficou responsável pela publicação do estudo. Assim, no ano de 2021 foi elaborada versão diagramada para tal publicação, que deverá ser lançada e disponibilizada ao público no início de 2022.

Programa de Otimização do Uso Prioritário da Água (Poupa DF):

Este programa, que foi instituído pelo Decreto nº 39.514, de 6 de dezembro de 2018, tem com objetivo promover a redução progressiva do consumo de água de todos os edifícios públicos do Distrito Federal, consolidando uma cultura de uso eficiente da água. Cada órgão/entidade deve formar comissão interna, denominada Poupadores, responsáveis pela implantação do Programa na respectiva edificação pública. A SEMA é responsável pela coordenação do Programa em todo o GDF. Em função da pandemia por COVID-19 e da necessidade do trabalho remoto, as metas de redução ainda serão definidas entre os órgãos do GDF e a SEMA-DF. Foram realizadas as seguintes ações:

- Finalização do sistema de tecnologia e informação para coordenação geral e consolidação dos resultados obtidos em cada órgão ou entidade;
- Articulação com os órgãos do GDF e órgãos estaduais de outras regiões brasileiras, para consolidação de estratégias de educação ambiental.

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Paranaíba no DF – CBH Paranaíba-DF

A SEMA-DF participou, no ano de 2021, de todas as reuniões plenárias do Comitê e dos grupos de trabalho dos quais faz parte, para discussão de temas relativos à gestão da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Paranaíba no DF.

Grupo de Acompanhamento do Lago Paranoá:

A SEMA-DF participou da reunião de tomada de decisão quanto à recomendação de que sejam adotados para o ano de 2022 os mesmos níveis altimétricos estabelecidos para o Lago Paranoá, no ano de 2021.

Execução de infraestrutura para reúso de água:

A SEMA-DF realizou a análise técnica quanto à solicitação para implantação de reúso de água na agricultura no DF, em apoio ao CONAM. A demanda resultou na criação de câmara técnica (CT) do CONAM para tratar sobre o tema reúso agrícola no DF, sendo a SEMA integrante da CT criada.

RECUPERAÇÃO DE NASCENTES, APPS E ÁREAS DE RECARGA DE AQUÍFEROS

A SEMA, por meio do Projeto CITInova – “Promovendo Cidades Sustentáveis no Brasil através de planejamento urbano integrado e de investimentos em tecnologias inovadoras”, tem atuado na recomposição da vegetação nativa em 80 hectares de áreas de preservação permanente (APPs) de nascentes, áreas de recarga hídrica e demais APPs degradadas ou alteradas nas Bacias do Rio Descoberto e Rio Paranoá (programa iniciado em 2020 e finalizado em 2021), visando à manutenção e recuperação de seus aquíferos relacionados no âmbito do Projeto. A Secretaria coordena o Projeto CITInova no DF e dentre as diversas iniciativas está a priorização de ações para recuperação de nascentes e dos corpos hídricos que contribuem para a segurança hídrica no DF. Foram beneficiados com o projeto 70 pequenos produtores rurais das Bacias do Rio Descoberto e Paranoá e 2 (dois) Parques Ecológicos, Águas Claras e Riacho Fundo. Foram realizadas as seguintes ações:

- Implementação de ações de engajamento e mobilização social integrada;

- Estabelecimento de métodos e técnicas a serem utilizados para a recuperação e as estratégias de envolvimento da população beneficiada;
- Implementação de ações de recomposição da vegetação nativa (aquisição de insumos, preparo do terreno e do solo, plantio e necessário replantio, incluindo mão de obra).

O projeto visou, também, a implementação de ações de manutenção e monitoramento das áreas degradadas ou alteradas.

VII. AÇÕES DE PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Com a flexibilização das restrições sanitárias em função da pandemia do Covid-19 no segundo semestre de 2021, a SEMA-DF, em parceria com o Instituto Rede Terra, Secretaria de Estado de Educação, Caesb, Projeto CITInova e Brasília Ambiental, realizou duas ações de educação ambiental com crianças de 10 a 12 anos da Escola Classe 1 – SHIS Sul, da rede de ensino do DF, demonstrando a importância da preservação do Lago Paranoá com o plantio de mudas de espécies do cerrado. Além disso, em 2021, a SEMA remodelou o Projeto Parque Educador, em função da pandemia causada pela COVID-19, em atenção às recomendações dos órgãos internacionais, nacionais e distrital de Saúde. No primeiro semestre de 2021, o projeto deu seguimento ao atendimento dos estudantes por meio da Educação Mediada por Tecnologias (atendimento 100% remoto), reduzindo sua capacidade de atendimento em 50%. No segundo semestre de 2021, o projeto voltou gradativamente ao atendimento presencial, conforme retorno das escolas da rede pública do Distrito Federal.



Nesse contexto da educação ambiental, a SEMA realizou capacitação sobre Coleta Seletiva Solidária, em parceria com a EGOV, sendo 2 turmas com 8 horas/aula cada. Foram capacitados 85 servidores de 41 instituições do GDF. Também foi realizada a gravação de capacitação EAD junto à SEJUS.

A SEMA DF realizou, ainda, a campanha de educação Separados pelo Destino, campanha educativa sobre a coleta seletiva, lançada nas redes sociais em dezembro/2021, em parceria com SECOM, ADASA, SLU e IBRAM.



Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10395 - COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	10,00	0,00	15,00	0,00	20,00	X	25,00	X	SEEC/ UO 21101 / OE 151
<p>Justificativa: 2020 - A SEMA DF realizou aquisições de insumos por meio de adesão e coparticipação nas compras públicas do GDF, não sendo possível mensurar isoladamente a fração dessa UO. Será necessário no momento da revisão do PPA a elaboração de uma outra metodologia para aferição do atributo.</p> <p>2021 - A SEMA DF realizou aquisições de insumos por meio de adesão e coparticipação nas compras públicas do GDF, não sendo possível mensurar isoladamente a fração dessa UO. Será necessário no momento da revisão do PPA a elaboração de uma outra metodologia para aferição do atributo.</p>													
10337 - DISPONIBILIDADE HÍDRICA POR PESSOA	METRO CÚBICO		01/01/2001	Anual	1,01	0,00	1,02	0,00	1,03	X	1,04	X	ADASA/ UO 21101 / OE 159
<p>Justificativa: 2020 - Foi detectado uma inconsistência na metodologia apresentada para a apuração do atributo. Somente durante a revisão do PPA será possível sanar essa inconsistência.</p> <p>2021 - Foi detectada inconsistência na metodologia apresentada para a apuração do atributo. Somente durante a revisão do PPA será possível sanar essa inconsistência.</p>													
10343 - ÁREA QUEIMADA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	MIL HECTARES	13,11	01/12/2016	Anual	2,95	1,69	2,95	25,75	2,95	X	2,95	X	IBRAM/ UO 21101 / OE 153
<p>Justificativa: 2020 - Além da SEMA fazem parte desse Grupo Executivo todos os órgãos executores e de apoio direto do PPCIF. Nesse ano de 2020 as ações envolvendo o trabalho prevenção de combate ao incêndio florestal, incluindo a contratação de 145 brigadistas florestais pelo IBRAM, em julho, a maior contratação de todos os anos anteriores e ocorrendo no período exato do cronograma de trabalho. Esse cumprimento do cronograma possibilitou a redução de 52% da área queimada nas UCs Distritais em 2020, equivalente a 1.689 hectares. 2021 - Sob coordenação da SEMA, no ano de 2021, foram realizadas diversas ações envolvendo o trabalho de prevenção e combate aos incêndios florestais, incluindo a contratação de 150 brigadistas florestais pelo IBRAM, em julho. A contratação foi a maior desde o início do Plano. Além disso, foram feitos aceiros mecânicos, aceiros negros, queimas prescritas, manutenção de equipamentos. Houve, ainda, reforço na vigilância, cursos de capacitação e trabalhos envolvendo a educação ambiental. É relevante salientar que a área queimada por incêndio florestal no Distrito Federal foi de 29.526,49 hectares, dos quais 2.324 hectares foram registrados em 57 UCs Distritais, sob a gestão do Brasília Ambiental - IBRAM. Isso configurou-se em um aumento de 25,75% em relação ao ano anterior. Esse aumento é o resultado da estiagem prolongada em função dos efeitos climáticos extremos fruto do aquecimento global antropogênico.</p>													
10532 - ÁREAS PRIORITÁRIAS DO CERRADO CONSERVADAS	HECTARE		01/01/2001	Anual	422725,00	0,00	422725,00	0,00	422725,00	X	422725,00	X	SEMA/ UO 21101 / OE 153
<p>Justificativa: 2020 - Em 2020, foi elaborado o novo Mapa da Cobertura Vegetal e Uso do Solo do DF, que fornece subsídios para ações de conservação e recomposição da vegetação natural, pois identifica e mostra o estado atual da cobertura vegetal, áreas naturais degradadas e áreas antropizadas, permitindo assim a identificação correta e precisa das áreas que precisam ser objeto de intervenção para recuperação. De acordo com o mapa, que é atual e tem metodologia confiável, entendemos que o cerrado preservado é a soma de Formação Campestre + Florestal + Savânica = 233.537 hectares (48% do DF). Para a área de cobertura vegetal tem que somar a Silvicultura, que totaliza 283.398 hectares (49%). O valor de 422.725 engloba toda a área de agricultura do DF como área para recomposição de cerrado, o que não é desejável. Além disso, tenta medir obras em hectares, o que é inadequado. Entendemos que esse indicador deve ser revisado no momento da revisão do PPA.</p> <p>2021 - De acordo com o novo mapa de vegetação e uso do solo do DF tem 276.161 ha de vegetação natural. Com este dado, já é possível perceber o quão equivocados estão estes indicadores propostos. Foi detectada inconsistência na metodologia apresentada para a apuração do atributo. Somente durante a revisão do PPA será possível sanar essa inconsistência.</p>													
10459 - QUANTIDADE DE ACESSOS AS INFORMAÇÕES DO SISDIA	UNIDADE		01/01/2001	Anual	170000,00	256657,00	200000,00	312988,00	230000,00	X	250000,00	X	SEMA/SISDIA/ UO 21101 / OE 158
<p>Justificativa: 2020 - A partir da implementação do SISDIA, 16 órgãos do GDF já têm permissão de acesso contínuo ao sistema. São mais de 220 usuários destes órgãos com permissão de acesso ao banco de dados.</p> <p>2021 - 312.988,00 acessos para o banco de dados; 420.993,00 acessos para os geoserviços</p>													
10357 - EMISSÕES DISTRIAS RELEVANTES DE GASES DE EFEITO ESTUFA	PERCENTUAL		01/01/2001	Bianual	75,00	0,00	50,00	0,00	25,00	X	0,00	X	SEMA/ UO 21101 / OE 152
<p>Justificativa: 2020 - A SEMA vêm desenvolvendo diversas iniciativas na área de enfrentamento às mudanças climáticas. Nesse sentido, foi elaborado o Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa do Distrito Federal, o qual promoveu uma revisão metodológica do primeiro inventário realizado para o DF, que compreendia os anos de 2005 a 2012, atualizando os dados de emissões e remoções para os anos de 2013 a 2018. Além do Inventário, foi elaborado o Plano de Mitigação às Mudanças do Clima, a ser encaminhado para consulta pública, e o Plano de Adaptação às Mudanças do Clima, em fase de aprovação e encaminhamento para consulta pública. Os Planos estarão concluídos até julho de 2021. Os resultados do inventário estão em fase de análise para posteriormente realizar a apuração do atributo.</p> <p>2021 - Esse indicador depende da atualização constante do inventário distrital de gases de efeito estufa. Em 2019 foi iniciado o processo de atualização do mesmo, o que trouxe os dados mais atuais para o ano de 2018. Há a necessidade de disponibilização de mais recursos para promover nova atualização. Além disso, muitas informações necessárias para o processo de atualização dependem de dados disponibilizados por órgãos públicos, o que não acontece com a frequência adequada.</p>													

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	80000,0	13000,0	0,0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8542 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	80000,0	13000,0	0,0	0
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA	80000,00	13000,00	0,00	0,00

Decreto nº 24.193/2003 cria o Programa Reintegra Cidadão, dirigido aos sentenciados do Sistema Penitenciário do DF, com o objetivo de lhes propiciar oportunidades no seu processo de ressocialização e inserção social e pelo aprendizado de novas técnicas profissionais e o oferecimento de trabalho remunerado. A fim de atender as necessidades desta Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA, na execução de serviços relacionados às atividades elencadas no art. 2º do Decreto nº 24.193 de 05/11/2003, foi prevista a manutenção da Ação para disponibilização de 4 (quatro) reeducandos, relacionados às atividades de reprografia, entrega de documentos, manutenção e conservação predial, recolhimento de bens inservíveis, copeiragem, serviços gerais, entre outros previstos no Decreto nº 24.193/2003. Entretanto, com a continuidade da suspensão dos trabalhos presenciais dos reeducandos da FUNAP, por força do prolongamento da pandemia pelo Coronavírus, em 2021 não foi viabilizada nova contratação.

8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	5000,0	5000,00	0	0
5365 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	5000,0	5000,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	13041385,0	13146385,00	12651353,86	12639253,86
8747 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	13041385,0	13146385,00	12651353,86	12639253,86
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	445000,0	445000,0	394628,63	393628,63
9572 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	445000,0	445000,0	394628,63	393628,63
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1153536,0	1260536,00	1230898,11	1123639,62
9661 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	1153536,0	1260536,00	1230898,11	1123639,62
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	5000,0	1380900,00	1375828,49	1375828,49

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0080 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-AMBIENTAL TERRITORIAL-DISTRITO FEDERAL	5000,0	1380900,00	1375828,49	1375828,49
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	55000,0	55000,00	26771,11	22223,75
5174 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	55000,0	55000,00	26771,11	22223,75
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	3000,0	3000,00	0	0
5824 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	3000,0	3000,00	0	0
TOTAL - 8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO	14707921,00	16295821,00	15679480,20	15554574,35

Ocorreram as seguintes realizações:

- Instruções de processos para aquisições de materiais de consumo, materiais permanentes.
- Pagamentos: Folha Normal e Suplementar de Pagamentos de Servidores- Licença Prêmio
- Ressarcimentos, Indenizações e Restituições
- Contratos contínuos, dentre outros desta Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

CONSELHOS:

Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM

O CONAM/DF é um órgão consultivo e deliberativo de 2ª grau, composto, paritariamente, por 40 instituições do Poder Público e da Sociedade Civil. Em 2021 realizou seis (6) reuniões ordinárias do pleno, das quais resultaram duas (2) resoluções e dezenove (19) decisões. Destacam-se entre os feitos do CONAM/DF, em 2021:

- Aprovação da metodologia para a emissão de Licença e Autorização Ambiental em caráter preliminar, em razão do combate à pandemia do novo Coronavírus (SARS-COV2);
- Criação de câmara técnica para estudar e propor regulamentação sobre o reúso de água para a atividade agrícola e a irrigação no Distrito Federal;
- Prorrogação do mandato das instituições representantes da sociedade civil (art. 4º, §2º, incisos II, IV e V do Decreto 38.001/2017);
- Criação de comissão eleitoral, nos termos do art. 8º, da Resolução Conam/DF nº 05, de 25/02/2017, para acompanhar o processo eleitoral e decidir sobre recursos ou outras questões relativas ao certame;
- Decisão sobre o pleito da Associação dos Moradores da Área Octogonal Sul, Cruzeiro e Sudoeste – Amagister;
- Constituição de 3 (três) grupo de trabalho: i) para estudar a gestão compartilhada das Unidades de Conservação no Distrito Federal; ii) para estudar e apresentar ao plenário minuta de revisão da Resolução Conam nº 003/2006, que disciplina o uso do lodo de esgoto, em conformidade com as modificações trazidas pela Resolução Conama nº 498/2020 e a

fundamentação técnica apresentada; iii) para estudar e apresentar ao Plenário do Conam/DF minuta de resolução sobre "Padrões de lançamento de efluentes em corpos hídricos superficiais, considerando a Resolução Conama nº 430, de 2011" (coordenação do GT, participação de reunião e análises técnicas);

- Manifestação sobre o enquadramento no rito do licenciamento ambiental simplificado – LAS em processo específico;
- Apreciação dos julgamentos da Câmara Julgadora de Autos de Infração, enquadrados no artigo 18 do Regimento Interno do Conselho.

Câmara Julgadora de Autos de Infração do Conam/DF – CJAI-Conam/DF

A CJAI-Conam/DF tem por finalidade julgar, em caráter terminativo, os recursos interpostos contra as decisões proferidas pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente no âmbito de processos administrativos de apuração de infrações à legislação ambiental. A Câmara é composta por 7 membros, sendo 3 representantes da sociedade civil e 3 representantes do Poder Público, com mandato de um ano, além da Sema, que a preside.

Em 2021, a CJAI-Conam/DF realizou vinte (20) reuniões, sendo onze (11) reuniões ordinárias e nove (09) extraordinárias, nas quais distribuiu cento e quarenta e cinco (145) processos e julgou cento e vinte e um (121) processos de infrações ambientais com recurso em terceira e última instância recursal.

A Câmara Técnica de Mudanças do Clima

Realizou onze (11) reuniões em 2021.

Os demais GTs e CTs do Conam/DF realizaram, ao todo, cinco reuniões em 2021.

Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF

O CRH/DF é um órgão consultivo e deliberativo de 2ª grau, composto, paritariamente, por 28 instituições: 14 do Poder Público e 14 da Sociedade Civil. Em 2021, realizou quatro (4) reuniões ordinárias do pleno e quatro (4) reuniões extraordinárias, das quais resultaram três (3) resoluções e duas (02) decisões. Destacam-se entre os feitos do CRH/DF em 2021:

- Aprovação do Plano Plurianual de Capacitação do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – Progestão, no âmbito do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal, para o período 2021-2024;
- Deliberação sobre a continuidade e implementação do enquadramento dos corpos de água superficiais do Distrito Federal;
- Aprovação dos encaminhamentos propostos pela Câmara Técnica Permanente de Assessoramento do CRH/DF, referentes ao item 6 da Nota Técnica nº 01/2020 – CRH/DF, não contemplados na Resolução nº 07/2020 – CRH/DF;
- Aprovação da Nota Técnica nº 02/2021 – CTPA/CRH-DF, que apresenta a análise realizada pela Câmara Técnica Permanente de Assessoramento do CRH-DF relativa à implementação de Agência de Bacia para o DF, com o objetivo de identificar e avaliar as possíveis soluções, considerando a sua operacionalização, desde a sua instituição, até a execução dos serviços, os aspectos legais, organizacionais, estratégicos, dentre outros.

Câmara Técnica de Assessoramento – CTPA do CRH/DF

Realizou dezenove (19) reuniões em 2021, para análise das questões técnicas de assessoramento ao Pleno do CRH/DF.

No contexto de boas práticas e inovação no campo, a SEMA-DF vem participando ativamente dos conselhos coordenados pela SEAGRI que tratam do desenvolvimento rural, tais como o Conselho de Políticas de Desenvolvimento Rural, o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e a Câmara Setorial de Agroecologia e Produção Orgânica.

Realizações extraordinárias

Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (PPCIF)

A SEMA, no ano de 2021, deu atenção especial ao Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PPCIF), que funciona como um sistema de parcerias institucionais visando à proteção do Cerrado. O Plano conta com uma estratégia de ação própria e possui como princípios a integração e a cooperação mútua. O PPCIF foi reformulado pelo Decreto

37.549, de agosto de 2016, que criou o Sistema Distrital de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, com o objetivo de promover a articulação entre os órgãos para a otimização dos recursos humanos e materiais necessários à execução do Plano. Com o objetivo de executar o PPCIF, foi criado um Grupo Executivo de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Distrito Federal, cuja coordenação é da SEMA. No ano de 2021, foram realizadas diversas ações envolvendo o trabalho de prevenção e combate aos incêndios florestais, incluindo a contratação de 150 brigadistas florestais pelo IBRAM, em julho. A contratação foi a maior desde o início do Plano. Além disso, foram feitos aceiros mecânicos, aceiros negros, queimas prescritas, manutenção de equipamentos. Houve, ainda, reforço na vigilância, cursos de capacitação e trabalhos envolvendo a educação ambiental. É relevante salientar que a área queimada por incêndio florestal no Distrito Federal foi de 29.526,49 hectares, dos quais 2.324 hectares foram registrados em 57 UCs Distritais, sob a gestão do Brasília Ambiental – IBRAM.

Aproveitamento de Águas Pluviais

A SEMA-DF elaborou um TR com recursos da ordem de R110.000,00, advindos do Programa GEF CITInova, para a implementação do projeto piloto de um Sistema de Aproveitamento de Água Pluvial, SAAP, no Centro Educacional 02 GISNO, localizado na SGAN 907 Módulo A, Asa Norte, Brasília DF, objetivando estimular a implementação de sistemas prediais voltados ao aproveitamento de água pluvial em prédios públicos do Distrito Federal e, com isso, reduzir os impactos ambientais causados pela exploração de recursos hídricos nos mananciais de abastecimento do DF, e minimizar a pressão no sistema público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além de gerar ganhos econômicos para o erário público e reduzir o uso de água potável nos prédios públicos. O TR está em fase de licitação para escolha de empresa para realizar a implementação, com início dos trabalhos programados para fevereiro de 2022 e término em junho do mesmo ano.

Diagnóstico Ambiental do antigo lixão da Estrutural

A SEMA-DF, por meio do Projeto CITInova – Iniciativas Inovadoras para Cidades Sustentáveis, sob responsabilidade da SEMA/DF, através do Contrato CGEE/FINATE, está executando a prestação de serviços técnicos especializados para elaboração do Diagnóstico Ambiental do antigo lixão da Estrutural e sua área de influência, que teve início em 2019, com previsão de término em 2021. O objetivo é fornecer subsídio ao governo do DF no processo de tomada de decisão sobre as ações a serem adotadas para a remediação da área, prevista em duas iniciativas:

Iniciativa 1 - Elaboração do diagnóstico da contaminação e realização de testes de tecnologias inovadoras para a remediação do lixão da Estrutural e sua área de influência.

Iniciativa 2 - No âmbito das iniciativas piloto a serem testadas, já foram implantadas as ações de fitorremediação, como uma das estratégias para descontaminação do solo.

Em 2021 os estudos de Diagnóstico Ambiental e propostas para a remediação do antigo lixão proporcionaram um panorama aprofundado da situação de contaminação, delimitando a abrangência, a importância da Unidade de Conservação no entorno, que atenuou a pluma de contaminação, e os riscos eminentes e de longo prazo. O estudo, que é pioneiro para o lixão, também testou técnicas de remediação na área que, juntamente com o diagnóstico, cooperam para a elaboração do Plano de Gerenciamento de Área Contaminadas, o qual destaca a necessidade da estabilização da pluma de contaminação oriunda do lixão. A SEMA-DF realizou as seguintes ações:

- Elaboração do plano de trabalho, documento contendo a descrição e o roteiro das atividades propostas (em campo e escritório), cronograma detalhado e demais informações sobre os métodos, metodologias, equipamentos, equipe técnica, logística, entre outros dados necessários à plena compreensão dos objetivos e resultados a serem alcançados. Entrega do Produto 1, contendo: i) a base do conhecimento atual sobre a contaminação do solo, água superficial e subterrânea e um conjunto de soluções de fitorremediação exitosas para a descontaminação; ii) Mapa de Pontos de Monitoramento de Água Superficial; iii) Mapa de Poços de Monitoramento de Água Subterrânea; iv) Mapa de Pontos de Amostragem de Solo; v) Mapa de Pontos de Monitoramento do Ar; vi) Mapa de Pontos de Amostragem de Resíduos Sólidos; vii) Relatório do processo de implantação das ações piloto de fitorremediação. Entrega do Produto 2, contendo relatório técnico com análise dos dados com representação

cartográfica em mapas básicos e temáticos (qualidade das águas subterrâneas, qualidade do solo); e apresentação do Diagnóstico.

- o Em 07 de outubro de 2021, foi realizado o II WORKSHOP: ESTRATÉGIAS PARA USOS FUTUROS, VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO ANTIGO LIXÃO DA ESTRUTURAL. O evento teve como objetivo apresentar os resultados dos estudos e propostas para usos futuros da área do antigo lixão da Estrutural, de forma a subsidiar o Governo do Distrito Federal e o SLU no enfrentamento dos passivos ambientais e na elaboração de cronograma físico das ações futuras para a recuperação da área. Foi um evento restrito aos gestores e técnicos dos órgãos e entidade do GDF que têm ações relacionadas ao tema, para construção conjunta das próximas etapas, com definição de cronograma de ações, competências e responsabilidades, após a conclusão dos estudos que apontam a contaminação da área.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, durante o exercício das atividades do ano de 2021, pautou-se na adaptação dos seus trabalhos na realidade imposta pela pandemia mundial em decorrência do COVID-19, que fez com que o GDF editasse o Decreto nº 40.546, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre o teletrabalho, em caráter excepcional e provisório para os órgãos da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional, a partir de 23 de março de 2020, como medida necessária à continuidade do funcionamento da administração pública distrital. O avanço da vacinação na população possibilitou que a SEMA-DF passasse a realizar algumas das suas atividades de forma presencial, mantendo outras via remota. Nesse contexto, a tecnologia da informação foi grande aliada, garantindo a proximidade dos servidores e a participação virtual em reuniões, eventos e demais atividades. Os recursos tecnológicos de informação proporcionaram o fluxo de informações, a celeridade no empreendimento das ações e de tomada de decisões. Consequentemente, foi possível a participação em quantidade e qualidade superior de ações de trabalho, tendo-se conseguido maior engajamento e participação dos servidores nas ações e colegiados. Atentos aos protocolos sanitários e de saúde para minimizar os impactos do novo Coronavírus, conseguiu-se manter várias atividades concebidas para o ano de 2021.

Nesse contexto, a SEMA-DF deu continuidade à recuperação das Áreas de Preservação Permanente da orla do Lago Paranoá. Os investimentos foram da ordem de R\$ 2.461.710,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, setecentos e dez reais). Esses recursos proporcionaram a recuperação de 75 hectares ao longo da Orla Sul e do braço do Riacho Fundo, com uso estimado de 46 mil mudas sendo plantadas em 19 polígonos. Estão previstas ações de recuperação em 40 hectares ao longo das APPs da Orla Norte e suas áreas de influência, projeto que tem investimentos da ordem de R\$ 1,4 milhão, e dá continuidade ao projeto de recuperação de danos nas APPs iniciado na orla Sul do Lago Paranoá. Em 2021, a SEMA apresentou um novo Mapa da Cobertura Vegetal e Uso do Solo, com densidade de informações espaciais compatíveis com a escala 1:25.000, baseado em imagens de satélite de alta resolução do ano de 2020 e anteriores. O mapa mostra todos os tipos ou fitofisionomias da vegetação nativa do Bioma Cerrado, além de apontar os diferentes usos em áreas urbanas e agrícolas do DF. O mapa deverá ser atualizado periodicamente, permitindo monitorar e avaliar quantitativa e qualitativamente as áreas de vegetação natural, estabelecendo indicadores que mostrem a evolução da recuperação e manutenção da flora do Cerrado e a situação das áreas urbanas e rurais.

A SEMA-DF desenvolveu diversas ações no âmbito das boas práticas e inovação no campo, a fim de manter a segurança hídrica das bacias hidrográficas estratégicas para abastecimento público da população do DF. Foram realizadas sete oficinas, sendo seis virtuais e uma presencial, com o tema "Gênero e Pertencimento à Bacia", para empoderamento das mulheres na gestão das águas das bacias-alvo. Foram publicados os resultados de dois

experimentos em escala piloto com utilização de água estruturada para irrigação, conduzidos na bacia do Paranoá e do Descoberto. Ainda nesse contexto, foram monitorados 20 hectares de Sistemas de Agroflorestas (SAFs) mecanizados em propriedades rurais das bacias hidrográficas do Descoberto e Paranoá. Para diversificar a produção agrícola sustentável, estamos incentivando Comunidades que Sustentam a Agricultura – CSA, visando ampliar a capacidade de ação do Governo do Distrito Federal e do entorno, de forma a promover a proteção dos recursos naturais para uma maior produção de água, associada ao processo de diversificação produtiva na região. Estamos realizando estudo e implementação de duas CSAs no DF, com foco nas bacias dos rios Descoberto e Paranoá. Estamos também implementando o Projeto “Valor Fercal Comunidade Produtiva”, que tem como objetivo principal gerar e proteger o valor da Fercal de forma sustentável, enquanto comunidade estratégica rural inserida no DF, executando de modo informativo e educativo soluções ambientais para os habitantes rurais. O início das ações está previsto para janeiro de 2022. Além dessas ações, a SEMA-DF participou do grupo de trabalho, coordenado pela SEAGRI, que elaborou o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável - 20 anos. A articulação de trabalhos entre a SEMA-DF e a SEAGRI tem proporcionado diversos ganhos ambientais para a área rural, entre eles a publicação da Portaria Conjunta nº 02, de 23 de junho de 2021, que regulamenta o artigo 17 do Decreto nº 21.500, de 11 de setembro de 2000, permitindo que os beneficiários do Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (Pró-Rural) que comprovarem ações de preservação ou recuperação do meio ambiente possam obter redução de até 80% nas taxas do licenciamento ambiental.

A SEMA-DF tem atuado na recomposição da vegetação nativa em 80 hectares de áreas de preservação permanente (APPs) de nascentes, áreas de recarga hídrica e demais APPs degradadas ou alteradas nas bacias do Rio Descoberto e do Rio Paranoá, visando à manutenção e recuperação de seus aquíferos. Dentre as diversas iniciativas, está a priorização de ações para recuperação de nascentes e dos corpos hídricos que contribuem para a segurança hídrica no DF. Foram beneficiados com o projeto 70 pequenos produtores rurais das bacias dos rios Descoberto e Paranoá e 2 (dois) Parques Ecológicos, Águas Claras e Riacho Fundo. O programa foi iniciado em 2020 e finalizado em 2021.

Nesse contexto, em todas as oportunidades, a SEMA-DF vem trabalhando para fortalecer as boas práticas e inovações no campo, com o objetivo de contribuir para tornar a agricultura distrital mais sustentável e compatível com a conservação dos recursos naturais e serviços ambientais.

A SEMA-DF, em julho de 2021, deu início ao Projeto de Identificação e Monitoramento das Capivaras na Orla do Lago Paranoá. Esse projeto é financiado com recursos do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal (Funam). Objetivamente, o projeto em execução desenvolve pesquisa científica de monitoramento da população de capivaras, visando determinar a distribuição e o índice de abundância de capivaras e carrapatos na orla do Lago Paranoá e, assim, subsidiar a realização de políticas públicas de educação ambiental para proteção da fauna e redução de conflitos entre a população de capivaras e os usuários da orla do Lago. O projeto tem duração de 12 meses e é executado pela Universidade Católica de Brasília, UCB, em parceria com e a SEMA-DF.

Em 2021, a SEMA-DF concluiu a validação do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa 2005-2012 do DF e a avaliação preliminar, usando a metodologia do 1º Inventário do DF para o período 2013-2018, além da validação do Inventário de Emissões por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa (GEE)/2005-2012, de acordo com metodologia reconhecida internacionalmente. Além do processo de revisão, houve também um período de consulta pública e também de apreciação pela Câmara Técnica do Clima do CONAM. Com a conclusão do inventário, o GDF passa a contar com uma base de dados atualizada para fomentar a transição para uma economia com menores índices de emissão de Gases de Efeito Estufa, podendo desenvolver planos específicos para cada setor analisado, com base em seus padrões de emissões. Além disso, o inventário também possibilitou a construção dos planos de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas.

A SEMA tem realizado várias ações visando a implementação da Política de Resíduos sólidos e do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Distrito Federal. Com a inauguração do Complexo Integrado de Reciclagem (CIR), em novembro de 2020, e com sua operação iniciada na data da inauguração, o Complexo já atua com 5 cooperativas contratadas pelo SLU-DF para prestação de serviços de coleta seletiva e triagem de resíduos, contando

com 438 catadores trabalhando diariamente, representando 87,6% dos postos de trabalho ocupados nos Centros de Triagem e Reciclagem - CTR 1 e 2, atuando em 2 turnos de 6 horas cada. Em 2021, foram triadas aproximadamente 2000 toneladas da coleta seletiva e recuperadas (recicladas) 1000 toneladas de resíduos. Além de condições de trabalho para as cooperativas de catadores, a SEMA-DF está trabalhando o passivo ambiental do já encerrado lixão da Estrutural. A SEMA-DF, através de contratação de empresa especializada, está executando a prestação de serviços técnicos para elaboração do Diagnóstico Ambiental do antigo lixão da Estrutural e sua área de influência. O objetivo é fornecer subsídio ao governo do DF no processo de tomada de decisão sobre as ações a serem adotadas para a remediação da área. Serão realizadas iniciativas voltadas para a elaboração do diagnóstico da contaminação, e realização de testes de tecnologias inovadoras para a remediação. No âmbito das iniciativas piloto a serem testadas, já foram implantadas as ações de fitorremediação, como uma das estratégias para descontaminação do solo.

No que concerne às políticas públicas de Educação Ambiental, a SEMA-DF atua de forma transversal entre suas subsecretarias. Esta estratégia de atuação permitiu que em 2021, com a intensificação da vacinação e a flexibilização das restrições sanitárias em função da pandemia do Covid-19 no segundo semestre, a SEMA-DF, em parceria com o Instituto Rede Terra, Secretaria de Estado de Educação, Caesb, Projeto CITInova e Brasília Ambiental, realizasse duas ações de educação ambiental com crianças de 10 a 12 anos da Escola Classe 1 - SHIS Sul, da rede pública de ensino do DF, demonstrando a importância da preservação do Lago Paranoá com o plantio de mudas de espécies do cerrado. Além disso, em 2021, a SEMA remodelou o Projeto Parque Educador, dando seguimento ao atendimento dos estudantes por meio da educação mediada por tecnologias de comunicação (atendimento 100% remoto), reduzindo sua capacidade de atendimento em 50%. No segundo semestre de 2021, o projeto voltou gradativamente ao atendimento presencial, conforme retorno das escolas da rede pública do Distrito Federal. Nesse contexto da educação ambiental, a SEMA-DF realizou a capacitação sobre Coleta Seletiva Solidária, em parceria com a EGOV, tendo feito 2 turmas com 8 horas/aula cada. Foram capacitados 85 servidores de 41 instituições do GDF. Também foi realizada a gravação de capacitação EAD junto à SEJUS.

A SEMA-DF entende que a execução da Política Ambiental do Distrito Federal passa pela implementação da Lei Distrital nº 6.269, de 29 de janeiro de 2019, que instituiu o Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF) e o Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA). Esse conjunto de instrumentos possibilita as condições para a construção do Painel de Indicadores Ambientais do DF. Soma-se a esses instrumentos o que determina a Lei Distrital nº 3.944/2007 que "Dispõe sobre os indicadores do SISDIA e cria o Atlas Ambiental do DF". Essa Lei, em seu artigo 5º, determina que os indicadores ambientais do SISDIA devem ser consolidados em meio cartográfico e georreferenciados em meio digital. Nesse contexto, a SEMA-DF, realizou o lançamento do Portal do SISDIA ao público, no mês de abril de 2021, inclusive com o Atlas Ambiental digital interativo, na forma de "story maps". Em 2021, foram registrados 312.988 acessos ao banco de dados, 420.993 acessos aos geoserviços, e 25.630 acessos a o Portal do SISDIA.

Cumprir esclarecer que a implementação do ZEE-DF implica em um grande desafio para o Governo do Distrito Federal, em razão da obrigatoriedade da regulamentação de 18 (dezoito) artigos da Lei nº 6.269/2019 em um prazo de 24 (vinte e quatro) meses a partir de 2019, além do cumprimento de suas diversas diretrizes. Ocorre que, em virtude do advento da Pandemia da COVID-19, tal prazo restou comprometido e a referida regulamentação deve ser continuada no próximo quadriênio - 2024-2027. A Fase 1 do SISDIA, já implementada, teve foco na consolidação de um quadro comum de dados espaciais ambientais aplicados ao planejamento e gestão territoriais. Esse conjunto básico de dados diz respeito a 18 (dezoito) órgãos distritais, sendo 14 (quatorze) deles por consumo direto. O Distrito Federal conta com uma série de órgãos que hoje apresentam maturidade institucional na produção de dados geoespaciais. Contudo, essa produção é assimétrica e, em vários casos, descontínua. Ao longo dos anos, o DF investiu muito em ações pontuais, mas pouco no dado geoespacial para a gestão estratégia de informações. O SISDIA, concebido e construído como um ecossistema, busca sanar esta lacuna governamental.

No tocante à governança e gestão, a SEMA-DF, no ano de 2021, alcançou 100% do Índice de Transparência Ativa pelo 3º ano consecutivo. Além disso, criou o seu Comitê Interno de Governança e Gestão, através da Portaria nº 38, de 31 de agosto de 2021, e aderiu ao

Sistema do Modelo de Excelência em Gestão – SMEG, criado pelo Governo Federal e implementado em Brasília pela Secretaria de Economia.

Dificuldades encontradas

Para a execução das atividades no ano de 2021, além da adaptação ao sistema de teletrabalho e adoção das medidas de distanciamento social impostas em função da pandemia da COVID-19, as dificuldades enfrentadas pela SEMA estão relacionadas, principalmente, à falta de estrutura adequada de pessoal e de equipamentos e ao contingenciamento na execução orçamentária. Nota-se, em especial, que o quadro de pessoal possui número reduzido de técnicos e tem se mostrado inadequado para a vasta gama de atribuições e responsabilidades da SEMA. Saliente-se que, no ano de 2021, houve redução no quadro de servidores, em especial os estagiários da área Jurídica, o que dificultou ainda mais o desempenho da unidade. Além disso, nota-se a insuficiência de regulamentação e realização de ações efetivas para reduzir as principais fontes emissoras de gases de efeito estufa no território do Distrito Federal, a carência de arranjos institucionais e financeiros eficientes no ambiente de negócios e na gestão pública para fomentar a implantação de áreas que ampliem a capacidade de remoção de CO₂ (aumento de sumidouros de carbono), do uso de combustíveis renováveis no transporte, e a necessidade de ampliação da produção de energia no território para redução da dependência de fontes externas, especialmente a fotovoltaica. As licitações de equipamentos para o Complexo Integrado de Reciclagem também foram altamente impactadas pelo aumento exponencial dos preços no mercado e pela instabilidade desses preços, relacionada às variações do dólar, provocando a necessidade de revisão de todos os termos de referência, redução da quantidade de equipamentos para adequação aos limites de recursos financeiros existentes, bem como constantes solicitações de novos orçamentos devido ao prazo de validade reduzido dos mesmos. Tudo isso provocou atrasos nas licitações, que deverão ocorrer no ano de 2022.

Perspectivas para o próximo exercício

- Implementação da Fase 2 do SISDIA (2021/2022), reforçando o conceito de ecossistema. Serão desenvolvidos e implementados os 3 (três) primeiros módulos especialistas: Módulo Especialista de Sustentabilidade em Projetos; Módulo Especialista e-Normas (especialização de legislação); e o Módulo Especialista Big-Data;
- Atualização permanente e sistemática do inventário de emissões de gases de efeito estufa por fontes de emissões no âmbito do DF, a fim de nortear a aplicação de políticas públicas específicas;
- Redução de emissões de gases de efeito estufa por meio da operacionalização das ações de mitigação e adaptação previstas na Contribuição Distritalmente Determinada, bem como o aperfeiçoamento do marco regulatório do DF sobre Mudança do Clima;
- Preparação da população e do ambiente do DF para enfrentar os efeitos adversos e impactos das Mudanças do Clima, com ênfase na mudança dos paradigmas de mobilidade e na transição para a eletrificação do transporte urbano e o fomento da implantação de energias renováveis no território do DF;
- Redução das emissões de gases de efeito estufa de combustíveis fósseis no transporte público e também veicular privado, bem como implantação do efetivo monitoramento das emissões relativas a esse setor, e o mapeamento e implementação de áreas de sumidouros de carbono com o aumento das áreas de florestas urbanas no DF;
- Desenvolvimento de políticas públicas voltadas para ações de conscientização da população sobre a boa convivência com espécies nativas do Cerrado que vivem próximas das áreas urbanas, como as capivaras e as aves;
- Execução do Contrato de Colaboração Financeira entre o BNDES e o GDF - Aquisição de ELETROELETRÔNICOS, EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO E MÁQUINAS para as Centrais de Triagem e para a Central de Comercialização do Complexo Integrado de Reciclagem;
- Execução das Emendas Parlamentares Federais Impositivas, cujo objeto é a implantação de sistema de tritramento de vidros, sistema de beneficiamento de plásticos e sistema de tratamento de efluentes no Complexo Integrado de Reciclagem, e construção de galpão de beneficiamento do vidro;

- Apoio técnico e provimento de recursos físicos, humanos e financeiros para o Comitê Gestor de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do Distrito Federal (CORC/DF);
- Promoção da Educação Ambiental e da Comunicação em prol das práticas de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos no âmbito do Distrito Federal;
- Realização dos estudos necessários à regulamentação da Lei Distrital nº 6.518, de 12 de março de 2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade de tratamento dos resíduos sólidos orgânicos no Distrito Federal por processos biológicos, bem como propor, executar e monitorar projetos de estímulo e incentivo à compostagem descentralizada, realizada no local de geração dos resíduos, por meio de gestão comunitária;
- Participação no grupo de trabalho responsável pela realização de pesquisas para subsidiar o desenho de intervenções baseadas em insights comportamentais nos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, tendo como foco inicial a melhoria na qualidade da separação dos resíduos sólidos pelos cidadãos para a coleta seletiva domiciliar;
- Participação no grupo de trabalho responsável por acompanhar, subsidiar e avaliar os produtos entregues para atualização dos Planos PDGIRS e PDSB;
- Implantação da Coleta Seletiva Solidária nos órgãos da Administração Pública do Distrito Federal;
- Implantação de logística reversa de embalagens em geral no Distrito Federal e de óleos lubrificantes e de óleos lubrificantes usados e contaminados no Distrito Federal. Aprimoramento e regulamentação da logística reversa de pneumáticos no Distrito Federal;
- Acompanhamento e fiscalização do Contrato de Governança que visa o serviço de "Consultoria para aprimoramento da governança hídrica no Distrito Federal";
- Acompanhamento e fiscalização do Contrato CSA - Contratação de serviços de consultoria para criação de duas Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA);
- Aprovação e início de projeto de monitoramento no Rio Melchior, por meio de emenda parlamentar a ser apresentada para análise e aprovação pela SEMA em 2022;
- Consolidação de informações referentes às nascentes do DF e planejamento de ações necessárias para a recuperação das áreas, com a articulação entre os diferentes órgãos do GDF;
- Acompanhamento da situação de segurança das barragens existentes no DF;
- Realização de teste, interno à SEMA, do sistema informatizado para gestão do Programa Poupa DF, para verificação de possíveis ajustes necessários, antes da disponibilização para as comissões de poupadores e planejamento da capacitação para as comissões internas de cada órgão, para acompanhamento dos resultados do monitoramento de consumo de água;
- Elaboração do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas do Distrito Federal, com apoio do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- Realização das vistorias nas APMs, para levantamento dos principais problemas e temas a serem abordados e elaboração do Programa Anual de Gestão e Monitoramento de cada APM;
- Elaboração de Projeto para o Diagnóstico das Áreas de Proteção de Manancial – APM priorizadas pelo Comitê de Gestão e Monitoramento de APM, para realização de ações de gestão;
- Participação no Grupo de Trabalho "Padrões de lançamento de efluentes em corpos hídricos superficiais, considerando a Resolução CONAMA nº 430, de 2011";
- Desenvolvimento de ACT para monitoramento dos plantios da orla Sul do Lago Paranoá, com Instituto Perene e Brasília Ambiental;
- Acompanhamento e gestão do ACT Recupera Cerrado, com FBB, Brasília Ambiental e Instituto Espinhaço, com plantio e monitoramento de 40 hectares na orla Norte do Lago Paranoá;
- Assinatura do ACT entre a SEMA-DF e a SEE-DF para implantação de um projeto piloto de aproveitamento de água pluvial no Centro Educacional GISNO, conclusão do termo de referência de contratação de empresa que irá implantar tal sistema e publicação do Decreto de Criação do Programa Reúso DF.

21106 - JARDIM BOTANICO DE BRASILIA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Jardim Botânico de Brasília - JBB foi instituído em decorrência do espírito empreendedor de seus criadores, comprometidos com o desenvolvimento de diversas áreas de atividades para a consolidação do Distrito Federal. Sua constituição resultou da aspiração natural de uma sociedade interessada na preservação do meio ambiente, assim como no juízo da conveniência e oportunidade de dominar e disseminar conhecimentos sobre o bioma Cerrado. Naturalmente, os primeiros passos para alcançar os objetivos enfrentaram dificuldades de uma cidade em formação que ainda se encontrava em processo de fundação. O projeto contou com a participação da bióloga Cilúlia Maury que, na condição de integrante dos quadros da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, orientou os princípios para a concepção de um Jardim Botânico. De igual importância foi a assessoria prestada pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro no esforço de instituir uma unidade de conservação em Brasília, no atendimento a uma das últimas obras projetadas no Plano Piloto pelo grandioso arquiteto Lúcio Costa.

Assim, em 8 de março de 1985 foi criado o Jardim Botânico de Brasília. No evento de inauguração a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos lançou o selo comemorativo, representado por um ramo de pequizeiro, árvore símbolo do JBB.

Entre suas atividades se constituem a manutenção de coleções de plantas, desenvolvimento de pesquisas, educação ambiental e lazer orientados, funcionando também como instrumento cultural capaz de aproximar a sociedade da relação com a natureza e as ricas fauna e flora características do Cerrado.

A área de visitação instalada em 500 hectares recebe 30 mil visitantes por mês e conta com restaurantes, área de piquenique, orquidário, jardins e lagos temáticos, espaços de contemplação, parquinho infantil, loja de souvenir, quiosques, trilhas, espaço ciência, anfiteatro e estufas.

Com a criação da Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília, estabelecida no Decreto 14.442/1995, a área de gestão do JBB foi ampliada em mais 4.518 hectares, cuja finalidade é a conservação de espécies nativas do bioma Cerrado. Por se tratar de Unidade de Conservação de Proteção Integral é uma área proibida à visitação. Instalada em área urbana, abriga grande diversidade de plantas e animais, além de mananciais que abastecem 25% das regiões do Lago Sul e Jardim Botânico.

O Jardim Botânico de Brasília é um órgão relativamente autônomo da Administração Direta do Distrito Federal, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, de acordo com a Lei 528/1993.

O Decreto 38.289/2017 aprovou o Regimento Interno do JBB e definiu suas competências:

I - desenvolver atividades, projetos e programas de conservação, preservação, pesquisa, educação e lazer orientado, relacionados ao meio ambiente;

II - proteger espécies silvestres, raras ou ameaçadas de extinção em âmbito local e regional resguardar espécies econômica e ecologicamente importantes para a restauração ou reabilitação de ecossistemas;

III - assistir à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal na formulação de diretrizes para a implementação da política de meio ambiente do Distrito Federal, nas atividades que visam o aproveitamento sustentável, preservação e conservação dos recursos naturais e culturais, e contribuindo para a implementação da Economia Verde com foco na erradicação da pobreza;

IV - manter bancos de germoplasmas para conservação de espécies ex situ e preservar reservas genéticas in situ;

V - promover a articulação e integrar diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração de ecossistemas em parceria com os gestores

de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos;

VI - atuar como centro de referência para conservação, pesquisa, desenvolvimento e monitoramento dos recursos naturais e culturais do Cerrado;

VII - promover o intercâmbio científico, técnico e cultural com outros jardins botânicos, entidades afins e órgãos nacionais e internacionais;

VIII - promover a pesquisa, a conservação e a preservação ambiental na perspectiva de difundir o valor multicultural das plantas e sua utilização sustentável;

IX - promover ações no sentido de captar recursos financeiros junto a organismos governamentais e não governamentais, empresas da sociedade civil, entre outras fontes de recursos, com o intuito de desenvolver as políticas, planos, programas, projetos e atividades de sua responsabilidade e atribuição, bem como a programas de fomento às pesquisas técnico-científicas para o aproveitamento sustentável do bioma Cerrado;

X - incentivar, junto à sociedade civil, a ampla difusão - educação ambiental - das pesquisas e práticas relativas ao manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente, despertando o interesse coletivo para a causa ambiental e o valor dos conhecimentos tradicionais das populações do Cerrado;

XI - apoiar os demais órgãos do Governo do Distrito Federal no tocante a projetos governamentais de caráter socioambientais, educacionais, turísticos, econômicos e outros temas afins; e

XII - administrar a Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília - EEJBB e fiscalizar a aplicação e implantação do seu Plano de Manejo, bem como do Plano Diretor do Jardim Botânico de Brasília.

Para a consecução de sua finalidade, o Jardim Botânico de Brasília, poderá:

I - estabelecer relações de parceria mediante assinatura de convênios, contratos, acordos e outros ajustes, com entidades públicas, privadas e do terceiro setor, nacionais e internacionais, em áreas de sua competência e de sua missão institucional;

II - promover e participar da articulação com os órgãos públicos, instituições financeiras, organizações não governamentais, instituições de ensino e com a iniciativa privada, para a concretização de suas atribuições, planos, programas, projetos e atividades estabelecidos;

III - propor formas de cooperação entre os órgãos públicos, privados e sociedade civil para a realização dos objetivos da gestão da Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília;

IV - promover a articulação com as Administrações Regionais circunvizinhas, cujas atividades possam interferir nos objetivos de preservação e conservação do Jardim Botânico de Brasília e Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília e nos recursos naturais existentes, com o propósito de compatibilizar as diretrizes, planos e programas com as devidas necessidades de conservação e,

V - integrar grupos de trabalho interinstitucionais.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	5	2	2	3	12
Comissionados sem vínculo efetivo	19	31	0	0	50
Requisitados de órgãos do GDF	3	1	0	0	4

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	1	3	4
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	7	7
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	10	10
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	27	34	3	23	87
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	27	34	3	23	87

Conquanto a dotação funcional haja sido mantida em 66 servidores, entre efetivos do GDF, comissionados sem vínculo efetivo e requisitados, logramos o incremento da força de trabalho no exercício passado mediante a conquista de de mais 21 postos de trabalho divididos na forma dos Progranas a seguir delineada, com aumento de custos compatível na relação dos benefícios decorrentes.

- Programa Reintegra Cidadão - FUNAP/DF: contratação de 10 (dez) reeducandos, em regime semiaberto, aberto e livramento condicional do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, para a prestação de serviços relacionados às atividades de serviços gerais, com o objetivo de propiciar oportunidades no processo de ressocialização e inserção social, pelo aprendizado de novas técnicas profissionais e o oferecimento de trabalho remunerado. Os reeducandos têm desempenhado importante participação nas atividades de campo relacionadas com conservação e manutenção dos espaços do JBB.

- Programa Jovem Candango - recepção a 7 (sete) jovens entre 14 e 18 anos, cursando o ensino fundamental ou médio na rede pública de ensino do Distrito Federal ou em instituição particular na condição de bolsista e que se encontram em situação de risco social, com a finalidade de estimular a formação técnico-profissional dos jovens aprendizes, mediante atividades compatíveis com o desenvolvimento físico, moral e psicológico. O projeto segue em conformidade com a CLT, nos dispositivos que tratam da aprendizagem, com a Legislação Federal e Distrital e outros normativos, em especial os emanados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

- Estágio CIEE / GDF - contratação de 4 (quatro) estagiários de nível superior para atender às necessidades, determinadas pelos setores técnicos do JBB:

- Auxiliar na realização de pesquisas nas áreas de biodiversidade biológica e preservação ambiental, visando implantar ações preventivas, corretivas e controladoras das condições ambientais.
- Instalação, configuração de software, manutenção e controle de equipamentos de informática, instalação e manutenção de ponto de redes, gerenciamento de rede de dados, suporte e apoio aos usuários, cadastro de usuários ao acesso e utilização de internet, intranet, correio eletrônico e Sistema Eletrônico de Informações.
- Apoio à Gerência de Projetos auxiliando no planejamento e execução das obras, levantamento arquitetônico, elaboração de layouts, planilhas e relatórios de fiscalização e andamento das obras.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	250000,0	340000,0	258382,27	258382,27
0018 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	250000,0	340000,0	258382,27	258382,27
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	50000,0	50000,0	49999,46	46205,46
7221 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	50000,0	50000,0	49999,46	46205,46
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	300000,00	390000,00	308381,73	304587,73

O Decreto nº 40.208, de 30 de outubro de 2019, que estabelece normas regulamentares para a concessão dos benefícios de licença-servidor, determina que após cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício, o servidor ocupante de cargo efetivo passa a fazer jus a três meses de licença-servidor, sem prejuízo de sua remuneração ou subsídio, inclusive da retribuição do cargo em comissão ou da função gratificada que eventualmente ocupe.

No período de janeiro a março de 2021, 08 (oito) servidores aposentados receberam a conversão de licença prêmio em pecúnia. A partir de abril tivemos redução para 07 (sete) servidores até outubro de 2021, findando os meses de novembro e dezembro com 06 (seis) servidores aposentados recebendo a conversão de licença prêmio em pecúnia.

Registre-se que em abril de 2021, um dos servidores veio a óbito tendo o pagamento da referida licença suspenso. Em dezembro de 2021 seus herdeiros legais receberam o saldo do período suspenso, de abril a dezembro de 2021. O restante do saldo será pago parcelado aos herdeiros legais durante o ano de 2022.

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	R\$ 250.000,00	R\$ 340.000,00	R\$ 258.382,27	R\$ 258.382,27
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 49.999,46	R\$ 49.999,46

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4113 - PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO	35000,0	35000,00	16999,65	16999,65
0001 - PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO- ESTAÇÃO ECOLÓGICA E JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	35000,0	35000,00	16999,65	16999,65
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	115000,0	115000,00	0	0
0018 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO- IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TI-DISTRITO FEDERAL	115000,0	115000,00	0	0
2577 - GESTÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO	20000,0	1260,00	0	0
0001 - GESTÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO-- LAGO SUL	20000,0	1260,00	0	0
2932 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	34000,0	22020,00	0	0
0003 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-- LAGO SUL	34000,0	22020,00	0	0
3000 - IMPLEMENTAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO CERRADO	114000,0	101260,00	8000,0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO CERRADO-- LAGO SUL	14000,0	1260,00	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO CERRADO	100000,0	100000,0	8000,0	0
3489 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	10000,0	1260,00	0	0
3445 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS-ESTAÇÃO ECOLÓGICA E JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	10000,0	1260,00	0	0
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	328000,00	275800,00	24999,65	16999,65

4113 - PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO

O Viveiro Jorge Pellas produziu **43.000 mudas** de espécies nativas do Cerrado e ornamentais, destinadas especialmente aos projetos de paisagismo implantados no JBB, alcançando **101,7% da meta anual** de 40 mil mudas.

Produção em 2021 Viveiro Jorge Pelles Total 40.686 mudas



■ Janeiro ■ Fevereiro ■ Março ■ Abril ■ Junho
■ Julho ■ Agosto ■ Setembro ■ Dezembro



1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO

A conexão de internet no JBB foi otimizada e atualmente possui pleno funcionamento, por intermédio da internet fibra óptica.

Fundamental para o efetivo funcionamento do Centro de Excelência do Cerrado, a instalação de internet com conexão Wi-Fi viabilizou a transferência dos servidores para suas instalações e incremento na realização de eventos.

Outra importante ação foi a implantação do sistema de bilhetagem Zooticket, fruto de uma parceria entre o JBB e a Fundação Jardim Zoológico, com significativa modernização dos controles de frequência e arrecadação e o fornecimento de um amplo conjunto de informações e dados simultâneos, acerca da quantidade de visitantes. Além disso, houve uma readequação no funcionamento da portaria principal, que agora conta com dois arrecadadores atuando simultaneamente, viabilizando maior celeridade no atendimento aos visitantes e diminuindo as filas para motoristas, pedestres e ciclistas.



2577 - GESTÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO

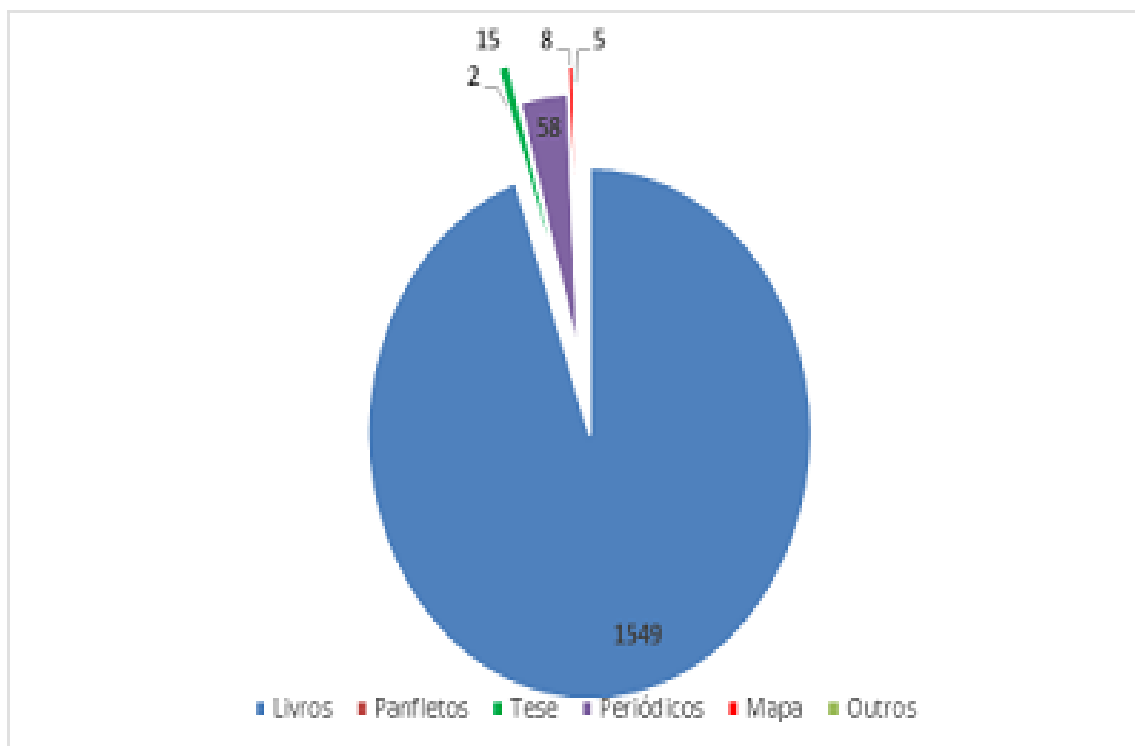
A criação da Escola Superior do Cerrado, em cooperação técnica com a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB, conferiu uma finalidade educacional à infraestrutura do Centro de Excelência de Estudos do Cerrado – CEEX, com avanços significativos no credenciamento da Escola junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal – CEDF, em 2021.

A disponibilização de internet de fibra ótica e wi-fi em todas as instalações do prédio foi uma importante ação para a potencialização das atividades científicas, pedagógicas e administrativas. Tal fato possibilitou a instalação da equipe técnica em espaço próprio no CEEX, otimizando a recepção a pesquisadores, visitantes e promotores de eventos relacionados à temática meio ambiente, tais como: curso de Primeiros Socorros em Atividades ao Ar Livre, curso de aprofundamento em Educação Ambiental / ADASA, curso de Macrofungos do Cerrado, com o reconhecimento das principais ordens e espécies comestíveis (FANCs) do Jardim Botânico de Brasília, além de uma sequência de encontros de servidores do IBAMA e do IBRAM, sob a coordenação do Centro de Prevenção e Combate aos Incêndios florestais - PREVFOGO/IBAMA.

A biblioteca física do JBB, instalada no CEEX possui 2.928 exemplares catalogados no software BibLivre e cerca de 300 unidades em processo de triagem, com a utilização da Classificação Decimal Universal (CDU), também utilizada na Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE) e outras instituições de referência.



O acervo geral está dividido em coleções e a representatividade de cada uma está aqui apresentada:



2932 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA

As atividades de fiscalização e monitoramento foram reforçadas com o reforço de brigadistas e a aquisição de equipamentos de proteção individual no combate a incêndios florestais, possibilitando uma maior abrangência das intervenções realizadas:

- Manutenção de vias para melhoria do trabalho da equipe de fiscalização do JBB, por meio do nivelamento de estradas, recuperação de cercas e portões de acessos, constantemente avariados indevidamente por pessoas que invadem a área da Estação sem permissão, o que constitui crime ambiental.
- O Manejo, com retirada de obstruções, impacta positivamente no trabalho da equipe da CAESB que trafega diariamente na Estação e dos pesquisadores que usam a área para investigações científicas.



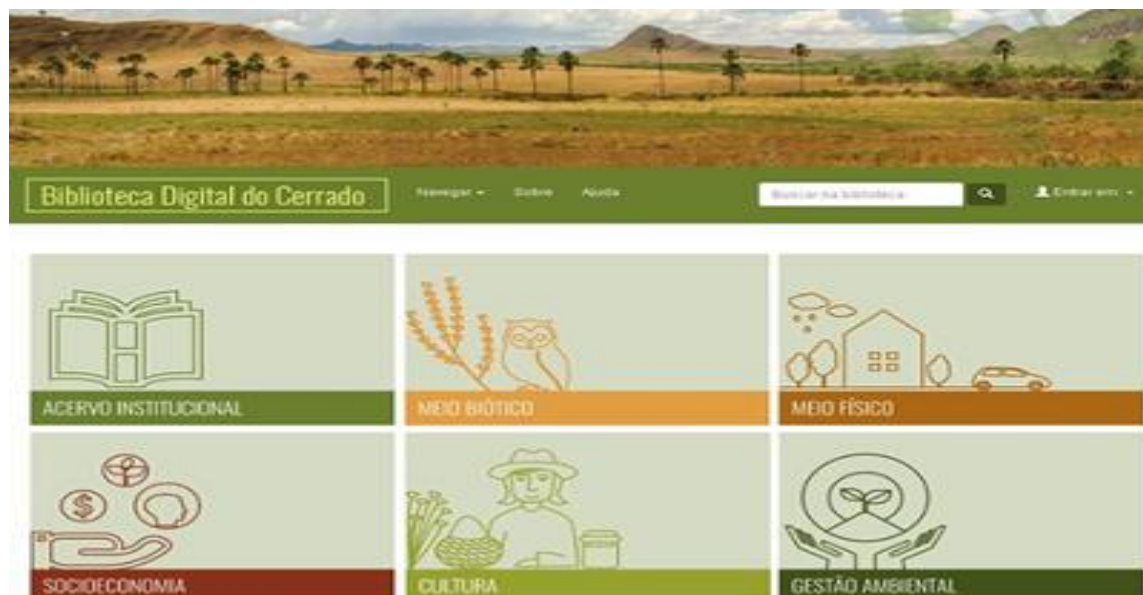
- Instalação de 1.500 metros lineares de cerca, divididos em três diferentes áreas da EEJBB onde foi constatada a maior frequência de ocorrências de acesso não autorizado ao JBB e a

monitoramento mensais foram realizadas em área de 4,6 km margeando a DF-001 e a região do Polo de Artesanato.



3000 - IMPLEMENTAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO CERRADO - BDC

Destinada a guardar, preservar e garantir acesso à produção científica e a objetos digitais multimídias, a BDC exerce um importante papel na geração e otimização de fluxo da informação especializada em Cerrado. Este importante repositório estruturado em seis grandes classes de domínios, em software livre, tem como finalidade dar suporte à pesquisa científica, artística e cultural sobre este importante bioma.



Em 2021, o acervo foi enriquecido com a catalogação e a incorporação dos registros de vídeos de câmeras trap e fotográficos capturados pela equipe técnica do JBB.

3489 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas do JBB, no ano de 2021, totalizou a recuperação de 6,5 hectares, assim desenvolvido:

- Contenção da água da chuva para evitar assoreamento do Córrego Taquara. A intervenção foi realizada com o intuito de diminuir a velocidade da água da chuva, desviando-a na direção da vegetação de modo que a infiltração da água no solo amenize os danos no seu curso e evitando o empoçamento da via, impactando no trânsito de veículos com reflexos na fiscalização. Esse Programa de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD totalizou 1 hectare.



- Ação para refrear o carreamento de terra para o Córrego Cabeça de Veado. A atividade é realizada em parceria com a CAESB que chegou a ter a captação de água interrompida pela turbidez na captação 4. A equipe do JBB delineou o projeto e fez seu acompanhamento. A CAESB forneceu maquinário e mão de obra. A área total do empreendimento foi de 5,5 hectares.



Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10352 - ÁREA MONITORADA DO JARDIM BOTÂNICO E DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA JARDIM BOTÂNICO ATINGIDA POR INCÊNDIO	HECTARE	2,50	01/12/2018	Anual	2,50	0,00	2,50	0,00	2,50	X	2,50	X	SUCON/JBB/ UO 21106 / OE 153
Justificativa: 2020 - As ações de prevenção foram executadas permanentemente de forma a reduzir a ocorrência de incêndios florestais. Em 2020 a Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília não registrou qualquer ocorrência de incêndio, em virtude da execução de aceiros negros e mecânicos ao redor da EEJBB. A parceria com o Plano de Prevenção e Controle Integrado do Fogo - PPCIF tem se demonstrado muito eficiente. O Jardim Botânico de Brasília foi a única Unidade de Conservação do DF sem ocorrência de incêndios florestais em 2020. 2021 - A adoção de medidas de prevenção, com a realização de aceiros mecânico e negro, manutenção de vias de acesso e fiscalização permanente, permitiu que o Jardim Botânico de Brasília e sua Estação Ecológica não fossem atingidos pelo fogo. Desta forma, com o índice FOGO ZERO, o Jardim Botânico cumpre sua missão de preservação e conservação do bioma Cerrado.													

PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS

Seguindo o que determina o Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - PPCIF, por intermédio de esforço conjunto de diferentes instituições (Secretaria de Meio Ambiente do DF, PREVFOGO, IBAMA, IBGE, Aeroporto Internacional de Brasília, Aeronáutica, Marinha, DER/DF, Fazenda Água Limpa da UnB, Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e Centro de Instrução e Adestramento de Brasília da Marinha) foram realizados 28 km de aceiro negro e 20 km de aceiro mecânico.



Essa ação logrou total êxito em impedir que fogos de origem externa atingissem a EEJBB, ameaçando sua biodiversidade, sendo reportados somente dois princípios de incêndio, um dos quais na portaria privativa causado por um curto circuito da rede elétrica resultante de fortes ventos, e outro próximo à área do Viveiro Jorge Pelles, totalizando uma área de 0,08 km².



Uma nova placa de risco de incêndio florestal foi instalada, com o objetivo de orientar visitantes e funcionários a respeito do grau de risco de incêndio durante o período da seca.

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	100000,0	80826,00	55997,11
0083 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- Jardim Botânico de Brasília-DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	80826,00	55997,11

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	100000,00	80826,00	55997,11

CONTRATO DE MÃO DE OBRA COM A FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO (FUNAP/DF)

Com o crescimento das demandas de mão de obra, o JBB recorreu ao projeto desenvolvido pelo Sistema Penitenciário do Distrito Federal, recepcionando 10 (dez) reeducandos, aptos a exercerem serviços de manutenção, conservação e produção, com o objetivo de manter o pleno funcionamento de suas instalações.

O contrato, no valor de **R\$ 242.478,00** (duzentos e quarenta e dois mil quatrocentos e setenta e oito reais) permitirá a conquista da bolsa ressocialização pelas atividades laborais exercidas, colaborando assim com a reinserção dos indivíduos na sociedade, além de garantir a qualidade dos serviços disponíveis à comunidade científica, acadêmica e ao público em geral.

8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	25000,0	25000,00	917,40	917,40
5305 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	25000,0	25000,00	917,40	917,40
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	15000,0	15000,00	0	0
2579 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	15000,0	15000,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	4088518,0	4294018,00	4293980,36	4240153,13
8743 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	4088518,0	4294018,00	4293980,36	4240153,13
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	319553,0	331553,00	331469,93	324961,93
9567 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	319553,0	331553,00	331469,93	324961,93
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	767048,0	719248,00	482101,30	369590,40
9658 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	767048,0	719248,00	482101,30	369590,40

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10000,0	10000,00	0	0
0015 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	332418,0	392418,00	354462,44	354462,44
9676 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	32418,0	392418,00	354462,44	354462,44
9840 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO MEMORIAL JARDIM BOTÂNICO - 2021	300000,0	0,0	0	0
TOTAL - 8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO	5557537,00	5787237,00	5462931,43	5290085,30

2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

Com o objetivo de otimizar o uso das estruturas existentes no JBB, diversas ações foram executadas em 2021, seguindo os conceitos de acessibilidade:

- Revitalização dos prédios da área administrativa, portarias, depósito do prédio do transporte, prédio do Laboratório da Fauna, Centro de Excelência do Cerrado, canteiros de manilhas do Mirante do Jardim de Contemplação, bancos e mesas de concreto do Centro de Visitantes e Jardim Bíblico, estufas de Samambaias, Bromélias e Aráceas, canteiros do Jardim de Cheiros e brinquedos do Jardim de Piquenique;





- Revitalização do lago ornamental do Jardim Evolutivo: limpeza dos sedimentos acumulados que causavam turbidez à água, controle de parte da vegetação aquática invasora, limpeza de canteiros aquáticos infestados por espécies oportunistas, correção de pontos de infiltração, revitalização das pontes e revitalização dos canteiros de plantas ao lado do lago, com troca de substrato, replantio e novas espécies mais adaptadas, totalizando 400 novas plantas.



- Revitalização do lago ornamental do Jardim Japonês, com a retirada dos sedimentos, revitalização de parte dos canteiros submersos, impermeabilização completa do fundo do lago, inserção de 75 carpas, 500 peixes do tipo cascudo, 1.000 peixes Guppy e 500 Espadinhas.



- Revitalização de quiosques e do jardim do entorno do Centro de Visitantes, com plantio de grama e 6 mil plantas e implantação do sistema de drenagem de águas pluviais.



- Revitalização do prédio do Laboratório da Fauna, com retirada de 110 metros de muro que envolvia o prédio, pintura e readequação de caixa de gordura e fossa.

- Revitalização do Lago da Contemplação, com a retirada e manejo dos peixes, tartarugas, plantas e retirada completa de substrato do fundo do lago e das manilhas internas.



- Revitalização do jardim do Centro de Excelência do Cerrado, com abertura de sumidouro para o aterramento do lago e plantio de novas plantas.

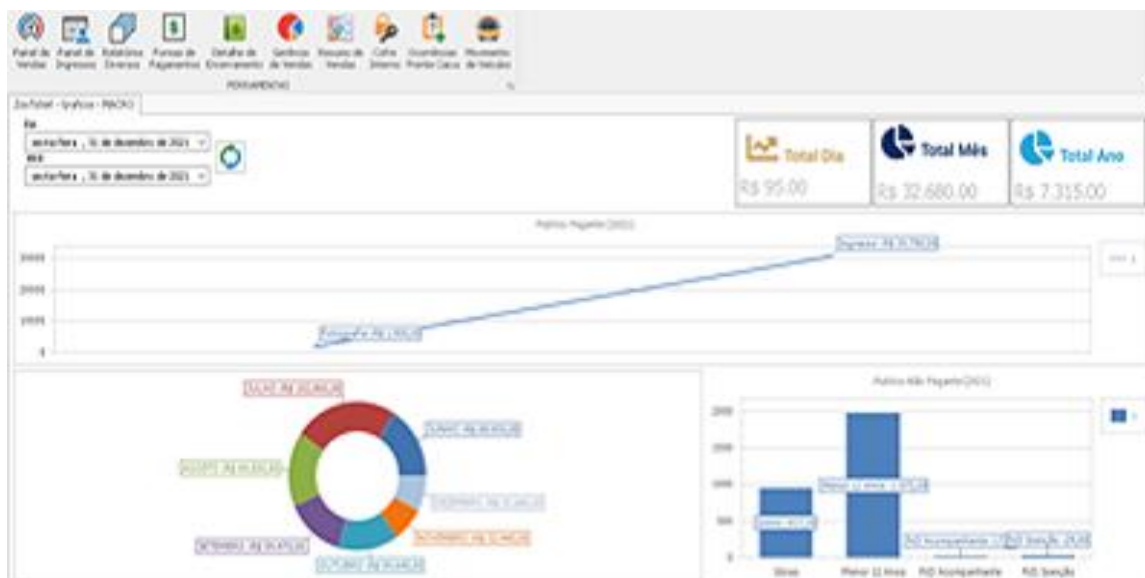


- Revitalização das placas de identificação do Jardim Botânico de Brasília, facilitando a identificação dos locais que compõem a área.

2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Importantes ações foram realizadas, com o objetivo de otimizar o funcionamento do Jardim Botânico de Brasília:

- Implantação de conexão de internet, por intermédio da internet fibra óptica, na área administrativa e de visitação.
- Instalação de internet com conexão Wi-Fi no Centro de Excelência do Cerrado, o que viabilizou a transferência dos servidores para suas instalações.
- Modernização dos controles de frequência e arrecadação de ingressos de visitantes, com a implantação do sistema de bilhetagem Zooticket, fruto de uma parceria entre o JBB e a Fundação Jardim Zoológico. Além disso, houve uma readequação no funcionamento da portaria principal, que agora conta com dois arrecadadores atuando simultaneamente, viabilizando maior celeridade no atendimento aos visitantes e diminuição das filas para motoristas, pedestres e ciclistas.



8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

CONTRATOS			
Contrato	Empresa	Objeto	Valor
33776	Neo Energia Distribuição Brasília	Prestação continuada do serviço público de fornecimento de energia elétrica.	R\$ 120.000,00
43819	Indústria de Água Mineral Ibiá Ltda. - ME	Aquisição de bem de consumo, água mineral potável sem gás.	R\$ 1.350,00
45011	Companhia de Sanemamento Ambiental do DF - CAESB	Prestação continuada ds serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	R\$ 25.000,00
37623	Empresa Brasileira de Correios Telégrafos	Prestação de serviços e venda de produtos postais	R\$ 4.000,00
39027	Expresso Service Máquinas e Serviços Ltda.	Contratação de empresa para locação de máquina copiadora, incluindo assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva de suprimentos	R\$ 4.725,80
41296	Calevi Mineradora e Comércio Ltda.	Aquisição de materiais de consumo - Equipamentos de Proteção Individual	R\$ 1.397,50
42489	EMBRA Serviços em Tecnologia Ltda.	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de registro e depósito de DOI (Digital Object Identifier).	R\$ 8.400,00
42827	DMP Comércio e Serviços Técnicos Eireli	Aquisição dos materiais de consumo Crachás e Porta Crachás.	R\$ 224,80
43379	Fino Sabor Industria e Comércio Ltda.	Aquisição de material de consumo, café tipo arábica, torrado e moído.	R\$ 3.893,50
44604	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP/DF	Fornecimento de mão de obra de até 10 reeducandos em regime semiaberto, aberto e livramento condicional.	R\$ 242.478,00
44918	NP Tecnologia e Gestão de Dados Ltda.	Contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública (Banco de Preços)	R\$ 8.741,42
45446	Thais Moret Maraccini	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços para o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas SEER/OJS, utilizado pela Revista Heringeriana.	R\$ 8.000,00
TOTAL			R\$ 428.212,02

4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Ao longo de 2021, a equipe técnica do JBB participou de importantes cursos, oferecidos pela Escola de Governo do GDF e instituições parceiras:

- Curso de formação de Brigada ministrado no Parque Nacional de Brasília
- Gestão e fiscalização de contratos (EGOV)
- Capacitação para uso do portal SISDIA - DF

- Curso de primeiros Socorros/Socorrista para Brigadistas do Jardim Botânico de Brasília
- Curso de Perícia em incêndios florestais, ministrado pelo IBAMA/PREVFOGO
- Resgate de fauna em incêndio florestal, ministrado pelo Jardim Zoológico de Brasília
- Curso de SCI/Intermediário
- Curso de APH e embarque e desembarque de aeronave
- Coleta Seletiva Solidária
- Monitoramento da Biodiversidade: Gestão, análise e síntese dos dados
- Ambientação de novos Ouvidores
- Assédio na Administração Pública
- Atendimento ao Cidadão
- Ética e serviço público

3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS

A conclusão do Laboratório de Reprodução In Vitro, no primeiro semestre de 2021, possibilitou a retomada das suas funções de pesquisa, reprodução de espécies do Cerrado ameaçadas de extinção e manutenção dessas espécies através de rotinas laboratoriais.



ARRECAÇÃO

O sistema de arrecação adotado pelo JBB consiste em três modalidades, como seja: cobrança de ingresso, locação de espaço público e captação de imagem.

No ano de 2021, o total arrecadado superou os valores obtidos nos anos anteriores de 2018 a 2020, em que pese as restrições determinadas pela eclosão da pandemia do COVID-19, por decorrência da qual o JBB se obrigou a manter as atividades bloqueadas pelo prazo de 121 dias. Com a edição da Portaria nº 03, de 6 de agosto de 2021, dispondo sobre a atualização dos valores de preço público praticados, associado à reativação do interesse da sociedade em voltar a visitar as instalações, logrou superar os totais antes observados.

O Decreto Nº 36.866/2015 fixou o valor para cobrança do ingresso em R\$ 5,00 por pessoa, estando isentas as crianças até 12 anos, as pessoas com deficiência e os idosos acima de 60 anos.

Em 2021, o Decreto nº 41.842 de 26/02/2021 determinou a suspensão temporária de todas as atividades em estabelecimentos comerciais e industriais, entre eles, bares e restaurantes. Assim, os restaurantes Jardim Bom Demais e Caliandra Café ficaram fechados pelo período de 01 de março de 2021 até 30 de junho de 2021. Em razão disso, conforme Decreto Distrital nº 41.828 de 24 de fevereiro de 2021 foi suspensa a cobrança de pagamento de preço público dos autorizatários, permissionários ou concessionários que ocupam área pública do Distrito Federal para o exercício de atividade econômica.

Receita anual diretamente arrecadada								
Atividades	2018		2019		2020		2021	
	Quantidade	Valor R\$	Quantidade	Valor R\$	Quantidade	Valor R\$	Quantidade	Valor R\$
Cobrança de ingresso	86.063	430.063,00	118.535	592.675,00	61.598	307.990,00	123.196	615.990,00
Locação de espaço público	-	96.419,00	-	133.791,71	-	58.196,66	-	201.076,99
Captação de imagens	525	26.250,00	417	20.850,00	239	11.950,00	646	32.300,00
Total	-	552.732,00	-	747.316,71	-	378.136,66		849.366,99

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS

Em 2021, dando continuidade ao Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PPCIF) foram realizados 28 km de aceiro negro e 20 km de aceiro mecânico (Figura 5), esforço conjunto de diferentes instituições, a exemplo da Secretaria de Meio Ambiente do DF, PREVFOGO, IBAMA, IBGE, Aeroporto Internacional de Brasília, Aeronáutica, Marinha, DER/DF, da Fazenda Água Limpa da UnB, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e do Centro de Instrução e Adestramento de Brasília da Marinha.



Essa ação logrou total êxito em impedir que fogos de origem externa atingissem a EEJBB, ameaçando sua biodiversidade, sendo reportados somente dois princípios de incêndio, sendo um na portaria privativa causado por curto circuito da rede elétrica resultante de fortes ventos, e outro próximo à área do viveiro, totalizando uma área de 0,08 km².



Nova placa sinalizando o risco de incêndio florestal foi instalada, com o objetivo de orientar visitantes e funcionários sobre o grau de risco de incêndio durante o período da estiagem.

MONITORAMENTO E CONTROLE DA FAUNA

O programa de monitoramento da biodiversidade no complexo do JBB/EEJBB tem por objetivo avaliar a riqueza de espécies existentes no local, além de gerar dados capazes de auxiliar na tomada de decisões quanto à conservação do meio ambiente.

No ano de 2021, com o acréscimo da quantidade de armadilhas fotográficas, foram realizados 216 registros de fauna no JBB/EEJBB, incluindo espécies consideradas raras, como o Tatu-canastra (*Prionomys maximus*) e o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*).



Outras importantes ações relacionadas à fauna do Cerrado, com o atendimento de mais de 300 indivíduos, foram a retirada de animais silvestres das áreas de visitação do JBB e sua reintrodução no ambiente da EEJBB, oriundos de apreensões de cativeiros e recuperados de atropelamentos em rodovias, em parceria com as equipes do CETAS/IBAMA e de manejo de fauna do Aeroporto de Brasília.

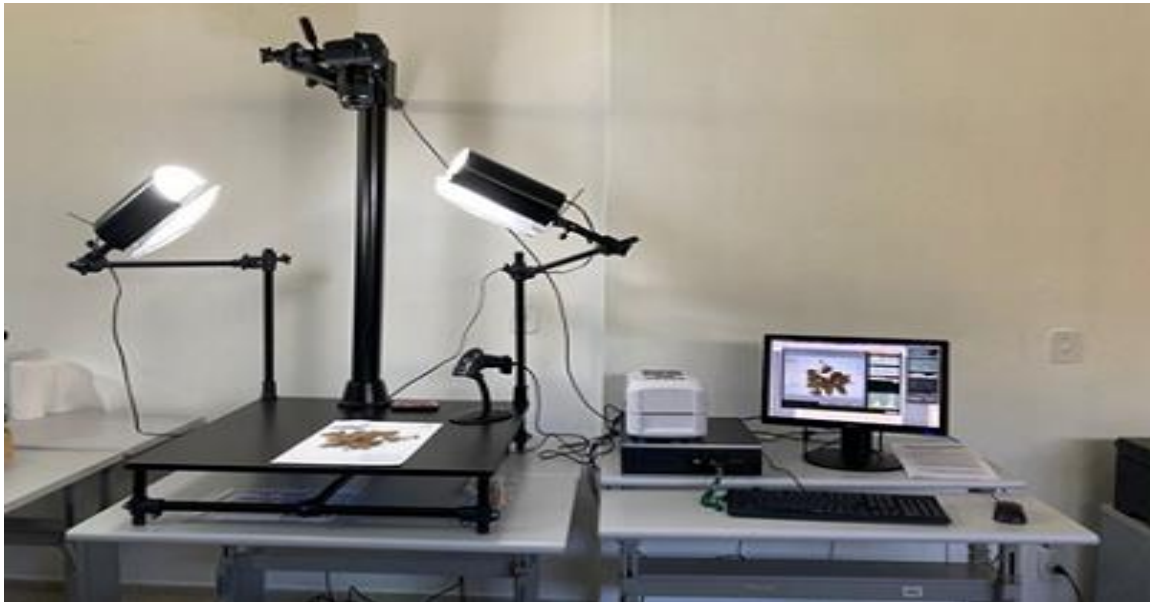


Os atropelamentos são uma das principais causas de morte de animais silvestres no Brasil. No ano de 2021, foram encontrados 22 indivíduos atropelados na rodovia DF-001 que margeia grande parte da Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília.

HERBÁRIO VIRTUAL

O Herbário Virtual Re flora é um projeto construído e gerenciado pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, sendo uma plataforma que abriga as imagens de plantas brasileiras depositadas em herbários nacionais e de outros países. A partir deste projeto foi emprestada ao Herbário Ezechias Paulo Heringer (HEPH) do JBB uma estação fotográfica para a digitalização do acervo, contando atualmente com 19.058 exsicatas on-line.

A compra de uma estação digitalizadora para o HEPH foi concluída em junho de 2021, permitindo a continuação do processo de digitalização, e garantindo que a coleção, inclusive os novos espécimes coletados pela equipe ou doados por outros herbários estejam disponíveis para consulta on-line.



O Herbário Virtual da Flora e dos Fungos é outro importante espaço que disponibiliza o banco de dados do HEPH, sendo atualizado mensalmente na plataforma do SpLink-INCT.

PARCERIAS

1. Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB - : O Termo de Cooperação Técnica assinado entre o Jardim Botânico de Brasília e a CAESB visa balizar ações conjuntas que viabilizem a operação da Estação de Tratamento de Água - ETA Lago Sul em operação dentro da EEJBB, com quatro captações de água que abastecem parte da população do Lago Sul, das regiões administrativas do Jardim Botânico e de São Sebastião.

As ações desenvolvidas ao longo desse ano:

- Vistoria devido à queda de duas árvores, uma na EEJBB e outra na ARIE Cerradão, com fins de identificar a espécie e dar prosseguimento à sua retirada, para continuação no trabalho da ETA Lago Sul;
- Acompanhamento do processo de troca de adutora rompida na captação 1;
- Vistoria para identificação das espécies de vegetação nativa próximas à área de iluminação dentro da ETA, para estudo de possível manejo florestal que viabilize a manutenção da iluminação e o reparo da rede de energia, com a melhoria da segurança e a vigilância do local.

2. REDE BRASILEIRA DE HERBÁRIOS

O Herbário Ezechias Paulo Heringer integra a Rede Brasileira de Herbários, vinculada à Sociedade Brasileira de Botânica, que tem por objetivo divulgar informações das coleções, assim como eventos, links e textos, contribuindo para o desenvolvimento dos herbários brasileiros.

3. Empresa ECOVISÃO

O JBB recebeu totens para coleta de medicamentos vencidos, os quais são adequadamente encaminhados para destinação final pela empresa proponente do projeto. Tal ação contribuiu fortemente para a não contaminação do solo e dos recursos hídricos, pelo descarte indevido desses produtos químicos.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS

A Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal organizou eventos virtuais, para discutir com a sociedade acadêmica nacional e internacional a melhor forma de fazer uma Universidade diferenciada e focada no atendimento às necessidades dos discentes, com o uso de novas metodologias pedagógicas: *Seminário Perspectivas e Desafios para a Universidade do Distrito Federal*, Colóquio e seminário *Universidade do Distrito Federal "Professor Jorge Amaury Maia Nunes" UnDF: do projeto à criação - diálogos sobre a universidade que queremos.*

REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO JARDIM BOTÂNICO

O Plano de Manejo é um instrumento previsto na Lei 9.985/2000 como *documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade*. A atualização dos dados sobre a Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília, principalmente flora, fauna, manejo de áreas degradadas, manejo de recursos hídricos, fiscalização e combate a incêndios vem sendo discutida desde março de 2020, com a realização de reuniões mensais entre a equipe técnica do JBB e os colaboradores do IBRAM.

ACERVO DO HERBÁRIO EZECHIAS PAULO HERINGER - HEPH

Ao longo de 2021, o HEPH obteve crescimento tanto em número de amostras quanto em diversidade de táxons em sua coleção. Este aumento é proveniente de coletas da equipe e doações e permutas recebidas de outras instituições. A coleção do HEPH aumentou em 361 amostras, com 84 espécies a mais da flora brasileira até o final de dezembro de 2021.

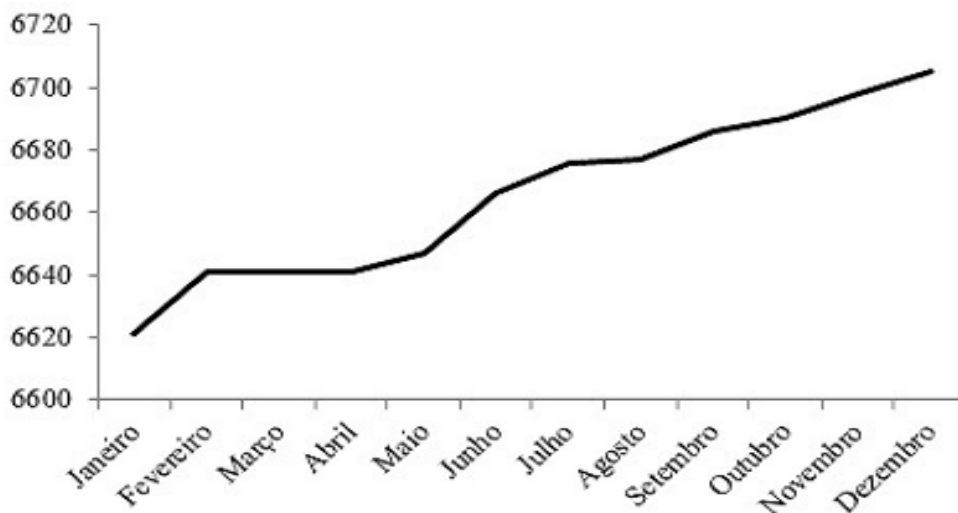


Figura - Incremento do número de espécies presentes no acervo do Herbário Ezechias Paulo Heringer

A 12ª expedição à Chapada dos Veadeiros encerrou o programa de inventário florístico em uma área com cerca de 300 hectares, com grande diversidade fitofisionômica: *Oréades* representando o cerrado s.s., *Náiades* a floresta de galeria, *Hamadríades* o campo rupestre e *Dríades* o campo limpo, em sua maioria. Muitas espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção foram coletadas, além de uma espécie nova já descrita e uma em investigação por especialista.

Novelties in *Dyckia* (Pitcairnioideae - Bromeliaceae) from the South America dry diagonal: Two new species, a new combination and a new name

Guilherme Medeiros Antar¹ | Jair Eustáquio Quintino Faria² | Priscila Oliveira Rosa² | Augusto Cesar Alencar Soares² | Rafaela Campostrini Forzza³

¹Universidade de São Paulo, Instituto de Biociências, Departamento de Botânica, Rua do Maré 271, 05508-900, São Paulo, SP, Brazil

²Jardim Botânico de Brasília, SMCS, Área Especial Estação Ecológica, Jardim Botânico de Brasília s/n, CEP: 71.658-001, Lago Sul, Brasília, DF

³Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Pavilhão Leão 915, 22450-020, Rio de Janeiro, RJ, Brazil

Correspondence: Rafaela Campostrini Forzza, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Pavilhão Leão 915, 22450-020, Rio de Janeiro, RJ, Brazil. Email: rafaela@jbrj.gov.br

Funding information: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Grant/Award Number: 01/2020 (17/0718); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Grant/Award Number: 303420/2019-2; Meta RBCB; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Grant/Award Number: Finance Code 001

Abstract

Dyckia is a South American genus mostly distributed in the Brazilian Cerrado and Caatinga domains, which are part of the South American dry diagonal where it represents an important floristic and ecological component. Following phylogenetic studies, the genus was recently expanded to include species previously placed in *Encholirium* and *Deuterocochlosia*. With this new delimitation, *Dyckia* comprises ca. 220 species, of which some are micro-endemic. We present novelties in the genus for the South American dry diagonal based on fieldwork, herbarium specimens and the literature. Two new micro-endemic species are described: *Dyckia avacaneira*, endemic to Chapada dos Veadeiros; and *Dyckia oreadica*, endemic to the Jalapão region. We provide complete descriptions, illustrations, distribution maps, photographs, preliminary conservation assessments and comments on the taxonomy and ecology of the two species. Additionally, in view of the new circumscription of *Dyckia*, we provide a new name, *Dyckia vinidiflora*, to replace an illegitimate name, and a new combination, *Dyckia josinoi-narcissae*, for a species previously placed in *Encholirium*.

KEYWORDS

Caatinga, Cerrado, *Encholirium*, endemism, neotropical flora

Figura - Espécie nova coletada pela equipe do JBB em área adjacente ao PARNA Chapada dos Veadeiros e publicada em parceria com especialista do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Dos mais de 1.500 espécimes coletados na área do Parque e suas adjacências, entre 2019 e 2021, 85,5% foram coletados pela equipe do Jardim Botânico de Brasília (Figura 11), o que fez com que o HEPH se tornasse a quarta coleção brasileira mais representativa sobre a região.



Figura - Amostras da vegetação encontrada na Chapada dos Veadeiros

Até dezembro de 2021, o banco de dados do Herbário Ezechias Paulo Heringer contava com 37.670 registros de espécimes herborizados catalogados pelo software BRAHMS 7.9.

CATÁLOGO DE SEMENETES INDEZ SEMINUM

A publicação anual do Index Seminum é uma exigência do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) como garantia de que o JBB se mantenha na Categoria **A** entres os jardins botânicos brasileiros.

O JBB mantém a busca ativa e a coleta de propágulos de matrizes sadias, principalmente em áreas preservadas como a EEJBB, com o objetivo de criar banco de sementes para salvaguardar espécies típicas do Cerrado, em risco ou não de extinção, com a finalidade de realizar trocas interinstitucionais. Esse ano foi promovida grande doação para o Laboratório de Estresse e Neurofisiologia Vegetal - Departamento de Ciências Biológicas - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz ESALQ - Universidade de São Paulo - Campus Piracicaba em nome do Prof. Dr. Ricardo Ferraz de Oliveira. Esses intercâmbios colocam o JBB em destaque como instituição geradora de conhecimento científico e conservação do Cerrado.



Figura - Doação de sementes do Index Seminum

REVISTA HERINGERIANA

Seguindo a tendência dos periódicos científicos nacionais e internacionais, no início de 2021 a Heringeriana deixou de ser publicada em dois volumes anuais para ser de publicação contínua, com apenas um volume anual, com publicação de 11 artigos, disponíveis no site da Revista: <http://revistas.jardimbotanico.ibict.br/index.php/heringeriana/index>.



No ano de 2021, a Revista totalizou 35.654 acessos, o que representa aumento significativo em relação ao ano anterior (10.457 acessos). Foram realizadas solicitações para inclusão das publicações da Heringeriana em algumas bases de dados indexadoras de periódicos científicos, tais como o Portal de Periódicos da CAPES, Google Scholar e DIADORIM. Encontram-se catalogados 206 artigos da revista indexados no Google Scholar, desde as publicações do Boletim do HEPH (1998) até a edição atual (v. 15 de 2021). Nesse ano, o Corpo Editorial passou a contar com 20 Editores, sendo 3 representantes do JBB e 17 de outras instituições, além de centenas de revisores qualificados, brasileiros e de outras nacionalidades, impulsionando a Heringeriana a alcançar alto impacto internacional, atraindo o resultado de pesquisas inéditas e de alta qualidade em biodiversidade.

LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR DE REPRODUÇÃO *IN VITRO*

A área do Laboratório foi ampliada e significativamente melhorada, adaptando-se às necessidades inerentes a um Laboratório de Reprodução *In Vitro*, como a contenção de contaminação, a melhoria da segurança e da iluminação, a acomodação térmica e acústica, além do conforto ergonômico e espaço adequado. Durante esse período as coleções *in vitro* foram preservadas e estão sendo renovadas por meio da preparação de meios de cultura, semeadura de orquídeas e repicagem das plântulas remanescentes.



Figura - Após a reforma, a ampliação da sala de preparos e de reprodução *in vitro*

Durante o período de obras, a equipe técnica concentrou seus esforços em atividades também relacionadas ao Laboratório Multidisciplinar:

- Transplante das mudas advindas do Orquidário para vasos de cerâmica;
- Preparação de novas orquídeas e de novas kokedamas, para exposição;
- Aperfeiçoamento do *layout* do Orquidário;
- Manutenção da irrigação;
- Manutenção da coleção;
- Polinização manual em algumas orquídeas, para futura semeadura no Laboratório.

APOIO A PESQUISAS

No ano de 2021 foram recebidas 19 solicitações de pesquisadores externos para a realização de investigações na Estação Ecológica do JBB, das quais 7 se enquadram como renovações de pesquisas de maior duração, incluindo um projeto multidisciplinar de Pesquisa Ecológica de Longa Duração - PELD .

Interessante notar que mesmo sendo um período de exceções, o JBB foi capaz de auxiliar o desenvolvimento de projetos de 13 instituições diferentes, distribuídas em 5 unidades da Federação.

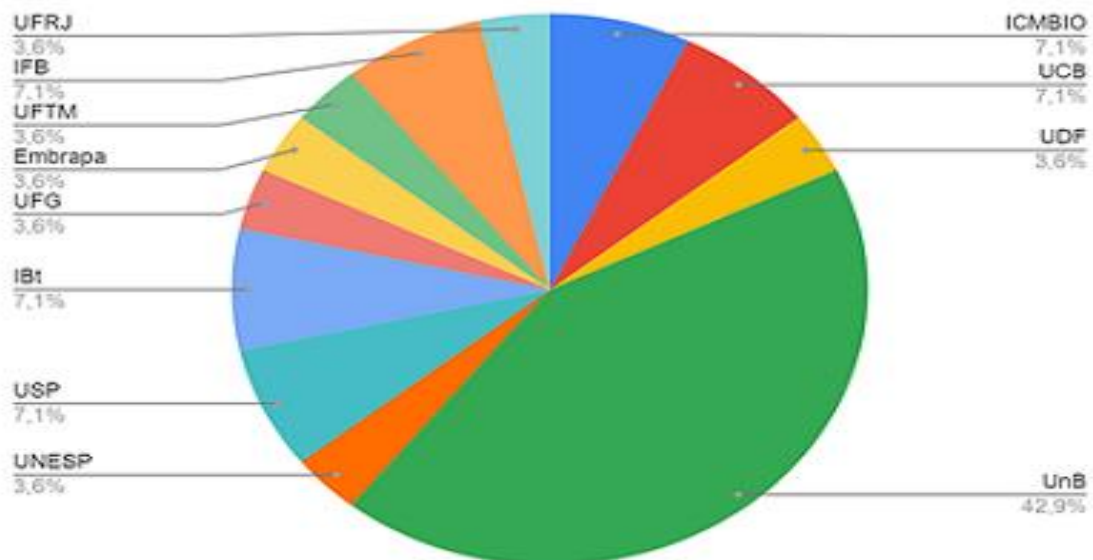


Figura - Instituições que tiveram pesquisas facilitadas pelo JBB

Destaca-se, também, que a equipe do JBB realizou acompanhamento de alguns pesquisadores, para o auxílio na localização do item estudado e/ou para avaliar se a atividade desempenhada pela equipe externa que não poderá ser prejudicial à EEJBB.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em 2021, as aulas das escolas públicas e privadas retornaram às suas atividades, com o consequente reagendamento dos atendimentos da equipe de Educação Ambiental (EA) do JBB.



Grupos de estudantes de escolas públicas e privadas, idosos e adultos, alunos de diversas unidades do Instituto Federal de Brasília, faculdades e universidades, instituições filantrópicas, entre outros, foram atendidos, totalizando um público de 3.257 pessoas. A maior parte das recepções realizadas pela equipe de EA foi na modalidade de atendimento (91,9%), sendo que o tipo de instituição mais frequente foi a escola pública (62,0%) (Figura 38). A faixa etária mais frequente nos atendimentos foi a de estudantes do Ensino Fundamental I (57,0%). Utilizando a grande disponibilidade de atrativos do JBB, a equipe tem sido capaz de atender aos diversos objetivos educacionais destes grupos.

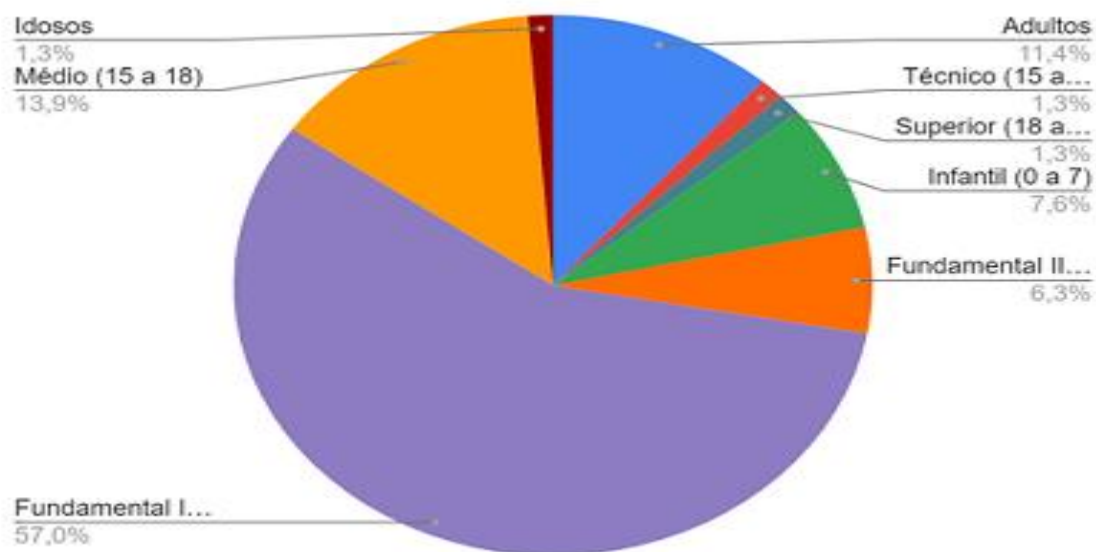


Figura - Perfil dos atendimentos.

MANUTENÇÃO, REFORMA E MANEJO DOS ELEMENTOS PEDAGÓGICOS

Os elementos pedagógicos são a base para a construção dos roteiros das visitas, além de integrarem a coleção do JBB e serem pontos de atração para os visitantes.

O funcionamento e adequação estética desses elementos são de significativa importância para se alcançar eficiência nos objetivos esperados da Educação Ambiental, exigindo constantes intervenções:

- Manejo e sinalização das trilhas.

O JBB dispõe de diversas trilhas que, além de elementos de visitação e lazer, funcionam como excelentes espaços de aprendizagem. Encontrando-se em meio à vegetação nativa, regularmente deve ser realizado o manejo de cada trilha, a fim de que sejam mantidos acessíveis os caminhos e a atualização das placas informativas.



- Jardim de Cheiros

Em 2021 foi objeto de revitalização completa, que envolveu a renovação e adubação do solo, pintura dos canteiros, limpeza do lago, plantio de novas espécies e manejo de espécies remanescentes. Ao fim, foram acrescentadas 33 novas espécies, contando atualmente com 91 espécies de plantas aromáticas, medicinais e alimentícias, seguindo sempre os princípios da agricultura orgânica e da agroecologia. Ainda no primeiro semestre de 2021, foram instaladas 90 novas placas contendo informações como nome popular, nome científico, origem e fins medicinais, aromáticos e/ou alimentícios das espécies expostas.



- Espaço Ciência

O Espaço Ciência atua como um local de preservação, gestão e fortalecimento do saber científico e histórico por meio do estímulo da popularização de informações significativas. A

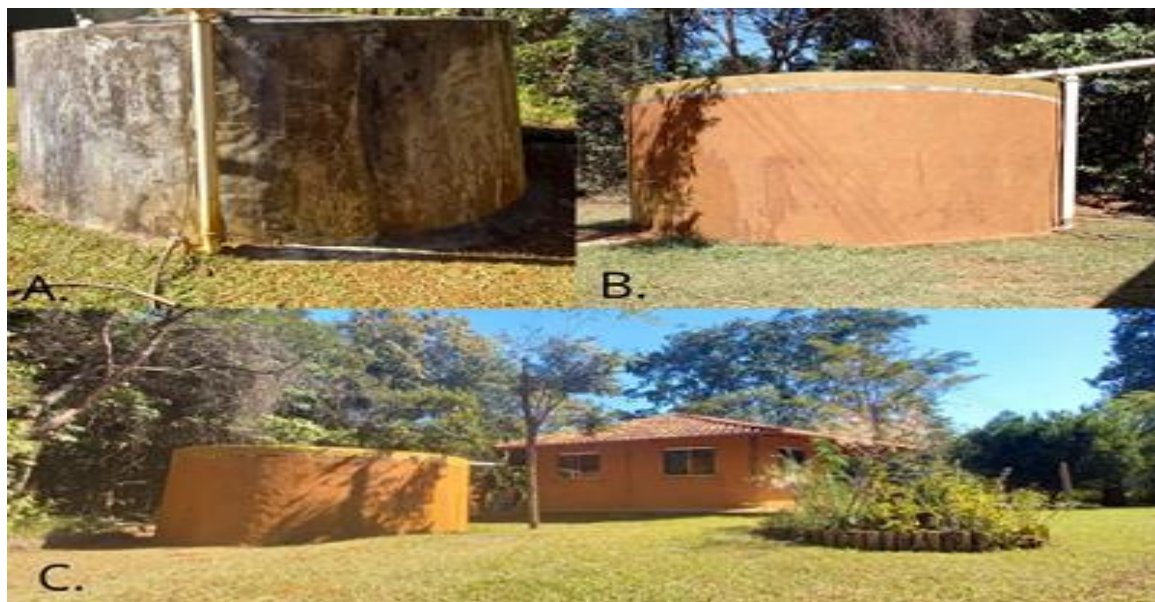
exposição permanente é composta por coleções de insetos, plantas secas, frutos e sementes, além de animais taxidermizados. No período, o esforço principal foi a manutenção das coleções, o manejo e melhoria do jardim de inverno e a revitalização da lousa.



Figura: Manejo do jardim de inverno do Espaço Ciência

- Permacultura

A Unidade Demonstrativa de Permacultura é uma vitrine de tecnologias sociais sustentáveis. Constantemente é realizada a manutenção e a introdução de novos elementos que contribuem para o aperfeiçoamento das atividades de educação ambiental, como por exemplo o reboco e pintura do sofá de COB e decoração da casa de barro, pintura do banco Kuré, meliponário (abelha Mandaçaia), pintura da cisterna de captação de água da chuva, boneco de lata e instalação do guardião do Cerrado (*Cerrapira barbarvorenensis*).



TRANSPARÊNCIA ATIVA

Pelo segundo ano consecutivo o Jardim Botânico de Brasília por meio de sua Ouvidoria, recebeu o Prêmio de Transparência Ativa, promovido pela Controladoria Geral do Distrito Federal. Este prêmio espelha a disponibilização de informações públicas de forma espontânea, com amplo acesso dos cidadãos às informações sobre a administração dos recursos públicos e a gestão das diversas áreas responsáveis pela execução de serviços e políticas públicas no Distrito Federal.

COMUNICAÇÃO

No período de janeiro a dezembro de 2021 foram produzidas 52 matérias informativas para o site institucional, além de 180 posts para o Instagram e Facebook.



Jardim Botânico de Brasília
Aberto de terça a domingo das 9h às 17h, inclusive feriados.
R\$ 5 (dinheiro)
Informações no linklist abaixo ↴
linklist.bio/JBB
SMDB - Área Especial - Jardim Botânico de Brasília, Brasília, Brazil
Ver tradução

O conteúdo produzido apresentou a dinâmica de funcionamento do JBB e sua Estação Ecológica, as atividades desenvolvidas no campo da pesquisa, educação, manutenção e conservação do Cerrado, com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre a missão da instituição.

EVENTOS COMEMORATIVOS

- Realização de *lives* em comemoração ao aniversário do Jardim Botânico de Brasília: em março de 2021 foram apresentadas lives em comemoração ao aniversário do JBB, com os temas "Plantas Medicinais", "Plantas e Óleos Essenciais" e "O bioma Cerrado". As apresentações ocorreram no canal do JBB do Instagram e contou com a participação do público, gerando um engajamento com um total de 3.256 visualizações.



-Webinário Semana Nacional do Meio Ambiente: entre os dias 31 de maio e 2 de junho de 2021 aconteceu o primeiro webinário JBB, como parte dos eventos da Semana Nacional do Meio Ambiente. O webinário contou com a participação de pesquisadores de diferentes instituições do Distrito Federal, conversando sobre temas como a prospecção de novas espécies com potencial medicinal, o monitoramento de ecossistemas aquáticos, a fragmentação no Cerrado, mudanças climáticas e a interação flora-fauna. Este evento está disponível no canal do YouTube do JBB.



- Semana do Cerrado 2021: com o tema *Mudanças Climáticas*, a equipe de Educação Ambiental convidou os visitantes do JBB a celebrarem a importante data, por meio do “Bingo do Cerrado”. Além de propiciar um salutar contato com a natureza, o material estimulou a observação e a interação com os elementos das trilhas propostas, onde participante deveria encontrar os elementos na cartela. A semana comemorativa contou ainda com palestras, oficinas e um webinário.



EVENTOS CULTURAIS

- Exposição da artista plástica Camila Louise Jardim em Aquarela.



- Lançamento do livro Alquimia na Dança, com exposição da artista plástica Soraia Maria Silva.
- Exposição de aquarelas da ilustradora botânica Thereza Carvalho.



- Realização de duas edições da Feira de Orquídeas.



- Oficina de cuidados com orquídeas e confecção de kokedamas.



- Oficina de imersão em técnicas de pintura com terra.



Aulas de Tai Chi Chuan e Jin Shin Jyutsu.

PRÁTICAS GRATUITAS DE TAI CHI CHUAN E JIN SHIN JYUTSU

AOS SÁBADOS

LOCAL: JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA (ESPAÇO OFICINA DA NATUREZA)

HORÁRIO: 10H ÀS 11H

➤ **PRÁTICA REALIZADA COM MÁSCARA E RESPEITANDO O DISTÂNCIAMENTO SOCIAL**

FACILITADOR: EDIVALDO XIMENES




PROJETOS DESENVOLVIDOS

- Inauguração de novos espaços como alternativas de lazer e alimentação, sendo estes, a praça de alimentação, o restaurante de taipa e a loja de souvenir. A próxima etapa se constotui no lançamento do edital de licitação para concessão de área pública, a ser publicado ainda no corrente mês.
- Implantação de projeto paisagístico na Praça de Alimentação - Com o desafio de escolher espécies ornamentais disponíveis no viveiro do JBB, resistentes às condições do ambiente, em especial a de baixa disponibilidade hídrica, o projeto utilizou aproximadamente 12 mil plantas de diferentes espécies. Outra ação que merece destaque é a utilização de bolachas que se constitui em corte transversal em troncos de madeira de espécies exóticas invasoras ao JBB, como *Pinus caribaea*, *Pinus elliottii* e *Pinus oocarpa*, de forma a permitir o reaproveitamento ornamental do material retirado, contribuindo para controle de populações que oferecem riscos ecológicos às vegetações nativas do Cerrado.



- Implantação de projeto paisagístico do Restaurante Taipa: foram plantadas aproximadamente 16 mil plantas de espécies adequadas à sobrevivência em períodos de estiagem com perfil ornamental.



- Implantação do projeto de paisagismo da Loja de Souvenir: com espécies ornamentais disponíveis no Viveiro Jorge Pelles, o plantio de 3 mil plantas, distribuídas entre 8 espécies foi integrado à instalação de bancos de madeira sob o pergolado, a reforma do piso da calçada do prédio aí incluída a instalação externa da parte elétrica e hidráulica para fornecimento de energia e água.



- Implantação do paisagismo do Laboratório Multidisciplinar de Reprodução *In Vitro*: Em complemento à reforma do local, o projeto paisagístico utilizou 20 espécies ornamentais, totalizando 8 mil plantas, com a instalação da irrigação por aspersão e gotejamento. Aliado à construção de uma pequena praça de convivência, caminhos com bolachas de *Pinus*, torres de orquídeas foram instaladas na fachada principal do prédio, dando representatividade às principais espécies produzidas pelo laboratório.



- Projeto, execução e inauguração do Jardim da América Central: parceria com as embaixadas da República da Costa Rica, Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua, o espaço de 350 m² foi desenvolvido pela equipe técnica do JBB, abrangendo a execução de projetos paisagísticos, elétrico e de irrigação. Com a instalação de 90 m² de revestimento em pedra portuguesa, irrigação automatizada por gotejamento e aspersão e de um reservatório de 5 mil litros de água, foram utilizadas 20 espécies de plantas, sendo 15 endêmicas da região da América Central.



- Projeto e início de execução do Jardim da Espanha: de iniciativa da Embaixada da Espanha, o projeto foi inspirado nos jardins da região da Andaluzia, com técnica de pintura estuque, espelho d'água com esguichos, vasos de cerâmica típicos do país. Com área de aproximadamente 400 m², contará com oliveiras, lavandas e bouganvilles e a estátua de Dom Quixote que estará disposta na entrada do jardim, despertando interesse do visitante que passa pela Alameda das Nações.



- Construção das fontes de água no Jardim Evolutivo, Praça dos Manacás, Orquidário e Centro de Visitantes, agregando novos pontos de contemplação á área de visitação do JBB.



- Aquisição de novo trator e implementos agrícolas, otimizando o uso da mão-de-obra dos servidores e atendendo de forma eficiente às demandas internas referentes à produção de mudas, manutenção de coleções e implantação de novos canteiros ornamentais:



Trator 75CV Diesel marca Soleil tração 4x4;

Grade aradora de 12 discos;

Concha com capacidade de 600 cm³ e lâmina plana niveladora;

Caçamba basculante com capacidade de 4 m³;

Micro trator 14 CV, Diesel, marca Yanmar, com rodado duplo, com implemento Enxada rotativa completa.

- Aquisição de novo caminhão-pipa, garantindo agilidade laboral no combate aos incêndios florestais e manutenção do JBB, com a irrigação e tratamento do solo.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O Jardim Botânico de Brasília mantém a convicção de novas conquistas e a execução de importantes projetos no próximo exercício, reforçando sua missão de conservação e preservação do bioma Cerrado e oferecendo um espaço de aprendizagem, lazer e contemplação à população do Distrito Federal. O planejamento para 2022 indica as seguintes ações:

- Reforma do Herbário Ezechias Paulo Heringer.
- Reforma e revitalização dos espaços Água e Ciência.
- Implantação de catraca eletrônica nas portarias.
- Reforma do Auditório e das demais instalações do Centro de Excelência do Cerrado.
- Reforma e revitalização da edificação que abriga o setor de transportes e almoxarifado.
- Implantação de ponto de apoio ao pessoal de campo.
- Implantação de refeitório para os servidores.
- Construção da nova sede administrativa do JBB.
- Construção de cobertura contra a chuva, na portaria privativa.
- Execução de calçadas entre as edificações da área administrativa, seguindo os princípios de acessibilidade.
- Tombamento da Coleção Entomológica, garantindo a melhoria da qualidade científica produzida no JBB.
- Aquisição de materiais de combate a incêndio florestal: EPIs, mochilas costais e bomba de água.
- Implantação de novas tecnologias para prevenção e combate a incêndios florestais.
- Aquisição de materiais e equipamentos para montagem do Laboratório Audiovisual.
- Contratação de empresa prestadora de serviços de hospedagem, configuração, manutenção, suporte técnico e registro de DOIs, para a Revista Heringeriana.
- Aumento da produção do Viveiro Jorge Pellas para 45.000 mudas/ano de espécies nativas do Cerrado e de plantas para projetos paisagísticos.
- Implantação de sistema automático de irrigação.

- Inauguração do Jardim da Espanha.
- Aquisição de equipamento de Tecnologia da Informação.
- Aquisição de mobiliário para atendimento das demandas internas.
- Cobertura e aquisição de mobiliário para a Praça de Alimentação.
- Modernização do sistema de acesso de visitantes e arrecadação.
- Realização de concurso público, para a composição do corpo técnico com servidores efetivos do Governo do Distrito Federal.
- Reforma e readequação do Memorial do JBB.
- Reforma do Cactário e estufas.

21206 - AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Em 16 de junho de 2004, a Lei nº 3.365 criou a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal, autarquia em regime especial com personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com prazo de duração indeterminado, sede e foro em Brasília/DF, vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal.

A Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, reestruturou a Agência, redefiniu a missão, ampliou suas competências e alterou sua denominação, passando, assim, a denominar-se Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal-Adasa. Nos termos dessa Lei, o regime especial conferido à Adasa é caracterizado, sobretudo, por mandato fixo e não coincidente de seus diretores, independência decisória, diretoria organizada em forma de colegiado, instância administrativa final, salvo nos casos de delegação de competências de outros entes federados e ausência de subordinação hierárquica. Em 2020, por meio da Lei nº 6.567, a Agência passou por uma nova reestruturação, passando, assim, a contar com 5 (cinco) diretores.

O Distrito Federal tem atribuições de Estado e de Município. Essa característica torna a Adasa a única agência reguladora do Brasil que atua na regulação simultânea do bem natural água (atribuição do Estado) e dos serviços de saneamento básico (atribuição do município), sendo, portanto, uma agência de competência híbrida. A Adasa acompanha, regula e fiscaliza o ciclo completo do uso da água, com especial atenção na sua retirada e na devolução ao corpo hídrico e os serviços públicos de saneamento básico.

A Agência regula os usos das águas e os serviços públicos de competência originária do DF, bem como aqueles realizados no âmbito geopolítico ou territorial do Distrito Federal, que venham a ser delegados a ela por órgãos ou entidades federais, estaduais ou municipais, em decorrência de legislação, convênio ou contrato.

De acordo com a Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, são áreas de competência da Agência: recursos hídricos, compreendidos os diversos usos da água; saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas; gás canalizado; as de competência originária federal, mediante delegação, nas áreas de: energia elétrica; petróleo e derivados, biocombustíveis, álcool combustível, gás veicular e distribuição de lubrificantes; e outras competências delegadas na forma da lei.

Dentre suas principais atribuições, estão:

i) Recursos Hídricos: disciplinar, em caráter normativo, a implementação, operacionalização, controle e avaliação dos instrumentos da política de recursos hídricos; outorgar o direito de uso de recursos hídricos; regulamentar, fiscalizar e controlar com poder de polícia o uso qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos; declarar previamente a reserva de disponibilidade hídrica nos processos de concessão e autorização federais de uso do potencial de energia hidráulica; acompanhar e prestar apoio à elaboração dos planos de recursos hídricos de suas bacias hidrográficas; definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios no Distrito Federal, visando garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, em articulação com os órgãos ou entidades competentes; instalar, operar e manter a rede hidrometeorológica do Distrito Federal, promover e coordenar suas atividades, em harmonia

e cooperação com os órgãos e entidades públicas e privadas que a compõem ou a utilizem, e integrá-la à rede hidrometeorológica nacional; organizar, implantar e gerir o Sistema de Informação de Recursos Hídricos do Distrito Federal, integrando-o ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos; declarar corpos de água do Distrito Federal em regime de racionamento preventivo e aplicar as medidas necessárias para assegurar seus usos prioritários, em articulação com a Agência Nacional das Águas - ANA, ouvidos os comitês de bacias hidrográficas distritais.

ii) Saneamento Básico: – disciplinar, em caráter normativo, a implementação, operacionalização, controle e avaliação dos instrumentos da política de saneamento básico do Distrito Federal; acompanhar e contribuir para a elaboração dos planos de saneamento básico do Distrito Federal e do Plano Nacional de Saneamento Básico – PNSB; contribuir para a elaboração da política pública de saneamento básico do Distrito Federal; realizar ou promover a elaboração de estudos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros do Distrito Federal em obras e serviços de controle de poluição hídrica; adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água; disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços de saneamento básico; organizar, implantar e coordenar o Sistema de Informações sobre os serviços de saneamento básico no Distrito Federal.

A Adasa tem o compromisso de garantir a sustentabilidade por meio de uma gestão moderna e responsável na utilização dos recursos hídricos de Brasília. Zela continuamente pela qualidade dos serviços a ela atribuídos mediante instrumentos regulatórios e de fiscalização, por meio do seu corpo técnico. Possui ainda, papel fundamental no fomento e implementação das Políticas Públicas relacionadas ao controle dos recursos hídricos, essenciais à prestação dos serviços públicos de qualidade em resposta aos anseios e necessidades da população.

A Diretriz Nacional do Saneamento Básico aponta para a universalização do acesso como um de seus pilares e princípios fundamentais. A Adasa não só reconhece tal premissa legal como estabelece, entre seus objetivos principais, mediante a regulação dos serviços de saneamento básico, contribuir continuamente para a garantia de melhorias e avanços na qualidade de vida dos cidadãos, propiciados por serviços abrangentes custeados a preços módicos.

A Adasa necessita do envolvimento da sociedade para garantir a qualidade e o atendimento dos serviços a todos os cidadãos, com tarifas moderadas e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos prestadores dos serviços regulados.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	11	19	13	35	78
Comissionados sem vínculo efetivo	21	3	0	0	24
Requisitados de órgãos do GDF	5	1	0	1	7
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	1	0	0	1
Estagiários	0	0	16	20	36

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	2	3	5
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	37	24	31	59	151
(-) Cedidos para outros órgãos	1	0	0	0	1
Total Geral	36	24	31	59	150

A missão da Agência, definida em seu planejamento estratégico, é: regular e promover a gestão sustentável dos Recursos Hídricos, a qualidade e universalização dos serviços públicos de saneamento básico, em benefício da sociedade do Distrito Federal. Tem como visão estratégica consolidar-se como uma instituição essencial para a garantia da segurança hídrica no DF e da qualidade dos serviços públicos regulados.

A Adasa, em todos os seus trabalhos, busca garantir a integridade, transparência, equidade, tolerância, imparcialidade, o diálogo e a cooperação com demais órgãos do governo, agentes regulados e sociedade como um todo. A Adasa investe constantemente em sua força de trabalho, buscando atender de maneira mais eficiente e eficaz as atividades de regulação e a fiscalização das áreas de sua competência.

Desde sua criação, em 2004, a Adasa se preocupa em ampliar os conhecimentos e a qualificação de seu quadro técnico de profissionais, que se torna cada dia mais especializado e dotado de competências, habilidades e atitudes para o desempenho das atividades da Agência. Um servidor efetivo da carreira de regulação de serviços públicos está cedido a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Goiás.

A Adasa, autarquia em regime especial, conforme já mencionado anteriormente, é dirigida por uma Diretoria Colegiada, composta de cinco diretores, os quais possuem responsabilidade solidária, sendo um deles o diretor presidente. Todos são nomeados pelo Governador do Distrito Federal, com mandatos não coincidentes de cinco anos. Os diretores têm seus nomes previamente indicados pelo governador do Distrito Federal para arguição pública e aprovação da Câmara Legislativa do DF. Eles deverão ter formação de nível superior, notório conhecimento em regulação dos usos de recursos hídricos e de serviços públicos, reputação ilibada e comprovada experiência profissional. A Adasa tem um Ouvidor, que também é indicado pelo governador, atuando junto da Diretoria Colegiada, sem subordinação hierárquica e exerce as suas atribuições sem acumulação com outras funções, com mandato de três anos (alterado pela Lei nº 6.567, de 04 de maio de 2020).

No âmbito da Agenda Ambiental da Adasa a Agência participou ativamente das campanhas Agasalho Solidário 2021, Vem brincar comigo 2021 de doação de brinquedos e livros para o Dia das Crianças; Criou o Bazar Virtual da Adasa, via plataforma do WhatsApp, onde, semanalmente, muitas vendas e aquisições de produtos usados são realizadas; Repactuou seu compromisso institucional com a promoção da reinserção de apenados do sistema prisional do Distrito Federal ao mercado de trabalho, por meio da prorrogação da contratação com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – Realizou dois eventos no âmbito do Ciclo de Palestras 2021, cujos temas foram "Aspectos psicossociais do processo de aposentadoria" e "Pensamento sistêmico na organização", sendo o primeiro realizado apenas virtualmente, por meio da plataforma Teams, e o segundo virtual e presencialmente. E, por último,

repactuou o compromisso - Comunidades que Sustentam a Agricultura – CSA Brotos D’Água 2021.

Com referência ao Programa de Qualidade de Vida no Trabalho da Adasa - PQVT realizou três edições do Adasa em Foco 2021 cujos temas foram “Destaque sobre o 14º Seminário Nacional de Resíduos Sólidos”, “Capacidade institucional para a regulação – uma avaliação das agências reguladoras do Brasil” e “Capacitação sobre “Entrega Regulatória”, todas realizadas por meio da plataforma Teams; No âmbito do projeto “+ Saúde Adasa” realizou o evento em comemoração ao Dia das Mães com um bate papo sobre maternidade e trabalho remoto, com a participação de uma palestrante especialista no assunto; Deu continuidade à implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	174946,0	124946,0	38585,43	38585,43
6197 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-ADASA-DISTRITO FEDERAL	174946,0	124946,0	38585,43	38585,43
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	502697,0	552697,0	504040,22	444040,22
9549 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-PASEP - ADASA-DISTRITO FEDERAL	502697,0	552697,0	504040,22	444040,22
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	1550000,0	1200000,0	1129772,53	996844,05
7034 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADASA-DISTRITO FEDERAL	1550000,0	1200000,0	1129772,53	996844,05
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1082122,0	1402122,0	1370791,36	1370691,83
0030 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	1082122,0	1402122,0	1370791,36	1370691,83
9106 - AUXÍLIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO	135000,0	0,0	0	0
0001 - APOIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	135000,0	0,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	3444765,00	3279765,00	3043189,54	2850161,53

O Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), criado pela Lei Complementar Federal nº 8, de 03/12/70, tem o objetivo de propiciar aos funcionários e servidores públicos, civis e militares, participação na receita dos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual,

municipal e das fundações, que possibilita aos funcionários/servidores usufruírem o direito ao recebimento de um abono anual.

O recolhimento da contribuição é mensal, resultado de 1% da receita corrente arrecadada ou repasses correntes recebidos, totalizando 12 (doze) contribuições anuais. A Adasa recebeu, até dezembro de 2021, o montante de R\$ 46.978.886,09 (quarenta e seis milhões, novecentos e setenta e oito mil, oitocentos e oitenta e seis reais e nove centavos) de recursos financeiros, provenientes das suas fontes próprias TFS (Taxa de Fiscalização de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário) e TFU (Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos) e recolhe 1% deste montante ao fundo do PASEP. No exercício financeiro de 2021 a despesa autorizada para o PASEP foi de R\$ 552.697,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e noventa reais), tendo sido empenhado o valor de R\$ 504.040,22 (quinhentos e quatro mil, quarenta reais e vinte e dois centavos, representando 91,19% de execução do PASEP.

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	461380,0	251380,00	191673,00	191673,00
6036 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ADASA-DISTRITO FEDERAL	461380,0	251380,00	191673,00	191673,00
2695 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	791200,0	670810,00	394194,88	304049,96
0001 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-DRENAGEM URBANA - ADASA-DISTRITO FEDERAL	200000,0	269410,0	191409,96	191409,96
0002 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-RESÍDUOS SÓLIDOS - ADASA-DISTRITO FEDERAL	380000,0	190200,00	73164,92	0
0003 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - ADASA-DISTRITO FEDERAL	211200,0	211200,0	129620,0	112640,0
2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	4380833,0	6425748,00	4380833,0	4380833,0
6119 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA-ADASA/SLU-DISTRITO FEDERAL	4380833,0	6425748,00	4380833,0	4380833,0
4235 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	100000,0	0,0	0	0
0001 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL-ADASA-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0

1670 - GESTÃO DE PROJETOS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	468833,0	980130,00	554217,78	554217,78
0002 - GESTÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	468833,0	980130,00	554217,78	554217,78
2683 - REGULAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS NO DF	887304,0	2911163,00	390631,80	363227,40
0001 - REGULAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS NO DF-ADASA-DISTRITO FEDERAL	887304,0	2911163,00	390631,80	363227,40
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	2500000,0	2500000,0	2365000,00	2184337,49
0039 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--DF ENTORNO	250000,0	250000,0	115000,00	101870,56
8691 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - ADASA DF-DF ENTORNO	1650000,0	1650000,0	1650000,00	1604358,25
8703 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - ADASA DF-DF ENTORNO	600000,0	600000,0	600000,00	478108,68
3116 - PUBLICAÇÃO DE MATERIAL CIENTÍFICO E TÉCNICO	200000,0	50000,0	0	0
0001 - PUBLICAÇÃO DE MATERIAL CIENTÍFICO E TÉCNICO--DISTRITO FEDERAL	200000,0	50000,0	0	0
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRO A ENTIDADES	2500000,0	1840250,00	1300000,0	1300000,0
0063 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES- Adasa-DISTRITO FEDERAL	2500000,0	1840250,00	1300000,0	1300000,0
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	12289550,00	15629481,00	9576550,46	9278338,63

As atividades finalísticas da Adasa estão inseridas no eixo temático Meio Ambiente do Plano Estratégico do DF, Programa Temático 6210 - Meio Ambiente, do PPA 2020-2023. Para cada Eixo do Plano Estratégico, foram definidos um ou mais programas temáticos que refletem as estratégias e ações do governo para o período do Plano. O eixo temático Meio Ambiente tem como objetivos chaves: garantir o saneamento sustentável no Distrito Federal; ser referência em conservação e qualidade ambiental; ser modelo de eficiência no licenciamento ambiental; ser referência nacional na gestão da água; e consolidar a matriz de energia limpa como base do futuro do Distrito Federal. Assim, todas as atividades e projetos desenvolvidos pelas áreas-fins da Adasa estão mirando a sua atuação no atingimento desses objetivos macro. Ou seja, o órgão atua tecnicamente no seu escopo, contribuindo de maneira efetiva para o cumprimento do plano plurianual e conseqüentemente do plano estratégico do Governo.

A Adasa, ao longo do ano de 2021, realizou 18 estudos técnicos nas suas áreas de competência, que são extremamente necessários para o melhor cumprimento das suas atribuições, e relevante para uma melhor prestação de serviços para a sociedade, conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Número de Estudos e Resoluções

Área	Recursos Hídricos	Resíduos Sólidos	Abastecimento de Água e Esgoto	Drenagem Urbana	Econômico-financeira	Total
Número de estudos	02	01	02	02	11	18
Número de Resoluções	02	0	04	0	05	11

Fonte: Adasa, 2021

Dentre os diversos estudos realizados pela Agência destacam-se os seguintes:

a) estudos técnicos para reformulação da rede de qualidade da água; e para a contratação dos planos de recursos hídricos e de segurança hídrica do DF.

b) o mapeamento dos processos relativos aos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, cujas informações são utilizadas para o cálculo dos indicadores do PDGIRS

c) os estudos "Aspectos Legais para a Institucionalização do Serviço Público de Drenagem Urbana do Distrito Federal" e "Modelo de Custos de Referência (Operacionais e Capital) associados à Prestação dos Serviços Públicos de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas no Distrito Federal

d) foi iniciado estudo em conjunto com a Secretaria de Projetos Especiais sobre o Programa do Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Distrito Federal e Entorno – Estudos Iniciais, para fundamentar conceitual e preliminarmente as suas escolhas quanto aos procedimentos e formas de concessão de atividades integrantes dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Dentro do projeto e que vem sendo estudada pela Adasa diz respeito a viabilidade técnica e econômico-financeira da concessão da instalação, operação e manutenção de Unidade de Tratamento Mecânico Biológico - UTMB, produção de Combustível Derivado de Resíduos - CDR e o tratamento biológico dos resíduos orgânicos em processos como a biodigestão anaeróbica e/ou compostagem, com a produção de composto orgânico estabilizado, biogás/biometano e/ou energia elétrica/térmica.

e) estudos sobre viabilidade de comercialização de agregados da construção civil ;

f) estudos dos aspectos Legais para a Institucionalização do Serviço Público de Drenagem Urbana do Distrito Federal, a realização de três estudos, sendo:

i) estimativa de áreas impermeabilizadas do DF;

ii) composição e estimativa dos custos de referência do serviço de drenagem urbana do DF; e

iii) aspectos legais para a institucionalização do serviço público de drenagem urbana no DF.

No mês de março de 2021 foram realizados seminários de avaliação do banco de dados com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER-DF) e Metrô DF com vistas a formação de um banco de dados que contemple informações de cadastros de redes de águas pluviais dos principais agentes da gestão de águas pluviais no DF.

Ao longo do ano de 2021, visou o atendimento a Agenda Regulatória da Adasa- 2021-2022, o fortalecimento e aprimoramento do arcabouço regulatório dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal, com a consequente melhoria ao usuário.

Durante o exercício de 2021 foram publicadas 11(onze) Resoluções, excluindo do cálculo as resoluções referentes à emissão de outorgas.

Dentre as Resoluções publicadas ao longo de 2021, merecem destaque devido o seu impacto na sociedade as seguintes:

- Resolução nº 08, de 30 de junho de 2021 – Estabelece curvas de referência para o acompanhamento do volume útil dos reservatórios do Descoberto e do Santa Maria no período de junho a dezembro de 2021 e dá outras providências;
- Resolução nº 12, de 06 de dezembro de 2021 – Estabelece os níveis altimétricos a serem mantidos visando assegurar a sustentabilidade quantitativa e qualitativa dos usos múltiplos dos recursos hídricos no reservatório do Lago Paranoá no ano de 2022, institui o Grupo de Acompanhamento e dá outras providências.
- Resolução nº 13, de 20 de dezembro de 2021, que institui o Manual de Elaboração e Avaliação dos Projetos do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – Programa PDI para os

Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Distrito Federal e define o limite máximo de investimento autorizado.

- Resolução nº 09, de 19 de agosto de 2021, que altera o inciso I do art. 4º da Resolução Adasa nº 7, de 6 de maio de 2020.
- Resolução nº 06, de 06 de maio de 2021, que revoga o inciso III do art. 4º da Resolução nº 07, de 06 de maio de 2020, e dá outras providências.
- Resolução nº 02, de 26 de março de 2021, que altera a Resolução nº 09, de 13 de julho de 2016 que estabelece as diretrizes para a constituição, organização e funcionamento do Conselho de Consumidores dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Distrito Federal.

Para conhecer as Resoluções publicadas pela Agência no ano de 2021, basta acessar o link: <http://www.adasa.df.gov.br/legislacao/resolucoes-adasa> .

O Contrato de Concessão firmado entre a Adasa e a Caesb estabelece a data-base do Reajuste Tarifário Anual das tarifas dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para todo dia 1º de junho. Este processo é realizado por meio da aplicação de cesta de índices inflacionários, que atualizam o poder de compra da tarifa, ajustadas pelo fator de compartilhamento dos ganhos de produtividade com os usuários (Fator X). Além da aplicação dos índices, é realizada a certificação dos componentes financeiros, com a análise das publicações legais, gastos com energia elétrica, bônus-desconto e outros informados pela Caesb para serem computados na tarifa. Entretanto, em 2021, devido aos efeitos econômicos causados pela continuidade da pandemia do coronavírus, a Resolução Adasa nº 22, de 16 de dezembro de 2020 adiou a realização do reajuste, para 1º de junho de 2021. e estabeleceu que os impactos econômico-financeiros decorrentes do adiamento do Reajuste Tarifário Anual de 2020 seriam compensados nas tarifas, na 3ª Revisão Tarifária Periódica – 3ª RTP, ocorrida em 1º de junho de 2021.

Os cálculos da 3ª RTP consideraram a Base de Ativos Regulatória, levantada pela Caesb e validada pela Adasa; o custo de capital, próprio e de terceiros; a Remuneração Adequada, calculada com base na remuneração dos investimentos realizados – RCAPEX, na Quota de Reintegração Regulatória Total – QRRT e na remuneração dos ativos de almoxarifado de operação. A 3ª RTP ainda levou em consideração o valor das Outras Receitas referentes aos serviços prestados pela Caesb, relacionados aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário; os gastos com energia elétrica, que foram considerados eficientes em virtude dos resultados de indicadores previamente estabelecidos no MRT; dos custos operacionais eficientes, que foram calculados pela soma dos gastos com Pessoal, Serviços de Terceiros, Materiais, Gerais, Depreciação, Impostos e Taxas e Energia Elétrica; das Receitas Irrecuperáveis, calculadas a partir do percentual do faturamento ainda não pago até o mês de referência – dezembro/2019, de cada um dos 84 meses anteriores, para cada categoria ou classe de consumidores (aging); do Mercado, calculado com base no ano de 2020; e do Fator X, calculado pela soma de três fatores: Fator de Eficiência Operacional (Fator XO), Fator de Qualidade (Fator XQ) e Fator de Eficiência Hídrica (Fator XH).

Os resultados do Reposicionamento Tarifário referente à 3ª RTP foi de -4,34% (quatro inteiros e trinta e quatro centésimos por cento negativos), aplicados sobre as tarifas ajustadas.

Após os ajustes nas tarifas e os cálculos da 3ª Revisão Tarifária da Caesb, foi calculado o Reajuste Tarifário Anual de 2021, considerando o valor de bônus-desconto apurado em 2020, para pagamento em 2021, conforme determina a Lei nº 4.341, de 22 de junho de 2009 e a Resolução nº 6, de 5 de julho de 2010; os dados de consumo de energia elétrica de 2019 e 2020; e os volumes faturados de água e esgoto, produzidos de água e coletados de esgoto, referentes ao exercício de 2020.

Como conclusão das movimentações tarifárias, foram realizados: ajustes na estrutura tarifária da Caesb, considerando os resultados do monitoramento dos impactos da sua implantação; o reposicionamento tarifário da 3ª RTP; e o Reajuste Tarifário Anual de 2021, resultando em:

Para a categoria Residencial: redução média de 2,25%, com impacto aos usuários variando entre -16,07% e 0,56%;

Para a categoria Não-Residencial: redução média de 0,53%, com impacto aos usuários variando entre -1,29% e 2,61%.

Os resultados foram homologados pela Resolução nº 5, de 28 de abril de 2021.

Em 2021 Adasa realizou ao longo do ano 399 (trezentas e noventa e nove) ações de fiscalizações programadas e 298 (duzentas e noventa e oito) ações de fiscalizações não-programadas, totalizando 697 (seiscentos e noventa e sete) fiscalizações em 2021. O número ficou bem abaixo do realizado em 2019, em consequência da continuação da pandemia gerada pelo coronavírus, que suspendeu algumas das atividades de fiscalização. As fiscalizações e seus resultados foram realizadas de acordo com as tabelas abaixo:

Tabela 2: Número de Fiscalizações Programadas e Não Programadas

Área	Recursos Hídricos	Resíduos Sólidos	Abastecimento de Água e Esgoto	Drenagem Urbana	Econômico-financeiro	Total
Nº de Fiscalizações/Inspeções Programadas	150	64	32	20	133	399
Nº de Fiscalizações/Inspeções Não- Programadas	161	33	61	29	14	298

Fonte: Adasa 2021

Tabela 3: Resultados das fiscalizações realizadas

Área	Constatação	Não conformidade	Determinação	Recomendação	Advertência	Termo de Notificação	Auto de Infração
Recursos Hídricos	311	195	155	-	82	155	-
Resíduos. Sólidos	-	-	-	-	-	04	-
Abastecimento de Água e Esgoto	94	27	13	07	-	07	-
Drenagem Urbana	-	-	-	-	-	-	-
Econômico-financeiro	3	4	4	-	-	-	-

Fonte: Adasa 2021

A fiscalização é planejada e tem como diretriz um dos objetivos estratégicos da Adasa: zelar pela qualidade e melhoria da prestação dos serviços públicos regulados. Entretanto, existem as necessidades que surgem e que não foram planejadas, devendo, pois, receberem a mesma atenção e zelo daquelas que foram planejadas. Essas são as fiscalizações não programadas, mas que dependem igualmente do esforço das equipes técnicas para serem realizadas.

O planejamento das ações de fiscalização para 2021 prosseguiu na linha de uma atuação estratégica, monitorando as ações da concessionária voltadas ao reforço e às melhorias do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Após a implantação da nova estrutura tarifária em junho de 2020, e realizado mensalmente a fiscalização e monitoramento do faturamento, arrecadação e inadimplência da Caesb, com o objetivo de acompanhar a implantação da nova estrutura e o cumprimento das Resoluções nº 12 e 16/2019, no que se refere ao cálculo do faturamento.

São analisados mais de 1 milhão de registros de consumo, para verificação da evolução das quantidades de inscrições, unidades de consumo e faturamento, além de eventuais inconsistências no cadastro e na cobrança.

Também é realizada a fiscalização da tarifa social, com o objetivo de acompanhar a concessão do benefício aos usuários que têm direito a recebê-lo, e subsidiar nos estudos tarifários, uma vez que ajustes nas tarifas poderão ser feitos, se o quantitativo de famílias beneficiárias da tarifa social, inicialmente previsto para 50 mil, for maior ou menor, o que poderá ensejar acréscimo ou redução das tarifas para cobrir eventuais diferenças.

A Superintendência de Resíduos Sólidos, Gás e Energia - SRS, tem entre suas competências a fiscalização dos serviços de manejo e limpeza urbana prestados pelo Serviço de Limpeza

Urbana – SLU, visando garantir a qualidade e universalidade desses serviços no DF. Cabe destacar que, em 2021 a pandemia da COVID-19 também provocou impacto negativo nas ações de fiscalização in loco programadas porém foi possível neste ano realizar um maior número de fiscalizações direta nas instalações do SLU comparado a 2020.

A Adasa aprimorou o monitoramento das atividades operacionais realizadas pelo SLU, tanto no Aterro Sanitário quanto na Unidade de Recebimento de Entulhos, com o desenvolvimento de relatórios gerenciais que proporcionaram aos gestores da Adasa uma visão completa e sistêmica dos resultados apresentados pelo prestador de serviços.

Durante o ano de 2021 foram aplicados ao SLU os seguintes termos de Notificação - TN:

TN nº 02/2021 – SRS – Referente à cobertura vegetal das lagoas de chorume 11 a 14 no Aterro Sanitário de Brasília;

TN nº 04/2021 – SRS – Referente à problemas nas instalações hidráulicas na Estação de Transbordo de Brazlândia;

TN nº 05/2021 – SRS – Referente à ausência do tratamento do chorume na URE;

TN nº 06/2021 – SRS – Referente à problemas na iluminação das vias do Aterro Sanitário de Brasília

A Agência por meio da Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto - SAE executa as atividades de fiscalização técnico-operacional dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, sendo realizada por meio do acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação das ações da concessionária, visando garantir o cumprimento de normas e regulamentos editados pelo poder público, assim como a qualidade da prestação do serviço à população do Distrito Federal .Dessa forma, o cronograma de fiscalização considerou as informações do monitoramento regular, plano de investimentos da concessionária no referido ano e histórico de problemas e não conformidades encontradas em fiscalizações anteriores.

A Adasa busca aprimorar a fiscalização por meio de uma atuação cada vez mais estratégica e inteligente, baseada em indicadores, auditoria de dados e outros instrumentos que permitam uma efetividade cada vez maior dessas ações.

No caso da Superintendência de Drenagem Urbana - SDU, seu objeto é a regulação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. Durante o ano de 2021, ainda impactada pela pandemia provocada pelo Covid-19, a Coordenação de Fiscalização da Superintendência de Drenagem Urbana reformulou o planejamento de suas ações de fiscalização, dando ênfase às instalações das estações pluviométricas integrantes do Sistema de Monitoramento de Chuvas Urbanas Intensas – SIMCURB e ao atendimento das demandas provenientes do Sistema de Ouvidoria do DF e pedidos de outras entidades.

No tocante aos recursos hídricos, a Superintendência de Recursos Hídricos - SRH é responsável por sua regulação e fiscalização. A rede de monitoramento fluviométrico e pluviométrico da Adasa é constituída por 57 estações distribuídas no território do Distrito Federal. Essa rede de monitoramento vem sendo estruturada e modernizada para garantir os usos múltiplos previstos na legislação que rege a Política Nacional de Recursos Hídricos e para contribuir para o cumprimento da função socioambiental da água.

Ainda impactada pela pandemia provocada pelo Covid-19, a Superintendência de Drenagem Urbana reformulou o planejamento de suas ações de fiscalização, dando ênfase às instalações das estações pluviométricas integrantes do Sistema de Monitoramento de Chuvas Urbanas Intensas – SIMCURB e ao atendimento das demandas provenientes do Sistema de Ouvidoria do DF e pedidos de outras entidades.

Com a adequação da metodologia empregada nas ações de fiscalização em 2021 considerando a necessidade de distanciamento social e a instituição do teletrabalho no âmbito da Adasa, a Coordenação de Fiscalização atuou de forma estreita junto à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, por meio da Diretoria de Urbanização, para investigar, prevenir e corrigir a ocorrência de lançamento irregular de esgotos sanitários por meio de galerias de águas pluviais; para indicar e acompanhar a execução de manutenção, desobstrução e limpeza de dispositivos e sistemas da rede pública; e para acompanhar diversas demandas provenientes dos usuários do sistema público de manejo de águas pluviais e drenagem urbana.

A Adasa monitora a qualidade das águas pluviais e das águas residuárias que são transportadas pela rede pública de drenagem urbana como forma de acompanhar, avaliar e fazer cumprir a prestação do serviço público adequado à sociedade, com vistas à garantia da saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado.

O monitoramento do lançamento das águas oriundas das redes públicas de drenagem permite desenvolver banco de dados com vistas ao mapeamento de áreas que podem contribuir para a elaboração da política pública de saneamento básico do DF e de normas relativas às dimensões técnica, econômica e social da prestação dos serviços de saneamento básico abrangendo os requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas, competência desta Agência Reguladora.

Foram monitorados, mensalmente, 15 galerias de águas pluviais que desaguam diretamente no Lago Paranoá e, bimestralmente, 22 reservatórios de qualidade distribuídos pelo Distrito Federal. Ao todo foram analisadas 355 (trezentas e cinquenta e cinco) amostras, sendo que cada amostra foi analisada por um conjunto de 17 parâmetros físico-químicos e microbiológicos (Alcalinidade, Chumbo, Cloreto, Condutividade Elétrica, DBO, DQO, Dureza Total, Ferro, Fosfato Total, Manganês, Nitrato, Óleos e Graxas, pH, Sólidos Suspensos Totais, Sólidos Totais Dissolvidos, Sólidos Totais, Sulfato, Turbidez, Coliforme Termotolerante, Escherichia Coli, Temperatura Ambiente de Campo, Temperatura da Amostra, Cor Verdadeira e Nitrogênio Amoniacal).

A outorga de direito de uso de recursos hídricos é um instrumento criado pela Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), e tem como objetivo assegurar os usos múltiplos, através do controle do uso quantitativo e qualitativo da água e do efetivo exercício dos direitos de acesso a este recurso, disciplinando a sua utilização e compatibilizando demanda e disponibilidade hídrica. No Distrito Federal foi promulgada a lei nº 2.725, de 13 de junho de 2001, que instituiu a Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal, que trouxe as mesmas diretrizes e instrumentos da política nacional. Com o objetivo de regulamentar a Lei nº 2.275/2001, foi publicado o Decreto nº 22.359, de 31 de agosto de 2001 que dispõe sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos no território do Distrito Federal, trazendo todos os critérios de análise e concessão de outorga.

Em 2021 foram recebidos 3.463 (três mil quatrocentos e sessenta e três) requerimentos de outorga e analisados 3.103 (três mil cento e três) requerimentos, sendo 1.898 (um mil oitocentos e noventa e oito) outorgados, 789 (setecentos e oitenta e nove) com pendências, 8 (oito) indeferidos e 408 (quatrocentos e oito) arquivados. Assim, a Adasa emitiu 1.898 (um mil oitocentos e noventa e oito) outorgas de direito de uso de recursos hídricos no ano de 2021, totalizando 39.369 (trinta e nove mil trezentos e sessenta e nove) outorgas desde a criação da Agência em 2004.

Gráfico 1: número de outorgas emitidas em 2021



Fonte: Adasa, 2021

Gráfico 2: número de outorgas emitidas anualmente



Fonte: Adasa, 2021

O Programa Adasa na Escola tem por objetivo sensibilizar alunos e professores quanto ao uso racional da água e quanto à destinação correta dos resíduos sólidos proporcionando educação ambiental hídrica e sanitária nas escolas do Distrito Federal, por meio da apresentação e utilização de recursos didáticos e pedagógicos. Criado em 2010, o Programa Adasa na Escola (PAE) visa atender a Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH e a Política Nacional de Saneamento Básico - PNSB, proporcionando educação ambiental hídrica e sanitária às escolas do Distrito Federal, por meio de apresentação de palestras e utilização de recursos didáticos-pedagógicos de sensibilização e conscientização quanto ao uso racional da água e quanto à destinação correta dos resíduos sólidos.

No ano de 2021, o Programa buscou adaptar-se ao período pandêmico passando a atender as escolas por meio de atividades on-line. Assim, modernizou as apresentações, diminuiu o tempo de apresentação de acordo com as necessidades das escolas públicas e privadas, criou apresentações conforme o público a ser atendido e realizou a entrega de materiais ecopedagógicos por meio de agendamentos.

Dessa forma, em 2021, foram realizadas 206 palestras em 36 escolas públicas e privadas. O total de estudantes sensibilizados pelo projeto foi de 10.151 estudantes e 597 professores.

O Guia Trilhas e Caminhos para a Sustentabilidade Ambiental nas Escolas do Distrito Federal, lançado em 2018 pela Adasa e SEEDF, é instrumento relevante para o desenvolvimento da Educação Ambiental a ser utilizado nos processos de ensino-aprendizagem. O curso justifica-se pela sua relevância no processo de implementação de políticas públicas e legislações da Educação Ambiental. Com o objetivo de difundir, aprofundar e promover o debate da sustentabilidade e apresentar melhores práticas para a sua construção no ambiente escolar, além de promover a troca de experiências com unidades escolares, a Adasa em parceria com a SEEDF, EAPE, Caesb e o SLU, realizou no ano de 2021 a 2ª e a 3ª Edição do Curso Guia Trilhas e Caminhos para a Sustentabilidade nas Escolas do Distrito Federal.

Os cursos tiveram a carga horária de 120h cada edição e foi oferecido de maneira remota. A segunda edição ocorreu no período de fevereiro a julho e a terceira de agosto a dezembro, contando com total de 50 cursistas. Para 2022 está em análise pela EAPE a proposta para a realização da 4ª edição do curso Trilhas e Caminhos.

O Projeto Produtor de Água no Pipiripau tem como objetivo possibilitar o atendimento satisfatório aos usos múltiplos da água na bacia, resguardando a vazão mínima remanescente e melhorar a qualidade da água na bacia. Por meio da realização de ações coordenadas por seus 17 (dezessete) parceiros, de várias instituições, vem colaborando para melhorar o manejo do solo e da água nessa bacia hidrográfica, com vistas ao aumento da disponibilidade de água através da aplicação de técnicas de conservação do solo, de reposição da cobertura vegetal em Áreas de Preservação Permanente - APP e da demarcação e proteção de Reserva Legal.

O Projeto conta com site, <http://www.produtordeaguapipiripau.df.gov.br/> e redes sociais para divulgação das ações, que vem sendo constantemente atualizados.

Em relação à publicidade e propaganda, a Assessoria de Comunicação e Informação - ACI foram 748 ações de divulgação do papel e da atuação da Adasa realizadas por meio de notícias publicadas em seu site institucional, conteúdos publicados nas redes sociais do órgão

(Facebook, Instagram, Twitter e Youtube), releases encaminhados à imprensa, atendimento de demandas e realização de campanhas publicitárias. Foram realizadas três campanhas publicitárias no decorrer do ano, uma institucional e duas de utilidade pública, o que garantiu engajamento e maior acesso à informação. Foram ainda, 65 matérias publicadas no site da instituição e respondias 214 solicitações de informações realizadas pela imprensa.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10328 - PERCENTUAL DE PONTOS ESTRATÉGICOS DE MONITORAMENTO SUPERFICIAL E SUBTERRÂNEO EM OPERAÇÃO ADEQUADA	PERCENTUAL		01/01/2001	Trimestral	100,00	63,00	100,00	100,00	100,00	X	100,00	X	ADASA/ UO 21206 / OE 159
Justificativa: 2020 - Execução parcial das atividades do convênio firmado com a CPRM-Serviço Geológico do Brasil, em função das limitações impostas pela pandemia da Covid-19, para operação e manutenção da rede superficial e subterrânea prejudicaram o desempenho do indicador; e execução integral do contrato para monitoramento da qualidade da água com a empresa Conágua Ambiental. 2021 - Execução integral das atividades do Contrato de monitoramento da qualidade da água (183 pontos), assinado com a empresa Conágua Ambiental e do convênio firmado com a CPRM-Serviço Geológico do Brasil, para operação e manutenção da rede superficial e subterrânea da Adasa.													
10329 - PERCENTUAL DE UNIDADES HIDROGRÁFICAS QUE ATENDEM AOS PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE ESTABELECIDOS PELAS RESOLUÇÕES CRH-DF Nº 1 E 2/2014	PERCENTUAL		01/01/2001	Trimestral	95,00	100,00	98,00	100,00	100,00	X	100,00	X	ADASA/ UO 21206 / OE 159
Justificativa: 2020 - O indicador apresentou o desempenho acima da meta. O desempenho foi influenciado pelas ações de gestão de recursos hídricos da Adasa e por condições climáticas e pontuais que corroboraram para a superação da meta. 2021 - O indicador apresentou o desempenho pouco acima da meta. O desempenho foi influenciado pelas ações de gestão de recursos hídricos da Adasa e por condições climáticas e pontuais que corroboraram para a superação da meta.													

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	90000,0	90000,0	81957,89	74457,89
8394 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- FUNAP/ADASA-DISTRITO FEDERAL	90000,0	90000,0	81957,89	74457,89
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA	90000,00	90000,00	81957,89	74457,89

Com o objetivo de prevenir e combater as diferentes formas de ameaças e violação de direitos humanos no Distrito Federal, o contrato celebrado pela Adasa com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP DF, visa a contratação de reeducandos do sistema prisional para prestação de serviços de garçom, serviços gerais, copeiro, operador de máquina de reprografia, dentre outros. A ação merece destaque por sua relevância social, pois tem como objetivo proporcionar a ressocialização dos sentenciados do Sistema Penitenciário do DF, no sentido de possibilitar o retorno do preso ao convívio social.

O contrato nº 13/2019 -FUNAP/ADASA prevê a contratação de até 10 (dez) reeducandos. Atualmente conta com 05 (cinco) reeducandos, os quais exercem atividades de auxiliar de serviços gerais e auxiliar administrativo.

8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	0	10000,0	0	0
0048 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	0	10000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	190236,0	129066,0	88190,41	83885,41
5360 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADASA-DISTRITO FEDERAL	190236,0	129066,0	88190,41	83885,41
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	500000,0	445609,0	340742,40	340742,40
9632 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-BOLSA FINANCEIRA A ESTUDANTES DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR - ADASA-DISTRITO FEDERAL	500000,0	445609,0	340742,40	340742,40
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1666606,0	1496606,0	1433226,91	1433226,91
9560 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADASA-DISTRITO FEDERAL	1666606,0	1496606,0	1433226,91	1433226,91
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	12695689,0	13636859,00	13184099,73	12805581,26
9649 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADASA-DISTRITO FEDERAL	12695689,0	13636859,00	13184099,73	12805581,26
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	964400,0	568791,00	473713,51	454713,51
0017 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DESENVOLVIMENTO/MELHORIA DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS-DISTRITO FEDERAL	964400,0	568791,00	473713,51	454713,51
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1154238,0	1070238,00	938953,36	924782,10
2606 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADASA-DISTRITO FEDERAL	1154238,0	1070238,00	938953,36	924782,10
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	100920,0	200920,0	86751,25	86751,25
0014 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SERVIDORES CAPACITADOS/ADASA-DISTRITO FEDERAL	100920,0	200920,0	86751,25	86751,25
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	15820,0	10730,0	10730,0	10730,0
9710 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA-MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO-DISTRITO FEDERAL	15820,0	10730,0	10730,0	10730,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	23805769,0	26324475,0	25808144,57	25808144,57
8730 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADASA-DISTRITO FEDERAL	23805769,0	26324475,0	25808144,57	25808144,57
TOTAL - 8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO	41093678,00	43893294,00	42364552,14	41948557,41

O Programa de Estágio Curricular, regulamentado pela Resolução ADASA nº 07, de 21 de janeiro de 2011, disponibiliza 42 (quarenta e duas) bolsas de complementação educacional, sendo 35 (trinta e cinco) para estágio de nível superior e 07 (sete) para estágio de nível médio. Em dezembro de 2021, a agência contava com 36 (trinta e seis) vagas preenchidas, atuando nas diversas áreas da ADASA, sendo 20 (vinte) nas áreas fins e 16 (dezesesseis) nas áreas meio.

Foram concedidos, ao longo do ano de 2021, os benefícios de auxílio-creche, e auxílio-saúde aos servidores, além do vale-alimentação/refeição. Não foi concedido nenhum auxílio natalidade e nem vale-transporte.

Em relação à manutenção do órgão, foram executadas atividades com características de serviços continuados, compreendendo: vigilância, limpeza e conservação, copeiragem, emissão de passagens aéreas, locação de veículos com motoristas, telefonia, postagem, serviços técnicos de apoio administrativo, manutenção das instalações prediais, manutenção preventiva e corretiva de aparelhos condicionadores de ar, dentre outros, além da aquisição de materiais permanente e de consumo necessários ao funcionamento da Agência.

Nos últimos anos a tecnologia tornou-se uma ferramenta fundamental para a execução dos serviços nas empresas públicas e privadas. No governo, boa parte dos processos de trabalho já opera em sistemas de informação. A instauração do teletrabalho em regime urgente e excepcional demandou um trabalho árduo da Tecnologia da Informação e Comunicação da Adasa, com a utilização maciça de ferramenta, 100% de disponibilização e uso, que possibilitou a diversificação dos meios e as tecnologias de comunicação e colaboração utilizadas pela Agência.

Em 2021 foi implementado o Sistema de Gestão de Outorgas – SGO: possibilitando o controle e análise descritiva de outorgas de direito de uso de água concedidas pela Agência, por meio de uma moderna plataforma constituída de formulários eletrônicos para edição de dados e painéis interativos que representam em detalhes os dados de outorgas permitindo assim uma gestão eficaz.

A Adasa tem investido constantemente em sua força de trabalho, buscando atender de maneira mais eficiente e eficaz as atividades de regulação e a fiscalização das áreas de sua competência. Desde sua criação, em 2004, a ADASA vem ampliando os conhecimentos e a qualificação de seu quadro técnico de profissionais.

Durante o ano de 2021, 90 (noventa) servidores da Adasa, entre efetivos e comissionados, participaram de eventos de capacitação internos e externos, em variados eixos de conhecimento. As capacitações, em sua grande maioria, não tiveram ônus monetário para a agência, pois foram realizadas no formato online. No total, os servidores da agência participaram de 206 (duzentos e seis) eventos de capacitação, contabilizando um total de 8.014 horas de treinamento.

No âmbito do Programa "+ SAÚDE ADASA", constante do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho da Adasa - QVT, foram realizadas a campanha de vacinação contra a gripe H1N1, as campanhas de sensibilização sobre a doação de sangue, a doação de medula, a doação de órgãos, o câncer de mama, o câncer de próstata, dentro outros assuntos de relevante interesse para a saúde do servidor.

Em relação à despesa de pessoal, houve o pagamento de vencimentos e encargos relativos 119 (cento e dezenove) servidores, dos quais 78 (setenta e oito) são servidores do quadro da ADASA, 1 (um) cedido para o Governo do Estado de Goiás, 7 (sete) requisitados pela

Agência e 24 (vinte e três) são servidores comissionados, sem vínculo, 4 (quatro) Diretores, 1 (um) Diretor-presidente e 1 (um) Ouvidor.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Com foco no cumprimento da Agenda Regulatória da Adasa - 2021-2022 a Adasa participou na Implementação de Experiência Piloto do Programa Saneamento Brasil Rural (PSBR) – Aprovação de Proposta pela FUNASA, a participação em Grupo de Trabalho de saneamento básico para populações vulneráveis criado no âmbito do CONSAB/DF e a participação da Comissão de Revisão do Plano Distrital de Saneamento Básico.

Como projeto relevante da área destacamos a entrega dos resultados do Projeto ACERTAR, visto que a Adasa foi a primeira entidade reguladora do país a realizar a aplicação completa da metodologia proposta pelo Governo Federal para auditoria e certificação dos dados informados pelas prestadoras de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Os relatórios podem ser acessados em <https://www.adasa.df.gov.br/fiscalizacao-sae1/fiscalizacao-indireta/auditoria-e-certificacao>.

A Agenda Regulatória 2021-2022 da Adasa, definiu como uma de suas ações atualização e aperfeiçoamento da Resolução nº 18, de 1 de agosto de 2018, que estabeleceu diretrizes e procedimentos para a implantação, operação, manutenção, monitoramento e encerramento de aterros sanitários destinados à disposição final de rejeitos originários dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal, a qual tem orientado as ações do SLU e da Adasa em relação à operação e manutenção do Aterro Sanitário de Brasília.

MAPEAMENTO E CERTIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES E AUDITORIA DOS DADOS DO SLU – PROJETO ACERTAR RESÍDUOS SÓLIDOS

O projeto tem por objetivo a elaboração de um manual de auditoria e certificação de informações enviadas pelo Serviço de Limpeza Urbana - SLU referentes às informações utilizadas no cálculo dos indicadores do Plano Distrital de Saneamento Básico-PDSB e do Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos-PDGIRS. Visa também a melhoria dos processos do SLU para obtenção de informações que ofereçam alto grau de confiança e exatidão para o cálculo desses indicadores de desempenho, bem como propor os ajustes necessários para melhoria dos processos da prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. O Projeto foi denominado "ACERTAR RESÍDUOS SÓLIDOS", cuja sigla remete às palavras auditoria e certificação.

Trata-se de um projeto pioneiro na área da regulação, uma vez que não existe metodologia de auditoria e certificação desenvolvida para as informações do segmento de resíduos sólidos urbanos. A metodologia existente e aprovada pela Portaria nº 719/2018, do então Ministério das Cidades, trata apenas dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Para consecução desse projeto, foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica n.º 01/2020 ADASA/SLU e aprovado o respectivo plano de trabalho.

Para o desenvolvimento dos trabalhos foi contratada em 2021 uma consultoria especializada por meio do Contrato de Prestação de Serviços nº 14/2021-Adasa, para o desenvolvimento dos seguintes produtos:

- Produto 1 - Relatório contendo o mapeamento dos processos do prestador de serviços;
- Produto 2- Proposta de modelagem para aperfeiçoamento dos processos analisados; e
- Produto 3 - Manual com a metodologia para auditoria, acompanhamento e certificação das informações utilizadas para cálculo de indicadores do PDGIRS.

A referida consultoria entregou em dezembro de 2021 o Produto 1, que está sendo analisado pela Adasa, por meio da SRS, e pelo SLU.

Os resultados obtidos serão utilizados pela Adasa para elaboração de resolução específica para fins de auditoria e certificação de informações da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Foi realizado levantamento para subsidiar a elaboração de Termos de Referência para contratar estudos e diagnóstico da área rural do Distrito Federal, quanto ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, tendo ainda a Fundação Nacional de Saúde - Funasa manifestado o interesse em produzir, no Distrito Federal, Experiência-Piloto do Programa de Saneamento Brasil Rural - PSBR.

Diante desta oportunidade de um trabalho inovador e integrado com outras instituições distritais e federais, foram realizadas as tratativas acerca da possível contratação do diagnóstico dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos das áreas rurais do DF por meio de financiamento da Funasa. Nesse sentido, a Adasa enviou como contribuição ao trabalho a ser financiado pela FUNASA o Termo de Referência para contratação das atividades de envolvimento comunitário/participação social e diagnóstico dos referidos serviços de saneamento na área rural do DF.

Em 2021 foi desenvolvido protótipo de sistema de informações que permite acompanhar a evolução dos indicadores do Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PDGIRS com o objetivo de monitorar a melhoria da prestação dos serviços, bem como promover a divulgação para a população.

Espera-se que o sistema facilite o acompanhamento da evolução dos indicadores do Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PDGIRS e possibilite que a sociedade possa obter informações atualizadas sobre a gestão dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e sobre o cumprimento das metas estabelecidas.

O sistema está em fase de aperfeiçoamento pelo Serviço de Tecnologia da Informação – STI. Em 2022 será disponibilizado à sociedade.

De acordo com a Lei 4285, de 26 de dezembro de 2008, compete à Adasa a regulação dos serviços públicos de distribuição de gás natural canalizado no Distrito Federal. Atualmente, tal serviço é prestado pela Companhia Brasileira de Gás – CEBGÁS

Por esse motivo, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE solicitou informações para subsidiar sua análise do Ato de Concentração nº 08700.004540/2021-10, que consiste na aquisição de ações representativas da Petrobrás Gás S.A. – GASPETRO, pela Compass Gás e Energia S.A. A consulta se justificou pelo fato de que há participação da GASPETRO no capital social da Companhia Brasileira de Gás – CEBGÁS.

A Adasa informou ao CADE que tendo em vista que a GASPETRO integra o rol de acionistas da CEBGÁS, a operação pretendida não alterará sua estrutura societária, mantendo-se a GASPETRO como acionista.

A respeito de possíveis impactos concorrenciais, a princípio não foi verificado qualquer problema, pois, no Distrito Federal, as atividades de distribuição não concorrem com outras atividades integrantes da indústria do gás natural e a alteração de um acionista não modificará essa condição.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A rede de monitoramento fluviométrico e pluviométrico da Adasa é constituída por 57 estações distribuídas no território do Distrito Federal. Essa rede de monitoramento vem sendo estruturada e modernizada para garantir os usos múltiplos previstos na legislação que rege a Política Nacional de Recursos Hídricos e para contribuir para o cumprimento da função socioambiental da água.

A rede de monitoramento superficial da Adasa conta com 15 pluviógrafos com transmissão em tempo real, que permite o acompanhamento da variabilidade e da distribuição

pluviométrica temporal, no Distrito Federal. Adicionalmente, por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2019, os dados das estações de monitoramento pluviométrico operadas pelo Instituto Nacional de Meteorologia – INMET foram incorporados aos mapas de precipitação gerados pela Adasa, que também contam com dados das estações da rede de monitoramento da Agência Nacional de Águas (ANA) e de outras instituições.

A Adasa faz monitoramento da qualidade da água dos mananciais superficiais e aquíferos subterrâneos; no acompanhamento da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela CAESB, no que tange à qualidade da água tratada e dos efluentes; e na avaliação dos lançamentos provenientes de redes de drenagem pluvial urbana e de reservatórios de detenção, no Distrito Federal.

O monitoramento do lançamento das águas oriundas das redes públicas de drenagem permite desenvolver banco de dados com vistas ao mapeamento de áreas que podem contribuir para a elaboração da política pública de saneamento básico do DF e de normas relativas às dimensões técnica, econômica e social da prestação dos serviços de saneamento básico abrangendo os requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas, competência desta Agência Reguladora.

Ao longo de 2021, foi monitorado, mensalmente, 15 galerias de águas pluviais que desaguam diretamente no Lago Paranoá e, bimestralmente, 22 reservatórios de qualidade distribuídos pelo Distrito Federal. Ao todo foram analisadas 355 (trezentas e cinquenta e cinco) amostras, sendo que cada amostra foi analisada por um conjunto de 17 parâmetros físico-químicos e microbiológicos (Alcalinidade, Chumbo, Cloreto, Condutividade Elétrica, DBO, DQO, Dureza Total, Ferro, Fosfato Total, Manganês, Nitrato, Óleos e Graxas, pH, Sólidos Suspensos Totais, Sólidos Totais Dissolvidos, Sólidos Totais, Sulfato, Turbidez, Coliforme Termotolerante, Escherichia Coli, Temperatura Ambiente de Campo, Temperatura da Amostra, Cor Verdadeira e Nitrogênio Amoniacal).

Foi implementado uma rede pluviométrica pela Adasa com o objetivo de proporcionar séries históricas contínuas de chuvas para ampliar o conhecimento sobre o regime pluviométrico nas áreas urbanas do DF e assim proporcionar dados para o planejamento, a regulação e a prestação de serviços eficientes de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

O Sistema de Monitoramento de Chuvas Urbanas Intensas do Distrito Federal – SIMCURB é resultado de Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2021 celebrado entre Adasa, UnB, IBRAM e CAESB. Em 2021, foram finalizadas as instalações de 04 (quatro) pluviógrafos, de um total de 40 (quarenta) equipamentos. Ainda ao longo do ano, foram promovidos ajustes entre os parceiros, de modo a compatibilizar o recebimento dos dados pela plataforma em desenvolvimento pela Agência, denominado SIMCURB WEB, aplicação baseada no Power BI da Microsoft (BI -Business Intelligence), que será responsável por organizar, classificar e mensurar as características das precipitações, tempos de retorno das precipitações etc., além de geoespacializar todos os equipamentos (40 equipamentos sob a responsabilidade da SDU/Adasa e 24 equipamentos de parceiros).

Esse projeto foi bastante impactado pela pandemia do Covid-19, no exercício 2021, onde a execução presencial de diversos serviços foi interrompida. A experiência adquirida nessa situação de emergência mostrou de modo mais claro as vantagens para o trabalho da Agência de contar com a transmissão de forma remota dos resultados das medidas dessas estações, especialmente pela necessidade de observar medidas de distanciamento social e físico, que tornam as coletas mensais presenciais mais onerosas e inconvenientes do ponto de vista operacional.

Dando continuidade à parceria estabelecida entre a Adasa e Serviço Geológico do Brasil – CPRM desde 2018, foi assinado um novo convênio cujo objeto é o aprimoramento da gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do Distrito Federal, por meio do monitoramento hidrogeológico e hidrológico e do mapeamento hidrogeológico distrital.

Em 2021, houve atualização diária dos dados e informações divulgados no no Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos do Distrito Federal – SIRH-DF (<https://gis.adasa.df.gov.br/portal/home/>), em que foram divulgados os mapas de chuva, dados e informações sobre outorgas e registros de uso, volume útil dos reservatórios, indicadores de qualidade da água, entre outros.

O Distrito Federal vem apresentando contínuos avanços no monitoramento qualitativo dos seus corpos d'água. O estabelecimento do enquadramento dos corpos hídricos em classes de qualidade segundo os usos preponderantes e a operação de uma rede estruturada de monitoramento da qualidade da água são exemplos dessa busca contínua de aprimoramento.

Em 2021, a rede de monitoramento da qualidade da água da Adasa foi reformulada, o que permitiu o aprimoramento e a ampliação sobre lacunas existentes, bem como foi removido o excesso de redundâncias, permanecendo abrangente e apta a cumprir a missão institucional da Agência. Em novembro de 2021 houve uma nova contratação de empresa especializada (Conágua Ambiental) para operar a rede em seu novo formato.

Atualmente, a rede de monitoramento da qualidade das águas superficiais da Adasa é composta por 80 pontos em ambientes lóticos (córregos e rios), 15 em ambientes lênticos (reservatórios Descoberto, Santa Maria e Paranoá). O monitoramento é realizado trimestralmente, nos pontos lóticos e lênticos.

A rede de monitoramento das águas subterrâneas foi estruturada para abranger a maior parte dos sistemas e subsistemas que compõem a hidrogeologia do Distrito Federal, sendo composta por 42 estações. Cada estação contém um par de poços: um no domínio poroso, com profundidade aproximada de 30m, e outro no domínio fraturado, com profundidade aproximada de 150m.

Destaca-se que a CPRM é uma empresa pública de notório saber, atuando há mais de 40 anos na área de hidrologia, com ampla experiência na realização de pesquisas hidrológicas e hidrogeológicas, sendo ainda responsável pela manutenção da rede hidrológica nacional, sob tutela da Agência Nacional de Águas - ANA.

Alinhado ao compromisso de modernização da rede de monitoramento para garantir os usos múltiplos previstos na legislação que rege a Política Nacional de Recursos Hídricos, houve a contratação de empresa responsável pela prestação do serviço de transmissão dos dados para grande parte das estações telemétricas que compõem a rede da Adasa.

Ao longo do ano, foram elaboradas as seguintes curvas/níveis de referência para acompanhamento do marco regulatório da bacia do ribeirão Pípiripau e dos reservatórios do Distrito Federal:

- a. Curvas de acompanhamento do volume útil dos reservatórios do Descoberto e do Santa Maria no período de junho a dezembro de 2021 (Resolução nº 08, de 30 de junho de 2021);
- b. Estabelecimento dos níveis altimétricos a serem mantidos no reservatório do Lago Paranoá para o ano de 2022 (Resolução nº 12, de 06 de dezembro de 2021); e
- c. Curva de projeção do estado hidrológico do ribeirão Pípiripau para o período de estiagem de 2021, em atendimento ao marco regulatório da bacia (Resolução Conjunta ANA/ADASA nº 30, de 22 de junho de 2020).

Houve atualização diária dos dados e informações divulgados no Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos do Distrito Federal - SIRH-DF (<https://gis.adasa.df.gov.br/portal/home/>), tais como: outorgas e registros de uso, volume útil dos reservatórios, mapas de chuva, indicadores de qualidade da água, entre outros.

Além disso, foram realizados estudos e instrução processual para a contratação da atualização do Plano de Gerenciamento Integrado do Distrito Federal (PGIRH-DF); do Plano de Recursos Hídricos da Bacia dos afluentes do Rio Preto - DF (PRH Rio Preto); do Plano de Recursos Hídricos da Bacia dos afluentes do Rio Maranhão - DF (PRH Rio Maranhão) e do Plano de Segurança Hídrica para o DF.

As limitações impostas pelos protocolos sanitários a serem atendidos em decorrência da pandemia causada pela SARS-COV2 interferiram de forma direta ou indireta na execução do Plano Anual de Fiscalização - PAF/2021 e na operação da rede de monitoramento de quantidade. Evidencia-se também o impacto da elevada quantidade de demandas encaminhadas pelo MPDFT na execução plena do PAF/2021.

Existe a expectativa de atualização de resoluções relevantes para a gestão dos recursos hídricos do DF; de modernização e divulgação dos dados da rede de monitoramento de quantidade; de modernização do processo de solicitação, análise e emissão de outorgas de direito de uso; de implementação de projeto piloto de monitoramento remoto dos usos de recursos hídricos na bacia do ribeirão Pípiripau e de contratação de empresa responsável para

atualização do PGIRH-DF, para elaboração dos planos de recursos hídricos (PRH Rio Preto e Maranhão) e de segurança hídrica para o DF.

Os trabalhos técnicos previstos para 2022 são:

- Finalização e operação do Sistema de Monitoramento de Chuvas Urbanas Intensas do DF – SIMCURB;
- Conclusão do Convênio celebrado entre a Adasa e a LSIE/FUB/FINATEC que versa sobre o Desenvolvimento de Metodologias e Sistema para Gerenciamento da Infraestrutura de Drenagem de Águas Pluviais do Distrito Federal, no qual estão os estudos de modelagens de áreas suscetíveis a alagamentos e processos erosivos e o mapeamento dos sistemas de drenagem disponíveis nos condomínios horizontais e clubes ao longo da orla do Lago Paranoá;
- · Conclusão da Ação Regulatória Transversal “Padronização de Procedimentos de Fiscalização”;
- · Operação da rede de monitoramento de qualidade de água de interesse da drenagem urbana;
- · Estudo de Modelagem da Cobrança para Sustentabilidade Econômica-Financeira da Prestação dos Serviços de Drenagem Urbana.

Com o objetivo de garantir a sustentabilidade quantitativa e qualitativa e assegurar os usos múltiplos do Lago Paranoá, a Adasa publicou Resolução nº 12, que define os níveis mínimos da água que devem ser mantidos no manancial durante o ano de 2022. Na resolução, fica instituído, como em anos anteriores, Grupo de Acompanhamento específico para seguir a implementação das regras estabelecidas, debater e propor, no final do próximo ano, os referidos níveis e os respectivos procedimentos para que estes sejam mantidos. Isso garante uma atuação integrada e articulada das entidades e órgãos envolvidos com a gestão dos recursos hídricos do Lago Paranoá, como preconizado na Lei das Águas do DF. Ainda são definidas no referido ato as vazões remanescentes que devem ser mantidas pela CEB Geração após a barragem e a forma como se dará o monitoramento e divulgação à sociedade dos níveis pela Adasa e a própria CEB Geração, esta última, responsável pela operação da Barragem do Paranoá.

As curvas de referência para o acompanhamento do volume útil são produtos da simulação do balanço hídrico, cujo ponto de início representa a situação atual do reservatório e da bacia (em termos de armazenamento de volume útil e vazões afluentes), projetando o comportamento dos reservatórios baseado em cenários de afluência, retiradas para captação, evaporação e precipitação direta sobre o espelho do lago. Como principal prerrogativa das simulações realizadas pela Adasa, estabeleceu-se que os cenários adotados teriam características conservadoras. Tais cenários, portanto, adotam como referência de avaliação as menores vazões afluentes registradas na série histórica, índices pluviométricos abaixo da média histórica e evaporação média. De modo que, a vazão de retirada para a captação é o parâmetro de controle do nível do reservatório. Assim, tem-se a ciência de que a curva gerada garantirá o abastecimento público, respeitando a demanda estabelecida. Por conta das elevadas incertezas quanto à previsão de vazões médias afluentes no período chuvoso optou-se por gerar novas curvas com a adequação do volume útil apresentado pelos reservatórios após o término deste período. Assim, no mês de abril, com a proximidade do início do período de estiagem, iniciou-se o estabelecimento de cenários para a elaboração das curvas de referência para o acompanhamento dos reservatórios Descoberto e Santa Maria até o final do ano de 2021.

As curvas tiveram como ponto de partida o volume útil disponível para o enfrentamento da estiagem e buscou simular o comportamento dos reservatórios caso as vazões afluentes, após o período chuvoso, seguissem o mesmo padrão de queda registrado em anos mais críticos. De forma simplificada, a análise para o reservatório do Descoberto considerou a demanda hídrica mensal do sistema de abastecimento, incorporando os dados de transferências e de interligações; a precipitação direta no reservatório; a taxa de evaporação média e a demanda de irrigação na bacia. Para o reservatório Santa Maria, a análise foi similar, no entanto, desconsiderou-se a demanda consuntiva de irrigação, visto que, esse manancial não apresenta outros usos além do abastecimento público. Logo, a Resolução nº 08/2021 estabeleceu as curvas de referência para o acompanhamento do volume útil dos reservatórios Descoberto e Santa Maria, no período de junho a dezembro de 2021.

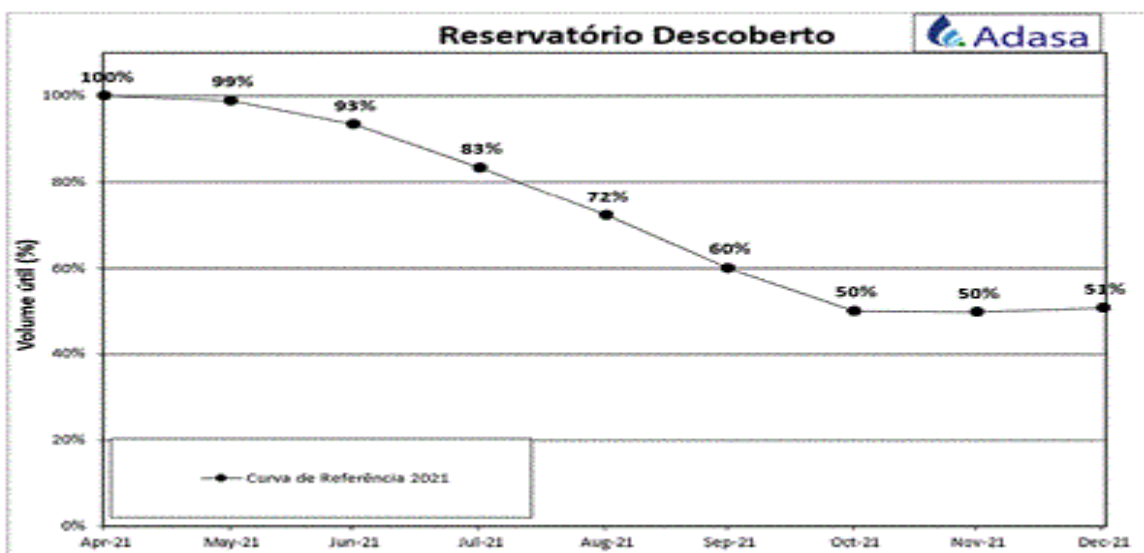


Figura 1 -

Curva de referência para o acompanhamento do volume útil do reservatório do Descoberto no período de junho a dezembro de 2021.

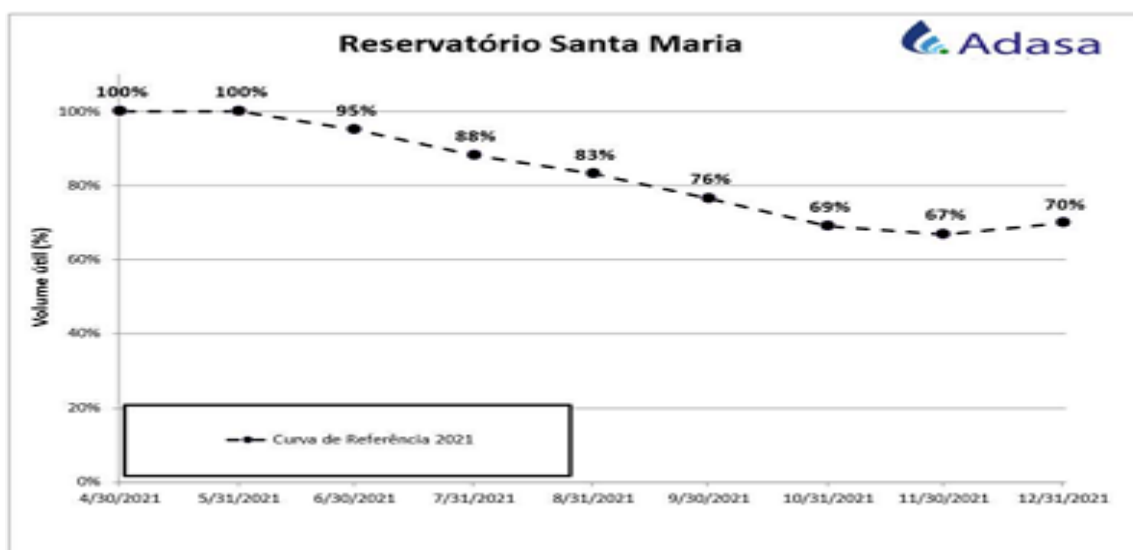


Figura 2 - Curva de referência para o acompanhamento do volume útil do reservatório do Santa Maria no período de junho a dezembro de 2021.

Segundo a Lei nº 4.285/2020, compete à Adasa organizar, implantar e gerir o Sistema de Informação de Recursos Hídricos do Distrito Federal - SIRH-DF, integrando-o ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.

O SIRH-DF (<https://gis.adasa.df.gov.br/portal/home/>) proporciona o acompanhamento em tempo real da situação dos reservatórios do Distrito Federal e de outros mananciais. Diariamente, novos relatórios e novos cruzamentos de dados são realizados para gerar o máximo de informação para os gestores e para a população. As informações do SIRH-DF são divulgadas em painéis interativos que permitem, por exemplo, realizar a comparação de séries históricas de chuva e de nível; a emissão de alertas de descumprimento das curvas de referência estabelecidas e o monitoramento dos pontos críticos. O SIRH-DF está em constante aprimoramento, seus painéis são continuamente atualizados, elucidando o contínuo compromisso da Adasa com a transparência e o controle social.



Figura 3 – Painéis interativos do SIRH-DF.

Foi realizado ainda, o Manual de Controle de Erosão do Solo e Manejo de Sedimentos, uma vez que há problemas recorrentes nos canteiros de obras no Distrito Federal, o manejo inadequado do solo e de agregados nos ambientes de obras civis públicas e privadas de todo o tipo (edificações, infraestruturas urbanas, rodovias, etc.) é responsável pelo assoreamento dos corpos d'água e das redes e galerias do sistema de drenagem urbana. O escoamento superficial de parte da água de chuva em canteiro de obra pode resultar na intensificação de processos de erosão do solo ou carrear material de obra estocado no canteiro (cimento, areia, brita).

A preparação para publicação de um manual de boas práticas para o controle de erosão do solo e a gestão de sedimentos e outros contaminantes em canteiros de obras se soma a outros esforços que a Adasa vem desenvolvendo na busca da institucionalização do serviço público de drenagem urbana, e se destaca pelo ineditismo do tratamento do tema no Brasil. Também visa fortalecer o diálogo com a sociedade por meio de ações educativas e de amplo engajamento.

Portanto, em 2021, o projeto encerrou com a seleção do diagramador e do ilustrador, podendo concluir que, apesar do atraso na contratação dos profissionais, não houve prejuízo do planejamento e a ação regulatória prevista encontra-se em andamento no presente ano.

Em regime de exceção, a Agência trabalhou, como já mencionado acima, a maior parte do ano remotamente, com os seus servidores realizando o teletrabalho, que foi instituído em todos os órgãos do GDF, para tentar conter o avanço da propagação do vírus. Os trabalhos foram desenvolvidos com excelência, não deixando nada a desejar, uma vez que o corpo técnico está altamente comprometido com as atividades desenvolvidas, não influenciando para a efetivação dos trabalhos o fato da realização remota deles.

Os desafios para o exercício de 2022 continuarão a ser grandes, entretanto, a Adasa tem se mostrado preparada para enfrentá-los. Vislumbra-se um ano extremamente positivo, ainda que intenso, exigindo muito esforço e dedicação. O corpo técnico está cada vez mais ciente da importância das suas ações, encontrando-se altamente preparado para desenvolver um trabalho de excelência, primando sempre pela efetividade e agilidade na prestação do serviço público, que deverá sempre estar voltado para o interesse da sociedade do Distrito Federal.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB, instituída nos termos da Lei n.º 1.813, de 30 de dezembro de 1997, alterada pela Lei n.º 1.996, de 02 de Julho de 1998, a qual cria a estrutura organizacional e de cargos na Fundação, alterada sua denominação por força do art. 6º, inciso VI, do decreto n.º 27.591, de 1º de janeiro de 2007, entidade da Administração Indireta, de que trata o art. 7º, inciso I, alínea "f", do Decreto n.º 36.236, de 1º de janeiro de 2015, alterada sua estrutura administrativa por meio do Decreto n.º 37.359, de 24 de maio de 2016, possui Regimento Interno, por meio da Instrução n.º 39, de 15 de abril de 2009, aprovado através da Resolução n.º 08/2009 do Conselho Deliberativo da entidade. Rege-se pelo Estatuto alterado pela Instrução n.º 57, de 13 de setembro de 2016, e pelas disposições legais pertinentes.

De acordo com o arts. 3º e 4º da Lei n.º 1.813/1997, a síntese das competências desta Unidade estão descritas na forma de metas e finalidades, como segue:

Tem por metas:

I - contribuir para a conservação do patrimônio de biodiversidade do Distrito Federal, por meio da manutenção de programas de conservação e pesquisa in situ e ex situ, em especial nas áreas de cerrado do Distrito Federal e entorno;

II - produzir, sistematizar e disseminar informações, pesquisas, análises, estudos e projetos de preservação do meio ambiente, em particular sobre a fauna e a flora, para a melhoria do complexo ecológico sob sua guarda;

III - promover a conscientização ecológica dos visitantes por meio da manutenção de programas interativos de educação ambiental que permitam o envolvimento e a participação do usuário nas atividades, programas e projetos do Pólo Ecológico de Brasília;

IV - investir na criação e na manutenção de calendário de atividades de lazer destinadas à valorização da cultura e à preservação da natureza, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para a geração de emprego e renda no Distrito Federal.

Tem por finalidades:

I - contribuir, pela excelência de seus programas e projetos de conservação, pesquisa, educação e lazer, para o credenciamento de Brasília como um dos maiores e mais promissores centros de desenvolvimento sustentado do País;

II - alcançar a auto-suficiência econômica pela eficiente administração dos recursos materiais do seu patrimônio e pela captação e arrecadação de recursos financeiros a serem utilizados no cumprimento de suas finalidades e objetivos;

III - criar condições objetivas para a sustentabilidade do Pólo Ecológico de Brasília, mediante a implementação de política de gestão ambiental moderna, compartilhada e participativa, ancorada no respeito aos princípios éticos e morais que regem a convivência harmoniosa entre o ser humano e a natureza;

IV - contribuir e participar de programas de conservação e pesquisa nacionais e internacionais, estabelecendo convênios e parcerias com prestigiosas instituições científicas e ambientais do Brasil e do exterior;

V - manter intercâmbio com órgãos governamentais incumbidos institucionalmente das questões ambientais, promovendo, sempre que necessário, atos de mútua cooperação;

VI - assegurar o bem-estar dos animais mantidos em cativeiro, bem como da fauna visitante, proporcionando-lhes conforto e cuidado adequado;

VII - incentivar a visitação pública com a oferta de atrações e espaços de qualidade a preços acessíveis a todos os segmentos sociais;

VIII - pesquisar, desenvolver e difundir novas tecnologias e metodologias de manejo e reprodução de animais silvestres em cativeiro e de proteção de seus habitats.

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília/FJZB é uma instituição socioambiental. Inaugurada no dia 06 de dezembro de 1957, antes mesmo da capital federal, a Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) desenvolve ações com foco na educação ambiental, conservação e preservação da fauna brasileira. Tem o privilégio de ser a primeira instituição ambientalista criada no Distrito Federal. É um órgão da administração indireta vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do DF (SEMA).

Realiza ações relevantes para o meio ambiente, com foco no trabalho de conservação e pesquisa, o que contribui para preservação de animais ameaçados de extinção. Quanto ao desenvolvimento científico, o Zoo Brasília trabalha em parceria com entidades renomadas como a Universidade de Brasília (UnB), Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (Embrapa), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e Instituto Federal de Educação Teológica (IFTB), entre outras.

O Zoológico de Brasília também é palco de grandes atrações, o que o torna mais atrativo durante os finais de semana e feriados, sendo visitado por milhares de brasilienses, turistas brasileiros e estrangeiros de todas as idades. Nossa missão é manter a Fundação Jardim Zoológico de Brasília/FJZB como um centro de excelência voltado para a conservação, pesquisa, educação e lazer.

Possui uma área de 139,7 hectares, onde 3 destes são destinados a produção de alimentos dos animais. Nas outras áreas estão distribuídos: edificações da administração desta Fundação, hospital veterinário, os recintos dos animais, o Museu de Ciências Naturais, Borboletário, área para camping e piquenique, playground, lagos artificiais, áreas arborizadas para passeio, lanchonetes, entre outros.

Atualmente o Zoo Brasília realiza um trabalho diário que envolve um total de 595 animais, conforme fonte de informação extraído da média/mensal/SAG/2021, os quais integram o plantel do Zoológico de Brasília, e desse total, aproximadamente 551 animais possuem o registro por meio do SISFAUNA- Sistema Nacional de Gestão de Fauna, distribuídos entre espécies de aves, répteis e mamíferos. Também pertence ao Zoo uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), conhecido como Santuário de Vida Silvestre, somando 440 hectares, limitando-se ao Aeroporto Internacional JK e a Vila Telebrasília. A FJZB é responsável pela gestão de todo o complexo ecológico formado pelas áreas citadas.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	13	4	6	2	25
Comissionados sem vínculo efetivo	13	17	0	0	30
Requisitados de órgãos do GDF	10	1	1	1	13
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	3	0	3
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	9	4	13
Terceirizados (FUNAP)	0	0	2	0	2
Outros - especificar	0	0	175	52	227
Subtotal	36	22	196	59	313

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
(-) Cedidos para outros órgãos	1	0	0	0	1
Total Geral	35	22	196	59	312

De acordo com a tabela da força de trabalho desta Fundação segue as especificações das categorias de trabalho dos **227** (duzentos e vinte e sete)– **Colaboradores:**

1- Outros - especificar:

1.1- 06 – Conselheiros do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Fundação Jardim Zoológico de Brasília/FJZB.

1.2- 93 (noventa e três) Colaboradores que compõe a força de trabalho oriunda de contratação de prestação de serviços especializados de manutenção, técnico e administrativo com fornecimento de material e mão de obra exclusiva, visando o atendimento das demandas da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, sendo:

Auxiliar de Limpeza:20, Auxiliar de Jardinagem:18; Jardineiro:01, Supervisor da Turma de Limpeza;01 (40) // Bombeiro:02, Eletricista:02, Marceneiro:02, Operador de Motosserra:01, Pedreiro:04, Pintor:02; Serralheiro:03, Servente de Obras:06, Supervisor de Manutenção e Reparos:01 (23) // Motorista Veículo Pesado:05, Operador Máquina Pesada:02, Operador Retroescavadeira:01 (08) // Apoio Administrativo - Técnico Operacional - Almoxarife:01, Copeiro:01; Administrador de redes :01, Bilheteiro: 07, Monitorador de sistema de Suporte ao Usuário: 01, Desenhista Técnico- Cadista:01, Apoio administrativo, técnico e operacional - Recepcionista Atendente:02, Apoio administrativo, técnico e operacional-Técnico em Secretariado:08 (22);

1.3 – 52 (cinquenta e dois) Colaboradores que compõe a Força de trabalho, que atuam em atividades da área fim, oriundos de contratação de empresa para a prestação de serviços de suporte de manejo de fauna e de educação ambiental, com o fornecimento de equipamentos, insumos e mão de obra exclusiva, visando o atendimento das demandas da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, sendo:

Supervisor de Condicionamento Animal: 01, Supervisor de Educação Ambiental:02, Supervisor de Enriquecimento Ambiental:01, Supervisor de Manejo de Fauna:03, Tratador de Animais:45 (52);

1.4 – 68 (sessenta e oito) Colaboradores da área de Vigilância: Prestação de serviços especializados de vigilância ostensiva, armada e desarmada, diurno e noturno, para atender os próprios desta Fundação. Contrato de Prestação de Serviços nº 29/2017-SEPLAG , distribuídos em:

Função	Quantidade de Postos	Quantitativo de Funcionários
Vigilante diurno desarmado sem intrajornada: 12x36	24	48
Vigilante noturno armado sem intrajornada: 12x36	08	16
Vigilante diurno, armado sem intrajornada: 12x36	01	02
Vigilante noturno armado motorizado sem intrajornada: 12x36	01	02
Total: Postos 34 contendo 68 funcionários	34	68

1.5 – 08 (oito) Colaboradores de empresa especializada em serviços de brigada contra incêndio e pânico, com alocação de bombeiros civis, além de líder e mestre, em postos diurnos e noturnos com fornecimento de materiais, equipamentos e acessórios para atender as demandas desta Fundação: Contrato de Prestação de Serviços nº 014/2017-SEPLAG

Função	Quantidade de Postos	Quantitativo de Funcionários
Bombeiro civil Diurno	2	8
Total: 02 postos contendo 08 funcionários		8

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	270000,0	405202,0	86631,33	86631,33
0001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	250000,0	250000,0	0	0
6177 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR-JARDIM ZOOLOGICO-DISTRITO FEDERAL	20000,0	155202,0	86631,33	86631,33
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	100000,0	100000,0	74800,00	57060,61
9554 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	74800,00	57060,61
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	891762,0	375877,00	375876,09	366811,43
0019 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	891762,0	375877,00	375876,09	366811,43
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	370000,0	250000,0	110946,81	102016,38
7042 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	370000,0	250000,0	110946,81	102016,38
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10000,0	10000,0	10000,00	8837,15
0023 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FJZB-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	10000,00	8837,15
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	1641762,00	1141079,00	658254,23	621356,90

- EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS DE PEQUENO VALOR-RPV

Neste exercício viabilizamos o pagamento de sentenças judiciais, por meio de requisição de pequeno valor-RPV, para 04 (quatro) pessoas em atendimento as Decisões Judiciais das Varas: 11ª Vara do Trabalho de Brasília; 13ª Vara do Trabalho de Brasília e 14ª Vara do Trabalho de Brasília. O pagamento das sentenças judiciais esta Fundação recorreu a alteração no Orçamento da Unidade em atendimento as determinações judiciais.

Tal montante correlaciona-se às ações trabalhistas, movidas em desfavor de empresas terceirizadas e subsidiariamente em desfavor desta FJZB.

- FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO

O Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, de janeiro de 2018, em obediência ao disposto no artigo 13, inciso VIII, da Medida Provisória nº 2.158-35, 24 de

agosto de 2001, combinado com os artigos 69 e 72 do Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002. Este programa tem por objetivo financiar o pagamento do seguro-desemprego, abono e participação na receita dos órgãos e entidades, tanto para os trabalhadores de empresas públicas, como privadas. O PIS/PASEP é também uma espécie de segurança do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

O Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). No conhecimento popular, o PIS/PASEP se trata de um benefício pago anualmente aos trabalhadores formais, sempre relacionado ao tempo de duração dos serviços prestados durante o ano-base, ou seja, no ano anterior.

- CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA

Está Fundação realizou pagamento da folha de pagamento de pessoal: Versão - 17 - licença prêmio ativo-RPPS/financeiro, relativo a conversão de licença prêmio em pecúnia para 08 (oito) servidores/média aposentados, o pagamento está sendo realizado em 36 (trinta e seis) parcelas/mensais em conformidade com a edição da Lei Complementar nº 952, de 16/07/2019, publicada no Diário Oficial de número 76, Edição Extra de 30//10/2019, e regulamentada por meio do Decreto nº 40.208, de 30/10/2019, possibilitou o pagamento da conversão de licença prêmio em pecúnia aos servidores pertencentes ao quadro de pessoal desta Fundação, que conquistaram o direito à aposentadoria em 2017; 2018, 2019, 2020 e 2021, contemplados com o pagamento da Licença Prêmio Pecúnia.

Desta forma, o Governo do Distrito Federal-GDF realizou o pagamento parcelado relativo a conversão de Licença Prêmio em pecúnia, viabilizando o início de acerto de contas aos servidores público do GDF.

- RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL

A ação de ressarcimentos, indenizações e restituições possuem ligação direta com a folha de pagamento do servidor da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, e neste exercício foram contemplados com ressarcimentos efetuados: [jan: 14; fev: 04; mar: 06; abr: 10; mai: 02; jun: 10; jul: 06; ago: 12; set: 02; out: 02; nov: 07; dez: 06].

- OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

Esta ação proporcionou o pagamento de multas aplicadas à esta Fundação Jardim Zoológico de Brasília, em virtude de envio de Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social/GFIP, para viabilizar a emissão das Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais/DCTF, enviadas fora do prazo fixado de acordo com a legislação.

Desta forma, foi emitido pela Receita Federal Consulta Auto de Infração/Notificação de Lançamento, bem como as Notificações com as multas aplicadas à esta Fundação, referente ao período de 2009 a 2017, pagas neste exercício financeiro.

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	203022,0	140555,00	140554,37	106992,60
0001 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DA FJZB-DISTRITO FEDERAL	203022,0	140555,00	140554,37	106992,60
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	40000,0	3819,0	3818,64	0

8729 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA-FJZB-DISTRITO FEDERAL	40000,0	3819,0	3818,64	0
1766 - CONSTRUÇÃO DE RECINTOS PARA ANIMAIS	50000,0	0,0	0	0
6965 - CONSTRUÇÃO DE RECINTOS PARA ANIMAIS NO JARDIM ZOOLOGICO-- CANDANGOLÂNDIA	50000,0	0,0	0	0
1998 - PROJETO - ZÔO DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	61000,0	0,00	0	0
0002 - PROJETO - ZÔO DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL-- CANDANGOLÂNDIA	61000,0	0,00	0	0
2940 - CONSERVAÇÃO DA FAUNA	50000,0	0,0	0	0
0001 - CONSERVAÇÃO DA FAUNA-DA FJZB- CANDANGOLÂNDIA	50000,0	0,0	0	0
3129 - REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS	90000,0	470000,00	419222,84	145288,13
2583 - REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	90000,0	470000,00	419222,84	145288,13
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	210000,0	199000,0	0	0
9634 - PROJETO - O ZOO DE BRASÍLIA E A CONSERVAÇÃO DAS SERPENTES NA ZONA RURAL	210000,0	199000,0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	30000,0	4700,0	4700,0	4700,0
0160 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FJZB- CANDANGOLÂNDIA	30000,0	4700,0	4700,0	4700,0
4086 - ASSISTÊNCIA A ANIMAIS	6576000,0	6136866,00	5857608,98	5180847,95
0002 - ASSISTÊNCIA A ANIMAIS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	6576000,0	6136866,00	5857608,98	5180847,95
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	7310022,00	6954940,00	6425904,83	5437828,68

- MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília, em cumprimento a Instrução nº 88 de 18 de junho de 2008 (Estatuto da FJZB), Instrução nº 39, de 15 de abril de 2009 (Regimento Interno da FJZB), e em conformidade com a Lei n 4.585 de 13/07/2011, mantém dois Conselhos em funcionamento o Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo:

O Conselho Deliberativo da Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB exerce funções de orientação, normatização e controle da execução das atividades da Fundação, visando a garantia da coerência, integridade e objetividade da referida entidade, segundo seu Estatuto aprovado através da Resolução nº 16/2008 do próprio colegiado.

Conforme Instrução nº 18, de 10 de fevereiro de 2010.O Conselho Fiscal é o órgão estatutário de fiscalização e controle interno da Entidade. Seu funcionamento permanente, sua

competência, composição, atribuições, requisitos, impedimentos, deveres e responsabilidades dos seus membros regem-se pelo Estatuto da FJZB.

De acordo com as informações constante no Sistema de Acompanhamento Governamental/SAG/2021, esta Fundação remunerou, por meio de pagamento de Jeton, em média 04 (quatro) Conselheiros durante o exercício de 2021. [jan:02 fev:03; mar:02; abr:02; mai:04; jun:03; jul:05; ago:06; set:03; out:05; nov:05; dez: 02].

Os Conselhos trabalham em conjunto, para viabilizar a prática de uma boa governança corporativa é essencial que o Conselho Deliberativo encaminhe suas atas ao Conselho Fiscal e reúna-se eventualmente com o mesmo, visando tratar de temas de interesse comuns da Fundação.

- PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Considerando a limitação orçamentária para fins de aplicação de recursos em publicidade e propaganda de utilidade pública, esta Fundação contratou empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento e entrega de periódicos (jornais e revistas), impressos e em versão eletrônica, a fim de atender as demandas administrativas e dos setores da área técnica que necessitam de jornais para enriquecimentos com os animais sob os cuidados desta Fundação.

- REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS:

As reformas dos recintos foram realizadas por meio do Contrato de Prestação de Serviços nº 40.276/2019, sob demanda, de serviços comuns de engenharia inerentes à manutenção predial preventiva e corretiva de bens imóveis, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, conforme Processo de origem GDF/SEI: 00196-00003056/2018-12. Esse Contrato viabilizou a readequação dos recintos citados a seguir:

- Recinto do Elefante - Belinha:

A Fundação tem animais do seu plantel cadastrados em diversos studbooks internacionais, recebendo recomendações de pareamento para fins reprodutivos de diversas espécies. Entre elas o elefante denominado Belinha. Esta Fundação também tem studbook keepers, sendo eles responsáveis pelas espécies elefante-africano. Atualmente esforços têm sido feitos para estimular a reprodução de animais já pertencentes ao plantel. Os pareamentos estão sendo feitos e os recintos estão sendo preparados para propiciar um ambiente favorável à reprodução.

Neste exercício, as principais reformas no recinto do elefante foram: reforço nas portas; a instalação do sistema de abertura dos tanques de água dos cambiamentos; finalização da parede do semi-fosso; modificação do portão de acesso principal; construção do muro de contenção (gabião), construção da cerca de acesso ao elefante macho e Chocolate Implantação do Brete da Belinha.

As fotos anexadas a seguir demonstram de forma parcial a revitalização do recinto do elefante africano denominado Belinha, sendo que na sequência temos: o antes da reforma, após a reforma, a troca do cercamento e a implantação do brete no recinto.





Em outubro/2021 o Zoológico de Brasília inaugurou brete de treinamento para elefante, com o objetivo de promover o bem-estar e a saúde dos animais sob seus cuidados. Por meio do novo equipamento, construído sob as medidas dos elefantes da FJZB, é possível realizar procedimentos veterinários e análises clínicas sem a intervenção anestésica. Para isso, são realizados treinamentos duas vezes por semana por uma equipe híbrida, composta por biólogos, médicos veterinários e cuidadores de animais.

Para que os animais atinjam o comportamento esperado a técnica adotada é a condicionamento operante com reforço positivo. Toda vez que o animal realiza o movimento solicitado, como dar a pata para os cuidados de suas unhas ou a orelha para facilitar a colheita de sangue, uma recompensa alimentar é fornecida. Caso o animal não o execute, não ocorre nenhuma punição, por isso a importância do brete e dos treinamentos nos dá muitas possibilidades de desenvolver inúmeras tarefas com os elefantes.

Além disso, o equipamento facilitará que os procedimentos veterinários ocorram, como colheita de sangue e exames preventivos. Por meio dos treinamentos, tais práticas ocorrerão de forma com que o próprio animal, de maneira cooperativa, permita que a equipe técnica se aproxime para a execução dos procedimentos.

Os treinamentos são realizados em conjunto com os cuidadores do setor e ocorrem duas vezes por semana, com duração de aproximadamente 45 minutos. Por enquanto, somente a elefante Bela passa pelos treinamentos, mas a expectativa é que em breve o elefante Chocolate também comece com as atividades de condicionamento.

- Recinto do Cervídeo:

Tendo em vista o Acordo de Cooperação Técnica para a implantação dos programas de manejo de espécies ameaçadas. Os Programas de Cativeiro são coordenados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio em conjunto com a Associação de Zoológicos e Aquários do Brasil/AZAB, com o objetivo de organizar o manejo das espécies, orientar as melhores destinações e pareamentos, bem como traçar um planejamento de longo prazo. Para a primeira fase foram escolhidas 25 (vinte e cinco) espécies, entre mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes que necessitam de um manejo intensivo pelos Zoológicos, Aquários, Mantenedouros e outras Instituições que mantem animais em cativeiro.

Para viabilizar o manejo integrado entre populações de vida livre e em cativeiro foi decidido juntamente com a AZAB e a studbook keeper, da espécie, que a melhor destinação do Cervídeo macho denominado Dudu, foi vir para o Zoológico de Brasília.

Desta maneira, a Fundação se disponibilizou a realizar a implantação do recinto do Cervídeo (fotos abaixo), com o objetivo de atender aos requisitos legais para o recebimento dos indivíduos, considerando que as instituições são responsáveis por providenciarem toda a documentação e a logística necessárias para a transferência dos animais.



Esta Fundação envidou esforços para o rápido resgate de um filhote macho de cervo do pantanal de nome Dudu. Este macho foi resgatado em fevereiro deste ano, de acordo com a instrução processual nº 00196-00000168/2021-17, e está sob os cuidados desta Fundação, se desenvolvendo bem. Como este macho foi criado desde filhote por seres humanos, tem a necessidade urgente de ficar com outro indivíduo da sua espécie, para evitar problemas reprodutivos no futuro.

Este animal tem uma importância muito grande para o programa de cativeiro por se tratar de um fundador, vindo da natureza e trazendo novas informações genéticas para o plantel. Salientamos, porém, que conforme orientação do Programa de Cativeiro do Cervo do Pantanal, para que a transferência da fêmea pudesse ser realizada, foi necessário adaptações no recinto para o recebimento da mesma.

Após as adaptações necessárias do Recinto recebemos uma fêmea para parrear com o macho Dudu, que já está em nossa instituição, para o programa de reprodução.

Para a reforma do recinto dos cervídeos, conforme projeto arquitetônico realizamos algumas alterações estruturais e melhorias, no intuito de preparar o ambiente para o recebimento do animal, de um casal de cervo-do-pantanal, visando adaptar o recinto às exigências do Programa de Conservação do Cervo-do-Pantanal. A reforma do recinto seguiu todas as exigências realizadas pela AZAB, com o objetivo de proporcionar o bem estar animal.

- Recinto das Borboletas e/ou Borboletário

Realizamos a revitalização do borboletário, por meio da cúpula de visitação, com a substituição do piso da área de visitação, que era de cimento, por bloquete, substituição de telas, pintura das grades de proteção da área de visitação, instalação de uma tampa de madeira para um terrário (um espaço fechado e controlado que pretende reproduzir as características do ambiente onde habitam certos seres vivos, deste modo, procura-se facilitar a sobrevivência dos animais neste tipo de cativeiro) de 50cmx30cm, reforma do fundo e pintura de outra caixa, a serem utilizadas para exposição das espécimes de borboletas, confecção e instalação de casqueiros na grade que se encontra na frente da entrada do borboletário, e divisória de casqueiro entre os corredores de entrada e saída da cúpula, de modo a separar completamente estes dois ambientes, confecção de 15 bolachas de madeira com 8 cm de altura e no mínimo 30 cm de diâmetro para ambientação do borboletário.

As fotos anexadas a seguir demonstram de forma parcial a revitalização do recinto das borboletas denominado Borboletário e do recinto dos hipopótamos, sendo que na sequência temos: a vista de frente do Borboletário e a vista interna da cúpula e a revitalização parcial.



Recinto dos Hipopótamos

Nos recintos dos hipopótamos, foi revitalizado: por meio da pintura das cercas, da colocação de areia, plantio de gramas e correção do semi-fosso. Entretanto, a reforma mais relevante ocorreu na ampliação da área.



Apesar de ser um dos animais mais populares em zoológicos, muita gente acredita que o hipopótamo só precisa de água para viver. Mas a verdade é que esse mamífero de grande porte, que pode atingir a marca de 1,5 tonelada, utiliza a água apenas como refúgio contra o sol, para proteger sua pele sensível.

Com base nisso e com o objetivo de incrementar o bem-estar das espécies sob seus cuidados, o Zoológico de Brasília realizou uma reforma no recinto das quatro fêmeas de hipopótamo que vivem na instituição. Agora, ao invés de somente 300 m² para caminhar, as meninas contam com um espaço sete vezes maior, ou seja, com mais de 2.000 m².

Um estudo publicado em 2018 analisou a qualidade de vida dos hipopótamos em 34 zoológicos da América do Norte. Com a pesquisa, descobriu-se que existem sérios problemas de infraestrutura para que esses animais desfrutem de uma vida de qualidade. O principal deles é a limitação de espaço terrestre para os animais caminharem, visto que se trata de uma espécie que, ao entardecer, sai da água para explorar e procurar alimento.

O novo espaço foi aprovado pelas moradoras, que o têm explorado diariamente e usufruído dos diversos elementos naturais, como barrancos e árvores, que compõem a ambientação do recinto em que estão. A expectativa é que, assim, Bárbara, Catarina, Chumbinho e Iully, como são carinhosamente chamadas, melhorem suas aptidões físicas e se comportem cada vez mais como hipopótamos selvagens.



O hipopótamo-comum, conhecido cientificamente como *Hippopotamus amphibius*, é um mamífero semiaquático, ou seja, frequenta tanto a terra quanto a água. Apesar de ser um dos mamíferos mais pesados do mundo, é uma espécie bem rápida em terra, podendo chegar até 30km/h. No passado, o *Hippopotamus amphibius* tinha ocorrência desde o delta do Nilo, no norte da África, até o sul deste continente. Mas, devido à caça e à destruição do habitat, hoje existem apenas em rios e lagos da bacia do Congo até a África do Sul.

Estima-se que, em 10 anos, a população de hipopótamos no ambiente natural diminua em mais de 20%. Por isso, trata-se de uma espécie ameaçada de extinção e que depende de esforços para não desaparecer da natureza.

Ouros Recintos

A revitalização do recinto do rinoceronte: Thor, passou por pinturas das paredes interna e externa. Estas pinturas tem como objetivo melhorar a experiência do público na visitaçao, mostrando o cuidado que a instituição tem com o ambiente dos animais, ocorreu também a vedação dos vazamentos dos tanques, foi realizada a manutenção do portão e substituição da areia do recinto, que atualmente abriga o rinoceronte-branco, inserimos areia rosa para o cambiamento do recinto. Vale ressaltar que esta areia será usada para fazer a cama do animal e troca da madeira de sustentação do vidro em frente ao cambiamento do recinto. Inserimos também um pneu de trator no centro do recinto do rinoceronte: Thor, em um mourão de

madeira para atividade de enriquecimento ambiental. A revitalização é necessária para proporcionar o bem estar dos animais.

Realizamos a revitalização das instalações elétricas do serpentário, visando a manutenção de dois aquecedores.

Foi realizada a confecção de um comedouro para o recinto Teiú (é o lagarto mais comum em cativeiro, no Brasil). Esse serviço foi necessário para que não fiquem vasilhas expostas ao público. O recipiente que é colocado a alimentação foi disponibilizado, para que seja feitos os devidos moldes na "bolhacha" de madeira.

Ocorreu, também neste exercício, a pintura das paredes e área interna de diversos recintos em fossos: babuíno, urso-de-óculos, onça-pintada e suçuaranas. Estas pinturas tem como objetivo melhorar a experiência do público na visita da instituição.

- REALIZAÇÃO DE EVENTOS

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília, é uma Instituição que segue os atuais preceitos de um Zoológico moderno e baseia-se em 4 pilares fundamentais: a conservação, a educação, a pesquisa e o lazer. Nessa via, é um importante espaço para atividades de educação ambiental voltada para sustentabilidade e conservação da biodiversidade, contribuindo para a reflexão e construção de valores vinculados à mudança comportamental necessária para uma sociedade ecologicamente mais equilibrada. Para tanto, promove acesso à cultura, educação e lazer para todos os públicos, desenvolvendo atividades contextualizadas no que tange à educação ambiental, e utilizando essas ferramentas oferecidas a esse público em diversos momentos.

Esse trabalho é realizado norteando-se na importância da educação ambiental descrita nas Políticas Nacional e Distrital de Educação Ambiental. Tendo como referencial o calendário nacional e muitas vezes as datas comemorativas referentes aos animais ou temas associados ao meio ambiente, realizamos eventos segundo nosso objetivo de promoção de acesso à cultura tendo como viés à educação para a conservação da biodiversidade. A maior parte das pessoas que visitam instituições que mantêm animais sob seus cuidados, têm como motivação maior o anseio de ver esses animais e dentro do possível, ter mais informações acerca daquela espécie. Isso é demonstrado pela quantidade de visitantes que anualmente procura nossa instituição, podendo ter como objetivo, lazer, entretenimento, cultura ou informação.

Partindo da premissa que no dia das Crianças, data comemorada no dia 12 de outubro, temos o maior público que visita nossa instituição em um único dia, e levando ainda em consideração o simbolismo representado por esta data, entendemos ser necessário a elaboração de uma grade de atividades adicionais, visando ampliar as ofertas de educação, lazer e entretenimento voltadas ao público infantil.

Entretanto, devemos aqui ressaltar o contido no Artigo 1º da Portaria nº 25, de 25 de junho de 2021, que determina a restrição da capacidade da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, ficando limitada a ocupação máxima diária de 2.500 pessoas. Tal medida objetivou garantir a segurança ao público visitante e ainda a melhoria da prestação de serviços da Fundação Jardim Zoológico de Brasília. Tal medida está nas disposições contidas no Decreto 41.913, de 19 de março de 2021, em virtude da atual situação de emergência em saúde pública e pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde, em decorrência do vírus SARS-CoV-2, causador da COVID-19.

Ainda, os eventos de natureza presencial foram flexibilizados pelo Decreto nº 42.352, de 02 de agosto de 2021, que alterou o Decreto nº 41.913, de 19 de março de 2021, e dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19.

Assim, em uma perspectiva da transversalidade entre a educação, a sustentabilidade e a cultura, o Zoo Brasília se propõe a oportunizar ao seu público visitante atividades culturais que ao mesmo tempo sejam educativas, lúdicas e de ressignificação do uso do espaço público.

Como forma de consecução de tal atingimento, a Fundação Jardim Zoológico de Brasília realizou diversas atividades para o público visitante, como apresentações de mágica, malabarismo, mímica, perna de pau, palhaço, contação de histórias, pintura de mãos e oficina de bolha de sabão gigante, distribuídas em seu espaço em comemoração ao Dia das Crianças.

- ASSISTÊNCIA A ANIMAIS

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília-FJZB, quando foi criada como Parque Zoobotânico, embrião da Fundação Zoobotânica, tinha como propósito manter coleções das populações de animais dos cinco continentes, reproduzindo seus habitats, realizando pesquisa para conhecimento das características da flora, hábitos e necessidades da fauna nativa, inclusive visando ao seu manejo, para uso econômico.

Atualmente a FJZB, têm o corpo técnico formado por biólogos, veterinários, zootecnistas, com a equipe multidisciplinar está sendo possível agregar os conceitos modernos preconizados nas áreas de conservação, pesquisa, educação e lazer; com atuação sempre visando bem-estar dos seus animais, utilizando métodos de enriquecimento ambiental e condicionamento animal e têm, como principal objetivo, a conservação destas espécies em vida livre. Este objetivo é alcançado por meio da educação ambiental, pesquisa científica, reprodução de espécies ameaçadas de extinção para reintrodução e recebimento e recuperação de animais vítimas de tráfico, atropelamento, queimada, dentre outras situações de vulnerabilidade.

Sendo assim, os recursos alocados no âmbito do programa viabilizam as ações de Conservação da Fauna Silvestre e de Educação Ambiental e Uso Público. Abaixo destacamos a descrição as principais atividades desenvolvidas:

- Bem-Estar Animal

A realização de atividades de enriquecimentos ambientais, condicionamentos com os animais e observações dos comportamentos dos animais do ano de 2021, alcançaram 2998 enriquecimentos, sendo 1398 para mamíferos, 1263 para as aves e 337 para répteis. O Enriquecimento Ambiental consiste em oferecer oportunidades aos animais para interagirem com elementos colocados nos recintos, esses objetos são colocados no intuito de aumentar o repertório comportamental e as atividades dos animais desempenhando condutas mais próximas aquelas que as espécies têm na natureza.

Já o condicionamento de animais sob cuidados humanos são atividades de aprendizagem para realizar comandos seguidos por esforço positivo, nesses condicionamentos os animais respondem de forma voluntária e cooperam nos cuidados veterinários, nos cuidados diários do trato deles, trazendo mais segurança para todos os envolvidos. Foram realizados 9398 treinos no total, com os indivíduos das seguintes espécies: Ariranha, babuíno, bugio mão ruiva, bugio preto, cachorro do mato, cachorro vinagre, cairara, casuar, caititu, cervo do pantanal, elefantes, furão, gavião, gato do mato pequeno, gato palheiro, girafa, hipopotamos, jacarés, jaguarundi, lobo-guará, lontra, macaco japonês, macaco da noite, mico estrela, mico leão cara dourada, onça parda, onça pintada, raposa do campo, rinoceronte, sagui branco, sagui cara branca, sagui imperador, sagui una, sauim de coleira, urso, zebra e zogue zogue.

- Reprodução de espécies ameaçadas de extinção

No acordo de cooperação técnica firmado entre a Associação de Zoológicos e Aquários do Brasil (AZAB) e o Instituto Chico Mendes (ICMBio/MA), uma lista de espécies ameaçadas de extinção foi criada para estabelecer um foco para esforços conservacionista dos zoológicos filados à AZAB. Destas, a FJZB abriga a jacutinga (*Aburria jacutinga*), o macaco-aranha-de-cara-branca (*Ateles marginatus*), o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), a ararajuba (*Guaruba guarouba*), o mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*), o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), a onça-pintada (*Panthera onca*), o sauim-de-coleira (*Saguinus bicolor*) e o cachorro-vinagre (*Speothos venaticus*). Além disso, também participa de programas de conservação do cervo-do-Pantanal (*Blastocerus dichotomus*) e da harpia (*Harpia Hapyja*). A FJZB participa também do Planos de Ação Nacional-PAN, para conservação de tatu-bola, tamanduá- bandeira e tatucanastra.

Além disso, a FJZB tem animais do seu plantel cadastrados em diversos studbooks internacionais, recebendo recomendações de pareamento para fins reprodutivos de diversas espécies. Estas são: mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*), mico-leão-de-cara-dourada, bugiopreto (*Alouatta caraya*), bugio-de-mão-ruiva (*Alouatta belzebul*), bugio-ruivo (*Alouatta seniculus*), zogue-zogue (*Callicebus cupreus*), lobo-guará, jaguatirica (*Leopardus pardalis*), gato-do-matopequeno (*Leopardus guttulus*), gato-palheiro (*Leopardus colocolo*), jaguarundi (*Puma yagouaroundi*), rinoceronte-branco (*Ceratotherium simum simum*), tamanduá-bandeira, cachorro-do- mato-vinagre, ariranha (*Pteronura brasiliensis*), elefante-africano e jararaca (*Bothrops otavioi*). A FJZB também tem studbook keepers, sendo eles

responsáveis pelas espécies elefante-africano, jararaca, cachorro-domato-vinagre e, os mais recentes, tamanduá- bandeira e ariranha.

Nasceram neste ano um filhote de anta (*Tapirus terrestris*) e um filhote de bugio ruivo (*Alouatta seniculus*).

Recebemos filhotes de Periquitão (*Psittacara leucophthalmus*), 2 filhotes de Maracanã-nobre (*Diopsittaca nobilis*) e postura de ovos das espécies Ararinha-de-testa-vermelha (*Ara rubrogenys*) e Papagaio-campeiro (*Amazona ochrocephala*), um cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*) filhote, um Ouriço cacheiro (*Coendou prehensilis*), um tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*) filhote, duas onças-pintada (*Panthera onca*) filhotes, um lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) filhote, um cateto (*Pecari tajacu*), um cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), uma fêmea de urso-de-óculos (*Tremarctos ornatus*). E recebemos ainda os seguintes Artrópodes: *Eublepharis macularius*, 2 indivíduos de Bicho-Pau (*Cladomorphus phyllinum*), 3 indivíduos de Bicho-Pau-Verde (*Candovia peridromes*), 9 indivíduos de Bicho-Pau-Espinhoso (*Extatosoma tiaratum*), 3 indivíduos de Barata-Gigante (*Blaberus giganteus*), 150 indivíduos de Barata-de-Madagascar (*Gromphadorhina portentosa*), 250 Indivíduos de Barata-de-Laboratório (*Nauphoeta cinerea*), 60 indivíduos de Tenébrio-Gigante (*Zophobas morio*), 1 indivíduo de Escorpião-Amarelo (*Tityus fasciolatus*), 1 indivíduo de Aranha-Caranguejeira (*Acanthoscurria paulensis*), 20 indivíduos de Mosca-da-Fruta (*Drosophila hydei*), 15 indivíduos de Formiga-Saúva (*Atta laevigata*).

- Berçário

O Berçário da FJZB recebe filhotes órfãos principalmente de resgates de apreensões feitas pelo IBAMA e BPMA. Os indivíduos recebem os cuidados da equipe técnica e a maioria são encaminhados para outras instituições para participar de programas de reintrodução em seu ambiente natural. Em 2021 recebeu o total de 104 mamíferos, 112 aves e 03 reptéis.

- Atendimento Veterinário e Nutricional

O Hospital Veterinário da FJZB, realiza atendimento clínico, cirúrgico, laboratorial e de emergência com serviços especializados, para os animais do plantel, bem como propicia internamento para os animais resgatados pela própria Fundação e por outras instituições federais (CETAS-DF, BPMA-DF, IBAMA e UnB).

Durante o período de 2021, 429 animais deram entrada no Hospital Veterinário da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, trazidos por civis e órgãos ambientais. Dentre eles, estão espécies que puderam retornar a natureza pelas vias legais, em parceria com o IBAMA, e outros que foram redirecionados a órgãos competentes após receberem alta médica.

Com relação aos animais do plantel, 125 animais receberam atendimento veterinário por diversas causas, sendo estes atendimentos profiláticos ou tratamento de acordo com a necessidade de cada espécie e indivíduo.

O manejo alimentar visando a garantia de uma alimentação adequada e balanceada para manutenção da saúde de todas as espécies, prevê no planejamento anual a aquisição de alimentos e suplementos utilizados na alimentação dos animais, e também, a produção de alimentos como forrageiras (capim-elefante, amoeira e malvaviscos) e biotério (tenébrios, camundongos, ratos, porquinhos-da-índia).

Atualmente o Zoo Brasília realiza um trabalho diário que envolve um total de 595 animais, os quais são mantidos na instituição. Para alimentar toda essa população, são consumidos aproximadamente 784 kg de produtos de origem animal, como carnes e ovos, 11.058 kg de frutas, verduras e legumes e 13.506 kg das mais diversas rações, suplementos e fenos.

Neste exercício, o Zoo Brasília recebeu um animal especial, denominado de Liz, a qual foi transportada por via aérea do estado de Salvador na Bahia, como segue:



Em dezembro/2021 o Zoo recebe nova moradora para reprodução e conservação de espécie ameaçada de extinção. Em parceria com a empresa de aviação aérea Cargo e a Inframerica, o Zoo de Brasília acolheu, a Liz, uma fêmea da espécie urso-de-óculos. O animal, que pesa aproximadamente 60kg, veio de Salvador e desembarcou no Aeroporto de Brasília por meio do Programa Avião Solidário da LATAM, para encontrar seu novo e primeiro parceiro. Ney, como é carinhosamente chamado pela equipe, está sob cuidados do Zoo de Brasília desde 2017 e, após pesquisa científica genealógica dos ursos nos zoológicos brasileiros, recomendou-se o seu pareamento com a Liz devido à maior variabilidade genética entre os dois indivíduos. A expectativa é que o casal integre os programas de conservação internacionais para a conservação da espécie.

O urso-de-óculos é a única espécie de urso cuja ocorrência é na América do Sul e, atualmente, encontra-se ameaçada de extinção pela perda gradual de habitat, o que a torna dependente de esforços em cativeiro para não desaparecer da natureza. Algumas estimativas sugerem que existam menos de cinco mil indivíduos na natureza, mas, felizmente, é uma espécie que se reproduz bem sob cuidados humanos, o que aumentam as expectativas no casal Ney e Liz.

A chegada da Liz tem o objetivo de contribuir efetivamente para a conservação da espécie por meio da reprodução em cativeiro. O nosso objetivo é que tanto Liz quanto Ney e seus filhotes façam parte dos programas de conservação internacionais. Se tudo der certo na reprodução, a gestação ocorrerá em sete meses, com um a três filhotes.

Durante aproximadamente 30 dias, Liz ficou em quarentena em um recinto temporário, fora da área de visitação, para que sejam realizados todos os clínicos e comportamentais necessários. O recinto foi ambientado para acolher Liz, com estruturas que remetem seu habitat natural, para garantir o seu bem-estar durante os cuidados da equipe técnica do zoológico. Enquanto isso, a equipe elabora estratégias de aproximação entre os dois indivíduos para que dê tudo certo no primeiro encontro.

Avião Solidário ajuda na conservação de espécies há 10 anos, o programa Avião Solidário encurta distâncias colocando à disposição a sua estrutura, conectividade e capacidade de transporte de passageiros e cargas para o benefício do Brasil e da América do Sul. No Brasil, o Avião Solidário já decolou para apoiar a conservação de mais de 4.500 animais de diferentes espécies, especialmente as ameaçadas de extinção. Somente em 2021, já foram transportados gratuitamente pelo programa macacos, onças, tamanduás e aves, totalizando 16 animais de diferentes estados do País, de norte a sul.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10422 - QUANTIDADE DE VISITAÇÃO ESPONTÂNEA NO ZOO BRASÍLIA	MIL UNIDADES	345,59	01/12/2018	Anual	362,87	198,25	150,00	392,54	150,00	X	300,00	X	SUEUP/FJZB/ UO 21207 / OE 150

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
Justificativa: 2020 - O resultado apresentado decorre do fechamento do parque aos visitantes no período de final de março a setembro, em virtude da Pandemia da COVID-19, 2021 - O quantitativo de visitantes foi alcançado de acordo com a meta estabelecida para o exercício de 2021.													
10434 - PÚBLICO BENEFICIÁRIO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ZOO BRASÍLIA	UNIDADE	71,00	01/12/2018	Anual	76330,00	3,35	2000,00	44,99	7100,00	X	70000,00	X	SUEUP/FJZB/ UO 21207 / OE 150
Justificativa: 2021 - Devido as medidas para enfrentamento decorrente do Coronavírus, vários projetos não retornaram para atendimento, em conformidade com o Relatório 02 (77513568) - 00196-00001138/2021-28: Zoo em ação = 0; Zoo escolar= 3890; Zoo Noturno = 161; Colônia de Feras = 0; Zoo Camping = 0; Zoo Convivência = 0; Zoo experiência = 448.													
10434 - PÚBLICO BENEFICIÁRIO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ZOO BRASÍLIA	MIL UNIDADES	71,00	01/12/2018	Anual	76330,00	3,35	2000,00	44,99	7100,00	X	70000,00	X	SUEUP/FJZB/ UO 21207 / OE 150
Justificativa: 2020 - O resultado é decorrência do fechamento do parque aos visitantes no período de final de março a setembro, em virtude da Pandemia da COVID-19, interferindo diretamente na execução dos projetos de forma negativa.													

EFEITO DA PANDEMIA CAUSADA PELO CORONAVÍRUS NAS AÇÕES RELACIONADAS AO PÚBLICO

Para perfeita compreensão do presente Relatório, cabe ressaltar que o Decreto nº 40.939, de 02 de julho de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo corona vírus, determinou os seguintes pontos:

Funcionamento do Zoológico de quinta-feira a domingo e feriados, das 9h às 17h.

Restrição da capacidade do zoológico limitado a ocupação máxima de 1500 pessoas.

Por sua vez, o Decreto nº 41.764, de 03 de fevereiro de 2021 estabelece:

Funcionamento de terça-feira a domingo e feriados, das 9h às 17h.

Restrição da capacidade do zoológico limitada a venda de 1.500 ingressos por dia

Já a Portaria nº 25, de 25 de junho de 2021, em seu Artigo. 1º, altera a restrição da capacidade da Fundação Jardim Zoológico de Brasília ficando limitada a ocupação máxima diária de 2.500 pessoas.

Ainda, a Instrução normativa nº 54, de 16 de março de 2020, em seu Artigo. 2º, define que fica determinado, no âmbito da Fundação Jardim Zoológico de Brasília-FJZB, as seguintes medidas temporárias de prevenção, sem prejuízo da adequada prestação dos serviços:

I – manutenção da visitação ao público, até novas determinações emitidas pelo Governo do Distrito Federal;

II – cancelamento da realização de eventos em espaços de uso coletivo, auditórios e salas pertencentes às dependências da FJZB, até novas orientações deste Ente Fundacional;

III – o fechamento do Borboletário e Museu, tendo em vista tratar-se de ambiente com circulação de ar reduzida, evitando aglomeração de pessoas;

V - suspensão de realização de eventos presenciais de capacitação e treinamento, devendo ser dada preferência a modalidades alternativas caso o evento não possa ser reprogramado para momento posterior

Essa mesma Instrução Normativa, em seu art. 4º, determina que fiquem suspensos os projetos estabelecidos na Instrução Normativa nº 8, de 14 de janeiro de 2020, exceto os constantes nos incisos VI - Zoo escolar, VII - Zoo Experiência, VIII - Zoo Acadêmico, IX - Zoo Noturno e XII - Zoo Capacitação.

De acordo com a Portaria 49/SEMA, de 18/11/2021, limitou a ocupação máxima diária em 5.000 (cinco) mil pessoas.

Por fim, a Instrução Normativa nº 300/FJZB, de 16 de dezembro de 2021, autoriza o retorno de todos os 10 (dez) Projetos ofertados.

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	90000,0	44035,0	44034,06	37314,39

8399 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	90000,0	44035,0	44034,06	37314,39
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA	90000,00	44035,00	44034,06	37314,39

Com o objetivo de fomentar o programa "REINTEGRA CIDADÃO", implementado por meio do Decreto nº 24.193/2003, que tem como objetivo proporcionar oportunidades aos sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, no seu processo de ressocialização e inserção social, pelo aprendizado de novas práticas profissionais e o oferecimento de trabalho remunerado, de prestação de serviços junto à Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP. A previsão contratual de mão de obra inicial abrange até 15 (quinze) sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, em regime semiaberto, aberto e livramento condicional, autorizados pela Vara de Execuções Penais do Distrito Federal – VEP e geridos pela FUNAP/DF, obedecida a qualificação e aptidão de cada sentenciado. O encaminhamento à esta Fundação, dos sentenciados, é realizado conforme o surgimento de demandas deste órgão, para execução de serviços distribuídos em diversas áreas de atuação os quais podem atuar na área meio desta Fundação, tais como:

I – Eletricista;

II - Manutenção de máquinas leves;

III – Pintor e

IV – Serviços Gerais (manutenção, conservação, preservação e recuperação de áreas públicas) conforme artigo 2º., inciso XII, do Decreto nº. 24.193, de 05 de novembro de 2003.

O Contrato de Prestação de Serviços realizado com a FUNAP – Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, com o objetivo de assistir e ressocializar sentenciados à disposição da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, tendo sido alcançado um atendimento em média, de 02 (dois) Sentenciados/mês, no período de janeiro a dezembro de 2021, conforme fonte de pesquisa da etapa: 007-Assistir e ressocializar sentenciados à disposição da FJZB, relativo ao 6º bimestre do SAG – Sistema de Acompanhamento das Ações Governamental, havendo serviço prestado pelos ressocializados. Assistidos: [jan: 3,00; fev: 3,00; mar: 3,00; abr: 3,00; mai: 2,00; jun: 2,00; jul: 2,00; ago: 2,00; set: 2,00; out: 2,00; nov: 2,00; dez: 2,00].

Atualmente o fornecimento de Mão de Obra é realizada por 2 (dois), sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, em regime semiaberto, aberto e livramento condicional, conforme Contrato de Prestação de Serviços nº 04/2017-FJZB-FUNAP.Os quais exercem atividades na: Manutenção, conservação, preservação e recuperação de áreas do Parque Zoológico, manutenção mecânica, lavagem e higienização de veículos e máquinas agrícolas; auxiliar o fornecimento com o trato de animais diariamente. Possuem Jornada de trabalho: Nos dias úteis das 8:00 às 17:00 hs.

8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	1383095,0	1539374,00	1539316,13	1427615,00
5314 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	1383095,0	1539374,00	1539316,13	1427615,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	6695865,0	7331750,00	7139494,87	7137701,81

8750 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	6695865,0	7331750,00	7139494,87	7137701,81
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	404805,0	404805,00	284791,56	284791,56
9573 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	404805,0	404805,00	284791,56	284791,56
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	4610100,0	5968814,00	5784483,36	5309598,88
9662 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	4610100,0	5968814,00	5784483,36	5309598,88
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	126950,0	662130,00	566959,91	237206,43
5840 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	126950,0	662130,00	566959,91	237206,43
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	200000,0	17950,00	17950,0	17950,0
5171 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	200000,0	17950,00	17950,0	17950,0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	150000,0	112000,0	91090,00	78994,40
8728 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - FJZB-DISTRITO FEDERAL	150000,0	112000,0	91090,00	78994,40
TOTAL - 8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO	13570815,00	16036823,00	15424085,83	14493858,08

- CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

Processo SEI Nº 00196-00001842/2019-66			Contrato de Prestação de Serviços nº 40.276/2019 - FJZB/Murano
Ordem de Serviço nº	Serviço	Situação	Valor a executado (R\$)
25/2020	Revisão da rede elétrica e do cabeamento estruturado da Bilheteria	Concluída	R\$ 120.420,04
1/2021	Execução de brete em estrutura metálica fabricada em perfis de chapa galvanizada dobrada	Concluída	R\$ 155.644,49
2/2021	Manutenção das instalações elétricas da câmara fria	Concluída	R\$ 10.974,40

3/2021	Revitalização da Lanchonete nº 1 - Aditivo	Concluída	R\$ 4.049,87
4/2021	Revitalização da Lanchonete nº 1 - Rede de esgoto externa	Concluída	R\$ 19.287,75
5/2021	Manutenção de equipamentos condicionadores de ar	Concluída	R\$ 12.799,42
6/2021	Retirada, reinstalação e pintura de guarda-corpo, contenção de maciços de terra com projeção de argamassa industrializada para revestimento, e outros.	Concluída	R\$ 63.398,32
26/2021	Troca de tela das cúpulas do Artropodário e da Casa de Criação	Concluída	R\$ 194.955,98
7/2021	Manutenção/troca da rede elétrica do serpentário	Concluída	R\$ 48.407,39
8/2021	Manutenção ar condicionado	Concluída	R\$ 1.876,37
9/2021	Manutenção postes de ferro	Concluída	R\$ 1.703,47
10/2021	Manutenção emergencial rede alta tensão	Concluída	R\$ 1.055,96
Total Geral			R\$ 508.641,47

- ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

A Fundação conta com uma força de trabalho de 316 (trezentos e dezesseis) profissionais de diversas áreas, e destes, um quadro de pessoal de 70 (setenta) servidores efetivos e comissionados.

- CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES

A concessão de benefícios aos servidores da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, consiste na concessão de vale transporte, auxílio alimentação, auxílio creche, auxílio funeral entre outros, tendo sido concedido neste exercício financeiro, em média mensal, a concessão para aproximadamente 64 (sessenta e quatro) servidores ativos e comissionados.

- MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

Neste exercício houve a manutenção desta Unidade por meio dos serviços de jardinagem, limpeza e manutenção, transporte e apoio administrativo, contratação de empresa especializada em controle de pragas, fornecimento de combustível, energia elétrica, fornecimento de água e tratamento de esgoto, contratação sob demanda de serviços comuns de engenharia inerentes a manutenção predial preventiva e corretiva dos bens imóveis, manutenção de equipamentos diversos inclusive de ar condicionado, execução de bretes de recintos dos elefantes-africanos, revisão da rede elétrica e do cabeamento estruturado da bilheteria, retirada, reinstalação e pintura de guarda-corpo do recinto do elefante Belinha, contenção de maciços de terra com projeção de argamassa industrializada para revestimento entre outros.

- MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Viabilizamos a aquisição de material de informática com o objetivo de promover melhorias no sistema de informatização para a Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB):

- 10 - Switch, com 48 portas 10/100/1000 MBPS Auto-MDIX;
 - 01 - Contratação de empresa para instalação da solução de implantação de rede wireless sem fio.
 - 01 - Aquisição de equipamentos de informática para compor a solução:
 - 01 - Controlador wlan, para gerenciamento simultâneo de 64 Pontos de Acesso através de comunicação cifrada ou tunelada, configuração e gerenciamento via linha de comando (CLI);
 - 04 - Access point gerenciável, ponto de acesso para rede local sem fio (WLAN) atendendo aos padrões IEEE 802.11a, IEEE 802.11b, IEEE 802.11g,
 - 01 - Firewall, para proteção de informação perimetral e de rede interna que inclui stateful firewall, com funcionalidades de Next Generation Firewall (NGFW), e console de gerência, monitoração e logs.

Aquisição de impressora de cartão, fitas ribbon color, fita ribbon mono black e kits completo de limpeza para supri-la, para atender as necessidades desta Fundação, visando a confecção de crachá do tipo cartão, bem como dos materiais necessários para executar os serviços da confecção de crachá, tendo em vista a necessidade de substituição da máquina atual em

razão de ser um equipamento ultrapassado, pois confecciona o crachá através de editores de textos semelhantes ao Word, visando um produto de qualidade, durabilidade e visibilidade, pois o crachá é um documento de apresentação junto a população, órgãos do Governo e empresas privadas.

- 01 01 (Unidade) Impressora de Cartão;
- 02 02 (Unidade) Fita Ribbon Color;
- 03 02 (Unidade) Fita Ribbon Mono Black;
- 04 02 (Kit) Limpeza;
- 05 1000 (Unidades) Cartão em PVC Branco;
- 06 1000 (Unidades) Porta Crachá Suporte Crachá Vertical.

Aquisição de catracas e cancelas de controle de acesso, para fins de implantação e viabilidade da segurança da FJZB, evitando paralisações ou perdas de informações, para atendimento das necessidades da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, em atendimento a determinação da Decisão nº 3354/2018 do Tribunal de Contas do Distrito Federal/TCDF.

Equipamentos estes essenciais ao desenvolvimento das atividades a serem cumpridas pela administração pública, impactando positivamente nos resultados a serem alcançados pelas atividades desenvolvidas pela FJZB.

O Sistema visa monitorar e controlar todo e qualquer acesso às dependências da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, permitindo a instalação de catracas, cancelas, configuráveis de acordo com as necessidades. O sistema terá capacidade de efetuar algumas funções, como: bloqueio de dupla entrada ou saída, agendamento de mensagens para determinado usuário, controle da rota a ser seguida por um determinado visitante, etc. Deverá permitir também o controle por grupos de usuários e por zonas de tempo, suportar a configuração de eventos em tempo real, como localização ou rastreamento de usuário através de plantas inseridas no próprio gerenciador, de forma a facilitar a localização do usuário nas dependências da Fundação. Para tanto deverá oferecer diversos níveis de operação do sistema auxiliando as forças de segurança para coibir e inibir a tempo qualquer tentativa contra a segurança interna e externa da FJZB, na forma especificada no quadro abaixo:

Item	Descrição	Medida/ Quantidade	
1	Catraca tipo pedestal, braço que cai, com cofre	Unidade	1
2	Catraca para pessoas com necessidades especiais, com cofre	Unidade	1
3	Cancela com totem	Unidade	4
4	Cartão de proximidade personalizado	Unidade	3.000
5	Tag Veicular	Unidade	1.000
6	Kit cadastramento - composto por leitora de cadastramento biométrico e leitora de cartão	Unidade	8
7	Software de controle de acesso	Unidade	1
8	Instalação e configuração de equipamentos	Serviço	1
9	Suporte técnico	Serviço	1
10	Treinamento	Serviço	1

- GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Para que a Administração possa avaliar o custo de uma contratação ou de uma aquisição se faz necessário pesquisar preços de referências no mercado, e este elemento além de constituir à instrução processual é um fator fundamental e obrigatório reconhecido pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU.

Essa fase da pesquisa de mercado quase sempre é demorada, pois implica numa criteriosa busca de preços perante as empresas do ramo do objeto pretendido. A fim dinamizar e tornar mais eficiente a fase de apuração de preço de mercado dos procedimentos licitatórios a contratação do serviço caracteriza em uma ferramenta e trará benefício direto na agilização dos processos de compras, primando sempre pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade.

Desta forma, realizamos a contratação da ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública, o chamada BANCO DE PREÇOS, que consiste num sistema de pesquisas baseado em resultados de licitações adjudicadas e homologadas, a fim de facilitar a pesquisa de mercado para estimar os custos das contratações desta Fundação Jardim Zoológico de Brasília.

- PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Esta ação viabiliza a assinatura anual com o Diário Oficial do Distrito Federal, que tem por objeto a publicação de atos oficiais da Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB, refere-se ao contrato de prestação de serviços junto a Casa Civil do Governo do Distrito Federal, viabilizando a transparência de todos os atos administrativos desta Fundação.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A Fundação, no intuito de revitalizar parcialmente o complexo recreativo, o qual engloba o teatro de arena, a área das churrasqueiras, o lago do pirarucu e a área dos parques infantis. Sem onerar ainda mais o gasto público, no que diz respeito a execução orçamentária da Unidade, realizamos a implantação de um deck no lago dos pirarucus e a complementação da calçada em volta do lago.

Construído de concreto e revestido de madeira o deck é um pavimento especial que serve para aplicação exterior, construído a beira do lago se tornou o cartão postal, neste exercício de 2021, o qual é muito visitado pelos frequentadores do Zoológico de Brasília para contemplar a vista linda que dá para o lago dos pirarucus.

O deck foi construído com os materiais existentes na Fundação, o letreiro foi retirado da frente da portaria e revitalizado com soldas e pinturas, o piso e a calçada foram construídos com bloquetes adquiridos pela Fundação para a área das churrasqueiras. As fotos anexadas a seguir demonstram de forma parcial: a implantação do deck do Lago dos Pirarucus/FJZB, a construção do complemento da calçada de acesso ao deck do Lago dos Pirarucus finalizando com a foto do Complexo Recreativo - FJZB.



Educação Ambiental

Uma visita ao Jardim Zoológico de Brasília, permite um amplo espectro de experiências com alguns animais, que a maior parte das pessoas nunca veria na natureza, buscando despertar a atenção para a conservação das espécies em meio natural. A FJZB atende a um quantitativo considerável de visitantes, das mais variadas faixas etárias, níveis econômicos e culturais, sendo um potencial para a construção e produção do conhecimento, espaço para práticas de educação formal e não formal, e ainda para troca de saberes e fazeres da comunidade no sentido de contribuir para um ambiente equilibrado e uma sociedade mais justa. Conscientizar e sensibilizar sobre a proteção à biodiversidade como atitudes de cuidado com os biomas nacionais. As fotos anexadas a seguir demonstram a interação com alguns animais do plantel de forma guiada e monitorada pelos colaboradores do Zoo Brasília.



Nesse processo, cabe às equipes, a responsabilidade da manutenção e execução de 10(dez) Projetos Educacionais, a fim de promover o acesso da população ao conhecimento, sensibilizando, despertando e promovendo o interesse pela preservação do meio ambiente, de forma multidisciplinar, considerando o animal exposto como um tema gerador de discussões. São passadas informações biológicas, fisiológicas e curiosidades, finalizando com a contextualização ecológica.

Apresentamos as atividades desenvolvidas em 2021: 33208 visitas ao museu de ciências naturais, 26 atendimentos no CEMFA, 448 atendimentos no projeto zoo experiência, 3890 atendimentos no projeto zoo escolar, 161 atendimentos no zoo noturno, 61 atendimentos no zoo acadêmico, no projeto zoo capacitação foram 212 pessoas capacitadas em manejo e contenção de animais silvestres em incêndios florestais, manejo e contenção de animais silvestres e manejo de serpentes para trabalhadores rurais. Ocorreram também atividades relacionadas a datas emblemáticas como: dia internacional da mulher, aniversário de Brasília, dia das mães, dia da girafa, dia mundial da tartaruga, dia da mata atlântica, dia nacional da educação ambiental, dia mundial do meio ambiente, dia internacional do tigre, dia dos pais, dia mundial do elefante, dia do biólogo, veterinário, zootecnista, dia da Amazônia, semana do cerrado, dia da árvore/dia internacional de luta da pessoa com deficiência, dia mundial do rinoceronte, dia mundial dos animais/ dia do tratador de animais, dia das aves, dia das crianças, dia da onça, dia da serpente. Virtualmente, foi realizada a colônia de feras, com vídeos educativos.

Ressalta-se que o efeito da pandemia causada pelo coronavírus, levou o retorno das atividades de forma gradual com a devida atenção ao cumprimento dos protocolos e medidas preventivas, nas ações relacionadas ao público.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

ANÁLISE DAS REALIZAÇÕES

Devido a limitação de recursos orçamentários, esta Fundação dispõe de orçamento apenas para manter o necessário para a manutenção da Unidade, como por exemplo os contratos contínuos que dispõe de uma força de trabalho de aproximadamente 148 (cento e quarenta e oito) colaboradores oriundos de contratação de prestação de serviços especializados de manutenção, técnico e administrativo com fornecimento de material e mão de obra exclusiva, visando o atendimento das demandas da Fundação Jardim Zoológico de Brasília.

Para a área meio os colaboradores são distribuídos nas categorias: auxiliar de limpeza, auxiliar de jardinagem, jardineiro, supervisor da turma de limpeza, bombeiro, eletricista, marceneiro, operador de motosserra, pedreiro, pintor, serralheiro, servente de obras, supervisor de manutenção e reparos, motorista de veículo pesado, operador de máquina pesada, operador retroescavadeira, apoio administrativo - técnico operacional - almoxarife, copeiro, administrador de redes, bilheteiros, monitorador de sistema de suporte ao usuário, desenhista técnico - cadista, apoio administrativo, técnico e operacional - recepcionista atendente, apoio administrativo, técnico e operacional-técnico em secretariado e colaboradores na prestação de serviços.

Para a área fim desta Unidade, os colaboradores são distribuídos nas categorias de suporte de manejo de fauna e de educação ambiental, com o fornecimento de equipamentos, insumos e mão de obra exclusiva, visando o atendimento das demandas da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, sendo: supervisor de condicionamento animal, supervisor de educação ambiental, supervisor de enriquecimento ambiental, supervisor de manejo de fauna e tratador de animais, com o objetivo de proporcionar saúde e bem estar animal.

O gasto público com mão de obra para manutenção predial, motoristas, operadores de máquinas, jardineiros, limpeza e conservação, reeducandos e com a aquisição de materiais de consumo de manutenção predial, são demonstradas no quadro a seguir:

PERÍODO	OBJETO	VALOR
01/01 a 30/12/2021	Despesas com pagamento de mão de obra para Manutenção Predial	R\$1.344.200,17
01/01 a 30/12/2021	Despesas com pagamento de mão de obra para Motoristas e Operadores de Máquinas Agrícolas	R\$ 504.794,40
01/01 a 30/12/2021	Despesas com pagamento de mão de obra para Limpeza, Jardinagem	R\$2.043.768,83
01/01 a 30/12/2021	Despesas com Aquisição de Materiais de Consumo - (Requisições do Almoxarifado)	R\$ 379.845,57
01/01 a 30/12/2021	Despesas de mão de obra dos CPS - FUNAP (reeducandos)	R\$ 40.384,37
01/01 a 30/12/2021	Despesas com mão de obras prestada pelo Cadista.	R\$ 70.531,08
Total Geral		R\$4.383.524,42

Foram realizados procedimentos administrativos de cooperação técnica firmados em empresas terceirizadas, órgãos do Complexo Administrativo do Executivo Local, voltados para dinamizar a logística operacional dentro do parque Zoológico e outros subsídios de rotinas operacionais. Como também, Chamamento Público, direcionado à oferta de alimentação e bebidas não alcólicas diversificadas, por meio da prestação de serviços de ambulantes com ponto fixo, em período específicos, visando atender às necessidades da Fundação Jardim Zoológico de Brasília – FJZB.

Para os atendimentos das demandas e metas sintetizadas neste relatório, esta Fundação em conjunto com as Unidades Operativas vinculadas, reconhece a dedicação de cada um dos servidores e colaboradores que prestam relevantes serviços à Fundação Jardim Zoológico de Brasília, bem como a união de esforços, em prol das melhorias do parque Zoológico, no decorrer deste exercício.

Destacamos os expressivos números das realizações executadas, como se pode observar na sua leitura e imagens inseridos neste relatório, destacamos que as dificuldades com as

constantes faltas de materiais não entregues por fornecedores (várias inexecuções de contratos/notas de empenhos), foram superadas parcialmente, pelos esforços dos nossos colaboradores e as cooperações e contribuições dos Órgãos do GDF.

ITEM	PROCESSO	DISCRIÇÕES SINTETIZADAS DOS OBJETO/PROCEDIMENTO S	UNIDADE/ÓRGÃO/FATO/COLABORADOR(S)	ESTÁGIO DA SITUAÇÃO
1	00196-00000089/2020-25	Projeto de confecção de suportes para placas de sinalização dos recintos	SUCOP	Atendido
2	00136-00000058/2021-79	Liberação de compostagem para Administração do N. Bandeirante	R.A NÚCLEO BANDEIRANTE	Atendido
3	00196-00000061/2021-79	Serviços de pequenos reparos	SUCOP	Atendidos (90%)
3	00196-00000098/2021-05	Aquisições de Materiais (areia e brita)	GEROP/NUMAN	Atendido
4	00196-00000960/2020-91	Projeto Elétrico de reforma da rede de alta tensão	GEROP/DIRAL/SUAFI	Em curso - NOVACAP
5	00393-00000071/2021-04	Liberação de veículo para SEMA	SEMA	Atendido
6	00196-00000785/2019-06	Sinalização horizontal e vertical das pistas de circulação do Zoológico	DETRAN	Atendido
7	00196-00000208/2020-40	Corte e poda de árvores diversas	MUSEU/GEROP/NUMAN	Atendido parcialmente
8	00196-00000946/2020-97	Conserto de lixadeiras	NUMAN	Não atendido
9	00136-00001366/2020-31	Cessão do caminhão Munck para Adm. do N. Bandeirante	R.A NÚCLEO BANDEIRANTE	Atendido
10	00196-00000108/2021-02	Pagamentos de taxas de licenciamentos de veículos oficiais	NUTRANS	Atendido
11	00196-00000003/2021-45	Aquisição de oxigênio e acetileno industrial	NUMAN	Atendido
12	00196-00000104/2021-16	Dimensionamento de materiais hidráulicos - PLS	NUMAN/NUMAC	Atendido
13	00196-00001069/2020-71	Cessão de uso - imóvel do Santuário	FUNAM	Atendido
14	00195-00000072/2021-87	Corte de madeiras e fornecimento de tábuas para o JBB	JBB	Atendido
15	00196-00000133/2021-88	Solicitação de reeducandos p/execução de serviços no pátio Zoológico	SEAP	Atendido
16	00196-00001218/2020-01	Solicitação de serviços de recuperação das vias de circulação do Zoológico	DER	Não Atendido
17	00136-00000115/2021-10	Liberação de pó de brita para RA N. Bandeirante	RA NB	Atendido
18	00196-00001715/2019-67	Aquisição de Materiais de Consumo	GEROP/NUMAN	Atendido Parcialmente
19	00196-00000699/2020-29	Aquisição de Materiais de Consumo (cimento e outros)	GEROP/NUMAN	Atendido parcialmente

20	00196-00000867/2020-86	Aquisição de vidros temperados e outros	NUMAN	Não atendido
21	00196-00001221/2020-16	Aquisição de bateria estacionada para rádios amadores	NUAP/GEROP	Atendido
22	00196-00000161/2021-03	Solicitação de materiais para confecção de placas para sinalização e outros	DER	Não atendido
23	00070-00000487/2021-11	Execução de serviços na SEAGRI	SEAGRI	Atendido
24	00131-00000142/2021-23	Solicitação de saldo de ata	RA GAMA	Não atendido
25	00196-00000358/2020-53	Aquisição de materiais para Irrigação da capineira	SUCOP	Em curso
26	00196-00000181/2021-76	Aquisição de EPI's para captura de abelhas e marimbondos	GEROP/NUMAN	Atendido
27	00196-00000186/2021-07	Concerto da Central Telefônica	GEROP/DIRAL	Atendido
28	00196-00000059/2021-08	Solicitação de 200 toras de madeiras para tábuas	NOVACAP	Atendido
29	00196-00000194/2021-45	Pedido de Areia e brita junto a NOVACAP	NOVACAP	Não atendido
30	00305-00000108/2021-65	Cessão de trado mecânico	RA Parque Way	Atendido
31	00196-00001077/2020-18	Locação de central telefônica sistema VOIP	GEROP/DIRAL	Fracassado
32	00196-00000208/2021-21	Serviços de dedetização	GEROP	Em curso
33	00196-00000203/2021-06	Trasbordo do esgoto e quedo do alambrado ao lado do lago dos pirarucus	GEROP	Pendente
34	00196-00000183/2021-65	Solicitação de expurgos de pedras	RA Brazlândia	Não atendido
35	00196-00000183/2021-65	Trasbordo do esgoto e quedo do alambrado ao lado do lago dos pirarucus	GEROP	Pendente

OBS: As realizações deste quadro engloba 155 (cento e cinquenta e cinco) itens, porém devido a quantidade excessiva de caracteres não foi possível incluir todas neste Relatório. Demais informações constam na instrução processual GDF/SEI 00196-00001138/2021-28.Fonte de informações/GEROP.

DIFICULDADES ENCONTRADAS

Estamos vivendo uma crise financeira que impacta todos os setores da economia em menor ou maior escala. Como consequência disso, várias empresas não conseguiram manter os preços praticados no certame licitatório junto a Central de Compras do Governo do Distrito Federal, assumindo decisões de não honrar o fornecimento de bens de material de consumo, como por exemplo: medicamentos e gêneros alimentícios. As empresas se viram obrigadas a tomar essa decisão em meio aos desafios da crise, considerando nessa nova realidade do mercado, impactando negativamente na rescisão de contratos de aquisição de material de consumo desta Fundação.

Como consequência da crise financeira, combinado com o fato das empresas não conseguirem honrar os preços praticados no certame licitatório, essa Fundação recorreu ao instrumento de contratação emergencial para aquisição de medicamentos, realização de análises clínicas, citologia, imuno-histoquímica e anatomia patológica, alimentos, entre outros, como por

exemplo podemos citar: frutas, verduras, legumes, feno; ração, frango, peixe, ovos, sal mineral, suplementos e aquisição de músculo bovino, sob demanda, visando atender as necessidades da Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB.

Considerando que esse aumento de preços atingiu também a categoria de veículos novos, em que pese a atualização dos orçamentos que mostram um valor bem superior ao inicialmente proposto, impactou negativamente a conclusão do certame licitatório, impedindo a execução da emenda parlamentar individual – por falta de recursos orçamentários complementar, destinada a implantação do Projeto - Zôo de Brasília e a Conservação das Serpentes na Zona Rural, sua implementação depende de aquisição de veículo automotor, van tipo furgão (0km), novo e em primeiro uso, que seria utilizado como um serpentário itinerante, adaptado para manutenção de espécimes de serpentes, e que visitaria escolas e associações nas áreas rurais do DF e entorno, levando informações acerca da biologia, comportamento, anatomia, fisiologia, classificação e importância das serpentes, bem como recomendações para se evitar acidentes, além de procedimentos que devem e podem ser executados em caso de ocorrência desses.

O veículo em questão, seria adaptado para o transporte de serpentes, e poderia ser utilizado também para acomodação de exemplares de animais desse grupo, dado que os recintos de alocação estarão de acordo com as normas previstas na legislação, além de atender as questões relacionadas ao bem-estar animal. Enfatizamos, que nessas áreas rurais ocorrem muitos acidentes com trabalhadores e moradores, além do fato de que muitas serpentes são abatidas, sendo que nas duas situações o conhecimento poderá ajudar a evitar tais eventos.

A Fundação pretende negociar novamente a manutenção da Emenda Parlamentar Individual, para o exercício de 2022, devido a relevante importância da implementação do Projeto - Zôo de Brasília e a Conservação das Serpentes na Zona Rural para o Distrito Federal e entorno.

PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Realizar a execução orçamentária dos objetos das emendas parlamentares individuais na forma que segue:

EPI - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS – FJZB: Dar início a requalificação do aviário em ambiente único, onde diversas espécies de aves possam conviver conjuntamente, será uma eficiente ferramenta para reprodução de espécies de aves silvestres ameaçadas de extinção. Os animais poderão usufruir de um ambiente que reproduza as características básicas de um bioma e permita a manifestação de seu comportamento natural em que o público visitante poderá se conectar com o ambiente e visualizar as aves como se estivessem em seu próprio ambiente

- Dar início a revitalização do aviário de imersão

EPI - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS – FJZB: Tem por objetivo a aquisição de veículo destinado para transporte de animais do Zôo de Brasília .

· **EPI - REQUALIFICAÇÃO DOS RECINTOS DO ZOOLOGICO – FJZB:** Adequar o recinto a legislação vigente, possibilitar o manejo dos animais, aumentar a segurança do recinto para os animais, aumentar o conforto e bem-estar dos animais, possibilitar o manejo seguro pela equipe de tratadores, biólogos e veterinários do setor, contemplando em conformidade com os recursos disponíveis para execução os recintos:

- Requalificação e modernização do setor micário
- Requalificação e modernização do setor cervídeos
- Requalificação e modernização do setor dos grandes felinos
- Requalificação e modernização do setor dos mustelídeos
- Reforma do serpentário
- Conclusão e entrega da reforma do borboletário e da casa de criação de artrópodes

EPI - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA NO ZOOLOGICO – FJZB: Construção de um complexo de recintos destinados a manutenção e exibição principalmente de anfíbios, com áreas internas para realizar o manejo dos animais.

- Dar início a construção do anfíbio

Implantação das catracas de acesso a bilheteria, com o objetivo de proporcionar um controle do acesso ao Zoológico de Brasília: dos servidores, dos colaboradores das empresas terceirizados e visitantes.

Criação de um sitio para viabilizar a venda de ingressos on-line por via pix.

Realizar a manutenção corretiva e preventiva do parque Zoológico de Brasília, por meio da continuidade dos Contratos essenciais e de fundamental importância para a manutenção e abertura do parque.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental foi criado pela Lei nº 3.984, de 28 de maio de 2007, publicada no DODF em 30 de maio de 2007. A atual estrutura do Brasília Ambiental foi estabelecida pelo Decreto nº 41.602, de 15 de dezembro de 2020. O Decreto nº 39.558, de 20 de dezembro de 2018, que revogou o Decreto nº 28.112, de 11 de julho de 2007, aprovou o Regimento Interno do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental.

O Instituto Brasília Ambiental é uma entidade autárquica de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado Meio Ambiente, que tem por finalidades executar e fazer executar as políticas ambientais e de recursos hídricos do Distrito Federal e controlar e fiscalizar, com poder de polícia, o manejo dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal, bem como toda e qualquer atividade ou empreendimento que cause ou possa causar poluição ou degradação do meio ambiente e dos recursos hídricos, de acordo com o disposto no artigo 2º de sua Lei de criação.

Para alcançar suas finalidades, o artigo 3º da Lei n.º 3.984/2007 estabeleceu as seguintes competências:

- I - propor normas e padrões de qualidade ambiental e dos recursos hídricos;
- II definir normas e padrões relativos ao uso e manejo de recursos ambientais;
- III - propor e desenvolver ações de promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação, restauração, reparação e vigilância dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;
- IV. propor a definição e executar o controle do zoneamento ambiental e do zoneamento ecológico e econômico;
- V - proceder à avaliação de impactos ambientais;
- VI - promover o licenciamento de atividades, empreendimentos, produtos e processos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como daqueles capazes de causar degradação ambiental, em todo o território do Distrito Federal;
- VII - propor a criação e promover a gestão das unidades de conservação, parques e outras áreas protegidas;
- VIII - implantar e operacionalizar sistemas de informações e de monitoramentos ambientais e de recursos hídricos;
- IX - fiscalizar e aplicar penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou à correção da degradação ambiental;
- X - planejar e desenvolver programas de educação ambiental;
- XI - promover a proteção e o manejo integrado de ecossistemas, de espécies, do patrimônio natural e genético de representatividade ecológica do Distrito Federal;
- XII - disciplinar, cadastrar, licenciar, autorizar, monitorar e fiscalizar atividades, processos e empreendimentos, bem como o uso e o acesso aos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;
- XIII - regulamentar, analisar, registrar e controlar a produção, armazenamento, transporte, comercialização e utilização de substâncias químicas em atividades agrossilvopastoris, industriais, comerciais e de prestação de serviços, conforme legislação em vigor;
- XIV - desenvolver ações de assistência e apoio às instituições públicas e à sociedade, em questões de acidentes e emergências ambientais e de recuperação e melhoria da qualidade ambiental;
- XV - promover o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e o apoio à adoção de tecnologias limpas e ao extrativismo;

XVI - aplicar, no âmbito de sua competência, os dispositivos e acordos nacionais e internacionais relativos à gestão ambiental e dos recursos hídricos;

XVII - monitorar, prevenir e controlar desmatamentos, queimadas e incêndios florestais;

XVIII - julgar, em primeira instância, os recursos interpostos aos autos de infração oriundos do exercício do poder de polícia administrativa do Instituto;

XIX - fazer recolher, junto à conta da autarquia, preços públicos de licenciamento ambiental e dos recursos hídricos, multas, taxas de fiscalização ambiental e de recursos hídricos e recursos oriundos de compensações ambientais, entre outros, nos termos da legislação vigente;

XX - promover e executar atividades afins e correlatas necessárias à plena consecução de sua finalidade.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	40	43	117	156	356
Comissionados sem vínculo efetivo	81	0	0	0	81
Requisitados de órgãos do GDF	4	0	0	5	9
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	1	0	1
Estagiários	0	0	12	34	46
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	11	5	16
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	125	43	141	200	509
(-) Cedidos para outros órgãos	8	12	1	1	22
Total Geral	117	31	140	199	487

Assim como em anos anteriores, permaneceu a realidade deficitária em relação ao quantitativo da força de trabalho. Durante o segundo semestre de 2021, intensificaram-se as articulações junto ao órgão central de pessoal do Governo, de forma a viabilizar a realização de concursos públicos. Para as carreiras de Planejamento Urbano e Infraestrutura e de Auditor Fiscal de Atividades Urbanas a Secretaria de Estado de Economia expediu a Portaria nº 63, de 04/03/2021, autorizando a realização dos respectivos concursos, com a expectativa de que ocorram durante o ano de 2022. Já para a carreira de Atividades do Meio Ambiente, em razão de ser uma carreira própria do Brasília Ambiental e dado o momento em que foi pleiteado o respectivo concurso, houve o impacto direto da Lei Complementar nº 173, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), impossibilitando a ocorrência de atos que indicassem o aumento com gastos com pessoal. Com o fim dos impactos da referida lei ao final de 2021 e o avanço das tratativas junto ao governo central, retornam-se as expectativas para que o próprio Brasília Ambiental organize, durante o ano de 2022, um concurso público para provimento de vagas de analistas e técnicos de Atividades do Meio Ambiente, com a possibilidade de que as nomeações ocorram em 2023.

Ainda em relação à força de trabalho de 2021, importa destacar que no período de julho a novembro de 2021 o Brasília Ambiental dispôs em seu quadro de pessoal de 137 brigadistas de combate a incêndios florestais. Os combatentes foram contratados a partir do Edital IBRAM nº 01/2021 (processo seletivo simplificado), considerando o disposto no Decreto nº 41.783/2021 que declarou estado de emergência ambiental em todo o território do Distrito

Federal. Durante os meses citados, eles exerceram a função de prevenção e combate aos incêndios nas diversas unidades de conservação do DF. Ao final do mês de novembro, encerraram-se os contratos e, portanto, não aparecem de forma explícita na tabela acima.

Por fim, um evento que vale destacar em relação à força de trabalho, foi o pagamento de quase 100% dos valores devidos a título de despesas de exercícios anteriores, período de 2002 a 2020, a mais de 200 servidores. Graças à apuração de excesso de arrecadação de receitas próprias diretamente arrecadadas pelo Brasília Ambiental, fez-se possível a quitação de valores devidos aos servidores, que superaram o montante de um milhão de reais, dando fim a uma pendência histórica do Instituto.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	10000,0	30000,00	10433,80	10433,80
0008 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS--DISTRITO FEDERAL	10000,0	30000,00	10433,80	10433,80
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	789684,0	989684,00	989684,00	853516,41
9556 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	789684,0	989684,00	989684,00	853516,41
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	300979,0	370979,00	342297,49	342297,49
0020 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-IBRAM-DISTRITO FEDERAL	300979,0	370979,00	342297,49	342297,49
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	17787,0	407787,00	337569,49	315698,05
7043 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	17787,0	407787,00	337569,49	315698,05
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	966749,0	769735,00	728753,30	728753,30
0021 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	966749,0	769735,00	728753,30	728753,30
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	2085199,00	2568185,00	2408738,08	2250699,05

6210 - MEIO AMBIENTE**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2543 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS	200000,0	1035000,00	558995,50	558995,50
0001 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	50000,0	1035000,00	558995,50	558995,50
0002 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS	150000,0	0,0	0	0
2562 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	922932,0	1160114,00	828321,49	699244,28
0001 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	922932,0	1160114,00	828321,49	699244,28
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	500000,0	0,0	0	0
9644 - IMPLEMENTAÇÃO DE ESPAÇOS E ESTRUTURAS DE ESPORTE, LAZER, ARTE E CULTURA NO DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	359000,0	359000,00	7200,0	0
0001 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	259000,0	259000,00	7200,0	0
2261 - PARQUE EDUCADOR	100000,0	100000,0	0	0
9088 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	2345390,0	11322390,00	11322389,60	11322389,60
0008 - AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS VETERINÁRIOS DO HOSPITAL VETERINÁRIO PÚBLICO - HVEP	170000,0	0,0	0	0
0004 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA--DISTRITO FEDERAL	1322390,0	11322390,00	11322389,60	11322389,60
0009 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS VETERINÁRIOS DO HOSPITAL VETERINÁRIO PÚBLICO - HVEP	180000,0	0,0	0	0
0010 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO - HVET	523000,0	0,0	0	0
0011 - CONTROLE REPRODUTIVO DE ANIMAIS DOMESTICOS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA-RA XIII	150000,0	0,0	0	0
9121 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS AMBIENTAIS (EP)	160000,0	210000,0	160000,0	160000,0
0005 - APOIO À PROJETOS AMBIENTAIS NO DISTRITO FEDERAL	160000,0	210000,0	160000,0	160000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1999 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	245000,0	821600,00	570000,0	570000,0
0002 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	245000,0	821600,00	570000,0	570000,0
2534 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL	10000,0	23575,0	13575,0	13575,0
0002 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	10000,0	23575,0	13575,0	13575,0
2535 - GESTÃO DA FAUNA	10000,0	10000,0	0	0
0001 - GESTÃO DA FAUNA-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
2536 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	3433918,0	1333918,00	1000668,00	1000668,00
0001 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	713918,0	713918,00	541987,41	541987,41
0011 - MANUTENÇÃO DA UNIDADE MÓVEL DO BEM ESTAR ANIMAL	2500000,0	0,0	0	0
0012 - Sanidade e Controle da Fauna do Distrito Federal	220000,0	220000,0	167125,58	167125,58
0013 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA - CASTRAÇÃO GRATUITA DE CÃES E GATOS - DISTRITO FEDERAL -DISTRITO FEDERAL	0	400000,0	291555,01	291555,01
4095 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	700000,0	700000,0	163930,64	74718,12
0002 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	700000,0	700000,0	163930,64	74718,12
4096 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	10000,0	10000,0	0	0
0002 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
2551 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS	10000,0	10000,0	5930,0	5930,0
0001 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	5930,0	5930,0
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	8906240,00	16995597,00	14631010,23	14405520,50

1. Prevenção de Riscos Ambientais

No ano de 2021 foi aberto processo seletivo para contratação de 150 brigadistas, divididos em 6 supervisores de brigada, 24 chefes de brigada e 120 brigadistas. Eles desenvolveram os trabalhos de 20 de julho de 2021 até o dia 30 de novembro de 2021, totalizando 4 meses e 12 dias de trabalho. No ano de 2021 foram adquiridos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) com qualidade superior aos outros anos, possibilitando maior proteção aos combatentes.

Figura 1. Brigada Florestal Brasília Ambiental.



A Brigada Florestal do Brasília Ambiental desenvolveu atividades de manutenção e recuperação nas Unidades de Conservação, executando o plantio e a preparação do solo para 1.500 mudas, roçagem, poda de árvores, além da manutenção de ferramentas e equipamentos, cercamento das Unidades, ronda ostensiva, atividades de conscientização da população nas Unidades de Conservação (UC). Outra atividade desenvolvida ao logo da contratação da Brigada Florestal foi a recuperação e construção de edificações do Brasília Ambiental nas Unidades de Conservação.

Foram executados 65 km de aceiro negro, sendo 30 na Estação Ecológica Águas Emendadas e 35 km na Área de Proteção Ambiental - APA Gama-Cabeça de Veado, incluindo a área do Parque Ecológico do Tororó. Os aceiros mecânicos foram executados em parceria com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER ou pela própria Brigada Florestal nas seguintes Unidades do Brasília Ambiental: Parque Ecológico Córrego da Onça, Parque Ecológico Veredinha, Parque Ecológico Do Tororó, Parque Distrital Bernardo Sayão, Parque Recreativo Do Gama (Prainha), Estação Ecológica de Águas Emendadas, Parque Ecológico Ezechias Heringer, Parque Distrital Dos Pequizeiros, Parque Distrital Boca Da Mata, Parque Ecológico Burle Marx, Parque Ecológico Do Cortado, Parque Ecológico das Sucupiras, Parque Ecológico Três Meninas.

A identificação, o levantamento e análise das áreas queimadas do Programa de Monitoramento de Áreas Queimadas nos Parques e Unidades de Conservação - PROMAQ é realizado durante todo o ano, de janeiro a dezembro. Depois de identificada é elaborada a poligonal da área queimada, e por fim é realizado o preenchimento do Registro de Incêndios Florestais - RIF. No ano subsequente é emitido um relatório contendo a descrição de todas as áreas afetadas. A tabela 1 informa a área queimada nas Unidades do Brasília Ambiental a partir de 2012.

Tabela 1. Histórico do monitoramento de área queimada realizado pelo Brasília Ambiental a partir de 2012

ANO	ÁREA (hectares)
2012	2.419
2013	1.788
2014	2.932
2015	2.450
2016	3.081
2017	3.249
2018	1.715
2019	3.172
2020	1.848
2021	2.324

No ano de 2021, foram vistoriados 86 (oitenta e seis) Parques e Unidades de Conservação sob gestão do Instituto Brasília Ambiental, desse total, foram registradas e mapeadas áreas queimadas em 57 UCs.

Figura 2. Brigadistas em combate



2. Manutenção De Unidade De Conservação

No ano de 2021 foi publicado o Decreto n^o 41.865, de 03 de março de 2021, que instituiu o Programa Reviva Parques. Este programa tem a finalidade de estimular a realização de parcerias entre instituições públicas do Distrito Federal, pessoas físicas e jurídicas para a revitalização e manutenção das Unidades de Conservação Distritais. Por meio dele foram realizadas ações conjuntas de revitalização nas Unidades de Conservação listadas abaixo.

Parque Ecológico Três Meninas

Instalação de bebedouro industrial, podas, pinturas dos alambrados das cercas da quadra poliesportiva, do parquinho e da sede, pintura predial do banheiro e de toda a sede, pintura do piso da quadra, pintura de bancos e lixeiras.

Figura 3. Recuperação da quadra Poliesportiva



Figura 4. Pintura e Sinalização de pista interna.



Parque Ecológico Veredinha

Limpeza e desobstrução completa de bacias de contenção, poda de 80 árvores da frente do centro olímpico até a quadra 12 do setor norte, reparo no asfalto da ciclovia de 500 m², controle de espécies exóticas, construção de calçada em frente as faixas de pedestre para entrar no parque, reposição de areia no parquinho infantil, pinturas de faixa de pedestre na ciclovia, pintura da sede e banheiros públicos, reforma e pintura da quadra poliesportiva, reparo no vazamento do telhado, capina e pintura de ciclovia.

Figura 5. Podas em árvores.



Figura 6. Revitalização de Quadra Poliesportiva.



Parque Ecológico do Lago Norte

Pintura de paralelepípedos e sinalização de pistas internas, capina; obras de drenagem da ciclovia, reforma dos decks; reforma e ampliação do parquinho, podas de árvores, instalação de bebedouro, iluminação, instalação de lixeiras, pintura dos bancos de descanso, recuperação do telhado dos quiosques e da sede administrativa.

Figura 7. Recuperação do telhado da sede administrativa.



Figura 8. Pintura dos bancos de descanso.



Parque Ecológico do Paranoá

Poda de árvores, limpeza, pintura da sede, reforma das calçadas, reparos na iluminação pública, pinturas em geral e reforma da capela São Geraldo.

Figura 9. Revitalização da Capela São Geraldo



Figura 10. Podas de árvores



Além da revitalização realizada pelo Programa Reviva Parques, também foi realizada instalação de placas de sinalização em em 19 (dezenove) Unidades de Conservação e de rede GDFNET em 18 (dezoito) Unidades de Conservação: Parque Ecológico do Cortado, Parque Ecológico Olhos D`Água, Parque Ecológico Asa Sul, Parque Ecológico Sucupira, Parque Ecológico Areal, Parque Ecológico Três Meninas, Parque Ecológico do Lago Norte, Parque Recreativo do Gama, Parque Ecológico do Gama, Parque Ecológico Veredinha, Parque Ecológico Águas Claras, Parque Ecológico do Riacho Fundo, Parque Ecológico dos Jequitibás, Parque Ecológico Ezechias Heringer, Parque Ecológico do Paranoá, Parque Ecológico Saburo Onoyama, Monumento Natural Dom Bosco e Estação Ecológica de Águas Emendadas.

Figura 11. Servidor do Instituto utilizando a rede GDFNET no Parque Ecológico Sucupira.



4. Promoção Da Educação Ambiental E Ações Sustentáveis

O Brasília Ambiental realizou diversas ações de educação ambiental e ações sustentáveis em 2021 de acordo com a Política Ambiental do DF, por meio de programas e projetos institucionais.

O Programa Parque Educador fortaleceu a Educação Ambiental com ampliação do espaço educativo das escolas públicas e aumentou a integração dos parques com a comunidade.

Em 2021 o Programa atendeu 22 escolas públicas, 25 turmas e 657 alunos. O Programa Eu Amo Cerrado levou informação sobre a biodiversidade do Cerrado para todas as 683 escolas Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE-DF. O Programa Eu Amo Cerrado foi responsável pela coordenação do Natal no Cerrado e apoiou as ações da Semana do Meio Ambiente (ocorridas em junho) e da Semana do Cerrado (setembro). O Programa Fogo Apagou distribuiu aproximadamente 1000 exemplares do Almanaque do Fogo em ações de apoio ao PPCIF (Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais) e a Brigada de Incêndios Florestais do Brasília Ambiental.

Os Programas de Educação Ambiental no Licenciamento - PEAs em 2021 tiveram grande mobilização de equipes do Instituto, com cerca de 50 processos analisados só esse ano. Os quais viabilizaram a realização de dezenas Diagnósticos Socioambientais Participativos (DSP) e ações de Educação Ambiental feitas pelos empreendimentos em processos de licenciamento ambiental no DF.

No Centro de Práticas Sustentáveis - CPS, situado no Jardins Mangueiral (RA Jardim Botânico), passou pela maior reformulação de gestão de sua história. Um novo Acordo de Gestão em parceria com o Movimento Comunitário do Jardim Botânico permitiu o atendimento de milhares de pessoas por meio de mais de 25 projetos e ações realizadas no CPS. Além disso, a nova gestão gerou a redução de gastos com a manutenção, energia, água e pessoal.

Além das ações citadas, o Brasília Ambiental promoveu a Educação Ambiental em parceria com diversas instituições, entre elas a CIEA-DF (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental); SEMA-DF (Secretaria de Meio Ambiente); SLU (Serviço de Limpeza Urbana); ADASA (Agência Reguladora de águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal) e o Plano de Prevenção de Combate a Incêndios Florestais (PPCIF).

Figuras 12, 13 e 14. Programa Parque Educador.



5. Transferência De Recursos Para Sanidade E Contro Reprodutivo Da Fauna

Destacando-se nesse caso os montantes relativos às transferências efetuadas para manutenção e ampliação dos atendimentos referentes ao Serviço Veterinário Público - HVEP, onde 100% do total autorizado de R\$ 10.235.650,00 (dez milhões, duzentos e trinta e cinco mil seiscientos e cinquenta reais) foi executado.

As atividades executadas estão acima da meta estipulada no Plano de Trabalho (59076453), dessa forma, o pactuado foi cumprido pela parceira Anclivepa-SP ao longo do ano. Destaca-se que no ano de 2021, a OSC parceira apresentou a terceira prestação de contas do termo de colaboração (SEI 66467347, 66466783, 66466672, 66466527, 66466371 e 66466236). O documento entregue atendeu aos requisitos do Decreto 37.843/2016 em sua totalidade e não houve evidências de irregularidade na aplicação dos recursos. Concluiu-se que houve cumprimento integral do objeto pactuado e foi recomendada a aprovação das contas do segundo ano da parceria (Parecer Técnico n.º 7/2021 - IBRAM/PRESI/SEGER/HVEP SEI 66467388). No dia 10 de agosto de 2021 o presidente aprovou as contas por meio do despacho SEI 67586523.

O Hvep também teve suas atividades auditadas no ano de 2021 com duas pesquisas de satisfação realizadas, e as notas atribuídas ao serviço prestado no HVEP estão acima da meta pactuada para o termo de colaboração (60% das notas deveriam ser bom ou ótimo por quesito avaliado) o que demonstra que os serviços estão sendo executados a contento para população. A primeira pesquisa de satisfação e desempenho do Hospital Veterinário Público foi realizada por meio digital, através de um formulário do Google enviado por e-mail e via contato pelo whatsapp aos tutores. Os tutores que participaram da pesquisa foram atendidos no período de 1/4/2021 a 31/7/2021, e totalizaram 452 entrevistados. Durante o período de realização da pesquisa, o Hvep recebeu 7.823 tutores e atendeu 7.609 animais (cães e gatos). Dessa maneira, o universo amostral da pesquisa correspondeu aproximadamente a 5.8% do

total de tutores atendidos. Para coleta de dados foi enviado mensagem a todos os tutores atendidos no período da pesquisa. A primeira pergunta realizada na entrevista foi com relação ao atendimento prestado pelo Hvep. Do total de participantes, 90% deram nota excelente/bom para o atendimento prestado no HVEP. Por fim, a última pergunta da entrevista teve como enfoque identificar se o usuário do Hvep indicaria o estabelecimento para um amigo ou usuário. Para o item, 90% dos participantes recomendariam o HVEP para um amigo ou parente. Para acessar a pesquisa completa clique em PESQUISA-DE-SATISFACAO-HVEP-Abril-a-Agosto-de-2021.pdf (ibram.df.gov.br).

A segunda pesquisa de satisfação do ano de 2021 ocorreu com os tutores que foram atendidos no período de 1/8/2021 a 30/11/2021, e totalizaram 518 entrevistados. Durante o período de realização da pesquisa, o Hvep recebeu 8.525 tutores e atendeu 7.609 animais (cães e gatos). Dessa maneira, o universo amostral da pesquisa correspondeu aproximadamente a 6% do total de tutores atendidos. A primeira pergunta realizada na entrevista foi com relação ao atendimento prestado pelo Hvep. Do total de participantes, 91% deram nota excelente/bom para o atendimento prestado no HVEP. Por fim, a última pergunta da entrevista teve como enfoque identificar se o usuário do Hvep indicaria o estabelecimento para um amigo ou usuário. Para o item, 90% dos participantes recomendariam o HVEP para um amigo ou parente. Para acessar a pesquisa completa clique em Satisfação do Público com o Hospital Veterinário – Brasília Ambiental (ibram.df.gov.br).

6. Transferência De Recursos Para Projetos Ambientais (Ep)

A parceria com a Organização da Sociedade Civil e o Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade - CIRAT, desenvolvendo o projeto Arco das Nascentes que incentiva a preservação de nascentes disseminando educação ambiental com metodologia Guardiões das Nascentes. O projeto está sendo executado com recurso oriundo de emenda parlamentar totalizando R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

7. Fortalecimento E Modernização Da Fiscalização Ambiental

Em 2021, a Fiscalização Ambiental do Instituto Brasília Ambiental realizou 3.475 ações fiscais, que resultaram em 858 autos de infração e R\$ 13.273.194,45 em multas aplicadas. Os dados apontam crescimento de 11,39% nas ações fiscais, 101,88% nos autos de infração e 137,13% na aplicação de multas em comparação a 2020. Os números sinalizam que, apesar do cenário de pandemia, das barreiras e dificuldades inerentes ao trabalho, a atividade fiscal se manteve em alta. Atividades de fiscalização ambiental desenvolvidas em 2021.

Figura 1. Aves recolhidas pela fiscalização ambiental encaminhadas ao Cetas (Centro de Triagem de Animais Silvestres) do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).



Figura 2. Força-tarefa do GDF cumpre o Decreto nº 41.874, que estabeleceu toque de recolher das 22h às 05h, no período agudo da pandemia de COVID-19. Ação conjunta Brasília Ambiental e diversas outras Instituições: PMDF, Civil, Detran-DF, outros.



Figura 3. Auditores fiscais integrando grupo responsável pela fiscalização de aglomerações nas regiões administrativas, sob a coordenação da Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF). Realizadas mais de 124 ações e emitidos 22 autos de infração pelo órgão ambiental.



Figura 4. Instrumentalização da área responsável pela fiscalização sonora, com aquisição de dez decibelímetros e 18 calibradores, equipamentos de última geração.



Destacaram-se as seguintes frentes: poluição sonora, área que representa 83% das queixas encaminhadas ao órgão ambiental via Ouvidoria do GDF, demandas oriundas de órgãos de controle, ações de fiscalização de protocolos sanitários da Covid-19 desenvolvidas pelo GDF, aplicação das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e as atividades nas Unidades de Conservação (UCs).

Um grande sucesso da fiscalização ambiental, no ano que decorreu, foi a qualificação dos dados dos Relatórios de Auditoria e Fiscalização, ação que possibilitou maior agilidade para o levantamento de informações necessárias à transparência e gestão dos processos de fiscalização no Brasília Ambiental.

As ações de combate aos maus tratos de animais e animais silvestre previstas para 2021, foram realizadas com êxito, por meio da operação Lei do Retorno deflagrada no âmbito do

projeto Área de Segurança Prioritária, com saldo positivo de seis autos de infração, uma notificação, dez aves silvestres resgatadas e um total de multas de R\$ 29,5 mil.

A expectativa é de que em 2022 a poluição sonora continue recebendo atenção especial e se mantenha no patamar de qualidade que hoje alcançou, sendo uma das poucas unidades da Federação tão bem equipadas, tanto em quantidade quanto em qualidade de equipamentos para o enfrentamento da poluição sonora.

Mantém-se o desafio dentro da perspectiva para a atuação do Brasília Ambiental na área de fiscalização de continuar envidando esforços no sentido de fortalecer mecanismos referentes à fiscalização de UCs e recursos hídricos, reduzindo os principais problemas identificados, como ocupações irregulares, deposição irregular de resíduos sólidos, incêndios florestais e apreensão irregular de animais silvestres.

8. Modernização E Ampliação Do Monitoramento Ambiental

Dentre as ações relacionadas às atividades de monitoramento e gestão de áreas contaminadas, ressaltam-se o acompanhamento dos gerenciamentos das áreas contaminadas do antigo lixão da Estrutural, do Aterro Sanitário de Brasília e a representação do Instituto Brasília Ambiental junto à Secretaria Executiva da Comissão Distrital do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (CD-P2R2).

A retomada das vistorias e coletas dos dados de monitoramento da qualidade do ar no mês de novembro, suspensas devido a medidas de segurança e distanciamento social, possibilitou que o monitoramento do tempo e do clima fosse realizado normalmente ao final do período seco.

Apesar de não ter sido viável a aquisição de estações de monitoramento do ar automáticas, foram adotadas iniciativas para garantir a emissão dos Boletins de Precipitação, Temperatura e Umidade relativa do ar, ação que se pretende continuar em 2022.

Outras ações se referem ao monitoramento de áreas de nascente por meio do Programa Adote uma Nascente - PAN, que contou com novas parcerias no período, implementando ações de recuperação em algumas unidades de conservação, como por exemplo no Parque ecológico do Riacho Fundo que recebeu cercamento de nascentes, plantios e manutenção através do contribuinte Caixa Seguradora. Foram realizadas vistorias das áreas, para um diagnóstico atualizado das nascentes e confecção de um catálogo com proposição de ações de recuperação ambiental nessas áreas.

Figura 15. Placa de identificação de nascente do Programa Adote uma Nascente.



Figura 16. Vistoria no Córrego Cortado.



Figura 17. Lobélia brasiliensis identificada em área de nascente.



9. Gestão Da Fauna

Todo cidadão que deseja criar passeriformes da fauna silvestre em cativeiro doméstico, sem interesses comerciais, devem se cadastrar no Sistema Nacional de Gestão dos Criadores Amadores de Passeriformes Silvestres - Sispass. Por obrigação legal, os criadores amadores de passeriformes devem renovar anualmente sua licença para criação. Enquanto a gestão dos criadores era realizada pelo Ibama, a renovação se dava de forma automática, pois o criador tinha a capacidade de gerar o boleto de pagamento diretamente no sítio eletrônico do Sispass. No Brasília Ambiental todo o processo de renovação de licenças no Sispass vem sendo realizada de forma manual desde 2015, visto que não existe um serviço de comunicação (WebService), entre o sistema de cobrança do Governo do Distrito Federal e o Sispass, que possa realizar a geração de boletos automaticamente. Para iniciar a criação de passeriformes silvestres nativos ou criadores de outros estados que se mudaram para o DF, é necessário ser homologado no sistema Sispass, processo no qual o interessado autua processo no Sistema Eletrônico de Informação - SEI e o órgão solicita então o boleto para pagamento do serviço ao setor financeiro. Após o pagamento, é iniciada análise documental e caso seja aprovado o interessado é homologado no sistema.

Em 2021, foram realizadas 163 solicitações de boletos para o serviço de homologação no Sispass. Durante o ano foram expedidos 229 pareceres técnicos com análises para homologação no sistema de controle, sendo que 89 foram desfavoráveis e 140 deferidos, com os interessados homologados no Sispass. Destaca-se que o interessado que foi indeferido tem a opção de complementar as informações e ser analisado novamente sem necessidade de realizar novo pagamento para o serviço. Outro ponto a ser informado é que o número de pareceres (229) não corresponde ao número de boletos gerados porque um mesmo pedido do interessado pode ter mais de uma análise ou parecer emitido, além disso, pode ser que o boleto tenha sido solicitado em 2020 e só foi pago em 2021. Interessante relatar ainda que os 163 boletos gerados e pagos representam uma arrecadação de R\$ 24.450,00 para o Instituto.

A renovação da licença anual dos criadores amadores de passeriformes iniciou-se em junho de 2021 e até o dia 31/12/2021 foram realizadas 1.413 solicitações de renovação de licença no sistema Sispass. Desse total, todas foram analisadas, porém 1.378 foram atendidas e os boletos solicitados ao setor financeiro, e 35 solicitações não foram atendidas devido a falta de documentação do interessado. Dos processos com solicitação de boleto atendido, 1.211 realizaram o pagamento e foram regularizados manualmente no sistema Sispass e 167 não foi confirmado pagamento do boleto e os interessados ainda se encontram com a licença pendente.

Dos serviços executados no sistema Sispass por operadores do Brasília Ambiental, alguns necessitam de atendimento presencial, como recebimento de anilhas de óbito, estoque ou oriundas de intimação da fiscalização, reversão de fuga, furto ou óbito de passeriformes, e alteração de sexo declarado no sistema. Em 2021, foram realizados 169 atendimentos presenciais, que foram agendados quinzenalmente, ou seja, por dois dias do mês os servidores da unidade realizam esse tipo de atendimento. O formato se mostrou adequado, uma vez que em geral eram realizados em média o atendimento de oito criadores por dia agendado e sem acúmulo de muito serviço no dia marcado.

Segundo relatório extraído do Sispass verifica-se que em 2021 foram realizadas 70 inclusões de aves oriundas de criador comercial, 137 exclusões de anilhas do estoque, 168 exclusão de aves do plantel e 04 reversões de fuga de passeriforme. Outrossim, no que refere-se ao torneio envolvendo passeriformes silvestres nativos, foram autorizados dois torneios no Distrito Federal (Processo 0391-001076/2013 e 00391-00006904/2020-16).

Os criadores amadores que foram autuados por infrações ambientais e tiveram a licença suspensa pelos auditores fiscais no sistema Sispass, após a decisão da autoridade julgadora, são encaminhados a Unidade de Gestão de Fauna para análise e possível retirada de suspensão. No ano de 2021, 14 processos referentes a licença suspensa ou imputação de infração ambiental foram analisados e respondidos.

O Instituto Brasília Ambiental é também responsável pela gestão do Sistema Nacional de Gestão da Fauna Silvestre - Sisfauna. Em 2021 foi renovada a licença de um criadouro comercial (0391-002282/2016), dois criadouros estão em análise do setor responsável para emissão de licença de instalação (0391-002096/2016 e 00391-00015109/2021-91) e um criadouro foi notificado a apresentar complementação para análise de inclusão de novas espécies (00391-00006984/2018-87).

10. Sanidade E Controle Reprodutivo Da Fauna

No que se refere ao programa de sanidade animal, no ano de 2021 foram realizadas 10.330 castrações, das quais 2.151 cachorros, 3.309 cadelas, 2.845 gatas e 2.025 gatos. Do total de animais castrados 63% foram atendidos pela campanha aberta pelo Instituto ao público geral e 37% em atendimento ao Programa de Castração para Protetores, ONGs e órgãos públicos. A tabela 2 ilustra o quantitativo de animais castrados por mês, sexo e espécie.

Tabela 2. Animais castrados em 2021.

Mês	Cachorro	Cadela	Gata	Gato	Total de Castrações
Janeiro	90	120	78	36	324
Fevereiro	92	164	223	173	652
Março	141	169	190	165	665
Abril	0	0	0	0	0
Maio	33	70	107	59	269
Junho	38	54	79	52	223
Julho	215	259	306	239	1019
Agosto	308	405	397	298	1408
Setembro	62	107	95	43	307
Outubro	401	329	485	383	1598
Novembro	211	487	331	234	1263
Dezembro	111	361	182	107	761
Unidade Móvel do Hvep	449	784	372	236	1841
Total	2151	3309	2845	2025	10330

O ano de 2021 representa um marco no programa com recorde de castrações desde a sua criação. Destaca-se, que no final de 2020 foi lançado o edital de chamamento público 12/2020 (51549983), que permaneceu aberto para inscrição até final de abril de 2021. Ao término foram credenciadas e contratadas quatro clínicas veterinárias para o programa (00391-00000045/2021-24 - Clínica PetAdote no Paranoá, 00391-00000178/2021-09 - Clínica Dr. Juzo na Samambaia e 00391-00001197/2021-44 - Clínica Centro Veterinário do Gama) e o Hospital Veterinário Animais na Ceilândia (00391-00002539/2021-43). Esse cenário aliado a atividade da Unidade Móvel do Hvep permitiu que o ano de 2021 fosse o mais produtivo do programa. Ao longo de 2021 foram realizadas cinco campanhas de cadastro para castração, uma vinculada a unidade móvel do Hvep (relatório da campanha no processo 00391-

00000038/2021-22) e as outras três para castração nas clínicas contratada (vide relatórios das campanhas nos processos 00391-00000850/2021-58, 00391-00009469/2021-54 e 00391-00004025/2021-22).

A fim de auditar a qualidade dos serviços prestados pela clínica prestadora do serviço junto aos tutores, foram realizadas pesquisas de satisfação ao longo do ano de 2021. A primeira pesquisa (janeiro a março de 2021) foi realizada por meio digital apenas com a clínica Coração Peludinho (única contratada no período), através de um formulário do google enviado por whatsapp a todos os tutores atendidos no período da pesquisa. Ao final foram entrevistados 170 tutores (Pesquisa-de-Satisfacao-da-clinica-Coracao-Peludinho-de-janeiro-a-marco-de-2021.pdf (ibram.df.gov.br)). O universo amostral da pesquisa correspondeu a 29% do total de tutores atendidos no período (584). Do total de participantes, 98% deram nota ótimo/boa para o atendimento prestado pela clínica e 2% deram nota regular. Outrossim, 97% recomendariam a clínica Coração Peludinho para um amigo ou parente e 3% não recomendaria (2% deram nota regular e 1% nota ruim).

A segunda pesquisa de satisfação avaliou o desempenho das clínicas Coração Peludinho (Gama), Dr. Juzo (Samambaia) e PetAdote (Paranoá) - Pesquisa de satisfação do Programa de Castração – Brasília Ambiental (ibram.df.gov.br). O público-alvo realizou a castração dos animais entre maio e agosto de 2021, período no qual foram contabilizados 1.549 tutores e 2.658 animais (738 cadelas, 560 cães, 791 gatas e 569 gatos) atendidos. Para pesquisa foram consultadas 265 pessoas, dessa maneira, o universo amostral da pesquisa correspondeu a 17% do total de tutores atendidos pelas três clínicas. Do total de participantes 94.4% deram nota ótimo/boa no quesito atendimento da clínica, 4.1% deram nota regular e 1.5% atribuíram nota ruim. Dos entrevistados, 91% deram nota ótimo/boa para a estrutura das clínicas, 7.1% deram nota regular e 1.9% atribuíram nota ruim. Ao final da pesquisa, 93% recomendariam as clínicas para um amigo ou parente e 7% não recomendaria.

A última pesquisa do ano de 2021 contou com as quatro clínicas e teve como público- alvo os contemplados com uma vaga no programa que realizaram a castração dos animais entre outubro e dezembro de 2021, período no qual foram contabilizados 3.079 tutores. O formulário da pesquisa foi enviado a todos os tutores atendidos no período, porém somente 458 pessoas participaram, dessa maneira, o universo amostral da pesquisa correspondeu a 14,9% do total de tutores atendidos pelas clínicas. Destaca-se que a pesquisa foi realizada por meio digital, através de um formulário do Onda (<https://onda.ibram.df.gov.br/>) enviado via whatsapp aos tutores. Do total de participantes, 32.1% levaram seu animal na clínica Animais Hospital Veterinário (Ceilândia), 30.57% na clínica Coração Peludinho (Gama), 26.64% na Dr. Juzo (Samambaia) e 10.7% levaram na PetAdote (Paranoá). Dos entrevistados, 66.67% deram nota excelente no quesito atendimento prestado pela clínica, 24.84% classificaram como bom o atendimento, 6.1% deram nota regular e 2.4% atribuíram nota ruim. Ao final da pesquisa, 94% recomendariam a clínica para um amigo ou parente, e 6% não recomendariam.

Hospital Veterinário Público - Hvep

Durante o ano de 2020, o HVEP recebeu 12.029 tutores, atendeu 13.341 animais (cães e gatos) e realizou 97.584 procedimentos veterinários (exames de imagem, administração de medicamentos, cirurgias e serviços laboratoriais). No ano de 2021, o HVEP recebeu 21.865 tutores (aumento de 81% em relação a 2020), atendeu 20.947 caninos e felinos (aumento de 57% em relação a 2020) e realizou 161.743 procedimentos veterinários (aumento de 66% em relação a 2020). A tabela 3 resume o número de atendimentos e serviços prestados no hospital no ano de 2021.

Tabela 3. Atendimento e procedimentos realizados no HVEP em 2021.

Mês	Tutores	Animais Atendidos	Administração de Medicamentos	Cirurgia	Exames de Imagem	Serviços Laboratoriais
Janeiro	1075	1202	2680	132	1159	3826
Fevereiro	1043	1128	2418	125	1141	3226
Março	1272	1390	2909	181	1443	4626
Abril	1708	1807	4404	274	3312	7435
Maio	2017	1953	5422	318	2612	8262
Junho	1994	1861	5875	302	2210	8160
Julho	2104	1988	5513	315	2616	8190

Agosto	2253	2104	4609	291	2199	7760
Setembro	2221	2016	4530	284	2293	7832
Outubro	2165	1937	3563	279	2142	7697
Novembro	1952	1705	4061	218	1999	7950
Dezembro	2061	1856	4111	248	2153	8438
Total	21865	20947	50095	2967	25279	83402

Sobre as ocorrências na unidade móvel (SEI nº 65659302), foram realizadas 1841 castrações (832 de grandes planteis, 696 de campanha para público geral e 313 na Estação Ecológica Águas Emendadas) no período de 106 dias (de 11/01/21 a 27/04/21). Além disso, foram aplicadas 1.814 vacinas que ocorreram em três campanhas realizadas ao longo do ano de 2021.

11. Realização Das Atividades De Licenciamento Ambiental

Em relação ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras ao meio ambiente, realizado através do licenciamento ambiental, esta Autarquia emitiu mais de 400 atos autorizativos no ano de 2021, dentre os quais destacam-se:

- Infraestrutura: Pavimentação das vias DF-330, Duplicação da DF-140, nova saída de Águas Claras e Melhorias no sistema viário da DF-001;
- Mineração: Usina Dosadora de Concreto e exploração de brita, areia, cascalho e argila;
- Indústrias: Usina de tratamento de resíduos de saúde e produção de IFA (insumo para vacina contra a COVID-19);
- Urbanismo: Novos empreendimentos habitacionais em todo o DF, SGAN (904/905 Norte) e regularização das ARIS Itapoã, Primavera e Pôr do Sol;
- Recuperação Ambiental: Planos de Recuperação de Áreas Degradadas dos Setores Sol Nascente e Pôr do Sol;
- Setor Rural: suinocultura, agroindústrias, avicultura, entre outros.

Além dos empreendimentos licenciados, o Brasília Ambiental, em 2021, tem atuado em melhorias nos seus canais de atendimento para as atividades licenciadas, como utilização de aplicativos de mensagens instantâneas para consulta de andamento de processos, assim como suporte técnico.

A consolidação do teletrabalho definitivo em 2021, (desvinculado do extraordinário, em virtude da pandemia), abarcando 100% dos servidores, seja na modalidade híbrida ou integral, confirma a excelência do modelo para a gestão ambiental no DF. Neste ano, foi publicada a IN 25/2021 contendo os tempos médios de análise de cada processo, de acordo com as ferramentas construídas ao longo desse período. Essa medida traz segurança jurídica e transparência em relação às entregas realizadas no modelo remoto.

A adoção do modelo remoto também permitiu a realização de mais audiências públicas, assim como reuniões e atendimentos a interessados e consultores. Só em 2021 foram realizadas 10 audiências públicas para empreendimentos licenciáveis. Além disso, as ferramentas de videoconferências utilizadas permitem agendamentos diversos no mesmo dia e solucionam as dúvidas dos cidadãos de maneira mais ágil.

Outra importante ação tem sido a modernização dos processos de licenciamento através da criação de propostas de legislação para algumas das atividades mais impactantes no DF, como os parcelamentos do solo (urbano e rural), assentamentos e regularização de bairros e condomínios. Foram realizadas audiências ao vivo, com transmissão através dos canais do Brasília Ambiental na Internet, buscando trazer participação e contribuição da sociedade para melhoria desses procedimentos.

Empreendimentos de destaque:

- Licença Ambiental Simplificada - Duplicação da DF-140;
- Licença Ambiental Simplificada - Complexo de viadutos do Riacho Fundo;
- Licença Ambiental Simplificada - Melhorias no sistema viário da DF-001/DF-035/DF-027;

- Licença Ambiental Simplificada - Anel Viário da Estrutural;
Licença Ambiental Simplificada - Pavimentação da rodovia DF-330;
Licença Ambiental Simplificada - Pavimentação da VC-427;
- Licença Ambiental Simplificada - Terceiro Acesso de Águas Claras;
Licença para o Setor de Grandes Áreas Norte – SGAN - Quadra 904/905 (parcelamento de solo);
Licença Urbitá - Etapa 1, (parcelamento de solo);
- Licença de Instalação - Quadra 500 Sudoeste;
- Autorização Ambiental - Escola Eleva;
ARIS Pôr do Sol - Licença de Instalação Corretiva (regularização de parcelamento desolo);
ARIS Itapoã - Licença de Instalação Corretiva (regularização de parcelamento de solo);
ARIS PRIMAVERA - Licença de Instalação Corretiva (regularização de parcelamento de Stericycle Gestão Ambiental Ltda, grande processo de adequação da atividade de tratamento térmico de resíduos do serviço de saúde;
Autorização Ambiental para produção de IFA para fabricação da vacina contra COVID-19 solicitado pela empresa UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A (BTHEK);
Licença de Instalação 14/2021 (65635513) - Pedreiras Contagem Ltda (atual única fornecedora de brita no DF);
Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD do setor Por do Sol (Programa de Regularização Ambiental e estudos geotécnicos);
Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD do setor Sol Nascente (Programa de Regularização Ambiental e estudos geotécnicos).

Figura 18. Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (Prad), áreas do Pôr do Sol e Sol Nascente.



12. Atualização E Modernização Do Acervo E Documentos

Com a ação contínua de renovação do licenciamento do software para a disponibilização do acervo e informações técnicas afetas ao Brasília Ambiental de forma on-line, foram mantidas as bases necessárias para a adequada organização e disponibilização do referido acervo. Em 2021 foi finalizada a inserção de dados “passivo” do Boletim na nossa Biblioteca Digital (BDI) e entre atos, legislações, estudos, material institucional e obras em geral foram cadastrados 2075 documentos e foram ainda realizados 51 levantamentos bibliográficos. Os mais de 3.500 acessos durante o ano comprovam a importância da manutenção da BDI.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanc 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanc 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanc 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanc 4º Ano	Fonte
10410 - PROTEÇÃO DE NASCENTES	UNIDADE	200,00	01/01/2018	Anual	300,00	0,00	273,00	274,00	288,00	X	303,00	X	PROG. ADOTE UMA NASCENTE/ UO 21208 / OE 153
Justificativa: 2020 - O Instituto Brasília Ambiental passou por recentes mudanças em sua estrutura organizacional, tendo sido recriado o setor responsável pelo monitoramento de nascentes somente em dez/2020. Em relação a esse indicador não houve tempo hábil para a análise dos recadastramentos do Programa Adote uma Nascente. No entanto, espera-se que em 2021 esses índices sejam apurados e reportados adequadamente.													
10411 - RECUPERAÇÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA	HECTARE		01/01/2001	Anual	125,00	16,30	125,00	27,00	125,00	X	125,00	X	BANCO DE DADOS CARCARÁ/ UO 21208 / OE 153
Justificativa: 2020 - Devido às restrições impostas pela Pandemia de Covid 19, ocorreram atrasos nas ações previstas para 2020. O Brasília Ambiental estabelecerá novo cronograma. 2021 - No ano de 2021 foram realizados plantios em 18 (dezoito) Unidades de Conservação, tendo sido plantadas 43.500 (quarenta e três mil e quinhentas) mudas de espécies de Cerrado. Considerando-se espaçamento médio de 2,5 x 2,5 metros entre as mudas, pode-se considerar que houve plantio em aproximadamente 27 hectares de Unidades de Conservação. 2022 - X 2023 - X													

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10406 - ATENDIMENTOS REALIZADOS NO HOSPITAL VETERINÁRIO	UNIDADE	14700,00	01/12/2018	Anual	14700,00	13341,00	21000,00	20.947,00	25000,00	X	38000,00	X	HVEP/ UO 21208 / OE 150
Justificativa: 2020 - Em razão pandemia pela Covid 19, foram empregadas medidas de prevenção de riscos à saúde pública a fim de evitar a disseminação da doença. O Brasília Ambiental editou o Decreto n.º 40.539, de 19 de março de 2020, que considerou o HVEP uma atividade essencial, tendo sido mantido o seu funcionamento. No entanto, foram implantadas medidas de segurança como a redução do número de atendimentos diários. Tal redução impossibilitou o alcance do índice desejado, a despeito deste fato, foi alcançado aproximadamente 91% do índice desejado para o período. 2021 - No ano de 2021 o HVEP recebeu 21.865 tutores (aumento de 81% em relação a 2020), atendeu 20.947 caninos e felinos (aumento de 57% em relação a 2020). Apesar de faltarem 53 atendimentos para o alcance da meta prevista em 2021, que era de 21.000 atendimentos, o resultado foi considerado satisfatório. 2022 - X 2023 - X													
10405 - TEMPO DE RESPOSTA DOS ATOS AUTORIZATIVOS AMBIENTAIS	DIA	500,00	01/01/2018	Anual	X	X	50,00	0	75,00	X	100,00	X	IBRAM/ UO 21208 / OE 151
Justificativa: 2020 - O indicador tempo de resposta aos atos autorizativos teve redução nos últimos anos. Dentre os requerimentos (atos autorizativos) analisados, que deram entrada em 2019 e 2020 (levantamento realizado até setembro de 2020), tem-se uma média de tempo total de tramitação de 182 dias. Importante ressaltar que este é o tempo total do processo, não apenas o tempo de análise técnica. Foi demonstrado uma evolução positiva no tempo de análise, se comparado com o mesmo diagnóstico realizado em 2016. Portanto													
10410 - AMPLIAÇÃO DO CADASTRO EM PROGRAMA DE PROTEÇÃO DE NASCENTES	UNIDADE	200,00	01/01/2018	Anual	300,00	0,00	273,00	274,00	288,00	X	303,00	X	PROG. ADOTE UMA NASCENTE/ UO 21208 / OE 153
Justificativa: 2021 - O total de nascentes que constavam no banco de dados do Programa Adote uma Nascente - PAN, até 2020, era de 258 nascentes cadastradas e monitoradas. A meta prevista para a ampliação de cadastros no PAN para 2021 foi de 15 nascentes, que somadas ao quantitativo de nascentes já cadastradas, alcançariam um total de 273. Em 2021, entraram 16 nascentes para o PAN, que somadas às 258 já cadastradas, chegou-se a um total de 274 nascentes monitoradas pelo Programa, alcançando, portanto, a meta prevista. 2022 - X 2023 - X													
10405 - PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DO PRAZO DE RESPOSTA DOS ATOS AUTORIZATIVOS	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	X	X	50,00	0	75,00	X	100,00	X	IBRAM/ UO 21208 / OE 151
Justificativa: 2021 - Serão necessárias adequações no sistema de monitoramento URUTAU para que seja possível a apuração do índice. Os dados necessários para montar as informações e verificar o indicador são extraídos a partir do Sistema URUTAU, e é necessário autorização para acesso aos dados do sistema. Foi montada uma planilha e aplicado o cálculo de tempo para extrair os indicadores. No entanto, por ser um processo novo, é necessário um prazo maior para conclusão, assim necessita-se de um prazo maior após o fechamento do exercício para a extração e aplicação do cálculo. 2022 - X 2023 - X													

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	396000,0	466000,00	466000,00	402648,45
8398 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	396000,0	466000,00	466000,00	402648,45
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA	396000,00	466000,00	466000,00	402648,45

13. Funap - Apoio

O Brasília Ambiental dispõe de um contrato celebrado junto à Fundação de Apoio ao Trabalhador Preso que prevê uma contratação de até 45 reeducandos. Em razão das diversas oscilações de demanda ocorridas durante o exercício de 2021, o ano foi encerrado com um total de 16 trabalhadores ativos.

Apesar de não serem uma mão de obra com qualificação adequada, as contratações ocorridas junto à FUNAP têm se mostrado uma alternativa à realização de atividades de apoio, como serviços de copeiragem, portaria e manutenção predial.

Do total de 16 reeducandos que permaneceram contratados ao final do ano, 11 trabalharam em funções de apoio ao funcionamento da sede deste Instituto, enquanto 5 atuaram diretamente em ações não só na sede, mas também nas unidades de conservação, realizando serviços de manutenção elétrica, hidráulica, pintura e reparos em geral.

Destaca-se, ainda, o importante papel desempenhado por eles no âmbito do Programa Reviva Parques, nas diversas ações de recuperação de edificações e equipamentos públicos das UCs administradas pelo Brasília Ambiental.

8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO**Execução Orçamentária e Financeira**

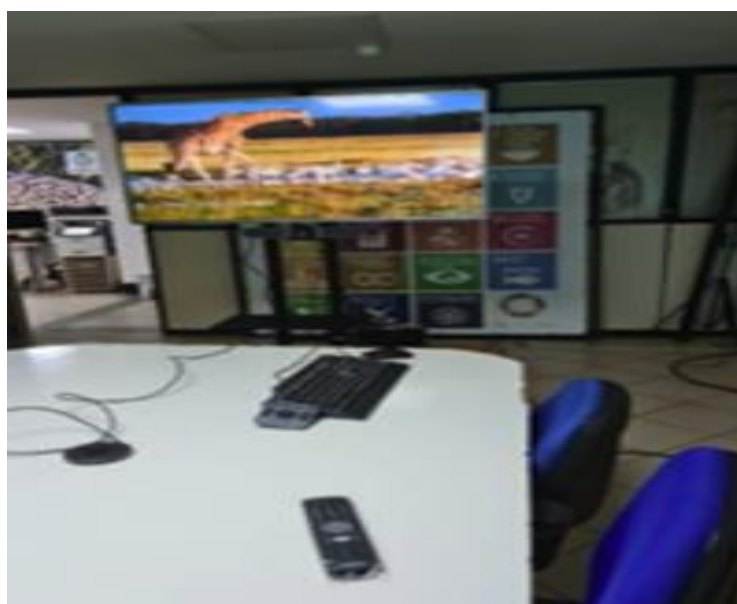
Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	20000,0	20000,0	0	0
5351 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-IBRAM-DISTRITO FEDERAL	20000,0	20000,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	64754129,0	72888436,00	72333127,81	72289270,60
8744 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	64754129,0	72888436,00	72333127,81	72289270,60
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	2112186,0	2133376,00	2078059,27	2064554,57
9569 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	2112186,0	2133376,00	2078059,27	2064554,57
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	4927870,0	6741442,00	4753446,50	4371767,07
9659 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	4927870,0	6741442,00	4753446,50	4371767,07
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	30000,0	301100,0	25430,0	25430,0
0069 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	30000,0	254000,0	17445,0	17445,0
0106 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	0	47100,0	7985,0	7985,0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6464,0	1253213,00	193706,48	193359,54
0118 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	0	102900,0	95750,0	95750,0
2583 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	6464,0	1150313,00	97956,48	97609,54
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	80000,0	130000,0	36166,79	36166,79
0068 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	80000,0	130000,0	36166,79	36166,79
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	303350,0	303350,00	242102,56	217102,56
8699 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	303350,0	303350,00	242102,56	217102,56

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO	72233999,00	83770917,00	79662039,41	79197651,13

14. Tecnologia Da Informação - Aquisição De Equipamentos

Alinhado ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação), em ação conjunta das áreas demandantes e do setor de compras, para a renovação do parque tecnológico desta instituição em 2021 foram comprados 65 kits de videoconferência, 05 tabletes e 01 projetor multimídia. Em busca de atender as novas demandas originárias da Pandemia e evolução tecnológica, foi providenciado a instalação de sala de videoconferência propiciando ao órgão um ambiente para realização de reuniões e audiências públicas virtuais.

Figura 19. Sala de reunião da sede do Brasília Ambiental



15. GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Além das iniciativas voltadas para infraestrutura e modernização do parque tecnológico o Instituto Brasília Ambiental foi em 2021 o primeiro órgão do Distrito Federal a adotar o Programa Brasil MAIS – Meio Ambiente Integrado e Seguro -, criado para auxiliar os estados no monitoramento de crimes ambientais. Com o termo de adesão à RedeMAIS do Ministério da Justiça assinado, a autarquia ambiental garantiu acesso completo ao programa federal.

Figura 20. Programa Brasil Mais do Governo Federal.



O Brasília Ambiental fez o lançamento do Portal ONDA (Portal do Observatório da Natureza e Desempenho Ambiental). O Portal é uma página web pública o qual permite que a população acesse as informações do Instituto e visualize o desenvolvimento de cada temática por meio de *storymaps*, *dashboards* entre outros. Além de contribuir na distribuição automatizada das informações junto aos portais oficiais do Distrito Federal: IDE-DF (Geoportal) e IDE-Ambiental (SISDIA). Internamente, o Portal permite que as unidades do Brasília Ambiental tenham um espaço para realizar seus trabalhos geoespaciais de forma individual ou em grupos. Com a produção ocorrendo diretamente no Portal as unidades têm gestão da sua informação passando a publicá-la na página pública do ONDA simultaneamente a produção evitando-se perda de informações e melhorando a transparência e efetividade do órgão.

Figura 21. Portal ONDA do Instituto Brasília Ambiental.



Outra ação que pode ser destacada é a a doação de 485 equipamentos de TI à Organização da Sociedade Civil (OSC) Programando o Futuro, executora do programa Reciclotech da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti/DF). Entre os bens entregues estão monitores, impressoras, computadores, HDs, relógios eletrônicos de ponto, discos rígidos para computador, notebook e teclados, entre outros.

16. AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

Em 2021, o Brasília Ambiental realizou um número recorde de eventos com transmissões ao vivo pelo YouTube: Foram realizadas 36 lives, entre elas, Audiências Públicas, reuniões temáticas e palestras. Ainda nas redes sociais, o órgão ambiental alcançou nas suas duas principais, o seguinte quantitativo de seguidores: Facebook: 7.454 e Instagram: 11.800. Ressaltando-se que os números alcançados foram conquistados sem o uso da ferramenta de promoção ou impulsionamento, fruto do planejamento de conteúdo, realizado ao longo do ano, de postagens diárias

Foram produzidos 35 vídeos institucionais Minuto Ambiental, contendo apresentação das realizações dos setores do órgão em 2021. Foram realizados e lançados nos serviços de streaming 4 episódios do Podcast Papo Ambiente. Ao longo dos doze meses de 2021 foram produzidas 312 matérias jornalísticas, com a média de 26 matérias mensais.

No somatório geral do número de acessos ao site institucional, 2021 registrou que 541,1 mil usuários visitaram o site, principal veículo de comunicação do Instituto. Especificamente para o público interno foram produzidas 50 edições do Boletim Eletrônico Zap Ambiente, contendo os principais fatos do órgão e a repercussão do Instituto na mídia.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

1. COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Em 2021, assim como nos anos anteriores, o instituto da compensação apresentou grandes resultados, seguindo diretrizes de planejamento da alta gestão alinhados com a perspectiva de se fazer grandes entregas às Unidades de Conservação - UCs. Grandes passos foram dados para demonstrar que é um instrumento indispensável à viabilidade ambiental de empreendimentos licenciáveis que causam significativos impactos ambientais negativos, além

de se estabelecer, neste período, como a principal fonte de recursos para a implantação e revitalização de UCs no âmbito do Distrito Federal. De igual modo, a compensação florestal vem se destacando como um instrumento para o financiamento de ações relacionados à política de proteção da vegetação nativa.

Nesse ano foram destinados R\$ 14.688.311,61 (quatorze milhões e seiscentos e oitenta e oito mil e trezentos e onze reais e sessenta e um centavos) para implantação e revitalização de unidades de conservação como o Parque Ecológico do Areal, Parque Ecológico do Sucupira, Parque Ecológico do Jequitibás, Parque Ecológico do Pequizeiros, Parque Ecológico do Riacho Fundo, Parque Ecológico do Cortado, Parque Ecológico Três Meninas, Parque Ecológico de Santa Maria e outros. As estruturas previstas para serem implantadas nas referidas UCs incluem obras de revitalização, iluminação, construção de guarita, pistas de caminhadas, cercamentos e equipamentos para manutenção das unidades. A contratação de serviços técnicos de consultoria ambiental na elaboração de estudos técnicos para criação, recategorização, definição de poligonais, elaboração de planos de manejo de Unidades de Conservação e outras ações afins também foi possível por intermédio dos recursos de compensação ambiental. As figuras demonstram algumas das ações realizadas.

Figura 22. Pontos de apoio aos visitantes no Parque Distrital das Copaibas.



Figuras 23 e 24. Obras de revitalização Parque Ecológico de Santa Maria.



Figuras 25 e 26. Revitalização no Parque do Bosque São Sebastião.



Quanto à compensação florestal, os recursos destinados em 2021 foram na cifra de R\$ 1.972.637,75 (um milhão e novecentos e setenta e dois mil e seiscentos e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos). Tais valores foram utilizados na elaboração de projetos técnicos, consultorias e estudo de campo, além de elaboração de projetos relacionados à temática conservação de recursos naturais.

Ainda no instituto da compensação florestal, na modalidade pagamento em pecúnia, foram aprovados R\$ 936.000,00 (novecentos e trinta e seis mil reais) para a contratação de estudos e projetos para definição de poligonais, elaboração de planos de manejo, criação e recategorização de Unidades de Conservação, recursos estes depositados no fundo junto à Fundação Banco do Brasil, na conta Conserva Cerrado.

No que se refere às perspectivas para os institutos compensatórios, os esforços continuam sendo empreendidos visando dar maior efetividade às destinações, ou seja, que estas se transformem em ações concretas nas UCs por meio do aumento do percentual de execução dos recursos destinados e, com isso, que os espaços protegidos cumpram de fato sua razão de ser, que é proporcionar à população do Distrito Federal o contato harmônico com a natureza, nos casos em que isto é possível, preservando-a para o usufruto das presentes e futuras gerações.

2. CONTROLE INTERNO

As ações de Controle Interno do Brasília Ambiental no ano de 2021 seguiram com o objetivo de aperfeiçoar a execução do Plano Anual das Atividades de Controle Interno – PAAI 2021 e acompanhar o cumprimento das recomendações e determinações apresentadas em decisões, relatórios de auditoria e inspeções do Tribunal de Contas do Distrito Federal e da Controladoria-Geral do Distrito Federal.

Outras atividades também foram desenvolvidas no período se destaca a publicação da Instrução Normativa nº 26 de 02 de setembro de 2021, que instituiu a Política de Gestão de Riscos no âmbito do Brasília Ambiental, tendo como o primeiro escopo de atuação a gestão e operacionalização do Serviço Veterinário Público – HVEP. O alcance de 100% no prêmio Índice de Transparência Ativa pelo terceiro ano consecutivo e a coordenação de atividades relacionadas à governança que possibilitaram a melhoria das boas práticas de gestão dentro da administração pública.

3. OUVIDORIA

Em relação ao desempenho da Ouvidoria do Instituto Brasília Ambiental, saiu de um índice de resolatividade de 20% em 2019, passando por 22% em 2020 e alcançando, este ano, 31%.

A Ouvidoria recebeu até a primeira quinzena de dezembro deste ano 6.199 demandas e 263 solicitações de acesso à informação. As três áreas mais demandadas foram: fiscalização de poluição sonora, com 3.900 manifestações; Unidade de Fauna (Ufau) sobre agendamento de consultas no Serviço Veterinário Público (Hvep), com 819 manifestações; e a fiscalização de fauna sobre criação e comércio ilegal de animais, com 97 manifestações.

4. PARCERIAS

Segue abaixo Tabela 4 demonstrando as parcerias firmadas no ano de 2021.

Tabela 4. Parcerias 2021

NÚMERO	INSTRUMENTO	PROCESSO	PARTÍCIPES	OBJETO	DATA DE ASSINATURA	VIGÊNCIA
1/2021	ACT Brasília Ambiental	00070-00000458/2021-41	SEAGRI, SFA/DF, CONAB/DF, SEMP DF,FAV/UnB,EMBRAPA CERRADOS,INCRA-DF,CEASA-DF, EMATER-DF,FAPE-DF,SENAR-DF e CDRS/DF.	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do DF - PDRS-DF, planejamento de 20 anos	22/02/2021	20 anos

4/2021	Termo de Adesão	00391-00008258/2020-13 00391-00006991/2020-01	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Programa Brasil Mais - Adesão à RedeMAIS, do Programa Maio Ambiente Integrado e Seguro - Programa Brasil MAIS	006/05/2021	5 anos
1/2021	ACT ADASA	00197-00000397/2020-22 00197-00000829/2020-03	ADASA, CAESB e UNB	Implantação, desenvolvimento e operação do SISTEMA DE MONITORAMENTO DE CHUVAS URBANAS INTENSAS NO DISTRITO FEDERAL (SIMCURB)	17/03/2021	5 anos
1/2021	Termo de Colaboração	00391-00003271/2021-67	Associação de Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais - ANCLIVEPASP	Operacionalização o Serviço Veterinário Público do Distrito Federal (HVEP).	23/11/2020	6 anos
01/2021	Termo de Fomento	00391-00001625/2021-39	CENTRO INTERNACIONAL DE ÁGUA E TRANSDISCIPLINARIDADE -CIRAT	Desenvolvimento de ações relativas ao Projeto "Arco das Nascentes do Paranoá"	26/11/2021	1 ano

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei nº 6.778, de 06 de janeiro de 2021, disponibilizou ao Brasília Ambiental a dotação inicial de R\$ 83.621.438,00 (oitenta e três milhões, seiscentos e vinte um mil quatrocentos e trinta e oito reais). Do total autorizado em lei, R\$ 4.653.000,00 (quatro milhões seiscentos e cinquenta e três mil reais) referiam-se a Emendas Parlamentares Individuais, em que a destinação dos recursos são vinculadas à demanda indicada pelo Parlamentar.

Distribuição por fonte de recursos e por categoria econômica e grupo de natureza de despesas:

Fonte – 100 – Recursos do Tesouro => representa a maior parcela da alocação dos recursos orçamentários;

Fonte – 183 - Desvinculação de receitas do DF/ Emenda Constitucional nº 093/2016;

Fonte – 157 – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais;

Fonte – 220 - Arrecadação própria (receitas diretamente arrecadadas);

Fonte – 287 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA.

Tabela1.

Fonte de recursos	Valor (R\$)
Fonte 100	75.323.253
Fonte 157	1.808.592
Fonte 183	1.946.878
Fonte 220	3.247.715
Fonte 287	1.295.000
Total	83.621.438

Tabela 2.

Fonte de Recursos	2020	2021	Varição (%)
Categoria 3.1	R\$ 63.416.213	R\$ 65.072.895	+ 2,61
Categoria 3.3	R\$ 24.645.480	R\$ 17.896.062	- 27,39
Categoria 4.4	R\$ 1.154.708	R\$ 652.481	- 43,49
Total	R\$ 89.216.401	R\$ 83.621.438	- 6,27

Fonte: SIGGO - Quadro Detalhamento Despesas: Exercícios: 2021.Posição 03/01/2022.

Comparada ao Exercício Financeiro de 2020, a dotação orçamentária de 2021 apresentou uma redução de 6,27%, tendo como maior fonte afetada aquela que representa os recursos advindos do Tesouro, fonte 100.

Tabela 3.

Fonte de Recursos	2020	2021	Varição (%)
Fonte 100	R\$ 82.118.135	R\$ 75.323.253	- 8,27
Fonte 157	R\$ 1.192.407	R\$ 1.808.592	+ 51,7
Fonte 183	-	R\$ 1.946.878	-
Fonte 220	R\$ 5.905.859	R\$ 3.247.715	-45,0
Fonte 287	-	R\$ 1.295.000	-
Total	R\$ 89.216.401	R\$ 83.621.438	- 6,27

Em que pese a redução geral apontada, houve o acréscimo de duas novas fontes de recursos: Fonte 183 - Desvinculação de receita do DF e Fonte 287 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental.

Destaca-se, ainda, que mesmo com a redução da disponibilização de recursos orçamentários em 2021, foi possível a apuração de excessos de valores arrecadados junto à Fonte 220 – Diretamente Arrecadados, mas, sobretudo, à Fonte 157 – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, no montante de R\$ 4.483.778,00 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e três mil setecentos e setenta e oito reais).

MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A seguir, é apresentado o demonstrativo sintético e comparativo da execução orçamentária e respectivas movimentações.

Fonte de Recursos	2020 (R\$)	2021 (R\$)	Varição (%)
1. Dotação Inicial	89.216.401	83.621.438	-6,27
2. Suplementações			
(+) Suplementação para Folha de Pessoal SEEC	3.089.191	7.526.434	143,64
(+) Suplementação Excesso de Arrecadação	4.086.997	5.575.827	36,43
(+) Suplementação para Hospital Veterinário via EPs	930.000	50.000	-94,62
(+) Suplementação para Hospital Veterinário via SEEC		10.000.000	-
(+) Suplementação via Emenda Parlamentar	770.000	2.065.960	168,31
(+) Suplementação pela Arrecadação TCFA	655.636		-
(+) Suplementação via SEEC	650.000	970.000	49,23
3. Cancelamentos/Bloqueios			
(-) Contingenciamentos/Bloqueios	(4.550.173)	-	-
(-) Cancelamentos Efetuados pela SEEC	(4.361.000)	(320.000)	-92,66
(-) Emendas Parlamentares	(4.430.000)	(5.688.960)	28,42
4. (=) Despesa Autorizada (1 + 2 - 3)	86.057.052	103.800.699	20,62
8. Despesa Executada	83.374.085	97.167.788	
9. Índice Execução (8 ÷ 7)	97,0%	94,0%	

Fonte: SIGGO - Quadro Detalhamento Despesas: Exercício: 2020 / 2021.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com efeito, a despesa autorizada, consignada no Quadro Detalhamento Despesa de 2021, totalizou R\$ 103.800.699,00 (cento e três milhões, oitocentos mil seiscentos e noventa e

nove reais), um percentual 20,62% maior em relação ao exercício anterior. Desse total, R\$ 77.559.997,00 (setenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil novecentos e noventa e sete reais) foram alocados para custear despesas com a folha de pagamento; R\$ 18.549.910,00 (dezoito milhões, quinhentos e quarenta e nove mil novecentos e dez reais) destinados às atividades das áreas finalísticas e R\$ 7.690.792,00 (sete milhões, seiscentos e noventa mil setecentos e noventa e dois reais), vertidos ao custeio das despesas das áreas meio.

Mesmo em meio aos efeitos negativos causados pela Pandemia da COVID-19 que se estende desde 2020, o Brasília Ambiental alcançou um percentual de execução de 94%, em face da despesa autorizada.

Outro ponto importante a ser levado em consideração, é que no exercício de 2021 o índice de execução de despesas em áreas finalísticas foi maior do que o executado na área meio.

Destacando-se nesse caso os montantes relativos às transferências efetuadas para manutenção e ampliação dos atendimentos referentes ao Serviço Veterinário Público - HVEP, onde 100% do total autorizado de R\$ 10.235.650,00 (dez milhões, duzentos e trinta e cinco mil seiscentos e cinquenta reais) foi executado.

Tabela 4.

Despesa Autorizada x Executada (em R\$)	Folha dos Servidores	Áreas Meio	Áreas Finalísticas	Total
Despesa Autorizada	77.559.997	7.690.792	18.549.910	103.800.699
Despesa Executada	76.809.491	5.508.150	14.850.147	97.167.788
Índice de Execução	99%	72%	80%	94%

ARRECADAÇÃO

Em 2021, para custear suas atividades institucionais, o Brasília Ambiental fez uso das seguintes fontes de recursos:

Fonte - 100 - Recursos do Tesouro => representa a maior parcela da alocação dos recursos orçamentários;

Fonte - 183 - Desvinculação de receitas do DF/ Emenda Constitucional nº 093/2016

Fonte - 157 - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais;

Fonte - 220 - Arrecadação própria (receitas diretamente arrecadados)

Fonte - 287 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA

A seguir, apresentam-se as informações referentes ao teto orçamentário utilizado como referência para a LOA 2021, bem como, os excessos de arrecadação observados no exercício:

FONTE DE RECURSOS	VALOR (R\$)
Fonte 100	75.323.253
Fonte 157	1.808.592
Fonte 183	1.946.878
Fonte 220	3.247.715
Fonte 287	1.295.000
Total	83.621.438

COMPARATIVO PREVISTO X ARRECADADO 2021			
FONTE	PREVISTO	ARRECADADO	VARIAÇÃO %
220	3.247.715	5.152.956	59
287	1.295.000	2.071.272	60
157	1.808.592	12.965.112	617

RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS (220): VARIAÇÃO DE 13,8%	Realizado - 2020	Realizado - 2021
SERVIÇOS DO LICENCIAMENTO	2.408.730	2.839.501
GESTÃO FLORESTAL	42.135	80.648
TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS	936	-
GESTÃO DE FAUNA	409.564	274.641
MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	2.289.383	1.873.194
CONCESSÃO DE USO DE ÁREA PÚBLICA	6.277	16.740
RECEITAS DE DÍVIDA ATIVA	278.300	-
MULTA POR DESC. DE OBRIGAÇÃO	543	68.232
TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL TCFA	912.866	2.071.272
TOTAL	6.348.735	7.224.228

**RECEITA CFEM - 157:
VARIAÇÃO DE 58%**

MÊS	VALOR
Exercício 2020	8.212.515
Exercício 2021	12.964.112

Em relação à fonte de arrecadação 157 – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, a variação substancial dos valores repassados pela União ao Governo do Distrito Federal, conforme informações obtidas junto ao sítio da Agência Nacional de Mineração, refere-se ao aumento da extração de calcário que representou 97% do valor arrecadado em 2021. (https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem_substancia.a.spx). Nesse sentido, vale destacar o papel protagonista do Brasília Ambiental, em razão do aumento significativo de eficiência na análise dos processos de licenciamento ambiental no âmbito dos empreendimentos implantados do DF.

EXPECTATIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2022

Em que pese o histórico recente das apurações de excesso de arrecadação, sobretudo da fonte de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, a expectativa é que, caso ocorra durante o ano de 2022, o valor será consideravelmente mais modesto. Tal afirmação decorre do fato de que a metodologia de cálculo utilizada pela Secretaria de Estado de Economia para a definição do teto orçamentário (base para a PLOA) já está captando as oscilações históricas das apurações mais recentes.

Ainda assim, as perspectivas para o período são otimistas, uma vez que as informações referentes à LOA 2022 indicam que as despesas de caráter obrigatório estarão integralmente cobertas com os necessários recursos orçamentários. Nesse sentido, os instrumentos de planejamento se mostrarão ainda mais relevantes, uma vez que deverão balizar as decisões da Administração em relação aos novos investimentos que deverão ser priorizados no período.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal

Subsecretaria de Assuntos Estratégicos

RGE 2021 - FUNDO ÚNICO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL – FUNAM/DF.

1 - Histórico de criação e síntese das competências da unidade

Funam - Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal foi criado pelo Art. 73 da Lei Distrital nº. 41 de 13/9/1989. É um órgão de natureza contábil e seus recursos serão destinados exclusivamente à execução da política ambiental do Distrito Federal.

Os recursos financeiros destinados ao Funam devem ser aplicados em atividades de desenvolvimento científico, tecnológico, de apoio editorial e de educação ambiental e em despesas de capital relativas à execução da política ambiental do Distrito Federal (art.76 da mencionada lei).

As normas legais que regem o funcionamento do Funam são:

- Lei nº. 3.984 de 28/05/2007 que cria, em seu artigo 13, o Conselho de Administração.
- Decreto nº. 28.292, de 19/09/2007, que aprova o Regimento Interno do Funam/DF e o Regimento Interno do Conselho de Administração do Funam (CAF).
- Decreto nº 36.441/2015, de 08/04/2015, que dá nova redação ao art. 4º, incisos I a V, do Decreto nº 28.292/2007, alterando a composição do CAF/Funam.
- Lei Complementar nº 925/2017 que dispõe sobre a reversão ao Tesouro do Distrito Federal do superávit financeiro de órgãos e entidades da administração direta e indireta integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social do Distrito Federal, inclusive de Fundos Especiais.
- Lei Complementar nº 957 de 20/12/2019, revoga o Art. 7º da LC 925/2017 e desobriga à reversão ao Tesouro dos recursos depositados no Funam no exercício anterior quando estes forem provenientes de ações judiciais. Além disso, alterou a Lei 41/1989, levando para aquele diploma a obrigação de devolução dos recursos de superavit para o Tesouro exceto os de ações judiciais.
- Portaria Sema-DF 55/2021, Ato normativo setorial que disciplina a aplicação prática do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC no âmbito do Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal – Funam-DF, constituindo o ato de que trata o inciso XIV do caput do art. 2º do Decreto Distrital nº 37.843, de 13/12/2016, e dá outras providências.

Os objetivos do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal – Funam, são: apoiar programas e projetos voltados a execução da política ambiental do Distrito Federal e promover a participação da sociedade civil na solução dos problemas ambientais do Distrito Federal.

O Funam atende, em suas áreas de atuação programas, projetos ou atividades que visem a extensão florestal, manejo sustentado e conservação dos recursos naturais renováveis, e unidades de conservação; pesquisas e desenvolvimento tecnológico; educação ambiental e divulgação; implantação de parques; controle ambiental e fortalecimento, estruturação e desenvolvimento institucional; e outros considerados condizentes com seus objetivos.

O Conselho de Administração do Funam – CAF é o órgão deliberativo e administrativo do Fundo – cabendo sua supervisão ao titular da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Sema. Da mesma forma, competem a Sema as atividades da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Fundo.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	2	0	0	0	2
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	2	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	2	0	0	0	2

O Funam possui atualmente um quadro de pessoal reduzido, formado por dois servidores, sendo ambos comissionados: CNE 6 - Coordenação de Colegiados e Fundos e um CNE 7 - Diretoria do Fundo Único do Meio Ambiente, que herdou as atribuições do cargo de Secretário Executivo do Fundo, a saber: secretaria as atividades do Conselho de Administração do Fundo, em assuntos de natureza técnica e administrativa.

No que diz respeito ao Ordenador de Despesa do Fundo, o Secretário de Estado do Meio Ambiente, através da Portaria nº. 54 de 30/09/2019 delegou a competência para o titular da Subsecretaria de Assuntos Estratégicos para praticar os atos de gestão do Funam, relativos ao planejamento, orçamento, finanças, patrimônio e contabilidade.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado		
9039 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL	686512,0	686512,00	497998,0	372046,0		
0004 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL-APOIO PROJ RECUPERAÇÃO DA ORLA DO LAGO PARANOÁ-DISTRITO FEDERAL	686512,0	686512,00	497998,0	372046,0		
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	686512,00	686512,00	497998,00	372046,00		
Ação/Subtítulo	Nat. Despesa	Fonte	Despesa Autorizada (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
9039.0004 - Financiamentos vinculados à Política Ambiental	335041	170	26.972,00	0,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Nat. Despesa	Fonte	Despesa Autorizada (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
9039.0004 - Financiamentos vinculados à Política Ambiental	335041	171	618.555,00	489.064,00	363.112,00	363.112,00
9039.0004 - Financiamentos vinculados à Política Ambiental	335041	220	20.985,00	0,00	0,00	0,00
9039.0004 - Financiamentos vinculados à Política Ambiental	339093	171	10.000,00	8.934,00	8.934,00	8.934,00
9039.0004 - Financiamentos vinculados à Política Ambiental	445041	171	10.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental			686.512,00	497.998,00	372.046,00	372.046,00

Em 2021 o Funam realizou as seguintes atividades de empenho, liquidação e pagamento que totalizaram R\$ 372.046,00 (trezentos e setenta e dois mil e quarenta e seis reais):

- 1º Evento – Empenho, Liquidação e Pagamento a Organização da Sociedade Civil - Instituto Rede Terra CNPJ: 02.897.670.0001-88, da segunda parcela, do termo aditivo no valor total de R\$ 127.580,00 (cento e vinte e sete mil quinhentos e oitenta reais), para despesas referentes ao Objeto do referido Termo de Colaboração e em conformidade com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho III. Programa de Trabalho: 18.541.6210.9039.0004 - Financiamentos Vinculados à Política Ambiental - Apoio Projeto Recuperação da Orla do Lago Paranoá-DF.
- 2º Evento – Empenho, Liquidação e Pagamento a Organização da Sociedade Civil - Instituto Rede Terra CNPJ: 02.897.670.0001-88, da terceira parcela, do termo aditivo no valor total de R\$ 27.580,00 (vinte e sete mil quinhentos e oitenta reais), para despesas referentes ao Objeto do referido Termo de Colaboração e em conformidade com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho III. Programa de Trabalho: 18.541.6210.9039.0004 - Financiamentos Vinculados à Política Ambiental - Apoio Projeto Recuperação da Orla do Lago Paranoá-DF.
- 3º Evento – Empenho, Liquidação e Pagamento a Organização da Sociedade Civil - Instituto Rede Terra CNPJ: 02.897.670.0001-88, da quarta parcela, do termo aditivo no valor total de R\$ R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais), para despesas referentes ao Objeto do referido Termo de Colaboração e em conformidade com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho III. Programa de Trabalho: 18.541.6210.9039.0004 - Financiamentos Vinculados à Política Ambiental - Apoio Projeto Recuperação da Orla do Lago Paranoá-DF.
- 4º Evento – Empenho, Liquidação e Pagamento a Organização da Sociedade Civil União Brasileira de Educação Católica – Ubec mantenedora da Universidade Católica de Brasília – UCB , inscrita no CNPJ n.º 00.331.801/0004-82, doravante denominada Ubec/UCB, da primeira parcela, do Plano de Trabalho, no valor total de R\$ 125.952,00 (cento e vinte e cinco mil novecentos e cinquenta e dois reais), para despesas referentes ao Objeto do Termo de Fomento e em conformidade com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho. Programa de Trabalho: 18.541.6210.9039.0004 - Financiamentos Vinculados à Política Ambiental - Projeto “Pesquisa de Identificação e Monitoramento da População de Capivaras na Orla do Lago Paranoá”.
- 5º Evento – Empenho, Liquidação e Pagamento em conformidade com o processo 00393-00001621/2019-80, que é à restituição de valor depositado em duplicidade na conta bancária do Funam, referente ao pagamento de multa por dano ambiental à APP do Lago Paranoá feito pela Sra. Sandra Ramos Caiado, foi efetuado o pagamento no valor de R\$ 8.934,00 (oito mil novecentos e trinta e quatro reais).

Cabe ressaltar, que o valor total empenhado no Programa de Trabalho: 18.541.6210.9039.0004, na natureza de despesa 335041, fonte 171 foi de R\$ 489.064,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil e sessenta e quatro reais) e liquidado o valor de R\$ 363.112,00 (trezentos e sessenta e três mil cento e doze reais). A diferença de R\$ 125.952,00 (cento e vinte e cinco mil novecentos e cinquenta e dois reais) ainda será liquidada, corresponde ao valor da 2ª parcela a ser paga do Termo de Fomento (MROSC) N.º 5/2021 (64702509), atrelado ao Plano de Trabalho (64703301) do Projeto de “Pesquisa Identificação e monitoramento da população de capivaras na orla do Lago Paranoá” – com previsão para janeiro/22.

RECURSOS FINANCEIROS

Em 2021 foram creditados nas contas do Fundo Único de Meio Ambiente – Funam o valor total de R\$ 2.838.805,39 (dois milhões oitocentos e trinta e oito mil oitocentos e cinco reais e trinta e nove centavos) referente à pagamentos oriundos de ações judiciais e compensações florestais.

A arrecadação de recursos de ações judiciais em 2021 foi no valor de R\$ 594.687,65 (quinhentos e noventa e quatro mil e seiscentos oitenta e sete reais e sessenta e cinco centavos), depositados nas contas bancárias BRB - Ag. 100 c/c 060993-3 - Dep. Jud. Orla Lago Paranoá; BRB - Ag. 100 c/c 060994-1 - Dep. Jud. Ambiental Sobradinho; BRB - Ag. 100-055.181-1 Dep. Jud. Orla Lago Paranoá; e BRB - Ag. 100-059.431-6 Dep. Jud. Ambiental Sobradinho. Ressaltamos a Lei Complementar nº 957, de 20 de dezembro de 2019, que excepcionaliza os recursos de ações judiciais depositados no Funam.

Os recursos de compensação florestal no ano de 2021 alcançaram uma arrecadação total no valor de R\$ 2.244.117,74 (dois milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, cento e dezessete reais e setenta e quatro centavos), depositado basicamente na conta BRB - Ag. 100 c/c 060992-5 - Arrecadação Funam, conforme planilha. Ressaltamos neste caso que o Decreto nº 39.469, de 22 de novembro de 2018, Art 24º, § 3º, versa que valores depositados a título de compensação florestal, no Funam, têm natureza de receita vinculada.

Contas do Funam com CNPJ da Sema:

- BRB - Ag. 201-826.974-1 Arrecadação Funam (conta movimento);
- BRB - Ag. 100-055.181-1 Dep. Jud. Orla Lago Paranoá;
- BRB - Ag. 100-059.431-6 Dep. Jud. Ambiental Sobradinho

Contas com CNPJ do Funam:

- BRB - Ag. 201 c/c 060993-3 - Dep. Jud. Orla Lago Paranoá;
- BRB - Ag. 201 c/c 060994-1 - Dep. Jud. Ambiental Sobradinho
- BRB - Ag. 100 c/c 060992-5 - Arrecadação Funam (conta movimento)

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Em 2021 foi feita à restituição de valor depositado em duplicidade na conta bancária do Funam, referente ao pagamento de multa por dano ambiental à APP do Lago Paranoá feito pela Sra. Sandra Ramos Caiado, no valor de R\$ 8.934,00 (oito mil novecentos e trinta e quatro reais).

3.1. Evolução do Superávit Financeiro X Projetos Financiados

Ano	Arrecadação	Projetos Financiados
2021	2.838.805,39	497.998,00
2020	1.975.136,74	1.220.050,00
2019	1.885.764,41	2.009.000,00
2018	1.426.088,00	0,00
2017	2.230.430,00	700.000,00
2016	8.224.784,00	1.699.504,77
2015	8.242.258,00	244.797,11
2014	7.584.478,00	79.713,13
2013	7.107.628,00	46,44
2012	6.580.429,00	0,00
2011	6.089.570,00	229.810,94
2010	4.974.196,00	0,00
2009	4.347.080,22	0,00
2008	3.925.358,25	3.847,98
2007	3.185.593,00	2.264,52

*Projeto Recuperação da Orla do Lago Paranoá, financiado com os recursos das multas judiciais pagas por danos à app da Orla do Lago Paranoá (Ação do MPDFT) revertidos pelo Tesouro como Crédito Suplementar ao Funam pelo Decreto 39.742 de 28/03/2019.

3.2. Portarias 2021

Data	Portaria	Publicação no DODF	Descrição
27/01/2021	Portaria Nº. 01	Nº 19, 28/01/2021	Instituiu o Grupo de Trabalho para efetuar a Revisão do Regimento Interno do Funam-DF.
26/02/2021	Portaria Nº. 4	Nº 97, 25/05/2021	Instituiu a Comissão de Monitoramento e Avaliação no âmbito do projeto Recuperação de Danos as APPs na Orla do Lago Paraná – Orla Sul e Braço do Riacho Fundo, substituindo o Coordenador da CMA.
24/05/2021	Portaria Nº. 17	Nº 97, 25/05/2021	Instituiu a Comissão de Gestão da Parceria no âmbito do projeto de pesquisa para identificação e monitoramento da população de capivaras na orla do Lago Paranoá.
24/05/2021	Portaria Nº. 18	Nº 97, 25/05/2021	Instituiu a Comissão de Monitoramento e Avaliação no âmbito do projeto de pesquisa para identificação e monitoramento da população de capivaras na orla do Lago Paranoá.
08/06/2021	Portaria Nº. 20	Nº. 107, 10/06/2021	Nomeação de novos membros na composição do CAF – Conselho de Administração do Funam.
22/09/2021	Portaria Nº. 42	Nº 97, 22/09/2021	Instituiu a Comissão de Monitoramento e Avaliação no âmbito do projeto Recuperação de Danos as APPs na Orla do Lago Paraná – Orla Sul e Braço do Riacho Fundo, substituindo o Coordenador da CMA, incluindo membro do Brasília Ambiental.
20/12/2021	Portaria Nº. 55	Nº 237, 21/12/2021	Disciplina a aplicação prática do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC no âmbito do Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal – Funam/DF, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal - Sema-DF, constituindo o Ato Normativo Setorial de que trata o inciso XIV do caput do art. 2º do Decreto Distrital nº 37.843, de 13 de dezembro de 2016, e dá outras providências.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

4.1. Realizações do Funam no Exercício 2021

4.1.1 Empenhos, Liquidações e Pagamentos

O Funam em conformidade com o Termo de Colaboração (MROSC) nº 001/2019, e pelo Termo Aditivo de Prazo 002/2020, atrelado ao Plano de Trabalho III, assinado pelas partes e em conformidade com art. 29, c/c art. 30, Inc. II, do Decreto nº 32.598, de 15/12/2010, e demais normas e legislações vigentes, efetuou os seguintes pagamentos:

o Empenho, liquidação e pagamento da 2ª, 3ª e 4ª parcela do TC 001/2019, Termo Aditivo de Financeiro 002/2020 no valor de R\$ 237.160,00 (duzentos e trinta e sete mil cento e sessenta reais) em junho, outubro e novembro de 2021.

O Funam em conformidade com o Termo de Fomento (MROSC) N.º 5/2021 (64702509), atrelado ao Plano de Trabalho (64703301), devidamente assinado pelas partes e em conformidade com art. 29, c/c art. 30, Inc. II, do Decreto 32.598, de 15/12/2010, e demais normas e legislações vigentes, efetuou o seguinte pagamento:

o Empenho, liquidação e pagamento da 1ª parcela do Termo de Fomento (MROSC) N.º 5/2021, no valor de R\$ 125.952,00 (cento e vinte e cinco mil novecentos e cinquenta e dois reais) em julho de 2021.

O Funam, em conformidade com o processo 00393-00001621/2019-80, que é à restituição de valor depositado em duplicidade na conta bancária do Funam, referente ao pagamento de multa por dano ambiental à APP do Lago Paranoá feito pela Sra. Sandra Ramos Caiado, efetuou o seguinte pagamento:

o Empenho, liquidação e pagamento no valor de R\$ 8.934,00 (oito mil novecentos e trinta e quatro reais)

4.1.2 Reuniões do Conselho de Administração do Funam (CAF)

Em 2021 o Conselho de Administração do Funam – CAF, realizou 2 Reuniões Ordinárias e 5 Reuniões Extraordinárias, que foram:

- 17ª Reunião Ordinária do CAF, realizada em 03/03/2021 para apresentação da Portaria de Nomeação, que atualizou os membros do Grupo de Trabalho de Revisão do Regimento Interno e estudo sobre receitas que compõe o Fundo, com indicação de sistemática das reuniões para os membros do GT. Apresentação de proposta de calendário anual das reuniões ordinárias e extraordinárias do CAF/DF, para 2021. Escolha de um relator substituto para apreciação da Prestação de Contas do Convênio CAR, 001/2016, ainda em aberto e apresentação da Arrecadação do Funam no segundo semestre de 2020.
- 18ª Reunião Ordinária do CAF, realizada em 02/09/2021 para apresentação e votação da revisão do Regimento Interno do Funam, Decreto e Resolução, apresentados pelo GT de Revisão, constituído pela Portaria nº 01, de 27/01/2021 e outras deliberações.
- 29ª Reunião Extraordinária do CAF, realizada em 18/03/2021 para apresentação de ajustes no Projeto de “Identificação e monitoramento da população de capivaras na orla do Lago Paranoá” e outras deliberações.
- 30ª Reunião Extraordinária do CAF, realizada em 01/07/2021 para apresentação dos trâmites e inicialização dos trabalhos do Projeto de “Identificação e monitoramento da população de capivaras na orla do Lago Paranoá”. Apresentação das ações e iniciativas referentes ao Projeto de “Recuperação das APPs da orla do Lago Paranoá”, pelo IRT – Instituto Rede Terra. Apreciação do Relatório Final do GT de Revisão do Regimento Interno do Funam. Apresentação e votação do Parecer Técnico referente a prestação de contas final do convênio CAR - 001/2016.
- 31ª Reunião Extraordinária do CAF, realizada em 20/10/2021 para análise final e aprovação da revisão do Regimento Interno do Funam. Apresentação e aprovação da resolução do Regimento Interno do CAF. Apresentação e aprovação do Ato Normativo de aplicação da MROSC do Funam e outras deliberações.
- 32ª Reunião Extraordinária do CAF, realizada em 26/11/2021 para análise final e aprovação do Ato Normativo de aplicação da MROSC do Funam. Análise final e aprovação da Resolução do Regimento Interno do CAF e votação da Ata da 31ª Reunião Extraordinária do CAF, encaminhada por e-mail previamente.
- 33ª Reunião Extraordinária do CAF, realizada em 03/12/2021 que analisou e aprovou o Ato Normativo de aplicação da MROSC do Funam que regulariza o detalhamento das peculiaridades que formalizam parcerias, baseadas na Lei MROSC nº 13.019/2014 e no Decreto/DF, nº 37.843/2016. Aprovação do calendário anual de reuniões para 2022 e outras deliberações.

4.1.3 Grupo de Trabalho para Revisão do Regimento Interno do Funam.

Por ocasião da 16ª Reunião Ordinária do CAF, realizada em 19/10/2020, foi criado o Grupo de Trabalho para a Revisão do Regimento Interno e Receitas do Funam-DF, instituído pela Portaria nº 1/2021 de 28/01/2021, composto pelo Conselheiro Sr. Thúlio Cunha Moraes do Brasília Ambiental, Conselheiro Sr. Iracilde Titan Lima e Silva, representante da área técnica ambiental do Governo do Distrito Federal e do Conselheiro Sr. Saulo Pastor, do Instituto Avaliação, representante do segmento ambiental com atuação no Distrito Federal.

O GT apresentou seu relatório final dentro do prazo de vigência, seis meses, e submeteu os pontos apresentados aos membros do Conselho de Administração do Funam. Posteriormente à Suest solicitou que o Gabinete da Sema submetesse a proposta de alteração do Regimento Interno do Funam as demais áreas técnicas da Secretaria, que fizeram suas contribuições e em 20/10/2021, na 31ª Reunião Extraordinária o CAF aprovou as propostas de alteração, tendo sido encaminhada a Casa Civil para assinatura e publicação.

4.1.4 Projetos de anos anteriores com pendências na Prestação de Contas

Em 2021 o Funam deu continuidade a prestação de contas final do Convênio nº001/2016 que visou a execução conjunta do Programa de Assistência a Inscrição no Cadastro Ambiental

Rural – CAR, celebrado entre o Funam, a Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - Seagri. Na 17ª reunião Ordinária do CAF realizada em 03/03/2021, foi escolhido um novo relator, para a elaboração do Parecer Final de Prestação de Contas e baixa contábil do Convênio. Medida foi necessária uma vez que o então relator, definido em 2020, declinou da incumbência por motivos de saúde.

O novo relator apresentou o seu Parecer aos conselheiros do CAF, manifestando entendimento pela APROVAÇÃO FINAL COM RESSALVAS das contas do convênio supracitado, tendo em vista que a destinação final dos bens materiais adquiridos no Convênio Funam-DF, ainda não ter sido definida – se será incorporado ao patrimônio da Emater e da Seagri, ou se deve retornar ao Funam.

A conselheira do Instituto Oca do Sol pediu vistas para analisar com mais tempo o parecer, justificando pela complexidade do projeto e pelo valor empregado, até que seja definido a destinação final dos bens.

A Comissão Especial de Avaliação dos Bens do Convênio emitiu o seu Relatório Final que foi enviado a Emater, solicitando a tomada de providências necessárias à localização dos bens não encontrados durante as vistorias realizadas pelos membros da Comissão. A Emater/DF solicitou prazo para solucionar as pendências relativas ao referido relatório, registrando o compromisso da empresa em localizar e adequar as localizações dos bens citados, bem como reiterou a solicitação que pede a inclusão definitiva ao patrimônio da Emater/DF, dos bens materiais adquiridos no âmbito do Convênio firmado com o Funam-DF.

4.1.5 Termo de Apostilamento - projeto de recuperação de danos nas APPs da orla do Lago.

Em novembro de 2021 a Comissão de Gestão da Parceria (CGP), que acompanha a execução do Projeto “Recuperação de danos nas APPs da orla do Lago Paranoá – Orla Sul e braço do Riacho Fundo”, aprovou a alteração do Plano de Trabalho II, suprimindo a meta 6 do projeto “Parques Distritais e Unidades de Conservação existentes na orla do Lago Paranoá: contribuições para redefinição de limites, estratégias de implantação e perspectivas” e remanejando o valor da meta 6 para as ações de manutenção das áreas - Meta 9 - “Manutenções nas áreas em recuperação na Orla do Lago Paranoá”.

Também houve o redesenho da Meta 8 – “Monitoramento das áreas e monitoramento de segurança por meio de sistema eletrônico, em área a ser definida na Orla do Lago Paranoá”, com remanejamento parcial do valor da Meta 8 para a Meta 9”.

Além dessas alterações, o Termo de Apostilamento alterou o fim da vigência da parceria para até 6 fevereiro de 2022, usando a previsão de “prorrogação de ofício”, prevista no parágrafo primeiro do Art.43 do Decreto 37.843/2016.

4.2. Banco de Projetos (aprovados entre 2015 e 2021)

A respeito das atividades de deliberação do CAF, entre os anos de 2015 e 2021, registra-se neste RGE a listagem dos projetos no quadro a seguir que já foram submetidos ao Conselho e encontram-se aprovados.

Observa-se que os dois primeiros projetos são recentes e o segundo está em execução. Os demais casos compõem banco de projetos do Fundo, mas demandam nova consulta ao CAF sobre a conveniência de sua retomada em vista do tempo decorrido desde sua aprovação, o que pode ser feito a qualquer momento pelos proponentes Sema e Brasília Ambiental.

Projeto	Objetivo	Aporte Financeiro-R\$
Identificação e Monitoramento da população de Capivaras no Lago Paranoá.	Foi celebrado em junho de 2021 o Termo de Fomento Nº 005/2021, que entre si celebram o Distrito Federal, por meio do Fundo Único De Meio Ambiente do Distrito Federal e a Organização da Sociedade Civil, Universidade Católica de Brasília Ubec/UCB, por Intermédio de sua Mantenedora, a União Brasileira de Educação Católica – Ubec, para a execução da pesquisa de Identificação e Monitoramento da População de Capivaras na Orla do Lago Paranoá. O objetivo é promover pesquisa científica da fauna com vistas ao planejamento de uma política de manejo da espécie, fazendo levantamento qualitativo e quantitativo, verificando, entre outros aspectos se há ocorrência de agentes de importância sanitária associados à febre maculosa, leptospirose e tripanossomíase, e superbactérias na população de capivaras do Lago Paranoá. Projeto que teve a sua aprovação inicial em 2020.	251.904,00
Recuperação da Orla do Lago Paranoá (aditivo financeiro).	Aprovado em 2020 – acrescentou novas metas ao projeto aprovado em 2019, acrescentando novos 10 hectares de áreas a serem recuperadas.	452.710,00
Recuperação da Orla do Lago Paranoá.	Aprovado em 2019 - Visa promover ações de recuperação de áreas degradadas e/ou desmatadas por meio de recomposição da vegetação nativa e/ou outra forma de recuperação, visando evitar processos erosivos, assim como corrigir processos erosivos e respectivos danos ambientais já existentes. Sinalizar áreas estratégicas conforme uso adequado da Orla, além de promover o monitoramento das ações de recuperação e da integridade física de unidades de conservação e parques inseridos na Orla (ainda que parcialmente) – o projeto incorporou as áreas previstas no projeto do Ibram QL 10 Lago Sul. Aprovado no CAF em 2018.	2.009.000,00
Revisar e aprimorar o licenciamento ambiental de Brasília.	Aprovado em 2018 - Revisão e aprimoramento do licenciamento ambiental de Brasília estabelecendo procedimento inovador de licenciamento ambiental, voltado a gestão de resultados e otimização de etapas e estudos, mediante o estabelecimento de indicadores de resultado, a partir de matrizes de impacto ambiental, por tipologia de empreendimento versus localização do empreendimento e as diretrizes e riscos estabelecidos no ZEE.	640.000,00
Gestão de políticas públicas ambientais.	Aprovado em 2018 - O objetivo da consultoria é o levantamento das políticas públicas existentes no âmbito do Distrito Federal, identificação de status de execução, proposição de metas e indicadores de resultado por ação e criação de ferramenta de auto avaliação e acompanhamento do desenvolvimento das políticas públicas que possa ser aproveitada, acrescida e alterada nos próximos exercícios com vistas ao pleno acompanhamento e medição de desempenho.	600.000,00
Controle Reprodutivo De Animais Domésticos.	Aprovado em 2017 - Realização de procedimentos cirúrgicos de castração – ovário salpingo-histerectomia e orquiectomia em cães e gatos, para auxiliar o controle populacional de animais domésticos no Distrito Federal.	700.000,00
Novo desenho Institucional do Funam.	Apresentado em 2016 - Consultoria para análise, revisão e desenvolvimento do redesenho organizacional do Funam.	130.000,00
Mudanças Climáticas: Cenários e Alternativas.	Aprovado em 2016 - Projeções futuras de clima, com maior detalhamento, e passíveis de uso em avaliações dos impactos da mudança do clima em diversos setores socioeconômicos e ambientais.	65.500,00
Avaliação de Riscos Climáticos e Alternativas.	Aprovado em 2016 - Avaliação dos prováveis impactos de diferentes cenários climáticos para o DF sobre os recursos hídricos, usos associados, atual e futuro, considerando um horizonte de 30 anos (2010-2040).	90.000,00
PCPV - Plano de Controle de Poluição.	Aprovado 2015 - Aquisição de equipamentos e Contratação de serviços para subsidiar a implantação, execução e avaliação do programa de Inspeção e Manutenção de Veículos no Distrito Federal – Programa I/M, integrante do PCPV.	1.909.515,64

4.3 – Dificuldades Encontradas

O quadro reduzido de pessoal, aliado aos limitados recursos auferidos pelo Fundo, impactam diretamente na ampliação das ações de financiamentos de projetos ambientais no Distrito Federal, financiados pelo Funam.

Como mencionado neste Relatório de Gestão, o Funam conta com apenas dois servidores comissionados para operacionalizar todas as ações relativas à parte orçamentária e financeira, bem como as ações relativas ao seu Conselho de Administração.

Quanto aos recursos, desde a edição da Lei Complementar 925/2017, que dispõe sobre a reversão ao Tesouro do Distrito Federal do superávit financeiro, inclusive dos Fundos Especiais, verifica-se que essa legislação tem inviabilizado o planejamento de ações de curto, médio e longo prazo pelo Funam, uma vez que, para o lançamento de Editais de financiamento da política há a necessidade de se ter o recurso financeiro e orçamentário no QDD do Fundo. No final de 2019 foi publicada a Lei Complementar 957/2019 que excepcionaliza da reversão ao Tesouro os recursos oriundos de ações judiciais na Lei nº 41/1989. Ainda assim, a média de arrecadação do Funam é baixa - em torno de 1,5 a 2 milhões/ano - já contabilizando a entrada de recursos de ações judiciais. Ou seja, é urgente que o Funam consiga outras formas mais sustentáveis de financiamento das ações ambientais.

Destaca-se ainda que a arrecadação do Funam em 2021, além dos recursos de ações judiciais, foi massivamente de compensação florestal e são de natureza vinculada. De acordo com o art. 24 do Decreto nº 39.469/2018 os recursos de compensação florestal têm natureza de receita vinculada e serão utilizados exclusivamente para atender as finalidades previstas no §5º do citado artigo, conforme o disposto no art. 8º, parágrafo único da Lei Federal Complementar nº 101/2000. Significa dizer, em síntese, aplicar na recomposição da vegetação nativa (conforme critérios legais), aquisição de imóveis para áreas de muito alta ou alta prioridade para a conservação e recomposição do Cerrado, ações e aquisição de equipamentos destinados à prevenção e combate a incêndios florestais, planejamento e estudos para desenvolvimento da política florestal e a gestão florestal do DF, execução do Plano Diretor de Arborização Urbana - PDAU.

Essa dificuldade já foi exposta de diferentes formas aos órgãos competentes da Secretaria da Economia, mas até a presente data o Funam não obteve êxito quanto a mudanças na legislação e nem quanto ao entendimento no que se refere aos recursos de compensação florestal, por exemplo que, apesar de não serem oriundos de ações judiciais, devem ter sua aplicação revertidas à ações de recuperação do cerrado.

Ações de recuperação vegetal e suas correlatas possuem alto valor e como não podemos fazer editais com expectativa de arrecadação (até por ser incerta) e quando alcançamos montantes que podem apoiar projetos efetivos perdemos o recurso para o Tesouro, estamos inviabilizados de atender as obrigações legais do Funam nesta área. O que precisa ser reparado urgentemente.

4.4 Perspectivas para 2022

- Espera-se que em 2022 o Funam possa incrementar a arrecadação do Fundo com fontes de recursos potenciais, para serem destinados ao financiamento da política ambiental do Distrito Federal.

Metas do Funam para 2022.

1. Atividades de rotina realizadas dentro prazo com qualidade técnica:

Atividades de rotina do Funam: gestão e monitoramento de correspondências, providências e monitoramento de publicações no DODF de atos relacionados ao Fundo; gestão de documentos referente à depósitos feitos no Funam (em especial de corte de árvores e compensação florestal e ambiental, incluindo emissão de Declaração do pagamento de Compensação Florestal), gestão de contas bancárias do Funam; prestação de informações sobre ações do Funam (pedidos de informação via ouvidoria, controladoria, auditorias, Quadro de Receitas e Despesas apresentado ao CAF e publicado no DODF). Acompanhamento e gestão de processos no SEI relacionados ao Funam e seus projetos.

2. Conclusão integral do Projeto "Recuperação de danos nas APPs do Lago Paranoá – trecho da Barragem ao Lago Sul incluindo Braço do Riacho Fundo", atendidas as metas do Projeto. Incluindo: i) Apresentação dos resultados ao CAF – o que foi feito; ii) Análise e aprovação da prestação de contas da parceria, cumprimento integral das metas previstas no Projeto, considerando seus aditivos – Comissão de Gestão da Parceria e Comissão de Monitoramento e Avaliação; iii) Submissão da Análise da Prestação de Contas à aprovação do CAF;

3. Acompanhamento e gestão do Projeto de "Monitoramento das Capivaras no Lago Paranoá", com 100% dos recursos repassados adequadamente executados pela parceria com Ubec/UCB. Inclui apresentação dos resultados ao CAF e análise e aprovação da prestação de contas final da parceria – Sema e CAF. Meta: cumprimento integral das metas previstas no Projeto.

4. Plano Estratégico de Investimentos em Gestão, Conservação e Recuperação do Cerrado, Decreto nº 39.469/2018, art 24, parag. 6:
 - a. Meta 1: Elaboração e apresentação ao CAF - previsão inicial até jun/22.
 - b. Meta 2: Providenciar início de implementação do Plano Estratégico em 2022
5. Gestão Financeira:
 - a. Meta 1: Mapeamento das entradas de receitas no Funam:
 - i. 100% das oriundas de cortes de indivíduos arbóreos e compensação florestal (processos oriundos do Brasília Ambiental) em conta contábil específica;
 - ii. 100% de mapeamento dos recursos judiciais;
 - b. Meta 2: Revisão do Teto Orçamentário do Fundo para 2022.
 - c. Meta 3: Aprimoramento da base normativa do Funam com a edição de duas propostas
 - i. Proposta de emenda à Lei Orgânica para inclusão do Meio Ambiente dentre as áreas com limite de dotação mínima garantido por lei, à exemplo da Educação, Saúde, Cultura, Pesquisa e Criança e Adolescente. Objetivo: Garantir dotação anual mínima ao Funam – 0,03% da Receita Tributária Líquida (aproximadamente 5 milhões/ano).
 - ii. Proposta de Portaria a ser publicada pela Sema com o detalhamento das competências do Fundo quanto a sua gestão orçamentária, contábil e financeira.
6. Alocação de recursos em 2022:
 - a. Meta 1: Definição de projetos aprovados no CAF até maio/2022 para novos editais – abrangendo pelo menos recuperação de vegetação e educação ambiental.
 - b. Meta 2: Alocar pelo menos 70% dos recursos disponíveis em novos projetos com execução 2022/2023.

· **CAF**

Atividades de rotina: Organização de agenda de reuniões do Conselho de Administração do Funam (CAF), minuta de pauta e convocação das reuniões do CAF (incluindo geração de link e gravação das reuniões), minuta de atas e resumos de reuniões.

- 4 reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas com assistência da equipe da Suest em 100% das reuniões e colaboração nos Grupos de Trabalho.

22101 - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF/GDF, conforme estabelece o Decreto nº 39.610, de 01/01/2019, é órgão integrante da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, e, tem as competências elencadas no artigo 1º, de seu Regimento Interno (Decreto nº 40.158, de 08/10/2019), para atuar e executar, em consonância com os princípios administrativos, nas ações de planejamento, de supervisão, de coordenação, de controle e de normatização, com relação a:

- I - coordenar os projetos, a execução e a fiscalização das obras públicas;
- II - formular diretrizes e políticas governamentais na área de infraestrutura urbana;
- III - promover a política de recuperação de equipamentos públicos; e
- IV - coordenar a prestação e manutenção dos serviços públicos no Distrito Federal.

A atual estrutura administrativa da SODF, alterada pelo Decreto nº 42.062/2021, compreende o Gabinete (SODF/GAB) e as Assessorias: Especial (ASSESP); de Gestão Estratégica e Projetos (AGEP); Jurídico-Legislativa (AJL); de Comunicação (ASCOM); de Correição (ASCOR); a Unidade de Controle Interno (UCI) e a Ouvidoria (OUV). E, as seguintes Subsecretarias: de Administração Geral (SUAG); de Projetos, Orçamentos e Planejamento de Obras (SUPOP); de Acompanhamento e Fiscalização (SUAF); de Gerenciamento de Recursos Externos (SUGRE); de Acompanhamento Orçamentário de Obras (SUAO); de Gestão de Iluminação Pública e Ativos Tecnológicos (SUITEC) e de Acompanhamento Ambiental e Políticas de Saneamento (SUAPS).

Vinculam-se à SODF a:

- I - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap);
- II - Companhia Energética de Brasília (CEB); e
- III - Companhia de Saneamento Ambiental de Brasília (CAESB).

E, quanto à vinculação administrativa do Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás (Corsap-DF/GO) a esta Secretaria de Estado, conforme estabelecido pelo Decreto nº 37.405, de 13/06/2016, que alterou o art. 1º, do Decreto nº 36.871, de 12/11/2015, cabe informar que o Titular desta Pasta manifestou o interesse do Governo do Distrito Federal em se retirar do Consórcio, tendo em vista a delegação atribuída pelo Governador do Distrito Federal (GDF), por meio do Decreto nº 42.189, de 10/06/2021, (art. 1º), em função de não se atingirem os objetivos para os quais a instância foi criada, mas ressaltou que o GDF manterá o diálogo e o espaço para parcerias com os municípios do Entorno, mediante Convênios e outros instrumentos cabíveis. Essa manifestação do ato de saída foi formalizada na Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 23/06/2021, conforme registrado em Ata – CORSAP.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	6	15	17	6	44
Comissionados sem vínculo efetivo	63	47	0	0	110
Requisitados de órgãos do GDF	13	15	1	0	29
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	2	7	9

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	82	77	20	13	192
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	11	4	15
Total Geral	82	77	9	9	177

Depreende-se da situação verificada, no Quadro acima, referente à Força de Trabalho que, conforme anos anteriores, o Quadro de Pessoal Efetivo continua deficitário, mas o ano de 2021, também foi um ano atípico, e, conforme vedação imposta pela Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, em seu art. 8º, inciso V, ficaram proibidos de realizar concurso público, até 31 de dezembro de 2021, a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV, desta mesma lei complementar.

Ressalta-se que esta Secretaria encaminhou o processo nº 0110-00386/2016, à então Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag), atual Secretaria de Estado de Economia (SEEC), solicitando a abertura de procedimento para autorizar concurso público para os cargos das Carreiras de Políticas Públicas e Gestão Governamental, de Auditor de Atividades Urbanas e de Analista de Planejamento e Gestão Urbana, nas seguintes especialidades e número de vagas, de nível superior: Ciências da Computação (04), Administração de Empresas (10), Contabilidade (02), Arquivologia (02), Economia (02), Direito (05), Biologia (02), Engenharia Civil (20), Engenharia Elétrica (03), Engenharia Mecânica (03), Engenharia Florestal (03), Engenharia Ambiental (02), Arquitetura e Urbanismo (10); e nível médio (15), com o objetivo de amenizar o déficit da força de trabalho. A demanda por novos servidores deverá ser parcialmente contemplada, tendo em vista a edição da Portaria nº 295, de 08/11/2021, da SEEC, que instituiu Grupo de Trabalho com a finalidade de realizar estudos técnicos, objetivando a contratação de Instituição para o planejamento, organização e execução de concurso público para os cargos de Auditor de Atividades Urbanas e de Auditor Fiscal de Atividades Urbanas – Especialidades: Obras, Edificações e Urbanismo, objeto do processo 0110-000386/2016, conforme publicado no DODF 231, de 13/12/2021. Destaca-se, ainda, que reiteradamente, o Controle Interno e o Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF vem apontando a necessidade de se cumprir o percentual de pelo menos 50% por cento dos cargos em comissão, serem preenchidos por servidores de carreira, conforme determinação constante do inciso V, do art. 19, da Lei Orgânica do DF (LODF).

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	593114,0	373114,00	301987,71	301987,71
0021 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	593114,0	373114,00	301987,71	301987,71
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	352000,0	252000,0	162559,91	162559,91

0073 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	352000,0	252000,0	162559,91	162559,91
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	101500,0	170500,00	150614,83	150614,83
0032 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	101500,0	170500,00	150614,83	150614,83
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	1046614,00	795614,00	615162,45	615162,45

Ação/Subtítulo 9041.0021 - Indenizou-se 6 servidores com a conversão de licença-prêmio em pecúnia e atualização monetária (Decreto nº 40.208, de 30/10/19).

Ação/Subtítulo 9050.0073 - Indenizou-se 36 servidores com o pagamento de: diferença de 1/3 Férias (rescisão), diferença de férias indenizadas proporcionais e diferença de férias vencidas/indenizadas, referente ao acerto de contas de competência do exercício.

Ação/Subtítulo 9093.0032 - Executou-se pagamentos de 155 Indenizações de Transporte para 18 servidores que desempenham funções na área fim, integrantes da carreira de Auditoria de Atividades Urbanas (Decreto nº 24.217, de 13/11/2003), servidores ocupantes de cargos integrantes das carreiras da Administração Direta e Autárquica do DF e servidores comissionados (Decreto nº 13.447, de 17/09/1991). E, ressarcimento de IPTU/TLP do imóvel de propriedade da Novacap, ocupado pela SODF (Termo de Cessão de Uso 006/2019-DJ/PRES/Novacap).

6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3534 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO	350000,0	0,0	0	0
9656 - Construção do Galpão do Produtor no Assentamento Oziel Alvez III	350000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL	350000,00	0,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo 3534.9656 - Construção de Galpão - Construção do Galpão do Produtor no Assentamento Oziel Alvez III - Recursos provenientes de Emenda Parlamentar Distrital, cujos créditos orçamentários restaram cancelados por iniciativa do Parlamentar (Lei nº 6.827, de 12/04/2021).

6206 - ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	288306,0	2139871,00	1852564,02	1662033,35
1040 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES--DISTRITO FEDERAL	288306,0	2139871,00	1852564,02	1662033,35
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	492229,0	477500,00	0	0
9472 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES--DISTRITO FEDERAL	492229,0	477500,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1079 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	3107769,0	4285792,00	1234152,29	1227438,76
0004 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-CAMPO DE FUTEBOL DE GRAMA SINTÉTICA-DISTRITO FEDERAL	3097769,0	4285792,00	1234152,29	1227438,76
0005 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-GINÁSIO POLIESPORTIVO- GAMA	10000,0	0,0	0	0
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	1913800,0	2313290,00	1468958,50	486467,81
0012 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS--DISTRITO FEDERAL	1913800,0	2313290,00	1468958,50	486467,81
3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA	10000,0	331257,0	331255,56	331255,56
8514 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA--DISTRITO FEDERAL	10000,0	331257,0	331255,56	331255,56
TOTAL - 6206 - ESPORTE E LAZER	5812104,00	9547710,00	4886930,37	3707195,48

Posição do 6º Bimestre/2021

Descrição dos Principais Investimentos - Programa 6206
Revitalização da Praça do Povo, localizada na Quadra 03 do Setor Comercial Sul - SCS, Área Central de Brasília (CT 006/2021) P. Piloto
Reforma de Espaço Poliesportivo no Parque da Cidade Sarah Kubistchek (CT 020/2020) P. Piloto
Implantação de campo de futebol de grama sintética na Praça Rabelo, Vila Planalto (CT 016/2021) P. Piloto
Pagamento da taxa de manejo de Resíduos da Construção Civil (RCC), referente à obra de reforma de espaços poliesportivos no Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek (CT 020/2020) P. Piloto

No Programa Temático 6206 estão inseridas as ações de fomento às práticas esportivas, atividades físicas e lazer. O aporte de recursos para as realizações deste programa, em parte, vinculava-se à previsão de celebração de contratos de repasse, a partir de liberação de Emendas Federais que, em sua maioria, se encontram em tramitação ou não foram efetivados até o final do exercício.

Em 2021 as ações que puderam ser empreendidas à conta dos referidos recursos foram contratadas nos Subtítulos 0004, 1040, 0012, e, seus andamentos constam a seguir:

Ação/Subtítulo 1079.0004 - Campo de futebol de grama sintética na Praça Rabelo, Vila Planalto - Contrato nº 016/2021- Intervenção concluída. Houve também no exercício, a devolução de recursos referentes ao Contrato de Repasse nº 843.692/2017, diante da conclusão em 2020 da Implantação de campo de futebol de grama sintética na EQ 418/518 em Santa Maria - Contrato nº 012/2019.

Contrato nº 016/2021 - Campo de futebol de grama sintética na Praça Rabelo, Vila Planalto.



Ação/Subtítulo: 1079.0005 - Ginásio Poliesportivo do Gama - A programação dessa intervenção requer a revalidação de visto dos projetos de arquitetura, que encerra o exercício, em análise na Seduh/CAP (75788360 e 00110-00000470/2021-22).

Ação/Subtítulo 1950.1040 - Revitalização da Praça do Povo, Quadra 03 do Setor Comercial Sul – SCS – Contrato nº 006/2021: Intervenção concluída em outubro de 2021. Ressalta-se que a Praça do Povo enfrentava há anos degradação pela falta de manutenção, de acessibilidade, insegurança, poluição visual e invasões de espaços públicos. A partir da conclusão das obras, o local tornou-se convidativo ao uso pela população do DF.

Contrato nº 006/2021 - Revitalização da Praça do Povo – SCS.



Ação/Subtítulo: 3048.0012 - Reforma de Espaços Esportivos no Parque da Cidade Sarah Kubitschek – Contrato nº 020/2020 - Obra em andamento normal, com 51,49% dos serviços executados. Efetuado também, o pagamento de despesa, referente ao manejo de Resíduos da Construção Civil (RCC) na Unidade de Recebimento de Entulho (URE).

Contrato nº 020/2020 - Reforma de Espaço Poliesportivo no Parque da Cidade Sarah Kubitschek.



Ação/Subtítulo: 3596.8514 - Implantação de Infraestrutura Esportiva - As movimentações financeiras efetivadas por intermédio dessa ação, referem-se ao pagamento de despesas de exercícios anteriores decorrentes das obras de Construção da Pista de Cooper na Vila Planalto Contrato nº 005/2016 (DODF nº 47, de 11/03/2021) concluída em 2019 e, ao pagamento de devoluções de recursos pertinentes ao Contrato de Repasse nº 800.395/2013 à Caixa, cujo objeto era a Implantação de Infraestrutura Esportiva no Polo de Modas do Guará, Contrato

nº 007/2015, não iniciado e rescindido conforme termo publicado no DODF nº 242, de 20/12/2017.

Ação/Subtítulo: 3902.9472 - Reforma de Praças Públicas e Parques - As intervenções previstas vinculavam-se a contratos de repasse não efetivados ou que se encontram em tramitação para apresentação de documentações pendentes junto à Caixa.

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1302 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS	10000,0	0,0	0	0
0799 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS--DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
3247 - REFORMA DE FEIRAS	10000,0	0,0	0	0
6715 - REFORMA DE FEIRAS--DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20000,00	0,00	0,00	0,00

A intervenção prevista a ser executada neste Programa, compreende a Construção e Implantação do Mercado Produtor/Feira em Arniqueiras/DF, classificada na **Ação/Subtítulo: 1302.0799** - Construção de Feiras, que apresenta Contrato de Repasse "Sob Liminar Judicial e Cláusula Suspensiva" (Fonte: <https://siconv.com.br/>), portanto com pendências técnicas a serem sanadas pelo GDF, dentre as quais, a apresentação de projetos pela Administração Regional de Arniqueira para o respectivo envio ao órgão financiador.

6208 - TERRITÓRIO, CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	6700000,0	563845,00	563844,49	513088,77
0018 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS--DISTRITO FEDERAL	6700000,0	563845,00	563844,49	513088,77
4041 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANÍSTICA	50000,0	0,0	0	0
0001 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANÍSTICA--DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO, CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	6750000,00	563845,00	563844,49	513088,77

Posição do 6º Bimestre/2021

Descrição dos Principais Investimentos - Programa 6208	Situação
Serviços técnicos de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral georreferenciado para acompanhamento da execução das Obras de urbanização contratadas pela então SINESP e fiscalizadas pela Novacap, no Sol Nascente/Ceilândia (CT 062/2018 Novacap). Ceilândia	Paralisada
Serviços técnicos de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral georreferenciado para acompanhamento da execução das obras de urbanização contratadas pela então SINESP e fiscalizadas pela Novacap, em Vicente Pires (CT 063/2018 Novacap). V. Pires	Normal

Ação/Subtítulo 1968.0018 - Os contratos vigentes custeados por recursos desta Ação/Subtítulo referem-se aos Serviços de Topografia no Sol Nascente - Contrato nº 062/2018-Novacap e em Vicente Pires - Contrato nº 063/2018-Novacap, ambos sub-rogados a esta Secretaria por meio de Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços.

No Contrato nº 062/2018 não houve prestação de serviços em 2021 devido aos encerramentos, em 2020, dos Contratos nºs 001/2015; 002/2015 e 003/2015, referentes às obras de urbanização do Sol Nascente. No entanto, manteve-se vigente em 2021, considerando possível necessidade de apoio topográfico à fiscalização das obras remanescentes, objeto do Contrato nº 15/2021, celebrado nesta gestão governamental. Com relação ao Contrato nº 063/2018, cujo objeto compreende a execução de serviços técnicos de topografia em Vicente Pires, encerrou 2021 em andamento normal, com percentual acumulado de 93,68% dos serviços executados.

Ação/Subtítulo: 4041.0001 - Manutenção e Conservação Urbanística - Não houve consignação de recursos em montante adequado para programação de intervenções pertinentes a essa Ação. Não obstante a situação relatada, a Novacap tem atuado, mediante recursos alocados no seu orçamento em diversas ações relacionadas à Manutenção e Conservação Urbanística no DF.

6209 - INFRAESTRUTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	12003285,0	17428781,00	10654603,56	9908666,94
0147 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	7188285,0	16228781,00	10654603,56	9908666,94
0306 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-PÔR DO SOL- SOL NASCENTE/PÔR DO SOL	10000,0	0,0	0	0
1322 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-PROGRAMA PRÓ-MORADIA CEF-DISTRITO FEDERAL	1205000,0	1200000,0	0	0
9929 - EXECUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS NO SETOR SUL DO GAMA - RA II	600000,0	0,0	0	0
9939 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO NAS CIDADES	3000000,0	0,0	0	0
1948 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF	20000,0	1219748,0	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF-REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS COMPLEMENTARES- PLANO PILOTO .	10000,0	0,0	0	0
0004 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF-REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS COMPLEMENTARES- TAGUATINGA	10000,0	1219748,0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	2000000,0	0,0	0	0
3229 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-- DISTRITO FEDERAL - IMPLANTAÇÃO DO PONTO DO CAMINHONEIRO	2000000,0	0,0	0	0
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	190412925,0	175727414,00	37547029,17	25551924,86

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0073 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS NO SETOR HABITACIONAL BERNARDO SAYÃO-REGIÃO CENTRAL - ADJACENTE II	29796030,0	30258849,00	2962595,49	1475539,05
0075 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS NO SETOR HABITACIONAL PORTO RICO- SANTA MARIA	4740784,0	8592104,0	1192597,02	990197,55
0076 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS NO SETOR HABITACIONAL BURITIS-SOBRADINHO II	767081,0	766081,0	0	0
0077 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS NO SETOR HABITACIONAL- VICENTE PIRES	155109030,0	136110380,00	33391836,66	23086188,26
3058 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA	8878972,0	30391343,00	9269706,25	8074615,51
0001 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA-ARAPOANGA- PLANALTINA	10000,0	0,00	0	0
0002 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA-MESTRE D'ARMAS- PLANALTINA	1600000,0	1200000,00	1080075,66	0
0003 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA-CONDOMÍNIO SOL NASCENTE- SOL NASCENTE/PÔR DO SOL	7268972,0	29191343,00	8189630,59	8074615,51
3089 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS	16600001,0	16697141,00	14742885,31	13337971,62
0002 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS-AVENIDA W3 SUL- PLANO PILOTO .	16600001,0	16697141,00	14742885,31	13337971,62
3856 - GESTÃO DA FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DE OBRAS	10683897,0	4035279,00	3794602,00	1942588,12
0001 - GESTÃO DA FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DE OBRAS--DISTRITO FEDERAL	10683897,0	4035279,00	3794602,00	1942588,12
9115 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA DESENVOLVIMENTO DA RIDE .	200000,0	0,0	0	0
0001 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA DESENVOLVIMENTO DA RIDE .-- DF ENTORNO	200000,0	0,0	0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	16857903,0	6168633,00	5161324,13	4728247,96

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0023 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	6269903,0	4008029,00	4008027,02	3651408,57
7027 - IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	500000,0	200000,0	0	0
7028 - AMPLIAÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL	1000000,0	200000,0	0	0
7032 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS REG. ADM. DO DF	500000,0	100000,0	0	0
7033 - AMPLIAÇÃO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM TODO O DF (EM 2021)	195000,0	0,0	0	0
7037 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM PROL DA COMUNIDADE DO DF	200000,0	200000,0	199844,87	182473,18
7042 - AMPLIAÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO EM TODO O DISTRITO FEDERAL - 2021	1000000,0	0,0	0	0
7044 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS CIDADES	1093000,0	0,0	0	0
7045 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1000000,0	0,0	0	0
7046 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO-DISTRITO FEDERAL	1500000,0	0,0	0	0
7026 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS CIDADES DO DF 2021	500000,0	500000,0	0	0
7034 - AMPLIAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM TODO O DF (EM 2021)	200000,0	0,0	0	0
7038 - Melhoria e Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública no Distrito Federal	2100000,0	960604,0	953452,24	894366,21
7040 - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	800000,0	0,0	0	0
8507 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	221077414,0	155094794,00	154970111,29	126416648,99
6471 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-REGIÕES ADMINISTRATIVAS-DISTRITO FEDERAL	212877414,0	154694794,00	154570423,52	126016961,22
6494 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS REG. ADM. DO DF	2000000,0	400000,0	399687,77	399687,77
6495 - MANUTENÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM IMPLANTAÇÃO DE LUZ DE LED EM PROL DA COMUNIDADE DO DF	800000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
6497 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM LED	900000,0	0,0	0	0
6501 - MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DE ILUMINAÇÃO EM TODO O DISTRITO FEDERAL -2021	500000,0	0,0	0	0
6502 - Modernização e Eficientização de Iluminação Pública em várias Regiões Administrativas do Distrito Federal em 2021	1000000,0	0,0	0	0
6503 - MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1500000,0	0,0	0	0
6504 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDEAL-DF	1500000,0	0,0	0	0
3855 - GESTÃO AMBIENTAL NA EXECUÇÃO DE OBRAS E NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE SANEAMENTO	200000,0	20826,00	20825,84	20825,84
0001 - GESTÃO AMBIENTAL NA EXECUÇÃO DE OBRAS E NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE SANEAMENTO--DISTRITO FEDERAL	200000,0	20826,00	20825,84	20825,84
7316 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	10000,0	10000,0	0	0
6035 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO--DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
TOTAL - 6209 - INFRAESTRUTURA	478944397,00	406793959,00	236161087,55	189981489,84

Posição do 6º Bimestre/2021

Descrição dos Principais Investimentos - Programa 6209	Cidade	Etapa no SAG	Situação
Requalificação do Setor de Rádio e TV Sul (CT 012/2020)	P. Piloto	0009	Concluída
Obras de drenagem e pavimentação para o trecho denominado "Rota de Segurança" (CT 011/2019)	SIA	0010	Concluída
PAC Arnuqueiras/Bernardo Sayão, Lote 03 (CT 004/2017)	DF	0011	Concluída
PAC Arnuqueiras/Bernardo Sayão, Lote 02 (CT 001/2018)	DF	0012	Concluída
Construção de bacias de detenção, do canal e bueiro N.A.T.M, cerca viva e plantio de grama no Km 4 da DF-290 (CT 001/2020)	Sta.Maria	0013	Concluída
Serviços técnicos (geotecnia), em Vicente Pires (CT 014/2020)	V. Pires	0014	Normal
PAC Setor Habitacional Vicente Pires, Lote 06 (CT 004/2015)	V. Pires	0015	Concluída
PAC Setor Habitacional Vicente Pires, Lote 07 (CT 005/2015)	V. Pires	0016	Concluída
PAC Setor Habitacional Vicente Pires, Lote 01 (CT 008/2015)	V. Pires	0017	Concluída
PAC Setor Habitacional Vicente Pires, Lote 11 (CT 006/2016)	V. Pires	0018	Paralisada
PAC Setor Habitacional Vicente Pires, Lote 04 (CT 008/2016)	V. Pires	0019	Concluída
PAC Setor Habitacional Vicente Pires, Lote 05 (CT 019/2016)	V. Pires	0020	Concluída
PAC Setor Habitacional Vicente Pires, Lote 09 (CT 020/2016)	V. Pires	0021	Concluída
PAC Setor Habitacional Vicente Pires, Lote 10 (CT 021/2016)	V. Pires	0022	Normal
Obras de arte especial, OAE 03, nas proximidades da Rua 21, sobre o Córrego Vicente Pires (CT 017/2020 - Contrato Rescindido)	V. Pires	0023	Não Iniciada
Projetos executivos de infraestrutura urbana das bacias 01 e 02 e de áreas remanescentes e OAE (travessias), no trecho 03 (CT 015/2020)	S. Nasc	0024	Normal

Projetos executivos de infraestrutura urbana da bacia 3 do trecho 3, do trecho I e de áreas remanescentes e OAE (CT 016/2020)	S. Nasc	0025	Normal
Supervisão e acompanhamento das obras do Túnel de Taguatinga (CT 018/2020)	DF	0026	Normal
Revitalização da W3 Sul - Quadras 504, 505 e 506 (CT 005/2021)	P. Piloto	0038	Concluída
Revitalização da W3 Sul - Quadras 502 e 503 (CT 004/2021)	P. Piloto	0039	Concluída
Revitalização da W3 Sul - Quadras 513 e 514 (CT 022/2020)	P. Piloto	0041	Concluída
Revitalização da W3 Sul - Quadras 507 e 508 (CT 002/2021)	P. Piloto	0042	Concluída
Obras de infraestrutura urbana no Setor Habitacional Vicente Pires (CT 021/2021)	V. Pires	0054	Normal
Revitalização da W3 Sul - Quadras 515 e 516 (CT 011/2021)	P. Piloto	0071	Normal
Infraestrutura Urbana no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 2 (CT 015/2021)	S. Nasc	0072	Normal
Supervisão e apoio técnico das obras de implantação do Viaduto da EPIG (CT 018/2021)	P. Piloto	0081	Normal
Obras de infraestrutura urbana no Setor Habitacional Vicente Pires (CT 019/2021)	V. Pires	0082	Normal
Supervisão das obras de reformulação do sistema viário na Estrada do Setor Policial Militar - ESPM (CT 025/2021)	P. Piloto	0088	Normal
Pagamento da taxa de manejo de Resíduos da Construção Civil (RCC), referente à obra de requalificação do Setor de Rádio e TV Sul (CT 012/2020) e à obra de drenagem e pavimentação do trecho denominado "Rota de Fuga" - Rota de Segurança (CT 011/2019)	P. Piloto	0090	Concluída
Pagamento da taxa de manejo de Resíduos da Construção Civil (RCC), referente à obra de infraestrutura no Setor Habitacional Vicente Pires (CTs nºs 006/2016, 008/2016, 019/2016, 021/2016 e 019/2021)	V. Pires	0091	Concluída
Pagamento da taxa de manejo de Resíduos da Construção Civil (RCC), referente à obra de revitalização da W3 Sul, Quadras 502 a 506; 504 a 506 e 513 a 516 (CTs nºs 022/2020, 004/2021, 005/2021 e 011/2021)	P. Piloto	0092	Concluída

A maior parte das ações previstas para serem executadas no âmbito do Programa Temático 6209, soma o percentual de 90,22% da Despesa Autorizada, que consiste de recursos provenientes de: Operações de Crédito (Fontes: 135 e 335), Contratos de Repasse celebrados com a União (Fontes: 132, 332, 732 e 832), Convênios firmados com a Terracap (Fontes: 131 e 331) e também decorrentes da Contribuição para Iluminação Pública – CIP (Fonte 134). Portanto, concentra-se neste Programa o maior percentual de recursos alocados para utilização por esta Unidade Orçamentária.

Verifica-se nas realizações das fontes de recursos externas, principalmente aquelas vinculadas aos financiamentos vigentes com a Caixa, o avanço no desempenho da Pasta, muito embora, o efetivo ingresso desses recursos estejam condicionados ao cumprimento das regras pactuadas e à solução de situações de natureza variadas, sobretudo, questões ambientais, fundiárias, de projetos desatualizados que serviram de base para a realização de certames em gestões anteriores, e também, do cumprimento de exigências de órgãos como Ibram, Iphan, Semob, Seduh, Terracap e outros, além da conclusão de grandes licitações em curso.

Destaca-se maior evidência da constatação supracitada nas Ações Orçamentárias 3023 - Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (Vicente Pires e Bernardo Sayão) e 3058 - Execução de Obras de Urbanização - Pró-Moradia (Sol Nascente, Arapoanga, Mestre D'armas). Verifica-se no contexto do presente relatório, que o andamento das respectivas intervenções previstas reflete os fatores citados no desempenho orçamentário dessas ações.

Ação/Subtítulo 1110.0147 – Execução de Obras de Urbanização no Distrito Federal –

Execução de obras de drenagem e pavimentação para o trecho denominado "Rota de Segurança", no Setor de Inflamáveis, no SIA - DF, contrato nº 011/2019 – Importante rota de saída do Setor de Inflamáveis foi concluída e entregue à população do Distrito Federal no 6º bimestre de 2021. Contrato nº 011/2019 - Rota de Segurança



Requalificação do Setor de Rádio e TV Sul - Contrato nº 012/2020: O Projeto de Requalificação do Setor de Rádio e Televisão Sul partiu da necessidade premente de reurbanização do local para privilegiar o pedestre na região. No decorrer da execução, deparou-se com inúmeras interferências (rede elétrica, rede de esgoto, rede de águas pluviais, rede de água potável, pedestres utilizando a mesma área de trabalho, veículos circulando sem interrupção), sendo concluída em agosto de 2021. Contrato nº 012/2020 - Setor de Rádio e TV Sul

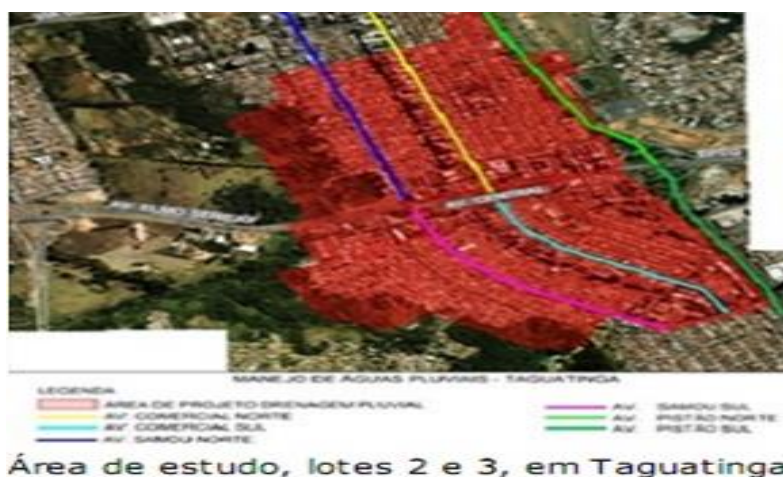


Importante salientar que será celebrado contrato, em 2022, mediante recursos da Ação/Subtítulo 1110.0147, objetivando à Revitalização da Av. Paranoá, com cerca de 2,7km de extensão e caixa de 40m em média, tendo em vista, que a licitação ocorrida ao longo do ano de 2021, foi finalizada em dezembro.

Ação/Subtítulo 1110.0306 – Urbanização Por do Sol, DF - Não houve consignação de recursos em montante adequado para programação de intervenções pertinentes a essa Ação por esta Secretaria, há que se ressaltar, no entanto, que o setor de projetos planeja para 2022, a elaboração de Termo de Referência para fins de contratação dos projetos executivos relativos à urbanização do Por do Sol.

Ação/Subtítulo 1948.0003 - Reestruturar sistema de drenagem pluvial e obras complementares - Plano Piloto – Considerando a ausência de recursos próprios, houve reavaliação do GDF quanto ao órgão encarregado de executar as intervenções de drenagem previstas nesta Ação que, anteriormente estavam sob a gestão desta SODF, optando-se por encarregar à Terracap, que se responsabilizou pela elaboração de novos projetos de drenagem para as Faixas 1 e 2 Norte, estando essa intervenção em procedimento licitatório, conduzido por aquela empresa.

Ação/Subtítulo 1948.0004 - Reestruturar sistema de drenagem pluvial e obras complementares em Taguatinga: Após revogação da Concorrência Internacional nº 002/2012 – ASCAL/PRES/Novacap, Lotes 2 e 3 em 2020 e Lote 1 em 2021, o setor de projetos elaborou Termo de Referência para a Readequação do Projeto Executivo de Infraestrutura Urbana dos denominados Lotes 1, 2 e 3, de construção, visando atender as novas normativas vigentes. O certame para a contratação dos projetos está em finalização, com previsão de contratação no primeiro bimestre de 2022.



Intervenções Pontuais de Drenagem:

Em 2021 o Secretário de Obras, por meio da Portaria nº 50, de 12/04/2021, instituiu o Grupo de Trabalho Executivo com o objetivo de identificar, planejar e promover a execução de intervenções pontuais que busquem mitigar os eventos impactantes, ocasionados pelas chuvas na região da Asa Norte no Plano Piloto.

Ademais, deu-se continuidade à gestão conjunta com a Novacap e a UnB para realizar intervenções de drenagem na Asa Norte, com o objetivo de mitigar as ocorrências de alagamentos, ocasionados em períodos chuvosos, iniciados em 2019. Neste sentido, verifica-se as situações a seguir para as respectivas ações elencadas:

Local da Intervenção	Ações	Estágio em 31/12/2019	Estágio em 31/12/2020	Estágio em 31/12/2021
Ala Norte Estádio Nacional	Manutenção do rebaixamento da área verde livre na Ala Norte do Estádio Nacional (7000m³ de reservação)	-	Em execução	Concluído

Local da Intervenção	Ações	Estágio em 31/12/2019	Estágio em 31/12/2020	Estágio em 31/12/2021
W3 505 a 513 Norte	Abertura de novas bocas de lobo ao longo de toda a Via W3 Norte. Essa medida visa maior captação das águas superficiais que escoam na via.	Em execução pela Novacap, que conta com apoio da mão de obra da SESIPE.	Concluídas a duplicação de cerca de 55 bocas de lobo neste ano, sendo necessária a retomada no próximo exercício	Realizada nova proposta de intervenção na altura da 511 Norte e em frente ao Ibram visando solução para ampliação de captação e criação de novos ramais. Demanda se encontra na Novacap para ciência e providências.
FT / UnB	Planejamento de intervenções no estacionamento da Faculdade de Tecnologia – FT/UnB, onde têm ocorrido eventos de alagamentos. Definiu-se as seguintes ações: i) execução de meios-fios ou alteamento dos já instalados, em frente à FT/UnB; ii) limpeza e desobstrução dos ramais e dispositivos de captação (grelhas) do estacionamento da antiga sede da Secretaria de Saúde, em frente a Faculdade.	-	Realizada reuniões com a UnB e Novacap	Apresentada nova proposta, em complemento a anterior (00110-00002377/2020-71). A demanda se encontra na Novacap para análise e providências.
901 Norte	Rebaixamento de gramado em área verde, na Quadra 901 Norte. Em execução rebaixamento com lâmina de 50 cm (cinquenta), que terá aproximadamente 6.300 m ³ (seis mil e trezentos) de reservação. A concepção da solução foi realizada pela Novacap, 30903308. Foram necessárias vistorias conjuntas entre SODF, CEB e Novacap para solução de problemas de interferências do projeto com redes de alta tensão da CEB.	Em fase final de execução (por empresa contratada pela Novacap)	A intervenção requer continuidade no próximo exercício (Bacia de contenção concluída, faltando ligação 1a rede de drenagem)	Concluída a ligação à rede de drenagem e feita conformação do fundo da Bacia.
	Derivação de duas galerias de rede de drenagem para área verde, sendo que uma galeria será recepcionada pelo rebaixamento de terreno já implantado, e para a outra galeria será necessário ampliar o rebaixamento de gramado na área verde.	-	-	Em estudo
Autódromo Nelson Piquet	Visando minimizar o impacto das chuvas na região, a SODF, em conjunto com a Novacap, foi autorizada, por meio do Despacho, 31899950, a atuar nas melhorias na drenagem do Autódromo para que seja reduzido o pico de vazão que é adicionado ao sistema público de drenagem, reduzindo, assim, os problemas causados à jusante. Desta forma, está sendo estudado entre SUAPS/SODF, SUPOP/SODF e DU/Novacap proposta para retenção das águas pluviais do Autódromo Nelson Piquet, de forma ao aumento do tempo de concentração do "run off" até seu retorno à rede de drenagem convencional.	Em planejamento	Em análise de viabilidade	Demanda está a cargo da Terracap, em virtude da parceria entre esta e o Banco de Brasília - BRB, que visa a revitalização do Autódromo. Desta forma, foi encaminhado levantamento topográfico cadastral à aquela Companhia para proceder junto ao banco, a drenagem do empreendimento.

Local da Intervenção	Ações	Estágio em 31/12/2019	Estágio em 31/12/2020	Estágio em 31/12/2021
906/907 Norte	Estudadas por setores técnicos desta Secretaria SODF/SUAPS e SODF/SUPOP propostas de projeto para derivação da rede SRPN Trecho 1 na rede da W6 Norte.	Em planejamento	Em análise de viabilidade	Conforme, o Despacho - SODF/SUPOP (53239928) a demanda está sendo tratada entre a Terracap e o Ibram no âmbito do processo de urbanização referente ao Parque Burle Marx. Demanda encaminhada para ciência do Ibram, por meio do Ofício Nº 88/2021 - SODF/GAB/ASSESP.
302 e 702 Norte - HRAN	Implantação de novas bocas de lobo e novos ramais	-	Em estudo	Projeto elaborado. Aguardando execução.
SQN 402 Norte	Implantação de novas bocas de lobo em frente ao Bloco A interligando à rede de 1000mm existente, com o objetivo de maior captação das águas pluviais superficiais.	-	-	Concluído
	Implantação de novas bocas de lobo e ramal no balão do Banco do Brasil e alteamento de meios fios em frente ao Bloco I, com o objetivo de maior captação das águas pluviais superficiais.	-	-	Concluído
	Rebaixamento de área verde livre atrás do Bloco D, com o objetivo de reter águas pluviais e posterior devolução à rede de drenagem.	-	-	Em estudo
ERL St. de Autarquias Norte	Rebaixamento de área verde livre atrás da parada de ônibus na ERL Norte - St. de Autarquias Norte, com a implantação de canaletas para o direcionamento do fluxo de água pluvial que corre na pista.	-	-	Em estudo
103/102 Norte	Rebaixamento de área verde livre com o objetivo de reter águas pluviais e posterior devolução à rede de drenagem.	-	-	Em estudo

Além das ações acima relacionadas, realizou-se gestão junto à Novacap, com apoio dos apenados da Funap, para limpeza e manutenção de redes de drenagem e bocas de lobo ao longo de toda W3 Norte e W3 Sul, bem como nas quadras residenciais, conforme registro fotográfico a seguir:

Registro Fotográfico 2021 - Limpeza e manutenção de redes de drenagem e bocas de lobo.



Ação/Subtítulo 3023.0073 - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - Qualificação de vias no Setor Habitacional Bernardo Sayão:

Pavimentação e drenagem/urbanização no Setor Habitacional Bernardo Sayão - Lote 03 - Contrato nº 004/2017: O projeto executivo inicialmente proposto sofreu adequações em razão de diversas interferências que afetaram o desenvolvimento do contrato e estenderam a conclusão das obras para o 6º bimestre de 2021. No ano de 2021, destaca-se a conclusão do reservatório de detenção nº 06; conclusão da execução da pavimentação e drenagem das vias BS-54 e BS-55 e execução de calçadas e meios-fios ao longo das vias pavimentadas.

Contrato nº 004/2017 - Bernardo Sayão



Pavimentação e drenagem/urbanização no Setor Habitacional Bernardo Sayão - Lote 02 - Contrato nº 001/2018: Nos exercícios anteriores o projeto executivo inicialmente proposto sofreu adequações por razões diversas. Após paralisações houve a conclusão da intervenção durante o exercício de 2021 (3º bimestre) com a celebração do aditivo de supressão.

Ação/Subtítulo 3023.0075 - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - Construção de bacias de detenção, do canal e bueiro N.A.T.M, Km 4 da DF-290, em Santa Maria - Contrato nº 001/2020 - Intervenção retomada no 1º bimestre de 2021, após paralisação para os trâmites necessários à celebração de aditivo financeiro para finalização da obra, em função da adequação de projeto, devido à grande velocidade e volume das águas, constatou-se a necessidade de realização de enrocamento dos gabiões que compõem a parte final do dissipador. Intervenção concluída no 3º bimestre de 2021. Contrato nº 001/2020 - Construção de bacias de detenção, Km 4 da DF-290.



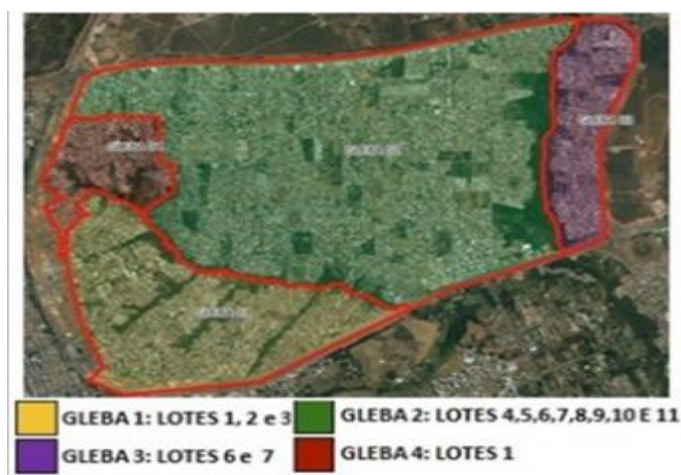
Ação/Subtítulo 3023.0077 - Obras de execução de pavimentação asfáltica, meios-fios, drenagem pluvial e obras de artes especiais no Setor Habitacional Vicente Pires: PAC - Qualificação de Vias no Vicente Pires: Contratos nºs 008/2015 (Lote 01), 010/2015 (Lote 03), 008/2016 (Lote 04), 019/2016 (Lote 05), 004/2015 (Lote 06), 005/2015 (Lote 07), 003/2018 (Lote 08), 020/2016 (Lote 09), 021/2016 (Lote 10), 006/2016 (Lote 11), 014/2020 (Lote 02) e 019/2021 (Lote Único).

O Setor, dividido territorialmente em glebas, de número I a IV, possui área aproximada de 2.200 hectares. Para a realização das licitações dividiu-se os espaços em onze Lotes. Na Gleba I estão os Lotes: 1, 2 e 3. Na Gleba II, os Lotes 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11. Na Gleba III, encontram-se os Lotes 6 e 7; e na Gleba IV, ficam parte dos Lotes 1 e 10.

Foram firmados contratos para a execução das obras em 2015 e 2016, com base em projetos de 2010 que restaram desatualizados quando da efetiva execução das obras, pois se verificou significativo crescimento urbano. Novas ruas, muros, edificações, redes de energia, água e esgoto, enfim, interferências de toda a ordem impulsionadas pela expansão desordenada, demandando constantes readequações nos projetos das obras então contratadas, de infraestrutura de redes de drenagem e de pavimentação licitadas, tendo acarretado diversos aditamentos e ajustes contratuais, bem como atrasos na execução das intervenções. Os Contratos em sua maioria, com a execução das obras paralisadas, requeriam avaliação e decisão quanto a sua continuidade.

A partir de 2019, foram realizadas tratativas junto aos moradores, comerciantes e demais órgãos do GDF, visando à atualização dos orçamentos e projetos para a conclusão das obras, sendo necessário ajustes de projetos e orçamentos a fim de executar as principais vias em Vicente Pires, dentro dos limites legais de aditivo financeiro. Buscou-se, também, orientação junto aos órgãos de controle, em relação à situação das contratações anteriores, decidindo-se pela supressão de serviços originalmente previstos, que não apresentavam possibilidade de execução. Assim, as ruas 1, 3, 3B, 3C, 4, 4A, 4B, 4C, 6, 7, 8 e 10 estão totalmente asfaltadas e o sistema de drenagem em finalização, o que reduz a possibilidade de enchentes na região.

Em 2020, foram tomadas decisões importantes e adotadas ações com o objetivo de contemplar as áreas cujos contratos existentes foram rescindidos ou impossibilitados de dar prosseguimento, por ultrapassarem o limite legal de aditivos. Tais serviços que não puderam ser realizados nos contratos existentes, foram incluídos em uma nova licitação: Concorrência nº 009/2020 – DECOMP/DA. Em 2021, a partir do citado certame, as obras remanescentes dos Lotes 2, 5, 8 e 9 foram contratadas - Contrato nº 019/2021 - Lote Único. No âmbito dessa contratação, iniciada em junho/2021, foi possível executar parte da pavimentação da Rua 5 e, iniciar os serviços de drenagem Rua 10. Essa intervenção encerrou o exercício com 12,50% dos serviços executados.



As dificuldades intrínsecas a cada contratação e a respectiva evolução constam a seguir:

Lote	Contrato	Dificuldades/Interferências	% Executado (acumulado)		
			2019	2020	2021
01	008/2015	<ul style="list-style-type: none"> - Impossibilidade de execução de parte do objeto contratual em razão das interferências com edificações; - Negativa de acesso a condomínio pelos moradores, para execução dos serviços; - Ausência de projetos executivos de alguns lançamentos, inviabilidade na execução de calçadas conforme normas de acessibilidade e descompasso entre projetos e planilha orçamentária; - Contrato encerrado por decurso de prazo. 	Em execução 45,92%	Em execução 64,07%	Concluído 64,96%

04	008/2016	- Ocorrência de itens de serviços que não foram previstos em orçamento, e que ultrapassam a 25% do valor inicial do contrato, o que impede a formalização de novos aditivos financeiros; - Após aditivo de supressão, o contrato foi encerrado no 4º bimestre/2021.	Em execução 54,62%	Em execução 68,22%	Concluído 68,96%
05	019/2016	- Contrato encerrado no 3º bimestre/2021.	Em execução 42,00%	Em execução 67,89%	Concluído 87,22%
06	004/2015	- Contrato finalizado devido a ocorrência de itens de serviços que não foram previstos em orçamento, e que ultrapassam a 25% do valor inicial do contrato, o que impede a formalização de novos aditivos financeiros. - Contrato encerrado no 3º bimestre/2021.	Em execução 43,00%	Em execução 54,00%	Concluído 54,00%
07	005/2015	- Impossibilidade de execução de parte do objeto contratual em razão das interferências com edificações; - Ausência de projetos executivos de alguns lançamentos e descompasso entre projetos e planilha orçamentária. Inviabilidade na execução de calçadas conforme normas de acessibilidade e; - Contrato encerrado por decurso de prazo.	Em execução 51,42%	Em execução 58,00%	Concluído 58,16%
09	020/2016	- Ausência de projetos executivos, necessidade de remoção de interferências (hidrantes, postes e de supressão vegetal); necessidade de liberação de área para execução das lagoas; - Negativa de acesso a condomínios pelos moradores, para execução dos serviços; - Intervenção concluída no 3º bimestre/2021.	Em execução 68,91%	Em execução 89,93%	Concluída 91,05%
10	021/2016	- Necessidade de readequação do projeto executivo; descompasso de tempo entre a análise e aprovação dos aditivos financeiros e para o uso de fragmentadores para realização de Túnel Liner, presente na Rua 08; chuvas; remoção de hidrantes; remoção de poste; supressão vegetal. - Negativa de acesso a condomínios pelos moradores, para execução dos serviços.	Em execução 49,81%	Em execução 74,46%	Em execução 80,40 %
11	006/2016	- Necessidade de readequação do projeto executivo; chuvas e negativa de acesso a condomínios pelos moradores, para execução dos serviços. - A intervenção, suspensa até fevereiro de 2022 - 4º Termo de Suspensão (72686124), aguarda a conclusão das obras remanescentes do Setor (Contrato nº 19/2021) para a retomada. Em 2021 destaca-se a conclusão da pavimentação da Rua 12, incluindo os serviços de execução de meios fios e calçadas.	Em execução 25,00%	Em execução 43,95%	Paralisada 49,30%

Contrato nº 005/2015 - Vicente Pires



Ramal da boca de lobo – Lote 7



Calçada – Lote 7

Contrato nº 008/2015 - Vicente Pires



Boca de lobo – Lote 1



Dissipador e gabião – Lote 1



Calçada – Lote 1

Contrato nº 006/2016 - Vicente Pires



Calçadas na Rua 12



Meios-fios na Rua

Contrato nº 008/2016 - Vicente Pires



Contrato nº 019/2016 - Vicente Pires



Contrato nº 020/2016 - Vicente Pires





Drenagem pluvial Condomínio 155/156 - Rua 10



Pavimentação Condomínio 164 - Rua 10

Serviços técnicos (geotecnia), nas áreas onde serão desenvolvidos os projetos de edificações diversas, infraestrutura urbana, OAE e OAC na poligonal do intitulado Lote 02, das obras de pavimentação e drenagem de Vicente Pires – Contrato nº 014/2020 – Os trabalhos foram iniciados no final de 2020, sendo executados 13,59% até o encerramento de 2021.

Ressalta-se no exercício a celebração do Contrato nº 019/2021 – Obras de infraestrutura no Setor Habitacional Vicente Pires, englobando as obras remanescentes dos Lotes 2, 5, 7 e 9. A intervenção iniciada em 2021, encerrou o exercício com 12,50% dos serviços executados.

Ação/Subtítulo 3058.0001- Execução de obras de urbanização – Pró-Moradia - Arapoanga Planaltina - Em 2021, devido à meta do trabalho técnico-social -TTS ainda se encontrar em aberto, o pleito de encerramento do contrato requerido por esta SODF, em 2020, foi negado pela Caixa e Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR. Contudo, após as reuniões, a Caixa e o MDR, solicitaram novamente um estudo atualizado e com maiores detalhamentos sobre a situação social nas regiões e com as devidas conclusões se ainda é cabível a implantação do TTS ou não nessas localidades. Foram realizadas tratativas junto à Codhab (00110-00002448/2021-17), visando efetivar novos estudos quanto à viabilidade na realização do TTS na região.

Ação/Subtítulo 3058.0002 - Execução de obras de urbanização - Pró-Moradia – Mestre D’Armas – Planaltina – Foi contratada a revisão e readequação dos projetos executivos de drenagem no Setor Habitacional Mestre D’Armas - Contrato nº 021/2021, para fins de retomada das obras remanescentes. A elaboração dos projetos encerra o 6º bimestre com andamento normal e com 10,00% dos serviços executados.

Ação/Subtítulo 3058.0003 - Urbanização Sol Nascente e Pôr do Sol: Contratada a execução das obras remanescentes de infraestrutura no Setor Habitacional Sol Nascente, Trecho 2 – Contrato nº 015/2021, que encerra 2021 com andamento normal e com 44,22% dos serviços executados. Foram continuados os serviços de elaboração de projetos, a saber:

- Elaboração de projeto executivo de infraestrutura urbana das bacias 01 e 02 e de áreas remanescentes e OAE (travessias), no Trecho 03, Contrato nº 015/2020 – Encerra 2021 com andamento normal e com 92,40% dos serviços executados.
- Elaboração de projetos executivos de infraestrutura urbana da bacia 3 do Trecho 3, do Trecho 1 e de áreas remanescentes e OAE (02 travessias urbanas entre o Trecho 01 e o Trecho 02), Contrato nº 016/2020 - Encerra 2021 com andamento normal e com 96,12% dos serviços executados.
- Setor Habitacional Sol Nascente (SHSN):

Após a suspensão das obras de infraestrutura do Setor Habitacional Sol Nascente, a Secretaria de Obras trabalha para retomar e concluir as obras na região. Nos Trechos 1 e 3 o primeiro passo foi dado com a contratação das empresas responsáveis pela elaboração dos projetos

executivos para a continuidade das obras de pavimentação asfáltica, drenagem, construção de meios fios e calçadas, sinalização horizontal e vertical, além da readequação das bacias de detenção. A atualização do projeto referente ao Trecho 1 é realizada ao custo de R\$ 995.436,02, e o Trecho 3 ao custo de R\$ 1.013.936,95.

A ocupação do Setor Habitacional Sol Nascente (SHSN) ocorreu de forma desordenada, inclusive com o uso de áreas de proteção ambiental para fins residenciais, o que modificou o comportamento do escoamento das águas das chuvas, principalmente devido à impermeabilização da superfície, resultando em maiores picos e vazões. A ausência de sistema de drenagem pluvial adequado e completo, implica em problemas ambientais negativos intensos (inundações e alagamentos, assoreamento dos cursos d'água e agravamento dos processos erosivos).

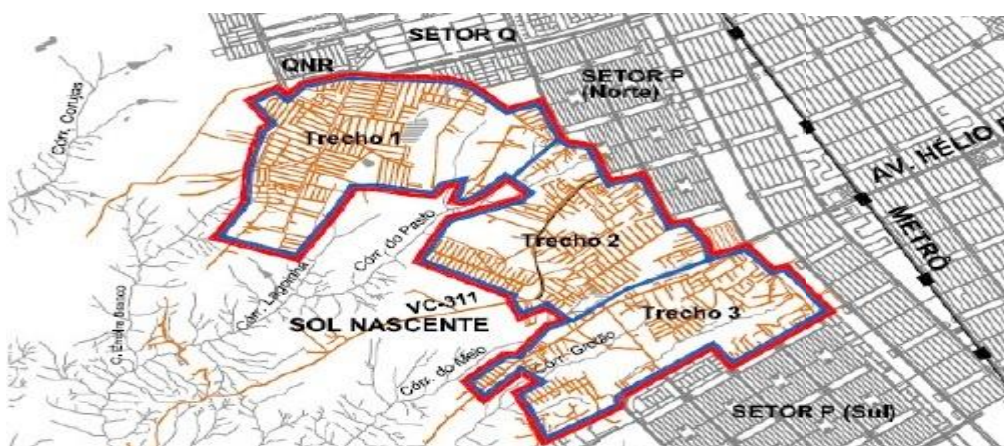
Os projetos iniciais, utilizados à época da licitação das obras de urbanização e infraestrutura do Setor que deram origem aos contratos nº 002/2015 (Trecho 2) e nº 003/2015 (Trecho 3), datavam de setembro de 2011 e, em função das modificações ocorridas ao longo dos anos, devido ao forte crescimento populacional na região, se mostraram totalmente desatualizados, dessa forma, trechos de drenagem que comprometem tanto o funcionamento das etapas executadas quanto a implementação de novas redes não puderam ser executados.

Assim, desde a rescisão desses contratos (Termo de Rescisão Contratual Unilateral, de 02/01/2020), a Secretaria trabalha para retomar e concluir as obras na região. Para tanto, foram atualizados os projetos e efetuadas as análises com vistas ao planejamento de licitações futuras.

Nesse contexto, de acordo com a Portaria nº 108 de 09/07/2019, instituída a partir de Decisão do TCDF, que recomenda que todos os projetos de obras a serem licitados, devem ser revisados ou refeitos, conforme avaliação de tempo e técnica. O setor de projetos desta SODF elaborou novos projetos e documentação técnica para execução das obras remanescentes do intitulado Trecho 2, que inclui trechos de vias secundárias e principais. Essas providências permitiram o lançamento da Concorrência nº 012/2020 – DECOMP/DA e a respectiva contratação, em 2021, das obras de pavimentação, drenagem urbana, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical e readequação de bacias, que não puderam ser realizadas no Contrato nº 002/2015, sendo objeto do atual Contrato nº 015/2021. Esse projeto, em síntese, prevê a construção de 73.151 m² de pavimentação e de 451 m de drenagem.

Ademais, foram contratadas no final de 2020, a elaboração dos projetos executivos: 1) de infraestrutura urbana das bacias 01 e 02 e de áreas remanescentes e OAE (travessias), no trecho 03 do Sol Nascente (Contrato nº 015/2020) e 2) de infraestrutura urbana da bacia 3, do trecho 3 e áreas remanescentes, bem como a infraestrutura urbana do Trecho 1 e áreas remanescentes e OAE (02 travessias urbanas entre o trecho 01 e o trecho 02), no Sol Nascente (Contrato nº 016/2020). Essas contratações possibilitaram a autorização de certames para a conclusão do empreendimento (Concorrência nº 009/2021, 012/2021 e 013/2021 – DECOMP/DA).

Localização - Setor Habitacional Sol Nascente



ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO DF:

Posição do 6º Bimestre/2021- Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública/Manutenção do Sistema de Iluminação Pública no DF

Descrição dos Principais Investimentos - Programa 6209	Cidade	Etapa no SAG	Situação
Prestação dos serviços de Estudo Preliminar e Projeto Básico (Etapa 1) e Fiscalização e Projetos "as built" (Etapa 2). (CT 003/2017)	DF	0027	Normal
Implantação Melhoria do Sistema de Iluminação Pública no DF. (CV 001/2017)	DF	0028	Normal
Manutenção do sistema de iluminação pública no Distrito Federal. (004/2018)	DF	0029	Concluída
Fornecimento de energia elétrica para o Sistema de iluminação do Distrito Federal. (CT 002/2017)	DF	0030	Concluída
Melhoria e Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública no Distrito Federal. (CT 003/2017 e Conv. 001/2017)	DF	0074	Concluída
Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública no Distrito Federal. (CT 003/2017 e Conv. 001/2017)	DF	0075	Concluída
Manutenção do sistema de iluminação pública. (CT 004/2018)	DF	0076	Concluída
Iluminação no complexo urbanístico - Torre de TV. (CT 003/2017 e Conv. 001/2017)	DF	0079	Concluída
Manutenção do Parque de Iluminação Pública (PIP) no Distrito Federal. (CT 004/2018)	DF	0085	Concluída
Fornecimento de energia elétrica para o Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal. (CT 002/2017)	DF	0086	Concluída

Ação/Subtítulo 1836.0023 - Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública:

- Contrato nº 003/2017 - Prestação dos serviços de Estudo Preliminar e Projeto Básico (Etapa 1) e Fiscalização e Projetos as built (Etapa 2), que visa proporcionar a execução de obras de Implantação, Expansão e Melhoria do Sistema de Iluminação Pública no Distrito Federal. Neste exercício foram realizados 12 projetos (Etapa 1 e Etapa 2).

Convênio nº 001/2017 - Celebrado entre a SODF e a CEB para execução das obras de expansão, implantação e melhorias no Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal, a serem realizadas por empresas contratadas pela CEB mediante procedimento licitatório para este fim e conforme demanda apresentada pela SODF, sem que sobre tais custos incidam quaisquer despesas da CEB, com exceção, única e exclusivamente, de tributos eventualmente devidos pela emissão de fatura pela CEB à Secretaria de Obras.

Os instrumentos contratuais citados apresentam as seguintes realizações:

15.752.6209.1836.0023 - Institucional SODF (demandas indicadas para execução a partir da avaliação da Pasta). Fonte SAG (Etapas 0027, 0028 e 0079)			
Bimestre	Contrato nº 003/2017 (Estudo Preliminar e Projeto Básico (Etapa 1) e Fiscalização e Projetos "as built" (Etapa 2), para melhoria do Sistema de Iluminação Pública do DF.)	Convênio nº 001/2017 (Implantação Melhoria do Sistema de Iluminação Pública no DF a serem realizados por empresas contratadas pela CEB.)	
	Projetos	Pontos de Iluminação	Luminárias
1º	01	99	127
2º	00	00	00
3º	02	428	966
4º	07	528	1.225
5º	01	043	067
6º	01	082	266
Total	12	1.180	2.651

Ações/Subtítulos: 1836.7037 e 1836.7038 (Emendas Parlamentares) e **1836.0105** (Descentralizada pela SEEC/DF)

O Contrato nº 003/2017 e o Convênio nº 001/2017 também foram utilizados para a execução de intervenções indicadas por meio de duas Emendas Parlamentares (Ação/Subtítulos: **1836.7037** e **1836.7038**) e para continuidade das ações institucionais a partir de créditos descentralizados pela SEEC/DF (Ação/Subtítulo **1836.0105**), o que resultou na elaboração de 10 projetos, na implantação de 138 pontos de iluminação pública e na instalação de 421 luminárias, conforme especificado no quadro abaixo:

Emenda Parlamentar

Emendas Parlamentares - Programas de Trabalho 15.752.6209.1836.7037 e 25.752.6209.1836.7038	
Localidade	Realizações
Rua das Palmeiras e na Rua dos Pinheiros, Ponte Alta Norte - Gama.	02 projetos e 67 luminárias
SQN 412, Asa Norte - Plano Piloto.	02 projetos, 269 luminárias e 138 pontos de iluminação

- Descentralização – (SEEC/SODF) - Portaria nº 034, de 02/08/2021, DODF nº 147, de 05/08/2021

Demandas custeadas pela descentralização de créditos – Programa de Trabalho 15.752.6209.1836.0105 - SEEC/DF - Portaria Conjunta nº 034, de 02/08/2021, DODF nº 147, de 05/08/2021	
Localidade	Realizações
Área de intervenção relativa à implantação de pavimentação e de construção da OAE que liga a Rua 4 à Avenida Misericórdia, no Setor Habitacional Vicente Pires.	02 projetos e 22 luminárias
Setor de Rádio e Televisão Sul - Plano Piloto.	02 projetos e 63 luminárias
Praça do Povo, em Brasília/DF.	01 projeto
Ao longo da Ponte, que liga o Jockey à marginal da Via Estrutural.	01 projeto
Iluminação pública na "Rota de Segurança", Setor de Inflamáveis, SIN	-

Ação/Subtítulo 8507.6471 - Manutenção do Sistema de Iluminação Pública no DF. Nesta ação foram executados os serviços de fornecimento de energia elétrica e respectiva manutenção do sistema de iluminação pública no Distrito Federal, a partir de recursos originalmente alocados no orçamento desta Secretaria. Todavia, devido aos efeitos do Decreto nº 41.991, (DODF de 13/04/2021), relativo à transposição de créditos desta SODF para SEEC/DF, esses serviços também foram custeados pela Ação/Subtítulo 8507.0040, a partir de descentralizações orçamentárias formalizadas.

Ação/Subtítulo 8507.0040 - Consignada no QDD desta Secretaria no modo Gestão, mediante atos conjuntos de descentralização orçamentária entre a SEEC/DF e a SODF, a saber: Portarias Conjuntas nºs 25, DODF de 25/05/2021; 29, DODF de 28/06/2021; 33, DODF de 28/07/2021; 36, DODF de 27/08/2021 e 43, DODF de 28/09/2021. Todavia, houve nova transposição efetivada por meio do Decreto nº 42.657, (DODF 27/10/2021), e, diante do retorno de parte dos créditos ao Programa de Trabalho original integrante do QDD desta Unidade Orçamentária restou desnecessária, a partir de outubro/2021, a continuidade do procedimento de descentralização entre as partes.

Contrato nº 002/2017 - Prestação de serviços a serem executados de forma contínua, correspondentes ao fornecimento de energia elétrica do sistema de iluminação pública no DF. A sua execução correspondeu ao fornecimento de 408.641.485 kwh.

Contrato nº 004/2018 - Manutenção do Parque de Iluminação Pública no Distrito Federal. PIP, que compreende a gestão dos serviços, consultoria técnica-operacional, engenharia de manutenção, operação manutenção preditiva, preventiva e corretiva, além da execução de substituição de luminárias convencionais por LED (Eficientização). Em 2021 foi realizada a manutenção de 3.722.231 pontos de iluminação pública e eficientizadas 6.466 luminárias.

Programa de Trabalho 15.782.6209.8507.6471 (Institucional SODF)			
Mês	Contrato nº 004/2018 (Manutenção do Parque de Iluminação Pública no Distrito Federal – PIP)		Contrato nº 002/2017 (Fornecimento de energia elétrica e utilização de postes para instalação do sistema de iluminação pública).
	Quantidade de Pontos Mantidos (unidade)	Luminárias Eficientizadas (unidade)	Consumo de Energia (KWH)
janeiro	305.758	-	34.700.875
fevereiro	305.758	-	31.312.752
março	310.151	-	38.984.667
abril	179.469	-	22.333.771
maio	177.347	-	14.646.016
setembro	307.392	970	32.965.674
outubro	307.486	05	33.980.495
novembro	307.811	12	32.897.492
dezembro	307.832	42	33.988.282
Total	2.509.004	1.029	275.810.024

Programa de Trabalho 15.752.6209.8507.0040 (Institucional SEEC/DF)			
Mês	Contrato nº 004/2018 (Manutenção do Parque de Iluminação Pública no Distrito Federal – PIP)		Contrato nº 002/2017 (Fornecimento de energia elétrica e utilização de postes para instalação do sistema de iluminação pública).
	Quantidade de Pontos Mantidos (unidade)	Luminárias Eficientizadas (unidade)	Consumo de Energia (KWH)
abril	131.432	-	11.237.337
maio	307.225	1.373	34.644.962
junho	307.251	2.505	33.307.406
julho	337.303	727	34.226.296
agosto	307.363	832	34.061.476
Totais	3.722.231	6.466	408.641.485

Relaciona-se, adiante, as localidades contempladas com serviços de eficientização de luminárias, executadas por meio do Contrato nº 004/2018:

Localização	Região Administrativa
SHTN Trecho 2 - Vila Planalto; SGAN 601 - L2 Norte; Setor de Embaixadas Norte Qd. 803; Praça dos Cristais; Avenida do Exército - SMU; Arredores da Praça do Povo - SCS e SGAN 906/907 Bloco A.	Plano Piloto
Vila DVO; QD 50 - Setor Leste e Avenida São Francisco - Ponte Alta	Gama
QNL - Chaparral "total" e Faixa verde entre as QSDs Impares	Taguatinga
QNM 2,4,19	Ceilândia
Quadras 01 a 07 - Vias principais - Jardim Roriz	Planaltina
SQPS e SOF Sul	Guará
AC.300, 218 e CL.118, 209 e 316	Santa Maria

Av. São Bartolomeu - Capão Comprido e Acessos a Rua 30A - Setor Tradicional	São Sebastião
Alça do viaduto sobre a EPIA Sul	Candangolândia
SH Água Quente - Trecho 1	Recanto das Emas
Vila Basevi; Campo Sintético - AR 03	Sobradinho II
Quadras 01 e 02	Itapoã
Chácara 13 - Rua do Mato - Fercal	Fercal
Bairro Pôr do Sol Completo e QNR 1 - Restaurante Comunitário - Sol Nascente	Sol Nascente e Por do Sol

Ação/Subtítulo 8507.6494 - Manutenção do Sistema de Iluminação Pública de Emenda Parlamentar, efetivada por intermédio do Contrato nº 004/2018, realizou-se a efficientização de 608 luminárias, em diversas ruas e Avenidas de Sobradinho II.

Emenda Parlamentar - Programa de Trabalho 15.752.6209.8507.6494 - Manter Sistema de Iluminação Pública nas Regiões Administrativas do Distrito Federal - Contrato nº 004/2018	
Localização	Realizado (unidade)
Em várias ruas e avenidas de Sobradinho II	608 luminárias

Emenda Parlamentar:

Para a utilização dos recursos oriundos de Emendas Parlamentares Distritais (Fonte 100) destinadas a custear intervenções pertinentes ao Parque de Iluminação Pública, tem sido adotado o procedimento de aditamento aos Contratos já celebrados entre a SODF e a CEB. Portanto, a partir da liberação de Emenda destinada a tal fim, há a necessidade de rito processual de celebração de termos aditivos, iniciando-se esse processo com a comprovação de desbloqueio da referida emenda no Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD) desta Secretaria.

A atual Subsecretaria de Gestão de Iluminação Pública e Ativos Tecnológicos - SUITEC, desta SODF, setor responsável pela coordenação de todo o processo, atua nas tratativas junto às assessorias dos parlamentares para se obter esclarecimentos adicionais acerca das demandas a serem custeadas pelos recursos disponibilizados, procedendo à atualização das informações necessárias para o Gabinete/SODF e demais setores do GDF, visando à programação das intervenções com a utilização dos recursos disponibilizados.

Não obstante a adoção de aditamentos aos contratos vigentes, para contemplar as demandas previstas nas Emendas, constatam-se dificuldades para a sua execução total no exercício, ressalta-se que houve descentralização de créditos à Administração de Samambaia, realizada por meio da Portaria Conjunta nº 12/2021, (DODF de 28/10/2021), firmada entre esta SODF e àquela Administração Regional, todavia, até o encerramento do exercício, não se constatou a efetiva utilização dos recursos transferidos.

Contrato de Concessão:

No ano de 2020, por força do Decreto nº 40.898, de 17/06/2020, foi celebrado entre a SODF e a Companhia Energética de Brasília – CEB, o Contrato de Concessão nº 001/2020, que tem por objeto "a delegação pelo Poder Concedente, por meio de concessão administrada, da prestação dos Serviços de Iluminação Pública, à Concessionária e contratados de atividades inerentes, acessórias ou complementares, na forma das diretrizes e especificações mínimas constantes deste Contratos e dos anexos". O contrato foi assinado em 20/07/2020 e possui o prazo de 30 (trinta) anos.

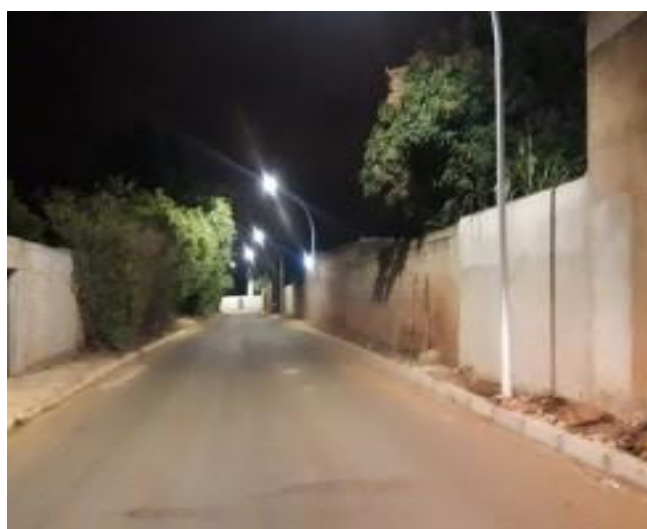
Ocorre que sua eficácia e início de vigência dependem dentre outras providências, do repasse pela SEEC/DF dos recursos da CIP, à delegatária CEB, conforme previsto no art. 2º, parágrafo único, do Decreto nº 40.898/2020. Vale destacar, que, na tentativa de viabilizar a execução das determinações contidas no Decreto nº 40.898/2020, esta Secretaria realizou, em 20/08/2020, consulta à SEEC/DF (00110-00002207/2020-97) e suas Secretarias Executivas de Orçamento - SEORC/SEEC e de Fazenda - SEF/SEEC para solicitar providências acerca da dinâmica operacional de cunho orçamentário, financeiro e contábil a ser envidada, em decorrência do Decreto 40.898/2020 e do Contrato de Concessão nº 001/2020. Até o encerramento do exercício de 2021, não houve orientação conclusiva por parte dos setores competentes do órgão central de Planejamento e Orçamento do DF.

Sobre o denominado Plano de Transição Operacional – PTO, no que se refere sobretudo à obrigação de transferência dos bens vinculados, o prazo para realização do levantamento de ativos foi prorrogado em mais 180 dias, todavia, deverá haver repactuação desse prazo devido à situação de certame, sob a gestão da CEB, ainda não finalizado, referente à contratação de empresa avaliadora especializada para definir o valor do patrimônio de iluminação pública do Distrito Federal, obrigação essa, prevista no art. 4º do Decreto nº 40.898/2020. A última informação da CEB sobre a licitação em questão consta do teor da Carta nº 319/2021 - CEB-H/PR (74352431) de 18/11/2021.

Cumprir registrar, também, que esta SODF formalizou em 23/07/2021, por meio do processo 00110-00002082/2021-86, proposta da mudança de titularidade do Contrato nº 002/2017, alterando o representante do GDF da SODF para a SEEC/DF, tendo em vista que a SEEC/DF é a unidade detentora dos recursos arrecadados com a CIP. Não se obteve manifestação sobre a alteração proposta até o encerramento de 2021.

Ressalta-se, ainda, que esta SODF aguarda as providências e orientações pertinentes aos órgãos envolvidos, para que possa exercer seu papel determinado no Decreto nº 40.898/2020 e no Contrato de Concessão nº 001/2020, que é o de fiscalizar a concessão.

A seguir, algumas fotos dos trabalhos realizados pela SODF/ CEB:

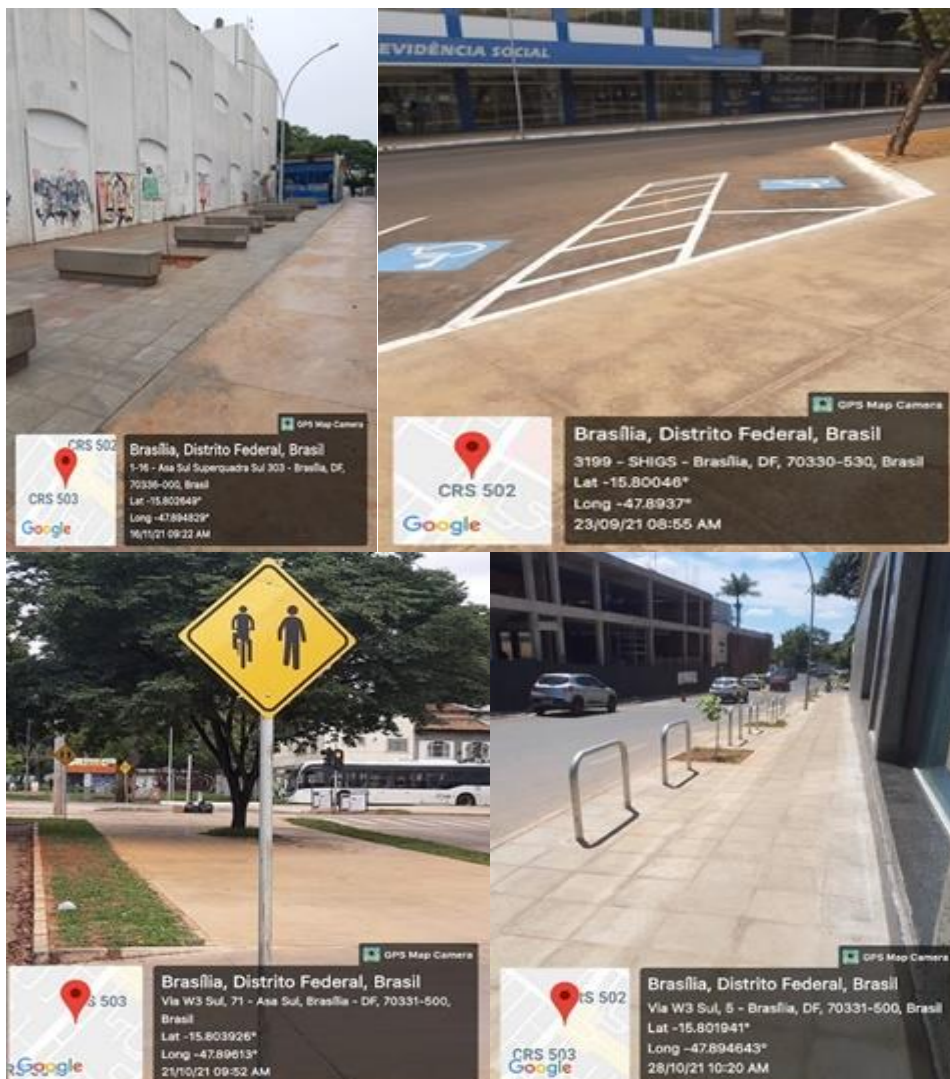


Ação/Subtítulo 3089.0002 - Requalificação de espaços urbanos – Avenida W3 Sul. As intervenções concluídas e em fase de conclusão, demandaram recursos na ordem de R\$ 19.066.743,00. No quadro a seguir, apresenta-se o panorama da Requalificação e Reabilitação de Espaços Urbanos (W3 Sul):

Revitalização da Avenida W3 Sul		
Quadras	Contrato	Situação

		2019	2020	2021
502 e 503	004/2021	-	Contratação prevista para o início de 2021	Concluída: (5º bimestre)
504, 505 e 506	005/2021	-	Contratação prevista para o início de 2021	Concluída: (6º bimestre)
507 e 508	002/2021	-	Contratação prevista para o início de 2021	Concluída: (4º bimestre)
509 e 510	002/2020	-	Concluída (5º bimestre)	-
511 e 512	001/2019	Concluída (5º bimestre)	-	-
513 e 514	022/2020	-	A ser Iniciada	Concluída: (6º bimestre)
515 e 516	011/2021	-	A ser Iniciada	Conclusão prevista para o início de 2022
703 a 715 - Requalificação de calçadas	-	-	-	Em procedimento licitatório
Restauração do pavimento	-	-	-	Em procedimento licitatório

Contrato nº 004/2021 - W3 Sul, Quadras 502 e 503



Contrato nº 005/2021 - W3 Sul, Quadras 504 a 506



Contrato nº 005/2021 - W3 Sul, Quadras 507 e 508



Contrato nº 022/2020 - W3 Sul, Quadras 513 e 514



Contrato nº 011/2021 - W3 Sul, Quadras 515 e 516



Ação/Subtítulo 3056.0001 – Gestão da Fiscalização e Supervisão de Obras:

Supervisão e acompanhamento das obras de implantação do Túnel Rodoviário sob a Av. Central de Taguatinga, de Remodelação da Avenida Central e do Viaduto da Avenida Samdu e da elaboração de seus respectivos projetos executivos – Contrato nº 018/2020: Serviços iniciados no 6º bimestre/2020 para a supervisão e acompanhamento das obras do contrato nº 004/2016. Compreendem as análises de projetos e acompanhamento diário das atividades executadas pelo Consórcio Novo Túnel (acompanhamento, verificação e aprovação dos projetos executivos; o acompanhamento da elaboração do Diário de Obra da construtora; supervisão da execução dos serviços, aferindo quantitativos e medições; aprovação e liberação das etapas de obra; proposição de solução para eventuais problemas e imprevistos; verificação e validação dos ensaios tecnológicos e das instrumentações geotécnicas; execução do controle físico-financeiro da obra; acompanhamento das condições de segurança e ambiental e implantação de ações mitigadoras; elaboração de relatórios mensais, parciais, eventuais e finais). Foram entregues, em 2021 pela contratada, um Relatório de Atividades por mês, totalizando 12 no ano.

Supervisão e apoio técnico nas obras de implantação do Viaduto da EPIG e Alças de acesso a infraestrutura urbana - Eixo Oeste - Contrato nº 018/2021: Serviços iniciados no 4º bimestre/2021 para a supervisão e acompanhamento das obras do contrato nº 020/2021, que tem por objeto a execução das obras da interseção da rodovia DF-011 (EPIG) com a via de acesso ao Parque da Cidade (Viaduto da EPIG). Compreendem as análises de projetos e acompanhamento diário das atividades executadas pelo Consórcio Viaduto da EPIG (estudos preliminares, verificação dos projetos executivos, acompanhamento da execução das obras, elaboração do Manual, Uso e Operação da Rodovia e elaboração do projeto de "as built"). Foram entregues, em 2021 pela contratada, 04 Relatórios de Atividades, um a cada mês.

Supervisão da obra de Reformulação do Sistema Viário na Estrada do Setor Policial Militar – ESPM – Contrato nº 25/2021: Serviços iniciados no 6º bimestre/2021 com a celebração do Contrato nº 022/2021. Compreendem as análises de projetos e acompanhamento diário das atividades executadas pelo Consórcio G5 ESPM (fiscalizar os serviços específicos, representar o poder público, decidir questões de interpretação do projeto e análise dos detalhamentos construtivos necessários às obras; especificações e normas, avaliar e controlar a qualidade e quantidade dos materiais empregados e dos serviços executados, verificação topográfica, serviços de laboratórios de solos, concreto e asfalto, relatórios fotográficos das obras, monitoramento das construções existentes circunvizinhas (edificações), acompanhamento e supervisão na execução da obra do Tunnel Liner e da Bacia de Detenção, monitoramento ambiental, desvio de trânsito e engenharia de trânsito, consulta às concessionárias, aprovação de projeto nos órgãos competentes e elaboração do projeto "as built", assim como do produto acabado; acompanhar as diversas etapas da adequação dos projetos executivos, aprovação e verificação de suas qualidades técnicas, além do acompanhamento de sua execução e acompanhar a revisão/readequação dos projetos em fase de obras.

Ação/Subtítulo 3855.0001 – Gestão ambiental na execução de obras e na implementação das políticas de saneamento:

Pagamentos de: 01 taxa de licenciamento ambiental simplificado - LAS, referente ao projeto de requalificação da Av. Hélio Prates; 01 taxa de autorização de transporte de matéria de supressão vegetal referente à instalação e operação de sistema viário e urbano do Setor de Inflamáveis; 01 taxa de prorrogação da autorização de supressão vegetal relativa a obra do Túnel de Taguatinga/viadutos acessórios e 01 taxa de análise de autorização de corte de árvore isolada para obra do Viaduto EPIG.

Ação/Subtítulo 7316.6035 – Implantar sistema de esgotamento sanitário. Valor consignado em 2021, insuficiente para planejar intervenções. Ademais, as obras do tipo em questão tem sido implementadas pela Caesb.

Ação/Subtítulo 9115.0001 – Transferência de Recursos da RIDE – DF Entorno - Nesta ação orçamentária seriam realizados os repasses financeiros efetivados, devido à participação do

GDF no Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás - Cor sap-DF/GO. Porém, esta ação restou não iniciada no exercício, essa ocorrência deveu-se pela saída do DF do mencionado Consórcio, formalizada em Ata da AGE realizada em 23/06/2021. A competência para o aludido ato de retirada do DF foi delegada ao Secretário desta SODF, pelos efeitos do Decreto nº 42.189, DODF de 11/06/2021.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10551 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS NO DISTRITO FEDERAL	METRO QUADRADO		01/01/2001	Anual	208570,00	252634,00	55319,00	241199,00	192203,00	X	X	X	SUAF/SODF E NOVACAP/ UO 22101 / OE 211
<p>Justificativa: 2020 - Foram continuadas as obras de grande porte nos Setores Habitacionais Vicente Pires e Bernardo Sayão. Outras intervenções contribuíram para o índice alcançado, como, Revitalização da W3 Sul - Quadras 509 e 510 Sul e a Requalificação no Setor de Rádio e TV Sul, no Plano Piloto. Além de outras intervenções de execução de pavimentação realizadas pela NOVACAP, na Av. dos Pioneiros, no Gama.</p> <p>2021 - Os resultados refletem os dados apurados/consolidados pela SUAF/SODF e DU/Novacap, com as obras iniciadas em anos anteriores (Vicente Pires e Bernardo Sayão) e as obras remanescentes contratadas (Sol Nascente e Vicente Pires). Além disso, outras intervenções contribuíram para o resultado (Rota de Segurança/SIN; Requalificação da Praça do Povo e Via MN1 e, Revit. W3 Sul). Na obtenção do resultado, foram acrescentadas as quantidades relativas à execução de pavimentação em diversos locais do DF, realizadas pela Novacap. Destaca-se para 2022/2023 a perspectiva de incremento dos indicadores, em função de desfechos esperados de licitações/ respectivas contratações que irão impactar positivamente: Urb. Sol Nascente (CC 009, 012 e 013/2021 - DECOMP/DA), Vicente Pires (00110-3324/2019-34) e Bernardo Sayão (CC 001/2021-DECOMP/DA); Av. Paranoá (CC05/2021 - DECOMP/DA), do SOF Sul (CC10/2021 - DECOMP/DA) e Drenar Taguatinga (TP1/2021 - DECOMP/DA).</p>													
10550 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS NO DISTRITO FEDERAL	METRO		01/01/2001	Anual	20680,00	20241,00	14416,00	11213,00	4835,00	X	1650,00	X	SUAF/SODF E NOVACAP/ UO 22101 / OE 211
<p>Justificativa: 2020 - Foram continuadas as obras de grande porte nos Setores Habitacionais Vicente Pires e Bernardo Sayão. Outras intervenções contribuíram para o resultado de, aproximadamente, 98% do índice almejado, como, Revitalização da W3 Sul - Qds. 509 e 510; Trecho Rota de Fuga, no Setor de Inflamáveis-SIA; Requalificação no Setor de Rádio e TV Sul e Execução de Canal e Bueiro N.A.T.M., em Porto Rico - Santa Maria. Além de outras pequenas intervenções de execução e ampliação de Redes de Drenagem realizadas pela Novacap, em diversos locais do DF. A pequena diferença em torno de 2%, perante o índice almejado, deu-se, sobretudo, em razão dos certames em trâmite, no exercício de 2020, relacionados aos empreendimentos diretamente vinculados aos indicadores previstos.</p> <p>2021 - Os resultados refletem os dados apurados/consolidados pela SUAF/SODF, com as obras em andamento em Vicente Pires e Bernardo Sayão e as obras remanescentes contratadas em 2021 no Sol Nascente e Vicente Pires. Outras intervenções também contribuíram para o resultado. Foram acrescentadas as quant. de drenagem realizadas pela Novacap no DF. Apesar dos esforços envidados, constata-se que o resultado não se efetivou conforme previsto. Isto deve-se, de modo geral, segundo a SUAF/SODF, pelas dificuldades em se prever as quant. exatas que serão executadas, uma vez que as obras de infraestrutura tem apresentado ao longo da execução interferências diversas: alterações na largura de vias; impedimento de acesso e execução em alguns condomínios, período chuvoso que superou o previsto, além de licitações/contratações que não se concretizaram. Há perspectivas, em 2022, de incremento, em função de desfechos esperados de certames: Sol Nascente, V.Pires e B.Sayão; Av.Paranoá, SOFSul e DrenarTaguatinga</p>													

OBJETIVO O211: Executar obras de urbanização e infraestrutura, tais como, drenagem pluvial, pavimentação de vias, execução de calçadas, assentamento de meios-fios, urbanização de áreas públicas, tratamento paisagísticos, recuperação ambiental, manutenção, conservação e modernização das áreas já urbanizadas em diversos locais do Distrito Federal.

Os resultados alcançados, pertinentes ao Objetivo Urbanização e Infraestrutura, do Programa Temático 6209 – Infraestrutura, refletem os dados apurados e consolidados pela Subsecretaria de Acompanhamento e Fiscalização – SUAF/SODF e pela Diretoria de Urbanização da Novacap. Foram continuadas as obras iniciadas em anos anteriores, de infraestrutura nos Setores Habitacionais Vicente Pires e Bernardo Sayão e contratadas as intervenções remanescentes de urbanização e infraestrutura nos Setores Habitacionais Sol Nascente e Vicente Pires. Além disso, outras intervenções contribuíram para os índices alcançados, tais como: Trecho Rota de Segurança, no Setor de Inflamáveis-SIA; Requalificação no Setor de Rádio e TV Sul, Revitalização da W3 Sul (Quadras 502 a 508 e, 515 a 516) e Requalificação da Via MN1 – Hélio Prates. Na obtenção do resultado alcançado, foram acrescentadas as quantidades relativas à execução de drenagem e de pavimentação, em diversos locais do Distrito Federal, realizadas pela Novacap.

Apesar de todos os esforços envidados, constata-se que a execução de redes de drenagem, não se efetivou conforme previsto. Isto deveu-se, de modo geral, segundo o setor técnico (SUAF/SODF) pelas dificuldades em se prever as quantidades exatas que serão executadas, uma vez que as obras de infraestrutura, tem apresentado ao longo da execução interferências diversas: alterações na largura de vias; impedimento de acesso e execução em alguns condomínios, período chuvoso que superou o previsto. No entanto, verifica-se a conclusão em 2021 de grandes obras de drenagem pluvial, a saber: Construção da bacia de detenção, do canal e bueiro N.A.T.M (New Austrian Tunnelling Method) no km 4 da DF-290, em Santa Maria – DF, concluída em 2021, além da construção de bacias de detenção em Bernardo Sayão e em Vicente Pires.

Ademais, soma-se às questões de ordem técnica, administrativa e climáticas, a não concretização de desfechos esperados de procedimentos licitatórios e respectivas contratações de grandes obras, cujas intervenções iriam impactar positivamente no resultado, tais como, as contratações de intervenções remanescentes de infraestrutura nos Setores Habitacionais Bernardo Sayão, Sol Nascente e Vicente Pires (Remanescente), e também a reestruturação do Sistema de Drenagem Pluvial e Obras Complementares em Taguatinga e no Plano Piloto (Drenar DF).

Destaca-se para os próximos exercícios de vigência do PPA 2020-2023 que há perspectiva de incremento das metas e indicadores em função de procedimentos licitatórios e respectivas contratações, em andamento, que irão impactar positivamente no resultado, tais como as de urbanização dos Setores Habitacionais: Sol Nascente (Concorrências nº 009/2021 - DECOMP/DA (Remanescente do Trecho 01 e parte do Trecho 03), 012/2021 - DECOMP/DA (Trecho 03/Lote 01) e 013/2021- DECOMP/DA (Trecho 03/Lote 02), Vicente Pires (00110-3324/2019-34) e Bernardo Sayão (Concorrência nº 001/2021 - DECOMP/DA); a Revitalização da Av. Paranoá (Concorrência nº 005/2021 - DECOMP/DA); Revitalização do Setor de Oficinas Sul - SOF Sul (Concorrência nº 010/2021 - DECOMP/DA) e a Reestruturação do Sistema de Drenagem Pluvial e Obras Complementares em Taguatinga (Tomada de Preços nº 001/2021 - DECOMP/DA), cuja contratação para elaboração dos projetos encontra-se em licitação.

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3720 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR	1943255,0	1941314,00	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR-Projeto e Instalação de Usina Fotovoltaica-DISTRITO FEDERAL	1943255,0	1941314,00	0	0
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	1943255,00	1941314,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo 3720.0002 - Implantação do Programa Brasília Solar - Projeto e instalação de usina fotovoltaica - DF - Contrato de Repasse - Proposta nº 004.4727/2020, rejeitada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

6216 - MOBILIDADE URBANA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3054 - CONSTRUÇÃO DE TÚNEL	40364002,0	136904542,0	107810727,17	103963867,39
0002 - CONSTRUÇÃO DE TÚNEL-RODOVIÁRIO NA AVENIDA CENTRAL-TAGUATINGA	40364002,0	136904542,0	107810727,17	103963867,39
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	10000,0	474336,0	463967,60	42451,89
0001 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE--DISTRITO FEDERAL	10000,0	474336,0	463967,60	42451,89
3119 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO OESTE (LINHA VERDE)	67920154,0	58094348,00	18737420,70	10795832,86
0004 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO OESTE (LINHA VERDE)-- REGIÃO OESTE	67920154,0	58094348,00	18737420,70	10795832,86
3361 - CONSTRUÇÃO DE PONTES	666516,0	0,00	0	0
4356 - CONSTRUÇÃO DE PONTES-- DISTRITO FEDERAL	666516,0	0,00	0	0
4026 - AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS.	730000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS.--DISTRITO FEDERAL	730000,0	0,0	0	0
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	666513,0	0,00	0	0
7778 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO--DISTRITO FEDERAL	666513,0	0,00	0	0
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE URBANA	110357185,00	195473226,00	127012115,47	114802152,14

Posição do 6º Bimestre/2021

Descrição dos Principais Investimentos - Programa 6216	Cidade	Etapas SAG	Situação
Construção de Túnel sob a Avenida Central de Taguatinga, com reforma viária da Avenida e do viaduto da Samdu (CT 004/2016)	Taguatinga	0031	Normal
Elaboração de estudos de impacto de vizinhança (EIV) para o Túnel Rodoviário e Boulevard na Avenida Central de Taguatinga (CT 005/2020)	Taguatinga	0032	Normal
Obras de complementação do sistema viário da Estrada Setor Policial Militar (ESPM) até o Terminal da Asa Sul - TAS (CT 009/2020)	P. Piloto	0033	Normal
Ampliação e Readequação do Reservatório do Parque Sarah Kubitschek (CT 003/2021)	P. Piloto	0040	Atrasada
Requalificação Via MN1, entre a Via N3 e a Via M1, nas Quadras ao longo da Avenida Hélio Prates (CT 014/2021)	DF	0073	Atrasada
Obras da Interseção da rodovia DF-011 (EPIG) com a via de acesso ao Parque da Cidade e o Setor Sudoeste (CT 020/2021)	Sudoeste	0083	Normal
Reformulação do sistema viário na estrada do Setor Policial Militar (ESPM), trecho entre a interseção EPIG/ESPM e o viaduto da W3 Sul (CT 022/2021)	P. Piloto	0084	Normal
Pagamento da taxa de manejo de Resíduos da Construção Civil (RCC), referente à obra de construção do Túnel de Taguatinga (CT 004/2016)	Taguatinga	0093	Concluída

As ações principais previstas para serem implementadas por meio deste programa integram o escopo de contratos de repasse e de operações de crédito celebrados com a Caixa em exercícios anteriores, visando à Implantação do Corredor de Transporte Coletivo do Eixo Oeste (Linha Verde), na Região Oeste e a Construção do Túnel Rodoviário de Taguatinga. Assim, os valores consignados com base nesses instrumentos representaram 98,12% da Dotação Inicial e 99,76% da Despesa Autorizada, o que torna o desempenho do Programa absolutamente dependente das intervenções previstas no Corredor Eixo Oeste. Destacam-se, a seguir, as ações do Programa 6216 em 2021:

Ação/Subtítulo 3054.0002 - Construção de Túnel - Rodoviário na Av. Central de Taguatinga - Contrato nº 004/2016-Sinesp - Importante intervenção para o DF, retomada em fevereiro de 2020, após destraves jurídicos desta gestão, as obras de construção do Túnel de Taguatinga, que integra o Corredor de Transporte Rodoviário Eixo Oeste, avançaram bastante em 2021, totalizando o acumulado de 51,68% de execução. O Túnel Rodoviário, com extensão aproximada de 980 metros, a ser implantado sob a Av. Central, terá as seguintes características:

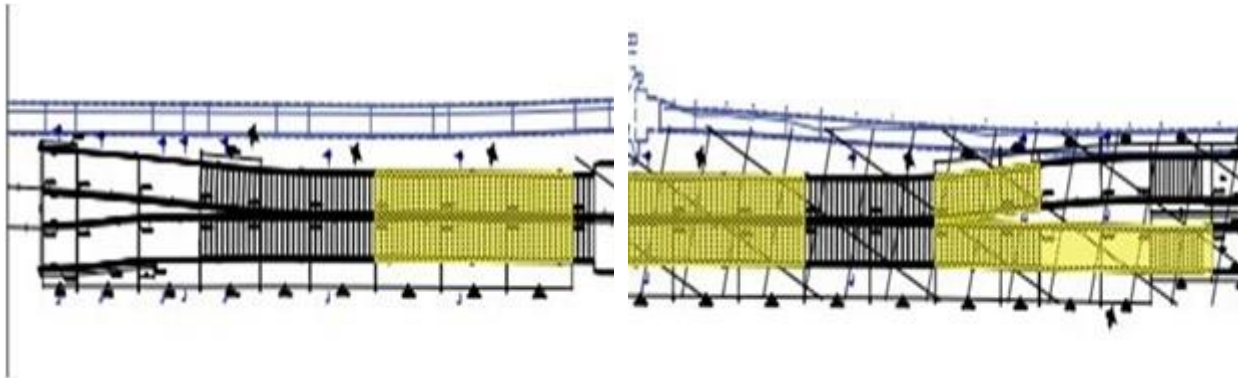
- Emboque - Trecho com extensão de 150m, constituído por duas pistas de tráfego com laje de fundo, com espessura= 0,50m e paredes diafragma em balanço nas extremidades, constituídas por lamelas de 0,50 x 2,50m com contraforte longitudinal de 0,50 x 2,50m. Adjacente à entrada dos túneis serão locadas as vigas do pergolado de travamento das paredes laterais, com seção transversal de 0,50 x 1,0m, no total de 11 vigas espaçadas a cada 3,0m.
- Túneis Simples - Em sequência ao emboque inicia-se 2 túneis simples, com extensão de 140m cada. A cobertura está definida como laje maciça de 1,0m de espessura com extensão aproximada de 72m e a seguir laje nervurada com vigas de 0,50 x 1,80m a cada 3,50m com laje superior com 0,25m de espessura, ambas com 12,95m de vão

livre interno e, apoiadas nas paredes diafragma, constituídas por lamelas de 0,50 x 3,20m.

- Túnel Duplo - Com extensão de 550m a cobertura será executada com laje nervurada contínua com vigas de 0,50 x 1,80m a cada 3,50m com laje superior com 0,25 m de espessura, com dois vãos internos de 12,95m e, apoiadas nas paredes diafragma externas e central constituídas por lamelas de 0,50 x 3,20m.
- Trecho Final - Com extensão de 140m o trecho final é constituído por dois túneis simples, sendo que a laje de cobertura inicial com extensão de 39,0m será executada com laje nervurada e o restante com laje maciça.

Após a conclusão dessa intervenção, Taguatinga terá sua área central totalmente remodelada a partir da sua implantação que inclui a criação de um Boulevard arborizado, com calçadas acessíveis e estacionamentos. Também permitirá a fluidez do trânsito para Ceilândia, Samambaia, Sol Nascente e Pôr do Sol, equacionamento dos problemas de trânsito, diminuindo o tempo de viagem para a região e entorno, beneficiando os moradores dessas regiões.

Durante 2021, em síntese, foram executados, serviços relacionados à elaboração dos projetos executivos, execução das contenções provisórias, paredes diafragma, vigas e lajes, escavações, desvios de tráfego, drenagem de águas pluviais, instrumentação, cimbramento, demolições, caminhos de serviço, entre outros. Destaca-se a finalização da concretagem das lajes de topo, sinalizadas em amarelo no croqui abaixo, bem como o início da concretagem das lajes de fundo e escavação invertida:



Contrato nº 004/2016 – Túnel de Taguatinga





Execução de formas da laje de topo



Visão Ger



Cimbramento



Cura da laje



Laje de fundo

27 de nov de 2021 12:08:24
15.49.55.0012 S -48.37.00517 W
30 Avenida Central
Fazenda
Basilis
Distrito Federal

Elaboração de estudos de impacto de vizinhança (EIV) para o Túnel Rodoviário e Boulevard na Avenida Central de Taguatinga - Contrato nº 005/2020 – Contrato com andamento normal, encerra 2021 com 80% dos serviços executados.

Ação/Subtítulo 3087.0001 – Execução de Obras de Acessibilidade – Execução de calçadas na Asa Sul – Contrato nº 007/2016 – A execução orçamentária realizada correspondeu ao pagamento mediante reconhecimento de dívida de despesas executadas em exercícios anteriores.

Ação/Subtítulo 3119.0004 - Implantação do Corredor de Transporte Coletivo Eixo Oeste: O Corredor de Transporte Público do Eixo Oeste do Distrito Federal, consiste na implantação de um sistema de transporte coletivo de caráter tronco-alimentador, com o intuito de incorporar benefícios à população usuária advindos da elevação da velocidade operacional e, por conseguinte, dos tempos de viagem. Após intenso trabalho da equipe de projetos foi possível dar continuidade a certames que sofreram interrupções em anos anteriores, tendo realizada a instrução para o saneamento de diversas questões técnicas apontadas por órgão de controle, o que possibilitou o desfecho de licitações e a respectiva contratação das seguintes intervenções em 2021: Ampliação e Readequação do Reservatório do Parque Sarah Kubitschek (Contrato nº 003/2021); Requalificação da Avenida Hélio Prates – Trecho 1 (Contrato nº 014/2021); do Viaduto da EPIG (Contrato nº 020/2021), a Reformulação da ESPM entre a EPIG e o Viaduto da W3 (Contrato nº 022/2021). As intervenções de Requalificação da Avenida Hélio Prates – Trecho II; Transversais Samdu e Comercial (projetos); Obras de Drenagem em Taguatinga - Drenar (projetos) e da Requalificação da EPIG - Trecho SIG e Trechos restantes encontram-se em fase de licitação.

⇒ Apresenta-se a seguir a situação dos contratos firmados:

- Execução de obras de complementação do sistema viário da Estrada Setor Policial Militar (ESPM) até o Terminal da Asa Sul (TAS) - Contrato nº 009/2020. Intervenção iniciada em maio/2020. Devido à necessidade de adequação de projetos e ajustes no contrato, este, se manteve suspenso até 24/05/2021, no entanto, durante o período de suspensão, os serviços de escavação, carga e transporte do material continuaram com equipes e máquinas da Novacap. Executado em 2021, em síntese: fundações com perfuração, armação e concretagem de estacas; arrasamento das estacas; armação, montagem das formas, concretagem e após desforma, impermeabilização das vigas baldrames e, execução dos pilares e arrimos (paredes) dos viadutos. Encerra o exercício com o acumulado de 37% dos serviços executados.

Contrato nº 009/2020





Ampliação e readequação do reservatório do Parque Dona Sarah Kubitschek, Plano Piloto - Contrato nº 003/2021 – Intervenção iniciada em 16/03/2021, que consiste na ampliação da capacidade de acumulação da bacia de detenção existente, por meio do aumento de sua área para atender o escoamento pluvial proveniente do Viaduto da EPIG e das vias W4 e W5, incluindo os lançamentos existentes. Devido a fatores climáticos, técnicos e administrativos, a intervenção encerrou o exercício com 57% dos serviços executados, todavia, com os serviços planejados em atraso.

Contrato nº 003/2021



Requalificação Via MN1, entre a Via N3 a Via M1, em quadras ao longo da Avenida Hélio Prates Contrato nº 014/2021 – Iniciada em maio de 2021, a intervenção consiste na execução de drenagem pluvial, pavimento rígido, estacionamentos, além de calçadas, meios-fios, mobiliário urbano e paisagismo. Durante a execução do contrato da Av. Hélio Prates, foram detectados problemas e interferências que se demonstraram recorrentes desde o início das obras (interferências com redes da Caesb, Neoenergia e redes clandestinas; necessidade de negociação com chacareiros e proprietários dos lotes para execução das calçadas). Encerrou o exercício com 19,70% dos serviços executados.

Planta de situação



Contrato nº 014/2021



Execução das obras de interseção da rodovia DF-011 (EPIG) com a via de acesso ao Parque da Cidade e o Setor Sudoeste – Contrato nº 020/2021 – Intervenção iniciada no 4º Bimestre de 2021, sendo implantado o canteiro de obras, executada a drenagem e o desvio de tráfego. Encerra 2021 com 12,34% dos serviços executados e em andamento normal.



Reformulação do sistema viário na Estrada do Setor Policial Militar (ESPM), no trecho entre a interseção EPIG/ESPM e o viaduto da W3 Sul – Contrato nº 022/2021 – O Setor Policial Militar – ESPM integra os Setores Centrais da Asa sul, estando acessível pela via W3, e possuindo nas proximidades grandes centros hospitalares (Hospital Santa Lúcia, Centro Clínico Sul, Hospital Santa Luzia, Hospital PAI, Centro Médico de Brasília e OHB), além de estar contíguo ao Cemitério Campo da Esperança. Destaca-se a proximidade com o Ministério da Ciência e Tecnologia, Academia de Polícia Militar de Brasília, em especial com a Polícia Federal, que demandam do setor boa acessibilidade dos veículos públicos às pessoas, o que será proporcionado com a execução da intervenção. Contempla adequações na via existente, pavimentação, drenagem, sinalização, paisagismo, calçadas, ciclovias e execução de bacia de detenção localizada na ARIE Santuário de Vida Silvestre Riacho Fundo Área III, às margens da DF-051, Estrada Parque das Nações – Via L4. A obra iniciada em outubro/2021, apresenta estágio normal de execução (executados 0,38% dos serviços).

Contrato nº 022/2021





Placas da obra



Corte das árvores no local da bacia de detenção

Empreendimentos do Corredor Eixo Oeste:

Demonstra-se no Quadro abaixo as etapas dos empreendimentos que integram o Corredor Eixo Oeste:

Local das Obras	Situação das Intervenções			
	2018 (Até 31/12/2018)	2019 (até 31/12/2019)	2020 (até 31/12/2020)	2021 (até 31/12/2021)
ACESSO SOL NASCENTE / HÉLIO PRATES	Obra paralisada, com necessidade de revisão dos projetos executivos de drenagem; revisão do projeto executivo de pavimentação; calçadas e ciclovia.	Obra concluída, tendo havido a supressão do pavimento rígido de concreto devido a alterações no projeto do Eixo Oeste.	-	-

<p>AV. HÉLIO PRATES</p>	<p>Há necessidade de ajuste do projeto face às novas diretrizes da Semob;</p> <p>- Obra a ser executada depois de concluída a obra do Túnel;</p> <p>- O Trecho em concreto da Rótula, mencionada na intervenção anterior deverá ser executado quando da implantação do Corredor de Transportes na Hélio Prates como um todo.</p>	<p>- Iniciada a revisão do projeto pela execução dos SUPOP/SODF, devido as atuais diretrizes da Hélio Prates, em SEMOB, conforme ATA de reunião realizada em 21/11/2019 entre a SEMOB/SEDUH/SODF (Processo SEI nº 00110-00002071/2019-81), e solicitação de estudos do Comitê Intersetorial de Projetos.</p> <p>- O projeto está sendo revisado por etapas, e a primeira equivale a parte do Trecho 3 do projeto anterior, que vai do Sol Nascente a QNM1 e QNM2, trecho ajustado até o divisor de águas para compatibilizar a execução da obra com o projeto de drenagem. Os demais trechos serão desenvolvidos em sequência.</p>	<p>A Av. Hélio Prates teve seu projeto alterado resultando na divisão de projetos e obras em três etapas:</p> <p>Etapa I: Em licitação a execução dos serviços da Av. Hélio Prates, em Ceilândia, com a requalificação urbana, entre a Via N3 até a Via M1 (00110-00001782/2020-00002071/2019-81), e 7).</p> <p>Etapa II: Aprovação do Projeto de Sistema Viário - SIV, de requalificação da Av. Hélio Prates, Quadras QI 1 e QNG até a EPCT (Pistão Norte). Aprovação do SIV na SUPAR/Seduh e Detran. (00110-00002095/2020-74).</p> <p>Etapa III: Projeto de Requalificação da Via MN 1 - Av. Hélio Prates, da Via M1 as Quadras QNH e QI 10, em Ceilândia e Taguatinga. Projeto em desenvolvimento pela SODF.</p>	<p>Considerando a divisão da intervenção estabelecida em 3 Etapas, tem-se a seguinte situação:</p> <p>- Etapa 1: Obra contratada - Contrato nº 14/2021, no Valor R\$ 14.394.920,01</p> <p>- Etapa 2: Em fase de licitação - Concorrência nº 008/2021 - DECOMP/DA</p> <p>- Etapa 3: Projeto em desenvolvimento pela SODF</p>
-------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>AVENIDAS SAMDU E COMERCIAL NORTE E SUL</p>	<p>- Norte: Projeto desenvolvido pela Segeth; projetos complementares em finalização pela Sinesp. - Sul: Projeto pronto aguardando aprovação do projeto de Sistema Viário - SIV pela Central de Aprovação de Projetos - CAP/SEGETH para concluir os projetos executivos complementares já contratados.</p>	<p>- Norte: Novas ações serão tratadas em 2020. - Sul: Em ajustes finais de projeto elaborados por empresa contratada para cumprir as exigências da SUPAR/SEGETH.</p>	<p>Considerando que as etapas do Túnel de Taguatinga e Hélio Prates estão em execução ou licitação, o lançamento de licitação inviabilizaria o trânsito e a gestão da cidade tendo em vista que a Av. Comercial e Samdu fazem a conexão entre os trechos citados. Portanto, a etapa Samdu Comercial necessita a compatibilização com a etapa de obra do Corredor Eixo Oeste. Definiu-se a estratégia de revisão e adequação dos projetos existentes para lançamento dos projetos executivos e posterior execução da obra.</p>	<p>A partir da premissa de compatibilizar as etapas das obras do Corredor Eixo Oeste, manteve-se atuação na estratégia de revisão e adequação dos projetos existentes para o lançamento dos projetos executivos e posterior execução da obra.</p>
<p>TRANSVERSAIS SAMDU E COMERCIAL</p>	<p>- Por força de Decisões do TCDF (nº 4752/2017 e nº 4754/2017), ao longo do exercício de 2018, mantiveram-se suspensas as Concorrências nº 015/2017-ASCAL/PRES e nº 016/2017 - ASCAL/PRES, cujos objetos eram, respectivamente, a Execução de Passeios e Acessibilidade em áreas dos Setores QNE, QNB, CNB de Taguatinga; incluindo as Ruas do SESC e dos Bombeiros, consistindo de intervenção integrante do denominado Binário das Avenidas Comercial e Samdu de Taguatinga e a Execução de Passeios e Acessibilidade em áreas dos Setores QSB e CSB de Taguatinga; incluindo Trecho à Igreja Nossa Senhora de Fátima, consistindo de intervenção integrante do denominado Binário das Avenidas Comercial e Samdu de Taguatinga. - Em síntese, àquela Corte de Contas determinou à Novacap a adoção de medidas corretivas que visam ajustar Projetos. - Em 22/11/2018, foi publicado o Aviso de Revogação dos certames em questão.</p>	<p>- Novas ações serão tratadas em 2020.</p>	<p>- Novas ações serão tratadas em 2021, com a provável contratação de obras e projetos integrados, a fim de dar continuidade na adequação dos projetos com o atual estágio do Corredor Eixo-Oeste.</p>	<p>- Em procedimento Licitatório a Elaboração dos Projeto das Vias Transversais Samdu/Comercial Norte. Tomada de Preços nº 001/2021 - DECOMP/DA - Do tipo Técnica e Preço (00110-00003128/2020-01).</p>

<p>DRENAR TAGUATINGA</p>	<p>-Certame homologado em 19/11/2015 (Concorrência de Pré-Qualificação Internacional nº 002/2012 - ASCAL/PRES).</p> <p>- Obra é imprescindível para a implantação dos projetos de revitalização das Avenidas Comercial e Samdu.</p> <p>- O TCDF determinou que a contratação está condicionada à ulterior deliberação, conforme alínea a), do item IV, da Decisão nº 2821/2018 - TCDF, reiterada pela Decisão nº 4999/2018 - TCDF.</p> <p>A instrução dos questionamentos foi apresentada àquela Corte de Contas, tendo em vista a manifestação daquele Órgão por meio das Decisões acima mencionadas.</p> <p>- Em que pese o tempo transcorrido da homologação do certame, considera-se que o Lote 1 mantém-se com condições técnicas para eventual contratação, mas os Lotes 2 e 3, poderão requerer novos certames, devido a alterações na composição original das empresas consorciadas vencedoras, à época, da licitação.</p> <p>- Haverá a necessidade de intervenção complementar para o recapeamento de Vias onde serão implantadas as redes de drenagem, com recursos previstos para a implantação do Corredor Oeste</p>	<p>Por meio de decisão datada de 16/08/2019 (26603079), o Secretário de Estado de Obras decidiu pela não adjudicação dos objetos licitados referentes aos Lotes 02 e 03 aos Consórcios GW/CD/CONESA/POLLO e ÁGUAS DE TAGUATINGA, respectivamente, no âmbito da Concorrência Internacional nº 002/2012 - ASCAL/PRES/Novacap, em razão da inabilitação das empresas consorciadas.</p> <p>- Quanto ao Lote 01, os setores de Acompanhamento e Fiscalização e de Projetos Orçamento e Planejamento de Obras estão encarregados da análise acerca da atualidade, exequibilidade e vantagem do projeto em questão.</p> <p>- Em 13/08/2019 foi publicada a Decisão nº 2669/2019 do TCDF, em que se reitera e solicita o efetivo cumprimento da Decisão nº 2821/2018, requer esclarecimentos conclusivos sobre as considerações e recomendação da PGDF em pareceres que tratam da matéria; e que apresentassem as medidas a serem adotadas relativas a licitação da intervenção; dentre outras determinações.</p> <p>- Em 16/08/2019, o Secretário desta Pasta decidiu pela não adjudicação dos objetos licitados referentes aos Lotes 02 e 03, em razão da inabilitação das empresas consorciadas. Em nova decisão de 16/09/2019, o Secretário manteve a decisão anteriormente proferida por seus próprios termos e encaminhou os autos à Casa Civil do Distrito Federal para julgamento do mérito pela autoridade superior</p>	<p>Houve constituição de Comissão instituída pela Portaria Conjunta nº 03, de 17/02/20, para analisar a viabilidade técnica de se efetivar a contratação das obras do Lote 01 - Execução de Drenagem Pluvial das Sub-Bacias I a VII, Programa - Águas do DF, em Taguatinga, nas Quadras QNA, QNB, QNC, QND, QNF, SC, QSA e QSB concluiu em seu relatório final que o projeto de drenagem pluvial deverá ser revisto e justificado, de forma a evitar a ocorrência de aditamentos financeiros durante a execução das obras. Diante disso, aguarda-se a publicação da revogação da concorrência referente ao Lote 1, para que, também, em 2021 seja contratada a elaboração e readequação de projetos.</p>	<p>Publicada em 22/03/2021, a revogação da concorrência referente ao Lote 1.</p> <p>- Em procedimento licitatório a Elaboração e Readequação de Projeto Executivo de Infraestrutura Urbana - Drenar DF. Tomada de Preços nº 001/2021 - DECOMP/DA - Do tipo Técnica e Preço (0110-00003128/2020-01).</p>
--------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>responsável para apreciar os recursos administrativos interpostos pelos consórcios participantes. Os recursos ainda aguardam julgamento pela Casa Civil.</p> <p>- Embora a SODF já tenha oficiado o TCDF sobre a decisão de não adjudicação dos objetos licitados referentes aos Lotes 02 e 03 e a provável revogação também da licitação referente ao Lote 01, que ainda está em análise pela área técnica da SODF quanto a atualidade, exequibilidade e vantajosidade do projeto em questão.</p> <p>- Há necessidade de revisão dos projetos relativos ao Lote 01 e de elaboração de novos projetos para os Lotes 02 e 03.</p>		
--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

<p>TÚNEL TAGUATINGA (ATÉ O VIADUTO DA EPTG)</p>	<p>- O Contrato nº 004/2016 - SINESP continua com sua execução suspensa nos termos indicados nas Decisões nºs 2375/2016 e 6393/2016 que determinou sobrestamento dos autos até o deslinde dos Processos n.º 2016.01.1.058212-0 e n.º 0015660-96.2010.403.6100.</p> <p>- Há necessidade de se elaborar Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV.</p>	<p>- Considerando andamentos obtidos quanto às ações judiciais interpostas por licitantes que justificaram o sobrestamento da contratação determinado pelo TCDF, em 18/10/2019 esta Secretaria propôs ao TCDF análise relativa à solicitação de revogação da suspensão determinada desde 2016, no intuito de que a contratação celebrada no ano em referência pudesse ser retomada.</p> <p>- Em 12/12/2019 por meio do Ofício 8849/2019-GP/TCDF esta Secretaria foi informada pelo TCDF quanto a autorização concedida por aquela Corte para o prosseguimento da execução do contrato.</p> <p>- Desde então, esta Secretaria tem adotado providências para restabelecer a execução do contrato e atuado junto aos diversos órgãos do GDF, para que a retomada da intervenção ocorra no início de 2020, sendo constituídos demais processos para tratar assuntos relacionados ao empreendimento, tais como o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV e a contratação da prestação de serviços técnicos especializados de supervisão e acompanhamento das obras de implantação do Túnel.</p>	<p>A retomada da execução do Túnel de Taguatinga, Contrato nº 004/2016, ocorreu em 14/02/2020. O Projeto de Sistema Viário - SIV da Boulevard na Avenida Central de Taguatinga. Aguarda aprovação do SIV na SUPAR/Seduh que segue em análise pelo Órgão. Foram efetivadas as contratações referentes:</p> <p>- Serviços de Supervisão e Acompanhamento das Obras de Implantação do Túnel Rodoviário, Contrato nº 018/2020, em andamento normal.</p> <p>- Consultoria para a prestação de serviços técnicos especializados na elaboração do EIV para o Túnel Rodoviário e Boulevard. O Contrato nº 005/2020) encontra-se suspenso aguardando aprovação referente ao SIV - Boulevard do Túnel de Taguatinga.</p>	<p>- Obras de construção do Túnel de Taguatinga, durante 2021, em andamento normal - Contrato nº 04/2016.</p> <p>- Serviços de Supervisão e Acompanhamento das Obras de Implantação do Túnel Rodoviário, em andamento normal - Contrato nº 018/2020.</p> <p>- EIV para o Túnel Rodoviário e Boulevard, em análise e aprovação na SEDUH/CPA-EIV - Contrato nº 005/2020.</p>
-------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>VIADUTO EPTG/EPCT</p>	<p>Obra encontra-se paralisada, devido à impossibilidade da execução da obra com relação ao previsto no projeto.</p>	<p>-Após a readequação do projeto executivo estrutural foram realizados os devidos ajustes no contrato que resultou na celebração do Quarto Termo Aditivo de Prazo e de Valor que permitiu a retomada da obra.</p> <p>- Estas obras encontravam-se com contrato suspenso, com apenas 5% de execução do objeto contratual, devido à deficiência de projetos, deu-se pleno andamento com estabelecimento de cronograma de entrega, tendo alcançado 97% de execução ao final de 2019.</p>	<p>Intervenção concluída no 1º Bimestre de 2020.</p>	<p>-</p>
------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------	----------

<p>EPIG – VIADUTO PARQUE DA CIDADE</p>	<p>- Diante da aprovação do Ministério das Cidades quanto aos recursos necessários, houve autorização por parte da CAIXA para a licitação;</p> <p>- Em 20/10/2018, o processo foi encaminhado à Novacap para licitação da obra.</p> <p>- Em 03/12/2018, a Diretoria de Urbanização daquela Companhia, informou a esta Pasta da necessidade de atualização das Estimativas de Custos previstas para esta obra, devido à alteração da data base das tabelas de preços utilizadas por aquele Setor.</p> <p>- Em sequência, o Setor técnico desta Secretaria responsável pela análise da repercussão desta alteração no custo a ser considerado para o certame, SUPOP/SINESP, identificou que além das atualizações da data base, houve alterações de composições e itens estimados.</p> <p>- Dadas as alterações constatadas, são necessárias instruções e justificativas para reavaliação por parte do Agente Financiador, CAIXA, e concessão de nova autorização para lançamento de certame.</p> <p>- Há necessidade de se contratar em outro processo:</p> <p>1) A recuperação/ampliação da lagoa de retenção de águas pluviais existente no Parque da Cidade, próxima à Quadra 913 Sul 4; e</p> <p>2) A execução de calçadas sob o Viaduto (exigência do Iphan) que se encontra em fase de elaboração de estimativa de custo pela Novacap.</p>	<p>- Após a revisão dos projetos e da estimativa de custos, em 08/08/2019 a CAIXA informou esta Secretaria quanto à obtenção da denominada homologação da Síntese do Projeto Aprovado - SPA, o que permitia o início de procedimento licitatório, sendo o Edital da Concorrência publicado no DODF nº 171 de 09/09/2019, página 37 e no DOU nº 188, página 171, de 27/09/2019.</p> <p>- Imediatamente à publicação do Aviso de Licitação, o TCDF iniciou diligências pertinentes a sua atuação, tendo proferido em 03/10/2019 a Decisão nº 3386/2019, (DODF de 15/10/2019), que determinou a suspensão da Concorrência nº 001/2019 - ASCAL/PRES, relativa à intervenção em questão. Por conseguinte, em 10/10/2019 foi publicada a suspensão do certame no DOU nº 197 de 10/10/2019, Seção 3, página 176. Em 08/09/2019 esta Secretaria apresentou ao TCDF o Parecer Técnico SEI-GDF nº 1/2019 - SODF/SUPOP de 08/11/2019, acompanhado de Carta Resposta, de 22/10/2019, emitida pela empresa responsável pela elaboração dos projetos, visando prestar esclarecimentos relativos aos questionamentos exarados pelo TCDF. Em 28/11/2019 o TCDF proferiu a Decisão nº 4151/2019 (DODF de 06/12/2019), que autoriza a continuidade da Concorrência nº 001/2019-ASCAL/PRES. Não obstante a autorização concedida por parte do TCDF para retomada do certame, ainda em 2019, há necessidade de submeter novamente os dados técnicos da intervenção à CAIXA,</p>	<p>- Em 26/06/2020 foi publicada a revogação da concorrência para a contratação do viaduto da EPIG (interseção com a via de acesso ao Parque da Cidade e o Setor Sudoeste) e alças de acesso e infraestrutura urbana no âmbito do corredor de transporte público (00110-00002310/2019-01) e a Decisão nº 4764/2020, na Sessão Ordinária nº 5233, realizada em 04/11/2020, quando apreciou o Processo nº 21286/2019-e e promoveu a continuidade da Concorrência nº 11/20-ASCAL/PRES e desta feita segue licitação encaminhada a Novacap em 26/11/2020. - Edital republicado após análise do TCDF - Supervisão e apoio técnico nas obras de implantação do Viaduto da EPIG (interseção com a via de acesso ao Parque da Cidade e o Setor Sudoeste) e alças de acesso e infraestrutura urbana, no âmbito do Corredor de Transporte Público - EIXO OESTE. Para se contratar os serviços licitados torna-se necessária a conclusão do certame relativo ao objeto a ser supervisionado.</p>	<p>Após destraves junto ao TCDF, as obras de construção do Viaduto da EPIG (interseção com a via de acesso ao Parque da Cidade e o Setor Sudoeste e alças de acesso e, infraestrutura urbana) foram licitadas e contratadas em 2021, Contrato nº 020/2021.</p> <p>- Observa-se que para o início efetivo das obras foram necessárias ações de esclarecimento junto à população e à Casa Civil/DF, no sentido de apresentar os documentos prévios de aprovação da intervenção (00001-00028577/2021-91).</p> <p>- Serviços de Supervisão e Acompanhamento das Obras de Construção do Viaduto da EPIG, Contrato nº 018/2021, em andamento normal.</p>
----------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		pois houve alteração no caderno de orçamento, em função da inclusão de serviços e de alterações no projeto de drenagem. Até o encerramento do exercício de 2019, a documentação encontrava-se em consolidação para envio formal à CAIXA, prevista para o início de 2020.		
EPIG – TRECHO SIG	Há necessidade: - Contratação de ajuste do projeto face à alteração do eixo da via para desviar da adutora e inclusão de ciclovias/calçadas complementares; e de - Atualização do orçamento, incluindo os recursos necessários para a implantação de drenagem complementar (Parque da Cidade).	- Priorizou-se a elaboração de elementos técnicos necessários para a licitação do Viaduto Parque da Cidade. Novas ações referentes à EPIG - Trecho SIG serão tratadas em 2020.	- Houve a realização de certame visando contratação da Ampliação e readequação do reservatório do Parque Sarah Kubitschek, no Plano Piloto (00110-00002212/2018-85), e encerrou o ano em fase de contratação, tendo em vista a homologação do certame em 23/12/20. - As intervenções remanescentes estão previstas para contratação integrada RDCI - Regime diferenciado de Contratação Integrado (obras e projetos).	- Projeto e Obra em fase de licitação. RDCI nº 001/2021 – DECOMP/DA Objeto: Elaboração de Estudos Técnicos, Elaboração de Projetos Básicos e Executivos, Execução das Obras de readequação e Manual de Operação, Uso e Manutenção da rodovia DF-011, denominada Estrada Parque Indústrias Gráficas - EPIG, incluindo implantação de faixa exclusiva para ônibus no sistema BRT (Bus Rapid Transit), viadutos, estações BRT, passagens para pedestres, infraestrutura e demais serviços e operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, 00110-00002590/2020-83.

<p>EPIG - TRECHOS RESTANTES</p>	<p>EPIG - TRECHO 3.1: Setor Sudoeste - trecho entre o Viaduto da Saída do Parque da Cidade e o SIG. Há necessidade de se contratar ajuste do projeto face à nova norma de cargas, inclusão de ciclovias e calçadas complementares; falta definição do Iphan quanto à travessia de pedestres. EPIG - TRECHO 1: Trecho entre o Viaduto da Saída do Parque da Cidade e a EPIA. Há necessidade de se contratar ajuste do projeto face à nova norma de cargas, inclusão de ciclovias e calçadas complementares; definição do Iphan quanto à travessia de pedestres.</p>	<p>- Priorizou-se a elaboração de elementos técnicos necessários para a licitação do Viaduto Parque da Cidade. Novas ações referentes à EPIG - trechos restantes serão tratadas em 2020.</p>	<p>Verificou-se que a melhor estratégia para continuidade dos trechos restantes será a contratação mediante o RDCI (00110-00002590/2020-83), a seguir especificado: - Contratação de empresa para desenvolvimento de projetos e execução de obras de readequação da rodovia DF-011 denominada Estrada Parque Indústrias Gráficas - EPIG, no âmbito do Corredor de Transporte Público - Eixo Oeste - DF, encaminhado à Novacap no dia 01/12/20 para início dos procedimentos licitatórios.</p>	<p>- Projeto e Obra em fase de licitação. Intervenção incluída no certame RDCI nº 001/2021 - DECOMP/DA, conforme descrição contida no item acima.</p>
---------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>ESPM – ENTRE A EPIG E O VIADUTO DA W3</p>	<p>- Projeto desenvolvido por meio do Contrato nº 17/2014 - Sinesp, aguardando aprovação do projeto final pela Central de Aprovação de Projetos - CAP/SEGETH, para posterior aprovação do orçamento pela SUPOP/SINESP. - Há necessidade de rever a solução adotada para a captação das águas pluviais de todo o Setor Policial culminando com a implantação de Bacia de Drenagem na Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE do Riacho Fundo. ESPM – ENCAIXE COM A EPIG: 1) Os viadutos na intercessão da ESPM com a EPIG, deverão ser revisados face à nova norma de cargas. 2) Estudar solução para a travessia de pedestres considerando que os ônibus irão circular no canteiro central (Passarela aérea existente não atende ao novo sistema).</p>	<p>- Cumprimento de exigências para aprovação do projeto do Sistema Viário - SIV na Seduh (aprovação do SIV em fase final). Projeto de sinalização aprovado pela Seduh/CAP/ULIC/CIARQ - aguardando a ratificação da aprovação pelo DETRAN/GEREN/NUPRO. Foi constatado que o projeto de drenagem estava em desacordo com as recomendações da Novacap o que demanda o ajuste do Projeto pela empresa contratada. Necessidade de revisão do orçamento após a finalização e aprovação dos projetos. Bacia de Drenagem na ARIE do Riacho Fundo em revisão na Novacap. ESPM – ENCAIXE COM A EPIG: 1) Continua a necessidade de revisão dos projetos dos viadutos. 2) Continua a necessidade de solução para travessia de pedestre.</p>	<p>- Em setembro/2020 foi consolidada documentação técnica necessária para autorização do certame. -Encontra-se em licitação mediante a Concorrência nº 016/2020 DECOMP/DA, a Intervenção relativa à reformulação do Sistema Viário na ESPM, no Trecho entre a interseção com a EPIG e o Viaduto da W3 Sul, para implantação de Corredor exclusivo de Transporte Coletivo, contemplando adequações na via existente, pavimentação, drenagem, sinalização, paisagismo, calçadas, ciclovias e execução de bacia de detenção. (00110-00002168/2020-28). - Em licitação a contratação dos Serviços de Supervisão das Obras Tomada de Preços nº 007/2020 DECOMP/DA. (00110-00002198/2020-34).</p>	<p>- Intervenção iniciada em outubro de 2021, Contrato nº 022/2021, Valor de R\$ 47.972.546,24. - Serviços de Supervisão, em andamento normal, Contrato nº 025/2021, Valor de R\$ 2.374.449,91.</p>
<p>ESPM - VIADUTO W3</p>	<p>Obra objeto do contrato 034/2013, concluída em 2014.</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>-</p>

<p>ESPM – ENTRE O VIADUTO W3 e o Terminal da Asa Sul – TAS - T15</p>	<p>- Em setembro/2018 foi lançado o Edital de Concorrência Pública 006/2018 – ASCAL/PRES, no valor de R\$ 8.132.559,49 (processo físico nº 110.000.084/2017).</p> <p>- Houve decisão do Tribunal determinando a suspensão cautelar do certame em questão, conforme Decisão nº 5035/2018. A instrução aos questionamentos do TCDF está sendo tratada por meio do processo SEI-GDF nº 00112-00030753/2018-47.</p>	<p>Em janeiro de 2019 a Novacap consolidou a instrução de esclarecimentos ao TCDF, sendo obtida em maio de 2019 a autorização para continuidade do certame após a adoção das medidas corretivas informadas pela Novacap e pela SODF, conforme a Decisão nº 1802/2019.</p> <p>Em novembro de 2019 esta Secretaria apresentou à Novacap os orçamentos e projetos revisados, de forma a possibilitar a preparação dos elementos técnicos necessários à retomada do certame, prevista para o início de 2020.</p>	<p>- Certame foi concluído em abril/2020 (39085981) e a Intervenção iniciada em maio/2020, encerra o exercício com o contrato suspenso devido à necessidade de aditivo financeiro em função de ajustes nos projetos ocorridos com a mudança nas Normas Técnicas (0110-000084/2017).</p>	<p>- As obras suspensas em 2020 foram retomadas em 25/05/2021, após a celebração de aditivo financeiro, ocasionado pelos ajustes dos projetos. Ressalta-se que durante o período de suspensão do contrato, os serviços de escavação, carga e transporte de material escavado foram executados por equipes e máquinas da Novacap - Contrato nº 009/2020, Valor R\$ 7.667.020,57.</p>
----------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Ação/Subtítulo 3361.4356 - Construção de Pontes – Distrito Federal – Os recursos consignados foram insuficientes para o planejamento da intervenção. Há que se ressaltar, no entanto, a ocorrência de construção de pontes em Vicente Pires, custeada pela Ação/Subtítulo pertinente ao empreendimento, em execução naquela localidade.

Ação/Subtítulo 4026.0001 – Avaliação e Monitoramento de Obras de Artes Especiais - Pontes, Passarelas e Viadutos - Em 2021 foram empreendidas ações junto ao Comitê Gestor de Manutenção do Patrimônio do DF (CGMP), onde esta Secretaria se posicionou quanto à necessidade de execução das seguintes ações:

- Contratação de empresas especializadas para a execução de inspeções cadastrais, rotineiras e especiais para as OAEs, em conformidade com a norma brasileira ABNT NBR 9452:2016 - Inspeção de Pontes e Viadutos;
- Contratação de curso para a certificação de profissionais como Inspetor I;
- Contratação da UnB/Finattec para o desenvolvimento de ferramenta de diagnóstico de patologias em vistorias de obras especiais pela FAPDF (solicitado em 2020 e, ainda, permanece em análise);
- Implantação de estrutura orgânica em órgão do GDF com atuação específica na Inspeção de Pontes e Viadutos; e
- Contratação de Engenheiros Civis e Técnicos de Edificações para o Quadro Permanente de Servidores, com capacidade técnica para planejar e gerir as ações de monitoramento, de recuperação e de reforço estrutural, necessários às OAEs do DF.

Ressalta-se que a demanda de Curso de Formação em Vistoria de Obras de Arte Especiais – OAEs (NBR 16230/13), continua em análise na SEEC. E, se encontra na Novacap para procedimentos licitatórios a contratação de empresas especializadas para a execução de inspeções cadastrais, rotineiras e especiais para as OAEs.

Ante o exposto, esta SODF, mediante Portaria Conjunta nº 10/2021, de 24/08/2021, descentralizou R\$ 630.000,00 para a Novacap, visando à contratação de empresas especializadas na execução de Inspeções Cadastrais, Rotineiras e Especiais de Obras de Arte Especiais - OAEs em conformidade com a norma técnica, ABNT NBR 9452:2016 - Inspeção de Pontes e Viadutos. No entanto, ao final de 2021 àquela Companhia requereu o estorno dos créditos orçamentários descentralizados, pois estes não puderam ser empenhados. Em 2022, há previsão de celebração de nova portaria conjunta com a Novacap para a continuidade do procedimento licitatório para a efetiva contratação das empresas especializadas, a serem credenciadas (00110-00003639/2019-81).

6219 - CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5968 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL	14770177,0	14603927,0	0	0
0007 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL- MUSEU DA BÍBLIA-DISTRITO FEDERAL	14770177,0	14603927,0	0	0
1606 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	10999,0	231418,00	222416,97	222416,97
0009 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA-PRAÇA DA JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	10999,0	231418,00	222416,97	222416,97
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	14781176,00	14835345,00	222416,97	222416,97

Os empreendimentos vinculados ao Programa Temático 6219 constam das seguintes Ações:

Ação/Subtítulo 1606.0009 – Construção de Praça de Esporte e Cultura - Implantação da Praça da Juventude do Itapoã - Contrato nº 006/2019 - Efetuar pagamento de devolução de recursos do Contrato de Repasse nº 765.046/2011 ao órgão financiador Caixa. Intervenção concluída em 02/09/2020.

Ação/Subtítulo 5968.0007 - Construção de Museu da Bíblia – Contrato de Repasse nº 903.915/2020. Em 2021 foi realizado Concurso Público Nacional para Estudo Preliminar de Arquitetura para Equipamento Público Comunitário de Caráter Cultural - Museu Nacional da Bíblia, finalizado pela Secretaria de Cultura - SECEC, e o resultado final restou como fracassado (00150-00005824/2020-03). Aguarda-se, para 2022, a realização pela SECEC/DF, de novo concurso para que esta SODF possa encaminhar a documentação técnica pendente à Caixa.

Manejo de Resíduos da Construção Civil (RCC)

O Decreto nº 39.968, de 19/07/2019, estabelece a cobrança de preço público pela URE/SLU, para manejo de resíduos da construção civil, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021: "Art. 2º Os órgãos deverão garantir que as obras em andamento ou com início planejado a partir de 01/01/2021, tenham previsão contratual e orçamentária para destinação final de resíduos de construção civil."

Com o objetivo de dar efetivo cumprimento ao disposto no Artigo 2º, bem como, em virtude das ocorrências verificadas na execução de determinadas obras, alcançadas pela cobrança da Taxa de Resíduos da Construção Civil - RCC, depositados em Unidade de Recolhimento de Entulhos - URE, sob a administração do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU/DF, credor da taxa em questão, procedeu-se ao aporte orçamentário adequado para sanar as pendências financeiras verificadas ao longo do exercício de 2021. Segue abaixo, relação de obras que apresentaram a incidência de tal cobrança (00110-00003297/2021-14):

Programa de Trabalho/Objeto	Valor (R\$)
15.451.6209.1110.0147 - Execução de Obras de Urbanização - Distrito Federal. Requalificação do Setor de Rádio e Televisão Sul, Contrato nº 012/2020. Execução de obras de drenagem e pavimentação para o trecho denominado "Rota de Segurança", Contrato nº 011/2019.	41.081,17
15.451.6209.3023.0077 - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas no Setor Habitacional Vicente Pires. Execução de infraestrutura no Setor Habitacional Vicente Pires - DF, Contratos nºs: 006/2016, 008/2016, 019/2016, 021/2016 e 019/2021.	317.808,11
15.451.6209.3089.0002 - Requalificação e Reabilitação de Espaços Urbanos - Avenida W3 Sul - Plano Piloto. Revitalização das Quadras 502 a 506 e 513 a 516 da W3 Sul, Contratos nºs: 022/2020, 004/2021, 005/2021 e 011/2021.	94.139,19
15.782.6216.3054.0002 - Construção de Túnel Rodoviário na Av. Central de Taguatinga. Construção do Túnel de Taguatinga, Contrato nº 004/2016.	4.594,51
15.812.6206.3048.0012 - Reforma de Espaços Esportivos - Distrito Federal. Reforma de Espaços Poliesportivos no Parque da Cidade de Brasília Sarah Kubitschek, Contrato nº 020/2020.	1.885,63

Programa de Trabalho/Objeto	Valor (R\$)
Valores Totais Atestados em 2021	459.508,61

8209 - INFRAESTRUTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	19781815,0	20241815,00	20078199,52	20051243,68
0092 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	19781815,0	20241815,00	20078199,52	20051243,68
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	2517400,0	808400,00	715856,02	712856,02
7003 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	2517400,0	808400,00	715856,02	712856,02
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1103723,0	1183723,00	728423,73	511469,73
0091 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	1103723,0	1183723,00	728423,73	511469,73
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	500000,0	0,0	0	0
0033 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2550000,0	93584,00	93582,08	86454,09
2570 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	2550000,0	93584,00	93582,08	86454,09
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10000,0	30000,0	23888,0	23888,0
0066 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	10000,0	30000,0	23888,0	23888,0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	300000,0	0,0	0	0
0016 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--GUARÁ	300000,0	0,0	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	10000,0	0,0	0	0
6962 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	50000,0	0,00	0	0
5292 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,00	0	0
TOTAL - 8209 - INFRAESTRUTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO	26822938,00	22357522,00	21639949,35	21385911,52

Ação/Subtítulo 1471.0033 - Não houve execução orçamentária, pois se priorizou ações que não gerassem custos, tais como, a estrutura fornecida pela Nuvem de Serviços da

SUTIC/SEEC para hospedagem de sistemas, e a utilização de softwares livres. Foi realizada, parceria entre a SODF e a SDE/DF, e no final do ano de 2020, a SDE/DF aderiu à Ata de Registro de Preços (ARP 217/20 e 218/20), para aquisição dos seguintes equipamentos: 05 Switches, 01 Servidor Datacenter, 40 computadores do tipo Workstation, que foram transferidos para a SODF, por meio do Termo de Movimentação de Bens Móveis – TMBP nº 0089/21 - SDE/SUAG/DILOG/GESEG/NUPAT, com o objetivo de auxiliar a SODF, com relação ao que institui o Decreto nº 9.377, de 17/05/18, sobre a Estratégia Nacional para a Disseminação do Building Information Modeling (BIM), ou Estratégia BIM-BR.

Ação/Subtítulo 1984.6962 - Construção de Prédios e Próprios - Não houve realização financeira no exercício.

Ação/Subtítulo 2396.5292 - A conservação das estruturas físicas das edificações ocupadas, por esta Secretaria (Edifício Sede e Anexo), compreendeu a realização de serviços nas áreas de elétrica, hidráulica, marcenaria, serralheria, entre outros, sem custos diretos para a SODF, uma vez que estes foram executados pela própria equipe de manutenção predial, em conjunto com a equipe de profissionais disponibilizados pela Novacap.

Ação/Subtítulo 2557.2570 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação. Nesta ação foram adquiridos cartuchos de tintas para impressoras HP Designjet HD Pro MFP, a execução dos serviços de Outsourcing de impressão, referente ao Contrato nº 003/2018, e aquisições de licença de uso do software de orçamento de obras, licença de uso de controle de dados biométrico (ponto eletrônico) e a licença de uso do banco de dados online "FGVDADOS", com finalidade de atender as necessidades desta Secretaria.

Deu-se continuidade à realização de reuniões do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI, tendo em vista a contínua verificação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI/SODF, que tem vigência com encerramento em 2021.

No papel de Integrante Técnico do Contrato de Modernização Tecnológica e solução de ferramenta Building Information Modeling – BIM a Unidade de Ativos Tecnológicos – UNATEC, em 2021, atuou na fiscalização técnica contratual, realizando atividades para a instalação e implantação dos equipamentos e softwares para viabilizar a inserção da metodologia BIM.

Assim, como em anos anteriores, realizou-se atividades de Gestão do Contrato de Outsourcing de Impressão, executando verificações e controles dos indicadores e atividades no exercício. Realizou-se, também, o acompanhamento das batalhas definidas no Planejamento Estratégico Institucional – PEI, da SODF para o atendimento dos indicadores definidos para a UNATEC, sendo atingidos os seguintes objetivos:

- Atendimento de cinco necessidades presentes no Plano Diretor de Tecnologia de Informação – PDTI;
- Monitorar até o final de 2021, 75% do catálogo de Serviços;
- Atingir 100% no Índice de Transparência Ativa – ITA, anualmente.
- Os Sistemas geridos e criados, por esta Secretaria, passam por melhorias contínuas, como por exemplo, o InfObras que teve diversas alterações implantadas nos módulos do Sistema (manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva), além do desenvolvimento de novas funcionalidades.
- O Sistema de Controle de Processos Físicos – SCPF, plataforma digital criada para atender demandas e requisitos, referentes às dificuldades operacionais do setor de arquivamento de processos físicos teve os seguintes desenvolvimentos:
 - Aplicação Web disponível apenas na rede da Secretaria;
 - Cadastro, edição e pesquisa de processos e suas informações de identificação;
 - Cadastro, edição e pesquisa de caixas;
 - Cadastro, edição e pesquisa de setores para vínculo com processos;
 - Cadastro, edição e pesquisa de assuntos de obras para vínculo com processos;
 - Função de arquivamento e desarquivamento de processos para identificação rápida da localização; e
 - Busca dinâmica dos processos a partir de parâmetros modulares.

O Sistema de Doação de Solos de Escavação – SDSE foi desenvolvido para oferecer nova destinação para um componente específico dos resíduos da construção civil, chamado solo puro. Durante a fase de projetos e orçamento, técnicos especializados identificam a volumetria do solo puro que será disponibilizado quando da execução de determinada obra,

assim que o serviço de escavação for iniciado, o Sistema SDSE disponibiliza a volumetria e os interessados se manifestam quanto à quantidade desejada.

O Sistema do Plano Distrital de Saneamento Básico – PDSB, demanda da área ambiental desta SODF, por meio da Comissão Técnica composta pela SODF, Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF – Adasa, SLU, Novacap e Caesb. Foram realizados trabalhos, no sentido de se desenvolver o sistema, mas alguns entraves ocorreram e, assim os estudos para a continuidade destes trabalhos encontram-se em elaboração pela área pertinente (00110-00000378/2021-62).

Realizou-se o necessário e contínuo monitoramento da rede de dados e serviços para garantir a disponibilidade de serviços de tecnologia. E, atualizou-se o Parque Computacional, com a realização dos seguintes procedimentos:

- Instalação e configuração de 05 novos Switches na infraestrutura de dados da SODF;
- Instalação de 01 Servidor no Datacenter da SODF para modernização do parque de Servidores;
- Implantação de Servidor de licenciamento para a solução AUTODESK, permitindo que as estações de trabalho acessem a ferramenta que irá auxiliar as atividades referentes ao Building Information Modeling - BIM;
- Instalação de 40 novos computadores do tipo Workstation, para a realização das atividades que necessitam de alto poder de processamento provenientes da utilização das ferramentas da AUTODESK;
- Realização de configurações para melhoria de desempenho do Servidor de Arquivos da SODF, para viabilizar a utilização juntamente com a solução AUTODESK.

Ação/Subtítulo 4088.0066 – Capacitação de Servidores – Em 2021, foi elaborada, por meio da SUAG/SODF, o Plano de Capacitação e de Desenvolvimento dos Servidores, desta Secretaria, que consolidou, através de pesquisa por meio de Formulários encaminhados aos servidores, a necessidade individual de cada profissional, objetivando o treinamento e o aperfeiçoamento do servidor público, a fim de buscar soluções para identificar e superar deficiências e aprimorar conhecimentos que impactam, diretamente, na qualidade da prestação dos serviços públicos. Desta forma, foi solicitado à Escola de Governo do Distrito Federal – EGOV, atender as demandas dos cursos levantados, na citada pesquisa, conforme Relação contendo as necessidades levantadas.

Ressalta-se que neste ano, com os cuidados com relação à pandemia de Covid-19, continuou-se a priorizar a capacitação realizada à distância, organizadas pelos diversos órgãos do GDF e da União, quais sejam: cursos, congressos, seminários, workshops e eventos afins, ministrados pela Escola de Governo - EGOV/DF, Escola Nacional de Administração Pública – Enap, outros órgãos do GDF e da União. Salienta-se, a participação voluntária de servidores em cursos de instituições de ensino diversas e de outros Órgãos, tais como: Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - CREA-DF, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e o Ministério da Economia - ME.

Cabe, ainda destacar a participação de servidores nos cursos e seminários ("Elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Projeto Básico para Serviços e Obras de Engenharia, segundo a Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, incluindo o uso de BIM" e "Planejamento e Orçamento de Obras Públicas, segundo a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.").

Foram realizadas 141 inscrições em cursos de capacitação, sendo 44 na EGOV/DF, 01 na Enap e 96 nas demais instituições. Os eventos realizados abordaram temas diversos de interesse da Administração Pública, com destaque para os relacionados abaixo:

INSTITUIÇÃO	CURSO	PARTICIPANTES
EGOV - Escola de Governo	Produtividade e Melhoria do Clima Organizacional	1
	Norma Regulamentadora (NR32)	1
	Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	5
	Atendimento ao Público	3
	Desenvolvimento de Competências Gerenciais	3
	Ética, uma questão de escolha	1
	Gestão de Qualidade	2
	Gestão de Processos	4

INSTITUIÇÃO	CURSO	PARTICIPANTES
	Transparência, Ética e Controle Social	1
	Gestão e Fiscalização de Contratos	6
	Assédio na Administração Pública - Controle e Prevenção	1
	Sistema Eletrônico de Informações (SEI) - Módulo Usar	6
	Noções de Administração Pública	1
	Instrução Processual de Aposentadorias e Pensões baseada no novo manual do IPREV/DF	1
	Introdução à Libras	1
	Redação Oficial	3
	Tratamento de Acervos Arquivísticos	1
	Aposentadorias e Pensões - LC 769/2008 e Compensação Previdenciária	1
	Gestão e Fiscalização de Contratos	1
	Processo Administrativo Disciplinar - PAD	1
Enap – Escola Nacional de Administração Pública	Noções Introdutórias de Licitação e Contratos Administrativos	1
Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia e a Enap	Seminário Internacional de Proteção de Dados	1
Corregedoria do Ministério da Economia	I Seminário de Direito Administrativo Disciplinar do Ministério da Economia - Direito Administrativo Disciplinar - Perspectivas Contemporâneas	2
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, por meio do Centro de Altos Estudos - CEAE	Encontro da Consultoria Administrativa da PGFN 2021	1
Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF	Workshop sobre Processo Administrativo de Responsabilização – PAR	3
	III Encontro de Corregedorias da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF	3
	II Webinar do Sistema Correccional Integrado - SCI: A Otimização na Gestão de Processos	3
Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF	XXVI SEMAT - Seminário de Atualização de Normas e Procedimentos de Controle Externo	2
CREA-DF – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal	Seminário sobre a nova Lei de Licitações: Avanços e conflitos com a Lei 5.164/66	2
Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda	Elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Projeto Básico para Serviços e Obras de Engenharia, segundo a Nova Lei de Licitações 14.133/2021, incluindo o uso de BIM	7
	Planejamento e Orçamento de Obras Públicas, segundo a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos	6
Grupo Negócios Públicos	15º Pregão Week – Semana Nacional de Estudos Avançados Sobre Pregão	3
Instituto educacional - AUTODESK Authorized Training Center	Webnário de Capacitação e Execução de Recursos Operacionais de Crédito e de Transferências Voluntárias do Distrito Federal	1
	Intra Works - Básico 1	24
	Civil 3D Básico	24
	Revit Básico 1	12
Instituto Educacional - IBRASFOR Instituto Brasil de Formação	Gestão Participativa	1
Curso - Connect On Cursos e Eventos	Reequilíbrio Econômico - Financeiro dos Contratos Administrativos - Revisão, Reajuste e Repactuação, Fundamentos jurídicos e processamento de acordo com a legislação vigente (Lei 8.666/93 e Lei 13.303/2016) e a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei 14.133/2021	1
Total de Inscrições		141

Ação/Subtítulo 8502.0092 - Administração de Pessoal. As despesas realizadas nesta ação, referem-se à folha de pagamento de pessoal que abrange os vencimentos, as contribuições previdenciárias e as substituições.

Ação/Subtítulo 8504.7003 - Concessão de Benefícios a Servidores. Efetuaram-se pagamentos relativos a auxílios: creche, natalidade, alimentação e transporte.

Ação/Subtítulo 8517.0091 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais. Deu-se continuidade às despesas de natureza continuada, com a manutenção de contratos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos administrativos da Pasta, e, com a celebração de novas contratações:

- Aquisição de material de sinalização visual e afins (placas de obras e de inauguração);
- Aquisição de carimbos de madeira e automáticos (sob demanda);
- Aquisição de licença anual de software de controle de ponto eletrônico, com suporte técnico presencial, compatível com o Registrador Eletrônico de Ponto (REP);
- Aquisição de materiais de proteção individual, devido a Covid-19;
- Aquisição de crachá funcional;
- Contratação de empresa especializada no licenciamento de uso do Banco de Dados online denominado "FGVDADOS";
- Disponibilização de Software de Orçamentação de Obras, contemplando Infraestrutura e Edificações, consoante especifica o Estudo Técnico Preliminar (ETP) da Contratação;
- Serviços de telefonia fixa para PABX, na modalidade local;
- Serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionado;
- Serviços de fornecimento e entrega da revista Conjuntura Econômica;
- Serviços postais e telemáticos;
- Serviços de reprografia, plotagens, cópias de projetos colorido e preto/branco e encadernações;
- Serviços de controle de praga;
- Serviço de agenciamento de viagens e aquisição de passagens aéreas nacionais;

Retorno ao Trabalho Presencial

Em 2021, apesar de estabelecido o retorno ao trabalho presencial, foram mantidas as medidas de prevenção à disseminação e ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19), conforme as recomendações impostas pelos Decretos distritais, desta forma, continuaram sendo implementadas as providências já iniciadas em 2020, quanto à: aferição da temperatura na entrada da Secretaria (prédio Sede e Anexo), organização dos espaços disponíveis no auditório e sala de reunião para garantir a distância mínima recomendada; disponibilização de álcool líquido e em gel a 70% para todos os setores; distribuição de máscaras de tecido a todos os servidores; afixação de cartazes sobre o uso obrigatório de máscaras e a aquisição de equipamentos de segurança individual para a realização, semanal, de ação sanitizante a base de amônia em toda a estrutura física da SODF, dentre outras ações. Destaca-se que, o registro destas contratações, e de outras que tenham como objetivo o combate à Covid-19, estão sendo lançadas no Sistema SistCovid, de acordo com as orientações e prazos estipulados na Circular nº 10/2021 - CGDF/SUBTC.

O Secretário de Obras por meio da Portaria nº 109, de 30/07/2021, regulamentou o retorno ao trabalho presencial e estabeleceu o teletrabalho, em caráter excepcional e provisório, como medida de segurança, necessária para dar continuidade aos serviços, conforme dispôs o Decreto nº 41.841, de 26/02/21.

Gestão da Frota

Houve ampliação da frota de veículos oficiais, desta Secretaria, para um total de seis veículos oficiais, sendo 2 de médio porte e 4 de pequeno porte, destinados a atender, com prioridade, as ações voltadas à fiscalização e vistorias de obras, que resultaram no quantitativo de 648 solicitações, atendidas pela frota própria e 173, por meio do aplicativo "TáxiGov", sendo 100% atendida a necessidade de deslocamento dos servidores no exercício de suas atribuições.

8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	500000,00	0,00	0,00	0,00
9875 - Construção do Museu da Educação	500000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	500000,00	0,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo 1984.9875 - Construção de Prédios e Próprios - Construção do Museu da Educação - Recursos oriundos de Emenda Parlamentar Distrital, cujos créditos orçamentários foram cancelados por iniciativa do Parlamentar (Lei nº 6.862, de 09/06/2021).

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

3.1 Projetos e Planejamento de Obras

3.1.1 Projetos que resultaram em Processo de Licitação

Em 2021 foram formalizadas análises, compatibilizações e elaborações/revisão de projetos que resultaram em 16 processos de licitação, quais sejam:

1. Estrada Parque Indústrias Gráficas - EPIG - Obras de readequação e Manual de Operação, Uso e Manutenção da rodovia DF-011, incluindo implantação de faixa exclusiva para ônibus no sistema BRT (Bus Rapid Transit), viadutos, estações BRT, passagens para pedestres - RDCI nº 001/2021 - DECOMP/DA, do tipo maior desconto;
2. Requalificação urbana no SOF SUL, no Guará (RA-X) - Concorrência nº 010/2021 - DECOMP/DA;
3. Elaboração e Readequação de Projeto Executivo - Drenar Taguatinga - DF - Tomada de Preços nº 001/2021 - DECOMP/DA;
4. Requalificação da Av. Hélio Prates, Taguatinga-DF, entre a QNG/QI 1 e a EPCT (DF-001) - Pistão Norte - Etapa 2, - Concorrência nº 08/2021 - DECOMP/DA;
5. Revitalização da Av. Paranoá com cerca de 2,7 km de extensão e largura média de 40 m - Concorrência nº 005/2021 - DECOMP/DA;
6. Implantação de Praça na QD 113, no Recanto das Emas, RA XV - Pregão Eletrônico nº 030/2021 - DECOMP/DA;
7. Requalificação da Quadra 03 do Setor Comercial Sul, no Plano Piloto - RA I, incluindo recuperação de pavimentação, sinalização, paisagismo, implantação de mobiliário urbano, execução de calçadas, escadas e rampas - Concorrência nº 011/2021 - DECOMP/DA;
8. Serviços topográficos e de mapeamento aéreo RTK (com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos), de acordo com o Sistema SIRGAS 2000, destinados à elaboração de projetos e à fiscalização/acompanhamento das obras - Pregão Eletrônico nº 02/2021 - SODF;
9. Serviços geotécnicos/geológicos, e de controle tecnológico laboratorial (concreto, betumes e solos), com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos, destinados à elaboração de projetos e à fiscalização/acompanhamento das obras sob a responsabilidade da SODF - Pregão Eletrônico nº 01/2021 - SODF;
10. Infraestrutura no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 01 e parte do Trecho 03, incluindo pavimentação, drenagem urbana, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical, bacias e OAE que promoverá a ligação interna entre os Trechos 01 e 02 - Concorrência nº 009/2021 - DECOMP/DA;
11. Infraestrutura no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 03 - Lote 01, compreendendo drenagem, pavimentação, sinalização viária e bacias de retenção - Concorrência nº 012/2021 - DECOMP/DA;
12. Infraestrutura no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 03 - Lote 02, compreendendo drenagem, pavimentação, sinalização viária, calçadas e bacias de retenção - Concorrência nº 013/2021 - DECOMP/DA;

13. Implantação de campo de futebol de grama sintética na Praça Rabelo, Vila Planalto, Brasília RA I - Pregão Eletrônico nº 07/2021 – DECOMP/DA;
14. Infraestrutura no Setor Habitacional Bernardo Sayão - Lote 01 (Concorrência 016/2021-DECOMP/DA);
15. Implantação/Requalificação das calçadas na Av. W3 Sul, entre as QDs. 703 e 715 do SHIGS, Plano Piloto. Em preparação de procedimento licitatório (00110-00003049/2021-73);
16. Execução de Pavimento Rígido na W3 SUL. Em preparação de procedimento licitatório (00110-00001749/2020-42).

3.1.2 Projetos Urbanísticos em Geral - Contrato nº 017/2014 - Sinesp

O Contrato nº 017/2014 – Sinesp, continua sob o acompanhamento da equipe de projetos desta SODF, pois ainda apresenta pendências de aprovação de projetos/estimativas de custos que requerem monitoramento, de forma a se obter o recebimento desses produtos. Nesse contexto, o valor estimado dos projetos entregues com pendências de aprovação, no âmbito do contrato, permanece em R\$ 402.919,90.

Neste exercício atuou-se nas análises de ajustes dos produtos entregues para aprovação nos órgãos competentes, e nos trâmites processuais de encaminhamento.

3.1.3 Projetos de Obras e Serviços de Engenharia: Desenvolvidos, em Desenvolvimento e/ou Analisados:

Obra/Serviço	Atividades Desenvolvidas no Setor de Projetos (SUPOP/SODF)
Obra de Arte Especial - OAE 03 – Vicente Pires	Retomada do certame em decorrência de licitação deserta. Após reanálise do projeto contratado verificou-se a necessidade de se proceder à mudança de projeto para adequar ao local, tendo em vista que a implantação de caminho de serviço com o projeto anteriormente licitado oneraria os cofres públicos.
Campo de Grama Planaltina	Projeto e orçamento elaborado nesta SODF e aprovados junto ao agente financiador, porém não licitado devido à negativa da Administração de Planaltina para a implantação da intervenção.
Av. Hélio Prates - Etapa 3	Intervenção integrante do Corredor Eixo Oeste que foi dividida em 3 Etapas, sendo que a Etapa 1 segue em fase de obra, a Etapa 2 em licitação e a Etapa 3 encontra-se em fase de desenvolvimento do projeto.
Recuperação Ambiental no Parque do Cortado	Intervenção solicitada pelo Ibram, que irá promover a adequação de lançamento de água no Córrego do Cortado, a fim de resguardá-lo ambientalmente, em face das obras da Etapa 2 da Av. Hélio Prates demandar a realização de drenagem que contempla a construção da bacia de detenção no Parque do Cortado.
Pavimentação no Gama	Procedeu-se solicitação de esclarecimentos junto ao agente financiador quanto às razões para as recorrentes negativas de aprovação de projetos de pavimentação. Novamente o agente financiador denegou a aplicação dos valores e, em reunião com a SUGRE/SODF, foi identificado que o programa que ora representa pavimentação asfáltica, implica na obrigação de aprovação de SIV, decorrente do Manual que os projetos que utilizam recursos de emendas devem seguir, o que irá onerar os custos com a necessidade inclusive de execução de calçadas e acessibilidade.
Reforço da estrutura do Anfiteatro do Gama	Relatório Técnico elaborado e Termo de Referência finalizado. Orçamento em elaboração.
Setor Comercial Sul, Quadra 03	Elaborado pela Seduh, compatibilizado, quantificado e orçado pela SODF, sendo que o mesmo foi desmembrado da Praça do Povo, cujas obras foram concluídas neste exercício.
Via de Ligação Guará - Núcleo Bandeirante	Decorrente de Emenda Parlamentar este projeto foi desenvolvido pela SODF e aprovado pela Seduh. Encontra-se em análise no agente financiador com expectativa de aprovação, tendo em vista o cumprimento de todos os itens demandados no Manual que os projetos que utilizam recursos de emendas devem seguir.
Vicente Pires, Lote 02	Projeto de implantação de drenagem e pavimentação em áreas remanescentes de obra, em desenvolvimento.
Ginásio do Gama	Análise de projeto e solicitação de revalidação de visto à Seduh/CAP.
Hospital Veterinário Parque do Cortado	Em atendimento à demanda do Ibram, a SODF desenvolveu projeto de implantação, estrutural, análise de projetos existentes com extração de quantitativos e orçamento do Hvep.
Museu da Bíblia	Acompanhamento e colaboração na contratação de concurso relativo ao projeto para a construção do Museu da Bíblia.
Setor Comercial Sul, Quadra 05	Projeto desenvolvido pela Seduh. Análise de projeto e extração de quantitativos, com identificação de serviços, realizados pela SODF.
Setor Comercial Sul, Quadra 04	Projeto desenvolvido pela Seduh, e análise de projeto, por parte da SODF, com encaminhamento de observações à Seduh para ajustes e adequações.

Obra/Serviço	Atividades Desenvolvidas no Setor de Projetos (SUPOP/SODF)
Taguacenter	Projeto desenvolvido pela Seduh, e análise de projeto, por parte da SODF, com encaminhamento de observações à Seduh para ajustes e adequações.
Via Boca da Mata, em Taguatinga	Após realização de consultas de interferências, a SODF desenvolveu estudo preliminar para duplicação da Via.
Via de Ligação entre CAUB I e II	Projeto de pavimentação, drenagem, sinalização e calçadas em desenvolvimento.
Via de Ligação entre Riacho Fundo II e Granja Modelo	Decorrente de emenda parlamentar, o projeto de Sistema Viário foi desenvolvido e finalizado, mas não foi encaminhado para análise e aprovação do agente financiador por estar localizado em área rural, o que se torna impeditivo segundo o Manual para Apresentação de Propostas 2021.
Drenar Plano Piloto, Faixas 1 e 2	Elaborado pela SODF o orçamento referente à drenagem do Plano Piloto, porém a Terracap decidiu por não utilizar a estimativa de custos elaborada por esta Secretaria.
Contratação de Projetos de Remanejamento LDS	Após realização de consultas de interferências, a SODF procedeu às tratativas com o objetivo de remanejar as interferências de redes de energia nos projetos licitados na SODF.
Elaboração de projeto de Remanejamento de Redes Elétricas na Interligação entre o Guará e Núcleo Bandeirante	Após realização de consultas de interferências, a SODF procedeu às tratativas com o objetivo de remanejar as interferências de redes de energia.
Projeto de Infraestrutura Cicloviária e Acessibilidade da Av. Central	Cooperação técnica decorrente da Comissão Permanente de Análise de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (CPA/EIV), sendo demandada a elaboração de orçamento para encaminhamento às compromissárias.
Implantação de Praça, na QD 310, próxima ao Conj. 7A Lote 01, no Recanto das Emas	Aprovação do Projeto de Implantação de Paisagismo e Mobiliário Urbano de Esporte e Lazer em Área Pública. (Portaria 53, de 12/07/21).

3.1.4 Comissão Interna de Apoio Técnico – CIAT

Constituída pela Portaria 51, de 15/04/21 para atender as demandas da Comissão de Licitação Permanente referentes aos certames de obras e serviços, a serem realizados pela Novacap e pela Comissão Permanente de Licitação da SODF, constituída pela Ordem de Serviço nº 01, DODF de 27/10/21, para as contratações realizadas por esta Secretaria. A CIAT em 2021, desenvolveu 68 Pareceres/Relatórios Técnicos para dirimir dúvidas dos licitantes e encaminhamento de análise dos documentos de qualificação e de preços.

3.2 Participação em Comissões e Grupos de Trabalho (GT)

3.2.1 Participação do Setor responsável pelo Planejamento e Projetos em Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalho:

- Comitê de Mobilidade Urbana, DODF de 25/09/2019;
- Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI;
- Comitê Interno de Governança Pública – CIG;
- Comissão de Recebimento Provisório e Definitivo de Contratos;
- Comissão Inventariante de Bens Patrimoniais;
- Comissão Permanente de Sindicância;
- Comissão Setorial de Avaliação de Documentos – CSDA;
- CODDED – Conselho de Defesa da Pessoa com Deficiência do DF;
- CONDETUR – Conselho de Desenvolvimento de Turismo do DF;
- COPEP/DF – Câmara Setorial de Serviços, Turismo, Hospitalidade e Tecnologia;
- CPA/EIV – Comissão Permanente de Análise de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança;
- CTPC/DF – Conselho do Transporte Público Coletivo do DF;
- PDOT – Estratégias de Regularização e Habitação; Participação Social e Governança;

- GT Elaboração e articulação do Plano Distrital de Acessibilidade;
- GT de Manutenção de Obras de Arte Especiais - OAE;
- Grupo de Transporte Público Coletivo do DF;
- GT do Túnel de Taguatinga;
- GT Museu da Bíblia;
- GT Sol Nascente;
- GT SODF, Novacap e Cultura (Projeto de Reforma da Sala Martins Penna do Teatro Nacional Cláudio Santoro);
- Grupo Executivo para Estudos e Projetos W3 Sul, Comércio e Lazer.

3.2.2 Participação do Setor responsável pelo Acompanhamento Ambiental em Conselhos, Comissões e GTs:

- Comitê Gestor do Plano Integrado de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do DF – CORC/DF;
- Comissão Técnica de revisão e atualização do PDSB e PDGIRS;
- Comissão Técnica para acompanhar as escavações na área de parcelamento condicionando – APC;
- Comissão Distrital do Zoneamento Ecológico – Econômico – ZEE;
- Conselho de Meio Ambiente do DF - Conam;
- Conselho de Limpeza Urbana – Conlurb;
- Conselho de Saneamento Básico do DF – Consab;
- Conselho Gestor do Parque Burle Marx;
- Conselho de Recursos Hídricos – CRH;
- Câmara Julgadora de autos de infração – CJAI;
- Câmara Técnica de Resíduos;
- GT de Educação Ambiental;
- GT de Populações Vulneráveis;
- GT para Seleção da Sociedade Civil;
- GT Resposta à Decisão nº 698/2021 TCDF;
- GT Lodo/Esgoto;
- GT de Drenagem do Plano Piloto;
- GT Institucionalização da Drenagem;
- GT de Enquadramento de Requerimentos de Parcelamento de Solo Urbano;
- GT com o Objetivo de Elaborar Minuta de Decreto, que vise ações de fiscalizações relacionadas ao RCC/DF;
- GT do Corsap - DF/GO (GDF e Municípios).

3.3 Projetos submetidos ao Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – Fundurb

O Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (Fundurb) possui natureza contábil e é vinculado à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (Seduh). Possui como objetivo captar e destinar recursos para viabilizar programas e projetos voltados para o desenvolvimento urbano, institucional e para preservação do patrimônio existente na área de tombamento de Brasília. A SODF participa do Conselho Gestor do Fundurb, sendo de competência, dentre outras atribuições, formular, acompanhar, avaliar e agilizar a execução de planos, programas e projetos pertinentes ao desenvolvimento das atividades do Fundo. No ano de 2021, esta Secretaria participou de diversas reuniões que trataram de assuntos pertinentes às atividades do Fundurb. Ressalta-se que não houve disponibilização de recursos para programação de obras por esta Secretaria.

Destaca-se, em 2021 a realização da prestação de contas de recursos descentralizados em 2020 para a execução da Requalificação do Setor de Rádio e TV Sul, no valor de R\$ 647.931,39, referente aos recursos efetivamente utilizados. A aprovação da prestação de contas ocorreu na 46ª Reunião Ordinária do Fundurb, realizada em 22/06/2021. Ademais, constatou-se saldo remanescente de R\$ 1.005.190,36, que restou não aplicado no exercício anterior, de 2020, devido à reprogramação do cronograma de execução da intervenção, que estendeu parte das etapas de obras prevista para 2020, para o exercício de 2021. Assim, optou-se por custear a conclusão da intervenção, mediante aporte de recursos desta Secretaria, evitando aporte orçamentário complementar proveniente do Fundurb.

3.4 Convênios

3.4.1 Cooperação Técnica entre a SODF e a Novacap

Como relatado em exercícios anteriores, a SODF mantém com a Novacap, o Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2018 (Novacap/Sinesp), celebrado em junho/2018, com vigência de 05 anos, que tem por finalidade estabelecer condições de Cooperação Técnica entre esta Secretaria e a Novacap, para a elaboração de estudos, projetos, orçamentos, licitações, contratações e prestação de contas, além da execução direta ou indireta de obras e/ou serviços de edificações e de urbanização, no âmbito do DF. Há que se destacar, no entanto, que se encontram suspensas as atividades de fiscalização pela Novacap, das intervenções contratadas por este órgão, uma vez que, em comum acordo com àquela Companhia, nesta gestão governamental a fiscalização passou a ser exercida diretamente pela equipe técnica lotada, em geral, na Subsecretaria de Acompanhamento e Fiscalização - SUAF/SODF.

3.4.2 Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura e Terracap

Esta Secretaria mantém com a Terracap importantes convênios e em 2021, atuou na gestão administrativa dos termos pactuados, procedendo às devidas prestações de contas, tendo apresentado também novos pleitos para formalização de outros instrumentos. Estes Convênios são imprescindíveis para a SODF, dada a finalidade de alavancar novos empreendimentos de infraestrutura urbana e principalmente de possibilitar a continuidade de determinadas obras, custeadas por financiamentos, que demandam vultosos aportes de recursos de responsabilidade do DF, destinados: às contrapartidas; aos reajustamentos contratuais; aos reequilíbrios econômico-financeiros de contratos, ocasionados pela variação de preços de materiais betuminosos, e às demais ocorrências de aditivos contratuais necessários. Portanto, os repasses de convênios tem contribuído, sobretudo, para o não comprometimento do fluxo financeiro das operações de crédito, tendo em vista que as insuficiências recorrentes nas fontes de recursos oriundas do Tesouro limitariam o ingresso desses recursos.

Apresenta-se no Quadro 01, a seguir, a situação dos convênios, sendo evidenciado que o Convênio nº 059/2019 – Rota de Segurança e o Convênio nº 036/2020 – W3 Sul, estão em finalização. Já o Convênio nº 090/2016 – Lote 03 de Vicente Pires foi finalizado em 2021, estando pendente a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e, se encontram em andamento o Convênio nº 042/2019 – Vicente Pires e o Convênio nº 041/2020 – Bernardo Sayão, de acordo com os respectivos Planos de Trabalhos aprovados pela Terracap:

Quadro 01 (Valores em R\$)

Convênios Terracap e os respectivos desembolsos em 2021												
Objeto	Valor Total	Desembolsado em 2019 (R\$)		Desembolsado em 2020 (R\$)		Desembolsado em 2021 (R\$)			Vigência	Situação		
		Medições (Valor original)	Reajustam. de Medições	Medições (Valor original)	Reajustam. de Medições	Reequil. Econôm-Financeiro (Betuminosos)*	Medições (Valor original)	Reajustam. de Medições		Reequil. Econôm-Financeiro (Betuminosos)*		
Convênio 90/2016 - Execução de pavimentação asfáltica, meio-fio, drenagem pluvial e obras de arte especiais (OAE) - Vicente Pires.	13.506.465	838.742	0	0	0	0	0	0	0	0	Finalizado	Finalizado

Convênio 42/2019 - Complementação da execução de pavimentação asfáltica, meios-fios, drenagem pluvial e execução de obras de artes especiais nos lotes 01, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11 - Vicente Pires.	152.221.902	8.122.247	5.426.315	3.572.131	10.570.113	2.138.351	1.349.585	7.154.019	3.039.723	31/12/2022	Em andamento
Convênio 59/2019 - Execução de obras de drenagem e pavimentação para o trecho denominado "Rota de Fuga" - SIA.	11.350.584	357.979	0,00	4.976.238	290.927	0	5.722.876	516.836	0	30/04/2022	Em finalização
Convênio 41/2020 - Complementação da execução de serviços de pavimentação e drenagem/urbanização nos lotes 01, 02, 03, 04 e 05 - Bernardo Sayão.	20.275.970	-	-	0	65.091	0	1.048.837	200.469	0	31/07/2022	Em andamento
Convênio 36/2020 - Execução dos serviços de revitalização nas Quadras 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 513, 514, 515 e 516 da W3 Sul - Plano Piloto.	18.845.823	-	-	0	0	0	12.388.520	187.222	0	30/04/2022	Em finalização
Total	216.200.745	9.318.969	5.426.315	8.548.370	10.926.132		2.138.351	20.509.819	8.058.547	3.039.723	
Total por Ano		14.745.284	21.612.853				31.608.090				

*Reequilíbrio econômico-financeiro de contratos, devido à variação de preços de materiais betuminosos.

Considerando as citadas demandas por recursos para execução de novos empreendimentos, em 2021 a SODF propôs junto à Terracap a celebração de novo convênio destinado a custear a realização de intervenções também relacionadas à revitalização da W3 Sul. O pleito em referência encontra-se em avaliação pela equipe técnica daquela Companhia e visa a:

- Implantação/requalificação das calçadas ao longo da Av. W3 Sul, entre as Quadras 703 e 715 do SHIGS, Plano Piloto – RA I, no valor estimado de R\$ 1.916.263,38;

- Restauração do pavimento da Av. W3 Sul, incluindo reconstrução da estrutura em pavimento rígido, na faixa da direita; reconstrução em pavimento flexível em trechos da faixa central; restauração do revestimento asfáltico nos demais trechos e faixas daquela Avenida; as readequações do sistema de drenagem em decorrência da necessidade de realocação de bocas de lobo e/ou condição estrutural do sistema - Plano Piloto - RA I, no valor estimado de R\$ 28.073.250,03.

3.5 Atividades e Resultados Referentes às Execuções dos Contratos de Financiamentos e Repasses

Em 2021, prosseguiram-se as tratativas objetivando o devido andamento das obras previstas para serem executadas a partir dos recursos provenientes das Operações de Créditos, sob a gestão da Pasta, sendo realizadas reuniões periódicas com o agente financiador - Caixa, com a participação de diversos órgãos governamentais, tais como: Terracap, Codhab, Ibram, CEB, Novacap e SEEC/DF.

3.5.1 Contratos de Financiamento

3.5.1.1 PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades - EIXO OESTE

Esta operação de crédito visa à implantação do Corredor de Transporte Eixo Oeste e as intervenções originalmente previstas para serem executadas, e envolviam recursos da ordem de R\$ 693,7 milhões, a serem aplicados na ligação Ceilândia-Taguatinga-Plano Piloto. Este total era composto pelo Contrato de Financiamento (CF) nº 0394.629-04/2013, contratado em 2013, junto à Caixa, no valor de R\$ 544,6 milhões, sendo R\$ 517,4 milhões de financiamento e R\$ 27,2 milhões de contrapartida do GDF e pelo Termo de Compromisso (TC) nº 0402.091-01/2014, firmado em 2014 também junto à Caixa, no valor total atualizado R\$ 149 milhões, sendo R\$ 116,5 milhões do OGU e R\$ 32,5 milhões de contrapartida do GDF.

Nesse contexto, conforme apresentado no ano de 2020, após formalizado o distrato do Termo de Compromisso nº 0402.091-01/2014, as metas previstas no TC (Via EPIG, Viaduto da EPIG e Hélio Prates) foram incorporadas ao CF nº 0394.629-04/2013, desse modo, para a implantação do Corredor de Transporte Eixo Oeste têm-se vigentes apenas os recursos provenientes da operação de crédito em questão. Por conseguinte, face ao tempo decorrido da celebração desse financiamento, firmado em 2013, e ao custo atual pertinente às intervenções que integram o Corredor de Transporte Eixo Oeste, o Distrito Federal deverá aportar contrapartida em valor superior ao montante originalmente previsto, tendo em vista o expressivo aumento dos insumos aplicados na realização de obras e serviços de engenharia nos últimos anos.

No tocante à implantação do Corredor Eixo Oeste, a SODF, por intermédio da SUGRE/SODF, realizou diversas reuniões junto à Caixa, com a Comissão de Acompanhamento das Obras do Contrato nº 004/2016 (CAOC), SUAF/SODF e outros órgãos do GDF, a fim de garantir a evolução do Programa. Importante ressaltar que os projetos das obras do Eixo Oeste sofrem interferências de diversos órgãos do GDF, tais como, Semob, Seduh, Metrô, DER, Detran, Ibram e, por isso tem ocorrido mudanças e atrasos na finalização dos projetos e orçamentos, bem como no andamento das obras.

Cumprir destacar, que ao longo de 2021 ocorreu a finalização do processo licitatório da Bacia do Parque da Cidade, da Etapa 1 da Av. Hélio Prates, do Viaduto da EPIG, do Trecho de interseção EPIG/ESPM e o Viaduto da W3 Sul (T16). Assim, foram formalizados os contratos de obras nºs 03/2021, 014/2021, 020/2021 e 022/2021. No cenário das obras em execução do Corredor Eixo Oeste, continuaram em andamento os contratos nºs 04/2016 e 009/2020, totalizando assim 6 contratações com execução de obras no ano de 2021.

Conforme se observa no Quadro 02, que apresenta o desempenho das metas inseridas nesta operação de crédito, com a celebração desses novos contratos a SODF teve uma evolução considerável na execução financeira do contrato de financiamento do Eixo Oeste, pois foram investidos aproximadamente R\$ 90 milhões, resultando em 17% a mais que o ano de 2020.

Quadro 02 – Eixo Oeste (Valores em R\$)

Contrato de Financiamento nº 0396.249-04/2013 - Eixo Oeste								
Obra	Valor Disponibilizado (R\$)		Atividades Realizadas em 2021	Situação até dezembro de 2021	Execução financeira acumulada (%)			
	CAIXA	GDF			Até 2018	2019	2020	2021
1. Viaduto de interseção da ESPM, via W3 Sul - Contrato nº 034/2013	1.357.418	13.195.854	-	Obra concluída em 2014	100%	100%	100%	100%
2. Via de ligação entre a Av. Hélio Prates e a Av. Principal do Setor Habitacional Sol Nascente (T1) - Contrato nº 022/2016	2.700.570	729.791	-	Obra concluída em 2019	58%	72%	100%	100%
3. Alargamento do viaduto da EPCT/EPTG (T10) - Contrato nº 001/2017	3.012.500	1.472.828	-	Obra concluída em 2020	27%	82%	100%	100%
4. Túnel Rodoviário sob a Av. Central de Taguatinga - Contrato nº 004/2016	224.801.132	0	Execução da obra	Obra em andamento (19ª medição)	0%	0%	8%	48%
5. Complementação do sistema viário da Estrada Setor Policial Militar - ESPM, até o terminal da Asa Sul (TAS) - T15 - Contrato nº 009/2020	10.378.182	0	Execução da obra	Obra em andamento (9ª Medição)	0%	0%	3%	37%
6. Bacia do Parque da Cidade - Contrato nº 003/2021	2.871.168	0	Obra contratada e iniciada	Obra em andamento (8ª Medição)	0%	0%	0%	55%
7. Viaduto da EPIG - Contrato nº 020/2021	29.610.361	0	Obra contratada e iniciada	Obra em andamento (5ª Medição)	0%	0%	0%	10%
8. Av. Hélio Prates - Etapa 1 - Contrato nº 014/2021	15.966.971	0	Obra contratada e iniciada	Obra em andamento (5ª Medição)	0%	0%	0%	18%
9. Via Estrada Setor Policial Militar - ESPM (T16) - Contrato nº 022/2021	46.565.076	0	Obra contratada e iniciada	Obra em andamento (3ª Medição)	-	-	-	0,46%
10. Via EPIG	70.896.830	4.459.348	Em fase de licitação RDCI	Edital de Licitação - RDCI nº 001/2021 - DECOMP/DA	-	-	-	-

Contrato de Financiamento nº 0396.249-04/2013 - Eixo Oeste								
Obra	Valor Disponibilizado (R\$)		Atividades Realizadas em 2021	Situação até dezembro de 2021	Execução financeira acumulada (%)			
	CAIXA	GDF			Até 2018	2019	2020	2021
11. Drenagem em Taguatinga	79.015.141	4.158.691	Fase 1- Em fase de licitação (projetos executivos)	Fase 1 - Edital de Licitação - Tomada de Preços nº 001/2021 - DECOMP/DA	-	-	-	-
Fase 1 - Contratação de projetos executivos				-	-	-	-	
Fase 2 - Contratação das obras	-	-	-	-	-	-	-	-
12. Av. Hélio Prates - Etapas 2 e 3	58.247.007	3.065.631	Etapa 2 - Em fase de licitação	Etapa 2 - Edital de Licitação - Concorrência nº 08/2021 - DECOMP/DA	-	-	-	-
13. Av. Samdu e da Av. Comercial (Taguatinga)	2.916.553	153.502	Atualizações de projetos	Atualizações de projetos e orçamento	-	-	-	-
Aporte de recursos extras*	30.861.564							
Total	517.477.350	27.235.650		Total execução financeira (%)	3,4%%	4%	9%	26%
Caixa + GDF	544.713.000							

* Aporte de recursos extras: O valor informado trata-se de aporte adicional de contrapartida necessário, perante o valor inicialmente pactuado junto ao agente financeiro Caixa. Observa-se que os valores das obras que ainda serão contratadas poderão sofrer alterações.

3.5.1.2 - PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas

Em continuidade às providências necessárias para viabilizar as obras referentes às operações de crédito contratadas no ano de 2014, a SODF atuou em 2021 na esfera do Programa PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, destinadas às regiões de Porto Rico, Vicente Pires e Bernardo Sayão. Importa reiterar as dificuldades operacionais de execução de obras, intrínsecas às localidades das intervenções custeadas por esses financiamentos, em especial devido à dinâmica urbana das respectivas regiões. Não obstante esses fatores, os resultados obtidos para o ano de 2021, foram satisfatórios. Os contratos de financiamento abrangidos por este programa são identificados a seguir:

3.5.1.2.1 - Setor Habitacional Vicente Pires - Contrato de Financiamento (CF) nº 0399.836-22/14

Trata-se de operação de crédito assinada em 2014, no valor de R\$ 418.906.698,73, dos quais, R\$ 397.961.363,79 referem-se ao financiamento da Caixa e R\$ 20.945.334,94 são equivalentes ao aporte de Contrapartida-GDF, mínima obrigatória contratual. Contudo, ao longo da execução contratual, os custos iniciais previstos para as intervenções vinculadas a esta operação de crédito sofreram diversas alterações, sendo o valor ora vigente correspondente a R\$ 397.961.363,79 - Caixa/FGTS e R\$ 86.279.432,07 - Contrapartida/GDF, perfazendo um total de R\$ 486.208.894,49.

Como manifestado em relatórios anteriores, para arcar com os custos referentes à Contrapartida e demais despesas a cargo do Distrito Federal, esta gestão celebrou com a Terracap o Convênio nº 042/2019 no valor de R\$ 152.221.902,00, estando assegurados os aportes demandados pelo órgão financiador a título de contrapartida desta operação de crédito, o que tem evitado a ocorrência de interrupção de repasses. Em relação ao Convênio nº 090/2016, firmado em 2016, específico para o Lote 03, tendo em vista a finalização das obras, esta Secretaria irá apresentar o Termo de Recebimento Definitivo da intervenção na

qual foram aplicados os recursos, desembolsados pela Concedente, procedendo assim à prestação de contas final do Convênio.

Os desembolsos realizados no exercício de 2021, vinculados a esta operação de crédito, constam no Quadro 3, que apresenta também os valores que restaram atribuídos para as obras e serviços contratados:

Quadro 03 – Setor Habitacional Vicente Pires (Valores em R\$)

Contrato de Financiamento nº 0399.836-22/2014 - Vicente Pires								
Contrato nº /Lote	Valor Disponibilizado (R\$)		Atividades Realizadas em 2021	Situação até dezembro de 2021	Execução financeira acumulada (%)			
	Caixa	GDF			2018	2019	2020	2021
008/2015 - Lote 01	40.345.611	8.747.071	Obra paralisada	Contrato concluído (45ª medição)	24%	46%	59%	60%
014/2020 - Lote 02	2.361.779	512.042	Continuidade da execução dos serviços	Em andamento (4ª Medição)	2%	2%	30%	32%
010/2015 - Lote 03	18.113.223	3.927.010	Obra finalizada	Obra finalizada (23ª medição)	54%	100%	100%	100%
008/2016 - Lote 04	31.505.662	6.830.539	Obra finalizada	Obra finalizada (43ª medição)	23%	58%	72%	100%
019/2016 - Lote 05	38.408.297	8.327.054	Obra finalizada	Obra finalizada (38ª medição)	31%	42%	53%	66%
004/2015 - Lote 06	16.693.440	3.619.196	Obra finalizada	Obra finalizada (41ª medição)	20%	42%	57%	100%
005/2015 - Lote 07	32.411.902	7.027.015	Obra Paralisada	Contrato concluído (41ª medição)	35%	50%	52%	52%
003/2018 - Lote 08	10.150.979	2.200.768	Obra finalizada	Obra finalizada (4ª medição)	0%	81%	84%	84%
020/2016 - Lote 09	33.853.211	7.339.496	Obra finalizada	Obra finalizada (40ª medição)	53%	69%	77%	100%
021/2016 - Lote 10	60.280.302	13.068.982	Continuidade da obra	Obra em andamento (47ª medição)	31%	53%	69%	76%
006/2016 - Lote 11	33.800.653	7.328.101	Obra paralisada	Obra paralisada (24ª medição)	6%	23%	44%	49%
019/2021 - Lote 12	29.298.982	6.352.123	Continuidade da obra	Obra em andamento (5ª medição)	0%	0%	0%	8%
M* - Outras obras	50.737.315	11.000.029	A Licitar	-	-	-	-	-
Total	397.961.363	86.279.432						
Caixa + GDF	484.240.795		Total execução financeira (%)		29%	50%	60%	63,5%

Assim, verifica-se a partir dos dados dispostos no Quadro acima, que a operação de crédito apresenta desembolso financeiro acumulado até 2021, de aproximadamente 63,5%, equivalente a R\$ 307.502.120,02.

Nesse ano de 2021, obteve-se a emissão dos Termos de Recebimentos Provisórios dos Lotes 04, 06 e 09, quanto aos Lotes 01, 05 e 07, aguarda-se os trâmites para a finalização, no entanto, já se constata que parte dos escopos contratados não poderão ser realizados, por questões de reordenamento territorial e atualizações de projetos, demandando novos certames para a conclusão do empreendimento. Em relação às intervenções em execução, ressalta-se a contratação das obras remanescentes dos Lotes 05, 08 e 09 que consistem do denominado Lote 12, especificado no Quadro, tratado no certame como Lote Único. E, no que se refere às obras em andamento dos Lotes 10 e 11, há previsão de que o término ocorra em 2022.

Destaca-se também a previsão de contratação das obras do Lote 02 no exercício de 2022, incluindo as Obras de Artes Especiais 01 e 03, onde serão utilizados os recursos relativos ao item "M*- Outras obras", vide Quadro 03.

Mesmo com o avanço das obras, torna-se importante salientar que as constantes reprogramações dos cronogramas de execução, que ocorreram em relação aos prazos dos contratos celebrados nos anos de 2015 e 2016, ocasionaram respectivo aumento no valor final dos ajustes, com a incidência de relevante percentual aplicado para contemplar os reajustamentos contratuais, demandando assim, a necessidade crescente de provisionamento de recursos para tal fim.

3.5.1.2.2 Setor Habitacional Porto Rico / Santa Maria - Contrato de Financiamento (CF) nº 0399.819-14/14

Sobre o Contrato de Financiamento das obras de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Pluvial da Região Setor Habitacional Porto Rico – Santa Maria, em 2021 foi realizada a prestação de contas da Meta 01 do contrato relativo às obras, realizadas entre 2016 e 2018, dos Lotes 01, 02, 04, 05 e 06, com as emissões dos respectivos Termos de Recebimentos Definitivos, apenas neste ano.

Em relação a Meta 02, definida como a reestruturação do Bueiro da DF-290 e revitalização da Lagoa de Santa Maria, que se iniciou em março de 2020, com o valor inicial contratado de R\$ 4.737.784,41, tendo alcançado após aditamentos necessários, o montante de R\$ 5.540.714,44. Esta intervenção foi concluída em 2021, conforme programado, tendo havido a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e a devida prestação de contas realizada.

3.5.1.2.3 Setor Habitacional Bernardo Sayão - Contrato de Financiamento (CF) nº 0399.840-83/14

O Contrato de Financiamento prevê investimento no valor total de R\$ 69.152.875,78, sendo o valor de financiamento (FGTS) de R\$ 47.622.498,29 e a Contrapartida de R\$ 21.530.377,49. Considerando o alto percentual de 31,13% relativo à contrapartida a ser aportada, para a obtenção de cada desembolso, bem como os déficits recorrentes quanto à disponibilidade de recursos próprios do GDF, esta SODF celebrou junto à Terracap o Convênio nº 041/2020, no valor total de R\$ 20.275.970,37, com a finalidade de garantir que os desembolsos previstos pela Caixa sejam efetivados. A situação do convênio mencionado consta especificada, com mais detalhes, quanto a vigência e repasses providenciados, no item Convênios Terracap.

Diante da necessidade contratual de realização de obras de drenagem e pavimentação nos Lotes 01, 04 e 05 no Setor Habitacional Bernardo Sayão, neste ano de 2021 foi desenvolvido pela SODF um cronograma de Metas e Ações no qual tentou-se viabilizar primeiramente, a contratação do Lote 01, sendo convocada a primeira colocada na licitação ocorrida em 2016, contudo concluiu-se pela inviabilidade do processo de contratação, devido à atualização dos projetos, sendo identificadas novas interferências e incrementos de serviços antes não previstos, que impactam nas estimativas de custos da intervenção referente a esse Lote. Portanto, no caso específico do Lote 01, tendo em vista a referida impossibilidade de contratação, relativa ao certame realizado em 2016, há necessidade de programação de nova licitação tomando-se por base os projetos atualizados que contemplam novas interferências constatadas, assim, está sendo revisada a estimativa de custos para que se inicie novo certame visando à efetiva contratação das obras.

Em relação ao Lote 05, considerando que os projetos de drenagem e pavimentação encontram-se em processo de atualização, visando otimizar a programação de intervenções que apresentavam condição técnica de execução, houve importante definição quanto à realização de licitação das Bacias de Contenção do Lote 05, estando prevista a contratação em 2022, tendo em vista a conclusão do certame ocorrida no final do exercício. Outro objetivo da licitação, somente das Bacias do Lote 05, foi evitar interrupção de desembolsos da operação de crédito por um período superior a três meses.

Para os Lotes 04 e 05 (drenagem e pavimentação de vias), estão sendo realizados serviços geotécnicos complementares que irão contribuir no desenvolvimento dos projetos e na orçamentação do custo das intervenções previstas para serem executadas nesses Lotes. As licitações dos Lotes 01, 04 e 05 (drenagem e pavimentação) estão previstas para 2022.

Sobre as obras contratadas, dos Lotes 02 e 03, salienta-se que houve conclusão em 2021, no entanto, no que se refere ao Lote 03, a última medição dos serviços executados deverá ser

apresentada em janeiro/2022, com previsão de Prestação de Contas no primeiro trimestre de 2022. Encerrados esses contratos, caso se constate a necessidade de obras remanescentes, estas deverão ser incluídas nas licitações que estão previstas para 2022.

Segue abaixo o Quadro 04, que demonstra os dados do Contrato de Financiamento das obras de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Pluvial do Setor Habitacional Bernardo Sayão:

Quadro 04 - Bernardo Sayão (Valores em R\$)

Contrato de Financiamento nº 0399.840-83/2014 - Bernardo Sayão							
Lotes	Valor Disponibilizado (R\$)		Atividades Realizadas em 2021	Execução financeira acumulada (%)			
	Caixa	GDF		Até 2018	2019	2020	2021
01	15.512.986,31	7.013.501,25	Aguardando nova Licitação	0%	0%	0%	0%
02	2.718.079,48	1.228.857,77	Obra finalizada	24%	43%	48%	100%
03	5.762.156,69	2.605.100,80	Obra finalizada	5%	38%	50%	99%
04	10.309.285,47	4.660.881,22	Aguardando nova Licitação	1%	1%	1%	1%
05	10.151.003,49	4.589.321,12	Aguardando nova Licitação	0%	0%	0%	0%
05 (Bacias)	3.168.986,85	1.432.715,33	Em fase de contratação	0%	0%	0%	0%
Total	47.622.498,29	21.530.377,49					
Caixa + GDF	69.152.875,78		Total de execução do financiamento (%)	3%	12%	15%	17%

De acordo com o Quadro 04, os Lotes 02 e 03 obtiveram avanços financeiros consideráveis. O Lote 02 foi finalizado no 3º Bimestre de 2021, o valor contratual foi readequado por meio de aditivos que se tornaram necessários, devido às constatações de interferências decorrentes do reordenamento urbano, não sendo possível então, a realização de todo o escopo contratado previsto no projeto inicial. Também se observa essa ocorrência para o Lote 03.

3.5.1.3 Pró-Moradia I – Contrato de Financiamento nº 175.749-27/2006

Esta operação de crédito, assinada em 2006, executada em anos anteriores a 2021, integra o denominado Programa Pró-Moradia I, que objetiva a execução de obras de drenagem pluvial, esgotamento sanitário e pavimentação asfáltica, além da implantação de equipamentos públicos comunitários e da execução de Trabalho Técnico Social – TTS, em diversas localidades do DF, sendo os recursos oriundos do FGTS, tendo a Caixa como agente financeiro. Conforme tem sido manifestado, por ocasião do encerramento de diversos exercícios, ainda restam itens em aberto e sem comprovação de funcionalidade perante o órgão financiador, devido às dificuldades de finalização das metas das obras à época contratadas.

Igualmente ocorrido nos últimos anos, salienta-se também em 2021, providências envidadas objetivando a retomada do referido Contrato, sendo realizadas diversas reuniões de ponto de controle, que contaram, inclusive, com a participação da Equipe do Ministério do Desenvolvimento Regional e da Caixa. Assim, após definição da estratégia e diretrizes, foram identificadas as obras pendentes de realização nas respectivas regiões previstas, conforme especificado no Quadro 05. Com isso, o cronograma de ações para o término das obras foi devidamente atualizado e está sendo monitorado pelas equipes da Caixa, SEEC, SODF, Novacap e Codhab.

Quadro 05 - Itens em Aberto (Valores em R\$)

Detalhamento dos Itens	Região	Valor Contratado	Valor desembolsado até 2021	Saldo (R\$)
Drenagem/Pavimentação	Arapoanga - Planaltina	17.463.556	16.476.472	987.084
	Mestre D'armas - Planaltina	22.214.430	18.932.576	3.281.854
	Vila Vicentina - Planaltina	6.826.426	5.306.532	1.516.894
	Total	46.504.412	40.715.580	5.785.832

Para a programação de execução das metas, destaca-se que em novembro/2021, foi iniciada a elaboração dos projetos da intervenção relativa ao Setor Mestre D'Armas, por meio do Contrato nº 021/2021, sendo apresentada à Caixa, a documentação relativa à contratação efetivada. Quanto às outras metas em aberto, estas se encontram em fase de preparação para licitação destinada à contratação de empresas para à elaboração do projeto executivo dos remanescentes de obras.

3.5.1.4 Pró-Moradia II

O Programa denominado Pró-Moradia II é também financiado a partir de recursos do FGTS, sendo a Caixa o Agente Financeiro. Os objetivos principais são: a implantação de drenagem pluvial, pavimentação, unidades habitacionais e a execução de Trabalho Técnico Social - TTS nos Setores Habitacionais Sol Nascente, Mestre D'Armas e Arapoanga em Planaltina – DF.

3.5.1.4.1 Setor Habitacional Sol Nascente, em Ceilândia - Contrato de Financiamento nº 0262.225-34/2009

As intervenções previstas no Programa Pró-Moradia no Setor Habitacional Sol Nascente, envolvem recursos da ordem de R\$ 326 milhões a serem aplicados nos Trechos 01, 02 e 03. O Contrato de financiamento foi contratado em 2009 junto à Caixa Econômica Federal (Caixa) e apresenta o valor total atualizado até 2021 de R\$ 326.338.989, que é o valor do investimento (VI), sendo R\$ 208.960.870 de financiamento (FGTS) e R\$ 117.653.068 de contrapartida (GDF).

O contrato tem como objeto a construção de Unidades Habitacionais (UH), execução de Trabalho Técnico Social (TTS), infraestrutura (drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, blocos intertravados e meios-fios) no Setor Habitacional Sol Nascente (SHSN). Contudo, o Manual do Programa Pró-Moradia exige a aplicação de 30% do valor do investimento para a construção de Unidades Habitacionais (UH), que equivale ao montante de R\$ 98.804.605, com base nos valores contratuais vigentes, e aporte de 2,5% do valor do empréstimo em execução de TTS, que representa o montante de R\$ 5.224.021. Assim, o investimento total previsto nas obras de urbanização (drenagem e pavimentação) é de aproximadamente R\$ 222.310.362.

Ao longo do ano de 2021, foram realizadas reuniões mensais de ponto de controle e gestão junto à Caixa, agente financiador da operação de crédito, com a participação de órgãos governamentais envolvidos na execução das metas do contrato de financiamento, tendo ocorrido também reuniões internas de governo das quais participaram equipes técnicas da SODF, Terracap, SEEC/SUCAP, Codhab, Ibram, Caesb, CEB, Novacap, Defesa Civil, DF Legal, sendo tratadas questões relevantes para a execução financeira do contrato, objetivando: o recebimento das metas de Unidades Habitacionais por parte da Codhab, de acordo com as exigências do Programa Pró Moradia, e a execução das obras remanescentes, tendo em vista o encerramento do contrato relativo ao Trecho 01 e as rescisões dos contratos dos Trechos 02 e 03, ocorridas em 2019.

Desta forma, no que tange à meta de infraestrutura urbana, no ano de 2021 efetivou-se a contratação dos serviços de elaboração dos projetos executivos das obras remanescentes dos Trechos 01 e 03 (Contratos nº 015/2020 e nº 016/2020) e a contratação da execução das obras remanescentes do Trecho 02, mediante a celebração do Contrato nº 015/2021. A elaboração dos projetos executivos possibilitou a autorização de outros importantes certames para a contratação da execução das obras remanescentes, quais sejam: Trechos 01 e parte do Trecho 03 no valor de R\$ 53.104.205,21 (Concorrência nº 009/2021 – DECOMP/DA); Trecho 03 / Lote 01 no valor de R\$ 80.501.175,91 (Concorrência nº 012/2021 – DECOMP/DA) e Trecho 03/ Lote 02 no valor de R\$ 68.694.144,41 (Concorrência nº 013/2021 – DECOMP/DA).

Em relação à meta de construção de UH, não ocorreu a execução de obras por parte da Codhab no ano de 2021. Sobre as últimas metas entregues de UHs, decorrentes da construção de 308 UHs na Quadra 700 do Trecho 01 do Sol Nascente, ressalta-se que em

2021 foi realizado o recebimento provisório das obras, bem como a entrega das UHS aos beneficiários dos programas daquela Companhia.

Quanto às metas de TTS, a Codhab retomou o planejamento para publicação de um novo processo licitatório, de acordo com as exigências da Caixa, atendendo aos normativos internos de execução. No decorrer de 2021 foi preparado o diagnóstico do TTS no Sol Nascente e todo o processo licitatório para publicação no início de 2022.

Cabe ressaltar, que, não obstante as contratações de UH e TTS sejam efetivadas e administradas pela Codhab, para que os pagamentos das medições atestadas por aquela Companhia sejam realizados, esta SODF procede à operacionalização da transferência de recursos, tanto de origem de financiamento (FGTS) quanto de contrapartida (Fonte 100).

Por fim, levando-se em consideração as dificuldades operacionais que a região do Sol Nascente apresenta, em 2021 houve a efetiva retomada das obras remanescentes, tendo em vista a celebração do Contrato nº 015/2021 e a contratação da elaboração dos projetos executivos, o que possibilitou a programação dos respectivos certames relativos as obras complementares, identificadas para a conclusão da urbanização do setor.

Sendo assim, conforme o Quadro 06, ao se comparar o desempenho financeiro da operação de crédito, ocorrido em 2021, com o resultado obtido de 1,24% no ano anterior de 2020, constata-se acréscimo nos desembolsos efetivados, uma vez que o investimento de 2021 correspondeu a 2,53%, equivalentes a aproximadamente R\$ 8 milhões.

Quadro 6 – Setor Habitacional Sol Nascente (Valores em R\$)

Contrato de Financiamento nº 0262.225-34/2009 - Sol Nascente								
Lotes/Trecho	Valor Disponibilizado (R\$)		Atividades Realizadas em 2021	Situação até dezembro de 2021				
	Caixa	GDF			2018	2019	2020	2021
1. Trecho 01	18.267.588	31.204.344	Recebimento provisório das obras	A ser emitido o recebimento provisório da obra	84%	84%	84%	84%
2. Trecho 02	30.956.023	25.979.422	Recebimento provisório das obras	A ser emitido o recebimento provisório da obra	53%	58%	58%	58%
3. Trecho 03	12.592.469	8.216.095	Recebimento provisório das obras	A ser emitido o recebimento provisório da obra	22%	32%	32%	32%
4. Projetos Executivos (Lotes 01 e 02)	1.285.998	723.374	Execução de contrato	Projeto executivo em fase final	0%	0%	0%	94%
5. Remanescente Trecho 02	9.185.731	5.166.974	Obra contratada e iniciada	Obra em andamento (6ª medição)	0%	0%	0%	44%
6. Remanescente Trechos 01 e 03	70.627.598	9.237.598	Em licitação	Em licitação	0%	0%	0%	0%
7. Construção de UH*	62.657.086	35.244.610	Meta executada pela Codhab	Codhab planeja licitatório de 308 UHs* (CT 031/2018)	29%	50%	55%	0%
TTS**	3.343.373	1.880.647	Meta executada pela Codhab	Codhab irá licitar o remanescente	7%	9%	23%	23%
Total Financeiro	208.960.870	117.653.068						
Caixa + GDF	326.613.938			Total de execução financeira (%)	44%	54%	56%	58%

U.H.* - Unidade Habitacional e TTS** - Trabalho Técnico Social

3.5.1.4.2 Mestre D'Armas, em Planaltina - Contrato de Financiamento nº 262.232-26/2009

As intervenções previstas a serem executadas por meio desta operação de crédito relativa ao Setor Habitacional Mestre D'Armas, consistem das obras de drenagem e pavimentação

concluídas em 2010, com exceção de alguns trechos em que não houve possibilidade de execução, devido a problemas fundiários e ambientais.

Para a retomada da operação de crédito, procedeu-se em 2020 gestões entre esta Secretaria, por meio do setor de gerenciamento de recursos externos e a GIGOV/Caixa, para a utilização dos recursos na elaboração dos projetos executivos das obras remanescentes e na futura etapa de execução destas obras.

Em 2021 realizou-se o certame referente à revisão e readequação de projetos executivos de drenagem urbana, sendo celebrada a respectiva contratação destes serviços (Contrato nº 021/2021, no valor de R\$ 1.080.075,66). Assim, a documentação pertinente ao certame e a contratação foi apresentada à Caixa, tendo havido a devida aprovação. A partir do deferimento obtido, foram enviadas, em dezembro de 2021, as duas primeiras medições dos serviços realizados, no montante de R\$ 491.698,13, o que possibilitou obter desembolsos, por intermédio do financiamento, após longo período de 14 anos de interrupção dos repasses previstos.

3.5.1.4.3 Arapoanga, em Planaltina - Contrato de Financiamento nº 262.250-51/2009

Em relação a esta contratação, destaca-se que a tratativa envidada em 2020, formalizada junto à GIGOV/Caixa, por meio do Ofício nº 1574 – SODF/GAB/ASSESP, pleiteando o encerramento das metas ainda não realizadas e o respectivo encerramento contratual, restou indeferida, tendo em vista que em 2021 houve pronunciamento da GIGOV/Caixa, indicando como obrigatória a realização da meta referente ao Trabalho Técnico Social - TTS.

Assim, após reuniões com as equipes da Codhab e SUCAP/SEEC, formalizou-se solicitação de providências por parte da Codhab quanto à verificação da viabilidade na realização do TTS na região.

3.5.1.5 Emendas Parlamentares Federais – Contratos de Repasse (Orçamento Geral da União - OGU)

Em 2021 manteve-se a atuação na viabilização e na gestão de contratos de repasses e de convênios, cujos recursos financeiros são provenientes de Emendas Parlamentares Federais consignadas no Orçamento Geral da União - OGU.

Para a consecução desses instrumentos contratuais, são inseridos na "Plataforma+Brasil", gerenciada pelo Ministério da Economia, os Planos de Trabalho compatíveis com o objeto das respectivas emendas. A partir da aprovação desses planos de trabalho e emissão das respectivas Notas de Empenho nos valores autorizados pelos gestores dos programas, são assinados os Contratos de Repasse com a Caixa ou celebrados Convênios diretamente com entes da União.

O Quadro 7, a seguir, demonstra o montante relativo à celebração de Contratos de Repasse nos anos de 2019, 2020 e 2021. Observa-se que apesar do valor total contratado em 2021 apresentar-se inferior ao total captado em 2020, há que se considerar que, no ano de 2020, apenas duas Emendas Parlamentares destinadas por "Bancada" totalizavam valores que superam R\$ 26 milhões, quais sejam: Construção do Museu da Bíblia e Via de ligação Guará - Núcleo Bandeirante.

Quadro 7 – Emendas OGU – Captação (Valores em R\$)

Ano	Quantidades de Contratos	Valor Total (R\$)
2019	05	3.344.168,07
2020	08	31.122.991,93
2021	03	9.710.518,20
Total	17	44.177.778,20

Nos Quadros 8a e 8b, abaixo, constam relacionados os contratos de repasse vigentes e as principais informações desses instrumentos:

Quadro 8a – Contratos de Repasse – OGU (Valores em R\$)

Nº do Contrato de Repasse	Fase do Contrato	Objeto	Status e andamento em 2021
922.411/2021	Cláusula suspensiva	Pavimentação no Distrito Federal	Contrato de Repasse celebrado em 30/12/2021
922.902/2021	Cláusula suspensiva	Pavimentação no Distrito Federal	Contrato de Repasse celebrado em 30/12/2021
922.919/2021	Cláusula suspensiva	Pavimentação no Distrito Federal	Contrato de Repasse celebrado em 30/12/2021
906.560/2020	Cláusula suspensiva	1- Implantação de Via de Ligação Guará - Núcleo Bandeirante	Documentação técnica enviada para análise da Caixa em 26/10/2021 (00110-00001102/2020-11). Prazo para retirada de condições suspensivas: 30/11/2022.
906.133/2020	Cláusula suspensiva	2- Construção e implantação do Mercado Produtor/Feira em Arniqueira	Aguarda envio de projetos pela Administração Regional de Arniqueira (00110-00003356/2020-73). Prazo para envio da documentação à Caixa: 30/10/2022.
903.915/2020	Cláusula suspensiva	3- Construção da Primeira Etapa do Museu da Bíblia	Aguarda a realização de novo concurso pela SECEC/GDF, referente à seleção do projeto de arquitetura a ser adotado na construção do Museu, para que esta SODF proceda ao envio da documentação técnica à Caixa (00110-00000970/2020-83). Prazo para envio à Caixa: 30/10/2022.
900.764/2020	Cláusula suspensiva	4- Pavimentação no DF- Via de acesso a Granja Modelo - Riacho Fundo II	A execução do contrato de repasse foi reportada como inviável pela SUPOP/SODF tendo em vista que a classificação funcional programática do recurso orçamentário não permite a execução de obras em área rural. Além disso, o parcelamento ainda não está apto para a aprovação de projeto viário na Seduh (00110-00000977/2020-03). O parlamentar, autor da Emenda, foi comunicado da impossibilidade de execução.
899.769/2020	Cláusula suspensiva	5- Implantação da Praça do Bosque do Varjão	A execução do contrato de repasse foi reportada como inviável pela SUPOP/SODF devido ao baixo valor disponibilizado e à dificuldade em se obter licenciamento ambiental para o projeto (00110-00000975/2020-14). O parlamentar, autor da Emenda, foi comunicado da impossibilidade de execução.
899.775/2020	Cláusula suspensiva	6- Pavimentação no DF	A execução do contrato de repasse foi reportada como inviável pela SUPOP/SODF devido ao baixo valor disponibilizado e à dificuldade de dar cumprimento ao normativo referente a ação 1D73 (00110-00000976/2020-51). O parlamentar, autor da Emenda, foi comunicado da impossibilidade de execução.
899.471/2020	Cláusula suspensiva	7- Construção da cobertura da quadra de esporte da SQN 104	A execução do contrato de repasse foi reportada como inviável pela SUPOP/SODF devido ao baixo valor disponibilizado, bem como dificuldade em se aprovar o projeto para cobertura, uma vez que a área está destinada para outro equipamento público conforme relatado no processo: 00110-00000974/2020-61, o parlamentar foi comunicado da impossibilidade de execução.
897.413/2019	Cláusula suspensiva	8- Pavimentação no DF	Ao final de 2021 foi impetrada ação judicial solicitando a extensão do prazo para cumprimento de condição suspensiva, após decisão liminar, o contrato teve sua data para cumprimento estendida até 30/08/2022. (00110-00003529/2021-34).

Nº do Contrato de Repasse	Fase do Contrato	Objeto	Status e andamento em 2021
895.656/2019	Cláusula suspensiva	9- Implantação de campo de futebol em grama sintética no DF	Ao final de 2021 foi impetrada ação judicial solicitando a extensão de prazo para cumprimento de condição suspensiva, após decisão liminar, o contrato teve sua data para cumprimento estendida até 30/08/2022. (00110-00003525/2021-56).
894.652/2019	Cláusula suspensiva	10- Reforma da Praça Teodoro Freire	Ao final de 2021 foi impetrada ação judicial solicitando a extensão de prazo para cumprimento de condição suspensiva, após decisão liminar, o contrato teve sua data para cumprimento estendida até 30/08/2022. (00110-00003528/2021-90).
891.856/2019	Cláusula suspensiva	11- Reforma da Praça Salviano Guimarães, Setor Tradicional Centro Histórico	Ao final de 2021 foi impetrada ação judicial solicitando a extensão do prazo para cumprimento de condição suspensiva, após decisão liminar, o contrato teve sua data para cumprimento estendida até 30/08/2022. (00110-00003526/2021-09)
884.905/2019	Em execução	12- Reabilitação e urbanização acessível de espaços urbanos no Recanto das Emas - DF.	Projetos aprovados pela Caixa. Intervenção em processo licitatório na Novacap (00110-00002646/2021-81).
879.216/2018	Em execução	13- Implantação de Campo de Futebol de Grama Sintética na Vila Planalto - DF	A obra foi licitada e contratada, entretanto, devido a problemas relacionados ao aceite da documentação na Plataforma+Brasil e devido à autorização do início de obras, o Contrato de Repasse foi custeado com recursos próprios do DF, conforme relatado nos processos 00110-00002411/2018-93, 00110-00000278/2021-36 e 00110-00001713/2021-40.

Quadro 8b – Contratos de Repasse – OGU (Valores em R\$)

Nº do Contrato de Repasse	Fase do Contrato	Objeto	Status e andamento em 2021	Valor (R\$)		Avanço Financeiro	
				Contratado	Pago		
859.116/2017	Em execução	13- Reforma de espaços esportivos no Parque da Cidade - DF	Contrato de obras em andamento.	1.401.752,76	247.597,97	1.165.702,37	17,52%
843.692/2017	Prestação de contas concluída	14- Implantação de Campo de Futebol em Grama Sintética - Santa Maria DF	Prestação de contas concluída e aprovada junto à Caixa.	793.461,12	634.652,08	243.921,49	72%
843.686/2017	Prestação de contas concluída	15- Implantação de campo de futebol de grama Sintética - Planaltina-DF	Prestação de contas concluída e aprovada junto à Caixa.	1.214.718,61	1.081.370,52	133.348,09	89%
765.046/2011	Prestação de contas em análise	16- Implantação da Praça da Juventude em Itapoã	Pagamento final de remanescente de medição do ano de 2020 e prestação de contas realizada e, em análise na Caixa.	2.191.057,35	1.834.262,18	356.795,17	83,72%
Total				5.600.989,84	3.797.882,75	1.899.767,12	47,18%

Nos Quadros 8a e 8b, acima, são apresentados os 20 Contratos de Repasse provenientes de Emendas Parlamentares ao Orçamento Geral da União, sob a gestão desta Secretaria, que totalizam o montante de R\$ 51.176.537,80.

Destaca-se que, no ano de 2021, foram realizadas as prestações de contas finais de 03 contratos de repasse, sendo estes: 765.046/2011 – Praça da Juventude do Itapoã; 843.686/2017- Campo de Grama Sintética em Planaltina e 843.692/2017- Campo de Grama Sintética em Santa Maria.

Como tem sido mencionado nos relatórios de gestão desta Secretaria, a ausência de projetos de engenharia e demais questões técnicas não levadas em consideração antes da definição dos objetos das Emendas Parlamentares tem dificultado o avanço na execução dos Contratos de Repasse celebrados. Dentre as principais dificuldades, destacam-se:

- A interpretação dada pela Caixa à Portaria Interministerial nº 424/2016, que estabelece as normas de execução relativas às transferências de recursos da União, mediante convênios e contratos de repasse, em aspectos que tangem: a elaboração de projetos, questões de ordem fundiária e, situações constatadas na execução de obras, no que se refere a aditamentos considerados necessários para a conclusão de objetos pactuados;
- Recursos subdimensionados para execução dos projetos propostos e projetos inexequíveis, no âmbito da classificação funcional programática disponibilizada, bem como, não apresentação de projetos ao caderno de emendas por parte desta SODF no SINGER – Sistema de Gerenciamento de Recursos da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.
- Instabilidades verificadas na “Plataforma+Brasil”, bem como os prazos para correção de problemas;
- Implantação de um novo módulo na “Plataforma+Brasil”, sendo necessária a inserção manual de cada linha da planilha orçamentária, gerando morosidade e retrabalho;
- Falta de agilidade da Caixa em relação aos problemas de ordem técnica, verificados na “Plataforma+Brasil”. A exemplo desta constatação, pode-se ressaltar situação ocorrida com o Contrato de Repasse nº 879.216/2018, especificada no Quadro 8a, o que levou o GDF a arcar com os custos totais de intervenção que contava para a sua execução, principalmente, com os recursos oriundos de repasse da União.
- Constantes mudanças no arcabouço legal, por parte da União, que regulamenta a execução de Contratos de Repasse, constatando-se diversas alterações em regras e prazos pertinentes à inscrição de recursos de Emendas em restos a pagar (empenhos), por meio da LDO, LOA e Decreto Federal nº 93.872/86;
- Falta de adequação do regramento legal disposto na Portaria Interministerial nº 424/2016 e suas alterações, bem como na Instrução Normativa nº 2/2018/MPDG quanto à modalidade de obras por tamanho e complexidade, especialmente no que se refere aos prazos estabelecidos para cumprimento de cláusula suspensiva e execução e às situações específicas inerentes ao Distrito Federal, pertinentes aos aspectos fundiários;
- Limitação no número de ações orçamentárias disponibilizadas pela União para investimentos em obras públicas, cujos normativos restritivos não abrangem e/ou não são capazes de sintetizar a realidade de execução de obras públicas para o Distrito Federal, quando em conjunção com os baixos valores de investimentos disponibilizados por parlamentares deste ente federativo;
- Atuação limitada dos órgãos do DF, responsáveis pela captação e manutenção de investimentos originários do Orçamento Geral da União, na articulação em nível federal e, na adequação do regramento legal, impossibilitando investimentos da União no DF, não obstante haver demandas com potencial de atendimento mediante esses recursos;
- Morosidade na liberação de recursos financeiros junto ao Ministério concedente, para o pagamento das medições vinculadas aos Contratos de Repasse em execução;
- Judicialização de vários temas conexos às transferências voluntárias que dificultam a previsibilidade das ações e a segurança jurídica.
- Ademais, foram realizados esforços no âmbito da SODF para a adesão ao denominado Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União - MEG-Tr, conforme orientação da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.
- Ressalta-se ainda que, além da administração dos Contratos de Repasse de responsabilidade desta Secretaria, o setor de gerenciamento de recursos externos tem prestado apoio técnico nas questões afetas à “Plataforma+Brasil” e as transferências voluntárias da União, para outros órgãos do GDF, como as Secretarias de Estado de Esporte e Cultura, Novacap e Administrações Regionais.

3.5.2 Considerações

Em 2021, buscou-se a melhora do desempenho da Carteira de Contratos de investimentos de responsabilidade desta Secretaria, em especial com a adoção das iniciativas implantadas pelo Planejamento Estratégico Institucional da SODF, o que resultou em avanços consideráveis nos percentuais de desembolsos, em comparação ao mesmo período de 2020.

De forma geral, houve progressos na evolução das obras, na elaboração de projetos, orçamentos e nos procedimentos licitatórios ao longo do ano de 2021. Ademais, ressalta-se o aumento dos preços dos insumos da construção civil, neste ano, o que demandou a celebração de aditamentos para reequilíbrios contratuais, que impactaram nos valores disponibilizados inicialmente para as obras em andamento e no custo previsto das intervenções a serem licitadas, o que tem ocasionado aumento substancial dos aportes de contrapartidas obrigatórias.

Em face da situação apresentada, realizou-se os procedimentos administrativos necessários junto à SUCAP/SEEC, objetivando que os empreendimentos a cargo desta Secretaria sejam contemplados em novas fontes de financiamentos previstas, a serem firmadas pelo GDF, para se obter, em 2022, a regularidade de desembolsos provenientes dos Contratos de Financiamento e também para possibilitar a programação de novas intervenções.

Ressalta-se, ainda, o trabalho de apoio exercido a outras Secretarias, mais especificamente no que se refere as rotinas de captações e execuções de Emendas Parlamentares Federais, devido à complexidade de operação da Plataforma+Brasil.

Por fim, cumpre destacar a importância dos convênios firmados com a Terracap, que atualmente representam uma grande fatia na carteira de recursos desta SODF, executados com rotinas e prazos previamente definidos e acordados entre as partes, assegurando a continuidade e lançamento de novas obras.

3.6 Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PROCIDADES

A SODF foi indicada para participar do Grupo Executivo para acelerar as ações do Programa Procidades na Operação Internacional de Crédito nº 2957-OC/BR firmada entre o GDF e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por meio do Decreto nº 39.630, de 16/01/2019.

O Procidades tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico descentralizado do Distrito Federal mediante melhorias no ambiente de negócios e da promoção de investimentos, do fomento ao desenvolvimento empresarial e da melhoria da infraestrutura urbana em Áreas de Desenvolvimento Econômico - ADEs. O Programa está estruturado em quatro componentes: 1 – Desenvolvimento Institucional Estratégico; 2 – Programa de Atração de Investimentos; 3 – Desenvolvimento Empresarial nas ADEs e 4 – Urbanismo e Infraestrutura nas ADEs.

A SODF, enquanto integrante da execução do Programa, tem a possibilidade de ser contemplada com ações no âmbito do Componente I – Programa e Fortalecimento Institucional; e, portanto, foi inserida no Plano de Aquisições do Procidades. Diante dessa possibilidade, esta Secretaria buscou atuar em coordenação à SDE, visando a implantação da solução Building Information Modeling – BIM, que compreende a aquisição de servidor, switches e estações de trabalho (workstation), novos e em primeiro uso, além de solução de software de ferramenta BIM, transferência de conhecimento e consultoria (00110-00002463/2020-84).

Em 2021, esta Secretaria participou de todas as reuniões, coordenadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, cujos esforços alavancaram a retomada do contrato com o BID, sendo continuadas as obras até então paralisadas e as licitações pendentes, levando o BID em recente reunião de avaliação a elogiar os esforços do GDF, culminando em nova prorrogação do prazo da operação de crédito até 10/09/2022.

3.7 Acompanhamento Ambiental e Políticas de Saneamento Básico

A SODF deu prosseguimento aos trabalhos de elaboração e implementação de políticas públicas que versam sobre saneamento básico no DF, bem como em processos de licenciamento e monitoramento ambiental de obras públicas. Atuou-se diretamente na

organização de 05 Reuniões Ordinárias do Conselho de Saneamento Básico do DF e em 03 Grupos de Trabalho criados no âmbito desse Conselho.

3.7.1 Plano Distrital de Saneamento Básico – PDSB

No ano de 2021, além do acompanhamento e gestão, junto aos responsáveis pelas demandas e ações exigidas nos Planos PDSB e PDGIRS, a Secretaria, visando o cumprimento de metas, provocou a criação, novamente, da Comissão Técnica a fim de atualizar e revisar os Planos, visto que os mesmos já possuem 04 anos de existência. Nesse sentido, por meio da Portaria Conjunta nº 08, de 28/06/21 foi instituída a Comissão Técnica para a revisão do PDSB e PDGIRS. E, posteriormente, a Portaria nº 112, de 09/08/21 designou os representantes de cada entidade para compor a Comissão Técnica. No segundo semestre foram realizadas reuniões, pela Comissão Técnica, visando o levantamento dos programas e indicadores que atualmente não foram cumpridos, a fim de verificar a necessidade de atualização das metas, no que se refere à prestação do serviço de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário; serviço de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas; e prestação do serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

3.7.2 Plano Distrital de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PDGIRS

Neste exercício, assim como o PDSB, o PDGIRS, instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, previsto na Lei nº 12.305/10, cujo objetivo principal é traçar diretrizes para a gestão dos resíduos sólidos no DF, foi objeto de avaliação, visando à revisão e atualização dos programas e metas por meio da atuação da Comissão Técnica. Ocorreram reuniões no segundo semestre de 2021, e, as prestadoras de serviço (SLU e Novacap) avaliaram a minuta do Termo de Referência (TR) que subsidiou a contratação dos Planos em 2017 e realizaram proposta de novo TR, cujas tratativas serão discutidas em 2022.

3.7.3 Decretos Distritais, Comissões e Conselhos

3.7.3.1 Comitê Gestor do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Volumosos – CORC/DF

O CORC/DF, Comitê instituído pelo art. 14 da Lei nº 4.704 de 20/12/11, em seu § 2º “estabelece que o Serviço de Limpeza Urbana do DF e a Secretaria a que se vincula darão suporte técnico às atividades do comitê”. Diante da publicação do Decreto nº 41.693 de 05/01/21, que alterou o Decreto nº 39.610, de 01/01/19 e o Decreto nº 38.859, de 16/02/18, que passou a vinculação do Serviço de Limpeza Urbana do DF - SLU para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do DF – SEMA foi necessário ajuste na coordenação dos seguintes órgãos colegiados: Conselho de Limpeza Urbana - Conlurb e Comitê Gestor do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Volumosos do DF- CORC/DF, de modo a repassar a coordenação dos referidos órgãos colegiados à SEMA, órgão ao qual o SLU está atualmente vinculado. A SEMA acolheu os trâmites para a edição dos instrumentos essenciais à atualização dos diplomas, de modo a formalizar a assunção de competências atribuídas àquela Secretaria como gestora responsável pela política de gestão dos resíduos sólidos urbanos.

3.7.3.2 Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal – CONSAB

O CONSAB é composto por 24 membros que representam quatro grupos: Administração Pública do DF; prestadores de serviço de saneamento básico; usuários de serviços de saneamento básico; e de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e entidades de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento. Em 2021 foram realizadas tratativas relacionadas aos seguintes temas: Mudanças do regime hidrológico no DF; Sistema de Monitoramento de Chuvas Urbanas Intensas - SIMCURB; Zoneamento Ecológico-Econômico do DF - ZEE com foco em saneamento básico; Educação ambiental orientada ao saneamento básico; Projeto Acertar – Sistema utilizado para melhorar a qualidade da informação sobre o saneamento básico no Brasil; Atendimento de saneamento básico às populações informais e vulneráveis do DF; Atividades realizadas no ano de 2021 quanto aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Criou-se 3 Grupos de

Trabalho (GT) do Conselho, quais sejam: GT de educação ambiental – criado com o objetivo de "propor diretrizes gerais e estratégicas para a educação ambiental orientada ao saneamento básico no DF." GT de populações vulneráveis – criado com o objetivo de "propor diretrizes gerais e estratégicas visando ao atendimento das populações informais e vulneráveis do Distrito Federal com serviços de saneamento básico". GT processo seletivo – criado com o objetivo de "apoiar na elaboração de Portaria instituindo os procedimentos de credenciamento, indicação e escrutínio dos membros da sociedade civil para composição CONSAB/DF em mandato de 2022 a 2024". Para o próximo ano, o desafio se configura em continuar fortalecendo o Conselho, de forma a desenvolver atividades de acompanhamento da execução, discutindo temas relevantes sobre a questão do saneamento básico voltados à gestão e prestação dos serviços públicos, além do acompanhamento dos programas, metas e indicadores previstos no Plano.

3.7.3.3 Acompanhamento Ambiental de Obras Públicas

3.7.3.3.1 Licenças, Acompanhamento de Execução e Outorgas

No ano de 2021 a Secretaria realizou a gestão e o acompanhamento ambiental de diversos empreendimentos no DF. A equipe técnica da Secretaria trabalhou em diversos procedimentos para a obtenção de autorizações e licenças ambientais de interesse, da Pasta, e de outros Órgãos, sendo as respectivas obras acompanhadas, em geral, por esta SODF, de forma a auxiliar na clara execução das atividades em conformidade com a legislação ambiental.

Na Tabela 1, abaixo, estão relacionadas as Licenças e Autorizações recebidas durante este exercício:

Tipo	Empreendimento	Interessada	Atividade Licenciada
ASV 2053.4.20 21.51346	Viaduto da EPIG e alças de acesso e infraestrutura urbana, no âmbito do Corredor Oeste	SODF	Supressão de Vegetação para instalação do viaduto da EPIG e alças de acesso.
ASV - Renovação 2053.4.20 20.25155	Túnel de Taguatinga e Viadutos acessórios na Av. Samdu e EPCT/EPTG	SODF	Corte de Árvores Isoladas associado à atividade licenciável (Obra de Arte Especial - Túnel de Taguatinga e Viadutos Acessórios na Avenida Samdu, EPCT/EPTG e Usina de Concreto).
AA 06/2021	ESPM até o Terminal da Asa Sul	Terracap	Extração de material de empréstimo (solo) na área do jôquei e Bota espera provisório oriundo das obras de implantação de infraestrutura da via da Estrada Setor Policial Militar Sul (ESPM) até o Terminal da Asa Sul (TAS).
AA 031/2021	Recuperação Ambiental - Trecho 03 de Vicente Pires	Terracap	Execução do Plano de Recuperação Ambiental do Setor Trecho 03 - Vicente Pires.
LAS 02/2021	Via de ligação Guarã II e o Núcleo Bandeirante	Novacap	Implantação de obras de arte e duplicação da ligação entre o Guarã II e o Núcleo Bandeirante, inclusive passagens superiores sobre a Estrada de Ferro no acesso à vila EPVT, sobre a pista contorno do Guarã II e sobre o córrego Vicente Pires
LAS 07/2021	Av. Hélio Prates - Taguatinga	SODF	Implantação de faixa adicional contígua às faixas existentes, entendida como terceira faixa, sem relocação de população (Etapa 2)
LAS 30/2021	Túnel de Taguatinga	SODF	Túnel de Taguatinga e Viadutos acessórios na Avenida Samdu e EPCT/EPTG
LI 05/2021	Sol Nascente Trecho 02	Codhab	Complementação de drenagem pluvial e de pavimentação de vias do Trecho 02 do SHSN
LI 06/2021	Sol Nascente Trecho 03	Codhab	Regularização de núcleo urbano informal
LI 11/2021	Sol Nascente Trecho 01	Codhab	Regularização do parcelamento de solo urbano – Trecho 01 – Etapa 1 (ARIS Sol Nascente)
LI 15/2021	SOF SUL	Particular	Implantação e ampliação do sistema de drenagem pluvial e revitalização do pavimento asfáltico do SOF SUL e ampliação do sistema viário de acesso ao SOF SUL.
LI 24/2021	Sol Nascente Trecho 02	Codhab	Regularização de Parcelamento de Solo Urbano
LI 21/2021	Vicente Pires Trecho 03 (Gleba 01)	Terracap	Regularização de Parcelamento de Solo Urbano

Destaca-se, também, que a equipe técnica desta Secretaria atuou na manutenção das licenças ambientais vigentes, requerendo renovação ao órgão competente nos prazos legais estabelecidos e apresentando as informações técnicas necessárias à instrução de processos. E, em 2021, foi emitida a Outorga Prévia nº 20/2021, referente a um ponto de descarga no córrego do Guará, para o sistema de drenagem urbana do empreendimento “Rota de Segurança,” no SIN. Outro instrumento relevante para as ações desta Pasta, foi a Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLA, que desobriga automaticamente os empreendimentos/atividades de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental no âmbito do DF. Segue na Tabela abaixo as DLAs, alcançadas pela citada Resolução:

Tabela 2 - Quadro de Dispensa de Licenciamento Ambiental

Data	Objeto
20/01/2021	Requalificação da Av. Paranoá.
29/01/2021	Instalação de campo de futebol de grama sintética, Vila Planalto.
14/06/2021	Requalificação de duas praças nas QDs. 113 e 310, Recanto das Emas.
05/11/2021	Requalificação de calçadas na Av. W3 Sul, entre as QDs. 703 e 715.

Para a obtenção de todos os instrumentos elencados acima, na Tabela 1, a SODF atuou direta e indiretamente junto aos interessados e aos órgãos reguladores, de forma a instruir corretamente os processos de licenciamento ambiental. Destaca-se que, esta Pasta exerce o monitoramento das atividades na esfera ambiental de acordo com as disposições previstas nos licenciamentos e suas respectivas condicionantes, exigências e restrições.

Apresenta-se a seguir os empreendimentos que foram acompanhados, por esta SODF, quanto à temática ambiental:

- Setor Habitacional Vicente Pires - O Ibram emitiu a nova Licença de Instalação - LI nº 21/2021 – Ibram/PRESI referente ao Trecho 03 (Gleba 01), com validade de 4 anos. O Órgão ambiental, também se manifestou favorável à renovação tácita da LI nº 021/2016 que alcança as Glebas 2 e 4, que se tornou necessária, pois a vigência da referida licença terminaria em dez/2020. Por força da Instrução Normativa nº 20, de 02/06/20, emitida em virtude da pandemia da COVID-19, a LI (Corretiva) nº 042/2014 referente à Gleba 3 (Trecho 01), encontra-se tacitamente renovada até manifestação em definitivo pelo Ibram. Cabe ressaltar que as obras do empreendimento continuam em andamento, e por vezes há interferências com indivíduos arbóreos nas frentes de trabalho, os quais só podem ser suprimidos com Autorização de Supressão Vegetal – ASV, entretanto o prazo de validade da ASV, nº 03/2020, findou-se em 22/02/21. Portanto, a Secretaria realizou tratativas junto à Terracap e Ibram para emissão de manifestação pela dispensa de ASV ou a sua renovação, visando evitar a paralisação das obras de infraestruturas. Por sua vez, o Ibram emitiu parecer pela dispensa da ASV permitindo a supressão de indivíduos arbóreos até a conclusão das obras.
- Setor Habitacional Bernardo Sayão - Acompanhou-se as atividades finais dos Lotes 02 e 03 deste empreendimento. As licenças ambientais e as autorizações de supressão foram emitidas para todo o empreendimento em nome da Terracap.
- Setor Habitacional Sol Nascente (Trechos 01, 02 e 03) - A SODF atuou junto a Novacap para elaboração de Relatório de Cumprimento de Condicionantes da Licença de Instalação nº 15/2018 (Trecho 01 - Etapa 1); da Licença de Instalação nº 32/2018 (Trecho 03), e da Licença de Instalação nº 05/2021 (Trecho 02). E, ainda, atuou, junto à Codhab para que as informações fossem encaminhadas ao Ibram visando à renovação e/ou emissão de novas licenças ambientais, sendo essas: Licença de Instalação - LI nº 11/2021 (Trecho 01 - Etapa 1), Autorização Ambiental nº 49/2021 (Trecho 01 - Etapa 2), LI nº 24/2021 (Trecho 02), e LI - Corretiva nº 06/2021 (Trecho 03).
- ESPM (Estrada Setor Policial Militar) e ESPM - T15 (Corredor Eixo Oeste) - Obteve-se a Licença de Instalação – LI, realizou-se inventário florestal, elaborando os relatórios e plano de supressão junto ao Sinaflor-Ibama, e, encaminhou-se os documentos ao Ibram para emissão de autorização de supressão vegetal. Em relação ao T15, foi renovada a ASV até jul/2022.

- Túnel de Taguatinga (Corredor Eixo Oeste) - Acompanhou-se as atividades do Túnel de Taguatinga, por meio da Supervisora Ambiental, contratada de forma a atender a licença ambiental. A SODF tem monitorado as atividades ambientais da obra por meio da referida Supervisora que emite relatórios mensais.
- Praia Norte - realizado monitoramento das condicionantes ambientais contidas na Autorização Ambiental (AA) nº 031/2027, e desse trabalho foi elaborado o relatório de acompanhamento ambiental e encaminhado ao Ibram, visando o bom andamento do processo de licenciamento ambiental.
- Viaduto EPIG (Estrada Parque Indústrias Gráficas) - Obtida a autorização de corte de árvores isoladas, mediante realização de inventário florestal e com a complementação das informações oriundas da supervisora ambiental contratada. O inventário foi protocolado no Ibram, dando origem à autorização emitida. A SODF, por meio de sua equipe técnica atuou na orientação quanto à proteção da fauna dos indivíduos corujas-buraqueira, sendo solicitado que a empresa instalasse sinalizações de forma a evitar qualquer dano aos animais, até a mudança natural de habitat ou resgate por meios dos órgãos competentes.
- Drenagem SOF SUL - realizado o acompanhamento das atividades pertinentes à emissão de Licença de Instalação - LI SEI-GDF n.º 15/2021 - Ibram/PRESI. Obra de relevante interesse da população, tendo em vista as dificuldades recorrentes oriundas de alagamentos provocados pela ausência de um sistema eficiente de drenagem. Assim, desenvolveu-se um trabalho contínuo de acompanhamento do processo de licenciamento ambiental da intervenção programada.
- Via de Ligação Setor de Inflamáveis - realizada gestão perante o Ibram, DF Legal e a PMDF/DEMA para liberar as áreas de intervenção da obra que possuíam ocupações irregulares.

3.7.4 Gestão Ambiental

A Secretaria realizou ações no sentido de fortalecer a Gestão Ambiental e executou o gerenciamento de informações de obras contratadas junto ao Sistema e-RCC do SLU. As empresas contratadas foram habilitadas para emissão de Controle de Transporte de Resíduos - CTR vinculado aos seus contratos em execução. Esse sistema permite o acompanhamento do resíduo gerado por cada intervenção, quantitativo de material destinado na Unidade de Recebimento de Entulho - URE/SLU, acompanhamento de cobrança relacionada à recepção e ao gerenciamento de resíduos de construção civil pelo SLU. A habilitação da contratada cessa no prazo estipulado na execução contratual e/ou ao atingir limite de RCC previsto em contrato/projeto. A inclusão de novas obras e a habilitação das empresas executoras para abertura de CTR se dão conforme demanda apresentada pelo setor competente.

A Pasta recebeu por meio do Sinaflor 2 Autorizações de Supressão Vegetal, para as obras do Viaduto EPIG, ESPM-T15 e ESPM-T16, Sistema de Gestão de Solo de Escavação - SGSE. Verificou-se a necessidade de aprimorar a gestão do solo de escavação, uma classe de resíduo da construção civil, tendo buscado apoio dos setores competentes para a elaboração de um sistema de gestão do solo. Foi editada a Portaria nº 201/2021, instituindo o Sistema como ferramenta prioritária para a gestão do solo proveniente das obras de interesse desta Secretaria, como fonte primária de inserção de dados para a gestão do solo. Realizou-se, também, gestão junto ao Ibram, para fins de levantamento de áreas/jazidas licenciadas pelo órgão ambiental competente e apto a fornecer materiais como cascalho laterítico, argila, areias e pedras britadas, visando ao fornecimento do material para as obras desta Secretaria.

3.8 Principais situações que requereram avaliação da Assessoria Jurídico-Legislativa

Sobre a atuação, desta Pasta, no que tange a viabilidade jurídica, houve grande empenho neste exercício para destravar importantes procedimentos licitatórios e dar andamento em ações que viabilizaram o prosseguimento de grandes obras. Desta forma, atuou-se, diligentemente, em respostas às representações e questionamentos apresentados pelo Controle Interno e Externo (CGDF e TCDF); às ações propostas pelo MPDFT e às provenientes do Judiciário (TJDFT); bem como quanto ao acatamento das recomendações e determinações proferidas pela PGDF, atentando sempre para o interesse público na execução das obras e serviços de engenharia realizados por esta Secretaria.

Destaca-se que devido às variações de preços de insumos de obras, em 2021, houve a necessidade de se padronizar os procedimentos para avaliação igualitária da grande quantidade de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, que eram recebidos, assim, houve a necessidade de se instituir Grupo de Trabalho Interno - GTI para estudar e propor padronização de procedimentos a serem adotados para a análise e a aprovação dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiros dos contratos em vigência, nesta SODF (Portaria Interna nº 01, de 04/10/2021). Com a elaboração do "Manual de Metodologia de Revisão de Preços RV-3," pode-se analisar a viabilidade jurídica dos pleitos apresentados nos contratos: nº 14/2021 (Requalificar Via MN1, entre a Via N3 a Via M1, em quadras, ao longo, da Av. Hélio Prates), nº 20/2021 (Interseção da Rodovia DF-011 – EPIG, com a via de acesso ao Parque da Cidade e Setor Sudoeste), e nº 21/2021 (Projeto de Urbanização no Mestre D'Armas – Pró-Moradia).

Em observância a legislação vigente e as recomendações do TCDF (Despacho Singular nº 224/2021 – GCMM/TCDF), atuou-se na aprovação do Termo de Referência - TR e, em conjunto com a Novacap, formulou o Edital do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para licitar os serviços de readequação da EPIG, necessários para a implantação de Corredor Exclusivo de Transporte Público Coletivo no Sistema BRT (Bus Rapid Transit), do Corredor Eixo Oeste, bem como para atender ao Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do DF – PDTU/DF. E, por meio da Decisão nº 3756/2021 do TCDF foi determinado o prosseguimento do certame, condicionado ao saneamento de falhas, que foram corrigidas com a apresentação da identificação de documentos de Responsabilidade Técnica pelos Orçamentos Onerado e Desonerado.

Certames licitatórios foram desembaraçados e importantes obras puderam ser contratadas, tais como:

- Tomada de Preços nº 003/2019 – ASCAL/PRES/Novacap - Praça do Povo - Contrato 006/2021;
- Concorrência nº 009/2020 – ASCAL/PRES/Novacap - Infraestrutura no Setor Habitacional Vicente Pires - Contrato 019/2021;
- Concorrência nº 001/2019 - ASCAL/PRES/Novacap - Viaduto na interseção entre a DF-011 (EPIG) e o Parque da Cidade/Setor Sudoeste - Contrato 020/2021;
- Tomada de Preços nº 002/2020 - ASCAL/PRES/Novacap - Elaboração de Projetos Executivos de Infraestrutura Urbana e OAE (travessias); Lote 01 e Lote 02 - Trecho 03 (Infraestrutura Urbana das Bacias 01 e 02 e Áreas Remanescentes), no Setor Habitacional Sol Nascente - SHSN - Contratos nº 015/2020 (Lote 1) e nº 016/2020 (Lote 2);
- Concorrência nº 012/2020 – ASCAL/PRES/Novacap - Infraestrutura dos serviços remanescentes do Setor Habitacional Sol Nascente - Trecho 2 - Contrato 015/2021.
- E, ainda, com relação ao Sol Nascente, foram adotadas providências para o andamento dos seguintes certames:
- Concorrência nº 009/2021 – DECOMP/DA/Novacap (Infraestrutura no SHSN, Trecho 01 e parte do Trecho 03, bacias e OAE que promoverá a ligação interna entre os Trechos 01 e 02) Suspensa, cautelarmente, pelo TCDF (Despacho Singular 532/2021-GCRR) para a adoção de medidas corretivas no tocante à ausência de Licença Prévia e impropriedades na elaboração do orçamento estimativo e na previsão do quantitativo de piso intertravado exigido na licitação.
- Concorrência nº 012/2021 - DECOMP/DA/Novacap (Infraestrutura no SHSN, Trecho 03 (Lote 01), incluindo pavimentação, drenagem urbana, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical e bacias de detenção) - Edital publicado (DODF de 16/12/21), com data prevista para a realização do certame em 18/01/22.
- Concorrência nº 013/2021 - DECOMP/DA/Novacap (Infraestrutura no SHSN, Trecho 03 - Lote 02) - Edital publicado (DODF de 16/12/21) com data prevista para a realização do certame em 19/01/22.

Importante destacar, também, a atuação das áreas técnicas, desta Pasta, no sentido de cumprir a Determinação Judicial, proferida em dez/2020 e sanar as pendências apontadas, para dar continuidade à execução dos serviços de construção da bacia de detenção, do Canal e Bueiro N.A.T.M (New Austrian Tunnelling Method), cerca viva e plantio de grama no km 4 da DF-290, em Santa Maria. No intuito de diminuir o impacto das referidas obras na população daquela localidade, apresentou à PGDF as providências adotadas com relação à decisão em

sede de Embargos de Declaração (Agravo de Instrumento nº 0700043-89.2021.8.07.0000), e diligenciou junto ao DER/DF, que tem jurisdição sobre a Rodovia (DF-290), para que promovesse a execução do envelopamento da AAB-SANEAGO (Saneamento de Goiás S.A.), o que possibilitou dar continuidade aos serviços contratados (Contrato nº 001/2020) e a obra foi concluída em junho/2021.

3.9 Controle Interno

A Unidade de Controle Interno – UCI/SODF, com o advento da Portaria nº 141/20-SODF, de 18/12/20, passou a executar análises, prévias, da conformidade da instrução de todos os processos, referentes aos aditivos contratuais e pagamentos dos contratos desta SODF, bem como, assegurar que os pagamentos decorrentes de alterações contratuais tivessem observância aos princípios da legalidade, eficiência, eficácia, efetividade e economicidade. Este procedimento contribuiu para uma melhora expressiva na qualidade da instrução dos processos de pagamento e aditivos contratuais e uma maior adequação às normas vigentes. Atuou-se, ainda, no acompanhamento das Ações de Controle (Auditorias e Inspeções); nas manifestações do Secretário nos Informativos de Ações de Controle – IAC; nos Relatórios de Auditorias e Inspeções e nas Tomadas de Contas Especiais instauradas no âmbito desta Pasta ou das entidades supervisionadas.

3.10 Correição

Deu-se continuidade aos procedimentos administrativos instaurados em anos anteriores, sendo também instauradas novas apurações, totalizando 14 procedimentos administrativos, dos quais: 02 Sindicâncias e 02 Tomadas de Contas Especiais – TCE que estão em apuração; e 06 Sindicâncias; 02 Tomadas de Contas Especiais e 02 Procedimentos de Investigações Preliminares - PIP foram concluídos neste exercício. Ressalta-se, ainda, que estão sob análise a instauração de outros 12 procedimentos administrativos, quais sejam: 08 Sindicâncias, 03 Tomadas de Contas Especiais - TCE e 01 Procedimento de Apuração de Fornecedor – PAF.

3.11 Gestão Estratégica e Projetos

Gestão Estratégica

Ainda, neste exercício, acompanharam-se as metas do Planejamento Estratégico Institucional das Unidades desta SODF, com perspectiva de realizar em 2022, uma análise crítica das batalhas, iniciativas e ações com vistas a propor melhorias nos resultados alcançados.

Gestão de Riscos

O Processo de Gestão de Riscos desta SODF foi reestruturado, com redefinição do escopo, e, criada uma nova matriz de riscos, com elaboração do Plano de Ação de Prevenção e Monitoramento. Realizou-se, neste exercício, o mapeamento de Processos da Comissão Permanente de Licitação – CPLIC e da AGEPE, e para o próximo exercício há perspectiva de realização do monitoramento de riscos e criação de indicadores, em conjunto com as unidades da SODF.

Comitê Interno de Governança e Modelo de Excelência em Gestão de Transferências da União

Promoveu-se soluções para melhoria do desempenho institucional e para a implementação de boas práticas de governança e compliance. Atualizou-se a Portaria que instituiu o Comitê Interno de Governança Pública – CIG, criado com o objetivo de garantir o desenvolvimento e a apropriação das melhores práticas de governança de forma contínua e progressiva, nos

termos estabelecidos pelo Conselho de Governança Pública – CGov. O Comitê, desta SODF incorporou as atribuições e competências tratadas no Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União - MEGTr (Portaria nº 185, de 17/11/21, considerou a Portaria nº 66, de 31/03/17 e a Portaria nº 143, de 20/09/21). Considerou-se, também, a Resolução nº 03, de 06/10/21, do CGov incorporando novas competências ao CIG, em temas de governança correlatos às áreas de desburocratização, tecnologia da informação, inovação e mapeamento de processos.

Em 2021, o Modelo de Excelência em Gestão de Transferências da União (MEG-Tr) teve sua implantação iniciada na área de Gestão de Recursos Externos, desta SODF, sendo suas ações monitoradas e acompanhadas pela Assessoria de Gestão Estratégica e Projetos – AGEP. E, neste exercício, a Secretaria alcançou a categoria Bronze 2 com a pontuação provisória de 36,27, demonstrando que apresenta melhorias na sua gestão, na prestação dos serviços, nos resultados decorrentes da priorização e adoção de boas práticas de gestão. Para o próximo ano a SODF irá acompanhar e executar as ações de melhorias propostas no âmbito do Instrumento MEG-Tr 100 Pontos, em conjunto com o setor de gerenciamento de recursos externos desta Secretaria.

Programa de Integridade de Pessoas Jurídicas

A Secretaria implantou o Programa de Integridade de Pessoas Jurídicas que consiste em um conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios e fraudes, com base no Decreto nº 40.388, de 14/01/20 e na Lei Distrital nº 6.112 de 02/02/18, alterada pela Lei nº 6.308, de 13/06/19, que estabelece a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do DF, em todas as esferas de Poder, com valores globais iguais ou superiores a R\$ 5.000.000,00, e em consonância com as orientações da CGDF. Foram monitoradas as empresas que executam os seguintes contratos:

Contrato	Empreendimento
014/2021	Requalificação da Via MN1
015/2021	Infraestrutura urbana no Setor Habitacional Sol Nascente, Trecho 02
022/2021	Reformulação do Sistema Viário na ESPM – Corredor de Transporte Urbano Eixo Oeste

Programa de Integridade Interna

Publicou-se, neste exercício o Regimento Interno de Ética da SODF (Portaria nº 142 de 27/09/21), e encontra-se em elaboração a Cartilha e o Código de Conduta dos Servidores Públicos desta Secretaria, com publicação prevista no início de 2022.

3.12 Ouvidoria

As manifestações dos cidadãos que buscaram os serviços da Ouvidoria do DF, foram registradas, em 2021, pelos canais de atendimento, 10.992 demandas, destinadas a esta Secretaria. No que concerne à quantidade de demandas quanto à classificação foi: 5.868 reclamações, 4.974 solicitações, 51 elogios, 59 sugestões, 40 informações, e nenhuma denúncia. As Regiões Administrativas que mais demandaram foram: Plano Piloto 1.663; Ceilândia 1.080; Taguatinga 976; Samambaia 761; Gama 670; Guará 601; Recanto das Emas 514; Planaltina 472; Santa Maria 415 e São Sebastião 392.

Entre os temas mais abordados estão: Funcionamento de Postes de Iluminação 9.012; Falta de Iluminação Pública 1.023; Instalação de Poste de Iluminação 444; Galeria de Águas Pluviais 61; Projetos e Obras de Infraestrutura Urbana 58; Remanejamento de Poste de Iluminação Pública 56; Pavimentação Urbana – Asfalto 38; Execução de Obras Públicas na Área de Infraestrutura Urbana 23; Construção de Calçadas e/ou meios fios 22; Serviço Prestado por Órgão/Entidade do Governo do DF 22.

Destaca-se que das 10.992 manifestações recebidas e tratadas pela Ouvidoria/SODF, o cidadão respondeu uma avaliação quanto à resolutividade de sua demanda, que derivou na seguinte classificação: 64% Respondidas, 16,4% Não Resolvidas, 0,4% Não Resolvidas após a Resposta Complementar, 15,2% Resolvidas, 1% foram avaliadas como Resolvidas após a Resposta Complementar, e 3% se encontram em análise.

Em cumprimento à aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação, os pedidos, direcionados a esta Secretaria, somaram um total de 51 solicitações, no ano de 2021, impetrados 07 Recursos de Primeira Instância, representando 13,7% do total de pedidos. Registra-se, ainda, 406 atendimentos à imprensa, efetuados pela Assessoria de Comunicação, e com intuito de se aproximar, ainda mais da população do DF, criou-se o perfil da SODF no instagram (@sec_obras) por meio do qual o cidadão tem acesso direto aos trabalhos que estão sendo executados por esta Secretaria.

Pelo 6º ano consecutivo a Secretaria de Obras foi premiada por apresentar 100% de pontuação no Índice de Transparência Ativa (iTA), premiação concedida pela CGDF que estabeleceu, em 2016, o Índice de Transparência Ativa (iTA) para avaliar o grau de cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI), e ranquear os Órgãos e Entidades do GDF que se destacam na publicação das informações de transparência ativa, em atendimento à Lei nº 4.990/2012.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

4.1 Panorama da Execução Orçamentária e Financeira

A Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura/SODF, a partir da edição da Lei Orçamentária Anual - LOA, (Lei nº 6.778, de 06/01/2021), obteve em seu Orçamento, no exercício financeiro de 2021, o valor fixado de R\$ 647.327.669,00, para a programação das despesas pertinentes à atuação da Pasta, que acrescido das movimentações orçamentárias, ao longo do ano, alcançou o montante de R\$ 739.557.170,91, a título de Despesa Autorizada.

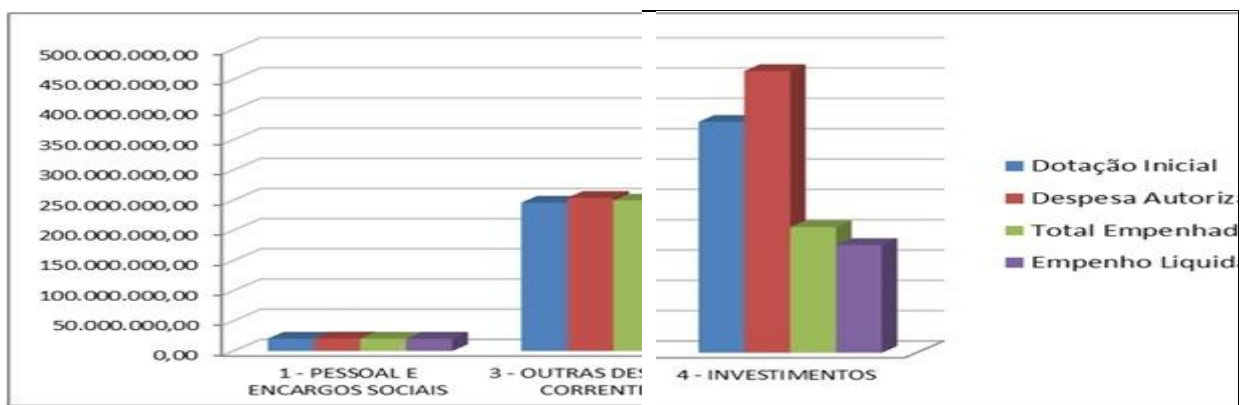
Apresenta-se abaixo a distribuição dos valores alocados por Grupo de Despesas, desmembrados por Fontes de Recursos:

1- Recursos orçamentários alocados por Grupo de Despesas:

Grupo de Despesas	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Total Empenhado	Empenho Liquidado	Empenho Liquidado / Despesa Autorizada (%)	Empenho Liquidado / Total Empenhado (%)
1 - Pessoal e Encargos	20.726.929,00	20.866.929,00	20.542.747,14	20.515.791,30	98,32%	99,87%
3 - Outras Despesas Correntes	245.876.934,00	254.131.306,23	249.647.354,97	217.935.333,18	85,76%	87,30%
4 - Investimentos	380.723.806,00	464.558.935,68	207.223.820,93	177.704.490,78	38,25%	85,75%
Total	647.327.669,00	739.557.170,91	477.413.923,04	416.155.615,26	56,27%	87,17%

Fonte: Dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGo - Módulo: Consulta Execução Orçamentária - Gerencial, por Unidade Gestora - UG. Posição: 31/12/2021

Gráfico correspondente aos recursos alocados por Grupo de Despesas:



2 – Recursos orçamentários alocados por Grupo de Despesas, desmembrados por Fontes de Recursos:

Posição: 31/12/2021

Grupo de Despesas	Categoria	Fonte	Descrição da Fonte	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Total Empenhado	Empenho Liquidado	Crédito Disponível	Empenho Liquidado / Despesa Autorizada (%)	Empenho Liquidado / Total Empenhado (%)
Pessoal e Encargos Sociais	1	100	Ordinário Não Vinculado	20.726.929,00	20.726.929,00	20.408.460,36	20.381.504,52	318.468,64	98,33%	99,87%
		183	Desvinculação de Receita do DF - EC 93/2016	0,00	140.000,00	134.286,78	134.286,78	5.713,22	95,92%	100,00%
		Total Grupo 1		20.726.929,00	20.866.747,14	20.542.747,14	20.515.791,30	324.181,86	98,32%	99,87%
Outras Despesas Correntes	3	100	Ordinário Não Vinculado	9.602.797,00	37.613.209,00	36.276.423,31	6.987.448,67	276.197,05	18,58%	19,26%
			Emendas Parlamentares Individuais	8.395.000,00	400.000,00	399.687,77	399.687,77	312,23	99,92%	100,00%
		111	Taxa de Expediente	27,00	27,00	0,00	0,00	27,00	0,00%	0,00%
		120	Diretamente Arrecadados	11.696,00	11.696,00	0,00	0,00	11.696,00	0,00%	0,00%
		121	Aplicações Financeiras Vinculadas	0,00	980,00	12,15	12,15	967,85	1,24%	0,00%
		131	Convênios com Órgãos do GDF	0,00	500.000,00	300.000,00	126.629,79	200.000,00	25,33%	42,21%
		134	Contribuição para Iluminação Pública	159.503.673,00	154.956.154,23	154.956.154,08	154.482.449,49	0,15	99,69%	99,69%
		135	Operações de Crédito Internas	0,00	5.237.383,00	2.629.511,33	1.285.348,39	2.607.871,67	24,54%	48,88%
		183	Desvinculação de Receita do DF - EC 93/2016	68.363.741,00	53.919.635,00	53.834.712,02	53.824.418,32	84.922,98	99,82%	99,98%
		321	Aplicações Financeiras Vinculadas	0,00	382.725,00	142.045,40	135.394,89	240.679,60	35,38%	95,32%
		332	Convênios Outros Órgãos - Exercícios Anteriores	0,00	181.081,00	181.079,28	176.056,08	1,72	97,23%	97,23%
		335	Operações de Crédito Internas	0,00	209.000,00	209.000,00	209.000,00	0,00	100,00%	100,00%
		390	Contrapartida de Convênio - Tesouro	0,00	15.843,00	15.842,02	15.842,02	0,98	99,99%	100,00%
821	Aplicações Financeiras Vinculadas	0,00	395,00	394,43	394,02	0,57	99,86%	100,00%		

Grupo de Despesas	Categoria	Fonte	Descrição da Fonte	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Total Empenhado	Empenho Liquidado	Crédito Disponível	Empenho Liquidado / Despesa Autorizada (%)	Empenho Liquidado / Total Empenhado (%)
		832	Convênios com a União - Emendas Individuais - EPI	0,00	703.178,00	702.493,18	292.651,18	684,82	41,62%	41,66%
		Total Grupo 3		245.876.934,00	254.131.306,23	249.647.354,97	217.935.333,18	3.423.362,62	85,76%	87,30%
Investimentos	4	100	Ordinário Não Vinculado	8.000.000,00	29.132.015,00	28.854.240,18	25.578.905,84	277.774,82	87,80%	88,65%
			Emendas Parlamentares Individuais	16.843.000,00	2.160.604,00	1.153.297,11	1.076.839,39	507.306,89	49,84%	93,37%
		131	Convênios Outros Órgãos do GDF	87.297.760,00	93.529.369,00	31.965.449,79	28.165.552,82	61.563.919,21	30,11%	88,11%
		132	Convênios Outros Órgãos (Não Integrantes do GDF)	11.644.860,00	2.229.860,00	0,00	0,00	2.229.860,00	0,00%	0,00%
		134	Contribuição para Iluminação Pública	4.388.232,00	2.935.748,52	2.935.748,18	953.048,60	0,34	32,46%	32,46%
		135	Operações de Crédito Internas	223.129.951,00	257.748.314,00	95.289.534,11	78.915.017,95	162.458.779,89	30,62%	82,82%
		183	Desvinculação de Receita do DF - EC 93/2016	1.880.671,00	25.383.280,16	25.383.278,49	22.332.860,48	1,67	87,98%	87,98%
		321	Aplicações Financeiras Vinculadas	0,00	172.858,00	0,00	0,00	172.858,00	0,00%	0,00%
		335	Operações de Crédito Internas	0,00	17.715.204,00	14.574.946,52	14.372.547,05	3.140.257,48	81,13%	98,61%
		390	Contrapartida de Convênio - Tesouro	0,00	6.012.351,00	5.998.757,43	5.998.757,43	13.593,57	99,77%	100,00%
		732	Convênios com a União - Emendas Individuais - EPI	27.539.332,00	27.539.332,00	1.068.569,12	310.961,22	26.470.762,88	1,13%	29,10%
				Total Grupo 4		380.723.806,00	464.558.935,68	207.223.820,93	177.704.490,78	256.835.114,75
Total Grupos 1, 3 e 4 - R\$			647.327.669,00	739.557.170,91	477.413.923,04	416.155.615,26	260.582.659,23	56,27%	87,17%	

Fonte: Dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGo - Módulo: Consulta Execução Orçamentária - Gerencial, por Unidade Gestora - UG.

Observa-se que a maior parte dos recursos correspondentes ao Grupo 3 – Outras Despesas Correntes, era vinculada à Contribuição para Iluminação Pública - CIP, oriunda da arrecadação do DF (Fonte 134), destinada à execução das ações de fornecimento de energia elétrica e de manutenção de Iluminação Pública no DF.

Também em relação aos recursos destinados a custear as ações de iluminação pública, cabe salientar que no exercício de 2021 ocorreu a transposição de dotações orçamentárias, originalmente alocadas no Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD desta Secretaria (Unidade Orçamentária 22.101), para a Secretaria de Estado de Economia - SEEC/DF (Unidade Orçamentária 19.101), mediante o Decreto nº 41.991, de 12/04/21 (DODF nº 68, de 13/04/21).

Por conseguinte, houve a necessidade de celebração de Portarias Conjuntas de descentralização de créditos orçamentários entre a SEEC/DF e esta SODF, no montante de R\$ 84.545.988,23, utilizados para efetivar as liquidações/pagamentos de despesas mensais dos contratos firmados por esta Pasta, pertinentes à execução de ações relacionadas à Iluminação Pública (CT nº 002/2017 e CT nº 004/2018). Todavia, com a edição do Decreto nº 42.657, de 26/10/21 (DODF nº 202, de 27/10/21), ocorreu uma nova transposição de dotações, que, inversamente ao Decreto nº 41.991/2021, retornou parte dos créditos alocados na SEEC/DF para o Orçamento desta Secretaria, restando desnecessária a continuidade dos procedimentos de descentralização de créditos entre as partes.

Além dos recursos vinculados à CIP, houve necessidade de aporte adicional nas fontes 100 e 183, para custear as despesas decorrentes da administração do Parque de Iluminação Pública do DF, relativas ao último bimestre de 2021, sendo obtido acréscimo de R\$ 31.164.003,00 apenas em 31/12/2021, com a publicação do Decreto nº 42.888/2021.

Frisa-se, no entanto, que montante substancial dos recursos adicionados ao Grupo 3 em 31/12/2021, restou não liquidado, uma vez que as despesas referentes à manutenção de iluminação pública do mês de dezembro/2021, terão suas medições apresentadas na segunda quinzena de janeiro/2022, e serão quitadas mediante saldo de notas de empenho inscritas em restos a pagar não processados.

Ainda sobre o Grupo 3, pondera-se em relação aos recursos alocados na fonte 100, que estes possibilitaram custear as despesas com a prestação dos serviços de consultorias técnicas especializadas, decorrentes dos contratos nºs 018/2020, 018/2021 e 025/2021, imprescindíveis para dar suporte à supervisão e o acompanhamento das seguintes obras: implantação do Túnel Rodoviário sob a Avenida Central de Taguatinga; interseção da rodovia DF-011 (EPIG) com a via de acesso ao Parque da Cidade e o Setor Sudoeste, incluindo alças de acesso, calçadas, dois viadutos e infraestrutura urbana; e a reformulação do sistema viário na Estrada do Setor Policial Militar – ESPM, no trecho entre a interseção EPIG/ESPM e o viaduto W3 Sul, para implantação de Corredor Exclusivo de Transporte Público Coletivo no Sistema BRT (Bus Rapid Transit), denominado Corredor Eixo Oeste.

Acerca dos recursos do Grupo 4 – Investimentos, verifica-se que aproximadamente 92% da dotação inicial estava vinculada às fontes de recursos previstas à conta de desembolsos de operações de crédito e de contratos de repasse, celebrados com a União, por intermédio da Caixa (Fontes 132, 135 e 732), bem como de convênios com órgãos integrantes da estrutura do GDF, (Fonte 131), na situação em tela, firmados com a Terracap.

Vale ressaltar que o desempenho obtido por grupos de despesas, indica haver menor eficiência na execução de recursos do Grupo 4 – Investimentos, evidenciando discrepância em relação aos demais grupos, todavia, há que se considerar, consignaçaõ acentuada nesse grupo de despesas, quanto aos recursos vinculados às fontes externas (financiamentos, contratos de repasse e convênios), que, para a efetiva realização é indispensável a conclusão de licitações de grande porte.

Especificamente sobre os empreendimentos que requerem a utilização de créditos lastreados por fontes de recursos externas, cumpre ressaltar que o valor estimado para alocação no Orçamento da Pasta é precedido de instrução por parte do setor interno que procede à gestão desses recursos, junto ao órgão financiador (Caixa). Porém, tem-se observado a impossibilidade de se aferir a previsão de execução desses créditos, linearmente, sobretudo, devido ao tempo transcorrido para se obter o desfecho de certames das intervenções vinculadas a essas fontes externas, o que tem ocasionado baixa execução orçamentária verificada nos últimos anos.

A propósito dessa constataçaõ, elenca-se no Quadro a seguir os montantes demandados para os procedimentos licitatórios, autorizados em 2021, com base nas alocações de fontes de recursos provenientes de operações de crédito/contratos de repasse. Depreende-se do estágio desses certames, que a maior parte terá prosseguimento e possível resultado no exercício subsequente de 2022:

Processo Administrativo	Intervençaõ/Serviço	Edital de Licitaçaõ	Estágio da Licitaçaõ em 31/12/2021	Valor Orçado - R\$
00110-00002590/2020-83	Desenvolvimento de projetos e execuçaõ de obras de readequaçaõ da Rodovia DF-011 – EPIG.	RDCI nº 01/2021 – DECOMP/DA	Em andamento	160.237.391,86
00110-00003128/2020-01	Elaboraçaõ e Readequaçaõ de Projeto Executivo de Infraestrutura Urbana – Drenar DF.	Tomada de Preços nº 001/2021 – DECOMP/DA	Em fase de homologaçaõ	3.428.735,52
00110-00001028/2021-13	Execuçaõ dos serviços da Etapa 02 da Avenida Hélio Prates em Taguatinga.	Concorrência nº 08/2021 – DECOMP/DA	Em andamento	54.072.842,50

Processo Administrativo	Intervenção/Serviço	Edital de Licitação	Estágio da Licitação em 31/12/2021	Valor Orçado - R\$
00110-00002366/2021-72	Execução das Obras de Infraestrutura Urbana Remanescentes no Trecho 01 e parte do Trecho 03, do Sol Nascente.	Concorrência nº 009/2021 - DECOMP/DA	Suspensa	53.104.205,21
00110-00002646/2021-81	Implantação de praça na Quadra 113, Recanto das Emas, RA XV, Distrito Federal.	Pregão Eletrônico nº 030/2021 - DECOMP/DA	Em fase de homologação	876.632,74
00110-00002474/2021-45	Execução das Obras de Infraestrutura Urbana no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 03/Lote 01.	Concorrência nº 012/2021 - DECOMP/DA	Em andamento	80.501.175,91
00110-00002965/2021-96	Execução das obras de infraestrutura urbana no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 03/Lote 02.	Concorrência nº 013/2021 - DECOMP/DA	Em andamento	68.694.144,41
00110-00003137/2021-75	Execução das obras de infraestrutura urbana no Lote 01, do Setor Habitacional Bernardo Sayão, incluindo pavimentação, drenagem urbana, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical e bacia de detenção.	Concorrência nº 016/2021 - DECOMP/DA	Em andamento	22.498.208,69
Valor total - R\$				443.413.336,84

Fonte: Dados extraídos do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Relativamente aos recursos próprios, provenientes da arrecadação do DF, estes representaram aproximadamente 8% do total da dotação inicial (Fontes 100,183 e 134), dos quais 4% referiam-se aos créditos alocados por iniciativa do Poder Legislativo, consistindo de Emendas Parlamentares Distritais.

A despeito do baixo percentual alocado na dotação inicial, no que se refere aos recursos próprios, em especial na fonte 100, houve suplementação orçamentária na ordem de R\$ 30.189.634,00, o que possibilitou dar continuidade às obras de Construção do Túnel Rodoviário de Taguatinga (CT nº 004/2016), custeando os reajustamentos decorrentes dessa intervenção, e de Requalificação do Setor de Rádio e TV Sul (Contrato nº 012/2020), assim como, efetivar a contratação das obras de Revitalização da Praça do Povo (CT nº 006/2021).

A suplementação obtida na fonte 100, Grupo 4, também permitiu a autorização de certames de demandas bastante reivindicadas nas regiões do Paranoá, do Setor de Oficinas Sul e na área central de Brasília, consistindo das obras de: Revitalização da Avenida Paranoá (Concorrência nº 05/2021 - DECOMP/DA), Requalificação Urbana do SOF Sul (Concorrência nº 010/2021 - DECOMP/DA) e Requalificação Urbana no Setor Comercial Sul, Quadra 03 (Concorrência nº 011/2021 - DECOMP/DA).

Em relação à execução orçamentária dos créditos oriundos de emendas parlamentares distritais, salienta-se normativo afeto à matéria, editado em 2021, mediante o Decreto nº 41.919, de 19/03/21. O acompanhamento quanto à liberação desses recursos é exercido no âmbito do Sistema de Controle de Emendas Parlamentares - SISCONEP.

Nesse exercício de 2021, houve remanejamento da maior parte dos créditos de emendas parlamentares distritais, inicialmente alocadas nesta Unidade Orçamentária, tendo ocorrido liberação do montante de R\$ 2.560.604,00, por parte do Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento do Poder Executivo.

Os recursos desbloqueados, procedentes de emendas, destinaram-se à execução de intervenções relacionadas às ações de iluminação pública no DF, sendo empenhados R\$ 1.552.984,88 por esta Secretaria, e efetivada descentralização orçamentária no valor de R\$

500.000,00, para a Administração Regional de Samambaia, em atendimento à solicitação do parlamentar, autor da emenda.

Salienta-se, ainda, a ocorrência de recursos liberados no montante de R\$ 507.619,12, que restou sem utilização programada pelo setor técnico competente, devido à ausência de limites nas contratações vigentes entre esta Secretaria e a CEB, além de problemas relatados por aquela Companhia quanto a questões contratuais da CEB Holding perante suas terceirizadas.

Segue abaixo o desempenho orçamentário de 2021 dos recursos oriundos das emendas parlamentares distritais:

Resumo da Execução Orçamentária - Emendas Parlamentares 2021	
Exercício 2021 (Posição: 31/12/2021)	Valor R\$
Dotação inicial	25.238.000,00
Remanejamentos efetivados por iniciativa dos Parlamentares, para outras finalidades governamentais (anulações)	21.731.396,00
Saldo consignado	3.506.604,00
Créditos bloqueados	946.000,00
Despesa autorizada	2.560.604,00
Total empenhado	1.552.984,88
Destaque concedido (descentralização orçamentária)	500.000,00
Créditos disponíveis na UG (não utilizados até o final do exercício)	507.619,12

Fonte: Dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGo - Módulo: Consulta Execução Orçamentária - Gerencial, por Unidade Gestora - UG.

No tocante às descentralizações orçamentárias concedidas a outros órgãos por esta Secretaria, celebrou-se as Portarias Conjuntas nº 01 de 25/01/2021; nº 04 de 12/04/2021 e nº 05 de 11/05/2021, com a Novacap, no valor total de R\$ 690.588,64, destinadas ao pagamento de taxa ambiental; e a contratação de serviços de sondagens, ensaios técnicos, e inspeções cadastrais, rotineiras e especiais de Obras de Arte Especiais, e com a Administração Regional de Samambaia, no valor de R\$ 1.500.000,00 conforme as Portarias Conjuntas nº 11, de 15/10/2021 e nº 12, de 26/10/2021, para custear obras/serviços de iluminação pública dessa localidade.

Por último, ressalta-se o resultado global da execução orçamentária da Pasta, que demonstra uma realização de 56,27% da Despesa Autorizada, ou seja, do total de R\$ 739.557.170,91 houve liquidação do montante de R\$ 416.155.615,25.

4.2 Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício

Os resultados apresentados neste Relatório, evidenciam os impactos das ações da SODF diretamente na melhoria da qualidade de vida dos brasilienses, com a implantação de importantes obras de infraestrutura. Desta forma, o Relatório apresenta breve histórico e síntese da estrutura organizacional da SODF; as realizações dos diversos programas de governo; e, informações complementares, tais como: descritivo dos diversos empreendimentos sob a responsabilidade da SODF, convênios firmados com órgãos do GDF e da União, contratos de financiamento e de repasse, acompanhamento ambiental e políticas de saneamento básico, além de outros aspectos como o panorama da execução orçamentária e financeira no exercício de 2021 e o presente diagnóstico do desenvolvimento desta Unidade.

Diante da restrição orçamentária quanto aos recursos oriundos da arrecadação do Distrito Federal, esta Secretaria manteve como meta prioritária em 2021, programar a execução de intervenções previstas a serem custeadas a partir de recursos de financiamentos, celebrados em gestões anteriores, que ao longo dos anos não apresentavam perspectiva de efetiva concretização, o que impedia o ingresso dos recursos provenientes de operações de crédito à disposição do governo, para implementar ações específicas que restavam desatendidas, principalmente, as vinculadas à implantação do Corredor de Transporte Eixo Oeste.

Além disso, objetivando ampliar a possibilidade de atendimento de demandas, esta Secretaria manteve a parceria com a Terracap, mediante convênios firmados que tem contribuído para a realização de obras relevantes para o Distrito Federal, tais como, a Construção da Rota de Segurança no Setor de Inflamáveis, a Revitalização da W3 Sul e a Implantação de Infraestrutura nos Setores Habitacionais Bernardo Sayão e Vicente Pires. Constatam-se em

2021, desembolsos de recursos de convênios com a Terracap, na ordem de R\$ 32 milhões, aplicados nos objetivos pactuados nesses termos.

Sobre o tratamento de procedimentos apuratórios, deu-se continuidade, por meio da Assessoria de Correição, aos procedimentos administrativos já iniciados, sendo também instauradas novas ações de apuração. Ressalta-se a conclusão ao longo deste exercício de: 5 Sindicâncias; 2 Procedimentos de Investigação Preliminar - PIP e 2 Tomadas de Contas Especiais - TCE.

No que se refere às iniciativas do Controle Interno, cumpriu-se a exigência da CGDF, com relação à obrigatoriedade de análise prévia de todos os processos de aditivos contratuais e de pagamentos, vinculados às obras dos Setores Habitacionais Sol Nascente e Vicente Pires, não obstante, esta Secretaria ter adotado este procedimento de verificação, por parte do Controle interno, para todos os processos de pagamentos, com a edição da Portaria Nº 141/2020-SODF, DODF de 29 de dezembro de 2020. A realização destes trabalhos tem demonstrado uma melhora na qualidade da instrução desses processos e da conformidade com as normas vigentes.

Com o objetivo de padronizar a análise dos pleitos de Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos de Obras e Serviços de Engenharia, elaborou-se, a partir da criação de Grupo de Trabalho, o Manual de Metodologia de Revisão de Preços, aprovado por meio da Portaria nº 149 de 08 de outubro de 2021.

Para que este órgão obtenha maior agilidade nas ações programadas, que requerem a contratação de obras e serviços de engenharia, instituiu-se, em 2021, por meio da Ordem de Serviço nº 01, DODF de 27/10/2021, a Comissão Permanente de Licitação - CPL, que conta com o suporte da Comissão Interna de Apoio Técnico - CIAT (Portaria nº 193, DODF de 23/11/21), para atender as demandas da Comissão, referentes aos certames de obras e serviços realizados por esta SODF.

Outra ação identificada como fundamental para a melhoria na qualidade da instrução processual, refere-se à implementação de mudanças nos trâmites da documentação relativa às medições de obras e serviços de engenharia, empreendidas no âmbito de coordenação específica de análise e conferência de medições, que atua antes dos processos serem submetidos aos Executores de Contratos, o que tem permitido constatar e corrigir impropriedades verificadas na documentação apresentada pelas empresas contratadas, subsidiando, assim, os executores em sua tomada de decisão quanto à liberação do montante a ser atestado, evitando pagamentos indevidos.

Destaca-se em 2021, a atuação diligente da Pasta nas respostas às representações e questionamentos, apresentados pela Corregedoria Geral do Distrito Federal, pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, pelo Ministério Público do Distrito Federal e nas ações provenientes do Judiciário, atentando-se sempre pelo interesse público na execução e programação das obras a cargo desta Secretaria.

Buscou-se em 2021, o avanço na implementação da Gestão de Riscos, todavia, a partir da reestruturação e redefinição de escopo, sendo criada uma nova matriz de riscos, com a elaboração do Plano de Ação de Prevenção e Monitoramento. Para 2022, tem-se como perspectiva pela área de Gestão Estratégica, em conjunto com as Subsecretarias e Chefias da SODF, o estabelecimento de indicadores para a realização do monitoramento de riscos.

No ranking de Transparência Ativa, esta Secretaria de Obras manteve a premiação recebida no ano anterior por apresentar 100% de pontuação no Índice de Transparência Ativa (ITA).

Assim, em 2021, a Secretaria de Obras procedeu à instrução técnica necessária para a realização de 36 licitações de projetos, de obras e também de serviços de engenharia que visam dar suporte à supervisão de grandes obras. Há expectativa de que, com as intervenções sob a gestão desta Pasta, sejam criados mais de 40 mil empregos, beneficiando toda a população do Distrito Federal.

Quanto aos empreendimentos entregues à população em 2021, destaca-se a conclusão de 7 intervenções, com investimentos de R\$ 29 milhões, 540 mil pessoas beneficiadas e 748 empregos gerados, a saber:

1. W3 Sul (Quadras 502 a 508 e 513 e 514) – Incluída no Plano de Governo desta Gestão, a primeira etapa de Revitalização da W3 Sul está perto de ser concluída. Fruto de parceria entre o GDF e a Câmara de Dirigentes Lojistas do DF, as obras começaram em 2019 pelas Quadras 511 e 512. Em 2020, as Quadras 509 e 510 foram totalmente recuperadas. Já em 2021, as Quadras 502 a 508 e 513 e 514, receberam as melhorias. No total, foram investidos em 2021 cerca de R\$ 15 milhões para a reorganização dos estacionamentos, arborização e paisagismo, revitalização dos becos entre os blocos, recuperação e troca de piso das calçadas existentes, entre outros serviços. A complementação da revitalização da W3 Sul dar-se-á com a finalização das obras, em execução, nas Quadras 515 e 516 e com as contratações programadas para 2022, das obras de requalificação de calçadas – Quadras 703 a 715 e de execução de pavimento rígido ao longo da W3 Sul.
2. Obra de Arte Especial nº 2 (Vicente Pires) – Outra importante obra desta gestão, foi a entrega à população da ponte sobre o córrego Samambaia, que liga a Rua 4 direto à Av. da Misericórdia. Foram investidos R\$ 2 milhões na construção desta intervenção que conta com 82 metros de extensão e 13,8 metros de largura.
3. Via de Ligação do Setor de Inflamáveis – Essa importante rota de saída do Setor de Inflamáveis foi entregue à população do DF em novembro/2021. No local, foram investidos R\$ 12 milhões para a construção de duas novas pistas paralelas à via férrea até o Conjunto Lúcio Costa, onde se incorporam à via marginal da Estrada Parque Taguatinga (EPTG). Cada uma das duas novas vias tem duas faixas de rolamento (mão dupla), com 7 metros de largura, calçadas e ciclovia, numa extensão total de 3,7 km.
4. Setor de Rádio e TV Sul (SRTVS) – O Setor, localizado na área central de Brasília está revitalizado. No local foram investidos R\$ 4,5 milhões para a readequação do sistema viário, melhorias do sistema de drenagem, pavimentação, paisagismo, sinalização vertical e horizontal, além de calçadas, com ênfase na acessibilidade para privilegiar pedestres e pessoas com deficiência.
5. Drenagem da DF-290 (Santa Maria) - As obras de drenagem no Km 4 da DF-290, em Santa Maria, estão concluídas. No local foi ampliada a bacia de detenção existente, gabiões, o canal de entrada do túnel e o próprio túnel, no método N.A.T.M. O investimento foi de R\$ 5,5 milhões.
6. Setor Comercial Sul (Praça do Povo) – A Praça está revitalizada e no local foram investidos R\$ 1,6 milhões na criação de novas possibilidades de utilização dos espaços públicos, transformando becos em praças, permitindo a multifuncionalidade do local, para prática do skate e apresentação de espetáculos e também, para ordenamento de áreas para quiosques.
7. Campo de Grama Sintética (Vila Planalto) – O tão aguardado campo de grama sintética, situado na Praça Rabelo, com dimensão de 89m de comprimento por 54,5m de largura, incluindo 3m de afastamento, em relação ao perímetro do campo, destinado a cobrança de laterais e escanteios, foi entregue à população, com investimento de R\$ 900 mil.

Foram retomadas as obras de infraestrutura no Setor Habitacional Sol Nascente, iniciadas pelo Trecho 2, com investimento de R\$ 16,2 milhões, para a execução de serviços de pavimentação asfáltica, drenagem, meios fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical, além da readequação das bacias de detenção. E, a contratação das empresas responsáveis pela elaboração dos projetos executivos, para dar continuidade às obras nos Trechos 1 e 3, visando também a retomada e conclusão dessas obras, cujos certames já se encontram na praça. São estimados investimentos de R\$ 202 milhões, para a contratação das obras remanescentes em licitação.

Destaca-se, também, no Setor Habitacional Vicente Pires, a contratação de obras remanescentes dos serviços que não puderam ser executados nos contratos firmados em 2015/2016. Desse modo, foram contratados em junho de 2021, as obras remanescentes dos antigos Lotes 2, 5, 8 e 9. Com a nova contratação, parte da Rua 5, por exemplo, já está pavimentada. Na Rua 10, encontra-se em execução a construção da rede de drenagem. A previsão é de que as obras remanescentes, contratadas, estejam concluídas em 2022. Para a contratação de demais obras pendentes no Vicente Pires, o setor de projetos desta Pasta

trabalha no desenvolvimento dos projetos de drenagem, pavimentação e OAEs em áreas remanescentes de obras naquele Setor.

No âmbito do Programa Corredor de Transporte Eixo Oeste, seguem relacionadas as importantes intervenções contratadas, que integram esse Programa:

- Túnel de Taguatinga - O túnel terá 1.010m de extensão e vai contar com duas pistas paralelas, cada uma com três faixas de rolagem em cada sentido. O investimento é de, aproximadamente, R\$ 275 milhões. Os recursos são oriundos de contrato de financiamento firmado pelo GDF com a Caixa. A previsão é de que a obra seja concluída em 2022.
- Viaduto da EPIG - O viaduto está em construção na intersecção da EPIG com o Sudoeste e o Parque da Cidade, local por onde passam, em média, 25 mil veículos por dia. Com a mudança, quem sair do Parque da Cidade em direção ao Sudoeste não terá mais que passar por semáforos e retornos. Seguirá direto para a Av. das Jaqueiras, passando sob a EPIG. A obra também permitirá sair do Sudoeste, na altura da Avenida e acessar a EPIG, sentido Plano Piloto e vice-versa, sem a necessidade de retorno. O investimento previsto é de R\$ 29,6 milhões.
- Revitalização da Av. Hélio Prates (Etapa 1) - A primeira etapa das obras de revitalização da Av. Hélio Prates estão em andamento. No local serão investidos cerca de R\$ 16 milhões em obras de pavimentação, drenagem, calçadas, estacionamentos, arborização, além da inclusão de faixa de rolamento e de via marginal em um trecho de 1,7km de extensão, entre o entroncamento da Avenida com a via N3, próximo ao Sol Nascente, até o cruzamento com a Via M1, próximo ao Hospital Regional de Ceilândia. A revitalização da Avenida Hélio Prates está prevista para ser realizada em 03 etapas, a segunda etapa já se encontra em licitação e a terceira etapa em fase de desenvolvimento de projetos.
- Viadutos da ESPM - As obras de construção do viaduto na Estrada Setor Policial Militar (ESPM), no trecho localizado na altura do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar até o Terminal da Asa Sul (TAS), estão em andamento. Foram executadas a escavação do terreno onde serão construídos os pilares dos viadutos e as pistas exclusivas para o transporte público. O investimento será de R\$ 10,4 milhões.
- Requalificação da ESPM - Iniciadas em outubro deste ano, a segunda etapa das obras de requalificação da ESPM vão trazer cara nova à região. Isso porque serão investidos R\$ 48 milhões na execução de serviços de pavimentação, drenagem, sinalização, paisagismo, calçadas, ciclovias e execução de bacia de detenção.
- Ampliação da bacia de contenção da Asa Sul - O projeto do Corredor Eixo Oeste prevê uma série de benefícios para a infraestrutura de Brasília. Um deles é a ampliação da bacia de contenção localizada na 912/913, região do Parque da Cidade, que recebe águas das chuvas da Faixa 13 da Asa Sul, além do Sudoeste e Setor de Indústrias Gráficas. Estão sendo investidos R\$ 2,9 milhões na escavação de 113.000m³, na execução de 570m² de gabiões, no plantio de 5.073m² de grama e de 289 unidades de cercas vivas. O reservatório da bacia teve sua capacidade dobrada passando a suportar 200.000m³ de água.

Ainda, sobre o Corredor de Transporte Eixo Oeste, encontra-se em fase de finalização o certame relativo à atualização dos projetos de drenagem urbana dos Lotes 2 e 3 da Região Administrativa de Taguatinga - Programa Drenar-Taguatinga, tendo em vista que as licitações realizadas, em gestões anteriores foram revogadas, em 2020 e 2021, devido a questões jurídicas e técnicas. Além da reavaliação da rede existente e da readequação dos projetos de drenagem, a contratação a ser efetivada em 2022 objetiva apontar soluções para a recomposição do pavimento asfáltico. O custo estimado é de R\$ 1,2 milhão.

Seguem, também, em execução outras importantes obras, quais sejam: a Revitalização da W3 Sul (Quadras 515 e 516), consistindo das últimas quadras a receberem as melhorias programadas, e a Reforma de 27 quadras poliesportivas, do vestuário da Piscina de Ondas, no Parque da Cidade de Brasília, Sarah Kubitschek, previstas para serem concluídas no início de 2022.

Ressalta-se, ainda, a contratação, prevista para o início de 2022 da Revitalização da Av. Paranoá, uma das principais vias para a mobilidade urbana da Região Administrativa do Paranoá, que será totalmente revitalizada e requalificada pelo Governo do Distrito Federal. A licitação foi concluída. No local, serão investidos R\$ 16 milhões e gerados cerca de 150 empregos diretos e indiretos.

Em parceria com a Companhia Energética de Brasília (CEB) e com a Secretaria de Segurança Pública/DF, realizou-se, neste ano, demandas previstas no denominado "Programa Luz que Protege", sendo investidos R\$ 13 milhões na melhoria da Iluminação Pública do Distrito Federal, por intermédio das contratações em vigor, celebradas por esta Secretaria. Desse montante, R\$ 4,4 milhões foram aplicados na ampliação do atual Parque de Iluminação do DF; e, R\$ 8,6 milhões no programa de efficientização energética e na revitalização e melhoria dos espaços públicos. Ao todo, foram trocadas 11.284 luminárias convencionais por luminárias de LED, mais modernas, eficientes e econômicas, aumentando, assim, a segurança da população. Esses investimentos resultaram na economia de 35% no gasto com iluminação pública.

Por fim, esta gestão avalia que em 2021, esta Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura - SODF, empreendeu relevantes iniciativas, tendo logrado êxito, principalmente, no planejamento das obras que visam melhorar a mobilidade urbana no Distrito Federal, avançando nas ações para a efetiva Implantação do Corredor de Transporte Coletivo - Eixo Oeste, bem como no planejamento das ações para a conclusão das obras remanescentes de infraestrutura e urbanização dos Setores Habitacionais Vicente Pires e Sol Nascente.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP criada pela Lei nº 2.874, surgiu em 19 de setembro de 1956, com a finalidade, inicialmente, de gerenciar e coordenar o processo de construção da nova capital do país, tendo sua presença impregnada e confundida com a história de Brasília. Atualmente, rege-se pela Lei nº 13.303 e pelas deliberações da Comissão de Valores Mobiliários. Somos uma Empresa Pública constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com personalidade jurídica de direito privado e prazo indeterminado de duração, integrante da Administração Indireta do Governo do Distrito Federal. Nosso objeto social é a execução de obras e serviços de urbanização e construção civil de interesse do Distrito Federal, na satisfação do Interesse Público, diretamente ou por contrato com entidades públicas ou privadas, mediante ajuste específico e disponibilização dos respectivos recursos financeiros e orçamentários, para este fim. Nossa função social compreende o atendimento à população do Distrito Federal com vistas ao alcance do bem-estar coletivo, à alocação econômico-social eficiente dos seus recursos, à prestação dos serviços que constituem seu objeto, com respeito à sustentabilidade ambiental, à responsabilidade social corporativa, contribuindo para ampliar o desenvolvimento ou emprego de tecnologia brasileira. Atuamos na prestação dos serviços mencionados, compreendendo atividades como gerenciamento e execução de obras e serviços de urbanização e construção civil, fiscalização de obras públicas de infraestrutura, bem como desenvolvimento de estudos e projetos. Com a criação da Lei supradita, passamos a ter como foco a adoção dos padrões internacionais de governança corporativa compatíveis com as normas dos mercados em que atua, instituindo-se a necessidade de divulgação de informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, manifestação dos administradores acerca de seu desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração. Com tantos anos de história ao longo dos quais a NOVACAP cumpriu com louvor os objetivos para sua criação, novas atribuições nos foram confiadas, passando nosso objeto, também, a ser o gerenciamento e a execução de obras e serviços de urbanização e construção civil de interesse do Distrito Federal, diretamente ou por contrato com entidades públicas ou privadas, bem como a prática de todos os demais atos concernentes aos seus objetivos sociais, os quais poderão ser executados em qualquer parte do Território Nacional. Hoje, para cada canto que se olhe nesta cidade, enxerga-se a marca da Companhia, estando presente em tudo na vida do brasiliense. Ao longo de sua existência buscamos atuar com inovação, credibilidade, ética, transparência e imparcialidade, valorizando nossos empregados e colaboradores, promovendo gestão dialogada, participativa e comprometida com a empresa e a população.





NOVACAP - 65 Anos dedicados a Brasília e a Exuberância da natureza



Decorridos 65 anos de sua criação, a empresa continua fazendo Brasília, seguindo como forte aliada no desenvolvimento da capital, cuidando do meio ambiente, plantando, zelando e florindo o Distrito Federal. Esta é a mística da NOVACAP, além da missão de construir a nova capital do país, do papel social junto aos candangos, seguiu com seu trabalho dinâmico de cuidar do patrimônio público, da infraestrutura, deixando a cidade mais florida e proporcionando qualidade de vida à população. Nossos servidores coordenam e executam trabalhos de construção de edificações, pontes e monumentos, galerias de águas pluviais, pavimentação asfáltica, calçadas, meios fios, plantio e poda de grama, além de manter harmonicamente toda a área verde com suas árvores e jardins ornamentais. Temos uma cidade hoje com mais de 6 milhões de árvores dispostas, áreas verdes, variedade de flores nos canteiros, gramados e praças. A NOVACAP zela por esse "recital" de ipês amarelos, brancos, rosas e roxos, quaresmeiras, sucupiras, aroeiras, copaíbas, que são importantes por fazerem parte do ecossistema primitivo ou bioma do cerrado. Um arco-íris de cores por toda parte, com árvores de espécies tão variadas quanto as das florestas tropicais e por isso está sempre viva. Árvores, arbustos e flores fazem parte do cotidiano de quem vive na capital. A cada mês podemos observar uma ou mais espécie arbórea florida. Destacamos a importância do trabalho da empresa durante o período de pandemia, lembrando que os servidores não pararam seus trabalhos em nenhum momento. A Companhia conta com empregados que trabalham sem medir esforços, se dedicando a fazer Brasília e a zelar pelo Distrito Federal.

Em apenas 20 dias, três hospitais de campanha foram erguidos para salvar vidas. Nossos servidores são a alma da casa, tudo que a NOVACAP fez até aqui tem as mãos de pessoas, dos pioneiros, da equipe que se desdobra ao longo desses 65 anos.



Foram muitas as entregas à população, tais como, nove UBS, três hospitais de campanha, três hospitais, cinco feiras, 15 creches, 200 Pontos de Encontro Comunitário - PEC's, 100 parquinhos, 100 quadras esportivas, uma escola, duas pontes, 13 tesourinhas e demos início aos trabalhos do Hospital Oncológico. Efetuamos ações que impactam o cotidiano dos moradores da capital, como 293.230,45 metros quadrados de pavimentação asfáltica, 583.882,36 metros quadrados de recapeamento asfáltico, 270 quilômetros de calçadas, produção de 111.486,92 toneladas de massa asfáltica na usina própria da empresa, 1.500 metros de ampliação de rede de drenagem, 300 mil intervenções de podas e mais de 90 mil árvores plantadas. **NOVACAP, uma empresa que nasceu por Brasília e hoje edifica e urbaniza todo o Distrito Federal. Ontem, hoje e amanhã somos uma casa de soluções.**

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	2	1.240	48	1.292
Comissionados sem vínculo efetivo	191	0	0	0	191
Requisitados de órgãos do GDF	5	0	0	0	5
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	57	71	128
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	41	41

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Terceirizados (FUNAP)	0	0	336	0	336
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	198	2	1.633	160	1.993
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	79	3	82
Total Geral	198	2	1.554	157	1.911

O Presidente Juscelino Kubitschek na posse de Israel Pinheiro como Presidente da NOVACAP



2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9096 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP	118443,0	518443,00	420668,92	296425,80
0002 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP--DISTRITO FEDERAL	118443,0	518443,00	420668,92	296425,80
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	17280000,0	51180000,0	49067868,13	47005903,69
0003 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-NOVACAP-DISTRITO FEDERAL	17280000,0	51180000,0	49067868,13	47005903,69
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	4080000,0	4080000,0	2700844,86	2700844,86
0001 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-NOVACAP-DISTRITO FEDERAL	4080000,0	4080000,0	2700844,86	2700844,86
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1064099,0	1064099,00	1044099,00	1044099,00
0041 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	1064099,0	1064099,00	1044099,00	1044099,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	22542542,00	56842542,00	53233480,91	51047273,35

Programa para operação especial, no que se refere ao pagamento de ações trabalhistas, as sentenças judiciais foram pagas pela NOVACAP. Importante esclarecer que foram efetuados todos os ressarcimentos referentes à requisição de servidores e demais indenizações/restituições. Quanto à outros ressarcimentos, indenizações e restituições, estes foram pagos também.

6202 - SAÚDE EM AÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3222 - REFORMA DE ESTABELECIMENTOS E ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	0	1500000,0	0	0
0005 - REFORMA DE ESTABELECIMENTOS E ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE-UBS 07 DO GAMA-GAMA	0	1000000,0	0	0
0006 - REFORMA DE ESTABELECIMENTOS E ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE-REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE- UBS 07- GAMA	0	500000,0	0	0
3223 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	0	1199835,0	0	0
0018 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-REFORMA DA SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO HOSPITAL REGIONAL DE PLANALTINA- PLANALTINA	0	1199835,0	0	0
3135 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	0	3149040,0	1396984,28	1373750,17
0048 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-UBS VALE DO AMANHECER, EM PLANALTINA- PLANALTINA	0	337040,0	337040,0	337040,0
0049 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - UBS-DISTRITO FEDERAL	0	2812000,0	1059944,28	1036710,17
TOTAL - 6202 - SAÚDE EM AÇÃO	0,00	5848875,00	1396984,28	1373750,17

No que concerne ao **Programa 6202 - Saúde em Ação**, não obstante as dificuldades impostas pela Pandemia do COVID-19, a Companhia, em todo o tempo manteve o compromisso com a população implementando ações para intensificar o bem-estar coletivo, com alocação econômico-social eficiente dos recursos financeiros e a prestação dos serviços que constituem seu objeto, contribuindo para ampliar o desenvolvimento urbano, trazendo saúde à população. A Construção de Novas Unidades Básicas de Saúde - UBS's geraram empregos diretos e indiretos, **sendo construídas com recursos do Governo do Distrito Federal e Emendas Parlamentares**. As empresas responsáveis pelas realizações das obras foram escolhidas em concorrência pública realizada pela NOVACAP, onde também foram elaborados todos os projetos necessários. Destacamos em 2021, a Construção de 09 (nove) Unidades Básicas de Saúde - UBS's, porta de entrada no atendimento à população, diminuindo o fluxo de pessoas nas UPAs e hospitais, as UBSs são capazes de resolver até 80% das demandas de saúde. A NOVACAP desempenhou papel fundamental na entrega dos Hospitais de Campanha, destinados ao tratamento de pacientes com covid-19, por meio dos quais a capital foi capaz de reduzir a fila por cirurgias eletivas, impactadas pela pandemia. Com isso, o sistema de saúde foi desafogado. São muitas as entregas na área da saúde em um esforço gigante do governo quase que dobrando a capacidade dos profissionais da área no Distrito Federal. Apontamos a entrega de 03 (três) Hospitais de Campanha, 03 (três) Hospitais, além de dar início aos trabalhos do Hospital Oncológico. Construção da UBS - Vale do Amanhecer - Planaltina, Ceilândia, Jardins Mangueiral, Paranoá Parque, Samambaia, Recanto das Emas, Sol Nascente e Pôr do Sol, Bases, descentralizadas SAMU - Samambaia, Vila Buritizinho -

Sobradinho II, Locação/ Montagem - Hospital de Campanha Autódromo, do Gama, e de Ceilândia, Construção da Unidade de Atenção - Hospital Oncológico de Brasília. Apenas com 5 (cinco) novas UPAs 24 Horas, podemos citar que o GDF contratou 746 funcionários, atendendo 22,5 mil pessoas por mês e investindo R\$ 36,2 milhões em obras, bem como com outras entregues. Ressaltamos que foi retirado do papel sete UPAs, 21 UBSs, a UTI e a radiologia do Hospital de Planaltina, o maior Hospital Oncológico do Centro-Oeste, reforçando que a nova gestão está trabalhando pelo Distrito Federal. Essas inaugurações fazem uma diferença muito grande, quer seja uma UPA ou UBS. Isso aproxima muito a saúde da população. Somente na UBS de Planaltina foram investidos cerca de R\$ 3 milhões.

Construção da Unidade de Atenção especializada em Saúde- Hospital Oncológico de Brasília



Locação e Montagem de Estrutura para Hospital de Campanha Autódromo Internacional de Brasília





A UBS 15 de Ceilândia irá prestar 300 atendimentos por dia, esta é a 9ª entregue desde 2019. Ceilândia e Sol Nascente/Pôr do Sol ganham uma nova UBS, em uma área que abrange 20 mil pessoas. O projeto foi executado pela NOVACAP, com área construída de 831,20 m², sendo que a edificação principal ocupa 770,07m² e a área de reservatórios e lixeiras, 61,13 m². Foram investidos cerca de R\$ 3 milhões para a construção da UBS, dos quais R\$ 2.290.500 são provenientes de emenda parlamentar. O Governo tem um foco muito forte na Atenção Primária, ela é a porta de entrada da saúde, diminuindo o fluxo de pessoas nas UPAs e hospitais. A UBS no Jardim Mangueiral foi entregue para 20 mil pessoas. Foram R\$ 2,9 milhões investidos na obra, gerando dezenas de empregos. Apontamos outras 16 UBSs que estão em fase final da elaboração de projetos complementares para que sejam licitadas. Os moradores do Paranoá Parque agora contam com uma Unidade Básica de Saúde dentro do conjunto habitacional, prestando assistência a mais de 26 mil pessoas. O investimento total da obra foi de R\$ 3,5 milhões, **provenientes de emenda parlamentar e uma parte custeado com recursos próprios da Secretaria da Saúde.**

Os moradores da Vila Buritizinho e da Vila Buritis, em Sobradinho II, ganharam uma nova unidade básica de saúde. Com apenas 20 dias úteis para entregar as unidades montadas, os Hospitais de Campanha localizados no Plano Piloto, Gama e Ceilândia, aceleraram as obras. O investimento para a construção do **Hospital Oncológico de Brasília será por um convênio entre a Secretaria de Saúde e o Ministério da Saúde, que já assegurou aproximadamente R\$ 112 milhões para obra e terá contrapartida do Governo do Distrito Federal de R\$ 44 milhões. Os projetos, autorizações ambientais, fiscalização e gestão dos contratos é o compromisso da NOVACAP.**

O Acordo de Cooperação Técnica entre a NOVACAP e a Secretaria de Saúde do DF garantirá novas obras e reformas em Unidades Básicas de Saúde. O GDF, por meio do acordo supracitado investirá na construção e reforma de outras Unidades Básicas de Saúde, com o objetivo de aumentar a cobertura da atenção primária. A Unidade Básica de Saúde - UBS's é o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde. Promover e proteger a saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes do bem-estar das coletividades.

Quanto à **construção de unidades básicas de saúde - UBS vale do amanhecer, em Planaltina**, a NOVACAP entregou mais um equipamento público para a população do Distrito Federal. Dessa vez, a comunidade do Vale do Amanhecer, em Planaltina, vai contar com uma nova UBS, um importante reforço na saúde. A unidade vai atender cerca de 15 mil pessoas. Foram investidos cerca de R\$ 3 milhões na UBS 8 de Planaltina, que conta com 13 consultórios, sala de vacina, sala de procedimentos, sala de coleta de exames laboratoriais, farmácia e sala de medicação. Na Unidade, serão realizados cerca de 200 atendimentos diários. Essa é uma das prioridades do governo, entregar esses equipamentos para a população. Este foi o segundo equipamento público de saúde inaugurado na cidade em menos de 10 dias. Planaltina ganhou no dia 8 uma Unidade de Pronto Atendimento - UPA, com funcionamento 24h por dia. A unidade tem capacidade para atender 4,5 mil pessoas por mês.



Construção De Unidades Básicas De Saúde-Construção De Unidade Básica De Saúde - UBS-Distrito Federal, O Governo do Distrito Federal iniciou, em parceria com a NOVACAP, a construção de novas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), a saber: Vale do Amanhecer - Planaltina, Ceilândia, Jardins Mangueiral, Paranoá Parque, Samambaia, Recanto das Emas, Sol Nascente e Pôr do Sol. Durante a entrega, o Governador do Distrito Federal destacou que o fortalecimento das equipes de Estratégia Saúde da Família, e das UBSs, fazem com que grande parte da população não precise chegar à situação mais grave que é a busca das Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs) e dos Hospitais.



6206 - ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1079 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	2201000,0	4948620,0	2419397,72	1584740,19
0006 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS--DISTRITO FEDERAL	1001000,0	2001000,0	1323789,08	777920,78
0027 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS NAS REG. ADM. DO DF	1000000,0	2147620,0	1095608,64	806819,41
0032 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-CONSTRUÇÃO DE PISTA DE SKATE - NA RA SUDOESTE/OCTOGONAL-SUDOESTE/OCTOGONAL	0	800000,0	0	0
0028 - Construção de Espaços Esportivos em todo o Distrito Federal	200000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	450000,0	197534,0	178719,06	112434,56
0026 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES--DISTRITO FEDERAL	0	197534,0	178719,06	112434,56
9528 - CONSTRUÇÃO DE PARQUES INFANTIS NO PLANO PILOTO	100000,0	0,0	0	0
9529 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS EM TODO O DF (EM 2021)	300000,0	0,0	0	0
9531 - Construção de ParCão no Distrito Federal	50000,0	0,0	0	0
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	6410358,0	7092741,0	4744080,94	2458976,78
0032 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS- DESPORTIVOS E DE LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	300000,0	0
0040 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS- Revitalização e qualificação dos equipamentos públicos esportivos e de lazer-DISTRITO FEDERAL	0	150000,0	150000,00	50332,68
0044 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-Campo de Grama Sintética- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0	500000,0	0	0
0051 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-REFORMA DE ESPAÇO ESPORTIVO-DISTRITO FEDERAL	0	80000,0	80000,0	0
0052 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS, DESPORTIVOS EM TODO DF, VILA PLANALTO- PLANO PILOTO .	0	200000,0	200000,0	0
9587 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS--DISTRITO FEDERAL	1001000,0	2201000,0	1143958,00	1105164,59
9612 - REVITALIZAÇÃO DO CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA DA VILA TELEBRASILIA	276000,0	0,0	0	0
9613 - MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS, DESPORTIVOS E DE LAZER EM TODO O DF (EM 2021)	400000,0	1445541,0	1445540,71	151540,71
9614 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS - REFORMA DO SKATE PARK DO SUDOESTE/OCTOGONAL (EM 2021)	800000,0	0,0	0	0
9615 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS NAS REG. ADM. DO DF	1000000,0	306200,0	0	0
9618 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS E QUADRAS DE ESPORTES EM PROL DA COMUNIDADE DO DF	583358,0	760000,0	624592,23	352244,97
9622 - REFORMA DE CAMPO SINTÉTICO NA CEILÂNDIA	300000,0	0,0	0	0
9625 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTE NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA-RA XIII	150000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9626 - REFORMA DE CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA DA QD. 409 DE SANTA MARIA - RA XIII	1100000,0	800000,0	799990,00	799693,83
9619 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTE NO DISTRITO FEDERAL	800000,0	0,0	0	0
0042 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-REFORMA DE CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA EM PROL DE TODA COMUNIDADE DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	350000,0	0	0
3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA	2100000,0	335000,0	134089,16	134089,16
0021 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA- IMPLANTAÇÃO DE PONTO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO - PEC EM TAGUATINGA-TAGUATINGA	0	100000,0	0	0
8556 - Construção h de Pontos de Encontro Comunitários-PEC- Trecho 2 Sol Nascente	200000,0	0,0	0	0
8562 - IMPLANTAÇÃO DE BASES DE CONCRETO PARA PONTOS DE ENCONTRO COMUNITÁRIOS	100000,0	100000,0	0	0
8563 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PONTOS DE ENCONTRO COMUNITÁRIO E PARQUES INFANTIS	200000,0	0,0	0	0
8557 - Cobertura de Quadra h Poliesportiva do 4º BPM GUARÁ	800000,0	0,0	0	0
8559 - IMPLANTAÇÃO DE CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA NO DISTRITO FEDERAL	800000,0	135000,0	134089,16	134089,16
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	4820000,0	671442,0	395603,25	96932,45
0067 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS- SAMAMBAIA	0	80000,0	80000,0	0
9547 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES - REFORMA DA PRAÇA E PARQUES NAS REG. ADM. DO DF	500000,0	591442,0	315603,25	96932,45
9548 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS EM TODO O DF (EM 2021)	1000000,0	0,0	0	0
9549 - REFORMAS DE PRAÇAS E PARQUES PÚBLICOS NO DISTRITO FEDERAL-DF	1000000,0	0,0	0	0
9550 - REFORMA DA PRAÇA NA AV.PARQUE ÁGUAS CLARAS LOTE 865-EM FRENTE A PARÓQUIA N.S.DA ASSUNÇÃO	600000,0	0,0	0	0
9551 - REFORMA DE PRAÇAS E PARQUES PÚBLICOS NO DF	220000,0	0,0	0	0
9554 - Reforma de parques, praças e parques infantis públicos no Distrito Federal	1000000,0	0,0	0	0
9555 - REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS EM ÁGUAS CLARAS	500000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4092 - MANUTENÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	0	400000,0	400000,0	0
0009 - MANUTENÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES--DISTRITO FEDERAL	0	400000,0	400000,0	0
TOTAL - 6206 - ESPORTE E LAZER	15981358,00	13645337,00	8271890,13	4387173,14

Concernente ao **Programa 6206 - ESPORTE E LAZER**, no que diz respeito à Construção de Espaços Esportivos no Distrito Federal, ressaltamos execuções em andamento no ano de 2021: **Execução dos serviços de revitalização do Parque localizado na EQS 112/113 - Obras irão melhorar bastante a infraestrutura do Parque da Asa Sul**



Quem passa pelos parques, quadras e Pontos de Encontro Comunitário – PECs localizados nas quadras às margens da DF-001 e DF-250 e nos bairros Del Lago e Mandala do Itapoã percebe a mudança. A NOVACAP atuou na reforma dos 12 equipamentos públicos da região. Os serviços envolvem pintura, serralheria, limpeza, jardinagem, capina, recuperação de calçadas e manutenção.





Em um trabalho conjunto da NOVACAP, Administração Regional e Polo Central II, o piso em pedras portuguesas foi ajustado e nivelado, com a reposição das peças pretas e brancas. Os buracos que eram vistos no chão foram todos tapados.



Reforma de Campo de Grama Sintética da Qd. 409 de Santa Maria - RA XIII - Para a Execução da Reforma do Campo da Quadra 409 foram removidos 6.144,00 m² de Grama Sintética e executados 480,00 m² de calçadas e 768,00 m² de alambrado para quadra poliesportiva.



Implantação de Campo de Grama Sintética no Distrito Federal - Para a Execução da Reforma do Campo do 4º Batalhão de Polícia Militar no Guará I/DF foram realizados 1.146,09 m² de Grama Sintética e executados 1.146,09 m² de Imprimação.

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1302 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS	1000000,0	0,0	0	0
0800 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS - DEMOLIÇÃO DA FEIRA PERMANENTE DO CRUZEIRO E CONSTRUÇÃO DA FEIRA PROVISÓRIA (EM 2021)	1000000,0	0,0	0	0
3247 - REFORMA DE FEIRAS	2250000,0	150000,0	119350,0	0
0035 - REFORMA DE FEIRAS-INSTALAÇÃO ELÉTRICA DA FEIRA DA GUARIROBA - CEILÂNDIA/DF (EM 2021)- CEILÂNDIA	0	150000,0	119350,0	0
9250 - REFORMA DE FEIRAS - COBERTURA E TROCA DE PISO DO CRUZEIRO CENTER (EM 2021)	1000000,0	0,0	0	0
9251 - REFORMA DA FEIRA PERMANENTE DE SANTA MARIA - RA XIII	500000,0	0,0	0	0
9252 - Reforma da Feira Permanente de São Sebastião	500000,0	0,0	0	0
9253 - Reforma de Feiras Permanentes no Distrito Federal	150000,0	0,0	0	0
9254 - REFORMA DE FEIRAS	100000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	3250000,00	150000,00	119350,00	0,00

Concernente ao **Programa 6207 - Desenvolvimento Econômico**, desde o início do ano de 2021 o governo em conjunto com a NOVACAP assumiu o compromisso de trabalhar na manutenção e revitalização das Feiras do Distrito Federal visando oferecer espaços com mais infraestrutura e acessibilidade para frequentadores e feirantes. Em toda a cidade, há 38 feiras permanentes e shoppings populares, acolhidas por 17 mil feirantes e visitadas por milhares de brasilienses todas as semanas. Em 2021, foram entregues obras em 4 feiras permanentes. Reinaugurada em junho deste ano, a primeira a ser entregue foi a Feira Permanente da Candangolândia, localizada na QR 01, lote 04, o espaço passou por revitalizações e recebeu o programa Wi-Fi Social. O serviço contou com investimento de R\$ 2,2 milhões do Governo. Em julho, a população pôde usufruir dos serviços realizados na Feira Permanente da M Norte, em Taguatinga. O espaço foi todo recuperado pelo governo e recebeu um investimento de R\$ 300 mil. Além da reforma nos 60 boxes, a feira está cercada com alambrado novo, teve os banheiros e piso reformados, os telhados recuperados e pintados, entre outras melhorias. No Riacho Fundo I, os moradores contaram com a revitalização da feira e do Skate Park. Só na revitalização da feira, foram investidos R\$ 470,5 mil em serviços de drenagem, recuperação das calçadas, instalação de gradil modular, manutenção do telhado, do forro, das instalações elétricas e hidráulicas (esgoto e águas pluviais), e da fachada, além da reconstrução dos banheiros e das pinturas interna e externa. A mais extensa obra é a da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante. A reforma, que iniciou em agosto de 2021, está prevista para ser entregue em agosto de 2022. Com 4.505 m², a feira receberá um investimento estimado em R\$ 10 milhões. Esse valor será usado na revitalização de todos os boxes, na praça de alimentação, no estacionamento público e em toda infraestrutura das instalações de água, elétrica, esgoto, drenagem pluvial, combate a incêndio e pânico. O Governo do Distrito Federal está investindo cerca de mais de R\$ 30 milhões em revitalizações e manutenções das feiras do Distrito Federal.

Para o ano de 2022, ressaltamos a elaboração de Projetos Básicos e Executivos de Arquitetura e Complementares de Engenharia para a reforma, ampliação e construção de feiras nas seguintes localidades, a saber: Reforma da Feira Permanente de São Sebastião, Reforma da Feira Permanente de Santa Maria, Reforma da Feira Permanente de Sobradinho, Ampliação da Feira da Guariroba, Reforma com ampliação da Feira Permanente do Guará e Construção da Feira Permanente do Recanto das Emas, estando todos em andamento pelo credenciamento e no aguardo de recursos para licitar.

6208 - TERRITÓRIO, CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	1000000,0	1000000,0	1000000,0	1000000,0
9885 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO EM SAMAMBAIA - 2021	1000000,0	1000000,0	1000000,0	1000000,0
TOTAL- 6208 - TERRITÓRIO, CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	1000000,00	1000000,00	1000000,00	1000000,00

Execução de Obras de Urbanização - A NOVACAP atuou na execução de restauração de calçadas existentes e implantação de rotas acessíveis nas seguintes Regiões Administrativas: Candangolândia, Park Way, Núcleo Bandeirante, Arniqueira, Vicente Pires, Águas Claras, Sobradinho I, Sobradinho II, Planaltina, Fercal, Itapoã, São Sebastião, Paranoá e Jardim Botânico, Região 01, Cota Reservada, Lote 02, tendo sido executados 4.286,24 m² de calçadas, e assentados 4,21m² de Piso Podátil Externo.

Ressaltamos também, neste programa, a execução de restauração de calçadas existentes e implantação de rotas acessíveis nas seguintes Regiões Administrativas do Distrito Federal: Varjão, Lago Norte, Plano Piloto, Lago Sul, SIA, Sudoeste/Octogonal, Cruzeiro, SCIA/Estrutural e Guará, Região 02, Cota Principal, Lote 03, tendo sido executados 16.709,07 m² de calçadas e 74.400m² de Piso Podátil Externo.



6209 - INFRAESTRUTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	54887542,0	69919334,00	60540141,12	32860373,99
9922 - EXECUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS - ROTA ACESSÍVEL - UNIDADES DE SAÚDE DO GAMA	300000,0	0,0	0	0
0340 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- OBRAS DE URBANIZAÇÃO NAS CIDADES- DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	400000,0	400000,0
0359 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO NO HOSPITAL REGIONAL DE SAMAMBAIA - HRSAM-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0360 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO DE CALÇADAS NA QUADRA 309 SUL - RA I- PLANO PILOTO	0	50000,0	50000,0	50000,0
0361 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EM DIVERSOS SETORES DE TAGUATINGA-TAGUATINGA	0	300000,0	300000,0	0
8111 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	10294752,0	47331981,00	40789693,64	21000338,44
9884 - EXECUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS NAS CIDADES DO DF - 2021	500000,0	0,0	0	0
9886 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM TODO O DISTRITO FEDERAL (EM 2021)	1900000,0	2010000,0	1759173,90	1759173,90
9892 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	2000000,0	1,0	0	0
9893 - EXECUÇÃO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL	1500000,0	520000,0	250000,0	0
9897 - INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO i NAS RAs	4700000,0	1900000,0	1900000,00	1600000,00
9907 - RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TODO O DF (EM 2021)	1000000,0	0,0	0	0
9909 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NAS REG. ADM. DO DF	2900000,0	600000,0	600000,00	300000,00
9915 - EXECUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS NO PLANO PILOTO	600000,0	600000,0	600000,0	600000,0
9916 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	3000000,0	1167040,0	1167040,00	908975,93
9917 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM PROL DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL	366358,0	0,0	0	0
9918 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	7033358,0	4000000,0	4000000,00	3676090,93
9924 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	2076358,0	0,0	0	0
9925 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO CÓRREGO DO ARROZAL - PLANALTINA	1000000,0	1000000,0	1000000,00	209391,08
9926 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM TODO O DISTRITO FEDERAL	1000000,0	0,0	0	0
9927 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO DF	800000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9930 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO NO DISTRITO FEDERAL DF	6000000,0	0,0	0	0
9931 - Execução de Obras de Infraestrutura no Distrito Federal	2133358,0	2701954,0	1185875,58	79506,38
9934 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM TODO DISTRITO FEDERAL - 2021	2483358,0	3483358,0	3483358,00	1427808,96
9937 - Execução de Obras de Urbanização nas Regiões Administrativas do Distrito Federal.	800000,0	1255000,0	1255000,0	255000,0
9940 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - CALÇADAS EM ÁGUAS CLARAS	500000,0	1300000,0	1300000,00	594088,37
9943 - RECAPEAMENTO ASFALTICO EM ÁGUAS CLARAS	500000,0	0,0	0	0
9944 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURAS NO DISTRITO FEDERAL	1500000,0	1000000,0	500000,0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	4000000,0	0,0	0	0
3230 - APOIO À ELABORAÇÃO DE PROJETOS	4000000,0	0,0	0	0
5745 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	500000,0	0,0	0	0
0034 - EXECUÇÃO DE OPERAÇÃO TAPA BURACO EM PROL DE TODO DF	500000,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	173297690,0	262629204,00	262429948,36	212519406,01
0001 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES-DISTRITO FEDERAL	80704690,0	128617640,00	128581167,00	104159899,43
0002 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL	90093000,0	134011564,00	133848781,36	108359506,58
9223 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS EM TODO O DISTRITO FEDERAL DF 2021	2000000,0	0,0	0	0
9224 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS AJARDINADAS EM TODO DISTRITO FEDERAL - 2021	500000,0	0,0	0	0
2903 - MANUTENÇÃO DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS	9602337,0	22602337,00	22571149,83	17152044,50
0001 - MANUTENÇÃO DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS--DISTRITO FEDERAL	9602337,0	22602337,00	22571149,83	17152044,50
TOTAL - 6209 - INFRAESTRUTURA	242287569,00	355150875,00	345541239,31	262531824,50

Pavimentação Asfáltica no Córrego do Arrozal - Planaltina - No que concerne à execução de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Núcleo Rural Córrego do Arrozal - Planaltina/DF foi realizada a Imprimação de 7.200,00 m².

Execução de Obras de Urbanização de Calçadas na Quadra 309 SUL - RA I- Plano Piloto, apontamos a execução de restauração de calçadas existentes e implantação de rotas acessíveis nas seguintes Regiões Administrativas do Distrito Federal: Varjão, Lago Norte, Plano Piloto, Lago Sul, SIA, Sudoeste/Octogonal, Cruzeiro, SCIA/Estrutural e Guará, no total de: Execução de calçadas - 16.709,07 m² e Piso Podotátil Externo em concreto - 74,400 m².

Execução de Obras de Urbanização - Calçadas em Águas Claras, a NOVACAP executou a restauração de calçadas existentes e implantação de rotas acessíveis nas seguintes Regiões Administrativas: Candangolândia, Park Way, Núcleo Bandeirante, Arniqueira, Vicente Pires, Águas Claras, Sobradinho I, Sobradinho II, Planaltina, Fercal, Itapoã, São Sebastião, Paranoá e Jardim Botânico, no total de: Execução de Calçadas - 4.064,88 m² e Piso Podotátil Externo em concreto - 38,22 m².



6216 - MOBILIDADE URBANA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1223 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	1001000,0	15940078,0	9613446,91	3942054,29
0005 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS--DISTRITO FEDERAL	1001000,0	15940078,0	9613446,91	3942054,29
1891 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	1001000,0	1001000,0	348000,00	348000,00
0003 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO-- PLANO PILOTO .	1001000,0	1001000,0	348000,00	348000,00
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	360000,0	360000,0	360000,00	360000,00
3894 - Execução de Obras de Acessibilidade em São Sebastião	360000,0	360000,0	360000,00	360000,00
3090 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS	501000,0	1000,0	0	0
5327 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS--DISTRITO FEDERAL	501000,0	1000,0	0	0
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE URBANA	2863000,00	17302078,00	10321446,91	4650054,29

Recuperação de Obras de Arte Especiais - Pontes, Passarelas e Viadutos e Reforma da Rodoviária do Plano Piloto a NOVACAP executou serviços de reforma da impermeabilização da laje de cobertura do pavimento superior do Terminal Rodoviário do Plano Piloto, em Brasília- DF, estando os serviços em 100% de execução. Ressaltamos ainda, a execução de obra de recuperação e reforço estrutural e revitalização da Ponte Costa e Silva, localizada no Lago Paranoá, ligação da SHIS QI 10 do Lago Sul ao SCES Trecho 1 do Plano Piloto/DF, inclusive elaboração de projetos executivo, em andamento. Ressaltamos a execução de obra de recuperação estrutural da passarela de pedestres do CONIC, localizada SDS - Setor de Diversões Sul, e ainda, a contratação de empresa de engenharia para recuperação das juntas de dilatação da Ponte JK, localizada no Lago Paranoá, na ligação da QL 26, do SHIS, do Lago Sul ao Trecho 2, do SCES, do Plano Piloto - DF.



Ainda no **Programa 6216 - Mobilidade Urbana**, a Companhia executou a Recuperação Estrutural e Revitalização dos Viadutos localizados nos Eixos Rodoviários W e L e no Eixo Rodoviário - DF 002, sobre as vias de ligação entre as quadras comerciais locais das quadras 100 e 200, no Plano Piloto, DF, incluindo a reconstrução dos guarda-rodas e a elaboração de projetos executivos.



Execução de Obras de Acessibilidade em São Sebastião, a NOVACAP executou obras de acessibilidade na Região Administrativa de São Sebastião, compreendendo a execução de calçadas e colocação de piso podátil externo.

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	1000000,0	5100000,0	5100000,00	5100000,00
8560 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	5100000,0	5100000,00	5100000,00
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA	1000000,00	5100000,00	5100000,00	5100000,00

No Programa 6217 - Segurança Pública, no que diz respeito à responsabilidade social, a NOVACAP contribui com diversas ações sociais, dentre as quais, a alocação de colaboradores sentenciados do Regime Semiaberto, para apoio às atividades de manutenção, conservação, preservação e recuperação dos prédios e próprios da Novacap, assim como atuação junto aos Viveiros I e II da Novacap. Quanto à assistência e ressocialização dos sentenciados à disposição da Companhia, conforme contrato com a FUNAP, foram realizadas despesas com serviços prestados pelos sentenciados do Regime Semiaberto para apoio às atividades supraditas. Quanto ao concernente ao parcelamento de dívidas junto à Procuradoria Geral da

Fazenda Nacional em decorrência de multas junto aos órgãos de fiscalização, estes foram realizados.

Colaboradores sentenciados apoiam atividades na NOVACAP



6221 - EDUCADF

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3271 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	730000,0	392000,0	364500,0	0
9369 - COSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO DISTRITO FEDERAL	380000,0	392000,0	364500,0	0
9371 - IMPLANTAÇÃO DE CRECHES EM ÁREA DO NÚCLEO RURAL PIPIRIPAU	350000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6221 - EDUCADF	730000,00	392000,00	364500,00	0,00

No que concerne ao **Programa 6221 - EDUCADF**, a NOVACAP está em elaboração de Projetos Básicos e Executivos de Arquitetura e Complementares de Engenharia,

compromisso de 2022, visando a implantação de creches nas seguintes localidades, a saber: Creche FNDE QNP 11 Ceilândia (3ª etapa), Creche FNDE EQ 215/315 Santa Maria (3ª etapa), Creche FNDE QNO 18 Ceilândia, Creche EMATER Colônia agrícola São José e Creche EMATER Núcleo Rural Pípiripau, estando todos no aguardo de recursos para licitar.

8209 - INFRAESTRUTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	2001000,0	2226610,0	2209309,04	1173529,35
3199 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS--DISTRITO FEDERAL	2001000,0	2226610,0	2209309,04	1173529,35
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	2001000,0	63745944,00	39394172,76	11558874,59
9818 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	1001000,0	40745944,00	39394172,76	11558874,59
9872 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - ANEXO DO HOSPITAL DE PLANALTINA	1000000,0	23000000,0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	590000,0	15838730,0	11280878,39	907932,30
0112 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	0	1014459,0	1014458,53	0
5316 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	590000,0	14824271,0	10266419,86	907932,30
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	2057025,0	6657025,00	5814124,87	3890494,83
9750 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	1057025,0	6657025,00	5814124,87	3890494,83
9835 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS EM TODO O DF (EM 2021)	1000000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	312142039,0	261539171,00	257926117,31	251812815,49
0001 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-NOVACAP-DISTRITO FEDERAL	312142039,0	261539171,00	257926117,31	251812815,49
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	60264323,0	53741911,00	51825597,77	51495218,00
0001 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-NOVACAP-DISTRITO FEDERAL	60264323,0	53741911,00	51825597,77	51495218,00
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	13590743,0	16190743,00	15225200,07	11250660,47
0001 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-NOVACAP-DISTRITO FEDERAL	13590743,0	16190743,00	15225200,07	11250660,47
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	589700,0	589700,0	298000,00	298000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2499 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	589700,0	589700,0	298000,00	298000,0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1076128,0	1076128,00	695898,51	638314,13
2578 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	1076128,0	1076128,00	695898,51	638314,13
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	345320,0	345320,00	164199,52	134199,52
0001 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-NOVACAP-DISTRITO FEDERAL	345320,0	345320,00	164199,52	134199,52
TOTAL - 8209 - INFRAESTRUTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO	394657278,00	421951282,00	384833498,24	333160038,68

Concernente à **Elaboração de Projetos**, ressaltamos que os projetos em andamento serão licitados de acordo com o estabelecimento da ordem de prioridades governamentais, bem como da liberação do recurso financeiro para fazer face às despesas, entre eles, UBS Ponte Alta do Gama (Tipo I) UBS Estrutural (Tipo II), UBS Vila Rabelo - Sobradinho (Tipo I), UBS Vicente Pires (Tipo III), UBS Quadra 26 - Setor Residencial Leste - Planaltina (Tipo II), Creche FNDE QNP 11 Ceilândia (3ª etapa), Creche FNDE EQ 215/315 Santa Maria (3ª etapa), Creche FNDE QNO 18 Ceilândia, Creche EMATER Colônia agrícola São José, Creche EMATER Núcleo Rural Pípiripau, Eficiência Energética HAB - Hospital de Apoio de Brasília, Eficiência Energética HSVP - Hospital São Vicente de Paula, Eficiência Energética HBDF - Hospital de Base, Eficiência Energética HRSM - Hospital Regional de Santa Maria, Eficiência Energética HRPa - Hospital Regional do Paranoá, Eficiência Energética HRBZ - Hospital Regional de Brazlândia, Eficiência Energética HRPL - Hospital Regional de Planaltina, Eficiência Energética HRG - Hospital Regional do Gama, Eficiência Energética HRSam - Hospital Regional de Samambaia, Eficiência Energética HRGu - Hospital Regional do Guará, Reforma da Feira Permanente de São Sebastião, Reforma da Feira Permanente de Santa Maria, Reforma da Feira Permanente de Sobradinho, Ampliação da Feira da Guariroba, Reforma com ampliação da Feira Permanente do Guará, Construção da Feira Permanente do Recanto das Emas, Recuperação e revitalização dos viadutos das tesourinhas, Reforma de Unidade de Fissurados do HRAN, Construção de Base do Samu Riacho Fundo II, Construção de Base do Samu Ceilândia, Manutenção dos elevadores da Biblioteca Nacional e do Museu da República, Ata de registro de preços de base para implantação de parquinhos, Ata de registro de preços de base para implantação de PEC's, Construção de nova Pista de Skate, Paisagismo do Estacionamento Público da Quadra 04, Área Especial 3 - Sobradinho, Projeto de recuperação estrutural da rodoviária do Plano Piloto.

Construção de Prédios E Próprios, apontamos as obras de Edificações realizadas no ano de 2021, a saber, Conclusão da obra do Novo Edifício Sede da Procuradoria Geral do Distrito Federal, Obra de correção de Patologias Construtivas situadas no Ed. Sede da PRF, Construção do Hospital Oncológico de Brasília, Reativação das fontes da Praça Municipal na Praça do Buriti, Montagem do Hospital de Campanha no Autódromo Internacional de Brasília, Obra da Ponte Costa e Silva, Revitalização do Parque localizado na EQS 112/113 Sul, Execução da obra de ampliação do complexo Sede Nacional da PRF III, Execução da Obra de Urbanização da Área Pública Praia Norte, Recuperação Estrutural da Passarela de Pedestres do CONIC, Montagem de estrutura para Hospital de Campanha do Gama, Execução de Bases Descentralizadas móveis para o SAMU em Taguatinga, Revitalização do Balneário Veredinha em Brazlândia, Construção da UBS Vale do Amanhecer em Planaltina, Construção da Unidade Básica de Saúde UBS em Ceilândia, Montagem de Hospital de Campanha na Ceilândia Sul, Construção da Unidade Básica de Saúde do UBS Paranoá Parque e

Reforma de Prédios e Próprios, ressaltamos a Reforma da impermeabilização do Terminal Rodoviário do Plano Piloto, e ainda a Reforma com ampliação da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante.

Concessão de Benefícios a Servidores, referente à concessão de benefícios à servidores remunerados Foram concedidos todos os benefícios a servidores ativos da NOVACAP.

Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais, no que tange aos serviços administrativos, estes foram mantidos.

Gestão Da Informação E dos Sistemas de Tecnologia Da Informação, os serviços de manutenção estão sendo realizados nos sistemas de TI da Companhia.

Publicidade E Propaganda, todas as matérias foram publicadas.

8216 - MOBILIDADE URBANA - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	200000,0	0,0	0	0
5408 - REFORMA DE ABRIGOS DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS (EM 2021)	200000,0	0,0	0	0
TOTAL	200000,00	0,00	0,00	0,00

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Edificações Públicas

A NOVACAP atua na elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, na construção, conservação, manutenção e reparo de Edifícios Públicos e Mobiliários Urbanos em todo Distrito Federal, desenvolvendo suas atividades por meio de obra direta e indireta. Todos os serviços são executados exclusivamente em áreas ou espaços públicos. As obras diretas são realizadas com mão de obra, materiais, insumos e equipamentos próprios da Companhia, sendo trabalhos de menor complexidade, emergenciais e que não necessitam da elaboração de projetos e licitações, atendendo as demandas dos mais variados órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal e de todos os cidadãos. As obras indiretas são aquelas executadas a partir da contratação de empresas terceirizadas, por meio de procedimento licitatório. Na área de Edificações, foram entregues Unidades Básicas de Saúde, a construção dos Hospitais de Campanha, destinados ao tratamento de pacientes com Covid-19. A saúde dos moradores da região administrativa mais antiga do DF também é tratada como prioridade, com a construção de uma Unidade Básica de Saúde – UBS no Vale do Amanhecer e de uma Unidade de Pronto Atendimento - UPA na Região Mestre D’Armas. A Secretaria de Educação em parceria com a NOVACAP construiu novos blocos em dez escolas de Taguatinga e Samambaia. O Presidente da Companhia comemorou a participação da estatal na expansão da rede pública de ensino, pois investir em educação é também a prioridade dessa gestão. Vamos trabalhar para executar ações que beneficiem a comunidade escolar e garantam melhor qualidade de vida para a população. Foram entregues Unidades Básicas de Saúde - UBSs, Unidades de Pronto Atendimento - UPAs, reforma e ampliação do Museu de Arte de Brasília e estruturação dos hospitais de campanha para atendimento de pacientes com covid-19. Foram mais de R\$ 1 bilhão investidos, mesmo durante a pandemia. Estamos finalizando o ano de 2021 com 204 contratos, mais de R\$ 700 milhões de investimentos. Foram executados mais de 270 km de calçadas em todas as cidades, e implementamos Pontos de Encontro Comunitário - PECs, parquinhos, mais de 50 km de asfalto, mais de 80 km de recuperação asfáltica. Além disso, demos início ao Hospital Oncológico de Brasília. O Secretário de Governo, reforça os feitos do GDF, destacando as diversas obras realizadas ou em andamento nesses três anos de gestão, em que a NOVACAP desempenha papel fundamental, tendo em vista ser a responsável pela elaboração dos projetos, a fiscalização e

a execução da maioria dessas obras. E isso vai da revitalização até a construção de novos espaços, sem falar nas ações emergências.

Desde o início do ano, a NOVACAP assumiu o compromisso com o Governo do Distrito Federal de trabalhar na manutenção e revitalização das Feiras da Capital, objetivando oferecer espaços com mais infraestrutura e acessibilidade para frequentadores e feirantes. Em todo o DF, há 38 feiras permanentes e shoppings populares, acolhidas por 17 mil feirantes e visitadas por milhares de brasilienses todas as semanas. Por ser um equipamento público altamente ligado à cultura da cidade, vamos modernizá-las e trazê-las de volta com conforto e acessibilidade para melhorar o acesso das pessoas mais velhas, crianças e pessoas com deficiência ou com mobilidade comprometida, além da padronização, que é muito importante, pontua o Presidente da Companhia. O Governo do Distrito Federal está investindo cerca de mais de R\$ 30 milhões em revitalizações e manutenções nas feiras do Distrito Federal. Para o ano de 2022, além da conclusão da Feira do Núcleo Bandeirante e do Galpãozinho, no Gama, estão previstos mais investimentos nas recuperações desses importantes espaços públicos. A Ponte JK terá a primeira reforma em 20 anos, as obras compreendem a recuperação estrutural da via, e o início dos trabalhos está previsto para janeiro de 2022. O monumento contará com reparos estruturais e outros serviços completos, com uma obra estimada em R\$ 44.232.748,77. Desde sua criação, a Ponte JK, que é o cartão-postal da nossa capital, não recebe reformas, ressalta o presidente da Companhia. A NOVACAP foi a construtora desse monumento, que tem uma história de grande expressão para nossa cidade. Serão executados o reforço e a recuperação estrutural de todos os pilares e blocos de fundação, recapacitação do sistema de aparelhos de apoio, reabilitação das juntas de dilatação e do sistema de sustentação do tabuleiro e troca dos cabos de aço. Além dos reparos estruturais, a ponte receberá nova pintura, pavimentação asfáltica, recuperação da ciclovia e novo sistema de fechamento do guarda-corpo.

Nos canteiros dos acessos da Região Administrativa de Arniqueira terão flores ornamentais, letreiro com o nome da cidade e luz. As três entradas da cidade vão receber o projeto de paisagismo completo, os serviços estão previstos para conclusão em fevereiro. Os projetos arquitetônicos são da administração regional, e a obra será executada pela NOVACAP.

A Ponte Costa e Silva irá ganhar passarela para pedestres e ciclovia, o GDF investe R\$ 20 milhões na reforma, que avança pelas estruturas internas. O projeto contempla os 400 m do elevado e gera dezenas de empregos. Construída em 1976, a quase cinquentona Ponte Costa e Silva do Lago Sul passa pela primeira grande reforma coordenada pela NOVACAP. Não se trata somente de modernização, mas a recuperação de uma estrutura que sofreu o desgaste com o passar de pelo menos quatro décadas e, que atende hoje mais de 15 mil motoristas diariamente.

A NOVACAP entregou para os moradores de Santa Maria a reforma da Escola Porto Rico, que ficou 11 anos abandonada, e que agora passa a contar com 12 salas de aulas e 522 vagas para novos alunos, no ensino diurno e noturno, para quando as aulas retornarem ao regime presencial. Além de estar reformando mais 3 escolas e 15 creches em áreas urbanas e 3 creches em área rural, no Distrito Federal.

Construtora de monumentos, a NOVACAP também atuou na recuperação e revitalização de grandes obras do Distrito Federal. Além de atuar no reforço estrutural da Ponte JK e da Ponte Costa e Silva. As obras vão garantir mais segurança para os motoristas que passam diariamente por esses importantes cartões postais da capital. A Companhia também recuperou os viadutos sobre a Galeria dos Estados e revitalizou a EPIG e a Avenida Pioneira do Gama. Além disso, a NOVACAP está trabalhando na reforma de um símbolo da nossa cidade, as tesourinhas. Elas receberam obras de restauração e conservação. Essas vias, mais do que um marco no planejamento urbano, são imprescindíveis para a fluidez do trânsito.

Obras Relevantes 2021 - Balanço Realizado

No que diz respeito ao bem estar da população, a NOVACAP efetuou neste ano ações significativas que impactaram o cotidiano dos moradores da capital. Neste contexto, ressaltamos algumas obras concluídas as quais contribuíram grandemente para o fortalecimento da saúde, segurança, cultura, lazer, geração de empregos, infraestrutura e mobilidade, proteção ao meio ambiente, prevenção de problemas sanitários de saúde pública, dentre outros, tais como a Construção de 09 (nove) Unidades Básicas de Saúde, locação e montagem de estrutura para 03 (tês) Hospitais de Campanha, recuperação estrutural e

revitalização dos viadutos, construção da 1ª etapa do Centro de Triagem de Coleta Seletiva, reforma e ampliação do Museu de Arte de Brasília - MAB, recuperação, reforço estrutural e revitalização da Ponte Costa e Silva e da Ponte JK, construção de Escolas Classes, execução dos serviços de reativação das Fontes da Praça do Buriti, reforma com ampliação da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, além de outras não menos importantes.

Ainda no tocante à qualidade de vida do cidadão, a NOVACAP proporciona à população, a oportunidade de utilizarem as academias a céu aberto, que são os Pontos de Encontro Comunitários - PECs, que além de incentivar as práticas de exercícios e promover a interação social entre os moradores, as áreas de lazer embelezam os bairros, criando uma harmonia entre pessoas, espaços urbanos e natureza. Esses novos espaços beneficiarão cerca de 30 mil cidadãos em cada local instalado.

- Obras a Iniciar em 2022

Para o Ano 2022, pretendemos fazer cerca de 500 obras, apontando a existência de 109 processos licitatórios de contratação de obras em andamento e 40 processos já licitados aguardando análises técnicas, anunciou o Presidente da Companhia. Nos últimos três anos, a NOVACAP licitou 314 contratos que resultaram num investimento de R\$ 442.308.436,82. Como obras a iniciar, importante ressaltar dentre elas, a Construção do Bloco Auxiliar do Hospital Regional de Planaltina - HRPL, Revitalização da Ponte JK, Construção da Nova Subestação do Data Center Corporativo do GDF, Reforma - UBS 07 Gama, Reforma do Restaurante Comunitário Arniqueiras - Areal, Construção do Restaurante Comunitário do Sol Nascente, Creche Quadra 217 Samambaia 2ª etapa, Conclusão das Obras de Reforma das Instalações Elétricas de baixa tensão da Feira da Guariroba, dentre outras.



Infraestrutura Urbana - Urbanização

Em três anos, só a NOVACAP investiu R\$ 4 milhões para dar mais segurança a pedestres, ciclistas e motoristas e as obras prosseguem por toda cidade. O Distrito Federal já recebeu 90 km de novos meios-fios desde o início desta gestão. Todas as regiões administrativas foram contempladas com essas obras, que são feitas pela NOVACAP. De Ceilândia até Planaltina, passando pelas mais diferentes cidades, como Samambaia, Gama, Sudoeste, Lago Norte e Fercal, lá estão os blocos de cimento dando aquele acabamento nas calçadas. Atualmente, estão sendo executadas obras de meios-fios em 24 pontos de 14 cidades do DF. O trabalho é de substituição de meios-fios quebrados, realinhamento para a execução de novas calçadas e a execução de pavimentação em vias. A Companhia executou, no Ano 2021, obras de urbanização em todo Distrito Federal. Podemos citar a execução de 293.230,45 metros quadrados de pavimentação asfáltica, 583.882,36 de recapeamento asfáltico, 270 quilômetros de calçadas, 1.500 metros de ampliação de rede de drenagem, execução de fresagem, ciclovias, bacias, recuperação de erosão, produção de 111.486,92 toneladas de massa asfáltica na usina própria da empresa, 300 mil intervenções de podas e mais de 90 mil árvores plantadas, número relevante de quantidade de obras. A entrada em 2021 marcou o início das obras nas Quadras da W3 Sul. O projeto de requalificação da icônica W3 Sul conta com investimento de R\$ 24,8 milhões e a previsão de gerar 800 empregos. O recapeamento do trecho da DF-005 que liga o Lago Norte ao Varjão. A pista dupla entre o Shopping Iguatemi e a Ponte do Varjão, tendo 1,5 km de extensão. Ao todo, 20 homens participaram da ação trabalhando em oito máquinas de grande porte. O custo estimado da obra foi de mais de R\$ 1,1 milhão.

Infraestrutura é Qualidade de Vida

Obras de Infraestrutura avançaram por toda cidade em 2021. Citamos como investimento na execução de obras de interesse do Governo do Distrito Federal todos os recursos obtidos com a redução de despesa de pessoal e de custeio, com o objetivo de entregar à população a

quantidade máxima das obras prioritárias até dezembro de 2021, trazendo mais qualidade de vida. Equipes do GDF Presente e da NOVACAP recuperaram bocas de lobo, efetuaram ajustes na galeria de águas pluviais, repararam meios-fios e asfalto, além de recolocarem bloquetes no estacionamento das Avenidas Araucárias e Castanheiras. Ainda, num esforço conjunto, foram realizadas 120 vagas de estacionamento em Vicente Pires. Obras concluídas no Itapoã incluem a da Praça Del Lago, que ganhou um Ponto de Encontro Comunitário-PEC e Reformas no Parquinho, na Área de Convivência, na Quadra Poliesportiva e no Centro Comunitário. A Horta Comunitária do Itapoã recebeu limpeza, poda e roçagem, além de novas calçadas e reforma de alambrado e das portas de ferro. A centenária Planaltina se transformou em um verdadeiro canteiro de obras. Pela cidade, há construções nas áreas de educação, saúde, mobilidade e lazer e esporte que somam quase R\$ 14 milhões para melhorar a vida dos 200 mil moradores da região. Vários trechos de Taguatinga receberam operação tapa-buraco e na Estrutural, bocas de lobo foram desobstruídas com a ajuda do hidrojato da Companhia. Na Estrada Parque Dom Bosco foi efetuada a construção de 9,6 km de calçadas. A Praça Padre Roque, no Núcleo Bandeirante, recebeu melhorias como o piso em pedras portuguesas que foi ajustado e nivelado com a reposição das peças pretas e brancas. Os buracos da via foram todos tapados e os meios-fios quebrados foram consertados. O Departamento de Parques e Jardins - DPJ efetuou a poda sanitária de cinco palmeiras que apresentavam risco de queda. Uma das principais Avenidas do Jardim Botânico, a Avenida do Sol, recebeu poda de árvores, tapa-buraco, limpeza de bocas de lobo e recolhimento de lixo. Foi inicializado o trabalho de recomposição e tapa-buracos nas vias do Polo JK em Santa Maria, garantindo a segurança de motoristas que trafegam por lá e evitando despesas às empresas instaladas no polo. É uma área de grandes empresas que geram empregos, em sua maioria ocupados por trabalhadores da própria cidade, sendo um cuidado com empregadores e empregados, uma determinação do governador Ibaneis Rocha. Com intensas chuvas ocorridas na capital sem previsão de trégua para o mês de dezembro, o GDF montou uma operação com dezenas de servidores e trabalhadores de vários órgãos, inclusive da NOVACAP, mobilizados na execução de podas, desentupimento de redes de drenagem, tapa-buraco, entre outros serviços. Na Asa Norte, na faixa da 209 e 409, uma equipe de 30 homens com maquinário pesado fez mais uma limpeza geral nas bocas de lobo mais próximas à tesourinha, sob a coordenação do Polo Central Adjacente III do GDF Presente. A força-tarefa também atuou na via W3 Norte, na altura da quadra 511 e na 211. Na avenida W3, foram mais 12 bocas de lobo recuperadas para melhorar a drenagem no local. Segundo a NOVACAP, cinco equipes da Companhia estão de prontidão para atender ocorrências na região central de Brasília. Em Taguatinga as chuvas torrenciais dos últimos dias destruíram parte do asfalto da rua do Senai, próximo ao Hospital Regional de Taguatinga (HRT). Muitas árvores também foram derrubadas. A via foi parcialmente interditada e a NOVACAP já trabalha na recuperação asfáltica em toda a rua e na limpeza dos bueiros. A administração, a NOVACAP e o Corpo de Bombeiros estão trabalhando em conjunto cortando árvores que apresentem risco de queda e também recolhendo as que tombaram. Na Área de Desenvolvimento Econômico (ADE), em Arniqueira, dois imensos buracos tiveram que ser reparados, haja vista que asfalto cedeu próximo a uma rotatória e cerca de 10 toneladas de massa asfáltica foram usadas para deixar a pista novinha. Até o momento, o GDF já executou 71,49% dos serviços de drenagem; 6,08% de pavimentação; 29,92% de meios-fios e 37,81% dos blocos intertravados no Trecho 3 do Sol Nascente.

"A NOVACAP trabalha o ano inteiro realizando intervenções para garantir a qualidade de vida e a segurança no tráfego dos brasilienses. Foram pavimentados mais de 293 mil m², recapeados 583 mil m² de vias e produzidas mais de 110 mil toneladas de asfalto, só este ano. Isso equivale a 15 mil caminhões de asfalto. Os pedestres também puderam notar grandes mudanças nas calçadas e ciclovias do Distrito Federal, onde já foram construídos 270 km de novas calçadas e 10 km de ciclovias."

Obras Apropriadas perfazem o total de 602 até outubro DE 2021

Ressaltamos algumas realizações na área de infraestrutura, tais como, Recuperação de Vala e Erosão no Parque do Cortado/Taguatinga Sul, Fresagem e Capa Asfáltica T.R.E 19ª Região em Taguatinga Norte, Pavimentação Asfáltica CER - Centro de Ensino e Reabilitação 909 Sul, Pavimentação Asfáltica Acesso e Estacionamento 26º Batalhão de Polícia Militar do DF em Santa Maria, Pavimentação Asfáltica UBS 07 no Jardim Roriz em Planaltina, Abertura de Bacia de Contenção Via Tororó Oeste, Pavimentação Asfáltica Parque Rural, Terraplenagem e

Colocação de Material Inkra 09 Ceilândia, Fresagem e Recapeamento Asfáltica Eixo Monumental MPDF à Catedral de Brasília, Terraplanagem e Colocação de Material Setor de Indústria Ceilândia, Pavimentação Asfáltica Pista Interna do Palácio do Alvorada.



Obras Reduzem o Impacto da Crise e Geram Empregos

Investir em obras é sinônimo de geração de emprego e renda para o Governo do Distrito Federal. Desde o início da gestão, o poder Executivo local garantiu 30 mil oportunidades de trabalho na capital. Mesmo com a pandemia do novo corona vírus, os serviços não pararam, o ritmo não diminuiu e a máquina pública se esforçou para não deixar a cidade parada. *“Atualmente, são 1,4 mil obras, sendo 200 de grande porte. O investimento é de R\$ 2,6 bilhões, investidos, pagos ou contratados, para dar mais qualidade de vida à população. Além de gerar emprego com grandes construções, como é o caso das Unidades Básicas de Saúde e dos Hospitais de Campanha, a NOVACAP ressalta reformas efetuadas por toda a cidade. São serviços de pavimentação, drenagem, plantio de grama, construção de calçadas e meios-fios, dentre outros.”*

Obras de Urbanização em todo Distrito Federal em 2021

GDF comemora as mais de mil obras realizadas desde 2019, onde só a NOVACAP investiu mais de R\$ 422 milhões em licitações e iniciou outras 1.002 obras. Para 2022, outras 500 ações estão previstas. A Companhia executou obras de urbanização em todo o Distrito Federal, durante o exercício 2021. Foram construídos ou reformados “293.230,45 metros quadrados de pavimentação asfáltica, 583.882,36 metros quadrados de recapeamento asfáltico, 270 quilômetros de calçadas, a produção de 111.486,92 toneladas de massa asfáltica na usina própria da empresa, 1.500 metros de ampliação de rede de drenagem, 300 mil intervenções de podas e mais de 90 mil árvores plantadas, garantindo a conservação da cidade e auxiliando na parte estratégica do desenvolvimento de Brasília, desta forma, dando continuidade às atividades tão relevantes à população do Distrito Federal.”

Destacamos o papel fundamental da NOVACAP no processo de cuidado e busca de melhorias para as cidades: atuando em duas vertentes, manutenção da cidade limpa, organizada e em funcionamento com zeladoria dioturna nas cidades, a partir dos Programas Cidade Sempre Viva e GDF Presente, bem como, executando obras de edificação e urbanização em todas as cidades. Nada disso pode parar, porque atende às reivindicações da população e traz aumento da oferta de emprego e renda.

Manutenção de Áreas Verdes

Quanto às áreas verdes, as atividades são desenvolvidas no âmbito do Departamento de Parques e Jardins -DPJ, unidade integrante da Diretoria de Urbanização, sendo este departamento o braço executor nos projetos de implantação e conservação das áreas verdes públicas do Distrito Federal. Desta forma, contribui ativamente nas ações promotoras da qualidade ambiental, principalmente na incrementação do verde, atuando em todo o processo, desde a coleta das sementes, formação de mudas, plantio e manutenção. O processo de formação de mudas se dá nos dois Viveiros mantidos pela NOVACAP, nos quais são produzidas mudas de flores, ervas, arbustos e palmeiras. Estas mudas são utilizadas tanto nos projetos implantados pela Companhia, como também são doadas aos órgãos que compõe o GDF, em suas ações individuais. Em 2021, até o momento foram produzidas 1.690.542 unidades de mudas. O DPJ também atua na implantação e conservação dos gramados das áreas públicas. Foram implantados 135.136m² de gramados no ano de 2021. O Departamento de Parques e Jardins, conserva, atualmente, com atividade de poda de grama e corte de vegetação nativa, uma área de aproximadamente 160.000.000 m², que são trabalhadas, em média, 7 vezes ao ano, variando de acordo com o ciclo de corte e a frequência estabelecida em projeto básico. Até o final de outubro, considerando a repetição dos ciclos, foram podados/roçados uma área equivalente a 796.350.635,94 m². As atividades são, em sua grande maioria, sazonais, ou seja, a necessidade prevalece no período chuvoso, geralmente entre os meses de outubro e março de cada ano. O fator em questão influencia diretamente na forma de execução e nos custos, bem como nos resultados esperados pela coletividade. A NOVACAP continua trabalhando e prestando os serviços essenciais para a segurança e comodidade da população do Distrito Federal. Trabalhos como poda de árvores, roçagem da vegetação, implantação de gramado, plantio de árvores, recolhimento de galhos caídos e jardinagem ocorrem em forma de revezamento, com prioridade para demandas emergenciais que ofereçam riscos à população, levando assim, serviços para todas as Regiões Administrativas e para o Plano Piloto, simultaneamente. A NOVACAP mantém atualmente, aproximadamente 550 canteiros ornamentais, promovendo conforto visual, principalmente nos meses de seca, quando o colorido dos canteiros contrasta com o tom acinzentado dos gramados secos.

Brasília é uma das maiores florestas urbanas do Brasil, com mais de 5 milhões de árvores plantadas e todas elas foram cultivadas pela NOVACAP. A Companhia possui mais de 600 espécies diferentes de mudas nativas do cerrado, entre elas a marca registrada de Brasília, o Ipê. Além de embelezar a cidade, os canteiros de flores, as árvores, os gramados também são importantes para garantir não só a beleza visual, mas a segurança de quem utiliza a área para o lazer. Atualmente, a NOVACAP conserva uma área de aproximadamente de 160 milhões de m² de gramado. Essas áreas são roçadas, em média, 7 vezes ao ano, variando de acordo com o ciclo de corte e a frequência estabelecida em projeto básico para manter nossos gramados limpos, bonitos e seguros. Até o momento, considerando a repetição dos ciclos, a Companhia já podou e roçou uma área equivalente a quase 1 bilhão de m².



Usina de Asfalto da NOVACAP

A Usina de Asfalto da NOVACAP produz massa asfáltica para as equipes de obras da Companhia, além de fornecer para todas as Administrações Regionais. Desde 2015, vem se

regularizando para atender às exigências do Órgão Ambiental e promover a sua viabilidade ambiental. Em 2021 a Companhia obteve a Licença de Instalação - Prorrogação SEI-GDF nº 007/2021 - IBRAM/PRESI emitida para atividade da Usina de Asfalto, onde, as exigências, condicionantes e adequações estão em atendimento, assim como para as atividades que englobam o setor de oficinas e o posto de combustível da empresa.

Tecnologia da Informação

A NOVACAP, no ano de 2021 executou diversas atividades visando o melhoramento contínuo da qualidade dos serviços de Tecnologia da Informação, dentre os quais podem-se destacar as ações realizadas pelo Departamento de Informática da Companhia, quais sejam, Aquisição e Implantação de Ponto Eletrônico, Contratação de Empresas de Suporte, Implantação da Ferramenta ITSM, Desenvolvimento do Sistema SISO UVIDORIA, Manutenção de Sistemas Internos, Contratação de Fábricas de SOFTWARE e Migração de Storage para Servidores da SUTIC.

Meio Ambiente - Responsabilidade Socioambiental

A Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938, tem como principais objetivos a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental. Destaca-se entre os seus propósitos, a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. A NOVACAP atua respeitando os princípios legais inerentes a responsabilidade ambiental, com atitudes voltadas para o desenvolvimento sustentável e manutenção dos ecossistemas equilibrados, promovendo ações que levem em conta o crescimento econômico ajustado à proteção do meio ambiente da atualidade e para as gerações futuras, promovendo a sustentabilidade. A dimensão ambiental se manifesta por meio da prestação de serviços com adoção de iniciativas que promovam a utilização responsável dos recursos naturais e minimização dos impactos ao meio ambiente com vistas ao desenvolvimento sustentável. Cabe à Divisão de Meio Ambiente integrar os princípios e diretrizes da Política Ambiental às demais legislações da esfera federal, elencadas no Painel Legislação Ambiental e, ainda, às legislações ambientais do Distrito Federal, que sejam relacionadas aos serviços e ações executadas pela Companhia. Por fim, no que se refere à esfera ambiental, vale destacar que a empresa assegura a viabilidade dos projetos e operações executados na medida que zela pelo cumprimento da legislação pertinente, colaborando com a manutenção de áreas verdes, preservando o meio ambiente e, conseqüentemente, promovendo medidas no âmbito do Desenvolvimento Sustentável.

Ouvidoria

A NOVACAP apresentou o relatório referente aos resultados das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no primeiro trimestre de 2021, constante das manifestações registradas no âmbito do Sistema de Gestão de Ouvidorias do Distrito Federal – SIGO/DF, onde, durante o primeiro trimestre de 2021, foram registradas 5.516 manifestações no período de 01/01/2021 a 31/03/2021. Dessas, merecem destaque as solicitações, que representam 81% do total, seguidas pelas reclamações, com 16%. Da análise dos dados, verifica-se que no mês de janeiro foram recebidas 2.110 manifestações, em fevereiro 1.852 e em março 1.554 demandas. A Ouvidoria disponibiliza diversos canais de contatos, os quais o cidadão pode recorrer a fim de encaminhar solicitações, reclamações, sugestões, elogios, informações e denúncias. Os canais disponibilizados no quarto trimestre foram a central do GDF 162, internet www.ouv.df.gov.br e atendimento presencial. Ressaltamos, conforme quadro abaixo, os assuntos mais solicitados no Ano 2021:



- Iniciativas Implantadas Pela NOVACAP Em 2021

Prefeitura da NOVACAP

Visando o desenvolvimento de ações voltadas para o atendimento das necessidades internas da Companhia, principalmente, no que tange ao bem-estar e melhoria da qualidade de vida de seus empregados e colaboradores, e ainda, considerando a necessidade de adequação, manutenção e conservação das instalações da Empresa, a nova gestão inaugurou no dia 21 de setembro a Prefeitura da NOVACAP. Dentre as suas atribuições, podemos elencar o acompanhamento e a fiscalização da execução das obras e serviços de manutenção e zeladoria, intencionando o bem e o interesse públicos.



Outubro Rosa: Evento de Conscientização e Prevenção

Ressaltamos no ano de 2021, o total apoio da NOVACAP à Campanha Outubro Rosa, cujo objetivo é compartilhar informações sobre o câncer de mama e, mais recentemente, câncer do colo do útero, promovendo a conscientização sobre as doenças, proporcionando maior acesso aos serviços de diagnóstico e contribuindo para a redução da mortalidade. A Companhia realizou um evento alusivo para a conscientização da prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama. A roda de debates teve a presença de especialistas na área como dermatologista, ginecologista e enfermeira. Outros assuntos também fizeram parte da roda, como o câncer no colo do útero e o câncer de pele.



Novembro Azul: Mais Prevenção e Menos Preconceito

A NOVACAP realizou evento voltado para a conscientização e prevenção do câncer de próstata. Além da fala de abertura do Presidente da Companhia, os empregados receberam o médico especialista que tirou dúvidas e fez uma palestra sobre cuidados e prevenção à doença.



Programa Jovem Aprendiz

O Programa, concebido com o nome de "PROJETO URUCUM", existe há cerca de 30 anos, oferecendo aos jovens a oportunidade de aprender, zelar e interagir com a natureza através dos Viveiros da NOVACAP, agregando, conjuntamente conhecimentos no âmbito administrativo. O programa apresenta uma perspectiva social, haja vista ser voltado para alunos da rede pública de ensino ou bolsistas integrais da rede particular, oriundos de família de baixa renda, os quais têm uma oportunidade de mobilidade social, a partir do momento em que são inseridos no mercado de trabalho. Atualmente, com o nome de Programa Jovem Aprendiz, atende até 150 jovens estudantes, maiores de 14 anos e menores de 24 anos, incluídas pessoas com deficiência, possibilitando à NOVACAP desempenhar importante papel social.

Projeto Reeducando

A Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, tem dado continuidade aos programas de inclusão e reintegração social dos reeducandos, com o objetivo de promover melhorias em suas condições de vida. O Projeto Reeducando, desenvolvido pela NOVACAP em conjunto com a fundação supramencionada, tendo início no ano de 2015 e vem apresentando crescimento ao longo dos anos, consistindo na ressocialização do indivíduo, inserindo-o no convívio social e também no mercado de trabalho. A exemplo, as atividades desempenhadas por essa força de trabalho são nas áreas de limpeza, conservação, manejo de sementes, mudas e hoje, em expansão, trabalhando também nas obras civis executadas pela Companhia.

Vida Nova Com Apoio E Qualificação Profissional

Atento à reintegração social de homens e mulheres com passagem pelo sistema prisional, o Governo do Distrito Federal iniciou um trabalho de qualificação de reeducandos e egressos,

inicialmente sendo 244 colaboradores da NOVACAP. O treinamento ficará a cargo do Instituto Recomeçar, Organização Não Governamental com atuação em Brasília.

Estagiários

Em cumprimento ao seu papel social, a NOVACAP contrata estudantes frequentadores de cursos superiores como forma de contribuir com a formação de novas gerações de profissionais, além de dar incentivo ao desenvolvimento da carreira destes. O estágio é uma etapa importante no desenvolvimento e aprendizagem do estudante, pois é por meio dele que é possível colocar em prática todos os conceitos aprendidos na instituição de ensino, proporcionando, assim, maior absorção de conhecimentos e experiência para atuar no mercado de trabalho relacionado à profissão escolhida. Aliado a isso, o estagiário promove uma oxigenação no ambiente de trabalho, trazendo à empresa, inovações e avanços conceituais.

Treinamento

Em 2021, a NOVACAP realizou a capacitação de empregados realizando o treinamento na modalidade à distância/online, para operacionalização de Pregão Eletrônico no Sistema de Compras do Governo Federal-Comprasnet, Curso Online, tais como, Reajuste, Revisão e Repactuação de Preços à Luz do Princípio da Preservação do Equilíbrio Econômico-Financeiro nos Contratos Administrativos com Ênfase nas Alterações Unilaterais do Contrato, Curso Online sobre Governança Corporativa com base na Lei nº 13.303/2016, Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos, dentre outros.

Ações para Mitigar Impactos da Pandemia

Segundo a Nota Explicativa 1.4 – Riscos ligados à COVID-19, em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a Pandemia do Coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global, elevando a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentou o grau de incerteza para os agentes econômicos em razão de prováveis impactos relevantes futuros nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras. Para minimizar o impacto do Covid-19 em nossa força de trabalho, foi implementada na NOVACAP uma estratégia de distanciamento social, rastreamento, testagem e quarentena, baseado em análise de dados e das melhores práticas internacionais. Desde o dia 13 de março de 2020, instituiu-se o home office, passando todos os empregados a receberem informações sobre medidas de segurança e higiene, assim como orientações sobre os hábitos saudáveis, saúde mental e práticas para melhorar a experiência e rotina do trabalho remoto. Entre as medidas adotadas, a Diretoria Executiva determinou às empresas terceirizadas que continuassem a cumprir suas atribuições contratuais, asseverando-se de cumprir todas as medidas sanitárias requeridas, solicitando que as mesmas notificassem à Companhia os casos em que houvesse necessidade de suspensão dos trabalhos, ainda que provisoriamente. Em decorrência disto, criou-se um cenário de enorme insegurança afetando negócios, evidenciando desigualdades a acentuando problemas sociais e de saúde pública. Tornou-se imperativo salvar vidas e apoiar os mais vulneráveis a atravessar a pandemia do Covid-19. Como medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, o Governo do Distrito Federal adotou diversas normas com impacto na NOVACAP. Na condição de Empresa Pública, a Companhia assumiu a responsabilidade de preservar o maior número de empregos possível, na tentativa de colaborar com as medidas de fortalecimento da economia adotadas pelo Governo do Distrito Federal. Importante destacar o papel relevante da Companhia ao apoiar o Governo do Distrito Federal durante todo o tempo em que houve a distribuição gratuita de máscaras e a testagem em massa da população, tais como, disponibilização de VANS, para a entrega de máscaras nos postos de distribuição, montagem de diversas tendas para a testagem incluindo transporte de mesas e cadeiras para compor o ambiente útil dos postos, realização do transporte das equipes de testagem da Secretaria de Saúde até os postos de coleta e testagem e ainda, utilização dos caminhões pipa para a lavagem das áreas comuns dos postos de coleta e testagem, bem como das áreas públicas como, por exemplo, a Rodoviária do Plano Piloto, Paradas de Ônibus, Feiras e áreas comuns do Parque da Cidade. No âmbito interno, a Companhia executou várias ações, como distribuição de máscaras descartáveis, realização de limpeza nos pátios e edificações da Empresa, aquisição de álcool em gel para uso dos empregados, aquisição de viseiras, bem como, disponibilização de dispenser para álcool em gel em pontos estratégicos

com grande circulação de pessoas, aquisição de termômetros digitais para controle de acesso à Companhia, aquisição de bombas de pulverização e pulverizadores portáteis para a realização de desinfecção em todos os ambientes, descontaminação realizada com hipocloreto de sódio em mesas, cadeiras, portas, corrimão e maçanetas, descontaminação realizada com hipocloreto de sódio em todos os veículos da frota própria e terceirizada, e aquisição de tapetes sanitizantes. Não obstante as dificuldades impostas pela Pandemia do COVID-19, a Companhia, em todo o tempo manteve o compromisso com a população implementando ações para intensificar o bem-estar coletivo, com alocação econômico-social eficiente dos recursos financeiros e a prestação dos serviços que constituem seu objeto, contribuindo para ampliar o desenvolvimento urbano. É com muito orgulho que dizemos que a NOVACAP se mobilizou e segue mobilizada em todos os níveis na luta contra a Covid-19

- Certames Homologados Em 2021 - Até 16/12/2021

Licitações

Modalidade	Quantidade	Valor Orçado (R\$)	Valor Licitado(R\$)	Economia
Procedimento Licitatório Eletrônico	26	R\$ 117.371.002,38	R\$ 99.389.818,70	15,32%
Tomada de Preços	02	R\$ 4.517.578,15	R\$ 3.454.525,57	23,53%
Concorrência	19	R\$ 372.561.212,70	R\$310.691.816,15	16,61%
Pregão Eletrônico	30	R\$ 244.284.042,12	R\$212.656.200,97	12,95%
Cotação Eletrônica	06	R\$ 30.468.232,89	R\$ 30.457.003,72	0,04%
TOTAL	83	R\$769.202.068,24	R\$656.649.365,11	14,63%

- Certames Em Andamento Em 2021 - Até 16/12/2021

Modalidade	Quantidade	Valor Orçado (R\$)
Procedimento Licitatório Eletrônico - PLE	11	R\$ 274.335.263,82
Procedimento Licitatório Presencial - PLP	2	R\$ 15.652.478,91
Tomada de Preços	1	R\$ 3.428.735,52
Regime Diferenciado de Contratação - RDCI	1	R\$ 160.237.391,86
Concorrência	9	R\$ 324.920.179,22
Pregão Eletrônico	14	R\$ 139.100.928,30
Total	38	R\$ 917.674.977,63

- GDF Presente nas Ruas do Distrito Federal até o Último dia de 2021

Entre as ações realizadas estão operação tapa buraco em Planaltina, Vicente Pires e recuperação de Ponte na Fercal. Passagem de ligação para regiões como São Bernardo, zona rural de Salinas e Fercal, a ponte do Córrego do Ribeirão, localizado na VC 201. O imprevisto ilhou cerca de 100 famílias, mas o problema foi solucionado graças a ação rápida do GDF Presente, que recuperou o trecho de um dia para outro. Em Vicente Pires, com o apoio operacional de dez pessoas da NOVACAP, GDF Presente e administração local, os serviços de recuperação do asfalto foram feitos nas ruas 4, da Chácara 297 e também na Rua 8. Nas ruas de Vicente Pires e do Park Way foram efetuados vários reparos. Quase 70 toneladas de massa asfáltica foram utilizadas nas duas cidades. Após as chuvas no Sol Nascente e Pôr do Sol foram necessárias 100 toneladas de massa asfáltica para recuperar vias e outras 100 toneladas de resíduos da construção civil para nivelar estradas de chão. Por conta das chuvas torrenciais, o Polo Oeste do GDF Presente realizou uma série de ações de prevenção e reparos em vários pontos do Sol Nascente/Pôr do Sol. Os trabalhos, executados em parcerias com a administração regional local, NOVACAP, Departamento de Estradas e Rodagens- DER e Secretaria de Agricultura, contaram com maquinário pesado para limpeza das ruas e tapa-buraco.



Atuante na zeladoria e conservação do Distrito Federal, a NOVACAP, criada para construir a nova capital do País, desde a fundação de Brasília assumiu o papel de cuidar da cidade. Em 2021, a Companhia completou 65 anos de serviços prestados aos cidadãos brasilienses e os presenteia com mais de mil obras, reformas, revitalizações e intervenções de infraestrutura, conservação e paisagismo em todo o DF. E, deu segmento a mais de 300 licitações, para não deixar nenhum serviço parar. Idealizada por JK, para ser mais que um polo político, Brasília cresceu, floresceu e agregou em si, as regiões que foram à casa dos candangos, pioneiros, responsáveis por sua construção. Desta forma, a NOVACAP assumiu a tarefa de zelar por todo o Distrito Federal. Além da construção monumental da capital, o dinamismo e o crescimento exponencial das regiões administrativas pede constantemente um olhar atento para as necessidades da população. Nesta gestão, o governador impulsionou, por meio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, a resolução definitiva de várias demandas e reivindicações antigas de várias cidades.

Foram realizadas 1002 obras em todo o Distrito Federal. O acometimento epidemiológico global da COVID-19 trouxe um cenário desafiador, em que foi preciso não só manter e aprimorar as condições de trabalho e infraestrutura para os trabalhadores, mas também cuidar para que vidas fossem preservadas, além de medidas assertivas, para conter o avanço da doença. Pensando nisso, o governador agiu, rapidamente, e por meio da NOVACAP construiu em tempo recorde, 20 dias, 3 Hospitais de Campanha (Gama, Ceilândia e Autódromo), para o controle e tratamento do coronavírus. Além de realizar serviços de manutenção em 10 hospitais regionais. A NOVACAP também deu o pontapé inicial, para a construção do Hospital Oncológico Doutor Jofran Frejat. A ação do Executivo garantiu que os recursos para a construção, que estavam praticamente perdidos, retornassem para o DF em convênio com a Caixa Econômica Federal (CEF) e o governo federal. O hospital terá 172 leitos disponíveis, sendo 20 de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 152 de internação.

Entendendo a gravidade e controlando a situação, o Distrito Federal não parou. Cada tempo em que a população esteve cuidando da saúde, a NOVACAP esteve à frente recuperando 200 Pontos de Encontro Comunitário (PEC), revitalizando 100 parquinhos infantis, 100 quadras poliesportivas e reformando 5 feiras permanentes, para quando o convívio social for pleno, os moradores possam usufruir de boas instalações de esporte, lazer e entretenimento, além de oferecer aos pequenos empresários, melhores condições de trabalho e alojamento, para manterem a economia da região, por meio do comércio. E, não parou por aí, abandonado há 14 anos, o Museu de Arte de Brasília, construído pela NOVACAP em 1960, foi totalmente revitalizado e entregue, como um dos presentes de aniversário da cidade, para os brasilienses. O espaço cultural, localizado às margens do Lago Paranoá, exibirá acervo de pelo menos 1,3 mil peças de grandes artistas brasileiros.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Governança

A prioridade da Empresa é a Governança. Em conformidade com a Lei 13.303/2016, está em curso a reformulação da estratégia da Companhia no Planejamento Estratégico 2022-2026. Apontamos a revisão para a modernização da Missão, Visão e Valores, consolidado em um Mapa Estratégico que está baseado em três eixos, quais sejam, Governança, Transformação e Reposicionamento e Pessoas e Recursos. Assumimos neste planejamento, compromissos que traduzem em assegurar um modelo de governança que permita o equilíbrio entre eficiência e controle, atuando de forma íntegra e transparente na prestação de contas e aprimoramento dos processos. Nossos principais avanços em 2021, centraram-se na Governança da NOVACAP, implantando diversas ações com o intuito de fortalecer nossa cultura de integridade, que inclui nossos controles internos e nossa governança.

Governança Corporativa

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, Governança Corporativa é “o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas”. A viabilização de ações voltadas para um modelo de governança corporativa perpassa pelas estruturas empresariais que viabilizam o funcionamento do sistema de governança. Nesse contexto, dentro da NOVACAP, destacam-se as instâncias internas de governança e as instâncias internas de apoio à governança. No ambiente interno, as instâncias internas de governança, quais sejam, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração que são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade. As instâncias internas de apoio à governança são unidades administrativas, comitês e grupos de trabalho que auxiliam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, sendo elas, a Ouvidoria, Auditoria Interna, Secretaria Geral, Subsecretaria de Governança, Comitê de Planejamento Estratégico e Grupo de Monitores de Governança. As boas práticas de governança corporativa e compliance constituem um pilar de sustentação para os negócios da NOVACAP. A prioridade da Empresa é atuar sempre orientados pela ética, integridade e transparência. Nosso modelo de governança tem como objetivo contribuir para aprimorar o programa de governança e integridade da Companhia às melhores práticas e disseminá-lo, fortalecer o diálogo e a transparência com a sociedade e colaboradores, aperfeiçoar o fluxo dos processos normativos garantindo a transparência, continuidade, celeridade e simplificação.

Gestão De Riscos

A sistematização da gestão de riscos em nível institucional constitui estratégia que aumenta a capacidade da organização para lidar com incertezas, estimula a transparência e contribui para o uso eficiente, eficaz e efetivo de recursos, bem como para o fortalecimento da imagem da instituição. A Gestão de Riscos na Companhia tem como principal objetivo a redução da materialização de eventos que possam vir a impactar negativamente seus objetivos estratégicos, em prol da geração e preservação de valor e provimento de informações transparentes à sociedade, acionistas e parceiros preferenciais. A estrutura organizacional da Companhia possui atribuições compatíveis com a complexidade dos negócios e com a natureza das suas operações, e prevê unidades responsáveis pela gestão de riscos. O processo de gestão de riscos na NOVACAP é regido por uma política única e coordenado pela presidência, o que utiliza a visão sistêmica para a busca de resultados e uniformização dos modelos de conduta e integridade entre todas as áreas. A orientação geral é dada pela Diretoria-Executiva e os resultados obtidos no processo são enviados à apreciação daquela Diretoria, bem como do Conselho de Administração. Este analisa e delibera sobre as questões estratégicas referentes ao processo de gestão de riscos, sempre que se apresentem circunstâncias observáveis que possam recair sobre o patrimônio e aos resultados da Companhia, ou relativas a incertezas na execução de contratos, obras e projetos. Em 2021

foi realizado o treinamento, direcionado à Gestão de Riscos e Integridade, de forma a fortalecer as atuais ações, alinhado com os princípios e diretrizes que norteiam a governança.

Controles Internos - Auditoria

A estrutura organizacional da Auditoria da NOVACAP está em processo de redesenho. Esta é voltada para o aprimoramento e fortalecimento das ações de controle e auditoria, e consequentemente, a assegurar uma maior eficiência na execução de projetos e atividades de exame e avaliação da conformidade com maior tenacidade no cumprimento da legislação referente à transparência, gestão patrimonial, contábil, financeira e de pessoal, em observância ao art. 74 da Constituição Federal. O redesenho da unidade é parte integrante do Planejamento Estratégico 2020-2022, com a ação de reestruturação, a qual perpassa pela adequação do Estatuto Social e Regimento Interno.

Planejamento Estratégico

O Plano Estratégico do Governo do Distrito Federal contempla oito Eixos Temáticos, sendo que a maioria das ações de responsabilidade da NOVACAP está inserida no Eixo Desenvolvimento Territorial, "definido a partir da identificação do conjunto de serviços que vão da garantia à habitação, à infraestrutura urbana, à mobilidade, até a convivência no território". Essas ações contemplam políticas públicas de interesse social, principalmente nos aspectos relacionados à infraestrutura e urbanismo, edificações públicas, e ao meio ambiente. O Plano Estratégico acima mencionado tem contribuído significativamente para melhoria da infraestrutura, modernização de sistemas, fortalecimento da legislação e valorização das pessoas. O Planejamento Estratégico 2022-2026 contempla um novo olhar sobre as forças e fraquezas da Companhia, bem como ameaças e oportunidades, tendo como alvo os próximos cinco anos. Nesse contexto, foi revista a identidade institucional, segundo uma proposta de modernização da Missão, Visão e Valores. A partir desses eixos, foram estabelecidos os Objetivos Estratégicos, abordando temas relevantes tais como, ESG - Environmental, Social And Governance, geralmente usada para medir as práticas ambientais, sociais e de governança de uma empresa, inovação e valorização dos empregados, definindo para cada objetivo, um conjunto de projetos corporativos, indicadores e metas.

Força de Trabalho

O corpo laboral da NOVACAP é constituído por empregados contratados antes da realização de concurso público e mediante concurso público, bem como por empregados comissionados, de livre provimento e nomeação, os quais compõem o Quadro de Empregados Permanentes - QEP. No ano de 2021, o QEP supracitado sofreu alterações em função do Programa de Desligamento Voluntário, tendo em vista a adesão de 486 (quatrocentos e oitenta e seis) empregados, em rescisão negociada, em comum acordo entre as partes, e com incentivos financeiros. Pontua-se como objetivos do Programa, modernizar o quadro de empregados, revitalizar a força de trabalho e otimizar o equilíbrio financeiro da Companhia.

Treinamento e Capacitação

A pretensão da Companhia é implantar o Plano de Capacitação por Competências para seus empregados. Atualmente, a capacitação é atendida mediante demanda das unidades. O aludido plano, tem como objetivo promover mudanças de atitudes, desenvolvimento das pessoas, adaptação à modernização da estrutura, desfrute da competência humana, maximizando o desempenho profissional, contribuindo assim para o alcance das metas organizacionais. O resultado será buscar continuamente repassar e reciclar conhecimentos, atitudes e habilidades diretamente ligadas à tarefa ou otimização do trabalho.

Novacap Recebe Prêmio Ita da Controladoria Geral

No ano de 2021, a exemplo de outros anos, a NOVACAP atingiu o importante Índice de Transparência Ativa e recebeu o Prêmio ITA da Controladoria-Geral do Distrito Federal, contemplando 100% dos requisitos de transparência governamental. Para a premiação, foram realizadas avaliações das informações divulgadas nos sites, seguindo as normas da Lei Distrital de Acesso à Informação do Distrito Federal - 4.990/2012.

Balanço da Novacap Para 2021

A NOVACAP encerrou 2021 com mais de mil obras entregues. Atuante na zeladoria e conservação do Distrito Federal, a Companhia, criada para construir a nova capital do País, desde a fundação de Brasília, assumiu o papel de cuidar da cidade. Em 2021, completou 65 anos de serviços prestados aos cidadãos brasilienses e os presenteia com mais de mil obras, reformas, revitalizações e intervenções de infraestrutura, conservação e paisagismo em todo o Distrito Federal, dando segmento a mais de 300 licitações, para não deixar nenhum serviço parar.

Foram realizadas 1002 obras em todo o Distrito Federal, ressaltando, mais uma vez, a importância da construção dos Hospitais de Campanha para o controle e tratamento do coronavírus. Atuantes no atendimento primário à população, as Unidades Básicas de Saúde são importantes equipamentos públicos. Só no ano de 2021, foram entregues 7 unidades. Ainda estão sendo construídas mais 17, que vão realizar atendimentos em todo o Distrito Federal. A NOVACAP também deu o pontapé inicial, para a construção do Hospital Oncológico Doutor Jofran Frejat. A ação do Executivo garantiu que os recursos para a construção, que estavam praticamente perdidos, retornassem para o Distrito Federal em Convênio com a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Governo Federal. O hospital terá 172 leitos disponíveis, sendo 20 de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 152 de internação.

Entendendo a gravidade e controlando a situação, a capital não parou. Cada tempo em que a população esteve cuidando da saúde, a NOVACAP passou recuperando 200 Pontos de Encontro Comunitário (PEC), revitalizando 100 parquinhos infantis, 100 quadras poliesportivas e reformou 5 feiras permanentes, para quando o convívio social for pleno os moradores possam usufruir de boas instalações de esporte, lazer e entretenimento, além de oferecer aos pequenos empresários, melhores condições de trabalho e alojamento para manterem a economia da região, por meio do comércio. E, não parou por aí, abandonado há 14 anos, o Museu de Arte de Brasília, construído pela Novacap em 1960, foi totalmente revitalizado e entregue, como um dos presentes de aniversário da cidade para os brasilienses. O espaço cultural, localizado às margens do Lago Paranoá, exibirá acervo de pelo menos 1,3 mil peças de grandes artistas brasileiros. Ainda sob o impacto da COVID-19, os estudantes foram privados de frequentarem fisicamente as unidades escolares, como medida de contenção da doença. Foi instituído então, o ensino remoto. Enquanto os estudantes estavam online, os trabalhadores da Companhia estavam em campo construindo e reformando escolas por todo o Distrito Federal.

- Perspectivas da NOVACAP Para 2022

Para o Ano de 2022, a NOVACAP tem prevista o compromisso de uma extensa agenda de obras a realizar, tais como, a Reforma da Unidade Básica de Saúde do Gama, Reforma do Restaurante Comunitário Arniquireiras - Areal, Construção do Restaurante Comunitário do Sol Nascente, Construção do Bloco Auxiliar do Hospital Regional de Planaltina - HRPL, Reforma e modernização da subestação do Hospital Regional de Brazlândia - HRBZ, Revitalização da Ponte JK, Reforma e ampliação do skate park do Gama, Reforma e modernização da subestação do Hospital Regional de Brazlândia - HRBZ, Conclusão das obras de reforma das instalações elétricas de baixa tensão da Feira da Guariroba, dentre várias outras, bastante significativas.

Ao longo de um ano marcado por desafios atípicos impactando a vida de milhões de pessoas e de diversas empresas ao redor do mundo, a NOVACAP foi mais que uma Companhia de grandes realizações que urbaniza e edifica todo o Distrito Federal. Os desafios sem precedentes enfrentados evidenciaram que uma empresa com propósito é fundamental na contribuição de um mundo melhor. Aceitamos ser protagonistas de uma mudança cada vez maior em prol do fortalecimento da NOVACAP. O compromisso assumido de inovar para transformar norteou este ano sem jamais perder o caráter humano, pois inovação é uma mentalidade que precisa se espalhar por toda Companhia. Em um ano árduo permeado por ecos de instabilidade em todo país, a NOVACAP passou por todas as adversidades sem perder o foco ampliando nossos compromissos com a sustentabilidade, avançando em indicadores ambientais e sociais e apoiando a luta contra os efeitos da pandemia na sociedade brasileira. Encerramos 2021 de maneira positiva e em ação.

Para o Ano 2022, pretendemos fazer cerca de 500 obras, apontando a existência de 109 processos licitatórios de contratação de obras em andamento e 40 processos já licitados

aguardando análises técnicas, anunciou o Presidente da Companhia sobre o Planejamento 2022. Nos últimos três anos, a NOVACAP licitou 314 contratos que resultaram num investimento de R\$ 442.308.436,82. Como obras a iniciar, importante ressaltar dentre elas, a Construção do Bloco Auxiliar do Hospital Regional de Planaltina - HRPL, Revitalização da Ponte JK, Construção da Nova Subestação do DataCenter Corporativo do GDF, Reforma - UBS 07 Gama, Reforma do Restaurante Comunitário Arniquireiras - Areal, Construção do Restaurante Comunitário do Sol Nascente, Creche Quadra 217 Samambaia 2ª etapa, Conclusão das Obras de Reforma das Instalações Elétricas de baixa tensão da Feira da Guariroba.

A NOVACAP marcará a sua presença pela parceria junto aos órgãos do governo, executando edificações e melhorias da infraestrutura do Distrito Federal. Ressaltamos a execução prevista de várias obras, licitações em andamento, reformas a serem iniciadas e manutenções a serem continuadas. Ao analisarmos os objetivos que norteiam a missão, visão e valores da Companhia, bem como as iniciativas, os projetos e inúmeras obras entregues à população, podemos dizer que a NOVACAP direcionada pelas diretrizes de representatividade, melhoria do ambiente empresarial, sustentabilidade e fortalecimento do sistema, contribuiu de forma significativa para o engrandecimento da nossa Capital, com responsabilidade e sustentabilidade.

NOVACAP, Cultura De Compromisso Com Brasília





22202 - COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb é uma sociedade de economia mista de capital fechado, regida pela Lei nº 13.303/2016 e desenvolve atividades de saneamento nos processos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Com sede e foro em Águas Claras, no Distrito Federal, a Companhia tem como acionista controlador o próprio Distrito Federal, que detém 89,49% das ações ordinárias, a Terracap, que possui 10,47%, a Novacap, que detém 0,041% e a SAB, que detém menos de 0,01% das ações.

Criada na década de 1960, por meio do Decreto Lei nº 524 de 08 de abril de 1969, a Companhia teve sua atuação ampliada pela Lei Distrital 2.416/1999, que a autorizou a diversificar seus serviços em todo território nacional e pela Lei nº 3.559/2005, que ampliou a área de atuação para outros países.

A Caesb é detentora da titularidade dos serviços estabelecida pela Lei Distrital nº 2.954, de 22 de abril de 2002. Não obstante, em 2006, firmou com o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico – Adasa, o Contrato de Concessão nº 001/2006. Este Contrato regula a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário para toda a área do Distrito Federal.

Além de desempenhar as atividades no DF, a Companhia também atua no Município de Águas Lindas de Goiás, onde presta serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em consórcio com a Saneamento de Goiás S/A – Saneago. Além disso, tem firmado, com a mesma empresa, contrato para exportação de água para o abastecimento do Município do Novo Gama, também em Goiás.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	19	8	633	1.431	2.091
Comissionados sem vínculo efetivo	53	0	0	0	53
Requisitados de órgãos do GDF	2	0	0	0	2
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0	0	1
Estagiários	0	0	174	0	174
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	63	0	63
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	62	0	62
Subtotal	75	8	932	1.431	2.446
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	2	2	4
Total Geral	75	8	930	1.429	2.442

**Outros: 62 conveniados (prestadores de serviço com deficiência, contratados por intermédio de entidade sem fins lucrativos).*

Respeitando a diversidade e promovendo a inclusão, imperativos éticos para uma empresa sustentável, a Caesb converge ações para aquelas que constituem sua própria razão de ser: as pessoas.

Com foco na valorização e aprimoramento do capital intelectual de seus mais de dois mil profissionais, a Companhia credita seu bom desempenho à competência técnica das pessoas que nela trabalham.

Em 2021, o trabalho de excelência realizado levou a Companhia a conquistar prêmios e posições de destaque, tais como:

- 2º lugar entre as capitais no ranking ABES da Universalização de Saneamento. A Capital Federal teve os melhores indicadores entre 1.857 cidades avaliadas em todo o Brasil;
- Prêmio Transparência Ativa, entregue pela CGDF, pelo alcance de 100% do Índice de Transparência Ativa;
- 1º Prêmio ELO de Gestão Pública, categoria Equipe de Contratações; e
- 6ª Edição do Concurso de Melhores Práticas em Ouvidoria Pública, com o projeto "Sistematização das Recomendações de Ouvidoria".

Uma importante realização, iniciada em 2021, foi o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, destinado aos empregados com idade igual ou superior a 60 anos ou com 25 anos ou mais de serviços prestados à Caesb. O programa foi dividido em quatro etapas de desligamentos e teve a adesão de 183 empregados.

O custo do PDV está estimado em R\$221 milhões ao longo dos próximos cinco anos, se os 183 empregados efetivarem o desligamento. Na ativa, esses empregados custariam, nesse período, R\$446 milhões à Caesb. Portanto, o programa deverá gerar uma economia estimada de R\$225 milhões, considerados todos os encargos.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	187450000,0	-30000000,0	157450000,0	131116740,51
0004 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-CAESB-DISTRITO FEDERAL	187450000,0	-30000000,0	157450000,0	131116740,51
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	34200000,0	35000000,0	69200000,0	67295808,80
0033 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS--DISTRITO FEDERAL	34200000,0	35000000,0	69200000,0	67295808,80
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	221650000,00	5000000,00	226650000,00	198412549,31

É característica do setor de saneamento se alavancar para expandir e manter seus sistemas. Essa alavancagem é estruturada e sustentável, uma vez que o seu perfil é de juros baixos e amortização de longo prazo.

No que está relacionado à amortização e encargos da dívida, essas operações são contraídas, na Caesb, por meio de contratos de empréstimos (curto prazo) e de financiamentos (longo prazo). A gestão da dívida financeira é feita de forma que o cronograma do serviço da dívida (amortizações + juros) se mantenha equilibrado com o fluxo de caixa.

Em 2021, a execução orçamentária e financeira do serviço da dívida atingiu o valor total de R\$ 131,1 milhões, dos quais R\$ 22,8 milhões referentes aos juros e R\$ 108,3 milhões

referentes à amortização, alcançando o percentual de 83% do valor autorizado na Lei Orçamentária Anual para o exercício.

Visando a utilização dos recursos do contrato de empréstimo com o BID, a Caesb acordou com o banco o reembolso de contratos de contrapartida, assim como uma seleção de contratos pagos com recursos próprios da Companhia, que correspondem a USD 11,2 milhões, os quais poderão ser utilizados no orçamento de 2022.

Relativamente à execução de sentenças judiciais, as provisões para processos de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas foram de R\$ 67,3 milhões em 2021. Destaca-se que, em novembro, a Caesb obteve, no julgamento realizado pelo Pleno do STF, o pedido formulado na ADPF nº 890/DF, onde os pagamentos das condenações judiciais da Companhia se submeterão ao regime de precatórios, previsto no art. 100 da Constituição Federal. O impacto da decisão será refletido nos próximos exercícios.

6209 - INFRAESTRUTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1827 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	128457000,0	2579200,0	131036200,0	26174339,32
0007 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA-ÁREA RURAL-DISTRITO FEDERAL	1862000,0	-544800,0	1317200,0	250035,68
0001 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA-CAESB-DISTRITO FEDERAL	112113000,0	1044000,0	113157000,0	23329458,33
0005 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA--ENTORNO	14482000,0	2080000,0	16562000,0	2594845,31
1832 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	68647000,0	-2310000,0	66337000,0	36859200,91
0001 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO-CAESB-DISTRITO FEDERAL	68647000,0	-2310000,0	66337000,0	36859200,91
3859 - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA	940000,0	-700000,0	240000,0	0
0001 - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA--DISTRITO FEDERAL	940000,0	-700000,0	240000,0	0
7006 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	61155000,0	8291800,0	69446800,0	36068690,82
0001 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA--ENTORNO	550000,0	88000,0	638000,0	588856,52
6033 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA-CAESB-DISTRITO FEDERAL	60605000,0	8203800,0	68808800,0	35479834,30
7012 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	63707000,0	-373000,0	63334000,0	39692008,84
0001 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO--ENTORNO	275000,0	16000,0	291000,0	210978,25
6024 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO-CAESB-DISTRITO FEDERAL	63432000,0	-389000,0	63043000,0	39481030,59
TOTAL - 6209 - INFRAESTRUTURA	322906000,00	7488000,00	330394000,00	138794239,89

Com investimentos orçamentários realizados na ordem de R\$ 159,1 milhões, dos quais R\$ 138,2 milhões para ampliação e melhoria da infraestrutura, a Caesb trabalha continuamente pela excelência da prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de

esgotos em todo o Distrito Federal, com foco na ampliação dos sistemas, na redução e controle de perdas e na modernização operacional. A infraestrutura foi otimizada e expandida com a execução de diversos empreendimentos, resultando na implantação de 16.935 novas economias residenciais ativas de água e 20.658 de esgoto.

Abastecimento de Água

Para abastecer o Distrito Federal com água potável, a Companhia conta com cinco sistemas em operação: Torto/Santa Maria, Descoberto, Brazlândia, Sobradinho/Planaltina e São Sebastião, responsáveis por captar, bombear, tratar, reservar e distribuir água, além dos sistemas rurais. Em fase de pré-operação, comissionamento e recebimento, o Sistema Corumbá representará um aporte de 1.400 l/s de água tratada ao conjunto, beneficiando cerca de 1,3 milhões de habitantes.

A despeito de sua robustez, os Sistemas de Abastecimento de Água – SAA receberam, em 2021, ampliações e melhorias com investimentos na ordem de R\$ 61,7 milhões, reforçando o compromisso da Caesb com a busca pela eficiência operacional.

A população da região norte do DF – Planaltina, Sobradinho, Setor Habitacional Taquari e Lago Norte – foi beneficiada com a ampliação da rede distribuidora e a implantação de adutora de água tratada, que levará água da ETA Lago Norte para os reservatórios de Sobradinho. A obra incluiu ainda a ampliação da estação elevatória de água tratada do Lago Norte, possibilitando o aumento da capacidade de bombeamento de água da ETA em cerca de 30%. Também foi implantação um reservatório hidropneumático para proteção da adutora.



Figura 1 – Implantação de Adutora de Água Tratada em Sobradinho

Importantes obras levaram novas redes de distribuição de água aos moradores de Taguatinga, Sobradinho I e II, Itapoã e Paranoá. Foram realizadas a substituição e a setorização das redes nessas regiões, possibilitando maior controle do índice de perdas e minimizando os transtornos aos usuários em caso de manobras e manutenções. Em Planaltina, Mestre d'Armas, Arapoanga e Gama as obras de setorização, adequação e substituição de redes (trechos remanescentes) estão em execução. Em Ceilândia, as obras estão em fase de conclusão, com fornecimento e instalação de novo booster.

As referidas regiões, quando contabilizadas, representam mais de 218 mil ligações sob área monitorada. Este número corresponde à aproximadamente 40% da de todo o projeto de setorização e a 32% das ligações do Distrito Federal.

Os investimentos contemplaram ainda a recuperação e a revitalização dos Reservatórios Apoiados de Brasília, Brazlândia, Gama, Santa Maria e o Reservatório de Equalização do Gama. Com as melhorias, os equipamentos foram revitalizados, garantindo uma vida útil de mais 30 anos a cada um deles.

A implantação do Centro de Reserva do Sistema de Abastecimento de Água do Descoberto (reservatório apoiado RAP.RF2.001 e segunda câmara do reservatório de equalização REQ-GAM e rede de interligação) está em fase de conclusão e os serviços de instrumentação e

desobstrução de drenos da galeria de drenagem da Barragem do Descoberto estão sendo executados.

A Companhia também iniciou a implantação do Subsistema Gama, com obras de melhoria nas captações dos Córregos Crispim 1 e 2, Olhos D'Água, Ponte de Terra 2 e 3 e Alagado.

Também merecem destaque as seguintes obras de melhoria para o SAA:

- lagoa de lodo da ETA Descoberto;
- subsistema Boulevard (Querência);
- automação da ETA Vale do Amanhecer;
- nova Elevatória de Água Bruta Mestre D'Armas; e
- interligação do Polo de Cinema ao Fercal Oeste.

Saneamento Rural

O abastecimento de água na região rural do Distrito Federal passou a ser monitorado à distância. Ao todo 34 sistemas, totalizando 77% das unidades, estão sendo monitorados pelo Centro de Controle Operacional da Caesb (CECOP), que funciona na Sede da Companhia, 24 horas por dia, durante todos os dias do ano.

A automação do sistema rural possibilita melhoria na qualidade dos serviços prestados e contribui na redução do custo operacional e de manutenção dos sistemas.



Figura 2 - Automação no Núcleo Rural Tabatinga

Atualmente, a prestação de serviços de saneamento básico para a área rural do DF está em discussão no Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal/CONSAB-DF, por meio da Câmara Temática de Saneamento Básico Rural do DF, com a participação da Caesb e de demais órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal. Esta discussão deverá definir condições, regras e tratamento tarifário para o atendimento da área rural, indicando alternativas, fontes de recursos e outros detalhamentos, todos compondo o que deve ser estabelecido como Plano de Saneamento Rural do DF.

Esgotamento Sanitário

No Distrito Federal, o Sistema de Esgotamento Sanitário – SES está dividido em quinze sub-bacias, vinculadas às Estações de Tratamento de Esgoto – ETE's, pertencentes a quatro bacias hidrográficas (Paranoá, Descoberto, Corumbá e São Bartolomeu). A Caesb é responsável pela coleta, bombeamento, tratamento e disposição final do esgoto e se destaca pelo elevado índice de atendimento à população. Dos 100% de esgoto coletado, 14% são tratados a nível secundário e 86% a nível terciário.

A infraestrutura conta com as seguintes Estações de Tratamento de Esgotos – ETE's: São Sebastião, Samambaia, Santa Maria, Brazlândia, Paranoá, Melchior, Riacho Fundo, Alagado, Sobradinho, Recanto das Emas, Gama, Vale do Amanhecer, Planaltina, Brasília Sul e Brasília Norte.

Tendo como meta a universalização dos serviços, a Caesb investiu o montante de R\$ 76,6 milhões na ampliação e modernização dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto em

2021, implementando as melhores práticas em seus processos de tratamento, o que contribuiu para a saúde pública do DF e para a preservação do meio ambiente.

Dos empreendimentos em execução, estão contemplados a instalação de equipamentos para o tratamento preliminar de onze ETE's, bem como o gradeamento do polimento final das ETE Samambaia e ETE Alagado, em Santa Maria. A finalização das obras está prevista para o segundo semestre de 2022.

Dos empreendimentos finalizados em 2021, destaca-se a obra de remanejamento do Interceptor Taguatinga, no Trecho entre a QI 24 até as margens do Córrego Taguatinga. Na Região Administrativa do Sol Nascente e Pôr do Sol foi concluída a implantação do SES nas Bacias "F", "F1" e "G" e, em fase de conclusão, a Bacia "E". Foram implantados 40 mil metros de rede de esgotos e 2 mil metros de rede de interceptor. A população da Região dos Lagos, em Itapoã e Paranoá, também foi beneficiada com o novo SES.



Figura 3 - Implantação de rede de esgotamento sanitário no Sol Nascente

Jardim Botânico e São Bartolomeu receberam a 1ª Etapa do SES, além da conclusão de trechos remanescentes, com a implantação de redes e uma estação elevatória de esgoto bruto. Está em execução a substituição de interceptor na Vila IAPI e Colônia Agrícola Bernardo Sayão.

Na parte sul do DF, estão em fase final de implantação as redes do SES das regiões do Setor de Mansões Park Way (Quadras 01 a 05), Colônia Agrícola Águas Claras e Setor Habitacional Arnieiras (Bacia A), contemplando duas estações elevatórias de esgoto bruto e linhas de recalque.

No Riacho Fundo, a Caesb deu andamento à implantação das redes de esgotamento sanitário na Colônia Agrícola Sucupira, beneficiando cinco mil moradores. A obra desativará todas as fossas sépticas da região, prevenindo a contaminação do solo e do lençol freático.

Na ETE Melchior, em Samambaia, foi instalado um novo sistema de bombeamento simplificado de esgoto bruto na Unidade de Gerenciamento de Lodo e revitalizados o sistema de tratamento preliminar e os sistemas de aeração de ar dos UNITANKs.

Em execução, na região, a conclusão da substituição do sifão invertido do emissário Melchior está prevista para início de 2023.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10433 - ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ÁGUA	PERCENTUAL	99,00	01/12/2018	Anual	99,00	99,00	99,00	99,00	99,00	X	99,05	X	PLANO DISTRITAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PDSB/ UO 22202 / OE 59
Justificativa: 2020 - Em 2020 a CAESB incrementou 18.159 economias residenciais ativas de água, número este que representa o aumento de aproximadamente 55.566 habitantes. 2021 - Em 2021, a Caesb incrementou 16.935 economias ativas de água, número este que representa o aumento de aproximadamente 51 mil habitantes atendidos.													
10431 - ÍNDICE DE ATENDIMENTO URBANO DE ESGOTO	PERCENTUAL	89,00	01/12/2018	Anual	90,00	90,90	90,30	91,77	91,70	X	92,00	X	PLANO DISTRITAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PDSB/ UO 22202 / OE 59
Justificativa: 2020 - Em 2020 a CAESB incrementou .26.371 economias residenciais de esgoto, número este que representa o aumento de aproximadamente 79 mil habitantes. 2021 - Em 2021, a Caesb incrementou 20.658 economias residenciais de esgoto, número este que representa o aumento de aproximadamente 62 mil habitantes atendidos.													

A Caesb encerrou 2021 com 99% da população do Distrito Federal atendida com água tratada e 91,77% com acesso a coleta de esgoto. Do esgoto coletado, 100% é tratado antes de retornar aos corpos receptores. Esses resultados já superam as metas de universalização requeridas pela Lei Federal nº 11.445/2007.

6211 - DIREITOS HUMANOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2782 - DESENVOLVIMENTO, INCLUSÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	2290000,0	0	2290000,0	488941,45
0001 - DESENVOLVIMENTO, INCLUSÃO E PROMOÇÃO SOCIAL-CAESB-DISTRITO FEDERAL	2290000,0	0	2290000,0	488941,45
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS	2290000,00	0,00	2290000,00	488941,45

O Programa de Responsabilidade Social da Caesb é composto pelo Projeto Golfinho, que tem por objetivo proporcionar a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, no contraturno escolar, duas vezes por semana, atividades pedagógicas, educação sanitária, educação ambiental, desenvolvimento de atividades esportivas e a disseminação de valores para a construção da cidadania e fortalecimento da autonomia social.

O projeto atende crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 16 anos de idade em condições de vulnerabilidade social, pertencentes a famílias de baixa renda, matriculadas na rede pública de ensino do DF e residentes nas regiões administrativas do Itapoã (124 alunos), Ceilândia e Sol Nascente (94 alunos).

Os espaços físicos dos Núcleos da Ceilândia e Itapoã foram reestruturados, porém as atividades esportivas e pedagógicas presenciais estavam paralisadas desde março de 2020 devido a pandemia de Covid-2019 e foram retomadas em setembro/2021. Para a retomada dos atendimentos foi necessário realizar adequações alinhadas às diretrizes da Secretaria de Educação do Distrito Federal, tais como estabelecimento de protocolos sanitários e limitação na quantidade de crianças atendidas. Os serviços de apoio (lanche, transporte, limpeza e manutenção das piscinas) foram restabelecidos, exceto a utilização das piscinas, ainda não liberadas pela Vigilância Sanitária do Distrito Federal.

8209 - INFRAESTRUTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	200000,0	87720,0	287720,0	0
6066 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CAESB-DISTRITO FEDERAL	200000,0	87720,0	287720,0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1670000,0	1202000,0	2872000,0	1913024,24

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9791 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CAESB-DISTRITO FEDERAL	1670000,0	1202000,0	2872000,0	1913024,24
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	5148000,0	0	5148000,0	2478860,12
5874 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DE TI - CAESB-DISTRITO FEDERAL	5148000,0	0	5148000,0	2478860,12
3995 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS EMPRESARIAIS	58784000,0	-3095000,0	55689000,0	15931696,90
0002 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS EMPRESARIAIS-CAESB-DISTRITO FEDERAL	58784000,0	-3095000,0	55689000,0	15931696,90
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	4685000,0	0	4685000,0	3362274,12
5310 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CAESB-DISTRITO FEDERAL	4685000,0	0	4685000,0	3362274,12
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	689406000,0	12929461,0	702335461,0	702327278,53
6984 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CAESB-DISTRITO FEDERAL	689406000,0	12929461,0	702335461,0	702327278,53
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	130689000,0	-1333623,0	129355377,0	129355352,60
6977 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CAESB-DISTRITO FEDERAL	130689000,0	-1333623,0	129355377,0	129355352,60
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	798037000,0	-14230558,0	783806442,0	706753185,15
6977 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CAESB-DISTRITO FEDERAL	798037000,0	-14230558,0	783806442,0	706753185,15
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	21050000,0	0	21050000,0	19655827,94
2634 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL-DISTRITO FEDERAL	21050000,0	0	21050000,0	19655827,94
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	5943000,0	-4478000,0	1465000,0	341514,83
0011 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - CAESB-DISTRITO FEDERAL	1500000,0	-1475000,0	25000,0	100,0

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
6967 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - CAESB-DISTRITO FEDERAL	4443000,0	-3003000,0	1440000,0	341414,83
TOTAL - 8209 - INFRAESTRUTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO	1715612000,00	-8918000,00	1706694000,00	1582119014,43

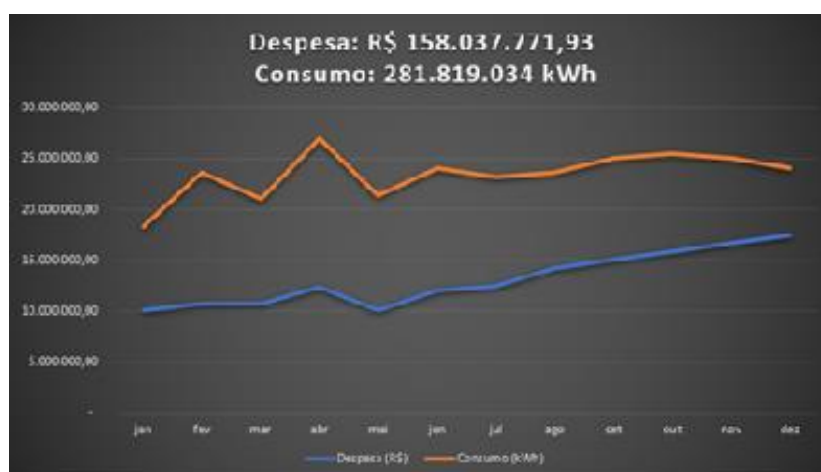
O cenário desafiador trazido pela pandemia de Covid-19 demandou revisão das estratégias da Companhia. Foram adotadas medidas de administração mais modernas, em paralelo aos processos cotidianos.

Para atender de maneira ainda mais eficiente a população do Distrito Federal, diversas ações foram concretizadas em 2021, como a criação do Portal de Serviços, que oferece uma experiência mais intuitiva ao usuário que deseja realizar alguma solicitação à Companhia; a nova versão do aplicativo de autoatendimento, com tecnologia Push para comunicação direta com o usuário; o envio de SMS para clientes afetados por operações da Caesb nas redes de abastecimento; a priorização de substituição de redes, utilizando modelo matemático; a identificação de possíveis ligações irregulares por meio de análise espacial; e o Peticionamento WEB, no qual é possível acompanhar os processos de solicitação de interferência de rede, carta de habite-se, protocolo de notas fiscais e outros documentos, por exemplo, de forma online.

Das demais ações em andamento, merece destaque a pesquisa de vazamentos por satélite, sendo a Caesb contemplada, com recurso não oneroso do BID, com a varredura de 3 mil quilômetros de redes com imagens de satélite, que identificam a presença de água tratada no solo a uma profundidade de até 3 metros. A Companhia é a primeira empresa do país a testar a tecnologia. As atividades já foram iniciadas nas regiões administrativas do Gama, Núcleo Bandeirante e Candangolândia.

Para manter os seus serviços, a Caesb realiza despesas necessárias. Uma das principais é a energia elétrica, que, em 2021, despendeu R\$ 158 milhões. Com a entrada da bandeira tarifária de emergência hídrica, em setembro, ocorreu um aumento significativo dessa despesa, representando um acréscimo de 30% em comparação com o mesmo mês de 2020. Além desse impacto, em outubro, houve reajuste tarifário da distribuidora Neoenergia.

O gráfico, a seguir, apresenta o comparativo entre consumo e despesa com energia elétrica em 2021. Observa-se que, no segundo semestre, houve manutenção do consumo e aumento progressivo da despesa:



Outra despesa significativa, em virtude do ambiente regulado, são as taxas de fiscalização obrigatórias pagas à Adasa: TFS (Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário) e TFU (Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos), criadas pela Lei Complementar nº 711, de 13 de setembro de 2005. Ambas fazem parte da composição da tarifa e estão especificadas na fatura do usuário. Em 2021, representaram uma despesa de R\$77 milhões.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Além das informações apresentadas nos programas, merecem destaque as seguintes realizações de 2021:

- são beneficiadas, atualmente, pela tarifa social 19.240 unidades usuárias no DF;
- foram realizadas mais de 66 mil substituições de hidrômetros em todo o DF;
- foi realizado o desassoreamento do canal de aproximação do vertedouro da Barragem do Torto: a ação melhorou a capacidade de vazão do sistema, que permite o extravasamento em caso de cheias, ampliando a segurança operacional da barragem;
- foi efetuado o pagamento de R\$ 400 mil, por meio de Pagamento por Serviços Ambientais, para a conservação da Bacia do Pípiripau;
- foram implantadas novas estações de monitoramento hidrológico automáticas. Com essa ampliação, a rede conta com 47 estações com transmissão de dados em tempo real, que informam: níveis de rios, precipitação, qualidade da água e alguns parâmetros meteorológicos.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Os últimos anos foram caracterizados por um período de crises, iniciados com uma crise hídrica no Distrito Federal, afetado por uma crise hídrica nacional e acentuado por uma pandemia, que resultou não apenas em uma crise de saúde, mas numa grande crise política e econômica.

Mesmo diante das adversidades impostas, a Caesb se mostrou resiliente no cumprimento de sua missão institucional e conseguiu obter resultados relevantes, culminando com um desempenho positivo, equilibrado e sustentável. O reconhecimento desse desempenho na prestação dos serviços, manteve o Distrito Federal no 2º lugar entre as capitais do ranking ABES de universalização do saneamento.

Os excelentes resultados apresentados são decorrentes de alguns fatores, em especial o esforço dos empregados e o compromisso assumido pela Companhia, perante a sociedade, de desenvolver e implementar soluções e gestão em saneamento ambiental, contribuindo para a saúde pública, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico. Diante disso, a Caesb segue firme na direção de sua visão: ser a melhor empresa em saneamento ambiental do Brasil e ser reconhecida dessa forma pela sociedade.

Para os próximos anos, a Companhia reafirma o desafio de alcançar as metas assumidas no Planejamento Estratégico e aquelas definidas pelos Planos Distrital de Saneamento Básico e Plurianual do Distrito Federal.

Com o intuito de monitorar a sustentabilidade da prestação de seus serviços, a Caesb mantém uma série de indicadores estratégicos que são instrumentos de gestão primordiais na construção de cenários, pelos quais será possível antever desvios ou eventuais problemas, de modo a se trabalhar antecipadamente na prevenção e na avaliação dos riscos envolvidos, conferindo um melhor direcionamento à tomada de decisões.

Grandes desafios e conquistas são esperados, principalmente no que se refere à continuidade de ações de gestão, que se traduzirão em resultados positivos e inovadores, atendendo ao interesse público e às necessidades empresariais, atuais e futuras.

22204 - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia Energética de Brasília - CEB é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa).

Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na BM&F Bovespa, sob os códigos de negociação CEBR3, CEBR5 e CEBR6, para as ações ordinárias e preferenciais, as quais podem ser quantificadas na composição acionária seguinte:

Quantidade de Ações (Em unidades):

Ordinárias	Preferenciais - PNA	Preferenciais PNB	Total
35.920.890	6.565.010	29.596.015	72.081.915

A CEB tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e iluminação pública, bem como serviços correlatos.

Conforme o Estatuto Social, o capital social da CEB é de R\$ 566.025.355,62 (quinhentos e sessenta e seis milhões, vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

A CEB é uma Companhia Holding que, a partir de 2021, passa a deter a participações em oito negócios.

A estrutura de negócios da Companhia foi significativamente alterada em 2020.

Historicamente, as atividades de manutenção e expansão do sistema de iluminação pública no Distrito Federal eram executadas pela Companhia Energética de Brasília como contratada da Secretaria de Obras do Governo do Distrito Federal. Basicamente, os serviços contratados envolviam as atividades de manutenção e expansão do sistema de iluminação distrital.

Em função da outorga da prestação do serviço de iluminação pública no Distrito Federal à Companhia Energética de Brasília, conforme disposições do Decreto Distrital nº 40.898, de 17 de junho de 2020, a empresa passou de prestadora de serviços a concessionária do serviço de iluminação pública no DF.

Em atendimento às diretrizes estabelecidas no Plano de Negócios da CEB, considerando a orientação fornecida pelo Governo do Distrito Federal, e verificada a viabilidade econômica e financeira da empresa projetada, em novembro de 2020, foi criada a CEB Iluminação Pública e Serviços S/A, subsidiária integral da CEB, após aprovação na 104ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia Energética de Brasília, realizada em 28 de outubro de 2020.

No que diz respeito à CEB Distribuição S/A, foi realizado, em 04 de dezembro de 2020, na Bolsa de Valores B3, o leilão público de 100% das ações ordinárias da CEB Distribuição S/A, que pertenciam à CEB. A efetiva transferência de 100% das ações da CEB Distribuição para a empresa Bahia Geração de Energia, do grupo Neoenergia, se deu em 2 de março de 2021.

De modo simplificado, a nova estrutura de negócios da CEB pode ser ilustrada conforme a tabela seguinte:

Empresa	CEB IPES	CEB Geração	CEB Participações	CEB Lajeado	Corumbá III	Corumbá Concessões	BSB Energética	CEB Gás
Participação Societária	100%	100%	100%	59,93%	37,50%	32,52%	9%	17%

A CEB, suas controladas e coligadas, em conjunto, são detentoras das seguintes concessões:

Investidas	Localização	Data do Ato	Data do fim da Concessão
Geração	-	-	-
CEB Participações S/A	Brasília-DF	26/01/2000	18/12/2032
CEB Geração S/A	Brasília-DF	14/09/2005	29/04/2050*
Energética Corumbá III S/A	Brasília-DF	07/11/2001	07/11/2036
CEB Lajeado S/A	Brasília-DF	31/12/1999	15/12/2032
Iluminação Pública	-	-	-
CEB Iluminação Pública e Serviços S/A	Brasília-DF	21/07/2020	21/07/2050
Outros	-	-	-
Companhia Brasiliense de Gás	Brasília-DF	23/03/2001	09/01/2030

*O Contrato de Concessão da CEB Geração S/A está sendo renovado por 30 (trinta) anos.

O quantitativo de pessoal e administradores vinculados à CEB obedecerá à estratificação contida no quadro seguinte, referente ao mês de dezembro de 2021:

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	11	0	0	0	11
Requisitados de órgãos do GDF	17	0	17	0	34
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	2	2
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	28	0	17	2	47
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	28	0	17	2	47

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	1,0	96000000,0	96000001,0	95922148,54
0006 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA--DISTRITO FEDERAL	1,0	96000000,0	96000001,0	95922148,54
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	70000,0	0	70000,0	12807,18

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
0002 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS--DISTRITO FEDERAL	70000,0	0	70000,0	12807,18
9090 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	91291000,0	1504760373,0	1596051373,0	553839368,51
0002 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA--DISTRITO FEDERAL	91291000,0	1504760373,0	1596051373,0	553839368,51
9054 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS	140381918,0	615324565,0	755706483,0	598178083,87
0002 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS--DISTRITO FEDERAL	140381918,0	615324565,0	755706483,0	598178083,87
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	231742919,00	2216084938,00	2447827857,00	1247952408,10

A CEB realizou a execução orçamentária dos dispêndios nos programas de trabalhos e ações do orçamento para operação especial, definidas a partir das novas diretrizes e decisões adotadas pela empresa, assim como também dentro das novas perspectivas de mercado voltadas para o setor de energia e definidas pelos poderes concedentes, e que possibilitaram atingir o cumprimento das metas empresárias e operacionais assim definidas.

9030 - Amortização E Encargos Da Dívida Pública Contratada - Interna

Valores referentes as amortizações e liquidações de empréstimos captados pela CEB Holding. No ano de 2021 para realização das liquidações dos empréstimos, foi necessário a abertura de crédito suplementar junto à SEEC, no valor de R\$ 96.000.000,00 (noventa e seis milhões de reais), nesta ação orçamentária, conforme instrução no processo SEI nº 00093-00000098/2021-28.

9055 - Tarifas e Encargos Financeiros

Valores referentes as Atualizações Monetárias.

9090 - Participação Acionária

Valores referentes aos dividendos pagos sobre o lucro líquido ajustado da Companhia Energética de Brasília relativo ao exercício de 2020, no valor de R\$ 553.839.382,68, conforme deliberação e aprovação do Conselho De Administração Da Companhia Energética De Brasília – CEB, na 59ª Assembleia Geral Ordinária, de 30 de abril de 2021, conforme instrução no processo SEI nº 00093-00000324/2021-71.

A venda da CEB Distribuição S.A, no valor de R\$ 2.515.000.000,00, representou um ágio de 76,63% do preço inicial, de R\$ 1,42 bilhões, sendo o maior ágio já registrado em leilões públicos do setor de distribuição de energia elétrica no Brasil. Ocorre que, na Proposta Orçamentária 2021, não houve a previsão desse montante de receita. Por consequência, foi necessário a suplementação orçamentária no valor total de R\$ 2.120.084.938,63, para o pagamento de dividendos, relativos ao exercício de 2020 e antecipação de dividendos relativos à alienação da CEB Distribuição S/A – e para a quitação dos tributos decorrentes das operações realizadas, conforme instrução no processo SEI nº 00093-00000108/2021-25.

9054 - Encargos Extra Operacionais

Valores referentes aos Impostos, despesas bancárias, contribuições sociais e atualizações monetárias.

6209 - INFRAESTRUTURA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3094 - AMPLIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS DE ENERGIA	150000000,0	-6447652,0	143552348,0	69611,0
0001 - AMPLIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS DE ENERGIA-- DISTRITO FEDERAL	150000000,0	-6447652,0	143552348,0	69611,0
8507 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	222832002,0	-2139988,0	220692014,0	49695951,99
6452 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	222832002,0	-2139988,0	220692014,0	49695951,99
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	900774,0	0	900774,0	215944,26
0012 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - CEB-DISTRITO FEDERAL	648774,0	0	648774,0	195115,98
8711 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - CEB-DISTRITO FEDERAL	252000,0	0	252000,0	20828,28
TOTAL - 6209 - INFRAESTRUTURA	373732776,00	-8587640,00	365145136,00	49981507,25

Ação 3094 - Ampliação Na Participação Em Empresas De Energia

- Referente ao aporte de capital na investida BSB Energética S.A, no valor de R\$ 1.611,00, em 26/03/2021, conforme Resolução de Diretoria nº 040, de 22/03/2021;

- Referente ao aporte de capital na investida CEB Gás, no valor de R\$ 68.000,00, em 06/10/2021, conforme Resolução de Diretoria nº 136, de 28/09/2021;

- Em 2021 foram remanejados desta ação orçamentária R\$ 6.447.652,00 para outros programas de trabalho, conforme detalhado abaixo:

- Programa de Trabalho 25.122.6210.3467.9561 (Aquisição de Equipamentos) - R\$ 500.000,00;
- Programa de Trabalho 25.126.8209.1471.2531 (Modernização de sistema de informação) - R\$ 5.947.652,00.

Ação 8507 - Manutenção do Sistema de Iluminação Pública

Valores referentes aos custos com Folha de Pagamento, Material e Serviços de Manutenção e Obras de Iluminação Pública.

Em 2021 foram remanejados desta ação orçamentária R\$ 2.139.987,84, para o Programa de Trabalho 25.126.8209.2557.2617 (Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação).

Foram investidos, em 2021, mais de R\$ 13 milhões em obras de expansão de iluminação pública em todo o Distrito Federal. Essas obras ampliaram o parque de iluminação pública com 3.706 novas luminárias.

Abaixo segue o detalhamento dos investimentos em efficientização listados por Região Administrativa, número de luminárias efficientizadas e o valor total:

Região Administrativa	Luminárias Efficientizadas	Valor - R\$
Águas Claras	372	236.381,52
Arniqueiras	-	-
Brazlândia	1.703	1.556.833,99
Candangolândia	28	54.082,88
Ceilândia	255	329.490,47

Região Administrativa	Luminárias Eficientizadas	Valor - R\$
Cruzeiro	1.805	1.508.695,65
Fercal	85	88.645,67
Gama	944	825.329,24
Guará	778	568.941,15
Itapoã	587	425.506,35
Jardim Botânico	199	207.088,41
Lago Norte	699	492.216,45
Lago Sul	54	37.765,00
Núcleo Bandeirante	168	122.249,85
Paranoá	143	194.363,38
Park Way	-	-
Planaltina	2.393	1.772.734,22
Plano Piloto	3.672	2.691.483,02
Recanto das Emas	945	771.640,38
Riacho Fundo I	372	398.478,48
Riacho Fundo II	70	80.303,93
Samambaia	3.554	3.826.447,37
Santa Maria	825	731.946,58
São Sebastião	594	580.743,44
SCIA e Estrutural	726	589.418,69
SIA	267	182.402,69
Sobradinho	1.882	1.610.701,64
Sobradinho II	1.040	765.943,25
Sol Nascente/Pôr do Sol	526	381.165,52
Sudoeste e Octogonal	434	320.680,47
Taguatinga	1.069	790.658,18
Varjão	-	-
Vicente Pires	-	-
Total	26.189	22.142.337,87

Fonte: Iluminação Pública - CEB Iluminação Pública e Serviços - CEB IPES.

Além da expansão do Parque de Iluminação Pública, no que tange aos serviços de manutenção do sistema, foram atendidos 107.270 (cento e sete mil e duzentos e setenta) ordens de serviço em 2021, dos quais 84.479 (oitenta e quatro mil e quatrocentos e setenta e nove) ordens de serviço foram oriundos dos chamados abertos pela população e 22.791 (vinte e dois mil e setecentos e noventa e um) ordens de serviço foram oriundos das inspeções das equipes CEB.

Ação 8505 - Publicidade E Propaganda

Valores referentes aos gastos com publicações legais, avisos e editais. Conforme processos

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	560000,0	500000,0	1060000,0	211394,14
9561 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-CEB-DISTRITO FEDERAL	560000,0	500000,0	1060000,0	211394,14
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	560000,00	500000,00	1060000,00	211394,14

3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

- Valores referentes aos equipamentos, máquinas e mobiliários adquiridos em 2021 pela CEB Holding.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10268 - PERDAS TOTAIS DO SISTEMA ELÉTRICO DO DISTRITO FEDERAL	GIGAWATT-HORA		01/01/2001	Anual	X	X	X	X	X	X	680,87	X	CEB/ UO 22204 / OE 192
Justificativa: 2020 - O indicador, o qual se refere às perdas totais do sistema elétrico do Distrito Federal em 2020, só estará disponível quando a ANEEL fizer a homologação e a divulgação (previsto para maio/2021). 2021 - Em função da transferência do controle acionário da CEB Distribuição S/A para a iniciativa privada, este indicador não está mais sob gestão da Companhia Energética de Brasília e na próxima revisão do PPA deverá ser justificada a sua retirada. Então não houve como apurar o indicador, pois indicador não está mais sob gestão. Destarte, não foi alcançado o índice desejado, por impossibilidade de apuração.													
10267 - GERAÇÃO POR FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEL NO DISTRITO FEDERAL	MVA		01/01/2001	Anual	X	X	X	X	X	X	10,90	X	CEB-D E ANEEL./ UO 22204 / OE 192
Justificativa: 2020 - Conforme consulta ao endereço eletrônico da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizada em 20/01/2021, em 2020 foram acrescidos 1.013 unidades de geração distribuída ligadas à rede da CEB Distribuição, perfazendo 15,930 MW somente em 2020. A potência total instalada de geração distribuída é de 39,333 MW, de fonte predominantemente solar fotovoltaica. Adicionalmente, completa-se o parque de geração do DF com a Pequena Central Hidrelétrica - PCH Paranoá, com 30 MW de capacidade instalada. Desta forma, em 31 de dezembro de 2020 eram 69,333 MW de potência instalada em fontes de energia renovável no Distrito Federal. Assim, a meta esperada para 2023 (>= 56,63) foi atingida ainda no ano de 2020. 2021 - Em função da transferência do controle acionário da CEB Distribuição S/A para a iniciativa privada, este indicador não está mais sob gestão da Companhia Energética de Brasília e na próxima revisão do PPA deverá ser proposta modificação em relação a este acompanhamento. Todavia, cabe ressaltar que a meta esperada para 2023 (>= 56,63) foi atingida ainda no ano de 2020. Então não houve como apurar o indicador, pois indicador não está mais sob gestão da unidade. Destarte, não foi alcançado o índice desejado, por impossibilidade de apuração.													

Indicador 10268 - Perdas Totais do Sistema Elétrico do Distrito Federal

2021 - Em função da transferência do controle acionário da CEB Distribuição S/A para a iniciativa privada, este indicador não está mais sob gestão da Companhia Energética de Brasília e na próxima revisão do PPA deverá ser justificada a sua retirada.

Indicador 10267 - Geração Por Fontes De Energia Renovável No Distrito Federal

2021 - Em função da transferência do controle acionário da CEB Distribuição S/A para a iniciativa privada, este indicador não está mais sob gestão da Companhia Energética de Brasília e na próxima revisão do PPA deverá ser proposta modificação em relação a este acompanhamento. Todavia, cabe ressaltar que a meta esperada para 2023 (>= 56,63) foi atingida ainda no ano de 2020.

8209 - INFRAESTRUTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	7886601,0	5947652,0	13834253,0	3607277,86
2531 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-CEB-DISTRITO FEDERAL	7886601,0	5947652,0	13834253,0	3607277,86
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	150000,0	0	150000,0	51592,0
5306 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CEB-DISTRITO FEDERAL	150000,0	0	150000,0	51592,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	24838201,0	-2100000,0	22738201,0	14911266,89
7002 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	24838201,0	-2100000,0	22738201,0	14911266,89
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	7308066,0	0	7308066,0	2479649,39
7002 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	7308066,0	0	7308066,0	2479649,39
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1933425,0	4239988,0	6173413,0	1637415,01
2617 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CEB-DISTRITO FEDERAL	1933425,0	4239988,0	6173413,0	1637415,01
TOTAL - 8209 - INFRAESTRUTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO	42116293,00	8087640,00	50203933,00	22687201,15

A CEB trabalhou de forma a realizar a execução orçamentária dos dispêndios, definidas nos programas de trabalhos e ações do orçamento de gestão, manutenção e serviços a partir das diretrizes adotadas desde o início de gestão da atual administração da empresa, assim como também dentro das novas perspectivas de mercado voltadas para o setor de energia e definidas pelos poderes concedentes, e que possibilitaram atingir o cumprimento das empresárias e operacionais assim definidas.

Ação 1471 - Modernização de Sistema De Informação

- Valor referente à aquisição de sistema de Tecnologia da Informação com Fornecimento de solução integrada de gestão de Iluminação Pública do DF;
- Valor referente à aquisição de sistema de Tecnologia da Informação com fornecimento de solução De Business Intelligence – BI;
- Valor referente à aquisição de computadores da Companhia Energética de Brasília – CEB;
- Valor referente à aquisição de equipamentos para infraestrutura de TI da CEB Holding.

Ação 2396 - Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas

Valor referente aos custos de manutenção de instalações em edificações da CEB em 2021.

Ação 8502 - Administração de Pessoal

Valores referentes aos custos de pessoal com empregados da CEB, empregados comissionados, Diretores e Conselheiros.

Em 2021 foram remanejados desta ação orçamentária R\$ 2.100.000,00, para o programa orçamentário 25.126.8209.2557.2617 (Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação).

Ação 8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais

Valores referentes aos gastos com serviços administrativos gerais, treinamentos, seminários, passagens aéreas, consultoria entre outras despesas no ano de 2021.

Ação 2557 - Gestão Da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Valores referentes aos custos de manutenção de Hardware e Software da CEB 2021.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Historicamente, as atividades de manutenção e expansão do sistema de iluminação pública no Distrito Federal eram executadas pela Companhia Energética de Brasília como contratada da Secretaria de Obras do Governo do Distrito Federal. Basicamente, os serviços contratados envolviam as atividades de manutenção e expansão do sistema de iluminação distrital.

Em função da outorga da prestação do serviço de iluminação pública no Distrito Federal à Companhia Energética de Brasília, conforme disposições do Decreto Distrital nº 40.898, de 17 de junho de 2020, a empresa passou de prestadora de serviços a concessionária do serviço de iluminação pública no DF.

Ainda em 2020, em função da transferência do controle acionário da CEB Distribuição, decidiu-se acerca da sua cisão parcial, com a criação de uma nova empresa denominada CEB Iluminação Pública e Serviços S/A, ressalta-se que o Plano de Negócios 2020-2024 da Companhia Energética de Brasília, aprovado pelo Conselho de Administração, na sua 588ª Reunião, realizada em 19 de dezembro de 2019, já considerava a criação de nova subsidiária.

Observa-se ainda que o Governador do Distrito Federal encaminhou ao Diretor-Presidente da CEB o Ofício nº 59/2020, de 10 de fevereiro de 2020, determinando a adoção de procedimentos societários com vistas à análise da cisão da CEB Distribuição S/A, via respectiva Assembleia Geral, com o objetivo de criação de uma empresa para prestar serviços de geração e comercialização de energia, serviços de eletricidade à Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal e particulares, incluindo a elaboração de projetos elétricos, manutenção, instalação e reparo de instalações para implantação, além de serviços de eficiência energética de instalações.

Em atendimento às diretrizes estabelecidas no Plano de Negócios da CEB, considerando a orientação fornecida pelo Governo do Distrito Federal, e verificada a viabilidade econômica e financeira da empresa projetada, em novembro de 2020, foi criada a CEB Iluminação Pública e Serviços S/A, subsidiária integral da CEB, após aprovação na 104ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia Energética de Brasília, realizada em 28 de outubro de 2020.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A CEB é uma Companhia Holding que, a partir de 2021, passou a deter participações em oito negócios.

O setor elétrico brasileiro há décadas passa por uma grande transformação e conforme mencionado anteriormente, em 2 de março de 2021, a CEB Holding efetivou a transferência de 100% das ações da CEB Distribuição S/A para a empresa Bahia Geração de Energia, do grupo Neoenergia que comprou a CEB Distribuição pelo valor de R\$ 2,515 bilhões, o que representa um ágio de 76,63% sobre o valor de avaliação da companhia.

Em 17 de junho de 2020, com base no disposto no art. 4º-A da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, o Governador do Distrito Federal editou o Decreto Distrital nº 40.898, de 17 de junho de 2020, que regulamentou a outorga à Companhia Energética de Brasília da concessão da prestação do serviço de iluminação pública no Distrito Federal.

No dia 21 de julho de 2020, o Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado e Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF e a Companhia Energética de Brasília – CEB, celebraram entre si o Contrato de Concessão administrativa dos serviços de iluminação pública no Distrito Federal, incluindo as atividades de planejamento, investimento e gestão da implantação, instalação, modernização, melhoramento, eficiência, expansão, operação e manutenção dos ativos que integram o sistema de iluminação pública no Distrito Federal. O Contrato possui prazo de 30 anos, contados a partir da sua entrada em vigor.

O sistema de iluminação pública do DF é um dos maiores consumidores de energia elétrica da distribuidora local, representando cerca de 4,5% da receita anual da distribuidora distrital. Assim, a implementação pela CEB Holding do programa de eficiência do sistema de iluminação pública, já iniciada em 2021, e que deverá ganhar maior velocidade a partir de 2022, implicará em redução aproximada de cerca de 50% do consumo de energia elétrica do parque instalado, o que deverá impactar significativamente a receita da distribuidora de energia local.

Objetivando a modernização do Parque de Iluminação Pública, a CEB Iluminação Pública e Serviços S.A – CEB IPES teve sua criação autorizada pela sua Assembleia Geral de Constituição, como subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB. Um dos principais objetivos da CEB IPES é a eficiência do parque de iluminação pública distrital, com a total substituição das luminárias convencionais existentes por modelos de LED, em todo do Distrito Federal.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A CEB Lajeado S/A, ou simplesmente CEBLajeado, é uma Sociedade Anônima de capital fechado de direito privado, controlada pela Holding Companhia Energética de Brasília - CEB e coligada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETRO BRAS. A empresa desenvolve a atividade de geração de energia elétrica na condição de Produtor Independente e foi constituída em 22 de fevereiro de 2000. Sua criação foi autorizada pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.737, de 13 de janeiro de 2006.

A CEB Lajeado S/A, em conjunto com a Lajeado Energia S/A e a Paulista Lajeado Energia S/A, são titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital votante e 85,31% (oitenta e cinco vírgula trinta e um por cento) do capital social da Investco S/A, sociedade por ações constituída para administrar a UHE Luís Eduardo Magalhães, com sede no município de Miracema, estado do Tocantins, na rodovia TO-Miracema, Km 23, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 00.644.907/0001-93 ("Investco").

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são partes do consórcio denominado "Consórcio Lajeado", cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos do Contrato de Concessão n.º 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

A concessão da UHE Luís Eduardo Magalhães é compartilhada entre a CEB Lajeado S/A, titular de 19,8%; Lajeado Energia S.A., titular de 72,27%; Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93%; e a Investco titular de 1%, o que dá direito a cada uma das Concessionárias de comercializar um bloco de energia equivalente à sua participação na Concessão.

Por meio desse empreendimento de geração, a CEBLajeado tem contribuído para o suprir parte da energia demandada pela população do Distrito Federal, uma vez que aproximadamente 94% de toda a sua produção é vendida à Neoenergia Brasília S/A.

A CEB Lajeado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação em vigor, tem sede e foro na cidade de Brasília-DF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	8	0	0	0	8
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	0	0	0	2
Estagiários	1	0	0	0	1
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	10	3	0	0	13
Subtotal	21	3	0	0	24

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	21	3	0	0	24

Outros especificar

- O número de conselheiros do Conselho de Administração, cresceu de 3 para 7 em razão da Lei 13.303. Os quatro novos membros que foram incorporados já fazem parte do Conselho de Administração da CEB, não acarretando, portanto, em custo adicional para a CEB Lajeado. O Conselho Fiscal permanece com 3 conselheiros, perfazendo o total de 10. Sendo que o Diretor Geral faz parte do Conselho de Administração (Atividade Meio).

- A CEB Lajeado em sua Diretoria Executiva conta com três Diretores: Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor Técnico e Diretor Geral (Atividade Fim).

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6209 - INFRAESTRUTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
6065 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL	12525000,0	4000000,0	16525000,0	14217407,79
0008 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	12525000,0	4000000,0	16525000,0	14217407,79
9094 - ENCARGOS DE ARRENDAMENTO DE USINA DA CEB LAJEADO	31350000,0	-4000000,0	27350000,0	26013906,72
0001 - ENCARGOS DE ARRENDAMENTO DE USINA DA CEB LAJEADO-BRASÍLIA-DF-OUTROS ESTADOS	31350000,0	-4000000,0	27350000,0	26013906,72
9098 - ENCARGOS DE USO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO	16000000,0	1000000,0	17000000,0	15659124,17
0001 - ENCARGOS DE USO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO-BRASÍLIA - DF -DISTRITO FEDERAL	16000000,0	1000000,0	17000000,0	15659124,17
TOTAL - 6209 - INFRAESTRUTURA	59875000,00	1000000,00	60875000,00	55890438,68

Vigente desde de 2004, com a publicação da lei no 10.848, O modelo atual do setor elétrico Brasileiro prevê que a comercialização de energia elétrica pode ser realizada em dois ambientes de mercado: Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e Ambiente de Contratação Livre (ACL). No primeiro ambiente o fornecimento de energia é regido pelos Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR). Os montantes de energia são ofertados por agentes de geração, comercialização ou importação em leilões efetuados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), cujos compradores devem ser concessionárias de distribuição de energia elétrica.

Já no ACL, as operações de compra e venda de energia podem envolver os diversos agentes do mercado, tais como agentes de geração, comercializadoras, consumidores livres, entre outros, onde as condições da aquisição de energia, bem como as particularidades dos contratos de comercialização, são livremente pactuadas entre compradores e vendedores.

A CEB Lajeado S.A. é parte integrante do "Consórcio Lajeado", que detem a concessão da UHE Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), a qual possui a garantia física de 4.424,68GWh, que representa 505,10 MW médios. A CEB Lajeado S.A, com sua cota parte de 19,8% da

usina, possui a garantia física anual de 876.087,600 MWh, o que representa 100,01 MW médios. Do montante de energia correspondente à citada parcela, 94% é comercializado com a Neoenergia Brasília S.A. por meio de um contrato Bilateral Regulado de compra e venda de energia elétrica. O contrato define o suprimento de 823.822,54 MW h ao ano, o que representa 94,04 MW médios.

O contrato determina ainda reajuste anual de preço com base no IGP-M.

Os contratos firmados no ACR são regulados pela ANEEL. No entanto, é a CCEE que gerencia os contratos, e efetua periodicamente a contabilização, um processo de apuração da comercialização de energia entre os agentes, do qual resulta a situação de cada agente como credor ou devedor, com base nas diferenças apuradas.

Os resultados da contabilização serão objeto de liquidação financeira no mercado de curto prazo, processo de pagamento e recebimento dos débitos (obrigações) e créditos (direitos) apurados no âmbito da CCEE. Neste ambiente, as diferenças apuradas são valoradas ao preço de liquidação das diferenças (PLD).

De forma estratégica, visando mitigar os riscos de estar exposto à volatilidade do PLD, os agentes podem adquirir energia "extra" no mercado livre, com o intuito de cumprir seus contratos de venda de energia bem como de suas parcelas de garantia física.

Para as estratégias de comercialização da CEB Lajeado, além do acompanhamento constante dos resultados de exposição ao MCP junto À CCEE e o cumprimento às regras legais de comercialização, a Superintendência de Geração Comercialização e Novos negócios (SGN), analisa variáveis inerentes ao mercado de energia, tais como:

- Projeção e acompanhamento da garantia física das usinas dentro do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), onde diferenças entre volume de energia gerado e a garantia física sazonalizada dos agentes, influenciam na definição do risco hidrológico, resultando no chamado Ajuste do MRE (GSF), que impacta significativamente na exposição ao MCP.
- Projeções de mercado, especialmente em relação ao preço de liquidação das diferenças, tendo em vista que o comportamento do PLD pode apresentar oscilações expressivas e impacta os volumes financeiros de crédito ou déficit.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9090 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	72380000,0	7500000,0	79880000,0	61621167,56
0008 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA-- DISTRITO FEDERAL	72380000,0	7500000,0	79880000,0	61621167,56
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	600000,0	0	600000,0	317411,54
0001 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS-DA CEB LAJEADO-DISTRITO FEDERAL	600000,0	0	600000,0	317411,54
9054 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS	46300000,0	4000000,0	50300000,0	24687582,33
0001 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS- DA CEB LAJEADO-DISTRITO FEDERAL	46300000,0	4000000,0	50300000,0	24687582,33
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	119280000,00	11500000,00	130780000,00	86626161,43

A Investco S/A é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Luis Eduardo Magalhães. Os sócios ordinários da Investco arrendam os ativos de geração com percentual correspondente à sua participação no Contrato de Concessão. O valor do arrendamento é variável, uma vez que tem como objetivo, além de remunerar os ativos da Usina e distribuir resultados aos seus acionistas, a cobertura das despesas operacionais, inclusa a depreciação, as amortizações e os encargos financeiros dos empréstimos obtidos pela Investco.

Os custos dos serviços prestados de transmissão de energia elétrica, representados pelo Custo do Uso do Sistema de Transmissão – CUST, são controlados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico- ONS.

No fechamento do exercício de 2021, a projeção de valor para Distribuição de Dividendos, a serem pagos em maio e junho/2022, é de R\$ 84.550.000,00.

8209 - INFRAESTRUTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	100000,0	0	100000,0	41635,83
0077 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-BRASÍLIA - DF-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0	100000,0	41635,83
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	300000,0	-128000,0	172000,0	0,00
0045 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-BRASÍLIA - DF -DISTRITO FEDERAL	300000,0	-128000,0	172000,0	0,00
3941 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES	0	128000,0	128000,0	0
0006 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES-REFORMA DE EDIFICAÇÕES-DISTRITO FEDERAL	0	128000,0	128000,0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2500000,0	0,0	2500000,0	2314707,07
7018 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DA CEB LAJEADO-DISTRITO FEDERAL	2500000,0	0,0	2500000,0	2314707,07
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	250000,0	0	250000,0	196812,99
6996 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DA CEB LAJEADO-DISTRITO FEDERAL	250000,0	0	250000,0	196812,99
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2650000,0	2000000,0	4650000,0	4054978,97
7251 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DA CEB LAJEADO-DISTRITO FEDERAL	2650000,0	2000000,0	4650000,0	4054978,97
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	50000,0	0	50000,0	16433,52
2599 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CEB LAJEADO-DISTRITO FEDERAL	50000,0	0	50000,0	16433,52
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	55000,0	45000,0	100000,0	67506,76
0014 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - CEB LAJEADO-DISTRITO FEDERAL	1000,0	0	1000,0	0
8716 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - CEB LAJEADO-DISTRITO FEDERAL	54000,0	45000,0	99000,0	67506,76
4030 - ESTUDOS E PESQUISAS	1600000,0	-45000,0	1555000,0	332518,00
0001 - ESTUDOS E PESQUISAS--DISTRITO FEDERAL	1600000,0	-45000,0	1555000,0	332518,00
TOTAL - 8209 - INFRAESTRUTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO	7505000,00	2000000,00	9505000,00	7024593,14

Para atender as áreas Contábil, Fiscal, Trabalhista e Recursos Humanos, a CEBLajeado mantém Contratos com empresas terceirizadas por possuir exclusivamente a licença de uso de sistemas para execução dessas tarefas.

Com a responsabilidade de cumprir os princípios da transparência, legalidade e economicidade, a Sociedade cumpre seu papel de dar publicidade aos seus atos, com a veiculação de suas matérias legais no Diário Oficial do Distrito Federal e em jornal diário de grande circulação, em conformidade com a Lei nº

3.184 de 29/08/2003 e do artigo 22, incisos I e II da Lei Orgânica do Distrito Federal.

- No que tange a Ação Orçamentária "3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS", em novembro/2021 a Unidade Orçamentária executou R\$ 122.614,63. Porém este valor não foi lançado no SIGGO. Sendo assim, o valor executado no ano para esta ação passa de R\$ 0,00 para R\$ 122.614,63.

- No que tange a Ação Orçamentária "3941 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES", nos meses de outubro, novembro e dezembro/2021 a Unidade Orçamentária executou R\$ 81.767,60. Porém este valor não foi lançado no SIGGO. Sendo assim, o valor executado no ano para esta ação passa de R\$ 0,00 para R\$ 81.767,60.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O ano de 2021 foi marcado por um período de estiagem muito forte na região Sudeste/Centro-Oeste, provocado principalmente pela falta de chuvas no primeiro trimestre do ano, o que não promoveu o reabastecimento dos reservatórios gerando uma crise hídrica entre os meses de junho e setembro, forçando o uso de termelétricas. Ao mesmo tempo, foi possível verificar uma retomada gradual da economia, graças a liberação do comércio e indústria em todo o território nacional por parte do governo. Graças a isso, em janeiro de 2022, a EPE (Empresa de Pesquisas Energéticas) levantou que durante o ano de 2021 houve um crescimento na carga do SIN de 5,0%. Isso acabou provocando um aumento do PLD, levando-o ao limite superior de valor durante o período da crise.

Porém, ao final do ano, entre os meses de novembro e dezembro, diferentemente dos primeiros meses do ano, houve uma grande recuperação dos índices de chuvas, principalmente devido a incidência do fenômeno La Niña, o que trouxe um reabastecimento dos reservatórios das principais bacias da região SE/CO, o que provocou uma forte queda nos valores do PLD.

Com isso, ficou notável a grande volatilidade que o cenário hidroenergético sofreu no último ano. Ao final do mês de novembro de 2021, foi estimada uma média de ajuste do MRE (GSF) de 72,9%, indicando assim um déficit hidrológico ainda maior do que o registrado em 2020, que foi de 80,2%.

Antes do início da crise hídrica, estimava-se uma exposição negativa no MCP para CEB LAJEADO em 2021, com previsão de compra de energia neste mercado, valorada a PLD, no valor entre 5,3 e 14 milhões de reais por ano.

O leilão 01-2021, realizado em março, tinha como objeto a aquisição de energia para o segundo semestre do mesmo ano, com o objetivo de mitigar os riscos de exposição do MCP/CCEE para tal exercício. O que gerou um hedge capaz de amortecer os impactos da crise hídrica que ocorreu no período.

Outro ponto a ser destacado, novamente, foi a distribuição integral de lucros aos acionistas CEB Holding e ELETRO BRAS, por meio de Dividendos, Juros Sobre Capital Próprio - JSCP e Partes Beneficiárias. A CEBLajeado é tributada pelo Lucro Real, com recolhimento do Imposto de Renda – IRPJ e Contribuição Social – CSLL por estimativa mensal, ajustando-se no Balanço Anual o imposto devido. Os impostos PIS e CO FINS são calculados diretamente sobre o faturamento, conforme previsto na legislação tributária.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A projeção da Receita Operacional Bruta da Companhia, no fechamento de 2021, é de R\$ 201.160.000,00. Superior ao valor inicialmente estimado de R\$186.660.000,00.

Em novembro/2021, a Unidade Orçamentária solicitou, à SEEC, Crédito Suplementar por excesso de Arrecadação de Receita, no valor de R\$ 14.500.000,00. Este montante foi distribuído em despesas de custeio, conforme abaixo:

Encargos Extra Operacionais – Tributos Sobre Receita – R\$ 4.000.000,00

Encargos de Uso de Linhas de Transmissão - R\$1.000.000,00

Manutenção De Serviços Adm. Gerais - R\$2.000.000,00

Participação Acionária – Fonte 510 - R\$ 7.500.000,00

A execução orçamentária da empresa mostrou-se bem próxima da previsão na maioria de suas ações, atingindo a média de 74,44% de sua realização até 31/12/21. As poucas interferências que ocorreram visaram assegurar seu desempenho operacional e se adequar aos ajustes contábeis da Empresa em 2021 por meio de remanejamento de recursos entre as contas de custeio – fonte 510 – Geração Própria.

A empresa deve apresentar em 2022 um crescimento na sua rentabilidade, sujeito as condições climáticas, mantendo um ganho expressivo aos acionistas. As distribuições de resultado deverão se manter na totalidade do seu lucro após as reservas obrigatórias.

22210 - COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS - CEBGAS

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS, constituída em 20 de março de 2001, com sede na Cidade de Brasília/DF, é uma sociedade por ações de Economia Mista, autorizada pela Lei Distrital no 2.518, de 10 de janeiro de 2000, com a finalidade de distribuir gás combustível canalizado, com exclusividade, a todo o Distrito Federal.

A constituição da Companhia se deu por intermédio das ações do Governo do Distrito Federal que, entendendo a importância que o gás natural vinha demonstrando em todo o mundo como variável-chave na busca do desenvolvimento sustentado, elaborou um modelo empresarial para desenvolver a indústria desse energético na região. Esse modelo, cristalizado na CEBGAS, buscou conciliar o preceito Constitucional – que delega aos Estados a competência pela distribuição de gás combustível canalizado - com uma gestão empresarial, para a oferta desse serviço, e ao mesmo tempo, com uma solução que contemplasse as limitações dos recursos públicos para investimento.

Associando-se à iniciativa privada por meio da TERMOGÁS S.A., e contando também com a participação da PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO, o governo distrital, por intermédio da Companhia Energética de Brasília – CEB, deu o passo definitivo para a viabilização do suprimento desse energético diferenciado para o Distrito Federal.

A responsabilidade social e ambiental é premissa fundamental do nosso negócio. A distribuição do Gás Natural Veicular – GNV, principal produto comercializado, tem uma importância estratégica para a população do Distrito Federal, pois atende à população preocupada com a preservação ambiental e com a economia dos custos de transporte, especialmente a classe dos motoristas profissionais de veículos de aluguel e de aplicativos.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	3	0	0	0	3
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	11	0	11
Subtotal	3	0	11	0	14
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	3	0	11	0	14

Além dos 3 (três) Comissionados sem vínculo efetivo que compõem a Força de Trabalho, no item "Outros- especificar", foram incluídos os Administradores da Companhia: 3 (três) Diretores, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração e 3 (três) membros do Conselho Fiscal.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	48000,0	0	48000,0	0,00
7062 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-CEBGAS-DISTRITO FEDERAL	48000,0	0	48000,0	0,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	48000,00	0,00	48000,00	0,00

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2397 - AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL	5255213,0	0	5255213,0	3691379,84
0001 - AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	5255213,0	0	5255213,0	3691379,84
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	5255213,00	0,00	5255213,00	3691379,84

O Distrito Federal não é abastecido por gasoduto de transporte que possa garantir o suprimento contínuo de gás, e até que o processo de implantação deste se materialize, a solução que vem sendo utilizada pela CEBGAS para atendimento ao segmento veicular no Distrito Federal é o suprimento de estoques de gás natural liquefeito.

O gás natural liquefeito -GNL é suprido para a CEBGAS pela empresa GNL GEMINI Logística e Comercialização de Gás Ltda - GásLocal, situada na cidade de Paulínia/SP. O transporte do GNL é feito por carreta seguindo padrões internacionais de segurança pessoal e do meio ambiente, condições importantes para a garantia do suprimento e, desta forma, do atendimento perene da oferta, que alcançou, em 2021, um volume de 2.840.000 m³.

OBSERVAÇÃO RELEVANTE: A coluna "Executado " da planilha contém apenas os valores do período de jan a jul/2021, tendo em vista que nos meses subsequentes, ocorreram reajustes no preço do m³ para aquisição do GNL e a solicitação de suplementação de crédito orçamentário para este PT, com a utilização de saldo por "excesso de arrecadação da Receita", também decorrente de reajustes na venda do GNV, não foi efetivada a tempo.

8209 - INFRAESTRUTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	381870,0	0	381870,0	293512,37
8771 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CEBGAS-DISTRITO FEDERAL	381870,0	0	381870,0	293512,37
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	65823,0	0	65823,0	46137,30
9588 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CEBGAS-DISTRITO FEDERAL	65823,0	0	65823,0	46137,30

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	716342,0	0	716342,0	263101,02
9695 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CEBGAS-DISTRITO FEDERAL	716342,0	0	716342,0	263101,02
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	80000,0	0	80000,0	12853,69
0008 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	80000,0	0	80000,0	12853,69
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	60000,0	0	60000,0	27648,92
8714 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - CEBGAS-DISTRITO FEDERAL	60000,0	0	60000,0	27648,92
TOTAL - 8209 - INFRAESTRUTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO	1304035,00	0,00	1304035,00	643253,30

Os demais Programas de Ação da unidade foram realizados dentro dos parâmetros permitidos pelas consequências da pandemia "Covid 19", segundo às necessidades da CEBGAS para o ano de 2021. As despesas relativas à publicidade referem-se à publicação de atos administrativos e das Demonstrações Financeiras no DODF e no Jornal de Brasília, e os demais gastos foram realizados com Administração de Pessoal e manutenção dos Serviços Administrativos da Companhia.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: A coluna "Executado" compreende apenas os valores do período de jan a nov de 2021. A unidade ficou impossibilitada de fazer os lançamentos na Contabilidade Geral/SIAC. Estes valores, atualizados até dezembro de 2021, encontram-se registrados no Relatório de Gestão, impresso e assinado.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A CEBGAS, dando continuidade aos estudos sobre a produção e distribuição do Gás Natural, iniciou em 2021, análise de alternativas para prospecção da produção local de biometano (que é o biogás tratado para uso equivalente ao gás natural / GNV) no Distrito Federal, buscando oportunidades de poder fornecer um gás natural renovável, proveniente de resíduos orgânicos da coleta de lixo ou do tratamento de efluentes, por exemplo, com o intuito de possibilitar o desenvolvimento de projetos e empreendimentos públicos ou privados de produção de biometano, garantindo a sua compra e posterior distribuição ao mercado consumidor do Distrito Federal, seja de GNV ou de uso industrial.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A CEBGAS continua acompanhando a evolução da regulação do biogás e do biometano, que está sendo debatida pelas entidades interessadas neste mercado emergente no Brasil, como uma das alternativas viáveis ao suprimento do gás natural liquefeito, de forma a atender o mercado de gás natural do Distrito Federal de forma contínua, segura e com preços competitivos aos demais combustíveis.

As dificuldades ou restrições enfrentadas, tanto pela CEBGAS quanto pelos usuários do GNV, são decorrentes da falta de infraestrutura de gasodutos de transporte de gás canalizado que chegue à Região Centro-Oeste e da condição de ter um único posto revendedor de

combustíveis, na Candangolândia, fornecendo o GNV para abastecimento de todos os veículos convertidos para consumo de gás natural em Brasília e demais áreas do DF.

Paralelamente, a Companhia tem envidado todos os seus esforços na busca pela manutenção do preço do GNV em patamar mais competitivo do que a gasolina, enquanto também prospecta o mercado de revenda de combustíveis para que, até 2023, no máximo, pelo menos mais dois postos forneçam o GNV no DF.

A meta da gestão da Companhia para 2022 é continuar a prospecção de novas fontes de suprimento de gás natural para o Distrito Federal visando atender aos segmentos de mercado industrial, automotivo e comercial.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A CEB Geração S/A é subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB. Foi criada pela Lei Distrital Nº 2.648, de 26/12/2000 e é reponsável pela prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica denominada PCH Paranoá , conforme Portaria Nº 190, de 20 de abril de 2020, do Ministério de Minas e Energia.

A empresa possui capital social de R\$ 7.575.212,61 (sete milhões quinhentos e setenta e cinco mil, duzentos e doze reais e sessenta e um centavos) dividido em 7.575.212 (sete milhões quinhentas e setenta e cinco mil, duzentos e doze) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O objeto social da empresa é a geração e comercialização da energia produzida pela Usina do Paranoá e por outros empreendimentos de geração que vier participar, praticando todos os atos necessários à consecução de sua finalidade, podendo constituir ou participar de outras sociedades na condição de acionista ou quotista, como meio de realizar o seu objeto social ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	4	0	0	0	4
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	3	0	0	3
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	3	0	2	5
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	4	6	0	2	12

A CEB Geração em 2021 estava composta por 01 (um) Diretor-Geral, 01 (um) Diretor, 03 (três) requisitados, 04 (quatro) empregados ocupante de Emprego em Comissão – EC, Além disso um Conselho Fiscal, composto por 3 (três) membros. totalizando 12 (doze) integrantes da empresa.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6209 - INFRAESTRUTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	150000,0	0	150000,0	61740,0
2527 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	150000,0	0	150000,0	61740,0
1812 - MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS, MECÂNICOS E OBRAS CIVIS DAS UNIDADES GERADORAS	44389480,0	-30000,0	44359480,0	306846,04
0001 - MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS, MECÂNICOS E OBRAS CIVIS DAS UNIDADES GERADORAS-CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	44389480,0	-30000,0	44359480,0	306846,04
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	60000,0	30000,0	90000,0	89368,30
9558 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	60000,0	30000,0	90000,0	89368,30
3773 - IMPLANTAÇÃO DO USO DE FONTES DE ENERGIAS RENOVÁVEIS	12000000,0	0	12000000,0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO USO DE FONTES DE ENERGIAS RENOVÁVEIS--DISTRITO FEDERAL	12000000,0	0	12000000,0	0
6065 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL	2028494,0	-550000,0	1478494,0	1157133,38
0005 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL-CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	2028494,0	-550000,0	1478494,0	1157133,38
TOTAL - 6209 - INFRAESTRUTURA	58627974,00	-550000,00	58077974,00	1615087,72

A projeção dos investimentos da CEB Geração S/A considerou a necessidade de modernização da PCH Paranoá, vez que a Usina iniciou sua operação comercial em 1962, não tendo sido feita modernização dos seus equipamentos, que já passaram do final da sua vida útil, podendo ficar indisponíveis total ou parcialmente a qualquer momento. Além disso, a modernização traria aumento da eficiência das máquinas, com diminuição do consumo de água e retomada da capacidade de geração de energia da PCH Paranoá.

Havia também a necessidade de dar continuidade à implementação do Plano de Segurança da Barragem Paranoá, bem assim de buscar implantar uma usina piloto para aproveitamento do potencial energético de gás metano, resíduos sólidos urbanos e fotovoltaico do aterro controlado do Jockey Clube.

Considerando que, a partir de 30 de abril de 2020, com o fim de sua concessão para exploração da usina, a CEB Geração passou a geri-la em regime de cotas, conforme condições que constam na Portaria MME nº 117/2013, com redução de 50% de sua receita, a previsão de investimentos baseou-se na possibilidade de obtenção de recursos de terceiros. Porém, diante da realidade financeira resultante da gestão da Usina Paranoá sob o regime de prestadora de "Serviço Temporário de Geração de Energia Elétrica", a CEB Geração S/A, suspendeu sua programação orçamentária proposta para modernização da Usina Paranoá, e de fontes renováveis, aguardando decisão a respeito de solicitação apresentada junto ao Ministério das Minas e Energia visando à prorrogação da concessão. Como tal decisão somente veio a ocorrer em dezembro de 2021, não houve tempo hábil para buscar esses recursos, o que frustrou a expectativa de investimento.

Em relação à PCH Paranoá, foram feitos investimentos na aquisição de válvula gaveta, reforma do anel coletor da UG 01, reforma da excitatriz da UG01, serra rápida, inversores e computadores.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9090 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	460061,0	3250000,0	3710061,0	1022110,40
0007 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA-DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS A ACIONISTAS DA GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	460061,0	3250000,0	3710061,0	1022110,40
9054 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS	993201,0	500000,0	1493201,0	1276395,93
0003 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS-ENCARGOS E TRIBUTOS SOBRE A RECEITA DA CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	993201,0	500000,0	1493201,0	1276395,93
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	1453262,00	3750000,00	5203262,00	2298506,33

8209 - INFRAESTRUTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	600000,0	0	600000,0	0
0043 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	600000,0	0	600000,0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	100000,0	0	100000,0	83426,21
5309 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0	100000,0	83426,21
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2653166,0	-710000,0	1943166,0	1853051,90
6998 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	2653166,0	-710000,0	1943166,0	1853051,90
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	168000,0	0	168000,0	112055,24
6993 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	168000,0	0	168000,0	112055,24
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	4696258,0	0	4696258,0	4139453,52
6992 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	4696258,0	0	4696258,0	4139453,52
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	34165,0	0	34165,0	26134,79
2614 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	34165,0	0	34165,0	26134,79
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	34300,0	10000,0	44300,0	34127,61

0016 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	1000,0	0	1000,0	0
6973 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	33300,0	10000,0	43300,0	34127,61
4032 - GESTÃO DE PROJETOS	153151,0	0	153151,0	109526,99
0001 - GESTÃO DE PROJETOS--DISTRITO FEDERAL	153151,0	0	153151,0	109526,99
TOTAL - 8209 - INFRAESTRUTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO	8439040,00	700000,00	7739040,00	6357776,26

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Em 10.12.2021, do MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, publicado no Diário Oficial da União, de 13/12/2021, pelo qual, tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e o que consta no Processo nº 48500.001613/1998-73, foi deferido o Pedido de Prorrogação do Prazo da Concessão da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Paranoá, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG: PCH.PH.DF.001975-5.02, integrante do Contrato de Concessão nº 01/2016- ANEEL, celebrado entre a União e CEB Geração S.A., pelo prazo de trinta anos, contados a partir de 30 de abril de 2020, com término em 29 de abril de 2050.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2021 a CEB Geração S/A realizou todas as suas atividades empresariais com recursos próprios, compreendendo: comercialização de energia elétrica, manutenção e aprimoramento da Barragem e da PCH, execução do controle efetivo da geração de energia e do volume de água no Lago Paranoá, assim como suas atividades de suporte administrativo, contábil, econômico, financeiro e de suprimento, em conformidade com a legislação vigente local e federal.

Atualmente, a CEB Geração S/A opera a PCH Paranoá sob o regime de Serviço Temporário de Geração de Energia Elétrica, conforme determinado pelo Ministério de Minas e Energia, pela Portaria nº 190, de 24 de abril de 2020, com vistas a garantir a continuidade do serviço.

Em 27 de abril de 2020, a CEB Geração protocolou na ANEEL pedido de prorrogação da outorga da concessão da PCH Paranoá, pelo prazo de 30 anos.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de acordo com o Despacho nº 1.587, de 2 de junho de 2020, tendo em vista deliberação da Diretoria Colegiada e o que consta do Processo nº 48500.001613/1998-73 aprovou em 02 de junho de 2020, encaminhamento para o Ministério de Minas e Energia (MME) para que, "após análise do interesse público e da vantajosidade do consumidor de energia elétrica, seja dado prosseguimento ao pedido de prorrogação da outorga de concessão da Usina Hidrelétrica Paranoá, outorgada à CEB Geração S/A, nos termos do art. 1º da Lei nº 12.783/2013.

Em 10 de Dezembro de 2021 foi deferido o Pedido de Prorrogação do Prazo da Concessão da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Paranoá.

Com a Concessão concedida para mais trinta anos, a CEB Geração poderá iniciar os trabalhos propostos no plano de negócios.

A CEB Geração S/A, atendendo a orientação constante no Plano do Governo do Distrito Federal em aumentar o fornecimento de energia renovável para o DF e endossando as iniciativas já previstas no Plano de Negócios, está propondo implementar a participação em novos empreendimentos, entre eles:

- Geração de energia solar fotovoltaica para operar nos mercados de Geração Distribuída; de Autoprodução para Terceiros ou no Mercado Livre de Energia Elétrica;
- Geração de energia elétrica a biomassa de resíduo de madeira urbana. Trata-se de estudo para definição das condições e modelo para geração de energia elétrica utilizando os resíduos de poda de madeira enquanto passivo ambiental no Distrito Federal;
- Hibridização de fontes de geração de energia elétrica como alternativa tecnológica de remediação ambiental de áreas degradadas por resíduos sólidos urbanos – Estudo de caso: Aterro Controlado do Jockey Clube. O projeto traz como proposta um estudo para resolver um passivo ambiental do Governo do Distrito Federal – Lixão da Estrutural, com geração de energia elétrica.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A CEB Participações S/A – CEBPar, sociedade anônima de capital fechado é subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB Holding. Iniciou sua atividade operacional em 13 de janeiro de 2006, tendo por objeto social a participação no empreendimento de geração da Usina Hidrelétrica de Queimado- UHE Queimado, por meio de consórcio, com participação acionária atual de 17,5%, podendo ainda constituir ou participar na condição de cotista em empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados.

A CEBPar possui participação acionária no empreendimento da Usina Hidrelétrica Corumbá IV, onde é detentora de 1,5355% do Capital Social da Companhia Corumbá Concessões S/A. A empresa tem sede e foro na cidade de Brasília-DF, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira nos termos da legislação em vigor.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	3	0	0	0	3
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	3	0	3	6
Subtotal	3	3	0	3	9
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	3	3	0	3	9

A CEB Participações S/A finalizou o exercício de 2021 com sua força de trabalho composta por 3 (três) Diretores, sendo um Geral, um Administrativo-Financeiro e um Técnico, 3 (três) Conselheiros, 3 (três) empregados em comissão (sendo um afastado por motivo médico), totalizando 9 (nove) colaboradores.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9090 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	11032957,0	4200600,0	15233557,0	15233543,19
0005 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA-CEB PAR-DISTRITO FEDERAL	11032957,0	4200600,0	15233557,0	15233543,19
9054 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS	1728247,0	349000,0	2077247,0	2020725,59
0004 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS--DISTRITO FEDERAL	1728247,0	349000,0	2077247,0	2020725,59
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	12761204,00	4549600,00	17310804,00	17254268,78

O aumento/suplementação no campo "alterações" de R\$ 4.549.600,00 (Quatro milhões, quinhentos e quarenta e nove mil e seiscentos reais), será informado no quadro 3.3 Informações Complementares.

6209 - INFRAESTRUTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	100000,0	0	100000,0	77730,02
2502 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-CEB PAR-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0	100000,0	77730,02
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	517707,0	850000,0	1367707,0	1296170,99
9562 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-CEB PAR-DISTRITO FEDERAL	517707,0	850000,0	1367707,0	1296170,99
6065 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL	2600624,0	450000,0	3050624,0	2402801,93
0007 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL-CEBPAR-DISTRITO FEDERAL	2600624,0	450000,0	3050624,0	2402801,93
TOTAL - 6209 - INFRAESTRUTURA	3218331,00	1300000,00	4518331,00	3776702,94

O aumento de R\$ 1.300.000,00 (Um milhão e trezentos mil), será explicado no quadro 3.3 Informações Complementares.

8209 - INFRAESTRUTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2068538,0	-800000,0	1268538,0	1038161,04
8767 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CEB PAR-DISTRITO FEDERAL	2068538,0	-800000,0	1268538,0	1038161,04
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	4206179,0	-1000000,0	3206179,0	2941351,61
9690 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CEB PAR-DISTRITO FEDERAL	4206179,0	-1000000,0	3206179,0	2941351,61

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	17260,0	2400,0	19660,0	19519,60
2596 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CEB PAR-DISTRITO FEDERAL	17260,0	2400,0	19660,0	19519,60
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	66924,0	0	66924,0	39525,34
0017 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - CEB - PARTICIPAÇÕES S/A-DISTRITO FEDERAL	2000,0	0	2000,0	0
8713 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - CEB - PARTICIPAÇÕES S/A-DISTRITO FEDERAL	64924,0	0	64924,0	39525,34
TOTAL - 8209 - INFRAESTRUTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO	6358901,00	-1797600,00	4561301,00	4038557,59

O redução de R\$ 1.797.600,00 (Um milhão, setecentos e noventa e sete mil e seiscentos reais), será explicado no quadro 3.3 Informações Complementares.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O quadro abaixo resume como foram remanejadas as verbas.

	Manutenção De Serviços Administrativos -R\$ 1.000.000,00	Administração De Pessoal -R\$ 800.000,00	Excesso de Arrecadação R\$4.052.000,00	Total Remanejado
Aquisição De Equipamentos	R\$ 850.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 850.000,00
Participação Acionária	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 4.050.600,00	R\$ 4.200.600,00
Aquisição De Energia Elétrica	R\$ 0,00	R\$ 450.000,00	R\$ 0,00	R\$ 450.000,00
Encargos Extra Operacionais	R\$ 0,00	R\$ 349.000,00	R\$ 0,00	R\$ 349.000,00
Gestão Da Informação	R\$ 0,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.400,00	R\$ 2.400,00
TOTAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	

Conforme o remanejamento do quadro supracitado, houveram investimentos extras no Consórcio Cemig-CEB que não estavam previstos quando na projeção do orçamento, em 2020, além, do aumento inflacionário, refletido pelo índice IPCA nos contratos em que a CEB Participações S.A é contratante.

O equilíbrio orçamentário foi possível devido às políticas adotadas pela empresa, como o compartilhamento de diretores em empresas do mesmo grupo, gerando economia com salários e outros encargos relativos à folha de pagamento, assim, foi possível o remanejamento entre contas para atender o desempenho operacional e adequar aos ajustes contábeis da execução orçamentária de 2021.

No exercício em questão, houveram também excesso de arrecadação de receitas, oriundas principalmente de receitas financeiras e receitas de vendas de energia no Mercado de Curto Prazo, este excedente em sua maior parte foi remanejado para a conta 25.846.0001.9090.0005 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA, conforme relatado no processo SEI nº 00312-00000078/2021-34.

Em 2021, diante de uma situação socioeconômica adversa, ocasionada pela pandemia de COVID 19, a CEB Participações S.A. manteve seu orçamento dentro da estimativa proposta, e ainda realizou investimentos relevantes em sua usina situada em Cabeceira Grande - MG (UHE Queimado), como a finalização da substituição do equipamento de supervisão e controle de barragem, dentre outros.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2021, a CEB Participações S.A. cumpriu os compromissos definidos em sua proposta orçamentária, apoiada na premissa de que suas receitas são originárias de recursos próprios, sendo estas provenientes, em sua maior parte, da venda de energia elétrica gerada pela UHE-Queimado, complementada por dividendos do empreendimento de Corumbá Concessões, aplicações financeiras e prestação de serviços administrativos para o Consórcio Cemig-CEB.

As despesas referentes a encargos com o Sistema de Energia Elétrica, no âmbito de dispêndio, incluíram custos usuais com os encargos setoriais tais como: compensação financeira por uso de recursos hídrico, compensação financeira por uso do bem público, taxas de fiscalização e contribuição de agentes da ANEEL, CCEE, O.N.S., uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica - CUST à Cemig Distribuição, bem como os gastos de liquidações no mercado de curto prazo de energia elétrica e o repasse de dividendos à Companhia Energética de Brasília, acionista único da CEBPar.

Quanto à geração da receita proveniente da comercialização de Energia Elétrica, o ano de 2021 foi marcado pela continuidade dos contratos de venda no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo no total de 31 (trinta e um) contratos de venda de energia, frutos da participação da empresa em leilão público de energia.

Para o exercício de 2022, a expectativa é de que os programas de trabalho, tanto no âmbito de investimento quanto em dispêndio, cumpram o Plano de Negócios 2022-2026, aprovado pela Administração da Companhia.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Serviço de Limpeza Urbana - SLU, criado pelo Decreto nº 76, de 03 de agosto de 1961, transformado em entidade autárquica do Distrito Federal nos termos da Lei nº 660, de 27 de janeiro de 1994, é vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) por força do Decreto nº 41.693, de 5 de janeiro de 2021.

O SLU tem por finalidade a gestão da limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos de que tratam as Leis Federais nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; e Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos suas alterações e seus regulamentos, no Distrito Federal e nos municípios com os quais o Governo do Distrito Federal mantenha, para o mesmo fim, contratos e termos correlatos à gestão de resíduos sólidos. No DF, a gestão da limpeza pública compreende as atividades relacionadas a:

1º - Coleta, transporte, triagem, transbordo, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos domiciliares e dos provenientes de sistema de coleta seletiva;

2º - Varrição e limpeza de logradouros e de vias públicas, incluídas as atividades de remoção e transporte dos resíduos sólidos produzidos;

3º - Coleta e remoção de resíduos sólidos urbanos, de resíduos volumosos, de resíduos da construção civil e correlatos entregues nas áreas sob sua competência e os lançados de forma clandestina em vias e logradouros públicos;

4º - Operação e manutenção de usinas e instalações destinadas à triagem e compostagem, incluindo transporte, tratamento e destinação final dos rejeitos;

5º- Demais atividades relacionadas ao cumprimento das diretrizes de que tratam os dispositivos relacionados aos resíduos sólidos constantes da legislação vigente.

Na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos, respeitados os princípios constitucionais que regem a administração pública, o SLU deve observar a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Conforme a Lei Distrital nº 5.418, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos, e de acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.275, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências, compete ao SLU:

I. Promover a gestão e a operação da limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;

II. Exercer, em caráter privativo, a gestão do planejamento e da execução das atividades públicas de interesse comum relacionada aos resíduos sólidos no Distrito Federal;

III. Organizar e prestar, direta ou indiretamente, os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal, podendo tais atividades serem executadas mediante contrato de gestão ou concessão de serviço público;

IV. Implementar e executar as políticas e diretrizes nacionais e distritais dos resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;

V. Supervisionar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços de limpeza urbana do Distrito Federal; VI. Supervisionar, controlar e fiscalizar a destinação final sanitária do lixo coletado; VII. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de resíduos sólidos relacionadas com suas atribuições;

VI. Supervisionar, controlar e fiscalizar a destinação final sanitária do lixo coletado;

VII. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de resíduos sólidos relacionadas com suas atribuições;

VIII. Praticar atos relativos a licitações, contratos e convênios relativos ao desenvolvimento de suas atividades;

IX. Estabelecer, em conjunto com os órgãos reguladores, fiscalizadores e ambientais do Distrito Federal, as respectivas diretrizes para a fiscalização ostensiva da disposição dos resíduos sólidos urbanos;

X. Promover e participar de projetos e programas de orientação e educação ambiental de acordo com as diretrizes nacionais e distritais;

XI. Elaborar e executar atos relativos à sua proposta orçamentária e financeira para a execução de suas atividades;

XII. Adquirir, alienar, arrendar, alugar e administrar seus bens e direitos;

XIII. Desempenhar outras atividades relacionadas à política de resíduos sólidos do Distrito Federal.

Entre os serviços prestados, podemos destacar: coleta convencional de resíduos sólidos urbanos de origem domiciliar e comercial, coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, coleta manual e mecanizada e posterior transporte e aterramento de entulhos, varrição manual e mecanizada de vias, lavagem de vias, lavagem de monumentos e equipamentos públicos, pintura manual e mecanizada de meio-fio, catação manual de papéis e plásticos em áreas verdes, transbordo e transferência de rejeitos, prestação de serviços diversos de limpeza (em eventos públicos), operação de usinas de tratamento mecânico biológico de resíduos, coleta de animais mortos em vias públicas e destinação final adequada em aterro sanitário. O SLU também coleta resíduos domiciliares acondicionados em Papa Lixo onde o caminhão coletor compactador tem acesso dificultado e outro veículo coletor é mais adequado ao serviço, assim como até um metro cúbico de entulhos da construção civil, galhadas e resíduos volumosos em Papa Entulhos instalados, até o momento, nas regiões administrativas de Ceilândia, Taguatinga, Brazlândia, Gama, Planaltina, Plano Piloto e Guará. Além das atividades descritas, o SLU realiza a compostagem de resíduos orgânicos, comercializa ou faz a doação do composto gerado, e realiza a educação ambiental, conscientização e sensibilização da população do DF e entorno para o manejo de resíduos sólidos. Desde 29 de janeiro de 2018, recebe entulhos na Unidade de Recebimento de Entulhos – URE, onde era o antigo Aterro Controlado do Jóquei, mediante a emissão do Controle de Transporte de Resíduos – CTR de grandes geradores. No ano 2019, com a problemática da geração crescente de chorume no aterro sanitário de Brasília - ASB, o SLU adota medidas operacionais para a contenção, tratamento e destinação do chorume gerado no ASB.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	19	65	26	730	840
Comissionados sem vínculo efetivo	57	0	6	0	63
Requisitados de órgãos do GDF	11	0	1	0	12
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	22	0	5	27
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	13	0	31	44
Terceirizados (FUNAP)	0	7	0	0	7
Outros - especificar	0	48	0	5	53
Subtotal	87	155	33	771	1.046
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	259	259
Total Geral	87	155	33	512	787

O SLU realiza o pagamento de servidores ativos cedidos a outros órgãos. Considerando o quantitativo de servidores ativos em folha de pagamento do SLU existente em janeiro/2021 (1.378) e em dezembro/2021 (1.173) informados no SAG, houve redução de 14,88% nesse período.

Tem havido aposentadorias constantes de pessoal próprio do SLU, bem como de cedidos a outros órgãos, situação essa que tenta ser minimizada com o Concurso Público vigente para contratação de gestores.

O SLU contou com a colaboração de 7 reeducandos da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, que foram remunerados por meio de bolsas e auxílios transporte e refeição, bem como funcionários portadores de deficiência e estagiários.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	805312,0	1584758,00	1569673,26	1569673,26
6190 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÃO PEQUENO VALOR-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	805312,0	1584758,00	1569673,26	1569673,26
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	6015000,0	6015000,0	6015000,00	5446574,50
9559 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	6015000,0	6015000,0	6015000,00	5446574,50
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	8729751,0	15559751,00	14308772,28	14308772,28
0023 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	8729751,0	15559751,00	14308772,28	14308772,28
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	1165710,0	1575710,00	1540969,25	1520969,25
7162 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	1165710,0	1575710,00	1540969,25	1520969,25
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	160000,0	221426,00	190108,22	186808,22
0020 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-- DISTRITO FEDERAL	160000,0	221426,00	190108,22	186808,22
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	16875773,00	24956645,00	23624523,01	23032797,51

São liquidadas despesas com Requisições de Pequeno Valor – RPV ao TRT e ao TJDF, em cumprimento a decisões judiciais.

É realizada a contribuição mensal ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, em valor equivalente a 1% (um) por cento, das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas, conforme inciso "III" dos artigos 2º e 8º da Lei nº 9.715, de 25/11/1998.

O Art. 139 da LC 840/2011 dispõe que após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor fará jus a 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, sem prejuízo da remuneração ou subsídio do cargo efetivo.

As licenças não usufruídas serão pagas em pecúnia quando da aposentadoria do servidor. No exercício 2020 houve pagamentos deste benefício nos meses de janeiro (433), fevereiro (428), março (425), abril (420), maio (420), junho (430), julho (417), agosto (425), setembro (443), outubro (440), novembro (431), dezembro (439).

6209 - INFRAESTRUTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3002 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEVs	1050000,0	3956000,0	3374448,47	568562,34
0034 - Construção de Pontos de Entrega Voluntária - PEVs (Recanto das Emas)	350000,0	350000,0	308905,86	0
0036 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA-PEVs NO DISTRITO FEDERAL	350000,0	313000,0	312988,09	0
0037 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEVs-- DISTRITO FEDERAL	0	513000,0	512956,38	39331,69
0038 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEVs- NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA-GAMA	0	350000,0	0	0
0040 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEVs- Construção de Ponto de Entrega Voluntária - Papa Entulho no DF- DISTRITO FEDERAL	0	680000,0	648328,61	283329,23
0041 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEVs-NA QUADRA 13 DO SETOR SUL DO GAMA-GAMA	0	350000,0	318128,0	0
0035 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV	350000,0	1400000,0	1273141,53	245901,42
2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	388700453,0	471587097,00	469993822,50	427625645,75
0002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA- DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	0	0
6118 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA-- DISTRITO FEDERAL	388350453,0	471387097,00	469993822,50	427625645,75
6120 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA - INSTALAÇÃO DE CONTÊINERES SEMIENTERRADOS (EM 2021)	350000,0	0,0	0	0
2582 - MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS - IRR	1300000,0	588318,00	531323,64	475806,69

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS - IRR--DISTRITO FEDERAL	1300000,0	588318,00	531323,64	475806,69
2654 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE	650000,0	4269,0	1775,73	758,28
0002 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	650000,0	4269,0	1775,73	758,28
3013 - RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	10000,0	35514,0	0	0
0001 - RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS--DISTRITO FEDERAL	10000,0	35514,0	0	0
3016 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	10000,0	770794,0	526062,03	526062,03
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS--DISTRITO FEDERAL	10000,0	770794,0	526062,03	526062,03
3101 - CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO DE BRASÍLIA	10000,0	156219,0	95000,0	95000,0
0003 - CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO DE BRASÍLIA--SAMAMBAIA	10000,0	156219,0	95000,0	95000,0
3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS	0	190000,0	140200,0	0
0002 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS-CONSTRUÇÃO DE MUROS-DISTRITO FEDERAL	0	190000,0	140200,0	0
TOTAL - 6209 - INFRAESTRUTURA	391730453,00	477288211,00	474662632,37	429291835,09

2.1 Construção De Pontos De Entrega Voluntária - PEVs

Os Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) são equipamentos públicos destinados ao recebimento de resíduos da construção civil e resíduos volumosos, limitados por descarga de no máximo 01 (um) metro cúbico por cidadão, por dia. Os PEVs são áreas ou recipientes instalados em locais apropriados e cuidadosamente escolhidos para receber os resíduos para a logística reversa. Nestes locais os consumidores entregam voluntariamente os materiais pós-consumo e ajudam a instituir a logística reversa. Os PEVs demonstram que com a cooperação e o envolvimento de todos é possível destinar os resíduos de forma ambientalmente correta.

Em virtude do grande número de terrenos a serem implantados PEV's e para dar maior agilidade na liberação de projeto e fiscalização de obras, são realizados projetos padronizados, tendo como premissa: facilidade construtiva, com modelo e técnicas construtivas amplamente difundidas; utilização de materiais que permitam a perfeita higienização e fácil manutenção.

Em 2021 foram inaugurados os Papa-Entulhos de Águas Claras e de Santa Maria, totalizando 12 (doze) equipamentos em operação no Distrito Federal. Além disso, foi realizada a contratação de empresas para a instalação de 11 (onze) Pontos de Entrega Voluntária (PEV) nas Regiões Administrativas de Gama, Santa Maria, Recanto das Emas,

Samambaia, Guar, Sobradinho, Sobradinho II, Paranoá e São Sebastião, cujas obras se encontram em andamento.

No exercício de 2021, os PEVs receberam mais de 26 mil toneladas de resíduos volumosos, entulhos e podas que poderiam ter sido descartados irregularmente em áreas públicas.



Foto 1 - PEV de Santa Maria



Foto 2 - PEV do Paranoá em construo



Foto 3 - PEV de Santa Maria em construo

2.2 Manuteno das Atividades de Limpeza Pública

2.2.1 Serviços de Limpeza Urbana

As atividades regulares de limpeza do SLU estão divididas em 3 contratos principais, nos quais estão distribuídas as Regiões Administrativas do DF, a saber:

Contrato não 18/2019 (Lote I), que compreende 12 (doze) Regiões Administrativas: Brasília, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal, Lago Norte, Varjão, Itapoã, Paranoá, São Sebastião, Fercal, Planaltina, Sobradinho I e Sobradinho II;

Contrato não 19/2019 (Lote II), que abrange as Regiões Administrativas de Ceilândia (Pôr do Sol e Sol Nascente), Taguatinga, Samambaia e Brazlândia;

Contrato não 24/2019 (Lote III), que atua em 16 (dezesseis) regiões Administrativas: Gama, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Santa Maria, Guar, Candangolândia, Jardim Botânico, Lago Sul, Park Way, Núcleo Bandeirante, Recanto das Emas, guas Claras, Estrutural/SCIA, SIA e Vicente Pires.

Os contratos contemplam as seguintes atividades:

Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares em Áreas Comuns e de Difícil Acesso: envolvem os serviços de remoção e de transporte de resíduos sólidos domiciliares para os destinos indicados pelo SLU/DF, adequadamente acondicionados e colocados pelos geradores em locais previamente determinados, nos dias e horários estabelecidos, observados os limites de peso ou volume e atendendo às normas e regulamentos vigentes.

Coleta Seletiva de Recicláveis Secos: trata-se do recolhimento diferenciado de resíduos que foram previamente separados segundo a sua constituição ou composição na fonte geradora. Envolve a coleta de resíduos recicláveis secos, da população em geral e dos grandes geradores, nas modalidades porta-a-porta/domiciliar e por entrega ponto-a-ponto/voluntária.

Coleta Manual, Remoção e Transporte de Entulhos: compreende os serviços de coleta manual, remoção e transporte de entulhos, resíduos volumosos e materiais diversos de proprietário não identificado, lançados indiscriminadamente e acumulados nas vias e logradouros públicos, cujo autor não seja identificado pelo DF LEGAL.

Coleta Mecanizada e Transporte de Entulhos: compreende os serviços de remoção mecanizada e transporte de entulhos de proprietários não identificados, com ou sem terra, e/ou materiais diversos, incluindo Resíduos da Construção Civil (RCC), lançados indiscriminadamente, acumulados nas vias e logradouros públicos, cujo autor não seja identificado pelo DF LEGAL.

Varição Manual de Vias e Logradouros Públicos: compreende a varrição de todos os resíduos soltos nos logradouros, vias, sarjetas e calçadas, bem como seu acondicionamento em sacos plásticos, transporte aos pontos determinados e posterior coleta.

Varição Mecanizada de Vias e Logradouros Públicos: compreende a limpeza de vias públicas, incluindo remoção de resíduos das sarjetas e canteiros centrais, utilizando equipamentos de limpeza com sistemas de sucção mecânica e espargimento de água.

Lavagem de Vias e Logradouros: corresponde ao serviço no qual o agente de limpeza possui a incumbência de limpar e desinfetar as vias públicas por meio do jateamento de água, com pressão suficiente para a remoção de resíduos restantes e impregnados nos pavimentos, após os serviços de varrição e coleta. Contempla as rodovias e avenidas públicas, as paradas de ônibus, os viadutos, as pontes, as passagens subterrâneas, as escadarias, as praças, o mobiliário e os equipamentos e bens públicos do Distrito Federal.

Limpeza de Equipamentos e Bens Públicos: corresponde ao serviço no qual o agente de limpeza possui a incumbência de limpar e desinfetar os bens públicos por meio do jateamento de água, com pressão suficiente para a remoção de resíduos restantes e impregnados nos pavimentos, após os serviços de varrição e coleta. Contempla as rodovias e avenidas públicas, as paradas de ônibus, os viadutos, as pontes, as passagens subterrâneas, as escadarias, as praças, o mobiliário e os equipamentos e bens públicos do Distrito Federal.

Catção: consiste no recolhimento de materiais soltos em vias públicas e áreas verdes, incluindo parques e canteiros centrais, ajardinados ou não.

Pintura Mecanizada de Meios-Fios e Frisagem: consiste no serviço no qual o agente de limpeza possui a incumbência de aplicar solução de água, cal hidratada e fixador nas guias de sarjetas das vias e logradouros públicos.

Limpeza Pós-Eventos e Coleta de Resíduos de Caixa de Gordura: consiste na limpeza realizada após eventos ocorridos em vias e logradouros públicos, tais como shows, manifestações culturais, eventos populares e similares.

Unidades de Transbordo de Resíduos: trata-se da operação do sistema de recepção das Unidades de Transbordo de Sobradinho e da Asa Sul, onde é efetuada transferência de resíduos, cuja atividade executada é a troca intramodal (mesmo modo rodoviário) dos resíduos sólidos, de modo a conferir maior economicidade e agilidade ao sistema e encaminhar à disposição final.

2.2.2 Contratos de triagem

O SLU conta com 19 contratos com cooperativas e associações de catadores para prestação de serviços de triagem. As organizações contratadas para prestarem serviço são responsáveis por recepcionar, triar, prensar, enfardar, armazenar e comercializar os materiais recicláveis provenientes da coleta seletiva realizada pela prestadora de serviços contratada pelo SLU. Além da contratação para triagem, algumas cooperativas/associações também são contratadas para prestação de serviço de coleta seletiva.

As cooperativas e associações recebem por tonelada de material triado. Para cada tonelada triada e comercializada, o SLU paga em média R\$ 300,00, dependendo do aproveitamento de cada cooperativa, conforme a Nota Técnica Conjunta nº 01/2017 preconiza. A remuneração das cooperativas e associações de catadores contratadas é feita pelo quantitativo que é desviado do Aterro Sanitário de Brasília, comprovado por notas fiscais de comercialização dos recicláveis. As cooperativas contratadas para triagem são pagas com base no peso que conseguiram comercializar no respectivo mês. Assim, o valor pago pelo SLU pode variar mensalmente de acordo com as toneladas comprovadamente comercializadas para reciclagem, desde que não ultrapasse o teto previsto no orçamento.

Neste ano foi feita uma nova contratação para o serviço de triagem, contrato nº 11/2021. Para atender a demanda de local desse contrato foram mantidos os aluguéis dos galpões SCIA QD. 10 e SAAN. Após as paralisações em 2020 em virtude da Pandemia de COVID-19, em 2021 os serviços foram normalizados e tiveram resultados crescentes de resíduo seletivo coletado e de resíduo comercializado. Foi iniciado também estudos para novos chamamentos públicos para os serviços de triagem, coleta seletiva, entre outros serviços que a serem realizados por cooperativas e associações de catadores.

2.2.3 Coleta seletiva inclusiva

A coleta seletiva inclusiva é realizada por 11 cooperativas e associações de catadores em 15 RAs. O diferencial dessa coleta é que o serviço é feito por catadores de materiais recicláveis, incluindo a mobilização feita pelos próprios catadores, beneficiados diretamente pela comercialização dos recicláveis. As cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis foram contratadas para realizar a coleta seletiva nas regiões administrativas onde prevalecem habitações unifamiliares, evitando locais onde há mais prédios e condomínios, que utilizam contêineres, o que dificulta a coleta a partir de caminhões baú ou gaiola.

2.2.4 Unidade De Recebimento De Entulho - URE

O Contrato nº 54/2019 tem como objeto a prestação de serviço de monitoramento e manutenção da Unidade de Recebimento de Entulhos - URE, localizado na Cidade Estrutural (área especial), antigo Aterro Controlado do Jóquei - ACJ, para execução de atividades de manutenção dos dispositivos e sistemas de drenagem de águas pluviais, líquidos percolados e gases; monitoramento topográfico geotécnico, ambiental e das águas pluviais; manutenção das lagoas de acumulação de líquidos percolados; monitoramento e manutenção e implantação de drenos e canaletas de captação de águas pluviais; recebimento e disposição de resíduos sólidos da construção civil e galhadas; instalação, operação e manutenção de equipamento de trituração de galhadas e a implantação e operação de uma Unidade de Britagem móvel para reciclagem de Resíduos de Construção Civil, incluindo o fornecimento, instalação, operação e manutenção dos equipamentos da Unidade.

A URE é atualmente o principal local para destinação final dos Resíduos da Construção Civil produzidos no Distrito Federal. Em média, são recebidos mais de 714 veículos transportadores por dia, cujas cargas estão devidamente munidas de um número identificador denominado de Controle de Transporte de Resíduos (CTR). Do montante total que adentra a URE, que chega a ultrapassar 5.141 toneladas por dia, uma parcela é destinada a Unidade de Britagem, na qual é transformada em agregado reciclado. A Unidade de Britagem atualmente tem a capacidade de produzir cinco tipos de agregados com dimensões de grãos distintas, sendo a sua utilização em obras públicas uma das formas de reaproveitá-los.

Têm sido implementadas medidas de gestão de Resíduos de Construção Civil, no âmbito do Distrito Federal, que auxiliam a Gestão destes resíduos, ao se exigir dos grandes geradores a elaboração do Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil.

A Unidade teve sua Licença Ambiental atualizada, funcionando sob a Licença Ambiental Simplificada SEI-GDF n.º 27/2021 IBRAM/PRESI (67505897).

Haja vistas da necessidade de encerramento das atividades no antigo Aterro Controlado, foi publicada a Instrução Normativa n.º 117/2021, de 08 de novembro de 2021, que instituiu Grupo de Trabalho para realizar estudos visando à identificação da vida útil da Unidade de Recebimento de Entulhos – URE, contendo sua capacidade de recebimento, com o objetivo de apresentar um plano que possibilite a realização dessa transição no menor prazo possível, objetivando a busca de novos locais que possam receber as instalações, com a consequente desativação completa das estruturas atualmente existentes na Região Administrativa da Estrutural. Assim estão sendo tomadas as medidas necessárias para o encerramento definitivo das operações na área.

2.2.5 Aterro Sanitário de Brasília - ASB

O Contrato n.º15/2014 tem como objeto prestação de serviços de implantação, operação e manutenção do Aterro Sanitário de Brasília - ASB, localizado na Região Administrativa de Samambaia, compreendendo, dentre outras, as atividades de aterramento, espalhamento, compactação e cobertura diária dos resíduos sólidos, em quantidade média mensal estimada de 68.000 toneladas.

A implantação do ASB foi prevista para ocorrer em 4 etapas sequenciais, com uma vida útil de aproximadamente 12,5 anos. A 1ª etapa do Aterro foi finalizada em outubro de 2019, quando teve início a operação na 2ª Etapa, com capacidade para receber 2.476.000 toneladas de resíduos e previsão de encerramento em outubro de 2022. No ano de 2021, foram aterrados, na 2ª Etapa, 760.362,18 toneladas de rejeitos provenientes de todas as regiões administrativas do Distrito Federal.

O chorume produzido pela disposição final de rejeitos no Aterro foi tratado na Unidade de Tratamento de Chorume - UTC do ASB, no âmbito do Contrato n.º 19/2020. No total, em 2021 foram tratados 370.960 m³ de chorume na UTC, de forma que o passivo ambiental acumulado de 2020 foi completamente esgotado em 2021. O referido contrato teve sua vigência prorrogada até 07/11/2022, por meio do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 19/2020.

Em 2021, em decorrência da boa gestão do volume de chorume nas lagoas de armazenamento, não houve nenhum acidente envolvendo vazamento desse efluente. Ainda assim, visando assegurar maior segurança operacional, de forma a garantir volume para acumulação/contenção de vazões excedentes à vazão de projeto, foram construídos dois reservatórios permanentes para armazenamento de efluentes líquidos, no âmbito do Contrato n.º 15/2021. Atualmente, o ASB possui capacidade total de armazenamento de chorume de aproximadamente 71.500 m³, sendo que estão disponíveis cerca de 35.500 m³.

Além disso, foi celebrado o Contrato n.º 25/2021, cujo objeto é a contratação de laboratório acreditado pelo INMETRO para avaliar os parâmetros e indicadores da eficácia do tratamento do efluente na Usina de Tratamento de Chorume – UTC. Essa contratação possibilitou a realização de análises laboratoriais independentes para avaliação da qualidade do efluente tratado, em termos de adequação às normas ambientais. Com isso, o SLU/DF passou a fiscalizar melhor a execução do Contrato n.º 19/2020, contribuindo para a diminuição dos riscos de poluição do solo, dos lençóis freáticos e das águas superficiais, em decorrência do lançamento do efluente tratado no Rio Melchior.

Em 2021, também foi realizada a contratação de empresa, no âmbito do Contrato n.º 16/2021, para a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional em apoio à fiscalização das atividades gerais do Aterro Sanitário de Brasília. Essa contratação está sendo fundamental para um bom funcionamento do aterro, pois além da fiscalização diária feita por engenheiro civil in loco, a consultoria possibilita avaliação e emissão de parecer relacionados a projetos de engenharia, aos planos de operação e de emergência e contingência, além da previsão de capacitação aos servidores do SLU/DF. Ainda, a mesma Empresa foi contratada para elaborar o Projeto Executivo da ampliação do Aterro Sanitário de Brasília - 3ª e 4ª etapas, no âmbito do Contrato n.º 13/2021.

Ademais, importante ressaltar que em 2021 o Aterro Sanitário de Brasília operou sem nenhuma intercorrência grave e cumpriu com as normativas ambientais pertinentes, a saber:

- Licença de Operação - Retificação SEI-GDF n.º 18/2019 - IBRAM/PRESI (24607163);
- Outorga SEI-GDF n.º 412/2020 - ADASA/SRH/COUT (52724285);

- Autorização Ambiental SEI-GDF n.º 14/2020 - IBRAM/PRESI (38972136);
- Resolução CONAMA nº 430/2011, dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes;
- Resolução CONAMA nº 357/2005, dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece condições e padrões de lançamento de efluentes.

2.2.6 Tratamento e manejo de resíduos de saúde

Contrato de prestação de serviços nº 03/2021 com a empresa BELFORT GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA, o qual tem como objeto a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final, de forma regular, dos resíduos de serviços de saúde Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E), conforme classificação da RCD nº 222/2018 da ANVISA nas localidades: Centros de Triagem e Instalações de Recuperação de Resíduos pertencentes ao SLU.

Os resíduos são colocados em bombonas, as quais são retiradas quando cheias e substituídas por bombonas vazias. A coleta dos resíduos de serviço da saúde possui especificações estabelecidas no contrato, bem como especificações dos veículos/equipamentos utilizados para coleta, transporte, tratamento e destinação final. Após todas as etapas de coleta e transporte, os resíduos chegam à planta de incineração da empresa contratada, onde há um incinerador rotativo, os resíduos resultantes da incineração também são tratados e possuem destinação final ambientalmente adequada.

2.3 Manutenção das Instalações de Recuperação de Resíduos - IRR

As Instalações de Recuperação de Resíduos (IRR) são estabelecimentos destinados ao recebimento de resíduos recicláveis ou reaproveitáveis que são separados manualmente pelos catadores de materiais recicláveis. O Serviço de Limpeza Urbana mantém três galpões provisórios e quatro IRRs próprias, integrando no processo produtivo o catador de materiais recicláveis, como prevê a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), por meio da contratação do serviço de triagem das cooperativas e associações exclusivas de catadores. As organizações contratadas para prestarem serviço são responsáveis por receber, triar, prensar, enfardar, armazenar e comercializar os materiais recicláveis provenientes da coleta seletiva realizada pelas prestadoras de serviços contratadas pelo SLU.

Foram mantidos os aluguéis de dois galpões: SCIA e SAAN, tendo em vista o novo contrato de triagem firmado em 2021 (nº11/2021). Além desses galpões, o serviço de triagem ocorre nos seguintes locais próprios:

Galpões IRR

Localização	Gestão	Cooperativa/Associação
SCIA Quadra 9, conj. 01, lote 02 - Brasília/DF	SLU	Cortrap/Cooperlimpo
QNP 28 AE - IRR - Ceilândia/DF	SLU	Plasferro/Coopere
Pátio Ferroviário/ SIA (CTR1)	SLU/CENTCOOP	Ambiente/Coopernoes
Pátio Ferroviário/ SIA (CTR2)		Recicla BSB/Construir/Coorace/Ambiente
AE nº.: 02 Lotes I, J, K e L - Setor Norte - Brasília/ DF	SLU	Acobraz
Quadra 05, Conjunto O, Lotes 1 e 2 - Paranoá/DF	SLU	Recicla Mais Brasil
SIA. Trecho, 17 Lote 1.660/1.700 - Brasília/DF	SLU	Cooperativa/Renascere

Para as IRRs estão previstos os serviços de vigilância ostensiva, armada e desarmada, diurna e noturna, fixa e motorizada, para atender os próprios do GDF, além do serviço de limpeza, conservação e asseio referente ao lote 4.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10401 - TAXA DA COLETA SELETIVA NA COLETA TOTAL	PERCENTUAL	3,59	01/12/2018	Anual	4,48	3,35	5,37	6,99	6,26	X	7,18	X	SLU/ UO 22214 / OE 5
Justificativa: 2020 - Em face da decretação da pandemia do Novo Coronavírus, houve a suspensão das atividades de coleta seletiva e triagem em todo o Distrito Federal, por meio da publicação do Decreto nº 40.548 (37425542), de 20 de março de 2020: "Art. 1º Ficam suspensas, no âmbito do Distrito Federal, as atividades de coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, o recebimento e a triagem de resíduos sólidos recicláveis nos centros de triagem e o recebimento de resíduos nas usinas de compostagem do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal. Art. 2º A suspensão das atividades elencadas no art. 1º deste Decreto perdurará enquanto houver o risco de transmissão do Novo Coronavírus." (grifos nossos) As atividades retornaram de forma gradual e os indicadores foram afetados por essa paralisação 2021 - Após o ano de 2020 com a paralisação da coleta seletiva e triagem devido à pandemia de Covid-19, em 2021 foi possível alcançar o índice desejado do indicador com todos os serviços contratados funcionando normalmente. 2022 - X 2023 - X													
10400 - RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS SECOS RECICLÁVEIS	PERCENTUAL	3,49	01/12/2018	Anual	4,36	2,55	5,24	4,44	6,11	X	6,98	X	SLU/ UO 22214 / OE 5
Justificativa: 2020 - Em face da decretação da pandemia do Novo Coronavírus, houve a suspensão das atividades de coleta seletiva e triagem em todo o Distrito Federal, por meio da publicação do Decreto nº 40.548 (37425542), de 20 de março de 2020: "Art. 1º Ficam suspensas, no âmbito do Distrito Federal, as atividades de coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, o recebimento e a triagem de resíduos sólidos recicláveis nos centros de triagem e o recebimento de resíduos nas usinas de compostagem do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal. Art. 2º A suspensão das atividades elencadas no art. 1º deste Decreto perdurará enquanto houver o risco de transmissão do Novo Coronavírus." (grifos nossos) As atividades retornaram de forma gradual e os indicadores foram afetados por essa paralisação 2021 - Percebe-se que, apesar de uma grande quantidade de material estar sendo coletado pela coleta seletiva, os materiais recicláveis não estão sendo recuperados de maneira satisfatória conforme os níveis desejados. Tal fato pode indicar uma separação de baixa qualidade dos resíduos domiciliares. 2022 - X 2023 - X													

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3002 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEVs	350000,0	0,0	0	0
0033 - CONSTRUÇÃO DE PONTO DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV-DF-PAPA ENTULHO, EM PLANALTINA-DF	350000,0	0,0	0	0
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	10000,0	10000,00	0	0
2256 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	0	0
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	360000,00	10000,00	0,00	0,00

2.4 Projeto De Educação Ambiental: Sensibilização Ambiental para Separação de Resíduos

O Projeto de Educação Ambiental consiste em uma parceria firmada entre o SLU e a SEEDF, com o apoio da Agência de Cooperação Internacional do Japão, e tem como público a comunidade escolar do CED Agrourbano Ipê do Riacho Fundo II, apresentando os seguintes objetivos:

- Fortalecer a Política de Educação Ambiental Formal da SEEDF, prevista na Portaria nº 428, de 04 de outubro de 2017;
- Fortalecer a Política Ambiental do Distrito Federal, instituída pela Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989, bem como a Política Nacional de Meio Ambiente, criada pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
- Apoiar a implementação do Eixo Transversal "Educação para a Sustentabilidade", conforme previsto no Currículo da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do DF;
- Disseminar práticas pedagógicas e conhecimentos em Educação Ambiental para a comunidade escolar;
- Proporcionar o desenvolvimento de ações e Plano de Trabalho de Educação Ambiental que contribuam com a construção da cidadania por meio de uma educação integral, inclusiva, que respeite e valorize a diversidade, o patrimônio histórico e natural do DF e que promova a sustentabilidade;
- Promover a cooperação técnico-pedagógica mútua;
- Implementar o Programa Lixo Zero;

- Reduzir o descarte dos rejeitos até 10%, a partir do máximo aproveitamento dos resíduos orgânicos e recicláveis considerados os 90% restantes

O Termo de Cooperação entre esses entes foi assinado em fevereiro de 2020 e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal em março de 2020. O 1º Termo Aditivo foi assinado e publicado no DODF em fevereiro de 2021. O projeto iniciou em fevereiro executando a atividade extra na escola, que consistia em reunião com o corpo docente e funcionários e a atividade 1, com a sensibilização dos professores por meio de visitas técnicas em algumas unidades do SLU/DF.

Em virtude do estado de emergência decretado pelo Governo do Distrito Federal sobre a pandemia internacional do novo coronavírus (COVID-19), as aulas das escolas públicas e particulares foram suspensas por 15 dias, conforme o Decreto nº 40.509, de 11 de março de 2020 e estendida a suspensão até o mês de julho/2020. O retorno das aulas presenciais ocorreu no final de agosto/2021, após Decreto do Governo do Distrito Federal retornando com o calendário escolar, sendo que as atividades presenciais do projeto foram retomadas em setembro/2021, após a escola ter passado por um período de adaptação da nova realidade.

Durante o ano de 2021 foram realizadas as seguintes atividades:

- Análise Gravimétrica dos Resíduos Gerados na Escola;
- Sensibilização dos alunos por meio de palestras com servidores do SLU;
- Apresentação de conceitos ligados ao gerenciamento dos resíduos sólidos, em especial os 3 R's da sustentabilidade (online);
- Momento de Reflexão para que os alunos elaborassem tirinhas em quadrinhos com o tema "Se não houver a separação, o que acontecerá com o planeta?"
- Para o ano de 2022 estão previstas mais 4 atividades a serem desenvolvidas. O Termo de Cooperação tem validade até 06/02/2022 e está em fase de renovação por mais 1 (um) ano.

8209 - INFRAESTRUTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	400000,0	0,00	0	0
5851 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	400000,0	0,00	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	70000,0	20740,0	9109,20	9109,20
5337 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	70000,0	20740,0	9109,20	9109,20
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1745000,0	2708261,00	2706859,98	2526921,66
5182 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	1745000,0	2708261,00	2706859,98	2526921,66
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	121723163,0	113443163,00	99661605,59	99564972,97

8880 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	121723163,0	113443163,00	99661605,59	99564972,97
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	8500000,0	8500000,00	7229161,70	7229161,70
9686 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	8500000,0	8500000,00	7229161,70	7229161,70
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	6285914,0	7868158,00	7617232,34	6625415,58
9762 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	6285914,0	7868158,00	7617232,34	6625415,58
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	169000,0	100412,00	100412,00	55851,52
8738 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	169000,0	100412,00	100412,00	55851,52
TOTAL - 8209 - INFRAESTRUTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO	138893077,00	132640734,00	117324380,81	116011432,63

2.5 Modernização De Sistema De Informação

2.5.1 Contratação de Sistema Integrado de Segurança Eletrônica – Contrato nº 02/2021

No início de 2021 o SLU realizou a contratação de sistema integrado de segurança eletrônica, compreendendo o fornecimento, instalação, configuração, manutenção e suporte técnico de câmeras IP de vídeo monitoramento, incluindo todos os equipamentos necessários, tais como: servidores, switch, infraestrutura, cancelas eletrônicas e o licenciamento da solução adquirida.

Através dessa contratação, o SLU otimizou o controle de acesso dos veículos das unidades de pesagem possibilitando uma melhor visualização de imagens em tempo real que permitam gerar maior esclarecimentos de eventuais incidentes que possam ocorrer nas unidades do SLU.

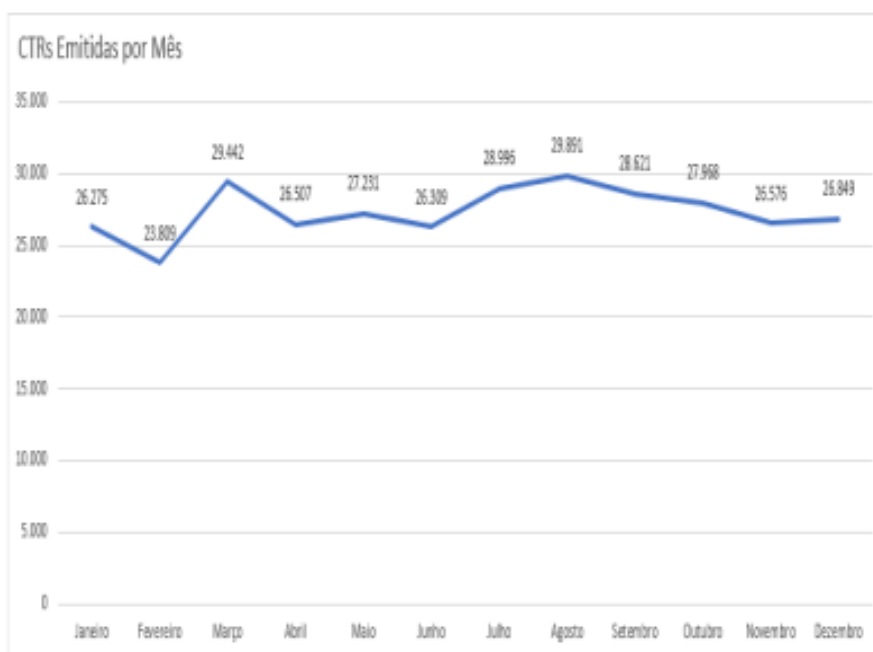
Ainda, o serviço prestado nas balanças está sendo mais ágil e eficaz, tendo em vista que as câmeras responsáveis pelas leituras das placas dos transportadores estão integrados com o software desenvolvido pela DIGET para realização das pesagens, automatizando as atividades e proporcionando um menor tempo de espera nas unidades do SLU.

2.6 Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação

2.6.1 Prestação de serviços e licenciamento de uso de sistema da informação – Contrato nº 19/2016

Em 2021 foi renovado o contrato nº 19/2016, que tem por objeto a prestação de serviços e licenciamento de uso de sistema da informação, em modalidade definida SAAS (software-as-service), a manutenção do contrato foi essencial para a continuidade da gestão e controle de Resíduos da Construção Civil - RCC e volumosos no âmbito do Distrito Federal, bem como a regulamentação das atividades de transporte destes resíduos, em conformidade com o Decreto nº 37.782/2016 e a Lei nº 4.704/11.

A seguir, os dados de CTRs (Controle de Transporte de Resíduos) emitidos e destinados para a Unidade de Recebimento de Entulhos – URE em 2021:



Destaca-se que, em 2021, foram arrecadados R\$ 9.944.318,15 (nove milhões, novecentos e quarenta e quatro mil trezentos e dezoito reais e quinze centavos), referente ao descarte regular de RCC e volumosos na URE.

2.6.2 Sistema para Geração de Relatórios de Rendimento Automatizados – Contrato nº 30/2018

O contrato firmado com empresa especializada na geração de relatórios de rendimento automatizados que possibilita aferir o nível de eficiência, qualidade e comparação entre o serviço planejado/executado, foi renovado em 2021, possibilitando a manutenção do sistema de monitoramento dos serviços realizados no SLU.

O SIG (Sistema de Inteligência Geográfica), é o sistema responsável por aferir se os serviços previstos estão de acordo com o que foi realizado, por georreferenciamento, permitindo elaborar relatórios, realizar monitoramento, rastreabilidade e fiscalização eletrônica correta, auxiliando a comissão executora a observar a quantidade, qualidade e a porcentagem real dos serviços prestados no âmbito desta Autarquia.

O sistema de monitoramento possui duas vertentes: a primeira consiste no desenvolvimento do sistema que utiliza as informações geográficas dos veículos das prestadoras de serviço e as compara com a base de dados do SLU, possibilitando a busca do local, dia e horário em que os caminhões de coleta passaram nas cidades; a segunda vertente consiste em um B.I (Business Intelligence) para elaboração de dashboards personalizados e cruzamento de dados dos sistemas utilizados pelo SLU.

2.7 Administração de Pessoal

Um dos principais focos é a qualificação da Gestão de Pessoas, melhorando a gestão e o desempenho dos servidores e dos processos de trabalho, aliados às melhorias do ambiente, das condições e relações de trabalho. Como resultado, espera-se o crescimento do sentimento de valorização e satisfação do servidor, com melhora da qualidade de vida e do trabalho em equipe.

2.7.1 Serviço Social Organizacional

Entre as ações realizadas, registraram-se 63 (sessenta e três) solicitações à Gerência de Segurança do Trabalho/SEEC/SUBSAUDE para verificação de condições insalubres relacionadas às atividades de trabalho dos servidores lotados em diversas unidades da Diretoria de Limpeza Urbana.

Ademais, realizaram-se 44 (quarenta e quatro) atendimentos com orientação e acompanhamento social, incluindo intervenções junto à família dos servidores, sugestões de

tratamento para dependência química e ética, encaminhamentos para o Centro de Atenção Psicossocial e mediação de conflitos no ambiente de trabalho.

2.7.2 Plano de Qualidade de Vida no Trabalho (Instrução Nº 119, de 11 de novembro de 2021)

Em 11 de novembro de 2021, foi aprovado o Plano de Qualidade de Vida no Trabalho, para os anos de 2022 a 2024, o qual dispõe sobre as diretrizes e ações de melhoria da qualidade de vida no trabalho dos servidores e colaboradores do SLU/DF, com o objetivo de aprimorar o seu bem-estar físico, mental e social, além de buscar o aperfeiçoamento dos processos de trabalho, o desenvolvimento profissional e a promoção à saúde no ambiente interno desta Autarquia.

Nesse sentido, visando a melhoria da qualidade de vida individual e organizacional, foram realizadas 4 (quatro) palestras presenciais aos servidores e colaboradores no auditório do SLU: "Outubro Rosa - Saúde da Mulher", "Equilíbrio Emocional - Técnicas de Relaxamento", "POA - Programa de Orientação Para Aposentadoria" e "A Importância da Relação Interpessoal para a Qualidade do Trabalho".

2.7.3 Capacitação e Qualificação

Em 30 de agosto de 2021, foi aprovado o Plano Anual de Capacitação 2021/2022 (Instrução Nº 99, de 20 de agosto de 2021), o qual estabelece diretrizes para ações de formação continuada dos servidores do SLU/DF, visando a excelência e melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade, com o objetivo de oportunizar o desenvolvimento profissional de acordo com os serviços prestados por cada setor da Autarquia, observando os princípios que regem a administração pública.

O Plano Anual de Capacitação se fundamenta no Decreto nº 39.468, de 21 de novembro de 2018, que regulamentou a Política de Capacitação e Desenvolvimento para os servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal.

Cabe destacar que no decorrer do ano de 2021 foram capacitados 345 (trezentos e quarenta e cinco) servidores. Dentre as capacitações realizadas, destacamos o "Curso presencial: Gestão e fiscalização de contratos", ofertado pela Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV); o "Curso presencial: Gestão de riscos com base na NBR ISO 31000/2018 (EGOV)"; e o "Curso presencial: Lei nº 8.666/93 - licitações e contratos (EGOV)".

2.7.4 Recomposição da Força de Trabalho

Com o objetivo de recompor a força de trabalho, houve a necessidade de redistribuição de servidores e reorganização da escala de trabalho, bem como o retorno de servidores que se encontravam à disposição de diversos órgãos do GDF.

Ainda, foi realizado um novo contrato de prestação de serviço de Agente de Integração para operacionalização de Programa de Estágio não Obrigatório no SLU/DF, para estudantes matriculados e com frequência efetiva nos cursos vinculados ao ensino público e particular, oficiais ou reconhecidos e devidamente autorizados a funcionar, em cursos de educação superior, de ensino médio, de educação profissional de nível médio ou superior ou escolas de educação continuada.

Ademais, para manutenção da força de trabalho terceirizada, foi realizado um novo contrato de prestação de serviço de mão de obra de pessoas portadoras de deficiência, com a finalidade de dar suporte técnico necessário ao desenvolvimento das atividades de competência das unidades da estrutura do Serviço de Limpeza Urbana – SLU/DF.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Instalação De Equipamentos De Limpeza Urbana

Em 2021 foi acelerado o processo de instalação dos equipamentos previstos nos contratos de limpeza. No ano foram instaladas 11.570 lixeiras/papeleiras nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, totalizando 14.226 equipamentos desse tipo instalados, o que representa 67,5% do total de 21.086 previstos para instalação. As lixeiras têm capacidade para 50 litros

e são utilizadas para pequenos resíduos gerados pela população enquanto se desloca pela cidade.

Houve também significativo avanço na instalação dos contêineres semi-enterrados (papa-lixo), importante ferramenta para coleta de lixo em locais de difícil acesso e onde há acúmulo de resíduos. No ano de 2021 foram instalados 239 papa-lixos no Distrito Federal, totalizando 349 instalados ao fim deste exercício.

Em relação aos Papa-recicláveis, equipamentos em que é possível descartar resíduos recicláveis adequadamente, foram instaladas 42 unidades em 2021, totalizando 244 já colocadas em operação.



Foto 4 - Inauguração de Papa-lixo

Museu da Limpeza Urbana

Em agosto de 2021, o SLU inaugurou o novo espaço do Museu da Limpeza Urbana no Shopping Venâncio. O objetivo da ação foi facilitar o acesso ao espaço de educação ambiental, que antes ficava instalado na Usina do PSul, em Ceilândia. Até dezembro foram registradas mais de 4 mil visitas ao local, que reúne um acervo de peças encontradas no antigo lixão e também apresenta os equipamentos públicos de limpeza urbana instalados pelo Governo do Distrito Federal, além de trazer uma reflexão sobre o ciclo de vida dos produtos e dos hábitos de consumo.



Foto 5 - Museu da Limpeza Urbana

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Pontos de Entrega Voluntária - PEVs

Apesar de disporem de projeto padrão e sem complexidade técnica, para que haja viabilidade da contratação é necessário que haja terreno regularizado com Termo de Cessão de Uso em plena validade e, por vezes, disponibilidade de emenda parlamentar. Em 2021 houve grande empenho no planejamento de contratações para construção de PEVs, que foram interrompidas por ausência de terreno com cessão de uso e demais fatores, apesar disso, houve êxito na recente contratação de execução dos PEVs, o que originou os Contratos Nº 27/2021 e Nº 28/2021 para a construção de 11 Papa-entulhos, com obras em andamento, que ficarão prontos em 2022.

Aterro Sanitário de Brasília - ASB

Em agosto de 2021 iniciou-se a elaboração do Projeto Executivo para operação das etapas 3 e 4 do Aterro Sanitário de Brasília. O Projeto Executivo entregou seu 4º produto em novembro de 2021. De acordo com projeto, a Etapa 3 será implantada em área adjacente a área da Etapa 2, com capacidade de disposição de cerca de 1.475.000 m³ de resíduos e vida útil correspondente a 1 ano e 7 meses, conformando um maciço único com a união das três primeiras Etapas. Por sua vez, a Etapa 4 representa o coroamento do aterro sanitário, com alteamento a partir das células superiores das Etapas 1, 2 e 3, com capacidade total de disposição de cerca de 4.325.000 m³ de resíduos e vida útil correspondente a 4 anos e 10 meses.

Foram elaborados Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos e Projeto Básico para licitação da operação das etapas 3 e 4 do Aterro Sanitário de Brasília. Atualmente o processo encontra-se aguardando liberação do orçamento de 2022 para seguir os trâmites do processo licitatório.

Foi também realizada a contratação de empresa de engenharia especializada para construção de dois Reservatórios de Quantidade e Qualidade (RQQ 01 e RQQ 02) no Aterro Sanitário de Brasília, a fim de minimizar os efeitos causados pela implantação do Aterro Sanitário com o objetivo de diminuir a carga poluente, reduzir as vazões de pico e possibilitar o amortecimento dos excedentes pluviométricos decorrentes da impermeabilização do terreno, amenizando possíveis impactos no corpo hídrico receptor.

Licitação para Contratação da Execução de Barreira Verde na Usina do P Sul

Em 2021 foi contratada empresa especializada para implementação de barreira verde na Usina do P Sul com o objetivo de diminuir os impactos ambientais e visuais da usina, em atendimento ao pedido da 3ª PRODEMA (24262331). A execução está prevista para iniciar em 2022.

Além disso, foi feita a contratação de empresa para a construção de muro ao redor do IRR - Instalação de Recuperação de Resíduos do PSul, tendo em vista as diversas manifestações acerca da insegurança e da frequência de ocorrência de furtos de materiais e equipamentos no IRR.

Coleta Seletiva

Após as paralisações em 2020 em virtude da Pandemia de COVID-19, em 2021 os serviços foram normalizados e tiveram resultados crescentes de resíduo seletivo coletado e de resíduo comercializado.

Foi iniciado também estudos para novos chamamentos públicos para os serviços de triagem, coleta seletiva, entre outros serviços que a serem realizados por cooperativas e associações de catadores.

Para 2022 as perspectivas são:

- Dar segmento aos novos chamamentos públicos de triagem e coleta seletiva;
- Automatizar processos da unidade e dos IRRs;

- Dar segmento aos estudos e chamamentos envolvendo outros possíveis serviços, como gestão de PEVs, triagem em transbordos, coleta em condomínios horizontais.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Fundação Hemocentro de Brasília - FHB, fundação pública com personalidade jurídica de direito público, de caráter científico-tecnológico, educacional e de prestação de serviços de saúde, no campo da Hemoterapia, entidade do Sistema Único de Saúde vinculada à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), instituída nos termos do Decreto nº 14.598, de 04/02/1993, com base na autorização concedida pela Lei nº 206, de 13/12/1991, integra a Administração Indireta do Distrito Federal (DF).

Até a criação da FHB, o primeiro "Hemocentro de Brasília" era uma gerência do antigo Instituto de Saúde do DF, hoje Laboratório Central (Lacen-DF). O Decreto nº 14.937, de 13/08/1993, aprovou o Estatuto da FHB e atribuiu à Instituição a coordenação do Sistema de Sangue, Componentes e Hemoderivados (SSCH), com o objetivo de integrar todos os bancos de sangue da então Fundação Hospitalar do DF. A centralização das atividades possibilitou a modernização do controle do sangue e hemocomponentes com padronização de metodologias e reagentes, atualização de técnicas, maior economia e segurança transfusional. Em 2012, a FHB tornou-se o centro de referência para o tratamento das coagulopatias hereditárias no DF, em especial as hemofilias. O atual Estatuto da Instituição foi aprovado pelo Decreto nº 41.798, de 11/02/2021.

A estrutura administrativa atual foi recentemente alterada por meio do Decreto nº 41.601 de 16/12/2020. A reestruturação foi elaborada para atender ao contexto atual de governança da FHB e à reestruturação do sistema de gestão iniciada em 2012. A nova estrutura da FHB moderniza a organização da Instituição, fortalecendo a integração entre as áreas técnica e administrativa e priorizando a inovação e a gestão de risco nas atividades de rotina. A FHB possui como principal missão garantir o fornecimento de sangue e seus componentes para abastecimento da rede de saúde pública do DF com qualidade assegurada, além de oferecer suporte aos transplantes no DF e atendimento ambulatorial multidisciplinar aos portadores de coagulopatias hereditárias no DF. Possui como visão de futuro ser reconhecida como Instituição pública de saúde com alta credibilidade para a população do DF, sendo considerada como uma das melhores hemoredes do país. Os valores organizacionais da Instituição são: qualidade, integridade, gestão eficaz e participativa, satisfação do cliente e comprometimento. A política de qualidade consiste no comprometimento da FHB com a satisfação do cliente e com a melhoria contínua dos processos e serviços, por meio da qualificação dos servidores e do cumprimento de normativas.

De acordo com o Estatuto, são competências da FHB:

- I. promover a conscientização da comunidade no que concerne à doação voluntária de sangue e de células progenitoras hematopoiéticas;
- II. promover a captação, a triagem clínica e laboratorial de candidatos a doador de sangue, as coletas, o armazenamento e a distribuição de hemocomponentes, garantindo o abastecimento dos hospitais públicos ou privados conveniados e contratados do DF;
- III. manter estoques estratégicos de hemocomponentes para atender as emergências ou situações de calamidade pública;
- IV. promover a captação, triagem clínica e laboratorial e realização de exames para registro de candidatos a doador para transplante de células progenitoras hematopoiéticas no Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea - REDOME;
- V. promover a captação, triagem clínica e laboratorial, coleta, processamento, armazenamento e realização de exames para registro em Cadastro Nacional e distribuição de células progenitoras de cordão umbilical ou placentárias no DF;
- VI. manter atualizado os cadastros do REDOME, e do sangue de cordão umbilical e placentário;
- VII. realizar exames especializados pré-transplantes de órgãos;

- VIII. realizar exames especializados para diagnóstico e acompanhamento dos pacientes do DF com Coagulopatias Hereditárias Hemorrágicas (CHH);
- IX. realizar exames especializados visando à segurança transfusional;
- X. manter atualizado o cadastro único de doadores de sangue e de pacientes com CHH e Hemoglobinopatias Hereditárias (HH);
- XI. armazenar os medicamentos destinados ao tratamento dos pacientes com CHH, recebidos do Ministério da Saúde (MS), bem como regular a sua distribuição e transportes para os hospitais da rede;
- XII. dispensar na FHB ou por meio de entrega domiciliar os medicamentos constantes do inciso anterior aos pacientes com CHH ou aos seus responsáveis legais em conformidade com os protocolos do MS e da SES/DF;
- XIII. elaborar, de acordo com os regulamentos nacionais vigentes, normas técnicas aplicáveis às atividades de Hemoterapia no DF;
- XIV. coordenar, supervisionar e dar suporte técnico às atividades nos Serviços de Hemoterapia do DF, visando o cumprimento da legislação vigente;
- XV. oferecer suporte hemoterápico para os transplantes de órgãos, tecidos e células no DF;
- XVI. promover integração entre as equipes atuantes na área de hemoterapia da SES/DF e da FHB;
- XVII. elaborar protocolos para o tratamento dos pacientes com CHH e HH;
- XVIII. coordenar, em articulação com a SES/DF, a política de Atenção à Saúde aos pacientes com CHH e HH;
- XIX. atuar como centro de referência de tratamento de CHH, coordenando e regulando a atenção integral desses pacientes;
- XX. realizar o acolhimento, orientação, ou encaminhamento dos doadores e dos candidatos à doação que apresentarem alterações clínicas ou laboratoriais;
- XXI. promover pesquisas, capacitação e treinamento profissional na área de sangue da rede do SUS do DF;
- XXII. realizar suprimento e gestão dos insumos utilizados nas atividades hemoterápicas e transfusionais na Hemorrede Pública do DF;
- XXIII. realizar aquisição e gestão de equipamentos utilizados na Hemorrede Pública do DF, incluindo equipamentos de informática relacionados a esta área de atuação;
- XXIV. promover e coordenar ações de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados na área de Hemoterapia da SES/DF e da FHB;
- XXV. realizar o transporte de hemocomponentes para os Hospitais Públicos do DF, dentro dos padrões de qualidade exigidos, em conformidade com os preceitos nos regulamentos sanitários;
- XXVI. realizar ações de Hemovigilância e Retrovigilância e zelar pela rastreabilidade dos registros referentes à Hemoterapia na Hemorrede do DF; entre outras.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	25	26	69	262	382
Comissionados sem vínculo efetivo	8	0	0	0	8
Requisitados de órgãos do GDF	8	0	1	0	9
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0	0	1

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Estagiários	0	0	12	9	21
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	2	2
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	38	0	38
Subtotal	42	26	120	273	461
(-) Cedidos para outros órgãos	4	0	2	0	6
Total Geral	38	26	118	273	455

Observação: O Campo "outros" da tabela que apresenta a Força de Trabalho é composta por: vigilantes, motoristas e profissionais de serviços gerais.

Quanto ao quantitativo de cargos vagos, a FHB possui um déficit de 17,7%, com 85 cargos vagos, conforme abaixo:

Quantitativo De Cargos Vagos			
Cargo	Criados	Ocupados	Vagos
Analista	170	165	5
Técnico	280	223	57
Agente	30	7	23
Total	480	395	85

No intuito de diminuir o déficit de pessoal e o conseqüente impacto negativo da carência de recursos humanos, em 2021 a FHB nomeou 69 candidatos excedentes aprovados no último concurso público, realizado no ano de 2017, conforme publicações no Diário Oficial do DF:

- o DODF nº 020, de 29/01/2021: 1 nomeação
- o DODF nº 097, de 25/05/2021: 35 nomeações
- o DODF nº 120, de 29/06/2021: 6 nomeações
- o DODF nº 126, de 07/07/2021: 3 nomeações
- o DODF nº 143, de 30/07/2021: 14 nomeações
- o DODF nº 174, de 15/09/2021: 3 nomeações
- o DODF nº 204, de 29/10/2021: 7 nomeações

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	58475,0	77975,00	34606,27	34606,27
6183 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR-FHB-DISTRITO FEDERAL	58475,0	77975,00	34606,27	34606,27
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	580000,0	1030000,0	880000,00	728046,78
0015 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FHB- PLANO PILOTO .	580000,0	1030000,0	880000,00	728046,78

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	300000,0	600000,0	424127,60	424127,60
0011 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-FHB-DISTRITO FEDERAL	300000,0	600000,0	424127,60	424127,60
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	200000,0	300000,00	161725,22	157725,22
0069 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-FHB-DISTRITO FEDERAL	200000,0	300000,00	161725,22	157725,22
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10000,0	10000,0	0	0
0076 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FHB-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	1148475,00	2017975,00	1500459,09	1344505,87

9001 - Execução De Sentenças Judiciais

No exercício de 2021houve o pagamento de 7 sentenças.

9033 - Formação Do Patrimônio Do Servidor Público

Trata-se de despesa obrigatória de cunho tributário. Houve corte neste programa iniciando o exercício de 2021 com crédito orçamentário inferior à necessidade prevista. Diante disso, fez-se gestão junto à Secretaria de Economia durante todo o exercício de forma a recompor os créditos e assim honrar com esta despesa até o final de 2021.

9041 - Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
14	14	16	16	16	16	15	16	15	14	14	13

Estas parcelas são lançadas automaticamente pelo Sistema SIGRH.

9050 - Ressarcimentos, Indenizações E Restituições de Pessoal

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
01	18	07	02	08	02	02	09	08	04	04	04

Foram realizados acertos financeiros em virtude da reestruturação organizacional da FHB, além de 02 pedidos de vacâncias,

6202 - SAÚDE EM AÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	100000,0	48000,0	0	0
0035 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - FHB-DISTRITO FEDERAL	100000,0	48000,0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	100000,0	100000,0	11632,68	11632,68
6164 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-FHB- PLANO PILOTO .	100000,0	100000,0	11632,68	11632,68

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2811 - CICLO DO DOADOR, PROCESSAMENTO, CONTROLE E DISTRIBUIÇÃO DO SANGUE	9218707,0	9445106,0	6002675,55	5753786,97
0002 - CICLO DO DOADOR, PROCESSAMENTO, CONTROLE E DISTRIBUIÇÃO DO SANGUE-FHB-DISTRITO FEDERAL	9218707,0	9445106,0	6002675,55	5753786,97
2812 - ANÁLISES LABORATORIAIS PARA O CICLO DO SANGUE	5010125,0	5032464,0	4304751,73	3889789,03
0002 - ANÁLISES LABORATORIAIS PARA O CICLO DO SANGUE-FHB-DISTRITO FEDERAL	5010125,0	5032464,0	4304751,73	3889789,03
2975 - SUPORTE AOS TRANSPLANTES E À ATENÇÃO HEMATOLÓGICA	10317725,0	10317725,00	6701032,54	6631211,13
0001 - SUPORTE AOS TRANSPLANTES E À ATENÇÃO HEMATOLÓGICA-FHB-DISTRITO FEDERAL	10317725,0	10317725,00	6701032,54	6631211,13
4009 - AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR	1712691,0	2312691,0	1964319,29	1946961,75
0001 - AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR-FHB-DISTRITO FEDERAL	1712691,0	2312691,0	1964319,29	1946961,75
4060 - CRIOPRESERVAÇÃO DE CÉLULAS E TECIDOS	2157200,0	1257200,0	158988,70	158988,70
0002 - CRIOPRESERVAÇÃO DE CÉLULAS E TECIDOS-FHB-DISTRITO FEDERAL	2157200,0	1257200,0	158988,70	158988,70
4081 - GESTÃO DA HEMORREDE	2482111,0	2782111,0	2309762,24	2013464,07
0002 - GESTÃO DA HEMORREDE-FHB-DISTRITO FEDERAL	2482111,0	2782111,0	2309762,24	2013464,07
1141 - REFORMA DO HEMOCENTRO	4296873,0	8333125,00	0	0
0003 - REFORMA DO HEMOCENTRO-FHB-PLANO PILOTO .	4296873,0	8333125,00	0	0
TOTAL - 6202 - SAÚDE EM AÇÃO	35395432,00	39628422,00	21453162,73	20405834,33

8505 - Publicidade e Propaganda

Ao longo de 2021, foram executadas as campanhas institucionais, sem custos orçamentários, de promoção da doação voluntária de sangue; cadastro como doador de medula óssea; atenção à pessoa com hemofilia e com doença falciforme; segurança do paciente; integridade e qualidade de vida do servidor, conforme listado a seguir: Carnaval; Semana de Ouvidoria, Integridade e Transparência; Páscoa; Dia Nacional da Segurança do Paciente; Dia Internacional da Hemofilia; Semana de Educação para Vida; Dia Mundial do Doador de Sangue; Dia Mundial de Conscientização sobre Doença Falciforme; Campanha "Felicidade que salva"; Dia do Voluntariado; Outubro Rosa; Semana de Saúde Mental; Dia Nacional de Luta pelos Direitos da Pessoa com Doença Falciforme; Halloween; Novembro Azul; Semana Nacional do Doador de Sangue; Natal. Além disso, foram atendidos 112 pedidos de entrevista e captação de imagens e 65 pedidos de informação em 2021. As maiores mídias atendidas foram sites noticiosos, canais de TV e emissoras de rádio.

3711 - Realização de Estudos e Pesquisas

A ação orçamentária está a cargo da Subseção de Ensino e Pesquisa (Suenp) - Realização de Estudos e Pesquisas.

Há um processo de compra utilizando o valor do referido programa para aquisição de insumos do Projeto de Pesquisa intitulado "Implantação do Ensaio da Monocamada de Monócitos (MMA) e testes sorológicos complementares para auxílio na resolução de casos imuno-hematológicos complexos de pacientes atendidos na Fundação Hemocentro de Brasília" de responsabilidade dos pesquisadores lotados na SELAB (Seção de Laboratórios), sendo uma parte da verba gasta em 2021 e o restante na verba referente a 2022.

A Subseção de Ensino e Pesquisa não possui contratos e processos de aquisições referentes a atividades no exercício de 2021. O Programa de Trabalho - Realização de Estudos e Pesquisas estava sob a responsabilidade do Comitê de Pesquisa e Desenvolvimento Institucional - CPDI e, após reestruturação orgânica da FHB, esta ação orçamentária passou a ser de responsabilidade da Suenp.

Ensino

Elaboração de documentos da qualidade relacionados ao processo de ensino como o Manual de Estágios, Manual de Treinamento em Serviço e Manual de Visita Técnica da FHB.

Desenvolvimento de troca de experiências acerca das atividades de ensino e pesquisa com o Hospital da Criança de Brasília referente ao plano de trabalho decorrente do Termo de Cooperação Técnica – HCB. Foram realizadas quatro reuniões com a Diretoria de Ensino e Pesquisa (DIREP/HCB) em 2021.

Pesquisa

Relatoria de oito projetos de pesquisas, com elaboração de pareceres do CPDI, conforme detalhados na tabela e processos SEI descritos abaixo:

Projeto	Título do Projeto de Pesquisa	SITUAÇÃO
1	"Prevalência de infecção por HTLV - Vírus Linfotrópico de Células T humanas, entre doadores de Sangue de Brasília"	APROVADO
2	"Perfil Epidemiológico dos Doadores de Sangue da Fundação Hemocentro de Brasília"	APROVADO
3	"Comparação da percepção de Qualidade de vida em profissionais da coleta de sangue antes e após a prática de Pilates."	ARQUIVADO
4	"Proteômica subcelular e interactômica em Plasmodium falciparum por marcação de proximidade baseado em APEX2 e edição Conjunto de Repetições Palindrômicas Curtas Regularmente Interespaçadas, - CRISPR"	APROVADO
5	"Avaliação da adesão ao tratamento profilático de pacientes hemofílicos tratados na Fundação Hemocentro de Brasília"	APROVADO
6	"Aloimunização em pacientes com anemia falciforme no Hospital Regional de Taguatinga - DF"	PENDENTE
7	"Influência da infecção pelo SARS-CoV-2 na hemostasia de pacientes com coagulopatias hereditárias atendidos no ambulatório da Fundação Hemocentro de Brasília"	ARQUIVADO
8	"Alteração nos critérios de triagem clínica em hemocentros brasileiros: ações e monitoramento"	APROVADO

2811 - Ciclo do Doador, Processamento, Controle e Distribuição do Sangue

A Seção do Ciclo do Doador (SECD) é responsável pelo atendimento direto aos doadores de sangue da Fundação Hemocentro de Brasília. Constituída por três subseções, Subseção de Registro, Captação e Orientação ao doador - SUCRO, Subseção de Triagem Clínica - SUTRIC e Subseção de Coleta - SUCOL que atuam desde a captação e orientação de candidatos à doação até o atendimento pós doação. No ano de 2021 a SECD trabalhou com os eixos:

- Execução de contratos vigentes dos equipamentos e materiais, bem como elaboração de termos de referência para novas compras, renegociação e renovação de contratos;
- Gestão de pessoas: reforço das equipes de trabalho com a nomeação de novos servidores;
- Gestão de processos: desenvolvimento de estratégias de agendamento integral dos atendimentos realizados na FHB e estratégias de captação de doadores;

- Um dos grandes desafios, além do enfrentamento da pandemia de COVID-19, foi a necessidade de constituir uma equipe de planejamento para avaliar e construir soluções de tecnologia para o Ciclo Do Doador.

Os resultados alcançados são apresentados a seguir:

A Subseção de Captação Registro e Orientação de Doadores de Sangue (SUCRO) desenvolve atividades com o objetivo de conscientizar a população sobre a doação de sangue e estimular o ato voluntário. A situação sanitária decorrente da pandemia de COVID-19 trouxe a recomendação para evitar eventos presenciais e interrompeu as atividades escolares de modo que a realização de palestras e o desenvolvimento do projeto Doador do Futuro foram interrompidos.

Campanhas Internas

As campanhas internas são grupos de pessoas previamente agendados pela equipe de captação para a doação de sangue. Como adaptação às medidas de proteção contra o coronavírus, a quantidade de pessoas por campanha foi limitada ao máximo de 15.

Atividades	2017	2018	2019	2020	2021
Quantidades de Campanha	544	560	660	600	761
Público alcançado	7.469	7.734	9.107	5.766	6.648

Projetos

O treinamento de multiplicadores tem por objetivo preparar voluntários para atuarem como representantes do Hemocentro, denominados multiplicadores. Além das condições básicas para a doação de sangue e cadastro para doação de medula, são repassadas orientações sobre o funcionamento do Ciclo do Doador e os principais elementos motivadores para captar doadores.

Atividades	2018	2019	2020	2021
Visita às escolas	59	10	0	0*
Formação de Multiplicadores	2	1	0	1*
Participantes de Formação de Multiplicadores	88	14	0	3
Hemotour	29	21	0	0
Participantes do Hemotour	603	416	0	0
Palestras para Instituições Parceiras	0	0	0	6
Participantes das palestras	0	0	0	108*

* Devido à pandemia, as visitas às escolas e às dependências da FHB foram suspensas. A Formação de multiplicadores ocorreu em janeiro no modelo virtual e não teve adesão suficiente por parte da população, apesar de toda divulgação realizada no site.

** Palestras ministradas por videoconferência, o que prejudicou o controle do quantitativo de participantes. Uma das palestras totalizou 58 pessoas e as demais, pelo menos 10 ouvintes.

O projeto Doador do Futuro é uma diretriz do Ministério da Saúde para promover a conscientização sobre a importância da doação de sangue, motivando os estudantes a se tornarem doadores regulares. No entanto está suspenso desde março/2020, devido às medidas restritivas em decorrência da pandemia, não foi possível realizar as ações do projeto.

Agendamentos

O agendamento foi uma estratégia utilizada durante a pandemia no enfrentamento do novo coronavírus (Sars-CoV-2). No entanto foi necessário atualizar o fluxo de atendimento de doadores, estabelecendo o agendamento integral para doação de sangue de modo a evitar grande concentração de pessoas ao mesmo tempo na Instituição. As vagas ociosas eram oferecidas para os doadores que, porventura, compareciam ao Hemocentro sem agendamento.

Com o sucesso de adesão ao agendamento, a perspectiva é que seja permanente para organizar o fluxo de atendimento e oferecer um ambiente seguro para servidores e doadores.

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Agendamentos	6.126	5.719	7.013	6.307	6.577	6.606	5.921	5.797	6.438	6.383	5.526	7.210
Comparecimentos	86,14%	79,89%	80,48%	80,58%	77,91%	88,80%	87,54%	86,29%	83,72%	85,84%	85,09%	69,2%
Encaixes	17,98%	18,06%	13,87%	12,76%	13,18%	18,09%	18,54%	18,17%	20,28%	23,25%	20,35%	17,93%

* Dados retirados do relatório do Agenda DF e das planilhas de controle do Registro/SUCRO

Metas Nacionais Para Captação – Região Centro Oeste

Tipo de Doações	Meta/MS	2017	2018	2019	2020	2021
Espontânea	85%	85,63%	85,63%	87,39%	82,36%	84,4%
Feminina	35%	41,85%	41,85%	45,37%	46,4%	49,3%

* Fonte: SISTHEMO

O perfil do candidato à doação na Fundação Hemocentro de Brasília é majoritariamente masculino, jovens com idade entre 18 e 29 anos. Os doadores de repetição consistiram em 40.7% das doações recebidas em 2021.

A pandemia apresentou-se como um desafio a mais para captação de doadores de sangue. Assim como em outros hemocentros do país, houve uma diminuição no número de doações. O receio de infectar-se e as incertezas acerca das medidas restritivas podem estar relacionadas com a diminuição das doações espontâneas e aumento relativo das doações de reposição, pois amigos e familiares de pacientes estavam mais motivados para doação.

A triagem clínica é uma importante etapa para a seleção de candidatos aptos à doação, com o intuito de reduzir o risco de coletar sangue de uma pessoa potencialmente infectada com doença transmissível pelo sangue e também zelar pela segurança do doador. Atualmente a taxa de inaptidão da FHB está em 20% em média. Dentre os maiores motivos de inaptidão nesta FHB destaca-se como maior motivo de impedimento, aqueles doadores que apresentaram alterações de hemoglobina, seguido dos que referiram comportamento de risco para Infecção Sexual Transmissível (IST's) e terceiro os que fizeram uso de medicamentos, esses tiveram a doação de sangue adiada.

Em 2021 foram atendidos 64.030 candidatos a doação na triagem clínica, conforme são descritos a seguir quanto à aptidão ou inaptidão:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Aptos	76%	75%	79%	79%	79,6%	80,98%
Inaptos	24%	25%	21%	21%	20,4%	19,02%
Total de Candidatos Triados	76.385	70.754	66.819	69.173	64.453	64.030

Além do atendimento pré-doença, a Subseção de Triagem Clínica é responsável pela convocação de doadores com alterações nos exames e atendimento pós-doença aos doadores que necessitem de orientação acerca dos resultados dos exames ou atendimento para reações tardias. O atendimento de doadores com alterações de exames é denominado 2ª amostra. Os demais atendimentos são denominados "Extra", que no ano de 2019, observa-se aumento significativo dos atendimentos do tipo Extra devido a mudanças nos processos de atendimento, em especial para aqueles que possuem algum bloqueio identificado no momento do registro. Anteriormente, esses doadores eram avaliados na triagem clínica para serem orientados e/ou liberados para doação. Quando um doador se registra e é identificado bloqueio para doação no sistema, ele é atendido como extra para avaliação e é gerado um novo atendimento, caso possa doar no dia para reiniciar o ciclo do doador.

Tipo de Consulta	2016	2017	2018	2019	2020	2021
2ª Amostra	991	893	912	929	750	425
Extra	1.162	1.152	1.555	3.282	1.582	970
Total	2.153	2.045	2.467	4.211	2.332	1.395

Coleta De Sangue De Doadores

O ano de 2021 foi marcado pelo atendimento mediante agendamento prévio, que iniciou devido as restrições sanitárias em decorrência da pandemia no ano de 2020 e permaneceu como uma importante ferramenta na melhoria de atendimento ao usuário. Ao comparar com o tempo de espera do ano de 2019, os anos após adesão ao agendamento estabeleceram um atendimento mais rápido e eficaz.

Essa medida, para garantir distanciamento entre as pessoas, exigiram adaptações na sala de coleta de sangue e otimização do atendimento ao doador.

O número de bolsas coletadas se manteve próximo da média dos últimos anos e atendendo 100% das requisições de hemocomponentes da rede SUS.

Bolsas Coletadas	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Sangue Total	56.811	52.089	51.804	52.955	49.032	50.319
Aférese	994	1.122	1.213	1.768	1.515	1.299
Total	57.805	53.211	53.017	54.723	50.547	51.618

A Fundação Hemocentro de Brasília realiza pesquisa de satisfação do doador para acompanhar a qualidade do atendimento oferecido. Em 2021, o índice de satisfação do doador ficou em 98%. No ano de 2021 foi alcançada a meta de 95% de doadores que avaliaram o atendimento como excelente ou bom.

2811 - 0002 - CICLO DO DOADOR, PROCESSAMENTO, CONTROLE E DISTRIBUIÇÃO DO SANGUE-FHB-DISTRITO FEDERAL

A demanda por hemocomponentes está relacionada às necessidades de assistência hemoterápica, podendo ser influenciada por fatores como a capacidade de atendimento da rede, determinantes sociais da saúde, doença, dentre outros, portanto a demanda não pode ser estimada com precisão, mas prevista a partir de série histórica ou parâmetro populacional. Como medida preventiva, a FHB mantém estoque estratégico interno de hemocomponentes, com objetivo de assegurar de 3 a 7 dias o atendimento da demanda e promover ações de captação de doadores, em situações de baixa de estoque por aumento de demanda.

Conforme observado nos quadros a seguir:

A produção de hemocomponentes em 2021 teve um acréscimo em torno de 4,9%, em comparação o ano de 2020, no entanto equivalente aos anos de 2018 e 2019.

A distribuição de hemocomponentes em 2021 teve um acréscimo em torno de 5%, em comparação ao ano de 2020.

O percentual de distribuição de hemocomponentes em relação à produção permanece estável desde 2012.

Os decréscimos observados tanto na produção como na distribuição de hemocomponentes, provavelmente, está atribuído à pandemia.

Hemocomponentes Produzidos Pela FHB								
HEMOCOMPONENTES	média 2012 2015	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
concentrado de hemácias	19.939	19.683	20.517	18.025	21.457	17.858	6.969	9.835
Concentrado de Hemácias Pobres em Leucócitos	16.653	15.375	15.235	14.993	7.831	4.736	1.264	0
Concentrado de Hemácias Filtrado	13.091	14.719	16.292	14.803	18.510	25.892	38.168	38.308
Concentrado de Hemácias por Aféreses			4	0	0	0	0	0
Plasma Fresco Congelado	47.131	46.536	48.620	44.792	45.166	45.804	44.174	42.510
Plasma Comum	53	116	12	163	247	8	0	0
Plasma remanescente/Plasma Isento de Crio	2.458	3.125	3.116	3.103	3.194	3.814	3.722	6.388
Crioprecipitado	2.479	3.125	3.116	3.103	3.194	3.814	3.722	6.388
Concentrado de Plaquetas em Pool	2.277	2.676	2.821	2.596	3.026	3.790	5.309	6.055*
Concentrado de Plaquetas de Plasma Rico Plaquetas - CP	47	187	0	92	22	0	0	0
Concentrado de Plaquetas de BuffyCoat - CPBC	16.292	15.208	15.036	14.808	7.787	4.685	2.340	1.526
Concentrado de Plaquetas Duplo por Aférese	494	922	1.130	1.139	1.177	1.454	1.626	1.662
Concentrado de Plaquetas por Aférese - simples	1.084	1.017	343	400	521	935	596	469
TOTAL DE PRODUÇÃO	121.998	121.689	136.242 **	118.017 **	112.132 **	112.790 **	107.890 **	113.141 **

SistHemo-DF - 10.3 - 29/07/2019

Nota: (*) Foram utilizadas 23.323 unidades randômicas de BC (buffy coat) na confecção dos pools de concentrados de plaquetas.

Nota: (**) Os valores mensais informados no SAG, podem estar diferente do total apresentado acima devido ao tempo de atualização do sistema que excede o mês vigente provocando uma diferença cumulativa que, ao longo do ano reflete no valor do total da produção anual informada.

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS- SÉRIE HISTÓRICA								
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	ANO							
	média 2012 - 2015	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Irradiação	21.797,75	22.102	23.259	25.022	20.585	20.111	18.627	18.387
Lavagem de Hemácias	57,25	68	89	70	69	64	81	78
Desleucocitação de Concentrado de Plaquetas	-	2.221	2.449	1.859	2.199	2.533	5.309	6.055
Aliquotagem de Hemácias	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	21.855	24.391	25.797	26.951	22.853	22.708	24.017	24.520

SistHemo-DF - 10.3 - 29/07/2019

Total De Hemocomponentes Produzidos e Liberados pela Fundação Hemocentro De Brasília															
Hemocomponentes	2017			2018			2019			2020			2021		
	Produzido	Liberado	%	Produzido	Liberado	%	Produzido	Liberado	%	Produzido	Liberado	%	Produzido	Liberado	%
Concentrado de Hemácias	18.025	17.152	95,2	21.457	18.976	88,4	17.858	16.877	94,5	6.969	6.727	96,5	9.835	9.149	93,0
Concentrado de Hemácias Pobres em Leucócitos	14.993	14.295	95,3	7.831	7.393	94,4	4.736	4.575	96,6	1.264	1.252	99,1	0	0	-
Concentrado de Hemácias Filtrado	14.803	14.356	97,0	18.510	17.687	95,6	25.892	23.825	92,0	38.168	36.591	95,9	38.308	36.359	94,9
Plasma fresco congelado	44.792	5.971	13,3	45.166	7.229	17,8	45.804	6.618	14,4	44.166	6.897*	15,6	42.510	6.409*	15,1
Plasma comum	163	0	0,0	247	0	0,0	8	0	0,0	8	0	0,0	0	0	-
Plasma Isento de Crio	3.103	139	4,5	3.194	88	2,8	3.814	0	0,0	3.722	0	0,0	6.388	130	0,02
Crioprecipitado	3.103	2.219	71,5	3.194	2.589	81,1	3.814	3.814	83,6	3.722	3.108	83,5	6.388	5.243	82,1
Concentrado de Plaquetas em Pool	2.596	1.947	75,0	3.026	2.221	73,4	3.790	2.382***	62,8	5.309**	3.136**	59,1	6.055**	4.071**	67,2
Concentrado de Plaquetas de BuffyCoat - CPBC	14.808	9.598	64,8	7.787	5.163	66,3	4.685	2.967	63,3	2.340	1.202	51,4	1.526	687	45,0
Concentrado de Plaquetas de Plasma Rico em Plaquetas - CP	92	50	54,3	22	13	59,1	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Concentrado de Hemácias Duplo por Aférese	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Concentrado de Hemácias por Aférese - simples	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Concentrado de Plaquetas Duplo por Aférese	1.139	1.132	99,4	1.177	1.127	95,8	1.454	1.397	96,1	1.626	1.537	94,5	1.662	1.641	98,7
Concentrado de Plaquetas por Aférese - simples	400	392	98,0	521	508	97,5	935	890	95,2	596	576	96,6	469	462	98,5
TOTAL	118.017	67.251	64,25	112.132	62.994	64,35	112.790	63.345	63,5	107.890**	60.026	49,44	113.141**	64.151	66,05

SistHemo-DF - 10.3 - 29/07/2019

Nota: (*) 15.058 unidades de Plasmas (PFC, PIC) foram descartadas por interrupção de recolhimento desses pela HEMOBRÁS.

Nota: (**) Foram utilizadas 15.716 unidades randômicas de BC (buffycoat) na confecção dos pools de concentrados de plaquetas liberados.

Hemocomponentes Expedidos Pela FHB (Série Histórica 2012 a 2020)							
Expedição de Hemocomponentes	ANO						
	2012 - 2015	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Liberadas por EMERGÊNCIA (Fora de rotina)	25.956	26.939	29.214	38.190	25.368	24.266	22.821
Liberadas por ROTINA	46.624	45.472	44.737	29.043	37.592	38.424	41.330
Liberadas para pesquisa	-	22	18	18	34	30	0
TOTAL	72.580	72.433	73.969	67.251	62.994	62.720	64.151

SistHemo-DF - 10.3 - 29/07/2019

Quanto ao Controle de Qualidade:

A missão da Fundação Hemocentro de Brasília é garantir o fornecimento de sangue e seus componentes para abastecimento da rede de saúde pública do DF com qualidade assegurada, além de oferecer suporte aos transplantes no DF e atendimento ambulatorial multidisciplinar aos portadores de coagulopatias hereditárias no DF. No mapa estratégico 2020-2023 consta no Eixo 3 (Qualificar a assistência hemoterápica e hematológica) o objetivo 3.4. que é garantir a qualidade dos produtos fornecidos pela FHB para a assistência hemoterápica. Nesse sentido, a Seção de Controle de Qualidade (SECQ) realiza o Controle Qualidade de Hemocomponentes, Controle Qualidade de Insumos Críticos e o Controle de Qualidade Interno de testes laboratoriais (Sorologia, NAT e Imunohematologia de doador e paciente), de acordo com as legislações vigentes.

Controle de Qualidade de Hemocomponentes

As análises do Controle de Qualidade dos Hemocomponentes são realizadas por amostragem dos hemocomponentes produzidos pela FHB, visando garantir a qualidade dos produtos finais obtidos no processamento e fracionamento do sangue total coletado. Conforme estabelecido na Portaria de Consolidação nº 5/GM, de 28 de setembro de 2017 o Controle de Qualidade dos Concentrados de Hemácias e dos Concentrados de Plaquetas deve ser realizado em, pelo menos, 1% da produção ou 10 unidades/mês (o que for maior). Os testes devem ser realizados em amostras individuais de unidades produzidas, sendo que os hemocomponentes obtidos por Aférese são reintegrados ao estoque da FHB, permitindo a análise de uma amostragem superior ao exigido e sem prejuízo ou risco de desabastecimento. Apesar de não ser definido como obrigatório na legislação vigente, o controle de qualidade do Concentrado de Hemácias Lavadas é realizado pela SECQ em todas as unidades produzidas. Já o Controle de Qualidade do Plasma e do Crioprecipitado deve ser realizado em, no mínimo, 1% da produção ou 04 unidades/mês (o que for maior), sendo feito em amostras individuais ou em amostras agrupadas de unidades produzidas com até 30 (trinta) dias de armazenamento.

A análise amostral é realizada de acordo com a disponibilidade de hemocomponentes. Nesse sentido, garante-se o monitoramento do processo produtivo de forma homogênea ao longo do mês, tendo em vista que a coleta de sangue sofre variações sazonais. A seguir serão apresentados os hemocomponentes analisados pela SECQ em 2021:

Tabela 01 – Hemocomponentes analisados – 2021*

HEMOCOMPONENTES	ANO - 2021
Concentrado de Hemácias – CH	216
Concentrado de Hemácias Leucoreduzidos – CHF	1.178
Concentrado de Hemácias Lavadas – CHLV	66
Concentrado de Plaquetas Buffy Coat – CPBC	110
Concentrado de Pool de Plaquetas Filtrado – CPPF	111
Concentrado de Plaquetas por Aférese – CP1A	453
Concentrado de Plaquetas Duplo por Aférese – CP2A	1.485
Plasma Fresco Congelado	614
Crioprecipitado	73

Fonte: (SECQ/DITEC/FHB)

* informações das análises realizadas até 30/11/2021.

A seguir serão apresentados os resultados obtidos na avaliação da conformidade por hemocomponentes. Conforme observado na tabela abaixo, somente a dosagem de Fator VIII no crioprecipitado teve aprovação inferior aos parâmetros estabelecidos. Entretanto, ressalta-se que esta Seção vem monitorando os resultados e avaliando a fase pré-analítica e a fase analítica do processo a fim de alcançar a meta proposta.

Tabela 02 – Índice de conformidades dos hemocomponentes analisados – 2021*

Índice de Conformidade por Hemocomponente	Média 2021 (%)	Meta (%)
Concentrado de Hemácias – CH (Hemoglobina)	99,1	75,0
Concentrado de Hemácias – CH (Hematócrito)	97,3	75,0
Concentrado de Hemácias Leucoreduzidos – CHF (Hemoglobina)	95,5	90,0
Concentrado de Hemácias Leucoreduzidos – CHF (leucócitos)	100	95,0

Índice de Conformidade por Hemocomponente	Média 2021 (%)	Meta (%)
Concentrado de Hemácias Lavadas – CHLV (Hemoglobina)	100	75,0
Concentrado de Hemácias Lavadas – CHLV (proteínas)	100	100
Grau de hemólise	98,7	75,0
Concentrado de Plaquetas Buffy Coat – CPBC (leucócitos)	99,1	90,0
Concentrado de Plaquetas Buffy Coat – CPBC (plaquetas)	98,2	90,0
Concentrado de Pool de Plaquetas Filtrado – CPPF (plaquetas)	96,4	75,0
Concentrado de Pool de Plaquetas Filtrado – CPPF (leucócitos)	100	95,0
Concentrado de Plaquetas por Aférese – CP1A (plaquetas)	97,8	90,0
Concentrado de Plaquetas por Aférese – CP1A (leucócitos)	100	95,0
Concentrado de Plaquetas Duplo por Aférese – CP2A (plaquetas)	99,7	90,0
Concentrado de Plaquetas Duplo por Aférese – CP2A (leucócitos)	100	95,0
Plasma Fresco Congelado - PFC (leucócitos)	97,9	75,0
Plasma Fresco Congelado - PFC (plaquetas)	96,9	75,0
Plasma Fresco Congelado (PFC) Fator VIII	98,6	75,0
Crioprecipitado (Dosagem de Fibrinogênio)	89,9	75,0
Crioprecipitado (Dosagem de Fator VIII)	70,0	75,0
Análise Microbiológica	99,6**	100

Fonte: (SECQ/DITEC/FHB)

* informações das análises realizadas até 30/11/2021.

** microbiológico realizado em todos os hemocomponentes apenas até 30/09/2021 devido ao atraso na entrega dos frascos. No mês de outubro foi realizado o ensaio microbiológico apenas do hemocomponente CHLV.

Controle de Qualidade de Insumos Críticos

As análises do Controle de Qualidade de Insumos Críticos são realizadas visando manter um sistema de controle e qualificação dos insumos críticos, incluindo a inspeção dos produtos quando o recebimento e sua utilização, além do monitoramento dos resultados obtidos com o insumo. Analisa-se por amostragem, 100% dos lotes de insumos críticos adquiridos pela FHB.

A seguir serão apresentados os insumos críticos analisados pela SECQ em 2021:

INSUMOS CRÍTICOS	ANO/ 2021*
Bolsas de Coleta de Sangue, de Transferência e de Sangue de Cordão	44
Etiquetas de Identificação de Sangue e Hemocomponentes	15
Kits de Aférese	05
Equipos para Transfusão / Infusão	05
Seringas e Agulhas Hipodérmicas descartáveis	07
Soluções Parenterais (Solução Anticoagulante e Solução Fisiológica 0,9%)	04

Fonte: (SECQ/DITEC/FHB)

* informações das análises realizadas até 30/11/2021.

Controle de Qualidade Interno

O objetivo do Controle de Qualidade Interno (CQI) é mitigar os erros inerentes ao processo de análise, permitindo a detecção de desvios de performance nas análises laboratoriais, variações nos diferentes lotes, na estabilidade dos reagentes e calibradores, além da imprecisão no processo de análise e seu desempenho ao longo do tempo.

A SECQ realiza a produção, a padronização e o fornecimento de alíquotas de CQI e painéis; a liberação de reagentes para uso e a aprovação e a liberação das curvas analíticas para acompanhamento do desempenho dos ensaios técnicos da rotina dos laboratórios de Sorologia, NAT, Imunohematologia de doador e paciente da SELAB/DITEC/FHB. Atualmente, com o êxito na contratação de serviços para realização de Controle de Qualidade Interno (CQI), a SECQ produz somente os reagentes utilizados no Laboratório NAT o que garantiu a otimização do processo, uma vez que, minimizou o risco biológico inerente à manipulação de amostras positivas.

No ano de 2021 foram produzidas 13.410 alíquotas de CQI e painéis.

Validação e Liberação de Kits Reagentes - 2021*	
SOROLOGIA	
Parâmetro	Quantitativo

Anti-HBC	14
Anti-HBs	06
Anti-HCV	14
Chagas	15
HBsAg	15
Anti-HIV	14
Anti-HTLV	14
Sífilis	13
Anti-HTLV BLOT	03
Anti-HIV BLOT	03
Anti-HCV BLOT	01
VDRL	02
TOTAL	114
NAT	
HIV/HBV/HCV	38
VALIDAÇÃO E LIBERAÇÃO DE CURVAS	
Sorologia	
PARÂMETRO	Quantitativo
Anti-HBC	50
Anti-HBs	16
Anti-HCV	56
Chagas	61
HBsAg	67
Anti-HIV	50
Anti-HTLV	47
Sífilis	58
TOTAL	405
NAT	
HIV/HBV/HCV	38

Fonte: (SECQ/DITEC/FHB)

* informações das análises realizadas até 30/11/2021.

2812 - Análises Laboratoriais para o Ciclo do Sangue

A Fundação Hemocentro de Brasília realiza, conforme legislação vigente, exames laboratoriais em amostras de sangue de doadores de sangue, de doadores de órgãos e tecidos da Central Nacional de Captação, e em amostras de pacientes da rede pública de saúde e conveniada do DF, conforme demanda da hemodiálise, da oncohematologia, da coagulopatia e da hemoglobinopatia. São realizados anualmente mais de 1 milhão de exames de triagem, destinados ao Ciclo do Sangue, pela Seção de Laboratórios da FHB.

Exames realizados pelos Laboratórios de Sorologia e NAT

Exame	2020	2021
Chagas	56.576	56.829
Sífilis	57.226	57.764
HBsAg	57.698	58.070
HIV 1/2	57.107	57.931
HCV	57.394	57.589
Hbc	57.538	57.683
HTLV I e II	56.645	57.080
NAT HIV	196.261	207.740
NAT HCV	196.261	207.740
NAT HBV	196.261	207.740
Total	988.967	1.026.166

*O somatório engloba os testes nas amostras de doadores de sangue, extras (pacientes, transplantes), repetições, segundas amostras e controles.

Fonte: SELAB/DITEC/PR/FHB

Exames Complementares realizados pelo Laboratório de Sorologia

Exame	2020	2021
VDRL	2.840	2.484
Perfil Hepático: Anti-HBs	968	1.066

Anti-HIV Blot	63	115
Anti-HTLV Blot	149	123
Citomegalovirus IgG	566	266
Citomegalovirus IgM	432	211
Toxoplasmose IgG	567	264
Toxoplasmose IgM	431	204
Anti-HCV Blot	221	241
Chagas Hemaglutinação	79	74
HbC IgM	671	315
HBsAg Neutralização	120	89
Total	7.107	5.452

Fonte: SELAB/DITEC/PR/FHB

Exames Imuno-hematológicos de doadores realizados na FHB

Exame	2020	2021
Tipagem direta e reversa - ABO	52.166	53.233
Tipagem Rh	52.166	53.233
Pesquisa de Anticorpos Irregulares	53.979	54.189
Pesquisa de Hemoglobinas variantes*	50.478	43.364
Pesquisa de D-fraco	8.692	9.136
Perfil CDE	8.503	8.975
Fenotipagem Rh/Kell	20.321	20.555
Eletroforese de Hemoglobina	1.280	1.260
Total	247.585	243.945

O somatório engloba os testes nas amostras de doadores de sangue, extras (pacientes, transplantes), repetições, segundas amostras e controles.

Fonte: SELAB/DITEC/PR/FHB

*A partir de julho de 2021, o exame de pesquisa de hemoglobinas variantes não foi mais realizado em doadores que já possuem, no mínimo, dois resultados prévios deste teste, conforme possibilita a legislação vigente.

A Fundação Hemocentro de Brasília realiza, também, exames imuno-hematológicos de pacientes da hemorrede, exames para a Central de Captação de Órgãos e Tecidos da SES/DF, exames para o Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário e para o Transplante de Medula Óssea. O Laboratório de Imuno-hematologia de Pacientes é referência para casos complexos, realizando exames imuno-hematológicos que auxiliam a hemorrede a realizar transfusões mais seguras. Dentre os exames realizados por este laboratório destacam-se os de fenotipagem eritrocitária estendida e identificação de anticorpos irregulares, que beneficiam pacientes com Anemia Falciforme, pacientes politransfundidos, recém-nascidos nos casos de Doença Hemolítica Perinatal, dentre outros.

Exames imuno-hematológicos em pacientes da Hemorrede Pública do Distrito Federal

Exame	2020	2021
Tipagem ABO/Rh	878	867
Pesquisa de Anticorpos Irregulares	2.631	2.603
Fenotipagem Estendida	7.128	6.590
Painel de Hemácias	1.738	1.720
Pesquisa de D-fraco	878	817
Teste Direto de Antiglobulina Humana (TAD)	1.616	1.446
Teste Indireto de Antiglobulina Humana (TIA)	-	-
Fenotipagem Rh/Kell	694	452
PAI por eluição	222	237
Total	15.785	14.732

Fonte: SELAB/DITEC/PR/FHB

Em 2021 foi dada continuidade à implantação do Laboratório de Genotipagem, na Subseção de Imuno-hematologia - SUIH/SELAB/DITEC, consolidando a realização do teste "Ensaio da Monocamada de Monócitos" (MMA), e aprimorando as atividades necessárias para a implementação dos exames de genotipagem.

Estes novos exames têm como objetivo aprimorar o suporte oferecido pela Subseção de Imuno-hematologia da FHB na resolução de casos complexos imuno-hematológicos de pacientes atendidos na Hemorrede do Distrito Federal e dos doadores de sangue, em conformidade com a Carta de Serviços desta Instituição, o Termo de Cooperação firmado entre a FHB e a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF e em atendimento às atividades estabelecidas no Regimento Interno da FHB. A realização de exames imuno-hematológicos complementares, como a genotipagem e o teste MMA, é de grande valia para resolução das alterações apresentadas nos testes imuno-hematológicos realizados pelas técnicas sorológicas (fenotipagem), dos pacientes da Hemorrede, atendidos pelo Laboratório de Imuno-hematologia de Pacientes da FHB.

Esses exames são realizados de acordo com a Portaria de Consolidação nº 05/2017, do Ministério da Saúde, art. 177 §20º e art. 178 §3º e 4º, uma vez que o Laboratório de Imuno-hematologia de Pacientes da FHB é o único responsável por realizar estes exames para a rede pública do DF e é o serviço de imuno-hematologia de referência para a Hemorrede. Segundo o artigo 178 da referida Portaria: "*Será realizado teste de compatibilidade entre o sangue do receptor e amostras das bolsas a serem utilizadas no ato transfusional.*

(...) § 3º Quando a pesquisa de anticorpos anti-eritrocitários irregulares mostrar resultados positivos, recomenda-se a identificação da especificidade do(s) anticorpo(s) detectado(s) para seleção segura de concentrados de hemácias fenotipados a serem transfundidos. § 4º Se o serviço não realizar a identificação de que trata o §3º, recomenda-se que amostras do paciente sejam encaminhadas a um serviço de imuno-hematologia eritrocitário de referência para completar a investigação laboratorial". Além disso, a implantação deste novo laboratório e destas novas metodologias é uma das Metas do Planejamento Estratégico 2020-2023 desta Instituição.

2975 - suporte aos transplantes e à atenção hematológica

A Fundação Hemocentro de Brasília é responsável pela realização dos exames de histocompatibilidade em doadores e receptores de órgãos/tecidos, pelo processamento e criopreservação de células progenitoras hematopoiética (CPH), e pelos exames de hemostasia em portadores de coagulopatias da rede pública e conveniadas do DF.

O Laboratório de Imunologia de Transplantes (LIT) da Fundação Hemocentro de Brasília é credenciado pelo Serviço Nacional de Transplante do Ministério da Saúde (SNT), para atender aos programas de Transplante Renal Intervivo e Cadavérico, Transplante Cardíaco, Transplante de Medula Óssea, REDOME e REREME, por meio da realização de exames de HLA por técnica de biologia molecular, pesquisa de anticorpos anti-HLA para avaliação de perfil sensibilizatório de pacientes em fila de transplante e provas cruzadas entre receptores e doadores vivos ou falecidos com intuito de promover transplantes mais seguros e garantir melhor sobrevida do paciente e do enxerto transplantado.

Dados de produção LIT/FHB no biênio 2020 - 2021.

Tipo de Exame	2019 (Referência Pré-pandemia)	2020	2021	Incremento em relação a 2020
Reatividade contra Pannel	1.661	2.021	2.541	25,7%
Prova Cruzada para Doador Vivo de Rim	78	51	102	100%
Prova Cruzada para Doador Cadáver*	522	517	421	*-18,56%
Tipagem HLA Classe I e II Locus	6.505	5.065	5.234	3,34%
Total	8.766	7.654	8.298	8,41%

*Decréscimo relacionado à suspensão das provas cruzadas por desabastecimento de reagentes.

Fonte: Sistema Salus LIT/Sust/Seoproce

Quanto ao Atendimento Ambulatorial:

O Centro de Referência em Tratamento de Coagulopatias Hereditárias do DF, responsável pelo cadastro, coordenação e tratamento ambulatorial dos portadores de coagulopatias, está localizado na Fundação Hemocentro de Brasília. Assim, o atendimento ambulatorial desses pacientes e a prescrição de fatores de coagulação para profilaxia, é atribuição exclusiva dos profissionais médicos do Ambulatório de Coagulopatias Hereditárias – ACH/FHB desde julho de 2018 (PT SES/DF nº 725).

Descrição das Ações da Seção de Ambulatórios

- No ano de 2021 foram cadastrados 55 novos pacientes com coagulopatias, que tiveram seu diagnóstico confirmado na FHB ou foram transferidos de outra unidade da federação, totalizando 684 pacientes em acompanhamento. Destes, 559 são do Distrito Federal, 85 do Entorno (RIDE) e 40 são de outras unidades da Federação.
- A atenção integral destes pacientes na FHB conta atualmente com equipe multidisciplinar completa formada por: 01 hematologista, 01 hematologista pediátrico, 01 clínico geral, 01 ortopedista, 02 enfermeiros, 01 assistente social, 02 psicólogas, 04 farmacêuticos, 01 odontólogo, 02 fisioterapeutas, 06 técnicas de enfermagem, 01 técnicos de laboratório, 01 Técnica em Higiene Dental e 03 técnicos administrativos, que garantem o atendimento em caráter ambulatorial aos pacientes acompanhados.
- Desde 2017, a FHB realiza o serviço de dispensação domiciliar dos fatores de coagulação, mantendo este atendimento.
- Devido ao cenário de pandemia da COVID-19, houve uma diminuição no número de atendimentos presenciais mas, para não ocorrer desassistência aos nossos usuários, foi mantido e ampliado o atendimento médico através de teleconsulta.
- No final de 2021 o atendimento através do Projeto terapêutico Singular foi ampliado, visando a integralidade do atendimento prestado ao nosso público, transformando cada vez mais o paciente em protagonista de seu tratamento.
- Esta estrutura ofereceu, em 2021, mais de 3.600 atendimentos. A seguir uma série histórica dos atendimentos aos pacientes portadores de coagulopatias e aos pacientes do Laboratório de Imunologia de Transplantes:

Produção do Ambulatório de Coagulopatias Hereditárias da FHB	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Consultas com Hematologista	1203	1140	1362	1688	1096	1300
Consulta com Ortopedista	56	63	161	174	36	94
Consulta de Odontologia	-	24	403	250	247	145
Consultas em Psicologia	-	24	87	29	245	362
Atendimento de Fisioterapia	198	384	979	669	1216	578
Atendimento de Enfermagem	58	38	53	347	296	214
Atendimento de Serviço Social	81	186	82	152	55	152
Coleta de sangue para exames	3653	2904	3561	4129	3887	4500
Infusões de fatores da coagulação na FHB	749	494	711	577	434	601
Número de pacientes com entrega domiciliar	36	34	46	63	62	61

4009 - Aquisição De Insumos E Material Médico Hospitalar

O produto entregue pela ação é a Unidade Adquirida, que é a quantidade de material médico, hospitalar e laboratorial que efetivamente entrou no estoque da FHB. No ano de 2021, a ação entregou um total de 1.571.751 unidades adquiridas, cerca de 0,9% a mais que os 1.558.276 previstos na PLOA 2021. Conforme compilado abaixo:

Mês	Quantidade
Janeiro	0
Fevereiro	68.300
Março	81.199
Abril	335.384
Maió	83.100

Mês	Quantidade
Junho	107.450
Julho	73.255
Agosto	281.700
Setembro	184.756
Outubro	195.397
Novembro	72.186
Dezembro	88.755
TOTAL	1.571.482

Quanto à execução orçamentária e financeira, ainda não temos os dados completos de 2021. Mas até o mês de novembro, dos 1.712.691,00 previstos na PLOA 2021, foram empenhados 2.078.665,86 e liquidados 1.590.073,94. O aumento nos valores empenhados é reflexo da nossa alteração na forma de contratação, de Ata de Registro de Preços para formalização Contratos, conforme explicado no próximo tópico. No entanto, considerando o montante liquidado, até novembro foram executados 93% do estimado para o ano.

Sendo assim, entendemos que a execução do programa foi dentro do planejado, apresentando uma variação mínima na quantidade de Unidades Adquiridas, e uma variação um pouco maior na execução orçamentária, muito por conta da pandemia de COVID-19 que ainda afeta os materiais médicos hospitalares e laboratoriais.

4060 - CRIOPRESERVAÇÃO DE CÉLULAS E TECIDOS

O Centro de Processamento Celular (CPC) da Fundação Hemocentro de Brasília é o responsável por realizar a coleta, processamento e criopreservação de CPH obtidas de sangue de cordão umbilical e placentário (SCUP) e o processamento e criopreservação de CPH de sangue periférico (CHP-SP) e de medula óssea (CHP-MO), para a utilização em pacientes que necessitam de transplante de medula óssea.

Por meio da Portaria nº 630/2010, do Ministério da Saúde, o Banco de Cordão Umbilical e Placentário (BSCUP/FHB) foi incluído e habilitado na Rede Nacional de Bancos Públicos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para Transplante de Células Tronco Hematopoéticas - Rede BrasilCord. O BSCUP visa atender pacientes que necessitam de transplante de medula óssea e não possuem doador familiar compatível.

Todavia, as atividades relacionadas à coleta, processamento e criopreservação de células provenientes de SCUP foram suspensas em 2020 por determinação do Ministério da Saúde devido à pandemia de SARS-Cov-2, conforme Nota Técnica nº 36/2020-CGSNT/DAET/SAES/MS.

O CPC/FHB também realiza o processamento e criopreservação de CPH obtidas de sangue periférico por procedimento de aférese, para realização de transplantes autólogos e alogênicos em pacientes da rede pública e conveniada que necessitam de transplante de medula óssea e que estão na fila de transplante.

Em estudo realizado pelo CPC foi identificado que o tempo médio de pega do enxerto relacionado às unidades processadas e criopreservadas pela FHB, no primeiro semestre de 2021, foi de 12 dias. O tempo médio esperado para um transplante de sucesso é de 14 a 21 dias, segundo as literaturas científicas, e está relacionado à patologia de base, esquema de mielosupressão pré-transplante e do tempo de criopreservação das unidades infundidas.

Bolsas de TMO Processadas X Pacientes transplantedos no biênio 2020 - 2021.

ANO	Nº de Coletas de Aférese	Bolsas Criopreservadas	Nº de Pacientes Transplantedos
2019 Referência Pré-pandemia	44	136	39
2020	29	91	23
2021	41	131	42
Incremento em relação a 2020	41,37%	43,95%	82,6%

Fonte: TMO/CPC/Sust/Seproce

Exames Realizados no biênio 2020 - 2021.

Exame	2019 Referência Pré- pandemia	2020	2021	Incremento em relação 2020
Contagem de Glóbulos Brancos (hemograma completo) pré-processamento	88	32	127	297%
Contagem de Glóbulos Brancos (hemograma completo) pós-processamento	83	61	59	-3,27%*
Viabilidade Celular Tripan-Blue	83	60	97	61,6%
Cultura Microbiologia	44	30	41	36,6%
Total	298	183	324	77%

*Em 2021 foram transplantados pacientes infundindo unidades coletadas em 2016, que não possuíam alíquotas sobressalentes criopreservadas para a realização de novos exames, uma vez que as referidas alíquotas já haviam sido utilizadas no momento do primeiro transplante (infusão parcial das unidades de CPH criopreservadas).

Fonte: TMO/CPC/Sust/Seproce

O Laboratório de Hemostasia da FHB tem como objetivo atender à rede hospitalar da Secretaria de Saúde (SES-DF) no diagnóstico e acompanhamento dos pacientes do Distrito Federal com distúrbios de hemostasia, realizando exames especializados na área das Coagulopatias Hereditárias e Plaquetopatias Hemorrágicas, tais como: hemofilias e doença de Von Willebrand. O Laboratório de Hemostasia também realiza exames para Controle de Qualidade dos hemocomponentes produzidos e distribuídos pela FHB.

Exames de Hemostasia realizados na FHB no biênio 2020 - 2021.

Exames		2019 Referência Pré- pandemia	2020	2021	Incremento em relação a 2020
1	Contagem de Plaquetas	336	207	272	31,4%
2	Determinação de Tempo de Trombina	412	355	374	5,3%
3	Determinação de Tempo de Tromboplastina Parcial Ativada (TTP Ativada)	4.604	3.655	1872	-48,8%
4	Determinação de Tempo e Atividade da Protrombina (TAP)	1.252	1.096	832	-24,1%
5	Dosagem de Anticoagulante Circulante	200	217	363	67,3%
6	Dosagem de Fator IX	491	314	278	-11,5%
7	Dosagem de Fator VIII (Antígeno)	778	987	638	-35,4%
8	Dosagem de Fator VIII (inibidor)	1.067	706	515	-27,1%
9	Dosagem de Fator Von Willebrand (Antígeno)	269	260	341	31,2%
10	Dosagem Fibrinogênio	455	407	483	18,7%
11	Testes de Agregação de Plaquetas	993	695	1236	77,8%
12	Cofator de ristocetina	287	297	513	72,7%
13	Dosagem de Fator V	94	77	87	13,0%
14	Dosagem de Fator VII	115	97	142	46,4%
15	Dosagem de Fator XI	126	126	168	33,3%
16	Dosagem de Fator XIII	111	49	54	10,2%
17	Dosagem de Fator XII	33	70	92	31,4%
18	Dosagem de Fator II	49	48	76	58,3%
19	Dosagem de Fator X	75	70	95	35,7%
Total		11.747	9.733	8.431	-13,4%

Fonte: Estatística mensal do Laboratório de Hemostasia/Sulabe/Seproce

4081 - Gestão da Hemorrede

Em cumprimento a suas atribuições enquanto órgão gestor do Sistema de Sangue, Componentes e Hemoderivados – SSCH no âmbito da SES/DF (consoante competências estabelecidas na Portaria nº 54, de 14 de abril de 2011), a Fundação Hemocentro de Brasília, por meio da Seção da Hemorrede, é responsável pelo gerenciamento das Agências Transfusionais da Hemorrede Pública do Distrito Federal. A ela compete executar as atividades de gestão e coordenação técnica das unidades hemoterápicas, com a padronização dos procedimentos técnicos relacionados com as atividades hemoterápicas realizadas nas Agências Transfusionais, com a supervisão das atividades técnicas e o zelo pelo cumprimento

dos procedimentos padronizados, normas, protocolos e regulamentos vigentes relacionados à Hemoterapia nestes serviços.

Os recursos executados no Programa de Gestão da Hemorrede, permitiram que a FHB realizasse as aquisições e o suprimento de todos os insumos médico-hospitalares e laboratoriais de uso nas atividades hemoterápicas nas Agências Transfusionais da SES/DF.

As realizações referentes à Hemorrede podem ser elencadas a seguir.

1. Reestruturação administrativa da área em concordância com o novo organograma da Fundação Hemocentro de Brasília (Decreto n.º 41.601, de 15 de dezembro de 2020).
2. Estruturação da Subseção de Suporte às Agências Transfusionais - Susat/Sehemo e da Subseção de Hemovigilância e Boas Práticas Transfusionais - Suvig/Sehemo.
3. Mapeamento das atividades e responsabilidades da Seção e das suas respectivas Subseções com definição das atribuições na proposta de regimento interno da FHB.
4. Lotação e capacitação presencial de novos servidores para atuação na supervisão técnica das atividades hemoterápicas nas Agências Transfusionais do Hospital de Base - HB e Agência Transfusional do Hospital Regional de Brazlândia - HRBz.
5. Elaboração e aprovação, junto à Ditec/PR/FHB, das atribuições dos supervisores nas Agências Transfusionais.
6. Capacitações, efetuadas na modalidade presencial, dos novos servidores lotados nas Agências Transfusionais da Hemorrede, nos procedimentos operacionais padronizados, nos protocolos e fluxos definidos pela FHB para a assistência hemoterápica.
7. Capacitações, em fevereiro/2021 e dezembro/2021, efetuadas na modalidade online, no Protocolo de Transfusão de Hemocomponentes em Unidades da SES/DF sem Agência Transfusional, direcionadas às equipes assistenciais das Unidades de Pronto Atendimento - UPA e estruturas provisórias de assistência à saúde no DF (hospitais de campanha).
8. Realização, em abril/2021, no Dia Nacional de Segurança do Paciente, do evento "Webinário Transfusão Segura".
9. Elaboração e disponibilização às Agências Transfusionais da cartilha "Transfusão Segura: orientações para segurança do paciente na assistência hemoterápica".
10. Realização, em junho/2021, de evento relacionado ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Doença Falciforme, com participação de pacientes e profissionais.
11. Participação dos servidores no HEMO 2021 (online), viabilizando troca de experiências e atualização dos supervisores.
12. Reestruturação dos fluxos de comunicação, notificação e investigação nos procedimentos de hemovigilância e retrovigilância de receptor e doador.
13. Aquisição de conjuntos reagentes e padronização do procedimento para realização do Controle de Qualidade Interno - CQI dos insumos utilizados nos testes imunohematológicos das Agências Transfusionais.
14. Regularização dos acessos e participação dos serviços de hemoterapia da Hemorrede Pública do DF no Programa de Avaliação Externa da Qualidade - AEQ, do Ministério da Saúde.
15. Incremento do parque tecnológico das Agências Transfusionais com freezers e descongelador de plasma.
16. Continuidade dos contratos de manutenção para parte dos equipamentos da cadeia de frios e para os aparelhos de ar-condicionado, acrescida da atuação dos supervisores das AT como fiscais setoriais dos contratos de manutenção.
17. Instalação e operacionalização do sistema de monitoramento contínuo de temperatura - SITRAD em todas as Agências Transfusionais da Hemorrede.

18. Aperfeiçoamento das ações para gestão e fiscalização de contratos, com a Instituição dos fiscais setoriais de contrato nas Agências Transfusionais.
19. Conclusão do termo de referência para contratação de empresa de logística.
20. Participação desta Seção na equipe de planejamento de contratação de solução em software para a FHB.
21. Realização de treinamentos, por parte dos supervisores das AT, das equipes das UPA que foram inauguradas ao longo do ano e atualização das equipes das UPA já existentes.
22. Acolhimento e acompanhamento de estagiários de biomedicina e farmácia nas AT.
23. Desenvolvimento de projetos de pesquisa científica por parte dos supervisores das AT.

1141 - Reforma do Hemocentro

Foram renovados, até 30 de março de 2022, por meio de convênio, que tem por finalidade a transferência de recursos financeiros da União para a execução de reforma do bloco A da Fundação Hemocentro de Brasília. Renovou-se, também, até 08 de julho de 2022, o Convênio, firmado pela FHB e NOVACAP, que trata da elaboração de projetos e estudos de engenharia e arquitetura para realização da supracitada reforma.

Os projetos da reforma já foram aprovados pela Diretoria de Vigilância Sanitária - DIVISA, pela Central de Aprovação de Projetos - CAP e pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF, não sendo necessárias novas aprovações. Ademais, a obra de reforma do Bloco "A" da FHB-DF foi incluída, em fevereiro de 2020, no rol de Projetos Estratégicos do GDF e, desde então, a evolução das etapas de planejamento é acompanhada e orientada pela Equipe da Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos da Secretaria de Economia do Distrito Federal - SUPPE/SEEC.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10313 - TAXA DE DOAÇÕES DE SANGUE NA FHB	TAXA		01/01/2001	Mensal	18,00	1,68	18,00	1,68	18,00	X	18,00	X	GERÊNCIA DO CICLO DO DOADOR/DIREX/FHB/ UO 23202 / OE 33
Justificativa: 2020 - Situação sanitária decorrente da pandemia do novo coronavírus causou diminuição do número de candidatos à doação que compareceu ao hemocentro no ano de 2020. As medidas de controle da pandemia também modificaram programas do Hemocentro para captação de doadores como: redução no número de campanhas - doação em grupo e suspensão do projeto Doador do Futuro realizado junto às escolas de ensino médio do DF.													
10313 - TAXA DE DOAÇÕES DE SANGUE NA FHB	POR MIL		01/01/2001	Anual	18,00	1,68	18,00	1,68	18,00	X	18,00	X	SEÇÃO DO CICLO DO DOADOR (SISTHEMO) E IBGE/ UO 23202 / OE 33
Justificativa: 2021 - Situação sanitária decorrente da pandemia COVID-19 causou diminuição do número de candidatos à doação que compareceram à FHB. As medidas de controle da pandemia também modificaram programas da Instituição para captação de doadores como o Doador do Futuro. Na oportunidade, esclarecemos que o índice desejado anual é de 1,8%, alinhado com a apuração de 1,68 % informada. Os ajustes necessários para compatibilizar os campos serão realizados ao longo do período de revisão dos indicadores do PPA, até março de 2022.													
10314 - PERCENTUAL DE DOADORES DE REPETIÇÃO NA FHB	PERCENTUAL		01/01/2001	Mensal	44,00	42,20	45,00	40,80	45,00	X	48,00	X	SEÇÃO DO CICLO DO DOADOR (SISTHEMO)/ UO 23202 / OE 33
Justificativa: 2021 - Em 2021, a situação sanitária decorrente da pandemia de COVID-19 causou diminuição do número de candidatos à doação que compareceram à FHB e atrasou a realização de ações programadas para captação e fidelização de doadores como realização de eventos para homenagem de doadores e para promoção de doação voluntária de sangue.													
10314 - PERCENTUAL DE DOADORES DE REPETIÇÃO NA FHB	PERCENTUAL		01/01/2001	Mensal	44,00	42,20	45,00	40,80	45,00	X	48,00	X	GERÊNCIA DO CICLO DO DOADOR/DIREX/FHB/ UO 23202 / OE 33
Justificativa: 2020 - Situação sanitária decorrente da pandemia do novo coronavírus causou diminuição do número de candidatos à doação que compareceu ao hemocentro no ano de 2020 e atrasou a realização de ações programadas para captação e fidelização de doadores como realização de eventos para homenagem de doadores e para promoção da doação voluntária de sangue. Em 2020 estava em desenvolvimento uma pesquisa para identificar os fatores relacionados à fidelização dos doadores de sangue para subsidiar ações que resultem em alcance da meta pactuada. Em 2021 a pesquisa com os doadores terá início com previsão para apresentar seus resultados até o fim do primeiro semestre de modo a permitir o planejamento de ações a partir do segundo semestre/2021.													

Quanto Hemocomponentes indicador: Taxa de Doação de Sangue na FHB

OBJETIVO: Manter os estoques estratégicos em níveis seguros para atender a 100% da demanda transfusional nos serviços públicos do DF;

DESCRIÇÃO DO INDICADOR: Verifica o número de doações de sangue realizadas na FHB em relação à população residente no DF, no período considerado, podendo direcionar ações para aumentar ou diminuir o número de coletas;

MÉTODO DE CÁLCULO - Percentual: total de doações de sangue realizadas na FHB em 1 ano/população total residente no DF *1.000;

RESPONSÁVEL: Seção do Ciclo do Doador;

META 2021: 1.8%. Em 2021 a FHB obteve 51.280 doadores, para uma população de 3.055.149 habitantes e uma taxa de doação de sangue de 1,68%.

INDICADOR: percentual de doadores de repetição

OBJETIVO: Aumentar o percentual de doadores de repetição na FHB;

DESCRIÇÃO DO INDICADOR: Verifica o número de doadores fidelizados em relação ao número total anual de doadores;

MÉTODO DE CÁLCULO: Quantidade de doadores com no mínimo 02 doações/ano em relação ao número total de doações efetivas;

RESPONSÁVEL: Seção do Ciclo do Doador; META 2021: 45,0%;

META 2021: a FHB obteve uma média de 1.755 doadores fidelizados, de uma média de 4.300 doadores, o que corresponde a uma taxa de 40.8% de doadores de repetição.

8202 - SAÚDE - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	4038023,0	4739330,00	2266387,48	1315253,65
0117 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FHB-DISTRITO FEDERAL	4038023,0	4739330,00	2266387,48	1315253,65
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	610000,0	687628,0	1620,0	0
0095 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FHB-DISTRITO FEDERAL	410000,0	487628,0	1620,0	0
5910 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O HEMOCENTRO-DISTRITO FEDERAL	200000,0	200000,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	496787,0	353807,00	54728,82	42258,82
0105 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FHB-DISTRITO FEDERAL	496787,0	353807,00	54728,82	42258,82
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	50043,0	50043,00	0	0
0055 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-FHB-DISTRITO FEDERAL	50043,0	50043,00	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	90000,0	142000,0	121343,20	109343,20
8717 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - FHB-DISTRITO FEDERAL	90000,0	142000,0	121343,20	109343,20
TOTAL - 8202 - SAÚDE - GESTÃO E MANUTENÇÃO	5284853,00	5972808,00	2444079,50	1466855,67

8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais

OCOMON (Sistema De Monitoramento De Ocorrências)

Realizou-se o acompanhamento diário dos chamados cadastrados via OCOMON (Manutenção - Infraestrutura e Equipamentos) inclusive com visita in-loco as AT's, com êxito no atendimento de 2.741 ocorrências no período de 2021.

Aquisições de Equipamentos

Foram adquiridos 6 (seis) Freezers -30°; 3 (três) Freezers -80°; 5 (cinco) Centrífugas para Laboratório; 3 (três) Centrífugas para Microtubo; 3 (três) Banhos-maria; 2 (duas) Balanças

de Precisão; 1 (um) Homogeneizador de tubos; 1 (um) Contador Hematológico; 1 (um) Descongelador de Plasma; 1 (uma) Capela de Exaustão de Gases; 1 (um) Extrator de DNA; 1 (um) Transiluminador UV; 1 (um) Sistema de Purificação de Água Ultra Pura; 1 (uma) Centrífuga para Placa PCR; 2 (dois) Termocicladores PCR Convencional; 3 (três) Agitadores de Microtubos tipo Vortex; e 1 (um) Agitador tipo Gangorra.

A Seção de Infraestrutura realizou ou acompanhou a Qualificação de Instalação, Qualificação de Operação e a Qualificação Térmica de todos os equipamentos recém adquiridos.

Além dos equipamentos da engenharia clínica, adquiriu-se 5 (cinco) aparelhos de ar condicionado que foram instalados em áreas técnicas desta FHB.

Contratações

Foram renovados os seguintes contratos:

1. Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e medição de dosagem, com reposição de peças, para IRRADIADOR DE BOLSAS - FHB;
2. Prestação de serviço de manutenção preventiva, manutenção corretiva e reposição de peças, com calibração e qualificação térmica, para BALANÇAS, ESFIGMOMANÔMETROS E CAMARAS FRIAS - Fundação Hemocentro de Brasília e Agências Transfusionais.
3. Prestação de serviço de manutenção preventiva, manutenção corretiva e reposição de peças, com calibração, para CENTRÍFUGAS - Fundação Hemocentro de Brasília e Agências Transfusionais;
4. Prestação de serviço de manutenção preventiva, manutenção corretiva e reposição de peças para CITÔMETRO DE FLUXO - FACSCALIBUR;
5. Prestação de serviço de manutenção preventiva, manutenção corretiva e reposição de peças para aparelhos de AR CONDICIONADO - Fundação Hemocentro de Brasília e Agências Transfusionais;
6. Prestação de serviço de manutenção preventiva, manutenção corretiva e reposição de peças para aparelhos de AR CONDICIONADO - BSCUP/FHB;
7. Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com e reposição de peças, para NO-BREAK'S - FHB;
8. Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com e reposição de peças, para ELEVADORES E MONTA CARGAS - FHB;
9. Prestação de serviço de manutenção de 2º Nível (recarga) em EXTINTORES DE INCÊNDIO tipo PQS 6kg, de uso na FHB.

Foram, ainda, celebrados os seguintes contratos:

1. Prestação de serviços de DEDETIZAÇÃO;
2. Prestação de serviços de calibração de INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO de volume, de temperatura e de umidade, para atender às necessidades dos diversos setores da Fundação Hemocentro de Brasília e Agências Transfusionais; e
3. Prestação de serviços de manutenção corretiva com fornecimento materiais, peças, componentes e acessórios de reposição para AGREGÔMETRO.

Ao todo, a Seção de Infraestrutura foi responsável, sendo Gestora e/ou Fiscal Técnica, por 16 (dezesesseis) contratos de manutenção de equipamentos e de prestação de serviços no período de 2021. Ainda estão em tramitação 6 (seis) processos para contratação de serviços de manutenção para equipamentos relacionados à engenharia clínica: (1) Contadores Hematológicos; (2) Capelas de Fluxo Laminar; (3) Descongeladores de Plasma e Banhos-maria; (4) Seladoras de Tubos; (5) Termocicladores; e (6) Bioarchive. Ainda neste aspecto, soma-se o total de 36 (trinta e seis) equipamentos adquiridos pela FHB oriundos de processos licitatórios próprios.

1471 - Modernização de Sistema de Informação

O processo para aquisição dos equipamentos de informática não foi concluído a tempo de serem adquiridos em 2021.

2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Serviço de Fábrica de Software com a finalidade de manter e melhorar o funcionamento automatizado do ciclo do sangue na FHB através do Sistema de Gerenciamento SistHemo.

Dada continuidade na implantação do software de gestão da qualidade 8Quali, sendo que parte dos documentos do SGQ encontram-se aprovados e liberados no referido sistema e os demais encontram-se em fase de elaboração, conforme Tabela a seguir:

Documentos do SGQ cadastrados no 8Quali em 2021		
TIPO	APROVADOS	EM ELABORAÇÃO
Formulários	24	27
Manuais	5	1
Mapas de Processo	2	0
Planos	0	1
Procedimentos Operacionais Padrão - POPs	35	40
Programas	0	1
TOTAL POR STATUS:	66	70
TOTAL GERAL:	136	

Fonte: Sistema 8Quali

O prazo final para transição de todos os documentos do SGQ para o 8Quali é junho de 2022. Solicitado aumento do número de licenças do sistema 8Quali para que mais servidores possam utilizá-lo, com o intuito de aumentar o alcance desta ferramenta de trabalho na FHB e nas Agências Transfusionais SES/DF.

4088 - Capacitação de Servidores

Foram realizadas, sem custos orçamentários, as seguintes capacitações:

MAPA ESTRATÉGICO 2020-2023		
POLÍTICA DE QUALIDADE: qualificação das equipes e melhoria dos processos internos		
AÇÃO 4088: capacitação dos servidores		
Categoria de Treinamento ano base 2021	Modalidade	Quantitativo de Servidores
Gestão e fiscalização/redimensionamento do fluxo de contratos administrativos	Virtual	140
Atuação Estratégica de Equipes de Gestão de Pessoas	Virtual	4
Administração orçamentária, financeira, patrimonial e contábil foco SIGGO	Virtual	1
Capacitação no sistema de Gestão de Contratos (E-CONTRATOS DF)	Virtual	1
Simpósio/Congresso de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular	Virtual	6
Curso Liderança/Gestão por Competências/Capacidade Gerenciais	Virtual	41
Elaboração de projeto básico e termo de referência para contratação	Virtual	9
Experiência do paciente	Virtual	19
Gestão de Projetos/Processos/Qualidade	Virtual	15
Indicação e Prescrição de Hemocomponentes	Virtual	20
Manual de Documentos SGQ	Presencial	27
Metodologia e análise de solução de Problemas (MASP)	Virtual	1
Processo Administrativo Disciplinar - PAD	Virtual	2
Protocolo de Transfusão de Hemocomponentes em Unidade da SES-DF	Presencial	64
Resolução de Discrepâncias ABO/RH	Presencial	11
Treinamento em Ato Transfusional	Presencial	32
Thermodata	Presencial	12
Reunião de análise Crítica e Estratégica	Presencial	52
Treinamento em Coagulopatias Hereditárias	Virtual/ Presencial	103
Uso dos Comporguards	Presencial	30
Sistema eletrônico para monitoramento de temperaturas	Presencial	4
Atualização Anual da Técnica em Gel - GRIFOLS	Virtual	68
Total	662	

Observações: Licitação dos cursos de interpretação da NBR ISO 9001:2015 e de Gestão de Riscos baseada na NBR ISO 31000:2018 em fase final, tendo por objetivo capacitar e aculturar 80 servidores para a importância da gestão por processos e da gestão de riscos. Licitação do curso de formação de auditores de Sistemas de Gestão da Qualidade com base nas NBRs ISO 19011:2018 e 9001:2015, também em fase final, para complementação do quadro de auditores internos da qualidade da FHB.

8505 - Publicidade e Propaganda

OBJETIVO: Dar conhecimento dos atos administrativos ao público em geral como instrumento de transparência e controle social da administração pública permitindo que a população fiscalize as atividades administrativas e tenha conhecimento das atuações e decisões da Fundação Hemocentro de Brasília.

REALIZAÇÕES: Durante o ano de 2021, foi realizada a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal de 660 matérias sendo elas instruções normativas e outros atos legais da Fundação Hemocentro de Brasília, retificações de publicações, avisos de resultado de julgamento de pregão eletrônico, aviso de ratificação de dispensa de licitação, aviso de ratificação de inexigibilidade, aviso de abertura de licitação, extrato de ata de registro de preços, extrato de contratos e de termos aditivos.

Segue abaixo o demonstrativo das publicações durante o ano de 2021:

MÊS	PUBLICAÇÕES
Janeiro	42
Fevereiro	36
Março	71
Abril	45
Maio	69
Junho	63
Julho	61
Agosto	55
Setembro	66
Outubro	51
Novembro	48
Dezembro	53
Total	660

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A Fundação Hemocentro de Brasília concluiu pela primeira vez um processo licitatório de importação direta para a compra de insumos. O objeto da contratação foram substâncias utilizadas no exame de prova cruzada para doação de órgãos, em uma aquisição de R\$ 96,7 mil. O processo teve início em junho de 2020 e contou com a atuação direta da Seção de Compras (Secomp), da Seção de Procedimentos Especiais (Seproce) e da Subseção de Suporte aos Transplantes (Sust). Diferentemente do processo tradicional, a importação direta é realizada pela própria Instituição, sem a atuação de intermediários e com uma menor incidência de impostos, o que diminui os custos finais do produto e dá maior eficiência à utilização dos recursos públicos. No caso dos insumos para o exame de prova cruzada, além do contrato com a fornecedora norte-americana, foi necessária ainda a contratação acessória de uma empresa para o transporte internacional da carga. O exame de prova cruzada é realizado nos momentos anteriores a um transplante de órgãos, e seu resultado indica se o receptor pode ou não receber o órgão ou tecido daquele doador específico. No teste, cruza-se o soro do possível receptor de órgãos com as células do possível doador para saber se o paciente rejeitará o órgão a ser transplantado.

Semana de Ouvidoria, Integridade e Transparência da FHB (15 a 19 de março de 2021)

O evento foi organizado pela primeira vez na Instituição para celebrar o Dia Nacional do Ouvidor (16 de março). Com palestras e uma campanha educativa, a Semana teve como objetivo reforçar a compreensão sobre participação social, integridade e transparência na administração pública, bem como intensificar a relação entre a Ouvidoria e seus usuários. O conceito abordado na campanha foi "O Hemocentro fica melhor quando... Você nos ajuda a melhorar".

Para o público externo foram elaboradas peças - divulgadas no Instagram - com informações sobre a Ouvidoria e a Lei de Acesso à Informação. Houve a publicação de uma matéria no site institucional sobre os resultados alcançados pela Ouvidoria em 2020 e os prêmios de Transparência Ativa recebidos pela FHB.

Já o público interno recebeu no "Hemo Informa" (grupo de WhatsApp para divulgação institucional) peças sobre a Semana, com textos de apoio referentes aos eixos Ouvidoria, Integridade e Transparência. Por esse canal, os servidores foram incentivados a acessar na Intranet matérias especialmente preparadas, com o detalhamento de cada eixo e sua relação com as atividades desenvolvidas na Fundação Hemocentro de Brasília. Além disso, foram realizadas duas palestras on-line, fundamentais para aprofundar a cultura de integridade na Instituição: "Integridade: da teoria à prática" e "Assédio na Administração Pública: Combate e Prevenção".

As ações da campanha tiveram início em 02/03/2021 e se encerraram no dia 19 do mesmo mês.

A Semana de Ouvidoria, Integridade e Transparência passa a compor o calendário de eventos da Fundação Hemocentro de Brasília e já está agendada para o mês de março de 2022. Recentemente, o evento foi premiado na categoria Comunicação Interna e Externa na 6ª edição do Concurso de Melhores Práticas em Ouvidoria Pública, organizado pela Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF).

Premiação no 6º Concurso Melhores Práticas em Ouvidoria Pública

Em 19/11/2021, a Ouvidoria da Fundação Hemocentro de Brasília recebeu o prêmio do 6º Concurso Melhores Práticas em Ouvidoria Pública, organizado pela Ouvidoria-Geral e Controladoria-Geral do Distrito Federal. O Hemocentro foi premiado na categoria Comunicação Interna e Externa de Ouvidoria, com a iniciativa Semana de Ouvidoria, Integridade e Transparência da FHB.

Prêmio Índice de Transparência Ativa 2021

A Fundação Hemocentro de Brasília alcançou, pelo quinto ano consecutivo, 100% do Índice de Transparência Ativa no ranking estabelecido pela Controladoria-Geral do Distrito Federal. A cerimônia de entrega do prêmio ocorreu em 09/12/2021.

Com o envolvimento das diversas áreas da Instituição, a FHB tem trabalhado para garantir a transparência pública, o direito de acesso da população à informação de qualidade e o fortalecimento do controle social.

A Assessoria de Integridade e Gestão de Riscos da FHB é autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI), responsável por assegurar o cumprimento das normas e orientar as unidades no que se refere ao cumprimento da LAI.

Capacitação em Gestão de Riscos, Programas de Integridade e Sistema de Gestão de Auditoria do Distrito Federal (SaeWeb) pela Controladoria-Geral do Distrito Federal

A CGDF realizou o treinamento no Sistema de Gestão de Auditoria do DF (SaeWeb) para todos os membros do Comitê de Integridade e Gestão de Riscos (CIGR) da FHB nos dias 22 e 27/04/2021. O SaeWeb é a ferramenta adotada pela FHB para a Gestão de Riscos.

Nos dias 6, 7 e 8/10/21, os membros do comitê participaram da capacitação em Gestão de Riscos e Programas de Integridade para atualização no tema e aprimoramento desses processos na instituição.

Atualização do Comitê Interno de Governança Pública (CIG)

O Comitê Interno de Governança Pública (CIG) da Fundação Hemocentro de Brasília é um órgão colegiado de caráter decisório e permanente para questões relativas à governança pública, em cumprimento ao Decreto Distrital nº 39.736, de 28 de março de 2019, que dispõe sobre a Política de Governança Pública e Compliance no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal. O CIG da FHB foi instituído pela Instrução nº 82, de 27 de maio de 2019, atualizada e revogada pela Instrução Normativa nº 127, de 09 de junho de 2021.

Ao CIG compete: implementar e manter processos e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes da governança, promover soluções para melhoria do desempenho institucional, além de estimular a cultura e fomentar as práticas de Gestão de Riscos e Integridade. Conforme a Instrução Normativa nº 127/2021, o CIG reúne-se trimestralmente em caráter ordinário e, extraordinariamente, sempre que necessário e cabe a Assessoria de Integridade e Gestão de Risco (ASIGR) secretariar as reuniões.

Atualização da Política de Gestão de Riscos da FHB

A Fundação Hemocentro de Brasília aderiu ao Programa de Gestão de Riscos proposto pela CGDF em 2016, nesse mesmo ano foi publicada a Política de Gestão de Riscos da FHB por meio da Instrução nº 43, de 24 de fevereiro de 2016.

A Política de Gestão de Riscos da FHB foi atualizada pela primeira vez em 2020 através da Instrução nº 17, de 06 de fevereiro de 2020. A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo estabelecer os princípios, as diretrizes, as responsabilidades e o processo de Gestão de Riscos na FHB, com vistas à ampliação e ao fortalecimento da análise de riscos como subsídio às tomadas de decisão, em conformidade com as boas práticas de governança adotadas no setor público (Decreto Distrital nº 39.736/2019).

A Instrução nº 17/2020, foi revisada e atualizada pelo Comitê de Integridade e Gestão de Riscos que é presidido e secretariado pela ASIGR. A minuta da política foi homologada no CIG e publicada como resolução desse comitê: Resolução nº 01, de 16 de agosto de 2021. Ela está disponível na intranet na aba Hemocentro/ Gestão de Riscos. Cabe ressaltar, que no mapa estratégico vigente, o objetivo 1.2. Desenvolver os componentes de controle interno tem como uma de suas metas atualizar e disseminar a Política de Gestão de Riscos na FHB.

A Gestão de Riscos da Fundação Hemocentro de Brasília tem como elementos estruturantes a Política de Gestão de Riscos, o Comitê Interno de Governança, a Assessoria de Integridade e Gestão de Risco, o Comitê de Integridade e Gestão de Riscos, o Processo de Gestão de Riscos e o Controle Interno.

Adesão à plataforma e-Prevenção do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC)

A Fundação Hemocentro de Brasília aderiu à plataforma e-Prevenção do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC). O PNPC é uma proposta inovadora adotada pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e a Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), sob a coordenação nacional do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União, a ser executada nos Estados e no Distrito Federal pelas Redes de Controle locais. O e-Prevenção é um sistema de autosserviço em auditoria que permite ao gestor avaliar as boas práticas de prevenção à corrupção e ter acesso a sugestões para a implementação de melhores condutas.

Para isso, foi indicada a chefia da ASIGR como responsável pelo preenchimento do questionário na plataforma disponibilizada. A ASIGR enviou o questionário via processo SEI para as áreas envolvidas e as respostas foram validadas na reunião do CIG para posterior inclusão na plataforma. Após essa etapa, foi gerado um relatório de diagnóstico para apresentar o desempenho da instituição quanto à aderência às boas práticas de prevenção à fraude e à corrupção.

Consta no relatório um gráfico que apresenta o nível de suscetibilidade à corrupção ao qual se encontra a instituição e mostra o grau de aderência às boas práticas, em função do seu poder de compra ou de regulação, conforme a metodologia adotada. O ideal é que todas as organizações públicas estejam localizadas dentro da faixa verde - nível aceitável de suscetibilidade. Para aquelas que se encontram nas faixas vermelha - nível muito alto de suscetibilidade, laranja - nível alto de suscetibilidade ou amarela - nível médio de

suscetibilidade, ressalta-se que não significa, necessariamente, que tenham casos de corrupção. Indicam, no entanto, que ainda não estão alinhadas com as melhores práticas e podem estar mais suscetíveis às suas ocorrências. A FHB ficou localizada na faixa amarela.

No dia 08/12/2021, a ASIGR participou do evento de Divulgação dos Resultados do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção onde foi informado sobre a disponibilização na plataforma de um Roteiro de Atuação das instituições com sugestões de ações a serem implementadas com base no relatório de diagnóstico.

Adesão ao Projeto Selo de Governança do Distrito Federal

O Projeto Selo de Governança do Distrito Federal busca identificar e acompanhar a maturidade da governança e compliance dos órgãos e entidades da estrutura do Distrito Federal, buscando nortear a atuação dos gestores em sua missão institucional, visando a melhoria na atuação dos gestores na governança em atendimento ao disposto na Política de Governança e Compliance, estabelecida no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal, por meio do Decreto nº 39.736/2019. O Selo de Governança é uma certificação de boas práticas de Governança e Compliance, concedido pelo Conselho de Governança Pública do Distrito Federal.

A ASIGR foi o ponto focal do CIG da FHB, participando de uma reunião no dia 20/09/2021 com a Subcontroladoria de Governança e Compliance da CGDF cuja pauta foi a apresentação do projeto que tem como metodologia a utilização de um questionário. O questionário foi disponibilizado via formulário online, visando levantar as informações sobre as boas práticas de governança pública e compliance desenvolvidas no âmbito das instituições.

Para preenchimento do questionário, a ASIGR enviou um processo SEI para as áreas envolvidas e as respostas foram validadas na reunião do CIG. Após análise do questionário respondido, o referido Projeto promoverá uma espécie de premiação, em que a instituição receberá um Selo de Governança que está dividido em quatro (04) níveis: maturidade de implementação; maturidade intermediária; maturidade avançada e maturidade de excelência. Estamos aguardando esse resultado.

Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso a Informação na FHB

Conforme a Instrução nº 106, de 10 de maio de 2021, a ASIGR é a autoridade de monitoramento da Lei de Acesso a Informação (LAI) na FHB sendo a Ouvidoria e a Assessoria de Comunicação os interlocutores nas questões relacionadas ao acesso à informação na instituição.

No dia 09/12/2021, a FHB foi premiada pela quinta vez consecutiva com 100% de Índice de Transparência Ativa (ITA) pela CGDF. Todos os órgãos e entidades do governo do Distrito Federal atingiram, pela primeira vez na história da cidade, 100% do ITA.

Participação no Integrathon - primeira maratona do mundo sobre Integridade

A Fundação Hemocentro de Brasília participou do Integrathon, a primeira maratona do mundo sobre integridade pública. O evento gratuito foi realizado pela Conexão Inovação Pública RJ, rede voluntária de servidores cujo objetivo é difundir a inovação no âmbito do setor público.

A maratona aconteceu entre 26 e 28 de novembro, por meio de plataforma on-line, contando com a participação de 14 equipes de vários órgãos públicos do país, que tiveram que se organizar em grupos de duas a sete pessoas para melhorarem - ou criarem - programas e planos de integridade, com o ajuda de mentoria especializada no tema. A FHB foi representada pela ASIGR e pelo Hemocentro de Brasília foi congratulado pelo desempenho em segundo lugar na categoria "Plano de Integridade: Estreante", voltada a todos os concorrentes que criaram seu primeiro plano de integridade no Integrathon, e em terceiro lugar na categoria "Plano de Integridade: melhores políticas e procedimentos".

Vale ressaltar que no mapa estratégico vigente consta o objetivo 1.5. Tornar a FHB um dos melhores locais para se trabalhar no DF até 2023 em que uma das metas é Desenvolver o Programa de Integridade da FHB. No Encontro de Análise Crítica da FHB realizado em agosto de 2021, foi pactuado que essa meta será alcançada com o Plano de Integridade da FHB.

Gestão Documental do SGQ:

Realizada remodelagem da estrutura dos documentos que compõem o SGQ com a aprovação do Manual de Documentos do Sistema de Gestão da Qualidade, tendo sido capacitados 90 servidores da FHB, em treinamento organizado pela equipe da Segeq.

Estabelecido novo formato para documentação do mapeamento dos processos institucionais, tendo sido validado e aprovado pelo Comitê Interno de Governança - CIG. Tal mapeamento tem início previsto para janeiro de 2022.

Auditorias do SGQ:

Recebida vistoria da Vigilância Sanitária - VISA, no dia 13 de maio de 2021, cujo objetivo foi avaliar se o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos em Saúde - PGRSS da FHB estava de acordo com a RDC 222/2018 da Anvisa. O referido documento foi aprovado.

Recebida Visita Técnica Anual do Hospital da Criança de Brasília - HCB, no dia 20 de julho de 2021, tendo sido elaborado Plano de Ação para tratamento das não conformidades identificadas.

Licitada e contratada empresa para Certificação dos processos finalísticos e de Ouvidoria da FHB na Norma NBR ISO 9001:2015, com previsão de início do novo ciclo de auditorias em agosto de 2022, finalizando em 2024.

Tratamento de não conformidades:

Definido o novo procedimento para registro e tratamento de ocorrências (não conformidades, problemas potenciais, oportunidades de melhoria) por meio do sistema 8Quali, com a aprovação do Manual de Ocorrências.

Avaliação de Provedores Externos:

Conduzidas reuniões com provedores externos que apresentaram pontuação ruim ou péssima na avaliação mensal dos gestores dos contratos. Elaboradas atas e estabelecidos prazos e responsabilidades para correção dos desvios apresentados.

Coordenação do SGQ da FHB:

Aprofundados os conhecimentos da equipe da Segeq, em parceria com o HCB, o Hemocentro de Ribeirão Preto e o Hemocentro do Ceará, além da consultoria junto ao Ministério da Saúde e da realização de diversos cursos com temáticas de gestão e qualidade, com consequente implantação de grande parte do aprendizado adquirido durante o ano.

Cursos realizados pela equipe: Gestão de Processos; Curso Gestão da Qualidade; Gestão de Processos com Foco em Inovação; Curso de Liderança e Gestão de Equipes; Curso de Liderança e Gestão Participativa; Desenvolvimento de Competências Gerenciais; Norma Regulamentadora NR 32; Introdução à Gestão de Processos; Gestão e Fiscalização de Contratos (Egov). Na plataforma Viver Excelência (Qualiex) os temas estudados foram: Dinâmica de Inovação, Indicadores Inteligentes, Mapeamento de Processos, Curso como conscientizar colaboradores sobre informação documentada, Tratamento de Não Conformidades. Participação da equipe da Segeq no Fest Quali 2021, evento de maior relevância no Brasil sobre Qualidade e Inovação, de forma on-line.

Determinado e aprovado em reunião do Colegiado Gestor que cada chefe de divisão/subdivisão passará a ser responsável por organizar a apresentação de suas áreas para os Encontros de Análise Crítica - EAC, incluindo a preparação dos slides, tempo disponível para cada exposição e ordem das exposições.

Realizado Encontro de Análise Crítica - EAC durante as manhãs dos dias 11, 17, 18 e 19 de agosto de 2021, por meio de videoconferência (depois de consideradas as avaliações de reação da última Reunião de Análise Crítica e Estratégica - RACE e o cenário pandêmico com a nova variante do Sars Cov 02 no DF), para avaliação dos resultados alcançados pela FHB no 2º semestre de 2020 e 1º semestre de 2021.

Revisado o contexto de gestão de risco da Segeq em atendimento à demanda da Asigr.

Realizado acompanhamento do Programa Anual de Validações 2021 e atualização do Plano Mestre de Validação em andamento, juntamente com a SECQ, após parceria com o setor de gestão da qualidade do Hemocentro de Ribeirão Preto.

Recebidas e realizada gestão de 28 notificações de produtos devolvidos (hemocomponentes) das Agências Transfusionais, sendo "coágulo" o principal motivo (11 eventos confirmados).

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Ouvidoria

O compromisso da Ouvidoria do Hemocentro é estimular a participação social, oferecendo aos cidadãos espaço de expressão para suas manifestações. Sinergicamente, deve subsidiar a gestão na implantação de medidas que promovam o aprimoramento dos serviços e a satisfação dos cidadãos.

Manifestações:

De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, a Ouvidoria da FHB recebeu 1.718 manifestações relativas ao atendimento na Fundação Hemocentro de Brasília (FHB), distribuídas de acordo com a sua classificação da seguinte forma: 1.084 elogios (63%), 317 sugestões (18,5%), 256 reclamações (14,9%), 36 informações (2,1%), 20 solicitações (1,2%) e 5 denúncias (0,3%).

Em comparação a 2020, quando foram registradas 1263 manifestações, houve um aumento de 36% no total recebido. Segue um quadro comparativo dos tipos de manifestações registradas nesses dois anos e a variação percentual:

	2020	2021	Varição
Elogio	626	1084	+ 73,20%
Sugestão	211	317	+50,20
Reclamação	392	256	-34,7%
Informação	12	36	+200%
Solicitação	18	20	+11,1%
Denúncia	4	5	+25%
TOTAL	1263	1718	+36%

Nota-se que as manifestações classificadas como Reclamação tiveram um decréscimo significativo de 34,7%. Já os Elogios tiveram um aumento de 73,2% e as Sugestões, 50,2%.

O índice de resolutividade alcançado em 2021 foi de 76%, conforme pesquisa de satisfação disponível no Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal - OUV-DF, ultrapassando a meta estabelecida no painel de indicadores estratégicos da FHB, que era de 70% para o ano. Esse índice é obtido por meio da avaliação que o cidadão faz, após receber a resposta definitiva à sua manifestação (denúncias, reclamações e solicitações de serviço), classificando-a como resolvida ou não resolvida.

A pesquisa também apura outros índices, cujos resultados dos dois últimos anos são apresentados no quadro a seguir:

	2020	2021
Resolutividade	76%	76%
Satisfação com o serviço de Ouvidoria	91%	93%
Recomendação	94%	93%
Satisfação com o atendimento	94%	95%
Satisfação com o sistema	98%	98%
Satisfação com a resposta	82%	86%

Pedidos de Acesso à informação:

A Ouvidoria do Hemocentro também é responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Em 2021 foram recebidos 32 pedidos de acesso à informação. Todos foram respondidos no prazo. Não houve interposição de recursos.

Dificuldades Encontradas:

A pandemia de COVID-19 trouxe desafios a toda a Fundação Hemocentro de Brasília. Dentre estas questões destaca-se o recebimento de amostras de outros estados para a realização do exame NAT, devido ao acionamento do Ministério da Saúde, ocasionado pelos inúmeros cancelamentos e alterações dos voos nacionais, utilizados para o transporte das amostras de sangue de doadores para a realização do Teste de Ácido Nucleico - NAT. O exame NAT, realizado para a detecção dos vírus HIV, HCV e HBV, é um dos testes de triagem para doenças transmissíveis pelo sangue, obrigatório para todas as doações realizadas no país, conforme legislação vigente. O Laboratório NAT da FHB, um dos 14 (quatorze) sítios testadores NAT nacionais, é responsável, rotineiramente, por realizar o teste NAT nas amostras de doação de sangue da própria FHB, além dos estados do Acre, Goiás e Tocantins. No entanto, durante as contingências nacionais necessárias no ano de 2020 e 2021, foram recebidas e processadas mais de 15.000 amostras de doação de sangue, dos estados do Maranhão, Amapá, Rondônia, Piauí, Pará, Roraima, Ceará e Mato Grosso, sendo cerca de 11.000 em 2020 e mais de 4.000 em 2021. Neste sentido, o grande desafio foi garantir os prazos de entrega destes resultados de exames, mesmo com a equipe reduzida e com os problemas dos equipamentos da Plataforma NAT, que possuem muitos anos de uso e necessitam de reparos constantes.

Outra dificuldade encontrada no ano de 2021 foi a constante necessidade de manutenção e de atualização do sistema de integração de dados da hemorede (SistHemo), o que aumenta o desafio da gestão eficaz das informações para o gerenciamento do Ciclo do Sangue. Além disso, a pandemia gerou impacto na produção e no custo dos insumos para prova cruzada. Foi necessário realizar a importação dos insumos, o que gerou atraso na finalização do processo de aquisição, conseqüente desabastecimento de reagentes e os testes de prova cruzada para doadores falecidos realizados pela FHB foram suspensos a partir do dia 09/08/2021 até o recebimento dos novos reagentes, que ocorreu no final do mês de outubro. Os ensaios foram retomados apenas em novembro. No período de desabastecimento as amostras foram direcionadas à outro laboratório, cujo convênio foi formalizado com a CET/DF.

A FHB possui o Laboratório de Imunologia de Transplantes (LIT), único laboratório de histocompatibilidade do DF credenciado junto ao SNT/MS, e é responsável pela realização e inserção de resultados de tipagem HLA dos doadores voluntários de Medula óssea do programa REDOME. Em junho de 2021 foram publicadas as Portarias GM/MS nº 1.229, de 15/06/2021, e SAES/MS nº 685, de 16/06/2021, as quais entraram em vigor na data da publicação e alteraram a metodologia de Sequenciamento de Nova Geração (NGS) para identificação de doadores voluntários de medula óssea e outros progenitores hematopoiéticos para inscrição e manutenção do cadastro no programa de REDOME. Nesse contexto, a dificuldade ocorreu com a inaptidão da FHB, naquele momento, para a realização da nova metodologia exigida pelas Portarias supracitadas em tempo hábil, o que exigiu um redirecionamento de cotas do DF para outros estados e instituições parceiras e impactou na completude dos resultados de alguns exames laboratoriais. Ademais, ressalta-se que a necessidade de implantação, de imediato, da nova metodologia NGS e inclusão de novos parâmetros de identificação dos doadores, foi um desafio para a FHB. Por fim, as mudanças pontuadas impactam no gerenciamento dos estoques dos insumos disponíveis.

A área responsável pelo Ciclo do Doador, a qual atua no registro, captação, triagem e coleta, no ano de 2021, enfrentou o desafio de lidar com a pandemia de COVID-19 e com a necessidade de constituir uma equipe de planejamento para avaliar e construir soluções de tecnologia para o Ciclo do Doador.

Mais um desafio enfrentado pela FHB foi com a aquisição de suprimentos para o desenvolvimento das atividades rotineiras, que sofreu e ainda sofre impacto da pandemia de COVID-19. A escassez de insumos e/ou de matérias primas para fabricação dos insumos, a nível nacional e mundial, fez com que os preços variassem muito e tivéssemos algumas dificuldades na aquisição de insumos do dia-a-dia. Por conta disso, tivemos que mudar nossa forma de contratação, dando preferência à formalização de Contratos no lugar das Atas de Registro de Preços, pois com a flutuação dos preços as empresas não estavam participando

dos pregões para Registro de Preço, ou os preços eram maiores do que o estimado. Ademais, a pandemia impactou a gestão de alguns contratos na FHB, como os de manutenção de equipamentos e de manutenção predial, os quais passaram por problemas de execução, diversas solicitações de prorrogação de prazo, troca de marca, necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro etc.

Além disso, outros desafios pelos quais a FHB passou e ainda passa estão relacionados: à dificuldade de manutenção de um quadro de pessoal suficiente para atendimento das demandas finalísticas e de suporte da Instituição; à dificuldade de espaço físico para armazenamento de materiais; e à necessidade de atualização do parque tecnológico. Por fim, destacam-se as relações ainda incipientes com serviços de hemoterapia que realizam atividades de ensino e pesquisa e com instituições de ensino do Distrito Federal.

PERSPECTIVAS PARA 2022:

A FHB possui diversos desafios para o ano de 2022, entre os quais, podemos destacar:

1. melhoria contínua na segurança e qualidade dos exames realizados pelos laboratórios;
2. conclusão da validação das técnicas de genotipagem eritrocitária, para implementá-las como exames de rotina da Instituição;
3. atualização de equipamentos laboratoriais, o que permite corrigir alguns erros do sistema informatizado da FHB para o gerenciamento do Ciclo do Sangue;
4. implementação da metodologia laboratorial de teste de prova cruzada por Citometria de Fluxo;
5. implementação de dupla conferência na liberação dos resultados dos exames, conforme recomendação da tutoria realizada pelo Laboratório de Imunogenética do Hospital Universitário do Cajuru (PUC-PR),
6. implementação da nova metodologia NGS para tipificação HLA (alta resolução) para viabilizar a retomada das cotas do REDOME para o DF em 2023 e atender aos requisitos das Portarias GM/MS nº 1.229/2021 e SAES/MS nº 685/2021;
7. retomada do programa de educação permanente em hemoterapia;
8. desenvolvimento do curso de capacitação (teórico-prático) para responsável técnico de Agência Transfusional;
9. elaboração, aprovação e inclusão das atribuições do responsável técnico de Agência Transfusional por meio de Acordo de Cooperação n.º 001/2018-NCC/CODAG/FHB;
10. fortalecimento das ações referentes às boas práticas transfusionais e à hemovigilância junto às Agências Transfusionais e aos comitês transfusionais dos hospitais da SES/DF;
11. substituição de equipamentos obsoletos da cadeia de frio das Agências Transfusionais;
12. conclusão do processo para contratação de empresa de logística;
13. operacionalização das ações para o monitoramento do transporte de hemocomponentes intra-hospitalar e por emergência;
14. celebração de um contrato de manutenção predial regular, a aquisição e instalação de novo Grupo Gerador, cuja licitação já está homologada;
15. contratação de empresas especializadas em projetos de engenharia e arquitetura para prestação de serviços sob demanda;
16. implementação de software de gestão de equipamento;
17. elaborar, publicar e disseminar a Política de Integridade da FHB;
18. desenvolver o Programa de Integridade da FHB por meio do Plano de Integridade;
19. organizar, em parceria com a Ouvidoria e ASCOM, a segunda edição da Semana de Ouvidoria, Integridade e Transparência da FHB;
20. revisar e atualizar os artefatos da Gestão de Riscos;

21. definir, em parceria com a Seção de Gestão da Qualidade, estratégia de auditoria de controles dos riscos;
22. avaliar e desenvolver o plano de ação proposto pelo e-prevenção e pelo projeto Selo de Governança;
23. finalização da transição dos documentos do SGQ para o sistema 8Quali;
24. inclusão da auditoria de riscos na Auditoria Interna da Qualidade;
25. mapeamento dos processos críticos da FHB;
26. retomada do Projeto de capacitações sobre temas relacionados ao Sistema de Gestão da Qualidade no formato de mídias rápidas;
27. projeto "Café POP" como estratégia de divulgação e alinhamento de temas do Sistema de Gestão da Qualidade com todas as instâncias da instituição;
28. contratação e coordenação dos cursos de capacitação na NBR ISO 9001:2015, NBR ISO 31000:2018 e NBR ISO 19001:2018;
29. elaboração do Plano Anual de Auditorias 2022;
30. coordenação da Auditoria Interna da Qualidade 2022 para todos os processos institucionais;
31. visita do organismo certificador NBR ISO 9001:2015 em agosto de 2022;
32. auditoria da Hemobrás no 1º semestre de 2022 para qualificação do plasma produzido na FHB;
33. manter e expandir o projeto terapêutico singular para todos os pacientes atendidos neste centro;
34. aumentar a produção científica;
35. modernização das carreiras da FHB, com a valorização do servidor, a fim de manter um efetivo suficiente de servidores para os diversos setores da Instituição.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A **Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - Fepecs** é uma entidade da administração indireta do Governo do Distrito Federal, com personalidade jurídica de direito público, de caráter científico-tecnológico e de educação profissional em saúde, sem fins lucrativos, vinculada à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF).

· **Visão:** A Fepecs tem caráter científico, tecnológico e educacional, de formação profissional de nível básico, técnico, de graduação, pós-graduação, pesquisa e de aperfeiçoamento dos trabalhadores da saúde.

· **Missão:** Formular, promover, apoiar, executar a educação profissional, a educação superior e a pesquisa na área da saúde e o desenvolvimento científico e tecnológico das Regionais de Saúde, com base nos Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Rege-se pelas seguintes normas:

- Lei de criação: Lei No 2.676, de 12/1/2001 (DODF Nº 10, de 15/1/2001) — dispõe sobre a criação da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde;
- Estatuto: Anexo III do Decreto Nº 26.128, de 19/8/2005 (DODF Nº 159, de 22/8/2005) — estatuto social da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde;
- Estrutura Organizacional: Decreto nº 34.593, de 22/8/2013 (DODF Nº 175, de 23/8/2013), Decreto nº 40.819, de 22/5/2020 (DODF EDIÇÃO EXTRA nº 80, de 22/5/2020), Decreto nº 41.880, de 08/03/21 (DODF nº 45, de 09/03/2021). Decreto Nº 42.092, de 13/05/2021 – DODF Edição Extra Nº 43-A, de 13/05/2021. Decreto Nº 42.483, de 08/09/2021 – DODF Nº 170, de 09/09/2021. Decreto nº 42.628, de 20/10/2021 – DODF nº 198, de 21/10/2021 e Decreto nº 42.752, de 29/11/2021 – DODF nº 223, de 01/12/2021 - altera a estrutura administrativa da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde, que especifica e dá outras providências.

Tem por finalidade promover, apoiar e executar a educação profissional (nível básico, técnico, de graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, treinamento e capacitação) e o desenvolvimento científico e tecnológico do Sistema Distrital e Regional de Saúde, com base nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Para sua atuação, a Fundação adota sistema de ensino de acordo com as peculiaridades distritais e regionais, promovendo, subsidiando e auxiliando programas de desenvolvimento acadêmico, pesquisa e extensão, bem como treinamento e capacitação na área de saúde. A Fepecs norteia-se, ainda, pelos seguintes princípios:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência em seus cursos;
- Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- Valorização do profissional dedicado à educação;
- Gestão democrática do ensino, na forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- Garantia do padrão de qualidade;
- Valorização da experiência extraescolar;
- Vinculação entre a educação profissional, o trabalho e as práticas sociais.

No cumprimento de sua finalidade, a Fepecs atua na qualidade de mantenedora de instituições de ensino, considerando as características das atividades desenvolvidas, subordinadas a legislações específicas que orientam cada modalidade de ensino. São elas:

1. **Escola Técnica de Saúde de Brasília (ETESB)** — Instituição de Ensino Profissional integrante do Sistema de Ensino do DF e da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RETSUS). É responsável pela oferta de cursos na educação profissional técnica e pós- técnica e a formação inicial e continuada de trabalhadores na área da saúde.
2. **Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS)** — Instituição de Ensino Superior integrante do Sistema de Ensino do DF. É responsável em ministrar, desenvolver e aperfeiçoar o ensino-aprendizagem das Ciências da Saúde, mediante a oferta de cursos de graduação (medicina e enfermagem), pós-graduação lato sensu (especialização e residências) e stricto sensu (mestrado e doutorado), pesquisa, extensão e outros na área da saúde.

3. **Escola de Aperfeiçoamento do SUS (EAPSUS)** – atua no desenvolvimento de atividades educativas em saúde, abrangendo a educação permanente e continuada dos servidores da SES/DF, profissionais de saúde e atores envolvidos com o controle social. É também responsável pelo gerenciamento de cenários de aprendizagem na SES/DF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	18	10	0	0	28
Requisitados de órgãos do GDF	21	50	16	227	314
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	39	60	16	227	342
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	39	60	16	227	342

Conforme art 7º da Lei nº 2.676/2001, os recursos humanos necessários para o funcionamento da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - Fepecs, até a aprovação do Quadro de Pessoal próprio, serão cedidos da Secretaria de Estado de Saúde/SES.

No item Atividade Fim – Sem Cargo Comissionado está incluso o quantitativo dos servidores que prestam parte de suas cargas horárias na atividade de docência na Escola Superior de Ciências da Saúde/ESCS (177) e na Escola Técnica de Saúde de Brasília/ETESB (07).

Quantitativo de docentes da ESCS lotados na Fepecs: Medicina 12 e Enfermagem 08, totalizando 20 docentes prestando integralmente suas jornadas de trabalho na Fepecs

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	7000,0	7000,0	0	0
0025 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	7000,0	7000,0	0	0
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	181509,0	181509,00	124897,79	124897,79
0007 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	181509,0	181509,00	124897,79	124897,79

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	12000,0	12000,00	0	0
0108 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	12000,0	12000,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	200509,00	200509,00	124897,79	124897,79

6202 - SAÚDE EM AÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	20000,0	0,00	0	0
0073 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,00	0	0
2119 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	20000,0	0,0	0	0
0001 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DE BRASÍLIA - FEPECS- PLANO PILOTO .	20000,0	0,0	0	0
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	1070084,0	888043,00	850805,23	850805,23
0014 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA PARA ALUNOS DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	30000,0	0,0	0	0
0001 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-BOLSA PERMANÊNCIA P/ ALUNOS DE GRADUAÇÃO DA ESCS - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	1040084,0	888043,00	850805,23	850805,23
2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	20000,0	26300,00	16046,12	16046,12
0003 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO-ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	20000,0	26300,00	16046,12	16046,12
2175 - FOMENTO À PESQUISA	194396,0	394000,00	377455,81	377455,81
4368 - FOMENTO À PESQUISA-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	194396,0	394000,00	377455,81	377455,81
2230 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO	30000,0	30000,00	0	0
0001 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO-BIBLIOTECAS - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	30000,0	30000,00	0	0
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	40000,0	89580,00	37629,17	37629,17
0001 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO-ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS- PLANO PILOTO .	40000,0	89580,00	37629,17	37629,17
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	30000,0	30000,00	8575,0	8575,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5744 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-EDUCAÇÃO PERMANENTE E CONTINUADA-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	30000,0	30000,00	8575,0	8575,0
9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	437400,0	437400,0	437400,0	437400,0
0001 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	437400,0	437400,0	437400,0	437400,0
9108 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA	77760,0	40197,00	40000,0	40000,0
0001 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA-BOLSA MONITORIA P/ ALUNOS DE GRADUAÇÃO DA ESCS-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	77760,0	40197,00	40000,0	40000,0
TOTAL - 6202 - SAÚDE EM AÇÃO	1939640,00	1935520,00	1767911,33	1767911,33

Educação Superior

O ensino de graduação em medicina e enfermagem da ESCS/Fepecs está fundamentado em uma formação científica e humanista, com práticas inovadoras, tendo como pressupostos a aprendizagem baseada em problemas (ABP), com currículo centrado no estudante e orientado à comunidade. Os princípios pedagógicos baseiam-se em metodologias problematizadoras de ensino-aprendizagem, integração ensino- serviço e a docência realizada por servidores da SES/DF.

Em ambos os cursos, a práxis pedagógica ocorre nos serviços de saúde da SES/DF, que servem como cenários para a aprendizagem em uma ação coletiva, pactuada e integrada, envolvendo estudantes e docentes com as equipes da rede de atenção à saúde. Desta forma, a inserção dos estudantes em atividades práticas nos serviços de saúde desde o 1º ano permite contato com pacientes e comunidade, visando à formação de vínculo e a responsabilização do discente com o serviço e a comunidade.

Número de estudantes de graduação da ESCS/Fepecs, segundo o curso:

Cursos de Graduação	Ingresso na ESCS			Estudantes - todas as séries		
	Nº de vagas preenchidas via SISU	Matrículas Sub judice	Transferências Ex officio	Matrículas Ativas	Desligamentos	Total de graduados
Medicina	80	1	2	434	1	79
Enfermagem	80	-	-	274	2	60
TOTAL	160	1	2	708	3	139

As informações da Tabela referem-se ao ano letivo 2021.

O total de vagas oferecidas pela ESCS é de 80 por curso de graduação e anualmente são preenchidas em 100% com ingresso de estudantes na 1ª série dos cursos.

As matrículas sub judice foram motivadas pelo indeferimento de matrículas, uma vez que os critérios estabelecidos no edital de seleção da ESCS pelo Sisu não foram preenchidos quanto ao estabelecido na Lei Distrital Nº 3.361, de 15/6/2004 (DODF Nº 114, de 17/6/2004), que regulamenta o sistema de cotas.

A transferência ex officio de acordo com o art. 1º da Resolução 02/2018 – CEPE/ESCS é decorrente da remoção ex officio para o Distrito Federal, de servidor público federal, civil ou militar, com fundamento no art. 49 da Lei nº 9.394/96, no art. 1º e parágrafo único da Lei nº 9.536/97, ou no art. 99 da Lei nº. 8.112/90

Matrículas ativas referem-se aos estudantes em atividades acadêmicas, os reprovados e os que solicitaram trancamento geral de matrícula. Este quantitativo pode variar durante o ano, em razão de desligamentos, decisão judicial, processo disciplinar escolar, jubramento ou óbito.

Os desligamentos ocorrem pelos seguintes motivos: a pedido, por estar ingressando em outra Instituição de Ensino Superior – IES e por Decisão Judicial.

Bolsa Monitoria:

A Bolsa Monitoria, no âmbito da ESCS/Fepecs, regulamentada pelas Instruções Nº 7/20074 e Nº 4/20125, caracteriza-se como um incentivo concedido aos estudantes de graduação (medicina e enfermagem) da Escola, previamente selecionados, com a finalidade de proporcionar-lhes oportunidade extracurricular de aprendizagem, estimular a formação de futuros docentes, bem como fornecer subsídios ao corpo docente visando ao melhor atendimento dos estudantes.

Anualmente é disponibilizado um total de 40 bolsas monitoria, divididas igualmente entre os cursos de graduação/ESCS, sendo os estudantes submetidos a processo seletivo. A Atividade de Monitoria do Curso de Medicina teve início em agosto e o Curso de Enfermagem a seleção finalizou no mês de agosto iniciando as atividades somente em setembro/2021.

Bolsas Monitoria concedidas mensalmente aos estudantes de graduação da ESCS/Fepecs, segundo o curso e o eixo, em 2021

Curso/Eixo	MEDICINA			ENFERMAGEM			Total Mensal de Bolsistas
	Anatomia	Histologia	Habilidades e Atitudes	Habilidades Profissionais em Enfermagem	Anatomia/Histologia	Módulos Temáticos	
Janeiro	0	0	0	0	0	0	0
Fevereiro	0	0	0	0	0	0	0
Março	0	0	0	0	0	0	0
Abril	0	0	0	0	0	0	0
Mai	0	0	0	0	0	0	0
Junho	0	0	0	0	0	0	0
Julho	0	0	0	0	0	0	0
Agosto	6	6	8	0	0	0	20
Setembro	6	6	8	10	0	10	40
Outubro	6	6	8	10	0	10	40
Novembro	6	6	8	10	0	10	40
Dezembro	6	6	8	10	0	10	40

Fonte: ESCS/FEPECS - 2021.

Bolsa de Iniciação Científica

O Programa de Iniciação Científica (PIC/ESCS) é um programa contínuo, gerido pela Coordenação de Pesquisa e Comunicação Científica - CPECC/ESCS, regido pela Instrução Fepecs Nº 18/2005, pelas Resoluções nº 01/2021 do Colegiado de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa (CoPGEP/ESCS) e nº 16/2006 do Cepe Centro De Estudos Pedagógicos (CEPE/ESCS), e também pela Resolução nº 17/2006 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

O PIC/ESCS tem como objetivos:

1. Despertar a vocação científica e desenvolver talentos dos discentes para a pesquisa por meio de atividades de natureza teórica, metodológica e ética, condizentes com as competências adquiridas nas áreas cognitivas e de habilidades práticas de pesquisa;
2. Contribuir para formação científica por meio da inserção dos discentes em atividades de pesquisa;
3. Estimular pesquisadores a envolverem os discentes em atividades científicas;
4. Estimular maior articulação entre a graduação e pós-graduação;
5. Proporcionar ao discente, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar científico e da criatividade, pautado no processo crítico-reflexivo estimulado pelo confronto direto com os problemas de pesquisa;
6. Ampliar o acesso e a integração do discente à cultura científica;
7. Reafirmar a pesquisa como processo acadêmico pautado nas exigências da realidade na formação do estudante, qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;

8. Fortalecer a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, despertando a vocação científica e talentos potenciais identificados entre os estudantes da graduação;
9. Contribuir para qualificação dos discentes participantes para ingresso em programas de stricto sensu;
10. Colaborar com o aumento da produção de conhecimento científico do corpo institucional, contemplando discentes e docentes;
11. Colaborar com a consolidação dos Grupos e Linhas de Pesquisa da instituição;
12. Contribuir para o cumprimento da Missão e Projeto Educacional da ESCS;
13. Contribuir para o desenvolvimento humano e econômico regional, ao colocar em prática conhecimentos resultante dos projetos de Iniciação Científica levados a efeito;
14. Aprimorar o processo de formação dos discentes.
15. Podem participar do Programa de Iniciação Científica os discentes de graduação da ESCS e os discentes da Escola Técnica de Saúde De Brasília (ETESB), na condição de bolsistas, através das bolsas "IC/ESCS", fomentadas pela FEPECS, conforme quantitativo discriminado pelo Edital, ou na condição de voluntários. Discentes de outras Instituições de Ensino Superior, dos cursos de graduação da área de ciências da saúde e afins podem concorrer às bolsas Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - "PIBIC/CNPq", fomentadas em caráter de contrapartida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, também conforme discriminado em edital.

O PIC/ESCS, edição 2020/2021, apoiou até abril 95 projetos de pesquisa de 65 orientadores com a participação de 168 estudantes (22,70% dos 740 estudantes matriculados na ESCS). Desse total, 105 estudantes são bolsistas, ou seja, 14,18% dos estudantes matriculados recebem bolsa de Iniciação Científica do PIC/ESCS. Nesta edição, não houve bolsas para estudantes da ETESB, já que não houve candidatos daquela instituição concorrendo no certame.

O PIC/ESCS, edição 2021/2022 está apoiando 90 projetos de pesquisa com a participação de 171 estudantes (23,12% dos cerca de 740 estudantes matriculados na ESCS). Nesta edição, não houve bolsas para estudantes da ETESB, já que não houve candidatos daquela instituição concorrendo no certame.

Em resumo, a cada 7 (sete) estudantes matriculados na ESCS, temos um bolsista do PIC/ESCS o que representa uma capacidade acadêmica importante para o SUS-DF.

O total de bolsas pagas para a Iniciação Científica foi de 81 (oitenta e uma bolsas), sendo 56 (cinquenta e seis) para estudantes de medicina e 25 (vinte e cinco) para estudantes de enfermagem. De abril a agosto de 2021 foram 57 (cinquenta e sete) para estudantes de medicina e 24 (vinte e quatro) para estudantes de enfermagem

Para a realização de tal despesa houve o gasto de 81 (oitenta e uma) bolsas mensais, no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) cada bolsa, referentes aos meses de janeiro a abril totalizando R\$145.800,00 (cento e quarenta e cinco mil e oitocentos reais).

Foram selecionados 90 projetos para a edição 2021/2022 com atividades em setembro de 2021, com a concessão de 81 (oitenta e uma) bolsas IC/ESCS no valor mensal de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) para estudante de graduação em medicina e enfermagem da ESCS, considerando que para este certame não houve estudantes concorrente da ETESB.

A despesa para o novo Programa está calculada no valor de R\$ 145.800,00 (cento e quarenta e cinco mil e oitocentos reais) para pagamento das bolsas referentes aos meses de setembro a dezembro de 2021.

Pesquisa em Saúde:

A Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Fepecs), seguindo a tendência de fomentar pesquisas para o desenvolvimento do sistema de saúde, criou a modalidade de Fomento à Pesquisa, através da Instrução Fepecs nº 21/2008. Em 2020 e início de 2021, os normativos afetos ao Programa foram atualizados, por meio da Instrução Fepecs nº 28/2020 e da Instrução Fepecs nº 03/2021.

O Programa de Fomento à Pesquisa tem como objetivos:

1. Financiar pesquisas em temas prioritários para a saúde da população do Distrito Federal definidos em edital de seleção, bem como contribuir com o aprimoramento do Sistema Único de Saúde no DF (SUS-DF).
2. Promover o desenvolvimento científico e tecnológico em saúde na SES-DF, aproximando os campos da educação, pesquisa e da atenção à saúde.
3. Contribuir para a formação e engajamento de recursos humanos para atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, colaborando para a formação de profissionais que se dedicam ao fortalecimento da capacidade inovadora que atenda às necessidades da SES-DF.
4. Fortalecer as áreas de pesquisa dentro da SES-DF, estimulando a produção e a transferência de conhecimentos e evidências que apoiem a construção de ações de promoção de saúde, de políticas públicas de saúde e de tomada de decisão em gestão.
5. Fomentar a interação intra e interinstitucional da SES-DF na pesquisa científica comprometida com as políticas públicas de saúde.

A Escola Superior de Ciências da Saúde- ESCS é o ator que tem operacionalizado e executado administrativamente o Programa de Fomento à Pesquisa, financiado pela Fepecs, por intermédio da Coordenação de Pesquisa e Comunicação Científica- CPECC.

Em 2021, nosso Programa de Fomento completa 14 anos, tendo financiado 108 (cento e oito) projetos de pesquisa no período de 2008 a 2020, o que fez com que o Programa se tornasse um dispositivo relevante para o desenvolvimento local dos serviços de saúde, além de uma ferramenta essencial para o desenvolvimento das pesquisas no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do DF/SES-DF.

A tabela a seguir evidencia os recursos investidos no período de 2008 a 2021, apontando a quantidade de projetos fomentados por ano e os respectivos valores concedidos.

Tabela – Valores concedidos pelo Programa de Fomento à Pesquisa da ESCS de 2008 a 2021:

Edital/Ano	Número de Projetos fomentados	Valor concedido (R\$)
57/2008	09	192.699,50
34/2009	11	147.761,15
02/2010	09	139.326,40
53/2010	03	50.000,00
12/2011	09	240.256,65
02/2012	09	308.859,00
18/2013	09	370.831,00
41/2013	04	129.000,00
11/2014	04	171.302,00
36/2015	05	331.698,21
16/2016	06	300.000,00
26/2017	07	417.915,30
16/2018	08	440.000,00
22/2019	10	459.900,00
15/2020	05	294.690,58
15/2021	05	374.000,00
Total em 13 anos	113	4.368.239,79

Fonte: CPECC/ESCS/FEPECS – dezembro/2021

Verifica-se, por meio dos dados apresentados acima, a quantidade de projetos fomentados e o valor financiado por ano, totalizando, entre 2008 e 2021, o financiamento de 113 projetos com investimento de R\$ 4.368.239,79 (quatro milhões, trezentos e sessenta e oito mil, duzentos e trinta e nove reais e setenta e nove centavos) do orçamento da Fepecs.

Anualmente, conforme previsão orçamentária da Fepecs, recursos são destinados ao Programa de Fomento para fins de financiamento de novos projetos de pesquisa no âmbito

da SES-DF. Os projetos são selecionados por meio de Processo Seletivo específico, o qual tem como objetivo avaliar o mérito científico dos projetos em si, além da produção científica e titulação dos pesquisadores responsáveis.

O repasse financeiro aos projetos selecionados ocorre mediante a assinatura de Termo de Outorga e Aceitação de Apoio Financeiro a Projeto de Pesquisa Científica, Tecnológica ou de Inovação, doravante denominado TOA, em nome do proponente do projeto, observando-se a legislação vigente. A duração dos projetos costuma variar de 24 a 36 meses, de modo que todos têm seu desenvolvimento técnico-científico acompanhado pela CPECC/ESCS, além das prestações de contas monitoradas pelo Comitê Permanente de Monitoramento de Projeto de Pesquisa - CMP/Fepecs.

Os Eixos de pesquisa que nortearam o certame em 2021 são resultado do Levantamento de Necessidades de Pesquisa para o SUS 2020/2021 – Distrito Federal, desenvolvido pela Coordenação de Pesquisa e Comunicação Científica - CPECC da Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS, quais sejam:

- Eixo 1 - Monitoramento de Epidemias e Catástrofes.
- Eixo 2 - Tecnologia e Inovação em Saúde
- Eixo 3 - Gestão Estratégica em Saúde Pública
- Eixo 4 - Atenção Integral em Doenças e Agravos.
- Eixo 5 - Comunicação, Gestão do Trabalho e Formação em Saúde

Revista CCS – Comunicação em Ciências da Saúde

O periódico Comunicação em Ciências da Saúde - CCS é uma publicação oficial da Escola Superior de Ciências da Saúde desde 2006. A revista foi criada em 1990 com o nome Revista de Saúde do Distrito Federal, mas a partir de 2006 obteve a designação atual, quando passou a integrar uma das principais frentes de trabalho da Coordenação de Pesquisa e Comunicação Científica (CPECC) da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS). O periódico CCS é um importante instrumento de divulgação da produção científica em ciências da saúde e, especialmente, dos trabalhos realizados pelos profissionais da área de saúde do Distrito Federal.

A publicação do periódico CCS tem por objetivo divulgar trabalhos científicos relacionados a todas as áreas de saúde e ciências afins, que contribuam para a compreensão e resolução dos problemas de saúde. Sua periodicidade é de 04 fascículos (números) por ano, disponibilizados gratuitamente no site da revista (www.escs.edu.br/revistaccs). O periódico está aberto a contribuições nacionais e internacionais, na forma de artigo original, ensaio, revisão sistemática com ou sem metanálise, overview de revisões sistemáticas, revisões de escopo (scoping review), artigo de opinião, relato de experiência, relato de caso e resenha.

A Revista CCS era distribuída em formato impresso, mas em 2017, como forma de adequação ao meio editorial acadêmico atual, foi desenvolvida sua versão online, para submissão, avaliação e publicação de artigos. O site com essa versão utiliza o Serviço de Editoração Eletrônica de Revistas – SEER, desenvolvido no Canadá sob o nome de Open Journal Systems (OJS) e disponibilizado gratuitamente para a ESCS/Fepecs por meio de parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT e a Universidade de Brasília.

Ao passar para o formato eletrônico, o periódico teve sua visibilidade ampliada e garantiu a expansão do acesso ao seu conteúdo para toda a rede do Sistema Único de Saúde (SUS), assim como para as instituições acadêmicas e para população em geral no Brasil e no mundo, já que a CCS é gratuita e está indexada na base de dados BVS/LILACS, importante base de dados especializada na área da saúde da América Latina, coordenada pela BIREME / OPAS / OMS.

Foram publicados 15 artigos referentes à edição do primeiro trimestre de 2021, além de mais 4 artigos em formato Ahead of Print da revista número 2 de 2021. No segundo quadrimestre de 2021 (maio a agosto), foi publicada a Revista v. 32 n. 02 (2021), com 12 artigos, disponível em DOI: <https://doi.org/10.51723/ccs.v32i02>.

No segundo quadrimestre também foram realizadas ações para apoiar os autores convidados a submeterem artigos no chamamento publicado em março de 2021, sobre a história da formação em saúde no DF: Fepecs e suas mantidas: ontem, hoje e amanhã. Ao todo foram recebidos 10 artigos, avaliados e em processo de revisão no momento. Estes comporão uma

seção especial na Revista 3/2021. Foi realizada parceria com a FIOCRUZ-RJ para a publicação de artigos dos egressos dos cursos de Especialização em Avaliação em Saúde, ofertado a servidores da SES-DF, por meio de Convênio entre a SES-DF e a FIOCRUZ. Foram realizadas reuniões e oficinas preparatórias para apoiar os coordenadores e egressos na transformação dos seus Trabalhos de Conclusão de Curso em artigos científicos. Esta ação visa contribuir para estreitar a lacuna entre a produção científica e os atores sociais tomadores de decisão na gestão e nos serviços de assistência à saúde. Estes manuscritos, se aprovados, comporão a Revista 4/2021.

Também no segundo quadrimestre de 2021, o Conselho de Política Editorial lançou o novo Manual do Autor da revista CCS. Neste manual as modalidades de artigo aceitas, assim como as normas para submissão de artigos foram atualizadas e passam a vigorar a partir de 1º de julho de 2021.

Quanto ao fluxo editorial da revista, após o aceite e publicação dos referidos artigos, há uma fila com 88 trabalhos submetidos para avaliação e posterior aceite/publicação ou recusa. Considerando que para cada artigo publicado ou recusado é necessária a avaliação de pelo menos 2 (dois) revisores ad hoc, a equipe editorial tem trabalhado conjuntamente com mais de 150 revisores de um total de 537 revisores cadastrados na plataforma eletrônica da revista, oriundos de diversas universidades e instituições de pesquisa do Brasil.

O processo de atualização e modernização da Revista CCS, bem como o alinhamento às políticas editoriais internacionais são responsáveis pela ampliação de acesso ao seu conteúdo, fato que tem sido confirmado pelo crescente número de visualizações de seus artigos. As estatísticas de acesso, geradas pela própria plataforma eletrônica OJS, demonstram que no ano de 2020 saímos da média de 100 a 200 visualizações mensais para mais de 22 mil visualizações no primeiro quadrimestre de 2021. No segundo quadrimestre de 2021 foram um total de 34 mil visualizações.

Desde janeiro, por meio de convênio com a Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), foi realizado um contrato com a empresa CrossRef para atribuição de Digital Object Identifiers (DOIs) a todos os artigos publicados na revista, uma grande conquista que corrobora para esse aumento expressivo na visibilidade do periódico.

Pós-Graduação (Stricto Sensu)

Consoante com o art. 44, III, da Lei nº 9.394/1996, a educação superior, pós-graduação stricto sensu, compreende programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Os programas e/ou cursos de pós-graduação stricto sensu da ESCS/FEPECS têm por finalidade a ampliação da base do conhecimento científico e a qualificação de pessoal com aptidão ao exercício de atividades profissionais na área do ensino, da pesquisa e da extensão nos campos do conhecimento das Ciências da Saúde.

Cursos de pós-graduação stricto sensu ofertados pela ESCS/Fepecs, segundo o público-alvo-2021.

Modalidade	Evento	Público alvo	Qtd
Doutorado	Doutorado Interinstitucional (2016/2021)	Docentes, pesquisadores, preceptores de graduação/ESCS e de residência/SES/DF	08
Total – Doutorado			08
Mestrado Acadêmico	Ciências da Saúde – 2ª turma (2018/2020)	Profissionais de Saúde	9
	Ciências da Saúde – 3ª turma (2019/2021)		12
	Ciências da Saúde – 4ª turma (2020/2022)		15
	Ciências da Saúde – 5ª turma (2021/2023)		16
Total – Mestrado Acadêmico			52
Mestrado Profissional	Ciências para a Saúde – 7ª turma (2018/2020)	Profissionais de saúde do SUS	04

Modalidade	Evento	Público alvo	Qtd
	Ciências para a Saúde – 8ª turma (2019/2021)		16
	Ciências para a Saúde – 9ª turma (2020/2022)		19
	Ciências para a Saúde – 10ª turma (2021/2023)		18
	Saúde da Família – ProfSaúde – 2ª turma (2018/2020)	Médicos, enfermeiros e odontólogos com atuação em saúde da família	7
	Saúde da Família – ProfSaúde – 3ª turma (2020/2022)		7
Total – Mestrado Profissional			71
TOTAL Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i>			131

Fonte: GCMD/CPGS/ESCS/Fepecs, janeiro/2022.

A tabela mostra a oferta de cursos vinculados aos Programas de Pós-Graduação stricto sensu (mestrado e doutorado). A seguir, uma breve descrição de cada curso:

- **Doutorado Interinstitucional (DINTER)** – Área de Avaliação Medicina II da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, desenvolvido a partir de parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Faculdade de Ciências da Saúde/ Universidade de Brasília (UnB), como instituição promotora, e a ESCS/Fepecs, como instituição receptora. O curso teve início no primeiro semestre de 2016 com 25 estudantes ingressantes e tem término previsto para 2021 e tem por objetivo a consolidação da pesquisa e dos programas de pós-graduação institucionais, bem como a viabilização de oferta futura de Curso de Doutorado próprio pela ESCS/FEPECS. Os estudantes da turma do doutorado DINTER são professores e preceptores que exercem atividades acadêmicas nos cursos de graduação e residência da ESCS e da SES/DF e por isso, esse curso favorece o aprimoramento profissional desses docentes e preceptores, o que se converte também em desenvolvimento para a escola e para um sólido fortalecimento institucional. A Pandemia de COVID-19 e todas as estratégias de enfrentamento adotadas, alterou o cronograma de coleta de dados e submissão de artigos dos alunos. Por esse motivo, foi solicitada a prorrogação do prazo máximo para Defesa das Teses. Atualmente o curso tem 08 estudantes matriculados, outros 15 doutorandos já defenderam a tese e concluíram o curso.
- **Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde** - teve início em 2017, com entradas anuais de 16 estudantes. Esse programa de pós-graduação stricto sensu tem proporcionado o desenvolvimento de pesquisas no sentido do fortalecimento do SUS tanto na atenção quanto no âmbito da qualidade da gestão. Além disso, esse programa tem dado oportunidade para que os professores da graduação da ESCS cursem um programa de mestrado. O Programa Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Escola Superior em Ciências da Saúde (PGCS/ESCS) possui como finalidade a formação de pessoal qualificado para o exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão nos campos do conhecimento das Ciências da Saúde. Apresenta estrutura multidisciplinar em consonância com o perfil predominante dos Programas e Cursos de Pós-Graduação da Área Medicina I, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A interdisciplinaridade é uma tendência que se consolidou nas últimas décadas nas Ciências da Saúde, visto que a geração do conhecimento com impacto relevante na saúde depende da interação e saberes variados, o que exige a atuação de profissionais com experiências e conhecimentos distintos. Desse modo, a formação acadêmica e profissional interdisciplinar conectada com as reais necessidades da população é uma característica indispensável das profissões de saúde, sendo comumente necessária a interação entre duas ou mais disciplinas, como método de pesquisa e de ensino, promovendo intercâmbio desde a simples comunicação das ideias até a integração mútua de conceitos, da epistemologia, da terminologia, dos procedimentos e das práticas, de modo a explorar a máxima potencialidade, a diversidade e a criatividade de cada ciência. Ademais, a conexão entre a interdisciplinaridade e a abordagem do processo da determinação da saúde tem

sido recomendada pelos organismos internacionais e consta como um dos desafios para o país. No terceiro Quadrimestre (nov/2021) iniciou-se a Quinta Turma do Programa, de 16 candidatos selecionados por meio do Edital nº 18, de 13 de julho de 2021.

- **Mestrado Profissional em Ciências para a Saúde** – Área de Avaliação Enfermagem da CAPES, com entradas anuais de 18 estudantes, resultado de demanda da SES/DF para qualificação dos profissionais inseridos nos serviços de saúde do SUS. No segundo semestre de 2017, a escola participou do Edital 27/2016 – parceria CAPES/COFEN, sendo contemplada com fomento para oito mestrandos da categoria profissional enfermeiro e por isso teve entrada desses alunos em turma extra de 08 estudantes. Os estudantes do programa de mestrado profissional desenvolvem pesquisas durante o período do curso que têm sido aplicados na prática produzindo mudança de rotinas, protocolos e condutas terapêuticas dos profissionais de saúde e nas políticas de saúde do idoso, do adulto e da mulher e da segurança do paciente. No terceiro Quadrimestre (nov/2021) iniciou-se a Décima Turma do Programa, de 18 candidatos selecionados por meio do Edital nº 25/2021, de 11 de agosto de 2021.
- **Mestrado Profissional em Saúde da Família (ProfSaúde)** – Área de Avaliação de Saúde Coletiva da CAPES. Foi proposto pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e integrada por Instituições de Ensino Superior (IES) associadas em Rede Nacional no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS[1]). Foi aprovado pela CAPES em 27/10/2015, tendo iniciado em 2017, com ingresso de 200 mestrandos, sendo 11 certificados pela ESCS. O Mestrado Profissional em Saúde da Família (PROFSAÚDE) é uma proposta de curso em rede nacional constituída por 18 instituições de ensino lideradas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e que conta com a retaguarda do Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), instituição que tem por finalidade atender às necessidades de capacitação e educação permanente dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio do desenvolvimento da modalidade de educação a distância na área da saúde. A proposta foi apresentada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e é apoiada pela Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC) e pela Associação Brasileira de Educação Médica Considerando que a Constituição Federal de 1988 (art.200 inc.III) e a Lei Orgânica da Saúde nº. 8.080/1990 (art.6 inc.III) determinam que o Sistema Único de Saúde é o ordenador da formação dos profissionais da área, este Curso tem a finalidade de atender à necessidade de formação de profissionais de saúde que atuam na Estratégia de Saúde da Família (ESF)/Atenção Básica (AB) nos diversos municípios brasileiros, preparando-os para atuarem como docentes nas pós graduações e graduações da área de saúde e como preceptores na ESF e nas residências multiprofissionais e médicas, com ênfase naquelas da área de saúde coletiva, promovendo profunda integração ensino-serviço, fortalecendo a rede de serviços do SUS e afirmando o seu papel como campo de práticas formativas. O programa tomou como base experiências anteriores, como os Mestrados Profissionais de Saúde da Família da Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família (RENASF), da ENSP/Fiocruz e da Fiocruz Mato Grosso do Sul/UFMS, e os cursos de especialização da Rede UNASUS, em especial os da Universidade Federal de Pelotas/UFPEL e da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre/UFCSPA. A proposta do curso está em sintonia com os objetivos do Programa Mais Médicos, lançado pelo Governo Federal como parte de um amplo pacto de melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), e que prevê, entre outros, aperfeiçoar médicos para atuação nas políticas públicas de saúde do País e na organização e funcionamento do SUS. Por esse motivo, a primeira turma do PROFSAÚDE foi destinada à formação de profissionais médicos. Esse destaque deve-se a necessidade de formação em grande escala de médicos aptos a atuar como preceptores na Residência Médica em Saúde da Família, como futuros docentes para graduação em medicina, bem como como supervisores e tutores em Saúde da Família. A partir da segunda turma, o curso contemplo também o ingresso de enfermeiros e odontólogos, com o objetivo de concretizar uma formação multiprofissional e dar ao egresso a qualificação para o exercício da docência e da supervisão em Saúde da Família. O corpo docente é composto por 90% de doutores permanentes nas instituições. São 18 instituições de ensino associadas, a seguir: Fundação Oswaldo Cruz, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Universidade Estadual Paulista, Universidade Federal Paulista, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal da Paraíba,

Universidade Federal do Sul da Bahia, Universidade Federal de Pelotas, Universidade de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Universidade Federal de Rondônia, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal do Paraná, Universidade Estadual de Montes Claros, Universidade Estadual do Amazonas e Escola Superior de Ciências da Saúde. Atualmente, a ESCS é responsável por oferecer vagas para estudantes do estado de Goiás. O ProfSaúde possibilita a capacitação de médicos, enfermeiros e odontólogos com a finalidade de atuarem nos Programas de Residência Médica e multiprofissional em Saúde de Família em nível nacional. No Terceiro Quadrimestre (out/2021) foi divulgado o Edital nº 01/2021, de Seleção Pública dos 7 candidatos que integrarão a Quarta Turma com início previsto para agosto/2022.

Bolsa Permanência:

A Bolsa Permanência é regulamentada no âmbito da Escola Superior de Ciências da Saúde pela Instrução nº 04, de 1º de fevereiro de 2018 e tem por objetivo garantir a permanência e conclusão da graduação dos estudantes beneficiados pela Lei nº 3361, de 15 de junho de 2004, que institui vagas para estudantes oriundos de Escolas Públicas do Distrito Federal.

O estudante interessado na Bolsa Permanência participa de processo seletivo que tem como requisito a situação financeira do candidato. Havendo seleção para admissão e renovação de bolsa.

Bolsas Permanência concedidas mensalmente aos estudantes de graduação da ESCS/Fepecs, segundo o curso



Cursos de Graduação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Medicina		19	19	82	82	82	100	102	101	102	102	102
Enfermagem			51	50	50	50	70	69	69	69	69	69
Total Mensal de Bolsistas		19	70	132	132	132	170	171	170	171	171	171

A tabela apresenta variação no quantitativo mensal das concessões ao longo do período visto que as séries dos respectivos Cursos iniciaram o ano letivo de 2021 em momentos diferentes.

O Curso de Medicina iniciou as atividades em fevereiro pelo internato com a 5ª e 6ª séries (renovação) em seguida de 1ª a 6ª que participaram do processo de renovação ou admissão à bolsa.

Quanto ao Curso de Enfermagem iniciou também com o internato, 4ª série, 2ª e 3ª série que participaram do processo de renovação e em seguida 1ª a 4ª participaram do processo de admissão à bolsa.

Vale ressaltar que os estudantes contemplados foram submetidos a processo de renovação da Bolsa Permanência e que os estudantes da 1ª série de ambos os Cursos após a data limite de ingresso na ESCS, 15/06/2021 e os estudantes das demais séries que ao longo do ano de 2020 deixaram de receber a Bolsa por motivos diversos, poderão submeter-se ao processo de admissão.

PÓS - Graduação (Lato Sensu)- Residências

RESIDÊNCIA MÉDICA

Residência Médica da SES/DF, segundo o hospital e a categoria, com coordenação pedagógica da ESCS/Fepecs - 2021

Hospitais e outras unidades da SES/DF	Categorias					Total Residentes	Total Programas
	R1	R2	R3	R4	R5		
Hospital de Base do Distrito Federal -HBDF/IGES-DF	120	110	38	04	04	276	43
Hospital Materno-Infantil de Brasília-HMIB	44	37	23	-	-	104	10
Hospital Regional da Asa Norte-HRAN	42	38	21	-	-	101	11
Hospital Regional de Ceilândia-HRC	22	22	15	-	-	59	05
Hospital Regional de Santa Maria -HRSM/IGES-DF	04	03	04	-	-	11	01
Hospital Regional de Sobradinho-HRS	30	27	16	-	-	73	06
Hospital Regional de Taguatinga-HRT	60	55	34	-	-	149	11
Hospital Regional do Gama-HRG	37	36	18	-	-	91	06
Hospital Regional do Paranoá-HRPa	17	16	12	-	-	45	04
Hospital São Vicente de Paula-HSVP	10	07	08	-	-	25	02
Residência em Rede	68	68	28	-	-	164	18
Hospital da Criança de Brasília José Alencar	12	16	01	-	-	29	09
TOTAL	466	435	218	04	04	1.127	126

A Residência em Saúde é uma modalidade de ensino em nível de pós-graduação lato sensu caracterizada pelo treinamento em serviço e supervisionada por profissionais habilitados. A ESCS/Fepecs apoia as atividades pedagógicas e administrativas das residências da SES/DF em dois dos tipos habilitados pelo Ministério da Educação: Residência Médica e Residência em Área Profissional da Saúde (multiprofissional e uniprofissional).

A tabela abaixo apresenta o número de profissionais médicos vinculados aos Programas de Residência Médica da SES/DF, segundo o hospital onde desenvolvem as atividades acadêmicas em 2021. Observa-se que a escola apoia as atividades pedagógicas e administrativas de 126 Programas, dos quais participam 1.127 residentes, distribuídos nos hospitais da SES/DF (HRAN, HMIB, HRC, HRT, HRG, HRL, HRS), no IGESDF- HBDF, o IGESDF-HRSM, no Hospital da Criança de Brasília José Alencar - HCB, FHB - Hemocentro e outras Unidades da SES/DF, as quais compõem os cenários de práticas da Residência Integrada da SES/DF;

Para o exercício de 2021 tivemos um acréscimo de 7% no número de programas de Residência Médica ofertados e um acréscimo de 5,47% no quantitativo de vagas ofertadas e preenchidas em relação ao exercício anterior;

Foram autorizados pela Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM/MEC para o ano de 2021 novos programas de Residência Médica: Comissão de Residência Médica - COREME SES (1) Geriatria, (2) Cirurgia do Aparelho Digestivo e (3) Oncologia Clínica pela COREME HBDF.

Durante a pandemia pela COVID-19, houve contingenciamento de residentes no cenário, visando evitar contaminação dos estudantes, entretanto, as atividades da Residência não foram interrompidas no âmbito da SES.

Embora tenham sido estabelecidas lacunas de formação para os programas cirúrgicos, em função da pandemia pela COVID-19 que priorizou o atendimento destes pacientes na Rede SES, o MEC não aprovou a prorrogação do tempo de permanência dos residentes nos respectivos programas de Residência.

RESIDÊNCIA EM ÁREA PROFISSIONAL DE SAÚDE

Programas de Residência em Áreas Profissionais de Saúde da SES/DF, com coordenação pedagógica da ESCS/Fepecs – 2021

Modalidade	Programas em REDE SES/DF	R1	R2	R3	Total de Residentes
	Terapia Intensiva	47	35	-	82
	Saúde do Adulto e Idoso	54	32	-	86
	Saúde Mental – Adulto	26	36	-	62
	Urgência e Trauma	20	18	-	38
	Saúde da Criança	22	18	-	40
	Atenção Oncológica	23	23	-	46
	Saúde Coletiva	-	-	-	-
	Atenção Cardíaca	08	-	-	08
Multiprofissional	Saúde Mental – Infanto-Juvenil	21	10	-	31
	Gestão em Políticas Públicas	15	08	-	23
	Saúde da Família	22	30	-	52
	Cuidados Paliativos	15	12		27
	Nefrologia	18	19		37
Total Multiprofissional		291	241		532
Uniprofissional	Enfermagem em Centro Cirúrgico	40	66	-	106
	Enfermagem Obstétrica	15	15	-	30
	Cirurgia Bucomaxilofacial	02	03	02	07
Total Uniprofissional	57	57	84	02	143
TOTAL	348	325	02	675	675

A tabela apresenta o diagnóstico situacional dos Programas de Residência em Áreas Profissionais de Saúde, 1º, 2º e 3º anos, em 2021. Um total de 675 residentes, entre enfermeiros, nutricionistas, odontólogos (Cirurgião Dentista), psicólogos, farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, assistentes sociais e gestores em políticas públicas, distribuídos em 15 Programas, sendo 12 multiprofissionais e 03 uniprofissionais, estando 78% dos profissionais atuando na modalidade multiprofissional e 22% na modalidade uniprofissional.

Durante a pandemia pela COVID-19, houve contingenciamento de residentes no cenário, visando evitar contaminação dos estudantes, entretanto, as atividades da Residência não foram interrompidas no âmbito dos cenários de prática da SES.

Especialização

No último quadrimestre do ano de 2021 a CPLE finalizou a oferta de vagas para a primeira turma do Curso de Especialização em Gerontologia, destinado a servidores da SES, IGESDF, HCB, Hemocentro e Comunidade, para o qual foram ofertadas 24 vagas.

Após liberação de dotação orçamentária, foram ofertadas mais 220 vagas para os Cursos de Especialização em Gestão de do Sistema Brasileiro de Transplantes de Órgãos e Tecidos, Especialização em Medicina Intensiva, Especialização em Preceptoria de Residência Médica, Especialização em Preceptoria de Residência Multiprofissional, Especialização em Gestão de Saúde Pública e Especialização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, com previsão de término em 2022.

Finalizamos 2021 com oferta de 244 vagas em Curso de Pós-Graduação Lato Sensu na área de concentração de Ciências da Saúde e Gestão de Serviços de Saúde, cumprindo e ultrapassando a meta prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional da Escola Superior de Ciências da Saúde.

Extensão

Foram ofertadas 6.450 vagas distribuídas em 11 diferentes atividades, entre projetos e cursos de extensão. A seguir apresentamos cada atividade realizada:

Eventos de extensão acadêmica desenvolvidos pela ESCS/fepecs, segundo o público-alvo – 2021

DISCRIMINAÇÃO DO EVENTO	PÚBLICO ALVO	PERÍODO	VAGAS
Projeto de Extensão da Liga Acadêmica de Cuidados Paliativos da Escola Superior de Ciências da Saúde, intitulado "A abordagem dos Cuidados Paliativos na Assistência Interprofissional em Saúde"	Estudantes do Curso de Graduação em Enfermagem e participantes da LACP	15/04/2021 a 20/12/2021	18
Projeto de Extensão intitulado "Projeto de Extensão da Liga Acadêmica de Endocrinologia e Diabetes (LACED)"	Acadêmicos da área de saúde	Janeiro/2021 a abril/2021	25
Curso de extensão: "curso fundamental de tanatologia" Liga Acadêmica de Medicina Paliativa	Acadêmicos e profissionais da área de saúde	03/03/2021 a 14/04/2021	30
Total de vagas Projetos			73

Fonte: NEEEx/GREEx/CPLE

Cursos de extensão acadêmica desenvolvidos pela ESCS/fepecs, segundo o público-alvo – 2021

CURSO DE EXTENSÃO	PÚBLICO ALVO	VAGAS
Prevenção e controle de infecções	profissionais de saúde residentes	839
Prevenção e controle de infecções	médicos residentes	975
Epidemiologia básica	residência multiprofissional	834
Bioética e ética profissional	médicos residentes	910
Epidemiologia básica	médicos residentes	1.025
Bioética e ética profissional	residência multiprofissional	666
Metodologia científica	profissionais de saúde residentes	949
Metodologia científica	residentes multiprofissionais	179
Total de Vagas Cursos		6.377

Fonte: GREEx/CPLE

Educação Profissional - ETESB

A Educação Profissional caracteriza-se como uma modalidade de ensino da Educação Básica, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, às ciências e às tecnologias. É voltada para o estudante matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio ou superior e para os trabalhadores em geral, jovens ou adultos.

A ETESB/FEPECS tem como finalidade promover a Educação Profissional em Saúde, em conformidade com a legislação educacional vigente nos níveis local e federal, fundamentada nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), contribuindo para a melhoria da atenção à saúde, em todos os níveis de complexidade.

São objetivos da Escola Técnica de Saúde de Brasília (ETESB):

- Assegurar e manter a oferta de cursos na modalidade de Educação Profissional na área de saúde, que abrange:
 - a) Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação;
 - b) Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Técnico de Nível Médio e Especialização Técnica de Nível Médio.
- Atuar, em parceria com outras instituições, oferecendo cursos e outras estratégias educativas, objetivando a elevação da escolaridade e a ampliação das competências dos trabalhadores da saúde, visando à melhoria das suas atividades laborais;
- Fomentar a pesquisa e a produção científica, correlacionando aspectos teóricos e práticos e contribuindo para a melhoria dos processos assistenciais e educativos desenvolvidos pela Escola;
- Contribuir com a SES/DF, oferecendo, aos seus profissionais, ações educacionais alinhadas às suas necessidades;
- Favorecer o intercâmbio entre os profissionais que atuam em diferentes áreas de trabalho no setor saúde e aqueles que atuam na Educação Profissional em saúde, construindo assim, visões compartilhadas entre a assistência e a educação;

- Desenvolver e implantar propostas de capacitação docente para os profissionais de saúde que atuam na ETESB, bem como aos profissionais da SES/DF e outros órgãos conveniados, que tenham interesse em trabalhar na Escola como docente, instrutor, supervisor e/ou preceptor;
- Colaborar no desenvolvimento de estratégias educativas em saúde a serem utilizadas pelos discentes junto à comunidade.

De acordo com a Resolução nº 1/2018 – CEDF, a Educação Profissional abrange os cursos de: Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

1. Técnico de Nível Médio - sujeitos à aprovação pela Secretaria de Estado de Educação do DF (SEE/DF); são oferecidos para aqueles que possuem o nível médio e idade mínima de 18 anos;
2. Especialização Técnica de Nível Médio (sujeitos à aprovação pela SEE/DF) destinam-se àqueles que já possuem o curso técnico completo;
3. Formação Inicial e Continuada ou Qualificação; e
4. Cursos Livres – abrange a comunidade e servidores da SES/DF.

Tabela de referência - Cursos de Educação Profissional ofertados pela ETESB/FEPECS, segundo o público-alvo, 2021.

Modalidade	Curso	Público Alvo	Qtd.	Situação
Cursos Técnicos	Enfermagem	Comunidade	37	Em andamento
	Análises Clínicas	Comunidade	0	Sem oferta
	Saúde Bucal	Comunidade	35	Em andamento
Total – Técnicos			72	
Cursos Especialização			0	Sem oferta
Total – Especialização Técnica de Nível Médio			0	
Cursos Livres	Biossegurança em Saúde Bucal – 1º Turma	Comunidade e Servidores da SES/DF	20	Finalizado
	SUS e Cidadania	Comunidade e Servidores da SES/DF	430	Em andamento
	Biossegurança em Saúde Bucal – 2º Turma	Comunidade e Servidores da SES/DF	37	Em andamento
Total – Cursos Livres			487	
Total - Educação Profissional Técnica de Nível Médio			72	
			TOTAL	559

Fonte ETESB/FEPECS, JANEIRO/2022

A tabela detalha as modalidades, cursos e público alvo da Educação Profissional de 2021.

A ETESB obedecendo ao calendário divulgado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal iniciou as aulas presenciais do curso Técnico em Saúde Bucal e Técnico em Enfermagem no dia 23 de agosto de 2021.

O Curso de Técnico em Enfermagem é oferecido desde 1960, e destaca os valores ético-profissionais que orientam a atuação do Técnico em Enfermagem no mundo do trabalho. Este Curso, com carga horária de 1800 horas, distribuídas em momentos presenciais na ETESB e em cenários de prática, além de atividades extraclasse e, aulas à distância, conforme legislação vigente. O Curso visa atender às necessidades de formação de profissionais Auxiliares de Enfermagem (AE) e Técnicos em Enfermagem (TE) dos programas públicos de saúde no âmbito distrital (Secretaria de Estado de Saúde e SUS-DF) e nacional (Sistema Único de Saúde - Ministério da Saúde). A abordagem adotada é a da promoção, recuperação e reabilitação da saúde, de forma a incrementar a qualidade e a integralidade da atenção à saúde nas comunidades atendidas. Assim, propõe-se uma formação crítico-reflexiva sobre os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, os direitos do cidadão e as necessidades de saúde da população.

O Curso de Técnico em Saúde Bucal possui carga horária de 1600 horas, distribuídas em momentos presenciais na ETESB e em cenários de prática, além de atividades extraclases e, aulas à distância, conforme legislação vigente. O Curso tem como objetivo atender as necessidades de formação de profissionais Auxiliares em Saúde Bucal (ASB) e Técnicos em Saúde Bucal (TSB) dos programas públicos de saúde no âmbito distrital (Secretaria de Estado de Saúde do DF) e nacional (Programa Brasil Sorridente – Ministério da Saúde), bem como a atuação na iniciativa privada. A abordagem adotada contempla a promoção, a recuperação e a reabilitação da saúde bucal, de forma a incrementar a qualidade e a integralidade da atenção à saúde nas comunidades atendidas. Assim, propõe-se uma formação crítico-reflexiva sobre os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, os direitos do cidadão e as necessidades de saúde da população.

Foram oferecidos ainda o Curso Livre em Biossegurança para os profissionais de saúde bucal e o Curso Livre SUS e Cidadania.

O Curso de Biossegurança possui carga horária teórica de 40 (quarenta) horas, sem atividades práticas, tem como objetivo o aprimoramento da Biossegurança em Odontologia, na rotina clínica diária com a finalidade de proteger e assegurar ao paciente, ao profissional e sua equipe o controle de infecção, a prevenção da contaminação cruzada no ambiente de trabalho e a transmissão de doenças infecciosas, principalmente nesse momento frente à pandemia da COVID 19.

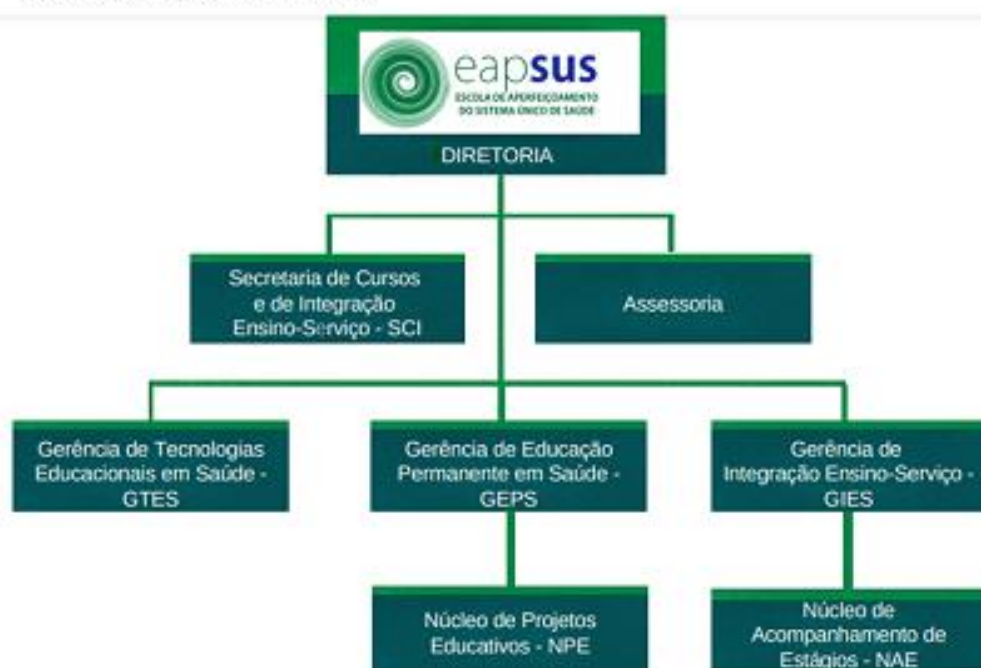
O Curso SUS e Cidadania possui carga teórica de 80 (oitenta) horas, tem como objetivo ampliar o conhecimento a respeito do Sistema único de Saúde (SUS) e das situações que interferem nos estados de saúde e doença das pessoas.

Os cursos oferecidos aos servidores da SES/DF são de relevância significativa, impactando na ampliação da eficiência dos processos realizados nas suas unidades de saúde, na melhoria do atendimento à população por meio das suas equipes de Saúde da Família e nas ações educativas voltadas para o processo do cuidar.

Escola de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde – EAPSUS

A Escola de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde – EAPSUS é uma das Escolas mantidas pela Fepecs e apresenta-se como principal parceira da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) para a efetivação da Política de Educação Permanente em Saúde.

Atual organograma EAPSUS:



São atribuições da EAPSUS:

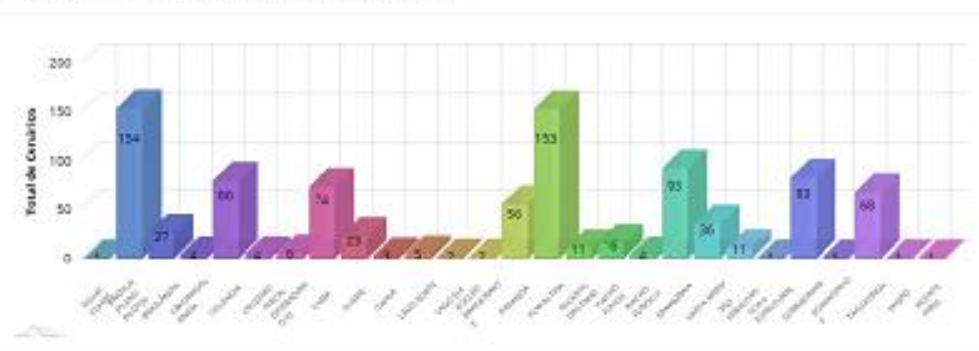
- Contribuir com o fortalecimento da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, por meio da execução do Plano de Educação Permanente do Distrito Federal, em parceria com a SES/DF, propondo e desenvolvendo atividades junto aos profissionais de saúde e demais atores envolvidos com educação em saúde, além do estimular a participação do controle social, com vistas ao fortalecimento do Sistema de Saúde do Distrito Federal;
- Promover o aperfeiçoamento, atualização, capacitação de gestores e profissionais da Rede de Atenção à Saúde em seus diferentes níveis no âmbito da SES/DF;
- Promover a integração ensino-serviço no âmbito da SES/DF, por meio do encaminhamento de estudantes das Instituições de Ensino conveniadas aos cenários de prática da SES/DF, bem como, a normatização das atividades práticas curriculares;
- Conceder Treinamento em Serviço nas Unidades Administrativas e de Saúde, bem como Entidades Vinculadas à SES/DF, a servidores pertencentes ao quadro permanente de pessoal da SES/DF e a outros profissionais que não pertençam ao quadro da SES/DF, visando o aprimoramento técnico de suas competências.

Atualmente são 26 instituições de ensino conveniadas, sendo 13 instituições de nível superior, 1 instituição de nível superior e técnico; e 12 instituições de nível técnico. A maioria das instituições é privada exceto a Universidade de Brasília e o CEP Saúde, sendo esta, de nível técnico. Entretanto, no momento, uma instituição está com o convênio suspenso: ITEB.

Atualmente, estudantes de 98 (noventa e oito) cursos, sendo: 69 (sessenta e nove) de nível superior e 29 (vinte e nove) de nível técnico – estão aptos a desenvolver atividades práticas curriculares nos cenários de ensino da SES-DF.

Foram encaminhados 17.856 estudantes às atividades práticas curriculares em cenários da SES-DF de todas as regiões de saúde – sendo que a maioria dos planos de trabalho se refere aos cursos de Técnico em Enfermagem, Enfermagem e Medicina.

QUANTIDADE DE CENÁRIOS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA



Percebe-se que a maioria dos cenários de ensino está concentrada na Região de Saúde Norte – incluindo cenários localizados em Planaltina e Sobradinho.

Estágio Curricular e Atividade Prática Supervisionada:

Dados de janeiro a dezembro de 2021	
Número de instituições	22
Estudantes	17.856
Estágios	63.862
Nº de estudantes da atenção básica	7.811
Nº de estágios na atenção básica	16.170
Nº de estudantes da média/alta complexidade	10.045
Nº de estágios da média/alta complexidade	47.692

Fonte: EAPSUS 2021

Em 2021 foram encaminhados 17.856 estudantes às atividades práticas curriculares em cenários da SES-DF de todas as regiões de saúde – sendo que a maioria dos planos de trabalho se refere aos cursos de Técnico em Enfermagem, Enfermagem e Medicina.

Ação Capacitação de pessoas - Educação Permanente continuada - FEPECS/DF:

Produto/Unidade	Fonte	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Servidor Capacitado	EAPSUS	-	269	1.462	639	654	75	579	830	1.219	529	714	393

Fonte: Eapsus,2022.

Informamos que as ações educativas para capacitação ocorreram sem dotação orçamentária no período de janeiro a dezembro de 2021

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
17 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS PARTICIPANTES DAS AÇÕES EDUCATIVAS	PERCENTUAL		01/01/2001	Bimestral	100,00	90,00	100,00	100,00	100,00	X	100,00	X	SECRETARIA DA ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - EAPSUS/DF/ UO 23203 / OE 63
<p>Justificativa: 2020 - A avaliação foi realizada de três formas diferentes, de acordo com o tipo de ação educativas: Presencial, EAD, Webconferência. 2021 - 1. NÚMERO DE PARTICIPANTES QUE OBTIVERAM MÉDIA DE SATISFAÇÃO ACIMA DE 7,0 /2. NÚMERO DE PARTICIPANTES DAS AÇÕES EDUCATIVAS, MULTIPLICAR POR 1001. NÚMERO DE PARTICIPANTES QUE OBTIVERAM MÉDIA DE SATISFAÇÃO ACIMA DE 7,0 = 160802. NÚMERO DE PARTICIPANTES DAS AÇÕES EDUCATIVAS = 16080 Quando o item 1 é dividido pelo item 2 é igual a 1, que multiplicado por 100 dá um resultado de 100%.</p>													
16 - PERCENTUAL DE CONCLUINTE DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	80,00	70,00	80,00	75,00	80,00	X	80,00	X	SECRETARIA DO CURSO DE ENFERMAGEM DA ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - DF/ UO 23203 / OE 63
<p>Justificativa: 2021 - Anualmente, a ESCS oferece 80 vagas para cada curso de graduação, por meio do SISU, as quais são preenchidas 100%. Com referência ao ano de 2021, o Curso de Enfermagem graduou no dia 16 de dezembro 60 (sessenta) ENFERMEIROS. Destaca-se que o percentual alcançado quanto à conclusão dos formandos do curso de enfermagem do ano de 2021 deve-se aos desligamentos, reprovações, trancamentos dos estudantes ao longo dos 4 (quatro) anos de curso.</p>													
16 - PERCENTUAL DE CONCLUINTE DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM	PERCENTUAL		01/01/2001	Semestral	80,00	70,00	80,00	75,00	80,00	X	80,00	X	SECRETARIA DO CURSO DE ENFERMAGEM DA ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - DF/ UO 23203 / OE 63
<p>Justificativa: 2020 - Anualmente a ESCS oferece 80 vagas para cada curso de graduação em enfermagem, por meio do SISU, as quais são preenchidas 100%. Com referência ao ano de 2020 o curso de enfermagem graduará no próximo dia 1º de fevereiro de 2021 um total de 56 (cinquenta e seis) estudantes.</p>													
15 - PERCENTUAL DE CONCLUINTE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	80,00	93,70	80,00	98,00	80,00	X	80,00	X	SECRETARIA DO CURSO DE MEDICINA DA ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - DF/ UO 23203 / OE 63
<p>Justificativa: 2021 - Anualmente, a ESCS oferece 80 vagas para cada curso de graduação, por meio do SISU, as quais são preenchidas 100%. Com referência ao ano de 2021, o Curso de Medicina/ESCS graduou um total de 79 (setenta e nove) MÉDICOS.</p>													
15 - PERCENTUAL DE CONCLUINTE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA	PERCENTUAL		01/01/2001	Semestral	80,00	93,70	80,00	98,00	80,00	X	80,00	X	SECRETARIA DO CURSO DE MEDICINA DA ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - DF/ UO 23203 / OE 63
<p>Justificativa: 2020 - Anualmente a ESCS oferece 80 vagas para cada curso de graduação em medicina, por meio do SISU, as quais são preenchidas 100%. No ano de 2020 o curso de medicina graduou no mês de dezembro um total de 75 (setenta e cinco) estudantes.</p>													
18 - TAXA DE EVASÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TÉCNICA E PÓS-TÉCNICA	PERCENTUAL	12,00	01/05/2019	Anual	12,00	29,20	12,00	37,50	12,00	X	12,00	X	SECRETARIA DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DE BRASÍLIA - ETESEB/DF/ UO 23203 / OE 63
<p>Justificativa: 2020 - Diversas causas são consideradas para a evasão escolar, tais como: situações particulares em que o estudante não revela à Escola, aprovação em concurso público em que o horário do curso se torna incompatível com o emprego, aprovação em vestibular, doença em família ou do próprio estudante entre outros. 2021 - A evasão escolar na Escola Técnica de Saúde de Brasília historicamente ocorre por fatores externos à atividade escolar. Foi constatado que um dos motivos da evasão é a necessidade financeira dos alunos, fazendo com que jovens e adultos abandonem o curso de forma precoce e busquem meio de sustento. Buscando diminuir a evasão a ETESEB está propondo uma bolsa para os alunos dos cursos técnicos.</p>													
13 - PROGRESSÃO DE CONHECIMENTOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA	NOTA		01/01/2001	Anual	5,00	0,00	5,00	4,95	5,00	X	5,00	X	SECRETARIA DA ESCOLA DE MEDICINA DA ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - DF/ UO 23203 / OE 63
<p>Justificativa: 2021 - O teste de progresso é anual e mede-se por pontos. De acordo com o estabelecido no PPA 2020/2023, o desejado é de um incremento de no mínimo 5 pontos para cada série do Curso no período. Observa-se que o alcançado em 2021 ficou apenas 0,05 pontos abaixo do índice desejado. Uma possibilidade decorrente decorre da dificuldade dos estudantes se adaptarem ao ensino remoto, adotado devido à emergência sanitária causada pelo SARS-CoV-2. O teste é elaborado e aplicado pelo Consórcio do Teste de Progresso da Região Centro Oeste que congrega 35 escolas de medicina. A mesma prova é aplicada simultaneamente para todos os estudantes. Do resultado é extraído o indicador de progressão de conhecimentos dos estudantes ao longo do curso de graduação em medicina. O desejado é que cada série obtenha um percentual de acertos 5 pontos acima da série anterior.</p>													
13 - PROGRESSÃO DE CONHECIMENTOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA	NOTA		01/01/2001	Semestral	5,00	0,00	5,00	4,95	5,00	X	5,00	X	SECRETARIA DA ESCOLA DE MEDICINA DA ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - DF/ UO 23203 / OE 63
<p>Justificativa: 2020 - A progressão de conhecimentos dos estudantes dos Cursos e Graduação é aferida no segundo semestre pelo teste de progresso anual. O teste é elaborado e aplicado pelo Consórcio do Teste de Progresso da Região Centro Oeste que congrega hoje 35 escolas de medicina. A mesma prova é aplicada simultaneamente para todos os estudantes. Do resultado é extraído o indicador de progressão de conhecimentos dos alunos ao longo dos cursos de graduação. A meta é que cada série obtenha um percentual de acertos 5% acima da série anterior. Ocorre que devida a emergência sanitária causada pela pandemia da COVID-2019 o teste não foi aplicado no ano de 2020</p>													
14 - PROGRESSÃO DE CONHECIMENTOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM	NOTA		01/01/2001	Anual	5,00	0,00	5,00	4,10	5,00	X	5,00	X	SECRETARIA DO CURSO DE ENFERMAGEM DA ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - DF/ UO 23203 / OE 63
<p>Justificativa: 2021 - O teste de progresso é anual e mede-se por pontos. De acordo com o estabelecido no PPA 2020/2023, o desejado é de no mínimo 5 pontos para cada série do Curso no período. O Teste de Progresso Anual (TPA) da Enfermagem foi realizado após 1ano e 8 meses de atividades teóricas em ambiente virtual, devido ao momento pandêmico. Não houve atividades de estágio em situação real de trabalho.</p>													
14 - PROGRESSÃO DE CONHECIMENTOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM	NOTA		01/01/2001	Semestral	5,00	0,00	5,00	4,10	5,00	X	5,00	X	SECRETARIA DO CURSO DE ENFERMAGEM DA ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - DF/ UO 23203 / OE 63
<p>Justificativa: 2020 - A progressão de conhecimentos dos estudantes dos Cursos e Graduação é aferida no segundo semestre pelo teste de progresso anual. O teste é elaborado e aplicado pelo Consórcio do Teste de Progresso da Região Centro Oeste que congrega hoje 35 escolas de medicina. A mesma prova é aplicada simultaneamente para todos os estudantes. Do resultado é extraído o indicador de progressão de conhecimentos dos alunos ao longo dos cursos de graduação. A meta é que cada série obtenha um percentual de acertos 5% acima da série anterior. Ocorre que devida a emergência sanitária causada pela pandemia da COVID-2019 o teste não foi aplicado no ano de 2020</p>													

IN017 - EAPSUS:

Ações Educativas postadas no YOUTUBE - Satisfação 97,56% (Alcance: 25.812 pessoas)

Ações Educativas na plataforma moodle - Satisfação/média das notas: 9,2 (Alcance: 15.941 pessoas)

Ações Educativas presenciais - Satisfação/média das notas: 9,9 (Alcance: 139 pessoas).

IN016 - ESCS:

Anualmente a ESCS oferece 80 vagas para cada curso de graduação por meio do SISU, as quais são preenchidas 100%. Com referência ao ano de 2021 o Curso de Enfermagem graduou no dia 16 de dezembro 60 (sessenta) ENFERMEIROS.

Informações complementares: Destacamos que o percentual alcançado quanto à conclusão dos formandos do curso de enfermagem do ano de 2021, deve-se aos desligamentos, reprovações, trancamentos dos estudantes ao longo dos 4 (quatro) anos de curso.

IN015 - ESCS:

Anualmente a ESCS oferece 80 vagas para cada curso de graduação por meio do SISU, as quais são preenchidas 100%. Com referência ao ano de 2021 o Curso de Medicina/ESCS graduou um total de 79 (setenta e nove) MÉDICOS.

IN018 - ETESB:

A evasão escolar na Escola Técnica de Saúde de Brasília historicamente ocorre por fatores externos à atividade escolar. Foi constatado que um dos motivos da evasão é a necessidade financeira dos alunos, fazendo com que jovens e adultos abandonem o curso de forma precoce e busquem meio de sustento. Buscando diminuir a evasão a ETESB está propondo uma bolsa para os alunos dos cursos técnicos.

IN013 - ESCS:

O teste de progresso é anual e mede-se por pontos. De acordo com o estabelecido no PPA 2020/2023 o desejado é de um incremento de no mínimo 5 pontos para cada série do Curso no período. Observa-se que o alcançado em 2021 ficou apenas 0,05 pontos abaixo da meta estabelecida, uma possibilidade decorrente é devida a dificuldade dos estudantes se adaptarem ao ensino remoto, adotado devido a emergência sanitária causada pelo SARS-CoV-2.

Informações complementares: O teste é elaborado e aplicado pelo Consórcio do Teste de Progresso da Região Centro Oeste que congrega 35 escolas de medicina. A mesma prova é aplicada simultaneamente para todos os estudantes. Do resultado é extraído o indicador de progressão de conhecimentos dos estudantes ao longo do curso de graduação em medicina. A meta é que cada série obtenha um percentual de acertos 5 pontos acima da série anterior.

IN014 - ESCS:

O teste de progresso é anual e mede-se por pontos. De acordo com o estabelecido no PPA 2020/2023 o desejado é de no mínimo 5 pontos para cada série do Curso no período. O Teste de Progresso Anual (TPA) da Enfermagem foi realizado após 1ano e 8 meses de atividades teóricas em ambiente virtual, devido ao momento pandêmico. Não houveram atividades de estágio em situação real de trabalho

8202 - SAÚDE - GESTÃO E MANUTENÇÃO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	1350495,0	450495,00	439575,19	396314,47
0068 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	1350495,0	450495,00	439575,19	396314,47
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	9432810,0	10332810,00	9348482,25	9347060,65
0097 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	3610210,0	4126210,00	3676697,66	3675276,06
7006 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DOCENTES - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	5822600,0	6206600,00	5671784,59	5671784,59

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	227400,0	227400,00	149338,67	149338,67
7009 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	227400,0	227400,00	149338,67	149338,67
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	4560000,0	4318120,00	3712704,71	3587887,53
0136 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-VIGILÂNCIA E SEGURANÇA-DISTRITO FEDERAL	2250000,0	2427476,00	2427476,00	2427476,00
0169 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-LIMPEZA E CONSERVAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	1700000,0	1238434,00	835070,92	710253,74
0171 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-GERAL-DISTRITO FEDERAL	610000,0	652210,00	450157,79	450157,79
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	340000,0	586000,0	499060,60	499060,60
0085 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	340000,0	586000,0	499060,60	499060,60
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	100000,0	100000,0	56239,52	56239,52
6978 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	56239,52	56239,52
TOTAL - 8202 - SAÚDE - GESTÃO E MANUTENÇÃO	16010705,00	16014825,00	14205400,94	14035901,44

Trabalhos desempenhados:

- Implantação de solução de link de internet dedicado, para Escola de Samambaia;
- Início da Execução do Contrato de Manutenção Predial tendo como etapas: obras de reparos nos banheiros de atendimento público e da administração, gabinete e telhado do hall de entrada da FEPECS, reforma dos Laboratório da ETESB, troca do piso do hall de entrada da ESCS, reforma da sala da Diretoria Executiva e da Diretoria da EAPSUS;
- Quitação dos valores de responsabilidade desta FEPECS, no exercício de 2021, junto ao FPDF através de descentralizações referente aos contratos: Contrato emergencial nº 050/2020 -SES/DF (pagamento indenizatório) BRA Serviços Administrativos Ltda - Serviço de limpeza , higienização conservação, asseio e desinfecção, Contrato nº 043445/2021 - SES/DF, Lote 2 Climática Engenharia Eireli - Prestação de serviço de manutenção predial e parte dos Contrato nº 068/2017-SES/DF Lote 10 (4º TA), Contrato nº 073/2017-SES/DF - AVAL Empresa de Segurança Ltda e IPANEMA Segurança Ltda;
- Conclusão da Execução do Contrato de Manutenção Predial tendo como etapas: obras de reparos nos banheiros de atendimento público e da administração, gabinete e telhado do hall de entrada da FEPECS, reforma dos Laboratório da ETESB, troca do piso do hall de entrada da ESCS, reforma da sala da Diretoria Executiva e da Diretoria da EAPSUS;
- Execução de Contrapartida de Convênios - Aquisições de bens e serviços, necessários ao bom andamento da FEPECS, por meio de Contrapartida de Convênios;
- No mês de novembro de 2021 a reforma da sala da Eapsus foi concluída e entregue. A reforma contribuirá de forma significativa para a qualidade do trabalho desenvolvido pelos servidores da Escola;
- Aquisição de equipamentos de informática, tecnologia: Objetivando atender às demandas e promover melhor transmissão das atividades remotas da Escola de Aperfeiçoamento do SUS - EAPSUS, quais sejam, reuniões, ações educativas online,

gravação de aulas, transmissão de ações educativas ao vivo e demais ações que possam ser desenvolvidas nessa modalidade, foram realizadas as seguintes aquisições:

- a) 01 (um) Kit de iluminação;
 - b) 01 (um) Câmera fotográfica e acessórios;
 - c) 01 (um) Headset com Microfone ;
 - d) 01 (um) Notebook de alta performance;
 - e) 01 televisor Smart Tv, Led para ser utilizado em sala de reuniões da Escola;
 - f) Foram entregues 3(três) computadores completos (monitor/gabinete/teclado/mouse);
 - g) Aguardando aquisição de mais 12 (doze) novos computadores. Os atuais estão antigos, lentos, sem câmeras ou microfones para ações pela WEB, além de 10 (dez) webcam, 10 (dez) headset com microfone e 01 (um) kit microfone profissional com pedestal para melhor transmissão das atividades remotas da Escola;
 - h) 03 banners, para utilização na transmissão das atividades remotas e presenciais da EAPSUS;
 - i) 15 barreiras de proteção antiviral de mesa, confeccionada em acrílico, objetivando proteger os servidores desta Escola - Protocolo de enfrentamento à COVID-19;
 - j) 01 (uma) Placa de parede fixa (aquisição e instalação - letreiro fachada da edificação), objetivando identificar a localização da EAPSUS;
 - k) Aquisição e instalação de 09 (nove) Persianas verticais em tecido;
- Contratações e Aquisições:
 - a) Empresa - Objeto: Coleta Resíduos Infectantes;
 - b) Empresa - Objeto: Dedetização de ambientes;
 - c) Empresa - Objeto: Manutenção de Extintores;
 - d) Empresa - Objeto: Aquisição de água mineral.
 - e) Aquisição de material de consumo para atender a FEPECS.
 - f) Aquisição de (02) Licenças de Uso do Software

Aplicativos e Programas:

Desenvolvimento e Implantação de uma Tecnologia de Informação para Manejo de Incidentes em Serviços de Saúde. (Produto do Mestrado Profissional) para os núcleos de qualidade do paciente. Programa de notificação de eventos adversos em saúde permite notificar os eventos, construir indicadores e manejar estratégias de intervenção. Tecnologia de Informação para Manejo de Incidentes em Serviços de Saúde Um software com tecnologia responsiva e com diferentes perfis de acesso dos usuários de cada etapa do processo de manejo dos incidentes: Notificação com telas diferentes para profissionais e pacientes e acompanhantes Investigação dos incidentes para a equipe dos NQSP. Dashboard com 6 indicadores sobre a segurança do paciente Trabalho desenvolvido a várias mãos e com múltiplos parceiros institucionais. Acesso via intranet da SES a todos os serviços hospitalares públicos e privados.



Com o recurso do fomento à pesquisa da FEPECS e o apoio dos pesquisadores da ESCS foi possível criar o ambulatório de Eletro e crio cirurgia no HRAN para tratamento de lesões de

pele. Equipamentos adquiridos com projetos de pesquisa e que permitem o atendimento diferenciado da população para vários tipos de carcinoma basocelular, em casos de cromomicose, e em inúmeras doenças inflamatórias como a liquenificação circunscrita. Presta-se muito bem para tratamento de ceratoses actínicas e seborreicas, verrugas e lentigos solares.

Com recursos do fomento a pesquisa FEPECS coordenado pela ESCS foi criado um aplicativo para controle das notificações óbitos ocorridos no Distrito Federal, assim como contribuir para a qualificação dos dados de mortalidade, a Subsecretaria de Vigilância à Saúde, por meio da Gerência de Informação e Análise da Situação de Saúde (Giass) e da Diretoria de Vigilância Epidemiológica (Divep).



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Em 2021, a pandemia de covid-19 continuou interrompendo vidas e projetos enquanto isso a Escola Superior de Ciências da Saúde não parou e manteve a sua missão de ministrar, desenvolver e aperfeiçoar o ensino-aprendizagem das Ciências da Saúde, mediante cursos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, apoiar as atividades de pesquisa da área da saúde, no âmbito da SES/DF e em parceria com instituições afins, visando o desenvolvimento do bem-estar físico, mental e social do indivíduo e da comunidade, como exigência para a cidadania.

Mantendo as atividades acadêmicas e contando com um corpo docente, servidores e colaboradores muitas conquistas foram conseguidas.

Realizações relevantes:

- No ano de 2021, em meio a pandemia global de coronavírus, a FEPECS continuou o processo de modernização das suas técnicas educacionais, fortalecendo a via remota em todas as modalidades de ensino, pesquisa e extensão.
- O Curso a distância em Biossegurança para Auxiliares de Saúde Bucal, Técnicos em Saúde Bucal e Cirurgião Dentista, que teve como objetivo o aprimoramento da Biossegurança em Odontologia na rotina clínica diária com a finalidade de proteger e assegurar ao paciente, ao profissional e sua equipe o controle de infecção, a prevenção da contaminação cruzada no ambiente de trabalho e a transmissão de doenças infecciosas, principalmente nesse momento frente à pandemia da COVID 19.
- O Curso de Graduação em Enfermagem/ESCS obteve nota máxima no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.
- Publicação do Manual de Condutas Obstétricas do HMIB, elaborado por egressos do curso de graduação em medicina e residentes de Ginecologia e Obstetrícia desta Escola Superior de Ciências da Saúde;
- Estudantes de Enfermagem da ESCS realizam laboratório Itinerário para reavaliar hemoglobina glicada de diabéticos, bem como elaboraram ação voltada para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, na Unidade Básica de Saúde (UBS) de Vicente Pires;
- Publicação do processo seletivo para o mestrado profissional/ESCS com 18 (dezoito) vagas para profissionais da área de saúde,

- Simpósio em comemoração ao aniversário da ESCS no dia 10 de setembro de 2021;
- Sessão Solene no Senado Federal em homenagem aos 20 anos da ESCS, no dia 23 de setembro de 2021.
- Lançamento do livro manual de condutas obstétricas do HMIB no dia 1 de setembro de 2021, livro criado por residentes, docentes e preceptores ESCS/FEPECS;
- Congresso de Iniciação Científica da Unb e Congresso de Iniciação Científica do DF, no dia 28 de setembro de 2021.
- Lançamento do livro Manual de Queimaduras para Estudantes, iniciativa dos estudantes da Liga de Emergência e Trauma da ESCS 21 de outubro de 2021.
- Conclusão da pesquisa para diagnóstico do processo educativo sob-responsabilidade da Escola de Aperfeiçoamento do SUS- Eapsus avaliando por meio de entrevistas quantitativa e qualitativa os cenários de práticas de atividades curriculares e as ações educativas desenvolvidas pela EAPSUS. Pesquisa realizada por uma Empresa Junior de Estatística de Brasília. Com os resultados obtidos com a pesquisa realizada, a Eapsus terá condições de aprimorar suas ações para garantir que a integração ensino-serviço ocorra dentro das regras estabelecidas pelas normas e leis vigentes; e também para aperfeiçoar o desenvolvimento de atividades que sejam relevantes para os servidores, em relação às ações educativas.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

DIFICULDADES:

A FEPECS não possui quadro de pessoal próprio. Desta forma, conta com servidores cedidos principalmente pela Secretaria de Estado de Saúde do DF para o desenvolvimento de suas atividades. Tal situação, por vezes, tem inviabilizado que alguns setores - áreas meio e fim - disponham de profissionais com perfil adequado e no quantitativo necessário às atividades.

O corpo docente da Escola Superior de Ciências da Saúde-ESCS e da Escola Técnica de Saúde de Brasília-ETESB têm parte de sua carga horária contratual da SES/DF liberada para o exercício da docência nas Escolas, com deliberação formal do titular daquela Pasta. O que prejudica o bom andamento dos cursos técnicos e atrasos nas disponibilizações dos demais cursos.

Apesar de ter sido realizado processo seletivo para novos docentes ainda não dispomos de uma definição da SES – DF quando a liberação desses servidores. O que vai impactar sobremaneira nas atividades de graduação dos cursos de medicina e enfermagem e nesse momento a situação encontra-se crítica podendo levar a suspensão de atividades e o início do ano acadêmico de 2022.

A integração da ESCS a UnDF necessita de regulamentação e definição de metas.

A ESCS manteve como instituição de ensino da saúde as atividades acadêmicas tendo aperfeiçoado os processos de ensino e aprendizado na modalidade remota, e ampliou as salas de tutoria nos campi asa norte e Samambaia a fim de garantir o retorno presencial das atividades com os espaços físicos mais seguros, além elaborar os planos protocolos e fluxos de biossegurança.

A pandemia de coronavírus SARS-Cov2 interrompeu as atividades presenciais e agora seguimos precisando de ampliação física para garantir segurança ao corpo discente e docente.

Apesar das dificuldades a FEPECS se reinventou e modernizou suas técnicas educacionais, fortalecendo a via remota em todas as modalidades de ensino, pesquisa e extensão.

Os cursos oferecidos aos servidores da SES/DF são de relevância significativa, impactando na ampliação da eficiência dos processos realizados nas suas unidades de saúde, na melhoria do atendimento à população por meio das suas equipes de Saúde da Família e nas ações educativas voltadas para o processo do cuidar.

A EAPSUS enfrentou desafios na gestão de Recursos Humanos: Reconhecimento da carga horária menor que 4 horas para certificação e progressão funcional, principalmente em se tratando de ações online cujo conteúdo pode ser ministrado em menos tempo que as

atividades presenciais. Aproveitamento de todas as cargas horárias investidas pelo servidor em eventos online; isso traria maior envolvimento por parte dos mesmos.

Do ponto de vista material e tecnológico, foram identificadas dificuldades junto à SES-DF no trâmite de processos para aquisição de equipamentos e tecnologias necessárias para o bom funcionamento das ações educativas como computadores dotados de microfones e webcam, capacidade para transmissão de eventos online, internet mais rápida, programas de edição de imagem e vídeo, equipamentos e estrutura para montagem de estúdio de gravação com isolamento acústico, microfones de boa qualidade, mobiliário adequado, computadores disponíveis para realização das ações educativas e treinamento de instrutores.

No que concerne ao desenvolvimento das atividades, destaca-se o reflexo da pandemia sobre o planejamento das ações educativas que resultou em nova forma de fazer. A abertura de um canal no Youtube da EAPSUS, bom como a criação a plataforma moodle, aumentaram o alcance das ações sem prejuízo da manutenção e realização de projetos de educação dentro da SES/DF. A criação do canal do Youtube da escola, da plataforma moodle e a adaptação dos servidores ao novo formato foram realizados em tempo recorde. Treinamentos em saúde que deveriam ser tratados com urgência foram colocados à disposição com rapidez, disponibilizando atualizações em assuntos como infecção hospitalar, COVID-19 e outros, de forma diligente e com bom alcance. Esse novo formato possibilitou que os assuntos tratados estejam à disposição a qualquer tempo e hora. Mesclar eventos gravados, com ao vivo gera interação com os participantes e traz inúmeras possibilidades para montagem de projetos educativos que atendam às necessidades do servidor.

É importante salientar que havia um receio da equipe em realizar ações educativas no modelo on-line principalmente em decorrência da aceitação deste modelo e da efetividade do compartilhamento do conhecimento. No entanto, as avaliações realizadas têm mostrado que as ações educativas à distância possuem boa aceitação e efetividade na capacitação dos servidores.

Espera-se que no próximo exercício os efeitos (administrativos e financeiros) da pandemia sejam mitigados, que possamos realizar nossas atividades finalísticas com excelência, entre elas:

1. Aquisição de equipamentos (produção de vídeo para realização de atividades EAD, para o Laboratório de simulação realística, para atualização do parque computacional da FEPECS, entre outros)
2. Reforma e Modernização das salas de aulas e laboratórios
3. Ampliação da oferta de vagas oferecidas pela FEPECS
4. Aumento das ações educativas ofertadas pela FEPECS
5. Modernização e reestruturação dos sites institucionais;
6. Instituição do quadro próprio do servidor;
7. Elaboração do Planejamento estratégico;
8. Atualização do regimento Interno.

Seguimos com a instituição de ensino superior do GDF voltado à formação de profissionais da Saúde necessitando de apoio para manter os recursos pedagógicos garantindo a manutenção de uma educação em nível superior de qualidade e segura.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES, órgão integrante da administração direta, conforme previsão constante do art. 8º do Decreto nº 39.610/2019, é responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltados para a promoção, prevenção e assistência à saúde, visando proporcionar condições para a proteção e recuperação da saúde da população, reduzindo enfermidades, controlando doenças endêmicas e parasitárias e melhorando a vigilância à saúde.

Competem regimentalmente a esta SES, nos termos do Decreto nº. 39.546/2018, que aprova o regimento interno desta Pasta, as seguintes atribuições, dentre outras:

I. Definir e coordenar políticas e diretrizes relacionadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Distrito Federal;

II. Coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, alimentação, nutrição e saúde do trabalhador;

III. Participar da formulação de políticas que visem ao bem-estar físico, mental e social do indivíduo e da coletividade, em interface com as políticas sociais, econômicas e ambientais;

IV. Definir e coordenar políticas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

V. Prestar assistência farmacêutica e garantir o acesso da população aos medicamentos necessários à recuperação de sua saúde;

VI. Administrar os recursos orçamentários e financeiros destinados à saúde, no âmbito do Distrito Federal;

Adicionalmente, conforme previsto no art. 24 do Decreto nº 39.610/2019, a SES tem atuação e competência nas seguintes áreas:

I - gestão do Sistema Único de Saúde;

II - prevenção e assistência integral à saúde;

III - sistemas de saúde;

IV - gestão dos hospitais e postos de saúde públicos;

V - integração comunitária de saúde;

VI - integração com a rede privada;

VII - vigilância à saúde;

VIII - formação e capacitação dos servidores da saúde.

Quanto à estrutura administrativa, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, de modo geral, é organizada da seguinte forma:

I- Administração Central;

II - Superintendências de Regiões de Saúde;

III - Unidades de Referência Distrital;

IV - Órgãos vinculados, sendo eles: o Conselho de Saúde do Distrito Federal - CSDF, Fundação Hemocentro de Brasília – FHB, Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde – FEPECS e Fundo de Saúde do Distrito Federal.

A partir desses grandes blocos, a Administração Central é desdobrada em Subsecretarias; as Superintendências em Hospitais, Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Pronto Atendimento, e assim sucessivamente, conforme detalhamento constante no Decreto nº 39.546/2018.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	399	1.168	2.708	26.324	30.599
Comissionados sem vínculo efetivo	95	175	0	0	270
Requisitados de órgãos do GDF	9	3	88	72	172
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	3	323	295	623
Estagiários	0	0	48	78	126
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	86	0	86
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	259	259
Outros - especificar	0	0	1.314	2.024	3.338
Subtotal	505	1.349	4.567	29.052	35.473
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	351	0	351
Total Geral	505	1.349	4.216	29.052	35.122

A força de trabalho da SES-DF engloba, de forma ampliada, tanto as categorias que exercem as funções de planejamento, gestão, execução físico-financeira, atividades de controle e monitoramento, em processos de suporte à atividade-fim da Secretaria, quanto as categorias que atuam diretamente no campo das práticas assistenciais, de forma a atender às necessidades de saúde da população do DF.

O quantitativo constante na tabela referente à Força de Trabalho categorizado como "Outros" se refere aos Residentes, Contratos Temporários, Conselheiros e profissionais do Convênio Mais Médicos.

O quadro de pessoal da Secretaria foi reforçado por meio do processo seletivo e convocação de mais de 4.000 candidatos e admissão de mais de 1.700 profissionais para suprir o déficit de servidores em áreas sensíveis de atendimento ao público, visando a melhoria da qualidade da assistência prestada à população. Não obstante, ressalta-se, ainda, a nomeação de 850 aprovados no concurso público de 2018, admitidos de mais de 500 profissionais de diversas carreiras.

EFETIVOS			
TOTAL POR CARREIRA SES - DF	NOMEADOS	ADMITIDOS	DESISTENTES
MÉDICO	245	102	132
ENFERMEIRO	228	171	40
ESPECIALISTA EM SAÚDE	322	215	64
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	1	0
ASSISTENTE EM GESTÃO (ANEXO ÚNICO)	53	29	17
TEC. EM GESTÃO (ANTIGO AOSD)	1	1	0
TOTAL	850	519	253

Fonte: Dados GESP/DIPMAT/CIGEC/SUGEP em 20/12/2021, incluindo última nomeação ocorrida em 17/12/2021 (prazo para posse dos candidatos: 30 dias).

Com o objetivo de reduzir o déficit de carga horária em diversas especialidades e unidades da Rede e abertura de Leitos de UTI, 58 (cinquenta e oito) servidores foram beneficiados com ampliação de carga horária definitiva, enquanto 721 servidores tiveram a carga horária ampliada temporariamente em virtude da abertura de Hospitais de Campanha e suporte estratégico no combate à pandemia de COVID-19.

No Programa de Voluntariado da SES/DF, regulado pela Portaria nº 349, de 23 de abril de 2018, foram recebidos e distribuídos 837 novos voluntários (profissionais e sociais), sendo em sua maioria profissionais formados na área da saúde, os quais foram distribuídos entre as sete Superintendências, HMIB e HAB.

No que concerne às políticas de gestão de pessoas, destaca-se o desenvolvimento e da plataforma "Educa SES", disponibilizada em março de 2021, para facilitar o acesso dos servidores a cursos, palestras e workshops, na modalidade de ensino à distância (EaD). A iniciativa objetivou aumentar o alcance do processo de educação continuada. Ao todo, foram disponibilizados 39 cursos rápidos e 15 cursos com certificado de participação e carga horária com duração de 20 e 80 horas.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	40419824,0	111419824,00	108323863,76	108123225,98
0031 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SES-DISTRITO FEDERAL	40419824,0	111419824,00	108323863,76	108123225,98
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	3343913,0	6240592,00	2199217,98	812793,37
0030 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SES-DISTRITO FEDERAL	3343913,0	6240592,00	2199217,98	812793,37
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	43763737,00	117660416,00	110523081,74	108936019,35

6202 - SAÚDE EM AÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0	0,0	0	0
9636 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PELO HOSPITAL DA CRIANÇA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	2087000,0	0,0	0	0
9632 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE - SES-2021	1500000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9633 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ECÓGRAFO PARA O CENTRO ESPECIALIZADO EM SAÚDE DA MULHER-SES-DF 2021	100000,0	0,0	0	0
0085 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-UNIDADES DE SAÚDE DO DF - SES-2021-DISTRITO FEDERAL	0	900000,0	900000,0	900000,0
6069 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-MATERIAIS PERMANENTES-SES-DISTRITO FEDERAL	20000000,0	95766065,00	16308653,90	5271524,58
9635 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES PARA AS UNIDADES DA SAÚDE PÚBLICA DO DF	700000,0	0,0	0	0
9637 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES	670000,0	0,0	0	0
9638 - EQUIPAGEM E MOBILIA UNIDADE PRONTO ATENDIMENTO - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO -UPAS -	1000000,0	0,0	0	0
9639 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A ÁREA DE SAÚDE	1000000,0	0,0	0	0
9640 - Aquisição de equipamento tomografo 64 canais para o Hospital Regional de Ceilândia - HRC	2325200,0	0,0	0	0
9642 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CINTILOGRAFIA TIPO SPECTGAMA-CÂMARA - IGES	1000000,0	0,0	0	0
4216 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	0	0,0	0	0
0029 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - ASSISTÊNCIA À SAÚDE PÚBLICA	568358,0	0,0	0	0
0031 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES DO DISTRITO FEDERAL - 2021	250000,0	0,0	0	0
0001 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-ASSISTÊNCIA À SAÚDE PÚBLICA - SES-DISTRITO FEDERAL	140000000,0	191050705,00	175689486,60	123409559,68
0002 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA-SES-DISTRITO FEDERAL	37847418,0	37857098,00	36140868,83	31289411,83

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0003 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-COMPONENTE ESPECIALIZADO-ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA SES-DISTRITO FEDERAL	17000000,0	20245546,00	19190404,04	18993661,07
0004 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-DISPENSAÇÃO EM TRATAMENTO DE COAGULOPATIAS SES-DISTRITO FEDERAL	7000000,0	1937346,00	1937346,0	1937346,0
0028 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SECRETARIA DE SAÚDE-SES-DF 2021	1500000,0	1500000,0	1497949,50	1497949,50
0030 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA A POPULAÇÃO CARENTE DO DF	1000000,0	2000000,0	2000000,00	994240,22
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	1010000,0	875637,00	0	0
0014 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-COMPLEMENTARES DE ENGENHARIA E ARQUITETURA SES-DISTRITO FEDERAL	500000,0	265637,00	0	0
0048 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-COMPLEMENTARES DE ENGENHARIA E ARQUITETURA-AÇÃO EXECUTADA PELA FHB-DISTRITO FEDERAL	10000,0	510000,00	0	0
3227 - ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DO CAPS INFANTIL NO RECANTO DAS EMAS-SES-DF	100000,0	100000,0	0	0
3228 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS-SES-DF 2021	400000,0	0,0	0	0
2581 - LOGÍSTICA PARA ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO- HOSPITALARES	1131098,0	1144926,00	1128011,33	924483,69
0002 - LOGÍSTICA PARA ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO- HOSPITALARES--DISTRITO FEDERAL	1131098,0	1144926,00	1128011,33	924483,69
2654 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE	3000000,0	4172667,00	3934055,89	3803263,52
0001 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	3000000,0	4172667,00	3934055,89	3803263,52
3012 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA RESÍDUOS DE SAÚDE	10000,0	10000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA RESÍDUOS DE SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
4014 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA EM SAÚDE	7999026,0	8615123,00	8055779,05	6410185,21
0001 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA EM SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	7999026,0	8615123,00	8055779,05	6410185,21
4044 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID19	10000,0	528812908,00	459992104,38	371625434,89
0001 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID 19 - SES - DISTRITO FEDERAL	10000,0	528812908,00	459992104,38	371625434,89
4165 - QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	2382634,0	6745922,00	2206241,08	1140061,80
0002 - QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE--DISTRITO FEDERAL	2382634,0	6745922,00	2206241,08	1140061,80
4166 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	23256716,0	27638659,0	27629764,25	27621687,99
0002 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA-PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO PROGRESSIVA - PDPAS-SES-DISTRITO FEDERAL	10000000,0	9375301,0	9366406,25	9358329,99
0025 - PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO PROGRESSIVA DAS AÇÕES DE SAÚDE - PDPAS-SES-2021	3500000,0	3500000,0	3500000,0	3500000,0
0026 - PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO PROGRESSIVA DAS AÇÕES DE SAÚDE - PDPAS	1000000,0	1700000,0	1700000,0	1700000,0
0027 - PROGRAMA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - PDPAS	1000000,0	800000,0	800000,0	800000,0
0028 - PROGRAMA DE DESCENT. PROGRESSIVA AÇÕES SAÚDE io PDPAS	2000000,0	0,0	0	0
0029 - PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE-PDPAS-COMPLEXO REGULADOR DA SAÚDE-DF	300000,0	200000,0	200000,0	200000,0
0030 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA-PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO PROGRESSIVA DAS AÇÕES DE SAÚDE NAS REG. ADM DO DF - PDPAS-SES	533358,0	2133358,0	2133358,0	2133358,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0031 - PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO PROGRESSIVA DE AÇÕES À SAÚDE - PDPAS (EM 2021)	423358,0	75000,0	75000,0	75000,0
0032 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS DIRETO PARA OS HOSPITAIS DO DF	500000,0	500000,0	500000,0	500000,0
0034 - Apoio ao Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde - PDPAS.	700000,0	930000,0	930000,0	930000,0
0035 - Apoio ao Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde - PDPAS para a Região Centro Sul.	1000000,0	500000,0	500000,0	500000,0
0036 - PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO PROGRESSIVA DAS AÇÕES DE SAÚDE - PDPAS	1600000,0	2280000,0	2280000,0	2280000,0
0037 - PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO PROGRESSIVA DAS AÇÕES DE SAÚDE - PDPAS - HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA	500000,0	500000,0	500000,0	500000,0
0038 - CURSO DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE	200000,0	0,0	0	0
0040 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA-APOIO AO PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO PROGRESSIVA DE AÇÕES DE SAÚDE NO DF-DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	300000,0	300000,0
0042 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA-APOIO AO PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO PROGRESSIVA DE AÇÕES DE SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	0	1500000,0	1500000,0	1500000,0
0044 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA-PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO PROGRESSIVA DAS AÇÕES DE SAÚDE - PDPAS - SES 2021-DISTRITO FEDERAL	0	800000,0	800000,0	800000,0
0045 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA-PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO PROGRESSIVA DAS AÇÕES DE SAÚDE - PDPAS-SES-2021-DISTRITO FEDERAL	0	1470000,0	1470000,0	1470000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0046 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA-PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO PROGRESSIVA DAS AÇÕES DE SAÚDE - PDPAS - SES - REGIÃO NORTE-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	200000,0	200000,0
0048 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA-PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO PROGRESSIVA DAS AÇÕES DE SAÚDE - PDPAS HOSPITAL REGIONAL DE- PLANALTINA	0	20000,0	20000,0	20000,0
0049 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA-Apoio a Saúde h LACEN-DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	100000,0	100000,0
0050 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA-PROGRAMA DE DESCENT. PROG. AÇÕES SAÚDE I - PDPAS- BRAZLÂNDIA	0	400000,0	400000,0	400000,0
0051 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA--DISTRITO FEDERAL	0	255000,0	255000,0	255000,0
0052 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA-Programa de Descentralização das Ações de Saúde - PDPAS - UBS 01 DE SÃO SEBASTIÃO-DISTRITO FEDERAL	0	30000,0	30000,0	30000,0
0053 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA-Programa de Descentralização das Ações de Saúde - PDPAS - HOSPITAL REGIONAL DE SAMAMBAIA - HRSAM- SAMAMBAIA	0	70000,0	70000,0	70000,0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	403800,0	0,00	0	0
0022 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-SES-DISTRITO FEDERAL	203800,0	0,00	0	0
0042 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CONSELHO DE REGIONAL DE SAÚDE	200000,0	0,0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	600000,0	636320,00	20971,62	730,0
0021 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SES-DISTRITO FEDERAL	600000,0	636320,00	20971,62	730,0
2976 - QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	911192,0	4553934,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE- SES-DISTRITO FEDERAL	911192,0	4553934,0	0	0
3135 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	7500000,0	9640245,00	1298172,12	1056603,52
0003 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE- REGIÕES ADMINISTRATIVAS SES-DISTRITO FEDERAL	4000000,0	9239245,00	903940,34	863330,27
0046 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE- UBS-SES-DF 2021	500000,0	401000,00	394231,78	193273,25
0047 - Construção de prédios próprios - Unidades Básicas de Saúde	3000000,0	0,0	0	0
3136 - AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	2304250,0	1804251,0	0	0
0004 - AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE-- DISTRITO FEDERAL	1804250,0	1804251,0	0	0
0005 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UBS PRISIONAL-UBS NA PENITENCIÁRIA FEMININA-DF 2021	500000,0	0,0	0	0
3222 - REFORMA DE ESTABELECIMENTOS E ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	10000,0	34524,0	0	0
0001 - REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-SES- DISTRITO FEDERAL	10000,0	34524,0	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	30382200,0	96666065,00	17208653,90	6171524,58
9636 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PELO HOSPITAL DA CRIANÇA DE BRASÍLIA- DISTRITO FEDERAL	2087000,0	0,0	0	0
9632 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE - SES- 2021	1500000,0	0,0	0	0
9633 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ECÓGRAFO PARA O CENTRO ESPECIALIZADO EM SAÚDE DA MULHER-SES-DF 2021	100000,0	0,0	0	0
0085 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-UNIDADES DE SAÚDE DO DF - SES-2021- DISTRITO FEDERAL	0	900000,0	900000,0	900000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
6069 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-MATERIAIS PERMANENTES-SES-DISTRITO FEDERAL	20000000,0	95766065,00	16308653,90	5271524,58
9635 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES PARA AS UNIDADES DA SAÚDE PÚBLICA DO DF	700000,0	0,0	0	0
9637 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES	670000,0	0,0	0	0
9638 - EQUIPAGEM E MOBILIA UNIDADE PRONTO ATENDIMENTO - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO -UPAS -	1000000,0	0,0	0	0
9639 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A ÁREA DE SAÚDE	1000000,0	0,0	0	0
9640 - Aquisição de equipamento tomografo 64 canais para o Hospital Regional de Ceilândia - HRC	2325200,0	0,0	0	0
9642 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CINTILOGRAFIA TIPO SPECTGAMA-CÂMARA - IGES	1000000,0	0,0	0	0
3759 - IMPLANTAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	50840,0	50840,0	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	50840,0	50840,0	0	0
4208 - DESENVOLVIMENTOS DAS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	26000000,0	103206171,00	51712237,54	29439652,73
5612 - DESENVOLVIMENTOS DAS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	26000000,0	103206171,00	51712237,54	29439652,73
6049 - ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	8000000,0	12094101,0	2593631,12	1139058,39
0007 - ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL-AÇÕES DE ASSISTÊNCIA - SES-DISTRITO FEDERAL	8000000,0	12094101,0	2593631,12	1139058,39
2060 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR (SAMU)	10955704,0	13936122,00	11209623,58	8540020,16

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0002 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR (SAMU)-AQUISIÇÃO DE MOTOLÂNCIAS PARA RENOVAÇÃO DE FROTA DO SAMU-192-SES-DF 2021-DISTRITO FEDERAL	0	873358,0	0	0
0003 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR-SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA-SAMU/192 SES-DISTRITO FEDERAL	10082346,0	13062764,00	11209623,58	8540020,16
0004 - AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS PARA RENOVAÇÃO DE FROTA DO SAMU-192-SES-DF 2021	873358,0	0,0	0	0
2145 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE	43916608,0	18960529,00	15732288,85	12331549,40
2549 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	43416608,0	18960529,00	15732288,85	12331549,40
2555 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS CICURGIAS CARDIOPEDIÁTRICAS NO INSTITUTO DE CARDIOLOGIA DO DF-ICDF	500000,0	0,0	0	0
2585 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA REDE DE ATENÇÃO AO USUÁRIO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	1500000,0	3141742,0	3139972,00	2157307,00
0002 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA REDE DE ATENÇÃO AO USUÁRIO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS-SES-DISTRITO FEDERAL	1500000,0	3141742,0	3139972,00	2157307,00
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	51993422,0	58088543,00	58027145,08	43569538,48
0002 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-SES-DF-DISTRITO FEDERAL	51993422,0	58088543,00	58027145,08	43569538,48
2899 - CONTRATUALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO	367979590,0	970891957,00	968263461,33	941075270,22
0003 - CONTRATUALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO-INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - IGESDF-DISTRITO FEDERAL	367979590,0	970891957,00	968263461,33	941075270,22
2961 - DESENVOLVIMENTO DA RCPD	5928125,0	6974035,00	3923750,96	2784323,71
0001 - DESENVOLVIMENTO DA RCPD-SES-DISTRITO FEDERAL	5928125,0	6974035,00	3923750,96	2784323,71

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2973 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA REDE CEGONHA	10670326,0	15231692,00	12367791,20	11293848,03
0001 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA REDE CEGONHA-SES-DISTRITO FEDERAL	10370326,0	15231692,00	12367791,20	11293848,03
0002 - Desenvolvimento das Ações da Rede Cegonha em todo o Distrito Federal	300000,0	0,0	0	0
2974 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	1000000,0	1159440,0	1032953,36	928953,36
0001 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-SES-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	1159440,0	1032953,36	928953,36
2994 - SERVIÇO ASSISTENCIAL COMPLEMENTAR EM CARDIOLOGIA	40000000,0	128262054,00	127870918,99	117057115,00
0001 - SERVIÇO ASSISTENCIAL COMPLEMENTAR EM CARDIOLOGIA-SES-DISTRITO FEDERAL	40000000,0	128262054,00	127870918,99	117057115,00
2995 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA - TRS	40000000,0	40052425,00	39394203,24	31878195,46
0001 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA - TRS--DISTRITO FEDERAL	40000000,0	40052425,00	39394203,24	31878195,46
2997 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM TERAPIA INTENSIVA - UTI	69360000,0	163935960,00	163935909,71	99263013,23
0001 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM TERAPIA INTENSIVA - UTI-SES-DISTRITO FEDERAL	69360000,0	163935960,00	163935909,71	99263013,23
2999 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA REDE DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS COM DOENÇAS CRÔNICAS	504000,0	508425,0	0	0
0001 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA REDE DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS COM DOENÇAS CRÔNICAS-SES-DISTRITO FEDERAL	504000,0	508425,0	0	0
3140 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	1070000,0	22375712,00	22164385,27	1658689,79

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0002 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE- CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DE ESPECIALIDADES CIRÚRGICAS E CENTRO ONCOLÓGICO DE BRASÍLIA- PLANO PILOTO .	10000,0	20617735,00	20505695,48	0
0009 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE- AMBULATORIAIS ESPECIALIZADAS E HOSPITALARES - SES-DISTRITO FEDERAL	10000,0	1757977,00	1658689,79	1658689,79
0011 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE DOENÇAS REUMÁTICAS - 2021	250000,0	0,0	0	0
0012 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPAS NO DISTRITO FEDERAL	800000,0	0,0	0	0
3141 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	523920,0	788494,0	0	0
0003 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE- AMBULATORIAIS ESPECIALIZADAS E HOSPITALARES-DISTRITO FEDERAL	523920,0	788494,0	0	0
3223 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	510000,0	30652605,00	30343996,51	29427509,48
0001 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-AMBULATORIAIS ESPECIALIZADAS E HOSPITALARES - SES-DISTRITO FEDERAL	10000,0	29702605,00	29427509,48	29427509,48
0015 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	500000,0	0,0	0	0
0016 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-REFORMA DA UNIDADE DE RADIOLOGIA DO HOSPITAL REGIONAL DE- PLANALTINA	0	950000,0	916487,03	0
3225 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	20000,0	20000,0	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL-CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS - SES-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0006 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL-CAPSI-SES-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
3736 - IMPLANTAÇÃO DE BASES DO SAMU	1010000,0	123000,00	112684,95	110110,46
0001 - IMPLANTAÇÃO DE BASES DO SAMU--DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
0005 - CONSTRUÇÃO DE BASES DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA - SAMU-192-DF 2021	1000000,0	113000,00	112684,95	110110,46
4001 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO À REDE DE ATENÇÃO DE URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS - RUE	1041819,0	9798721,00	5072053,94	3785293,27
0001 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO À REDE DE ATENÇÃO DE URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS - RUE--DISTRITO FEDERAL	1041819,0	9798721,00	5072053,94	3785293,27
4009 - AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR	80299999,0	115747726,00	104362490,19	69268549,79
0002 - AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR-SES-DISTRITO FEDERAL	79999999,0	115247726,00	103862714,69	69178308,79
0012 - AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR - EPI	300000,0	0,0	0	0
0013 - AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR-Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI para combater a COVID-19-DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	499775,50	90241,0
4137 - CONTRATUALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS DE ENSINO	10000,0	25394,0	0	0
0001 - CONTRATUALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS DE ENSINO-MODERNIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DOS CREDENCIAMENTOS - SES-DISTRITO FEDERAL	10000,0	25394,0	0	0
4138 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS	20000,0	20000,00	0	0
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS-USUÁRIOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL - SES-DISTRITO FEDERAL	20000,0	20000,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4205 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	10349328,0	58553105,00	41589435,63	32216422,47
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA E HOSPITALARES-DISTRITO FEDERAL	10149328,0	58553105,00	41589435,63	32216422,47
0005 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE REGULAÇÃO DO TRANSPORTE SANITÁRIO-SES-DF 2021	200000,0	0,0	0	0
4206 - EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO	140000236,0	269581303,00	266141603,96	266141603,96
0002 - EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO-HOSPITAL DA CRIANÇA DE BRASÍLIA JOSÉ ALENCAR - HCB-DISTRITO FEDERAL	140000236,0	269581303,00	266141603,96	266141603,96
4215 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	20279867,0	10199111,00	9886079,03	6113039,17
0001 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA-SES-DISTRITO FEDERAL	20279867,0	10199111,00	9886079,03	6113039,17
4216 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	205165776,0	254590695,00	236456054,97	178122168,30
0029 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - ASSISTÊNCIA À SAÚDE PÚBLICA	568358,0	0,0	0	0
0031 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES DO DISTRITO FEDERAL - 2021	250000,0	0,0	0	0
0001 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-ASSISTÊNCIA À SAÚDE PÚBLICA - SES-DISTRITO FEDERAL	140000000,0	191050705,00	175689486,60	123409559,68
0002 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA-SES-DISTRITO FEDERAL	37847418,0	37857098,00	36140868,83	31289411,83
0003 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-COMPONENTE ESPECIALIZADO-ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA SES-DISTRITO FEDERAL	17000000,0	20245546,00	19190404,04	18993661,07
0004 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-DISPENSAÇÃO EM TRATAMENTO DE COAGULOPATIAS SES-DISTRITO FEDERAL	7000000,0	1937346,00	1937346,0	1937346,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0028 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SECRETARIA DE SAÚDE-SES-DF 2021	1500000,0	1500000,0	1497949,50	1497949,50
0030 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA A POPULAÇÃO CARENTE DO DF	1000000,0	2000000,0	2000000,00	994240,22
6016 - FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ÓRTESES E PRÓTESES	15000000,0	15225354,00	14883990,78	8948337,16
0001 - FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ÓRTESES E PRÓTESES-AMBULATORIAIS - SES-DISTRITO FEDERAL	5000000,0	5013440,00	4870109,37	4625316,86
4216 - FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ÓRTESES E PRÓTESES-CIRÚRGICAS - SES-DISTRITO FEDERAL	10000000,0	10211914,00	10013881,41	4323020,30
6052 - ASSISTÊNCIA VOLTADA À INTERNAÇÃO DOMICILIAR	20000000,0	33411036,00	33227409,28	19737922,52
0003 - ASSISTÊNCIA VOLTADA À ATENÇÃO DOMICILIAR-ASSISTÊNCIA CONTINUADA - SES-DISTRITO FEDERAL	20000000,0	33411036,00	33227409,28	19737922,52
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRO A ENTIDADES	7054450,0	57403761,0	53524644,96	51929644,96
0068 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PELO HOSPITAL DA CRIANÇA DE BRASÍLIA	300000,0	300000,0	300000,0	300000,0
0069 - Transferência h Financeira a Entidades- Apoio aos pacientes oncológicos em situação de vulnerabilidade	200000,0	0,0	0	0
0070 - Aquisição de Equipamentos h Médico-Hospitalares - serviço de Reabilitação e Musicoterapia	204450,0	0,0	0	0
0071 - APOIO À PROJETO DA REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE BRASÍLIA	100000,0	0,0	0	0
0072 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA AO HOSPITAL DA CRIANÇA DE BRASÍLIA - CONSTRUÇÃO DE CRECHE	600000,0	600000,0	600000,0	600000,0
0073 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - IGES - HOSPITAL DE BASE	2000000,0	49301761,0	46422644,96	46422644,96
0075 - Aquisição de equipamentos pelo hospital da criança de Brasília.	350000,0	350000,0	350000,0	350000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0077 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA CARDIOLÓGICA ESPECIALIZADA DO DF - INSTITUTO DE CARDIOLOGIA DO DF - INCOR	800000,0	0,0	0	0
0081 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PELO HOSPITAL DA CRIANÇA DE BRASÍLIA	1000000,0	3087000,0	3087000,0	3087000,0
0087 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PELO HOSPITAL DA CRIANÇA DE BRASÍLIA	500000,0	500000,0	500000,0	500000,0
0089 - IMPLANTAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - EQUIPAGEM E MOBILIA - UPA DO GAMA	1000000,0	1000000,0	0	0
0093 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES- Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares para a Unidade de Pronto-Atendimento (UPA 24h) do Núcleo Bandeirante.- NÚCLEO BANDEIRANTE	0	195000,0	195000,0	0
0116 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AMPLIAÇÃO/RENOVAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DO HOSPITAL DA CRIANÇA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	0	670000,0	670000,0	670000,0
0123 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES PELO INSTITUTO DE CARDIOLOGIA DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	200000,0	0
0131 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES- APOIO À PROJETO DA REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE BRASÍLIA- PLANO PILOTO	0	100000,0	100000,0	0
0134 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES- AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS CARDIOVASCULARES PELO INSTITUTO DE CARDIOLOGIA DO DF - ICDF -DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	500000,0	0
0142 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES- APOIO À PROJETO DA REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE BRASÍLIA - PLANO PILOTO	0	600000,0	600000,0	0
2596 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DO LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA	3973655,0	7922879,00	4884442,65	3098981,55

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DO LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA-SES-DISTRITO FEDERAL	3973655,0	7922879,00	4884442,65	3098981,55
2602 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	919318,0	2492237,0	1653124,35	662003,69
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA-SES-DISTRITO FEDERAL	919318,0	2492237,0	1653124,35	662003,69
3155 - REFORMA DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	682631,0	682631,0	0	0
0003 - REFORMA DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	682631,0	682631,0	0	0
2598 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR	120000,0	159738,0	0	0
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR-SES-DISTRITO FEDERAL	120000,0	159738,0	0	0
2601 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL	6153074,0	5144966,0	471897,40	453533,25
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL-SES-DISTRITO FEDERAL	6153074,0	5144966,0	471897,40	453533,25
2605 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICAS	390874,0	2947668,00	494093,01	326500,0
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICAS-SES-DISTRITO FEDERAL	390874,0	2947668,00	494093,01	326500,0
2610 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	3991580,0	3667445,00	359101,44	323740,24
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS-SES-DISTRITO FEDERAL	3991580,0	3667445,00	359101,44	323740,24
4068 - ALIMENTAÇÃO ESPECIAL E NUTRIÇÃO NA INTEGRALIDADE DO SUS	9274670,0	15519349,00	14382480,84	11253043,96
0001 - ALIMENTAÇÃO ESPECIAL E NUTRIÇÃO NA INTEGRALIDADE DO SUS--DISTRITO FEDERAL	9274670,0	15519349,00	14382480,84	11253043,96
4227 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR	69363228,0	121578695,00	118677005,56	93414676,62

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR-REDE HOSPITALAR - SES-DISTRITO FEDERAL	69363228,0	121578695,00	118677005,56	93414676,62
4091 - APOIO A PROJETOS	10000,0	552495,00	0	0
5829 - APOIO A PROJETOS-GESTÃO DE PROJETO DOCENTE-PESQUISADOR-AÇÃO EXECUTADA PELA FEPECS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	552495,00	0	0
TOTAL - 6202 - SAÚDE EM AÇÃO	1356003956,00	3267029337,00	2939364615,30	2497203591,01

1 - Objetivo Específico: Atenção Primária À Saúde

A SES-DF busca, a partir do planejamento de ações para a manutenção e aperfeiçoamento das políticas públicas em saúde, a expansão e o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde - APS, bem como sua integração aos demais níveis de atenção, conforme estabelecido no Plano Plurianual - PPA 2020-2023, publicado por meio da Lei nº 6.490/2020 e suas alterações.

Para esse nível de atenção, uma das batalhas definidas no Planejamento Estratégico do Distrito Federal 2019-2060, no Eixo Saúde, foi a de Promover a saúde e prevenir o adoecimento da população. A priorização dessa batalha baseia-se no fato de que as deficiências na cobertura dos serviços, ou a baixa resolutividade da atenção primária para algumas patologias, impactam no adoecimento da população e, conseqüentemente, na geração de filas e sobrecarga dos serviços de alta complexidade. Para este fim, foram definidas duas ações estratégicas: ampliar o acesso da população à Carteira de Serviços da SES com novas equipes completas e novas unidades, bem como garantir a qualidade da atenção prestada aos usuários com processos de trabalho definidos e organizados. Nesse sentido, foram elaborados protocolos para suporte e orientação das equipes, promovida a atenção à populações vulneráveis na pandemia, realizados cursos de formação em Práticas Integrativas de Saúde, dentre os quais, citam-se: mais de 43% das UBS contempladas com cursos de Shantala e Laya Yoga para a formação de multiplicadores; 11 ações educativas em Automassagem Lian Gong, Shantala, Laya Yoga, Hatha Yoga, Meditação e Reiki, e capacitação em cultivo biodinâmica em parceria com a Fiocruz/DF e a Câmara dos Deputados.

Visando ainda a promoção à saúde, a Estratégia de Saúde da Família (eSF) alcançou, até dezembro de 2021, o percentual de 66,8% de cobertura populacional estimada por suas equipes. Obteve-se um aumento de 117 equipes consistidas, de 467 para 584. A ampliação da cobertura de eSF reflete um aumento da capacidade instalada com maior oferta de ações e serviços básicos para a população, como também, maior acesso à Atenção Primária à Saúde.

Com o objetivo de ampliar a prestação de serviços e melhorar o acesso aos usuários do SUS, foram construídas seis novas Unidades Básicas de Saúde (UBS), a saber:

1. UBS 03 - localizada na Quadra. 02, AE 04, Conj. 06, Paranoá Parque, Paranoá - DF.
2. UBS 07 - localizada na Quadra. 05, AE A1 Buritizinho - Sobradinho II
3. UBS 05 - localizada na QS 09 Conj. 01 Lote 01 Parque do Riacho - Riacho Fundo II
4. UBS 01 - localizada na Praça de Atividades 02 Lote 01 Jardins Mangueiral - São Sebastião
5. UBS 15 - localizada na QNR 02, AE 12, em Ceilândia-DF
6. UBS 08 - localizada na RIS - Vale do Amanhecer - Planaltina-DF

UBS 08 – Planaltina



UBS 05 – Riacho Fundo II



A entrega das UBS representa um aumento no número de equipes de saúde da família atuando no atendimento aos usuários, o que representa, em média, mais de 100.000 usuários cadastrados no acompanhamento da atenção primária.

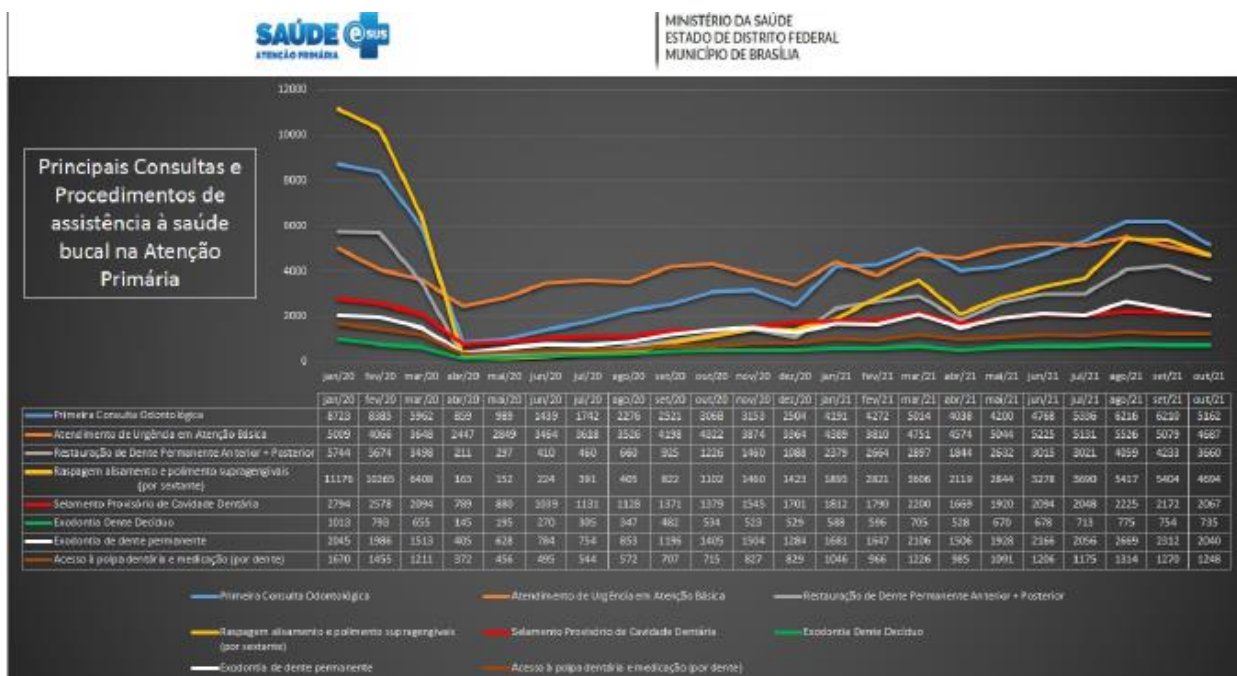
No tocante às estruturas de atendimento, foi inaugurada a Unidade Básica de Saúde do Riacho Fundo II com 18 consultórios e capacidade para atender até 28 mil pessoas. A UBS 5 possui uma estrutura para abrigar sete equipes completas de Estratégia de Saúde da Família (ESF), uma equipe do Núcleo de Apoio de Saúde da Família (NASF), com duas equipes de saúde bucal, farmácia, sala de vacina, sala de medicação e curativos.

Ainda nesse sentido, ressalta-se a sala de vacinação inaugurada na UBS 1 de Ceilândia. A reforma da Unidade contou com a adequação de espaços, pintura, reparos nas redes elétrica e hidráulica, além da identificação visual para melhorar o atendimento à população. As estruturas de atendimento da SES também foram ampliadas por meio da inauguração da primeira UBS na região Jardins Mangueiral. A Unidade conta com 25 salas para atendimento, três equipes de Estratégia Saúde da Família e três equipes de saúde bucal para atendimento à população do setor, estimada em 24 mil pessoas.

No ano de 2021, a Secretaria de Saúde do DF alcançou a marca de mais de meio milhão de recém-nascidos com o teste do pezinho realizado desde o início da implantação da Triagem Neonatal Ampliada. O DF foi a primeira unidade da federação a ofertar o exame. O teste do pezinho é realizado em todas as maternidades públicas e nas Unidades Básicas de Saúde do Distrito Federal. Os exames são encaminhados para o serviço de referência em triagem neonatal, no Hospital de Apoio de Brasília. Cada teste realiza 9 tipos de exames e pode detectar até 53 doenças.



No âmbito do serviço de Odontologia, foram realizadas, de janeiro a setembro de 2021: 204.205 consultas na Atenção Primária e 46.248 consultas odontológicas na Atenção Especializada, bem como 73.513 procedimentos odontológicos na Atenção Primária à Saúde e 155.863 na Atenção Especializada. Com a nova onda de enfrentamento à pandemia do Coronavírus e diante as restrições impostas para o atendimento odontológico, observou-se uma drástica queda nos lançamentos de produção dos sistemas e o deslocamento de profissionais de odontologia para assistência aos pacientes diagnosticados com COVID-19 sob suporte ventilatório e apoio à testagem e vacinação.



No âmbito da Rede Cegonha, houve a aprovação do Plano de Ação Rede Cegonha 2021-2023, elaborado para direcionar as regiões de saúde acerca das ações prioritárias da linha materno-infantil. Ressalta-se, também, ações promovendo a doação de leite humano, agosto Dourado, novembro Roxo e a inauguração de três novas salas de apoio à amamentação, objetivando aumentar a prevalência do aleitamento materno e melhoria da alimentação complementar saudável.



A Atenção Primária contou, ainda, com a elaboração dos Planos de Ação para Qualidade – PAQ, para implementação no 1º semestre de 2022, a fim de promover a melhoria contínua da qualidade das equipes da saúde da família e bucal, de modo a aproximá-los de níveis de excelência organizacional. Foram realizadas oficinas presenciais e online nas 7 regiões de

saúde, com o intuito de apresentar o PAQ às Diretorias e Gerências a fim de sensibilizá-los quanto à importância e forma adequada de escolha dos padrões a serem trabalhados.

Houve a elaboração de Protocolo e Fluxogramas de Queixas Ginecológicas - Planejamento reprodutivo (inserção de DIU) e assistência às IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis) construídos com o objetivo de padronizar fluxos de atendimento às mulheres, possibilitar acesso universal e atenção integral de qualidade, bem como ampliar a resolutividade.

Destaque, também, para a capacitação de multiplicadores regionais em Cadastro Individual, para capacitar os profissionais assistenciais a realizar corretamente o cadastro dos pacientes no Sistema de Informação da Atenção Básica (SISAB). O Distrito Federal iniciou o ano de 2021 com o total de 1.332.373 de pessoas cadastradas. Em setembro de 2021 (dado mais recente divulgado pelo MS), o DF já possuía 1.659.105, um aumento de mais de 326 mil cadastrados no período de janeiro a setembro de 2021.

Os esforços direcionados à saúde prisional também foram evidenciados na reorganização dos leitos das Alas de Segurança para atender casos de COVID-19, garantindo assistência adequada aos casos graves da doença entre os privados de liberdade. Houve a implementação de nova Unidade Básica de Saúde Prisional no Complexo Penitenciário da Papuda, permitindo o cumprimento de quarentena na porta de entrada do sistema prisional, bem como o isolamento de casos confirmados. Ressalta-se a organização e o monitoramento da vacinação das pessoas privadas de liberdade. Como resultado, garantiu-se a vacinação de 100% da população custodiada no sistema prisional do DF com a continuidade da vacinação aos recém-chegados na Unidade.

Ademais, com o objetivo de promover o acesso e equidade à atenção à saúde da população em situação de rua do Distrito Federal, garantiu-se a imunização de mais de 1.600 pessoas em situação de rua com vacina de dose única para COVID-19 e a implantação de duas novas Equipes Consultório na Rua na Região Sul e Leste.

Sobre a população indígena, foram realizadas visitas técnicas, diagnóstico situacional e participação das ações em saúde e acompanhamento da população indígena Warao, em São Sebastião. Como resultado, conseguiu-se o diagnóstico e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis (sífilis e HIV), de doenças crônicas e respiratórias (tuberculose), além da atualização do cartão de vacina, realização de atendimentos médicos e ações de promoção e prevenção à saúde.

2 - Objetivo Específico: Atenção Especializada E Hospitalar À Saúde

A atenção especializada e hospitalar tem como proposta coordenar os processos da média e alta complexidade relacionados à formulação, promoção de políticas e planos de ação, linhas de cuidados, protocolos clínicos, fluxos assistenciais e de regulação, fomentando o processo de incorporação de tecnologias e inovação em saúde.

As ações realizadas no âmbito da atenção especializada e hospitalar visam a integralidade do cuidado, pois são vinculadas a serviços de maior densidade tecnológica que a atenção primária. Com isso, de acordo com a necessidade da população, ofertam-se ações e serviços especializados, de apoio e diagnóstico e terapêutico, além de atendimentos de urgência e emergência, cirurgias, internações hospitalares, atenção domiciliar e terapia intensiva.

Um importante viés da atenção especializada é a regulação de cirurgias eletivas, cujo objetivo maior é possibilitar o acesso transparente e equânime da população aos procedimentos. Nesse sentido, foram reguladas cirurgias eletivas em novas especialidades: Ortopedia, Cirurgia Geral, Plástica, Pediátrica Geral e Pediátrica Urológica. Do mesmo modo, foi promovida a regulação de cirurgias eletivas em novas unidades, nas quais ainda não havia regulação: Otorrinolaringologia no HRS e Ginecologia Oncológica no HMIB. Foram ainda regulados novos exames e procedimentos, como CPRE (Colangiopancreatografia retrógrada endoscópica), PET

CT - Tomografia por Emissão de Pósitrons, consulta em Genética, Cirurgia Ginecológica - Laqueadura Tubária – Essure e Fisioterapia Reabilitação Pulmonar.

Ainda no tocante à regulação, cita-se a de 04 leitos de terapia semi-intensiva cardíaca do Hospital da Universidade de Brasília (HUB), o que reduziu o número de pacientes aguardando atendimento cardíaco na ala de UTI da regulação e possibilitou o tratamento precoce aos acometimentos cardíacos. Ademais, foram regulados 100 leitos do serviço de atenção domiciliar de alta complexidade, possibilitando a alta de pacientes com sequelas físicas e neurológicas, causando o giro do leito hospitalar e trazendo conforto aos pacientes e familiares.

Foi disponibilizado, ainda, o Serviço de Telesaúde. Trata-se de serviço especializado em saúde mental para a população, com o objetivo de prestar atendimento psicológico àqueles em situação de emergência psiquiátrica, conforme necessidade avaliada pela regulação médica do SAMU DF. Nesse sentido, promoveu-se, também, qualificação do atendimento primário via 192, diminuindo o tempo-resposta dos chamados. Destaca-se, também, a inauguração das bases modulares descentralizadas do SAMU, para melhorar o de tempo resposta aos chamados e as condições de trabalho para os servidores.

Para a ampliação da cobertura dos Centros de Atenção Psicossocial no DF, que atualmente se encontra em 0,51%, estão em andamento ações de construção de novos serviços, habilitação de serviços em funcionamento e alteração da habilitação de serviços que funcionam em modalidade diferente da sua habilitação, foram encaminhadas ao Ministério da Saúde propostas para alteração da habilitação do CAPS Riacho Fundo e Samambaia, o que alterará a taxa de cobertura de 0,51 para 0,52%, ou seja, o atingimento da meta pactuada no Plano Distrital de Saúde.

Em nível especializado, o Hospital da Criança de Brasília José Alencar inaugurou nova ala de Terapia Renal Substitutiva, que beneficia crianças que precisam fazer o procedimento de diálise. Toda a planta física do local foi modernizada para proporcionar mais conforto e segurança tanto às crianças quanto à equipe durante o atendimento.

Em relação à realização de transplantes, a Central Estadual de Transplantes (CET-DF), responsável pela coordenação de todos os processos de doação e transplantes no âmbito do Distrito Federal, manteve as ações em prol da realização dos procedimentos, ocupando posição de destaque no cenário nacional em relação aos transplantes realizados considerando o número de habitantes. Foram realizados, ao todo, 574 transplantes, conforme detalhamento a seguir:

- Transplantes de CORAÇÃO: 17
- Transplantes de FÍGADO: 84
- Transplantes de CORNEA: 294
- Transplantes de RIM: 85
- Transplantes de Medula Óssea: 94

Foi elaborado, ainda, na plataforma do InfoSaúde, painel para o monitoramento dos dados e análise da atividade de transplantação do DF, especificando os procedimentos por mês, órgão/tecido, equipe de transplante credenciada, além da lista de espera. Também traz informações sobre como ser um doador, como funciona a fila de espera, quais transplantes são realizados no DF. Ao longo de 2021, foi também realizado o credenciamento de novos serviços e equipes para realização de transplante no DF, para ampliar a rede de oferta de Centros Transplantadores e garantir maior quantidade de serviços e equipes especializadas. Em 2021, foram autorizados o Hospital do Coração do Brasil em transplante cardíaco e o Hospital Sírio-Libanês em transplante de tecido musculoesquelético.

Considerando a preocupação em prestar apoio e acompanhamento psicológico às famílias que autorizaram a doação de órgãos de um familiar, foi implementado o programa Follow Up.

Nessa mesma seara foi realizado o programa Te Agradeço de Coração, um agradecimento às famílias que autorizaram a doação de órgãos e tecidos após o falecimento do seu familiar como envio de lembranças no mês de setembro. Já a conscientização e o incentivo à doação de órgãos foram divulgados por meio da campanha Setembro Verde, com impacto direto no número de doações: setembro foi o mês com o maior número de transplantes realizados no DF no ano de 2021.



Dentro do objetivo em tela, foi elaborada a modernização dos processos de trabalho na Classificação de Risco e efetivado o Curso de Atualização e Capacitação dos profissionais de saúde no Manual de Acolhimento e Classificação de Risco. Foram capacitados 215 enfermeiros, ampliando a ação do dispositivo da Política Nacional de Humanização do SUS nas portas Fixas da Rede de Urgência e Emergência.



Ainda no âmbito das capacitações, foram realizados (as):

- Curso de Capacitação em Cuidado e Atenção à Saúde das Mulheres em Situação de Violência atendidas no CESMU;
- Matriciamento Neuropediatria;
- Curso de Boas Práticas no processamento de produtos da Saúde nos Núcleos de Materiais Esterilizados da Rede;
- Capacitação em Processamento de Produtos para Saúde;
- Capacitação sobre o Guia de Enfermagem na Atenção ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, realizada em parceria com a Gerência de Elaboração de Treinamentos Específicos (SEJUS);
- Curso de Inserção de Cateter Central de Inserção Periférica (PICC);
- Triagem Neonatal pela EAPSUS;
- Sensibilização em Cuidados Paliativos;

- Curso de Aperfeiçoamento em Pré-natal de Alto Risco (PNAR), cujos participantes - médicos ginecologistas da atenção secundária - puderam alinhar as abordagens assistenciais e fluxos terapêuticos, em parceria com a EAPSUS;



Foram confeccionados os Manuais de Hipotermia Terapêutica no Recém-nascido, Assistência de Enfermagem Neonatal, Manuseio Mínimo do Recém-nascido, Colostroterapia, Protocolo da Casa de Parto de São Sebastião, Protocolo de Orientações para a Regulação da Primeira Consulta Ambulatorial em Terapia Ocupacional para Reabilitação Infantil/Adulto/Gerontologia, Guia de Condutas assistenciais da Terapia Ocupacional na Reabilitação de Membros Superiores e Terapia da Mão, Fluxo para transfusão de sangue em locais sem Agência Transfusional e outros.

No contexto da Rede Cegonha, houve a aprovação do Plano de Ação da Rede Cegonha 2021-2023, elaborado para direcionar as regiões de saúde acerca das ações prioritárias da linha materno-infantil e foi implantado o Projeto Zero Morte Materna por Hemorragia da OPAS-HRG, que buscou qualificar a equipe multiprofissional que atua no centro obstétrico e na maternidade do HRG.

Quanto aos serviços de nutrição, foi realizada a elaboração, publicação e lançamento da Política Distrital de Alimentação e Nutrição – PDAN, com o objetivo de melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde da população do Distrito Federal, garantindo a sustentabilidade e legitimidade das ações de alimentação e nutrição e evitando a descontinuidade das estratégias implantadas. Ademais, realizou-se a padronização de instrumentos para fiscalização e auditoria dos contratos de alimentação, já publicados no site da Secretaria e disponíveis a todos os profissionais da rede.

Visando ampliar a divulgação sobre os direitos sociais e a forma de acessá-los, foram elaborados infográficos com informações sociais disponíveis na página da Gerência de Serviço Social no endereço eletrônico da SES. O objetivo é prestar informações aos profissionais de saúde e usuários do SUS a respeito dos direitos sociais da população que são mais usuais no cotidiano de trabalho das equipes de saúde.

No campo dos serviços de saúde funcional, houve o alinhamento técnico para a prescrição de cadeira de rodas oferecida aos serviços parceiros, considerando os casos em que a aquisição é realizada sem a presença do paciente, para garantir a qualificação dos profissionais responsáveis pela prescrição de cadeiras de rodas dos Núcleos Regionais de Atendimento Domiciliar, Hospital de Apoio de Brasília e CER II de Taguatinga. Houve, ainda, a entrega de órteses e próteses ambulatoriais para os pacientes devidamente cadastrados no Programa de

Órteses e Próteses dessa SES/DF, totalizando 4.695 produtos entregues. Foram distribuídas, também, 596 cadeiras de rodas aos pacientes cadastrados no Programa.

Na programação de aquisição de aparelhos de órteses e próteses (OPME), foram adquiridas 243.097 unidades para implantação via procedimento cirúrgico e 3.736 para dispensação a nível ambulatorial.

No assessoramento de política de prevenção e controle do câncer, foram adquiridos eletrodos de bisturis elétricos para tratamento de lesões precursoras de câncer de colo do útero, evitando a progressão para neoplasia. Os insumos foram adquiridos em nível central e distribuídos uniformemente entre os 07 serviços de colposcopia SUS/DF. Ademais, foi iniciada a construção de sistema on-line para monitoramento do tempo de tratamento oncológico.

Em termos de Obras, foram realizadas, em 2021, as seguintes ações:

- Obra de revitalização do Hospital Regional de Ceilândia (HRC). Os reparos abrangeram os setores de pediatria, ortopedia, ambulatório e radiologia, atendendo às normas de segurança do Corpo de Bombeiros Militar do DF. Além das melhorias de estrutura, a revitalização do prédio possibilita, também, a ampliação da capacidade de atendimento.
- O Hospital Regional de Samambaia (HRSam) iniciou a construção de uma unidade modular. Tratam-se de 102 leitos para o tratamento exclusivo de pacientes infectados pelo Coronavírus.
- Início das obras do Hospital Oncológico de Brasília. A unidade será referência no atendimento oncológico do DF e da região Centro-Oeste. Trata-se de convênio entre a SES e o Ministério da Saúde, com disponibilização de 172 leitos com centro cirúrgico e 20 leitos de UTI para os pacientes oncológicos.



Nesse mesmo sentido, destaca-se a inauguração de dois espaços exclusivos para mães nutrizas no Hospital Regional de Taguatinga (HRT). O objetivo é deixar as mães mais próximas de seus filhos internados na UTI neonatal. Ademais, a atenção à mulher contou, também, com a inauguração da farmácia do Centro Especializado em Saúde da Mulher (Cesmu). Além da distribuição de medicamento, as usuárias poderão obter informações sobre posologia, cuidados de armazenamento, entre outros. O Centro inaugurou a instalação do aparelho de mamografia, com capacidade de realização de 120 mamografias por semana. Com esse aparelho, a SES passa a ter 11 mamógrafos, distribuídos da seguinte forma: Hospital Regional de Taguatinga (HRT), Hospital Regional de Samambaia (HRSam), Hospital Materno-Infantil de Brasília (Hmib), Hospital Regional do Gama (HRG), Hospital Regional de Santa Maria (HRSM), Hospital Regional de Sobradinho (HRS), Hospital da Região Leste (HRL), Hospital

Regional de Ceilândia (HRC), Central de Radiologia, Hospital de Base (HBDF) e o novo, no Cesmu.

Cita-se, também, a reforma do prédio da Central de Regulação Interestadual e de Alta Complexidade (CERAC), para sanar infiltrações, adequar as instalações elétricas, otimizar o espaço, melhorar o ambiente de trabalho, oferecer maior conforto aos pacientes oriundos do programa de Tratamento Fora de Domicílio, bem como aos prestadores de serviço. Ainda no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pelo Centro, foram modificados os fluxos de trabalho do serviço de Tratamento Fora de Domicílio (TFD), que contou com a identificação de problemas, adequação e correção de fluxos de trabalho. Os resultados da iniciativa foram: maior transparência e segurança nos processos de TFD e de pagamento de ajuda de custo aos pacientes cadastrados no programa, além da redução de custos, eliminação do retrabalho, a elaboração de um fluxo digital e mais sustentável, com redução de uso de materiais de consumo.

Ao todo foram iniciados 11 Projetos de Eficiência Energética abrangendo os seguintes Hospitais: HBDF, HRSM, HRG, HRSAM, HRBz, HAB, HRAN, HRL, HSVP, HRGu e HRPL, bem como 22 projetos básicos de arquitetura para reforma e ampliação de diversas unidades como do Posto de Saúde Rural do Núcleo Chapadinha – Brazlândia, Núcleo Rural Capão da Erva, Assistência Odontológica da Unidade Básica de Saúde (UBS) 6 do Gama-DF, UTI Adulto do Hospital Regional de Taguatinga, dentre outros.

Com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento ao usuário, foi realizada a reforma da Unidade de Radiologia do Hospital Regional de Planaltina – HRPL que, além de melhorar o atendimento prestado ao usuário, possibilita a atualização do parque tecnológico da Unidade.

Foram inauguradas, ainda, a primeira Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Paranoá e a UPA da região do Gama. As Unidades encontram-se em funcionamento e objetivam maior agilidade e ampliação da rede de atendimento às respectivas populações.

3 - Objetivo Específico: Assistência Farmacêutica

A Assistência Farmacêutica tem como competência viabilizar o acesso aos medicamentos e serviços farmacêuticos à população, aliado a mecanismos que garantam a segurança do paciente e o menor custo por tratamento.

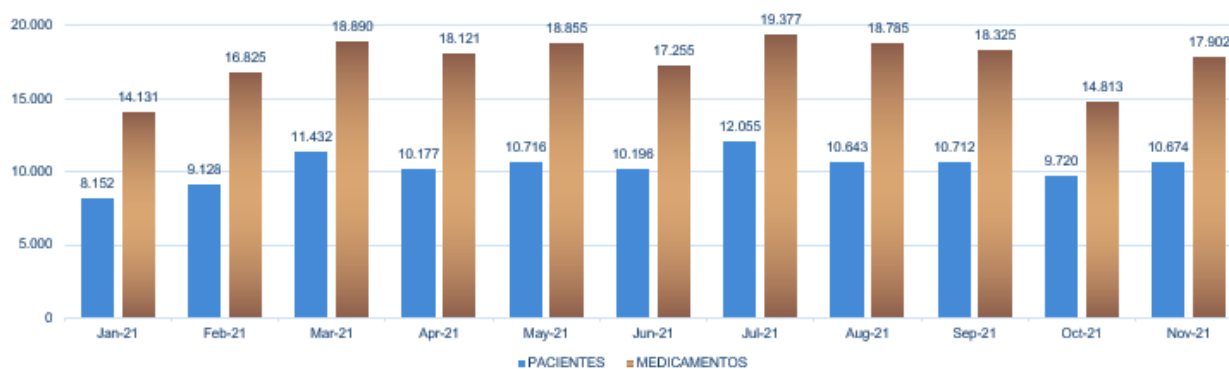
Garantir que a população tenha acesso ao medicamento certo na hora certa foi uma das batalhas definidas no Plano Estratégico do Distrito Federal. Para tal fim, entendeu-se a necessidade de melhorar o acesso da população a medicamentos, bem como a logística para seu armazenamento e distribuição, sobretudo para os de alto custo. Deste modo, foi redesenhado todo o processo da cadeia de suprimentos da SES-DF.

Dentre os resultados da batalha, citam-se a padronização de 100% dos bens de compra regular com processo de aquisição em andamento, a adequação física dos galpões de armazenamento e a otimização dos processos de recebimento e distribuição junto aos fornecedores, bem como o início do processo de contratação do Operador Logístico.



Ademais, cumpre destacar a distribuição de mais de 167 mil canetas aplicadoras de insulina humana à população do DF. No ano de 2021, o DF ampliou a faixa etária para a retirada das canetas de insulina, tendo em vista o benefício da sua utilização no controle da doença e maior disponibilidade de estoque pelo Ministério da Saúde.

Além das iniciativas supracitadas, a SES-DF promoveu o serviço de entrega de medicamentos em casa, proporcionando um atendimento mais humanizado com redução de filas e diminuição de tempo de espera dos pacientes presenciais. Ao longo de 2021, o serviço de entrega de medicamentos em casa, conforme demonstrado no gráfico abaixo, contemplou mais de 113.000 pacientes com o recebimento de mais de 193.000 medicamentos em seus domicílios.



A rede pública de saúde do Distrito Federal iniciou também a dispensação de Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) ao HIV, prescrita pela rede privada. O Ministério da Saúde elegeu o Distrito Federal como uma das unidades federativas piloto do Projeto "PrEP na Saúde Suplementar". Deste modo, os médicos de consultórios particulares poderão prescrever o medicamento e as pessoas poderão retirá-lo nas Unidades Dispensadoras de Medicamentos de antirretrovirais (UDM).

Com o objetivo de integrar e acompanhar os serviços da Assistência Farmacêutica na Atenção Primária à Saúde (APS), foram realizadas visitas técnicas para avaliação da necessidade de apoio logístico, de gestão do medicamento e do cuidado ao usuário nas Regiões de Saúde, as unidades contempladas foram a Oeste (GSAP 3 Brazlândia; UBS 3 Veredas I, UBS 4 Veredas II, UBS 8 Torres e UBS 5 Chapadinha), Leste (NLF Leste, UBS 10 São Sebastião, UBS 9 São Sebastião, UBS 11 São Sebastião, UBS 12 São Sebastião e UBS 1 São Sebastião) e Norte (NLF Norte, UBS 11 Planaltina, UBS 1 Planaltina), Farmácia viva do CERPIS de Planaltina (NUFAR/CERPIS) e Farmácia Viva do Riacho Fundo (NFARV/GCBAF).

Investiu-se também na capacitação com o Programa de Educação Continuada em Assistência Farmacêutica - CAPACIFAR, em parceria com a EAPSUS. Durante o ano de 2021, foram realizadas palestras com o objetivo de promover análise crítica da Assistência Farmacêutica e diversos temas atinentes a cada um dos níveis de atenção, doenças e agravos, programas estratégicos e gestão em saúde. O projeto alcança uma cultura de discussões, aprendizados e atualizações sobre a área e estrutura um novo modelo que facilita a educação continuada dos servidores desta Secretaria.

Por fim, com o propósito de possibilitar a oferta e dispensação dos fitoterápicos oficiais aos usuários do SUS, ampliando o acesso aos moradores do Distrito Federal, foram cadastradas as Unidades Básicas de Saúde nº 1 da Estrutural e do Cruzeiro, bem como a Gerência de Serviços da Atenção Primária nº 4 do Guará/Lúcio Costa para a dispensação dos fitoterápicos na região.

4 - Objetivo Específico: Vigilância Em Saúde

A Vigilância em Saúde trabalha na prevenção, promoção, redução e eliminação dos riscos e agravos à saúde da população. A área responsável pela sua organização é a Subsecretaria de

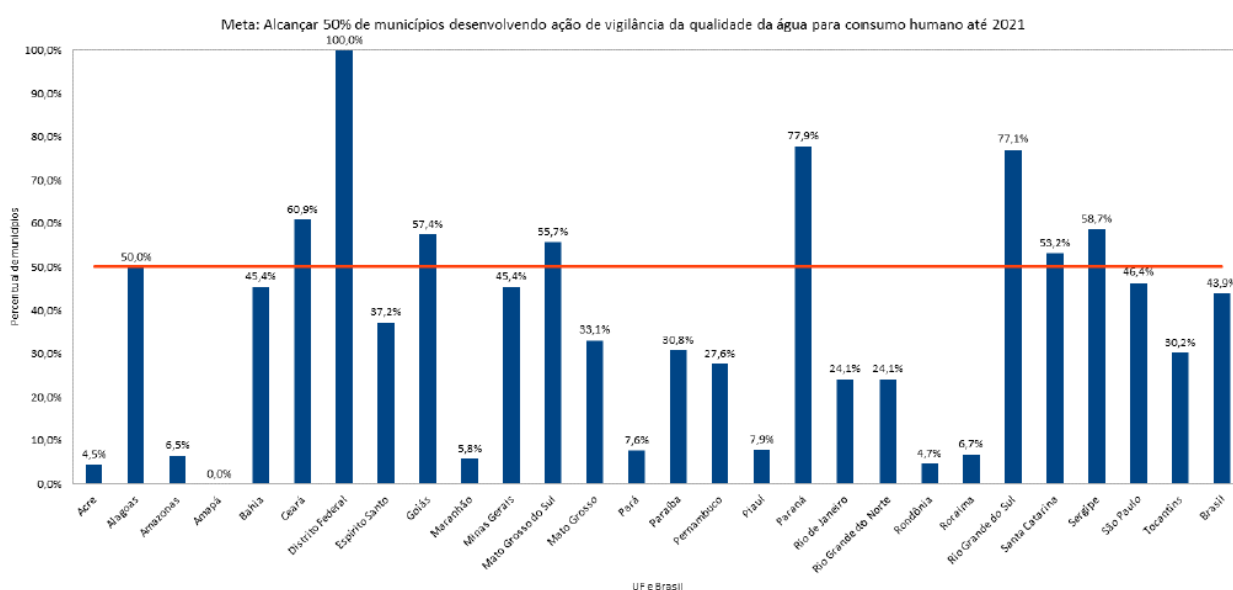
Vigilância à Saúde, à qual compete a observação contínua da distribuição e tendência de incidência de doenças mediante a coleta sistemática, consolidação e avaliação de informes de morbidade e mortalidade, assim como de outros dados relevantes.

Vigilância Ambiental

A Vigilância Ambiental em Saúde atua no monitoramento e controle dos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente, de riscos biológicos (controle de vetores e zoonoses) e não biológicos (vigilância da qualidade da água para consumo humano, do solo, do ar, em situações de catástrofes com produtos químicos perigosos e desastres naturais), que interferem na saúde humana, com finalidade de recomendar e adotar medidas de prevenção e controle dos fatores de riscos e das doenças ou agravos relacionados à variável ambiental.

Para tal fim, realizou-se coletas e análises de água para consumo humano em todo o Distrito Federal, referente aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez. Essas ações efetivam a vigilância da qualidade da água como instrumento de prevenção de agravos e promoção de saúde. Foram coletadas mais de 2.769 amostras de água para análise da água disponível para consumo humano nos seguintes locais:

- Hospitais
- UBS
- Creches e Escolas
- Centros comerciais
- Shopping Centers
- Restaurantes comunitários
- Terminais de ônibus
- Locais com populações expostas em áreas contaminadas
- Condomínios residenciais
- Comunidades rurais
- Residências no geral



Fonte: Este relatório foi gerado com base aos dados inseridos das coletas e análises de água no SISAGUA (Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano) do Ministério da Saúde.

Tendo em vista o risco de contaminação decorrente do Coronavírus, a ação em parceria com o Ministério da Saúde para o desenvolvimento do Programa Saber Saúde nas escolas públicas do DF foi cancelada, no entanto foram desenvolvidas ações educativas para promoção do acesso às informações acerca da prevenção e do controle de vetores e reservatórios

transmissores de zoonoses. As atividades são desenvolvidas em todas as regiões administrativas do Distrito Federal, atendendo a comunidade em geral, desde a comunidade vinculada a administração pública até a particular, seja urbana ou rural, foram realizadas palestras, vídeos educativos, teatro virtual e presencial sobre a prevenção do *Aedes aegypti*. Em 2021, até a Semana Epidemiológica 50, que abrange o período de 03/01/2021 a 18/12/2021), foram notificados 23.794 casos suspeitos de dengue, dos quais 17.477 eram prováveis. A tabela abaixo demonstra o total de casos notificados e prováveis de dengue de residentes no DF e em outras Unidades da Federação:

Casos de dengue	Residentes no Distrito Federal			Residentes em Outras UF			Total de Casos 2021
	2020	2021	Variação %	2020	2021	Variação %	
Notificados	59.530	21.143	-64,5	4.772	2.651	-44,4	23.794
Prováveis ¹	46.953	15.010	-68,0	3.969	2.467	-37,8	17.477

Fonte: SINAN Online. Dados atualizados em 30/12/2021, até a SE 50, sujeitos a alterações.

Os casos prováveis de dengue decresceram 68,0% em comparação ao mesmo período de 2020, quando foram registrados 46.953 casos prováveis no DF.

Ademais, cumpre destacar os esforços empreendidos na proteção da saúde humana por meio da vacinação antirrábica animal, visando o atingimento das metas de vacinação estipuladas pelo ministério da Saúde, Organização Pan-Americana de Saúde e Organização Mundial de Saúde no Programa de Vigilância e Controle da Raiva.



Vigilância Sanitária

A Vigilância Sanitária tem como objetivo realizar atividades normativas de fiscalização e educação visando eliminar, reduzir ou prevenir riscos à saúde da população do DF. Nesse sentido, realizou-se treinamento nas modalidades em serviço e on-line, para os chefes dos Núcleos de Hotelaria em Saúde e para os executores do contato de coleta de resíduos. Buscou-se, assim, aprimorar o gerenciamento de riscos ambientais e vigilância para a saúde com alerta precoce, bem como fortalecer as ações de controle dos fatores de riscos para as doenças e agravos relacionados a fatores não biológicos, em situações de catástrofes por produtos químicos perigosos e desastres naturais, além de manter adequados os serviços de tratamento e manejo de resíduos de saúde da SES/DF.

Importante mencionar que foi assinado o 1º Termo de Ajuste ao 111º Termo de Cooperação Técnica junto à Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde para o desenvolvimento de ações vinculadas ao projeto "Gestão da SES/DF qualificada para atender às necessidades de cobertura e acesso universal à saúde pela população do DF". Essa iniciativa irá contribuir para a remodelagem do processo de análise e fiscalização em vigilância sanitária.



Para o cumprimento do objetivo em tela, foram adquiridos equipamentos com fins diagnósticos. Tratam-se de 4 espectrofotômetros, sendo 2 para análises realizadas na Gerência de Controle de Qualidade de Produtos e Ambientes e os outros 2 para as análises da Gerência de Medicamentos e Toxicologia. Além desses, foram adquiridos uma capela de exaustão de gases, uma estufa bacteriológica, ambas voltadas à realização de análises realizadas pela Gerência de Controle de Qualidade de Produtos e Ambiente.

Dentro das ações de Monitoramento da Qualidade de Alimentos Comercializados e Fabricados no Distrito Federal, destaca-se o Programa de Vigilância Sanitária (PVS): ação contínua que busca a melhoria da qualidade dos alimentos comercializados no Distrito Federal, bem como a diminuição de danos por aditivos e contaminantes, além de prestar apoio a empresas fabricantes de alimentos. Ao todo, foram coletadas mais de 950 amostras, gerando 124 condenações de qualidade do produto.

Ressalta-se, ainda, a elaboração, divulgação e fiscalização do cumprimento de diretrizes para o funcionamento de estabelecimentos que trabalham com alimentos e alimentação durante a pandemia. Foram elaboradas 63 Notas Técnicas a respeito da prevenção à COVID-19 em estabelecimentos que produzem, comercializam e ofertam alimentos e/ou alimentação.

Vigilância Epidemiológica

A Vigilância Epidemiológica realiza ações de monitoramento e controle das doenças transmissíveis, não transmissíveis e agravos (qualquer dano à integridade física ou mental do indivíduo, provocado por circunstâncias nocivas ou lesões decorrentes de violências interpessoais) que proporcionam o conhecimento, a detecção e prevenção de qualquer

mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar medidas de prevenção e controle das doenças e promoção da saúde.

Para esse fim, foi formulado o aplicativo "Investiga DF", visando a melhoria da investigação do óbito e controle dos formulários de óbito no DF. Um dos maiores projetos já executados pela Vigilância em Saúde do DF, o aplicativo tem proporcionado a interação oportuna entre a vigilância epidemiológica e seus demandantes. A distribuição e monitoramento das declarações de óbitos já estão sendo realizadas completamente pelo sistema. Essa ferramenta permitirá, também, a qualificação da informação do óbito de maneira oportuna, permitindo a rápida comunicação entre as Comissões de Revisão de Óbitos Hospitalares e médicos emissores das declarações de óbito. Em se tratando de COVID-19, foi feita a automatização dos processos de captação, consolidação e análises das notificações de casos e óbitos pela doença. Deste modo, foram automatizados 9 processos de trabalho e de análises de dados, reduzindo as probabilidades de erros e a sobrecarga da equipe, permitindo o foco em outras tarefas relevantes para a vigilância da pandemia no DF. A iniciativa gerou o recebimento do prêmio de melhor iniciativa nacional na área de tecnologia e inovação da EXPOCIEVS.

No tocante às inspeções, destacam-se aquelas direcionadas à avaliação das medidas de enfrentamento da pandemia por COVID-19 (2ª onda) em hospitais, totalizando 11 inspeções realizadas. Ademais, 100% das denúncias sobre eventos adversos relacionados à assistência à saúde (surto de infecções hospitalares, aumento da incidência de casos de infecções relacionadas à assistência à saúde, eventos adversos) foram apuradas.

A vacinação, importante instrumento no controle de epidemias, foi desempenhada em duas frentes principais: COVID-19 e vacinação de rotina. Dentre as vacinações de rotina, destaca-se a campanha contra a gripe Influenza e a campanha de multivacinação para a atualização vacinal de crianças e adolescentes. Assim, a distribuição fez a monta de 2.960.414 doses aplicadas. Na campanha contra a COVID-19, foram distribuídas mais de 4.930.067 doses. O quantitativo de doses recebidas e distribuídas do COVID até novembro superam o recebimento e distribuição dos 48 imunobiológicos em 12 meses.

Foi desenvolvido, também, o sequenciamento (com metodologia Sanger, usando regiões específicas do vírus) de 23 amostras positivas para COVID-19 dos jogadores da Copa América, 1.217 testes Molecular para as Arboviroses, 229.651 testes de sorologia para IST (HIV e Hepatites virais) e 3.655 testes para agravos exantemáticos e outros. Os estudos e testes acima descritos objetivaram o efetivo embasamento das ações desenvolvidas pela Vigilância Epidemiológica e Sanitária.

No âmbito das doenças sexualmente transmissíveis, destaca-se a elaboração do Plano Integrado para Prevenção, Vigilância e Controle de Sífilis 2021/2024, cujo objetivo é reduzir a transmissão da sífilis adquirida e sífilis em gestante, bem como eliminar a sífilis congênita em todo o Distrito Federal até 2024. Houve, também a implantação da Profilaxia Pré Exposição (PrEP) ao HIV na Policlínica de Taguatinga, causando a redução das filas de espera pela PrEP no Hospital Dia e no HUB, além da ampliação do acesso ao serviço aos segmentos populacionais prioritários. E para subsidiar, com base em evidências, a tomada de decisão nas regiões de saúde e regiões administrativas, foi elaborado Painel de indicadores de Hepatites Virais na Sala de Situação da SES-DF.

Ao longo do ano foram realizadas várias campanhas de conscientização, como:



Vigilância em Saúde do Trabalhador

A Saúde do Trabalhador trata do serviço de vigilância e articulação de ações no âmbito do Sistema Único de Saúde no Distrito Federal, visando à efetivação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora (PNSTT - Portaria de Consolidação nº 02, de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde).

Nesse sentido, foram realizadas 435 inspeções voltadas à garantia da saúde do trabalhador, com o objetivo de intervir, in loco, na melhoria de ambientes e processos de trabalho. Houve, ainda a intensificação das ações educativas com a temática Saúde do Trabalhador (PAS), perfazendo a monta de 89 ações educativas realizadas.

Ainda no objetivo em tela, buscou-se a vigilância e análise da situação de saúde do trabalhador, em um total de 1.135 ações realizadas meio de:

- Buscas ativas
- Visitas técnicas
- Notificações
- Investigações de óbito
- Elaboração de relatórios epidemiológicos
- Informativos e boletins acerca da população trabalhadora do território.

5 - Objetivo Específico: Gestão do Sistema Único de Saúde

A Gestão do Sistema Único de Saúde visa promover um modelo de gestão descentralizado, inovador, eficiente, transparente e sustentável, com aprimoramento da Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), do uso racional e eficiente dos recursos e da integração entre ensino e pesquisas.

Nesse sentido, destaca-se as seguintes ações:

- Criação do Painel de Monitoramento, na Sala de Situação, dos indicadores do Previne Brasil, para demonstrar as necessidades de intervenção e melhoria;

- Elaboração e publicação de Painéis no ambiente "Transparência" do Portal InfoSaúde relativos a Contratos e Escala de Profissionais, o que possibilitou o acesso público às informações sobre os contratos vigentes e vencidos da SES-DF e sobre a previsão do cumprimento da jornada de trabalho pelos servidores da Pasta;
- Alteração do layout do ambiente Saúde do Cidadão e reapresentação de alguns painéis, com navegabilidade e linguagem simples, além de vídeos explicativos;



- Construção de mapa que possibilita aos gestores visualizar o território de abrangência das equipes de saúde da família, as áreas de vazio assistencial, o cálculo da estimativa populacional dos setores censitários, o índice de vulnerabilidade social, entre outros indicadores;
- Criação do Índice de Necessidades de Saúde por Região Administrativa, considerando SUS dependência, utilização do serviço, indicadores sociodemográficos e epidemiológicos;
- Publicação de novos Painéis no portal InfoSaúde: Transplantes, Programa Auxílio Brasil, Hepatites Virais;
- Mapeamento da base de dados do E-SUS e Automatização do Processo de Carga;
- Criação do Sistema de Nutrição – SISNutri e do Painel para gestores da Nutrição;





- Criação de mapa de Georeferenciamento e Geoprocessamento de Pessoas em situação vulnerável (População Beneficiária do Programa Auxílio Brasil, Ciganos, Quilombolas, Assentamentos rurais, Indígenas) a fim de mapear por região de saúde a localização de cada grupo vulnerável para análise, organização e planejamento da atenção à saúde pelas equipes desta SES conforme as necessidades do local, viabilizando um atendimento efetivo. Os produtos dessa construção estarão disponíveis no endereço eletrônico <https://info.saude.df.gov.br/mapa/>.
- Construção do mapa Busca Saúde que proporciona ao cidadão identificar a unidade mais próxima da sua residência para casos de urgência e serviço de APS para cuidados continuados. O sítio permite busca pelo endereço, pelo CEP ou pelo serviço desejado (<https://info.saude.df.gov.br/buscasaudedfubs/>).



Conselho de Saúde do Distrito Federal

No âmbito do Conselho de Saúde do Distrito Federal (CSDF), destaca-se a implantação das Reuniões de Análise de Resultados bimestrais, objetivando maior transparência quanto aos

resultados da SES e a aproximação do CSDF ao monitoramento de forma sistemática. Cita-se, também, a capacitação de Conselheiros de Saúde para incremento do desempenho de suas funções relativas ao Controle Social e à sua atuação na formulação das Políticas Públicas de Saúde do DF. Ademais, ocorreu a aprovação de importantes Resoluções, como a Programação Anual de Saúde – PAS 2021, o Plano Distrital de Atenção Oncológica – 2020/2023, o Plano de Ação da Rede Cegonha do Distrito Federal – 2021/2023, entre outros.

Fundo de Saúde do Distrito Federal - FSDF

O FSDF atua nos termos do Decreto Nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, na aplicação do produto de receitas especificadas, repassadas de forma automática pelo Fundo Nacional de Saúde, bem como oriundas do Tesouro do Distrito Federal, que por lei são vinculadas à realização de determinados objetivos ou serviços previstos nos instrumentos de planejamento instituídos e fiscalizados pelo Conselho de Saúde e demais órgãos de controle interno e externo.

Dessa forma, tem como finalidade ser o instrumento de administração e suporte financeiro para gerir, executar, promover, supervisionar e fiscalizar as atividades relacionadas com a execução financeira e orçamentária das ações do sistema de Saúde do Distrito Federal, Portaria nº 276, de 02 de dezembro de 2015, sob a orientação e supervisão direta do Secretário de Saúde do Distrito Federal.

Em 2021, o FSDF destacou-se pelo empenho na alta execução orçamentária dos recursos destinados ao Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde - PDPAS. Além do orçamento regular da Secretaria de Estado de Saúde para o PDPAS, que contou com o valor autorizado de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões), repassados bimestralmente, às 21 unidades, houve o ingresso de recursos proveniente de 22 Emendas Parlamentares no montante de R\$ 18.263.358 (dezoito milhões, duzentos e sessenta e três mil, trezentos e cinquenta e oito reais).

Captação de Recursos de Emendas Parlamentares Federais e Distritais

A captação de recursos complementa o orçamento ordinário da SES-DF. Trata-se da busca por recursos federais e distritais por meio de Programas do Ministério da Saúde e Emendas Parlamentares ao Orçamento Geral da União e Orçamento Anual do Distrito Federal. Ao longo do ano, foram aprovadas 79 propostas junto ao Fundo Nacional de Saúde, o que representa a captação de R\$ 102.146.715,00 (cento e dois milhões cento e quarenta e seis mil setecentos e quinze reais) de recursos federais para realização de ações em saúde no âmbito da SES/DF, dos quais R\$ 40.222.702,00 (quarenta milhões duzentos e vinte e dois mil setecentos e dois reais) foram destinados para custeio e R\$ 61.924.013,00 (sessenta e um milhões novecentos e vinte e quatro mil e treze reais) para investimento.

Ademais, também foram destinadas 91 Emendas Parlamentares Distritais, das quais 57 permaneceram ativas, perfazendo a monta de R\$ 40.482.947,00 (quarenta milhões quatrocentos e oitenta e dois mil novecentos e quarenta e sete reais). Deste valor, foi desbloqueado o montante de R\$ 36.402.718,00 (trinta e seis milhões quatrocentos e dois mil setecentos e dezoito reais) cujo empenho totalizou, até 17/12/2021, a quantia de R\$ 31.872.687,55 (trinta e um milhões oitocentos e setenta e dois mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) para execução em diversas ações de saúde da SES/DF.

Análise da Situação Covid-19

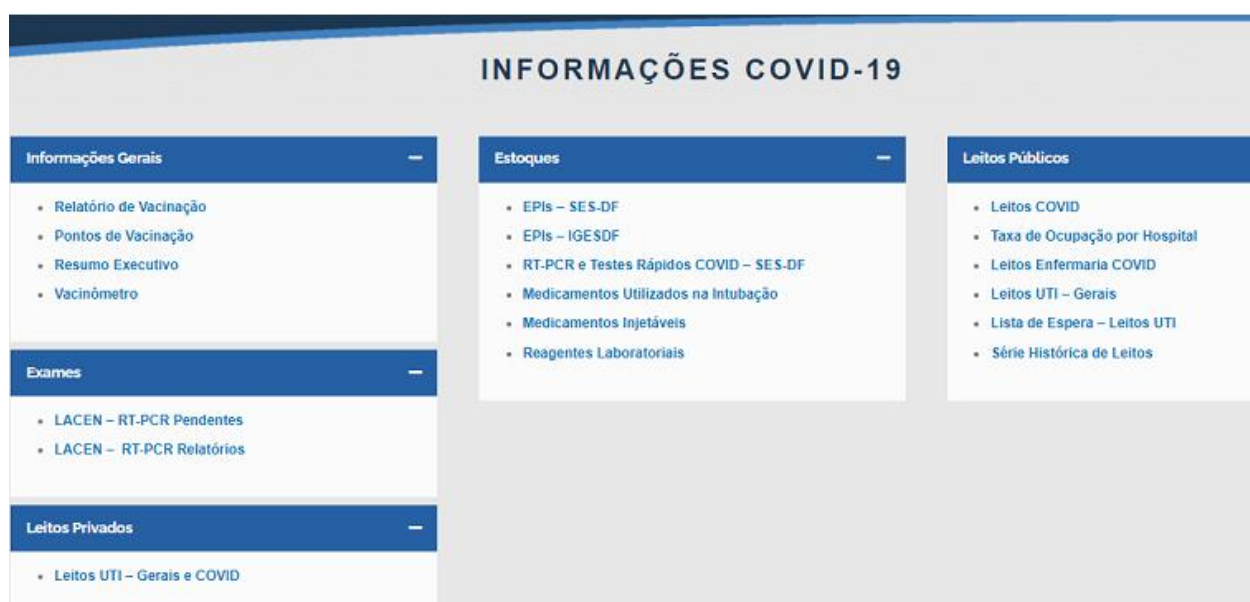
O enfrentamento à COVID-19 foi reforçado por meio de avanços relacionados à análise de dados. Destaca-se a construção de modelo de crescimento logístico ajustado por máxima verossimilhança com base em série temporal de casos confirmados. Os dados e informações provenientes dos resultados da aplicação deste modelo matemático foram publicados em painéis e disponibilizados a gestores da SES-DF, além de integrarem parte do boletim sobre a Covid-19.

Houve ainda a elaboração e publicação, no Portal InfoSaúde, de mais de vinte painéis com informações a respeito da doença, como: disponibilidade de insumos, série histórica de ocupação de leitos e acompanhamento da vacinação no Distrito Federal. A avaliação da Open Knowledge Brasil analisou o DF com alto nível de pontuação em relação à transparência dos dados relacionados ao enfrentamento do novo Coronavírus. O ranking pontuou a qualidade

dos dados e informações relativos à pandemia publicados pela União e pelos Estados Brasileiros em seus portais oficiais. O DF esteve posicionado em segundo lugar no ranking, com apenas dois pontos de diferença do Espírito Santo, que ficou em primeiro lugar.

Além disso, foram produzidos boletins semanais de monitoramento do combate à Covid-19, que inclui dados sobre taxa de isolamento social, índice de transmissibilidade, predições de novos casos e óbitos, ocupação de leitos, vacinação e outros, a fim de subsidiar a tomada de decisões dos gestores, especialmente no que se refere à necessidade de contratação de leitos hospitalares para atendimento aos pacientes.

Enfatiza-se também a criação do sistema para cadastro e agendamento da vacinação contra a Covid-19, bem como acompanhamento e resolução de intercorrências nos acessos ao site durante todo o processo de agendamentos realizados, promovendo a coleta de dados assertivos para quantificação da população do DF com comorbidades, agendamento adequado da vacinação, evitando filas e aglomerações e garantindo que todos fossem vacinados. Foram realizados 324.312 cadastros e 236.582 agendamentos de pessoas com comorbidades. Além disso, foram realizados 357.182 agendamentos de indivíduos da faixa etária entre 40 e 59 anos e 65.319 agendamentos de pessoas pertencentes a categorias profissionais específicas. No total foram feitos 659.083 agendamentos da vacinação.



Fonte: Portal InfoSaúde - <https://info.saude.df.gov.br/initial-page/covid-19/>

No atual cenário de combate à pandemia, o percentual da população geral vacinada com a segunda dose ou dose única é de 71,74%, conforme dados extraídos do InfoSaúde-DF em 08/01/2022, conforme detalhamento abaixo:



No resumo executivo constante no módulo dedicado a Covid-19 pode-se acompanhar a evolução dos casos registrados, bem como as taxas de ocupação de leitos:



Dentre outras ações, destaca-se:

- A regulação da totalidade dos Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar dos Hospitais de Campanha (ASM e Medial), de modo a garantir a imparcialidade, a integralidade e a equidade na ocupação dos leitos contratados para pacientes acometidos pelo SARS-COV-2;
- A inauguração do Hospital Modular Acoplado de Samambaia. A estrutura foi projetada para 102 leitos exclusivos para pacientes com Covid-19, sendo quatro de isolamento e o restante de enfermaria. Os leitos do acoplado possuem pontos de oxigênio e são para pacientes que não estão graves, mas que precisam de oxigênio sob cateter nasal para respirar;



- Apoio dos Hospitais de Campanha do Autódromo, Bezerrão e Escola Anísio Teixeira (Ceilândia);
- Treinamento de 100% dos responsáveis técnicos por salas de vacina da Rede Pública e Particular dos hospitais que realizaram vacinação, para militares e estudantes;

- Orientações para a desospitalização segura do paciente com Covid-19 com o intuito de otimizar a ocupação de leitos e garantir a assistência adequada para o maior número de usuários;
- Guia de referência rápida de manejo clínico da Covid-19 – consolidação de forma didática das principais diretrizes clínicas em formato de bolso para consulta rápida pelos profissionais da APS;
- Grupos de Enlutados pela COVID-19 na SES-DF: desenvolvimento de grupos de pessoas enlutadas pela COVID-19, de forma virtual, abertos à comunidade em geral, como uma oferta do SUS/DF à população, independentemente de sua vinculação a serviço ou território específico. Foram capacitados 36 psicólogos para realização de 19 grupos, foram oferecidas 285 vagas, esgotadas em 24 horas;
- Elaboração da Cartilha de Orientação para Reabilitação pós internação por COVID-19

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10244 - TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	TAXA/ 1.000	10,30	01/12/2018	Anual	10,25	10,14	10,20	11,03	10,15	X	10,10	X	SINASC / UO 23901 / OE 51
<p>Justificativa: 2020 - Indicador com resultado de 10,18 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos (dados parciais, sujeito a alteração), sendo um indicador menor melhor, a meta de reduzir a mortalidade foi superada. À despeito dos desafios da pandemia da Covid-19, foram executadas ações estratégicas de qualificação do pré natal, assistência ao parto, nascimento e dos cuidados neonatais. Foram realizadas articulações com o programa Criança Feliz a fim de melhorar o acesso à famílias de riscos. Normalizada a Linha de Cuidado da Cardiopatia Congênita com formalização do fluxo para cirurgia cardíaca cardiopediátrica contando com hospitais como o HCB, ICDF e o IHDF. Há planejamento da criação da Câmara Técnica de Saúde da Criança onde abordaremos o planejamento estratégico em de todos os níveis de atenção e todas as ações da primeira infância. Permanecem desafios quanto a preocupante queda nas taxas de coberturas vacinais nesta faixa etária populacional e o acesso das crianças a APS apesar da pandemia.</p> <p>2021 - O resultado parcial é de 11,03 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos, ficando acima da meta pactuada, indicador quanto menor-melhor (NUMERADOR: Número de óbitos em menores de 1 ano de idade em um determinado local de residência e ano. DENOMINADOR: Número de nascidos vivos residentes nesse mesmo local e ano. MULTIPLICADOR: 1.000). Destaque para a heterogeneidade entre as regiões de saúde. A maior taxa está na Região Leste com 14,42 óbitos a cada 1.000 nascidos vivos. Alerta para o aumento da mortalidade infantil em comparação com 2019 e 2020 (8,55% e 9,77%). Entretanto, o número de nascidos vivos em 2021 (32.101) está consideravelmente menor em comparação com 2019 e 2020 (42.348 e 39.005). Ressalta-se que o banco de dados de mortalidade (SIM) fecha com no mínimo 120 dias após o registro do óbito e em função da pandemia o MS adiu ainda mais os prazos.* Dados parciais, extração dos dados em 19/12/2021.</p>													
10243 - COBERTURA DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	RAZÃO	0,51	01/12/2018	Anual	0,64	0,51	0,52	0,51	0,55	X	0,63	X	DATASUS/CNESIBGE/ UO 23901 / OE 51
<p>Justificativa: 2020 - O indicador apresentou resultado de 0,51/100.000 habitantes, ficando 20,31% abaixo da meta pactuada de 0,64. O principal desafio está na implantação de novos serviços, com os processos de habilitações e construções. Houve articulação com SINFRA e NOVACAP para andamento dos processos de construção. Foi autuado o processo SEI nº 00060-00489768/2019-15 para alteração das habilitações do CAPS Riacho Fundo para CAPS II e do CAPS Samambaia para CAPS III. Essa adequação das habilitações foi aprovada pelo colegiado gestor da SES, entretanto, o Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (SAIPS) do Ministério da Saúde está suspenso para cadastramento de novas proposta de habilitação.</p> <p>2021 - O indicador apresentou resultado de 0,51/100.000 habitantes e ficou dentro do esperado para o período de monitoramento. O principal desafio foi a implantação de novos serviços, com os processos de habilitações, construções e disponibilidade orçamentária para elaboração de projetos e execução de obras. Ressalta-se que houve articulação com SINFRA e NOVACAP para andamento dos processos de elaboração de projetos e construção. Foram autuados os processos de construção do CAPS III Gama, CAPS I Recanto das Emas, CAPS AD III Guará e CAPS I Ceilândia, porém, ainda estão em fase de ação preparatória. Estão em andamento ações para habilitação do CAPS I Brasília, do CAPS II Brasília e do CAPS II Planaltina, entretanto, dependem de obras e ampliação de RH. Quanto à adequação da habilitação dos serviços, foram encaminhadas ao MS propostas para alteração da habilitação do CAPS Riacho Fundo, Samambaia e Taguatinga, o que alterará a taxa de cobertura de 0,51 para 0,52.</p>													
10342 - PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SUS E NA SAÚDE SUPLEMENTAR	PERCENTUAL	46,00	01/12/2018	Anual	46,00	45,79	46,50	45,81	47,00	X	48,00	X	MINISTÉRIO DA SAÚDE (SINASC) IBGE: ESTIMATIVAS POPULACIONAIS E CENSO 2010 / UO 23901 / OE 51
<p>Justificativa: 2020 - O indicador reflete o percentual de partos naturais ocorridos no DF obtendo resultado em 45,67% de partos naturais aqum em 0,72% abaixo da meta pactuada. Importante reportar que o indicador é referente aos dados do SUS e Saúde Suplementar, dos partos ocorridos de gestantes residentes no Distrito Federal. Houve redução de 19% na proporção de partos normais em estabelecimentos privados, o que impacta o resultado do indicador. Contudo, ao analisar somente os estabelecimentos públicos esta proporção sobre para 57,2%.</p> <p>2021 - O indicador reflete o percentual de partos naturais ocorridos no DF obtendo resultado em 45,81% de partos naturais, 0,69% abaixo da meta pactuada, polaridade maior-melhor. Avaliando os partos nas respectivas esferas, observa-se que o resultado no SUS foi de 55,6% e na Saúde Suplementar foi de 23,1%. Como encaminhamento, a área técnica tem como meta a Implantação do Projeto "Qualificação da Assistência ao Parto e Nascimento" com a inserção de enfermeiros obstetras nos Centros Obstétricos dos Hospitais da Secretaria de Estado de Saúde do DF. Além disso, após a desmobilização de leitos COVID, haverá a realocação de 92 enfermeiros obstetras para os Centros Obstétricos.* Dados parciais de dezembro. Data de extração 17/12/2021.</p>													
10252 - TAXA DE INCIDÊNCIA DE DENGUE NA POPULAÇÃO DO DF/ 100.000	TAXA	100,00	01/12/2018	Mensal	100,00	1554,00	300,00	459,12	300,00	X	300,00	X	SINAN - SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO/ UO 23901 / OE 53
<p>Justificativa: 2020 - A taxa de incidência de dengue finalizou 2020 com 1.554,90 casos/100.000 hab no DF, ficando acima da meta pactuada. Os maiores desafios são os aspectos relacionados aos determinantes sociais de saúde de uma população vulnerável quanto ao abastecimento regular e contínuo de água, a coleta e o destino adequado dos resíduos sólidos e acesso oportunos aos serviços de saúde. Entre as Regiões de Saúde, destaca-se a Região Sul com maior taxa de incidência de casos de dengue (3.124,65/100.000hab), e com a menor taxa a Região Central (878,64/100.000 hab). As ações estratégicas desempenhadas pela Vigilância focaram: aumentar a comunicação dos casos notificados semanalmente à Central de UVV e Núcleos de Vigilância Ambiental afim de agilizar o desencadeamento oportuno de medidas de prevenção, controle e manejo ambiental. Fortalecimento da comunicação com as Vigilâncias e UBS por meio de informativos e notas técnicas que padronizam e sistematizam o processo de notificação de casos e óbito no DF</p> <p>2021 - A taxa de incidência de dengue finalizou 2021 em 459,12, com 14.015 casos a cada 100.000 habitantes no DF, ficando 53,04% acima da meta pactuada de 300 casos por 100.000 habitantes, polaridade menor-melhor. Entre as Regiões de Saúde a taxa de incidência teve sua prevalência na seguinte ordem: Região Norte (1.622,23); Região Leste (613,29); Oeste (318,99); Central (299,96); Sudoeste (299,96); Centro-Sul (240,55); Sul (138,85). É importante destacar que as visitas aos imóveis para controle vetorial da dengue só começaram a ter impacto no segundo semestre de 2021, após a contratação de 500 AVAS (Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde) temporários. Desta maneira, é possível inferir que a contratação de efetivo suspensa pela pandemia (Lei Federal 173/2.020) impactou as visitas de controle prévio da dengue e contribuiu para não alcançar a meta do indicador de incidência.</p>													
10257 - PERCENTUAL DE SISTEMAS INTEGRADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DA SES-DF	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	25,00	18,82	50,00	60,00	50,00	X	100,00	X	CTINF/ UO 23901 / OE 54
<p>Justificativa: 2020 - Finalizou 2020 com resultado em alerta de 18,82%, 24,72% abaixo da meta pactuada. À despeito dos desafios a CTINF obteve êxito na integração dos sistemas Trakcare, Labtrack e Alhalink em 19 Policlínicas, 14 Hospitais, 01 Hospital de Campanha e 01 Centro de Atenção Psicossocial. As Unidades Básicas de Saúde, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), o LACEN e as Unidades gerenciadas pelo IGES, exceto Hospital de Santa Maria, utilizam o sistema Trakcare para consulta, gestão de laboratório e/ou gestão de UTI. O SISLEITOS ainda não possui integração com os outros sistemas. A integração do sistema Trakcare e o E-SUS, sistema disponibilizado pelo MS, para as UBS, está na fase de diagnóstico sendo sua execução condicionada a contratação de fábrica de software. As ações estratégicas desenvolvidas concentraram-se no estudo diagnóstico situacional, reuniões técnicas com as equipes especificando as necessidades de contratação de serviços para o desenvolvimento de sistemas facilitadores</p> <p>2021 - O indicador tem por objetivo identificar o número de Sistemas de Informação de Saúde integrados na SES-DF, levando em consideração os sistemas Trakcare, Labtrak, Alhalinc, E-SUS e SAMU. Observa-se que o resultado do indicador em 60% já superou a meta pactuada em 2021 (50%). A gestão atual retomou o Projeto de Interoperabilidade de Sistemas SES-DF (barramento), por meio do processo SEI nº 00060-00260946/2020-61, iniciado em julho/2020, que não teve continuidade por indisponibilidade orçamentária e falta de recurso humano na elaboração do EPTC. O processo foi adicionado como prioridade na PLOA 2022, porém com a atual publicação da LOA, o recurso disponibilizado (com grande disparidade do solicitado) impactará na realização dos serviços planejados.</p>													
10259 - ÍNDICE DE RESOLUTIVIDADE DAS MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA RECEBIDAS	PERCENTUAL	34,00	01/12/2018	Anual	40,00	42,97	45,00	46,07	55,00	X	60,00	X	SISTEMA OUV-DF/ UO 23901 / OE 54

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
<p>Justificativa: 2020 - O Índice de Resolutividade das Ouvidorias apresentou resultado 42,97%, superando a meta em 7,4%. O indicador reflete a busca constante do governo pela participação do cidadão em todo o processo de atendimento. Neste contexto a Resolutividade é um indicador mensurado através da avaliação do cidadão após receber sua resposta, na verdade, é o próprio demandante que finaliza seu protocolo classificando-o como resolvido ou não, para os registros de denúncias, reclamações e solicitações de serviços. Para o alcance da meta foram efetivadas várias ações: verificação da qualidade da resposta, cumprimento de prazo para resposta, palestras a gestores sobre ações de Ouvidoria, pesquisa de satisfação com o usuário, visitas técnicas, reuniões com gestores, dentre outras medidas.</p> <p>2021 - Indicador que mensura a resolutividade do estado frente às requisições com o controle social. Houve, em 2021, superação da meta pactuada, com análise de dados parciais, de 7,14% da meta pactuada. Para o alcance da meta foram efetivadas várias ações: verificação da qualidade da resposta, cumprimento de prazo para resposta, palestras a gestores sobre ações de Ouvidoria, pesquisa de satisfação com o usuário, vinculação entre objeto apresentado e resposta, visitas técnicas, reuniões com gestores, dentre outras medidas.*Dados parciais até Setembro de 2021.</p>													
10250 - COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE DOENÇAS E AGRAVOS RELACIONADOS AO TRABALHO	POR CEM MIL		01/01/2001	Semestral	10,00	10,47	9,00	15,83	8,00	X	7,00	X	SINAM/ UO 23901 / OE 53
<p>Justificativa: 2020 - Indicador com objetivo de identificar doenças e agravos relacionados à atividade laboral com polaridade menor-melhor. Finalizou o ano com 10,47 notificações de agravos para cada 100.00 trabalhadores ficando dentro do esperado (meta 10 notificações/100.000 trabalhadores). Cabe ressaltar a importância da notificação a fim de que sejam realizadas ações estratégicas focadas nas áreas de maiores agravos, sendo assim, trata-se de um indicador de resultado de médio e longo prazo. Sendo esses dados de monitorização recente, 1º ano de avaliação. As ações estratégicas desempenhadas pela coordenação da vigilância foram centradas em atividades educativas (seminários, workshops e palestras), aumento no número de visitas técnicas em áreas como construção civil e cuidados de saúde, por se tratarem de atividades econômicas com maior número de agravos notificados.</p> <p>2021 - Indicador tem como objetivo identificar doenças e agravos relacionados à atividade laboral, tem polaridade menor-melhor. Obteve resultado de 15,83, data da extração do dado 11/01/2022, referente ao exercício fechado de 2021, abaixo da meta pactuada de 9 notificações de doenças e agravos relacionados ao trabalho por cada 100.000 trabalhadores. Observa-se que tem ocorrido aumento no número de notificações decorrentes de ações de capacitação e sensibilização nas Regiões de Saúde para o preenchimento do sistema de informação, motivo pelo qual a incidência apresentou aumento nos últimos meses. Por outro lado, os dados têm sido analisados para monitoramento e planejamento de ações educativas (seminários, workshops e palestras) nos segmentos de maior incidência.</p>													
10237 - COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA PELAS EQUIPES DE SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO BÁSICA	PERCENTUAL	32,50	01/12/2018	Anual	33,00	34,31	38,00	34,85	43,00	X	48,00	X	CNES: NÚMERO DE EQUIPES HABILITADAS E IBGE: POPULAÇÃO/ UO 23901 / OE 50
<p>Justificativa: 2020 - O resultado para o ano de 2020 foi de 34,31%, com superação da meta pactuada em 3,9%. À despeito dos desafios observados durante a pandemia do novo coronavírus com déficit de registros no sistema E-SUS, a odontologia trabalhou de forma organizada atendendo as recomendações da ANVISA e CFO (Conselho Federal de Odontologia) para a manutenção dos serviços de urgência e emergências odontológicas, seguindo todos os protocolos de parâmetros ideais. Juntamente com a Coordenação da APS as estratégias desenvolvidas foram: mapeamento do real motivo da queda das equipes de saúde da família que, por consequência, desabilitaram as ESB; mapeamento dos territórios vinculando o maior número de eSB a uma eSF; a área de Gestão de pessoas tratou das ações para concessão de 40h aos servidores que tem potencial de composição de equipes de saúde bucal; à área de Tecnologia e planejamento estruturou ações a fim de realizar monitoramento da real produção e lançamento correto dos dados.</p> <p>2021 - O indicador mensura a Cobertura Populacional estimada pelas equipes de Saúde Bucal (eSB) na Atenção Primária à Saúde no DF. Observa-se que os dados são parciais de novembro, ainda não foram disponibilizados os dados de dezembro (fechamento do banco de dados em fevereiro). Com um total de 323 eSB, resultando em uma cobertura de 34,85%, abaixo da meta pactuada para o período. Entretanto, a área técnica ressalta os déficits de equipes consistidas, o que é reflexo da falta de Cirurgiões Dentistas nas Regiões de Saúde, principalmente na Região Central e Leste. Desta maneira, a solução ideal para melhoria na proporção de dentista/habitante é a contratação de servidores dentistas, mediante concurso público e, em conjunto, aumento do número de consultórios odontológicos com a correta distribuição geográfica nas Regiões de Saúde. DADOS ATÉ NOV/2021.</p>													
10248 - PORCENTAGEM DE MEDICAMENTOS PADRONIZADOS COM ESTOQUE DISPONÍVEL NA REDE SES-DF	PERCENTUAL	85,55	01/06/2019	Anual	90,00	86,04	92,00	85,86	94,00	X	95,00	X	SISMATERIAIS-ALPHALINC/ UO 23901 / OE 52
<p>Justificativa: 2020 - Indicador com resultado anual de 86,04%, ficando 4,4% abaixo da meta pactuada. Apesar da pandemia de Covid19, que resultou em importante aumento da demanda gerando indisponibilidade de alguns medicamentos no mercado nacional, observou-se ações estratégica focadas em obter êxito nos processos licitatórios e consequente aumento no abastecimento, bem como, ações frente aos fornecedores para realizarem as entregas nos prazos previstos para abastecer a rede. Os meses mais críticos foram os de abril a junho com desafios como a falta de insumos e matérias-primas, elevação dos valores praticados no mercado e, atraso nas entregas. A partir de agosto o nível de abastecimento apresentou maior equilíbrio. Acompanhamento na tramitação dos processos e gestão junto as áreas são contantes, a fim de obter êxito nos processos licitatórios, diminuindo o tempo demandado para sua finalização e consequente aumento no abastecimento.</p> <p>2021 - Indicador que reflete a eficiência da SES em manter a disponibilidade dos medicamentos que distribuídos na rede. Obteve um resultado anual de 85,86% ficando 6,67% abaixo da meta pactuada. Esse resultado é reflexo do aumento significativo na demanda dos serviços de saúde associada à escassez de recursos financeiros e matérias-primas. Houve atrasos na entrega por parte dos fornecedores, gerando desfalque nos estoques. Observou-se também itens indisponíveis em razão de não serem adquiridos, apesar de padronizados, por possuírem itens concorrentes com maior vantagem na aquisição. Tem sido feita gestão junto aos setores da SAIS e SUAG na tentativa de obter êxito nos processos licitatórios com a maior celeridade possível. Além de gestão junto a DLOG para que os fornecedores realizem as entregas nos prazos previstos ou antecipem para abastecer a rede.</p>													
10215 - COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA PELAS EQUIPES DE ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (eSF)	PERCENTUAL	57,00	01/05/2019	Anual	72,00	68,82	75,00	66,88	78,00	X	81,00	X	SCNES/DADOS DAS DIRAPSPOPULAÇÃO IBGE DO ANO ANTERIOR/ UO 23901 / OE 50
<p>Justificativa: 2020 - A cobertura de eSF finalizou 2020 com 68,82%, ficando 4,42% abaixo da meta pactuada de 72%. Não obstante, o DF teve grande avanços na ampliação de equipes, no início de 2020 tinha-se 376 equipes consistidas e, à despeito dos desafios da pandemia de Covid-19, finalizou o ano com 601 eSF, um aumento de 225 equipes, representando 59,8% de crescimento. As ações estratégicas que contribuíram para esse resultado foram: Nomeações de novos servidores: 48 Médicos e 113 Enfermeiros da Família; contratação temporária de 212 Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Ingressaram como força de trabalho também Médicos vinculados ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, totalizando 78 profissionais; Ações junto às regiões para cadastramento dos profissionais de saúde no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) afirm de aumentar as eSF consistidas; Articulação junto a área de gestão de pessoas para a renovação do contrato temporário de ACS e realização de concurso público para Médicos</p> <p>2021 - Indicador que avalia a cobertura assistencial da Atenção Primária à Saúde (APS), ordenadora das Redes de Atenção (RAS). O DF, no início de 2021, apresentava 467 equipes de Estratégia Saúde da Família (eSF) consistidas, porém finalizou o ano com 584 eSF. Observa-se um aumento de 20% em relação ao número de equipes do início do ano. Porém, a morosidade nos processos para contratação temporária de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e de Médicos de Família e Comunidade (MFC) ainda dificulta o processo de constituição de novas equipes. Além do desafio na gestão de pessoas, o impacto da pandemia também foi fator determinante para o alcance da meta pactuada. A cobertura de dezembro chegou a 66,88%, entretanto, ficou 8,22% abaixo da negociação para o ano.</p>													
10353 - PROPORÇÃO DE CURA DOS CASOS NOVOS DE HANSENIASE DIAGNOSTICADOS NOS ANOS DAS CORTES	PERCENTUAL	54,20	01/12/2018	Anual	60,00	44,72	66,00	67,61	54,00	X	60,00	X	SINAM/ UO 23901 / OE 53
<p>Justificativa: 2020 - O indicador finalizou 2020 com resultado de 44,72% de cura de casos de hanseníase, ficando abaixo da meta pactuada para o ano, contudo dados parciais, devido ao tratamento extenso por 6 meses ou mais. O baixo índice de cura (44,72%) está relacionado a grande quantidade de casos não encerrados no sistema, bem como, os desafios na realização e adesão ao tratamento tão extenso e com alguns eventos adversos observados. Mas esforços permanecem no alcance da meta, pois representa o sucesso no tratamento de hanseníase e a consequente diminuição da transmissão da doença, além de verificar indiretamente a qualidade da assistência aos pacientes, com isso a SES para 2021 está elaborando o Plano de Enfrentamento da Hanseníase.</p> <p>2021 - O indicador tem por objetivo identificar o número de curados entre os casos novos diagnosticados de hanseníase em residentes no Distrito Federal. Observa-se que o resultado parcial é de 67,61%, demonstrando a superação da meta pactuada para o ano (66%). A Região de Saúde com maior percentual de cura é a Leste (93,75%), seguida pela Central (80%), Centro-Sul (78,57%) e Norte (75,68%). Entretanto, as Regiões Sul (57,14%), Sudoeste (52,17%) e Oeste (46,67%) não acompanham os resultados positivos e encontram-se com os índices abaixo da meta pactuada.*Dados Parciais: Data da Extração - 12/01/2022. Este indicador é de atualização anual. Os dados da hanseníase são consolidados no ano posterior ao da coorte, após o dia 31 de março, quando o Ministério da Saúde fecha o Sistema de Informação, SinanNet.</p>													
10251 - PROPORÇÃO DE CURA DE CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE PULMONAR COM CONFIRMAÇÃO LABORATORIAL	PERCENTUAL	45,00	01/12/2018	Anual	51,00	44,60	58,00	38,89	59,72	X	65,00	X	SINAM - SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO/ UO 23901 / OE 53

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte	
<p>Justificativa: 2020 - Indicador com resultado de 44,60% (dados parciais, sujeitos a alteração) ficando apenas 11,4% abaixo da meta pactuada. Resultado parcial pode estar relacionado ao período de pandemia pelo COVID-19 e os desafios dos usuários na adesão ao tratamento longo (6 meses aproximadamente). As regiões de saúde com maiores desafios para a cura desses usuários são Central (25%), Centro sul (20%) e Sul (18,1%). As regiões com maior proporção de cura são: Sudoeste (50%), Oeste (48,3%) e Leste (47,6%). As ações estratégicas realizadas focam no incremento da comunicação com as Regiões de Saúde, foram realizadas reuniões com as Vigilâncias: Hospitalares, Diraps, UPAS; Capacitação em Infecção Latente por tuberculose para os profissionais das Vigilâncias de todas as regiões do DF.</p> <p>2021 - O indicador tem o objetivo de identificar o número de curados entre os casos novos diagnosticados de Tuberculose Pulmonar com confirmação laboratorial, em residentes no Distrito Federal. Observa-se que nenhuma Região de Saúde alcançou a meta, porém a Região de Saúde Sudoeste obteve o maior percentual de cura confirmada (55,81%) até o momento. Ressalta-se que o banco de dados utilizado para alimentação do indicador é o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e que a falta de regularidade na alimentação e a inconsistência dos dados comprometem a qualidade do preenchimento e análise do indicador de Tuberculose. Entretanto, após treinamento e capacitação das equipes em setembro, houve uma melhora significativa na alimentação dos dados.*Dados parciais de Dezembro, extração em 10/01/2022.</p>														
10236 - COBERTURA DAS EQUIPES DO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO BÁSICA (NASF-AB)	PERCENTUAL	43,00	01/12/2018	Anual	50,00	47,90	66,00	60,17	71,00	X		77,00	X	DADOS DAS DIRAPS E POPULAÇÃO IBGE DO ANO ANTERIOR/ UO 23901 / OE 50
<p>Justificativa: 2020 - Em 2020 a Cobertura de NASF-AB alcançou resultado de 47,9%, ficando 4,1% abaixo da meta pactuada. Apesar da expansão de NASF, iniciando em 27 e finalizando em 32 no ano, ainda há ausência de especialistas para a composição dos núcleos. O Nasf-AB Consistido é uma equipe interdisciplinar composta por, no mínimo, 5 profissionais distintos: Farmacêutico, Fonoaudiólogo, Fisioterapeuta, Nutricionista, Psicólogo, Assistente Social e Terapeuta Ocupacional com a carga horária de, no mínimo, 200h semanais. Importante ressaltar que hoje a SES possui 19 NASF de transição, que quando consistidos impactarão na cobertura. Nesse sentido, as principais ações estratégicas desenvolvidas pela Atenção Primária são: estímulo à movimentação de especialistas, a fim de ampliar o número de equipes consistidas, levantamento das ações dos NASF no contexto da pandemia, diagnóstico das atividades coletivas promovidas pelos NASF, participação de espaços colegiados para discutir os processos do NASF.</p> <p>2021 - O Núcleo Ampliado de Saúde da Família na Atenção Primária (NASF-AP) desenvolve ações de saúde complementares à Equipe Saúde da Família (eSF), é composto por uma equipe multiprofissional de especialistas: Farmacêutico, Fonoaudiólogo, Fisioterapeuta, Nutricionista, Psicólogo, Assistente Social e Terapeuta Ocupacional. As Superintendências de Saúde devem priorizar a expansão dos Nasf-AP a partir da transformação dos Nasf-AP de Transição em Nasf-AP Consistidos priorizando áreas de maior vulnerabilidade. As Equipes de NASF-AP apresentaram flutuação em seu número durante 2021. Iniciou com 380 equipes, correspondendo a uma cobertura de 63,12%. No mês de abril, houve aumento para 383 equipes e cobertura de 85,8%. Porém, finalizou 2021 com 364 equipes e cobertura de 60,17%, ficando com status de alerta e 8,83% aquém da meta pactuada.</p>														
10238 - COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)	PERCENTUAL	58,18	01/12/2018	Semestral	58,00	23,52	60,00	41,43	63,00	X		65,00	X	SISTEMA PROGRAMA DE BOLSA FAMÍLIA SITE: HTTPS://EGESTORAB.SAUDE.GOV.BR/ UO 23901 / OE 50
<p>Justificativa: 2020 - O acompanhamento das condicionalidades em 2020 apresentou resultado de 23,52% ficando 59,4% abaixo da meta pactuada (Dados parciais, sujeito a alteração). Este resultado foi decorrente das alterações estratégicas e reorganização dos serviços de saúde considerando a complexidade e gravidade decorrente da pandemia do Coronavírus (Covid-19), bem como, ações do MS visando a não propagação do Coronavírus. Importante alertar que, conforme OFÍCIO Nº 30/2020/DEPROS/SAPS/MS de 31/08/2020, o MS estabeleceu a não obrigatoriedade do registro do acompanhamento das condicionalidades para crianças e mulheres não gestantes e a desobrigação de atingir metas de acompanhamento devido a pandemia de COVID, evitando assim a aglomeração de pessoas vulneráveis e diminuindo a propagação da doença para os profissionais com as visitas domiciliares e nas UPBS. Entretanto as gestantes devem ser acompanhadas visando a garantia do Benefício Variável Gestante.</p> <p>2021 - Indicador que expressa a quantidade de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza acompanhadas pelas Equipes de Atenção Primária com finalidade de aumentar o acesso e a vinculação do usuário, permitindo ampliação promoção e ações de saúde, prevenção de doenças e recuperação de agravos. O MS prorrogou a suspensão de procedimentos operacionais, de gestão do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, em decorrência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.O acompanhamento retornou à sua monitoração normal a partir de julho com resultado da 1ª vigência foi de 34,47%, o que significa 25,53% abaixo do pactuado, porém ainda maior que o final da 2ª vigência de 2020 (23,52%). Em relação a 2ª vigência de 2021, o resultado de 41,43%, em dados parciais, demonstrou um aumento de 6,96% de cobertura. Entretanto, 18,57% abaixo da meta pactuada para o período.</p>														
10249 - PORCENTAGEM DE LEITOS DOS HOSPITAIS DA SES-DF COM IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO POR DOSE INDIVIDUALIZADA	PERCENTUAL	45,29	01/04/2019	Anual	47,40	56,43	58,00	68,10	61,50	X		65,20	X	GAFAE/DIASF: OS DADOS SÃO FORNECIDOS PELOS FARMACÊUTICOS CHEFES DOS NÚCLEOS DE FARMÁCIA HOSPITALAR./ UO 23901 / OE 52
<p>Justificativa: 2020 - Indicador apresentou resultado de 56,43% superando a meta pactuada em 19,05%. Este indicador representa os esforços da DIASF no alcance da 3ª Meta Internacional de Segurança do Paciente - Segurança na administração do medicamento certo para o paciente certo. À despeito dos desafios da pandemia de Covid-19, com mudanças de rotinas e sobrecarga de serviço de saúde, houve expansão da dose individualizada em 107 leitos no HRT, nas áreas de Oncologia e Isolamento respiratório (destinado à assistência dos pacientes com Covid-19). O HMIB expandiu em 20 leitos e HRPL 04 leitos. Os esforços na ampliação retrataram ações como a ampliação da carga horária dos AOSD Farmácia (Auxiliar Operacional de Serviços Direto).</p> <p>2021 - Indicador que reflete os esforços das Diretorias de Assistência Farmacêutica no alcance da 3ª Meta Internacional de Segurança do Paciente - Segurança na administração do medicamento certo para o paciente certo. Apresentou resultado parcial de 68,10% e superou a meta pactuada em 26,11%. As ações se concentraram em ampliação da carga-horária da AOSD Farmácia e na nomeação de Farmacêuticos. Assim, houve expansão de leitos com dose individualizada nos HRGu, HRT, HRC, HRS, HRPL e HRSAM.</p>														
10347 - PROPORÇÃO DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA IMEDIATA (DNCI) ENCERRADOS EM ATÉ 60 DIAS APÓS NOTIFICAÇÃO	PERCENTUAL	93,50	01/12/2018	Anual	94,00	94,12	94,50	88,76	80,00	X		80,00	X	SINAN - SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO/ UO 23901 / OE 53
<p>Justificativa: 2020 - O DF finalizou o ano de 2020 com 94,12% das DNCI encerradas em até 60 dias após notificação, superando a meta pactuada de 94% (dados parciais, sujeito a alteração). Dentre os desafios, resalta-se que alguns agravos exigem confirmação laboratorial (Sorologia, Biologia Molecular e Isolamento Viral) para o fechamento do caso, assim, o encerramento de algumas notificações ainda não foi concluído, houve também demora na inserção da informação no SINAN/SUS. Agravos como dengue, malária e sarampo tiveram maiores desafios quanto ao encerramento dentro do período pactuado. As ações estratégicas realizadas foram: treinamentos aos Estabelecimentos de Saúde na qualificação das informações inseridas no SINAN; ações de fortalecimento para as equipes de investigação de campo a fim de propiciar investigação oportuna; reuniões técnicas com as Regiões de Saúde para orientação quanto ao encerramento oportuno das DNCI; capacitação do Laboratório Sabim para notificação direta das DNCI no SINAN/SUS.</p> <p>2021 - A DNCI é a comunicação obrigatória realizada até 24 horas, a partir do conhecimento de suspeita ou confirmação da ocorrência de doença, agravo ou evento de saúde pública pela notificação no SINAN/SUS (Sistema de Notificação de Agravos de Notificação). A informação da investigação concluída oportunamente fornece o conhecimento de casos confirmados e descartados e, por conseguinte, permite orientar a aplicação e avaliação das medidas de controle em tempo hábil. O DF finalizou o ano de 2021 com 88,76% das DNCI encerradas em até 60 dias após notificação. Portanto, ficou abaixo da meta pactuada para o período, indicador de polaridade maior-melhor. Os maiores desafios para o alcance desse resultado estão no tempo para a confirmação laboratorial (Sorologia, Biologia Molecular e Isolamento Viral) e o encerramento de algumas notificações não concluídas, além da demora na inserção da informação no SINAN/SUS. A DIVEP atuou na melhoria da qualificação da informação e investigação de campo.</p>														
10242 - RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE DE DETERMINADO LOCAL E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	RAZÃO	0,16	01/12/2018	Anual	0,28	0,09	0,29	0,08	0,30	X		0,31	X	SISCAN - SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO CÂNCER. SIA - SISTEMA DE INFORMAÇÃO AMBULATORIAL./ UO 23901 / OE 51
<p>Justificativa: 2020 - Indicador apresentou resultado para 2020 de 0,09 ficando aquém da meta pactuada de 0,28 (dados parciais, sujeitos a alteração). Houve 26.443 exames de colo de útero realizados na faixa de risco, nos estabelecimentos conveniados/contratados/URD: HMIB, IHBD e HUB. Com a pandemia do COVID-19 o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) recomendou que os profissionais de saúde orientassem as pessoas a não procurar os serviços de saúde para rastreamento de câncer, remarcando as coletas de exame citopatológico, adiando consultas e exames. Apesar disso, a atenção primária buscou seguir com as ações primordiais na continuidade da atenção, e publicou a Carteira de Serviços Essenciais para a Atenção Primária à Saúde, que reforça recomendações quanto a exames, busca ativa, dentre outros. O reinício do rastreamento de câncer demanda uma análise criteriosa dos riscos e benefícios envolvidos, a coordenação da APS está avaliando o retorno gradual ao atendimento de rotina.</p> <p>2021 - Indicador apresentou resultado para 2021 de 0,08 ficando 72,41% aquém da meta pactuada de 0,29. O Sistema de Informações do Câncer (SISCAN) e os dados disponibilizados pela Sala de Situação da SES-DF (https://info.saude.df.gov.br/) informam que houve 24.892 de colo de útero realizados na faixa de risco, nos estabelecimentos conveniados/contratados/URD: (Jan a Agosto/2021): HMIB: 594; IHBD: 367; HUB: 159. Entretanto, no Distrito Federal, a meta pactuada para 2021 de exames citopatológicos de colo de útero na faixa alvo (25 a 64 anos) é de 88.231 exames. Pelo contexto da atual da pandemia de Covid-19, durante o ano de 2021, percebe-se a queda significativa do número de citopatológicos de colo de útero realizados pela rede SUS-DF. A COAPS, coordenação responsável pelas UBSS, está avaliando o retorno gradual ao atendimento de rotina. *Dados Parciais até a competência de novembro/2021.</p>														

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodo	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10341 - RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE DE DETERMINADO LOCAL E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	RAZÃO	0,05	01/12/2018	Anual	0,10	0,04	0,12	0,07	0,14	X	0,16	X	SISCAN - SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO CÂNCER. SIA SISTEMA DE INFORMAÇÃO AMBULATORIAL./ UO 23901 / OE 51
<p>Justificativa: 2020 - Indicador apresentou resultado para 2020 de 0,04 ficando 60% aquém da meta pactuada de 0,10. O site do TABNET/DATASUS/MS, que disponibiliza os dados estatísticos do SISCAN, informa que houve um total de 5.790 mamografias liberadas (rastreamento e diagnósticas), em 2020, em mulheres residentes no Distrito Federal. Pelo contexto da pandemia de Covid-19, durante os últimos meses, percebe-se a queda do número de mamografias de rastreamento realizadas pela rede SUS-DF. O Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) recomenda que os profissionais de saúde orientem as pessoas a não procurar os serviços de saúde para rastreamento de câncer no momento, remarquem as coletas de exame citopatológico e a realização de mamografias de rastreamento, adiando consultas e exames para quando as restrições diminuírem. As UBSS ainda não retornaram o atendimento integral devido aos esforços para o controle da pandemia.</p> <p>2021 - O resultado do indicador até novembro de 2021 foi de 0,07, ficando 41,66% abaixo da meta pactuada de 0,12 para o período, sua polaridade é maior-melhor. No Distrito Federal, a meta pactuada para 2021 de mamografias de rastreamento na faixa alvo (50-69 anos) é de 17.821 exames. De janeiro a novembro/2021, foram realizadas um total de 14.964 mamografias, sendo 621 mamografias diagnósticas e 14.343 mamografias de rastreamento. Dentre as mamografias de rastreamento, 9.981 foram solicitadas para as mulheres na faixa etária alvo, e apenas essas foram contabilizadas para o cálculo do indicador. Observa-se que a Atenção Primária sofreu impacto na constituição de suas equipes que tiveram que ser remanejadas para atendimento das demandas de covid, porém com o retorno das atividades de rotina espera-se melhoria nesse indicador nos próximos meses. Dados até NOV/2021, extraídos no dia 17/12/2021.</p>													
10254 - TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA (DE 30 A 69 ANOS) PELO CONJUNTO DAS QUATRO PRINCIPAIS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO, CÂNCER, DIABETES E DOENÇAS RESPIRATÓRIAS/100.000)	TAXA	201,90	01/12/2018	Anual	197,80	161,10	193,80	199,63	189,90	X	186,10	X	SIM - SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE/ UO 23901 / OE 53
<p>Justificativa: 2020 - A taxa de mortalidade prematura de 161,1/100.000 habitantes no DF, sendo um indicador quanto menor melhor, a meta de reduzir a mortalidade foi superada (dados parciais, sujeito a alteração). Os dados sobre mortalidade no SIM/DATASUS têm prazo para lançamento de até 6 meses). Em 2020 foram notificados 2.517 óbitos categorizados nos CID de doenças do aparelho circulatório (DAC), câncer, diabetes e doenças respiratórias. Dentre as Regiões de Saúde, observamos maior taxa de mortalidade na Região Sul, com 204,22/100.000 habitantes, seguida pela região Norte (190,69), Oeste (190,17), Sudoeste (158,41), Leste (148,21) e Central (100,48). Ressalta-se que todas as Regiões de Saúde reduziram a mortalidade, ou seja, tiveram resultados abaixo da meta pactuada. Indicador que estima a mortalidade em indivíduos por causas contempladas pelas principais doenças crônicas não transmissíveis.</p> <p>2021 - Indicador que estima a mortalidade em indivíduos jovens por causas contempladas pelas principais doenças crônicas não transmissíveis. Os dados sobre mortalidade no SIM/DATASUS têm prazo para lançamento de até 6 meses, portanto, na análise deste indicador serão utilizados dados parciais com período de extração de dezembro de 2021. Ao analisar os dados de 2020 com 2021, observa-se um aumento de 3,8% na taxa de mortalidade prematura. Destaca-se que a pandemia pode ter influenciado nos resultados pois as ações de enfrentamento à COVID-19 desestruturaram a Rede de DCNT e as ações de cuidado integral ao paciente com doenças crônicas. O fortalecimento da implementação dos planos regionais de DCNT e do Plano Distrital deve ser priorizado para alcançar a meta prevista. A elaboração das Linhas de Cuidado e monitoramento das ações também devem ser prioridade para 2022.</p>													
10253 - PROPORÇÃO DE VACINAS SELECIONADAS DO CALENDÁRIO NACIONAL DE VACINAÇÃO PARA CRIANÇAS MENORES DE UM ANO DE IDADE - PENTAVALENTE (3ª DOSE), PNEUMOCÓCICA 10-VALENTE (2ª DOSE), POLIOMIELITE (3ª DOSE) E PARA CRIANÇAS DE UM ANO DE IDADE, TRÍPLICE VIRAL (1ª DOSE) - COM COBERTURAS VACINAIS PRECONIZADAS	PERCENTUAL		01/01/2001	Mensal	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00	X	100,00	X	SIPNI- SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO SINASC - SISTEMA DE NASCIDOS VIVO/ UO 23901 / OE 53
<p>Justificativa: 2020 - O indicador finalizou 2020 com 0% de cobertura vacinal alcançada nas quatro vacinas padronizadas pelo MS. Atualmente as coberturas no DF estão em: Poliomielite-73,1%, Pentavalente- 82,9% Pneumocócica- 79,7% e Tríplice Viral- 72,1% (dados parciais, sujeito a alteração). Mesmo com campanhas contra a polio e a multivacinação observa-se que há muita dificuldade de atingir a cobertura preconizada. As razões podem ser reflexo da pandemia, mas pelas supervisões realizadas pela equipe técnica da imunização há necessidade de realizar o registro correto no e-SUS AB para 100% dos vacinados, fortalecer as orientações aos usuários pelas salas de vacina, além da necessidade de não perder oportunidades de vacinação. Outra ação realizada pela SES foi o estabelecimento de um Responsável Técnico para as salas de vacina, direcionando assim os processos de trabalho da imunização nas unidades básicas de saúde.</p> <p>2021 - Indicador que estima a proporção de vacinas que atingiram a meta de Cobertura Vacinal (CV), ou seja, a proporção da população-alvo que foi vacinada com os imunobiológicos Pentavalente, Poliomielite, Pneumocócica e Tríplice Viral. O indicador finalizou 2021 com 0% de cobertura vacinal das quatro vacinas padronizadas pelo MS, uma vez que a cobertura só é considerada no cálculo do indicador quando cada vacina chega a 100% de cobertura. Desta maneira, a situação epidemiológica segue preocupante e os dados parciais de cobertura vacinal no DF são: Pólio 78% Penta 77,9% Pneu10 81,3% TV 90,9%. Nas supervisões técnicas da GEVITHA tem-se observado outros fatores como: perda de oportunidade de vacinação, fechamento de salas de vacina, não há a busca de faltosos, falta de comunicação dos profissionais da unidade sobre a importância de vacinação em todos os setores, necessidade de campanhas de vacinação e a falta de campanhas de divulgação nas mídias.</p>													

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	2000000,0	6939217,00	5758421,95	4704078,95
8527 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SES-DISTRITO FEDERAL	2000000,0	6939217,00	5758421,95	4704078,95
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA	2000000,00	6939217,00	5758421,95	4704078,95

8202 - SAÚDE - GESTÃO E MANUTENÇÃO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	48317000,0	74368666,00	48946033,85	38775287,24
0099 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DAS UNIDADES DE SAÚDE INSTALADAS NAS RA X - GUARÁ E RA XXV - SCIA/ESTRUTURAL.- DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	500000,00	84894,00
5303 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SES- DISTRITO FEDERAL	8000000,0	25318201,00	10540772,99	8538987,89
5339 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB- PLANO PILOTO .	386000,0	500000,00	446824,15	319991,02
0019 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE- DISTRITO FEDERAL	10000000,0	18119465,0	9525411,14	8809482,97
0107 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- UNIDADES DE SAÚDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA INSTALADAS NA RA IX - CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	0	500000,0	137212,30	0
0020 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE- DISTRITO FEDERAL	25931000,0	25931000,00	25177946,87	19119881,66
0106 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DO HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA - HRC- CEILÂNDIA	0	1500000,0	1177662,40	462353,63
5404 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES DA SES-DF 2021	2000000,0	0,0	0	0
0021 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- VIGILÂNCIA EM SAÚDE- DISTRITO FEDERAL	2000000,0	2000000,0	1440204,00	1439696,07
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1559048121,0	1755810707,00	1669079272,72	1615171499,74

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0050 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SES-DISTRITO FEDERAL	1230547281,0	1411659867,00	1338645071,81	1289619364,64
0068 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB- PLANO PILOTO .	61566000,0	61166000,00	50353840,08	50138774,27
0115 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL- IGESDF - DISTRITO FEDERAL	224685842,0	216935842,00	214778609,67	211600609,67
8859 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS EM ATIVIDADES ALHEIAS A SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SES-DISTRITO FEDERAL	42248998,0	66048998,00	65301751,16	63812751,16
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	34557784,0	18002988,00	10703610,42	8986629,05
0014 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-PROFISSIONAIS EM ATIVIDADES ALHEIAS A SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	1363251,0	1838251,00	1747874,37	1572874,37
0098 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL- IGESDF- DISTRITO FEDERAL	6140959,0	6140959,00	4705894,31	4505894,31
6988 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SES-DISTRITO FEDERAL	25096574,0	8366778,00	2600266,15	1264016,40
6990 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB- PLANO PILOTO .	1957000,0	1657000,00	1649575,59	1643843,97
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	345270574,0	548129360,00	526734046,95	449702190,20
0052 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SES-DISTRITO FEDERAL	10064865,0	19153298,00	17483096,15	14168777,52
0063 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB- PLANO PILOTO .	2752109,0	3766184,00	1637152,28	1369491,28
3722 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA-SES-DISTRITO FEDERAL	120353600,0	172733720,00	172138669,75	144626734,08

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
6991 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE SERVIÇOS DE LIMPEZA - SES-DISTRITO FEDERAL	84740000,0	110422472,00	102167319,25	80765747,31
7261 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - SES-DISTRITO FEDERAL	15000000,0	54777560,00	53618623,33	33829438,50
9677 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FROTA DE VEÍCULOS - SES-DISTRITO FEDERAL	3010000,0	9561141,00	5759908,99	5263388,88
0033 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE SERVIÇOS DE VIGILANCIA - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	50000000,0	77229883,0	75886092,98	72416269,18
0035 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE SERVIÇOS DE LIMPEZA - ATENÇÃO PRIMARIA À SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	15000000,0	42064458,00	41897900,78	41548676,98
0038 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	6000000,0	6900000,00	5917747,30	5718950,41
0039 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	2000000,0	2000000,0	1868305,75	1635485,67
0040 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE-DISTRITO FEDERAL	30000000,0	30000000,00	30000000,00	30000000,00
0034 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE SERVIÇOS DE VIGILANCIA - VIGILANCIA EM SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	5000000,0	18170644,00	17083234,54	17083234,54
0037 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE SERVIÇOS DE LIMPEZA - VIGILANCIA EM SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	1350000,0	1350000,0	1275995,85	1275995,85
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	3720252,0	4896235,00	4095232,05	2598473,51

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0086 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB-DISTRITO FEDERAL	160000,0	61000,00	136,0	136,0
0087 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-APERF. E GESTÃO DA TECNOL.DA INFORMAÇÃO - SES-DISTRITO FEDERAL	3560252,0	4635235,00	4095096,05	2598337,51
0110 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CONSELHO DE REGIONAL DE SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4860000,0	16746864,00	15447177,75	5668242,09
0099 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB-DISTRITO FEDERAL	330000,0	315000,00	277899,05	264010,50
0100 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SES-DISTRITO FEDERAL	4530000,0	16431864,00	15169278,70	5404231,59
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	40000,0	205843,00	0	0
0015 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-AÇÃO EXECUTADA PELA FEPECS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	175843,00	0	0
0016 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-CONSELHO DE SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	30000,0	30000,00	0	0
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	46418162,0	31418162,00	27181881,80	26413881,80
0011 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-RESIDENTES - SES-DISTRITO FEDERAL	43000000,0	28000000,00	25643141,23	25003141,23
0013 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-MÉDICOS RESIDENTES- IGESDF-DISTRITO FEDERAL	3418162,0	3418162,00	1538740,57	1410740,57
TOTAL - 8202 - SAÚDE - GESTÃO E MANUTENÇÃO	2042231893,00	2449578825,00	2302187255,54	2147316203,63

Modernização de Sistemas

A implantação da saúde digital no DF também é apresentada como uma das batalhas do Planejamento Estratégico do DF. Trata-se da informatização dos processos de gestão da saúde, de modo a aumentar a produtividade, a qualidade dos serviços e a gestão das informações na saúde.

Como resultados da iniciativa, destacam-se:

- A migração dos links de dados das Unidades de Saúde para a Rede de Comunicação do GDF - GDFNet, proporcionando maior disponibilidade, segurança e performance na utilização dos sistemas, além de promover uma economia de mais de R\$ 80 mil (oitenta mil reais) mensais;
- A migração dos sistemas legados do antigo Centro de Processamento de Dados para o Datacenter da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, garantindo alta disponibilidade, segurança e performance nos sistemas e bases de dados;
- A higienização do serviço de diretório (Active Directory - AD) com a exclusão de mais de 60 mil usuários inativos, proporcionando maior segurança à rede de dados SES;
- Desenvolvimento e implantação do:
 1. Sistema de Gestão de Cargos (SISCARGOS), possibilitando a identificação de incompatibilidade de escalas dos servidores que acumulam cargos, buscando transparência para a população;
 2. Sistema de Farmácia Judicial (SISFAJ), possibilitando o controle e agendamento da distribuição de medicamentos de alto custo;
 3. Sistema de Remoção de Servidores (RemoveSES), que possibilita a priorização das remoções por região que poderão reduzir os custos de pessoal para a SES;
 4. Sistema de Mandados Judiciais (SISJUD), que possibilita o controle e acompanhamento dos prazos das demandas judiciais.;
 5. Desenvolvimento e implantação do sistema de gestão de equipamentos, que controla a entrega e responsabilização de equipamentos em posse dos servidores; dentre outros

Em complementação às ações realizadas e em sintonia com as tendências de análise de dados e segurança da informação na realidade do serviço público, foi firmada parceria entre a SES-DF e o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), na qual serão compartilhadas experiências de adequação dos processos e sistemas às novas diretrizes sobre privacidade de dados. O trabalho conjunto dos órgãos ocorre por meio da Jornada de Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), evento organizado pelo Grupo de Trabalho para LGPD da pasta do GDF. A empresa de tecnologia da informação do Governo Federal é uma referência sobre o assunto no país e possui ampla experiência em atender e desenvolver soluções para a administração pública. Em vigor desde setembro de 2020, a LGPD define requisitos para privacidade, segurança e proteção de dados pessoais, os quais devem ser seguidos por toda pessoa jurídica ou pessoa física que lide com esse tipo de informação.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Controladoria Setorial Da Saúde

A Controladoria compõe a estrutura organizacional da SES e é responsável pela coordenação e execução das ações asseguradoras da legalidade e moralidade administrativas, com atuação em macrofunções como: controle interno, correição, transparência, controle social e ouvidoria. A atuação da Controladoria possui direta vinculação com as batalhas de Governo no Plano Estratégico do Distrito Federal 2019-2060 e da SES com objetivo de fomentar boas práticas para fortalecer a desburocratização, transparência e modernização da gestão.

Em relação às realizações de 2021, segundo o Plano Anual do SIGO, o principal objetivo era o de se atingir 42% no Índice de Resolutividade das manifestações de Ouvidoria. A resolutividade é um indicador disponibilizado pelo sistema OUV-DF, em que o cidadão, após receber a resposta da sua demanda de ouvidoria, pode fazer uma avaliação e classificar o protocolo como "resolvido" ou "não resolvido". A rede de ouvidoria da SES-DF atingiu 47% no índice de resolutividade. Outros indicadores importantes da pesquisa de satisfação realizado pelos usuários são o Índice de Recomendação e Índice de Satisfação com o serviço. A SES, nesse período, alcançou 78% e 68%, respectivamente.